



Sónia Cristina Mairos Ferreira

À LUZ DA LUA, NA FACE NEGRA DA TERRA

Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, especialidade Educação Permanente e Formação de Adultos, orientada pelo Senhor Professor Doutor Joaquim Armando Gomes Ferreira e pelo Senhor Professor Doutor José Augusto Rebelo, e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Setembro de 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O FORTUNA
VELUT LUNA
STATU VARIABILIS,
SEMPER CRESCIS
AUT DECRESCIS;
VITA DETESTABILIS
NUNC OBDURAT
ET TUNC CURAT
LUDO MENTIS ACIEM,
EGESTATEM,
POTESTATEM
DISSOLVIT UT GLACIEM.

SORS IMMANIS
ET INANIS,
ROTA TU VOLUBILIS,
STATUS MALUS,
VANA SALUS
SEMPER DISSOLUBILIS,
OBUMBRATA
ET VELATA
MICHİ QUOQUE NITERIS;
NUNC PER LUDUM
DORSUM NUDUM
FERO TUI SCALERIS.

SORS SALUTIS
ET VIRTUTIS
MICHİ NUNC CONTRARIA,
EST AFFECTUS
ET DEFECTUS
SEMPER IN ANGARIA.
HAC IN HORA
SINE MORA
CORDE PULSUM TANGITE;
QUOD PER SORTEM
STERNIT FORTEM,
MECUM OMNES PLANGITE!

FORTUNE PLANGO VULNERA
STILLANTIBUS OCELLIS
QUOD SUA MICHİ MUNERA
SUBTRAHIT REBELLIS.
VERUM EST, QUOD LEGITUR,
FRONTE CAPILLATA,
SED PLERUMQUE SEQUITUR
OCCASIO CALVATA.

IN FORTUNE SOLIO
SEDERAM ELATUS,
PROSPERITATIS VARİO
FLORE CORONATUS;
QUICQUID ENIM FLORUI
FELIX ET BEATUS,
NUNC A SUMMO CORRUI
GLORIA PRIVATUS.

FORTUNE ROTA VOLVITUR:
DESCENDO MINORATUS;
ALTER IN ALTUM TOLLITUR;
NIMIS EXALTATUS
REX SEDET IN VERTICE
CAVEAT RUINAM!
NAM SUB AXE LEGIMUS
HECUBAM REGINAM.

À minha Mãe, a Flor mais graciosa do nosso *florido Jardim* transmontano, a magia da tua presença permanece incólume no tempo.

AGRADECIMENTOS

Why do you go away? So that you can come back. So that you can see the place you came from with new eyes and extra colors. And the people there see you differently, too. Coming back to where you started is not the same as never leaving.

Terry Pratchett, *A Hat Full of Sky*, 2004, p. 37

A todos/as que participaram no itinerário tempestuoso do qual este percurso de investigação fez parte, pautado por muitas expectativas, difíceis conquistas e alguns desencantos, uns mais desejados que outros, mas que concorreram para o (necessário) amadurecimento enquanto pessoa, docente e investigadora, a minha gratidão por terem possibilitado que, lentamente, regressasse onde já havia estado, agora com outro *olhar* e perante desafios diferentes.

À minha família, pela infinitude de afetos que nos tornam singulares e privilegiados. Grata por tudo aquilo que somos e que, seguramente, ainda viremos a ser e a construir juntos. O meu profundo reconhecimento ao meu pai, por segurar o leme enquanto me (re)ensinava a usar a bússola, nos momentos em que me julgava perdida em mar revolto. Aos meus avós, Maria e José, pela sua afetuosa e atenta presença, em todas as circunstâncias da minha vida. A ti, *avó Pequeninha*, a leitora informal mais atenta das diferentes versões da Teoria *Sobrevivendo às ruas*, pelas questões pertinentes e acutilantes sobre a situação de sem-abrigo e aqueles que a experienciam e por me desafiarem a não repetir, tantas vezes, “tarefa, tarefa, tarefa...”. Um beijinho especial aos *manos* que cederam muito do seu tempo para me ajudar na concretização deste projeto de aprendizagem e que, nos períodos mais difíceis, estiveram sempre disponíveis para ouvir, *tal qual disco riscado*, o mesmo reportório. Sem as *injeções de realidade* de um lado e o *colinho compreensivo* do outro teria sido bem mais lenta a transição para um novo equilíbrio.

Aos orientadores deste trabalho, Professor Doutor Joaquim Armando Gomes Ferreira e José Augusto Silva Rebelo pelas constantes palavras de encorajamento, pelas sugestões que me forneceram e que se revelaram centrais para a prossecução da tarefa que tinha em mãos, e pela prontidão com que me disponibilizaram *feedback* das várias versões escritas dos capítulos.

Ao Professor Doutor António Simões e à Professora Doutora Luísa Morgado, por terem acreditado em mim e terem mantido essa confiança ao longo dos anos.

Ao Pedro, por ter sabido desafiar algumas certezas e edificar outras, pelas conquistas trilhadas em conjunto, e, acima de tudo, por me mostrar, tantas vezes, os “para sempre” encerrados em cada momento.

À Raquel, assídua companheira silenciosa deste projeto, por me *ensinar* a resiliência e por me recordar que todos itinerários incluem múltiplas possibilidades, mesmo quando nos parecem becos sem saída. Um cumprimento muito especial ao *Frumgetni* que seguiu, atento e muito de perto, os diferentes momentos de escrita deste trabalho, garantindo que analisava diferentes possibilidades de arrumação das notas e que ambos mantínhamos a boa disposição.

À Manuela Vilar, o meu profundo reconhecimento pela paciência com que reviu comigo todas as fases e subfases da *GT sobrevivendo às ruas* e pelos comentários incisivos sobre as suas dimensões de profundidade. Grata também pela ajuda na tradução do resumo. Ao Francisco Ferreira, à Cristina

Vieira, à Maria Jorge Ferro, à Márcia Machado e ao Francisco Machado, pela leitura de algumas partes da Tese e pelas sugestões para o seu enriquecimento. Perderam os títulos mas ganharam seguramente um lugar muito especial nos meus afetos.

Ao Professor Doutor António Gomes Ferreira, ao Professor Doutor Luís Alcoforado e à Professora Doutora Albertina Lima o meu agradecimento pelas palavras de estímulo e pela atenção com que sempre estiveram ao evoluir deste trabalho. Aos restantes membros do grupo de Ciências da Educação o meu agradecimento, pela cordialidade, e pelo seu contributo para a minha evolução enquanto docente e investigadora.

Aos funcionários da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade, pelo encorajamento e pelo apoio prestado nas mais diversas tarefas.

Aos amigos/as de ontem e de hoje que, nas horas de maior aperto estiveram lá e ouviram, com a paciência que só eles/as têm, as minhas inquietações, inseguranças e expectativas. Abraço muito apertado de profundo agradecimento, pelo que vocês já sabem e não se escreve, à Ana Moreira, e à Margarida Mateus, à Dora Redruello, e à Sofia Ortet.

Às entidades com quem colaborámos, aos/as profissionais com quem tivemos o privilégio de contactar e às pessoas em situação de sem-abrigo que aceitaram o desafio de colaborar neste trabalho, a minha enorme gratidão. Uma nota especial à Justina Dias, à Ana Perpétuo, ao Eurico Caçarino, ao Rui Lino, ao Paulo Garcia, à Manuela Lopes, ao Ismael Martins, e ao Luís Conde pela ajuda nos processos de recrutamento e de observação. Ao Zé, por me ter explicado, com a minúcia que só ele poderia trazer, as *leis da rua*, os seus códigos e linguagens próprias. Sem esta preciosa ajuda a tarefa de geração da *Grounded Theory* teria sido extremamente morosa.

Ao *Grounded Institute* pelo célere esclarecimento de dúvidas e pela disponibilização de vasta documentação sobre a *Grounded Theory* Clássica.

RESUMO

Exposta, na contemporaneidade, como a evidência mais severa da pobreza e da exclusão social, no seio das *economias avançadas*, a situação de sem-abrigo tem vindo a ser alvo de crescente interesse por parte de cientistas, organismos e agentes da sociedade civil. Para este incremento concorreu, por um lado, - o aumento do número de pessoas e agregados que se encontram em situação de privação habitacional severa e, por outro, - a constatação de que as abordagens tradicionais, centradas no escrutínio de fatores individuais e relacionais ou, pelo oposto, institucionais e sociais, se relevaram desajustadas para a sua compreensão, em profundidade. Conscientes de que estamos perante um processo dinâmico, para o qual concorrem fatores de ordem diversa, que atuam em simultâneo e em diferido, especialistas de diversos quadrantes científicos têm vindo a alertar para a necessidade de reforço da adoção de abordagens multireferenciadas, em que são reconhecidas, e respeitadas, as vozes dos/as múltiplos atores envolvidos.

Este estudo pretende responder a esse repto, tendo sido mobilizados os contributos da *Grounded Theory* Clássica para o efeito. Subordinado à questão chave “qual(ais) é(são) o(s) principal(ais) problema(s) e/ou preocupação(ões) das pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo?”, visou a geração de um modelo teórico, explicativo dos diferentes processos que corporizam variadas trajetórias, desde a sua emergência à saída sucedida. Intitulada *sobrevivendo às ruas*, a GT gerada emergiu da análise de informações recolhidas através de modalidades complementares de observação (observação não estruturada, observação em contexto de Giro de rua), de consulta de documentação diversa e de 96 entrevistas [pessoas em situação de sem-abrigo (n= 38), profissionais (n= 47), pessoas com experiência transata da situação de sem-abrigo (n= 11)]. Nesta proposta concetual original expõem-se, segundo uma organização parcimoniosa, coerente e empiricamente sustentada, os padrões discursivos e comportamentais predominantemente mobilizados com o propósito de resolução das arduidades com que as pessoas em situação de sem-abrigo se confrontam, no seu quotidiano.

De forma a tornar este processo facilmente inteligível, a componente escrita deste projeto de investigação, sob a forma de Tese que aqui se sumaria, estrutura-se a partir de seis capítulos. No primeiro, sintetizam-se os fatores chave que suportam o incremento da notoriedade desta problemática, em territórios com características distintas (incluindo o Português e outros países da União Europeia). Apresentam-se, em seguida, perspetivas distintas de concetualização e operacionalização desta área substantiva, processo que tem início com a exploração das abordagens tradicionais e que evolui, no capítulo 2, para a apresentação dos

constituintes basilares da *nova ortodoxia*. Ultima-se este ponto com um apontamento específico subordinado à revisão de limitações e dimensões lacunares no conhecimento que permanecem por abordar de forma cabal, no contexto do qual se resumem as sugestões avançadas pelos/as especialistas, como prioridade na investigação, neste domínio. Terminadas estas considerações, dedica-se o capítulo 3 à sistematização do referencial metodológico de suporte ao desenvolvimento deste projeto, a *Grounded Theory* Clássica, sendo referidos os seus fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, bem como as suas características singulares. No capítulo 4, explicitam-se as opções metodológicas adotadas, sendo, para a concretização deste propósito, apresentados os argumentos que sustentam a sua particular adequação, descritos os trilhos de evolução decorridos e, por fim, sistematizado o processo de geração da *GT sobrevivendo às ruas*. Caracterizam-se, neste âmbito, a amostra teórica e as 3 subamostras que a compõem, assim como os procedimentos de recrutamento e recolha dos dados, bem como os de codificação e análise. Inclui-se, ainda, uma breve nota sobre as considerações éticas.

Por sua vez, o capítulo 5 é consagrado à apresentação das componentes de superfície da teoria gerada, inaugurando-se esta tarefa com a ilustração das 3 fases [*resistindo à fragmentação da trajetória de vida* (fase 1), *adaptando-se aos imperativos da vida na rua* (fase 2) e *(re)configurando uma trajetória de vida* (fase 3)], a que se segue o descritivo das 6 subfases e, por último, das 3 configurações previstas. Analisam-se, para cada um dos níveis de abstração considerados, os referentes gerativos que os enformam e os elementos que corporizam a sua unicidade. Por fim, o capítulo 6 é dedicado à especificação das dimensões em profundidade abordando-se, para este efeito, os processos de evolução contínuos [*e.g.*, fragilização crescente do universo dos possíveis; *desequilíbrio(s)*, *gravitações orbitais* e *reequilíbrio(s)*] e transitivos [*e.g.*, *transições* entre (sub)fases e *ciclos recidivos*]. Conclui-se com a reflexão sobre as implicações do estudo (teóricas, para a investigação e para a intervenção) e a apreciação crítica das suas principais potencialidades e limitações.

ABSTRACT

Exposed, nowadays, as the most severe evidence of poverty and social exclusion within the advanced economies, homelessness has been receiving increased interest from scientists, organizations and civil society agents. For this incrementation contributed, on the one hand, - the augment of the number of persons and households in severe housing deprivation, and on the other hand, - the realization that traditional approaches, centered on the scrutiny of individual and relational factors or, the opposite, institutional and social, were inadequate to its, in depth, comprehension. Being aware that this is a dynamic process, to which diverse factors contribute, some of them acting simultaneously and other deferred, experts from various scientific domains have been warning to the need to strengthen the adoption of multireferentiated approaches that actually take in consideration, and respect, the voices of the multiple actors' involved.

This study aims to reply to that challenge and, for the completion of that purpose; the contributions of the Classical *Grounded Theory* have been mobilized. Subordinated to the key question "what is (are) the main problem(s) and/or concern(s) of homeless people?" it aimed at the generation of a theoretical model, explanatory of the different processes that embody diverse trajectories, since its emergence to successful exit. Entitled *surviving the streets*, the generated *GT* emerged from the analysis of information gathered through complementary observation approaches (e.g. unstructured observation, observation of street interventions), and 96 interviews [homeless people (n = 38), professionals (n = 47), previous homeless people (n = 11)]. In this original conceptual proposal, the predominantly mobilized discursive and behavioral patterns, mobilized with the purpose of resolution of the main troubles homeless face daily, are exposed in a parsimonious, coherent and empirically anchored structure.

In order to make this process easily understandable, the written component of the research project, assuming the format of this thesis, is organized in six chapters. The first summarizes the key factors that support increased awareness of this problem, in territories with different characteristics (including Portugal and other European Union countries). Different perspectives of conceptualization and operationalization of this substantive area are presented next, process that begins with the exploration of traditional approaches and that evolves, through chapter 2, to the presentation of the essential constituents of the new orthodoxy. This point is completed with a specific appointment on the limitations and lacunar dimensions in knowledge that remain to be addressed adequately. In this context, the

suggestions made by experts, as a priority in research in this field, are summarized. Completed these considerations, chapter 3 is dedicated to the systematization of the methodological framework that supported the development of this project, Classical *Grounded Theory*, in specific by the presentation of its ontological, epistemological and methodological foundations, as well as its unique features. In Chapter 4 the methodological options adopted are explained, and, to better achieve this goal, the arguments that support its particular suitability and the paths of evolution traveled are exposed. At last, the process of generation of the *GT* is revealed. In this context, the theoretical sample, and the 3 subsamples that comprises it, plus the procedures for recruitment and data collection, as well as the coding and analysis are also characterized. In addition, the chapter includes a brief note on ethical considerations.

In turn, Chapter 5 is devoted to the presentation of the surface components of the theory generated, task that is inaugurated with the illustration of the three phases [*resisting the fragmentation of the life trajectory* (phase 1), *adapting to the demands of life on the street* (phase 2) and *(re) configuring a life trajectory* (phase 3)], followed by the description of the six sub-phases, and finally, the three configuration predicted. For each level of abstraction considered, the generative referents that shape it, and the elements that typify its uniqueness are analyzed. Finally, Chapter 6 is devoted to the specification of the in depth dimensions, addressing, for this purpose, the continuous processes of evolution [e.g., increasing fragilization of the universe of possibilities; equilibration, gravitational balance(s) and reequilibration] and transitive [e.g., transitions between (sub)phases and relapse cycles]. It is finished with the reflection on the implications of the study (theoretical, for research, and intervention), and the critical evaluation of its main strengths and limitations.

RESUMEE

Étant considérée, actuellement, comme l'évidence la plus sévère de l'extrême pauvreté et de l'exclusion sociale dans les *économies avancées*, le problème des sans-abris a suscité un intérêt croissant de la part des scientifiques, des organisations et des acteurs de la société civile. À cette évolution ont contribué, d'une part, l'augmentation du nombre de personnes et de familles en manque de logement et, de l'autre, la prise de conscience que les approches traditionnelles, centrées sur le contrôle des facteurs individuels et relationnels ou, au contraire, institutionnels et sociaux, ne permettent pas de les comprendre en profondeur. Étant conscients qu'il s'agit d'un processus dynamique, auquel contribuent des facteurs de toutes sortes qui agissent simultanément et en différé, des spécialistes de différents domaines scientifiques ont averti qu'il est nécessaire de renforcer l'adoption d'approches multi référentielles qui permettent de reconnaître et de respecter le rôle qu'ont les différents acteurs impliqués.

Cette étude a pour objectif de relever ce défi et a pour base les contributions de la *Grounded Theory* (GT) Classique. Étant subordonnée à la question essentielle «quel(les) est(sont) le(s) principal(es) problème(s) et préoccupation(s) des personnes sans-abri?», ce projet a pour but la création d'un modèle théorique visant à expliquer les différents processus qui constituent des trajectoires distinctes, dès le début jusqu'à la fin de la situation de sans-abri. Intitulée "survivre aux rues", la GT générée a émergé suite à l'analyse des informations recueillies par modalités complémentaires d'observation (observation non structurée, observation en contexte de travail de proximité dans la rue), à la consultation de divers documents et à 96 entretiens [personnes sans-abri (n = 38), professionnels (n = 47), anciens sans-abris (n = 11)]. Dans cette proposition conceptuelle originale, on expose, selon une organisation parcimonieuse, cohérente et empiriquement soutenue, des standards discursifs et comportementaux qui ont, essentiellement, pour but de résoudre les difficultés auxquelles les sans-abris sont confrontés au quotidien.

Afin de rendre ce processus plus intelligible, la composante écrite de ce projet de recherche, qui se présente sous la forme d'une thèse ici résumée, est structurée en six chapitres. Le premier synthétise les facteurs clés sous-jacents à l'intérêt croissant suscité par cette problématique, dans des territoires aux caractéristiques distinctes (y compris le Portugal et d'autres pays de l'Union Européenne). On présente, ensuite, différents points de vue concernant la conceptualisation et l'opérationnalisation de ce domaine substantif, en commençant par l'exploration d'approches traditionnelles et évoluant, au chapitre 2, vers la présentation des constituants de base de la *nouvelle orthodoxie*. Ce point termine avec une

note concernant l'indication des limitations et des dimensions lacunaires qui doivent encore être répondu d'une façon satisfaisante. Dans ce contexte, on résume les suggestions de recherche prioritaire selon les experts. Ensuite, le chapitre 3 systématise le cadre méthodologique qui soutient le développement de ce projet, la *Grounded Theory* Classique. On y présente ses fondations ontologiques, épistémologiques et méthodologiques, ainsi que ses caractéristiques spécifiques. Dans le chapitre 4 on explique les options méthodologiques adoptées. Pour atteindre cet objectif, les arguments qui soutiennent son adéquation particulière sont présentés, les chemins évolutifs parcourus sont décrits et, en dernier lieu, le processus de création de la *GT survivre aux rues* est systématisé. Dans ce contexte, on caractérise l'échantillon théorique et les trois sous-échantillons qui la composent, les procédures de recrutement et de collecte de données, ainsi que leur codage et analyse. Le chapitre 4 contient également une brève note sur les considérations éthiques.

À son tour, le chapitre 5 est consacré à la présentation des éléments de surface de la théorie générée, commençant par illustrer les trois phases [*résister à la fragmentation de la trajectoire de vie* (phase 1), *adaptation aux impératifs de la vie dans la rue* (phase 2) et *(re)configurer une trajectoire de vie* (phase 3)]. Par la suite, la description des six sous-phases est présentée et, enfin, les trois configurations prévues sont décrites. Ce chapitre examine, pour chaque niveau d'abstraction considéré, les référents génératifs qui les enforment, et ceux qui concrétisent leur unicité. Finalement, le chapitre 6 décrit les dimensions en profondeur. À cet effet, il aborde les procédés continus de l'évolution [par exemple, l'augmentation de la fragilité de l'univers des possibilités, le(s) déséquilibre(s), les gravitations orbitales et le(s) rééquilibre(s)] et ceux qui sont transitifs [*e.g.*, les transitions entre les (sous)phases et les cycles récidivés]. On conclut avec une réflexion concernant les implications de cette l'étude (théoriques, au niveau de la recherche et de l'intervention), bien comme une évaluation critique de ses potentialités et de ses limites.

ÍNDICE

NÓTULAS INTRODUTÓRIAS

... Na face negra da Terra	1
----------------------------	---

CAPÍTULO 1

Cântico negro: Mapeando os sinuosos itinerários de conceptualização e intervenção na situação de sem-abrigo	23
1.1. "Vem por aqui - dizem-me alguns com os olhos doces": Do aliciamento da equidade de intenções ao confronto com a intencional desconexão de ações	36
1.2. Navegação à vista e naufrágio(s): Rotas tradicionais de leitura da situação de sem-abrigo	73
1.2.1. "Navegando onde as sombras se escondem": Conceções tradicionais da situação de sem-abrigo	78
1.2.2. "Há barcos para muitos portos, mas nenhum para a vida não doer": Das intervenções avulso à legitimação do ciclo de desvantagens e privações	104
Síntese do capítulo	134

CAPÍTULO 2

Na senda de um Novo Mundo: Pelos íngremes trilhos da delimitação diferenciada de coordenadas na situação de sem-abrigo	142
2.1. Ambições de renovação do azimute: Da diferenciação dos sistemas de navegação à utopia da livre escolha	147
2.1.1. Novas rotas ou "a balada do velho marinheiro": Dos esboços à quimera da cartografia da situação de sem-abrigo	152
2.1.2. Incursões em terras desconhecidas: Ensaio e anseios de uma utopia concretizável de ação	186
2.2. Tripulações, naufrágios e barcos que (não) zarparam: Enredos de cartas antigas e seus aditamentos sob promessas de roteiros participados e dignificantes	215
Síntese do capítulo	232

CAPÍTULO 3

<i>Grounded Theory</i> : Uma abordagem singular de geração sistemática de teoria	239
3.1. A <i>Grounded Theory</i> no contexto da evolução científica operada no último século	245
3.2. À descoberta da <i>Grounded Theory</i>	254
3.2.1. Raízes epistemológicas, ontológicas e metodológicas	257
3.2.2. Polémica(s) e diferentes concepções de <i>Grounded Theory</i>	266
3.2.2.1. Leituras múltiplas acerca da <i>Grounded Theory</i>	267
3.2.2.2. Controvérsia entre Glaser e Strauss	272
3.3. Metodologia	279
3.3.1. Amostragem	282
3.3.2. Recolha, codificação e análise dos dados	284
3.3.3. Memorandos	289
3.3.4. Revisão da literatura	292
3.3.5. Escrita da teoria	295
3.4. Desafios ao/à investigador/a	298
3.5. Procedimentos de (e para a) avaliação da investigação	307
3.5.1. Contributos essenciais de (e para a) avaliação da <i>Grounded Theory</i>	316
3.5.2. Referências adicionais de (e para a) avaliação da <i>Grounded Theory</i>	320
Síntese do capítulo	325

CAPÍTULO 4

Metodologia: Percursos e descobertas no processo de geração da teoria <i>sobrevivendo às ruas</i>	331
4.1. Trilhos de evolução na definição do <i>design</i> do projeto de investigação	337
4.1.1. Origens da realização de um estudo sobre a situação de sem-abrigo	339
4.1.2. Especificação sumária do projeto de investigação original	353
4.1.3. Reptos contemporâneos no estudo da situação de sem-abrigo: A imprescindibilidade de redefinir o método de investigação	359
4.1.3.1. Descoberta(s) da (e na) <i>Grounded Theory</i> Clássica	372
4.2. O processo de geração da teoria a partir dos dados	376
4.2.1. Caracterização da amostra teórica	381
4.2.1.1. Subamostra 1. Pessoas em situação de sem-abrigo	387
4.2.1.2. Subamostra 2. Profissionais	403
4.2.1.3. Subamostra 3. Pessoas com experiência transata da situação de sem-abrigo	410
4.2.2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados	423
4.2.2.1. Entrevista	425

4.2.2.2 Observação	436
4.2.3 Procedimentos	443
4.2.3.1 Recrutamento e recolha dos dados	445
4.2.3.2 Codificação e análise dos dados	452
4.2.4 Considerações éticas adicionais	461
Síntese do capítulo	464
CAPÍTULO 5	
Sobreviver às ruas: Explicitação das componentes de superfície da <i>Grounded Theory</i> original e dos referentes gerativos que a corporizam	469
5.1 “Nesta saudade sem fim, choro saudades de mim”: Caraterização das fases da <i>Grounded Theory</i> original	471
5.1.1 Resistindo à fragmentação da trajetória de vida [Fase 1]	482
5.1.2 Adaptando-se aos imperativos da vida na rua [Fase 2]	492
5.1.3 (re)Configurando uma trajetória de vida [Fase 3]	521
5.2 “De ilusões desvanecidas, Filme de esperanças perdidas”: Caraterização das subfases da <i>Grounded Theory</i> original	533
5.2.1 Combatendo a perda progressiva de controlo sobre os acontecimentos [Fase 1.1]	535
5.2.2 Debatendo-se pela sobrevivência nas ruas [Fase 1.2]	542
5.2.3 Estabilizando um padrão de vida [Fase 2.1]	549
5.2.3.1 Alienando-se de si próprio/a e da sociedade [Fase 2.1a]	552
5.2.3.2 Circunscrevendo-se às condicionantes da vida na rua [Fase 2.1b]	557
5.2.3.3 Tirando proveito da vida na rua [Fase 2.1c]	571
5.2.4 Experienciando os limites da sobrevivência [Fase 2.2]	584
5.2.5 (re)Configurando sentido(s) na vida [Fase 3.1]	591
5.2.6 Redefinindo o seu lugar em sociedade [Fase 3.2]	600
Síntese do capítulo	609
CAPÍTULO 6	
(Sobre)Viver a rua: Apresentação das dimensões de profundidade da <i>Grounded Theory</i> original e das implicações do estudo	615
6.1 “E a noite cresce por dentro”: Descrição das dimensões de profundidade da <i>Grounded Theory</i> original	619
6.1.1 Processos de evolução contínuos: Emergência e consolidação de micromutações na(s) trajetória(s) de vivência da situação de sem-abrigo	621
6.1.1.1 Variações na perceção do universo de possíveis: Alterações de expansibilidade e seus correlatos atribucionais e comportamentais	623
6.1.1.2 Desequilíbrio(s), gravitações orbitais, e reequilíbrio(s): Quando o caos tangível encobre efeitos de regularidades concorrentes	633
6.1.2 Processos de evolução transitivos: Espaços-tempo de confluência de ativadores convergentes e de corporalização de metamorfismos	640
6.1.2.1 Transições entre (sub)fases e configurações: Emergência e sedimentação de distintas normatividades	642
6.1.2.2 Ciclos recidivos: Da sua experienciação à cristalização de padrões orbiculares involutivos de sobrevivência	647
6.2 “Fecho, cansado, as portas das minhas janelas”: Oportunidades e risco(s) da prescrição dos desfechos num quadro de imaturidade permanente	652
6.2.1 “Entre a memória que temos e a responsabilidade que assumimos”: Implicações teóricas do estudo	657
6.2.2 “Quem navega à deriva sabe...”: Implicações para a investigação	664
6.2.3 “A subtil diferença entre dar uma mão e acorrentar uma alma”: Implicações do estudo para a intervenção	668
6.2.4 “De uma cidade humana que fosse fiel à perfeição do universo...”: Síntese das principais vulnerabilidades e potencialidades do estudo	689
Síntese do capítulo	698
REFLEXÕES FINAIS	706
... À luz da Lua	706
Bibliografia	729
Anexos	799

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Domínios teóricos da situação de sem-abrigo e exclusão habitacional	159
Quadro 2 – Explicitação das categorias e subcategorias que integram a ETHOS	161
Quadro 3 – Síntese das principais mudanças nas abordagens de intervenção	198
Quadro 4 – Distribuição segundo o género por subamostra	386
Quadro 5 – Estatísticas descritivas da variável idade (em anos) por subamostra	387
Quadro 6 – Distribuição segundo a idade por subamostra	388
Quadro 7 – Distribuição segundo a idade por género	390
Quadro 8 – Distribuição segundo o estado civil por género	391
Quadro 9 – Distribuição segundo o tempo em situação de sem-abrigo (em anos) por género	392
Quadro 10 – Distribuição segundo a tipologia de alojamento por género	393
Quadro 11 – Distribuição segundo a experiência transata de tipologia de alojamento por género	394
Quadro 12 – Distribuição segundo os principais fatores precipitantes da situação de sem-abrigo por género	396
Quadro 13 – Distribuição segundo fatores associados a ausência de autonomia no alojamento por género	398
Quadro 14 – Distribuição segundo as limitações severas na autonomia financeira por género	399
Quadro 15 – Distribuição segundo limitações no acesso e usufruto de bens e serviços	400
Quadro 16 – Distribuição segundo o agravamento do estado de saúde por género	401
Quadro 17 – Distribuição segundo a fragilização de vínculos por género	402
Quadro 18 – Distribuição segundo tentativas de saída sucedida e usufruto de bens e serviços por género	403
Quadro 19 – Distribuição segundo motivadores de saída sucedida e usufruto de bens e serviços por género	404
Quadro 20 – Distribuição segundo a idade por género	406
Quadro 21 – Distribuição segundo o perfil profissional por género	407
Quadro 22 – Distribuição segundo o contexto de trabalho por género	408
Quadro 23 – Distribuição segundo o tempo de serviço por género	408
Quadro 24 – Distribuição segundo o tempo de serviço por contexto de trabalho	409
Quadro 25 – Distribuição segundo a formação específica por género	410
Quadro 26 – Distribuição segundo o reconhecimento de influência por género	410
Quadro 27 – Distribuição segundo o tempo de serviço pelo reconhecimento de influência	411
Quadro 28 – Distribuição segundo a idade por género	413
Quadro 29 – Distribuição segundo o estado civil por género	414
Quadro 30 – Distribuição segundo o tempo em situação de sem-abrigo, em anos, por género	415
Quadro 31 – Distribuição segundo a tipologia de alojamento predominante por género	416
Quadro 32 – Distribuição segundo experiência de outras tipologias de alojamento por género	416
Quadro 33 – Distribuição segundo os fatores precipitantes da situação de sem-abrigo por género	417
Quadro 34 – Distribuição segundo a ausência de autonomia no alojamento por género	418
Quadro 35 – Distribuição segundo limitações na autonomia financeira por género	419
Quadro 36 – Distribuição segundo limitações no acesso e usufruto de bens e serviços por género	420
Quadro 37 – Distribuição segundo o agravamento do estado de saúde por género	421
Quadro 38 – Distribuição segundo a fragilização de vínculos por género	422
Quadro 39 – Distribuição segundo tentativas de saída sucedida por género	423
Quadro 40 – Distribuição segundo motivadores de saída sucedida por género	423

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Fases da <i>Grounded Theory</i> original <i>sobrevivendo às ruas</i>	479
Figura 2 – Subfases da <i>Grounded Theory</i> original <i>sobrevivendo às ruas</i>	483
Figura 3 – Componentes principais das subfases da <i>Grounded Theory</i> original <i>sobrevivendo às ruas</i>	535
Figura 4 – Subfase 1.1 Combatendo a perda progressiva de controlo sobre os acontecimentos	537
Figura 5 – Subfase 1.2 Debatendo-se pela sobrevivência nas ruas	545
Figura 6 – Subfase 2.1a Alienando-se de si próprio/a e da sociedade	554
Figura 7 – Subfase 2.1b Circunscrevendo-se às condicionantes da vida na rua	559
Figura 8 – Subfase 2.1c Tirando proveito da vida na rua	573
Figura 9 – Subfase 2.2 Experienciando os limites da sobrevivência	586
Figura 10 – Subfase 3.1 (re)Configurando sentido(s) na vida	593
Figura 11 – Subfase 3.2 Redefinindo o seu lugar em sociedade	602

“NÓS QUE AQUI ESTAMOS POR VÓS ESPERAMOS”¹

O medo cega, disse a rapariga dos óculos escuros, São palavras certas, já éramos cegos no momento em que cegámos, o medo nos cegou, o medo nos fará continuar cegos Quem está a falar, perguntou o médico, Um cego, respondeu a voz, só um cego, é o que temos aqui. Então perguntou o velho da venda preta, Quantos cegos serão precisos para fazer uma cegueira. Ninguém lhe soube responder.

José Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*, 1995, p. 131

A profissional de Serviço Social, responsável pela Equipa de rua, a motorista de serviço, a estudante voluntária e a investigadora dirigem-se, numa carrinha cedida para este efeito, a um espaço abrigado, no centro da cidade, em que, alegadamente, se encontrava um adulto em situação de sem-teto. A carrinha para em frente a um edifício de serviços e, antes de nos dirigirmos ao espaço de pernoita da pessoa em questão, a profissional alerta-nos para o cuidado na interação com este adulto, uma vez que se trataria de uma esquizofrenia de tipo desorganizado em período de grande descompensação. Segundo a profissional, este indivíduo teria sofrido um aumento da agressividade verbal e física em relação a técnicos/as e voluntários/as, sendo igualmente comuns afirmações de desconfiança em relação aos serviços e organismos. Teria, ainda, referido aos membros de uma outra equipa que pretendia “incendiar o presidente da câmara com as garrafas de álcool que guarda na mochila”.

Conscientes da necessidade de cuidar discurso e comportamentos seguimos, então, em direção ao espaço por ele ocupado. Encontrava-se sentado no chão, do lado direito, cerca de um metro após o início da entrada do edifício, por debaixo de um dos potentes holofotes que a entidade havia instalado, junto com um sistema de iluminação automática que se ativava pelo movimento. Mal subimos a escada deparámo-nos com um espaço aberto frio e húmido, com cerca de 4 metros de comprimento por 2 de largura, que ele partilhava com algumas plantas, animais rastejantes, e bancos de cimento. Ditas as boas noites e perguntado se podíamos deixar alguns bens alimentares e/ou cobertores, apoios que rejeitou, liminarmente, com o argumento de que se trata de ajudas trazidas pela agência secreta que o anda a perseguir, dirige-se a um dos elementos da Equipa e diz: “sabe... não tenho conseguido dormir nestes últimos dias. Andam aqui uns vultos toda a noite e estão-me sempre a ligar as luzes... Já me sinto muito fraco, nem sei o que fazer...”. Comentário ao qual um dos membros da Equipa retorque “devem ser almas de vidas passadas que andam aqui sem destino...”.

Espantadas com esta resposta, as restantes nada disseram, limitando a sua ação ao olhar discreto dos dois protagonistas deste diálogo. Instala-se, rapidamente, um silêncio constrangedor, do qual saímos alguns segundos depois. Num rápido movimento, o adulto levanta-se, olha fixamente para a pessoa em questão e, num tom de voz baixo e tranquilo afirma: “são morcegos minha senhora... os morcegos que andam aqui é que não me deixam dormir! Tenho de mudar de poiso”. E com esta afirmação dá por terminada a sua interação com a Equipa solicitando, com um acenar de mão, que abandonemos o espaço que ocupa.

Adaptado do memorando de Giro de Rua, *Janeiro*, 2007

¹ Título do filme brasileiro, de 1999, dirigido por Marcelo Masagão.

NÓTULAS INTRODUTÓRIAS

... NA FACE NEGRA DA TERRA

A civilização a que chamamos europeia, e que é hoje a civilização propriamente dita — pois por ideias e fórmulas europeias se guia, e em acções e motivos europeus tem origem, a civilização das regiões fora da Europa —, assenta em quatro princípios que constituem a sua essência e individualidade. Não há que perguntar se esses princípios são bons ou maus, aperfeiçoáveis ou inaperfeiçoáveis. O que constitui a essência de uma coisa é aquilo que, retirado a essa coisa, a mesma coisa desaparece. Podemos lamentar, se quisermos, que o passado assim nos formasse, como podemos lamentar, se quisermos, que nascêssemos com a estatura ou as feições que temos; porém a nossa lamentação não pode constituir um desejo, nem informar um propósito. O que somos somos, o que seremos terá de sair do que somos, que não do que poderíamos — se o pudéssemos — ter sido.


Fernando Pessoa, *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*, s.d., parág. 1

NÓTULAS INTRODUTÓRIAS

... NA FACE NEGRA DA TERRA

(...) the man who has become intellectually and spiritually as well as practically conscious of the irresistible natural truth which we all abhor and repudiate: to wit, that the greatest of our evils and the worst of our crimes is poverty and that our first duty, to which every other consideration should be sacrificed, is not to be poor. "Poor but honest", "the respectable poor", and such phrases are as intolerable and as immoral as "drunken but amiable", "fraudulent but a good after-dinner speaker", "splendidly criminal", or the like. Security, the chief pretense of civilization, cannot exist where the worst of dangers, the danger of poverty, hangs over everyone's head, and where the alleged protection of our persons from violence is only an accidental result of the existence of a police force whose real business is to force the poor man to see his children starve whilst idle people overfeed pet dogs with the money that might feed and clothe them.

George Bernard Shaw, *The Gospel of St. Andrew Undershaft*², 1906, p. 6



nerente, embora não desejada e timidamente assumida, aos cenários sociais que configuram as economias avançadas na contemporaneidade, a situação de sem-abrigo ascendeu, nas últimas décadas, ao centro das preocupações de organismos internacionais, de governos de diversos países e da própria União Europeia (e.g., Baum, & Burnes, 1993; Layton, 2000; Rokash, 2004; Lelkes, 2006; European Commission - DG Research, 2007; European Parliament, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010a, 2010b, 2010d, 2012a).

A sua crescente expressão, com acentuada dilatação no período pós crise de 2008, materializa, com especial dureza, os efeitos nefastos da atual conjuntura global de instabilidade, evidenciando desequilíbrios vários nos mecanismos de regulação implementados pela UE e espelhando um país frágil e desorientado, imerso numa *moldura* de generalizada precariedade, com repercussões severas na qualidade de vida e

² Prefácio da obra Major Barbara acessível para consulta em http://www.pdfbooks.co.za/library/GEORGE_BERNARD_SHAW/GEORGE_BERNARD_SHAW-PREFACE_TO_MAJOR_BARBARA.pdf.

bem-estar dos seus cidadãos e comunidades (World Bank, 2009, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs & Equal Opportunities, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2010; Sugawara *et al.*, 2010; Social Watch, 2010; European Anti-poverty Network Ireland, 2011; European Parliament, 2011; World Health Organization, Regional Office for Europe, 2011; Carrapiço, 2012).

Corporalizadas com agravada intensidade nos grupos que já experienciavam vulnerabilidades em período(s) anterior(es), as manifestações deste quadro desfavorável cedo chamaram a atenção da comunidade científica internacional, tendo sido progressivamente mais frequentes as referências em que se alerta para a necessidade de maior investimento no seu estudo, em particular no que concerne as implicações diferenciais em grupos minoritários da população (*e.g.*, Reisen, Stocker, & Vogiazides, 2009; Sugawara *et al.*, 2010; Social Watch, 2010; European Parliament, 2011; European Commission - DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2011b; Instituto Nacional de Estatística, 2011). Releva, no conjunto das inquietações apontadas, pelos/as investigadores/as, a este propósito, o estudo da situação de sem-abrigo, neste enquadramento conceptualizada como o polo mais pronunciado da pobreza extrema e exclusão social, a qual aglutina, em si mesma, especificidades que em muito ultrapassam a experienciação da ausência de condições mínimas de habitabilidade (Burt, Aron, & Lee, 2001; Lee & Greif, 2008; European Commission, 2010b; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010b; WHO Regional Office for Europe, 2010; Paasche, 2012; EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, 2011; EAPN Portugal, 2012; Young, 2012).

Recentemente definida, a *nova ortodoxia* (Pleace, 2000; Barbour *et al.*, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010) transmite, de forma clara, a convicção dos/as especialistas de que a situação de sem-abrigo não é, em exclusivo, uma problemática do foro habitacional (*e.g.*, ausência/posse de alojamento, desadequação do imóvel em comparação com os critérios de habitabilidade definidos num determinado país/região). Embora implique, nas suas mais variadas configurações, ausência de alojamento condigno, esta decorre da ação, concorrente e em diferido, de múltiplos fatores de ordem diversa que, por si mesmos e devido às articulações complexas que estabelecem, provocam ruturas severas com pessoas, comunidades, organismos, entre outros elementos de integração em sociedade (*e.g.*, com o mercado de trabalho, com a

comunidade). Com facilidade se compreende, pelo exposto, que se trata de uma questão que, em muito, ultrapassa a esfera individual [mesmo se considerarmos o indivíduo em contexto, logo agente ativo, e não entidade/a pessoa portadora de um conjunto de características e limitações, passíveis de identificação e escrutínio, que a distinguiriam dos seus pares “socialmente aptos” (Conley, 1996; Vázquez & Muñoz, 2001; Zufferey & Kerr, 2004; Mairós Nogueira & Ferreira, 2007; Menezes, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010)].

Estamos perante uma realidade dinâmica, cujo estudo convoca contributos de distintas áreas científicas, sendo necessária a mobilização de diferentes elementos (indivíduos, organizações e coletividades) para a sua compreensão e combate (Mairós Nogueira & Ferreira, 2007; Mairós Ferreira & Redruello, 2011). Isto não significa, porém, que a realização de investigações ancoradas em prismas conceptuais e empíricos diversificados, e até contrários, não constitua uma mais-valia para a potenciação do conhecimento sobre esta problemática, em específico. Pelo contrário, investigadores/as de distintos quadrantes poderão trazer *inputs* diferenciados e, potencialmente, complementares, que concorram para o robustecimento da reflexão crítica e para o esclarecimento de interrogações e de lacunas que permanecem por solucionar nesta área substantiva. Como aludem Mairós Nogueira e Ferreira (2007, p. 202),

[p]elas profundas implicações que a situação de sem-abrigo provoca nos mais diversos sistemas (*e.g.*, pessoal, familiar e comunitário) e pelas dimensões que nela se encerram, facilmente se compreende que “não existe domínio científico que possa considerar o problema dos sem-abrigo como seu campo exclusivo de investigação e de intervenção. A complementaridade de perspetivas científicas é um elemento fundamental para uma compreensão científica válida do problema e para a construção de uma solução verdadeiramente eficaz” (Costa, 2002, p. 15). São necessárias grelhas de leitura provenientes de diferentes quadrantes científicos e sociais para que, com mais profundidade, se tracem *quadros* compreensivos sustentados dos factores precipitantes da situação de sem-abrigo, factores de resiliência, assim como daqueles que concorrem para a superação dessa situação.

Não se preconiza, portanto, a emergência de uma linha hegemónica de *conceptualização* e investigação, mas sim a complementaridade de perspetivas que assegure a (necessária) diversidade de modelos epistemológicos, teóricos e metodológicos, dado que a (imprescindível) pluralidade de óticas de leitura e interpretação da problemática é elemento vital para a inclusão da situação de sem-abrigo enquanto parte integrante da riqueza e complexidade da vida em sociedade, no presente.

Porque estamos perante apropriações do real pelo/a investigador/a, enquanto agente situado/a, que estuda esta problemática enquanto manifestação de relações mutuamente constitutivas entre a pessoa em situação de sem-abrigo e o social, os trajetos de investigação constituem, neste enquadramento global, propostas transitórias de compreensão e de explicitação, e não *enfoques* rígidos, sustentados na crença de *verdades* estáticas e passíveis de escrutínio pela acoplagem das suas partes (estudados, ou não, por diferentes disciplinas, a partir de ângulos diferenciados de análise, etc.). Os/as investigadores/as são, assim, incitados a estudar narrativas e ações (e no seu âmbito atribuições de sentido e escolhas), que não ocorrem no indefinido, mas sim em contexto, e se edificam nas vinculações que os seres humanos (incluindo o/a próprio/a investigador/a) estabelecem com o objeto de estudo, nas histórias pessoais de cada um/a (marcadas por determinantes de distintos níveis e ordens diversas) e, por inerência, “à significação que este sujeito atribui ter o objeto para os outros que ele tem como referências e às formas e às implicações de todas essas articulações” (Madeira, 1991, p. 130).

Tratam-se de homens e mulheres com existência verídica (com aspirações, medos, valores, crenças, etc.), que se encontra(ra)m integrados em múltiplos sistemas com características próprias (*e.g.*, normas, valores) no decurso da sua trajetória. Pesem as ruturas experienciadas, as relações de influência mútua permanecem, não só naqueles que ainda integram, e nos quais exercem influência e são influenciados, de forma (in)direta, em registo contínuo ou periódico, mas, também, dos que se encontram/sentem excluídos/as (de forma temporária ou definitiva), uma vez que, o estatuto de “não pertença” se traduz, pela permeabilidade que caracteriza os sistemas sociais, na continuidade de existência de influências diversas, embora de natureza e dimensão distintas das anteriores (*e.g.*, dificuldades no acesso de determinado bem ou regalia). Como refere Pais (2006, p. 70) “frequentemente, os sem-abrigo são olhados como “excluídos” embora, na verdade, façam parte da sociedade que os produz e, desse modo, encontram-se nela na situação de incluídos e de excluídos”. Ou seja, a designação “excluído”, quando reportado a esta problemática, é, em rigor, um atributo que traduz a não inclusão, num ou vários sistemas, nas condições tidas como expectáveis/desejáveis para aquela pessoa e não na ausência total de vínculo com um sistema específico.

O elemento distintivo prende-se, assim, com as influências interdependentes que ocorrem e com as especificidades das relações estabelecidas (entre pessoas, entre pessoas e sistemas, e entre sistemas mantêm-se) que, para aqueles que experienciam esta situação, se corporalizam em maior vulnerabilidade face a outrem (pessoas e organismos), vinculação menos segura (*e.g.*, vulnerabilidade e fragilidade de vínculos, de partilhas, de identificações, entre outros) e, com frequência, regras e normas menos claras e objetivadas. É da conjugação entrosada destas interações (*e.g.*, com pessoas, organismos e outras entidades), que ocorrem em múltiplos tempos e espaços, e das influências diversas que ocorrem fruto do seu (não) estabelecimento ou abandono, que se molda a experiência que cada ser humano possui da vida em comunidade/sociedade, na qual se integra a vivência da situação de sem-abrigo.

Importa, ainda, não esquecer que as pessoas não são plateia no teatro da sua própria existência; pelo contrário, são agentes ativos nos acontecimentos e circunstâncias da sua trajetória e daqueles/as com quem contactam, sendo esta uma dimensão essencial para que a situação de sem-abrigo se estude enquanto problemática do Humano e do Social, uma vez que é protagonizada por homens e mulheres que integram coletividades complexas, as quais partilham, pese a vulnerabilidade das suas circunstâncias, com os seus pares domiciliados. Em rigor, e pese os discursos contrários, esta é uma realidade permitida e, em algumas das suas facetas, legitimada nas democracias avançadas³. Não esqueçamos, neste âmbito, que

[a] sociedade não é algo abstrato, se faz na totalidade das relações dos seres sociais, na força da conjugação dos múltiplos movimentos dos sujeitos que nela se inter-relacionam e a transformam constantemente. A vida humana tem uma dimensão concreta: o desenvolvimento histórico das condições dos meios produtivos de vida das pessoas. O modo de vida dos sujeitos das sociedades é atravessado por diversos fatores concretos tanto quanto pelos fatores de ordem imaterial. A materialidade da vida social é vivida de forma a expressar uma organização desta sociedade, onde os sujeitos, em uma grande maioria, encontram-se em uma situação de não acesso aos bens necessários, primários e secundários. São várias as estatísticas que apontam os altos índices de miséria, de analfabetismo, de exclusão social, de corrupção, de descaso com as políticas públicas e com o social. De igual forma, é grande a riqueza que tem sido produzida no mundo nos últimos anos, a tecnologia se hiperdesenvolve desde a década de 1980, a concentração de renda

³ Veja-se, a este respeito, a proliferação de narrativas culpabilizadoras do indivíduo pela circunstância em que se encontra, numa leitura dicotômica indivíduo-sociedade, em detrimento de uma conceptualização assente na premissa do indivíduo em sociedade, interdependente desta e esta dependente dos indivíduos que a integram.

torna-se cada vez mais intensa (Fernandes, 2005, p. 2).

Não se afigura, por conseguinte, como frutífera a mobilização de abordagens científicas que partam da premissa da independência do real, e nas quais a situação de sem-abrigo seja conceptualizada enquanto realidade estática e independente, passível de leitura objetiva e compartimentada (nas suas partes constituintes e nos fatores que se considere integrarem cada uma delas) e que, como tal, de estudo a partir de um conjunto de variáveis definidas *a priori* (examinadas de forma isolada e/ou a partir das suas interseções, de acordo com o modelo de que o/a cientista parte). Os/as investigadores/as são agora convidados a estudá-la, atendendo às interpretações e representações que dela são feitas, pelos/as que a experienciam e pelos restantes agentes e atores sociais, situando-a nos contextos em que ocorre e reconhecendo que sobre ela são tecidas atribuições e valorações diferenciadas. Intrinsecamente processual, este esforço de compreensão contextualizada de comportamentos, valores, discursos, entre outras dimensões, confere destaque à análise de como estes homens e mulheres se relacionam entre si e com os seus pares e, em estreita articulação, como integram informações e experiências e as estruturam em valores, normas, símbolos e crenças, conceitos e imagens, numa explicitação do real e dos elementos que o corporizam. “Neste sentido, o real torna-se concreto para o homem, que, desta forma, se insere e se (re)produz ao produzi-lo e ao ser por ele produzido” (Madeira, 1991, p. 130). Ou seja, a situação de sem-abrigo é teorizada enquanto real-significado, concreto e, como tal, não se traduz em significado unitário, uniforme ou abstrato, sendo compreendido a partir das experiências que atualizam, ratificando ou retificando o já apropriado, isto é, o vivido.

A Tese que se apresenta radica, em termos globais, nas premissas expostas nas páginas anteriores e visa ser um contributo para a compreensão contextualizada e multifatorial desta temática, neste âmbito entendida enquanto processo e não como epíteto que caracteriza a ausência de habitação e a rutura com sistemas diversos, com frequência utilizado por diversos atores em sociedade para agrupar pessoas que não possuem um atributo convencionalizado como estruturante da *vida adaptada em sociedade*: a posse (temporária ou não) de uma habitação e a sua manutenção no tempo (*e.g.*, via arrendamento, compra, realização de obras quando necessário). Para a sua efetivação tiveram-se em consideração os desafios lançados pela *nova ortodoxia* (Pleace, 2000; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010), embora não nos tenhamos limitado a

estes, uma vez que era nosso propósito constituir uma abordagem compreensiva e explicativa das preocupações das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo e, em face das interpretações e representações que delas possuem os/as próprios/as e os/as profissionais, identificar as estratégias que (não) defendem e (não) mobilizam para a sua resolução/colmatação. Para a sua concretização optámos, pelas razões que explicitamos no capítulo 4 (Metodologia: Percursos e descobertas no processo de geração da teoria *sobrevivendo às ruas*), pela mobilização da *Grounded Theory* Clássica (*e.g.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1993, 1999, 2001, 2006, 2007, 2014; Muller, 2006; Artinian, Giske & Cone, 2009), dada a sua particular adequação ao estudo de processos que se revestem de maior complexidade e sobre os quais existe défice de conhecimento científico (Morse, 2001). E a situação de sem-abrigo é, efetivamente, um processo cujas dimensões não são conhecidas na sua total abrangência, permanecendo desconsideradas (parcial ou totalmente) por parte da vasta maioria dos atores sociais, incluindo os/as profissionais e, em algumas circunstâncias, os/as indivíduos. O estudo das ações e preocupações das pessoas que a experienciam, atendendo a esta multiplicidade de configurações, de circunstâncias e de períodos em que esta se (pode) materializa(r), a partir desta versão da *GT* constitui-se, assim, como uma mais-valia, pois possibilita a sistematização desta realidade e, em acréscimo, a sua organização segundo um modelo teórico original, que surge ancorado nas suas perspetivas e vivências. Numa área substantiva em que, ainda, não ocorreu a descoberta de explicações teóricas robustas, a *GT* afigura-se como uma opção conceptual e metodológica de grande interesse (*e.g.*, Glaser, 1978; Jonas, 2009), portanto, ao concorrer para a elaboração de um enquadramento teórico, sistematizado e coerente de compreensão dos elementos que conformam a situação de sem-abrigo, incluídos numa proposta coerente e empiricamente sustentada. No seu âmbito, os aspetos estudados, anteriormente, de forma isolada ou segundo quadros interpretativos diferenciados são interligados com dimensões originais, decorrentes da própria utilização da *GT* Glaseriana neste projeto de investigação.

Tecidas as considerações preliminares procedemos, em seguida, à apresentação da estrutura desta Tese. A sua organização atende às preocupações globais elencadas nas páginas precedentes e, também, às indicações fornecidas por Glaser e Strauss (1965, 1967) e por Glaser (*e.g.*, 1978, 1992, 1996, 1998, 2001, 2006, 2007, 2012, 2014) no que concerne a elaboração de estudos consubstanciados na *Grounded Theory* Clássica, pelo

que, este trabalho apresenta características distintivas, em relação à estrutura típica das dissertações de Doutoramento em Ciências da Educação, pela Universidade de Coimbra. Porque sedimentado em pressupostos epistemológicos, ontológicos e metodológicos lhe granjeiam um lugar específico e distintivo face a outras possibilidades de conceptualização e concretização de pesquisas científicas (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 2002, 2006, 2009b, 2012, 2014; Muller, 2006), este trabalho apresenta singularidades que o diferenciam dos estudos desenvolvidos segundo outros paradigmas de investigação.

Radicada no propósito de gerar uma teoria original, a qual explicita um padrão de comportamento relevante e problemático para aqueles/as que o manifestam e sistematiza as estratégias implementadas para a sua (não) resolução (*e.g.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1994, 1995, 1998, 2001, 2002, 2006, 2007, 2012, 2014), esta tese configura um contributo original de explicitação, em profundidade, de aspetos e dimensões, tidos como essenciais, na área substantiva da situação de sem-abrigo, através da descoberta de padrões (não) evidentes e do significado que (não) lhes é atribuído por aqueles/as que a vivenciam e da sua integração num modelo explicativo coerente.

Note-se que a realização deste tipo de estudos se reveste de uma importância que, em muito, ultrapassa o exercício de investigação em si mesmo, dado que as descobertas resultantes de um estudo consubstanciado na *Grounded Theory* Clássica possuem aplicabilidade prática a vários níveis. São frequentes, na literatura da especialidade, as alusões ao seu contributo no âmbito de processos de mudança individual, comunitária e/ou social, uma vez que, ao potenciarem maior reconhecimento e compreensão de comportamentos [nos quais se incluem manifestações comportamentais (não) reconhecidas pelos/as seus/suas protagonistas (*e.g.*, por desconhecimento, vergonha)], concorrem para incrementado controlo, por parte dos/as próprios/as, sobre si e as suas circunstâncias, assim como para maior respeito pelo outro, por parte dos/as seus/as congéneres e de organismos diversos e, em sentido mais lato, para a promoção da melhoria da (vida em) sociedade (*e.g.*, Glaser, 1993, 1994, 1998, 2001, 2003, 2009b; Simmons & Gregory, 2003).

Pelo exposto, e em resultado da intenção de geração de teoria consubstanciada nos dados (*e.g.*, Glaser, 1978, 1998, 1999, 2001, 2014), a sua concretização implicou a

assunção de desafios específicos (*e.g.*, revisão do papel enquanto investigadora, implementação de um *design* de investigação distinto das abordagens mais comuns em Ciências da Educação) e a confrontação com interrogações diversas, reptos que convocaram, desde as etapas preliminares deste projeto, elevado investimento no aprofundamento de conhecimentos e desenvolvimento de competências acerca da *Grounded Theory* Clássica e, mais tarde, da área substantiva em causa, assim como, o aprimoração de técnicas essenciais à manutenção dos níveis de rigor científico que um trabalho desta natureza requer, em articulação com uma abordagem pautada pela abertura e flexibilidade (requisitos fundamentais para a geração de uma *GT*). Em consequência, este trajeto pautou-se pela mobilização de um conjunto diversificado de fontes primárias e secundárias de distintos domínios científicos (*e.g.*, Metodologia da Investigação, Ciências da Educação, Psicologia, Psiquiatria, Sociologia, Economia, Direito, Justiça), as quais serviram o objetivo de aumentar o nosso quadro conceptual global de análise dos dados. Em concomitância temporal procedemos, à geração da *Grounded Theory* original, tarefa que implicou um esforço de recolha e de análise de dados que culminou na identificação do problema/preocupação principal dos/as participantes (sobreviver à rua) e das estratégias e comportamentos mobilizados para a sua resolução. A revisão da área substantiva ocorreu, apenas, em momentos subsequente, de forma a evitar enviesamentos na geração da *GT*.

Expostas as especificidades que enformam esta abordagem e em resultado da enorme riqueza inerente ao processo de geração da *GT*, a explanação, em profundidade e de forma exaustiva, das etapas e dimensões que conformam este processo, numa Tese escrita em que se convoca um registo estático e segmentado de apresentação de conteúdos, consistiu uma preocupação acrescida. Perante tarefas concretizadas, parcelarmente ou na totalidade, em simultâneo (*e.g.*, decorrentes de revisão frequente de categorias e subcategorias, integração de novos dados e revisão da *GT* formulada), a descrição das componentes respeitantes à concretização do método e apresentação da Teoria implicou a compartimentação da informação em capítulos, e dentro destes, em subcapítulos específicos, numa estrutura que fizesse sentido para o/a leitor/a que se confronta com este trabalho pela primeira vez. Assim, e com o propósito de potenciar a sua inteligibilidade, optámos por uma organização de matriz sequenciada para a apresentação dos diferentes momentos, acontecimentos, estratégias e decisões, que conformaram este processo de investigação.

Recorre-se, sempre que possível, à estrutura típica de apresentação dos capítulos em trabalhos científicos, sendo o/a leitor/a advertido/a quando tal não se verifica. Alerta-se no entanto, para a necessidade, por nós sentida, de *respeitar* a multidimensionalidade e dinâmica inerente à concretização deste empreendimento científico, razão pela qual, embora este se organize, na sua forma escrita, em seis capítulos sequenciais, a sua leitura pressupõe uma abordagem interdependente, em que o/a leitor/a não deve esquecer que todos, e cada um, concorre(m), de forma direta, para a sustentação (conceptual e metodológica) da Teoria original *sobrevivendo às ruas*. Esta é, em suma, o elemento distintivo e inovador, a partir do qual toda a Tese se estrutura e segundo o qual os conteúdos das restantes componentes se organizam. Poderá, por conseguinte, e se assim o entender, iniciar através da leitura dos capítulos 5 e 6, secundando-se dos restantes, para o aprofundamento da análise e das interpretações que tece (*e.g.*, contrastando as categorias propostas com estudos abordados no capítulo subordinado à situação de sem-abrigo) e/ou conhecimento das etapas que subjazem à sua concretização (*e.g.*, revisitando a constituição da amostra teórica).

Expostas as alusões inaugurais damos, em seguida, início à apresentação de cada um dos capítulos que constituem este documento. Principia-se, sob o título “*Cântico negro: Mapeando os sinuosos itinerários de conceptualização e intervenção na situação de sem-abrigo*” com uma breve da resenha dos principais fatores que atestam o incremento da sua notoriedade no panorama (inter)nacional. Procede-se, em seguida, ao reexame de abordagens diferenciadas de conceptualização e de operacionalização desta problemática. Para este efeito, revisitam-se, num primeiro momento, as conceções tradicionais de maior notoriedade nas últimas décadas. À sua apresentação, a partir de uma análise crítica multicritério, adiciona-se, neste âmbito, a evidenciação, a partir de uma abordagem comparada, das principais similitudes e disparidades entre diversos modelos e propostas de operacionalização do constructo, assim como a identificação de potencialidades e limitações no que concerne à sua aplicabilidade (*e.g.*, para efeitos de criação de políticas públicas, de intervenção específica ou de investigação). Apresentam-se, ainda, exemplos ilustrativos de investigações realizadas segundo cada uma das linhas dominantes de interpretação desta problemática, reportando as opções metodológicas seguidas, as principais descobertas, e sinalizando as implicações delas decorrentes.

Revêm-se, no capítulo seguinte e sob o título “*Na senda de um Novo Mundo: Pelos íngremes trilhos da delimitação diferenciada de coordenadas na situação de sem-abrigo*”, os elementos constitutivos da, recentemente formada, plataforma de entendimento global sobre a situação de sem-abrigo (Busch-Geertsema *et al.*, 2010). Circunscrevem-se, os consensos que esta agrega e, em face das referências tecidas pelos seus proponentes, identificam-se limitações e dimensões lacunares no conhecimento que permanecem por abordar de forma cabal (subcapítulo 2.1 – *Ambições de renovação do azimute: Da diferenciação dos sistemas de navegação à utopia da livre escolha*). Assente na premissa de estamos perante uma problemática que decorre da influência (em simultâneo e em diferido) de um conjunto muito vasto de fatores de ordem diversa, esta *nova ortodoxia* desafia os/as investigadores/as a abandonar abordagens fragmentadas de estudo desta problemática, em detrimento de *designs* que atendam a esta complexidade e a abordem enquanto objeto de estudo, em si mesma (Conley, 1996; Vázquez & Muñoz, 2001; Zufferey & Kerr, 2004; Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Menezes, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010). Pela relevância que a sua descoberta teve na concretização deste trajeto de investigação, as propostas apresentadas no quadro deste consenso teórico são alvo de análise pormenorizada. Apresentam-se, no ponto subsequente, exemplos de intervenções desenhadas e implementadas segundo esta linha interpretativa (*e.g.*, *housing first*, apoio ao alojamento independente), tarefa no âmbito da qual se ilustram as diferenças substantivas entre estas propostas e as preconizadas nas fases anteriores. Ultima-se o capítulo com a sistematização de elementos e dimensões da situação de sem-abrigo que permanecem por compreender em profundidade, tarefa no âmbito da qual se apresentam, segundo sugestões de especialistas nesta matéria, as prioridades de investigação (Menezes, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010). Sublinham-se, por último (subcapítulo 2.2 – *Tripulações, naufrágios e barcos que (não) zarparam: Enredos de cartas antigas e seus aditamentos sob promessas de roteiros participados e dignificantes*), as fragilidades desta abordagem e os desafios que (ainda) se colocam à sua consolidação.

O capítulo terceiro, denominado *Grounded Theory: Uma metodologia singular de geração sistemática de teoria*, é consagrado à apresentação da *Grounded Theory* Clássica, dado ser nela que se ancora conceptual e metodologicamente a investigação por nós desenvolvida. Inicia-se com uma sinopse da evolução operada no decurso do

século XX, no que à investigação em Ciências Sociais e Humanas respeita e, neste âmbito, com a explicitação das circunstâncias em que surge a *Grounded Theory* Clássica (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1992, 1998, 2001; Strauss & Corbin, 1994, 1998; Bryan & Charmaz, 2007; Punch, 2009). Destacam-se, salientando as diferenças face a outras opções de realização de investigação científica, os seus fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, reflexões que antecedem a apresentação da *Grounded Theory*. Aborda-se, em detalhe, cada uma das componentes e os distintos momentos inerentes à realização de investigação consubstanciada na *GT* Glaseriana e, por fim, apresentam-se indicadores de avaliação dos projetos desenvolvidos segundo estas orientações. Neste contexto, explicita-se, em acréscimo, como a geração da teoria emergente constitui um elemento estruturante e norteador de todos os processos, nomeadamente, a entrada no campo de investigação, a recolha e codificação de dados, a escrita de memorandos e a sistematização de categorias.

Versadas as referências estruturantes em relação à *Grounded Theory* Clássica, e enunciadas as suas singularidades em comparação com outras abordagens, o capítulo 4 – *Metodologia: Percursos e descobertas no processo de geração da teoria sobrevivendo às ruas*, sumaria a concretização das opções metodológicas assumidas. No primeiro ponto procede-se à revisão de elementos que sustentam a sua adequação num projeto de matriz identitária nas Ciências da Educação. Apresentam-se, segundo critérios diversos (*e.g.*, social, económico, político), as circunstâncias enquadradoras que emolduram o quadro que sustenta a opção pelo desenvolvimento de uma investigação, no âmbito da Formação de Adultos e Educação Permanente, subordinada, em específico, à situação de sem-abrigo (não, apenas, à caracterização das pessoas que a experienciam ou a identificação de fatores que concorrem para a sua existência e para a sua materialização em configurações múltiplas), e desenvolvida na região centro do país. Este procedimento é, a nosso ver, essencial para a compreensão da tomada de decisão que culminou na substituição do *design* original de investigação pela *GT* Glaseriana. Integram-na, ainda, uma explicitação breve do plano de investigação atendendo às componentes previstas na sua formulação inicial (fundamentação teórica, objetivos gerais, estudos previstos, estratégias de seleção da amostra, instrumentos, procedimentos de recolha e análise dos dados), secundada pela compilação dos fundamentos que suportaram a sua substituição, em prol de uma abordagem mais profícua, a qual possibilitasse uma análise compreensiva profunda dos comportamentos

e problemas de homens e mulheres adultos/as que experienciam a situação de sem-abrigo.

Justificada a opção pela *Grounded Theory* Clássica, consagra-se a componente seguinte do capítulo 4 à clarificação do processo de geração da *GT* original. De forma a assegurar a necessária articulação e coerência entre partes desta Tese esta componente estrutura-se de forma a respeitar as indicações fornecidas no capítulo 3, atendendo às diretrizes de Glaser e Strauss (1967) e Glaser (1978; Glaser, 1993, 1994, 1996, 1998, 1999, 2001, 2006, 2007, 20012, 2014). Assim sendo, principia-se com a caracterização da amostra, tarefa no âmbito da qual descrevemos, segundo uma abordagem multicritério, os/as participantes (n= 96 inquiridos/as) que colaboraram no estudo. Dado tratar-se de uma amostra teórica, a qual *obrigou* a cuidados específicos na sua definição (*e.g.*, Glaser, 1978; Cutcliffe, 2000), a descrição de cada um dos subgrupos que a integraram [pessoas em situação de sem-abrigo no período em que decorreu o estudo, pessoas que a haviam experienciado noutro(s) período(s) da sua trajetória, e profissionais] ocorre em estreita articulação com a explicitação dos fundamentos que sustentaram a sua inclusão neste trabalho. Não se trata, por conseguinte, da simples descrição de um conjunto de características tidas como (potencialmente) relevantes para a investigação (*e.g.*, género, idade, situação profissional, tempo de pernoita na rua), mas sim a apresentação das especificidades que tornam estes/as participantes informadores/as de relevo para a sua compreensão. Recorde-se que,

[p]urposive sampling is used to recruit participants that represent particular variables of interest. The goal is not to generate a representative sample as much as to have sufficient numbers of individuals in each variable of interest in order to discern patterns (Dickson-Gomez *et al.*, 2008, p. 120).

Por estes motivos, e visando a geração de uma teoria completa e robusta, em que a situação de sem-abrigo surge sistematizada a partir das perspetivas e comportamentos daqueles/as que a experienciam, ou que com ele contactam no quotidiano, a indicação dos elementos que sustentaram tratar-se de uma amostra representativa das variabilidades da área substantiva em estudo, e não das características de uma determinada população, é um imperativo neste projeto.

No ponto seguinte expõem-se as sínteses dos processos de recrutamento e recolha, assim como de codificação e análise dos dados, ações que, pelas exigências inerentes à realização de investigação segundo as premissas da *GT* Glaseriana,

ocorreram, desde as fases iniciais de concretização do trabalho, através de modalidades distintas de observação (*e.g.*, observações livres de espaços de frequência não controlada, observação participante dos giros de rua). Esta sinalização e recolha inicial de perspectivas de elementos chave da comunidade em estudo possibilitaram, em momento subsequente, a identificação de outros/as colaboradores/as e a mobilização de estratégias complementares (*e.g.*, realização de observações em contextos selecionados pela relevância que possuem no quotidiano das pessoas em situação de sem-abrigo, análise de documentos informais e formais da autoria dos/as participantes do estudo), num procedimento que implicou crescente refinamento, desembocando na delimitação de categorias relevantes. Tratou-se, em suma, da mobilização de um “movimento entre um questionamento constante e recursivo a propósito dos dados que são recolhidos e a comparação constante entre as respostas que são encontradas para as questões e os dados que as suscitaram” (Fernandes & Maia, 2003, p. 62). Processo que obrigou a elevada flexibilidade por parte da investigadora, que muitas vezes foi confrontada com a necessidade de analisar informações secundárias (*e.g.*, obtidas através das observações não-estruturadas realizadas) e de as contrastar, numa lógica comparada, com as restantes informações, num esforço de robustecimento da análise efetuada.

Para que toda esta complexidade processual se tornasse mais facilmente inteligível, em grande medida devido ao número e riqueza das fontes de informação a que se recorreu, as quais incluíram dados provenientes dos processos de observação realizados, memorandos, e entrevistas, optou-se pela apresentação, em secção separada, dos instrumentos de recolha de dados e dos processos de codificação e análise. Esta decisão deve, no entanto, ser *lida* de forma criteriosa, pois visa, em exclusivo, facilitar a compreensão do procedimento implementado. Em rigor, estas fontes foram mobilizadas no decurso de um processo de codificação e análise que se iniciou com a primeira recolha de informações e não de forma segmentada ou em momentos pontuais de recolha de dados.

Assim, após a exposição dos instrumentos, e da sua caracterização, abordam-se as estratégias de codificação e análise utilizadas, explicitando, para este efeito, como se concretizou, inicialmente, a codificação aberta e se evoluiu, em seguida, para níveis mais complexos, que concorreram para a emergência das categorias conceptuais e identificação das suas propriedades. Explana-se, ainda, o processo de comparação que

possibilitou a integração de propriedades e de categorias noutras categorias, e que conduziu, por estratégias de redução progressiva, à identificação das categorias-chave que conformam esta *GT*. Destacam-se, então, os principais padrões identificados e, em estreita relação com estes, as categorias e as suas propriedades. Dá-se, em seguida, início à caracterização do processo de codificação seletiva, em que se atendeu à relação que cada categoria possui com a variável principal. Ultima-se esta componente com a identificação dos elementos que sustentam termos atingido uma proposta de explicitação concetual em que a categoria principal explica a maior parte da variação num determinado padrão comportamento.

Mencionadas as opções metodológicas assumidas e descritos os procedimentos implementados. O capítulo quinto desta Tese é dedicado à explanação, nas suas componentes estruturantes, da *Grounded Theory sobrevivendo às ruas*. Dado tratar-se de um modelo teórico original, a estrutura deste capítulo obedece a uma organização própria, a qual se estrutura com o objetivo de dar resposta à interrogação principal que norteou este trabalho [“qual(ais) é(são) o(s) principal(ais) problema(s) e/ou preocupação(ões) das pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo?”]. Intencionalmente organizado segundo a premissa de explicitação da categoria principal e das hipóteses conceptuais em torno dela geradas, neste capítulo expõem-se os padrões de comportamento identificados e as interações que concorrem para a sua emergência e (não) manutenção no tempo (*cf.*, Glaser 1978, 1992, 1998, 2004, 2006, 2012, 2014). Os conceitos e as hipóteses são apresentados primeiramente para, em seguida, se proceder à sua fundamentação. Para este efeito identificam-se os conceitos que emergiram dos dados e as conexões conceptuais que estabelecem entre si, em detrimento da mobilização de uma abordagem descritiva, assente e na síntese dos discursos e observações formuladas ou na súmula das perspetivas dos/as participantes. Neste âmbito, as narrativas dos/as participantes e os excertos de documentos analisados serão integrados no corpo do texto, de forma parcimoniosa, enquanto ilustração das categorias e/ou da relação que estas estabelecem entre si, tal como Glaser e Strauss (1967) e Glaser (*e.g.*, 1978, 1992, 1998, 2004, 2006, 2012, 2014) defendem. Critério idêntico se utiliza para a integração de referências provenientes da revisão da literatura da especialidade que, neste capítulo, ocorre em momentos específicos da explicitação das fases e subfases que conformam a *GT* gerada, sendo mobilizadas com o intuito de robustecer a teoria e de enriquecer a reflexão sobre ela tecida.

Elucidados os cuidados essenciais na organização deste capítulo resta-nos a explicitação da sua estrutura. Para esta tarefa recorre-se, de novo, às indicações expressas pelos seus autores (*e.g.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1998, 2004, 2006, 2012, 2014), que sugerem a mobilização de uma abordagem *top-down*, contrária à metodologia (*bottom-up*) utilizada para a sua elaboração. Esta alteração deve-se, na sua essência, à necessidade de familiarizar o/a leitor/a com as dimensões estruturantes da *GT*, antes que este se confronte com dimensões específicas de cada uma das dimensões que a integram, as quais seriam *lidas* de forma superficial, devido ao desconhecimento da matriz conceptual global que a teoria assume e dos fundamentos que a sustentam. Envolvido/a num conjunto muito vasto de dados que se organizam em indicadores que, por sua vez, se agrupam em categorias, as quais também se organizam, segundo níveis de complexidade crescente, em categorias mais complexas e que, por fim, se agrupam (por efeito de processos de interação diversos), em subfases, as quais, por sua vez, integram as 3 fases desta *GT*, o/a leitor/a correria o risco de se perder numa *folie analytique* (*cf.*, Le Boterf, 1998) que não lhe permitiria a compreensão das linhas estruturantes desta proposta e das opções de sustentação que a corporizam. Por conseguinte, a apresentação da *GT* inicia-se com a descrição das suas dimensões de superfície, *i.e.*, com a caracterização de cada uma das fases e subfases que a constituem. Sob as designações *resistindo à fragmentação da trajetória de vida* (fase 1), *adaptando-se aos imperativos da vida na rua* (fase 2) e *(re)configurando uma trajetória de vida* (fase 3)], representam as principais preocupações e comportamentos mobilizados por homens e mulheres em resultado da experiência dos fenómenos de contração e expansão do universo de possíveis (a que aludimos no contexto de explanação das dimensões de profundidade). Neste âmbito analisam-se os elementos nucleares que conformam cada uma das fases, distinguindo-as das restantes, e apresentam-se as subcategorias principais que as compõem. Sumariados estes referentes, procede-se à exploração das respetivas subfases [Ponto 5.2 “*De ilusões desvanecidas, filme de esperanças perdidas*”: *Caracterização das subfases da Grounded Theory original*]. Demarcam-se, neste contexto, as categorias de maior abrangência e procede-se à sua decomposição, num esforço de especificação gradual que culmina na apresentação de exemplos das verbalizações dos/as participantes no estudo. Incluem-se, a título de exemplo, excertos das narrativas dos/as inquiridos/as durante a entrevista ou comentários dos/as homens e mulheres com quem contactamos no âmbito das

observações realizadas, nos quais se alude de forma direta para as (sub)categorias em análise.

Por sua vez, o capítulo 6 é devotado à ilustração das dimensões em profundidade da *GT* formulada e à apresentação das principais implicações do estudo. Inicia-se pela descrição dos processos de evolução contínuos que se materializam através da emergência e consolidação de micromutações na(s) trajetória(s) de vivência da situação de sem-abrigo [Ponto 6.1.1.]. Deve ter-se em consideração, no quadro analítico em causa, que o processo psicológico e social básico (*sobreviver à rua*) estudado se materializa através de um trilho evolutivo de itinerário previsível, mas de continuidade não linear, incorporando, em si mesmo, momentos de evolução, regressão e estagnação. Numa analogia com os fenómenos de contração e expansão que o Universo sofre, este surge exposto como um *continuum* que se inicia antes na emergência da vivência da situação de sem-abrigo, quando o indivíduo experiencia as primeiras ameaças sérias no seu percurso, e termina após a *(re)configuração da trajetória de vida*. Descrevem-se, com detalhe, as transformações decorrentes da *fragilização crescente do universo de possíveis* e o seu contributo específico, via contínuo incremento da sua expressão (em número, tipo, e gravidade), para a experenciação de fenómenos diversos de *contração*. Numa progressão não controlada e em que os estreitamentos sofridos se alimentam, mutuamente, esta evolui, no extremo, para a morte do indivíduo ou, em alternativa, para a formação de uma *singularidade*, da qual, através de uma (inicialmente) muito ténue *dilatação* da perceção de possibilidades e oportunidades se materializará, num progresso lento e irregular, um fenómeno de *expansão*. Este processo culmina na consolidação da *(re)configuração do universo de possíveis*, etapa que na literatura da especialidade surge conotada com a reinserção sucedida em sociedade (*e.g.*, Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Daly, 2013; Karabanow & Naylor, 2013; Fisher, *et al.*, 2014) e que, embora apresentada como ideal a atingir, para muitos/as dos/as homens e mulheres que se encontram em situação de sem-abrigo não chega a ultrapassar a valência do sonho.

À caracterização da evolução sofrida a nível das alterações no universo de possíveis acresce a explicitação dos desequilíbrios e reequilíbrios que ocorrem intrafases, em particular no que respeita às regularidades recorrentes que se notabilizam neste processo dinâmico. Analisam-se, com pormenor, as metamorfoses que sustentam estas regularidades [de desequilíbrio – (re)equilíbrio], e eu dão origem às

transformações qualitativas que sustentam modificações de relevo intrafases e, pela sua acumulação, a evolução para a fase seguinte (qualitativamente distinta da anterior). Expõem-se, neste ponto, os sinais e sintomas de (des)equilíbrio e os seus efeitos (isolados e em articulação) na trajetória do indivíduo.

O ponto seguinte reporta os *processos de evolução transitivos, i.e.*, os espaços-tempo de confluência de ativadores convergentes e de corporalização de metamorfismos. A partir da sua referenciação descrevem-se as transições entre (sub)fases e configurações [ponto 6.1.2.1], desde o seu surgimento à sedimentação das maturidades que as caracterizam. Exploram-se, neste âmbito, os fatores que fomentam a evolução para a fase seguinte, tarefa que nos conduz à operacionalização de um elemento vital desta *GT* original, as conjunturas críticas. Definidas, em traços gerais, como circunstâncias específicas que configuram um espaço-tempo concreto que materializa a rutura com o padrão anterior e a evolução para a fase subsequente, estes pontos de corte são da maior relevância para que se compreenda como ocorrem as transições de uma fase para outra, no âmbito de um processo que se assume como contínuo. Por fim, traçamos os dois ciclos recidivos assinalando, para o efeito, os padrões orbiculares involutivos de sobrevivência que lhe são próprios, *i.e.*, o continuum de progressão e retrocesso entre a subfase 2.1 (*estabilizando um padrão de vida*) e a subfase 2.2 (*experienciando os limites da sobrevivência*) que caracteriza o primeiro ciclo, e entre as subfases 2.1 (*estabilizando um padrão de vida*), 2.2 (*experienciando os limites da sobrevivência*) e 3.1 [(*re*)configurando sentido(s) na vida], respeitante ao segundo. Para além da revisão das configurações particulares expõem-se os fatores associados à sua cristalização no tempo, e as principais semelhanças e diferenças encontradas (intra e interpessoais; intra e intergrupos).

Fecham o capítulo a apreciação crítica do trabalho desenvolvido, ou seja, a sinalização de implicações decorrentes da sua realização [teóricas, para a investigação, e para a intervenção nesta área substantiva (*e.g.*, alteração das políticas existentes, revisão de modalidades de intervenção)], assim como as principais potencialidades e limitações do estudo. Porque convicta de que não se trata de uma problemática passível de compreensão e intervenção com base em medidas avulso, destinadas à pessoa sem que se proceda a qualquer alteração substantiva no contexto em que esta se insere, as sugestões fornecidas, incluindo as que respeitam às questões educativas, também

respeitam aos diferentes atores e organismos, abrangendo profissionais, membros da comunidade, e entidades diversas.

Importa referir, em anotação final, e atendendo a que esta é uma Tese de Doutoramento na área de Formação de Adultos e Educação Permanente, que no decurso da revisão da literatura foi conferido relevo à revisão de estudos que versem questões respeitantes à Educação e da Formação das pessoas que, no decurso da sua trajetória, experienciaram a situação de sem-abrigo, ou nas quais estas questões sejam abordadas no âmbito das implicações para a intervenção. Como veremos, existe uma importante relação de interdependência entre as oportunidades de Educação e Formação, as temáticas da liberdade e da democracia, assim como da pobreza extrema e da exclusão social, sendo recorrentes as referências por parte de investigadores de diversos quadrantes científicos à necessidade de promover ações educativas e formativas de qualidade⁴. Estes contributos constituíram, em articulação com a leitura crítica de obras (inter)nacionais sobre Educação Permanente e modelos e práticas de Educação e Formação de Adultos, uma mais-valia, não somente no que concerne ao aprofundamento de conhecimento sobre esta área mas, também, a nível da reflexão crítica que subjaz à apresentação de implicações para a intervenção. Assim, embora não devotemos um capítulo à sua análise exaustiva, a sua influência encontra-se espelhada nas diversas sugestões apresentadas.

⁴ Assumem particular destaque, a este nível, as iniciativas previstas e/ou implementadas junto de públicos adultos alvo de processos de desvantagem educacional durante a infância e juventude, que experienciam vulnerabilidades substantivas na sua inserção comunitária e que mantêm uma fragilizada e intermitente ligação com o mercado de trabalho.

CAPÍTULO 1

CÂNTICO NEGRO: MAPEANDO OS SINUOSOS ITINERÁRIOS DE
CONCETUALIZAÇÃO E INTERVENÇÃO NA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Today's real borders are not between nations, but between powerful and powerless, free and fettered, privileged and humiliated. Today, no walls can separate humanitarian or human rights crises in one part of the world from national security crises in another.

Kofi Annan, Nobel lecture, 2001, parág. 3

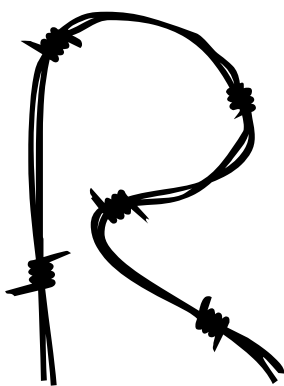
CAPÍTULO 1

CÂNTICO NEGRO⁵: MAPEANDO OS SINUOSOS ITINERÁRIOS DE CONCEPTUALIZAÇÃO E INTERVENÇÃO NA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

He was crushed by poverty, but the anxieties of his position had of late ceased to weigh upon him. He had given up attending to matters of practical importance; he had lost all desire to do so. Nothing that any landlady could do had a real terror for him. But to be stopped on the stairs, to be forced to listen to her trivial, irrelevant gossip, to pestering demands for payment, threats and complaints, and to rack his brains for excuses, to prevaricate, to lie – no, rather than that, he would creep down the stairs like a cat and slip out unseen.

This evening, however, on coming out into the street, he became acutely aware of his fears. “I want to attempt a thing like that and am frightened by these trifles,” he thought, with an odd smile. “I’m ... yes, all is in a man’s hands and he lets it all slip from cowardice, that’s an axiom. It would be interesting to know what it is men are most afraid of. Taking a new step, uttering a new word is what they fear most...”

Fyodor Dostoevsky, *Crime and punishment: A novel in six parts and an epilogue*⁶, 1917, parte 1, cap. 1, parág 3



eflexo de pronunciadas disparidades, numa aparente matriz coesa de governação e de vivência em coletividade organizada, a situação de sem-abrigo constitui, na memória coletiva, a incómoda lembrança de que, pese a ilusão de que vivemos num “paraíso à beira mar plantado”, arpoado numa União Europeia *forjada* nos princípios da dignidade, liberdade, igualdade e solidariedade [cf., Carta dos direitos fundamentais da União Europeia (2010/C 83/02)], o *Cântico é negro* para muitas pessoas e famílias. Ilustração objetiva de que a *utopia* constante nas orientações e normativos (inter)nacionais sobre igualdade entre pessoas e povos não se materializa

⁵ Título de Poema da autoria de José Régio, que integra a obra *Poemas de Deus e do Diabo*, cuja primeira edição data de 1925.

⁶ Tradução da obra original, da autoria de Constance Garnett, integrada na coleção Harvard Classics Shelf of Fiction e passível de consulta em <http://www.bartleby.com/br/318.html>.

para todos/as, a experiência da situação de sem-abrigo denuncia, pela sua própria existência, a evidência de severos *bugs* no paradigma neoliberal vigente⁷ (e.g., Council of the European Union, 2010; Porter & Jackman, 2011). Se, pelo incremento do número e diversidade (deste e de outros tipos) de erros de sistema que se vêm a sentir nas últimas décadas (Lynne, 2010; Lourie, 2011; Comité Económico Social Europeu, 2012; Muižnieks, 2012; Parliamentary Assembly, 2012; Fernandes & Krupenski, 2013; Rodrigues, 2013), poderíamos assumir que já estamos na emergência de um *crash*, a realidade mostra-nos que este possui uma *energia interna* bem mais potente do que os seus oponentes presumiam.

Apelidado de “toxic neoliberal economic policy cocktail” (Palley, 2013, p. 1) e apontado como um fatores que mais contribuiu para a crise da zona euro (Palley, 2012; Mazaratti, 2012; Milios, 2013; Sotiropoulos, Milios, & Lapatsioras, 2013; Zacune, 2013) este modelo continua a ser defendido, pela maioria dos governos dos seus Estados membros, como a única opção viável no cenário atual. Assumindo, em simultâneo, o papel de causa e de solução, mantém, para os seus defensores, a liderança indisputada nas opções de gestão dos desafios que se colocam às democracias europeias, sendo apontado como substrato indispensável no esforço conjunto que pessoas e organismos devem encetar no sentido do restabelecimento do equilíbrio perdido. Assim, e em resultado direto do descartar de potenciais alternativas, a vasta maioria de cidadãos/as é convocada (por vezes de forma coerciva) a participar neste esforço (apresentado como) coletivo, prescindindo, para isso, de privilégios e regalias que anteriormente lhe haviam sido assegurados. De forma pernicioso, esta hegemonia do “profit over people” (cf., Chomsky, 1999) sustenta-se, espante-se o/a leitor/a, no argumento de que para assegurar a continuidade de um regime respeitador de direitos e liberdades é imprescindível adotar um regime de progressiva limitação desses mesmos direitos e liberdades.

⁷ Encontra-se, na literatura, um vasto leque de referências ao neoliberalismo, nas quais este surge apontado como “the dominant ideology shaping the world today” (Thorsen & Lie, s.d., p. 1). Igualmente de fácil acesso é a consulta de obras que versam, entre outros tópicos de relevo, a análise crítica, segundo prismas diferenciados, dos seus pressupostos chave, da evolução operada, das propostas dominantes em diferentes períodos, assim como as suas principais potencialidades e fragilidades (e.g., Bourdieu, 1998, 2001; Chomsky, 1999, 2001; Abbey, 2005; Duménil & Lévy, 2004, 2005; Hartwich, 2009; Sapiro, 2010; Thorsen, 2011; Hall & Lamont, 2013; Hilgers, 2013; Palley, 2013; Piller & Cho, 2013).

Num clima dominado por uma *economia predadora* (cf., Cohen & DeLong, 2010), sob a *ameaça* constante de que “as coisas podem piorar” (no qual as opções tomadas são apresentadas como as possíveis), em face de uma realidade sobre a qual possuem dificuldade em posicionar-se de forma crítica e perante a qual se sentem cada vez mais impotentes (e.g., dadas as constantes diminuições dos direitos coletivos que se têm vindo a materializar nos últimos anos), estes/as mesmos/as cidadãos/as são *hoje* individualmente chamados a colaborar, de forma *responsável* (leia-se nas condições que lhe são impostas), na melhoria das suas circunstâncias e das sociedades em que vivem.

Acontecimentos que corroboram a posição de Krugman (2012, s.p.), prémio Nobel da Economia, para quem “[t]he drive for austerity was about using the crisis, not solving it. It still is”. De facto, mesmo ao olhar do/a cidadão/ã comum é pouco provável escaparem as evidências de que, ao invés da sua retração ou da emergência de metamorfoses que ponham os seus pressupostos chave em causa, a crise de 2008 concorreu para um maior investimento dos pressupostos do neoliberalismo e acentuada repriorização do crescimento económico em detrimento do bem-estar e qualidade de vida das populações (cf., Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011; European; European Central Bank, 2011; Commission DG Economic and Financial Affairs, 2011).

Em estreita sintonia com estes fenómenos verificou-se, a nível governativo, uma intensa generalização da adoção de um estilo de *governança reflexiva*, sendo indiscutível a sua dominância na política nacional e europeia (Dean, 1999; Furedi, 2006a, 2006b). Perfilha-se, *hoje*, a ideologia de que as pessoas são as principais (senão únicas) responsáveis pelas suas ações e pelas consequências que delas advêm, sendo, também, elas que devem assumir os encargos inerentes à minimização dos riscos que experienciam (Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010). Privilegia-se o arquétipo do *ser autónomo*, indivíduo que pelas suas ações e julgamentos imprime autenticidade aos princípios sociais e políticos defendidos, legitimando as políticas existentes (Oshana, 2003, p. 99). Valorização que advém, ainda, de uma intencional desconsideração de eventuais falhas substantivas, a nível dos princípios estruturantes

deste paradigma ou da sua efetivação⁸, que passam a surgir descritas como pouco relevantes, em detrimento do próprio a quem é requerida a *obrigação* de ser cidadão, informado, responsável, ativo, e um conjunto enorme de outros atributos que atestam a sua capacidade de adaptação às exigências da sociedade em que se encontra inserido (Wolf, 2011).

Nesta linha de tendência governativa, a situação de sem-abrigo surge “reconstructed as the direct choice of a rational individual or as the result of other choices of a deviant individual” (Parsell & Parsell, 2012, p. 425), sendo esta interpretação consubstanciada em dois indicadores complementares. Por um lado, é apresentada como uma ilação (óbvia e) legítima do princípio chave, que discutimos nos parágrafos precedentes, segundo o qual nas democracias ocidentais o indivíduo é autónomo, cabendo-lhe a responsabilidade de tomar decisões e, também, de assumir as consequências delas decorrentes. Por outro lado, e em estreita articulação com o princípio anterior, “to view individuals as lacking agency to make choices or lacking the resources to control their housing options” (Parsell & Parsell, 2012, p. 425), pressuporia que se reconhecesse que a existência de dissonâncias severas, entre os pressupostos disseminados e a realidade vivenciada (ou seja, que se apontassem incongruências graves nos mecanismos de concretização dos ideais democráticos), é uma possibilidade, abordagem que os defensores deste paradigma indigitam, aprioristicamente, como infértil. Em suma, num ciclo de autorreforço da legitimação da matriz hegemónica de *leitura* dos fenómenos sociais, descartam-se, à partida, os elementos que poderiam constituir evidência das graves insuficiências do paradigma neoliberal, enquanto se apontam como viáveis apenas as explicações que concorrem para o reforço das suas premissas de base (Oshana, 2003; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Parsell & Parsell, 2012).

⁸ McNaughton (2008, p. 25) fornece um exemplo que ilustra o argumento que apresentámos “[i]ndividuals are increasingly given opportunities and education to govern themselves – to act in responsible ways, through their actions and lifestyles, to reduce collective social problems. So for example, healthy eating programs have been introduced to address obesity and poor health associated with bad diets. Thus individual action and responsibility for it is both promoted, and in turn regulated, by this system, whilst broader structural issues (free markets and production that have led to an overabundance of rich food being available for example) that may explain such problems remain untouched. There is now a ‘politics of behaviour’ with policies increasingly focusing on individuals and how they live their lives”.

Desta opção de (in)visibilização de determinados fatores e dimensões em detrimentos de outros resulta, a nível da definição e priorização de políticas públicas sobre esta matéria, um acentuado enviesamento no sentido da aposta na colmatação de *supostas* fragilidades/lacunas manifestas pela pessoa, em oposição ao combate de fatores estruturais e económicos (Spinnewijn, 2009; Declaração do Parlamento europeu, de 16 de Dezembro de 2010, sobre uma Estratégia da UE para os sem-abrigo, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010a, 2010b, 2010c, 2011, 2012a; Parliamentary Assembly, 2012a). Assim se explica que, em face de um cenário económico e social cada vez mais exigente, os governos centrem as suas preocupações nos processos de *empoderamento* dos/as seus cidadãos/as, aqui entendidos enquanto realidades individuais (e não membros de coletividades), no sentido de que através dele sejam capazes de fazer as escolhas *certas* e de se comportar em consonância, na senda da sua transformação neste agente *autónomo responsável ideal*. Negligenciam-se, por sua vez e de forma intencional, a delineação e implementação de modalidades articuladas de combate às desigualdades experienciadas por grupos mais vulneráveis à atual conjuntura [*e.g.*, criação de emprego, expansão da oferta de alojamento (*e.g.*, aquisição de alojamento *low cost*, apoio para arrendamento, cedência de habitação pública)].

This anti-democratic ethos informs government policymaking and agenda. People are not so much engaged as 'treated', 'supported', 'counselled'. Today, the authorities take a highly individualised approach towards the public, which seeks to disaggregate them and manage them as clients or patients. Of course, so long as the public is disengaged from politics, they can be treated as atomised individuals. The politics of behaviour both confirms this status, and consolidates it.

The representation of state policy as an instrument of 'empowerment' institutionalises that relationship of dependence between patient and therapist in a disturbing new way. It is difficult to reconcile the view of an individual as someone whose emotional wellbeing is contingent on institutional support, with the democratic vision of a citizen who holds the powers-that-be to account. The transformation of the citizen into a patient has the potential for altering the relationship between the people and public institutions. The new therapeutic social contract is underwritten by the paternalistic assumption that the vulnerable subject needs the management and 'support' of officialdom and the state. Indeed, in all but name it ceases to be a social contract at all, and turns the relationship between the public and the state into an individual transaction (Furedi, 2006b, parág. 29).

Radicada num imperativo de teor moralista, esta política de matriz *reflexiva*, enferma de limitações várias, das quais releva, para este trabalho, a não especificação clara dos valores em que se fundamenta, associada a uma indefinição de propósitos e de direção do próprio governo. Segundo Dean (1999), seria esta ausência de intenção a principal variável explicativa do aumento de preocupação com questões de microgestão de comportamentos, num esforço intencional de obviação de outras questões essenciais à governação. Valida-se, assim, a formalização de um “regime do social”, do qual fazem parte agências governamentais, especialistas, trabalhadores/as sociais, voluntários/as, entre outros agentes a quem é atribuído o papel simultâneo de *parceiros e tutores*, na concretização do processo de apoio na minimização e gestão de riscos e recursos dos seus pares que manifestam dificuldades/limitações, na senda da sua evolução ao estatuto de cidadão/a *autónomo/a, responsável, ideal* (e.g., Dean, 1999; McNaughton, 2008).

Sustentado na premissa de que o acesso aos recursos necessários para que as pessoas possam *educar-se* e assumir uma cidadania ativa e consentânea com os padrões (in)formais definidos pela sociedade a que pertencem está, à partida, assegurado, este enquadramento social antevê, para os *transgressores* que tomam decisões tidas como mal sucedidas/desajustadas, consequências de gravidade diferenciada (Oshana, 2003; Furedi, 2006a; McNaughton, 2010). As punições previstas (em resultado deste desajuste entre aquilo que se espera para o/a cidadão/ã responsável e as condutas de determinadas pessoas e/ou grupos) assumem características muito distintas podendo, por exemplo, no seu extremo mais leve, circunscrever-se a juízos de valor negativos (sobre o comportamento, a pessoa ou o grupo) ou a limitações no acesso a privilégios informais por um período curto de tempo (e.g., ser-lhe retirado o convite para participação em atividades de lazer realizadas na comunidade) e, no extremo oposto, incluir a privação definitiva do usufruto de bens e regalias (e.g., ser-lhe impedida a entrada num espaço cultural), a expulsão de grupos (e.g., ser banido do seio familiar) ou a perda de liberdade (quando o desajuste em causa possui correlato direto com o não cumprimento da legislação em vigor e lhe são imputáveis sanções criminais condenatórias).

Note-se, no entanto, que muitos destes mecanismos não se encontram formalizados, embora façam parte da *norma comportamental e moral* dominante nos

grupos e contextos em que a pessoa se movimenta, razão pela qual esta pode, ou não, ter deles conhecimento. Isto significa que a(s) transgressão(ões) também não pode(m), na sua totalidade, ser antecipada(s), ocorrendo o mesmo em relação às suas consequências, pois estas transcendem em muito o domínio da aplicação da lei. Num contexto pautado pela *economia de mercado*, e perante um cenário histórico e social de manifesta instabilidade (no qual se inclui uma crise de valores), este fator constitui um elemento adicional que suporta a sensação⁹ de estar *em permanente teste*, ou seja, temeroso/a da possibilidade de que, por eventual(ais) infração(ões), lhe sejam retirados bens e/ou regalias. Aqui, de novo, se reforça a convicção de que, qualquer problema/limitação experienciado/a se deve, em última instância, àquele/a que o/a vivencia e, salvo circunstâncias muito excepcionais, às vicissitudes e fragilidades inerentes à própria matriz vigente, num ciclo em que até as suas vítimas cooperam, pelos receios que possuem e pelos comportamentos que manifestam no seu combate, para a sua validação. Através desta *lente*, pela importância que a habitação possui, e pela quantidade de ruturas e (des)vinculações que incorpora (*e.g.*, Burt, Aron, & Lee, 2001; Lee & Greif, 2008; European Commission, 2010b; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010b; WHO Regional Office for Europe, 2010; Paasche, 2012; Young, 2012), a situação de sem-abrigo materializa as sequelas (in)diretas de infrações tidas como muito severas¹⁰, perante as quais a *punição* é de “ontological crisis, anomie, purgatory, being ‘cast out’ of the Paradise of belonging to society, being ‘outside’ of both objective and subjective levels” (McNaughton, 2008, p. 7).

Deve, ainda a este respeito, ter-se em consideração que, para a maioria dos sistemas democráticos que perfilham esta dependência da quimera neoliberal, esta expulsão não assume um carácter definitivo. Em parte, pela necessidade de legitimar as conjeturas que adota e de autovalidar as ações existentes (*e.g.*, cabe ao indivíduo criar as suas oportunidades e decidir o seu caminho) mas, também, devido à influência dos valores de dignidade humana, liberdade, democracia e igualdade (*cf.*, Carta dos Direitos

⁹ Sensação experienciada com grande intensidade por pessoas e grupos com padrões fragilizados de inserção nos múltiplos sistemas que constituem a comunidade e a sociedade em que se encontram, e com os quais possuem vínculos (sejam estes próximos ou, substancialmente, distintos daqueles que os/as seus/as congêneres experienciam).

¹⁰ De acordo com Gould e Williams (2010, p. 171) “[t]hese personal failings are considered sociopathic or a result of moral torpitude. Homelessness then is a punishment justly administered”.

Fundamentais da União Europeia, 2010), em muitas das iniciativas desenvolvidas em cenário Europeu, encontra-se prevista (e é valorizada) a possibilidade de reingresso à vida *adaptada* em sociedade para aqueles/as a quem for interdito, através de mecanismos formais ou não-formais, o acesso e o usufruto de um conjunto diverso de bens e/ou regalias, em teoria, asseguradas aos seus pares. Para tal, os/as *excluídos/as* devem sujeitar-se à ação de um conjunto de instrumentos de regulação disponibilizados pelo próprio sistema e, com recurso aos apoios especializados colocados ao seu dispor, (re)estabelecer vínculos no sentido de se aproximar aos padrões de vida tidos como desejáveis. Exemplificam estas *oportunidades* os programas de combate à exclusão que, nos últimos tempos, assumiram(em) um lugar de destaque nesta proposta de *realinhamento* da pessoa com o tecido social. Curiosamente, e como se verifica pelo trecho seguinte, os seus resultados efetivos podem ficar muito aquém daquilo que se assume ser a meta da sua implementação:

[p]rograms to fight social exclusion ideally take a comprehensive approach, progressively tackling multiple problems and tailoring solutions to a person's particular combination of needs. Solutions usually entail the participation of the excluded in their own inclusion. The European Social Funds have co-funded local projects that help rebuild social relations and "reinsert" excluded people in socially useful activities. These projects might include working in a subsidized job, taking a training course, or renovating housing for the homeless. They may not lift someone out of poverty, but they do reknit the social bond. Inclusion does not rely only on having a paid job in a for-profit business (Silver, 2006, p. 4413).

No entanto, e espante-se o/a leitor/a, dada a referência explícita à questionável eficácia real deste tipo de propostas, mantém-se, da parte da UE e dos governos dos seus Estados membros, uma clara intenção de manutenção desta linha de ação (*cf.*, Network of Independent Experts on Social Inclusion, 2009; European Commission, 2011a; Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011). Só no nosso país, ultrapassam as largas dezenas as iniciativas que visam a colmatação de lacunas/limitações nas mais diversas áreas (*e.g.*, liderança, empregabilidade, gestão de conflitos, desemprego). Apresentam-se, no seu âmbito e nos mais diversos formatos, ofertas de educação e formação que visam colmatar os défices tidos como de maior relevo nos estratos mais desfavorecidos da população (*e.g.*, sustentabilidade financeira, empregabilidade), num esforço consciente de imputar ao indivíduo a responsabilidade pela resolução dos problemas que experiencia, através do investimento na sua

qualificação (leia-se, da sua participação nestas iniciativas). Permanece, contudo, por escrutinar o peso diferencial de um conjunto diverso de fatores de outra ordem e de examinar possibilidades de minoração dos seus efeitos (*e.g.*, consequências da crise financeira, sequelas da deterioração da conjuntura política, económica e social que o país atravessa).

Não surpreende, pelo exposto, que o compromisso estabelecido pelo Governo Português em relação a esta matéria, quer no que aos objetivos estabelecidos nos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão respeita, quer no que concerne a própria Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo, parta da assunção (direta e não discutida) de que em Portugal existem

alguns fenómenos que configuram formas extremas de pobreza e exclusão, como é o caso das pessoas que, por qualquer razão correm o risco de perder, ou perderam o seu direito à habitação, estando ainda, em muitos casos, comprometido o acesso a outros direitos (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009, p. 5)¹¹.

Nem constituirá, provavelmente, estranheza de maior a constatação de que esta evidência de violação dos direitos previstos na Constituição da República Portuguesa, e de outros normativos em vigor, seja exposta como dado adquirido não suscetível de análise crítica e de imputação de responsabilidades aos proponentes e executantes das medidas em causa (a nível nacional, regional e local), em detrimento do investimento colocado na justificação da sua existência a partir da análise das insuficiências na implementação de ações, muitas vezes intituladas como *respostas sociais*, do desconhecimento do fenómeno por parte de entidades e profissionais ou, mesmo, do desinteresse e desinvestimento manifestado pelos/as seus destinatários/as. Justifica-se, mais uma vez, a matriz social de que se parte e oferecem-se, em teoria, propostas que

¹¹ Esta mesma afirmação encontra-se, embora sem qualquer referência à sua reprodução integral a partir deste documento, no Relatório de Actividades da Comissão Nacional para os Direitos Humanos de 2010-2011. Incluída na revisão das preocupações do Governo Português em relação a “grupos vulneráveis” surge, nesta segunda publicação, como ilustração do investimento devotado na concretização das intenções expressas nos PNAIS (Planos Nacionais de Ação para a Inclusão). Segundo esta comissão, “[o] compromisso com os objectivos definidos no âmbito dos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão, nomeadamente no que se refere aos relacionados com o risco de exclusão dos grupos vulneráveis e participação de todos os actores, tem estado na base de uma crescente preocupação do Governo Português relativamente a alguns fenómenos que configuram formas extremas de pobreza e exclusão, como é o caso das pessoas que, por qualquer razão, correm o risco de perder ou perderam o seu direito à habitação, estando ainda, em muitos casos, comprometido o acesso a outros direitos” (Comissão Nacional para os Direitos Humanos, 2011, p. 34).

traduzirão uma ação mais consentânea com os ideais que estariam subjacentes ao compromisso assumido.

Dissemina-se, por um lado, a ilusão de que a aceitação, nas condições e circunstâncias definidas pelos/as especialistas, resultará no eventual regresso à vida responsável e autónoma, característica do/a cidadão/ã de pleno direito, enquanto, pelo outro, se legitima o argumento de que eventuais insucessos neste percurso de reinserção são, mais do que outra coisa qualquer, evidência do desajuste de um grupo minoritário de pessoas que, pesem os esforços do sistema, não atingem o patamar mínimo exigido, numa sociedade que fornece aos/às seus/as habitantes as condições necessárias para uma inclusão plena e sucedida. Enredados num ciclo que se autossustenta, as pessoas em situação de sem-abrigo permanecem, em suma, numa esfera gravitacional de manifesta vulnerabilidade, reféns de programas e medidas, que visam corrigir os seus problemas e lacunas (segundo diferentes agentes, e em representação dos poderes instituídos), e das consequências (in)diretas da avaliação que o próprio sistema faz sobre o “potencial de inserção” de que manifestam serem capazes, num registo que, pelas vicissitudes que enferma, dificilmente abandonam em definitivo. E, quando esta *profecia autorrealizada* se confirma, estes homens e mulheres vêm-se, de novo, na *mira* dos organismos e agentes que legitimam esta ordem (não) natural das coisas e que, sob a capa da intenção democrática de uma livre e consentida integração, intensificam a sua ação *normalizadora*, na senda de que o *regresso à sociedade* (tido como o ideal consensualizado) possa um dia materializar-se com sucesso.

Com facilidade se depreende que, enquanto evidência de pronunciada fratura entre os ideais que fundam a matriz identitária das democracias europeias e os referentes que enformam o paradigma neoliberal, a situação de sem-abrigo tem constituído um *esqueleto* que os Governos muito se têm esforçado por manter no armário. Para além das medidas de *regulação* (de comportamentos e pessoas), a que já fizemos menção, acresce uma preocupação consciente em não fornecer uma proposta consensualizada de operacionalização do construto, carência que suporta uma massiva ausência de informação sistemática e atualizada sobre esta problemática (*e.g.*, Martins, 2007; Caminho & Pereira, 2010; Declaração do Parlamento Europeu, de 16 de Dezembro de 2010; Call on EU and Member States Commitment to Ending Homelessness in Europe, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les

Sans-Abri, 2010c; Comité Económico e Social Europeu, 2012). Esta assume, desta forma, o valor de *realidade* para a vasta maioria das pessoas a partir de análises parcelares de organismos e agentes que intervêm junto deste grupo minoritário da população, sendo o fenómeno conceptualizando segundo as tipologias de ação sobre ele desenvolvidas e descrito a partir das interpretações que dele são feitas.

Trata-se, em suma, da manutenção de um círculo que se retroalimenta, pois, ao tornar legítima a assunção de que são os/as destinatários/as de uma iniciativa, os/as únicos/as representantes de um determinado atributo ou característica, limita-se, de imediato, a caracterização desse mesmo atributo ou característica aos elementos que já se havia conjecturado necessitar dessa ação. Assim, assegura-se (em teoria) um *match* ideal entre as *respostas sociais* que se oferecem e eventuais beneficiários/as delas, não pela riqueza e qualidade da eventual iniciativa, mas porque só são nela abrangidos/as os seres humanos que, à partida, se tinha determinado. Aos restantes, que possam experienciar condições de inexistência de habitação e de ruturas severas com diversos sistemas, é vedado este tipo de apoios com o argumento [apresentado como lógico] de que *não existem* enquanto materialização da situação de sem-abrigo. Confrontam-se, por via deste mecanismo, com outra forma de exclusão, neste caso devida à negação direta da sua existência, num formato assaz danoso de invisibilidade em que, para além de sofrer os efeitos da precarização das suas circunstâncias e aumento da fragilização do(s) vínculo(s) com uma vasta parte dos sistemas da(s) comunidade(s) e da sociedade que integram, também, lhes são negados o acesso e o usufruto de uma parte substancial dos mecanismos tidos como essenciais a uma reinserção sucedida.

Em aparência resultado direto de dificuldades na recolha e compilação de dados, a ausência de informação (*e.g.*, sobre os destinatários/as das medidas, os/as que delas usufruíram de fato, as condições em que estas ocorrem, e aqueles/as que foram impedidos mesmo que tendo manifestado intenção de as integrar, aqueles/as que poderiam integrá-las mas as rejeitaram) constitui, em rigor, um dos principais fatores responsáveis pela manutenção da crença coletiva de que, em Portugal, a situação de sem-abrigo é uma realidade com pouca expressão. A sua reduzida notoriedade deve-se, porém, a uma complexa interação de variáveis indicadoras que, com graus de intencionalidade variados, serve o efeito de (re)validar a linha de ação preconizada no país e noutros estados da UE nesta matéria. Grupos considerados de difícil acesso, no

seio de uma população que é, em si mesma, descrita como *hard to reach*, são, em consequência, sistematicamente ignorados na vasta maioria de relatórios e documentos oficiais existentes (*e.g.*, homens/mulheres com deficiência física em situação de sem-teto, idosos/as), o que, entre outras sequelas nefastas, contribui para a perpetuação da sua invisibilidade generalizada.

A uma leitura menos reflexiva dos mecanismos que temos vindo a explicitar poderia parecer que as pessoas em situação de sem-abrigo são, nesta tese, retratadas como elementos passivos de um sistema opressivo, perante o qual não possuem qualquer margem de manobra negocial, dado o peso que esta orientação (quase obsessiva) na *economia de mercado* teria nas suas circunstâncias de vida, sentida de forma mais intensa em pessoas e grupos que possuem vínculos fragilizados e instáveis com o *mainstream*. Não é, em absoluto, essa a nossa convicção. Embora vítimas de influências que em muito extravasam a pessoa e os seus recursos, e à semelhança dos/as seus/as congéneres domiciliados/as, possuem (algum) controlo sobre parte dos acontecimentos que ocorre(ra)m e irão ocorrer na sua vida (Whitback & Simons, 1993; Daly, 1996; van Doorn, 2000, 2010; Sousa & Almeida, 2001; Hopper, 2003; Cardona, 2004; Cardinale, 2004; Fitzpatrick, 2005; Cone, 2006; Biswas-Diener & Diener, 2006; Marr, DeVerteuil, & Snow, 2009; McNaughton, 2010). Tal como os restantes seres humanos (sem limitações significativas do foro cognitivo e/ou psiquiátrico que lhes impossibilitam orientação auto e alopsíquica), estes homens e mulheres também interpretam acontecimentos atribuindo-lhes significado(s), vivenciam dilemas e tomam decisões, expressam a sua opinião e (não) agem de acordo com ela, adotam comportamentos que, mais tarde, mantêm ou alteram, ou seja, posicionam-se de forma ativa, mobilizando-se em função da sua apreciação (dos desafios, oportunidades, exigências, limitações) do que (não) devem e (não) podem fazer. A questão chave reside, pois, na reflexão crítica sobre as constricções que esta *autonomia* de pensamento e ação possui para aqueles/as que vivenciam a situação de sem-abrigo, dado o volume e intensidade dos constrangimentos e pressões a que estão expostos e a limitação acentuada a nível da perceção de oportunidades que experienciam (Cohen & Taylor, 1992; Fitzpatrick, 2005; Fitzpatrick & Stephens, 2007; McNaughton, 2008, 2010).

É, precisamente, porque se trata de pessoas envolvidas em ações, as quais integram alguns grupos (e não outros) e se relacionam com diferentes sistemas com

que contactam, e não de elementos passivos que possuiriam um conjunto de características passíveis de escrutínio, e eventual *reparação* (Blasi, 1994; Cary, 2003; Tanner, 2003; Miles & Okamoto, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Meda, 2010), que abordar a situação de sem-abrigo implica a reflexão sobre a sociedade que (não) *temos* e que (não) *queremos*, nas suas mais diversas facetas. Nesta linha de reflexão a pessoa, nesta circunstância ou não, é um sistema interdependente de outros (pessoas, grupos, organizações, comunidades) com quem contacta, exercendo e recebendo influências muito diversas (incluindo de pessoas, grupos, entidades ou outros referentes com quem não interage de forma direta). Assim, embora perante os efeitos, muitas vezes não desejados (e desconhecidos), de diferentes factores (*e.g.*, a nível individual, comunitário, social, económico) que atuam de forma isolada e/ou em simultâneo, e que se articulam criando condições para que esta se materialize e mantenha no tempo, o/a próprio/a é, pela inerência de ser humano/a, dotado/a de vontade e de (alguma) margem para pensamento, discurso e ação, os quais devem ser tidos em consideração (*e.g.*, Snow & Mulcahy, 2001; Gaertz & O'Grady, 2002; Rowe, 2002; Robinson & Coward, 2003; Cardinale, 2004; Reeve & Coward, 2004; Lee & Schreck, 2005; Biswas-Diener & Diener, 2006; DeVerteuil, 2006; Persaud, McIntyre, & Mileney, 2010; Wasserman & Clair, 2011). Afinal, cada um de nós, é (em parte) responsável pelos seus comportamentos.

Apresentadas as considerações gerais sobre o posicionamento, que sustenta a nossa interpretação crítica das características distintivas do atual paradigma de governação das questões sociais, e afloradas as suas implicações diretas para a emergência e manutenção da situação de sem-abrigo estamos em condição de proceder, de imediato, à apresentação da estrutura deste primeiro capítulo da tese. Partindo de uma sumária resenha dos fatores chave que sustentam o incremento do número e diversidade de configurações que esta problemática abarca analisam-se, segundo critérios múltiplos, propostas diferenciadas de conceptualização e de operacionalização. Para a concretização desta tarefa optámos por uma abordagem de tipo comparado, em que a apresentação das conceções agrega consigo um esforço interpretativo das suas similitudes e disparidades. Exibem-se, ainda, exemplos ilustrativos de estudos realizados segundo distintas linhas dominantes de interpretação da problemática e apontam-se as suas principais potencialidades e limitações. Dos múltiplos critérios mobilizados notabilizam-se a sua aplicabilidade a nível da criação ou redefinição de políticas

públicas, de programas de intervenção, bem como o seu contributo diferencial para o enriquecimento do conhecimento científico.

1.1. *"VEM POR AQUI - DIZEM-ME ALGUNS COM OS OLHOS DOCES"*¹²: DO ALICIAMENTO DA EQUIDADE DE INTENÇÕES AO CONFRONTO COM A INTENCIONAL DESCONEXÃO DE AÇÕES

*"Vem por aqui" – dizem-me alguns com os olhos doces
 Estendendo-me os braços, e seguros
 De que seria bom que eu os ouvisse
 Quando me dizem: "vem por aqui!"
 Eu olho-os com olhos lassos,
 (Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
 E cruzo os braços,
 E nunca vou por ali...*

José Régio, *Cântico Negro*, 1925, estrofes 1-8

Num clima de reconhecida preocupação relativamente às circunstâncias de vida de muitos cidadãos/as, e perante um cenário internacional de instabilidade com implicações generalizadas (e.g., a nível económico, social, político, urbanístico), a situação de sem-abrigo tem suscitado interesse crescente por parte de organismos e agentes que, em face do agravamento da conjuntura económica e social que se tem vindo a sentir, com particular notoriedade nos países que integram a União Europeia¹³, antecipam um aumento agressivo do número de pessoas que, em dado momento da sua

¹² Primeira estrofe do poema de José Régio "Cântico Negro", a que já fizemos alusão neste capítulo.

¹³ Corroboram esta informação, entre outras fontes passíveis de consulta pública (e.g., EUROSTAT, 2010a, 2010b, 2010c, 2011; EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, 2011,2012; European Anti-poverty Network Ireland, 2011, 2013), os dados disponibilizados pelo EUROSTAT a 3 de Dezembro de 2012 que situam em 24,2% a percentagem de residentes no espaço da UE que se encontraram, no ano de 2011, em risco de pobreza e/ou exclusão social, valor superior ao reportado em 2008 (23,5%). Importa, ainda, ter-se em atenção que 17% da população se encontrava em risco de pobreza económica e que 9% experienciou privação material severa. Dados que não distam substancialmente das informações disponibilizadas já em 2013, por este organismo, segundo as quais 16,9% da população da UE-27 está em risco de pobreza, sendo de 8,8% a percentagem da população que experienciou privação material severa. Note-se, ainda, que 37,5% reporta não ter condições para lidar com despesas financeiras imprevistas. Se nos circunscrevermos à realidade portuguesa constatamos que é de 24,4% a percentagem da população que se encontra em risco de pobreza (2,6 milhões de pessoas) e de 8,3% a percentagem de pessoas que experienciaram privação material severa, universo que ascende a 884 mil residentes (EUROSTAT, 2012).

trajetória de vida, se encontram em risco ou efetiva exclusão social¹⁴ (e.g., Almeida, Martins, Guerra, & Pinto, 2010; Amnistia Internacional - Portugal, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal & Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010; European Commission – Eurobarometer, 2010; EUROSTAT, 2010a, 2010b, 2010c; Rybkowska & Schneider, 2011).

Evidência de fragilidades severas nos mecanismos de regulação implementados, no decurso das últimas décadas, na generalidade dos países desenvolvidos¹⁵, a situação de sem-abrigo permanece como ilustração das sequelas mais dramáticas da intensificação das dificuldades, experienciadas por pessoas e famílias, em fazer face às exigências da vida em sociedade, que culminaram, para muitas delas, em rutura com a vasta maioria dos sistemas e, em estreita interdependência, na incapacidade de subsistir de forma autónoma (Burt, Aron, & Lee, 2001; Lee & Greif, 2008; European Commission, 2010b; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010b; WHO Regional Office for Europe, 2010; Paasche, 2012; Young, 2012).

¹⁴ Estas problemáticas assumem posição cimeira na Agenda da União Europeia, para os próximos anos. Veja-se, por exemplo, que a Estratégia Europa 2020 contempla a meta de diminuição de, no mínimo, 20 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social (European Union, 2013), tendo sido convocados os Estados membros a definir metas concretas para a sua redução e estratégias que possibilitem a sua concretização nos timings definidos.

¹⁵ As designações *avançado* e *desenvolvido* são comumente utilizadas em relação a um conjunto de países que se distinguiriam dos restantes por um elevado nível global de desenvolvimento, apreciação que resulta da análise compósita de um conjunto diverso de indicadores (e.g., qualidade de vida, crescimento económico). De acordo com Kofi Annan (2000, parág. 10), anterior Secretário-Geral das Nações Unidas, “a developed country is one that allows all its citizens to enjoy a free and healthy life in a safe environment. And a genuinely developing country is one in which civil society is able to insist, not only on material wellbeing, but on improving standards of human rights and environmental protection as well”. Pese a controvérsia em relação aos critérios que, com maior rigor, permitem a aferição do nível de desenvolvimento dos países (e.g., valor do produto interno bruto, índice de desenvolvimento humano), diferentes propostas de agrupamento dos países desenvolvidos apresentam semelhanças notórias entre si, com particular destaque para o vetor crescimento económico. Ao analisarmos, de forma comparada, documentação a este propósito, seja esta proveniente do Fundo Monetário Internacional, da *Central Intelligence Agency*, da Organização das Nações Unidas (O.N.U.), ou de outras Entidades (e.g., Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) verificamos que são incluídos neste grupo países provenientes de quatro regiões: América do Norte, Europa, Japão, Austrália e Nova Zelândia (United Nations Statistics Division, 2011). Nesta Tese teremos estas regiões como referência global quando nos reportamos às áreas geográficas com maior desenvolvimento. No que concerne aos países, em particular, a utilização da expressão *desenvolvido* ou *avançado* limita-se, neste estudo, aos países que integram a categoria de *desenvolvimento humano muito elevado* no ranking do Índices de Desenvolvimento Humano (United Nations Development Program, 2013).

Embora previsível, se tivermos em consideração as debilidades que os sistemas económicos e sociais contemporâneos já vinham a acusar¹⁶ (agravadas em resultado da crise financeira e da sua subsequente expansão a outras esferas da vida em sociedade), a exponenciada relevância que este assunto detém, enquanto manifestação extrema de pobreza e exclusão social, gera inquietações e inseguranças¹⁷. Note-se que a Europa constitui, precisamente, um dos contextos geográficos mais atingidos pela crise de 2008, e no seio do qual a recuperação tem vindo a ocorrer de forma lentificada e com fragilidades não despidiendas (World Bank, 2009, 2010; World Health Organization, Regional Office for Europe, 2011). Segundo dados do Banco Mundial (2012, p. 1),

[m]ost countries in Europe and Central Asia (ECA) have restored the output levels that they had before the 2008-9 global economic crisis. At the same time, growth has been slower than before the crisis in most countries in the region. (...) The ongoing sovereign debt and banking sector problems in Western Europe now pose new challenges to the sustainability of this tepid recovery. This year, growth in the ECA region is projected to slow to 3 percent. The Eurozone crisis affects the ECA region through three channels – finance, trade, and workers’ remittances. The relative importance of these channels depends on the degree and nature of a country’s integration with the Western European economy. As a result, growth in the economies of Central and South Eastern Europe, which are being most directly impacted by the uncertainties in the Eurozone, is expected to reach only 1.1 percent this year.

Não esqueçamos que o seu impacto adverso se materializou, de forma célere, no quotidiano de pessoas e famílias, em grande medida devido aos choques no mercado de crédito, no preço da alimentação e combustíveis, agravados pelos constrangimentos ao nível das remunerações (experienciados por um número crescente de cidadãos/ãs). Avolumam os indicadores referidos o aumento dos índices de desemprego e concomitante diminuição das perspectivas de retoma económica, cujos efeitos se sentiram(em) com particular intensidade nos grupos populacionais que já se encontra(va)m em circunstâncias de particular vulnerabilidade (Rede Europeia Anti-

¹⁶ Como refere Cabrera (2004, p. 12), “(...) si resulta difícil explicar la existencia de decenas de millones que viven sin techo en el Sur, más complicado resulta aún entender cómo es posible en el medio de la abundancia más aparatosa, se produzcan situaciones de pobreza y exclusión tan extremas como las que muestran con su presencia misma, inquietante y fastidiosa para las mentes biempensantes, las personas sin hogar que duermen sobre el banco de un parque, el recodo de un portal o los subterráneos del metro de una metrópoli en el Norte enriquecido”.

¹⁷ Ilustrativa deste confronto nos parece, também, a afirmação com que Hulchanski (2009, parág. 1) decidiu iniciar uma Conferência subordinada à análise da situação de sem-abrigo, que decorreu no Canadá: “[h]ere we are in 2009, in one of the wealthiest countries in the world, following one of the greatest economic booms of our times, at yet another national conference on... homelessness”, comentário que se poderia generalizar-se à vasta maioria dos países da União Europeia.

Pobreza/ Portugal, 2010, 2012; Gurría, 2013; Organization for Economic Co-operation and Development, 2013). Em consequência, a redução da pobreza e da exclusão social, concretizada na última década nas regiões da Europa e Ásia central, sofreu, devido à crise financeira global e à consequente retração económica, uma dura inversão, com tendência para a manutenção desta involução a médio prazo (Calandrino, 2010; European Parliament, 2010; Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal, 2010, 2012; European Commission - DG for Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011a; EUROSTAT, 2011, 2012; Instituto Nacional de Estatística, 2011a, 2011b 2012; Organization for Economic Co-operation and Development, 2013)¹⁸.

Todos estes fenómenos se estenderam, com rapidez, ao território nacional e vieram a confirmar as previsões menos otimistas, que antecipavam “anos de dificuldades económicas e sociais, para além de um difícil ajustamento económico” (Lourtie, 2011, p. 102). De facto, são cada vez mais frequentes as alusões à fragilização da autonomia de cidadãos/as e populações, bem como as menções à ausência de um alinhamento estratégico concertado que contribua, de forma sustentada, para a sua resolução (Carrapiço, 2012). Perante esta realidade, e pese a assunção da intenção de redução do nível de pobreza em menos 200.000 pessoas em 2020 (menos 50.000 em

¹⁸ Informação pormenorizada sobre diferentes indicadores de pobreza e exclusão social na Europa pode ser consultada, entre outras, nas seguintes publicações: *The Measurement of Extreme Poverty in the European Union* (European Commission - DG for Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011a), *Income poverty and material deprivation in European Countries* (EUROSTAT, 2011), *Housing conditions in Europe in 2009* (Rybkowska & Schneider, 2011), *Indicadores sobre a pobreza: Dados Europeus e Nacionais* (Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal, 2010), *Research note 3/2010: Financial exclusion in the EU New evidence from the EU-SILC special module* (European Commission - DG Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, Social Situation Observatory, 2010), *Joint Report on Social Protection and Social Inclusion* (European Commission - DG for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, 2009), *Combating poverty and social exclusion: A statistical portrait of the European Union 2010* (EUROSTAT, 2010a), *Income and living conditions in Europe* (EUROSTAT, 2010b), *In work poverty in Europe* (EUROSTAT, 2010c). Para análise das perspectivas dos Europeus sobre estas e outras problemáticas nos âmbitos do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão recomendamos a leitura do *Special Eurobarometer Survey on the Social Situation*, do *Social Climate Full Report* (European Commission - Eurobarometer, 2010), e dos *Social Situation Reports* (não, apenas, na sua versão mais recente mas, também, versões anteriores), documentos passíveis de consulta no *website* da Comissão Europeia Emprego Assuntos Sociais e Inclusão. No que respeita à revisão da situação Portuguesa, aconselhamos a consulta das publicações *Destaque: Rendimentos e condições de vida*, do Instituto Nacional de Estatística (com destaque para os últimos 5 anos) e *Destaque: Estatísticas de emprego* (respeitantes aos diferentes trimestres dos últimos 5 anos) podendo, para efeitos de comparação, atender-se a períodos anteriores. Sugere-se, ainda, a análise dos resultados apresentados no *Estudo sobre a percepção da pobreza em Portugal* (Amnistia Internacional - Portugal, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal & Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010) e da obra *À tona de água I: Necessidades em Portugal. Tradição e tendências emergentes* (Almeida, et al., 2010).

2014), no âmbito dos *Compromissos e metas do Portugal 2020 - Programa Nacional de Reformas* (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011), a exequibilidade da sua concretização gera inquietantes interrogações aos diferentes atores sociais. Perante um cenário económico que requereu um pedido formal de ajuda externa, agravado pelas conseqüentes restrições impostas, de forma drástica, nos mais diversos sectores e sistemas, e perante a ausência de medidas fortes¹⁹ de intervenção junto de populações em circunstâncias de vulnerabilidade verificou-se um *crecendum* da dúvida em relação à capacidade, e interesse real, das entidades governamentais em mobilizar esforços concertados neste domínio (*e.g.*, Muižnieks, 2012; Fernandes & Krupenski, 2013; Rodrigues, 2013).

Não surpreende, pelo exposto, que as restantes metas e linhas de ação assumidas pelo Governo Português neste documento sejam *vistas* como um exercício de intenções que se traduz numa provável impossibilidade prática, dada a evidente discrepância entre as propostas avançadas e as medidas entretanto implementadas²⁰. Neste sentido, a “prioridade da consolidação orçamental e da correcção dos desequilíbrios macroeconómicos” (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011, p. 5) configura-se como o elemento que norteia as diligências prioritizadas, em detrimento “do reforço da competitividade, do crescimento e do emprego” (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011, p. 5), dado o relevo acentuado que o Governo colocou na *incrementação da obtenção de receita* por parte do contribuinte e no *corte da despesa do aparelho do Estado*, em comparação com uma passividade evidente no desenvolvimento de reformas estruturais e criação de modalidades inovadoras de potenciação da competitividade e de crescimento (*cf.*, European Central Bank, 2011; Ministério das Finanças, 2011). Mais uma vez vimos confirmados os receios de especialistas que apontaram como inevitável a continuação, a médio prazo, da tendência de aumento do desemprego (real) e contração dos salários,

¹⁹ A designação *forte* reporta-se a medidas de intervenção que são articuladas, empírica e conceptualmente sustentadas, ajustadas às necessidades específicas das populações a que se destinam, de implementação célere e de monitorização continuada.

²⁰ Assentes numa política de redução acentuada de regalias e concomitante imposição de medidas duras que se traduzem em agravamento severo dos rendimentos líquidos de pessoas e famílias (*e.g.*, aumento das tributações fiscais a indivíduos e agregados familiares, agravamento das taxas no acesso a serviços sociais e de saúde), estas medidas contribuíram para o empobrecimento da população e agravamento das vulnerabilidades sentidas por diversos grupos.

com repercussões diretas na economia (*e.g.*, Lourie, 2011; Organization for Economic Co-operation and Development, 2013), em estreita interligação com riscos internos decorrentes do recurso a medidas adicionais de ajustamento orçamental, que se materializam, segundo o Banco de Portugal (2012) em: (i) níveis de consumo público inferiores ao assumido, (ii) redução dos níveis de rendimento disponível das famílias, e (iii) provável aumento adicional dos preços de bens e serviços sujeitos a regulação.

Este contraste evidente, entre as estimativas apresentadas por entidades diversas e as propostas avançadas pelo Governo Português (*e.g.*, no âmbito do Programa de Ajustamento contratualizado com os parceiros internacionais), gera intranquilidade na sociedade civil. Às dúvidas sobre as mais-valias do programa de austeridade para a consolidação do orçamento público juntam-se, à semelhança do que ocorre noutros países da UE, interrogações sobre as reais causas da crise e a eficácia económica das medidas de austeridade impostas, em particular no que concerne os seus potenciais efeitos nos processos democráticos e na garantia dos direitos sociais. Posição que vai ao encontro da opinião expressa pela Assembleia Parlamentar, na Resolução 1884, em que se aponta para a possibilidade de que as

restrictive approaches currently pursued, predominantly based on budgetary cuts in social expenditure, may not reach their objective of consolidating public budgets, but risk further deepening the crisis and undermining social rights as they mainly affect lower income classes and the most vulnerable categories of the population. (Parliamentary Assembly, 2012a, parág. 2).

Perante incipiente inovação, na sinalização e colmatação de necessidades/dificuldades nos sectores mais vulneráveis da sociedade portuguesa, e dadas as limitações dos empreendimentos que já se encontra(va)m em curso (*e.g.*, design, implementação e avaliação), a posição defendida no plano de intenção, enquanto intenção, pelo Governo Português, configura uma opção estratégica frágil e de focalização demasiado parcelar, manifestamente insuficiente para fazer face aos desafios impostos pelo atual cenário socioeconómico. Ilustram, de forma paradigmática, esta ausência de uma linha concertada de atuação as determinações constantes do Programa Nacional de Reformas²¹. Sob a prioridade de “promover a inclusão e a redução da

²¹ Estamos, como se verifica pela leitura do documento, perante um conjunto de propostas pouco inovadoras, parte das quais de continuidade/complemento a estratégias já existentes (*e.g.*, expansão da rede de CPCJ a todo o país, prosseguir as medidas direcionadas ao combate do abandono escolar e do

pobreza e das desigualdades sociais por ação ao nível de processos de qualificação e promoção da empregabilidade” (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, 2011, p. 61) vimos nele integradas múltiplas proposições que, num esforço de aglutinação por justaposição, são apresentadas como modalidades destinadas a pessoas e grupos específicos, que surgem neste documento caracterizados como muito deficitários nos âmbitos a que estas se reportam. Este conjunto de propostas integra, assim, iniciativas já em desenvolvimento, modificações menores de modalidades/programas anteriores e, em menor número, opções originais que, embora sejam complementares entre si, não possuem os atributos necessários para que possam ser avaliadas como parcelas de um planeamento estratégico comum, sustentado em diagnóstico profundo da situação real do território português e da(s) população(ões) que o habitam. Estas reformas centram-se assim, e à semelhança das propostas que as antecederam, na oferta de “soluções” fragmentadas e de implementação circunscrita (*e.g.*, no espaço, no tempo, nas dimensões e nos destinatários), em detrimento de um alinhamento político forte de combate à pobreza (incluindo a extrema) e às desigualdades, sustentado em opções que se traduzam em mudança(s) e reestruturação(ões) efetiva(s) em vários sectores, organismos, entidades, grupos e comunidades, entre outras dimensões de relevo, e que implique todos/as (pessoas, comunidades, organizações e entidades diversas) na prossecução deste desígnio democrático.

Particularmente ilustrativas desta ausência de sentido integrador e das incongruências que caracterizam a abordagem proposta, em Portugal e noutros Estados membros, são as políticas e ações desenvolvidas no âmbito da Educação e Formação de Adultos que, já há vários anos, se têm centrado numa abordagem de promoção da empregabilidade e da inserção laboral, consubstanciada na premissa base de colmatação de lacunas/limitações dos/as seus destinatários/as. Privilegiam-se, na atual conjuntura, “lógicas funcionalistas e adaptativas que, na maior parte das vezes, se colocam à margem de uma conceção democrática, humanista e crítica de educação de adultos ao longo da vida” (Lima, 2010, p. 30). Esta excessiva responsabilização do indivíduo no

insucesso escolar), em que se privilegiam a colmatação de necessidades/dificuldades tidas como prioritárias para determinados sectores da população (*e.g.*, pessoas com deficiência), e afectação de recursos adicionais no âmbito da *monitorização/controlo* da eficácia de algumas das estratégias em desenvolvimento (*e.g.*, RSI).

processo de formação surge associada a uma desafetação progressiva do Estado no seu papel interventor sendo, cada vez mais, exigida às pessoas uma postura de responsabilização, mesmo quando (ainda) não se encontram reunidas as condições suficientes para que possam assumir, com autonomia, as diferentes etapas e processos inerentes aos processos de aprendizagem e formação em que se encontram envolvidas (Cavaco, 2009, p. 125). Ao acentuar, à semelhança do que ocorre noutras esferas, a dimensão individual, vemos, mais uma vez, hipervalorizadas medidas destinadas a pessoas e pequenos grupos, e sub-representadas reformas de teor mais amplo e ambicioso, como sejam alterações estruturais ou outras de teor meso e macro, que assentem num entendimento mais abrangente destas questões e que antecipem possibilidades de intervenção que vão para além da “formação” do adulto/a em défice para uma sociedade, tida como não passível de mudanças em sectores chave, exigente e complexa (*e.g.*, na colmatação de efeitos nefastos das medidas de restrição impostas pelo governo pós crise). Como referem Alcoforado e Mairós Ferreira (2011, p. 11), a este propósito:

[a]o dirigir as políticas públicas a grupos com maiores défices, destinando-as a promover-lhes a empregabilidade, os estados acabam por se debater com os efeitos algo limitados destes investimentos, não parecendo interessados em perceber que, no acesso e sucesso ao mercado de trabalho, a formação pode ser condição necessária, mas nunca será suficiente. A condição social dos diferentes agentes, as dinâmicas de interesses e poder em que eles se encontram sucessivamente envolvidos e os condicionalismos de desempenho das economias serão sempre determinantes em todos estes processos.

Permanece, em suma, no corrente contexto social e político, a necessidade de uma proposta concreta de reforma(s), que resulte de reflexão séria sobre estas matérias, incluindo no que à Educação e Formação dos cidadãos adultos/as respeita, que inclua alterações à própria abordagem defendida/implementada e não, apenas, de parte dos elementos que a integram. Porque assente num entendimento profundo e multidimensional da pobreza e da exclusão social em Portugal (respeitador das singularidades de grupos e comunidades), essa proposta materializaria a intenção política de prossecução de opções estratégicas arrojadas para o seu combate, orientadas segundo políticas públicas eficazes (*e.g.*, através da implementação de orientações para a sua prevenção) e sujeitas a avaliadas e redefinição periódicas.

Não admira, pelo exposto, que se associem às vozes provenientes das mais diversas frentes internacionais, que alertam para a imprescindibilidade de um novo

modelo de desenvolvimento e de organização social, para a UE e cada um dos Estados membros, análises críticas efetuadas por políticos, investigadores, e outros membros da sociedade portuguesa. Como alude a EAPN Portugal (2012, pp. 3-4), a propósito das comemorações do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza,

[h]oje, mais do que nunca, a pobreza e a exclusão social enquanto fenómenos sociais vão perdendo as suas fronteiras, e deixando de ser fenómenos periféricos, vinculados a grupos, características e condições, para se tornarem um problema que atinge massivamente uma grande parte da população no nosso país. O empobrecimento que resulta do desemprego, do emprego precário, da perda do rendimento médio disponível das famílias, da crise de proteção e de segurança, faz com que toda a sociedade perca bem-estar e generaliza a vulnerabilidade social.

A solidariedade e a visão europeia baseada na paz, justiça, segurança e dignidade está a ser diariamente minada por uma redução da proteção social e dos apoios aos cidadãos. Por outro lado, as medidas que restringem, reduzem as prestações sociais e os direitos, “naturalizam” a situação, e remetem para os indivíduos a responsabilidade pela procura de soluções, desresponsabilizando a sociedade.

Se atendermos, em concreto, à situação de sem-abrigo, o quadro é ainda menos promissor. Considerada, no panorama internacional, como uma das mais graves violações dos direitos e liberdades fundamentais (Nações Unidas, 2002; Australian Human Rights Commission, 2008; National Law Center on Homelessness and Poverty, 2011; Porter & Jackman, 2011), pelos constrangimentos que impõe no exercício dos direitos e deveres de cidadania (*e.g.*, a nível do acesso e usufruto de bens e regalias, consensualizados como essenciais à vida digna em sociedade, e tidos como garantidos pelos restantes membros da população²²), permanece como um desafio por solucionar, no nosso país, enquanto responsabilidade política e social. Em parte resultado do agravamento das circunstâncias de vida, que se vem a sentir nos últimos anos devido à crise, não se limita, porém, a este fator, dado que esta era já uma problemática por resolver, e de complexa monitorização, em alguns territórios do país. No entanto, é, de facto, no pós-crise de 2008 que se dá um substancial incremento da sua expressão, não

²² Esta perspetiva não é, de todo, inovadora. O reconhecimento da interdependência entre os direitos humanos, a redução da pobreza (nas suas diversas manifestações) e as questões respeitantes ao acesso a habitação e saúde ocorre de forma sistemática desde finais da década de 40 do século transato (Nações Unidas, 2002; Capdevila, 2005; Porter & Jackman, 2011; Blower, Donald, & Upadhyay, 2012). Como referem (Porter & Jackman, 2011, p. 1), a este respeito, “[s]ince the adoption of the UDHR in 1948, poverty and homelessness and the adverse health consequences that flow from them have been understood not only as issues of economic and social deprivation but also as matters of basic human rights”.

apenas em metrópoles, mas, também, em cidades de dimensões inferiores e, até, em zonas rurais, numa crescente disseminação pelos mais diversos aglomerados populacionais. Realidade a que Coimbra não é, de todo, estranha: “[c]entenas de sem-abrigo que ocupam os vãos de escada dos principais centros urbanos, e a que Coimbra não é exceção. Uma triste realidade a mostrar que a evolução dos tempos não ajudou a humanidade a criar meios de defesa perante os imprevistos da vida” (Macário, 2011, parág. 1).

Estamos, por conseguinte, perante transformações significativas nas dinâmicas das mais diversas urbes, das quais se destaca, pela sua fácil deteção, a reconfiguração de parte dos seus espaços. Ao/à transeunte não ficou, por certo, despercebido o acréscimo de pessoas que, durante o dia, deambulam pelas localidades sem aparente destino ou se encontram, por longos períodos de tempo, sentadas em espaços públicos nos seus centros. Terá, por ventura, sido confrontado/a com a presença de seres humanos que, na ausência de habitação condigna, pernoitam em locais ou estruturas não próprias para habitação (*e.g.*, por cima de um cartão na entrada de um estabelecimento comercial, encostado/a ao pilar de uma ponte, debaixo do vão de escadas de um prédio). Provavelmente, terá tecido comentários a este propósito com familiares e outros membros da sua rede de relações ou, em alternativa, sido o/a interlocutor/a de um diálogo a este respeito. É, *hoje*, frequente

oír en alguna conversación que cada vez hay más gente durmiendo en las calles de nuestras ciudades, que cada vez hay más gente que ocupa los cajeros automáticos para guarnecerse del frío, más gente que guarda todas sus pertenencias en el coche que compró hace ya unos años y que ahora es el lugar donde se retira para pasar la noche, suplicando de no ser escaparate para los viandantes nocturnos (Cardona, 2004, p. 22).

Assim, se muitas destas mutações das/nas vidas das localidades escapa(ra)m à deteção de visitantes e, até, dos/as seus/as habitantes, pelo carácter escondido associado a algumas das circunstâncias na vida daqueles/as que se encontram em situação de sem-abrigo (*e.g.*, pernoita no chão de uma divisão na casa de familiares; ocupação de casa abandonada) e, pela aparente invisibilidade de muitos dos problemas e dificuldades por eles/as experienciados (*e.g.*, dificuldade em aceder e/ou usufruir de determinados serviços), outras são detetáveis com relativa facilidade.

Às evidências que este/a leitor/a poderia retirar de uma observação mais atenta do seu quotidiano podem acrescentar-se as alusões tecidas por diferentes órgãos de comunicação social. Alvo de reiterado interesse, esta problemática tornou-se, desde há alguns anos, uma temática comum em artigos de jornal e em diferentes estações de rádio e televisão, com acentuada intensidade em períodos em que as condições climatéricas são mais agrestes (*e.g.*, durante o Inverno, em períodos em que ocorrem vagas de calor) e/ou em épocas festivas de maior simbolismo (*e.g.*, Natal)²³. Fenómeno semelhante ocorre em relação a artigos e programas televisivos em que se expõem situações de violência (enquanto perpetradores/as ou vítimas) ou em que se reflete sobre as múltiplas violações aos Direitos Humanos que esta agrega. Note-se que este interesse tem sido visível nos *media* internacionais [*e.g.*, *Violence against the homeless: Is it a hate crime?* (Time, a 22-10-08), *Homeless man breaks into abandoned bar, begins selling alcohol* (Cable News Network, a 23-07-10)] mas, também, em órgãos de comunicação social de amplitude nacional [*e.g.*, *PJ da Guarda identificou e deteve suspeitos de escravidão de sete sem-abrigo* (Público, 10-01-11), *Adeptos escoceses humilham sem-abrigo no Rossio* (Correio da Manhã, a 02-03-11), *Estudo faz retrato dos sem-abrigo em Portugal* (Radio Televisão Portuguesa, a 28-03-11), *Frio em Coimbra: A Equipa de Apoio Social Directo da Associação Integrar ganha novos parceiros* (Reportagem RTPN, a 18-12-12)] e, num registo geográfico mais restrito, a nível regional e local [*e.g.*, *Natal dos pobres na Cozinha Económica* (Diário de Coimbra, 24-12-2010), *Sem-abrigo: Gestos que valem tanto como um agasalho* (Diário as Beiras, a 08-02-2011), *Cidade de Coimbra 'aloja' 200 sem-abrigo* (Diário as Beiras, a 06-05-2011)]. A estas referências acrescem as reportagens e trechos escritos (de carácter formal e/ou

²³ Esta crescente exposição mediática foi de tal forma evidente que, a 23 de Março de 2006, 28 Membros do Parlamento Europeu fazem-lhe explícita alusão no âmbito da Pergunta parlamentar escrita E-1148/06, quando solicitam ao Conselho que descreva “as medidas tomadas para dar seguimento ao compromisso assumido pelos ministros europeus dos assuntos sociais de tratar prioritariamente a situação dos sem-abrigo e fixar como objectivo da Europa acabar com o fenómeno dos sem-abrigo até 2010” (parág. 2). Inicia-se esta questão com a seguinte referência: “[n]os primeiros meses do Inverno de 2006, os jornais de toda a Europa noticiaram em grandes parangonas a morte de pessoas que dormem ao frio, na rua, instando os responsáveis políticos a reagir com «planos de emergência» e a organizar e fornecer ajuda às vítimas do frio” (parág. 1).

informal) que as Instituições que prestam serviços a esta população difundem, nos mais diversos formatos (*e.g.*, páginas *web*, blogs e, também, em redes sociais)²⁴.

Esta extrema visibilidade, sentida com maior intensidade em momentos muito específicos do ano, concorre, porém, e de forma (em aparência) paradoxal, para uma crescente *naturalização* desta problemática, dado que, desde há vários anos, integra o quotidiano de todos/as nós (*e.g.*, através da sua contínua exposição em diferentes órgãos da comunicação social). Decorre, em simultâneo, de um esforço de (auto)legitimação/validação da intervenção que é preconizada por diversas entidades [públicas, Organizações Não Governamentais (ONG), Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e/ou privadas] que expõem, com particular notoriedade em períodos festivos, descritivos diversos dos seus serviços/modalidades de apoio, no âmbito dos quais apresentam relatos de profissionais e, com frequência, dos/as destinatários/as das suas iniciativas, e nas quais solicitam, por vezes recorrendo a narrativas carregadas de apelos emocionados, a colaboração de cidadãos/as e outros organismos nas ações que desenvolvem. Todavia, ao invés de potenciar nos/as destinatários/as reflexões críticas (*e.g.*, sobre as suas dimensões, fatores precipitantes e agravantes), esta exposição, por vezes quase *voyeurista*²⁵, a que as pessoas em situação de sem-abrigo estão sujeitas potencia, em oposição às intenções nelas expressas, a perpetuação de *leituras* parcelares, em que juízos de valor e perspetivas pessoais já existentes, se entrecruzam com as interpretações que cada um/a efetua a partir das informações a que acede através de discursos de responsáveis políticos, profissionais, de elementos da sua rede (in)formal de suporte e, por vezes, das próprias pessoas que se encontram em situação de sem-teto que, em entrevistas de breves minutos, são convocadas a pronunciar-se sobre uma realidade tão multifacetada como a que nos

²⁴ De entre um leque muito vasto de fontes apontamos, como exemplo, os seguintes: *24 Horas Numa Luta Pela Inclusão Social@Coimbra* (vídeo postado a 22-07-12, perfil do Facebook do Centro de Acolhimento João Paulo II], *Cozinha de serviço na última refeição do ano* (partilha de artigo de jornal postada a 31-12-12, no perfil do Facebook da Associação Integrar; *Esta semana, duas estruturas sociais da AMI estão de parabéns. O Abrigo Nocturno do Porto e o Centro Porta Amiga de Almada* (comentário postado a 04-01-13, no perfil do Facebook da AMI - Assistência Médica Internacional).

²⁵ Exemplifica a contaminação do discurso pessoal (onde se verifica a presença de generalizações abusivas, juízos de valor, e comentários de índole depreciativa sobre esta problemática e/ou aqueles que a vivenciam) numa abordagem jornalística, a reportagem intitulada *A viagem de Felícia Cabrita ao «mundo» dos sem-abrigo*, da autoria de Felícia Cabrita, transmitida na TVI a 02/11/2012 (disponível para acesso livre em <http://www.tvi.iol.pt/videos/13732492>, a 20/12/2012).

propomos estudar²⁶, entre outras influências das quais podem não ter consciência clara (*e.g.*, valores religiosos que perfilha, ideologia política).

A opinião pública sobre a situação de sem-abrigo sofre, com particular expressão nestas épocas, um fenómeno de enviesamento em resultado da acentuada tendência de circunscrição da sua análise às imagens e explanações constantes nos *flashes* televisivos e entrevistas na rádio ou jornais, numa teia que oscila entre a elencagem de mais-valias de programas e estratégias de atuação (parte das quais de filiação assistencialista), à apresentação de “casos problemáticos” e/ou de “casos de sucesso” (sem que ocorra qualquer explicitação sobre os fundamentos que sustentam os epítetos “caso”, “problemático” ou “sucesso”), aos constrangimentos sentidos pelas diversas entidades e, com elevada frequência, à indicação de argumentos que, na ótica dos/as inquiridos/as, justificam a existência de pessoas em situação de sem-abrigo (*e.g.*, “são livres, preferem viver assim”, “não aceitam as regras da sociedade”, “não querem trabalhar e vivem só dos subsídios”). Com menor incidência, também são apresentados comentários técnicos sobre tipologias/oportunidades de intervenção distintas com pessoas e grupos e, pontualmente, análises críticas das políticas europeias e nacionais com implicações para esta matéria.

Esta realidade compõe-se, como observaremos ao longo do capítulo, de matizes bem mais complexas do que os enquadramentos mediáticos e comentários imediatistas de senso comum nos permitem antever. Em rigor, esta pretensa familiaridade com a situação de sem-abrigo não contribui(u), de forma substantiva, para um conhecimento mais profundo e sustentado deste processo e daqueles/as que o experienciam por parte dos/as seus/as congéneres. Persistem, na mente coletiva, crenças erróneas e generalizações abusivas que importa conhecer e desconstruir. Abraçaram este repto diversos organismos e plataformas Europeus que, de forma continuada, produziram(em), desde há vários anos, programas, campanhas, relatórios, entre outra documentação diversa, com o propósito de esclarecer os cidadãos/as sobre o enquadramento legal, conceptual e de intervenção predominante em diversos países da União Europeia (European Observatory on the Social Situation, Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, EUROSTAT, The European

²⁶ Em registo exemplificativo veja-se a reportagem *Número de sem-abrigo em Coimbra continua a aumentar*, transmitida no Bloco Noticiário da SIC a 02-01-2013 (pelas 14:39).

Platform against Poverty and Social Exclusion). Sem pretensões de exaustividade em relação às fontes de informação acessíveis a qualquer cidadão/ã, relembramos, a este propósito, as campanhas realizadas com o propósito de aumentar a consciência cívica para as questões da pobreza e da exclusão social (*e.g.*, “Não deixe que a pobreza se transforme em paisagem”, campanha organizada pela European Anti Poverty Network; “Zero poverty in Europe campaign”, campanha da autoria da Caritas Europa), parte das quais subordinadas, em específico, à situação de sem-abrigo (*e.g.*, “Homeless Banners”, campanha organizada pela Organização não governamental sueca Stadsmission).

Não esqueçamos, neste âmbito, que três anos depois de conferir centralidade à questão da igualdade de oportunidades, a União Europeia dedicou o ano 2010, precisamente, ao combate à pobreza e à exclusão social²⁷, na procura de fortalecimento do diálogo entre os diversos atores, na senda de uma (há muito) desejada mudança de mentalidades e de comportamentos (*e.g.*, Council of the European Union, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs - Inclusion, 2010). Para este efeito, solicitou contributos empenhados aos decisores políticos, agentes de diferentes sectores (com particular destaque para os reptos lançados aos sectores público, privado e economia social), e aos/às cidadãos/as em geral, sendo, também, convocados a pronunciar-se sobre as ações, assim como as dificuldades/obstáculos sentidos, aqueles/as que experienciam os seus efeitos (European Union, 2010). Pretendia-se, com estas medidas de sensibilização e de informação de largo espectro, potenciar o envolvimento de todos os Estados membros e dos/as seus cidadãos/as, num compromisso concertado de efetivação dos desígnios de uma sociedade igualitária para todos/as, na qual os valores fundamentais da dignidade, da liberdade, da igualdade e da solidariedade [*cf.*, Carta dos direitos fundamentais da União Europeia (2010/C 83/02)] sejam uma realidade.

²⁷ Alerta-se, no âmbito desta reflexão, que, neste mesmo período, se verificou um agravamento acentuado do enquadramento vivenciado pelos sistemas financeiros na zona euro, com repercussões muito acentuadas no nosso país, dado terem sido afetados pela crise da dívida soberana na área do euro. Com início logo no primeiro trimestre do ano de 2010, esta crise provocou tensões acentuadas que persistiram no ano seguinte “continuando a afectar países com maiores desequilíbrios fiscais e estruturais ou com vulnerabilidades no sistema bancário. Na sequência desta crise, as condições de acesso aos mercados de financiamento internacionais deterioraram-se de forma acentuada. Para mitigar estas tensões intensificaram-se os esforços de consolidação orçamental em vários países, incluindo Portugal” (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2011, p. 1).

As muitas centenas de campanhas de sensibilização e (in)formação criadas no âmbito da iniciativa Ano Europeu, em particular no âmbito do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, traduziram-se, de facto, em maior visibilidade destas questões e, embora de forma mais modesta, da problemática de que esta Tese versa.

The European Year for Combating Poverty and Social Exclusion (2010) has contributed to give a stronger voice to the excluded. It has helped to shed light on a reality often underestimated or misunderstood in one of the richest regions in the world (Council of the European Union, 2010, p. 1).

Neste âmbito, assume particular importância, pela sua amplitude e pelos progressos que fomentou, a campanha Ending homelessness is possible! How can the EU effectively contribute to the fight against homelessness?, lançada a 14 de Abril (2010) pela Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, tendo permanecido ativa no ano seguinte. Para além da apresentação da publicação “Ending homelessness: A handbook for policy makers”, e da realização de uma exposição de esculturas de pessoas em situação de sem-abrigo (da autoria de Jens Galschiøt), no dia do seu lançamento foi entregue no Parlamento Europeu uma nova Call on EU and Member States commitment to ending homelessness in Europe²⁸, em que estes são desafiados a maior comprometimento no seu combate.

As mais-valias da iniciativa Ano Europeu²⁹ não se circunscreveram, no entanto, à realização de campanhas de sensibilização e de informação, que visam o aumento da consciência cívica dos membros da UE sobre estes assuntos (*e.g.*, Comissão Nacional de Acompanhamento do AECPEP, 2010). Subjacente à sua realização encontra-se, como alertámos, uma intenção bem mais ambiciosa que visa o contributo empenhado dos Estados membros na recuperação sustentável, numa mais justa distribuição de meios e

²⁸ Assumindo que a situação de sem-abrigo é “an ongoing and unacceptable violation of fundamental human rights” (Call on EU and Member States Commitment to Ending Homelessness in Europe, 2010, p. 1), que perpassa todos os países que integram a União Europeia, neste documento apela-se, entre outras medidas, para: (i) compromisso na concretização das cinco prioridades propostas pela FEANTSA, (ii) empenho no desenvolvimento de uma estratégia europeia ambiciosa que permita acabar com a situação de sem-abrigo e na criação, por parte dos estados membros, de metas a cumprir e de estratégias nacionais; (iii) empenho por parte do Conselho na assunção de um compromisso de abrangência Europeia no sentido de eliminar a situação de sem-abrigo de rua até 2015.

²⁹ A síntese da avaliação realizada, a pedido da Comissão Europeia, desta iniciativa encontra-se descrita na obra Evaluation of the European Year 2010 for Combating Poverty and Social Exclusion (Ecorys Netherlands BV, 2011).

de oportunidades, e no crescimento inclusivo (Council of the European Union, 2010). Pautada pelos valores expressos na Carta dos direitos fundamentais da União Europeia (2010) e, profundamente, ancorada no direito à dignidade (que se situa no cerne do compromisso da UE com a inclusão social), esta intenção corporaliza a preocupação da UE em relação ao cumprimento da meta de garantir, a todos os seus membros, o acesso efetivo aos direitos sociais, económicos e culturais. Não se trata, apenas, de assegurar acesso a trabalho digno e a adequados recursos materiais mas, também, “access to a set of skills, to social and cultural resources and to all services necessary to meet basic needs like housing, access to water and energy, health care, education and mobility” (Council of the European Union, 2010, p. 2). Ao conferir particular atenção àqueles/as que experienciam formas extremas de pobreza e exclusão social e, neste âmbito, às pessoas em situação de sem-abrigo, a UE e os países que a integram reforçariam, assim, a sua intenção de priorizar a prossecução de um dos compromissos políticos-chave para a concretização destes desígnios, o da inclusão social.

Não sendo nossa intenção descrever o percurso de evolução que culminou na inclusão desta temática na agenda das principais preocupações da UE, afluamos, nesta sumária incursão sobre os fatores que sustentam a pertinência de encetar investigação neste âmbito, alguns dos desenvolvimentos que atestam a centralidade deste fenómeno na realidade europeia atual e a sua posição cimeira nas preocupações partilhadas pelos seus Estados. Recordamos o/a leitor/a que, já no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, o Método Aberto de Coordenação Social (Social Open Method of Coordination)³⁰, incluiu referências explícitas à situação de sem-abrigo (Frazer, 2009; Spinnewijn, 2009). Considerado o principal instrumento para o desenvolvimento e a implementação de políticas sociais, já na sua primeira edição (em 2001) a reportava como um fator de preocupação que deveria ser tido em conta no âmbito das políticas de inclusão, por parte dos países da UE (Calandrino, 2010).

³⁰ Originalmente lançado em 2001 e revisto em 2006, o Método Aberto de Coordenação Social (*Social Open Method of Coordination*), também designado de Estratégia para a Protecção Social e Inclusão Social (*Strategy on Social Protection and Social Inclusion*), constituiu, desde a sua origem, um mecanismo de relevo, nas áreas da inclusão social, pensões, saúde e cuidados continuados. Através deste mecanismo, a U.E. tem vindo a coordenar ações e a desafiar os seus estados membros a desenvolver políticas e estratégias nacionais de combate à pobreza e exclusão social que assegurem a concretização dos objectivos europeus partilhados.

A este documento juntaram-se, na última década, outras fontes em que se reitera a imprescindibilidade de conhecer, em profundidade, esta problemática e de encetar medidas concretas que assegurem a sua resolução, num apelo extensivo ao poder político, sociedade civil e à comunidade científica. Veja-se, a este respeito, que no Joint Report on Social Protection and Social Inclusion, de 2005 (European Commission - DG for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, 2005), esta surgiu definida como um dos desafios centrais a que os países deveriam conferir atenção específica no âmbito dos objetivos da estratégia de Lisboa. Este documento incorpora recorrentes referências à situação de sem-abrigo, alertando para a sua gravidade [*e.g.*, ao incluí-la no seio dos grupos mais expostos à pobreza e à exclusão social (p. 9)] e para a imprescindibilidade da implementação de abordagens integradas para a sua prevenção e combate. Também na Estratégia de Proteção e Integração Social, em concreto no capítulo subordinado à Inclusão Ativa, esta é apontada como uma prioridade, o mesmo sucedendo no âmbito da 2644.^a sessão do Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores, que decorreu a 3 de Março de 2005 (Conselho da União Europeia, 2005), e da Mesa Redonda sobre a inclusão social, que foi organizada pela Presidência do Reino Unido, em Outubro do mesmo ano (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2005). Em todos eles, as intervenções até então desenvolvidas são avaliadas como insuficientes para dar resposta à complexidade inerente à situação de sem-abrigo, sendo os países aconselhados a implementar medidas sustentadas em conhecimento rigoroso e atualizado.

Três anos depois, em Setembro de 2007, esta questão volta a ser alvo de notoriedade quando cinco Membros do Parlamento Europeu (M.P.E.), de distintos partidos, procedem ao registo de uma Declaração escrita sobre o combate à situação de sem-abrigo de rua (ending street homelessness)³¹. Na sequência de duas reivindicações anteriores em que se alertava para a urgência de adoção de medidas concretas, neste documento apela-se a maior comprometimento, na União Europeia, em relação a esta problemática. Com base na constatação de que “o fenómeno dos sem-abrigo na rua (...) a

³¹ Esta Declaração (III/2007) foi, mais tarde, adoptada pelo Parlamento Europeu, tendo sido recolhidas 438 assinaturas de M.P.E. provenientes de todos os grupos políticos e de todos os países [Declaração do Parlamento Europeu sobre a resolução do fenómeno dos sem-abrigo na rua, de 22 de Abril de 2008 (2009/C 259 E/04)].

forma mais visível do problema das pessoas sem-abrigo” (Declaração III/2007) requer uma estratégia geral, a qual inclua Planos de emergência para o Inverno, mas que não se limite a eles, desafia-se a Comissão a elaborar uma definição-quadro Europeia do fenómeno, a proceder à recolha de dados estatísticos comparáveis e fiáveis, bem como a disponibilizar informação atualizada, anualmente, sobre as medidas adotadas e os progressos atingidos em cada um dos seus Estados membros. Reclama-se, em acréscimo, intervenção mais eficaz que, sustentada numa plataforma de ação democrática, possibilite a eliminação da situação de sem-teto na Europa, até 2015.

Iniciativas que trouxeram, indubitavelmente, a situação de sem-abrigo para a mesa de discussão do Parlamento Europeu e, embora de forma mais modesta, para os debates políticos nacionais. Não surpreende, pelas evoluções descritas, que no Joint Report on Social Protection and Social Inclusion, de 2009, se aluda, em concreto, para o papel pioneiro que o emprego sustentado pode ter no âmbito do combate à situação de sem-abrigo, a par com outras propostas, que já havia sido alvo de análise em momentos anteriores (*e.g.*, melhoria das condições gerais de alojamento, disponibilização de alojamentos de emergência), tendo os diferentes países submetido Relatórios Nacionais sobre esta temática. Neste contexto, os Estados membros foram, mais uma vez, convocados a assumir posições concretas em relação a esta questão, apelo que foi reforçado no ano subsequente: “[t]he Social Affairs ministres of the 27 EU countries recently renewed their call for concerted EU action on homelessness in March 2009 and again in March 2010 with the adoption of the 2010 Joint Report on social protection and inclusion” (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2011, parág. 3). Note-se que, ainda em 2009, a Network of Independent Experts on Social Inclusion produziu um Relatório, intitulado Homelessness and Housing Exclusion, em que se sistematizaram recomendações para o desenvolvimento de políticas no âmbito da exclusão social e, em específico, da situação de sem-abrigo. Neste documento chama-se a atenção, entre outras indicações, para a premência da sistematização de uma definição formalizada entre a Comissão Europeia e os seus membros, a qual resulte de um enquadramento comum e da qual se definam *guidelines* que permitam a sua medição, monitorização e caracterização, em cada país e na UE, assim como das estratégias (previstas e efetivadas) tendo em vista o seu combate. Recomenda-se, ainda, que esta seja integrada no Método Aberto de

Coordenação Social, sendo consolidadas linhas de intervenção cuja implementação se mantenha após 2020 (Network of Independent Experts on Social Inclusion, 2009).

Adotada pelo Conselho Europeu a 17 de Junho de 2010, a Estratégia “Europa 2020” veio reforçar, em termos de intenção expressa, a vontade da UE e dos países que a incorporam de combater a situação de sem-abrigo, ao conferir centralidade à promoção da inclusão social e, no seu seio, à (re)definição de medidas de redução da pobreza (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012a). Constitui um dos seus cinco principais objetivos reduzir em, pelo menos, 20 milhões, o número de pessoas que se encontra em risco ou em efetiva pobreza/exclusão social (European Commission, 2011a). Propõe-se, neste contexto, a criação de uma Plataforma Europeia, que possibilite a definição e implementação de medidas que atendam às circunstâncias específicas de determinados grupos, nos quais se incluem as pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo.

Evidencia-se, ainda em 2010 (a 6 de Setembro), a apresentação, por parte de 5 Membros do Parlamento de diferentes partidos, de uma nova Declaração escrita sobre a necessidade de uma Estratégia Europeia neste âmbito. Logo no mês seguinte, o Comité das Regiões publica uma iniciativa de opinião sobre a situação de sem-abrigo em que defende que cabe à União Europeia a responsabilidade de combater este fenómeno (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010c). Fecham o ano outras duas iniciativas de grande importância a este nível: a European Consensus Conference on Homelessness (9-10 de Dezembro) e a adoção da Declaração do Parlamento Europeu sobre uma Estratégia da UE para os sem-abrigo (a 16 de Dezembro de 2010). Das conclusões apresentadas no final da Conferência Europeia releva a constatação de que, embora a extinção da situação de sem-abrigo (ending homelessness) nos diferentes países europeus seja um repto de complexa resolução (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant Avec les Sans-Abri, 2010a, 2010b), é um objetivo realista, passível de concretização no contexto de uma “integrated approach encompassing all relevant policy areas such as social policy, housing, health, employment, education, training, and migration etc.” (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant Avec les Sans-Abri, 2010b, p. 12). Por sua vez, através da segunda destas iniciativas, reforçam-se as solicitações já endereçadas à Comissão Europeia sobre esta questão (*cf.*, Declaração do Parlamento

européu, de 16 de Dezembro de 2010, sobre uma Estratégia da UE para os sem-abrigo, 2010, p. 1), a saber:

1. Solicita uma vez mais ao Conselho que, até ao final de 2010, se comprometa a pôr termo ao fenómeno dos sem-abrigo na rua até 2015;
2. Solicita à Comissão que elabore uma estratégia da UE ambiciosa para os sem-abrigo e que apoie os Estados-membros na elaboração de estratégias nacionais eficazes, segundo as orientações do Relatório Conjunto sobre Proteção Social e Inclusão Social, adotado em Março de 2010, e no âmbito da Estratégia Europa 2020;
3. Solicita ao *Eurostat* que proceda à recolha de dados sobre os sem-abrigo na UE;
4. Manifesta o seu apoio às seguintes prioridades de ação: ninguém deve dormir na rua; ninguém deve viver num alojamento de emergência durante mais tempo do que o correspondente à «emergência»; ninguém deve viver num alojamento temporário durante mais tempo do que o necessário para ser realojado; ninguém deve abandonar uma instituição sem ter outras possibilidades de alojamento; nenhum jovem deve ficar sem abrigo em consequência da transição para uma vida independente.

Da síntese efetuada se verifica que a situação de sem-abrigo constitui uma das problemáticas sociais que gera(ra)m maior desconforto no seio da UE. Apresentado, pelo Comité Económico e Social Europeu (2012, ponto 1.1.2), como “fenómeno [que] não existe por acaso, é, antes, o resultado de escolhas políticas e económicas”, a sua não resolução é tida como deliberada, no seio de uma UE que *simula* desconhecer a imprescindibilidade de encetar um processo de redistribuição da riqueza, no âmbito das prioridades de crescimento inclusivo que integram a Estratégia UE 2020. Intencionalidade que incorpora, em si mesma, o principal motivo pelo qual, perante “todo um arsenal jurídico europeu (tratados, cartas, textos internacionais) que permite a assunção de uma política ambiciosa em matéria de habitação social” (Comité Económico e Social Europeu, 2012, ponto 1.1.3) e na presença de constantes advertências no sentido de que “a Comissão Europeia deveria elaborar uma estratégia ambiciosa de luta contra o fenómeno dos sem-abrigo e ajudar os Estados-Membros a aplicar estratégias nacionais eficazes” (Comité Económico e Social Europeu, 2012, ponto 1.1.5), a criação de uma política em larga escala, na Europa, permaneça uma matéria de concretização não expectável nos próximos anos. Não surpreende, portanto, que as recorrentes chamadas de atenção, as campanhas realizadas, os relatórios publicados, entre outras fontes que suportam a urgência de erradicar (não, apenas, de lidar com)

este fenómeno na Europa, coabitem de forma, aparentemente, pacífica com uma ambição *comatosa* no que concerne a concretização das intenções e receios expressos³².

Em rigor, esta problemática esteve muito longe de constituir uma prioridade numa parte significativa dos Estados membros, nos quais se inclui Portugal, tendo sido mobilizados esforços restritos até à data. Note-se que a situação de sem-abrigo se manteve, por quase uma década, como uma questão de pouco relevo, nos Planos de Ação Nacionais e nas agendas políticas dos governos. De acordo com Spinnewijn (2009, p. 303), só na terceira leva de produção dos Planos Nacionais de Ação (respeitantes aos anos de 2006-2008) surgiu destacada, embora ainda sem o devido reconhecimento por parte de vários países.

It was not until the third round of NAPs (2006–2008) that homelessness emerged as a priority issue for many member states. It is quite interesting to note that the focus on homelessness grew stronger after the EU's decision to revise the common objectives making them much more general and taking away all direct references to homelessness and other forms of severe exclusion. It was as if member states wanted to compensate for the lack of focus in the revised common objectives by increasing their thematic focus in the NAPs.

Nonetheless, homelessness remained only one of a large number of priorities in the NAPs and was not really pushed on the EU agenda by the Social Protection Committee (the intergovernmental body representing the interests of the different member states in the Inclusion OMC). The NAPs have until now remained underexploited as a basis for ambitious EU action on homelessness.

Referência que se aplica com grande acuidade à realidade Portuguesa. Afastada dos principais focos de preocupação da agenda política, a sua menção nos primeiros Planos Nacionais de Ação para a Inclusão (PNAI, 2001-2003, 2003-2005) é reveladora de modesta preocupação, que se traduziu em humilde investimento na sua compreensão e mobilização circunscrita de esforços para o seu combate (a nível preventivo e

³² Neste sentido se posiciona Lynne (2010, parág. 4) quando nos diz que “[t]ackling homelessness has been one of the neglected challenges we face in the European Union, yet it is something that has a profound effect on hundreds of thousands, if not millions of EU citizens each year”. Corrobora, em parte, esta afirmação o Diretor da F.E.A.N.T.S.A. Freek Spinnewijn, na Conferência Anual do Shelter Cymru, que decorreu a 2 de Julho de 2010 em Swansea, quando avalia, sem reservas, como desapontantes as iniciativas desenvolvidas no *Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social* a nível Nacional e Europeu. Fundamenta a sua perspectiva a partir do reduzido número de projetos específicos subordinados à situação de sem-abrigo desenvolvidos até então, avaliando como questionável a visibilidade que foi conferida, nos vários países, a esta problemática. A nível global tece comentários ainda mais duros, ao considerar que estamos perante uma campanha sem mensagem, com duvidoso impacto político e que se traduz em desperdício de recursos.

remediativo). O mesmo poderíamos dizer do PNAI de 2006-2008 que, embora já consubstanciado num maior reconhecimento da visibilidade desta problemática, não traduz uma estratégia forte de ação para a inclusão, em relação a este grupo em específico. Permanece, neste documento, uma leitura superficial, que assenta, essencialmente, numa caracterização sumária dos resultados do Estudo levado a cabo pelo Instituto de Segurança Social, I.P. (2005) e da qual resultam propostas de intervenção que não parecem derivar de uma estratégia refletida e coesa de prevenção e combate à situação de sem-abrigo.

De forma ainda mais surpreendente, dado ter sido elaborada no período pré crise de 2008, o seu sucessor (PNAI de 2008-2010) mantém fragilidades importantes no que concerne as propostas definidas para esta população. Veja-se, a este propósito, que neste contexto, foi assumida a meta de “abranger 80% das pessoas identificadas como “pessoa sem-abrigo” com Planos Individuais de Reinserção, até 2010, e disponibilizar na internet um Sistema de informação e monitorização deste problema, até final de 2009” (PNAI 2008-2010, p. 50), proposta meritória mas insuficiente quando se preconiza a assunção de uma estratégia de intervenção sustentada, num período em que se antecipava um aumento não despidendo do número de pessoas e famílias em circunstâncias de extrema vulnerabilidade económica e social. Para tornar o cenário ainda menos promissor, não foram encetadas (nem sequer antecipadas), pese a acumulação de indicadores de insuficiência e desajuste das propostas centradas no indivíduo, medidas de teor estrutural que viabilizassem novas linhas de conceptualização e ação nesta matéria. Em rigor, e numa manifestação inequívoca da desarmonia entre propósitos expressos e obra concretizada, nem os modestos intentos dos documentos que viemos a analisar foram concretizados nos *timings* previstos.

De facto, este fenómeno manteve-se alvo de generalizada negligência por parte do governo português até quase ao final da década, momento em que parecia ter-se operado um salto evolutivo em termos de alinhamento estratégico, o qual se teria materializado na apresentação pública, a 14 de Março de 2009, da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo (ENIPSA)³³. Esta (aparente) mudança na

³³ Como alude Baptista (2009, p. 54), “[t]his document represents the first strategic approach to homelessness at a national level in Portugal, and its adoption is an important development in the state’s role in the area of homelessness, particularly when one considers the relative immaturity of the

abordagem a esta matéria foi alvo de notabilidade em território nacional e europeu, sendo apontada como exemplo de que os sistemas de proteção social mais *fracos* também conseguiriam propor estratégias compreensivas de combate à situação de sem-abrigo (European Commission, 2010c). Nas palavras de Spinnewijn (2010b, p. 1) “progress on homelessness is also possible in an unfavorable structural and welfare contexts”.

De facto, neste documento vimos, de forma inaugural, descrita uma proposta de “Modelo de intervenção e acompanhamento”, cuja implementação se previa a nível local, segundo a definição de territórios estabelecida pelas redes sociais ou Plenários do CLAS. Prevê-se ainda, e em função das necessidades identificadas em diagnóstico, a constituição de Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-abrigo (NPISA), a quem caberia a responsabilidade de acompanhar e implementar a estratégia, segundo os preceitos e pressupostos nelas constantes (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009). Estavam, em *plano*, criadas as condições, tidas como essenciais, para uma *atuação harmonizada*, a qual se materializaria de forma ajustada às necessidades sinalizadas nos diferentes concelhos e distritos do país.

Importa relembrar, neste âmbito, que a delimitação das possibilidades previstas na NPISA ocorreu sob o *domínio* de um estilo de governação *devoto* às causas da economia de mercado e de alinhamento *reflexivo* (Dean, 1999; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010) que se traduziu, nesta temática em concreto, na priorização da colmatação fragilidades/vulnerabilidades da pessoa (e da mobilização de recursos do sistema para este fim), em contraste com a míngua alusão ao papel dos diversos agentes e organismos no combate a fatores estruturais e económicos [*e.g.*, através da revisão do enquadramento legal ou (re)definição de modalidades de ação]. Assim, embora tenha concorrido para uma mudança importante em termos estratégicos, pela implicação nacional que a sua concretização pressupõe e pela tentativa (embora frágil) de implicar organismos e agentes locais, esta Estratégia manteve na sua raiz o intuito de *consertar* as debilidades que alguns/as habitantes em território nacional apresentariam (apresentado o objetivo, que é exposto a partir de roupagem menos agressiva, isto é, sob as designações de autonomização, consciencialização dos direitos e deveres de cidadania, e/ou *empoderamento*), conduzindo-os/as às escolhas certas e aos

Portuguese welfare regime in a comparative European context, and the fragmented nature of traditional approaches to issues of homelessness”.

comportamentos expectáveis do/a agente autónomo/a responsável ideal, que as sociedades democráticas atuais tanto valorizam.

Assim se compreende que, embora resultante do diálogo entre variadas entidades (não) governamentais (que o Instituto de Segurança Social, considerou relevantes nesta matéria), as quais foram convidadas a participar

na identificação de problemas que estão na base destas situações e de medidas específicas com vista à sua resolução (...) com vista, não só a cumprir as directrizes europeias nesta matéria, mas também a implementar um conjunto de medidas que permita criar condições para que sejam despistadas e acompanhadas as situações de risco prevenindo a perda de habitação, e garantindo que ninguém tenha de permanecer sem alojamento condigno (Comissão Nacional para os Direitos Humanos, 2011, p. 34),

no seu seio tenha ocorrido uma acentuada sub-representação do *local* (dada o privilégio assumido por agentes e organismos sediados na capital), aliada a uma intencional invisibilidade das pessoas e agregados que experienciam privação habitacional severa. Limitações para as quais a FEANTSA (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri) não foi alheia, tendo o seu diretor alertado para a falta de clareza no processo de seleção das entidades que integraram o GIMAE (Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia) e para as potenciais consequências (*e.g.*, a nível do envolvimento generalizado de instituições e profissionais) desta escolha por “nomeação” (Spinnewijn, 2010b). Aponta, também, possíveis dificuldades a nível da manutenção das estruturas (locais e nacionais) previstas na ENIPSA (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem Abrigo) a médio prazo, em parte derivadas do aumento de cortes no financiamento que se verificou em Portugal, mas também resultantes da ausência de definição clara de competências e atribuições dos diferentes agentes que nelas intervêm (de forma continuada ou pontual). No mesmo sentido se posiciona quando antecipa eventuais obstáculos no desempenho do papel de liderança por parte Instituto de Segurança Social, no período pós-criação da ENIPSA.

Não espanta que, dadas as inconsistências e fragilidades que estiveram na sua origem, embora apresentada como a grande inovação em termos de ação concreta com esta população, a sua implementação não tenha atingido, até ao momento, o patamar que os discursos dos seus defensores afiançavam. Ilustram esta tendência de avaliação positiva (e apriorística) dos níveis de execução das suas orientações, as declarações

apresentadas pelo representante da presidente da Rede Europeia Anti-pobreza à TSF, a 16 de Dezembro de 2009. Segundo este profissional,

só no Porto «mais de mil» pessoas sem-abrigo deixaram de dormir nas ruas, uma situação que se repete em Lisboa, cidade em que muitos sem-abrigo têm sido atendidos. Para este início de actividade, achámos que não iríamos tão longe. A verdade é que o sucesso está a ser claro e portanto se assim continuarmos neste ritmo pensamos que, em breve, certamente muitos dos sem-abrigo de rua deixarão de estar na rua (TSF, 2009, s.p.).

Em contraste direto com os dados avançados por este membro do Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE), este *extraordinário* impulso inicial rapidamente deu origem a uma diminuição do investimento devotado nos diferentes concelhos, tendo os seus efeitos, a nível nacional, sido circunscritos até ao presente. Embora proclamada como uma realidade na comunicação social e em diversas reuniões do GIMAE (Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009), a legitimação da ENIPSA, via inclusão nos normativos legais que regem a intervenção social no país, nunca chegou a ocorrer, tendo sucedido fenómeno similar no que concerne ao estabelecimento de um orçamento específico para o combate à situação de sem-abrigo (a nível nacional e/ou local). Em consequência, não é, ainda hoje, possível *averiguar*, para concelhos e regiões distintos/as, qual o investimento financeiro realizado e os resultados dele decorrentes (desde 2009 até à data)³⁴. Não estranha, pelo avolumar de limitações, que se excetuarmos a ativação da Linha 144, cujos resultados efetivos vieram a decair, de forma drástica, ainda no primeiro ano de existência, as iniciativas concretas decorrentes da implementação da ENIPSA tenham ficado muito aquém das ambições, sendo os ganhos reais da sua concretização desconhecidos da vasta maioria dos/as portugueses/as, até à data³⁵.

³⁴ Isto significa que, não é passível ao cidadão/a comum aceder a informação respeitante a: (i) total de verba do orçamento de estado gasta nesta matéria; (ii) que organismos governamentais foram responsáveis pela gestão do financiamento, (iii) qual o montante disponibilizado e deste quanto foi gasto, na globalidade e por rubrica; (iv) que entidades não governamentais beneficiaram de apoio e para que efeitos (a nível nacional, regional e local); (v) quais as iniciativas e indicadores privilegiados para efeitos de financiamento público (a nível local, regional e nacional), entre outros indicadores de relevo. Não é, também, conhecido o número de entidades que se candidataram a apoio do Estado e dele não usufruíram (nem os elementos que sustentaram a sua não inclusão no grupo de entidades suportadas, em parte ou na totalidade, por financiamento público). Acresce, ainda, que o Estado português não dispõe de um sistema de compilação de informações respeitantes ao peso do financiamento proveniente da UE na intervenção que desenvolve, desde a criação da ENIPSA.

³⁵ Para este quadro muito contribui(u) a ausência de processos de monitorização sistemática e de avaliação rigorosa das ações em curso. No decurso da realização deste projeto de investigação fomos

Assim, ainda que, pela primeira vez, tenhamos sido brindados com um modelo organizado de intervenção e com orientações no sentido da sua corporalização em território nacional, a sua execução ocorreu segundo ritmos e abordagens muito díspares nos diferentes territórios, não tendo sido tomadas medidas ativas no sentido da regulação de procedimentos e/ou avaliação das diligências previstas ou em curso. Segundo uma representante da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, em entrevista à TVI24, a 18-03-2012,

a estratégia está ‘parada’ desde a saída da coordenadora do departamento do ISS responsável pela coordenação da estratégia. Apesar dos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA), que fazem o diagnóstico local dos sem-abrigo, estarem a funcionar, «pressentimos que neste momento a estratégia está parada em termos do ISS», disse. «Pelo que observamos, a estratégia deixou de ser prioritária e estamos a passar para uma sociedade 100% assistencialista que não promove a parceria, nem a autonomização das pessoas», frisou, rematando: «Daqui a um tempo, vamos ter as pessoas dependentes do apoio de montes de instituições e sobretudo do Estado porque neste momento não temos estratégia para promover grandes autonomias» (Monteiro, 2012, registo audio).

Na mesma entrevista, o coordenador das Equipas de rua da Comunidade Vida e Paz atesta que “em Lisboa as coisas estão bastante atrasadas, tendo em conta que não é fácil juntar tantas instituições e onde há também uma grande concentração de pessoas sem-abrigo” (Monteiro, 2012, registo audio). Assinale-se, no entanto, que embora com *delay* face ao previsto e com fragilidades várias na operacionalização, a inovação proposta e desenvolvida na capital (*e.g.*, implementação do Projeto *Housing First*) não encontra paralelo nas ações executadas nos restantes centros do país (urbanos, semi-urbanos ou rurais) em que, pesem os cuidados de articulação entre agentes e entidades, a abordagem a esta problemática permanece um espelho *baço e distorcido* das alegadas pretensões do Governo Português (*e.g.*, ISS, 2009; Comissão Nacional de Acompanhamento do AECPEs, 2010; Comissão Nacional para os Direitos Humanos, 2011; Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011).

confrontada com Relatórios parcelares elaborados pelas entidades que prestam serviços neste âmbito, informações veiculadas, por responsáveis políticos ou profissionais, nos órgãos de comunicação social (sem qualquer referência ao processo de recolha ou análise dos dados), parte dos quais acessíveis para consulta vários anos após a sua compilação, tendo sido negada a consulta oficial de grande parte de documentos da autoria de instituições públicas, IPSS e ONG que desenvolvem a sua ação nesta área em concreto, a que tivemos informalmente acesso.

Esta acentuada arritmia nos padrões de execução, aliada a uma propensão para o *atropelamento* do rigor e da profundidade na análise das ações encontra-se, igualmente, espelhada na documentação produzida desde o surgimento da ENIPSA (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo), em 2009 [*e.g.*, Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010]. Atenda-se, em registo exemplificativo, aos excertos seguintes, constantes do Diagnóstico Social do município de Coimbra, datado de 2 de Setembro de 2013, documento em que se expõem os resultados da execução, no período de 2009 a 2013, no concelho, um dos territórios indigitados como mais avançados nesta tarefa (Ferreira *et al.*, 2013).

A monitorização é feita pelos giros diários dinamizados por equipas de várias instituições e pelos gestores de caso que asseguram o acompanhamento do processo individual da pessoa sem-abrigo e a articulação com as diferentes instituições para evitar a multiplicação de respostas (p. 88);

A tarefa de prestar apoio a populações mais carenciadas no município de Coimbra é realizada por um conjunto de pessoas de variadas instituições que diariamente percorrem locais da cidade, distribuindo alimentação e outros bens, para além de apoio psicossocial. São pessoas que constituem equipas com larga experiência no contacto com situações desta natureza e com grande capacidade de recorrer a voluntários para reforçar a sua ação (p. 90);

(...) o PISACC lança anualmente um inquérito às pessoas sem-abrigo e realiza contagens desta população. Embora essas operações estatísticas careçam de melhorias metodológicas que aumentem a sua fiabilidade, a informação assim recolhida constitui um elemento de grande utilidade para caracterizar e analisar a evolução da população sem-abrigo nos últimos 3 anos (p. 91);

Na ausência de informação sistematizada mais recente, optou-se por apresentar neste relatório alguns dos principais resultados de inquéritos feitos à população sem-abrigo no ano de 2009, na medida em que as problemáticas e as questões identificadas são muito semelhantes aquelas com que os profissionais do PISACC se deparam na atualidade (p. 92).

Não sendo intenção deste trabalho a apreciação crítica do conteúdo desta publicação afigura-se, pela evidência que em si mesma traduz, essencial alertar para a análise superficial que nela vemos efetuada e para as incongruências substantivas que nela se encontram. Embora constitua, como o título indica, a referência em termos de diagnóstico social do concelho, não se encontram nela citadas todas as entidades que

desenvolvem a sua ação com pessoas em situação de sem-abrigo neste contexto geográfico, ocorrendo o mesmo em relação às iniciativas (planeadas e/ou executadas) que, sem qualquer tentativa de quantificação ou agrupamento por tipologia, são apresentadas como um *coletivo difuso* [e.g., “[a] tarefa de prestar apoio a populações mais carenciadas no município de Coimbra é realizada por um conjunto de pessoas de variadas instituições que diariamente percorrem locais da cidade” (Ferreira *et al.*, 2013, p. 90)], impossibilitando qualquer tentativa de escrutínio das iniciativas (previstas e concretizadas) e/ou de estudo comparativo entre este e outros territórios. Excetuam-se a esta referência, os Giros de rua, apontados como o elemento nuclear na monitorização desta problemática e no âmbito do qual se procede à distribuição de alimentos e outros bens e, também de “apoio psicossocial”, indicação que surge em vários pontos do documento, sob esta expressão ou de “apoio social” [e.g., “Câmara Municipal de Coimbra: Realiza Giros de rua todas as semanas, distribuindo alimentos e apoio social. Sinaliza e encaminha pessoas sem-abrigo para as respostas sociais existentes” (p. 89)], sem qualquer ensaio de clarificação/operacionalização do construto³⁶.

Por sua vez, e no que concerne os mecanismos de estudo da população em situação de sem-abrigo, os resultados apresentados lançam sérias dúvidas sobre as opções metodológicas seguidas (as quais não são enumeradas, nem fundamentadas)³⁷,

³⁶ Esta obscureza estende-se aos esclarecimentos acerca das Equipas de profissionais, que nesta publicação surgem caracterizados como “pessoas que constituem equipas com larga experiência” (Ferreira *et al.*, 2013, p. 90). Merece, ainda, uma nota adicional de preocupação o destaque conferido, perante a total ausência de referência ao perfil de competências dos/as colaboradores/as das entidades em questão, à “grande capacidade de recorrer a voluntários para reforçar a sua ação” (p. 90), afirmação que sublinha esta “capacidade” como a maior mais-valia destes agentes no âmbito da implementação da Estratégia e, numa ilação direta, confere aos/as voluntários/as a responsabilidade de, via simples recrutamento, reforçar o trabalho desenvolvido pelos agentes com qualificação técnica e científica. De novo, perante a inexistência de explicitação das funções e competências (profissionais e voluntários/as), neste âmbito, fica o/a leitor/a sem resposta à natural inquietação sobre o teor e qualidade do trabalho levado a cabo (e.g., reforçam, os/as voluntários/as a “distribuição” de apoio psicossocial?; Se assim é, quais são as suas atribuições neste âmbito?).

³⁷ Na apresentação do método de análise dos dados declara-se que as “o PISACC lança anualmente um inquérito às pessoas sem-abrigo e realiza contagens dessa população. Embora essas operações estatísticas careçam de melhorias metodológicas que aumentem a sua fiabilidade, a informação assim recolhida constitui um elemento de grande utilidade para caracterizar e analisar a evolução da população sem-abrigo nos últimos 3 anos” (Ferreira *et al.*, 2013, p. 91), indicação que, por si só, já é geradora de interrogações. No entanto, o cenário agrava-se, dado que esta referência surge em simultâneo com a indicação de que o diagnóstico de necessidades da população sem-abrigo resulta, não da compilação das informações recolhidas no final de cada ano (como mencionado na citação anterior), mas sim de um Relatório datado de 2009 [subordinado à apresentação de um estudo descritivo, em

nomeadamente em relação ao respeito pelos preceitos éticos elementares em investigação com seres humanos³⁸ e, também, sobre as estratégias privilegiadas na recolha e análise de dados que, pelo volume e diversidade de limitações, dificilmente convergiram para a sistematização de um *retrato* (algo) aproximado da população em causa.

No entanto, e em dissonância com a afirmação anterior, alega-se, neste documento, que o grupo de pessoas alvo da *ação* das entidades que integram este grupo operativo no NPISA (sem explicitação de como esta se materializou), e de onde seleccionaram as amostras, constitui a população que se encontra em situação de sem-abrigo no concelho. Indicação que surge sem qualquer referência a eventuais limitações do diagnóstico em causa, das quais evidenciamos as seguintes: (i) existem, segundo o documento, outras entidades no terreno (das quais são mencionadas algumas, como exemplo), as quais não foram auscultadas para efeitos de compilação de informação (sobre as características e necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo ou de tipologias de intervenção); (ii) indica-se que a maior parte das Instituições (não explicitando, de forma clara, quais) centram a sua ação noutras problemáticas (*e.g.*, desemprego, prostituição, toxicod dependência) e não na situação de sem-abrigo, mas não se procede à análise da potencial influência enviesadora que esta ação focalizada noutro *objeto* pode ter para efeitos de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo (dado que as entidades apenas sinalizaram pessoas com quem contactaram para efeitos de prestação de apoio); (iii) não se avança qualquer referência à possibilidade de que algumas pessoas que se encontra(ra)m nesta situação, no período temporal tido em

que colaborou uma amostra (não se indica de que tipo) de 496 indivíduos], assumindo, sem qualquer sustentação empírica, que as informações obtidas em 2009 são generalizáveis à realidade vivenciada em 2013. Comparam-se, em suma, informações retiradas de fontes distintas, sem se explicitar quais os cuidados tidos na análise comparativa efetuada e quais os critérios que subjazem à sinalização de determinadas variáveis como exemplificativas das características e/ou necessidades da população em causa. De estudos distintos, realizados com recurso a amostras não probabilísticas e em tempos diversos, estabelece-se, de forma *abusiva*, um padrão global de características, sinalizadas como mais frequentes nos indivíduos sujeitos à intervenção das entidades que colaboraram nas pesquisas.

³⁸ Atendendo a que nesta publicação (Diagnóstico Social do município de Coimbra - 2013) se apresentam dados recolhidos junto de pessoas que se encontram em circunstâncias de acentuada vulnerabilidade, seria desejável que, à imprescindível descrição dos procedimentos éticos gerais tidos em conta, se incluíssem indicações específicas quanto à recolha de dados junto de indivíduos com limitações/perturbações na capacidade de julgamento e autodeterminação. No entanto, nenhuma menção é feita a respeito dos procedimentos éticos tidos em consideração, seja no que concerne às dimensões estruturantes da pesquisa com seres humanos (*e.g.*, obtenção do consentimento informado) ou aos cuidados específicos a ter com populações vulneráveis.

conta [todo ou em parte(s)], não tenham usufruído das iniciativas levadas a cabo pelas entidades em causa, ou que, usufruindo, tenham rejeitado colaborar na recolha de informação para este estudo. Às fragilidades já aludidas acresce a ausência de dados acerca do orçamento previsto das verbas canalizadas, e dos gastos efetuados, seja através da sua indicação sob a forma de rubrica total (orçamento *vs* gastos) ou da compilação de dados respeitantes a cada uma das entidades envolvidas. Subsiste, portanto, da leitura deste documento a impossibilidade de identificação do(s) papel(eis) e atribuições efetiva(s) dos organismos públicos e das restantes organizações nele mencionadas, na intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo no concelho.

Urge, por conseguinte, que o compromisso assumido, pelas entidades locais e pelos responsáveis pela criação e gestão da ENIPSA (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009), se traduza em ações concretas e progressos visíveis, que decorram de uma matriz coordenada e integrada de atuação. O mesmo dizemos no que concerne a mobilização de estratégias de monitorização/avaliação, que se pretendem harmonizadas com os níveis de rigor e qualidade mínimos, exigíveis a qualquer esforço de diagnóstico social do concelho ou outros trabalhos de caracterização de populações em circunstâncias de vulnerabilidade e/ou das iniciativas existentes, para que a sua produção concorra para uma efetiva sistematização dos mecanismos e ferramentas (já) existentes e, em articulação, para a (re)definição de prioridades e afetação de recursos. Conclusões como a de que

[a] análise feita no Diagnóstico de 2013 não dá respostas a muitas interrogações que se colocam hoje e para o futuro próximo sobre a situação de Coimbra ou do País e que irá certamente influenciar a concretização do Plano de Desenvolvimento Social até 2017. Este Plano será realizado sem que as incertezas que hoje vivemos se dissipem. Hoje não é possível ter respostas seguras sobre como será a política social do Estado português e em que medida essa política influenciará a ação municipal. Não é fácil encontrar respostas sobre como irá evoluir a criação de emprego, no País e no município (Ferreira *et al.*, 2013, p. 107).

encontram-se muito aquém das princípios que nortearam a elaboração da ENIPSA (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009), e dos pressupostos disseminados a nível Europeu (*e.g.*, Network of Independent Experts on Social Inclusion, 2009; Declaração do Parlamento europeu, de 16 de Dezembro de 2010, sobre uma Estratégia da UE para os sem-abrigo, 2010; Fédération Européenne des

Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010a, 2010b, 2010c, 2011, 2012a) numa demonstração clara de que a abordagem implementada possui deficiências substantivas demasiado graves para que possamos situá-la na linha das propostas coerentes e coesas, defendida pela UE (*e.g.*, Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; European Parliament, 2010).

Como aludiu Spinnewijn (2010b, p. 2), num comentário alusivo a este assunto em concreto, se no seio da própria estratégia não forem criadas as condições estruturantes para que a monitorização ocorra com qualidade “data collection and evaluation will become mere paper exercises”. Tal como o Diretor da Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri antecipou, na ausência de um sistema de recolha de dados (objetivado, fundamentado, e implementado, em efetivo, em diferentes territórios), e perante limitações várias (*e.g.*, na definição dos indicadores), os resultados que vêm a público não constituem um contributo efetivo para o conhecimento da problemática ou da intervenção. Mantém-se, portanto em Portugal, uma *navegação à vista*, resultante da ausência de *cartografia* rigorosa, na qual são múltiplos os naufrágios, pesem os alertas emanados por vários organismos internacionais, de que é urgente estabelecer Cartas náuticas mais detalhadas (*e.g.*, Pleace, 2000; European Commission - DG Research, 2007; Echenberg & Jensen, 2008; Meda, 2010; Persaud, McIntyre, & Mileney, 2010; Shinn, 2010).

Perante uma manifesta ausência de *rota* na intervenção nesta matéria, embora o Estado Português assuma que dispor de um nível de vida digno, no qual se inclui o cumprimento do *direito à habitação*, constitui uma das suas responsabilidades (*cf.*, Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional, 2005), muitos/as residentes em território nacional permanecem, por períodos que ascendem a dezenas de anos, em constante violação deste direito fundamental de primeira ordem (direitos, liberdades e garantias). Parte integrante dos requisitos consensualizados como essenciais à vida em sociedade³⁹, a sua inexistência, decorrente da precarização

³⁹ A vasta maioria de relatórios produzidos no âmbito da avaliação das condições de vida das populações e, em detalhe, no que concerne a avaliação dos níveis de pobreza, desigualdade(s) e privação, dos países *avançados* integra, enquanto indicador chave, o critério habitação (*e.g.*, EUROSTAT, 2010a, 2010b, 2010c; EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, 2010; European Commission - DG for Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011a; Rybkowska & Schneider, 2011), não sendo este padrão distinto no nosso país (*e.g.*, Instituto Nacional de Estatística, 2009, 2010, 2011). Curiosamente, embora

pronunciada das condições que a pessoa experiencia e da sua vulnerabilização extrema perante os diferentes sistemas que integram a *matriz social* de que faz parte (pesem as especificidades desta vinculação), expõe o resultado da *ação* (*e.g.*, individual e conjunta, em simultâneo e em diferido, segundo matrizes de interações de complexidade e abrangência distintas) de um agregado heterogéneo de fatores de ordem diversa [incluindo vulnerabilidades individuais que concorrem para maior fragilidade, por parte de alguns indivíduos, aos efeitos da atual conjuntura], dos quais, apenas se possui compreensão parcial (sendo, ainda inferior, a súpula daqueles que decorrem da sua responsabilidade direta).

Note-se que, esta ocorrência não decorre da opção por algum tipo de nomadismo ou de *estilo de vida* distinto dos padrões de normatividade vigentes, mas sim da experiencição não desejada da ausência de domicílio fixo, sequele visível das ruturas vivenciadas e do agravamento da fragilização da sua ligação ao(s) sistema(s) social(ais) em que o indivíduo estava integrado. Não se trata, por conseguinte, de uma escolha que teria sido livremente tomada e assumida em consciência, num cenário social capaz de assegurar habitação àqueles/as que nele habitam. Pelo contrário, estamos perante uma evidência que corrobora, entre outras questões a que já aludimos (e nas quais se incluem fatores tão diversos como o agravamento dos constrangimentos financeiros no pós crise de 2008 e a consequente diminuição dos direitos sociais que se tem vindo a sentir, ou os processos de tomada de decisão e os comportamentos mobilizados para fazer face à situação de sem-abrigo), a conjuntura de generalizada insegurança e precariedade que o país e a UE atravessam e, em estreita associação, a sua manifesta inabilidade em garantir, nas condições tidas como aceitáveis, a qualidade de vida e bem-estar aos/às seus/suas cidadãos/as e comunidades (*cf.*, European Commission DG Employment, Social Affairs & Equal Opportunities, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2010; Sugawara *et al.*, 2010;

vejamos neles analisadas as mais diversas questões no que a este respeita (*e.g.*, sobrelotação, privação severa das condições de habitação, carga mediana das despesas com a habitação, sobrecarga das despesas em habitação), nestes documentos são muito escassas, ou mesmo inexistentes, as análises que partem da premissa da sua não existência ou manifesta desadequação para pernoita humana (*e.g.*, estábulos, fábricas abandonadas). Esta questão (inexistência/manifesta desadequação para fazer face às necessidades de humanos) surge abordada, de forma específica, no âmbito de produção especializada sobre a situação de sem-abrigo (*e.g.*, Edgar, 2009; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2009, 2010a), a qual não é abordada, em regra, nas restantes publicações.

Social Watch, 2010; European Anti-poverty Network Ireland, 2011; European Parliament, 2011; World Health Organization, Regional Office for Europe, 2011; Carrapiço, 2012).

Por tudo isto se compreende, sem grande dificuldade, que a *situação de sem-abrigo* não é, em si mesma, uma problemática do foro exclusivo da habitação e urbanismo, dado o vasto número de fatores que, devido aos complexos mecanismos de interação que estabelecem (entre si e com outros), sustentam a sua emergência e manutenção no tempo. No entanto, não podemos escamotear que um dos seus sinais mais evidentes é, precisamente, a inexistência de domicílio fixo, aqui entendido como expressão da violação do direito à habitação. Pesem as sucessivas diminuições de direitos e liberdades que se têm vindo a sentir nos últimos anos no nosso país (e noutros Estados membros da UE), aquele é um dos que permaneceu consagrado, sem alterações de relevo, na legislação nacional, em gritante dissonância com a realidade quotidiana de um crescente número de pessoas e famílias. A um olhar menos informado poderia parecer uma impossibilidade que, em pleno artigo 65 da Constituição da República Portuguesa (VII Revisão Constitucional, 2005), se apresente, *ipsis verbis*, que “[t]odos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar” (ponto 1). O mesmo se poderia afirmar dos pontos seguintes, em que se identifica o Estado como elemento interveniente nesta questão, não apenas enquanto agente regulador mas, também, organismo ativo na concretização dos desígnios citados. Incluem-se, entre outras, nas suas atribuições,

“[p]rogramar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; [e i]ncentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução” (ponto 2.a-b).

Não se limitando a estas indicações encontra-se, ainda, neste documento menção específica à adoção de uma política promotora de um sistema de renda compatível com o rendimento dos agregados e de acesso a habitação própria (ponto 3), cabendo-lhe, e em articulação com as regiões autónomas e autarquias locais, a tarefa adicional de definir as “regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos” (ponto 4). No entanto, a referência que, por ventura, suscitará maior perplexidade ao/à leitor/a é a

que surge no seu seguimento, na qual se dá como “garantida a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território”, premissa que nunca se materializou (salvo eventual questionamento em território específico do país), no que concerne as pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo.

Mantendo este esforço de análise comparativa entre a produção legislativa e a sua efetivação em território nacional, o/a leitor/a ver-se-á confrontado/a com outro dado paradoxal. Perante um incrementado número de pessoas em situação de sem-teto (e também noutras configurações), seria expectável que tivesse ocorrido um esforço de revisão da moldura legal e/ou investimento no sentido do seu cumprimento. Porém, nenhuma destas possibilidades se verificou, mantendo-se, até ao presente, nas orientações e normativos sobre esta questão a assunção de que a existência de domicílio é realidade efetiva, sendo os especialistas convocados a posicionar-se sobre a sua não violabilidade⁴⁰ com relativa frequência, mas escassas as reflexões técnicas sobre as implicações legais da sua inexistência (*cf.*, Procuradoria-Geral da República, 2013).

Esta ausência de destaque, não exclusiva da esfera do Direito, traz consigo consequências que, por ventura, um/a cidadão/a domiciliado/a não antecipará e que se traduzem em obstáculos graves no quotidiano deste grupo minoritário da população. Apontamos, em registo exemplificativo, que permanece como obrigação dos/as habitantes no país o fornecimento da sua morada completa quando preenchem os dados para os mais diversos documentos oficiais (*e.g.*, Carta de Condução, Cartão de Cidadão, Visto de Autorização de Residência), quando solicitam apoios ou se candidatam a medidas diversas, nomeadamente a ofertas de emprego [sejam estas propostas por entidades públicas, privadas ou em qualquer outro formato legal (*e.g.*,

⁴⁰ O direito à inviolabilidade do domicílio encontra-se previsto nos artigos 174.º do Código Penal Português, e 34.º e 18.º da Constituição da República Portuguesa, constituindo, junto com outros direitos (*e.g.*, respeitantes à não intromissão na vida privada, correspondência ou telecomunicações), um dos direitos fundamentais de primeira ordem – direitos, liberdades e garantias assumidos pelo Estado Português. Em rigor, esta proteção não constitui grande novidade legislativa. Veja-se, em registo exemplificativo, que já na Convenção Europeia de Direitos do Homem (CEDH) de 10 de Dezembro de 1948, se sufraga no art.º 8.º que “1. Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência; [e] 2. Não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem-estar económico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infracções penais, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades de terceiros”.

IPSS, ONG)], quando são intervencionados por motivos de saúde (*e.g.*, em Centros de Saúde ou Hospitais) e, entre um vastíssimo leque de situações e circunstâncias, quando solicitam uma fatura com Número de Identificação Fiscal na grande maioria de estabelecimentos (*e.g.*, mini/super/hipermercados, gasolinhas, CTT – Correios de Portugal, espaços de restauração). Não despendida é também a consideração de que a grande maioria de entidades, incluindo organismos públicos, exige indicação de morada para o envio de correspondência, sendo que o registo escrito é tido como uma das vias privilegiadas de comunicação formal [entre entidades, entre entidades e pessoas, e entre pessoas], incluindo para fins judiciais.

Recorde-se que a *posse* de residência fixa (via arrendamento, compra ou qualquer outro formativo permitido na lei) incorpora, neste regime democrático, muito para além da constatação da existência de um imóvel que a pessoa habita. Enquanto evidência da supressão de uma das necessidades básicas da vida em sociedade contemporânea, o seu usufruto (em registo temporário ou definitivo) é um direito cujo asseveramento concorre, de forma (in)direta, para o preenchimento de uma parte importantes das restantes necessidades essenciais à sobrevivência e bem-estar, para a salvaguarda de outros direitos e liberdades fundamentais e, em estreita associação, para o incremento das possibilidades de cumprimento de um vasto leque de obrigações exigíveis a todos/as os/as habitantes de um dado território (King, 2003; Nicholls, 2010). No entanto, e de forma paradoxal (face aos pressupostos em que assentam estes regimes), os governos, incluindo o Português, têm revelado, no que a esta questão concerne, maior preocupação e criatividade no cumprimento das referências constantes no atual enquadramento normativo-legal, que na aproximação das referências nele constantes à realidade vivenciada por todos/as os/as seus/as cidadãos/as.

Acresce, ainda ao referido, que a habitação, entendida enquanto *espaço coberto* em que se reside e que possui as condições mínimas para ocupação humana, assume um outro conjunto de papéis de relevo no quotidiano dos indivíduos (Saunders, 1990; Kellett & Moore, 2003; Mallett, 2004; Padgett, 2007; McNaughton, 2008, 2010). Mais do que um mero recurso constitui, como refere Nicholls (2010, p. 24), “a mechanism that can act to enable or constrain the functions required for a ‘well lived’ life”, sendo o seu

valor dependente dos papéis que desempenha⁴¹, em efetivo, na vida de pessoas e agregados, e não resultado direto da constatação da sua existência (Rivlin, 1990; Nussbaum, 1992; Smith, 1994; Kearns, Hiscock, Ellaway, & Macintyre, 2000; Robinson, 2002; King, 2003, 2009; Nicholls, 2010).

Para além de ser garante da segurança física (*e.g.*, impede a entrada de potenciais invasores, humanos ou animais; fornece proteção face a condições climatéricas adversas) e de bens, constitui um contributo essencial no bem-estar psicológico e social, no qual as pessoas concretizam, de forma regular, ações e comportamentos de inquestionável importância no seu dia-a-dia, e para que se convencionou ser necessária privacidade (*e.g.*, tomar banho, dormir, vestir-se). Espaço privilegiado para a edificação de vínculos securizantes e para a construção da noção de pertença (*e.g.*, ao próprio espaço e àqueles/as que nele habitam conosco e que o frequentam) é nele que, para uma vasta maioria de pessoas, se corporalizam as relações de maior intimidade (*e.g.*, entre os vários elementos que integram a família, unidade base da sociedade portuguesa⁴², e, também, entre estes e os pares com os quais se relacionam).

Importa não esquecer, ainda no âmbito desta reflexão, a frequente utilização do pronome possessivo quando cada um/a de nós se reporta ao espaço que habita (a “minha” casa) ou no qual habitam os/as seus/as congéneres (a “sua” casa), referência extensiva aos bens que nele se encontram, sejam estes objetos utilizados no quotidiano (*e.g.*, cama, mesa, fogão, banheira, roupa) ou outros tidos como valiosos pelas mais diversas razões (*e.g.*, fotografias, livros, joias). Mesmo objetos emprestados/cedidos por algum tempo ganham o *estatuto provisório* de nossos no tempo em que permanecem neste espaço, integrando o espólio de bens de que somos responsáveis. Também apelidado de “lar”, “porto seguro” ou “refúgio”, este espaço abarca, ainda, uma dimensão essencial adicional, ao ser *referente comum* a que associamos muitas das nossas memórias, pensamentos, sentimentos e de outros elementos imateriais acumulados no

⁴¹ Esta posição encontra suporte na “*capabilities approach*”, no âmbito da qual se destacam, para esta Tese, os trabalhos de Amartya Sen (1987, 1990, 1992, 1999, 2002, 2004; Sen & Salman, 2006) e de Martha Nussbaum (1992, 2003; Nussbaum & Sen, 1993).

⁴² Segundo a Constituição da República Portuguesa (VII Revisão Constitucional, 2005, art. 67/1) “a Família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros”.

decurso da nossa história (e continuamente ampliados e reconfigurados até ao seu término). A “nossa casa” (seja esta um quarto arrendado, um apartamento, uma vivenda ou qualquer outro formato habitacional) é, por isso, muito mais do que as paredes e o teto que nos protegem de eventuais intempéries; ela é parte estruturante da nossa identidade pessoal e social. Não estranha, por isso, que a *privação* de alojamento seja uma questão que suscita tantos comentários e posições críticas nas mais diversas esferas e que, para a vasta maioria daqueles/as que a vivenciam, constitua uma perda dolorosa intensa, com significado pessoal profundo. Como alertam as Nações Unidas (2002, p. 6), basta

pensar em tudo o que um lugar seguro para viver pode representar para a dignidade, a saúde física e mental e a qualidade geral de vida do ser humano, para que se comecem a revelar algumas das implicações da habitação, no domínio dos direitos humanos.

Pelo exposto se compreende que, embora sem-abrigo pressuponha, de facto, a ausência de alojamento fixo e adequado, a sua conceptualização não pode limitar-se à simples constatação da sua (não) existência. É, como explorámos ao longo desta componente introdutória ao capítulo, essencial mobilizar contributos de áreas diversas, na senda de uma análise mais profunda das dimensões/fatores que confluem no sentido da sua emergência e manutenção no tempo, em sociedades que se pautam por valores democráticos. Esta abordagem multidisciplinar e de teor crítico é, a nosso ver, essencial para que se compreenda como e porquê esta permanece uma questão prioritária (embora não reconhecida enquanto tal), em pleno século XXI, num Portugal e numa UE que continuam a assumir-se como comprometidos, pesem as incongruências já reportadas, com a qualidade de vida e bem-estar de cidadãos/as e comunidades.

1.2. NAVEGAÇÃO À VISTA E NAUFRÁGIO(S): ROTAS TRADICIONAIS DE *LEITURA* DA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Jovem Sócrates: Por que dizes que a nossa divisão não fora feita corretamente?

Estrangeiro de Eleia: Porque é o mesmo que tentar alguém dividir a humanidade em duas partes, como costuma a maioria, isto é, separando-a como se o gênero helénico constituísse uma unidade distinta das demais e dando-se a estas o nome comum de “bárbaros”; supondo que por causa dessa denominação coletiva formem também uma unidade, quando de fato são numerosíssimas, distintas entre si e de línguas bem diferentes (ἄσύνμφορος).

Platão, *O sofista*⁴³, 262c

Num período histórico dominado por uma matriz global centrada nas premissas da economia de mercado, de complexidade sem precedentes, e no seio de um projeto europeu cuja edificação se consubstanciou nos ideais de “uma Europa em paz, unida e próspera” (União Europeia, 2013, parág. 1), a situação de sem-abrigo foi, durante várias décadas, remetida para o estatuto de problemática *non grata*, dado corporalizar, numa vivência experienciada por muitos/as cidadãos/as, grande parte dos paradoxos em que os regimes democráticos atuais se erigem, mas sobre os quais governos e organismos europeus evita(ra)m *posicionar-se* (nomeadamente, agindo) de forma crítica (Fitzpatrick & Stephens, 2007; ISS, 2009; Spinnewijn, 2009, 2010; Albert, 2010; Shinn, 2010; Social Watch, 2010; WHO Regional Office for Europe, 2010; Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011).

Evidência direta de um paradigma marcado por instabilidade e precariedade generalizadas (*e.g.*, Comité Económico Social Europeu, 2012; Muižnieks, 2012; Parliamentary Assembly, 2012; Fernandes & Krupenski, 2013; Palley, 2013; Rodrigues, 2013; Sotiropoulos, Milios, & Lapatsioras, 2013; Zacune, 2013), o seu incremento (em número e diversidade de configurações) atesta, com particular nitidez, a severidade dos potenciais efeitos perversos da implementação desta filosofia política, na vida de pessoas e agregados, lançando sérias dúvidas de que a estratégia de *navegação* privilegiada

⁴³ Tradução, da autoria de Lucy Magalhães, integrada na obra de Marcondes, D. (2000). *Textos Básicos de Filosofia: dos Pré-socráticos a Wittgenstein* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

conduza, em efetivo, a UE e os seus estados membros ao “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” que ambicionam (*cf.*, Network of Independent Experts on Social Inclusion, 2009; European Commission, 2011; European Commission DG for Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011a; Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011; Comité Económico e Social Europeu, 2012; European Union, 2013).

Não surpreende, portanto, que embora constitua uma problemática social com expressão não menosprezível em todos os Estados membros da UE e numa vasta maioria de sociedades avançadas (*e.g.*, European Commission - DG Research, 2007; Hagan & Rymond-Richmond, 2007; European Parliament, 2010; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010a, 2010b, 2010d, 2012a), os países tenham manifestado uma acentuada *timidez* no reconhecimento público da sua gravidade, num esforço coletivo de camuflagem desta e de outras problemáticas que, pela sua existência, *minam* os esforços concertados de disseminação de uma pretensa factualidade associada à mensagem consensualizada de que

[t]he values of human dignity, freedom, democracy, equality, the rule of law and the respect for human rights are absolutely fundamental to the European Union. These fundamental values underpin all of the European Union's activities both internally and in our external policies. Several nations are freely negotiating accession to the European Union, a sign that despite challenging economic conditions, the European Union is a magnet for stability, prosperity and democracy (European Parliament/The president, 2012, parág. 3).

Como vimos, no âmbito da reflexão tecida em componente anterior desta Tese, esta problemática manteve-se, até meados da década de 90, fora do radar das preocupações da generalidade dos responsáveis políticos, agentes da sociedade civil e, pese o interesse devotado desde o seu início nos países Escandinavos e da Europa ocidental, também na generalidade da comunidade científica Europeia⁴⁴ (*e.g.*, Avramov,

⁴⁴ Numa revisão da evolução operada sobre esta matéria, na UE e nos seus estados membros, Busch-Geertsema (2010, p. 19) caracteriza, desta forma, a balbúrdia que reinava no dealbar da segunda metade da década de 90, em relação aos processos de recolha e compilação de dados sobre a situação de sem-abrigo e aqueles/as que a experienciam: “[f]or Germany and the Netherlands, the projections were based on a statistical model using some empirical survey data. Numbers from the population census were used for France. The Irish data derived from an official assessment of homelessness. UK data

1995, 1998, 1999; Brousse, 2004; Cardona, 2004; EUROSTAT, 2004; McCarty, 2005; Echenberg & Jensen, 2008; European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2009, 2011a; Hulchanski, 2009; Edgar, 2009; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, 2011).

Alvo de inquietação por parte de um grupo restrito de entidades e profissionais, que há várias décadas vinham a alertar para um provável agravamento, na segunda metade do século XX (com particular incidência na última década), seguido do seu contínuo incremento, em amplitude e severidade, pelo menos, durante as primeiras décadas do século XXI, o seu peso na agenda Europeia manteve-se pouco expressivo até recentemente (*e.g.*, Busch-Geertsema *et al.*, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2010; European Parliament, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010b, 2010d; Parlamento Europeu, 2010). Assistimos, em resultado das linhas de governação privilegiadas e das prioridades de ação definidas, em Portugal e na UE, a um modesto impulso no estudo e na intervenção sobre esta matéria, tendo-se mantido esta tendência até finais da primeira década do novo milénio, momento em que a conjuntura social e económica dificilmente permite *esconder* que urge maior investimento por parte de agentes e organismos, incluindo dos próprios governos (*e.g.*, Plano Nacional para a Inclusão, 2001-2003, 2003-2005; Bento & Barreto, 2002; Baptista, 2004, 2005; Instituto da Segurança Social, 2005 Brousse, 2004; Cardona, 2004; EUROSTAT, 2004; McCarty, 2005; Echenberg & Jensen, 2008; European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2009, 2011a; Hulchanski, 2009; Edgar, 2009; EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, 2011).

Em consequência direta desta opção política, a situação de sem-abrigo manteve, no último quarto do século, uma posição humilde no leque de prioridades de intervenção na maioria das democracias europeias, sendo este fator causa e, em simultâneo, consequência de uma concomitante falta de interesse pelo seu estudo científico. Apontada como realidade pouco expressiva numa Europa que se publicita

related to the numbers of households accepted as homeless under the respective legislation. Italian numbers were deducted from a poverty survey and the population census. The turnover of users of shelters for homeless people in one year was reported from Belgium and Spain, with day counts of service users from Denmark and Luxembourg. The numbers for Greece and Portugal were estimates based on researchers' 'field experience'".

sustentada nos valores da dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade (*cf.*, Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia⁴⁵, 2010), a sua pesquisa foi relegada para um plano inferior, no seio das preocupações sociais consideradas emergentes e para as quais se definiram linhas específicas de apoio à investigação científica e ao desenvolvimento de modalidades empiricamente fundamentadas de intervenção (*e.g.*, European Commission - Community Research, 2006; European Commission - Research and Innovation, 2012). Verificou-se, por conseguinte, um modesto interesse por esta matéria, mesmo perante indicadores que avançavam grande probabilidade da sua intensificação e complexificação, no velho continente, a qual concorreu para a manutenção de um estado global de imaturidade, no seio do qual se tendeu para *leituras* parcelares.

A quadros conceptuais pouco densos e substancial indefinição terminológica associou-se uma tendência de mobilização de *designs* metodológicos simples, que não possibilitam grandes ilações e cujos resultados eram *lidos* a partir de referentes teóricos circunscritos, consubstanciados em distintas áreas científicas que, salvo eventuais exceções, não comunicavam de forma funcional entre si (*e.g.*, Avramov, 1995, 1998, 1999; Marpsat, 2003; EUROSTAT, 2004; Menezes, 2008; Echenberg & Jensen, 2008). Esta fragmentação não se distanciava, de forma substantiva, das iniciativas então planificadas (e, em menor número, efetivadas), a quem foi granjeado o epíteto de "*ad hoc approaches to homelessness*" (Culhane & Byrne, 2010, p. 13), dada a carência de fundamentação (teórica e metodológica) e a fragilidade dos mecanismos de monitorização e avaliação nelas previstos (*e.g.*, Baptista & O'Sullivan, 2008; Gould & Williams, 2010)⁴⁶.

⁴⁵ Este e outros documentos de relevo, no que às premissas da União Europeia diz respeito, encontram-se disponíveis para consulta pública em http://europa.eu/legislation_summaries/human_rights/fundamental_rights_within_european_union/l33501_pt.htm.

⁴⁶ Note-se que as iniciativas desenvolvidas no âmbito do combate à situação de sem-abrigo ainda enfermam das limitações que caracterizam este período. Pese a tentativa de uniformização de uma política de intervenção neste âmbito, com a publicação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem-abrigo (GIMAE, 2009), essa nunca chegou a ser integrada no quadro normativo-legal de suporte que os/as seus/as defensores/as haviam preconizado. Acresce que a sua implementação não chegou a efetivar-se de forma organizada em todo o território nacional, permanecendo diferenças significativas nas abordagens implementadas nas várias regiões (Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; ISS, 2009; Comissão Nacional de Acompanhamento do AECPEP, 2010; Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Monteiro, 2012).

Estávamos, então, num período de *navegação à vista*, no qual as propostas de ação aconteciam sem planeamento ordenado e sem *rota* estabelecida, numa crescente pluriferação de iniciativas (*e.g.*, criação de Equipas de intervenção em contexto de rua) que, mais tarde, veio a dar origem à crítica disseminada entre profissionais, de que *existe, em dimensões específicas, duplicação de respostas, enquanto noutras ainda não se encontra, sequer, previsto qualquer tipo de apoio* (*e.g.*, GIMAE - Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009; Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012), parte das quais sofreram naufrágios ainda com a costa à vista, dado não passarem de planos bem-intencionados dos/as seus/as proponentes. Também os/as investigadores/as que decidiram, em regra sem apoios de entidades governamentais ou outras, estudar esta problemática, experienciaram dificuldades, confrontados/as com a ausência de *mapa*, num *mar* repleto de indefinição conceptual e de níveis muito diferenciados de rigor na compilação e tratamento das informações.

Neste cenário de descoberta, ainda com recurso a instrumentos pouco sofisticados e num enquadramento de desvalorização política e social, quase parecem “partidas de mau gosto” as referências ao contributo que a ciência poderia ter, não na análise compreensiva e reflexiva do fenómeno, mas sim na identificação das principais *causas* da situação de sem-abrigo, cuja intervenção (através de um *programa de trabalhos* que colmatasse os défices encontrados) possibilitasse aos/às profissionais chegar à solução deste “problema social”. Não surpreende, por conseguinte, que, embora tenhamos evoluído na cartografia e arriscado nas viagens (conceptuais e de investigação), ainda não tenha sido possível *chegar ao Novo Mundo*.

1.2.1. “NAVEGANDO ONDE AS SOMBRAS SE ESCONDEM”⁴⁷: CONCEÇÕES TRADICIONAIS DA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Il erra deux jours en liberté dans les champs; si c'est être libre que d'être traqué; de tourner la tête à chaque instant; de tressaillir au moindre bruit; d'avoir peur de tout, du toit qui fume, de l'homme qui passe, du chien qui aboie, du cheval qui galope, de l'heure qui sonne, du jour parce qu'on voit, de la nuit parce qu'on ne voit pas, de la route, du sentier, du buisson, du sommeil.

Victor Hugo, *Les misérables*⁴⁸, 1862, pp. 221-222

Huckleberry came and went, at his own free will. He slept on doorsteps in fine weather and in empty hogsheads in wet; he did not have to go to school or to church, or call any being master or obey anybody (...) he never had to wash, nor put on clean clothes; he could swear wonderfully. In a word, everything that goes to make life precious that boy had. So thought every harassed, hampered, respectable boy in St. Petersburg.

Mark Twain, *The adventures of Tom Sawyer*⁴⁹, 1876, p. 67

Embora as tendências de investigação atuais caminhem no sentido de uma aposta clara no reconhecimento da multidimensionalidade dos fatores que contribuem para a emergência, manutenção e saída da situação de sem-abrigo, o seu estudo permaneceu, por várias décadas, bifurcado em duas direções distintas (Neale, 1997; Kemp & Mackay, 2001; Moore, 2007; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Cronley, 2010). Descritas a partir da sua orientação (estrutural e individual), estas encontravam-se imbuídas de um discurso e de matrizes de pesquisa próprios, os quais, embora tenham possibilitado a documentação de descobertas importantes sobre o contributo (específico, e em articulação) de um vasto número de fatores e dimensões, concorreram para a perpetuação *leituras* fragmentares sobre esta problemática (Main, 1998; Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Edgar, 2009; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, &

⁴⁷ Tradução direta da segunda estrofe do refrão do poema que integra a música Moonlight, da autoria de Kenny Martin e Jesse Clark, e que constitui a oitava faixa do Album *The Black Halo*, lançado pela Banda Kamelot, em 2005.

⁴⁸ Reprodução da obra original disponível na Bibliothèque électronique du Québec, passível de consulta em <http://beq.ebooksgratuits.com/vents/Hugo-miserables-1.pdf>.

⁴⁹ Reprodução da obra original passível de consulta em <http://www.gutenberg.org/files/74/74-h/74-h.htm#cl>.

Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Mairos Ferreira & Redruello, 2011). Curiosamente, esta dicotomia manteve-se dominante, não apenas nos projetos em que o enfoque se centra no indivíduo (jovem, adulto/a e/ou idoso/a) mas, também, quando se reflete sobre a família enquanto unidade de análise (Reingold & Fertig, 2006; Minnery & Greenhalgh, 2007; Rog, Holupka, & Patton, 2007; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010e; National Center on Family Homelessness, 2012). Segundo Reingold e Fertig (2006, p. D-3) também nestes trabalhos foi, com frequência, apresentada como

the product of individual characteristics without adequate attention to community (or structural) circumstances. The prominence of individual forces, such as mental illness, drug use and domestic violence, in this research stems from a reliance on studies from a single city, limiting what we can say about the relative importance of community variation in local housing market conditions, climate, the supply of shelter beds, and the presence of local anti-loitering laws.

When the literature attempts to bring-in the structural aspects of family homelessness, it has done so with research strategies that omit the individual from the analysis. The typical approach is to predict municipal-level homelessness rates or counts with selected characteristics of the city and its population (Reingold & Fertig, 2006, p. 5).

Com expressão já no âmbito dos estudos desenvolvidos antes da década de 70, no Norte do continente Americano e na Grã-Bretanha, o estudo da situação de sem-abrigo desenvolveu-se, num período em que era débil o estímulo à produção científica nesta matéria, a partir do princípio de que se tratava de um processo de desafiliação da sociedade, que ocorria em resultado de um conjunto de características individuais, as quais eram tidas como responsáveis pela sua experienciação por parte de alguns indivíduos e não de outros. Consideravam, portanto, tratar-se de uma “condition of detachment from society characterized by their absence or attenuation of the affiliative bonds that link settled persons to a network of interconnected social structures” (Bahr, 1973, p. 17).

Uma vasta parte das pesquisas então desenvolvidas centrou-se, para efeito de recolha de dados, em indivíduos que se agrupavam em zonas específicas das cidades (*skid row areas*). Tido como sinónimo de *vadiagem*, *vagabundagem* e/ou *vida errante*, este fenómeno foi, nesta fase inaugural, alvo de interesse particular nas áreas da Medicina, Direito e Jornalismo. Interessava aos primeiros a inquirição das necessidades

e características específicas destas pessoas (na sua vasta maioria, estes trabalhos era circunscritos à população masculina), aos segundos a análise da constitucionalidade e consequências da legislação sobre vadiagem em vigor e, por último, aos terceiros a exposição de histórias e experiências enquanto sem-abrigo (*e.g.*, Sandford, 1971; Digby, 1976; Archard, 1979; Cook, 1979; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010). Ainda nesta fase, foi importante uma segunda tendência de estudo desta temática, sendo esta focalizada nos relacionamentos que as pessoas nestas circunstâncias estabelecem com agentes e organismos (*e.g.*, Polícia, Centros de Acolhimento) e, particularmente, dos impactos (no/a próprio/a e nas suas circunstâncias), das desigualdades existentes nestas interações (Busch-Geertsema, *et al.*, 2010).

Assinale-se que esta linha de inquérito sofreu um processo de expansão no decurso das décadas subsequentes, estendendo-se às áreas da saúde (*e.g.*, Enfermagem, Psiquiatria e Psicologia Clínica) e da Criminologia (Cowan, 1999; Solomon & Draine, 1999), sendo a sua preocupação comum a identificação e descrição de lacunas/disfunções, alegadamente geradoras (em si mesmas e pela ação conjunta) da sua ocorrência e perpetuação no tempo. Trata(va)-se, por conseguinte, de sinalizar *anomalias* face à população (ou grupos tidos como indicador de comparação), a nível de características/atributos do indivíduo, de processos de pensamento e/ou tomada de decisão, de comportamentos e/ou das atribuições e juízos sobre si, as suas circunstâncias e/ou o mundo, que os distinguiriam dos seus pares domiciliados.

Vimos, com repercussões que chegam até ao presente, amplificar-se o número e diversidade de publicações, que apresentam como foco de análise a sinalização e escrutínio de variáveis atribucionais [*e.g.*, autorrelatos de frequência de consumo de substâncias (i)lícitas em amostras de adultos/as em situação de sem-teto, cálculo do número de diagnósticos de perturbação psiquiátrica numa amostra de jovens e/ou adultos/as em Centro de Acolhimento de uma determinada região, na globalidade e por tipologia] tidas como relevantes para a emergência e manutenção da situação de sem-abrigo e, de forma menos expressiva, para a saída sucedida, que surgem neles analisadas sob os mais diversos prismas (*e.g.*, Fischer, 1988; Baum & Burnes, 1993; Fernandes, 1993; Pereira, Barreto, & Fernandes, 2001; Aidala, 2005; Didenko, & Pankratz, 2007; Martins, 2007; Caminho & Pereira, 2010). Para além da estimação da sua prevalência diferencial [através da comparação entre os resultados obtidos e os índices

calculados para a população do país ou território (considerada na sua generalidade ou com segmentos apontados como exemplo, segundo critérios determinados pelo/a investigador/a)] e da sinalização de problemáticas e dificuldades específicas e/ou mais severas naqueles/as que experienciam esta *situação* [tendo em conta, para além das comparações referidas, a análise de singularidades/comunalidades entre as manifestações deste atributo/característica nas amostras selecionadas e em grupos domiciliados] este tipo de investigações contribuiu, ainda, para o estudo da sua ação em interdependência (Fischer, & Breakey, 1991; Martell, Rosner, & Harmon, 1995; Johnson, Freels, Parsons, & Vangeest, 1997; Herman *et al.*, 1998; DeLisi, 2000; Booth, Sullivan, Koegel, & Burnam, 2002; McNeil, Binder, & Robinson, 2005; Fischer, Shinn, *et al.*, 2008; Roebuck, 2008). Destas contribuições resultou uma conclusão comum – a sua presença, em simultâneo, potencia o risco de experienciação da situação de sem-abrigo por longos períodos de tempo (Cohen & Thompson, 1992; Bento, Barreto, & Pires, 1996; Vasquez & Muñoz, 2001; Rowe, 2002; Folsom *et al.*, 2005).

Da vasta amplitude de variáveis abrangidas destacam-se, pela sua recorrência, a perturbação psiquiátrica [no âmbito da qual se privilegiam as psicoses, as perturbações de personalidade e as perturbações do humor (Fisher & Breakey, 1991; Cohen & Thompson, 1992; Martell, Rosner, & Harmon, 1995; Folsom, *et al.*, 2005; Dickson-Gomez, Convey, Hilario, Corbett, & Weeks, 2008)], consumo de substâncias (i)lícitas⁵⁰ [com maior incidência no estudo da dependência crónica de álcool e narcóticos (Archard, 1979; Fischer & Breakey, 1991; Baum & Burnes, 1993; Booth, *et al.*, 2002; Aidala, 2005; Heffron, Skipper, & Lambert, 1997; DeLisi, 2000; Didenko & Pankratz, 2007; Luhrmann, 2007; Combaluzier, Gouvernet, & Bernoussi, 2009), aos quais

⁵⁰ Apontada como uma associação habitual (com estimativas que oscilam entre 28 a 67%), o consumo de substâncias ilícitas e a situação de sem-abrigo constitui uma das díadas mais estudadas pela linha de inquérito que temos vindo a explorar (Fischer & Breakey, 1991; Lehman & Cordrey, 1993; Royse, *et al.*, 2000). Para além de termos constatado, de forma recorrente, que o consumo de substâncias concorre para maior vulnerabilidade à sua experienciação (Spinner & Leaf, 1992; Winkleby, Rockhill, Jatulis, & Fortman, 1992), encontramos referências várias ao início e/ou incremento dos consumos de substâncias enquanto consequência, *i.e.*, como estratégia mobilizada pelos indivíduos para “lidar” com a situação que vivenciam (Johnson, Freels, Parsons, & Vangeest, 1997)]. Acresce, a este respeito, que este fator se associa a percursos de duração mais prolongada e de maior severidade, participação em mais episódios de violência (e de maior gravidade), em comparação com a população e, também, com os seus pares em circunstâncias similares (*e.g.*, períodos de tempo mais longos na situação de sem-teto), maior vulnerabilidade durante a infância e a juventude à situação de sem-abrigo, experiências recentes de alojamento sem condições de habitabilidade, bem como relatos de menor suporte social informal e por parte dos serviços.

acrescem o tabaco (Arnsten, *et al.*, 2004; Baggett & Rigotti, 2010, 2013; Garner & Ratschen, 2013)] e a adição de jogo [incluindo ou não a contração de dívidas (Heffron, Skipper, & Lambert, 1997; Chamberlain & MacKenzie, 2006)]. Integram ainda este primeiro conjunto de indicadores, os comportamentos suicidários, temática no seio da qual sobressaem pesquisas sobre tentativa de suicídio, suicídio consumado e, embora em menor número, a ideação suicida (Prigerson, *et al.*, 2003; Burrows, *et al.*, 2013; Nilsson, *et al.*, 2013; Binswanger, *et al.*, 2013).

Note-se, contudo, que a investigação sobre a morte não se circunscreveu a esta dimensão, tendo os/as investigadores/as concentrado esforços: (i) na compreensão dos impactos múltiplos da situação de sem-abrigo no agravamento da qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos, tendo como manifestação limite a perda da vida, (ii) na identificação das causas de morte mais comuns (*e.g.*, doença prolongada, agressão), e (iii) no cálculo da taxa de mortalidade, contrastando-a com os valores reportados para outros grupos vulneráveis e/ou para a população em geral (Cheung & Hwang, 2004; Beijer, *et al.*, 2007, 2011; Beijer & Andréasson, 2009; Morrison, 2009; CRISIS, 2011; Binswanger, Blatchford & Mueller, 2013; Virginia Violent Death Reporting System, 2013). Neste campo têm, conjuntamente, evidenciado interesse em compreender os comportamentos autodestrutivos (in)diretos que jovens e adultos/as manifestam nos períodos antes e/ou durante a sua experiência, assim como as sequelas deles decorrentes, sejam estas de carácter temporário (*e.g.*, limitações na locomoção decorrentes de não tratamento de feridas) ou permanente (*e.g.*, contaminação pelo vírus do HIV em resultado de comportamentos sexuais de risco).

Às publicações devotadas a este assunto em específico (morte) adicionam-se outras descobertas com grande interesse para a comunidade científica, no conjunto das quais se notabilizam a trajetória delinvente [incluindo, ou não, períodos de encarceramento (Fischer, 1988, Ballintyne, 1999; Dickson-Gomez, *et al.*, 2008; Greenberg & Rosenheck, 2008; Binswanger, *et al.*, 2013)], bem como vitimação [*e.g.*, sob a forma de maus tratos físicos, psicológicos e/ou sexuais por parte de conjuge ou pessoa de referência (*e.g.*, vivência de relação de intimidade abusiva, maus tratos físicos por parte de filho)] e/ou perpetração de violência [*e.g.*, cometimento de atos de violência com o propósito de obtenção de bens; agressão a outrém como estratégia de defesa em contexto de rua; homicídio (Anderson, 1996; Ballintyne, 1999)]. Ainda em

número elevado encontramos as temáticas da saúde física, no conjunto das quais são abordados fatores tão diversos como a fragilização global do estado de saúde, infecções sexualmente transmissíveis, síndrome de imunodeficiência adquirida, cancro, doenças cardiovasculares, doenças pulmonares (*e.g.*, tuberculose) ou deficiência física [(*e.g.*, artropatias, amputações) Hwang, *et al.*, 1997; Aidala, 2005; Sackoff, Hanna, Pfeiffer, & Torian, 2006].

Como outras causas primárias distinguem-se o serviço militar em teatro de guerra e, em parte dos estudos subordinados a esta problemática, lesões e desordens psicológicas dele decorrentes (*e.g.*, Rosenheck, Frisman, & Chung, 1994). Uma percentagem considerável de pesquisas sobre pós stress traumático e trauma, nesta população, incluem, na sua amostra, homens e/ou mulheres veteranos de guerra (Goodman, Leonard, & Harvey, 1991; Buhrich, Hodder, & Teesson, 2000; Robinson, 2005; McManus & Thompsona, 2008; Taylor & Sharpe, 2008; Huey, Fthenos, & Hryniewicz, 2012; Carlson, Garvert, Macia, Ruzek, & Burling, 2013). Note-se, porém, que o estudo destas variáveis não se circunscreve ao segmento de (ex-)militares. Estas (trauma e stress pós-traumático) têm sido perscrutadas enquanto consequência da situação de sem-abrigo em si mesma, neste cenário entendida enquanto evento traumático, pese a elevada heterogeneidade de manifestações que esta privação habitacional severa pode assumir (Hopper, Bassuk, & Olivet, 2010). Porque conceptualizadas, em simultâneo, como causa e consequência, neste âmbito, surgem perquiridas atendendo aos *formatos* distintos em que a sua manifestação pode ocorrer, nos períodos pré e durante a experiência de extrema precariedade habitacional [*e.g.*, negligência; abuso psicológico, físico e/ou sexual; violência doméstica; acidentes (Kushel, *et al.*, 2003; Hopper, Bassuk, & Olivet, 2010)].

Dos resultados obtidos sobressai a elevada percentagem de homens e mulheres que sofre(u) traumas, com intensidade mais elevada em grupos minoritários, a saber: nos/as adolescentes (Tyler, Cauce, & Whitbeck, 2004; Thompson, 2005; Whitbeck, *et al.*, 2007; McManus & Thompsona, 2008; Taylor & Sharpe, 2008; Keeshina & Campbell, 2011; Chamberlain & Johnson, 2013; Gonzalez, Klendo, & Thorpe, 2013), em jovens e adultos/as lésbicas, gays, bissexuais, intersexuais, travestis, transexuais (Cochran, *et al.*, 2002; Ray, 2007; Hyman, 2010; Forge, 2012; Rosario, Schrimshaw, & Hunter, 2012a, 2012b; Frederick, 2014), em mulheres vítimas de violência doméstica (Browne, 1993;

Browne & Bassuk, 1997; Tolman & Rosen, 2001; Tischler, Rademeyer, & Vostanis, 2007) e em pessoas com iterados comportamentos de risco [*e.g.*, toxicod dependência, prática de sexo para sobrevivência, prática de prostituição de rua (Yates, MacKenzie, & Pennbridge, 1991; Simons & Whitbeck, 1991; Greene, Tennett, & Ringwalt, 1999; Reeve, 2013)].

Como parte integrante deste agrupamento de investigações vemos, em acréscimo, afloradas as rubricas da discriminação, do preconceito e do estigma, seja através do exame de acontecimentos concretos, aquando da situação de sem-abrigo e/ou no momento da sua emergência, seja via identificação dos seus efeitos ou da compreensão das estratégias de *coping* (não) mobilizadas (Harter, *et al.*, 2007; Rayburn & Guittar, 2013; Frederick, 2014). Para além do seu estudo (de forma independente e em articulação com outras dimensões), estas variáveis são objeto de análise numa fração apreciável das publicações em que se reflete sobre potenciais transformações na identidade, neste grupo (Wardhaugh, 1999; Boydell, Goering, & Morrell-Bellai, 2000; Zufferey & Kerr, 2004; Harter, *et al.*, 2005; Parsell, 2010, 2011; Parsell & Parsell, 2012). Pese a relativa frequência com que vemos expostos estes e outros sintomas de *fraturas* no *self* (*e.g.*, consciência de fragilidade extrema, insegurança sobre o seu valor enquanto ser humano, culpa, percepção de ausência de suporte emocional, dúvida generalizada sobre a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho), os quais são apontados como elementos causais e, também, consequentes da sua materialização na vida de pessoas e agregados, até hoje a existência de uma identidade sem-abrigo permanece envolta em controvérsia (Hagan & McCarthy, 1997; Farrington & Robinson, 1999; Wardhaugh, 1999; Boydell, Alexiou & Pitelis, 2003; Zufferey & Kerr, 2004; Kidd & Davidson, 2007; Meneses, 2008; Parsell, 2010, 2011; Parsell & Parsell, 2012).

A temática do (des)emprego, tida como construto uno ou operacionalizada a partir de dimensões mais específicas compõe, igualmente, uma peça chave deste combinado de rubricas preferenciais (Heffron, Skipper, & Lambert, 1997; Zuvekas & Hill, 2000; Gaertz & O'Grady, 2002; Shaheen & Rio, 2007; Persaud, McIntyre, & Mileney, 2010). A este respeito privilegia-se a exploração de dificuldades individuais e o seu contributo (isolado e em associação) para a não obtenção de emprego e/ou para a sua perda, sendo a análise da trajetória profissional, nos períodos pré e/ou durante a vivência de privação habitacional severa, um dos temas mais explorados. Esta última

surge, na literatura da especialidade, associada às questões da qualificação (acadêmica e técnica), da identificação de sectores de atividade com maiores/menores índices de aceitação desta população (*e.g.*, restauração, construção civil), da precariedade (*e.g.*, do vínculo contratual), das tabelas remuneratórias (declaradas e aplicadas), da (e)migração, assim como das estratégias de sobrevivência financeira mobilizadas nos(s) período(s) em causa (*e.g.*, realização de trabalho em registo que não cumpre a legislação em vigor). Pelo exposto, não surpreende que se abranjam no mesmo bloco, para efeitos de análise, constrangimentos na subsistência financeira e endividamento (Liebow, 1995; Chamberlain & Mackenzie, 2006; Levy, 2012; Chamberlain & Johnson, 2013; Howard, 2013; Pernotto, 2013)⁵¹. Destaca-se, por fim, o pronunciado enfraquecimento e perda da rede de relações (*e.g.*, de intimidade, familiares, de trabalho), o isolamento e as dificuldades no desenvolvimento de padrões de vinculação segura (Dordic, 1997; Lemos, 2000; Rokash, 2004; Kirklin, 2012). De novo, os resultados alertam para acentuada vulnerabilidade no âmbito do relacionamento interpessoal, de ligação superficial ao outro, e de pertença, sendo os seus efeitos mais intensos e generalizados em segmentos desta população que apresentam, em simultâneo, outras fragilidades [*e.g.*, consumo de substâncias (i)lícitas; défice cognitivo, demência].

Ampliam as dimensões mencionadas estudos subordinados a intervalos circunscritos da história de vida, dos quais relevam a infância e a adolescência, com o propósito de sinalizar variáveis associadas a maior probabilidade da vivenciação da situação de sem-abrigo no decurso da juventude ou adultez. Deste conjunto distinguem-se, enquanto preditores, os seguintes: vivência de relações familiares disfuncionais (*e.g.*, maus tratos, progenitores com problemas psiquiátricos e/ou consumidores de substâncias, padrões de vinculação insegura), fuga de casa, institucionalização (*e.g.*, por morte dos progenitores, retirada da criança ou jovem, em situação de perigo), insucesso escolar repetido (*e.g.*, absentismo, reprovações no mesmo ano ou em anos consecutivos, problemas de ajustamento à escola) e/ou abandono escolar precoce e experiências de vitimização (Koegel, Melamid, & Burman, 1995;

⁵¹ Embora assinalados com alguma reiteração, nas sínteses em que são elencados os principais fatores causais e agravadores da situação de sem-abrigo, sofreram, contudo, um decréscimo da sua expressão nos trabalhos empíricos publicados nas últimas duas décadas. Alterou esta tendência a crise de 2008, após a qual estudiosos nesta matéria os retomaram como variáveis chave para a sua compreensão (*e.g.*, Levy, 2012; Chamberlain & Johnson, 2013; Howard, 2013; Pernotto, 2013).

Abramov, 1998; Cary, 2003; Shinn, *et al.*, 2008; Shelton, *et al.*, 2009). A este leque aditam-se, embora com menor força preditiva, desvantagens socioeconômicas pronunciadas por parte da família (*e.g.*, residência em área com índices elevados de insegurança, violência e/ou criminalidade; dificuldades financeiras severas do agregado, limitações no acesso e usufruto de bens e regalias), perturbações do humor e distúrbios da personalidade, consumo de substâncias, delinquência, e perpetração de violência (Browne, 1993; Browne & Bassuk, 1997; Fazel & Grann, 2006; Anderson, 1996; Tolman & Rosen, 2001; Whitback, *et al.*, 2007; van den Bree *et al.*, 2009; Virginia Violent Death Reporting System, 2013).

Embora em número inferior encontramos, na literatura da especialidade, menções a fatores e dimensões que contribuem para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das pessoas em situação de sem-abrigo e/ou que potenciam a probabilidade de saída sucedida⁵². Compõem esta panóplia de trabalhos, publicações subordinadas à percepção que os/as próprios/as (ou, em menor número, que profissionais e/ou voluntários/as) tecem sobre a sua qualidade de vida e bem-estar, bem como a sua apreciação segundo indicadores diversos (Blau, 1992; Blasi, 1994; Biswas-Diener, & Diener, 2006). São, ainda neste enquadramento, incluídos temas tão distintos como a resiliência (Rew, *et al.*, 2001; Cardinale, 2004; Jones, 2006; Smith, *et al.*, 2007; Donaldson, *et al.*, 2009; Smith, 2010; Zautra *et al.*, 2010), o estabelecimento de relacionamentos positivos (Smith, *et al.*, 2007; McCay, *et al.*, 2011), e a espiritualidade (Runquist & Reed, 2007; Hurlbut, Robbins, & Hoke, 2011).

Sublinhe-se, a este respeito, que a divisão de uma amostra em subcategorias, a partir de critérios tão heterogêneos como a faixa etária (*e.g.*, jovens, adultos e idosos), género, grau de escolaridade, nacionalidade, ou o tempo de permanência na rua, foi um procedimento habitual por parte dos/as investigadores/as das mais diversas áreas, cuidado que potenciou a deteção de diferenças substantivas a nível do comportamento [*e.g.*, estratégias de sobrevivência mobilizadas, ações implementadas com o propósito de manutenção de segurança (*e.g.*, Hopper, *et al.*, 1997)] e, em menor escala, dos processos de tomada de decisão e de atribuição de valor, de pessoas e grupos distintos (*e.g.*, Snow, Baker, & Anderson, 1989; Abramov, 1998; Galaif, Nyamathi, & Stein, 1999;

⁵² Tipicamente, estas publicações centram-se na identificação de fatores que contribuem para a saída da situação de sem-abrigo e para a não reincidência em período(s) subsequente.

Wardhaugh, 1999; Royse *et al.*, 2000; van Doorn, 2000, 2010; Edgar, Doherty, & Meert, 2003; Proehl, 2007; Edgar, 2009; Flåto, & Johannessen, 2010).

Perante este volume diverso de temáticas alvo de inquérito, por parte desta matriz global de concetualização da situação de sem-abrigo, poderia o/a leitor/a ser levado/a a considerar que nela se atende à complexidade que este fenómeno encerra. Frise-se, porém, que embora a preocupação em estudar a natureza multifatorial desta situação seja uma necessidade reconhecida, já há várias décadas, (Heffron, Skipper, & Lambert, 1997), ela circunscreve-se, neste enquadramento, à análise de variáveis individuais (atributos do próprio indivíduo e/ou elementos que concorrem para a sua caracterização) e/ou à associação de determinado atributo/dimensão e a sua vivência em determinado(s) período(s) [*e.g.*, padrões de vinculação com os progenitores na infância, consumo de substâncias por parte de membro(s) da família nuclear]. Importa, a este propósito, lembrar que os/as investigadores/as que perfilham esta abordagem limitaram o seu objeto de estudo a este tipo de indicadores, tomando-os como os principais (por vezes, exclusivos) fatores explicativos de maior instabilidade a nível do alojamento, seja pelo não acesso (*e.g.*, devido à não aceitação, por parte de senhorios/as, de arrendatários/as com percurso criminoso, com perturbação psiquiátrica ou que suspeitem ser consumidores de substâncias), pela perda/despejo da habitação (*e.g.*, em resultado do não pagamento de renda, de suspeita de venda de estupefacientes na casa) ou, embora menos usual, pela mudança frequente de alojamento.

O mesmo sucede em relação à dimensão autonomia financeira, seja quando se materializa em inexistência de ocupação remunerada regular (decorrente de limitações no acesso ao mercado de trabalho, desajuste do perfil individual às ofertas existentes ou dificuldades na concretização de funções/tarefas que lhe são exigidas) ou na não gestão do eventual património (financeiro, de bens e/ou de recursos), ambas analisadas a partir das incapacidades e *handicaps* que determinadas pessoas e grupos apresentam. Não são, como já aludimos, examinados fatores alternativos que possam concorrer para a elevada vulnerabilidade à situação de sem-abrigo (*e.g.*, oscilações no mercado de arrendamento e incremento dos preços de arrendamento), sejam estes do foro comunitário, legal, ou outro.

Refira-se, além disso, que a vasta maioria destes trabalhos se circunscreveu a amostras por conveniência de pessoas em situação de sem-casa e sem-teto, sendo bastante inferiores as colaborações de indivíduos em situação de habitação inadequada e, menor ainda, de habitação insegura (Ary *et al.*, 1990; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Caminho & Pereira, 2010; Reeve, 2013; Virginia Violent Death Reporting System, 2013). Subsiste, em aditamento ao descrito, um diferencial muito acentuado de estudos com amostras urbanas (com privilégio das zonas centrais ou bairros específicos das periferias de grandes urbes) em contraste com grupos provenientes de áreas semiurbanas ou rurais, e em que participam indivíduos jovens ou adultos (com maior prevalência de elementos do género masculino, em idade ativa e que recorrem, com relativa regularidade, a organismos que prestam apoio a pessoas em situação de pobreza extrema). Estas e outras limitações [*e.g.*, privilégio de estudos descritivos, reduzido número de investigações longitudinais, recurso a amostras pequenas e não probabilísticas, seleção apriorística de variáveis em estudo] devem ser tidas em conta na apreciação crítica dos seus resultados, nomeadamente no que concerne à (im)possibilidade da sua generalização. Assim, embora disseminadas na literatura, as sínteses das principais descobertas desta linha de estudo, nas quais se expõem *perffis* de pessoas e/ou de grupos que experienciam a situação de sem-abrigo, devem ser *analizadas* com particular cautela.

Em contraste direto com a direção sistematizada até este momento, investigadores/as provenientes de quadrantes científicos diversos dos citados (no âmbito dos quais se destacam a Sociologia, a Arquitetura, o Planeamento Urbano, as Políticas Sociais e o Direito) focalizam, desde há várias décadas, a sua atenção em fatores económicos, políticos e sociais (*e.g.*, aumento das taxas de desemprego, subida do preço da habitação e falta de alojamento a baixo custo, redução dos benefícios sociais, reestruturações no mercado de trabalho), neste emolduramento assinalados como (co)responsáveis pela sua emergência e manutenção, em diferentes conjunturas (*e.g.*, sociais, governativas, económicas, legais) e períodos temporais (Sosin, 1992; Wolch, Rahimian & Koegel, 1993; Neale, 1997; Kemp & Mackay, 2001; Moore, 2007; Cronley, 2010; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010). Busch-Geertsema e colaboradores (2010) situam o período de *boom* deste tipo de estudos na década de 80, momento em que se verificou

um aumento do número de pessoas e agregados nestas circunstâncias, em vários países desenvolvidos, tendo esta realidade contribuído para maior condenação das explicações individualistas então dominantes. Tidas como demasiado circunscritas, dada a centração no escrutínio de patologias e défices, as propostas de explicitação centradas na dimensão individual sofreram duras críticas, tendo sido devotados esforços no sentido da sua substituição por outros ângulos de interpretação do fenómeno. Concetualizada enquanto manifestação extrema de pobreza e evidência de exclusão social, para a sua pesquisa foram valorizadas, de forma expressiva, no início desta nova fase, as alterações nos mercados de habitação e de trabalho, e as transformações operadas a nível das políticas sociais (Aron, & Lee, 2001; European Commission - DG for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, 2005; Burt, Lee & Greif, 2008; European Commission, 2010b; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010b; WHO Regional Office for Europe, 2010; Paasche, 2012; EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, 2011; EAPN Portugal, 2012; Young, 2012).

Exemplificativo desta derivação de interesses, o Relatório apresentado pelo Comité Dos Assuntos Sociais e Emprego ao Parlamento Europeu, em 1987, em que se retiram, dos constituintes chave desta temática, atributos pessoais, e se caracteriza, com base em fatores causais múltiplos, estes agregados familiares como vivendo por baixo ou no limite da linha de fronteira da pobreza [na sua maioria em resultado dos escassos apoios sociais recebidos (única remuneração que grande parte destes usufruem)]. Diz-se, neste Relatório, que “[t]he origins and even more the maintenance of homelessness are a consequence of poverty on the one hand and inadequate, or the lack of, attempts to overcome it on the other” (European Parliament, 1987, p. 11). Poucos anos depois, vemos esta visão adotada pelo Conselho da Europa que, nas suas diversas publicações, qualifica a situação de sem-abrigo como extrema forma de pobreza e marginalização (*cf.*, Study Group in Homelessness, 1993), consideração reforçada, desde então, num dilatado acervo de fontes primárias e secundárias (Avramov, 1995, 1998, 1999; Brousse, 2004; Cardona, 2004; European Commission - DG Research, 2007; Edgar, 2009; Belgian Presidency of the European Union, 2010;

Busch-Geertsema, 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Calandrino, 2010; European Commission, 2010c)⁵³.

Ao olharmos, no presente, para a evolução operada no estudo dos fatores estruturais identificamos, com relativa facilidade, um conjunto iterado de variáveis tidas como significativas para a compreensão deste fenómeno, seja esta experienciada por singulares ou famílias (Main, 1996, 1998). Corporizam este aglomerado indicadores tão vastos como os efeitos da globalização da economia (nos diferentes países e, também, as sequelas diferenciais em grupos sociais distintos), as alterações nas tendências no mercado de habitação, os sistemas de governação e os seus correlatos (*e.g.*, em termos da economia, das políticas sociais), as transformações no mercado de trabalho (*e.g.*, o impacto das transformações tecnológicas, marginalização de determinados grupos profissionais), entre outros. A sua ação integrada é de tal forma substantiva que alguns autores, que perfilham esta linha, os apresentam como evidência objetiva de uma intencionalidade concreta, materializada na implementação de medidas de governação assentes nas lógicas de mercado (Dean, 1999; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010). As consequências experienciadas pelos indivíduos em circunstâncias de vulnerabilidade e privação (*e.g.*, impossibilidade de obter alojamento a baixo custo, discriminação no acesso ao mercado de trabalho), *lidas* como consequência, previsível e evitável, das modalidades de governação de tipo reflexivo predominantes em muitas das democracias contemporâneas. Ilustra esta asserção a seguinte afirmação de Silva (2006, pp. 95-96),

[p]ode-se dizer que o fenómeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade.

Apesar de abordados, com regularidade, e descrito o seu papel no âmbito do estudo de variáveis (i) potenciadores do risco de experienciar a situação de sem-abrigo, (ii) responsáveis diretas pela sua emergência e manutenção, (iii) e cuja intervenção é essencial para a saída sucedida desta situação, o escrutínio em profundidade do seu

⁵³ Relevam, no leque de publicações desenvolvidas na UE e que versam esta questão, os relatórios da autoria de Avramov (1995, 1998, 1999), nos quais vemos analisadas em detalhe variáveis como a insuficiência de receitas ou as dificuldades de acesso a alojamento a custo acessível.

contributo [separado ou combinado] permanece um desafio até aos nossos dias. À extrema latitude que muitos construtos comportam (*e.g.*, alterações no mercado habitacional, desadequação das políticas públicas), aditam-se as imbricadas influências múltiplas que exercem entre si e com fatores de outra ordem e, para complexificar ainda mais este cenário, a diversidade de linhas interpretativas mobilizadas para a sua análise, as quais conferem relevo distinto a dimensões globais, sectoriais e/ou locais [todas elas passíveis de exploração *per se*, em articulação, e/ou atendendo aos seus impactos em esferas diferenciadas [(*e.g.*, individual e/ou familiar) Avramov, 1995, 1999; Bento & Barreto, 2002; Cardona, 2004; Furedi, 2006a, 2006b; Dickson-Gomes *et al.*, 2008; McNaughton, 2008, 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Callan *et al.*, 2010; Cronley, 2010; Carrapiço, 2012; Byrne, *et al.*, 2013; Fitzpatrick, Bramley, & Johnsen, 2013; Parsell, Jones, & Head, 2012; Hansena, Bourgois, & Druckerd, 2014; Sharama & Hulsea, 2014; Salema, *et al.*, 2014].

Não será, seguramente destituída de intenção, na literatura subordinada ao estudo desta problemática, a utilização da expressão *fatores de organização da sociedade*, dada a vasta heterogeneidade de elementos que estes comportam e a diversidade de implicações deles decorrentes, sendo que parte destes se revestem de especificidades quando nos reportamos à situação de sem-abrigo, ainda que a sua influência não se restrinja a esta problemática, em exclusivo (Chomsky, 1999; European Commission - DG Research, 2007; Hagan & Rymond-Richmond, 2007; European Parliament, 2010; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010a, 2010b, 2010d, 2012a; McNaughton, 2010; Carrapiço, 2012; Sharama & Hulsea, 2014; Salema, *et al.*, 2014). Importa sublinhar, nesta questão em concreto, que a maioria dos referentes tidos em ponderação apresenta uma incidência de matriz genérica, *i.e.*, não é específica de determinada(s) realidade(s) social(ais) e/ou geográfica(s) [*e.g.*, um país, a totalidade dos Estados membros que integram a União Europeia] e que, pela sua própria natureza (de referentes organizadores da sociedade), possui uma relação robusta com as características estruturais dos modelos de desenvolvimento valorizados e implementados (Bureau Internacional do Trabalho, 2003).

Atendendo a que esta Tese se desenvolveu num contexto geográfico concreto, de Portugal continental, e num período específico da sua história – país que, pesem os

atropelamentos vários (e.g., a nível económico, social, ecológico), surge integrado na categoria de desenvolvimento humano muito elevado (cf., United Nations Development Program, 2013) – esta procura de compreensão da situação de sem-abrigo, a partir dos principais problemas identificados pelos/as que com ela convivem, assenta num “paradigma básico de referência extrema” específico (Bureau Internacional do Trabalho, 2003). Na atualidade, este caracteriza-se por uma ideologia capitalista liberal, na qual se perfilham os valores da competitividade, do lucro, e do indivíduo [neste cenário conceptualizado enquanto *ser autónomo* e responsável, ou seja, homem/mulher que, pelas suas ações e julgamentos, legitima os princípios sociais e políticos defendidos (Oshana, 2003, Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Wolf, 2011)]. Em oposição, denota-se, hoje, um desrespeito acentuado, entre outros, pelo planeta e pelas coletividades que não se sustentam em ideologias similares⁵⁴ (Gudeman, 2008; Hebbert & Jankovic, 2013; Jankovic & Bowman, 2013).

Apresentado como um cocktail tóxico de política económica (Palley, 2013) este aglomerado difuso constitui, na literatura, o fator de maior abrangência e complexidade, a que são imputáveis responsabilidades diretas para a emergência e agravamento de situações muito acentuadas de pobreza e exclusão social e ambiental, que se vivem nas sociedades avançadas contemporâneas (ainda que a sua ação não se limite a estas), e que, no pólo mais severo, se traduzem em privação habitacional severa. Das suas consequências mais graves, para a problemática de que esta Tese versa, demos conta na componente inicial deste capítulo, não sendo nossa intenção repeti-las aqui. Relembramos, contudo, que o crescente domínio político e económico nas finanças, cujos efeitos já se vinham a sentir no período pré crise (mas que sofreu descontrolo nos últimos anos), trouxe consigo uma diminuição generalizado das condições de vida de pessoas e populações (distintamente nos segmentos mais vulneráveis e com exceção no segmento mais abastado). Segundo Lohmann (2012, p. 86),

[f]inancialization has not only channeled more wealth from poor to rich, inflated bubble after bubble, and exacerbated global imbalances. It has also accelerated business’s assimilation of cheap labour, land, raw materials and public and smaller private enterprises in new regions and arenas, and, through an enormous extension of finance’s

⁵⁴ Segundo o Bureau Internacional do Trabalho (2003) este paradigma surge, por exemplo, em oposição ao socialista burocrático, no qual se confere destaque aos valores coletivistas e a (aparente) *solidariedade*, a qual é imposta em simultâneo com um esforço intencional de constrição das liberdades individuais.

traditional role of underwriting present spending with the promise of future production, stimulated demand by offering unsustainable amounts of credit to a labour force whose wages have continued to be under assault from a capital-owning class constantly on the hunt for new sources of profit.

Imbuídos destes pressupostos, os modelos de desenvolvimento e de governação atuais dominantes hipervalorizam aspetos como a produção, o consumo e a quantificação (Chomsky, 1999; Llorente, 2002; Bureau Internacional do Trabalho, 2003; Bardsley & Pech, 2012; de Ville & Orbie, 2014). Esta dominação etnocêntrica acentuou a distância entre países “ricos” e “pobres” e, no interior de cada um destes cenários, entre pessoas e grupos com e sem acesso a recursos e/ou bens. A nível planetário confrontamo-nos com degradação das condições ambientais, visível, entre outros nos processos de desertificação, de salinização e/ou de contaminação de lençóis de água, aos quais se adiciona a diminuição (em alguns casos, extinção) de espécies (animais, vegetais e minerais) e o aumento da poluição nas suas diversas formas (*e.g.*, sonora, do ar). Muitas destas sequelas foram experienciadas pela generalidade da população, contudo, a estes efeitos associam-se outros, que se fizeram sentir com maior intensidade em grupos que experienciam vulnerabilidades (Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; EUROSTAT, 2011, 2012). Veja-se, por exemplo, que são as pessoas e agregados mais pobres que, nos centros urbanos e rurais, habitam nas zonas mais próximas dos locais de abandono e/ou de tratamento de lixo e resíduos, que habitam em zonas com deficientes ou inexistentes condições de saneamento básico e/ou sem acesso fácil a água potável, só para nomear algumas diferenças.

Não esqueçamos, neste ponto em específico, que as consequências múltiplas decorrentes da crescente privatização e *mercatização* dos bens públicos, assim como do Estado e das suas atribuições, não surgem por acaso nem de forma desinteressada (Bureau Internacional do Trabalho, 2003; Thorsen, 2011; Leaman, 2013; de Ville & Orbie, 2014). Elas estão fortemente associadas aos propósitos de efetuar distribuição de riqueza nos segmentos superiores, seja para investimentos de risco (profit-challenged capital) ou através da potenciação do *background* necessário à criação de condições para acumulação de capital (Peck & Tickell, 2002; Soros, 2008; Tett, 2009; World Bank, 2011). E, ao invés do que alguns *experts* previram, a crise financeira e económica global não provocou uma alteração significativa nos mecanismos de regulação defendidos pelo paradigma orientado pelo e para o mercado, quer a nível global quer no que respeita à

regulação da competição na UE. Até à data não se verificou qualquer quebra radical nas tipologias de regulação da competição dominantes, nem se antecipa que tal ocorra a curto prazo. Várias razões são apontadas para esta realidade, as quais se podem sintetizar, segundo Wigger e Busch Hansen (2014, p. 113) nas seguintes,

[t]he current crisis has been constructed by economic and political elites as a crisis within and not of liberal capitalism; the social power reconfiguration underpinning the neoliberal order remains unaltered; no clear counter-project has surfaced; the European Commission has been (and remains) in a position to oppose radical changes; and finally, there are no signs of a wider paradigm shift in the EU's regulatory architecture.

Em consequência do exposto, em vez de propostas de alteração da conjuntura dominante vimos implementado, em diversos países avançados, um conjunto heterogéneo de medidas e normas reguladoras, nas quais se incluem, entre outros, tratados comerciais, acordos para a efetivação de parcerias público-privadas, regimes de direitos de propriedade, mecanismos de governação sustentados na premissa da análise “custo-benefício ou legislação que possibilita a criação de paraísos *off shore* (Puma & Lee, 2004; Gudeman, 2008; Resende, 2011; Lohman, 2012; Marazatti, 2012; Zacune, 2013; de Ville & Orbie, 2014; Wigger & Busch-Hansen, 2014). Estamos, em síntese, perante uma valorização crescente da competitividade e agressividade comercial (que provocou custos substantivos, com particular dureza em grupos que já sofriam privação, a nível social e ambiental), ambas protegidas no seio das economias (progressivamente mais) orientadas para o mercado e estilos de governação com alinhamento reflexivo (Dean, 1999; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Williams, 2008; European Commission DG Economic and Financial Affairs, 2009a, 2009b; 2011; Phillips, 1009; European Central Bank, 2011; Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011; European Commission - Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011b; Piller & Cho, 2013).

Com estas medidas verificou-se uma alteração na intervenção reguladora do Estado em matérias diversas (*e.g.*, sociais, financeiras), a qual se materializou junto com uma diminuição crescente do investimento público em sectores como a saúde, a educação, ou o social (Bureau Internacional do Trabalho, 2003; Sapir, 2006; European Commission - DG for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, 2009; European Commission - Employment, Social Affairs and Inclusion, 2009, 2011c;

European Commission, 2010a; WHO Regional Office for Europe, 2010). Neste contexto, robusteceu-se a matriz de flexibilização e precarização das relações de trabalho que já se vinha a sentir de forma massiva na vasta maioria de países desenvolvidos, nos quais se incluem parte substantiva dos Estados membros europeus (Bertola, 2010a; 2010b; Organization for Economic Co-operation and Development, 2013). Incluída num pacote global de mudanças, foi justificada sob o argumento da imprescindibilidade do aumento da produtividade/ do crescimento e, muitas vezes, divulgada nos pacotes de reestruturação ou reforma [*e.g.*, no âmbito do mercado de produção (Bertola, 2013)]. Em estreita interligação, a questão do desemprego, que já na década de 90 constituía um problema de reconhecida importância na UE (*e.g.*, Bertola & Ichino, 1995; Ljungqvist & Sargent, 1998; Alexiou & Pitelis, 2003), assume no pós crise elevada centralidade na agenda das preocupações dos Estados membros e da própria UE (Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal, 2010, 2012; Social Watch, 2010; European Commission - DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2011b; Lourie, 2011; Gurría, 2013; Organization for Economic Co-operation and Development, 2013; Rodrigues, 2013). Associado a um processo intencional de legitimação da sua existência, materializado através da implementação de mecanismos diferenciados que concorrem para a sua crescente *naturalização*, por parte da sociedade em geral, esta precarização disseminou-se, de forma célere, nos grupos em circunstâncias de vulnerabilidade laboral e/ou financeira [*e.g.*, veja-se, em registo exemplificativo as campanhas de promoção do autoemprego e do empreendedorismo para jovens e adultos/as desempregados/as e sem recursos]. Assistimos, ainda, ao alargamento das discrepâncias no acesso e efetivo uso de tecnologias da informação e da comunicação entre pessoas, agregados e grupos (Vosko, 2006; Meda, 2010; Svensson, 2010; Bertola, 2013; Gurría, 2013; Rodrigues, 2013).

Com a acentuação da negligência da ação do Estado nestas matérias, num quadro de *selvática* liberalização das economias (que, no caso Português, se permitiu *colocar-se* refém dos mercados), verificou-se uma rápida perda de muitas das estratégias e medidas de suporte social, agora inexistentes ou substituídas por alternativas, em regra sob a responsabilidade de entidades civis que, na maioria com recurso a apoios financeiros estatais, passam a ter funções de regulação outrora imputáveis ao primeiro (Rodrigues, 2000; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008,

2010; European Central Bank, 2011; Carrapiço, 2012; Rodrigues, 2013; Conselho Económico e Social, 2013; Hall & Lamont, 2013).

Para além do exame deste vasto leque de fatores, de elevada abrangência, constam na literatura da especialidade publicações devotadas, a partir de ângulos distintos, à revisão de indicadores menos genéricos. Destes sobressaem as pesquisas sobre políticas públicas (europeias, nacionais, regionais e locais) e as suas implicações nas trajetórias de vida dos cidadãos/as, em especial no que respeita ao seu contributo, direto e/ou diferido, na dilatação dos fenómenos de pobreza e exclusão social [tecendo, em alguns dos documentos, reflexões específicas sobre o tema que aqui nos ocupa (Fitzpatrick, & Stephens, 2007; Lynne, 2010; Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal, 2010, 2012; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010d, 2012a; Muižnieks, 2012; Fernandes & Krupenski, 2013; Gurría, 2013; Organization for Economic Co-operation and Development, 2013)]. Neste âmbito, incluem-se trabalhos em que se analisam os principais resultados da implementação de determinadas opções e estratégias políticas, com análise das suas consequências para as populações em risco ou efetiva situação de sem-abrigo [*e.g.*, efeito das implementação do Acordo Basel III, no que concerne as regras de liquidez bancária, no âmbito do acesso de pessoas e agregados a opções de crédito (Basel Committee on Banking Supervision, 2010; Perotti & Suarez, 2011)], assim como estudos que versam o escrutínio pormenorizado de diferentes cenários políticos e molduras legais para a sua emergência, manutenção e, eventual, saída (Furedi, 2006a; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Cronley, 2010; Lúcio, *et al.*, 2011a, 2011b; Parsell & Parsell, 2012).

Veja-se, enquanto ilustração destes contributos, os alertas lançados pelo Conselho Económico e Social (2013) em relação às potenciais consequências, para a população portuguesa, do Orçamento de Estado de 2014. Abrangem-se, de entre um *corpus* vasto de *outcomes* negativos sobre a qualidade de vida e bem-estar das populações, os seguintes efeitos diretos, em pessoas e famílias:

(...) o impacte social do OE 2014 será fortemente negativo, uma vez que não só não consegue garantir condições para a diminuição do desemprego, como também reduz significativamente o rendimento disponível das famílias, em particular o dos trabalhadores de muito baixos rendimentos, e, com maior penalização, o dos trabalhadores das Administrações Públicas e do SEE, e ainda o dos pensionistas e reformados.

(...) o aumento do desemprego, que decorrerá do impacte negativo do orçamento sobre a atividade económica, aliada ao facto de mais de metade dos desempregados não estarem a receber qualquer prestação de desemprego, terá um efeito adicional gravoso sobre a situação do País e das condições de vida das famílias portuguesas.

(...) a redução das despesas públicas de educação e de saúde, que afeta particularmente os estratos mais desfavorecidos da população, ao dificultar o acesso ao ensino e aos cuidados de saúde, respetivamente. Esta preocupação faz ainda mais sentido no caso da escola inclusiva, constatando-se uma diminuição das verbas destinadas à educação especial.

(...) consequências graves que poderão advir do prosseguimento de medidas restritivas com forte impacte social, sobretudo numa altura em que se adensam as condições para o aumento da instabilidade social devido aos problemas no mercado de trabalho, à forte pressão sobre o rendimento disponível e ao aumento da pobreza e da exclusão social (Conselho Económico e Social, 2013, pp. 24-26).

Por sua vez, num segundo bloco de fontes secundárias, são predominantes as revisões críticas de obras originais (teóricas e empíricas), de relatórios síntese e de documentos estratégicos avaliando-se, entre outros critérios, a operacionalização do construto, a tipologia de iniciativas, as dotações orçamentais e as rubricas que estas cobrem, assim como os mecanismos de avaliação e monitorização previstos e/ou implementados (GIMAE, 2009; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010a, 2010b, 2010c, 2011, 2012a; Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011; European; European Central Bank, 2011; Commission DG Economic and Financial Affairs, 2011; Parliamentary Assembly, 2012a). Não esqueçamos, por fim, que em ambas as tendências se recorre, juntamente com as dimensões referidas, às variáveis a que aludimos no âmbito da apresentação das transformações à escala global, agora lidas a partir dos seus efeitos a nível europeu, nacional, regional ou local (*e.g.*, Lúcio, *et al.*, 2011a, 2011b; EAPN, 2012).

Neste esforço de circunscrição geográfica e de aprofundamento da análise às realidades vividas por determinadas pessoas e grupos, muitos/as investigadores/as envolvem nos seus projetos elementos subordinados à identificação das conceções e valores sobre o ser humano predominantes, contrastando-os com propostas de teorização da situação de sem-abrigo. Chamam a atenção para o papel de relevo que a visão sobre a pessoa, enquanto entidade autónoma e responsável, ou seja, elemento que reproduz, no seu microsistema, as ideologias, de e para o mercado, dominantes, possui nos modelos explicativos e nas abordagens metodológicas mais mobilizadas (Bourdieu,

1998, 2001; Chomsky, 1999, 2001; Abbey, 2005; Duménil & Lévy, 2004, 2005; Hartwich, 2009; Sapiro, 2010; Thorsen, 2011; Krugman, 2012; Hall & Lamont, 2013; Hilgers, 2013; Palley, 2013; Piller & Cho, 2013). Ao apoiar, e valorizar de forma explícita, o individualismo, enquanto orientação cultural e também enquanto padrão comportamental defensável (Oshana, 2003; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Wolf, 2011; Parsell & Parsell, 2012), as pesquisas desvalorizam, entre outros, o(s) impacto(s) das identidades comunitárias e sociais, assim como das redes informais e não formais de suporte social (*e.g.*, dos mecanismos comunitários espontâneos de proteção a pessoas e agregados). Pelo mesmo processo se operou gradual naturalização da sinalização, no seio dos fatores predisponentes da situação de sem-abrigo, da fragilização das redes familiares, e da vulnerabilização da confiança e do vínculo ao outro, vetores muitas vezes apontados sem qualquer análise em profundidade das suas próprias causas ou da comparação entre a sua manifestação para a população em geral e para o segmento de que versa esta Tese (Cabrera, 2004; Vogl, 2004; Bezanson, 2006; Sørensen, 2007; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Mairós Ferreira & Redruello, 2011).

Da ação desta mescla de geradores resultou, em síntese, um aglutinado muito diverso de consequências, que concorreram, por si mesmos e de forma interdependente, para a evolução que este fenómeno sofreu nas últimas décadas (se bem que muitas das sequelas sejam coextensivas a vários grupos ou, no limite, à generalidade da população). Tendo muitos deles já sido aflorados noutras partes deste documento (*e.g.*, no âmbito da explicitação do aumento do desemprego nos últimos anos, aquando da exploração das prioridades de estilos de governação de tipo reflexivo, no contexto da síntese dos efeitos das políticas de redução do apoio social na UE e em Portugal) revisitamos, em seguida, as variáveis a que se atribui maior poder explicativo direto sobre esta problemática, nos mais diversos formatos que ela pode assumir.

Releva, neste conjunto, a habitação, aqui estudada a partir da análise das condições de alojamento que pessoas/agregados experienciam, assim como dos indicadores, não passíveis de atribuição direta ao indivíduo, que as sustentam⁵⁵. Se bem

⁵⁵ Numa primeira aproximação à revisão do fator habitação, na UE e em Portugal, podemos socorrer-nos dos dados estatísticos apresentados pela Comissão Europeia (2013), em que se sistematiza, segundo um conjunto diverso de indicadores, as tipologias, condições e limitações a nível do alojamento. No ano de 2011, segundo o EUROSTAT (European Commission, 2013), na população europeia em risco de pobreza, a percentagem de sobrealojamento ascende a 29,1%, cerca de 12% acima da população em

que, é já, do conhecimento generalizado a constatação de que existe uma percentagem não despreciable de famílias em circunstâncias de vulnerabilidade e, no limite, de privação habitacional na UE e esta questão surja, com elevada frequência nos discursos de políticos, sociedade civil e investigadores/as sobre pobreza e exclusão social, o volume de publicações científicas específicas sobre esta matéria é inferior ao que o/a leitor/a poderia esperar (Saunders & Maxwell, 2003; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2008a; Parliament of Canada, 2012). Num comentário sobre esta questão, Kelly (2012, p. 1) recorda-nos que

[p]eople's housing circumstances – tenure, costs, quality and location – can all have an impact on people's disposable income, their quality of life and their wellbeing. Housing is also crucial to major life decisions about work, family, finances and care in later life. Despite its importance we actually understand very little about how housing acts to mitigate or deepen people's experience of poverty over their lifetime. Neither is there clear evidence about how housing can act as a potential route into or out of poverty, at different stages of people's lives. There are significant spatial variations in housing and in labour markets. However there is a dearth of good quality evidence that looks at this in sufficient detail. This significantly limits the extent to which current policies and practice can accurately and adequately reflect the complex, dynamic realities of housing for people in poverty.

Citados como produto dos fatores estruturais a que temos vindo a reportar-nos e assumidos como expectáveis em sociedades avançadas (pesem as diferenças substantivas entre os países que integram este conjunto), os constrangimentos à posse (*e.g.*, via renda, aquisição ou outra) de habitação [que reúna os requisitos mínimos de habitabilidade (em determinado território)] têm sido alvo de inquérito, por parte

geral. Se tivermos em conta um indicador mais completo de qualidade habitacional, a privação severa de alojamento (respeita à proporção de pessoas que vivem numa habitação sobrelotada e que possui, pelo menos, um destes indicadores de limitações na qualidade de alojamento, a saber: ausência de wc com banheira/chuveiro ou wc no total, telhado com fugas, alojamento sem iluminação natural suficiente), somos confrontados/as com uma proporção de 5.5%. A proporção de agregados que gastam mais de 40% dos seus ganhos com a habitação é de 11,6%. No que concerne a qualidade da zona residencial, 15,1% da população reporta a área em que vive como sendo afetada por poluição, crime e/ou outros problemas ambientais (a proporção de ambientes residenciais avaliados como zonas com elevado crime/vandalismo é de 14%). Para Portugal os dados são algo mais animadores (embora mais elevados que uma boa parte dos seus parceiros), pois estamos perante uma proporção de sobrealojamento (para a população em risco de pobreza) que se situa próxima dos 20% e de privação severa de alojamento próxima dos 4%. Por sua vez, 7,2% gastam mais de 40% do rendimento com habitação, e cerca de 15,2% de reportam a zona em que vivem como poluída, pontuada por crime/vandalismo e/ou outros fatores de diminuição da qualidade do ambiente circundante. Ao circunscrevermos a revisão destes fatores às famílias em risco de pobreza deparamo-nos com percentagens mais elevadas (*e.g.*, 24,8% consideram ruído um problema, 16,1% apontam a zona como poluída ou com atividade criminosa/vandalismo).

daqueles/as que se interessam pela situação de sem-abrigo. Neste âmbito, o enfoque tem sido colocado a nível da acessibilidade (*affordability*), em regra, operacionalizada a partir de duas dimensões chave, insuficiência de rendimento e ausência de alojamento a baixo custo. A sua escassez materializa, segundo Echenberg e Jensen (2009, parág. 5), a constatação de que “housing can simply be too expensive for many households with limited incomes”; *i.e.*, que pessoas/famílias são incapazes, com os recursos de que dispõem, de fazer face às despesas correntes com alojamento.

Por um lado, esta insuficiência resulta da inexistência de habitação a custo reduzido em muitas das localidades (e Portugal não é excepção), por outro da privação financeira sofrida por indivíduos e agregados, que não lhes permite fazer face aos custos do arrendamento/aquisição de um imóvel [em algumas circunstâncias, mesmo quando se trata de imóveis sem as condições de habitabilidade mínimas ou da tentativa de arrendamento de um espaço (*e.g.*, quarto, sótão, cave) no seu interior (Hopper, 2003; Brousse, 2004; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2010)]. Conformam, no presente, a primeira destas limitações alterações significativas no âmbito da disponibilização de imóveis a preços inferiores aos praticados no mercado livre (*e.g.*, regras para obtenção de alojamento, definição do público-alvo, estabelecimento de opções de alojamento fora do mercado regular de habitação), resultantes da crise financeira de 2008 (Gibb, MacLennan, & Stephens, 2013). Por outro lado, os cortes no financiamento público e as barragens crescentes no acesso ao crédito (*e.g.*, para os construtores) derivaram em menor *budget* para a construção a preços inferiores ao praticado no mercado regular. Para este quadro concorreu, igualmente, um esforço de adaptação neste sector, que se traduziu num ajuste aos novos enquadramentos legais de subsidiação da construção de alojamento acessível e, em simultâneo, ao aumento do investimento nos setores mais abastados, que não sofreram efeitos tão danosos na gestão da sua vida quotidiana. Em resultado, materializou-se um aumento das rendas das habitações, agora regidas por um sistema que não protege da mesma forma os agregados que são apoiados por verbas públicas. Em concomitância, as listas de espera de alojamento apoiado sofreram intensificada dilatação, tendência que contrasta com a concomitante diminuição da oferta disponível.

Para além do referido, as novas regras colocadas aos pedidos de crédito (para construtores e compradores) tornaram a aquisição de uma habitação inacessível a muitos/as. Como efeito direto, não só decresceu o número de compradores de primeira habitação como se acentuaram as pressões no sector das rendas, que reagiu com a sua elevação. Esta tendência crescente de inflação dos preços, com expressão também em Portugal, à qual se associou limitada oferta a custo menos elevado (em parte devido ao desinvestimento dos Governos nesta matéria) provocou um impacto muito saliente nos grupos de maior vulnerabilidade financeira, agora sem *margem de manobra* num mercado em que a proteção é cada vez mais frágil. De facto, aqueles/as que se encontravam nas franjas inferiores sofre(ra)m crescente dificuldade em manter o alojamento e, em algumas circunstâncias, perde(ra)m-no, de facto.

Constitui outro fator de relevo, neste conjunto de variáveis, a inexistência de uma fonte de rendimento que permita suprimir as necessidades do indivíduo (incluindo as habitacionais), seja devido à ausência de atividade remunerada, à insuficiência dos proventos auferidos e/ou à diminuição do valor de subsídios/apoios sociais (Shlay & Rossi, 1992; Mairós Nogueira & Ferreira, 2007; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010). À semelhança de outros países avançados, também em território nacional se verificou, no período pós crise, aumento dos níveis de desemprego, redução dos salários e dilatação dos impostos, assim como o emagrecimento dos apoios sociais disponibilizados (*e.g.*, eliminação de alguns apoios anteriormente em vigor, diminuição do valor dos subsídios, encurtamento do período de usufruto), alterações que tiveram efeitos mais danosos em pessoas que já se encontravam em risco ou efetiva privação financeira (European Commission DG Economic and Financial Affairs, 2009a, 2009b, 2011; Callan *et al.*, 2010; Araújo, 2011; Bresser-Pereira, 2010; European Commission - Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011b; Ferreira, 2011; França, 2011; Resende, 2011; World Health Organization, Regional Office for Europe, 2011).

Convém, neste momento, relembrar o/a leitor/a que as consequências da imbrincada teia de elementos a que nos reportámos nos parágrafos precedentes foram intensificadas pela crise financeira internacional e pela sua propagação aos diferentes setores da vida em sociedade (Arendts, 2011; Elliott, 2011; France 24, 2011; Kulish & Erlanger, 2011; Wilson, Peacock, & Sparkes, 2011; The Economist on line, 2012). Não se tratam, por isso, de constrangimentos inerentes, em exclusivo, à esfera do alojamento,

mas sim da acumulação de variáveis que confluíram no sentido de maior vulnerabilidade e provação, neste caso materializada, entre outros indicadores, pela sua não obtenção ou perda (*e.g.*, European Commission DG Economic and Financial Affairs, 2009a, 2009b, 2011; World Health Organization, Regional Office for Europe, 2011). Como referem Gibb, MacLennan e Stephens (2013, p. 10),

insufficient supply would be serious enough in 'normal' times, but is further compromised by the economic crisis, fiscal austerity and welfare reform. Job loss, business closure, part-time working and in-work poverty are the sharp end of economic failure. In the housing market, transactions have fallen sharply and stayed lower, largely because of mortgage credit availability problems, but at the same time prices have not corrected downwards to the extent that they did in the early 1990s. Despite, historically low interest rates, market trends and the lack of credit have combined to prevent normal market functioning.

Não surpreende, pela complexidade das questões anotadas ao longo desta rubrica, que os/as investigadores/as cedo tenham atingido o acordo na assunção de que a compreensão da situação de sem-abrigo ainda nos escapa. Neste âmbito os autores privilegiam análises reflexivas sobre as alterações ocorridas em vários setores da população, mobilizando informação muito diversa (*e.g.*, normativo-legal, política, sociológica, estatística) como complemento à crítica que tecem. Comparações sobre indicadores concretos (em contextos diversos, períodos distintos, entre outros referentes) são, assim, mobilizadas como elemento de sustentação de uma linha interpretativa sobre o fenómeno, não se esgotando esta na análise dos primeiros, dada a relevância que é conferida à exploração das deficiências e potencialidades das realidades em escrutínio e, a partir destas, à sugestão de alternativas de viabilização de políticas, estratégias e programas/ações concretos (*e.g.*, Main, 1996, 1998; Layton, 2000; Kemp, & Mackay, 2001; Kemp, Mackay & Lynch, 2001; Kauppi & Braedley, 2003; Gurría, 2013).

Mais do que uma tendência global, esta mudança de enfoque ocorreu, porém, como resultado de debates entre um grupo limitado de investigadores/as, aos quais se associaram graus muito desiguais de interesse por parte de responsáveis políticos, bem como agentes e organismos na comunidade (Busch-Geertsema, *et al.*, 2010). Por este motivo, em acréscimo aos que aludimos nas componentes anteriores deste capítulo, a situação de sem-abrigo sofreu evoluções muito diferenciais, no seu estudo e intervenção [preconizada e desenvolvida (Bento Barreto & Pires, 1996; Bento, 2004; Belgian

Presidency of the Council of the European Union, 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010]. Como desfecho, esta abordagem esteve longe de sair da dimensão prescrita para uma ação organizada, por parte da UE ou dos seus Estados membros, como se verifica com facilidade, por exemplo, através leitura dos Relatórios Nacionais produzidos nos últimos 20 anos⁵⁶ (Baptista, 2004, 2005, 2009; Cardona, 2004; European Commission - DG Research, 2007; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2009; 2010a, 2010e; Calandrino, 2010; Culhane & Burne, 2010; Spinnewijn, 2010b; European Commission, 2010c).

Como veremos na rubrica seguinte, as propostas de intervenção dominantes na vasta maioria das democracias ocidentais revelam uma preocupação muito diferencial no combate a (pretensas) limitações individuais em contraste com a definição de estratégias de combate às desigualdades decorrentes de fatores estruturais. Sob o domínio de lógicas governativas centradas na economia de mercado e pautadas por uma diminuição do papel interventor do Estado sobre as questões sociais, as propostas de intervenção dominantes estruturam-se segundo a preocupação comum de diminuição de limitações/défices que impediriam a pessoa de exercer, de forma autónoma, o seu papel de cidadã responsável/empenhada no cumprimento consciencioso dos seus direitos e deveres (Dean, 1999; Furedi, 2006a, 2006b; Comissão Nacional para os Direitos Humanos, 2010; McNaughton, 2008, 2010; Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011).

⁵⁶ Em registo exemplificativo, e atendendo à realidade nacional, convida-se à leitura dos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão correspondentes à década transata (2001-2003, 2003-2005, 2006-2008, 2008-2010), nos quais sobressai uma evidente subvalorização de fatores estruturais nas rubricas respeitantes à caracterização da situação de sem-abrigo e à intervenção recomendada, em detrimento de uma centração, quase exclusiva, na sinalização de dimensões individuais e de caracterização (tipicamente através da identificação de limitações/handicaps). Idêntico fenómeno ocorre nos documentos que *retratam* a intervenção executada dos diversos municípios [*e.g.*, Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Ferreira *et al.*, 2013].

1.2.2. “HÁ BARCOS PARA MUITOS PORTOS, MAS NENHUM PARA A VIDA NÃO DOER”⁵⁷: DAS INTERVENÇÕES AVULSO À LEGITIMAÇÃO DO CICLO DE DESVANTAGENS E PRIVAÇÕES

The widow she cried over me, and called me a poor lost lamb, and she called me a lot of other names, too, but she never meant no harm by it. She put me in them new clothes again, and I couldn't do nothing but sweat and sweat, and feel all cramped up. Well, then, the old thing commenced again. The widow rung a bell for supper, and you had to come to time. When you got to the table you couldn't go right to eating, but you had to wait for the widow to tuck down her head and grumble a little over the victuals, though there warn't really anything the matter with them,—that is, nothing only everything was cooked by itself. (...) That is just the way with some people. They get down on a thing when they don't know nothing about it.

Mark Twain, *Adventures of Huckleberry Finn*⁵⁸, 1884, p. 1

Alvo de críticas diversas, parte das quais já explorada neste trabalho, pelo seu *fácil* ajuste aos ideais neoliberais e de governação reflexiva que se têm vindo a difundir nas democracias europeias (Dean, 1999; Furedi, 2006a, 2006b; Parsell & Parsell, 2012), a linha de estudo da situação de sem-abrigo a partir do escrutínio de características/atributos pessoais recebeu, no entanto e com repercussões que se notabilizam até à atualidade, o reconhecimento de governos e organismos com responsabilidade nesta matéria (Dean, 1999; Furedi, 2006a, 2006b; Comissão Nacional para os Direitos Humanos, 2010; McNaughton, 2008, 2010; Comissão Nacional de Acompanhamento do AECPEs, 2010). Considera-se, nesta matriz de conceptualização do fenómeno, que é no/a próprio/a que está a solução para a problemática e que, portanto, é nele que políticas, modelos e práticas devem focalizar-se. Como refere Schindeler (2010, p. 17),

⁵⁷ Excerto do segundo parágrafo da *Carta a Mário de Sá-Carneiro*, escrita por Fernando Pessoa a 14 de Março de 1916 (acessível para consulta em *Arquivo Pessoa*, através do endereço eletrónico: <http://arquivopessoa.net/textos/522>), que aqui atranscrevemos na íntegra “[e]stou num daqueles dias em que nunca tive futuro. Há só um presente imóvel com um muro de angústia em torno. A margem de lá do rio nunca, enquanto é a de lá, é a de cá, e é esta a razão íntima de todo o meu sofrimento. Há barcos para muitos portos, mas nenhum para a vida não doer, nem há desembarque onde se esqueça. Tudo isto aconteceu há muito tempo, mas a minha mágoa é mais antiga”.

⁵⁸ Reprodução da obra original passível de consulta em <http://wps.ablongman.com/wps/media/objects/1510/1546451/pdfs/twain.pdf>.

[t]here is an implicit, of not explicit, insinuation that the experience of homelessness is accountable to some form of individual moral, social or criminal deviance. The homeless person's conduct is inconsistent with the way the good citizen should/would conduct himself for the 'good of the community' as well as themselves. In short, of the homeless arises as a result of the individual's deficit or fault, then solutions lie in the individual.

Vulgarizaram-se, em consonância com as prioridades definidas, modelos de intervenção que, de facto, colocam a pessoa no seu centro, e que partilham em comum a procura de estratégias/métodos de promoção de conhecimentos e competências, seleccionadas como essenciais, à luz das premissas evocadas, para uma vivência autónoma em sociedade (McNaughton, 2008, 2010; Schindeler, 2010; Parsell & Parsell, 2012). Não deve, contudo, o/a leitor/a confundir-se, julgando que a esta centralidade se associa o reconhecimento da autodeterminação, em particular no que concerne a legitimidade de fazer escolhas, tomar decisões e agir, ou não, em conformidade com elas. Pelo contrário, a prioridade é *formar aquele/a que possui handicaps, limitações, deformidades* e, como tal, ao/a próprio/a é conferido o papel de recetor destas medidas, não de cidadão/a de pleno direito que participa em todas as ações que a ele/a lhe dizem (in)diretamente respeito, num registo de colaboração livre e democrática em comunidade (Kuhlman, 1994; Oshana, 2003; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008; 2010; Gowan, 2010).

Esta tendência de *objetivação* da pessoa, neste enquadramento conceptualizada enquanto ser imperfeito que urge *aprimorar*, concorreu para um notório desinvestimento na compreensão de como os/as próprios/as vivenciam a situação de sem-abrigo (*e.g.*, estratégias de sobrevivência, preocupações dominantes, constrangimentos, motivadores, significações das escolhas) e, por inerência, à sua não consideração nos processos de planificação, execução e/ou avaliação das políticas, estratégias, programas e quaisquer outros mecanismos de intervenção propostos (Desjarlais, 1997; Hulchanski, 2000; 2009; Joniak, 2005; McNaughton, 2008; 2010). Segundo Parsell e Parsell (2012, p. 420),

[i]t has long been assumed that homelessness is a personal choice. As a choice, homelessness is embedded within debates about deviant behaviours and problematic pathologies. The "homeless person" is either making calculated and immoral choices to be homeless, or they are perceived to be powerless agents who lack the capacity to exercise choices. Rarely has it been adequately explained, however,

what choosing homelessness means and how people who are homeless make sense of their choices.

A preocupação é a de alocação prioritária de recursos para aqueles/as que, segundo os critérios definidos (*e.g.*, expostos no enquadramento legal vigente, apresentados nos regulamentos internos das organizações), possuem os requisitos mínimos que lhes permitem a integração em dada iniciativa e que, também em função de um conjunto mais ou menos alargado de dimensões, revelam potencial para a concretizar com *sucesso*. O não cumprimento dos patamares previstos é, num primeiro limiar, tomado como evidência de que o indivíduo “não se encontra preparado” para um processo moroso e árduo de reinserção (materializado no apoio/intervenção em questão) e, em seguida, como demonstração da severidade de *handicaps* e limitações que possui, sendo que estes, pesem os esforços de agentes e organismos, são demasiado severos para que se atinjam os progressos tidos (por estes, não pela pessoa) como aceitáveis.

Convém reforçar, neste ponto em particular, que esta perspetiva foi de tal forma notabilizada que, ao invés de termos assistido à diversificação de definições do construto, dos *designs* de investigação e das recomendações para o combate a este fenómeno, nas décadas que fecham o milénio, a maioria dos Estados membros europeus (incluindo o Português) manteve a sua atenção canalizada para

those who have a right to a legitimate claim to and are eligible for assistance. The differentiation between the deserving and the undeserving has been the primary purpose for the development of operational definitions which have in turn been used for the administration of Government and non-Government programs for the homeless (Schindeler, 2010, p. 15).

Resulta, desta divisão, nova discriminação, agora não sustentada na avaliação da sua capacidade de ser cidadão/ã autónomo/a e produtivo/a (capaz de gerir os seus recursos de forma a poder custear a habitação e as suas despesas correntes), mas na apreciação, por parte de agentes e serviços, do seu potencial de integração em medidas de apoio geradas com o intuito de fazer face às consequências da *incapacidade* sinalizada. Para aqueles/as que se veem integrados/as no grupo dos/as maus/ás pobres, dos/as resistentes, ou seja, dos/as que não são integráveis numa ou várias iniciativas, acontece nova experiência de vulnerabilização, neste âmbito, vivida através da legitimação da manutenção de um conjunto de privações que já sentiam (*e.g.*, ausência de alojamento)

e percebida como mais uma experiência segregadora [ao serem, de novo, considerados/as, mais uma vez, não merecedores/dignos/as, agora, das *ajudas* que lhes permitiriam um eventual regresso à vida em sociedade (Gowan, 2000; Huey, Fthenos & Hryniewicz, 2012; Reeve, 2013)]. E, à semelhança da vivência de emergência da situação de sem-abrigo, em que sentiram ausência de controlo sobre a sua vida [devido, entre outros, a perda generalizada de vínculos (*e.g.*, com pessoas significativas, com os contextos de trabalho) e se julgarem sem recursos primários para fazer face ao quotidiano (*e.g.*, financeiros, materiais)], estes momentos de seleção, de que não possuem total conhecimento ou poder decisório, constituem novo confronto com a sua invisibilidade (Cooper, 1995; Arnold, 2004).

Pelo que expusemos se compreende que, implícito nestes discursos e práticas, se encontra o princípio de que a pessoa possui, a todo o momento, a opção de *sair*; nomeadamente através da participação nas modalidades de apoio avançadas pelos/as especialistas e organismos (governamentais e não governamentais) para o efeito, desde que evidencie, de acordo com as regras definidas pelos/as seus/as congéneres domiciliados/as (*e.g.*, legislação, normas das instituições, requisitos de entrada no programa) potencial para cumprimento dos requisitos definidos [que não se limitam às suas normas e regras, incluindo padrões de conduta com os seus pares e técnicos/as, aceitação da perda de autonomia na tomada de decisão, etc. (Oshana, 2003; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Parsell & Parsell, 2012)]. A saída da situação de sem-abrigo é, assim, explicada através de um processo desenvolvimental de *amadurecimento*, o qual se organiza segundo duas etapas chave. Na primeira, que poderíamos designar de pré-maturação, a pessoa ainda não se encontra preparada para dar início, em efetivo, à reinserção em sociedade (nesta matriz lida como sinónimo de integração em modalidades e programas de apoio), sendo-lhe, por isso, retirada a possibilidade de usufruto de alguns bens e regalias (*e.g.*, integração num Centro de Acolhimento temporário de média duração). Por sua vez, na segunda, porque se considera que já foram adquiridos os conhecimentos e desenvolvidas as competências necessárias, é-lhe permitido o acesso a um leque mais diversificado de mecanismos de suporte, sendo prevista a sua dilatação progressiva em função da (pretendida) aproximação aos seus pares domiciliados.

Como veremos adiante, para o primeiro grupo foram pensadas modalidades de intervenção de cariz temporário e de matriz tendencialmente vocacionadas para a supressão de necessidades básicas e para a sensibilização para a *mudança*, como as Equipas de rua ou os Centros de Acolhimento de Emergência, enquanto para os segundos se perspetivaram várias tipologias de alojamento apoiado (*e.g.*, apartamento de reinserção, centro de alojamento de média duração), uma panóplia elevada de cursos de formação (*e.g.*, de preparação para a inserção no mercado de trabalho, de promoção de competências de relacionamento, de gestão da frustração, de higiene e cuidados pessoais) e de atividades de ocupação (*e.g.*, medidas de emprego protegido, programas de preparação para o exercício de determinada profissão). Em regra, as primeiras não possuem critérios de admissão, ou se existem são *difusos* (*e.g.*, não derivam, na sua vasta maioria, da definição clara de regras/requisitos de admissão/usufruto, mas das normas definidas pelos/as agentes encarregues da sua implementação), em contraste com a segunda tipologia de ações referida (*e.g.*, Mitka, 2006; Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs, 2007; Mares & Rosenheck, 2009; Quintas, 2010; McCormack, Hoffman, Wall, & Goldfrank, 2013).

A chave, para o ingresso em iniciativas, organizadas com o propósito de potenciar a saída, parece, assim, residir, no atingir do patamar de *prontidão para o alojamento* (*housing ready*), construto também designado por *prontidão para a saída* (da situação de sem-abrigo) e, no caso dos/as profissionais da Psicologia e do Serviço Social que colaboraram neste estudo, como *prontidão para a mudança*⁵⁹ [numa apropriação abusiva do construto *readiness for change*, que integra o Modelo Transteórico de Mudança de Comportamento, da autoria de Prochaska e colaboradores

⁵⁹ Segundo os/as entrevistados/as, esta *prontidão para a mudança* materializar-se-ia em afirmações como “quero sair desta situação”, “desta vez vou cumprir as regras do centro” “não vou desistir deste programa”, “quero encontrar emprego” ou “não volto a beber/consumir drogas”, em detrimento de verbalizações do tipo “preciso de apoio na alteração das minhas circunstâncias, mas quero ser eu o decisor do processo”, ou “aceito as condições que me impõem em troca de alojamento e comida, mas quero ter alguma liberdade na negociação dessas mesmas condições”. Talvez por este motivo, seja frequente, nas entrevistas que fizemos aos/as Profissionais que trabalham em contexto não institucional, a indicação de que os Giros de rua possuem, como prioridades: (i) a disponibilização de bens de primeira necessidade (*e.g.*, alimentos, mantas); (ii) “contactar com as pessoas para que, quando estiverem prontas, venham ter connosco e peçam ajuda” [Memorando do Giro de rua, Janeiro, 2007]. Trata-se, neste segundo ponto, de um trabalho de sinalização daqueles/as que se encontram “preparados para sair da rua” [Memorando do Giro de rua, Janeiro, 2007] e, para os restantes (que não atingiram este patamar), do convencimento de que devem “motivar-se” para a saída (*i.e.*, para a aceitação das condições previstas para a integração numa ou várias modalidades de apoio).

(*e.g.*, Prochaska, Norcross, & Diclemente, 1992, 1994, 2013; Prochaska, Redding, & Evers, 2008; Norcross, Krebs & Prochaska, 2010; Prochaska, 2012; Prochaska, Prochaska, & Prochaska, 2013; Velicer, Brick, Fave, & Prochaska, 2013)].

Este construto é, assim, apresentado como o indicador de maior relevo na decisão de (não) integração em apoio estruturado (*e.g.*, em contexto de Giro de rua) e, embora possa parecer ao/à leitor/a que se trata de uma dimensão interna associada à motivação para alterar a realidade, tal como o/a sujeito/a a percebe e vivencia, nesta abordagem a prontidão não surge operacionalizada desta forma. *Prontidão para o alojamento* é definida segundo o grau manifesto de atingimento, e de sustentação, no tempo, de um conjunto de requisitos que se organizam segundo três dimensões primárias: (i) aceitação expressa de regras e normas de conduta (muitas vezes através da assinatura de documentos), (ii) efetiva integração nas ações disponíveis (e manutenção da sua permanência pelo período previsto), e (iii) assunção de padrões de comportamento tidos como ajustados. Em específico, “such requirements often include that the homeless person accept services such as case management, mandatory sobriety with zero tolerance for substance use, mandatory or strongly encouraged medication for those with mental illness, and medical stability” (Parker, 2010, p. 912). Eventuais retrocessos no processo de *desenvolvimento* que possibilita a saída sucedida (*e.g.*, desistência, expulsão, avaliação insuficiente por parte da entidade) são, portanto, atribuídos às limitações e *handicaps* que o indivíduo apresenta (responsáveis, também, por esta ausência de prontidão), sendo lidos como evidência direta do seu desajuste ao processo de intervenção (Oshana, 2003; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Parsell & Parsell, 2012).

A esta tentativa de explicitação acresce uma outra mobilizada, com regularidade, para sustentar a dificuldade sentida por profissionais e organismos em motivar a pessoa para iniciar este processo. Aos elementos deficitários já referidos (*e.g.*, perturbação psiquiátrica, lacunas na formação, limitações a nível de competências de gestão do quotidiano) junta-se um outro conjunto de fatores de relevo. Reportamo-nos às falhas a nível da *moral* e do *caráter* (Gowan, 2010), neste contexto utilizadas para legitimar a não participação em iniciativas de apoio/intervenção, muitas vezes sob a forma de rejeição direta e liminar. Para este grupo de pessoas (etiquetadas de *não incluíveis, alienadas, desvinculadas dos outros e da sociedade*) a justificação dominante, grande

parte das vezes apresentada sem qualquer sustentação teórica ou empírica, é a de que esta (situação de sem-abrigo) resulta de uma escolha *livre*, tomada em consciência e desejada pelo próprio/a, que nela encontrou o *estilo de vida* que ambiciona para si [(no caso das famílias, também para os seus) National Center on Family Homelessness, 2012; Parsell & Parsell, 2012]. Numa análise direta desta *leitura* da questão, tão mobilizada para efeitos de justificação do insucesso de políticas sociais, estratégias de intervenção e, no concreto, dos programas e de outras ações levadas a cabo por diversas equipas de profissionais e voluntários/as, somos confrontados/as com a consideração, apresentada como evidência em si mesma, de que a oferta disponibilizada é de tal qualidade (dado adequar-se às necessidades, expectativas, preocupações ou qualquer outro critério de avaliação que queiramos considerar) que a sua rejeição só poderá dever-se à preferência pela vida na rua (ou por outra configuração que a privação habitacional severa incorpora). Não se trata, portanto, de uma recusa a propostas de intervenção individuais, que são avaliadas como desadequadas, insuficientes, estigmatizantes, etc., mas sim como a concretização da aspiração de viver da forma que determinada pessoa valoriza e que, como tal, deve ser respeitada.

No entanto, este argumento não se esgota aqui. Nos bastidores deste *cenário* encontramos um outro fundamento, enraizado na mente coletiva, que sustenta a vulgarização do seu uso, pesem as provas da sua desadequação enquanto evidência explicativa. Esta falácia da livre eleição não resulta do respeito pelas escolhas individuais em democracia, mas sim da procura de resolução satisfatória para uma profunda *dissonância cognitiva de matriz social* - os valores da igualdade e da possibilidade de sucesso para todos/as e a existência de pessoas e situação de sem-abrigo (Allison, 2007; McNaughton, 2008; Parsell & Parsell, 2012).

We, as a society, want to believe ourselves to be a kind and a just people who respect the value of fairness. We want to believe that all we have created has been won by our hands alone, and that our society allows for those with less than us to better themselves through hard work. (...)

As a society, our inability to believe that well-meaning, hard-working individuals could still remain subjects of abject poverty leads to our mischaracterization of the entire contingent of homeless as criminal by default, just for the ways in which poverty forces them to live their lives. It is this result of our collective cognitive dissonance that has allowed for useless and harmful homeless policies to become the norm in too many jurisdictions (Allison, 2007, pp. 254, 257).

Estamos, de novo, perante uma encruzilhada de posições, pois, embora se apresente como uma possibilidade explicativa do elevado número de seres humanos em situação de sem-abrigo, esta constituir uma opção assumida em liberdade, dificilmente é tida, mesmo pelos seus proponentes, como justificador suficiente para a continuidade das circunstâncias que este conjunto de pessoas experiencia. Ostentado como o argumento último (aquele que é mobilizado, apenas, após evidente refutação dos restantes terem sido refutados), a sua apresentação gera novas inquietações. Como podem as sociedades contemporâneas, defensoras de princípios como o da igualdade, solidariedade, oportunidade, e dignidade [*cf.*, Carta dos direitos fundamentais da União Europeia (2010/C 83/02); Council of the European Union, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs - Inclusion, 2010], *aceitar*, de forma pacífica, que são *produtoras* de um conjunto, mesmo que restrito, de cidadãos/as, com tais falhas de carácter e moral que a sua preferência, livre, é a da não permanência em sociedade?

Formam-se, então, novas dissonâncias, agora pelo confronto entre os ideais expressos e a eminência de que a própria sociedade é, em todo ou em parte, responsável pela existência destas pessoas. Como fundamentar, então, esta predileção pela alienação materializada, entre outros, na pernoita nas ruas, pelo não recurso a serviços de saúde, pela fome, pela rejeição dos serviços de apoio, pelo afastamento de muitos dos seus pares domiciliados, sem por em causa a matriz social vigente? Perante a *incapacidade* de tolerar o argumento que forjou como explicação recorre, mais uma vez, a uma estratégia de proteção do seu ego coletivo - não é a matriz social que possui insuficiências severas (sendo este argumento apresentado como válido por si mesmo, logo não passível de questionamento nas suas bases de sustentação), logo, estas terão que ser imputáveis àqueles/as que as fazem, e devem ser corrigidas. Assim, epítetos tão diversos como o dos *desvios de carácter*, das *perturbações do foro psiquiátrico*, ou dos *efeitos do consumo de substâncias por longos períodos de tempo* (*e.g.*, demência, danos em zonas cerebrais específicas) são integrados num todo difuso de *deformidades* que devem ser convalidadas (*e.g.*, Pereira, Barreto, & Fernandes, 2001; Aidala, 2005; Didenko, & Pankratz, 2007; Martins, 2007; Dickson-Gomez, *et al.*, 2008; Greenberg & Rosenheck, 2008; Luhrmann, 2007; Combaluzier, Gouvernet, & Bernoussi, 2009; Caminho & Pereira, 2010; Binswanger, *et al.*, 2013). Reforça-se a imprescindibilidade de implementação de medidas de controlo/monitorização dos comportamentos daqueles/as

que se encontram em situação de sem-abrigo [e.g., alguns países apostaram na penalização legal por comportamentos como a pernoita na rua ou a mendicidade (Hansel, 2011)], em oposição ao desenvolvimento de iniciativas de apoio ao indivíduos nestas circunstâncias e às suas tomadas de decisão, as quais nunca se chegaram a constituir como prioridade na definição de políticas ou nas modalidades de ação previstas (Allison, 2007; Gerry, 2007; Molina, 2000; Safran, 2006; Shaheen & Rio, 2007; McNaughton, 2008; Gowan, 2010; Silva, 2011).

Afinal, a escolha livre, consciente e assumida é, *espante-se*, atribuída a pessoas que, fruto das limitações que apresentam, possuem constrangimentos internos à sua realização. Por outro lado, se estamos perante indivíduos e agregados que (alegadamente) verbalizam preferir viver em privação habitacional severa, dado que esta representaria a liberdade absoluta, que argumentos sustentam a continuidade da sua inscrição, muitas vezes sob a ameaça de diminuição de regalias e direitos, em programas e propostas vários [e.g., formação para o empreendedorismo, alojamento apoiado (e.g., em centros de acolhimento), avaliação psiquiátrica] sob o pressuposto da melhoria da sua qualidade de vida e de promoção do *empoderamento*? Não será esta ausência de habitação (e dos recursos que permitiriam a sua existência), porque entendida como expressão consciente de um desejo assumido e procurado, ilustração dessa mesma liberdade, *i.e.*, evidência última da autonomia e do *empoderamento* (aqui conceptualizados enquanto manifestação consciente do livre arbítrio) destes seres humanos?

Ora, aqui reside outra fratura grave nas premissas de que esta matriz interpretativa enferma, pois embora se recorra a este argumento para justificar os resultados parcos das medidas de intervenção propostas, aquele é descartado no momento em que se propõe o abandono das iniciativas existentes, em detrimento de opções respeitadoras das escolhas. Somos, de imediato confrontados/as, com novos argumentos sustidos no escrutínio de limitações e desajustes da pessoa. No entanto, esta tendência de circunscrição, enquanto variáveis explicativas, às limitações/défices individuais (assumam estes as características que assumirem)⁶⁰ apresenta insuficiências

⁶⁰ Por exemplo, o/a idoso/a português/esa que, face ao aumento das despesas (e.g., saúde, habitação) se vê impossibilitado de pagar alojamento, é, necessariamente, um indivíduo com défices/limitações individuais? O mesmo poderíamos dizer do jovem de 17 anos expulso de casa da mãe por conflitos com

várias, incluindo a ausência de corroboração empírica. Pesem os resultados de estudos em que se apresentam comparações entre grupos de homens e mulheres em situação de sem-abrigo e os/as seus/as congéneres, em nenhum destes trabalhos se apresenta, sem reservas, variáveis individuais que possibilitem, para esta questão em concreto, a diferenciação, por si só, entre amostras de participantes domiciliados e não domiciliados (Fitzpatrick & Stephens, 2007; Jones, 2009). Em rigor, as diferenças intrapopulações são, para muitos atributos/características, mais acentuadas que entre esta e os/as seus/as congéneres com habitação autónoma (Bento, Barreto & Pires, 1996; Browne & Bassuk, 1997; DeLisi, 2000; Booth, *et al.*, 2002; Gaertz & O’Grady, 2002; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hurlbut, Robbins & Hoke, 2011).

Em resultado desta contaminação por uma visão reducionista e estigmatizante, parte substantiva das propostas influentes nas décadas de 80 e 90 incorporou uma matriz assistencialista, paternalista e autoritária (Gowan, 2010; Silva, 2011; Hozda, 2012). No seu âmbito, densificou-se, um pouco por toda a Europa, uma aposta em “ameliorative, temporary solutions such as containment policies that involve the sheltering or institutionalization of ‘troubled’ homeless people” (Molina, 2000, p. 666), tendo ocorrido, embora com atraso considerável, o mesmo fenómeno de vulgarização desta tipologia de atuação no nosso país [*cf.*, GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009; Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Ferreira *et al.*, 2013].

Estamos, em suma, perante uma matriz que procura auto legitimar-se, inclusive nas suas disfuncionalidades, dado que é conferida prioridade ao indivíduo a quem são imputadas as maiores responsabilidades, para além das óbvias consequências, sendo este o alvo da avaliação do (in)sucesso das medidas. Quando esta apreciação é negativa e existe retrocesso para a situação de sem-abrigo é, também, a ele/a que cabe a *escolha*

o namorado desta ou dos/as imigrantes que vieram para Portugal à procura de oportunidades de emprego e, na impossibilidade de obtenção de ocupação remunerada, habitam as ruas das nossas cidades. Histórias vividas por pessoas em situação de sem-abrigo que colaboraram neste estudo e que, num contacto semanal conosco por mais de 6 anos, nunca evidenciaram limitações/lacunas/défices impeditivos de uma vivência domiciliada, nem referiram qualquer motivação intrínseca que sustente a experiência de sem-teto em que se encontravam.

de (re)ingressar numa ou várias modalidades de apoio, e motivar-se para a sua participação, num processo que culmina, para muitos/as, num acumular de fracassos e desistências e, apenas para um grupo restrito, na efetiva reinserção em sociedade (McNaughton, 2008; Frangella, 2010; Lynne, 2010; Mairós Ferreira & Redruello, 2011; Mayock, O'Sullivan & Corr, 2011). Porém, e ao invés do que os seus proponentes defendem como certo, para a maioria das pessoas a quem se destinam, os ganhos da implementação destas ações estão, muito aquém das promessas de *regresso ao paraíso da pertença em sociedade*.

The better shelters, drug rehabilitation centers, and even prisons do reach out to help those who have hit rock-bottom, provided they are willing to acknowledge their sickness and take the approved steps out of it. Those diagnosed with depression and other mental disorders must promise to stay *on* their drugs, and those diagnosed as addicts must strive to stay *off* theirs. Yet at the same time, low wages, harsh sentencing policies, and cuts in welfare and disability entitlements keep pressing down on the poorer members of the working class, steadily increasing the number of the near-homeless and despairing. The homelessness industry can do little about the constant supply of clients, only try its bets to turn a few of them around with little more than 'self-esteem', Prozac, or the fellowship of Narcotics Anonymous to help them (Gowan, 2000, p. 99).

Não sendo nossa intenção proceder ao seu escrutínio exaustivo, dado que esta Tese não trata da revisão de políticas e/ou práticas, mas sim da procura de compreensão de como as pessoas em situação de sem-abrigo resolvem o(s) seu(s) problema(s)/preocupação(ões) principal(ais) no decurso da sua vivência [emergência, permanência e saída (Glaser, 1992, 1998, 1999, 2001; Heath & Cowley, 2004; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010)], na componente seguinte deste subcapítulo apresentamos, apenas para efeitos ilustrativos, algumas das tipologias e iniciativas mais disseminadas, no panorama europeu e noutras democracias avançadas. Apresentam-se, neste contexto, os seus propósitos e especificidades, apontando o seu contributo concreto no âmbito desta abordagem tradicional. Deve, contudo, ter-se em consideração que algumas destas modalidades subsistem, na atualidade, com a mesma (ou similar) designação, ainda que sob uma visão estratégica distinta, à qual se associam prioridades, metodologias, ações e/ou enquadramentos de avaliação e monitorização distintos dos aqui descritos; razão pela qual se solicita uma leitura atenta destas referências, situando-as na matriz em que se sustentam.

Num dos formatos mais vulgarizados, desde há várias décadas a esta parte, a intervenção em contexto de rua constitui uma prioridade de estabelecimento de contato com pessoas em privação habitacional severa, repartida por várias entidades governamentais e organismos privados, ONG e IPSS, que desenvolve(ra)m a sua ação neste domínio. Para a sua expansão concorreram vários fatores, dos quais se destacam o seu fácil ajuste aos ideais preconizados nesta abordagem e o custo reduzido da sua implementação, o qual permitiu a muitos organismos criar Equipas de rua (especializadas ou não), por iniciativa ou com recurso a apoios financeiros de baixo montante (por parte do Estado ou, no caso dos países que integram a UE, por candidatura a financiamento Europeu). Sob esta designação comum (*Equipa de rua*) agrupamentos muito diferenciados de profissionais e/ou de profissionais e voluntários/as foram constituídos, sendo-lhe atribuídas as funções de sinalização de pessoas em situação de sem-teto (e, com menor frequência, de outras conformações que a situação de sem-abrigo possa assumir), da identificação das suas principais necessidades (com acentuada priorização para as necessidades básicas) e, através da continuidade do estabelecimento de contacto com estes homens e mulheres, da potenciação da *prontidão para o alojamento* [e.g., através da aceitação de realização de um processo de diagnóstico das suas insuficiências/dificuldades (Abreu & Antunes, 2004; DMASED/DAS/DISASC/ERASA, 2011; Gomes & Guadalupe, 2011; Silva, 2011; Segurança Social, 2013; Fundação AMI, 2014)]. Ilustra esta perspetiva de ação das Equipas de rua a operacionalização apresentada pela Segurança Social Portuguesa (2013, parág. 3-4), segundo a qual constituem uma

[r]esposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as condições de vida da população sem-abrigo que não se desloca aos serviços; [sendo seus] objetivos: [i]r ao encontro dos sem-abrigo, visando estabelecer uma relação pessoal e melhorar as suas condições de vida; [p]restar apoio a nível da alimentação e tratamento de roupas; [p]restar apoio psicológico e social, tendo em vista a superação das dificuldades; [m]otivar para a inserção.

Também nesta linha de conceptualização se situam as referências constantes na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem-abrigo (Portal da Habitação, 2009), documento em que, embora se discriminem três tipologias distintas de Equipas (que surgem sob o título de Respostas de rua), todas elas mantêm marcada ancoragem na tripla preocupação a que já nos reportamos [(sinalização de pessoas e de problemas

nas pessoas, supressão de necessidades e potenciação da prontidão para o alojamento)⁶¹ (Reigold & Fertig, 2006; Mairós Nogueira & Ferreira, 2007; Edgar, 2009; Cronley, 2010; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Hough & Rice, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Mairós Ferreira & Redruello, 2011].

No que concerne a apreciação das potencialidades e limitações da ação das Equipas de rua confrontamo-nos, pese a sua disseminação a nível (inter)nacional, com um número circunscrito de publicações científicas que versam, de forma aprofundada, esta questão.

Homeless service providers, advocates, and consumers have viewed the process of outreach and engagement as critical components of homeless service delivery. Yet outcomes-based quantitative research demonstrating the effectiveness of outreach is limited. Outreach workers are then left with the belief and hope that what they are doing is effective (Olivet, *et al.*, 2010, p. 53).

⁶¹ Citadas como “equipas multidisciplinares, que estabelecem uma abordagem às pessoas sem-abrigo, visando a sinalização de situações, identificação de necessidades, resposta a necessidades básicas, motivação para a inserção e encaminhamento para diagnóstico e identificação” (Portal da Habitação, 2009, p. 55), as Equipas de rua para pessoas sem-abrigo, ao contrário do que o nome poderia indiciar, desenvolvem a sua ação junto da população em situação de sem-teto, sendo os serviços disponibilizados idênticos aos propostos pela Segurança Social para as Equipas de rua (em geral). Por sua vez, as atribuições das Equipas de Intervenção Direta contemplam “intervenção directa junto das pessoas consumidoras de substâncias psicoactivas e suas famílias e das comunidades afectadas pelo consumo de substâncias psicoactivas” (p. 56). Poderíamos perguntar-nos se não se pretendia que as equipas anteriores realizassem intervenção directa e/ou se, nesta segunda tipologia, não é relevante a sua constituição multidisciplinar. Acresce que, nesta segunda tipologia, se minimiza a importância do apoio a nível da colmatação de necessidades (*e.g.*, alimentares e roupas) e do alojamento (que não surge referenciado como prioridade), em detrimento da dimensão prontidão para a mudança [identificação de situações de risco, da sensibilização para a mudança de comportamento e “abandono da droga”, do incentivo à integração em programas de recuperação, tratamento e reinserção social; assim como do incentivo à “família e outras pessoas que rodeiam a pessoa toxicodependente a cooperar no seu processo de recuperação e de reinserção social” (p. 56)]. Por último, as Equipas de rua especializadas são apresentadas como “equipas que acompanham e encaminham as pessoas com problemas associados à condição de sem-abrigo de forma adequada” (p. 56), sendo identificadas como responsabilidades suas o acompanhamento, por tempo não determinado, de “casos que não podem concretizar de imediato uma resposta de alojamento, até estarem reunidas as condições para o mesmo acontecer”. Segundo os seus proponentes, a especificidade destas equipas deriva de dois critérios, ambos imputáveis à pessoa que experiencia a situação de sem-abrigo. No caso de consumidores/as de substâncias psico-activas, cabe aos/às técnicos/as decidir sobre o acompanhamento/encaminhamento para o Centro de Respostas Integradas ou outra resposta específica, de acordo com diagnóstico fundamentado da situação. No âmbito da saúde mental é-lhes imputada a tomada de decisão sobre a “intervenção mais adequada no tempo ajustado e a articulação privilegiada com o hospital ou as respostas de alojamento específicas” (p. 56)]. Apontadas como as respostas iniciais de um projeto de intervenção que visa a reinserção em sociedade defende-se, paradoxalmente, que os circuitos de intervenção sejam definidos *a priori* e que sejam do conhecimento de todos os intervenientes, com horários que assegurem existência do tipo de acompanhamento que preconizam, em registo noturno e ininterrupto.

A nível global, os estudos apontam para resultados positivos em relação à prossecução dos principais objetivos do trabalho em contexto de rua, contudo, pelas vulnerabilidades metodológicas de grande parte destas pesquisas (*e.g.*, predominam investigações de natureza descritiva e, embora em número inferior, quase-experimental em que os dados são recolhidos a partir de amostras não probabilísticas, constituídas em *settings* específicos junto de pessoas adultas com perturbação psiquiátrica e/ou consumidores de substâncias), os dados obtidos não são passíveis de generalização. Assim, embora se reporte que este tipo de trabalho é útil, para os subgrupos referidos, no âmbito da supressão de necessidades (*e.g.*, alimentação, distribuição de roupa), na potenciação da prontidão para o alojamento e na diminuição de sintomas (físicos e psicológicos), a literatura subrepresenta um número importante de homens, mulheres e famílias que, também, se encontram em situação de sem-abrigo e são alvo de intervenção em contexto de rua (Tanner, 2003; McManus & Thompson, 2008; McNaughton, 2008; Olivet *et al.*, 2010; Brêtas, *et al.*, 2010; Thompson & Pinder, 2011; Gusmão, *et al.*, 2012; Kellog & Horn, 2012).

O desconhecimento é, por conseguinte, mais acentuado nos segmentos em circunstâncias de maior vulnerabilidade desta população (*e.g.*, adultos/as em situação de sem-teto crónica, famílias em situação de habitação inadequada), assim como, em pessoas e famílias *hard to reach*, dado que estas são incluídas num leque muito inferior de trabalhos e, destes, surgem com frequência como referência/apontamento adicional (*e.g.*, nos estudos devotados à intervenção em contexto de rua, na situação de sem-teto), como elemento integrante da reflexão (mas sem suporte empírico que a sustente) ou, com menor frequência, parte minoritária da amostra em pesquisas piloto de tipo descritivo ou estudos de caso (Cohen, 1990; Erickson & Page, 1999; Rowe, 1999; Kraybill, 2002; Ng & McQuiston, 2004; Hwang *et al.*, 2005; Sousa & Lovisi, 2007; Laere & Withers, 2008; Altena, Brilleslijper-Kater, & Wolf, 2010; Silva, *et al.*, 2010; McCay *et al.*, 2011; Barker *et al.*, 2012). Da relação que estes subgrupos estabelecem com as Equipas de rua e das significações que lhes atribuem, das particularidades que a ação dos/as profissionais (não) possui (em comparação com a generalidade das pessoas em situação de sem-abrigo), das percepções, dos/as próprios/as, sobre as mais-valias e limitações deste tipo de trabalho sabemos, por conseguinte, muito pouco (Bento, 2002; US Department of Health and Human Services, 2003; Mattos & Ferreira, 2005;

Fernandes, Raizer, & Brêtas, 2007; Gutierrez, *et al.*, 2009; Brêtas, *et al.*, 2010; Gusmão, *et al.*, 2012; Kellog & Horn, 2012).

Para a necessidade de cautela na interpretação das publicações sobre este assunto concorre, também, a elevada heterogeneidade da constituição das próprias equipas, que se materializam segundo dois polos divergentes. Formam o primeiro agrupamentos de profissionais com distintos perfis de competências e funções (*e.g.*, Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Psicologia), e o segundo agregados de voluntários/as (*e.g.*, estudantes do ensino superior, reformados/as), sendo as componentes intermédias deste espectro compostas por configurações muito diversas de elementos provenientes de cada um deles (*e.g.*, psicólogo/a e voluntários/as). Encontram-se, portanto, no terreno agentes com e sem formação especializada, que desenvolvem a sua ação de forma isolada (visando, como prioridade, a supressão de necessidades e, secundariamente, a potenciação da prontidão para o alojamento) ou em articulação com outras modalidades de intervenção [visando, como prioridade, a saída das circunstâncias em que se encontram (*e.g.*, através do encaminhamento célere para apoio ao nível habitacional)].

Neste ponto em específico importa realçar o fato de que, nesta amálgama não organizada de intervenção *prestadora de assistência e promotora da prontidão para o alojamento* em contexto de rua (e o caso Português constitui um exemplo paradigmático), se permitir que equipas constituídas, em totalidade, por voluntários/as que são cooptados para este tipo de ação, após a participação em formações de curta duração (sobre voluntariado e a situação de sem-abrigo) ou sem qualquer formação específica (*e.g.*, Silva, 2007; Ferreira *et al.*, 2013; AMI, 2014). Acresce ao referido que apenas uma parte minoritária destes elementos desenvolve ações de voluntariado especializado, sendo os restantes mobilizados para a prestação de assistência no âmbito das necessidades tidas como básicas (*e.g.*, distribuição de peças de vestuário, entrega de bens alimentares) e para os momentos de diálogo (apontado como elemento estruturante para a potenciação da prontidão para o alojamento), pese a ausência de preparação para a concretização desta última tarefa [*e.g.*, médico/a, enfermeiro/a, psicólogo/a (Cloke, Johnsen, & May, 2005; Meneses, 2008; Ferreira *et al.*, 2013; AMI, 2014)].

Para a variabilidade na constituição e funções das equipas concorrem, ainda, variáveis como a especificidade da organização a que estão afetas [*e.g.*, missão, valores e visão das organizações a que estas equipas pertencem], as prioridades estabelecidas pela(s) entidade(s) que tutela(m) a sua intervenção e, para os organismos que recorrem a financiamento externo, as metas definidas na candidatura aos apoios em causa (*cf.*, Tanner, 2003; Cloke, Johnsen, & May, 2005; Thompson, *et al.*, 2006; Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009; Cameron, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Olivet, *et al.*, 2010; Tavares, 2010; Ferreira *et al.*, 2013; AMI, 2014). Indicadores que devem ser tidos em conta na interpretação de eventuais discrepâncias nos resultados apresentados na literatura da especialidade e que corroboram o alerta de Hutson e Liddiard (1994, p. 32), que já há duas décadas nos recordavam que “because different professionals have different definitions of homelessness, so they also produce different statistics. In this way, statistics can tell us more about the organisation collecting them than about the phenomena that are being measured”.

Em geral, são apontadas como mais eficientes as equipas compostas por profissionais de áreas diversas, com formação especializada (em comparação com Equipas constituídas, apenas, por voluntários/as ou profissional e voluntários/as), assim como aquelas que fazem parte de abordagens integradas de intervenção, nas quais a sua ação é complementada com outros apoios [*e.g.*, existência de suporte imediato a nível de alojamento] e pela atuação especializada dos/as profissionais que neles colaboram (Minister of Health, 2006; Thompson *et al.*, 2006; McManus e Thompson, 2008; Cameron *et al.*, 2009; Roebuck B, 2010; DMASED/DAS/DISASC/ERASA, 2011; Silva, 2011; Coren, *et al.*, 2012; Roseta, 2012). Note-se, contudo, que os estudos sobre a apreciação do trabalho de equipas com constituições diferentes são muito infrequentes.

Também comum, na generalidade dos países ocidentais, a modalidade Centros de Alojamento Temporário constituiu uma das *respostas* favorecidas nesta matriz individualizante e assistencialista de conceção e intervenção na situação de sem-abrigo (*cf.*, Molina, 2000; Gowan, 2000, 2010; Silva, 2011; Hozda, 2012). De novo, estamos perante um conceito que surge na literatura sobre designações múltiplas (*e.g.*, Centro de Acolhimento, Abrigo Temporário) e que aglutina um conjunto heterogéneo de iniciativas desenvolvidas sob a premissa da disponibilização de alojamento (por um

período limitado de tempo), e no qual podem suprir necessidades de sobrevivência (*e.g.*, alimentação, higiene, segurança). A sua aplicação foi, de forma privilegiada, pensada para o combate à situação de sem-teto e à habitação inadequada, embora tenha sido utilizado como *resposta de emergência* (*cf.*, GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009), em grupos que experiênciam habitação insegura [*e.g.*, perda de alojamento em consequência de episódio(s) de violência doméstica, desalojamento de famílias].

No limiar inferior, em termos de tempo e de variedade de apoios, encontra-se o Centro de Acolhimento de Emergência (também designado como Albergue, Abrigo de Emergência), estrutura vocacionada para a colmatação imediata de necessidades (com prioridade para teto, alimentação e higiene e, em algumas estruturas, cuidados de saúde) e, em segundo plano, para a potenciação da prontidão para o alojamento (*e.g.*, Boes & van Wormer, 1997; Busch-Geertsema & Sahlin, 2007; Connecticut Coalition to End Homelessness, 2009; VITAE, 2013). Em regra, funciona em permanência (24h, durante todo o ano) e encontra-se preparado para a aceitação direta de homens e mulheres, a quem é requerido um leque muito restrito de pré-requisitos e exigências. Eles/as são acolhidos/as na estrutura por um período de permanência variável, embora necessariamente curto⁶². Com frequência encontramos estruturas deste tipo em que o acolhimento ocorre em registo diário, sendo solicitado às pessoas em situação de sem-abrigo que aguardem em fila, até à hora de abertura, para entrar. Ao atingir o número limite de vagas, as admissões cessam e os restantes indivíduos terão que procurar alojamento noutra espaço.

No pólo oposto situam-se os Centros de Alojamento Temporário de média duração, entidades que desenvolvem a sua ação por períodos de tempo mais longos, em regra entre os 3 meses e os dois anos, embora seja possível o prolongamento desta estada [em algumas situações, a permanência nestes Centros ascende a décadas (*e.g.*, Bento, 2004; Warnes, Crane, & Foley, 2005; Caritas Diocesana de Aveiro, 2007; Jonas, 2009; Fernee, Oldersma, & Popping, 2010; Silva *et al.*, 2010; Gusmão *et al.*, 2012; Cruz

⁶² De acordo com as orientações constantes na ENIPSA (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009), em Portugal os Centros de Alojamento Temporário de Emergência devem funcionar de forma isolada, sem acoplamento a Centro de Alojamento Temporário, salvo em situações de exceção, mas sempre com a garantia de que a sua ação se distingue de forma substantiva da deste último.

Vermelha Portuguesa, Delegação de Braga, 2014; Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Águeda, 2014)]. Segundo a ENIPSA (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009, p. 49), constituem uma “resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada”, ou seja, são modalidades transitórias de colmatação de necessidades (da pessoa, não da comunidade ou da sociedade). Constam dos seus objetivos o providenciar alojamento, a satisfação das necessidades básicas e, também, “ajudar a definir um Projeto de vida”⁶³ (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009, p. 55).

Esta tipologia de intervenção vulgarizou-se na vasta maioria das capitais e cidades populosas do hemisfério ocidental e, em contraste com as abordagens *hoje* defendidas, continua a ser uma das respostas frequentes na situação de sem-teto. Assente numa abordagem política centrada na gestão da situação de sem-abrigo (nomeadamente na diminuição da sua visibilidade pública) e no tratamento das pessoas que a experienciam, a preocupação central inerente à sua implementação foi a de providenciar serviços de apoio na crise, e não a prevenção de que esta ocorra (Comité Económico e Social Europeu, 2012; McNaughton, 2008, 2010; Schindeler, 2010; Parsell & Parsell, 2012).

Em simultâneo, a presença de grupos de crianças, jovens e adultos/as nestes Centros de Acolhimento possibilitou, com evidência particular, nas últimas três décadas, o escrutínio destes segmentos da população, segundo uma gama muito vasta de variáveis individuais [*e.g.*, características de personalidade, perfis de desenvolvimento cognitivo e emocional, dependência(s), percurso criminal, análise da agressividade do comportamento (no período em que se encontram institucionalizadas/os e/ou através

⁶³ Projeto que se materializa num documento em que se encontram expostas as intenções expressas pelo indivíduo em relação a si e à sua vida, mas apenas as que, depois de triadas por um conjunto de profissionais (incluindo aquele que exerce a função de Gestor de caso) são passíveis de inclusão nas premissas que sustentam os regras de “vida em sociedade”. Estas regulamentações da vida sucedida são, portanto, definidas pelos/as promotores/as destas ações, atendendo às indicações constantes nos normativos que suportam a existência destas tipologias de intervenção e o seu financiamento. Neste sentido, “frequentar as consultas de psiquiatria”, “não faltar ao curso de formação”, “pagar a minha medicação” são expressões comuns, em detrimento de afirmações do tipo “passear com os meus filhos no parque”, “alargar o meu leque de amigos/as” ou “dedicar parte do meu tempo à leitura de livros”, ou “ser mais feliz”.

de relatos biográficos], tidas como importantes, pelo/a investigador/a, para a compreensão desta problemática (*e.g.*, Teare, *et al.*, 1994; Burt, Aron, & Lee, 2001; US Department of Health and Human Services, 2003; Min, Wong, & Rothbard, 2004; Cone, 2006; Reingold & Fertig, 2006; Sousa & Lovisi, 2007; Jonas, 2009; Caminho & Pereira, 2010; Hurlbut, Jobbins & Hoke, 2011; Metraux, *et al.*, 2011; Forge, 2012; Semedo, 2012).

Dos muitos trabalhos contemporâneos em que se apontam as insuficiências deste tipo de *respostas* destacam-se, como elementos que suportam a necessidade da sua substituição por medidas de sustentação comunitária (em registo temporário e/ou permanente), *respeitadoras* do indivíduo e das suas escolhas, aquelas que se apontam em seguida (*e.g.*, Culhane, 1993; Sousa, & Almeida, 2001; Min, Wong & Rothbard, 2004; DeVerteuil, 2006; Busch-Geertsema & Sahlin, 2007; Luhrmann, 2007; Culhane & Metraux, 2008; McNaughton, 2008; Tainio & Fredriksson, 2009; Crane & Warnes, 2010; Gomes & Guadalupe, 2011; Metraux, *et al.*, 2011; Gusmão *et al.*, 2012; Howard, 2013; Pleace, 2013):

- Não lidam, de forma direta, com a vasta maioria dos fatores causais da situação de sem-abrigo (com exceção das variáveis diretamente passíveis de identificação a partir do análise das limitações do indivíduo) e, por inerência, circunscrevem a sua ação a um conjunto muito limitado de dimensões (nomeadamente, assegurar teto, apoio alimentar, de vestuário e saúde; inserção em programas de treino de competências sociais e de preparação para a inserção profissional);
- Os custos da implementação destas ações são demasiado elevados para os efeitos que com elas se obtêm. Com exceção das mais-valias associadas aos momentos de crise (*e.g.*, alojamento, alimentação, saúde), os resultados a médio e longo prazo evidenciam uma eficácia limitada no que concerne a qualidade de vida e bem-estar das pessoas institucionalizadas e, ainda menor, a nível da autonomização e efetiva inclusão em comunidade;
- A distinção entre diferentes subtipos de Centros de Acolhimento não é clara para os/as seus/as utilizadores/as (nem para alguns/as dos/as profissionais), o que se traduz em dificuldades na seleção do(s) Centro(s) com vista a um *match* potenciado entre necessidades, interesses e expectativas e os recursos efetivamente existentes;
- A elevada heterogeneidade nos segmentos integrados nos Centros não se compadece com as respostas implementadas, sendo a qualidade da intervenção particularmente desadequada para alguns deles (*e.g.*, pessoas em situação de sem-abrigo pela primeira vez, famílias que necessitam de alojamento temporário, pessoas em situação de sem-teto crónica);
- As taxas de abandono e de expulsão são altas, com particular expressão em adultos/as com trajetórias crónicas de situação de sem-teto; com perturbação psiquiátrica grave e/ou dependência(s), traduzindo-se para muitos indivíduos em ciclos repetidos de

alojamento temporário e regresso às ruas. Das múltiplas consequências deste fato ressaltam a descrença da qualidade e eventuais efeitos benéficos/vantajosos deste tipo de intervenção (por parte de utilizadores, profissionais e também da sociedade civil), a qual concorre para uma tendência de diminuição do investimento destes agentes.

A estes fatores acrescem as opiniões que as pessoas em situação de sem-abrigo tecem acerca do apoio que lhes é, de fato, (não) disponibilizado. Muitos/as dos homens e mulheres integrados/as em Centros de Alojamento Temporário, seja este de suporte ao alojamento em emergência ou de média duração, descrevem este período como uma “estadia involuntária”, a que recorrem numa tentativa última de fuga à rua; *i.e.*, um recurso que utilizam, pontualmente, com o propósito de garantir alojamento, comida e apoio na higiene, mas que não identificam como uma opção efetiva de suporte ao processo de transição para uma vida autonomizada (Pleace, 2013; Robaina, 2013).

Importa lembrar, neste ponto, que o recurso Centros de Acolhimento de média duração implica, para um número significativo de pessoas em situação de sem-teto, a modificação drástica de rotinas de sono, alimentação, higiene e saúde [*e.g.*, passam a ter de cumprir horários pré-determinados para uma parte importante das suas tarefas diárias (*e.g.*, banho, alimentação, ida para o quarto, toma de medicação)] para as quais sentem que não têm poder de decisão (Robaina, 2013). Pressupõe, ainda, o abandono de parte, ou da totalidade, das estratégias de sobrevivência financeira a que recorriam (*e.g.*, colaboração na limpeza de lojas antes destas abrirem, montagem dos escaparates em feiras de rua, venda de produtos de artesanato que criam), seja devido a incompatibilidade de horários, à dificuldade em deslocar-se entre este espaço e outras zonas da localidade, ou às regras assumidas aquando da integração no Centro (*e.g.*, abandono de estratégias de mendicidade e/ou de “arrumação de carros”), entre outros. Este abandono, associado a barreiras no usufruto de apoios financeiros e a obstáculos diversos de integração no mercado de trabalho, converge para a manutenção (por vezes, para o agravamento) da vulnerabilidade financeira a que estas pessoas já estavam expostas.

A integração nestas estruturas concorre, ainda, para o enfraquecimento dos laços com os/as seus significativos/as, em particular com aqueles/as que integravam o seu quotidiano (Robaina, 2013). Incluem-se, neste conjunto de pessoas, amigos/as em situação de sem-teto, membros da comunidade que habitam/trabalham próximo do seu

local de pernoita e/ou o parceiro/a (a vasta maioria dos Centros não disponibiliza acolhimento de casais, nem permite manifestações evidenciadoras de relacionamento amoroso entre casais (*e.g.*, abraços, beijos)]. Note-se, por fim, sobre este ponto, que o ingresso num Centro de Acolhimento requer, com elevada frequência, que a pessoa não possua animais de estimação, fator que suscita grande inquietação e resistência por parte daqueles/as que adotam mamíferos ou aves (*e.g.*, cães, gatos, periquitos, canários) e cuidam deles (por vezes, por longos períodos de tempo) no decurso da sua vivência da situação de sem-teto, e/ou habitação inadequada (Kidd & Kidd, 1994; Singer, Hart, & Zasloff, 1995; Cronley, *et al.*, 2009; Irvine, Kahl, & Smith, 2012; Groot & Hodgetts, 2012). Pouco valorizado pelos/as responsáveis pela formulação de políticas e pela sua efetivação, este critério é exposto como uma razão de peso para a rejeição de alojamento apoiado.

Releva, ainda a este respeito, a alusão, por parte daqueles/as que se encontram alojados/as nestes *espaços* (por vezes, assumida pelos/as profissionais e voluntários/as que neles colaboram), da vivência de uma permanente sensação de medo e desconfiança, causada pela existência de roubos de bens e a exposição a violência verbal (*e.g.*, ameaça, insultos), física (*e.g.*, agressão durante a noite) e, em menor número, sexual (Varanda & Adorno, 2004; Robaina, 2013). Ilustra estas referências a seguinte descrição das medidas implementadas num Centro de Emergência Português, com o propósito de manutenção do controlo do espaço e das pessoas que nele habitam:

[o]s quartos não têm armários. Eram assaltados e motivo de conflito. As roupas ficam na lavandaria. Desapareciam e sujavam-se. Ninguém vai jantar sem primeiro tomar banho. O cheiro nauseabundo dos corpos sobrepunha-se ao da comida. Os casais dormem separados e os namoros são proibidos. É um local público e não privado. As ordens não se contestam e as regras são para se cumprir. É assim que se mantém a ordem no Centro de Acolhimento do Beato, em Lisboa. Há momentos em que parece presa por um fio (Diário de Notícias, 2007, parág. 1).

Este clima de insegurança, física e psicológica, é apontado como mais intenso para jovens e idosos/as, pessoas e grupos que possuem deficiência física e/ou mental ou perturbação psiquiátrica severa, assim como para homens e mulheres LGBTI [lésbicas, gays, bissexuais, transgenders e intersexuais (Cochran *et al.*, 2002; Mottet & Ohle, 2003; National Health Care for the Homeless Council, 2004; Toro, Dworsky, & Fowler, 2008; Sakamoto, *et al.*, 2010; Corliss, *et al.*, 2011; Durso & Gates, 2012; Massachusetts

Transgender Political Coalition Policy Committee, 2013)]. Para muitas destas pessoas, a violência e temor experienciados em contexto de pernoita na rua e/ou em habitação inadequada estendem-se aos Centros de Acolhimento, avolumando, assim, os motivadores de desconforto com que se confrontam [*e.g.*, reportam dificuldade em expor os seus problemas, dizem sentir-se discriminados/as (Strang & Forrester, 2004; Sakamoto, *et al.*, 2009; Grant, *et al.*, 2011; Cray, Miller, & Durso, 2013)].

Neste contexto, a vivência da situação de sem-abrigo em família configura um cenário diferenciado, dado que, para além de partilharem com os/as seus congéneres, os temores e incertezas já aflorados, vivenciam dificuldades próprias. Relevam, de um elevado número de referências constantes na literatura, a falta de privacidade, dificuldades a nível na manutenção da união familiar e conflitos entre os seus membros, limitações no exercício da parentalidade (*e.g.*, perda da autoridade parental), exposição de menores a comportamentos desajustados [*e.g.*, violência verbal e física, consumo de álcool e/ou drogas (i)lícitas (Schultz-Krohn, 2004; Culhane, *et al.*, 2007; Paradis, *et al.*, 2008; Nunez & Adams, 2014; Narayana, *et al.*, 2014)]. Embora estas indicações tenham vindo a ser apresentadas como sustentação do medo e, conseqüentemente, evitamento em frequentar estes espaços, importa lembrar que, no seio desta matriz, constituem uma das modalidades mais disseminadas de intervenção e, como tal, de maior afluência. De facto, para muitos/as esta é a única forma, tida como viável, de assegurar alojamento e subsistência, sendo neste contexto que ocorre parte significativa dos eventos do seu quotidiano e se estabelecem relacionamentos interpessoais positivos [com pares, com profissionais e/ou com voluntários/as (Conradson, 2003; Nebbitt, *et al.*, 2007)].

Inserido na oferta de alojamento transitório distingue-se, ainda, uma outra modalidade, menos frequente, mas que também foi alvo de interesse de forma expressiva no âmbito da preparação da transição entre Centro de Acolhimento e o alojamento autónomo de pessoas com percurso de toxicod dependência e/ou com perturbação psiquiátrica (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009; Novac, Brown, & Bourbonnais, 2009). Reportamo-nos ao *alojamento de transição*, tipologia que também é referida na literatura sob designações alternativas (*e.g.*, *halfway houses*, apartamentos partilhados) e que, em termos gerais, se caracteriza pela disponibilização de habitação em meio urbano (em regra, sem

identificação da entidade responsável pela sua gestão), em regime de coabitação, por um período que ascende de 3 meses a 3 anos [amplitude que pode variar em função do projeto específico e/ou do perfil da pessoa em questão (Fosburg & Dennis, 1999; Novac, Brown, & Bourbonnais, 2009)]⁶⁴.

À semelhança do que ocorreu nos EUA e em países Europeus mais avançados nesta matéria, esta tipologia resultou, no nosso país, da constatação de que uma percentagem muito elevada de pessoas não conseguia manter-se autónoma na comunidade, regressando, pouco tempo após a saída dos Centros de Acolhimento, à situação de sem-abrigo. Para este retrocesso conjugam-se fatores de ordem diversa, dos quais se notabilizam lacunas nas competências de gestão do quotidiano, isolamento (estabelecimento de um número muito limitado de relacionamentos, tipicamente superficiais, com membros da comunidade), e uma fragilidade elevada a nível dos apoios (in)formais de que usufruem neste período. A sua criação sustenta-se, por conseguinte, no propósito de alargar o período de supervisão do processo de autonomização destas pessoas, sendo que para este efeito se assegura a existência de habitação gratuita ou a baixo custo [*e.g.*, a pessoa responsabiliza-se pelo pagamento, através dos seus proventos (salário, subsídio, etc.) de parte da renda quando esta é elevada ou custeia todo o seu valor, quando a habitação é arrendada a custo reduzido] e, em concomitância, se promove, com recurso a Equipas de profissionais especializados/as, intervenção no âmbito do desenvolvimento de “competências específicas de gestão doméstica, gestão de conflitos e partilha” e se apoia a procura ativa de alojamento próprio (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009, p. 55). Em suma, são disponibilizados estrutura, apoio, supervisão e formação com o intuito de preparar uma transição sucedida para a habitação autónoma (Burt, Aron, & Lee, 2001). Nestes, o grau de autonomia e privacidade é superior àquelas de que dispõem em Centro de Acolhimento, mas inferior às que teriam se vivessem em comunidade.

Most transitional housing programs for homeless people that exist today specialize in serving households with serious enough

⁶⁴ Note-se que, no âmbito da ENIPSA, esta tipologia surge, no que respeita a situação de sem-abrigo em específico, limitada ao formato de *Apartamento partilhado*, sendo o período máximo de estadia previsto de 1 ano (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009, p. 55).

barriers to getting or keeping housing that a period of stabilization, learning, and planning appear needed if they are ultimately to leave homelessness and stay housed. These households may already have some history of leaving homelessness for housing but not being able to maintain the housing, or they may have characteristics that are known to lower the probability of being able to maintain housing without supports (Burt, 2006, p. 2).

Neste âmbito, a preocupação mantém-se, como vimos, com a *preparação do indivíduo* para a sobrevivência não apoiada, pelo que estamos ainda numa conceção individualizante desta problemática, assente, em última instância, no princípio de que são as suas falhas que sustentam a não inserção em sociedade. Note-se, contudo, que embora se consubstancie nestas premissas globais, em rigor, não foi definido um modelo concetual claro, de suporte ao trabalho de profissionais e/ou voluntários/as, neste âmbito em específico. Existe, sim, um aglomerado heterogéneo de ações, que se distinguem, entre outras dimensões, pelas populações a que se destinam (*e.g.*, adultos/as com perturbação psiquiátrica, toxicodependentes, famílias), os objetivos estabelecidos para o(s) projeto(s) em que se inserem, os serviços prestados e os níveis da sua prestação, os resultados esperados, e pela própria equipa do projeto (*e.g.*, formação dos/as técnicos/as, número de elementos).

Não estranha, por conseguinte, que, no leque de potencialidades da implementação deste tipo de modalidades, se aponte a participação pelo período total da sua duração e o desenvolvimento de competências necessárias à geração de proventos, suficientes para assegurar a manutenção de um espaço estável, sendo menos valorizados aspetos como a colaboração em iniciativas da comunidade ou o alargamento de redes informais (Washington, 2002; Burt, 2006; Novac *et al.*, 2009). Por sua vez, consta, no grupo de indicadores de insucesso, o abandono do programa, quando este ocorre sem o aval positivo dos/as profissionais ou a pedido destes/as [*e.g.*, saída por não cumprimento dos regulamentos e/ou devido a não atingimento de objetivos estruturantes, expulsão devido a comportamento violento ou ameaça de violência, rejeição de colaboração no programa de reinserção delineado (Fischer, 2000; Griggs & Johnson, 2002; Burt, 2006)].

Igualmente importantes são as referências à necessidade de mais investigação neste âmbito, em particular no que concerne a averiguação de mais-valias efetivas deste

tipo de iniciativas, a médio e a longo prazo (Fischer, 2000; Burt, 2006). Neste ponto em específico, os resultados expõem ganhos mais modestos do que os/as seus/as proponentes desejariam, sendo frequentes os retrocessos para a situação de sem-abrigo (United States General Accounting Office, 1991). Refira-se, no entanto, que esta apreciação menos positiva deriva, em parte, do limitado investimento na implementação destas medidas. Em muitos territórios, sendo Portugal um exemplo (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009), não foram estabelecidos critérios claros sobre o que se considera por Alojamento de Transição e, no seu âmbito, que fatores são tidos em conta para a sua implementação e monitorização (Busch-Geertsema, & Sahlin, 2007; Connecticut Coalition to End Homelessness, 2009). Assim, embora saibamos que o segmento da população que foi, em efeito, apoiado nesta tipologia é muito inferior ao que usufruiu de intervenção em contexto de Centro de Acolhimento Temporário (emergência ou média duração) e de Equipa de rua, não foram divulgados, para muitas destas iniciativas, os indicadores a que se recorreu para efeitos de decisão a nível da (não) integração de candidatos/as, da sua manutenção no projeto e/ou saída sucedida, assim como da sua implementação (*e.g.*, constituição, metodologias privilegiadas, estratégias de recolha e análise dos dados, metodologias de avaliação). Esta falta de informação sistematizada traduz-se, em consequência, na impossibilidade de, com margem de segurança aceitável, compilar as principais potencialidades (a curto, médio e longo prazo) desta tipologia, assim como dos fatores que permitem compreender os retrocessos (para a situação de sem-abrigo). Está, em síntese, por esclarecer de forma cabal o valor que o Alojamento de Transição possui no processo de autonomização de pessoas e famílias.

Para além das respostas a que fizemos alusão vimos, ainda, implementadas medidas avulsas com o propósito comum de incrementar as oportunidades de alojamento para aqueles/as que se encontram em risco ou efetiva exclusão habitacional. Aos apoios financeiros para pagamento de renda (em parte ou na totalidade), associam-se a disponibilização de imóveis a custo reduzido e/ou o pagamento do custo de alojamento em pensões ou outras estruturas hoteleiras. Neste âmbito a heterogeneidade é muito acentuada, coexistindo apoios de abrangência nacional e sob a alçada do Estado, com equivalentes da responsabilidade de municípios e, no limite, de

organizações não-governamentais que afetam parte do seu orçamento para este propósito.

É também acentuada a divergência em relação à sua duração, oscilando entre alguns dias (*e.g.*, pagamento de alojamento em pensão em período de austeridade climática/vaga de frio) e vários anos (*e.g.*, subsídio parcial para pagamento de renda, alojamento em habitação camarária com isenção de renda). Acresce, ainda neste ponto, que, ao contrário das tipologias descritas nos parágrafos precedentes (Centros de Acolhimento e Alojamento apoiado), esta materializa-se, por vezes, na ausência de qualquer outra intervenção, sendo apresentada como resposta de exceção em situações de particular emergência e, no pólo oposto, como apoio ao alojamento, de longa duração, destinado a pessoas em circunstâncias de vulnerabilidade financeira (muitas vezes sem apresentação dos argumentos que sustentam tratar-se de indivíduos com perfis distintos dos que são integrados noutras *respostas sociais*). Note-se, contudo, que, ao contrário das anteriores, este tipo de apoios foi alvo de desconsideração por parte de investigadores/as e organismos, sendo pouco frequentes os documentos em que se escrutinam as suas mais-valias e vulnerabilidades, seja a partir da apreciação dos/as que nelas se encontram envolvidos/as, seja com recurso a pesquisas de tipo comparativo.

À procura de soluções a nível do alojamento acresceu, na vasta maioria dos países avançados, uma preocupação explícita com a colmatação de necessidades básicas. Para além destas terem sido incorporadas nas ações desenvolvidas pelas Equipas de rua e na maioria dos Centros de Acolhimento, foram, em aditamento, desenvolvidas respostas específicas com vista à supressão de necessidades alimentares (*e.g.*, através da criação de Refeitórios, Cozinhas Económicas), de higienização (*e.g.*, criação de balneários públicos), assim como de bem-estar e ocupação (*e.g.*, implementação de centros de dia). De matriz tendencialmente assistencialista, estas estruturas foram criadas com o objetivo de prestar apoio a grupos de pessoas e/ou famílias que partilham entre si vulnerabilidades múltiplas (podendo, ou não, encontrar-se sem-abrigo), mas que possuem divergências acentuadas [*e.g.*, expectativas, necessidades, padrões de comportamento, estratégias de sobrevivência (Bowering, Clancy, &

Poppendieck, 1991; Clancy, Bowering, & Poppendieck, 1991; Wicks, Trevena, & Quine, 2006)]⁶⁵.

Esta diversidade, resultante da ausência de critérios objetivados na seleção dos/as destinatários/as deste apoio, redundou numa utilização massiva e pouco regulada destes espaços, a qual trouxe consigo elevadas exigências para profissionais e voluntários/as (Cohen, Chapman, & Burt, 1992; National Agricultural Library, 2009; United Healthcare, 2013). Muitas entidades viram-se confrontadas com incapacidade crescente em assegurar a qualidade dos serviços⁶⁶, em grande parte devido ao significativo aumento do número das pessoas que servem, mas, também, devido à crescente heterogeneidade de respostas que, durante as últimas décadas do sec. XX e nos primórdios do seguinte (*e.g.*, fornecimento de refeições que respeitam o equilíbrio nutricional de pessoas de faixas etárias, géneros e padrões alimentares distintos), foram solicitadas a estas estruturas; não esquecendo, evidentemente, os constrangimentos orçamentais com que se debatem⁶⁷ (Tarasuk, Dachner, & Li, 2005; Booth, 2006; Sisson & Lown, 2011). Por outro lado, experienciaram agravadas dificuldades na gestão das necessidades de subgrupos com perfis e expectativas distintos (*e.g.*, idosos/as sem e com limitações físicas e/ou psicológicas; jovens, famílias, consumidores de substâncias ilícitas), muitos/as destes/as em situação de privação severa embora domiciliados/as (*e.g.*, famílias com rendimento insuficiente para fazer face às necessidades alimentares, idosos/as com proventos muito inferiores à média da população). No cumprimento desta tarefa emergiu uma outra dimensão, que rapidamente ascendeu ao topo das suas preocupações – a arduidade inerente à tentativa de garantir o bem-estar e segurança daqueles/as que usufruem dos seus serviços (Nwakeze, *et al.*, 2003; Bassuk, Volk, &

⁶⁵ Exceptua-se ao referido um conjunto de dimensões muito inferiores, composto por projetos vocacionados, em concreto, para segmentos da população que reúnem um conjunto predeterminado de défices/limitações (*e.g.*, pessoas em situação de sem-abrigo toxicodependentes, pessoas em situação de sem-abrigo com perturbação psiquiátrica grave), para os quais as organizações canalizam orçamento específico (por vezes com recurso a financiamento europeu).

⁶⁶ Veja-se, como exemplo do que referimos, que vários estudos alertam para o não cumprimento de planos alimentares equilibrados por parte de Centros de dia, Refeitórios e/ou Cantinas (Wicks, Trevena, & Quine, 2006; Tse & Tarasuk, 2008; Lyles, *et al.*, 2013; Tsai & Rosenheck, 2013).

⁶⁷ O mesmo ocorre em relação ao apoio alimentar disponibilizado pelas Equipas de rua do Concelho de Coimbra, no período em que decorreu a nossa observação, que, apesar das diferenças consideráveis entre si (*e.g.*, apenas parte distribui fruta, sopa ou inclui leite nos alimentos que disponibilizam) incluem nos sacos com bens alimentares vários bolos e salgados com alto teor calórico (excedentes da produção de Pastelarias da cidade). Por vezes, estes são os únicos bens alimentares disponibilizados, junto com café com açúcar (sendo antecipadamente açucarado, em regra, pelos/as profissionais e/ou voluntários/as).

Olivet, 2010). São, nestes contextos, frequentes os relatos de violência verbal e/ou física (entre os/as próprios/as, e/ou dirigidas a profissionais e voluntários/as), indicador a que crescem queixas de roubos de bens e pertences, e a manutenção de comportamentos ilícitos no interior (*e.g.*, consumo de substâncias no WC) e/ou nas imediações das estruturas (Amato & Macdonald, 2011; Russell, 2011; Inouye, O'Connell, & Puelle, 2013; Meinbresse, *et al.*, 2014)⁶⁸.

A acumulação de evidências (apresentadas nas páginas precedentes) retira, por conseguinte, qualquer surpresa à consideração que, embora parte integrante do quotidiano de uma vasta maioria de homens e mulheres em circunstâncias de privação severa, o relacionamento com os serviços é, em regra, reportado como insatisfatório, insuficiente e/ou desadequado face às suas principais expectativas, preocupações e necessidades (Herman, *et al.*, 1998; Bento, 2004; Shaheen & Rio, 2007). Se bem que os serviços existentes surjam descritos como um auxílio precioso para a sobrevivência, com particular ênfase nos âmbitos da alimentação, higiene, alojamento e/ou saúde, quando inquiridos/as evidenciam ambivalência e moderada/severa desconfiança em relação a profissionais, voluntários/as e às próprias entidades. Esta dualidade traduz-se, para muitas destas pessoas, num registo *on* e *off*, que se materializa em solicitação de ajuda e participação em algumas das iniciativas e programas, por períodos de tempo de duração variável, os quais intervalam com períodos de não usufruto e até de absoluta rejeição (da sua utilidade e de eventual recurso futuro). Apontada como uma das estratégias mobilizadas com regularidade para assegurar os bens e recursos essenciais à sobrevivência em períodos de maior fragilidade (*e.g.*, agravamento do estado de saúde, evitamento de pernoita na rua no período de Inverno), a sua prática é, com frequência, abandonada assim que o indivíduo perceciona melhorias na sua condição ou, de forma involuntária, em resultado de abandono, fuga ou expulsão devido ao não cumprimento

⁶⁸ Mais uma vez se reforça a constatação de que, para muitos/as daqueles/as que se encontram em situação de sem-abrigo, o medo constitui parte integrante da sua vivência quotidiana, abarcando, não apenas o receio em permanecer em locais públicos e outras zonas de frequência não limitada, que ocupam durante o dia ou em que pernoitam (*e.g.*, passeio, entradas de prédios, parques) mas, igualmente, espaços formais (*e.g.*, Centros de Alojamento, Apartamentos partilhados, Centros de Dia, Refeitórios, locais de higienização), numa evidência clara de que a *proteção* das organizações (*e.g.*, materializada nas normas e regras de conduta, no controlo efetivo exercido pelos/as profissionais) possui insuficiências várias que, no extremo, sustentam comportamentos generalizados de evitamento a qualquer contacto com serviços e entidades (Johnsen, Cloke, & May, 2005; Gal & Ajzenstadt, 2013).

das normas ou regras implementadas nos serviços/estruturas em questão (*e.g.*, Hopper, *et al.*, 1997, Herman, *et al.*, 1998; Shaheen & Rio, 2007).

Etiquetada de “circuito institucional”, esta complicada dinâmica relacional é particularmente evidente em indivíduos consumidores de substâncias (i)lícitas, com perturbação psiquiátrica e/ou com trajetória delinquente, sendo mais acentuada quando, para além destas características, acumulam uma experiência crónica de vivência da situação de sem-abrigo (*e.g.*, Hopper, Jost, Way, Welber, & Haugland, 1997; Rosenheck & Lam, 1997; Koegel, *et al.*, 1999; Folsom, *et al.*, 2005; Luhrmann, 2007).

Many have an complex, ambivalent relationship with psychiatric services. They may come to the community health center to use the telephone but refuse their medication.(...) They might accept diagnosis-dependent housing but violate the rules of the setting and find themselves back on the street. The repeated refusal and an apparent willingness to sabotage (in clinicians' eyes) their care contributes substantially to what often becomes a fundamentally nomadic life in which a client moves between supported housing, jail, hospital, homeless shelter, and the street (Luhrmann, 2007, p. 15).

A resistência, no extremo recusa, que este grupo de pessoas evidencia no usufruto de serviços e modalidades de apoio a elas destinados é, como vimos, uma regularidade nesta matriz individualista de intervenção. Para este cenário, pautado pela existência de relacionamentos instáveis e problemáticos com organismos, serviços e profissionais confluem, segundo os estudos desenvolvidos com base nesta ancoragem individualista da problemática, dois macrofatores interdependentes. Por um lado, esta é explicada atendendo a atributos e características individuais, os quais são tidos como responsáveis pela perda de habitação e autonomia e, também, pela sua manutenção no tempo. Por outro, considera-se que os requisitos, apresentados como indispensáveis para assegurar o acesso e usufruto de iniciativas que visam a sua (re)inserção em sociedade, não são passíveis de alteração substantiva, dado que é ao indivíduo que se requer o esforço de aproximação à matriz social e não o inverso (Shaheen & Rio, 2007).

Não espanta, por isso, a grande preocupação devotada ao desenvolvimento de *programas* e medidas de formação que partilham entre si o propósito de colmatar as lacunas/insuficiências identificadas, muitos deles implementados nos mesmos espaços em que lhes são oferecidos apoios para supressão das necessidades de sobrevivência (*e.g.*, alojamento, alimentação, higienização) e, com alguma frequência, designados como

requisito obrigatório para o seu início ou continuidade. Desta miscelânea de ações incluem-se iniciativas originais ou adaptadas de modalidades existentes para outros segmentos da população, com ou sem sustentação teórica explícita, e também com e sem avaliação sustentada dos seus resultados. Encontram-se, assim, na literatura referências a iniciativas em áreas tão diversas como competências para empregabilidade e orientação vocacional (Chard, Faulkner, & Chugg, 2009; Thomas, Gray, & McGinty, 2011; Nelson, *et al.*, 2012; Koffarnus, *et al.*, 2013); competências de gestão do quotidiano (Jones, Quilgars, & Wallace, 2001; Helfrich, Chan, & Sabol, 2011); competências sociais (*e.g.*, McCay *et al.*, 2011), comportamentos promotores de saúde e bem estar, parentalidade (Kolos, Green, & Crenshaw, 2009), e gestão financeira (Elbogen, *et al.*, 2011; Steen & MacKenzie, 2013), só para nomear alguns exemplos.

Pesem as iniciativas levadas a cabo, os programas criados ou adaptados e os estudos promovidos com a meta de sinalizar lacunas, handicaps e/ou dificuldades do indivíduo, a situação de sem-abrigo sofreu um acréscimo exponencial na maior parte dos países do hemisfério Norte, incluindo Portugal (Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Moore, 2007; Barbour *et al.*, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Cronley, 2010; Stephens, *et al.*, 2010). Em consequência, agentes com responsabilidades nesta matéria sofreram um aumento da pressão pública no sentido da reconceptualização desta problemática e, em estreita articulação, da redefinição das políticas e práticas com esta população. No capítulo seguinte, damos conta das principais alterações perspetivadas e, atendendo às premissas gerais deste novo paradigma, às iniciativas já desenvolvidas ou em desenvolvimento no panorama (inter)nacional.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

Sinalizada como uma das problemáticas que assola(ra)m a maioria das democracias na contemporaneidade, a situação de sem-abrigo permanece(u) um desafio por solucionar até ao presente (*e.g.*, Almeida, Martins, Guerra, & Pinto, 2010; Amnistia Internacional - Portugal, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal & Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010; European Commission – Eurobarometer, 2010; EUROSTAT, 2010a, 2010b, 2010c; Rybkowska & Schneider, 2011). Pese a sua constância em diferentes períodos históricos e contextos culturais diferenciados, a intensidade e os contornos de complexidade da sua expressão, num contexto socio-histórico pautado por evoluções sem precedentes (*e.g.*, Tecnologia, Medicina, Educação), lançam sérias dúvidas sobre os reais esforços mobilizados para a sua compreensão e resolução. Para este cenário concorreu, como vimos na componente primeira deste capítulo, uma conjuntura financeira, económica e social de crescente instabilidade, que se sedimenta num cenário acentuadamente mais dominado pela economia de mercado e por matrizes de governação reflexivas (Dean, 1999; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Palley, 2013). Vimos, em consequência, e com particular evidência nas últimas décadas, a propagação de discursos *naturalizadores* da sua existência, os quais se secundam em modelos interpretativos assentes na responsabilização do indivíduo por si próprio e pelas suas circunstâncias, assim como na aceitação de um papel secundário dos agentes de governação no combate à pobreza e exclusão, materializado em limitado investimento no combate à ação de fatores produtores de desigualdade e vulnerabilidade externos à pessoa [*e.g.*, económicos, territoriais, sociais (Furedi, 2006a; McNaughton, 2008, 2010; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Cronley, 2010; Lúcio, *et al.*, 2011a, 2011b; Parsell & Parsell, 2012)].

Aos efeitos nefastos da carência de políticas públicas que assegurem proteção de segmentos da população sujeitos a maior fragilidade (*e.g.*, legal, económica, laboral, cultural) acresceram, com impacto profundo no pós crise 2008, os frutos (por vezes, desejados) de iniciativas específicas destinadas à prossecução dos ideais de governação reportados (Calandrino, 2010; European Parliament, 2010; Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, 2010, 2012; European Commission - DG for Employment, Social Affairs and

Inclusion, 2011a; EUROSTAT, 2011, 2012; Instituto Nacional de Estatística, 2011a, 2011b 2012; Organization for Economic Co-operation and Development, 2013). Para estes grupos, que já se encontravam em circunstâncias de particular fragilidade (*e.g.*, limitações severas de rendimento, ausência de emprego), os *outcomes* da crise e da retração financeira severa que se lhe seguiu [com as decorrentes sequelas nas mais diversas esferas (*e.g.*, económica, social, laboral)] vieram trazer uma diminuição drástica das reais oportunidades de sobrevivência num registo independente e digno. Aos fenómenos de supressão de trabalhadores, de corte dos salários (com expressão acentuada na função pública, aumento de impostos, incremento do custo de vida (*e.g.*, gasolina, bens alimentares), comuns à generalidade dos membros da população, associaram-se, com acentuado impacto na vida destas pessoas e famílias, a diminuição nas ajudas previstas e disponíveis [*e.g.*, circunscrição do perfil passível de candidatura a pedidos específicos, diminuição do tipo e diversidade de apoios prestados por entidades vocacionadas para o combate à pobreza (Arendts, 2011; Elliott, 2011; France 24, 2011; Kulish & Erlanger, 2011; Wilson, Peacock, & Sparkes, 2011; The Economist on line, 2012)].

Portugal não foi estranho a estes fenómenos, tendo a sua manifestação sido ainda mais gravosa em resultado da extrema sensibilidade aos desequilíbrios da conjuntura internacional, conjuntura que culminou num pedido de ajuda formal ao exterior, do qual saímos muito recentemente, mas com sequelas sociais não desprezíveis (*e.g.*, Muižnieks, 2012; Fernandes & Krupenski, 2013; Rodrigues, 2013). Das medidas tomadas em território nacional, parte das quais apresentadas como necessárias para fazer face às exigências do Programa de ajustamento contratualizado com os parceiros internacionais, derivaram perdas de substanciais de privilégios, bens e, também, de direitos, bem como o elevar dos índices de pobreza e exclusão social (World Bank, 2009, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs & Equal Opportunities, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2010; Sugawara *et al.*, 2010; Social Watch, 2010; European Anti-poverty Network Ireland, 2011; European Parliament, 2011; World Health Organization, Regional Office for Europe, 2011; Carrapiço, 2012).

Desta confluência de fatores emergiu, timidamente, uma consciência política mais presente em relação à pobreza extrema e, no seu âmbito, à situação de sem-abrigo, sendo esta visível no plano das intenções e, com menor expressão, enquanto

prioridade nas agendas de trabalho dos agentes com responsabilidades públicas nestas matérias (*e.g.*, Plano Nacional para a Inclusão, 2001-2003, 2003-2005; 2006-2008; Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem-abrigo, 2009). Convidado pelos parceiros europeus a uma maior coerência entre projeto e ação, o Governo português tem vindo a amplificar a sua rede de iniciativas relativamente a esta questão, pesem todas as inconstâncias e inconsistências que reportámos (*e.g.*, a ENIPSA nunca foi regulamentada, não ocorreu qualquer avaliação nacional das ações com pessoas em situação de sem-abrigo).

Em concomitância temporal com esta tendência de aumento do número e diversidade de pessoas e famílias em situação de sem-abrigo verificou-se uma dilatação da pressão internacional no sentido do estudo deste fenómeno (*e.g.*, Sousa & Almeida, 2001; Pereira, Barreto, & Fernandes, 2001; Bento & Barreto, 2002; Baptista, 2004, 2005; Instituto da Segurança Social, 2005; Mairós Nogueira & Ferreira, 2007; Menezes, 2008; Caminho & Pereira, 2010). Tida como um elemento central para o delineamento e implementação de estratégias que visam a sua resolução, a compreensão da situação de sem-abrigo, nomeadamente no que respeita ao conhecimento dos fatores que concorrem, de forma isolada e/ou em interação, para a sua emergência e manutenção no tempo, foi, na segunda metade do século, apontada como uma das questões em que importava apostar.

Todavia, e pese o cuidado crescente com a cientificidade das linhas compreensivas e interpretativas do fenómeno sem-abrigo, este esteve muito longe de chamar a atenção da comunidade científica, tendo permanecido como uma problemática de exploração algo restrita, até há pouco. O seu estudo permaneceu, por várias décadas, sustentado em duas ramificações não comunicantes, das quais emergiram descobertas de relevo, embora insuficientes para a sua compreensão em profundidade (Neale, 1997; Kemp & Mackay, 2001; Mairós Nogueira & Ferreira, 2007; Moore, 2007; Barbour *et al.*, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Cronley, 2010; Stephens, *et al.*, 2010). Num dos seus polos privilegiou-se uma orientação individualizante, na qual o objeto de estudo se concentrou na sinalização de atributos individuais tidos como distintivos, em comparação com os seus pares domiciliados, enquanto elemento causador da sua vivência e manutenção (Main, 1998; May, 2000; Reingold & Fertig, 2006; Minnery & Greenhalgh, 2007; Rog, Holupka, & Patton, 2007;

Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Edgar, 2009; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Mairos Ferreira & Redruello, 2011). Tipicamente circunscrita às configurações de sem-teto e sem-casa foi, nesta linha de investigação, alvo de inquirição segundo critérios múltiplos que se organizam, no entanto, segundo dois vetores essenciais: (i) défices apresentados pela pessoa (número, tipologia e gravidade); e (ii) o tempo de permanência [na situação de sem-abrigo entendida na sua globalidade e/ou atendendo, em específico, a uma das suas manifestações (*e.g.*, Culhane, 1993; Ballintyne, 1999; Folsom, *et al.*, 2005; Dickson-Gomez, *et al.*, 2008; Fischer, *et al.*, 2008; Baggett & Rigotti, 2010, 2013; Binswanger, *et al.*, 2013; Garner & Ratschen, 2013)].

No pólo contrário, os/as investigadores/as focalizaram-se na análise de causas não atribuíveis à pessoa, com acentuada predominância no estudo de fatores económicos, políticos e sociais, e no seu impacto diferencial para o/a próprio/a e/ou para grupos demarcados [*e.g.*, idosos/as, mulheres, consumidores/as de substâncias (i)lícitas]. Incluída nas manifestações mais severas de pobreza extrema e exclusão social, a situação de sem-abrigo é, nesta linha, abordada enquanto evidência de vulnerabilidade generalizada e privação severa (Sosin, 1992; Wolch, Rahimian & Koegel, 1993; Neale, 1997; Kemp & Mackay, 2001; Moore, 2007; Cronley, 2010; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010). No seu âmbito, conferiu-se destaque a indicadores de análise que influem nas mais diversas esferas sociais (*e.g.*, alterações no mercado de trabalho, mudanças de orientação nas políticas públicas), sendo estes escrutinados atendendo ao seu contributo singular (individual e em articulação); sendo, em aditamento, analisados referentes exclusivos desta problemática [*e.g.*, (in)existência de estratégia nacional para o seu combate, dotação orçamental para ações no âmbito do alojamento para pessoas sem-teto (Aron, & Lee, 2001; European Commission - DG for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, 2005; Burt, Lee & Greif, 2008; European Commission, 2010b; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010b; WHO Regional Office for Europe, 2010; Paasche, 2012; EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, 2011; EAPN Portugal, 2012; Young, 2012)]. Apresentados como fenómenos articulados não deve, contudo, o/a leitor/a tomá-los como sinónimos, dado que, embora a situação de sem-abrigo emergja em contextos de pobreza e privação

severa, nem todas as pessoas que se encontram nestes últimos dois grupos alcançam a severidade que caracteriza esta situação.

Embora esta segunda linha de inquérito tenha ganho destaque, a partir de meados da década de 80, manteve-se, no seio da UE, uma assumida predileção por uma abordagem de ação centrada na procura da colmatação de lacunas/défices individuais, da qual decorreu, pese o modesto investimento de agentes com responsabilidade nesta matéria, um volume elevado de propostas (*e.g.*, Equipas de rua, Centros de Alojamento, Apartamentos partilhados, ações de formação profissional) constituídas com o propósito de potenciar as capacidades e competências destes/as cidadãos/as (Boes & van Wormer, 1997; Gowan, 2000; Oshana, 2003; Furedi, 2006a, 2006b; Busch-Geertsema & Sahlin, 2007; McNaughton, 2008; GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009; Parsell & Parsell, 2012; Pleace, 2013). Porém, e como alertámos, os seus resultados estiveram muito aquém das metas estabelecidas pelos seus proponentes (Nwakeze, *et al.*, 2003; Luhrmann, 2007; Shaheen & Rio, 2007; Bassuk, Volk, & Olivet, 2010).

Para além do número de pessoas em privação habitacional severa não ter diminuído, na generalidade dos países do hemisfério norte, nas últimas décadas verificou-se uma dilatação substantiva dos grupos de indivíduos e agregados que, em dado momento, não possuem residência fixa (Pleace, 2000; Barbour *et al.*, 2008; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010). Às exigências de maior profundidade no estudo desta problemática, decorrentes da constatação de que ambas as linhas apresentam fragilidades substantivas nas suas propostas de conceptualização e de análise interpretativa do fenómeno, associou-se, portanto, um corpo denso de evidências em que se expõem baixas taxas de êxito na implementação de grande parte dos programas e estratégias existentes (*e.g.*, Daly, 1993; Main, 1998; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Pleace *et al.*, 2013)⁶⁹.

⁶⁹ Importa esclarecer, a este respeito, que a heterogeneidade entre países, e no seu âmbito entre regiões, não deve ser descurada. Do coletivo de trabalhos sobre este assunto pode concluir-se que, em geral, os territórios em que se verifica maior investimento na proteção social (*e.g.*, através de mais elevada dotação orçamental para projetos neste âmbito ou da criação de medidas formais de promoção da inclusão social) e nos quais se recorre, em menor número e diversidade, a medidas penalizadoras (*e.g.*, criminalização da mendicidade) para pessoas e/ou agregados em situação de desvantagem social e económica possuem menor número de habitantes em situação de sem-abrigo. Contudo, a diversidade de estratégias e ações implementadas é elevada, sendo necessários estudos comparativos adicionais que

Estavam, em suma, criadas as condições para a emergência de novas leituras de análise e de compreensão deste fenómeno. Como teremos oportunidade de refletir no próximo capítulo, foi necessário um conjunto denso de transformações conceptuais, metodológicas e, também, nas linhas de intervenção preconizadas como (não) ambicionáveis, para que se operacionalizasse um salto evolutivo no sentido do respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, assegurando a participação e a dignificação da ação neste domínio.

possibilitem um escrutínio mais fino destes resultados (*e.g.*, a deteção de iniciativas mais e menos eficazes atendendo às diferentes configurações da situação de sem-abrigo).

CAPÍTULO 2

NA SENDA DE UM NOVO MUNDO: PELOS ÍNGREMES TRILHOS DA
DELIMITAÇÃO DIFERENCIADA DE COORDENADAS NA SITUAÇÃO DE
SEM-ABRIGO

Massive poverty and obscene inequality are such terrible scourges of our times – times in which the world boasts breathtaking advances in science, technology, industry and wealth accumulation. (...) overcoming poverty is not a gesture of charity. It is an act of justice. It is the protection of a fundamental human right, the right to dignity and a decent life. While poverty persists, there is no true freedom.

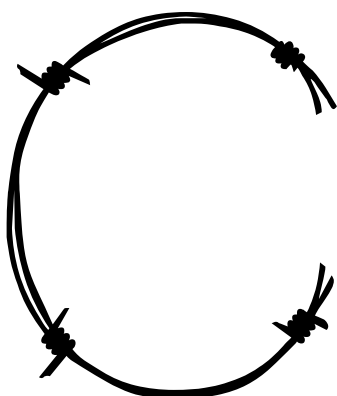
Nelson Mandela, 2005, parág. 2-3

CAPÍTULO 2

NA SENDA DE UM NOVO MUNDO: PELOS ÍNGREMES TRILHOS DA DELIMITAÇÃO DIFERENCIADA DE COORDENADAS NA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Money is the most important thing in the world. It represents health, strength, honor, generosity and beauty as conspicuously and undeniably as the want of it represents illness, weakness, disgrace, meanness and ugliness. Not the least of its virtues is that it destroys base people as certainly as it fortifies and dignifies noble people. It is only when it is cheapened to worthlessness for some, and made impossibly dear to others, that it becomes a curse. In short, it is a curse only in such foolish social conditions that life itself is a curse. For the two things are inseparable: money is the counter that enables life to be distributed socially: it is life as truly as sovereigns and bank notes are money. The first duty of every citizen is to insist on having money on reasonable terms; and this demand is not complied with by giving four men three shillings each for ten or twelve hours' drudgery and one man a thousand pounds for nothing. The crying need of the nation is not for better morals, cheaper bread, temperance, liberty, culture, redemption of fallen sisters and erring brothers, nor the grace, love and fellowship of the Trinity, but simply for enough money. And the evil to be attacked is not sin, suffering, greed, priestcraft, kingcraft, demagoguery, monopoly, ignorance, drink, war, pestilence, nor any other of the scapegoats which reformers sacrifice, but simply poverty.

George Bernard Shaw, *The Gospel of St. Andrew Undershaft*⁷⁰, 1906, pp.10-11



onfrontados com evidências diversas de que as abordagens tradicionalmente mobilizadas não permitiam a compreensão profunda da situação de sem-abrigo, investigadores/as e agentes diversos/as da sociedade civil (com e sem responsabilidade direta nesta matéria) iniciaram um processo de reformulação dos seus quadros teóricos e metodológicos (e.g., Pleace, 2000; Edgar,

⁷⁰ Prefácio da obra Major Barbara acessível para consulta em http://www.pdfbooks.co.za/library/GEORGE_BERNARD_SHAW/GEORGE_BERNARD_SHAW-PREFACE_TO_MAJOR_BARBARA.pdf.

O'Sullivan, & Pleace, 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010). Ainda na sua infância, este novo paradigma de estudo assenta, como veremos, em detalhe, no decurso deste segundo capítulo, na premissa de que é preciso proceder à substituição de enfoques de tipo segmentário, assentes em preocupações de escrutínio analítico de limitações e dificuldades, inerentes ao indivíduo (*e.g.*, perturbação psiquiátrica, consumo de substâncias) ou não (*e.g.*, reestruturações no mercado de trabalho e abandono da premissa do “pleno emprego”, redução dos benefícios sociais), por abordagens que possibilitam *leituras* integradas e integradoras (Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Menezes, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; McNaughton, 2010; Stephens, *et al.*, 2010).

Neste âmbito, a complexidade é abraçada e respeitada enquanto elemento inerente ao estudo desta temática e, no seu seio, a situação de sem-abrigo é compreendida enquanto processo, necessariamente evolutivo, que se materializa em momento(s) distinto(s) na trajetória de vida e que se caracteriza pela sua transitoriedade (Pleace, 2000; Zufferey & Kerr, 2004; Didenko & Pankratz, 2007; Moore, 2007; Barbour *et al.*, 2008; McNaughton, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Pleace, 2013; Robaina, 2013). Trata-se, portanto, da assunção de que estamos perante indivíduos ativos e decisores que, perante um aglomerado de elementos que avaliam, se posicionam e (não) agem. Importa, por isso, compreender os mecanismos de tomada de decisão que (não) implementam, os comportamentos que (não) mobilizam, e as narrativas que tecem a respeito das suas expectativas, (in)seguranças, desejos e receios, articulando-os com as metamorfoses que se operam nas circunstâncias com que se defrontam no quotidiano.

O desafio que se coloca, na atualidade, é, pois, o da procura de compreensão, sem desmembração, das realidades, tal como são vivenciadas pelos seus atores e atendendo aos efeitos múltiplos que fatores de ordem distinta (*e.g.*, cultural, económica, laboral, saúde, territorial) produzem na vida e em vivências de pessoas reais, inseridas em contextos concretos, e períodos de tempo específicos. Ao invés de sinalizar constrangimentos, impedimentos, dificuldades ou, pelo oposto, (eventuais) oportunidades, mais-valias, benefícios, ou superioridade(s), pretende-se estudar como estas dinâmicas se estabelecem de forma a confluírem na emergência da situação de sem-abrigo, como evoluem ou envolvem no decurso da sua permanência e,

posteriormente, se reorganizam criando contingências (*e.g.*, pessoais, comunitárias, legais, laborais) favoráveis à saída desta situação. Desafia-se, em síntese, um *olhar* sistêmico e sistematizado, que reconheça a vasta diversidade de agentes envolvidos/as, a enormidade de dimensões que confluem para a existência de pessoas em situação de sem-abrigo e que, perante um combinado aparentemente desorganizado de indicadores, procure descortinar as suas interações, e aponte os papéis que desempenham em diferentes espaços e tempos. Pretende-se, ainda, que dele resultem sugestões concretas, que possibilitem a (re)definição de políticas públicas, bem como o *design* de estratégias e de iniciativas que, de forma sustentada, concorram para a meta, coletivamente, avocada, desta forma de pobreza extrema e exclusão social. Assume-se, portanto, uma ação comprometida com os valores dos Direitos Humanos, da dignificação da vida e da garantia da liberdade e da participação de todos/as na vida coletiva das comunidades a que pertencemos e/ou desejamos pertencer.

Importa ressaltar, neste âmbito, que o caráter inovador desta proposta não reside, em exclusivo, nas referências a que aludimos. Pela abrangência que a sua concretização pressupõe, e pela multiplicidade de ângulos de análise que possibilita e valoriza, ela permite a revisitação das descobertas de trabalhos produzidos a partir de qualquer uma das duas linhas de investigação tradicionais expostas, que são, neste contexto, lidos a partir de enquadramentos englobantes. Não se trata, evidentemente, de encontrar *a* resposta ou *os fatores* que asseguram uma (pretensa) solução (rápida e simples) para esta problemática, mas sim de avançar possibilidades profícuas de exame das grelhas de leitura existentes, contribuindo, a partir do reconhecimento da agência dos atores (e do respeito pelas suas perspetivas, opiniões e comportamentos), para opções mais proficientes para o seu estudo, assim como para uma maior eficiência e eficácia no seu combate.

A intenção comum é, em suma, sinalizar um *novo azimute*, que permita a diferenciação de sistemas de navegação nesta matéria e que, consequência dos esforços concertados no sentido da sua sinalização, elucide o(s) trilho(s) a percorrer até ao porto desejado, neste caso – o da garantia de vida digna e da escolha em liberdade, para todos/as os/as habitantes em território democrático, incluindo, evidentemente, as pessoas que se encontra(ra)m em situação de sem-abrigo. Distanciamo-nos, portanto, de uma *visão* redutora e segregativa, da perscrutação de violações de direitos e

liberdades, em segmentos concretos das populações, adotando, em alternativa, perspetivas inclusivas, em que a situação de sem-abrigo se estuda a partir de um referencial concetual vasto.

Parte central deste desafio reside no estabelecimento de rotas plurais de investigação, que viabilizem a não queda no risco da uniformização de *leituras*, assentes na constatação superficial de complexidades e de mutabilidades nas trajetórias (Pleace, 2000; Zufferey & Kerr, 2004; Didenko & Pankratz, 2007; Moore, 2007; Barbour *et al.*, 2008; McNaughton, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Pleace, 2013; Robaina, 2013). Note-se que, a mera constatação da heterogeneidade é, em si mesma, uma evidência efémera de uma consideração que é já conhecida e sobejamente divulgada, não trazendo qualquer mais-valia ao (imprescindível) aprofundamento de investimento neste tema. Importa, sim, sinalizar regularidades no percurso evolutivo que se materializa na situação de sem-abrigo, apontando elementos chave que sustentam a sua vivenciação e que dificultam transições sucedidas no sentido de maior autonomia (na gestão de si e do seu quotidiano), interpretando-as segundo matrizes conceptuais e metodológicas complementares e antecipando os seus impactos diferenciais na manutenção, facilitação ou agravamento das (passadas, atuais e futuras) circunstâncias de vida (Edgar *et al.*, 2007; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Redruello & Ferreira, 2011; Sahlin, 2012; Daly, 2013; Pleace & Bretherton, 2013).

Sumariados os referentes que estruturam o surgimento de uma *nova ortodoxia*, damos início à apresentação deste segundo capítulo. Principia-se com a referenciação dos argumentos principais, elencados na literatura da especialidade, os quais nortearam a assunção da necessidade de encetar uma revolução na matriz de leitura e ação neste domínio. Abordam-se, em seguida, as premissas chave que a sustentam e os indicadores comuns apontados como ambicionáveis. Partindo desta revisão sublinham-se, a partir de diversas propostas de definição do construto (situação de sem-abrigo), as dimensões integradas com maior e menor regularidade pelos/as especialistas neste domínio. Consubstanciada num esforço de análise comparativo, esta evidenciação de alguns elementos revelar-se-á essencial, como ilustraremos em componente própria, para a fundamentação da escolha da *European Typology on Homelessness and Housing Exclusion* (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-

Abri, 2007) enquanto grelha de operacionalização das diferentes configurações que a situação de sem-abrigo pode assumir, no âmbito desta tese (*e.g.*, para a seleção dos/as participantes da amostra teórica, no contexto de caracterização das circunstâncias experienciadas em cada uma das fases que integram a *GT* original *sobrevivendo às ruas*).

Sob o título *Novas rotas ou a “balada do velho marinheiro”*, o ponto 2.1.1 é dedicado à síntese de trabalhos desenvolvidos com base neste modelo, apresentando-se, primeiramente, as preocupações dominantes e as suas principais descobertas, e refletindo, por fim, sobre as suas implicações (para o conhecimento científico e para a intervenção). À semelhança do capítulo anterior, ponderam-se diferentes indicadores de aplicabilidade (*e.g.*, criação de políticas públicas, definição de prioridades de ação, operacionalização de estratégias) e o seu contributo específico para o avanço científico nesta área. Na rubrica subsequente retratam-se algumas iniciativas desenvolvidas com base neste enquadramento, percorrendo-se, para o efeito, os seus elementos distintivos e as dimensões que os tornam pioneiros, assim como os argumentos basilares que lhe granjeiam um lugar de destaque na prossecução da meta de autonomização de segmentos vulneráveis da população (*e.g.*, *Housing first*). Pese o carácter exploratório de muitos destes projetos, o qual ainda não possibilitou a apresentação de resultados de avaliação da sua eficácia e eficiência, ultima-se este ponto com o sumário das suas potencialidades e das principais fragilidades reportadas pelos/as seus/as proponentes e críticos/as.

Dedica-se, no término do capítulo, um apontamento reflexivo às interfaces e dinâmicas da interação entre diversos atores envolvidos nesta questão (*e.g.*, pessoas em situação de sem-abrigo, profissionais, decisores/as políticos/as), assim como as suas perspetivas sobre a situação de sem-abrigo, a produção normativa e “orientadora” produzida, em Portugal e na UE, e as ações (não) desenvolvidas tendo em vista a sua resolução. Afloram-se, ainda neste trecho, os principais reptos que se colocam à gestão coordenada de um complexo emaranhado de iniciativas consubstanciadas no paradigma tradicional (exposto no capítulo 1), que coexistem, no tempo e no espaço, com um leque crescente de propostas inovadoras, criadas com o intuito de materializar as premissas em que se sustenta a *nova ortodoxia*.

2.1 AMBIÇÕES DE RENOVAÇÃO DO AZIMUTE: DA DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS DE NAVEGAÇÃO À UTOPIA DA LIVRE ESCOLHA

Human material seems to have one major defect: it does not like to be considered merely as human material. It finds it hard to endure the feeling that it must resign itself to passive acceptance of changes introduced from above.

Czeslaw Milosz, *A dialogue with Czeslaw Milosz*⁷¹, 2006, p. 31

Às vezes é preciso esquecer quem sempre lembra, para lembrar quem sempre esquece

Álvaro Laborinho Lúcio, *O chamador*⁷², 2014, p. 9

Não pondo em causa o papel específico de variáveis de ordem diversa para a emergência e manutenção da situação de sem-abrigo, investigações recentes assinalam que aludir, em exclusivo, à ação de variáveis individuais (*e.g.*, perturbação psiquiátrica, consumo de substâncias) ou, em contraste, à de fatores económicos, políticos ou sociais (*e.g.*, reestruturações no mercado de trabalho e abandono da premissa do “pleno emprego”, redução dos benefícios sociais; aumento do preço da habitação e falta de alojamento a baixo custo) não possibilita o estudo compreensivo desta problemática, dado não permitir identificar como vulnerabilidades diferenciadas se agrupam e organizam concorrendo para a sua experienciação, em determinados formatos e em territórios distintos, numa vulnerabilização habitacional extrema que afeta algumas pessoas e grupos mas não outras/os (Pleace, 2000; Barbour *et al.*, 2008; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Persaud, McIntyre, & Mileney, 2010; Shinn, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Warnes, Crane, & Coward, 2010). Como resultado, ao invés de um esforço canalizado para a sinalização de indicadores individuais ou para a deteção de efeitos estruturais e sociais, na transição do milénio modela-se o primeiro embrião de uma proposta coordenada de investigação e intervenção nesta matéria (Didenko & Pankratz, 2007; Moore, 2007; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Warnes, Crane, & Coward, 2010; Parsell & Parsell, 2012). Do seu desenvolvimento resultou uma interpretação inovadora, segundo a qual

⁷¹ Excerto do capítulo *A dialogue with Czeslaw Milosz* (pp. 24-35), da autoria de Ayappa Paniker, e que integra a obra *Czeslaw Milosz conversations*, editada por Cynthia L. Haven e publicada pela University Press of Mississippi.

⁷² Citação de abertura da obra “*O chamador*”, publicada pela editora Quetzal.

[s]tructural factors create the conditions within which homelessness will occur; and people with personal problems are more vulnerable to these adverse social and economic trends than others; therefore the high concentration of people with personal problems in the homeless population can be explained by their susceptibility to macro-structural forces, rather than necessitating an individual explanation of homelessness (Fitzpatrick, 2005, p. 4).

Reconhecedora da complexidade dos fenómenos sociais, nela a situação de sem-abrigo é estudada a partir das interações dinâmicas que se estabelecem entre a pessoa (*e.g.*, as suas características, as suas ações), os/as seus/as congéneres (domiciliados/as ou não), entidades e organismos diversos (*e.g.*, elementos distintivos), e mudanças estruturais (*e.g.*, alterações nos mercados de habitação e emprego). Não se trata, portanto, da sinalização de um *outcome* passível de caracterização de forma estática e segundo dimensões delimitadas *a priori*, mas sim da procura de compreensão de um processo que incorpora trajetórias díspares (entrada, manutenção e saída). Pela primeira vez, e secundado por um crescente volume de estudos em que se atesta o cariz provisório da sua experienciação, confere-se relevo à saída, seja enquanto dimensão-chave em investigações longitudinais, seja enquanto objeto de estudo em si mesma (Cone, 2006; Frangella, 2010; Lynne, 2010; Mayock, O'Sullivan & Corr, 2011; Daly, 2013).

No seu âmbito, sugere-se cuidado na operacionalização do construto, nomeadamente no que respeita à identificação clara das circunstâncias em que as pessoas se encontram (*e.g.*, pernoita em espaço público, integração em Centro de Acolhimento) e à explanação dos critérios utilizados para efeitos de caracterização da situação de sem-abrigo e daqueles/as que a vivenciam (Marpsat, 2003; Australian Human Rights Commission, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Calandrino, 2010; Cronley, 2010; Culhane & Byrne, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Sharama & Hulsea, 2014). Neste contexto, ganhou proeminência, no ocidente (com maior vigor na UE), a *European Typology on Homelessness and Housing Exclusion*, da autoria da *Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri* (2007). Segundo Busch-Geertsema e colaboradores (2010, p. 3), esta possui várias mais-valias, dado que

provides a robust conceptual definition of homelessness and housing exclusion, which allows specific operational definitions to be adopted in order to reflect national situations and policy needs. Homelessness is defined by exclusion from several or all of the three domains,

which constitute a home: the social, the legal and the physical domain.

Recomenda-se, também, maior investimento no estudo das múltiplas configurações que a situação de sem-abrigo pode assumir, num esforço consciente de afastamento das *leituras* dominantes, circunscritas a indivíduos que, há vários anos, se encontram em situação de sem-teto e sem casa, grande parte deles selecionados, segundo técnicas não probabilísticas de amostragem. Posto isto, recomenda-se que a recolha de dados inclua variadas fontes de informação, clara elucidação das tipologias, a que se recorreu para a sua obtenção e/ou análise, assim como indicadores diferenciados (referentes a entrada, manutenção e saída), em substituição da procura do seu conhecimento, recorrendo à descrição da(s) realidade(s) a partir da soma dos seus constituintes. Desafiam-se, *agora*, os/as investigadores/as, não só a contribuir para uma visão compreensiva do fenómeno, mas, também, para a definição e implementação de políticas e práticas que concorram para a sua resolução (Cabrera, Rubio & Blasco, 2008; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Wolf, 2011; Lúcio, *et al.*, 2011a, 2011b; Parsell & Parsell, 2012). No seio de uma pluralidade vasta de possibilidades, exploram-se questões como os papéis das ONG e dos serviços públicos na disponibilização de medidas para o seu combate, os modelos (não) defendidos e as prioridades de financiamento estabelecidas.

Neste quadro, conquista, e de forma inaugural, real destaque a auscultação (*e.g.*, perspectivas, necessidades, interesses, medos) daqueles/as que experienciam a situação de sem-abrigo, neste cenário tidos/as como agentes ativos/as e críticos/as, e não como meras vítimas, passivas, de uma circunstância perante a qual não possuem qualquer controlo (Whitback & Simons, 1993; Daly, 1996; May, 2000; van Doorn, 2000, 2010; Sousa & Almeida, 2001; Hopper, 2003; Cardona, 2004; Cardinale, 2004; Fitzpatrick, 2005; Cone, 2006; Biswas-Diener & Diener, 2006; Marr, DeVerteuil, & Snow, 2009; McNaughton, 2010). Como veremos mais adiante (*cf.* capítulo 4, ponto 4.1.3), o exame das especificidade que ações e escolhas assumem, quando ocorrem em conjunturas de elevada privação (nas quais se inclui a problemática central deste trabalho), passa a constituir uma preocupação recorrente dos/as investigadores/as contemporâneos/as (*e.g.*, Safran, 2006; Allison, 2007; Kidd & Davidson, 2007; McNaughton, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Schneider, Gruman, & Coutts, 2012). Assim sendo, importa conhecer, em

diferentes fases das trajetórias, quais são as preocupações e problemas dominantes, que interpretações são atribuídas aos acontecimentos e às próprias circunstâncias em que a pessoa se encontra(va/rá), assim como os elementos que, segundo diferentes atores (*e.g.*, os/as próprios/as, profissionais, voluntários/as, responsáveis políticos/as), sustentam a (não) mobilização de determinadas estratégias de sobrevivência e gestão do quotidiano, a (não) preparação para a saída, assim como as repercussões destas (não) decisões e comportamentos (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007; McNaughton, 2008, 2010; Fernee, Oldersma & Poppig, 2010).

Adverte-se, por fim, para a imprescindibilidade de investir no conhecimento das configurações não visíveis (“hidden homelessness”), integrando-as no complexo processo que esta problemática enforma (Harter *et al.*, 2005; Eberle, Kraus, & Serge, 2009; Garland, Richards, & Cooney, 2010; Nooe & Patterson, 2010; Crawley *et al.*, 2013). Da conjugação destes empreendimentos resultariam propostas sustentadas empiricamente, respeitadoras das necessidades e características de pessoas e famílias a que se reportam e, como tal, se confirmariam como mais-valias efetivas na prossecução do objetivo de melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar (Cloke, May, & Johnsen, 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Blower, Donald, & Upadhyay, 2012; National Center on Family Homelessness, 2012). Ao invés de uma resposta formatada prevê-se, neste enquadramento, a definição de opções flexíveis e sustentadas que, embora partilhem a componente de suporte ao alojamento, se diferenciam muito em termos das medidas adicionais implementadas (Anderson *et al.*, 2006; Busch-Geertsema, 2007; McNaughton, 2008, 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010).

Among researchers and policymakers, the overall direction for homelessness policy – expanding access to stable and affordable housing, with appropriate supports – seems now to be a consensus opinion. Beyond that, the details necessary for a coherent pan-European homelessness strategy will require substantial new knowledge development (Culhane & Byrne, 2010, p. 9).

Apesar de este consenso ter ganho gradual apoio, na comunidade científica, ao longo das últimas duas décadas, e dele ter emergido interessante acordo quanto às prioridades de investigação neste domínio, a sua sustentação alicerça-se na sua dimensão ideológica, sendo, ainda, frágil o suporte empírico em que se ancora (Pleace, 2000; Stephens & Fitzpatrick, 2007; Barbour *et al.*, 2008; McNaughton, 2008, 2010;

Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Stephens, *et al.*, 2010). Em consequência, muitas das hipóteses recentes sobre a natureza das causas da situação de sem-abrigo mantêm o seu cariz provisional. Por outro lado, esta precariedade teve, e tem, também, repercussões no âmbito do estabelecimento de políticas e da estruturação de estratégias de intervenção.

Desbravadas eventuais novas rotas, a sua navegação efetiva ainda se encontra, para muitas nações, em fase de preparação. Neste contexto, esboçam-se opções mais arrojadas de investigação, que partilham em comum as preocupações de atender ao conhecimento já acumulado e de traçar percursos consentâneos com as premissas de uma compreensão mais rica desta problemática. Navegam-se, portanto, mares mais tempestuosos e profundos, agora com recurso a cartas elaboradas por aqueles/as que melhor os/as conhecem, os homens e mulheres que se encontra(ra)m em situação de sem-abrigo. Note-se, porém, que este esforço coexiste com as visões tradicionais, dominantes até à entrada do milénio e que, pela sua vasta disseminação no panorama (inter)nacional, são ainda as que possuem maior expressão neste domínio. Em consequência, pesem as investidas no traçado de percursos de evolução na pesquisa e intervenção mantém-se preocupante o risco de que este impulso não atinja a maturidade que os/as seus/as defensores/as preconizam como essencial para a implementação de um novo paradigma.

2.1.1 NOVAS ROTAS OU “A BALADA DO VELHO MARINHEIRO”⁷³: DOS ESQUISSOS À QUIMERA DA CARTOGRAFIA DA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

(...) lá ainda tínhamos a desculpa da abjecção dos de fora, agora não, agora somos todos iguais perante o mal e o bem, por favor, não me perguntem o que é o bem e o que é o mal, sabíamos-lo de cada vez que tivemos de agir no tempo em que a cegueira era uma excepção, o certo e o errado são apenas modos diferentes de entender a nossa relação com os outros, não a que temos com nós próprios, nessa não há que fiar (...)

Ninguém fez perguntas, o médico só disse, Se eu voltar a ter olhos, olharei verdadeiramente os olhos dos outros, como se estivesse a ver-lhes a alma, A alma, perguntou o velho da venda preta, Ou o espírito, o nome pouco importa, foi então que, surpreendentemente, se tivermos em conta que se trata de pessoa que não passou por estudos adiantados, a rapariga dos óculos escuros disse, Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos.

José Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*, 1995, p. 261

O traçado de novas rotas na situação de sem-abrigo tem vindo a materializar-se com base na premissa chave de que estamos perante um processo diferenciado, composto pela combinação de um agregado de trajetórias múltiplas de entrada, permanência e saída (Pleace, 2000; Zufferey & Kerr, 2004; Didenko & Pankratz, 2007; Moore, 2007; Barbour *et al.*, 2008; McNaughton, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Pleace, 2013; Robaina, 2013). A pluralidade inerente a esta problemática, coextensiva à população que a vivencia, é uma das suas características distintivas predominantes, a qual traz consigo desafios numerosos, não apenas ao seu estudo (*e.g.*, estimação da sua prevalência, seleção da amostra), mas também, às políticas e ações que se propõem como mais eficazes e eficientes [*e.g.*, prioridades estabelecidas, papéis dos diversos agentes

⁷³ Título traduzido do Poema *The rime of the ancient mariner*, da autoria de Samuel Taylor Coleridge, que integra a obra *Lyrical Ballads*, cuja primeira edição data de 1798. Considerado o poema inaugural do romantismo inglês, nele se expõe de forma alegórica a queda e redenção dos Homens, a partir da história trágica de um velho marinheiro (passível de consulta em <http://www.bartleby.com/101/549.html>).

envolvidos (Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Mairos Ferreira & Redruello, 2011; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Pleace, 2013; Pleace *et al.*, 2013)].

Desta elevada heterogeneidade já todos/as sabemos, seja pela sua recorrente constatação nos órgãos de comunicação social, pelos alertas lançados pelos organismos que desenvolvem trabalho neste âmbito, pela própria observação do/a leitor/a (*e.g.*, das características distintivas de diferentes grupos que pernoitam nos centros das localidades ou que solicitam apoio alimentar em Cantinas Sociais), pelo denso volume de trabalhos publicados, de entre outras vias de conhecimento. Todavia, esta aparente facilidade da sua constatação contrasta, de forma direta, com dificuldades, sentidas por todo o Hemisfério Norte, na estimação da sua prevalência e da aferição das suas particularidades. Pela abrangência e intensidade destas, a sua elencação exaustiva tem sido apresentada como uma impossibilidade prática, embora, como indicámos, exista um interessante grau de consensualização quanto às dimensões chave que o enformam (Anderson *et al.*, 2006; Barbour, *et al.*, 2008; Cabrera, Rubio & Blasco, 2008; Belgian Presidency of the Council of the European Union, 2010; Busch-Geertsema, 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Culhane & Burne, 2010; Daly, 2013). Por este motivo, advoga-se, que se tenha particular cuidado com determinados aspetos aquando da planificação e desenvolvimento dos projetos, dadas as potenciais consequências negativas da sua não consideração (Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Culhane & Byrne, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Chamberlain & Johnson, 2013; Sharama & Hulsea, 2014). Deles releva a clarificação e fundamentação da definição de situação de sem-abrigo a que se recorre(u), uma vez que, sem esta informação, as eventuais descobertas ficam necessariamente circunscritas ao universo da pesquisa em causa, tornando inviáveis quaisquer transposições, para outros grupos, das reflexões tecidas bem como a generalização da sua aplicação, ou a sua consideração no contexto da revisão de modelos estratégicos de ação.

How homelessness should be defined is a fundamental and persistent problem. Relatively little progress has been made toward achieving international agreement in the twenty years since Greve and Currie (1990, p. 28) wrote: "what constitutes 'homelessness' and how many people are homeless is a debate which has been running for thirty years or more". A robust definition of homelessness is a necessary basis for the production of meaningful statistics on the size and characteristics of homeless populations, which are of critical importance for informed policy-making (Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011, p. 20).

Solicita-se, por estas razões, que ao proceder à operacionalização deste constructo, articulando-o com outras propostas existentes na literatura, o/a investigador/a introduza clareza ao seu trabalho, possibilitando, por esta via, o conhecimento do processo de identificação de que partiu e, também, os critérios que sustentam a proposta de classificação que mobiliza (Edgar *et al.*, 2007; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Sahlin, 2012; Pleace & Bretherton, 2013). Este cuidado permitir-lhe-á, em aditamento, introduzir um ingrediente de qualificação complementar do seu projeto, ao assegurar a possibilidade de comparação com os resultados de outros estudos realizados e a estimação do(s) impacto(s) das suas descobertas para a prática [*e.g.*, afetação de rubricas no sector da gestão de orçamentos públicos para a população sem-abrigo, na definição dos indicadores de monitorização de programas (Edgar, 2009, 2012; Culhane & Byrne, 2010; Amore, *et al.*, 2011; Roman, 2012; Illsley, 2013)].

Este esforço de clarificação não se esgota, porém, nestes âmbitos. Ele integra, para os/as defensores/as desta ortodoxia, o patamar inicial de uma tarefa que se pretende mais ambiciosa. Considera-se urgente a consensualização de uma definição abrangente, a qual traga coerência a este domínio (orientando a produção científica e, também, as políticas e práticas implementadas), possibilitando, em simultâneo, a estimação da sua prevalência em diferentes territórios (Pleace, 2000; 2010; O'Connell, 2003; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2008b, 2009, 2010b, 2010c, 2010d, 2010e; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Parsell, Jones & Head, 2012; Karabanow & Naylor, 2013). Este recurso constituiria, também, uma mais-valia na compreensão das diferentes configurações que a situação de sem-abrigo pode assumir, abarcando circunstâncias de maior estabilidade e os períodos de transição (emergência e saída; entre diversas manifestações de ausência de domicílio fixo), sejam estes expectáveis (*e.g.*, transição de sem-teto para sem-casa) ou não (*e.g.*, morte de conjugue, limitação física decorrente de acidente).

A sistematização de uma proposta comum, de matriz compreensiva, teria, adicionalmente, a vantagem de aglutinar os principais constituintes da generalidade das definições coexistentes na literatura, integrando, num dos seus extremos, manifestações tão limitadoras como a situação de sem-abrigo de rua (também designada sem-teto) e a pernoita em estruturas não adequadas para habitação humana (*e.g.*, estábulos, garagens,

fábricas abandonadas) e, no outro, circunstâncias várias de privação habitacional que constituem, em si mesmas, risco da perda eminente do imóvel (*e.g.*, notificação de despejo). Ao seu âmbito pertenceriam, ainda, as estadias em contexto de alojamento apoiado, seja em Centros de Acolhimento de emergência, Centros de Acolhimento de média duração, Apartamentos partilhados, ou outras modalidades existentes num dado território (Busch-Geertsema, 2010; Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011).

Permitiria, também, o abandono de critérios menos robustos, como o de “passagem do tempo” ou de “manutenção”, a partir dos quais se haviam definido as categorias de sem-abrigo *pela primeira vez* (que, como a designação evidencia, integra as pessoas que reportam não ter experienciado, antes, ausência de alojamento condigno), *episódico* (respeitante à experiência alternada de alojamento e da sua ausência, com períodos curtos sem-teto e/ou sem-casa), *de transição* (incorpora uma experiência da situação de sem-abrigo limitada no tempo, da qual a pessoa sai sem que ocorra repetição), ou *crónico* [categoria que inclui os/as utilizadores/as, a longo prazo (usualmente a partir do ponto de corte de 2 anos), de serviços de alojamento apoiado e/ou aqueles/as que se encontram em situação de sem-teto]⁷⁴, de entre outras designações similares, que constam da literatura da especialidade (*e.g.*, Kuhn & Culhane, 1998; Barrow *et al.*, 1999; Goering *et al.*, 2002; Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs, 2007; Culhane *et al.*, 2007; Culhane & Metraux, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; McAllister, Kuang & Lennon, 2010; Levitt *et al.*, 2013).

Não se trata, portanto, de apenas ter em apreciação a privação de domicílio fixo e o tempo subsequente de estadia em estruturas e espaços não condignos para

⁷⁴ Coexistem na literatura várias propostas de sistematização da situação de sem-abrigo que, embora com similitudes evidentes, se estruturam a partir de critérios próprios. Veja-se, em registo ilustrativo, a categorização utilizada na Nova Zelândia, em que se consideram três referentes chave [crónico (respeitante a pessoas que habitam na periferia e que se encontram em situação de sem-abrigo por longos períodos de tempo), cíclico (concernente à perda de habitação em períodos específicos da trajetória de vida) e temporário (integra as ocorrências em que a situação de sem-abrigo sucede por período curto de tempo)] ou a proposta de Culhane e Metraux (2008) que, a partir de dados administrativos dos serviços Norte-Americanos que trabalham com pessoas em situação de sem-abrigo, apresenta três grupos [crónico (inclui as pessoas em situação de sem-abrigo que usufruem dos serviços durante períodos de tempo longos), episódico (abrange indivíduos que experienciam a situação de sem-abrigo de forma pontual, em vários momentos no tempo) e transicional (integra pessoas em situação de sem-abrigo por períodos curtos de tempo, durante a transição entre diferentes situações quanto ao alojamento)].

habitação humana. Neste enquadramento, a situação de sem-abrigo é estudada enquanto processo, que aglutina configurações muito díspares, as quais podem manifestar-se de forma episódica, temporária ou permanente, e ser experienciadas por uma pessoa ou várias pessoas de um mesmo agregado (Belgian Presidency of the Council of the European Union, 2010; Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011; Shinn & Greer, 2011). Pretende-se, assim, que os/as investigadores/as não excluam, das suas pesquisas, os grupos com menor representatividade e/ou de mais difícil acesso (*e.g.*, Laere & Withers, 2008; Altena, Brilleslijper-Kater, & Wolf, 2010; Silva, *et al.*, 2010; McCay *et al.*, 2011; Barker *et al.*, 2012; Gusmão, *et al.*, 2012; Kellog & Horn, 2012), assim como os cerca de 80% de pessoas que se encontra na categoria tradicional de sem-abrigo *em transição* (*cf.*, Culhane & Metraux, 2008), abordando, para além das questões respeitantes à entrada e continuidade, as estratégias e recursos que conduzirem a saídas sucedidas (Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Parsell, Jones, & Head, 2012; Karabanow & Naylor, 2013; Fisher, *et al.*, 2014). Note-se, contudo, que a intenção não é a de homogeneização destas matérias, perigo que poderia advir do emprego de uma só proposta (e da concorrente exclusão de outros referentes teóricos). O objetivo é, pelo contrário, que se construam pontes profícuas de articulação entre construtos, cuja *leitura* possa ocorrer a partir de uma aceção englobante. A abrangência que incorporaria associada a elevado grau de operacionalização que detém, granjear-lhe-iam, precisamente, o lugar de âmago, a partir do qual as restantes seriam examinadas.

Com o propósito de dar resposta a este repto, o Observatório Europeu sobre a situação de sem-abrigo e a Federação Europeia de Associações Nacionais que Trabalham com os/as Sem-abrigo (FEANTSA) desenvolveram, em 2007, uma tipologia em que o *continuum* de manifestações é agregado em quatro categorias principais (sem-teto, sem casa, habitação insegura e habitação inadequada) que surgem, de acordo com os/as seus/as defensores/as, operacionalizadas de forma exclusiva e não ambígua. Para além de constituir uma das poucas propostas de definição que possui suporte conceptual, existe já um conjunto interessante de investigações desenvolvidas a partir dela (Edgar *et al.*, 2007; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2008b; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Culhane & Byrne, 2010;), tendo sido adotada, em todo ou parte, por muitos dos estados europeus, incluindo o português, como linha

orientadora de políticas e práticas (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009)⁷⁵.

A tipologia atual resulta da revisão do modelo proposto em 2003 (Edgar *et al.*, 2003) sendo utilizada, neste trabalho, a última revisão disponível, à data do início da recolha de dados (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007). Focalizada nas condições de alojamento, a ETHOS (European Typology on Homelessness and Housing Exclusion) agrega, a partir de três domínios, manifestações que violam o pressuposto da existência de uma *situação habitacional adequada, i.e.*, de um lar (“a home”). A permanência num imóvel adequado às necessidades daquele(s)/a(s) que nele vivem constitui o domínio físico, compondo, por sua vez, o domínio social as dimensões de manutenção da privacidade e de relacionamentos, e o domínio legal a sua posse, em exclusivo, num registo seguro e conforme com a legislação em vigor (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007; Edgar, 2009; Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011). Da sua combinação resultam três grupos distintos, a saber: (i) pessoas e agregados em situação de sem-abrigo (experienciam privação em todos os domínios ou na combinação dos domínios social-legal); (ii) pessoas e agregados que experienciam exclusão habitacional (vivenciam privação num dos domínios ou na combinação dos domínios físico-legal ou físico-social), (iii) população alojada de forma apropriada⁷⁶.

Conforme se ilustra no Quadro 1, as diferentes combinatórias de privação (referentes aos grupos 1 e 2) agrupam-se em sete domínios teóricos (*cf.*, categoria operacional), que se diferenciam segundo os três referentes principais já indicados. Neste modelo, define-se “a living situation as homeless if security of tenure and private and safe personal space are lacking, or if these two aspects plus physical adequacy are lacking” (Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011, p. 28). Não surpreende, portanto, que para a dimensão domínio físico se aluda, num primeiro momento, à (in)existência de um espaço para viver e, para as circunstâncias em que há um teto, se atenda, em

⁷⁵ Esta mesma proposta foi sugerida, por um Comité de Peritos independentes, como a definição oficial a adoptar em contexto Europeu (*cf.*, Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010b).

⁷⁶ Este terceiro grupo inclui, como a sua designação assim o denuncia, pessoas e agregados que não experienciam problemas/dificuldades no âmbito do alojamento, razão pela qual, este não foi integrado na tipologia ETHOS.

seguida, aos elementos (in)segurança e (in)adequação (e.g., na categoria operacional 5, o regime de ocupação é considerado seguro, mas o alojamento não é considerado apto para habitação humana).

Categoria concetual		Categoria operacional	Domínio físico	Domínio legal	Domínio social
Situação de sem-abrigo	1	Sem-teto	Sem edifício (teto)	Inexistência de título legal de um espaço, de posse exclusiva	Inexistência de espaço pessoal privado e seguro, para relacionamento social
	2	Sem-casa	Posse de espaço para viver, adequado para habitação	Inexistência de título legal de um espaço, de posse exclusiva	Inexistência de espaço pessoal privado e seguro, para relacionamento social
Exclusão habitacional	3	Habitação insegura e inadequada	Existência de espaço para viver (não seguro, inadequado para habitação)	Sem a segurança no regime de ocupação	Existência de espaço para relacionamento social
	4	Habitação inadequada e isolamento social no âmbito de alojamento ocupado de forma legal	Edifício inadequado (não conforme para habitação)	Posse de título legal e/ou segurança no regime de ocupação	Inexistência de espaço pessoal privado e seguro, para relacionamento social
	5	Habitação inadequada (posse segura)	Edifício inadequado (não conforme para habitação)	Posse de título legal e/ou segurança no regime de ocupação	Existência de espaço para relacionamento social
	6	Alojamento inseguro (habitação adequada)	Existência de espaço para viver	Sem segurança no regime de ocupação	Existência de espaço para relacionamento social
	7	Isolamento social em contexto seguro e adequado	Existência de espaço para viver	Posse de título legal e/ou segurança no regime de ocupação	Inexistência de espaço pessoal privado e seguro, para relacionamento social

Quadro 1 – Domínios teóricos da situação de sem-abrigo e exclusão habitacional (adaptado de Edgar, 2009)

Por sua vez, no domínio legal parte-se da averiguação da (não) detenção de título legal que possibilite posse exclusiva do imóvel, estabelecendo-se, como indicador supletivo, a (in)segurança no regime de ocupação. Por fim, o domínio social circunscreve-se ao exame, num mesmo critério, da (não) privacidade e (in)segurança no que respeita ao estabelecimento de relacionamentos sociais.

Com o propósito de refletir diferentes trajetórias de entrada, permanência e saída da situação de sem-abrigo, a ETHOS (European Typology on Homeless and Housing Exclusion; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007) oferece, num registo inteligível ao/à cidadão/ã comum, o sumário das principais vulnerabilidades que conformam cada um dos domínios em análise, sendo a sua apresentação estruturada segundo um conjunto diverso de critérios, dos quais resulta a estimação da categoria operacional em que a pessoa/agregado se encontra, em dado período de tempo. A sua arquitetura organiza-se a partir de quatro categorias principais (sem-teto, sem casa, habitação insegura e habitação inadequada)⁷⁷ que, por sua vez, se dividem em treze categorias operacionais e 24 indicadores da situação quanto à habitação (*cf.*, Quadro 2). Dada a simplicidade deste esquema, não procederemos à sua descrição exaustiva. No global, as situações de vida consideradas são elucidativas da categoria operacional a que pertencem e, com igual facilidade, são passíveis de intuitiva ligação com a categoria conceptual a que pertencem.

Assim, não suscitará interrogação a constatação de que todas as pernoitas em espaço público ou aberto (*i.e.*, de utilização não restrita) se aglutinem sob a designação de sem-teto, dado que é, precisamente, a ausência deste que as distingue das restantes circunstâncias. O mesmo diremos, em registo de exemplo, sobre a categoria sem-casa, que incorpora em si as modalidades de alojamento apoiado, de média e longa duração.

⁷⁷ Acresce ao referido que as categorias de sem-teto e sem-casa definem, de acordo com Amore, Baker e Howden-Chapman (2011), a situação de sem-abrigo, enquanto as restantes compõem a exclusão habitacional.

Categoria	Subcategoria		Situação quanto à habitação	
Sem-teto	1	Pessoas que pernoitam na rua (“living rough”)	1.1	Espaço público ou espaço externo
	2	Pessoas em alojamento de emergência	2.1	Abrigo de emergência, sem apoio durante o dia
Sem-casa	3	Pessoas em alojamento para sem-abrigo	3.1	<i>Hostels</i> para sem-abrigo
			3.2	Alojamento temporário
			3.3	Alojamento apoiado de transição
	4	Pessoas em centros de alojamento para mulheres	4.1	Centros de acolhimento para mulheres
	5	Centros de alojamento para imigrantes	5.1	Alojamento temporário, Centros de receção
			5.2	Alojamento para trabalhadores migrantes
	6	Prevista libertação/alta de instituições	6.1	Instituições penais
			6.2	Instituições de saúde
			6.3	Instituições para crianças ou Centros de acolhimento
	7	Pessoas em alojamento apoiado a longo prazo (devido à situação de sem-abrigo)	7.1	Cuidado residencial para pessoas idosas em situação de sem-abrigo
7.2			Alojamento apoiado para pessoas anteriormente em situação de sem-abrigo	
Habitação insegura	8	Pessoas que vivem em alojamento inseguro	8.1	Temporariamente com família ou amigos/as
			8.2	Sem (sub)arrendamento legal
			8.3	Ocupação ilegal de terreno/espço
	9	Pessoas que vivem sob ameaça de despejo	9.1	Ordem de despejo emitida (arrendamento)
			9.2	Reapropriação de posse (própria)
	10	Pessoas que vivem sob a ameaça de violência	10.1	Incidentes registados pela polícia
Habitação inadequada	11	Pessoas a viver em estruturas temporárias, não convencionais	11.1	Casa móvel, caravana
			11.2	Edifício não-convencional
			11.3	Estrutura temporária
	12	Pessoas a viver em habitação que não cumpre a legislação em vigor	12.1	Ocupação de habitação imprópria para alojamento humano
	13	Pessoas a viver em extremo sobrelojamento	13.1	Ultrapassa a norma nacional de sobrelojamento

Quadro 2 – Explicitação das categorias e subcategorias que integram a ETHOS (adaptado de Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri, 2007)

Note-se, contudo, que o/a leitor/a deve estar alerta para três particularidades, na leitura desta tipologia, sob pena de incorrer numa categorização errónea de algumas situações. Ao contrário das outras modalidades de Centro de Acolhimento, os Centros de Emergência surgem na ETHOS integrados na categoria concetual sem-teto. Para esta diferenciação concorre o fato destes Centros não prestarem apoio de continuidade, ou seja, a sua ação se circunscrever à disponibilização de alojamento (e, por vezes, alguns serviços de higienização e/ou alimentação) por um período de tempo muito curto (na maior parte das vezes limitado a uma noite), sem intenção de potenciar o vínculo da pessoa à entidade ou de desenvolver iniciativas que visam a reinserção (Boes & van Wormer, 1997; Busch-Geertsema & Sahlin, 2007; Connecticut Coalition to End Homelessness, 2009; VITAE, 2013).

Por sua vez, o alojamento em estruturas móveis (*e.g.*, caravanas) ou edifícios não convencionais, assim como a pernoita em espaços abandonados, construídos, ou não, com o intuito de albergar humanos (*e.g.*, fábricas abandonadas, no interior de pilares de pontes) são incorporados na categoria habitação inadequada, sob as categorias operacionais 11 (*Pessoas a viver em estruturas temporárias, não convencionais*) e 12 (*Pessoas a viver em habitação que não cumpre a legislação em vigor*). Destaca-se, ainda, que, a ocupação de uma casa não habitada, mas adequada para alojamento humano, deve ser integrada na categoria habitação insegura, sob a categoria operacional 8 (*Pessoas que vivem em alojamento inseguro*), sempre que a estrutura em questão se encontre, apenas, desabitada por algum tempo (*e.g.*, residências de férias, habitação de agregado que se encontra migrado) e não abandonada/degradada.

Embora se traduza num avanço concetual importante em relação a outras definições existentes, a ETHOS não se encontra, todavia, isenta de vulnerabilidades (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Culhane & Byrne, 2010; Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011; Edgar, 2012; Pleace & Bretherton, 2013). A primeira reside na utilização, em simultâneo, do conceito situação de sem-abrigo para se referir ao conjunto de circunstâncias de alojamento que não correspondem aos critérios de habitação condigna [ou seja, integrando sob esta designação todas as categorias principais e operacionais da ETHOS (concetualização abrangente)] e, numa versão restrita, para sinalizar as duas categorias que reportam privação mais severa (sem-teto e sem casa), distinguindo-as

das que conformam a exclusão habitacional (habitação insegura e habitação inadequada). Esta dupla valência do conceito contrasta, de forma evidente, com as diretrizes que são apresentadas em relação à imprescindibilidade da clarificação das definições utilizadas e operacionalização dos elementos que as sustentam (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007; Edgar *et al.*, 2007; Edgar, 2009; Sahlin, 2012; Pleace & Bretherton, 2013), contribuindo para a manutenção de alguma ambiguidade num domínio em que se espera análise rigorosa dos seus referentes teóricos, analíticos e de ação. Assim, e uma vez que na ausência de qualificadores adicionais, o/a leitor/a pode ver-se confrontado/a com dúvidas quanto às circunstâncias de vida que, num determinado documento ou trabalho científico, (não) foram estudadas, sugere-se que o recurso à ETHOS implique a explicitação clara da abrangência ou circunscrição do conceito de que se parte⁷⁸.

Amore, Baker e Howden-Chapman (2011) sinalizam, em acréscimo, duas fragilidades no âmbito da validade deste modelo, sendo a primeira concernente à ausência de um racional preciso que suporte a separação entre situação de sem-abrigo e exclusão habitacional, e a segunda à não consideração dos motivadores que concorrem para que a pessoa se encontre num registo, que é tido como inadequado para uso permanente. Para estes autores, embora os três domínios (legal, social e físico) sejam descritores satisfatórios dos elementos estruturantes de alojamento adequado e a sua fundamentação numa abordagem de Direitos Humanos seja evidente, a decisão de que a situação de sem-abrigo (concretização restrita) se forme pela conjugação dos domínios legal e social, sendo as outras combinatórias relegadas para a exclusão habitacional, surge sem a necessária fundamentação substantiva⁷⁹. Discordam, assim, da

⁷⁸ Como já tivemos oportunidade de referir, nesta investigação a situação de sem-abrigo surge caracterizada a partir de toda a sua abrangência, incluindo-se na amostra teórica pessoas que, à data, da entrevista e/ou observação em contexto de Giro de rua, se encontravam numa das quatro categorias que a ETHOS comporta (sem-teto, sem-casa, habitação insegura e habitação inadequada).

⁷⁹ Ilustram esta posição com vários exemplos, dos quais apresentamos um, para efeito de exemplificação do argumento apresentado. Para Amore e colaboradores (2011), não existe justificação plausível, uma vez que na rubrica habitação insegura e inadequada (*cf.*, Quadro 1) se verificam limitações no domínio físico (inadequação) e legal (não existe posse exclusiva nem segurança na ocupação ou título legal), para a sua não inclusão na situação de sem-abrigo. Esta divisão, que consideram arbitrária, traduz-se, por exemplo, na integração de uma pessoa que pernoita em Centro de Acolhimento de Emergência no âmbito situação de sem-abrigo (tida como a representativa de maior severidade e privação), enquanto os seus pares, que pernoitam em abrigos improvisados em terreno público, são incluídos na categoria exclusão habitacional.

posição de Culhane e Byrne (2010, p. 9), para quem a ETHOS corporiza “a thoroughly well conceptualized definition of homelessness and residential instability”.

A segunda destas críticas prende-se com a utilização de indicadores, no âmbito da apresentação da ETHOS, que não surgem definidos no contexto de apresentação do modelo teórico de que parte. No seu conjunto, sublinham as insuficiências de operacionalização dos critérios de “ausência de habitação” ou “inexistência de outra morada”, que suportam a distinção entre a situação de sem-abrigo e circunstâncias de alojamento que não cumprem os requisitos mínimos de habitabilidade. O mesmo ocorre para a expressão *targeting*, que, na tipologia, respeita às instituições que albergam pessoas sem-abrigo e migrantes (categorias sem-teto e sem-casa) excluindo, sem explicitação dos motivos, outras modalidades/estruturas de alojamento coletivo (*e.g.*, jovens que habitam em *hostels*).

Se bem que não constituam ameaças graves à utilização da ETHOS, estas limitações merecem reflexão por parte da comunidade científica. De facto, a validade da tipologia sofreria um incremento importante se o suporte das conexões fosse elucidado e as categorias operacionais fossem objeto de clarificação adicional, desafio que ainda não foi solucionado à data da concretização deste trabalho. Espera-se que todos os referentes, tidos como nucleares para a definição de determinado conceito, sejam explicitados em detalhe, de forma a permitir a sua análise (*e.g.*, por parte de outros/as cientistas ou agentes com responsabilidades nesta matéria), e evitar potenciais enviesamentos na interpretação e, destes, aplicações inconsistentes (na avaliação de situações e no contexto de estudos comparados). Possibilitar-se-ia, através destes procedimentos, a concretização sucedida de duas preocupações, subjacentes à criação da ETHOS – a standardização e a comparabilidade. Relembre-se, neste ponto em concreto, que um dos propósitos da sua geração foi o de disponibilizar

the information necessary to improve the provision of services to prevent and alleviate homelessness. The information collected on homeless people should be adequate to inform national and local governments who, in the framework of the EU Strategy to Combat Poverty, should be developing strategies to: (i) prevent homelessness; (ii) tackle the causes of homelessness; (iii) reduce the level of homelessness; (iii) reduce the negative effects on homeless people and their families (Pleace & Bretherton, 2013, pp. 16-17).

Destacam-se, por fim, duas interrogações adicionais. Enquanto sistema de classificação seria expectável que a ETHOS incorporasse categorias exaustivas e exclusivas. Em relação à exclusividade, os/as investigadores/as não expõem fragilidades de maior, não podendo, todavia, dizer-se o mesmo sobre o outro elemento em apreciação (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011; Sahlin, 2012; Pleace & Bretherton, 2013). Não se prevê, por exemplo, categoria operacional para situações de *vida coletiva* (não institucionais), onde, num mesmo edifício ou espaço, coabitem vários agregados, ou para situações em que a(s) pessoa(s) habita(m), de forma regulamentar, em parques de campismo. Note-se, contudo, que o número de situações não previstas é reduzido, não sendo reportado, pela vasta maioria dos/as investigadores/as que recorreu à ETHOS, dificuldades de relevo na sistematização das configurações que constituem a sua amostra (*e.g.*, Echenberg & Jensen, 2008; Meda, 2010; Canavan *et al.*, 2012; Baroni, 2013; Wagner *et al.*, 2014).

Por último, e ao contrário de outras propostas, esta tipologia utiliza diferentes referentes para diferenciar as principais categorias. Assim, se para a maioria das categorias se parte da existência de constrangimentos num ou vários dos três domínios considerados para a contabilização de uma determinada circunstância como pertencente à situação de sem-abrigo, noutras, os indicadores prendem-se com o risco de vir a perder o imóvel (*e.g.*, recebimento de ordem de despejo) ou, em alternativa, com a integração em modalidades de alojamento apoiado de longa duração (*e.g.*, lares para pessoas anteriormente em situação de sem-teto). Edgar e colaboradores (2007) justificam a assimilação destas situações na ETHOS por motivos de ordem prática, ou seja, porque a sua contabilização é importante para o estabelecimento de políticas e o desenvolvimento de modalidades reguladas de intervenção. Ainda que este argumento nos pareça válido, a separação destas últimas situações das restantes é essencial, sob pena de se baralharem, sob uma mesma designação, experiências que constituem eventual risco, apoio disponibilizado a pessoas que já estiveram em situação de sem-abrigo, e as circunstâncias que conformam a sua vivência.

Para solucionar as críticas expostas, Amare e colaboradores (2011, p. 19) publicaram quatro recomendações que, a seu ver, permitiriam o robustecimento da ETHOS e, em estreita interligação, potenciariam a sua comparabilidade, a saber: (i) o racional de que se parte para a distinção entre sem-abrigo e exclusão habitacional deve

ser clarificado; (ii) a definição do construto (sem-abrigo) deve incluir os critérios necessários para identificar todos/as aqueles/as que fazem parte da população; (iii) a classificação deve refletir uma aplicação consistente e exaustiva do modelo conceitual, em relação a um período de referência consistente; (iv) deve acoplar-se à tipologia atual uma outra, subordinada à operacionalização da categoria “em risco de experienciar a situação de sem-abrigo” e das suas categorias, em detrimento de optar pela sua integração na ETHOS. Com base nas propostas anteriores, sugeriram ainda, algumas adaptações que, segundo esta equipa, permitiriam colmatar as lacunas exibidas. Secundados pelo princípio de que a sua operacionalização se sustenta a partir dos mesmos três domínios, estes/as investigadores/as consideram quatro categorias gerais (sem alojamento, alojamento temporário, alojamento partilhado e alojamento não habitável), tendo retirado da sua proposta as configurações que apenas um domínio é violado (que, na ETHOS, fazem parte da exclusão habitacional). Como condições para que alguém seja considerado sem-abrigo definiram duas: (i) viver num espaço não adequado para habitação, com exceção de instituições (que neste modelo são descritas como prerrogativas culturalmente reconhecidas aos padrões mínimos de habitação estabelecidos na legislação), e (ii) não possuir acesso a habitação adequada [excetuando o alojamento apoiado para pessoas em situação de sem-abrigo (*e.g.*, Albergues, Centros de Acolhimento)]. Contudo, este novo sistema de classificação não teve grande recetividade por parte da comunidade científica, sendo muito infrequentes estudos empíricos com base nele (Sahlin, 2012).

Pelos argumentos e contra-argumentos descritos nas páginas anteriores, embora reconheçamos algumas limitações ao sistema de classificação em que a ETHOS se baseia, consideramos que a sua utilização neste projeto possui mais vantagens do que inconvenientes (*e.g.*, não se circunscreve à mera contabilização do período de ausência de habitação; admite a distinção entre diferentes configurações de alojamento, possibilita comparação direta com estudos recentes neste domínio, permite fácil articulação com a dimensão política e prática, seja a nível nacional ou internacional), razão pela qual a mobilizámos para efeitos de constituição da amostra teórica. Este instrumento possui, como vimos, o potencial de permitir a sistematização da vasta maioria de configurações da situação de sem-abrigo, assumindo-se como um guia

orientador para efeitos de investigação e de intervenção (Busch-Gertseema *et al.*, 2010; Edgar, 2012; Pleace & Bretherton, 2013).

ETHOS is, by some distance, the most developed typology that is available and it is influential at international level. At the very least, ETHOS is often a reference point: at most it is being advocated as an international standard. Should a shared international definition of homelessness and housing exclusion be developed, it is likely to draw heavily on ETHOS or even use the framework in its current form (Pleace & Bretherton, 2013, pp. 69-70).

A consideração dos três domínios chave facilita uma concetualização multifocada da problemática, dado que a partir dela se identificam as situações em que pessoas/agregados se encontram e, de forma acoplada, se sinalizam as dimensões em que não se cumprem os padrões mínimos exigíveis pelo enquadramento legal em vigor. Para além disso, e como já dissemos, a vasta maioria das distintas definições existentes na literatura pode ser incorporada, de forma direta, na ETHOS e, embora subsistam algumas relutâncias devido a fragilidades conceptuais (*e.g.*, Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011; Sahlin, 2012), as alternativas estão longe de ser tão satisfatórias como esta tipologia.

Embora Amore, Baker e Howden-Chapman (2011) argumentem que a ETHOS não é representativa de todas as configurações que a situação de sem-abrigo pode assumir, parece-nos relevante relembrar que estamos perante um construto (“sem-abrigo”) de elevada amplitude e substancial complexidade. Em termos globais, traduz o juízo de insuficiência de determinado imóvel/lugar para fazer face às necessidades de alojamento de seres humanos, atendendo aos padrões que se considera, em determinado contexto e num momento delimitado, como aceitáveis. Pela sua dimensão avaliativa [influenciada por ideologia(s), cultura(s), costumes e, claro, pelos padrões de vida considerados *standard*] e pela sua subordinação a tempo(s), espaço(s) e contexto(s) concretos, é expectável que existam diferenças, mais ou menos fraturantes, entre países, regiões e, até, entre localidades, no que respeita a sua operacionalização (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Roman, 2012; Illsley, 2013; Pleace & Bretherton, 2013). Saliente-se, nesta matéria, que nunca foi intenção dos seus criadores apresentar um sistema de monitorização de tal forma pormenorizado que dele derivasse a totalidade de decisões e ações estratégicas para o seu combate. Pelo contrário, a preocupação residiu na elaboração de uma tipologia simples, que fosse replicável, com facilidade, em

contextos, circunstâncias e tempos diversos, por parte de agentes com responsabilidades de governação, investigadores/as, agentes da sociedade civil e, até, pelos/as próprios/as (Edgar, 2009, 2012; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Illsley, 2013).

Em síntese, apesar da relativa recência da sua geração e do volume, ainda modesto, de trabalhos em que se procede à sua avaliação, a ETHOS possui características distintivas que lhe granjeiam um lugar de destaque entre os/as cientistas sociais que se dedicam a esta temática. Num contexto em que “countries have not yet fully aligned their definitions of homelessness and housing exclusion, and partly as a result, measuring the scope and extent of homelessness in Europe still remains a significant obstacle” (Culhane & Byrne, 2010, p. 9) e em que a riqueza das investigações desenvolvidas não se traduziu, ainda, numa plataforma consensualizada de premissas e de descobertas, o recurso a uma tipologia, de matriz multidisciplinar, e passível de utilização em realidades culturais diferenciadas, representa uma mais-valia substantiva. Não surpreenderá, por isso, o/a leitor/a, a indicação de que o número de estudos desenvolvidos com a ETHOS esteja em franco crescimento, com maior acentuação nos últimos cinco anos (Smith, 2013; Thurston *et al.*, 2013; Wagner *et al.*, 2014).

Não deve, por tudo isto, confundir-se esta tendência de incrementado recurso à tipologia em causa com uma eventual corroboração de que a *nova ortodoxia* domina o panorama científico atual. Se bem que o propósito comum de obtenção de uma visão mais abrangente e equilibrada da situação de sem-abrigo tenha recebido o reconhecimento generalizado, as ramificações empíricas desta assunção foram bem mais humildes, do que os/as seus/as defensores/as estimaram. A nível ideológico, o consenso foi rapidamente abraçado por investigadores/as dos mais vastos quadrantes, porém, a transposição desta intenção para pesquisas, em que esta complexidade é respeitada, e explorada enquanto objeto de estudo, permanece um desafio, sendo ainda recorrentes as constatações de ausência de um *corpus* robusto de dados científicos sobre esta problemática e aqueles/as que nela se encontram envolvidos/as (Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Benjaminsen, Dyb, & O'Sullivan, 2009; Altena, Brilleslijper-Kater, & Wolf, 2010; Baroni, 2013; Culhane & Byrne, 2010; Mairos Ferreira & Redruello, 2011; Canavan *et al.*, 2012; Crawley *et al.*, 2013; Cray, Miller & Durso, 2013).

Considerable difficulties remain in demonstrating empirically how the confluence of adverse structural and individual factors may ‘trigger’

homelessness and how intervening variables, from welfare regimes to housing policy to policing policy to addiction treatment policy, contribute to patterns of homelessness across the EU (Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; p. 13).

Questão que se coloca, com igual proeminência, em relação à maioria dos restantes países avançados (*e.g.*, Estados Unidos da América, Canadá). Em consequência, se para alguns destes territórios (*e.g.*, EUA) a aproximação à *nova ortodoxia* tenha vindo a traduzir-se na maior incorporação de fatores estruturais nos *designs* de investigação (*e.g.*, impacto das alterações no mercado de habitação, ausência de habitações a baixo custo), noutros ocorreu o inverso, *i.e.*, através da exploração de dimensões afetas à esfera do indivíduo (Pleace, 2000; 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Stephens *et al.*, 2010). Desta procura de interligação resultou a convicção de que a situação de sem-abrigo corporaliza um processo que não se restringe à questão habitacional, embora se distinga de outros fenómenos de privação e vulnerabilidade por uma evidência comum [não posse, temporária ou permanente, de alojamento condigno e seguro (Meiros Nogueira & Ferreira, 2007; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; National Center on Family Homelessness, 2010; Shinn, 2010; Sermons & Witte, 2011a; Byrne *et al.*, 2013)]. Consensualizou-se, em aditamento (e a partir da sua reincidência nos resultados das pesquisas), a consideração de que a sua emergência se deve, para a vasta maioria dos indivíduos e/ou famílias, aos efeitos interdependentes de uma complexa rede de fatores (estruturais, institucionais, relacionais e pessoais).

Atendendo às complexidades que este processo enferma, não constitui surpresa que a emergência da situação de sem-abrigo seja, na *nova ortodoxia*, caracterizada como resultado de uma conjugação de circunstâncias desfavoráveis (O’Flaherty, 2004; Frazer, Marlier & Nichaise, 2010), com várias etapas anteriores a perda do imóvel, que nem sempre são, na totalidade, conhecidas dos seus próprios atores (May, 2000). Todavia, ao invés do que as leituras tradicionais indiciavam, é hoje reconhecido que, esta é uma experiência circunscrita na trajetória de vida de muitas pessoas e famílias (sem-abrigo transicional), pontual na de outros/as (sem-abrigo episódico) e contínua, por longos períodos, para um segmento menos numeroso (de indivíduos em situação de sem-abrigo crónica). De forma coerente, também para as saídas, as investigações reportam múltiplas trajetórias, sendo descritos percursos sucedidos numa primeira tentativa, após várias (sem sucesso e/ou com sucesso parcial) ou, no extremo, resultantes de

agravamento muito severo do estado de saúde e/ou de longos períodos de institucionalização (Burt, 2006; McNaughton, 2008; Nicholls, 2011; Thurston *et al.*, 2013).

Neste cenário, tem vindo a ser revisitada a designação de “carreira” para aglutinar as diversíssimas experiências que integram a(s) trajetória(s) sem-abrigo. Pretende-se, com este construto, uma fuga intencional à estaticidade que caracterizou as abordagens tradicionais, em detrimento do reconhecimento (i) de que estamos perante um processo, e (ii) da agência do indivíduo na sua vivência (Chamberlain, & MacKenzie, 2006; Minnery & Greenhalgh, 2007; Chamberlain & Johnson, 2013). Não se encerra, por isso, a pesquisa na revisão dos momentos em que a pessoa usufrui de apoio, estendendo-a a manifestações escondidas e a estratégias de sobrevivência (i)lícitas mobilizadas (*e.g.*, May, 2000; Harter, *et al.*, 2005; Eberle, Kraus, & Serge, 2009; Garland, Richards, & Cooney, 2010; Nooe & Patterson, 2010; Reeve & Batty, 2011; de Decker & Segers, 2013; McLoughlin, 2013; Reeve, 2013). Confere-se, neste cenário, um lugar próprio ao estudo dos intervalos de estadia em casa de familiares e/ou amigos/as, as estadias em estábulos e outros espaços não previstos para habitação humana, entre outros alojamentos não convencionais; assim como estratégias de “arrendamento” de casas abandonadas, de partilha de favores sexuais em troca de alojamento, de mendicidade em zonas estratégicas das cidades, de limpeza de espaços em troca da possibilidade de neles pernoitar, só para nomear alguns exemplos de mecanismos, menos divulgados, de sobrevivência.

Não sendo nosso propósito proceder à revisitação de todas as variáveis que foram alvo de menção no capítulo precedente, devotamos as páginas seguintes à síntese dos *cruzamentos* que têm vindo a ser priorizados na *nova ortodoxia* (*e.g.*, de fatores estruturais, sociais, económicos, familiares, individuais), enquanto referentes chave para a compreensão da situação de sem-abrigo. Estudos recentes têm demonstrado que é muito frequente a ocorrência de uma interligação de elementos adversos já nos períodos que antecedem a sua emergência, parte dos quais se mantém, causando agravamento das circunstâncias, no decurso da sua experienciação; sendo o seu efeito visível para além da resolução dos problemas do foro habitacional (Pleace *et al.*, 2008; Brousse, 2009). Torna-se, por isso, difícil proceder à distinção do impacto diferencial deste emaranhado de fatores causais, nos indivíduos, famílias e comunidades, uma vez

que parte das suas manifestações é comum com outras formas de exclusão social (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Fraenkel, 2014). Por outro lado, também a avaliação das necessidades é contaminada por esta similitude, dado que, para muitos/as, já bem antes da perda de domicílio se haviam detetado dificuldades severas na gestão autónoma do quotidiano.

A referência mais comum, e que surge como fator causal autónomo da situação de sem-abrigo, é a de que estamos perante pronunciada privação financeira (Anderson *et al.*, 2006; Baptista, 2009; Klodawsky, 2009; Sakamoto *et al.*, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Beijer *et al.*, 2011; Russell, 2011; Anderson & Serpa, 2013; Dawson & Jackson, 2013; Nemiroff, Aubri & Klodawsky, 2014). Para a vasta generalidade de pessoas e famílias, esta decorre de um período, de duração variável, em que os proventos são limitados e, durante o qual, se esgotam eventuais recursos adicionais existentes (*e.g.*, poupanças). Neste contexto, são frequentes as alusões ao desemprego, à instabilidade/precariedade profissional, e ao desempenho de ocupações pouco qualificadas, que colocariam pessoas/famílias em situações financeiras muito frágeis. Num cenário de instabilidade (como o que verificou no período pós-crise 2008) e perante a diminuição do suporte social para segmentos da população em risco de pobreza, a ausência de fontes regulares de verbas (ou, em alternativa, a sua diminuição para valores que não permitem fazer face às despesas) representa um forte potenciador da emergência da situação de sem-abrigo (Shier, Jones & Graham, 2012)⁸⁰.

Note-se, todavia, que não é a insuficiência de rendimentos, *per se*, que causa a privação habitacional severa, mas sim a sua confluência com outras variáveis predisponentes que, ao organizar-se numa conjuntura desfavorável, minam os efeitos protetores de outros fatores em jogo (*e.g.*, vínculo comunitário forte). Quando a vulnerabilidade aumenta, a partir da confluência espaço-temporal dos efeitos de constrangimentos de ordem estrutural (*e.g.*, diminuição de ofertas de habitação a preços baixos, dificuldades no acesso a alojamento para pessoas com deficiência e/ou limitações, ausência de respostas habitacionais de custo reduzido), social (*e.g.*,

⁸⁰ Pelo contrário, as pessoas/famílias que não se encontram em circunstâncias de vulnerabilidade financeira conseguem, com uma elevada frequência, escapar a estas circunstâncias, mesmo perante crises pessoais e/ou profissionais significativas (*e.g.*, morte de companheiro/a, afastamento familiar, desemprego).

diminuição efetiva da proteção informal efetuada por familiares, em momentos de crise financeira) e/ou pessoal⁸¹ (*e.g.*, propensão para depressão), a probabilidade de ocorrer a perda do imóvel a curto prazo é exponenciada (*e.g.*, Edgar *et al.*, 2002; O’Flaherty, 2004; Mairós Nogueira & Ferreira, 2007; O’Sullivan, 2008; Busch-Geertsema & Fitzpatrick, 2008; Edgar, 2009; Mairós Ferreira & Redruello, 2011; Nunez & Adams, 2014).

Um segundo tema, que tem ganho proeminência crescente, com particular incidência no pós-crise 2008, prende-se com a apreciação do papel que os regimes de Proteção Social desempenham, enquanto variável independente, tanto em relação à proteção da vivência da situação de sem-abrigo como, por via de insuficiências várias, enquanto elemento potenciador da sua ocorrência (Malpass, 2008; Benjamin, Dyb & O’Sullivan, 2009; Stephens *et al.*, 2010). Importa, no seio desta *nova ortodoxia*, aferir o impacto de modalidades e instrumentos de regulação, previstos, nos respetivos países e, no seu âmbito, o grau de homo/heterogeneidade da sua implementação (*e.g.*, a nível regional e local). Em termos globais, tem recebido corroboração empírica a consideração de que,

welfare regimes were clearly relevant to outcomes for homeless people – the strongest mainstream protection to those at risk of homeless was offered in the social democratic/hybrid regimes we studied (Sweden and the Netherlands), and the weakest protection was to be found in the Mediterrean regime (Portugal) and even more so, in the transition regime (Hungary) [Stephens *et al.*, 2010, p. 257].

Esta questão deve, contudo, ser analisada a partir de distintos enfoques e segundo níveis de análise complementares, sob pena de se restringir a reflexão à sua dimensão mais englobante, obviando, contudo (pela sua não consideração), as diferenças visíveis entre regiões, territórios e/ou localidades. Permaneceriam, por exemplo, por escrutinar as dificuldades que determinados segmentos da população (em risco de) sem-abrigo experimentam no acesso e usufruto de apoios sociais, seja em resultado de: (i) não inclusão nos normativos legais que regulam o auxílio prestado [no país, região ou, se existir legislação específica, na localidade (*e.g.*, migrantes, pessoas com deficiência), (ii) regulamentações internas que circunscrevem a ação de

⁸¹ A literatura sinaliza algumas exceções a esta regularidade, sendo apresentados exemplos de eventos pontuais não previsíveis que constituem o *trigger* que despoletou a situação de sem-abrigo (Busch-Geertsema *et al.*, 2010).

organismos/entidades a pessoas/famílias com perfis determinados ou que, embora para uma mesma população alvo, valorizam aspetos distintos; assim como (iii) atitudes e comportamentos discriminatórios de que algumas pessoas são alvo por parte de profissionais ou outros agentes com responsabilidades nesta matéria (Busch-Geertsema *et al.*, 2010). Repercussões que não têm sido exploradas de forma consistente pelos/as cientistas sociais, mas que possuem importância elevada para a questão que temos vindo a tratar (*e.g.*, de que forma diferentes processos de operacionalização dos apoios previstos na legislação nacional concorrem para maior/menor risco da perda de habitação).

Conformam uma terceira rubrica de realce as transformações verificadas na constituição da pirâmide demográfica dos países ocidentais e, de forma interdependente, as mudanças na própria população sem-abrigo. Identificado como um fenómeno perversivo e sem precedentes na história da humanidade, cujos efeitos têm vindo a dilatar-se neste início de milénio (United Nations – Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2001, 2007; Kabisch & Haase, 2011; World Health Organization, 2011; SHARE, 2013), o envelhecimento da população é uma temática que não deve ser obviada no âmbito da procura de compreensão desta forma extrema de exclusão social. À constatação de um claro aumento da esperança de vida, devido, entre outros, a melhorias nutricionais, potenciação da qualidade de serviços de saúde prestados, criação e/ou redefinição de mecanismos de monitorização dos cuidados às populações, acresce a diminuição, em alguns países muito pronunciada, das taxas de natalidade. Identifica-se, ainda, uma progressiva similaridade dos principais riscos de saúde com que as economias avançadas se deparam [(*e.g.*, padrões nutricionais desajustados e inatividade física, consumo de substâncias, riscos ocupacionais, riscos ambientais) Muenz, 2007; United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2007; World Health Organization, 2009, 2011, 2014a, 2014b]⁸².

Para estas mutabilidades demográficas distingue-se, ainda, uma marcante mobilidade de pessoas e grupos, com particular expressividade, em parte resultante de

⁸² Enquanto a população mundial aumenta, tendo já ultrapassado os 7 biliões de humanos, a Europa confronta-se com uma diminuição proporcional dos seus membros, num declínio previsto de cerca de 3% até 2050 (dos 12% estimados na atualidade para cerca de 9% em 2050). Estima-se, ainda, que mais de um terço dos habitantes Europeus tenha, nesse momento, idade superior a 60 anos (Parliamentary Assembly, 2012b).

um investimento explícito nesse sentido, no contexto da UE⁸³ (Lindz & Stula, 2010; Bloomfield & Morehouse, 2011; European Commission, 2011; European Commission – Eurobarometer, 2012). Em rigor,

[s]ince the 1990s, migration has been the most important factor influencing the size of the population in the EU27 – much more than natural population growth. Whereas, in 2007, natural population growth in the EU27 accounted for a growth in the population of 483,538 people, net immigration led to a growth in the population of the EU27 of 2,101,579 people – that is more than four times greater than the natural population change. The Commission’s ‘Demography report 2008’ (p. 62) points out that ‘the EU has thus become a major destination for global migration flows, surpassing even the US.’ Migration from other EU27 countries as well as from third countries has resulted in a considerable number of non-nationals living in EU Member States (European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2010, p. 5).

Destas alterações advieram desafios múltiplos para governantes e sociedade civil, não apenas para a monitorização dos processos de inclusão de grupos com características muito diversas (*e.g.*, valores, práticas religiosas, crenças culturais, padrões comportamentais predominantes), em territórios com particularidades distintas muito salientes entre si, mas também em relação aos seus impactos nos mais diversos sectores (*e.g.*, emprego, saúde, proteção social) das comunidades e regiões (Penninx, Spencer, & Van Hear, 2008; Koehler *et al.*, 2010; Rechel *et al.*, 2011; Collyer *et al.*, 2012).

Não sendo nossa intenção aprofundar estes temas [ou a sua ascensão ao núcleo de preocupações prioritárias na agenda de governos e outros organismos, Europeus ou não, que intervêm neste domínio (*e.g.*, aumento das estratégias de promoção de envelhecimento ativo, incremento da oferta residencial para idosos/as, criação de políticas de apoio à natalidade; gestão das políticas de emprego e proteção social)], uma vez que não constitui o foco desta Tese, temos, porém, de chamar a atenção para o seu papel, isolado e em interinfluência, nas alterações verificadas a nível dos segmentos que se encontram em maior vulnerabilidade de experienciar a situação de sem-abrigo.

⁸³ Veja-se, a título de curiosidade, que neste Relatório é referenciado, para um total de 10,599,095 de habitantes em território nacional, uma percentagem de 3,2% (n= 339,295) de imigrantes provenientes de países externos à UE e de 0,9% (n=95,600) de membros de outros países da UE27 (European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2010). Indicadores a que deve o/a leitor/a acrescentar um número não reportado de pessoas que se encontram em circunstâncias não regulamentares (*e.g.*, imigração ilegal, imigrantes que perderam a autorização de permanência em território nacional) e que, por isso, não são contabilizadas nos Relatórios oficiais, embora constituam um grupo de relevo dentro daquilo que se convencionou designar população sem-abrigo (Parliamentary Assembly, 2012b).

Da confluência desta vastíssima amálgama de elementos, parte deles extensíveis à generalidade da população, e dos seus efeitos singulares e/ou exclusivos em grupos que se encontra(va)m em circunstâncias de vulnerabilidade (*e.g.*, financeira, laboral, cultural), forjaram-se metamorfoses significativas nos perfis de pessoas e famílias que se encontra(ra)m em situação de sem-abrigo. Importa, neste ponto, lembrar que a heterogeneidade da população que, em dado(s) período(s) de tempo, se encontra em situação de sem-abrigo aumentou muito nas últimas décadas, sendo hoje do conhecimento generalizado que, na maior parte dos territórios, se intensificou o número de adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência, famílias (com e sem filhos), idosos/as e migrantes, cujas necessidades são muito diferenciadas e que esbarram, não só com políticas homogeneizantes, como, também, com a ausência de conhecimento e ação especializada por parte de profissionais e organismos (Pleace, 2000; Culhane *et al.*, 2007; Barbour *et al.*, 2008; McNaughton, 2008; Belgian Presidency of the Council of the European Union, 2010; Brêtas, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Melaner & Maltzou, 2011; Parsell & Parsell, 2012; Crawley *et al.*, 2013; Pleace, 2013).

No extremo superior da pirâmide etária, encontra-se um dos segmentos da população que tem vindo a evidenciar maior vulnerabilidade à situação de sem-abrigo. Tendo sido alvo de pouco interesse, inclusive por parte da comunidade científica, as necessidades e especificidades deste grupo são desconhecidas, na sua plenitude.

Existing research has established two predominant pathways into homelessness for this population: the aging of chronically homeless adults and first-time homelessness among older/elderly adults. In the first pathway, the aging trends affecting the general population are mirrored among those experiencing chronic homelessness. Unable to break the cycle of homelessness due to a myriad of issues, these individuals continue to age beyond 50 without stable housing. (...)

In the second pathway, older and elderly individuals with a history of housing stability experience a first-time period of homelessness. Living on limited, fixed incomes—including Social Security and/or Supplemental Security Income—elderly persons experience severe housing cost burden more frequently than the general population, potentially resulting in housing loss (National Health Care for the Homeless Council, 2013, parág. 1).

A maioria dos países não apresenta estratégias de análise e/ou de intervenção focalizadas na senioridade, sendo desconhecidos os efeitos singulares das políticas e iniciativas implementadas neste grupo em concreto. Distinguem-se, porém, das publicações sobre esta matéria, referências a graves dificuldades na gestão do

quotidiano, insegurança generalizada e percepção de maiores constrangimentos no acesso e usufruto de direitos e bens, com incidência superior em mulheres idosas (Bruckner, 2001; US Department of Health and Human Services, 2003; Proehl, 2007; Kellog & Horn, 2012).

Também ilustrativo destas mutações é o aumento de menores nestas circunstâncias que, contrastando de forma direta com o declínio das faixas etárias mais novas nas pirâmides populacionais, parece sustentar-se essencialmente nos fenómenos de alteração estrutural que as democracias avançadas têm vindo a experienciar (*e.g.*, alterações no mercado de trabalho), na conscrição das medidas de proteção social existentes (*e.g.*, apoio para arrendamento) e nas transformações operadas no âmbito das dinâmicas familiares (*e.g.*, separação familiar, reconfiguração de famílias), e não em eventuais mudanças nos atributos e características deste grupo (Smith, 2008; Bertola, 2013). Embora as trajetórias sejam muito diferentes entre si, estudos recentes identificam esta população como uma das mais vulneráveis ao paradigma, de e para o mercado, vigente e ao alinhamento reflexivo, que se privilegia em muitos cenários democráticos (Dean, 1999; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010). Curiosamente, a probabilidade de experienciar a situação de sem-abrigo aparece referida como mais elevada em pessoas que se encontraram sob a tutela do Estado durante a infância e juventude (cerca de um terço das pessoas que vivenciam a situação de sem-abrigo na adultez integram este grupo) e/ou que viveram em contextos de pobreza intergeracional, assim como para os/as que apresentam vulnerabilidades individuais [*e.g.*, deficiência, perturbação psiquiátrica, consumo de substâncias (Whitback, *et al.*, 2007; Shinn, *et al.*, 2008; Shelton, *et al.*, 2009; Caminho & Pereira, 2010; Reeve, 2013)].

Fecham este grupo, aqueles/as que vivenciam a situação de sem-abrigo no âmbito de tentativas não sucedidas de migração (*e.g.*, Blomfield & Morehouse, 2011). Sobre esta questão, as descobertas ainda são muito circunscritas, prendendo-se, na sua generalidade, com a apresentação de indicadores, compilados através das sínteses efetuadas por organismos que trabalham com esta população ou a partir de investigações de tipo descritivo, com recurso a amostras reduzidas (Baptista, 2004; Paradise *et al.*, 2008; Meda, 2010; Thurston *et al.*, 2013). Em consequência, embora se estime uma percentagem elevada de migrantes na população sem-abrigo, muitos/as

deles/as em circunstâncias irregulares (*e.g.*, vítimas de tráfico humano), a auscultação das suas trajetórias, expectativas e necessidades, comportamentos e opiniões permanece, em larga medida, por realizar (Cabrera *et al.*, 2008; Paradis, *et al.*, 2008; Stephens *et al.*, 2010; Blomfield, Morehouse, 2011; Thurston *et al.*, 2013).

Não obstante, e sem pretensões de subvalorização da incidência nefasta das variáveis até agora abordadas, existe todo um outro universo de fatores predisponentes e agravantes que importa conhecer. Busch-Gertseema e colaboradores (2010) salientam, neste conjunto adicional, constrangimentos institucionais. Às dificuldades impostas por limitações orçamentais com que as instituições se confrontam, sobressaem, ainda, obstáculos decorrentes da ausência de legislação suportativa das práticas que levam a cabo, assim como barreiras impostas por entidades estatais à flexibilização de abordagens (*e.g.*, não canalização de verba para a concretização de projetos inovadores). Identificam, ainda, problemas a nível da gestão de recursos, com maior expressividade, relativos a profissionais qualificados/as e experientes, na ação com pessoa/agregados em circunstâncias de privação acentuada. Por fim, e à semelhança das conclusões do estudo de Gomes e Guadalupe (2011), realçam disfuncionalidades nos processos de comunicação interinstitucional, em grande medida descritos como pontuais, lentos e pouco eficientes, que se repercutem na realização (que se prevê) coordenada de iniciativas e na monitorização do trabalho desenvolvido. Neste contexto aludem, em acréscimo, para o contributo que políticas de afetação de recursos, e a sua gestão por parte das instituições, podem ter a nível do aumento do risco, para grupos específicos, de emergência e manutenção da situação de sem-abrigo [*e.g.*, não são identificados como elementos de apoio prioritário (*e.g.*, homem em situação de habitação insegura), são referenciados como grupos não atingidos pelo apoio (*e.g.*, imigrante sem documentação)]. Não suscita, por conseguinte, grandes reservas a afirmação de que o apoio prestado às populações, no âmbito da prevenção da situação de sem-abrigo e da sua resolução, é insuficiente e/ou desajustado, na maioria das economias avançadas (Anderson *et al.*, 2006; McNaughton, 2008; Benjaminsen, Dyb & O'Sullivan, 2009; Altena, Brilleslijper-Kater, & Wolf, 2010; Calandrino, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Barker *et al.*, 2012; Crawley *et al.*, 2013; Pleace, 2013).

Note-se que, o próprio apoio disponibilizado pode, em circunstâncias várias, ser fator de vulnerabilização, como se verifica, por exemplo, para muitas pessoas em

situação de sem-abrigo integradas em Albergues e Centros de Acolhimento. Para além da perda de competências de vida independente, resultantes da estadia prolongada nestes espaços, sublinha-se a precariedade em que são atribuídas as altas (*e.g.*, Centros de Acolhimento, Hospitais), atendendo a que não se prevê, em algumas circunstâncias, qualquer preparação especializada que auxilie na procura e no acesso a alojamento [*e.g.*, saída de internamento hospitalar prolongado ou, quando antecipada, se restringe a (in)formação e treino pontual de competências no contexto de iniciativas formativas de curta duração realizadas nestas estruturas (Busch-Geertsema *et al.*, 2010)].

Por sua vez, dos fatores relacionais reportados com maior regularidade distinguem-se conflitos (*e.g.*, em relacionamentos de intimidade e/ou com familiares), perdas e lutos (*e.g.*, morte de companheiro/a), e violência e/ou maus tratos (*e.g.*, agressão por parte de progenitor/a), que surgem em vários estudos como *triggers* imediatos com grande importância. De novo, a sua ação isolada é rara, sendo muito frequente a sua ocorrência em simultâneo com a dilatação das dificuldades financeiras (*e.g.*, via fragilização do vínculo laboral e/ou não acesso a medidas de apoio social), o agravamento do estado de saúde (físico e psicológico). Não obstante a sua alusão generalizada como variáveis precipitantes da situação de sem-abrigo, estas ganham ascendência, enquanto variáveis explicativas, apenas em países que possuem políticas de prevenção (primária e secundária) desde frágeis a inexistentes, e em que a componente formal de ajuda a estas questões é ativada em registo remediativo e de forma pontual. Na ausência de redes informais robustas (familiares e comunitárias), e perante a demora da assistência, momento(s) de crise relacional rapidamente pode(m) escalar para a experiência de sem-teto.

Focalizando-nos, em seguida, nas vulnerabilidades individuais apresentadas, com maior expressão, como causas e agravantes da situação de sem-abrigo, distinguem-se, do denso conjunto que afluímos no capítulo anterior, a perturbação psiquiátrica, assim como o consumo abusivo de álcool e/ou drogas ilícitas, embora ainda não esteja esclarecido se o início da sua manifestação se dá previamente a esta experiência (Bruckner, 2001; Booth *et al.*, 2002; Zlotnick, Tam, & Robertson, 2003; Prohel, 2007; Crene & Warnes, 2010; Hyman, 2010; de Silva, Manworren, & Targonski, 2011). Para estas pessoas, são referenciados índices superiores de exposição a riscos, dificuldades na obtenção de ajuda por parte de organismos/serviços (*e.g.*, limitações no acesso a

tratamento médico, dificuldade em obter informação sobre apoios sociais) e maior número de relatos de discriminação/estigmatização por parte da população em geral e/ou dos/as profissionais com quem contactam (Sakamoto, *et al.*, 2009; Grant, *et al.*, 2011; Cray, Miller, & Durso, 2013; Nunez & Adams, 2014; Narayana, *et al.*, 2014).

Ressalve-se, todavia, que as vulnerabilidades individuais apontadas estão longe de ser dominantes nos grupos que experienciam as diferentes configurações que a situação de sem-abrigo assume, não sendo, por isso, passíveis de imputação direta como causas primárias, ou de expressão maioritária. Mesmo para o grupo que possui patologia psiquiátrica, o seu diagnóstico ocorre, com frequência, após a sua experiência, deixando em aberto a possibilidade de que sejam estas circunstâncias que potenciam o agravamento da saúde mental (Tanner, 2003; McManus & Thompson, 2008; McNaughton, 2008; Olivet *et al.*, 2010; Brêtas, *et al.*, 2010; Thompson & Pinder, 2011; Gusmão, *et al.*, 2012; Kellog & Horn, 2012)⁸⁴. Como já há mais de duas décadas Snow e colaboradores (1988) sublinhavam, existe uma considerável *precariedade na mensuração da psicopatologia em contextos de insanidade*.

No mesmo sentido se posicionam investigadores/as contemporâneos/as que escrutinam a relação entre a criminalidade e a situação de sem-abrigo, ao assinalarem a imprescindibilidade de refletir criticamente acerca de uma eventual sobre-representação desta população nos índices de criminalidade e nas populações encarceradas. Mais do que evidência direta de que estas pessoas cometem atos (i)lícitos e são punidas de acordo com a legislação em vigor, esta relação parece sustentar-se numa tendência crescente de criminalização de certos comportamentos, mobilizados com o propósito de assegurar a sobrevivência [*e.g.*, mendigar, pernoita em espaço público (*e.g.*, O'Sullivan, 2008, 2012; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012b; Paasche, 2012)]. Em consequência,

⁸⁴ As publicações mais recentes aludem, como já tivemos oportunidade de referir, para a possibilidade de que, através de enviesamentos diversos (*e.g.*, na definição das amostras, no tipo e conteúdo de instrumentos de recolha de dados privilegiados), os estudos tradicionais tenham concorrido para uma avaliação exagerada das necessidades de apoio e de suporte, por parte daqueles/as que se encontram em situação de sem-abrigo. Para este quadro ocorreu o recurso a estudos cross-sequenciais que se centraram em amostras não probabilísticas, nas quais se encontravam sobre-representados indivíduos em situação de sem-abrigo de longa duração. Ao não atender à dinâmica de entrada, vivenciação e saída, num período de tempo alargado, as pesquisas falharam na identificação de que se trata de um processo, e não de uma condição estática (Benjaminsen *et al.*, 2005; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010).

arrest rates and incarceration rates need to be contextualised as a consequence of shifting forms of state regulation. One cannot read into arrest and incarceration rates that homeless people have a criminal disposition and that this disposition is a cause of their homelessness. Rather, the objective condition of homelessness is in itself defined as criminogenic through the actions of legislators (Busch-Geertsema, *et al.*, 2010, p. 17).

Centrando-nos, de imediato, na(s) trajetória(s) que a situação de sem-abrigo agrega, verificamos que as experiências são muito variadas, ou seja, que esta afeta de forma distinta as pessoas e agregados que nela se encontram. Posto isto, são previsíveis modificações, de maior ou menor relevo, para um mesmo indivíduo/família, e, ao longo do tempo (McNaughton, 2008; Belgian Presidency of the Council of the European Union, 2010; Brêtas, *et al.* 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Melaner & Maltzou, 2011; Mairos Ferreira & Redruello, 2011; Parsell & Parsell, 2012; Crawley *et al.*, 2013; Pleace, 2013; Robaina, 2013). Por exemplo, pessoas que já possuíam vulnerabilidades (*e.g.*, económicas, sociais) podem vir a sentir o seu aumento (do número, intensidade, complexidade), bem como exibir outras, que surgem durante a situação de sem-abrigo, e que poderão, ou não, ser comuns com os seus pares não domiciliados (*e.g.*, Chamberlain & MacKenzie, 2006; Eberle, Kraus, & Serge, 2009; Baroni, 2013; Byrne *et al.*, 2013). Em contraste, para um número elevado de pessoas que, apenas, se encontram nesta situação por curtas temporadas, as necessidades expressas são muito inferiores (Cone, 2006; Culhane & Metraux, 2008). Acresce que, para muitos destes indivíduos/famílias, a situação de sem-teto nunca chega a materializar-se, sendo mais comum coabitarem, por favor, com familiares e/ou amigos/as, alojarem-se em habitações sobrelotadas, ou, com menor representatividade, pernoitar em habitação inadequada (*e.g.*, Robinson & Coward, 2003). Enquanto estratégia de sobrevivência inicial, a que recorre após a perda de alojamento permanente, a estadia com amigos/as ou familiares⁸⁵ (*e.g.*, jovens em situação de sem-abrigo, mulheres vítimas de violência doméstica, idosos/as) tem ganho adesão, em detrimento de solicitação formal de apoio. No entanto, e apesar da sua invisibilidade e da duração limitada dos acontecimentos, estes produzem impacto negativo na qualidade de vida e bem-estar (*e.g.*, agravamento do estado de saúde física e psicológica) que ultrapassa, em muito, o período de privação

⁸⁵ Note-se que esta é utilizada de forma generalizada, incluindo grupos de difícil acesso (*e.g.*, mulheres vítimas de violência doméstica, jovens), sendo a opção privilegiada na procura de fuga à situação de sem-teto e/ou sem-casa (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007).

habitacional (McNaughton, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Levy, 2012; Parsell & Parsell, 2012; Daly, 2013).

No global, reconhecem-se, em suma, maiores limitações ao indivíduo e/ou agregado nas situações sem-casa e sem-teto (Culhane, Mettraux & Hadley, 2001; Tanner, 2003; Varanda & Adorno, 2004; Tischerm Rademeyer & Vostanis, 2007; Tavares, 2010; Mettraux *et al.*, 2011; Daly, 2013). Note-se, todavia, que a estimativa do impacto real desta situação na vida de pessoas ainda não ocorreu, sendo na contemporaneidade apresentadas alusões claras à sua sobreavaliação em muitas pesquisas. De facto, os dados indiciam que as pessoas que possuem maiores e mais intensas necessidades tendem a permanecer sem-teto e sem-casa por períodos de tempo mais longos do que os seus pares, no entanto, a estimação das características dos grupos em circunstâncias de privação habitacional extrema ocorreu, essencialmente, a partir do estudo de um segmento que se distingue dos restantes pela gravidade das suas circunstâncias (*e.g.*, Beijer *et al.*, 2007, 2011; O’Sullivan, 2008). Em consequência, mais do que a constatação de que estamos perante um fenómeno real (*i.e.*, que existe forte correlação entre as configurações da situação de sem-abrigo e os tipos e severidade das necessidades que as pessoas apresentam), esta apreciação parece derivar da excessiva representação deste grupo em estudos transversais e, até, de um eventual enviesamento do enfoque adotado pelo/a investigador/a que “expect to see high support needs and may neglect evidence that some people living rough have low support needs or are self-reliant” (Busch-Geertsema *et al.*, 2010, p. 59).

Corroboram esta fragilidade, na relação entre as circunstâncias de vida e as necessidades manifestas, as evidências realçadas em estudos etnográficos e longitudinais, em que se chama a atenção para a irregularidade escondida sob as distintas categorizações quanto à habitação (*e.g.*, sem-teto, sem-casa, sem-abrigo crónico). As populações “de rua”, em oposição ao que o nome evidencia, referem passar temporadas, de duração variável, em Centros de Acolhimento, com familiares e amigos/as e, menos frequente, em alojamento de baixo custo (Culhane *et al.*, 2007; Crawley *et al.*, 2013; Cray *et al.*, 2013). Perante esta elevada mutabilidade, deve o/a leitor/a ter cautela na interpretação da referida associação. Ao invés de assumir que a circunstância dita a necessidade, parece ser mais profícuo considerar que existe maior probabilidade de que, no contexto da vivenciação de certas configurações face ao

alojamento, a pessoa se confronta, com maior intensidade, com certas dificuldades/problemas específicas/os e não com outras/os.

Podemos, nesta reflexão, avançar como plausível que, nas *situações* sem-teto e habitação inadequada, sejam comuns relatos de elevada insegurança (*e.g.*, receio de serem vítimas de violência e de roubos), dada a inexistência de um envolvente fechado, em que a(s) pessoa(s) possa(m) realizar as atividades mais elementares (*e.g.*, tomar banho, preparar refeições, dormir) e em que possam guardar os seus pertences (Thompson, 2005; Cabrera, Rubio & Blasco, 2008; Virginia Violent Death Reporting System, 2013). A higienização e alimentação são, recorrentemente, descritas como tarefas que podem estar obstaculizadas, mesmo quando existem organismos a quem possam recorrer (Booth, 2006; Wicks, Trevena, & Quine, 2006; Canavan *et al.*, 2012; Tse & Tarasuk, 2008; VITAE, 2013). Para além disso, as restrições impostas à sua permanência em alguns espaços públicos têm aumentado, em várias cidades Europeias, assim como a opinião negativa da comunidade sobre as circunstâncias que experienciam (Cloke, May & Johnsen, 2010). Mencionam, ainda, sentir-se alvo de discriminação por parte de desconhecidos/as, profissionais e organismos com quem contactam (Thompson *et al.*, 2006).

Um outro problema comum radica na ausência de morada, elemento a que é atribuída grande importância, nomeadamente porque constitui a via privilegiada de comunicação formal com profissionais e instituições (*e.g.*, para candidatura de emprego, envio de extratos bancários, recebimento de contas de telefone). Para muitos/as a ausência de endereço fixo constitui um dos fatores que, no contacto com entidades, mais facilmente os/as sinaliza, como pessoa sem-abrigo (Kellett & Moore, 2003; Mallett, 2004; Padgett, 2007; McNaughton, 2008, 2010). Note-se que, mesmo quando os Centros de Emergência e/ou os Centros de Acolhimento permitem que a correspondência pessoal lhes seja enviada, esta questão não está resolvida, uma vez que, pela sua análise, o/a remetente facilmente identifica que se trata de uma instituição de suporte a pessoas em privação habitacional (King, 2003; Marpsat, 2007; Van Laere, de Wit & Klazinga, 2009; Nicholls, 2010).

Importa, neste ponto, lembrar que a centralidade da morada, até no âmbito do cumprimento de medidas judiciais, na maioria de países, e não apenas da União

Europeia, inclui na sua moldura legal a possibilidade de confinamento à residência. E, se seria plausível assumir que, no caso das pessoas em situação de sem-teto, esta medida fosse transmutada para outra pena considerada equivalente, pelas entidades competentes, deve o/a leitor/a espantar-se pois não é inédita a decisão de que a prisão domiciliária se materialize, não na habitação em que reside (uma vez que esta não existe) mas através da restrição da liberdade da pessoa a um espaço específico do local público em que esta pernoita, que assume para efeitos legais o estatuto de residência.

The central character of this twisted tale is 48-year-old Domenico Codispoti, with a spotty police record that includes attempted robbery, petty theft and drug dealing on the streets of Milan. And in 2006, came the remarkable sentence: two years under special surveillance and house arrest, to be served along the sidewalks of via Pisani, a few steps from the Central Station. Every evening, at 9 p.m. sharp, Codispoti arranges his blankets and his sleeping bag in front of the door of the number 22 via Pisani, under deserted arches. He is not allowed to move until 7 a.m. the next morning. After sunset, like clockwork, a patrol comes to check he is at "home."

"I have always done my stealing at night," he notes, lighting a cigarette. "That's why the court gave me this sentence. Since I don't have a house, there was no other solution left: during the night I can't move, I have to stay here, stuck on this sidewalk."

He will remain here until April 13, 2014. Over the past seven years, in fact, Codispoti has been arrested several other times. He served time in jail, after which he was sent back to serve his "sidewalk time" (Sceresini, 2013, parág. 1-4).

No mesmo sentido se situa a decisão de um Tribunal português que, em Fevereiro de 2014, aplicou termo de identidade e residência a um adulto sem-teto, detido pela PSP por suspeita de furto (Diário de Notícias, 2014). Detido no Beco da Galheta "fica obrigado pelo tribunal a não mudar de residência nem dela se ausentar por mais de cinco dias sem comunicar a nova morada ou o lugar onde possa ser encontrado" (Diário de Notícias, 2014, parág. 2), *i.e.*, se optar por pernoitar noutra espaço público (*e.g.*, um beco ou rua diferentes) ou se tentar inscrição num Centro de Acolhimento da Capital, é obrigado a informar as autoridades.

Não sendo propósito deste trabalho científico o exame, em profundidade, desta decisão não resistimos, pela importância que esta possui para a tese que defendemos neste trabalho, a utilizá-la como exemplo do que temos vindo a afirmar. Os sistemas democráticos partem, efetivamente, da premissa de que a habitação é uma realidade consensualizada para os/as seus/as habitantes, a qual se materializa na posse de residência fixa, indicador estruturante da vida em sociedade. No entanto, embora no

domínio prescrito seja tida como evidência, em rigor existe um número não negligenciável de homens e mulheres que não a possuem, encontrando-se em situação de sem-teto, numa evidente violação do direito à habitação, e em situação de extrema desvantagem face aos seus pares domiciliados.

Em relação à saúde, as investigações sublinham uma diminuição da qualidade de vida e bem estar, com repercussões que aumentam, em gravidade e em dimensão, com o tempo de permanência na situação de sem-abrigo, com maior expressividade na situação de sem-teto e habitação inadequada, embora também elevada nas restantes configurações. Reconhece-se, hoje, que esta constitui, em si mesma, um fator de incremento do risco de desenvolvimento de doença (física e/ou psicológica) e, para aqueles/as que já manifestavam particular vulnerabilidade, de potenciação dos efeitos negativos de um determinado quadro clínico. Aos perigos reportados a nível físico, decorrentes, para as pessoas sem-teto, da pernoita na rua [*e.g.*, exposição direta a temperaturas diversas (*e.g.*, frio intenso, chuva, vento, sol forte), permanência em espaços abertos com elevados índices de humidade (*e.g.*, nos pilares de pontes, por baixo de passadiços), risco de contaminação por animais doentes (*e.g.*, cães, ratos)], adicionam-se, em todas as configurações, relatos de dietas desequilibradas e experiências de agressão (física e/ou sexual). Por sua vez, a nível psicológico e psiquiátrico as necessidades são muito diversas, oscilando entre apoio específico no âmbito da desabitação (*e.g.*, consumo de substâncias), intervenção psicológica no âmbito do luto e/ou da depressão, a apoio psiquiátrico intensivo e continuado (*e.g.*, esquizofrenia). Não surpreende, portanto, que se reportem na literatura indicadores fenotípicos múltiplos de envelhecimento precoce, bem como taxas de mortalidade superiores à população em geral, os quais surgem associados a acesso pontual a cuidados de saúde e dificuldades na obtenção de tratamento quando este não é considerado de urgência [e não envolve períodos de internamento (Cheung & Hwang, 2004; Beijer *et al.*, 2011; Kushel, 2011; Culhane, Kane, & Johnston, 2013; Gambatese *et al.*, 2013; Virginia Violent Death Reporting System, 2013)].

Por fim, não obstante a preocupação crescente com as questões de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, o género surge, de forma iterada, como variável mediadora de muitos dos efeitos de outros fatores (Bezanson, 2006; Beijer, *et al.*, 2007, 2011; Beijer & Andréasson, 2009; Teruya *et al.*, 2010; Massachusetts

Transgender Political Coalition Policy Committee, 2013; Nusselder *et al.*, 2013). Veja-se que, na globalidade dos países, o número de mulheres em situação de sem-teto e/ou habitação inadequada é inferior ao dos/as seus/as congêneres e estas vivências ocorrem por períodos mais curtos. A sua sinalização ocorre, numa percentagem mais elevada que aquela que se verifica para os seus pares homens, por parte de organismos diversos (*e.g.*, Centro de Saúde, Polícia) e devido a problemas de insegurança (*e.g.*, vítimas de violência doméstica) e/ou inadequação do imóvel (*e.g.*, risco de queda da habitação). São, igualmente, protagonistas de estadias mais breves em Centros de Alojamento ou outros apoios habitacionais. Para esta diferença parece concorrer um fenómeno de discriminação positiva, em que as mulheres, em particular as que têm filhos a seu cargo, são abrangidas, em primeiro lugar, no contexto de afetação de apoios diversos (*e.g.*, alojamento, alimentação, serviços de saúde), assim como maior suporte informal por parte de familiares e/ou amigos/as (Cheung & Hwang, 2004; Booth, 2006; Luhrmann, 2007; Tischler, Rademeyer & Vostanis, 2007; Sakamoto *et al.*, 2010; Hurlbut, Robbins & Hoke, 2011; Russell, 2011; Huey, Fthenos & Hryniewicz, 2012; Thurston *et al.*, 2013).

Importaria, contudo, analisar com maior profundidade em que condições estes apoios são disponibilizados e quais as consequências, para as próprias, da sua aceitação (*e.g.*, a nível da autonomia, da identidade enquanto mulher e/ou mãe), bem como quais são os motivos pelos quais só recorrem a ajuda formal quando as suas circunstâncias já são por si, ou por membros da rede informal de suporte, avaliadas como muito negativas [*e.g.*, violência doméstica, limitações de saúde (Tolman & Rosen, 2001; Kisor, & Kendal-Wilson, 2002; US Department of Health and Human Services, 2003; Proehl, 2007; Tischler, Rademeyer, & Vostanis, 2007; Klodawsky, 2009; Teruya *et al.*, 2010; Kellog & Horn, 2012)]. Acresce que, para aquelas em que a situação de sem-abrigo é crónica, as dificuldades de gestão de si e do quotidiano referenciadas são, no cômputo geral, significativamente mais intensas que as suas congêneres domiciliadas, mesmo aquelas que experienciam outros tipos de privação financeira e social (Kisor & Kendal-Wilson, 2002; Cheung & Hwang, 2004; Anderson *et al.*, 2006; Klodawsky, 2009; Sakamoto *et al.*, 2009; Beijer *et al.*, 2011; Russell, 2011). O mesmo sucede em relação a problemas de saúde e a apreciação da intervenção existente para a sua colmatação

(Leipert & reutter, 2005; Luhrmann, 2007; Hurlbut, Robbins, & Hoke, 2011; Huey, Fthenos, & Hryniewicz, 2012).

Health and health care disparities for the homeless are particularly distressing for homeless women. Compared to the general population of women, homeless women's health disparities include: higher rates of mortality; poor health status; mental illness; substance abuse; victimization; and poor birth outcomes (...) [and they] are less likely to have a regular source of care, health insurance, cancer screening, adequate prenatal care, appropriate ambulatory care, and specialty care for specific disorders (Teruya, 2010, p. 720).

Apesar da importante evolução operada no conhecimento sobre a situação de sem-abrigo e as pessoas/famílias que a experienciam, de que sumariámos as principais descobertas, permanece um desafio, sem completa resolução à vista, a compreensão exaustiva das suas sequelas (sequenciais e concorrentes), bem como dos fatores que potenciam saídas sucedidas. Não obstante, do *corpus* empírico e teórico existente na atualidade resultaram importantes notas para a intervenção. Como afluíram no ponto seguinte, a convicção da imprescindibilidade de políticas inclusivas diferenciadas, associadas a estratégias de ação flexíveis e multidimensionais é, na atualidade, um dado que gera consenso. A questão principal que se coloca, contudo, é a da operacionalização deste ideal, em formatos que efetivamente potenciem a qualidade de vida e bem-estar destas pessoas e famílias, na senda de uma participação democrática na vida das comunidades a que pertencem.

2.1.2 INCURSÕES EM *TERRAS DESCONHECIDAS*: ENSAIOS E ANSEIOS DE UMA UTOPIA CONCRETIZÁVEL DE AÇÃO

Porque, se de um lado não posso concordar com tudo o que disse este homem, aliás incontestavelmente muito sábio e muito hábil nos negócios humanos, de outro lado confesso sem dificuldade que há entre os utopianos uma quantidade de coisas que eu aspiro ver estabelecidas em nossas cidades. Aspiro, mais do que espero.

Thomas More, *Optimo Reipublicae Statu deque Nova Insula Utopia*⁸⁶, 1516, s.p.

E, se o homem é livre, é moral, porque essa é a forma natural de agir de um ser dotado de liberdade.

Simões, 2007, p. 44

No plano das intenções, as novas correntes de navegação no domínio da situação de sem-abrigo desembocaram numa considerável concordância relativamente às premissas chave que se pretende sustentarem a intervenção. Edifica-se como pilar estruturante desta utopia *concretizável*, o respeito pela complexidade e a necessidade de abordagens teóricas e empíricas, que possibilitem uma compreensão robusta das dinâmicas de interação entre múltiplas variáveis de tipo e abrangência muito distintos (Mairós Nogueira & Ferreira, 2007; Benjaminsen, Dyb, & O'Sullivan, 2009; Altena, Brilleslijper-Kater, & Wolf, 2010; Bursch-Geertsema, 2010; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Culhane & Byrne, 2010; Mairós Ferreira & Redruello, 2011; Canavan *et al.*, 2012; Baroni, 2013; Crawley *et al.*, 2013; Cray, Miller & Durso, 2013). Em resultado, verificou-se, nas duas décadas precedentes, uma manifesta diminuição de argumentos disciplinares e ideológicos sobre as suas causas, a que se associa a um acordo global sobre o interesse do desenvolvimento de modelos conceptuais, que incorporam antecedentes e consequentes a nível macro, meso e micro (Lee *et al.*, 2010; Bursch-Geertsema, 2010; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010). Coincidente com esta evolução, procuraram-se alternativas viáveis, assentes numa lógica de resposta direta às necessidades identificadas, sendo os recursos/apoios disponibilizados num *crescendum* (em intensidade e diversidade), que culmina no apoio intensivo a indivíduos/famílias com elevado grau de dependência (Anderson *et al.*, 2006; McNaughton, 2008; Frazer, 2009;

⁸⁶ A tradução em português da obra, de onde retiramos esta citação, encontra-se disponível, para consulta pública, em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/utopia.html>.

Lynne, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010b, 2010c, 2010d, 2012b; Altena, Brilleslijper-Kater, & Wolf, 2010; Bassuk, Volk & Olivet, 2010; Byrne *et al.*, 2013; Daly, 2013).

Note-se, contudo, que a corporalização destas intenções não se circunscreve à planificação e implementação de iniciativas focalizadas na remediação de situações de sem-abrigo e/ou de pobreza extrema. A intenção comum é a de que esteja em ação um entrecruzamento *bem oleado* de mecanismos e medidas que concorram para proteção efetiva da sua ocorrência e, nos casos em que esta não seja suficiente, possibilitem atuações estratégicas de início imediato (ou a muito curto prazo) e de monitorização continuada, até à obtenção de saídas sucedidas das circunstâncias de fragilidade que desembocaram na situação de sem-abrigo, e que viabilizem a sua continuidade num registo de dignificação das circunstâncias de vida. Para que estes propósitos se concretizem, com a eficiência e eficácia desejadas, são necessárias transformações substantivas em muitos dos setores de governação e de organização social, assim como no enquadramento legal em vigor (Cardona, 2004; Benjaminsen & Busch-Geertsema, 2009; Frazer, 2009; Bassuk, Volk & Olivet, 2010; EAPN, 2012; Byrne *et al.*, 2013).

Prevê-se uma intervenção primária do Estado, inovadora, multireferenciada e pluriterritorial, que proteja os indivíduos contra problemas com que possam confrontar-se no decurso da sua vida, [*e.g.*, decorrentes das opções de governação assumidas, da orientação (progressivamente mais) neoliberal que as democracias têm abraçado nas últimas décadas, de fraturas familiares] providenciando, para este efeito, intervenções estratégicas em sectores chave (*e.g.*, políticas de promoção do emprego) e disponibilizando uma panóplia diversificada de recursos [*e.g.*, apoio financeiro, suporte ao alojamento, disponibilização de cuidados de saúde às populações (Anderson *et al.*, 2006; Belgian Presidency of the Council of the European Union, 2010; Calandrino, 2010; Nicholls & Atherton, 2011; Canavan *et al.*, 2012; Collins *et al.*, 2012; Daly, 2013; Gibb, Maclennan & Stephens, 2013)]. Como alertam Lúcio e colaboradores (2011b, pp. 33-34),

[p]articularly, the local scale has been increasingly considered as the ideal spatial framework for the development and execution of programs to fight individual and community-level social exclusion. At the national, regional and local levels of political and socioeconomic decision, and in a so-called social state of right, fully supporter of the accomplishment of every person's complete citizenship, an individual is considered as socially excluded if he does not comprise full access

to his multiple societal rights, such as the civic rights (*e.g.* the explicit rights of women and children; the rights to freedom of speech and equal access to information; or the right to privacy), the political rights (*e.g.* freedoms of syndicalization and of political association; or the freedom to vote in fair and democratic elections), or the Human Rights (*e.g.* the right to be presumed innocent until proven guilty; the right to have all guarantees necessary for defence in a public trial; the right to not be subjected to interferences with its privacy, family, home or correspondence, nor to attacks upon one's honour and reputation; or the rights to seek and enjoy asylum from persecution in other countries).

Incita-se, portanto, a um reaparecimento do Estado, para os países que abraçaram o alinhamento reflexivo a que já nos reportámos, assumindo o controlo sobre esta questão e permitindo, via descentralização, maior autonomia aos municípios na gestão dos seus recursos (Bezanson, 2006; DeVerteuil, 2006; Busch-Geertesema *et al.*, 2010; Daly, 2013). Caberá a estas estruturas a promoção de iniciativas concretas, para que são convocadas entidades diversas [*e.g.*, IPSS, ONG, (num registo de disponibilização contínua de serviços coordenados e de qualidade)], bem como a sua avaliação. A regulação da atuação destes organismos, das suas equipas de profissionais e dos/as próprios/as voluntários/as ocorreria, também, a partir desta articulação entre governo (central e organismos regionais e locais) e organizações da sociedade civil⁸⁷ (Frazer & Marlier, 2009).

Para isso é indispensável, por um lado, que se cumpram os preceitos legais já existentes, e em que se atestam as responsabilidades das autoridades públicas na regulação da oferta de alojamento para a população e as suas atribuições específicas

⁸⁷ Não integrando o cerne de referentes conceptuais, que sustentam a reflexão teórica em que este capítulo se organiza, a questão respeitante ao papel dos prestadores de serviços não públicos na intervenção com pessoas sem-abrigo será alvo de exploração pouco profunda. Queremos, contudo, salientar que este não é um tema secundário quando se discute esta problemática. Para esta centralidade concorrem muitos fatores, dos quais se notabilizam aqueles que em seguida se sumariam. Na vasta maioria dos países da Europa, a intervenção com pessoas sem-abrigo encontra-se sob o controlo de entidades não públicas, no entanto, no que respeita às dimensões de financiamento e de regulação das tipologias passíveis de implementação o controlo encontra-se no estado (central ou em organismos públicos regionais/locais). Esta tensa relação assume contornos distintos em países diferentes, porém, na literatura, é comum a alusão a um padrão relacional complexo entre o Estado e organismos públicos e estas entidades não-públicas (*e.g.*, o Estado é, em regra, o principal financiador das iniciativas desenvolvidas; cabe ao Estado, através de organismos/agências estatais, avaliar a qualidade das modalidades de apoio existentes), colocando-se a dúvida sobre o eventual impacto negativo dos desequilíbrios desta dinâmica na qualidade dos serviços prestados à população (em risco de) sem-abrigo. Veja-se, enquanto exemplo, que são, não raras vezes, estes organismos que propõem iniciativas inovadoras, mesmo perante legislação incipiente ou inexistente nessa matéria, mas nem todas chegam a concretizar-se, em resultado do crivo dos organismos públicos nesta matéria.

para grupos em vulnerabilidade (Lúcio *et al.*, 2011a, 2011b; Perl *et al.*, 2012). Por outro, é imprescindível o enriquecimento do mapa legal que regulamenta estas matérias, no sentido de maior clarificação das modalidades de apoio que se defende como necessárias (*e.g.*, afetação de verba, caracterização de tipologias, definição de recursos), da elucidação dos mecanismos de criação e monitorização de iniciativas, da delimitação de responsabilidades por parte de organismos distintos (*e.g.*, governo central, municípios, IPSS, ONG). Espera-se, ainda, a definição das possibilidades de articulação da governação central, regional e local, pelo menos aos níveis da planificação (incluindo a estratégica), implementação, monitorização e fundos (Edgar *et al.*, 2003; Perl *et al.*, 2012).

Estas propostas generalistas não são, todavia, suficientes para fazer face às necessidades de um aglomerado progressivamente mais denso de pessoas e famílias. A médio prazo, é necessária uma intervenção direta sobre as consequências desta governação sustentada no e para o mercado, com máxima urgência nos segmentos mais vulneráveis da população, e que abranja os temas do solo e do seu uso (*e.g.*, especulação nos preços de terras), a regulação do(s) mercado(s) de crédito, assim como o financiamento de programas para habitação social a custo reduzido, e a criação de ferramentas de inclusão comunitária [*e.g.*, fortalecimento do vínculo aos territórios, apoio à inserção após saída de instituições (*e.g.*, prisão, internamento psiquiátrico prolongado), promoção da integração de grupos minoritários]. E, estas tarefas, nomeadamente as que respeitam a uma ação social comprometida, competem, prioritariamente, ao Estado.

It is illusory to expect private charities to assume major responsibility for provision of social services. There is, of course, a role for the third sector. But privatization and devolution of responsibility to voluntary agencies has degenerated, in many cases, into an attempt by government to opt out of this welfare role (Daly, 2013, p. 14).

Em termos globais, regimes sociais mais generosos protegem de forma mais eficaz os seus cidadãos, quer dos fatores que concorrem para a sua emergência quer daqueles que concorrem para a sua eventual manutenção no tempo. Nestes regimes, o recurso ao sistema de justiça para gestão de questões relacionadas com a perda de habitação e/ou comportamentos de sobrevivência associados a esta situação (*e.g.*, mendigar) é menor, sendo ainda inferiores as medidas que se traduzem em prisão. É, em acréscimo, disponibilizada uma oferta habitacional de custo controlado mais

diversificada (embora não esteja esclarecido o seu impacto direto em algumas das configurações que a situação de sem-abrigo assume). Diferenciam-se, ainda, pela existência de estratégias coordenadas de intervenção neste domínio, no seio das quais se confere relevo à prevenção da situação de sem-teto após períodos de institucionalização e/ou decorrentes de privação financeira severa (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Herman *et al.*, 2011; Daly, 2013).

Importa não obviar, nesta discussão, que a ação do Estado nesta matéria não se resume à proteção social que (não) disponibiliza aos habitantes, incluindo as configurações que (não) permite a nível dos sistemas de justiça, de proteção de menores, entre outros. Solicita-se, em aditamento, informação detalhada sobre questões tão díspares como as dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho (e as suas manifestações em setores diferenciados do tecido produtivo), a(s) ideologia(s) que suportam os serviços de tratamento para dependências (*e.g.*, redução de danos ou abstinência), as intervenções para pessoas com deficiência/limitações (*e.g.*, colmatação de dificuldades ou participação em sociedade), os níveis e tipologias de punição em funcionamento (*e.g.*, tipos e duração de penas), os critérios de elegibilidade para acesso a recursos e apoios, etc. Como vimos, quer no contexto de exploração dos estudos tradicionais, quer no âmbito das pesquisas recentes, as sequelas da intervenção “reguladora” do Estado podem traduzir-se na manutenção, a médio e longo prazo, de circunstâncias de vulnerabilidade severa, nomeadamente através da integração involuntária num circuito institucional de que estas pessoas não conseguem escapar (O'Sullivan, 2008, 2012; Fischer, *et al.*, 2008; Baker, 2009; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012b; Paasche, 2012).

Esta matriz de controlo pode ser, de tal forma, intensa que Rose (2000) a expõe como resultado das ferramentas de exclusão social empregadas pelos Estados membros. Estaríamos, portanto, perante políticas, e sistemas que visam a sua implementação, que contêm, nas suas execuções, elementos de afastamento do tecido social e de precarização das circunstâncias de vida. Distingue-se, enquanto poderosa instituição de exclusão, para os diversos países ocidentais e tendo em consideração múltiplos indicadores, a prisão. A experiência de encarceramento, seja por períodos curtos ou longos, e independentemente do crime em causa, é, por si mesma, um *trigger* forte da situação de sem-abrigo, para o qual concorrem, a montante, as disrupções que provoca

a nível de emprego, do vínculo familiar e comunitário, e do alojamento, e a jusante a ausência de modalidades estruturadas de reintegração em sociedade (Dyb, 2009). Este quadro agrava-se para os países com fracos sistemas de proteção social que, para além de apresentarem mecanismos mais frágeis de proteção aos/às cidadãos/ãs, detêm taxas superiores de reclusos/as, bem como mecanismos mais débeis de promoção da sua (re)integração em comunidade. Se, a estas realidades, se acrescentar a adoção de instrumentos de controlo do comportamento em espaço público (*e.g.*, pedir, pernoitar em espaço aberto) e semipúblico (*e.g.*, estações de camionagem ou de comboios, *shopping centers*), o cenário é ainda menos animador, uma vez que através desta regulação se afastam as pessoas sem-abrigo de determinados setores das urbes e se limitam as suas estratégias informais de sobrevivência (Silva, 2011; Hozda, 2012; Anderson, 2013; Robaina, 2013; Šoštarić, 2013; Udvarhelyi, 2014). A criminalização destes comportamentos pode, ainda, ser o elemento despoletador da entrada no circuito institucional de que falámos, sendo o encarceramento um fator adicional de agravamento das circunstâncias de vida, de pessoas que já antes dele se encontravam num registo de intensa instabilidade e insegurança.

The criminal justice response to the social issue of homelessness is problematic. The homeless are targeted by nuisance laws. Further, law enforcement utilizes strong armed tactics on a vulnerable segment of society. Basic human activities such as sleeping, sitting, eating, and using the bathroom in public are criminalized just because the homeless do not have a home in which to do these activities in private. The criminal justice response to these activities leaves homeless individuals with criminal records, thus making it even harder for the homeless to obtain gainful employment and better their situation (Anderson, 2013, p. 1).

Por estes motivos, ainda que autores como Huey (2010) sugiram que estas medidas possam ser *lidas* como iniciativas que visam a proteção destes indivíduos, não nos parece factível essa interpretação. A regulação dos espaços e destas atividades poderia, no limite, ser interpretada como “cuidado coercivo”, desde que a elas se associasse um forte investimento no sentido da promoção da sua qualidade de vida e do seu bem-estar (Conradson, 2003; Cloke & Johnsen, 2005; Frangella, 2005, 2010; Pawson, 2007; Fitzpatrick, 2008; Baker, 2009; Benjaminsen, Dyb, & O’Sullivan, 2009; Hansell, 2011). Todavia, os países não têm canalizado os recursos, tendencialmente, nesse sentido. Pelo contrário, temos assistido a um incremento da criatividade nas medidas de expulsão das pessoas sem-abrigo das zonas *prime* das cidades [*e.g.*, canalização de

verbas para a aquisição de mobiliário urbano não passível de ocupação por pessoas em situação de sem-abrigo, colocação de picos de aço no chão de entradas de prédios e em zonas estratégicas dos passeios, aumento do policiamento (Doherty *et al.*, 2008; Udvarhelyi, 2014)].

Convém não subvalorizar, no âmbito deste debate, as diversas intencionalidades que sustentam o afastamento desta população *non grata* de setores específicos dos municípios (Frangella, 2005, 2010; Furedi, 2006a; Baker, 2009; Benjaminsen, Dyb, & O'Sullivan, 2009; Hansell, 2011; O'Sullivan, 2012). Por detrás destes argumentos explícitos situam-se outras preocupações, nomeadamente de proprietários/as e/ou investidores/as para quem a sua presença pode traduzir perdas substanciais de dinheiro, em resultado da diminuição da atratividade do espaço/terra/edifício, pela sua ocupação por grupos tidos como perigosos e indesejáveis. A reestruturação de alguns ambientes urbanos, por parte de organismos públicos ou entidades privadas, onde se permitiu que permanecessem, por períodos de tempo que ascendem a décadas, pode, por conseguinte, resultar da prossecução destes interesses e não de uma preocupação real com a melhoria das suas circunstâncias (Johnsen, Cloke, & May, 2005; McNaughton, 2008; Robaina, 2013). Não esqueçamos, sobre este tema, que são muito raros os realojamentos destas pessoas nas zonas avaliadas como altamente rentáveis de que foram retiradas. Em detrimento, são muitas vezes canalizadas para bairros da periferia ou áreas menos atrativas (*i.e.*, menos lucrativas). De fato, esta restrição do acesso a algumas zonas residenciais a pessoas ou famílias com vivência da situação de sem-abrigo é uma realidade na maioria das cidades europeias (Harter, *et al.*, 2007; Riggio & Garcia, 2009; Wasserman & Clair, 2011; Parsell & Parsell, 2012; Schneider, Gruman, & Coutts, 2012; Daly, 2013; Rayburn & Guittar, 2013; Frederick, 2014). Para este arredamento aduzem-se justificações tão diversas como os eventuais riscos à coesão da comunidade (*e.g.*, receio de aumento da criminalidade, conflitos), o desajuste entre os valores e padrões e comportamento dos habitantes destes espaços e destes agregados, ou a não adequação do bairro às suas necessidades sociais e de saúde (Johnsen, Cloke, & May, 2005; McNaughton, 2008; Pawson & Munro, 2010; Robaina, 2013).

Indeed, one of the distinctive features of advanced marginality is the suffusive *spatial stigma* that discredits people trapped in neighborhoods of relegation. In every advanced society, a number of

urban districts or towns have become national symbols and namesakes for all the ills of the city. (...) When a district is widely perceived as an urban 'hellhole' where only the detritus of society would tolerate living, when its name is synonymous with vice and violence in journalistic and political discussion, a taint of place becomes superimposed onto the stigmata of poverty and ethnicity (Wacquant, 2008, p. 116).

Igualmente central nesta discussão sobre o papel dos regimes de proteção social é a questão da exclusão, intencional e assumida, das pessoas migrantes do recurso a medidas existentes nos diversos países, para outros grupos (Blomfield & Morehouse, 2011; Collyer, Düvell, Haas, 2012). Para além da sua não integração no enquadramento legal em vigor, esta fragilização do acesso aos direitos fundamentais (com visibilidade nas esferas da saúde, legal e/ou social) ocorre, adicionalmente, via a publicação de normativos e orientações em que, de forma explícita, se retiram privilégios a estas pessoas e famílias, elementos que se entrecruzam com um esforço circunscrito de informação sobre eventuais oportunidades/direitos existentes. Como sabemos, embora esta limitação seja coextensiva à vasta maioria das pessoas que emigram/imigram, as suas consequências são mais severas para aqueles/as que o fazem em circunstâncias de pobreza extrema, e que estabelecem vínculos muito vulneráveis com as comunidades [de partida e/ou de chegada (Penninx, Spencer, & Van Hear, 2008; Zaiceva & Zimmermann, 2008)].

Sob pena da não fuga ao alinhamento segmentário existente (Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Palley, 2013), estas matérias terão que ser integradas no conjunto de uma visão política estratégica que incorpore, em si mesma, esta heterogeneidade de elementos num todo coerente, que vise a promoção do desenvolvimento de pessoas e comunidades. É essencial que se esclareça quem será responsável por quais das medidas e como se espera que a sua concretização e avaliação se organizem. Precisam-se sistemas de governação mais presentes, que forneçam estas respostas nos diversos territórios e/ou que viabilizem a sua existência, sem se demitirem da sua monitorização atenta (Fitzpatrick & Stephens, 2007; Benjaminsen, Dyb & O'Sullivan, 2009; Bassuk, Volk & Olivet, 2010; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; European Commission, 2010c). Consideração que, embora se adequa aos distintos regimes de proteção social em implementação nas democracias ocidentais, faz

particular sentido quando nos reportamos ao Regime Mediterrânico (no qual se insere Portugal), pelo carácter distintivo dos desequilíbrios que o caracterizam:

[t]he southern European or Mediterranean regime is distinguished by the crucial role of family support systems. Labour market policies are poorly developed and selective. The benefits of uneven and minimalist in nature and lacks a guaranteed minimum income provision (Busch-Geertsema *et al.*, 2010, p. 31).

Para além da criação de uma rede diversificada de tipologias de ação e suporte a pessoas e famílias, os/as investigadores/as defendem que lhes cabe a aferição da qualidade dos mecanismos existentes, o diligenciamento de instrumentos que tornem viáveis diferentes mesclas de apoios/subsídios encorajando, para este efeito, a cooperação entre organizações (que se prevê desenvolverem ação especializada, em detrimento da proliferação de serviços e medidas de matriz similar em várias entidades), assim como a promoção de fontes alternativas de financiamento para projetos neste domínio (*e.g.*, incentivando a ação de Empresas neste domínio). Desafie-se, igualmente, que o Estado intervenha no sentido de supervisionar a criação e o enriquecimento de serviços por parte de entidades (não) governamentais, evitando a sobreposição de algumas respostas e a subexistência de outras, num clima de saudável competição entre fornecedores de serviços (Frazer & Marlier, 2009; Busch-Geertesema *et al.*, 2010; Daly, 2013; Gibb, Maclennan & Stephens, 2013).

Para a concretização destes propósitos é essencial a definição de atribuições diretas aos organismos de governação local, que passam a assumir, de forma ativa, a responsabilidade pelo desenvolvimento de instrumentos de colmatação das necessidades mais prementes nos grupos mais vulneráveis da sua população (Huey, 2009; Tainio & Fredriksson, 2009). Robustecem-se, assim, as estratégias de atuação avançadas nas políticas nacionais, e em que se preveem modalidades de largo espectro (*i.e.*, disponíveis para a generalidade da população), serviços focalizados nas necessidades concretas de segmentos particulares e, ainda, a criação e afetação de recursos específicos para atender à singularidades das pessoas/famílias que se encontram no território em causa (Baptista, 2009; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012c; Udvarhelyi, 2014). Pelo peso que têm, confere-se relevo diferencial a duas ferramentas chave, a saber: (i) desenvolvimento de mecanismos de apoio aos agregados em circunstâncias de maior vulnerabilidade, vocacionados para a prevenção da situação de sem-abrigo; e (ii) implementação de modalidades flexíveis e

diversificadas de apoio à saída sucedida para a comunidade, em pessoas que se encontram institucionalizadas por longos períodos de tempo.

Por estas vias, potencializar-se-iam os serviços disponíveis para as pessoas e famílias em risco e efetiva situação de sem-abrigo, num consciente abandono das iniciativas canalizadas para a cobertura de necessidades tidas como básicas e urgentes (*e.g.*, teto, alimentação), em substituição por uma aposta na maximização da oferta de apoio da sua prevenção e realojamento célere (Pleace, 2000; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; McNaughton, 2010; Stephens, *et al.*, 2010). Investe-se, em suma, na diminuição das necessidades de acomodação temporária, agora substituídas por soluções que se pretendem de longa duração ou, preferencialmente, definitivas (Culhane & Metraux, 2008; O'Sullivan, 2008a; Frazer *et al.*, 2010). Destas emergiriam intervenções especializadas em rubricas complementares (*e.g.*, saúde), que se organizariam a partir de um elemento chave – a manutenção de um espaço digno a que a pessoa possa chamar seu. Este fornecimento de apoio flexibilizado e ajustado às especificidades daqueles/as a quem se destina pressupõe, por conseguinte, que uma oferta variada de alojamento a baixo custo se encontre, efetivamente, disponível, em coordenada interdependência com um sistema de proteção social funcional, possibilitando a ativação rápida de instrumentos de intervenção em crise e a mobilização de suporte efetivo em tempo útil (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Warnes, Crane & Coward, 2010; Levy, 2012).

Affordable housing policy, while financially much reduced, is remarkably fluid and subject to innovations and novelty. It remains essential that such innovation be securely located in a long-term policy framework that is coherent, progressive, inclusive for those in pressing housing need, and consistent with tackling market failures (Gibb, MacLennan & Stephens, 2013, p. 6).

O núcleo duro de qualquer atuação, pensada ou concretizada, no âmbito da situação de sem-abrigo passa, nesta *nova ortodoxia*, a centrar-se na obtenção de alojamento adequado, sustentável e a preço acessível e, de forma coerente com o exposto, a colmatação de uma panóplia muito diversa de necessidades de suporte adicional é vista como componente primária da sustentabilidade deste desígnio. Ao invés de intervir junto de eventuais défices/limitações que pessoas e famílias apresentariam, e que seriam responsáveis pela perda de alojamento, este modelo assenta na premissa de que se deve apostar na sua *não perda/reobtenção*, promovendo

iniciativas complementares e articuladas que garantam, em simultâneo com auxílio especializado, a conservação do seu livre arbítrio e autonomia (Pleace, 2000; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; McNaughton, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Löfstrand & Juhila, 2012). Como referem Busch-Geertsema e colaboradores (2010, p. 5),

homelessness and homeless people take many forms and this means there is no single answer to providing sustainable exits from homelessness. While all homeless people have a need for adequate, sustainable and affordable housing, the extent to which they will require additional support varies considerably.

Não basta, para concretizar estes propósitos, estudar os regimes sociais preconizados/implementados, pois estes estão muito longe de constituir preditores fidedignos das tipologias predominantes no que concerne a intervenção nesta questão concreta (Minnery & Greenhalgh, 2007). Numa leitura globalizante, é possível identificar alguns traços distintivos das configurações de apoio preponderantes e, a partir deles, definir se estamos perante um regime restritivo ou compreensivo, de matriz universalista ou segmentária, e se nele predominam medidas inclusivas ou exclusionárias, aferindo destes indicadores a qualidade da intervenção neste âmbito. Porém, pese a relevância destes epítetos, as iniciativas por si só (ou com a indicação da afetação de recursos para a sua concretização) não são suficientes para delas aferirmos a matriz ideológica que as sustenta. Escapam-nos, nesta leitura, as intenções que (não) legitimam opções para a sua operacionalização diferenciada nos territórios e que são essenciais para que se compreendam as prioridades em execução.

Neste âmbito, tem suscitado a curiosidade dos/as investigadores/as a relação entre o alojamento e as políticas sociais, em específico, os apoios (não) disponíveis (*e.g.*, disponibilização de alojamento a baixo custo, subsídios ao arrendamento) e as estratégias mobilizadas pelos indivíduos para assegurar os recursos necessários à sua posse (Minnery & Greenhalgh, 2007; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Nicholls, 2011; Levy, 2012; Daly, 2013).

A tendência indigitada como mais profícua, já em desenvolvimento em muitos países (EUA, Canadá, Finlândia), enquanto substituto dos modelos tradicionais em escada, parte do pressuposto inverso ao utilizado por estes. Como vimos, ao invés de assentar na disponibilização de um leque diverso de serviços, centralizados na

colmatação de necessidades básicas (*e.g.*, alojamento, alimentação), e em que a pessoa possui uma margem de decisão muito baixa, nesta nova proposta começa-se pela implementação célere de medidas de combate à perda de alojamento, que são complementadas com respostas a outros níveis, apenas para as pessoas e agregados que evidenciam possuir necessidades nesse âmbito (*cf.*, Quadro 3).

Abordagens tradicionais			
Intervenção em crise	Diminuição de dificuldades/problemas Reabilitação Estabilização	Intervenção promotora de integração	Limitada opção de oferta existente
Centros de Acolhimento de Emergência Hostels	Alojamento temporário e de transição	Alojamento permanente	Participação circunscrita a algumas componentes da intervenção
Abordagens consubstanciadas na <i>nova ortodoxia</i>			
Prevenção da situação de sem-abrigo e privação habitacional			Participação/autonomia nas várias dimensões do processo
Disponibilização de alojamento			
Estabilização no alojamento			
<i>Housing first</i>			

Quadro 3 – Síntese das principais mudanças nas abordagens de intervenção
(adaptado de Frazer *et al.*, 2010)

A distinção é, pois, muito notória. Se, para as abordagens tradicionais, se pressupunha que, via inserção em modalidades de apoio intensivo, a pessoa/agregado desenvolvia os conhecimentos e as competências necessárias para retomar a sua vida autónoma em sociedade, aqui prioriza-se a manutenção da pertença em sociedade e da existência de alojamento autónomo, primado que orienta todas as restantes opções de intervenção assumidas (Padgett *et al.*, 2010). Note-se que, nos primeiros, estão previstos, não apenas ganhos associados ao “aumento da prontidão para o alojamento” (*e.g.*, transição para alojamento apoiado após período em Centro de Acolhimento), mas, também, obrigações para acesso e usufruto de apoios (*e.g.*, abstinência de consumo de álcool), e sanções para falhas neste processo (*e.g.*, expulsão dos equipamentos, aumento da duração na estadia em Centro de Acolhimento, término de terapias). Em contraste, a

abordagem, assente na filosofia de dignificação das circunstâncias de vida, assenta na flexibilização das respostas de apoio, em termos de características específicas, intensidade, e duração (Minnery & Greenhalgh, 2007; Frazier & Marlier, 2009; European Commission, 2010c; Lancione, 2011; Nicholls, 2011; Nunez & Adams, 2014).

Reconhece-se, em termos gerais, que nem todas as pessoas necessitam de intervenção intensiva e centralizada no desenvolvimento de competências para fazer face à circunstância de sem-abrigo. Aliás, a grande maioria revela não necessitar nem ter mais-valias efetivas destas abordagens de gestão do comportamento e da autonomia (Goering *et al.*, 2002; Culhane & Metraux, 2008; O' Sullivan, 2008a). Por exemplo, e como aludimos, são muitas as trajetórias em que esta ocorre de forma episódica ou intermitente, em resultado de ausência de rendimentos associada a perda do imóvel, sendo mais ajustada uma intervenção de curta duração e limitada ao apoio à obtenção do alojamento (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Warnes, Crane & Coward, 2010). O mesmo pode não ocorrer para pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo há vários anos, que possuem limitações prévias ou resultantes desta experiência (*e.g.*, deficiência física, perturbação psiquiátrica, dependência de substâncias), e que revelam dificuldades várias na gestão da sua autonomia e do seu quotidiano. Para este grupo, a disponibilização de habitação ocorrerá, necessariamente, em cocorrência com a ativação de intervenção noutras esferas, tendo em vista o aumento da sua qualidade de vida e bem-estar [*e.g.*, apoio alimentar, higienização, limpeza do imóvel e roupas, apoio psicológico (de Silva, Manworren & Targonski, 2011; Nicholls, 2011; Levy, 2012)]. Também distintas serão as necessidades daqueles/as para quem a situação de sem-abrigo acontece de forma episódica, uma vez que a recorrência de entradas e saídas desta circunstância traz consigo períodos de autonomização que se entrecruzam com momentos em que as necessidades de suporte são mais intensas.

Estamos, em resumo, perante uma mudança de leme, de abordagens focalizadas na disponibilização de estruturas (*placed centered approaches*) para uma atuação focalizada na pessoa (*person centered provision*). Sob o mote de “retomar habitação permanente o mais rápido possível” confere-se autonomia à pessoa/família para a decisão sobre as oportunidades que desejam abraçar e as condições em que tal sucederá (Burt, Aron & Lee, 2011; Tainio & Fredriksson, 2009; Nicholls, 2011). Assume-se, por isso, não só que as modalidades tradicionalmente defendidas (e implementadas) são

desadequadas para fazer face à complexidade que a situação de sem-abrigo incorpora em si mesma, mas, também, que é imprescindível aumentar a fasquia no que respeita à intervenção neste domínio, nomeadamente no âmbito da formação dos/as profissionais (Benjaminsen, Dyb & O'Sullivan, 2009; Culhane & Byrne, 2010; European Commission, 2010c; Stephens, *et al.*, 2010; Pleace & Bretherton, 2013). Para estes últimos, define-se a função de apoiar as pessoas na tomada de decisão, e na concretização das suas prioridades e não de principais decisores dos propósitos da intervenção, dos serviços disponibilizados ou das metodologias implementadas. Não basta remediar sequelas, é preciso trabalhar ativamente no sentido do respeito pelo livre arbítrio e autonomia das populações, percorrendo trilhos democratizantes de inclusão comunitária e social (Löfstrand & Juhila, 2012; Daly, 2013; O'Sullivan *et al.*, 2013; Fraenkel, 2014).

Se revisitarmos as estratégias nacionais implementadas pelos países europeus, e também os documentos produzidos mais recentemente no Canadá, Nova Zelândia, Austrália e alguns territórios dos EUA, somos confrontados com uma crescente valorização desta *visão* (Commonwealth of Australia, 2008; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2008a, 2010b, 2010d, 2012a, 2012b; Hulchanski, 2009; Novac, Brown & Bourbonnais, 2009; Belgian Presidency of the Council of the European Union, 2010; Spinnewijn, 2009, 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; EAPN, 2012; Parsell, Jones & Head, 2012; Perl *et al.*, 2012; Daly, 2013; Gosme, 2013).

No entanto, esta assunção tem-se traduzido em ritmos muito desnivelados de concretização desta mudança de abordagens (Stephens, *et al.*, 2010; Sermons & Witte, 2011a, 2011b; Pleace, 2013). Se, para países como a Finlândia, vemos explícita a intenção de eliminar o alojamento em hostels já em 2015, outras nações são mais moderadas nas suas expressões (Edgar, 2009; Tainio & Fredriksoon, 2009; Gosme, 2013; Šoštarić, 2013). Ainda assim, na maioria dos países (em que não se inclui Portugal), já decorre um processo de substituição de estruturas de alojamento temporário para opções de habitação independente ou apoiado de menor escala, em que se privilegia a privacidade, assim como o incremento da oferta de imóveis para utilização de pessoas e agregados [mesmo quando disponíveis para utilização temporária (Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Gibb, Maclennan & Stephens, 2013)].

Tido como prioritário, numa Europa que ainda não terminou o seu processo de superação da crise económica de 2008 (World Bank, 2009, 2010; Calandrino, 2010; European Parliament, 2010; Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal, 2010, 2012; European Commission - DG for Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011b; EUROSTAT, 2011; World Health Organization, Regional Office for Europe, 2011; Banco Mundial, 2012; Organization for Economic Co-operation and Development, 2013), o apoio na esfera do emprego tem sido investido em muitos países. Vimos, por exemplo, criadas estruturas de educação, formação e serviços de emprego para pessoas sem-abrigo, no Reino Unido, cujas funções passam por: (i) aumento da extensão e da variedade de ocupações profissionais disponíveis para pessoas em processo de transição, e (ii) formação especializada para pessoas em situação de sem-abrigo crónica/episódica, preparando-as para a reinserção no mercado de trabalho (Business Action on Homeless, 2009). Estes processos de formação podem, ou não, ocorrer em concomitância com a oferta de alojamento apoiado, assumindo formatos muito diferentes. Por exemplo, em Portugal privilegia-se a entrada em Cursos de Formação profissional e/ou cursos de prontidão para a inserção no mercado de trabalho (*e.g.*, empreendedorismo), enquanto noutros países a aposta se centra na disponibilização de oferta formativa adequada às especificidades de pessoas em situação de sem-abrigo crónica, com necessidades de suporte altas (Jones & Pleace, 2005; Dorsett *et al.*, 2007; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri, 2010). Não se trata, em exclusivo, de potenciar a probabilidade de obtenção de ocupação, mas sim da formalização da ajuda ao longo da(s) trajetória(s) profissional(ais), incluindo suporte à sua manutenção (*e.g.*, ações de mediação com a entidade empregadora, formação aos colegas de trabalho). Procura-se, noutros Estados membros da UE, complementar estas ações com (in)formação destinada às entidades empregadoras, numa tentativa de influenciar positivamente os mercados de trabalho locais, no sentido da aceitação destes/as trabalhadores/as (Busch-Geertsema *et al.*, 2010).

Sem a concomitância deste suporte, pessoas que experienciam esta privação habitacional extrema, em registo crónico e episódico, tendem a não reunir as condições imprescindíveis para a mudança das suas circunstâncias, a médio ou longo prazo (Chamberlain & MacKenzie, 2006; Hopper, Bassuk, & Olivet, 2010; Levitt *et al.*, 2013). Não esqueçamos que o peso das dificuldades de integração no mercado de trabalho

(aqui entendida enquanto via privilegiada de acesso a autonomia financeira) é tal que, mesmo para aqueles/as que já se encontrem em fase transacional, são comuns necessidades de auxílio estruturado a este nível. Não estranha, por isso, que algumas Estratégias Nacionais da UE tragam referências explícitas ao trabalho conjunto dos setores habitação, saúde, social, e serviços, no contexto da disponibilização de pacotes de intervenção especializada para atender à complexidade das vulnerabilidades em questão (Commonwealth of Australia, 2008, 2014; Edgar, 2009; République Française, 2010; Ministère de la Famille et de l'Intégration – Le Gouvernement du Grand-Duché du Luxembourg, 2011; Ministry of the Environment – Finnish Government, 2012; Ministerstvo práce a sociálních věcí ČR, 2013; Departments for Communities and Local Government, 2012; Wilson, 2014). Por sua vez, e num esforço de potenciação da qualidade da integração nas comunidades, foram lançados projetos piloto de aumento da rede informal de suporte (*e.g.*, apoio pelos pares, sistemas de tutoria, participação em clubes e associações).

Idêntica discrepância se deteta em relação à intensidade com que os países investem na formulação, e implementação, de estratégias de prevenção, elemento que se considera indispensável no combate à emergência da situação de sem-abrigo (Burt, Pearson & Lontgomery, 2005; Edgar, 2009). Assim, se para a concretização deste fim alguns governos apostaram na: (i) concepção de centros de prevenção especializados, cuja ação se prende com a resolução de problemas de pessoas e famílias em risco de expulsão da habitação (*e.g.*, Alemanha, Áustria), (ii) criação de equipas multidisciplinares que desenvolvem uma intervenção especializada no âmbito da mediação de conflitos familiares e respeitantes ao imóvel, (iii) obtenção de alojamento para aqueles/as que se encontram em transição [*e.g.*, jovens que saem de casa pela primeira vez (Johnsen & Fitzpatrick, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Levitt *et al.*, 2013)]; outros, como Portugal, limitaram-se a apresentar sugestões generalistas de possíveis diligências nesta área (*cf.*, GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009).

Em suma, se bem que existe uma interessante paridade em termos de concetualização teórica e de alinhamento político expresso, no seio da UE, pelo menos em relação às dimensões chave a ter em consideração no âmbito de políticas e práticas, as iniciativas desenvolvidas pelos Estados membros, e no seu seio pelos territórios,

demonstram que temos níveis de comprometimento e de motivação para a resolução do problema assaz distintos.

The increasing interplay between local, national and European policymaking on homelessness is clear. Tackling homelessness is now an integrated part of social inclusion agendas at both EU level with the key policy priorities of the Social Investment Package, and at national level with homelessness increasingly being the subject of specific national/regional/local strategies on homelessness. This cluster of countries is actively seeking support from the EU and is keen to harness the expertise available in Europe to find solutions to homelessness. Stakeholders are no longer only trying to influence national agendas but also the EU social inclusion policy agenda through various channels, not only promoting certain homelessness policy concepts cross-nationally and at EU level, but also choosing to give European dimension to their daily work. The frequent use of peer reviews and transnational projects by national and local homelessness practitioners indicates that they are increasingly turning to Europe for policy instruments and resources. Consensus is increasing on defining homelessness, and on key policy objectives in addressing homelessness, but the benchmarking of homelessness policies against common EU indicators for cross-country comparisons is not yet possible (Gosme, 2013, p. 55).

Contaminado por estes ritmos desiguais, também o interesse de governos e sociedade civil pelo estudo científico desta problemática tem sido diferencial em diferentes economias avançadas. Para além de incluírem dotação específica para a investigação, alguns organismos públicos na UE (*e.g.*, Reino Unido) têm fornecido estímulo financeiro para colaboração de cientistas sociais na definição de metodologias de avaliação das iniciativas, previstas e desenvolvidas, na monitorização de ações em curso e na criação de projetos sustentados empiricamente. Das descobertas publicadas nos últimos anos destaca-se a corroboração de mais-valias da maximização do acesso a alojamento adequado e o seu impacto positivo em múltiplas esferas da vida de pessoas e comunidades (Culhane, Metraux, & Hadley, 2001; Cameron *et al.*, 2009; Tainio & Fredriksson, 2009; Bassuk, Volk, & Olivet, 2010; Calandrino, 2010; Cameron, 2010; Culhane & Byrne, 2010; de Silva, Manworren & Targonski, 2011; Levy, 2012; Nunez & Adams, 2014). Para Culhane & Metraux (2008, p. III), as respostas tradicionais existentes “do not directly address the causes of homelessness, and residents are exposed to victimization and trauma during stays. We need an alternative that is more humane, as well as more cost-efficient and effective at achieving outcomes”, sendo a resposta via alojamento permanente mais satisfatória, pese a necessidade de continuar a afinar as ajudas adicionais prestadas com o propósito de potenciar a sua permanência

no imóvel (*e.g.*, Kertesz *et al.*, 2009; Kertesz & Weiner, 2009; Tsai, Mares & Rosenheck, 2010). Em contraste, o modelo em escada tem recebido duras críticas, não só porque coloca expectativas irrealistas (e, por vezes, moralistas) sobre a evolução que pessoas e agregados devem apresentar, mas, principalmente, porque contribui, pelo sistema de retrocessos e sanções que prevê, para a perpetuação da situação de sem-abrigo (Busch-Geertsema & Sahlin, 2007). Para agravar a sua insuficiência, em termos de resultados, acresce o facto dos custos a ele associados serem mais elevados do que as opções em que se prioriza o acesso ao alojamento (Pleace, 2008; Pleace *et al.*, 2013).

Das investigações realizadas fortaleceu-se, também, a constatação da diferenciação dos perfis de necessidades e de expectativas de pessoas e agregados e, para os mesmos indivíduos/famílias, em distintos momentos no tempo (*e.g.*, Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Pleace *et al.*, 2013). Surge descrito, com regularidade, um segmento da *população* sem-abrigo como possuindo limitações severas e em diversos domínios (*e.g.*, problemas psiquiátricos, consumo de substâncias, saúde física muito fragilizada), para quem são necessários apoios intensivos, assim como intervenções de longa duração (Hwang, 2001; Booth, 2006; Anderson *et al.*, 2008; Martins, 2008; Jackson & Saltman, 2011; Dawson & Jackson, 2013; Gonzalez, Klendo & Thorpe, 2013). Ao contrário dos seus pares sem domicílio fixo, as características deste grupo são similares em diferentes países, mesmo quando comparamos territórios que apresentam variação substantiva entre si [*e.g.*, nos regimes de governação, de Segurança Social, de apoio à habitação e regulação do mercado habitacional, legislação (Brousse, 2009; Edgar, 2009; Beijer & Andréasson, 2009; Daly, 2013; Carlson *et al.*, 2013; Chamberlain & Johnson, 2013; Canavan *et al.*, 2014)]. Os múltiplos causadores desta severidade de limitações abarcam, entre outros,

economic barriers, reluctance to deal with bureaucratic processes, little respect, advocacy and understanding of the needs of homeless people by mainstream service staff, negative prior experiences and poor relationships with health care staff (Martins 2008, Finfgeld-Connett 2010). Even when accessing services, homeless people may not follow through with treatment measures. For example, they may not obtain prescribed medication because of cost, competing demands on scant resources (Hwang, 2001) and difficulties with storage of medication and other medical aids (Cross *et al.*, 2012, p. 8).

Em termos globais, trata-se de pessoas em situações de *sem-abrigo* crónica e, em menor número, episódica, que, com alta probabilidade, possuem (muito)

fragilizadas redes de suporte informal (provenientes de familiares e/ou amigos/as domiciliados/as), sendo a sua rede de relações composta, maioritariamente, por outros indivíduos em vulnerabilidade social e/ou em situação de sem-abrigo. Não usufruem de apoio social em continuidade ou, se usufruem de ajuda financeira, esta é de montante reduzido. Exibem, ainda, constrangimentos no acesso e usufruto de direitos e serviços (Martins, 2008; Cameron *et al.*, 2009; Finfgeld-Connett, 2010; Parker, 2010; Canavan *et al.*, 2012; Crawley *et al.*, 2013).

A sua experiência em alojamento apoiado passa, de forma massiva, pela integração em Centros de Emergência e/ou Centros de Acolhimento Temporário, embora sejam recorrentes os relatos de temporadas em situação de sem-teto e de rejeição de qualquer intervenção (Paradis *et al.*, 2008; Connecticut Coalition to End Homelessness, 2009; Jonas, 2009; Fernee, Oldersma & Popping, 2010; Metraux *et al.*, 2011). São, com regularidade, usufruários de outros apoios existentes (*e.g.*, alimentar), sendo alvos recorrentes da ação de Equipas de rua, em particular, nas temporadas em que se encontram sem-teto e/ou em habitação inadequada (Booth, 2006; Wicks, *et al.*, 2006; Cameron *et al.*, 2009; Forge, 2012).

A probabilidade de saída sucedida na ausência de intervenção estruturada é baixa, não só em resultado das dificuldades e limitações que acumularam durante a sua vivência da situação de sem-abrigo, mas, também, devido às consequências dos desajustes dos mecanismos de atuação tradicionais a que foram expostos/as (Shelton *et al.*, 2009; Hyman, 2010; de Silva, Manworren & Targonski, 2011; Elbogen *et al.*, 2011; Mayock, Corr & O'Sullivan, 2013; Fischer *et al.*, 2014; Frederick, 2014). Para muitas destas pessoas, a passagem por estruturas de apoio para sem-abrigo, assentes em filosofias assistencialistas e de regulação comportamental, resultou no desenvolvimento do *shelterization syndrome*, *i.e.* de um

institutionalization syndrome of passivity, dependence, apathy, and neglect of personal hygiene which befalls even nonpsychotic people if they languish in shelter life for months and years."... This description is consistent with [a report that homeless feel] "objectified" and "infantilized." (...) The notion of respect, dignity, and holding onto one's humanity [are] common, important themes beyond the concrete work of moving toward obtaining housing. From a self psychological perspective, living in a homeless shelter and repeatedly experiencing objectification and infantilization contribute to extreme self-loss and breakdown of one's sense of self, which can result in psychopathology. Living in a homeless shelter for a long period may produce its own psychopathology (Farrell, 2012, p. 339).

Acresce que, os relatos de indivíduos institucionalizados revelam limitações no estabelecimento e manutenção de relacionamentos (*e.g.*, com familiares e amigos/as), não só devido às restrições impostas a nível de eventuais visitas, mas, igualmente, pela falta de privacidade e de conforto que os intervenientes associam a estes momentos de convívio.

Em contraste com a descrição apresentada, integra a população sem-abrigo, um aglomerado muito superior de pessoas e famílias, cujas necessidades são avaliadas como circunscritas e que, em regra, permanecem por tempo limitado em circunstâncias de privação habitacional severa (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Gaetz *et al.*, 2013; Levitt *et al.*, 2013). Em termos globais, este grupo não parece distinguir-se de forma significativa de outros setores da população em risco ou de efetiva exclusão social, com exceção de que se verificou perda do imóvel ou a sua degradação a limites considerados impossibilitadores de uso por parte de humanos (*e.g.*, Alkire & Foster, 2011; Jonson-Reid, Drake & Zhou, 2012; Rosa, 2012; Holtrop, McNeil & McWe, 2013). Não constitui, por isso, surpresa que a sua necessidade primária radique no acesso a alojamento digno, permanente e financeiramente exequível (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Shier, Jones & Graham, 2012; Scutella *et al.*, 2012; Benjaminsen, 2013). Como elementos mediadores, destacam-se a perda e precarização do emprego, agravamento do estado de saúde e, com menor expressividade, conflitos familiares e abandono (por saída, incapacitação ou morte) do principal elemento ativo da família (*e.g.*, Shier, Jones, & Graham, 2012). Neste segmento, são menos comuns, e, quando existem, de menor gravidade, os problemas do foro psicológico ou psiquiátrico, dependências ou problemas de saúde física incapacitantes (*e.g.*, limitações físicas). Reportam, ainda, maior vínculo social e comunitário, evidenciando relativa facilidade no acesso a suporte informal por parte de familiares e amigos/as, estratégia a que recorrem junto com solicitação de ajuda formal (Van Laere, de Wit & Klazinga, 2009; Levy, 2012; Levitt *et al.*, 2013; Daly, 2013). São, por isso, categorizados como mais proativos e autónomos na procura de soluções para as suas dificuldades [*e.g.*, procuram, por iniciativa, emprego (Goering *et al.*, 2002; Smith, 2010; Shier, Jones & Graham, 2012; Holtrop, McNeil & McWe, 2013)]. No entanto, e pesem os seus esforços, por vezes o recurso a estas vias apenas possibilita a transição de circunstâncias sem-teto e sem-casa para habitação inadequada ou insegura (*e.g.*,

sobrelotação, permanência em casa de familiares e/ou amigos/as), em zonas pouco atrativas das localidades (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Pawson & Munro, 2010).

Dos parágrafos anteriores se retira, com rapidez, a ilação de que, embora a ausência de habitação adequada, acessível, e permanente seja um elemento comum a todos os segmentos da população sem-abrigo, os fatores que concorreram para este acontecimento e os que poderão potenciar a sua resolução são substantivamente distintos, para pessoas/agregados diferentes (Cronley, 2010; Frazer, Marlier & Nichaise, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Mairos Ferreira & Redruello, 2011; Lúcio, *et al.*, 2011a, 2011b; Parsell & Parsell, 2012; Daly, 2011; Thurston *et al.*, 2013; Chamberlain & Johnson, 2013). Para a maioria das pessoas, as políticas e as estratégias de intervenção necessitam, com carácter de imprescindibilidade, de incorporar alterações em dimensões sociais e estruturais (*e.g.*, maior proteção em circunstâncias de desemprego, apoio ao arrendamento), dado que as barreiras sentidas não advêm de dificuldades/problemas que estes sentem na capacidade e autonomia de gestão de si e do seu quotidiano. Estas pessoas são capazes de combater a situação de sem-abrigo pelos seus próprios recursos, em países com regimes sociais mais robustos e céleres, seja porque evidenciam maior proatividade e segurança na procura de alternativas, seja porque dispõem de um maior número de apoios informais a quem recorrem em momentos de privação, revelando estar mais informadas sobre os seus direitos e sobre oportunidades de melhoria das suas condições [*e.g.*, conhecem a legislação, procuram emprego através de vias diferenciadas, acedem, por iniciativa, a projetos e programas para apoio financeiro ou de alojamento (Brousse, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010)].

Por sua vez, para o primeiro grupo que caracterizámos, as medidas de intervenção terão que abranger uma panóplia muito diversa de apoios, dada a complexidade das limitações que muitas vezes apresentam (Folsom *et al.*, 2005; Beijer *et al.*, 2007; Luhrmann, 2007; Fischer *et al.*, 2008; Farrell, 2012). A sustentabilidade da saída encontra-se, para estas pessoas e agregados, dependente de ações estruturadas e de qualidade em áreas tão diversas como: (i) suporte na vinculação com comunidades e organismos (*e.g.*, criação de iniciativas de combate ao isolamento social), (ii) promoção da saúde (*e.g.*, intervenção psicológica e/ou psiquiátrica, programas de desintoxicação e de desabilitação); (iii) apoio ao alojamento (*e.g.*, disponibilização de habitação apoiada); (iii) intervenção social (*e.g.*, usufruto de ajuda financeira para aquisição de medicação

ou participação em terapias), entre outros (Meert, 2005; Mitka, 2006; Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs, 2007; Menezes, 2008; Pleace, 2008; Padgett *et al.*, 2010; Nicholls & Atherton, 2011; Byrne *et al.*, 2013; Ng, Rizvi, & Kunik, 2013; Meinbresse *et al.*, 2014). Note-se que, ao contrário do grupo anterior, parte destas modalidades de auxílio formal terá que permanecer ativa por longos períodos de tempo, ou mesmo coexistir ao longo da sua vida.

Estas distinções entre grupos não devem, porém, ser hipervalorizadas, uma vez que, e como temos alertado em momentos diversos desta tese, as diferenças individuais, em articulação com as particularidades não comuns, inerentes às circunstâncias múltiplas que um mesmo grupo experiencia, se traduzem, por vezes, em divergências intragrupos superiores às intergrupos. O mesmo sucede se analisarmos, para um mesmo indivíduo ou agregado, as suas necessidades em momentos distintos. Como já explorámos, aquando da sinalização da cronicidade da situação de sem-abrigo, a sua própria vivência constitui, para muitos/as, fator de trauma e de agravamento da saúde física e psicológica (Hopper, Bassuk, & Olivet, 2010). Neste sentido, embora a emergência possa suceder devido a fatores estruturais e sociais, a sua manutenção no tempo pode resultar da interinfluência destes com vulnerabilidades individuais (*e.g.*, início do consumo de substâncias), transformando-se uma situação circunscrita no tempo num trajeto de vários anos (Cronley, 2010; Lúcio, *et al.*, 2011a, 2011b; Parsell & Parsell, 2012; Chamberlain & Johnson, 2013).

Para fazer face a esta grande heterogeneidade, têm-se experimentado soluções alternativas, um pouco por todo o hemisfério norte (Culhane & Metraux, 2008; Culhane, Kane & Johnson, 2013; Daly, 2013; Dawson & Jackson, 2013; de Decker & Segers, 2013). Não sendo nossa intenção apresentá-las, a todas, dedicamos as próximas páginas à explanação sumária das que têm vindo a receber maior adesão, por parte de governos, profissionais e pessoas em situação de sem-abrigo, assim como corroboração empírica da sua qualidade. No sector do acesso a habitação adequada, ganharam proeminência, propostas que visam a maximização do seu acesso, quer para famílias, quer para indivíduos [com ou sem limitações (Anderson *et al.*, 2002; Fitzpatrick & Stephens, 2007; Cameron *et al.*, 2009; de Silva, Manworren & Yatgonski, 2010; Barker *et al.*, 2012; Collins *et al.*, 2012)]. Países como a França ou o Reino Unido assumiram uma intervenção consubstanciada na produção legislativa, onde o intuito é de garantir teto a

todos/as e, em articulação, de aumentar a oferta de alojamento a preços baixos. De acordo com indicações constante na République Française (2010, parág. 1-2),

[i]n 2007, the President of the Republic set the objective to reduce poverty by one third in five years. Structural measures aiming at deeply reforming our social system have been implemented. The refounding of the homeless people or poorly housed care services forms part of the global policy to fight exclusion and poverty. (...) The aim of refounding is to concretely reduce the number of homeless people in France and to make it possible that no one is forced to live in an unfit housing or sleep rough. The goal is to radically transform the existing system, which was broken up, not enough regulated, unable to control the entrance flows or to ensure people found a housing solution, despite growing funding. The situation was that of emergency crisis management and poorly matched the reasserted principles of continuous and unreserved service provision.

No mesmo sentido se posicionaram outros países da União Europeia que procuram, através do parque habitacional do Estado (*e.g.*, renovação ou aquisição de imóveis) e da negociação com privados, aumentar a oferta que disponibilizam às suas populações. Os critérios de elegibilidade para alojamento apoiado têm, também, vindo a ser revistos em muitas nações (*e.g.*, Reino Unido), sendo introduzidas mudanças que visam acelerar o processo para obtenção de habitação e potenciar o ajuste dos procedimentos e dos indicadores de apreciação às especificidades apresentadas por pessoas nas diversas configurações que a situação de sem-abrigo incorpora (*e.g.*, Anderson, 2007; Department for Communities and Local Government, The Rt Hon Eric Pickles MP & Minister of State for Housing, 2014).

Para as pessoas que, para além da ausência de residência fixa, apresentam dificuldades crónicas de gestão autónoma do seu quotidiano, particularmente aquelas que possuem problemas do foro psiquiátrico e/ou consumidores/as de substâncias (i)lícitas, tem ganho relevo, primeiro nos EUA e agora um pouco por todo o hemisfério ocidental, uma outra modalidade de apoio à habitação - o *Housing First*. Construída com a intenção clara de constituir uma resposta alternativa aos modelos remediativos em escada, nela estabelece-se, como objetivo primário, o assegurar alojamento seguro e de custo ajustado às possibilidades das pessoas/agregados, referente essencial para medidas especializadas de combate às problemáticas adicionais que estes/as apresentem (Kertesz, *et al.*, 2009; Tainio & Fredriksson, 2009; Johnsen & Teixeira, 2010; Padgett *et al.*, 2010; de Silva, Manworren & Targonski, 2011; Nicholls, 2011; Nicholls & Atherton, 2011; Collins *et al.*, 2012; Levy, 2012; Löfstrand, & Juhila, 2012). Consubstanciam este

modelo as premissas de que cabe à pessoa a escolha e o controlo sobre este processo, seja no que respeita à seleção do imóvel ou na opção por determinados apoios adicionais (assim como nas condições em que este se materializará). Neste projeto, não só o arrendamento decorre de acordo com todos os preceitos legais, possuindo a pessoa exactamente os mesmos direitos que qualquer outro/a inquilino/a, como não são apresentadas, também, exigências *a priori* relativas ao abandono de consumos ou de integração em apoio psiquiátrico sistemático (Padgett *et al.*, 2010; Tsai, Mares & Rosenheck, 2010; Nicholls, 2011; Nicholls & Atherton, 2011; Collins *et al.*, 2012; Levy, 2012). A operacionalização do(s) tipo(s) e modalidade(s) de auxílio ocorre, portanto, com a participação ativa do/a próprio/a, sendo mobilizados suportes diversos por um período de tempo definido. Para além de se vitalizar a permanência no imóvel procura-se, em paralelo, aumentar progressivamente a independência, a um ritmo que a pessoa se sinta confortável, sendo a meta a autonomização plena. Como já dissemos, não existem *packs* formatados de ajuda, podendo ser canalizados diferentes formatos de equipas multidisciplinares para a sua concretização. A intervenção acontece, sempre, em resultado da auscultação da pessoa/agregado e visa o ajuste da atuação às suas necessidades, expectativas e interesses (Tainio & Fredriksson, 2009; Levy, 2012; Löfstrand, & Juhila, 2012).

Esta elevada flexibilidade não significa, todavia, que no *Housing First* tudo seja permitido. Para que um projeto se considere consubstanciado nesta filosofia, é essencial que se atenda a alguns critérios de base (Padgett *et al.*, 2010; Tsai, Mares & Rosenheck, 2010; Nicholls, 2011; Nicholls & Atherton, 2011; Collins *et al.*, 2012; Levy, 2012). O alojamento deve ser ajustado às necessidades específicas do(s) indivíduo(s) e num local que o(s) seu(s) usufruário(s) considera(m) seguro e promotor de bem estar, estando a cargo dos/as próprios/as os custos de habitação básica e de gestão do quotidiano, de forma a que, após o término do projeto, não existam retrocessos à situação de sem-teto ou habitação inadequada. Igualmente central é a garantia de que os serviços disponibilizados são flexíveis em termos de tipo, duração e intensidade do apoio prestado. Isto significa que, para além de integrarem uma avaliação profunda inicial, são realizadas monitorizações contínuas das necessidades das pessoas/agregados (Padgett *et al.*, 2010; Nicholls, 2011; Nicholls & Atherton, 2011; Collins *et al.*, 2012; Levy, 2012). Inclui-se, neste âmbito, a referência à imprescindibilidade de que estas Equipas de

profissionais trabalhem em estreita articulação com outros organismos e entidades, garantindo o suporte de serviços adicionais sempre que necessário. Para além da colaboração com a Segurança Social (*e.g.*, para efeito de candidatura a apoios para subsidiação de renda, atribuição de Rendimento Social de Inserção ou equivalente), integram esta rede estruturas da saúde e da comunidade. Estes últimos podem revelar-se, particularmente, importantes no combate a situações de isolamento social e de inatividade, fatores precipitantes e de recaída na situação de sem-abrigo. A integração na comunidade em que o indivíduo se encontra a morar é, por isso, de vital importância para o sucesso deste processo de autonomização.

Por último, e sem pretensões moralistas ou de controlo, deve ter-se em conta eventuais riscos para estas pessoas e/ou elementos da comunidade, devidos às limitações que possam apresentar. Em alguns casos, não será prático ou desejável, para alguém que apresenta incapacidade (intelectual e/ou física), a sua permanência num ambiente que não é supervisionado (*e.g.*, risco de incêndio). Na presença de múltiplas e intensas necessidades, considera-se uma mais-valia a criação de *packs*, individualizados e especializados, de suporte ao alojamento (de longa duração ou, no limite, permanentes). É um exemplo interessante deste tipo de projetos o modelo pioneiro de Huse Skaeve, em que se disponibilizam unidades de alojamento autossuficiente, junto com apoio prestado por parte de profissionais com formação técnica no âmbito da intervenção a pessoas sem-abrigo com necessidades de apoio elevadas (Meert, 2005; Busch-Geertsema *et al.*, 2010).

Note-se, contudo, que nem todos os estudos apontam resultados tão positivos, em particular para segmentos da população com necessidades múltiplas. Há evidências de que, embora relevante a nível da segurança habitacional, os projetos consubstanciados no alojamento apresentam vulnerabilidades em relação à diminuição de consumos, ao isolamento social e à inserção laboral (Padgett, 2007; Kertsez *et al.*, 2009). Acresce que a apreciação de mais-valias parece não ser independente dos contextos em que os projetos são implementados, nem da qualidade dos serviços prestados (*e.g.*, tipo dominante de interação entre equipas afetas a cuidados de saúde, assistência social e outros serviços). Verifica-se que, embora estas equipas sejam eficientes no combate aos riscos de recaída e no apoio à promoção da qualidade de vida e bem-estar das pessoas/famílias, os seus esforços são limitados pelos contextos em que

operam, pelo grau mais ou menos severo do desajuste das políticas privilegiadas (a nível local, regional e nacional), entre outros constrangimentos externos ao projeto em si.

Esboçaram-se, em paralelo, políticas de prevenção capazes de sinalizar atempadamente circunstâncias diversas de risco da emergência da situação de sem-abrigo e de, perante as suas características específicas, mobilizar iniciativas diferenciadas de intervenção primária. Pesem as diferenças substantivas entre as estratégias defendidas pelos diferentes países, da UE e não só, todas elas atendem como premissa chave à promoção do alojamento célere e de qualidade (*e.g.*, Ministry of the Environment – Finnish Government, 2012; Commonwealth of Australia, 2014; Wilson, 2014). Aos mecanismos de apoio à renda, de disponibilização de imóveis (para uso temporário e/ou permanente), e de disponibilização de subsídios a pessoas/famílias, incluem-se, neste conjunto diverso de medidas, equipas que disponibilizam, para pessoas e famílias (em risco de) sem-abrigo, esclarecimentos detalhados sobre as possibilidades de apoio existentes, as suas características e as responsabilidades que a sua escolha acarreta (Departments for Communities and Local Government, 2012; Wilson, 2014). Atenda-se, a título de ilustração, às metas que o Governo Britânico estabeleceu, recentemente, para o funcionamento destas equipas (Wilson, 2014, p. 4):

- adopt a corporate commitment to prevent homelessness which has buy in across all local authority services;
- actively work in partnership with voluntary sector and other local partners to address support, education, employment and training needs;
- offer a Housing Options prevention service, including written advice, to all clients;
- adopt a No Second Night Out model or an effective local alternative have housing pathways agreed or in development with each key partner and client group that includes appropriate accommodation and support;
- develop a suitable private rented sector offer for all client groups, including advice and support to both clients and landlords;
- actively engage in preventing mortgage repossessions including through the Mortgage Rescue Scheme;
- have a homelessness strategy which sets out a proactive approach to preventing homelessness and is reviewed annually so that it is responsive to emerging needs;
- not place any young person aged 16 or 17 in Bed and Breakfast accommodation;
- not place any families in Bed and Breakfast accommodation unless in an emergency and then for no longer than 6 weeks.

Como principais mais-valias desta tipologia de atuação, os parques estudos já levados a cabo salientam a exponenciação da resolução da situação de sem-abrigo pelos/as próprios/as, ou com recurso a aconselhamento pontual, assim como a redução da despesa de agregados vulneráveis, com o imóvel, em resultado de arrendamento a preços muito inferiores aos praticados pelo mercado (Burrows, 1997; Shinn, 2007; Brousse, 2009; Ministry of the Environment – Finnish Government, 2012).

Todavia, sem por em causa a importância destas mudanças, os seus resultados ainda se encontram muito aquém daquilo que os seus proponentes avançam como desejável, em muitos países. Às longas listas de espera, para alojamento temporário e, ainda mais extensas, para obtenção de imóvel que permita permanência em continuidade (*e.g.*, Pleace *et al.*, 2008), acrescem dificuldade no processo de disponibilização de imóveis a baixo custo, por parte de governos centrais e locais (*e.g.*, Portugal, Irlanda, Eslovénia, Suécia). Por um lado, têm sido poucas as construções sociais custeadas pelo Estado (de novos alojamentos ou remodelação de imóveis) e, pelo outro, as negociações com os setores da construção e com as comunidades têm sido mais árduas do que previsto (Busch-Geertsema & Fitzpatrick, 2008). Para as pessoas com trajetórias mais longas sem-abrigo, mesmo com recurso a subsidiação da renda, a probabilidade de manutenção do seu pagamento permanece baixa, quando não são ativadas, em simultâneo, outras estratégias de obtenção regular de rendimentos (Brousse, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010). São, também, apontados constrangimentos vários na implementação de estratégias, especificamente, destinadas a adolescentes e jovens [*e.g.*, atraso na obtenção de apoio para alojamento, desadequação da oferta para fazer face às necessidades específicas deste grupo (Toro, Dworsky, & Fowler, 2008; Altena, Brilleslijper-Kater & Wolf, 2010; Durso & Gates, 2012; Forge, 2012; Mayock, Corr & O'Sullivan, 2013; The Law Centres Network, 2013)]. A estes indicadores juntam-se os efeitos da ausência de serviços em territórios semiurbanos e rurais (Cloke & Milbourne, 2006; Busch-Geertsema *et al.*, 2010).

Também em relação à possibilidade de escolha e apreciação da adequação do alojamento, a investigação tem mostrado resultados muito modestos. Embora existam evidências de saída da situação de sem-abrigo pouco tempo após a sua experienciação através dos seus próprios recursos, com apoio pontual, ou pela via de projetos inovadores, os/as investigadores/as têm chamado a atenção sobre as condições em que

aquela ocorre (Meert & Bourgeois, 2005; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Pawson & Munro, 2010; Mayock, O'Sullivan & Corr, 2011; Fischer *et al.*, 2014). Perante políticas sociais restritas, e em face de recursos limitados, as possibilidades de inclusão plena são poucas, materializado-se, para muitos/as, num estado sustentado de exclusão habitacional. A garantia de existência de um imóvel não é, como vimos, suficiente para assegurar que se resolveu a privação habitacional em que a pessoa em situação de sem-abrigo se encontrava. É necessário aferir se os custos inerentes ao seu arrendamento/posse não são demasiado altos, atendendo aos recursos financeiros totais de que a pessoa dispõe a dado momento. Esta tarefa implica a contabilização de despesa com mobiliário, eletrodomésticos e outros elementos considerados essenciais para tornar habitável o espaço, aos quais se associa o gasto com restantes despesas fixas previstas (*e.g.*, pagamento de água, luz, gás, transportes, alimentação, despesas de saúde) e a canalização de verba para a gestão do quotidiano (Shinn, 2007; O'Sullivan, 2008a; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Daly, 2013).

Não se revela suficiente, por isso, que o apoio se centre na disponibilização de oferta habitacional acessível (*e.g.*, através de subsídios para pagamento de rendas e/ou da criação de subvenções para as habitações sociais), é de grande importância que as ajudas disponibilizadas se articulem com suporte estruturado noutras esferas da vida em sociedade, sempre que tido como útil e relevante. Por exemplo, se a pessoa se encontra inserida num contexto laboral estabilizado e do qual auferir verba suficiente para gerir o seu quotidiano, a intervenção ao nível do alojamento pode ser pontual (em momentos de maior dificuldade de gestão financeira) e/ou continuado (ainda que de baixo valor). O mesmo não sucederá com indivíduos/agregados cuja receita seja muito reduzida ou não regular (*e.g.*, realização de trabalho sazonal, incapacidade para o trabalho), para quem a componente formal de apoio à habitação terá de assumir uma dimensão significativa no orçamento (Shinn, 2007). No entanto, e apesar do grau teórico de concordância relativamente a esta matéria, as investigações têm reportado que os proventos não são, muitas vezes, suficientes para fazer face a todas estas necessidades, mantendo as pessoas um registo financeiro muito frágil, que pode ascender a vários anos (Levy, 2012; Daly, 2013).

Por sua vez, um segundo elemento recorrente nos estudos prende-se com a disseminada reação não aceitante, por parte da comunidade e dos agentes que gerem os imóveis, a que este seja ocupado por um(a) *ex-sem-abrigo*.

Not In My Back Yard, or NIMBY, in its various forms, has three principal types of targets. The first is waste disposal facilities, primarily landfills and incinerators. The second is low-income housing. The third is social service facilities, group homes and shelters for individuals such as the mentally ill, AIDS patients, and the homeless (Gerrard, 1993, p. 494).

Como aludimos na rubrica precedente deste capítulo, da interação entre as dificuldades que o próprio apresenta e os efeitos negativos do erro de atribuição fundamental (da sua tradução em juízos negativos e discriminação), por parte dos/as seus/as congêneres domiciliados/as, assim como de fenómenos *not in my back yard*, resulta claro decréscimo das opções tidas como viáveis (Harter, *et al.*, 2007; Riggio & Garcia, 2009; Wasserman & Clair, 2011; Parsell & Parsell, 2012; Schneider, Gruman, & Coutts, 2012; Daly, 2013; Rayburn & Guittar, 2013; Frederick, 2014). São, neste contexto, típicos os alojamentos em zonas periféricas das cidades ou em zonas mais centrais mas muito degradadas, em bairros em que se reportam problemas de violência e/ou criminalidade, e em que os serviços existentes são muito circunscritos ou inexistentes (Johnsen, Cloke, & May, 2005; McNaughton, 2008; Pawson & Munro, 2010; Robaina, 2013). Sublinhe-se, porém, que as consequências desta *leitura* pejorativa, da situação de sem-abrigo e das pessoas que a experienciam, não se restringem à esfera habitacional, contaminando, também, as possibilidades de inserção laboral e social.

Trilhados os principais percursos de evolução no contexto da intervenção da situação de sem-abrigo, expostas as premissas essenciais e realçados os desafios que permanecem por solucionar, apresenta-se, na próxima rubrica deste capítulo, uma síntese compreensiva das principais conquistas e interrogações no contexto da implementação de políticas, projetos, e estratégias secundados pela *nova ortodoxia*.

2.2 TRIPULAÇÕES, NAUFRÁGIOS E BARCOS QUE (NÃO) ZARPARAM: ENREDOS DE CARTAS ANTIGAS E SEUS ADITAMENTOS SOB PROMESSAS DE ROTEIROS PARTICIPADOS E DIGNIFICANTES

Le seul véritable voyage, le seul bain de Jouvence, ce ne serait pas d'aller vers de nouveaux paysages, mais d'avoir d'autres yeux, de voir l'univers avec les yeux d'un autre, de cent autres, de voir les cent univers que chacun d'eux voit, que chacun d'eux est; et cela, nous le pouvons avec un Elstir, avec un Vinteuil; avec leurs pareils, nous volons vraiment d'étoiles en étoiles.

Marcel Proust, *À la recherche du temps perdu, XII, La prisonnière*⁸⁸, 1946-7, p. 190

Any claim to truth is always at risk and subject to revision as one learns from the arguments of one's opponents

Klein, Hirschheim, & Nissen, 1991, p. 7

Dos enredos de evolução e involução que a situação de sem-abrigo sofreu e dos roteiros privilegiados para a sua compreensão, emergiram mutações expressivas a vários níveis. Ao incremento e heterogeneização da população em privação habitacional severa, adicionaram-se novidades no enquadramento político, legal e de intervenção vigente, assim como nos enfoques privilegiados pelos/as investigadores/as. Fortaleceram-se, ainda, as demandas de maior impulso no estudo desta problemática e dos mecanismos utilizados no seu combate, com relevo na avaliação da qualidade dos serviços prestados. Repto para qual vários/as cientistas e agentes da sociedade civil têm procurado respostas, nomeadamente através da diversificação dos estudos de caracterização de pessoas e circunstâncias, assim como da implementação de estratégias de avaliação nos diferentes programas e projetos existentes, das políticas (de abrangência nacional, regional e local), de entre um compósito cada vez mais denso de produções.

Sem subvalorização das enormes diferenças entre pessoas e famílias que se encontram sem-abrigo, do aglomerado de estudos produzidos advieram regularidades que interessa atender, aquando da delimitação de estratégias de atuação. Porque constituem indicadores presentes na quase totalidade das investigações, a análise de regularidades a nível de variáveis de caracterização (*e.g.*, género, idade) permite-nos

⁸⁸ Reprodução da edição Gallimard Paris disponível na Bibliothèque électronique du Québec, passível de consulta em http://beq.ebooksgratuits.com/vents/Proust_A_la_recherche_du_temps_perdu_12.pdf.

saber, com grau muito aceitável de segurança, que as mulheres (particularmente vítimas de maus tratos, sem suporte familiar e comunitário, desempregadas e com precariedade financeira), os limites superiores e inferiores da distribuição etária (idosos/as, e crianças e jovens), pessoas com perturbação psiquiátrica não compensada e/ou com histórico de consumo de substâncias (i)lícitas, e indivíduos com deficiência física severa, possuem maior probabilidade de ficar em situação de sem-abrigo no decurso da sua vida e de, no decurso deste(s) período(s), experienciar maiores dificuldades em assegurar a sua sobrevivência (Bruckner, 2001; Zlotnick, Tam, & Robertson, 2003; Prohel, 2007; Crene & Warnes, 2010; Hyman, 2010; de Silva, Manworren, & Targonski, 2011).

Admitem, também, que adotam estratégias de sobrevivência que colocam a sua saúde e bem-estar em risco (Boes, & van Wormer, 1997; Dickson-Gomez *et al.*, 2008), das quais sobressaem, com exceção dos grupos de idosos/as e de pessoas com limitações físicas severas, a prostituição (por vezes forçada, sendo parte da verba ganha entregue a outro indivíduo), a venda de substâncias (sendo o pagamento em dinheiro, alojamento temporário, autorização para consumir uma parte reduzida das substâncias que traficam ou géneros), ou a manutenção de relacionamentos de intimidade abusivos, com o propósito de obter proteção na rua e/ou habitação pelo período em que a relação se mantém (Yates, MacKenzie, & Pennbridge, 1991; Simons & Whitbeck, 1991; Greene, Tennett, & Ringwalt, 1999; Reeve, 2013). Acumulam, em aditamento ao exposto, maiores obstáculos no acesso e usufruto de bens e serviços. Para além de se confrontarem com discriminação no acesso a alojamento, realidade comum à vasta maioria das pessoas nestas circunstâncias, as subpopulações de jovens e adultos/as com percurso criminoso e/ou dependentes de substâncias (i)lícitas referem diferenças no tratamento por parte de agentes e organismos [*e.g.*, dificuldade em obter informação detalhada sobre tipos de apoio e/ou esclarecimento sobre as diligências necessárias para candidatura a um programa (Harter, *et al.*, 2005; Silva, 2006; Brêtas, *et al.*, 2010; Parsell, 2010, 2011; Parsell & Parsell, 2012; Rayburn & Guittar, 2013; Frederick, 2014; Nunez & Adams, 2014; Narayana, *et al.*, 2014)]. Comentários que não distam, de forma substantiva, dos relatos de pessoas em situação de sem-abrigo com deficiência física e/ou limitações do foro cognitivo que, embora suportadas por argumentos distintos dos anteriores, referem sentir-se diminuídas quando recorrem a entidades públicas e/ou

privadas para solicitação de apoio e/ou esclarecimento [*e.g.*, não obtém informação detalhada sobre programas, sentem-se infantilizadas por técnicos/as (Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs, 2007; Hansena, Burgois & Drucker, 2014)].

Convém sublinhar, porém, que a situação de sem-abrigo é estudada a partir de perspectivas muito díspares, e que esta heterogeneidade pode ser responsável por eventuais artefactos em relação às eventuais características das pessoas/famílias, dos seus comportamentos e/ou das suas narrativas. Não esqueçamos, a este propósito, que “[r]esearch on homelessness across the EU still suffers from a number of weaknesses, and much of it is descriptive and polemical rather than empirical and evaluative” (Busch-Geertsema *et al.*, 2010, p. 18). Em consequência, mais do que diferenças reais, algumas das diferentes características de subsegmentos da população sem-abrigo poderão resultar do recurso a operacionalizações mais ou menos restritas do fenómeno, ou da mobilização de critérios de avaliação de iniciativas não compatíveis entre si (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007; Edgar *et al.*, 2007; Echenberg & Jensen, 2008; Edgar, 2009; Culhane & Byrne, 2010; Amore, Baker e Howden-Chapman, 2011; Sahlin, 2012; Pleace & Bretherton, 2013; Wagner *et al.*, 2014). Em estreita associação com o referido, também a recolha sistemática e científica de dados respeitantes às dimensões de produção legislativa, governação, e os seus impactos, se encontra por concretizar, numa boa parte das democracias ocidentais, incluindo a maioria dos estados que integram a UE (Kyle, 2005; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Daly, 2013). Esta poderá, igualmente, advir de um investimento deficitário de codificação, recolha e análise da informação respeitante a estas questões, uma vez que, estas atribuições têm permanecido diluídos entre agências, departamentos e equipas de governação local e/ou nacional, entidades que desenvolvem a sua ação com esta população e investigadores/as,

Overall, the available data on homelessness in the EU is limited. Relatively few national governments monitor and measure homelessness in a systematic way, although considerable progress is ongoing, with more countries developing national homelessness data collection systems. However, even when data is collected, it is not comparable at the EU level. One of the major challenges is defining and carrying out this monitoring report has been the lack of comparable quantitative and qualitative data on homelessness across countries within the EU (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012b, p. 10).

Em território nacional, o panorama não difere do exposto, sendo as realidades locais muito desiguais, o que torna impossível qualquer análise comparativa profunda. Por um lado, nem através do Censos 2011 se mobilizaram esforços efetivos no sentido da aferição do número de pessoas em situação de sem-abrigo (mesmo que circunscrito a qualquer uma das configurações previstas na ETHOS) e à caracterização das suas circunstâncias. Por outro, e como já apontámos, a última tentativa de contagem nacional de pessoas em situação de sem-teto ocorreu em 2005 e possuiu consideráveis fragilidades (Instituto de Segurança Social, 2005). Com exceção de Lisboa, não surgem publicados, com regularidade, trabalhos sistemáticos de contabilização de pessoas nestas circunstâncias (*cf.*, Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012b).

Não foram, também, produzidos relatórios síntese de pesquisas desenvolvidas a nível local ou regional, elaboradas com o propósito explícito de conhecimento da avaliação das políticas implementadas, dos impactos das prioridades governativas assumidas ou, mesmo, da atuação diferenciada de organismos de um determinado território. E, como alertámos no capítulo precedente, nos documentos publicados desde o surgimento da ENIPSA (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo), em 2009, são mobilizados indicadores divergentes de análise, aos quais se associam níveis muito diferenciados de profundidade reflexiva, o que torna inviável a sua comparação [*e.g.*, Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Ferreira *et al.*, 2013]. Por todos estes fatores é, hoje, muito difícil tecer um comentário compreensivo sobre o peso relativo de variáveis distintas para a entrada, saída ou, mesmo, permanência na situação de sem-abrigo.

Todavia, e perante um conjunto progressivamente mais alargado de investigações em que se atesta a centralidade de uma dinâmica interação entre vários agrupamentos de fatores, de tipo e abrangência muito dissemelhante, na compreensão desta problemática, o investimento de governos e sociedade civil na implementação de políticas e prática consubstanciadas neste reconhecimento foi, à data, muito inferior ao que seria esperado. Em consequência, embora saibamos que, de entre um propósito

muito vasto de fatores, se notabilizem a ausência de mecanismos de prevenção à perda de alojamento, a impossibilidade de obtenção de habitação a baixo custo, os despejos (*e.g.*, devidos a atraso no pagamento de renda ou de não pagamento de prestação do empréstimo à entidade credora, em resultado de avaliação da perigosidade do imóvel) e a separação familiar/relacional como os *triggers* (Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Sermons & Witte, 2011a), o volume de estudos em que se reflete sobre esta realidade, atendendo à sua relação com as três macrodimensões reportadas, é diminuto. Em suma, pelos constrangimentos vários que impedem a comparabilidade dos dados (*e.g.*, os Relatórios apresentados pelos países assentam as suas análises em fontes, períodos de tempo, e dados distintas/os, nem todas as informações relevantes se encontram disponíveis para consulta pública), não foi possível, até ao presente, empreender uma análise comparativa exaustiva que possibilite a compreensão desta complexa articulação. A sua resolução constitui(u), por isso, um desafio que se manteve por solucionar de forma satisfatória (Conley, 1996; Vázquez & Muñoz, 2001; Zufferey & Kerr, 2004; Mairós Nogueira & Ferreira, 2007; Menezes, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010).

A este propósito, note-se que, o cenário não sofreu inversão significativa, mesmo depois de: (i) confirmada a diminuição da qualidade de vida e bem-estar de muitas pessoas e famílias, na sequência da crise de 2008, (ii) intensificadas as indicações de que o seu impacto foi particularmente intenso nos grupos que já experienciavam vulnerabilidades (iii) sinalizado um pronunciado aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo e de configurações que nela se integram e (iv) iteradas as referências à necessidade de governos, e da própria UE, em investir de forma estruturada no seu conhecimento e intervenção (Burt, Aron, & Lee, 2001; Lee & Greif, 2008; Reisen, Stocker, & Vogiazides, 2009; European Commission, 2010b; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010b; WHO Regional Office for Europe, 2010; Social Watch, 2010; Paasche, 2012; EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, 2011; EAPN Portugal, 2012; Young, 2012). Manifestamente ausente das principais preocupações dos Estados membros da UE (Spinnewijn, 2009; Baptista, 2009, Comité Económico e Social Europeu, 2012), pesem as muitas chamadas de atenção efetuadas nos últimos anos, a situação de sem-abrigo permanece um espinho cravado no cerne dos ideais destas democracias (*e.g.*, Almeida,

et al., 2010; Amnistia Internacional - Portugal, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal & Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010; European Commission – Eurobarometer, 2010; EUROSTAT, 2010a, 2010b, 2010c; Rybkowska & Schneider, 2011).

Em Portugal, a invisibilidade desta problemática manteve-se pouco contestada até finais de 2008, período em que as consequências da crise começavam já a sentir-se de forma clara em alguns grupos da população. Num país muito sensível aos desequilíbrios da conjuntura internacional, esta evoluiu muito rapidamente para um pedido formal de ajuda ao exterior (*e.g.*, Muižnieks, 2012; Fernandes & Krupenski, 2013; Rodrigues, 2013) e, com este, para a implementação de um conjunto de propostas (*e.g.*, no âmbito do Programa de Ajustamento contratualizado com os parceiros internacionais), que se traduziram, para a maioria dos/as habitantes em território nacional, em perdas substanciais de privilégios, bens e, também, de direitos (World Bank, 2009, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs & Equal Opportunities, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2010; Sugawara *et al.*, 2010; Social Watch, 2010; European Anti-poverty Network Ireland, 2011; European Parliament, 2011; World Health Organization, Regional Office for Europe, 2011; Carrapiço, 2012).

Num aparente *crescendum* de preocupação sobre as dificuldades vivenciadas por muitos/as dos/as habitantes em território nacional, a situação de sem-abrigo ganhou modesto realce no âmbito da reflexão sobre o aumento da pobreza extrema no país. Assim, embora mantendo, nos discursos oficiais, a referência de que se trata de uma problemática com expressão reduzida, o Governo Português foi (re)convocado, no pós crise, a assumir compromissos concretos de combate à situação de sem-abrigo, num esforço de concretização das intenções que há algum tempo vinha a incluir em documentos oficiais, mas cuja implementação possuía fragilidades severas (*e.g.*, Plano Nacional para a Inclusão, 2001-2003, 2003-2005; 2006-2008). Apresenta-se, a público, em Março de 2009, a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem-abrigo, num esforço que, segundo os proponentes, resultaria da ação articulada de entidades chave no âmbito da situação de sem-abrigo, e o qual sistematizaria a linha de trabalho a desenvolver nos anos seguintes (Portal da Habitação, 2009). No entanto, e como vimos,

o seu fenecimento ocorreu muito rapidamente, bem antes que ela pudesse atingir os objetivos mínimos que se havia proposto. Para além da sua não disseminação, nos termos previstos no documento, ao território nacional, nunca chegou a efetivar-se a proposta de monitorização e avaliação das iniciativas desenvolvidas, o mesmo tendo ocorrido em relação ao investimento público na investigação sobre esta problemática. O quadro permanece, portanto, negro, com muitos relatos de naufragos e de barcos que nunca chegaram a zarpar e que se cruzam com o acentuar o agravamento das circunstâncias de vida de muitas pessoas e agregados, na sequência da crise de 2008.

There is evidence of increasing homelessness. Service providers report increased demand for services. (...) Growing unemployment and income falls have increased vulnerability to homelessness as more people are unable to meet housing costs. Austerity measures and cuts impact on service capacity. Furthermore, the crisis has justified a lack of resources and high-level political backing for the 'National Strategy for the Integration of Homeless People – Prevention, Intervention and Follow Up, 2009-2015, launched in 2009 (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012c, p. 1).

Pela citação anterior, não surpreende, que, às vozes que ecoam a nível internacional (*e.g.*, Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010), sejam progressivamente mais recorrentes as alusões, por parte de investigadores/as portuguesas/as, à necessidade de investir no seu estudo (*e.g.*, Sousa & Almeida, 2001; Pereira, Barreto, & Fernandes, 2001; Bento & Barreto, 2002; Baptista, 2004, 2005; Instituto da Segurança Social, 2005; Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Menezes, 2008; Caminho & Pereira, 2010).

No entanto, em evidente dissonância com este apelo, e perante evidências claras de que os serviços para a população (em risco) da situação de sem-abrigo não devem (nem podem) restringir-se a intervenção em crise, muitas democracias europeias têm evidenciado lentidão na implementação de ofertas alternativas aos mecanismos de remediação que já desenvolvem há várias décadas (Benjaminsen, Dyb & O'Sullivan, 2009; Culhane & Byrne, 2010; Geersema *et al.*, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Pleace & Bretherton, 2013). À falta de rasgo na produção de um enquadramento legal, que assegure o cumprimento dos direitos e liberdades destes/as cidadãos/as e que incorpore, em si mesmo, estratégias coordenadas de prevenção e de intervenção neste domínio, crescem limitações na criação de ofertas diferenciadas para fazer face a um leque cada

vez mais distinto de pessoas e agregados (Baptista, 2009; Spinnewijn, 2010b; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012c; Pleace, 2013). Em consequência, e pesem os discursos no sentido da imprescindibilidade da participação livre dos/as próprios/as, muitos países continuam a centralizar a sua oferta na colmatação de necessidades prementes [*e.g.*, teto, alimentação, higienização (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Daly, 2013)].

One of the difficulties in achieving an EU consensus on the most appropriate and effective policies to end homelessness, is that different member states are at varying levels in terms of their knowledge of the nature and extent of homelessness and their policy evolution. For some member states, ensuring that large numbers of people are not required to sleep on the streets drives very practical responses to homelessness, often in the form of large scale congregate facilities. For other member states, the policy priority is how to close such congregate facilities (O'Sullivan *et al.*, 2013, p. 17).

Corporificam estes ritmos tão heterogêneos preocupações muito diferenciais em relação à prevenção da situação de sem-abrigo e à diversificação das respostas de apoio às necessidades daqueles/as que a experienciam (Baptista, 2009; Tainio & Fredriksson, 2009; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012c; Udvarhelyi, 2014). De um dos extremos encontramos países em que existem: (i) linhas de atuação concertada no âmbito do combate à vulnerabilidade no alojamento e à pobreza e provação (*e.g.*, financeira, laboral, social), que se encontram em funcionamento contínuo e, também, que são ativadas perante conjunturas de maior risco (*e.g.*, quebras no setor da construção), e (ii) tipologias flexíveis e variadas de apoio a necessidades específicas [*e.g.*, apoio à obtenção de alojamento (*e.g.*, disponibilização de imóveis a baixo custo, apoio à renda)], programas de promoção do vínculo com as comunidades, apoio à inserção laboral (*e.g.*, integração em oportunidades de formação profissional,); que se agregam com uma vasta panóplia de (iii) estratégias de inserção laboral e comunitária de banda larga [*e.g.*, estratégias de potenciação do emprego (*e.g.*, disponibilização de subsídios para a contratação de pessoas; programas para apoio à criação do autoemprego)]. Do outro, somos confrontados/as com (i) limitações no reconhecimento da existência da situação de sem-abrigo [*e.g.*, inexistência de definição do construto, adotada a nível nacional e/ou nos territórios, insuficiências na sistematização da população em risco e/ou sem-abrigo e na sua caracterização]; (ii) ausência de estratégias de intervenção coordenadas segundo propósitos claros (*e.g.*, inexistência de Estratégia Nacional ou, se existe, não implementação generalizada;

iniciativas entregues a entidades diversas que as concretizam de forma não articulada entre si – causando inexistência de algumas respostas e duplicação de outras; assim como, manutenção de iniciativas em funcionamento sem monitorização em continuidade; (iii) estratégias de proteção dos/as cidadãos/as pouco eficientes e organizadas entre si [*e.g.*, vulnerabilidades, que poderão chegar à ausência, na criação e implementação de estratégias de prevenção em vários setores (*e.g.*, saúde, social, emprego), iniciativas de intervenção centralizam-se na gestão da crise e/ou no apoio remediativo, por períodos de tempo circunscrito (*e.g.*, apoio financeiro ao desemprego)].

Portugal situa-se numa dimensão intermédia deste espetro, ainda que claramente no seu quadrante inferior. A nível Europeu verificou-se, como vimos, uma rápida adesão à delineação de Estratégias Nacionais, por parte dos regimes democráticos liberais e sociais, sendo um pioneiro, de entre os regimes do sul, na sua produção (Stephens & Fitzpatrick, 2007; Baptista, 2009; Benjaminsen, Dyb & O'Sullivan, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010). Porém, e ao invés dos primeiros, em território nacional a Estratégia nunca ultrapassou o estatuto de elemento agregador de intenções para o de documento regulador da intervenção desenvolvida [*e.g.*, Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Ferreira *et al.*, 2013]. De acordo com um grupo de responsáveis por entidades com responsabilidades neste âmbito, entrevistados pela Agência Lusa, a 31 de Março de 2014 (parág. 1),

[a] Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-abrigo (ENIPSA) tem vivido do trabalho de associações, IPSS, misericórdias e municípios, dizem as organizações, segundo as quais nunca se viu o papel do Estado ou o seu financiamento. (...)

"Até ao momento encontram-se em funcionamento 14 NPISA, nomeadamente em Almada, Amadora, Braga, Cascais, Coimbra, Faro, Figueira da Foz, Lisboa, Oeiras, Porto, seixal, Setúbal e Vila Nova de Gaia", refere o ISS. No entanto, Henrique Pinto é perentório em afirmar que a estratégia "no que toca a Estado, Governo, tem estado em 'stand-by'", garantindo que a ENIPSA "está a funcionar, naquilo que é possível, pelos municípios que a agarraram e pelas organizações". (...)

A responsável da Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN) Portugal no grupo que definiu a ENIPSA disse à Lusa que desde outubro de 2013

que não têm notícias sobre o que está previsto ser feito a nível nacional. "Ela [estratégia] está a funcionar a nível local, as organizações estão a trabalhar, tendo sempre como pano de fundo a estratégia, mas a nível nacional há neste momento um silêncio absoluto", referiu Maria José Domingos, acrescentando que esse "silêncio" põe em causa o trabalho já feito. Segundo a responsável, apenas um projeto teve direito a financiamento, o chamado "Casas Primeiro", na cidade de Lisboa, e com a mudança de Governo, em 2011, as verbas foram desviadas "salvo erro" para o Programa de Emergência Social.

Em contraste evidente com o que sucede(u) em terras lusas, vimos nos países do Norte da Europa emergirem estratégias para regiões e, mesmo, cidades. A este nível importa sublinhar que, embora existam diferenças muito salientes nos papéis assumidos pelo Estado e pelas organizações não governamentais nos diversos regimes democráticos, especialistas nesta questão têm vindo a alertar para o lugar central que as autoridades locais possuem, no contexto da prestação efetiva de serviços (Huey, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010). O modelo dominante na atualidade situa no território a responsabilidade pela promoção de serviços, sendo neste contexto sugerido que as ONG e outras estruturas da sociedade civil sejam apoiadas (*e.g.*, recursos financeiros, monitorização de práticas), pelos municípios. Contraria-se, portanto, a visão reflexiva de governação (Dean, 1999; Fitzpatrick, 2005; Furedi, 2006a, 2006b; Parsell & Parsell, 2012), ao se propor, em completo contraste com as premissas que a orientam, uma posição chave do Estado, aqui entendido enquanto agente regulador das ações neste domínio. Embora possa parecer ao/a leitor/a menos informado/a sobre estes meandros que, também no nosso país, esta articulação ocorre, deve desenganar-se. Não existe coordenação global dos serviços nem avaliação sistemática das iniciativas levadas a cabo nos territórios. Para as entidades que solicitam apoios financeiros para a realização do trabalho com pessoas sem-abrigo a monitorização é, em regra, efetuada pelos organismos que prestam esse apoio (*e.g.*, Segurança Social) e de acordo com as regras e orientações que os próprios prestam [Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009; Cameron, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Olivet, *et al.*, 2010; Tavares, 2010; DMASED/DAS/DISASC/ERASA, 2011; Ferreira *et al.*, 2013; AMI, 2014]. No entanto, para as entidades, que desenvolvem trabalho sem suporte financeiro de organismos públicos, esta avaliação pode, até, nem existir. Exemplificam esta ausência de monitorização da qualidade do trabalho prestado as Equipas de rua, constituídas por

profissionais e/ou voluntários/as, num agrupamento que pode estar formalizado (ONG, Associação) ou não (grupos de voluntários de organizações religiosas) e que desenvolvem iniciativas tão diversas como disponibilização de alimentos, cobertores ou vestuário, “apoio social e psicológico”, entre outros.

Não foram, à data, implementados serviços de prevenção para agregados que se encontram em risco de experienciar a situação de sem-abrigo, tendo os habitantes de recorrer, com elevada frequência e por sua própria iniciativa, a apoios dispersos disponíveis nas suas localidades ou em povoações próximas. Veja-se, por exemplo, que se preveem neste âmbito serviços de mediação para suporte a tomada de decisão e definição de ações (*e.g.*, em casos de conflitos domésticos, de atraso nas rendas), os quais pressupõem a intervenção de equipas multidisciplinares (*e.g.*, psicólogo/a, advogado/a, profissional em Ciências da Educação, técnico/a de Serviço Social, médico/a, enfermeiro/a) especializadas na população sem-abrigo e nas suas necessidades (comuns aos/as seus/as congéneres e específicas). Em contraste, as cidades de maiores dimensões apostaram no desenvolvimento de estruturas ao alojamento apoiado, sendo marcada a predominância de Centros de Acolhimento de curta duração e, com menor expressão, Centros de Acolhimento de Emergência [GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009; Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Ferreira *et al.*, 2013].

No conjunto desta oferta de alojamento temporário podem, ainda, integrar-se habitação de transição (*e.g.*, em formato de apartamento partilhado, arrendamento de quarto) e Centros de Acolhimento para vítimas de violência doméstica. Deve, contudo, ter-se em consideração que estes dois formatos não foram, na grande generalidade das situações, criados com o propósito essencial de combate à situação de sem-abrigo mas sim a outras problemáticas (*e.g.*, violência doméstica, perturbação psiquiátrica, dificuldades intelectuais), razão pela qual estas medidas não se encontram estruturadas para fazer face às necessidades adicionais que a(s) experiência(s) de sem-teto e/ou habitação inadequada possa(m) trazer a estas pessoas. Na gama de serviços não residenciais para este grupo relevam as Equipas de rua, os Centros de Dia e as

estruturas de apoio alimentar (Reigold & Fertig, 2006; Edgar, 2009; Brêtas, *et al.*, 2010; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Hough & Rice, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Olivet *et al.*, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Thompson & Pinder, 2011; Gusmão, *et al.*, 2012; Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012; Kellog & Horn, 2012). Deve, todavia, ler-se esta aparente regularidade com particular cuidado, uma vez que, a diversidade de serviços e de estratégias de funcionamento é muitíssimo elevada. Se alguns dos equipamentos cingem a sua ação à intervenção primária para que foram vocacionados, são frequentes cruzamentos múltiplos entre esta e apoios secundários (*e.g.*, apoio social, aconselhamento jurídico, cuidados primários de saúde). No entanto, ainda que com base em metodologias distintas, e vocacionados para populações sem-abrigo nem sempre coincidentes (*e.g.*, toxicodependentes, idosos/as), estas partilham uma matriz assistencialista de base, que assenta na premissa da priorização de colmatação de necessidades prementes [Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Ferreira *et al.*, 2013]. Não foi conferido relevo de maior, em Portugal, à criação de projetos de suporte para pessoas que já estiveram em situação de sem-abrigo e que se encontram alojadas em estruturas de apoio continuado, nem para programas de intervenção especializada nos âmbitos da saúde, formação profissional ou inserção profissional [ajustados às necessidades diferenciais de grupos de pessoas que revelam dificuldades mais acentuadas (Baptista, 2009; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012c; Ferreira *et al.*, 2013)]. Os reduzidos projetos existentes não saíram, à data, da categoria de experiências piloto pontuais [Baptista, 2009; Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012c; Ferreira *et al.*, 2013].

Na ausência de recursos especializados, muitas pessoas e agregados procuram, no conjunto de ofertas disponíveis para segmentos da população com características particulares, oportunidades de ajuda em áreas/dimensões em que consideram não a obter através das modalidades de suporte à sua situação. São, assim, frequentes as

referências à integração em serviços, (não) residenciais, para pessoas com deficiência, perturbação psiquiátrica e/ou dependência, recorrendo, muitas vezes, a artimanhas e adulteração de informações (*e.g.*, simulam consumos de substâncias para aceder a apoio alimentar; apresentam evidências de agravamento do estado de saúde psicológica para priorização de vaga em estruturas de apoio psiquiátrico). Constituem dois exemplos desta procura de acesso a apoio, os relatos de dois adultos sem-teto, na cidade de Coimbra, expostos a seguir:

“[c]omo trato da roupa? Bem... eu estou na rua e não posso pagar para me tratarem disso, mesmo naquela lavagem social que acho que inventaram. (...) Eu peço a um amigo, que tem HIV e por isso pode lavar a roupa de graça no XX [designação da entidade]. Pusemos sinais com o nome dele na minha roupa e vai tudo junto” [E₅, S₁].

“[f]ui lá pedir comida e perguntaram-me se consumia. Eu disse que não e eles responderam que se não era toxicodependente não podia pedir ali ajuda. E não me deram o lanche. Fui lá passados uns dias e quando me perguntaram disse que sim – consumo tudo o que apanho, foi o que lhes disse” [Memorando de Giro de Rua, 2011].

Por fim, são também recorrentes as tentativas de utilização dos serviços disponíveis para a generalidade da população (*e.g.*, Segurança Social, Centros de Saúde), embora a relação com as estruturas seja, substantivamente, distinta da dos/as seus/as congéneres. Para além de fazerem um uso intensivo de alguns recursos e apoios existentes (*e.g.*, acesso às urgências hospitalares), as pessoas sem-abrigo tendem a avaliar estes serviços como não ajustados às suas necessidades específicas e como *hostis* (Sakamoto, *et al.*, 2009; Grant, *et al.*, 2011; Lúcio, *et al.*, 2011a, 2011b; EAPN, 2012; Cray, Miller, & Durso, 2013; Nunez & Adams, 2014; Narayana, *et al.*, 2014).

Quando contrastamos esta realidade com os modelos implementados noutros territórios europeus identificamos, de imediato, diferenças a vários níveis. O primeiro reside numa clivagem acentuada entre os propósitos assumidos e as suas implementações.

In theory, Portugal has adopted a housing-led strategy but this is not yet an operational reality. The national strategy emphasises housing as a key response to homelessness for the first time. It stresses that people should not stay in temporary accommodation for long periods and that permanent housing solutions should be found. Homelessness has traditionally been understood as a social issue, so this was an important evolution. The challenge is now implementation (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012c, p. 3).

Entendida enquanto prioridade, nos modelos que se sustentam na *nova ortodoxia*, a situação de sem-abrigo é abordada a partir de sistemas robustos e articulados, em que se conjugam medidas de largo espectro com o fornecimento de apoios especializados, tanto no que concerne o seu âmbito (*e.g.*, emprego, saúde, social), como às pessoas a que se destinam prioritariamente (*e.g.*, famílias, jovens adolescentes, idosos/as). Consubstanciadas numa definição abrangente do construto sem-abrigo, nestes territórios ocorre segmentação e especialização, mas assente numa rede eficaz de interdependência entre estruturas e serviços (rede esta que se avalia e monitoriza de forma continuada). Acresce ao referido, que os/as destinatários/as são considerados parte integrante, e vital, de todas as iniciativas que a eles/as respeitam. Neste contexto a participação, num registo de promoção da autonomia e de respeito pelo livre arbítrio, é valorizada e potenciada (Silver, 2006; Jezek, 2009; Löfstrand & Juhila, 2012). Procura-se, assim, a prossecução do direito à informação sobre as instituições e serviços, os normativos legais que sustentam a sua ação, as iniciativas levadas a cabo. Combatem-se potenciais constrangimentos à exposição dos seus interesses, expectativas e necessidades com a integração destas pessoas em todos os momentos dos processos em que estão envolvidas [*e.g.*, planificação de iniciativas, implementação de ações, avaliação da sua qualidade (Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008; 2010; Anker, 2009; Gowan, 2010; O'Sullivan *et al.*, 2013)]. Neste âmbito geográfico, os níveis de participação são ainda muito baixos, circunscrevendo-se a alguma margem de decisão relativamente à (não) aceitação de serviços e à definição de algumas das suas componentes (*e.g.*, GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009; Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Ferreira *et al.*, 2013).

Também limitadas são as iniciativas devotadas à educação de profissionais, voluntários/as e sociedade civil sobre a situação de sem-abrigo, as suas causas e consequências e os papéis que podem desempenhar no sentido do seu combate. Perante um contexto em que as perspetivas dominantes se centram na atribuição de responsabilidade ao indivíduo pela sua vivência, esta parca aposta no esclarecimento das populações pode ter efeitos nefastos aos mais diversos níveis (Oshana, 2003; Furedi, 2006a, 2006b; Toro *et al.*, 2007; Miguel, Ornelas & Maroco, 2010; Parsell & Parsell,

2012). Disseminou-se, por um lado, a utilização de argumentos sustentados nas falhas/limitações da pessoa e do seu caráter e, por outro, de que esta resulta de uma escolha livre e assumida (McNaughton, 2008; Gowan, 2010; Parker, 2010; National Center on Family Homelessness, 2012; Parsell & Parsell, 2012). Sem pretensões de repetir as reflexões tecidas a este respeito, parece-nos essencial sublinhar, mais uma vez, que estas justificações constituem um erro de atribuição fundamental que mina a qualidade da intervenção prestada, as políticas desenvolvidas e mesmo as opções de investigação prosseguidas (Riggio & Garcia, 2009; Schneider, Gruman, & Coutts, 2012). Também o descuidar das necessidades específicas de algumas pessoas, em resultado de diferenças culturais, religiosas ou outras, traz consequências muito negativas. À inexistência de serviços especializados para fazer face a estas especificidades podem associar-se modalidades de intervenção que põem em causa a segurança e o bem-estar (psicológico ou físico) destes indivíduos, assim como comportamentos e discursos dos/as técnicos/as e voluntários/as que são interpretados como preconceituosos e/ou discriminatórios (Busch-Geertsema *et al.*, 2010).

Procurado, mas não encontrado, o novo azimute que guiaria a navegação das democracias ocidentais, com expressão nas Europeias, em relação ao combate eficaz da situação de sem-abrigo, ainda se encontra oculto, por entre cartas e bússolas pouco afinadas. Daly (2013, p. 14) sumaria, de forma acutilante, a necessidade da mudança paradigmática a que temos vindo a reportar-nos,

Homelessness is not a new phenomenon, nor are the responses it generates. Common reactions are to label and stigmatize people without shelter and to differentiate between the deserving and underserving poor. These notions, reflecting an institutional response to of social control, engender public passivity. But the issues associated with homelessness relate more to a lack of public resource commitment than to individual failures or behavioral disorders. Government actions, at both national and local levels, contribute to this problem. Homelessness is a product, in part, of public policy, and thus cannot be separated from its social, political, economic, and institutional context. A grave shortage of affordable housing, affecting even those with low income people who work full-time, has been aggravated by deindustrialization and global economic changes. Homelessness may be seen as a manifestation of a loss of shared common ground or abandonment of the notion of the public realm in a civil society. Government funding is essential in order to ensure that adequate housing and related services are available for low-income people. Self-help housing, then, is given considerable emphasis in this study because it represents far more than shelter; it

is an attempt to reclaim the commons and to develop a sense of community, a sense of place, a place to call home.

As ambições expressas, incluindo as do governo português, foram, sem dúvida, muitas e arrojadas, no entanto o receio de terras desconhecidas, o desajuste da armada colocada à disposição e as imperfeições das rotas estabelecidas culminaram numa investida fragmentada e insuficiente para fazer face aos *duros* roteiros que se impunham. Caímos, por isso, na *Balada do velho marinheiro*, desejosos de mudança, mas enrodilhados numa densa rede de geradores e ambiências que provocam navegações, tendencialmente, circulares e grande insatisfação.

Aos responsáveis pelo *design* deste novo mapa faltou a coragem de apagar rotas anteriores, que já se haviam revelado infrutíferas e dispendiosas (*e.g.*, proliferação de equipas de rua, aposta em aumento do número de Centros de Acolhimento, contratação de profissionais sem especialização), e substituí-las por trajetos alternativos de navegação (*e.g.*, criação de estratégias de prevenção à perda de alojamento, priorização do apoio à habitação, implementação de mecanismos de apoio crescente – dependente das reais necessidades sentidas pelos/as seus/as destinatários/as). Por compromentimentos vários, as âncoras dos barcos nunca levantaram e a armada, que se previa robusta, saiu do porto com um punhado parco de barcos à vela que, corajosamente, tentaram projetos piloto, dos quais se apresentaram resultados interessantes (*e.g.*, Projeto *housing first* levado a cabo em Lisboa), mas que não foram suficientes para convencer o governo português de que a emergência de um novo paradigma fazia sentido.

Aos restantes tripulantes, presos entre uma matriz governativa reflexiva (Dean, 1999; Fitzpatrick, 2005; Furedi, 2006a, 2006b; Parsell & Parsell, 2012), mecanismos tradicionais de intervenção (*e.g.*, metodologias assente na supressão de necessidades básicas), e crescentes estrangimentos financeiros, ficou o sabor agri-doce do confronto entre as cartas que tinham em mãos (*e.g.*, Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo, 2009), que antecipavam novidades e maior celeridade na intervenção, e o avolumar das dificuldades sentidas. Perante este frágil equilíbrio optaram, porém, pela manutenção da tipologia vigente (centralizada na remediação de deficiências/lacunas individuais e de duração circunscrita), introduzindo alterações

pontuais no sentido de maior autonomização dos/as seus/as destinatários/as e procurando a sustentabilidade das iniciativas realizadas.

Vários foram os argumentos apresentados para esta malograda missão, tendo a crise de 2008 recebido parte da responsabilidade, porém, o investimento numa definição do construto muito restrita, a despriorização da intervenção por parte dos organismos estatais e a inação que se verifica nos territórios não podem ser explicadas, apenas, pelas limitações financeiras decorrentes dela. Em rigor, trata-se da ausência de renovação estratégica neste domínio, *i.e.*, da não prossecução das rotas que se diz terem sido definidas, em grande medida porque não se pretende fazê-lo. A partilha de poderes, a articulação de responsabilidades e de atribuições, a clarificação dos mecanismos de operacionalização dos projetos e iniciativas, e a avaliação do trabalho desenvolvido, sob o pano de fundo de uma presença próxima do Estado na intervenção com sem-abrigo, não saíram, ainda, do papel (*e.g.*, Baptista, 2009; GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009; Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Ferreira *et al.*, 2013).

Entretanto, noutros países, já se veleja, hoje, em alto mar, com rotas que se constroem, em dinâmica interação, por parte de muitos/as intervenientes (*e.g.*, investigadores/as, agentes com responsabilidades de governação, agentes da sociedade civil, pessoas em situação de sem-abrigo), e que são monitorizadas, de perto, pelos/as seus/as proponentes e usufruários/as. Longe de terminados, estes novos roteiros mostram, todavia, resultados bem mais satisfatórios (*e.g.*, taxas de reincidência inferiores, menos custo de concretização) do que os que obtemos recorrendo à manutenção das estratégias tradicionais de estudo e intervenção neste domínio (*e.g.*, Busch-Geertsema & Sahlin, 2007; Fredriksson, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; de Silva, Manworren & Targonski, 2011; Nicholls, 2011; Daly, 2013).

SÍNTESE DO CAPÍTULO

Perante a acumulação de indicadores, que confirmam insuficiências várias das abordagens tradicionais de concetualização e de intervenção na situação de sem-abrigo, investigadores/as de diversos quadrantes científicos procuraram uma *visão* compreensiva que integrasse, em si mesma, o conhecimento acumulado sobre esta problemática e que, pela inovação que traria, possibilitasse uma *revolução copernicana* na investigação e intervenção com pessoas e famílias em circunstâncias de privação habitacional severa (Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Menezes, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; McNaughton, 2010; Stephens, *et al.*, 2010). Denominada *nova ortodoxia*, esta proposta estrutura-se a partir da convicção de que os modelos (teóricos e/ou de ação) elaborados devem respeitar a complexidade e multidimensionalidade inerente a esta *situação*, abordando-a enquanto processo, evolutivo e transitório, na vida de indivíduos, agregados e comunidades (Pleace, 2000; Zufferey & Kerr, 2004; Didenko & Pankratz, 2007; Moore, 2007; Barbour *et al.*, 2008; McNaughton, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Pleace, 2013; Robaina, 2013). Não se trata, portanto, de uma condição nem de uma circunstância estática que caracterizaria a privação severa do foro habitacional, mas sim de um compósito diferenciado de fatores, de ordem muito diversa, que se organizam a partir de equilíbrios precários e provisórios, traduzindo-se em formatos diferentes de vulnerabilidade face ao alojamento, mas que podem estender-se às restantes esferas da vida em sociedade (Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Schindler, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; McNaughton, 2010; Sermons & Witte, 2001a, 2012b; Daly, 2013; de Decker & Segers, 2013).

Neste enquadramento confere-se, por conseguinte, centralidade às pessoas, nomeadamente às suas (não) preocupações, (não) necessidades, (não) interesses, (não) comportamentos e, evidentemente, às (não) decisões. Enquanto seres racionais e ativos, mesmo perante acentuada limitação de vínculos (*e.g.*, laboral, comunitário, familiar) e perante um acesso e usufruto parciais da vasta maioria dos bens e regalias que os seus pares consideram essenciais, demonstram capacidades múltiplas e ativam estratégias

criativas de sobrevivência (Garland, Richards, & Cooney, 2010; Nooe & Patterson, 2010; Reeve & Batty, 2011; de Decker & Segers, 2013; McLoughlin, 2013; Reeve, 2013).

Subordinada à revisão crítica das abordagens mais recentes de conceitualização e de intervenção na situação de sem-abrigo, a arquitetura deste capítulo estruturou-se com o objetivo geral de fornecer uma proposta sistemática das linhas essenciais, que sustentam a plataforma de entendimento global já formada, e aquilo que os/as investigadores/as aspiram para as próximas décadas. Delimitaram-se, segundo as perspectivas dos/as seus/as proponentes e críticos/as, os consensos que esta agrega, as suas mais-valias, assim como as dimensões lacunares que esta ainda encerra e que constituem prioridades de investigação para os próximos anos (Vázquez & Muñoz, 2001; Zufferey & Kerr, 2004; Menezes, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010).

Iniciámos com a revisão de propostas de operacionalização do construto sem-abrigo e das principais categorias que o integram, apontando as similaridades e as discrepâncias que apresentam entre si (Marpsat, 2003; Australian Human Rights Commission, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Calandrino, 2010; Cronley, 2010; Culhane & Byrne, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Sharama & Hulsea, 2014). Das várias definições em análise destacámos, com recurso a argumentos múltiplos que sustentam a sua mais-valia face às restantes, a *European Typology on Homelessness and Housing Exclusion* (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007). Para esta tipologia, foram apresentados os domínios (físico, social e legal), as categorias e as subcategorias, assim como os elementos que atestam a sua robustez (Edgar *et al.*, 2007; Edgar, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Culhane & Byrne, 2010; Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011; Edgar, 2012; Sahlin, 2012; Pleace & Bretherton, 2013). Expuseram-se, ainda, alguns aspetos que, segundo especialistas no domínio, necessitam de melhoria, tendo estes sido analisados em confronto com as sugestões apresentadas para a sua colmatação [*e.g.*, ausência de racional preciso que sustente a separação entre as categorias sem-abrigo e exclusão habitacional (Culhane & Byrne, 2010; Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011; Edgar, 2012; Pleace & Bretherton, 2013)].

A sistematização de uma tipologia de operacionalização do construto, que apresente robustez concetual, empírica e para a ação revela-se, a nosso ver, central para

a mobilização deste olhar sistemático e sistematizado que se busca na *nova ortodoxia*. Sem um esforço cuidado de circunscrição do domínio, estaríamos impossibilitados de empreender, com a segurança necessária, o esforço de análise articulada dos efeitos concorrentes e diferidos que materializam cada uma das circunstâncias que a situação de sem-abrigo incorpora. Como refletimos neste segundo capítulo, um dos maiores desafios que se colocam, na contemporaneidade, é o da compreensão, por outras vias que não o da fragmentação do real, da ação de variáveis precipitadoras, agravantes e suportativas da saída, assumindo que, pese a eventual regularidade dos seus efeitos, a sua ação é sempre mediada pelas diferentes combinatórias que estabelecem entre si, e em contextos, territórios e períodos de tempo distintos (Pleace, 2000; Barbour *et al.*, 2008; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Persaud, McIntyre, & Mileney, 2010; Shinn, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Warnes, Crane, & Coward, 2010). Assim, e com base nas descobertas produzidas com base nesta matriz, sintetizamos os principais agrupamentos de fatores que concorrem para a emergência, manutenção no tempo e saída da situação de sem-abrigo. Como tivemos oportunidade de sublinhar, esta tarefa não resultou da identificação de variáveis isoladas e da sinalização do seu contributo em cada um dos três momentos considerados. Pelo contrário, neste capítulo mobilizámos uma abordagem reflexiva que abraça a complexidade, apresentando as interações mais frequentes e os seus resultados. Reflete-se, em paralelo, sobre dificuldades na identificação e escrutínio de parte dos efeitos destes conjuntos, pela embrenhada interação que mantêm entre si e, também, pelo reduzido número de estudos realizados em que, em efetivo, são contemplados.

Dedicamos o ponto seguinte do capítulo à explanação das abordagens contemporâneas que se consubstanciam nesta *nova ortodoxia*. Pese a elevada heterogeneidade de projetos e iniciativas que incorporam, estas centram-se em três preocupações centrais: minimização da necessidade de alojamento temporário, maximização da qualidade das estratégias de prevenção, e realojamento célere das pessoas sem-abrigo (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Warnes, Crane & Coward, 2010; Levy, 2012; Daly, 2013; Gibb, Maclennan & Stephens, 2013). Atingiu-se consenso na assunção de que, na elevada maioria de casos, as dificuldades e problemas são resolvidos de forma mais eficaz e eficiente através da disponibilização de apoio flexível em alojamento regular, em detrimento da integração das pessoas em estruturas destinadas ao apoio de

pessoas sem-abrigo (Busch-Geertsema and Sahlin, 2007; Kertesz *et al.*, 2009; Kertesz & Weiner, 2009; Tsai, Mares & Rosenheck, 2010). Note-se, todavia, que, para que este sistema funcione é imprescindível que se proceda ao aumento da oferta de alojamento a baixo custo ou o apoio à sua manutenção para grupos com maior fragilidade financeira. Precisa-se, em síntese, de uma oferta habitacional diversificada e mais acessível, de um sistema de Segurança Social que assegure respostas ajustadas e céleres, mecanismos de intervenção em crise de implementação imediata, e de uma rede flexibilizada de serviços de apoio adicional, todos eles existentes, e a funcionar, nos territórios em que as pessoas se encontram (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Warnes, Crane & Coward, 2010; Levy, 2012; Daly, 2013).

Para atender a esta pluralidade de necessidades, defende-se, nesta abordagem, que se atenda a quatro dimensões-chave, que devem ser acessíveis, o mais breve possível (idealmente de imediato) e num registo de grande flexibilidade, para que se potencie o seu ajuste às particularidades de cada pessoa/família (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Gaetz *et al.*, 2013; Levitt *et al.*, 2013). Constitui a primeira destas dimensões, a garantia de existência de habitação adequada, incluindo para os segmentos vulneráveis das populações. Em estreita articulação com a anterior, aponta-se como essencial o assegurar que cada ser humano ou agregado possua capacidade para sinalizar habitação digna e, perante essa opção, que lhe sejam disponibilizados meios (*e.g.*, via oportunidade de inserção laboral, via arrendamento apoiado) para que possa pagá-la. Para aqueles/as que possuem vulnerabilidades individuais, propõe-se que sejam implementadas intervenções especializadas de apoio nos âmbitos da saúde, finanças e social, de forma a potenciar as oportunidades de participação nas decisões que respeitam à sua vida e à da comunidade em que se encontra (Anderson *et al.*, 2008; Martins, 2008; Jackson & Saltman, 2011; de Silva, Manworren, & Targonski, 2011; Nicholls, 2011; Levitt, 2012; Levitt *et al.*, 2013; Dawson & Jackson, 2013; Gonzalez, Klendo & Thorpe, 2013; Fraenkel, 2014). Por fim, prioriza-se o combate à exclusão social, aqui lido numa dimensão mais abrangente, com o propósito de proteção da emergência da situação de sem-abrigo (Calandrino, 2010; Daly, 2013).

Globalmente, os estudos corroboram a maior qualidade destas propostas, em comparação com os modelos em escada, assentes na colmatação de limitações e na procura de supressão de necessidades tidas como prioritárias (*e.g.*, alimentação,

higiene), em confronto com os resultados prometedores de abordagens menos intensivas e de custos mais modestos, em que se insere o *Housing first*, nas quais se promove escolha real por parte dos/as destinatários/as dos serviços (Shaheen & Rio, 2007; Tainio, & Fredriksson, 2009; de Silva, Manworren & Targonski, 2011; Nicholls, 2011). Às referências a maior satisfação e apreciação positiva da qualidade dos serviços prestados, adicionam-se evidências de saídas sucedidas da situação de sem-abrigo, *i.e.*, de longa duração, assumidas pelos/as próprios/as como desejadas, consubstanciadas em mudanças efetivas (*e.g.*, integração no mercado de trabalho, inserção em iniciativas formais de educação, participação ativa na comunidade, diminuição da sintomatologia psiquiátrica).

Note-se, contudo, que a avaliação científica da intervenção, desenvolvida em áreas que não a habitação, é, significativamente, mais reduzida. Por exemplo, são muito poucas as evidências das potencialidades e limitações de medidas de apoio ao emprego, não porque os resultados das investigações apontem nesse sentido, mas sim devido (i) à inexistência destes serviços em muitos países, e (ii) ao não investimento na avaliação científica deste tipo de trabalhos (Busch-Geertsema *et al.*, 2010). Idêntico fenómeno ocorre em relação às estratégias de integração social e comunitária implementadas, que, pelo cariz exploratório e pontual, não são, em regra, alvo de avaliação sistematizada, o que impossibilita qualquer tentativa de aferição da sua qualidade e de eventual adaptação para noutros grupos e contextos (Busch-Geertsema & Sahlin, 2007).

Pelo exposto, não surpreende que se termine o capítulo com uma reflexão crítica sobre a evolução operada e os constrangimentos que ainda permanecem no estudo e intervenção nesta área, salientando-se o carácter urgente da implementação de uma cultura de avaliação das políticas e das intervenções desenvolvidas, que se agregue aos esforços de concetualização da problemática e de monitorização da sua emergência, manutenção e saída, para pessoas e famílias, em momentos distintos no tempo. A análise longitudinal, sistemática e rigorosa dos serviços possibilita a compilação de evidências sobre o que, efetivamente, funciona, como o/a investigador/a opera e em que circunstâncias pode/deve ser implementado. Auxilia, adicionalmente, a revisão de políticas de intervenção, no sentido de contínua melhoria das propostas que se privilegiam, e do abandono de possibilidades que não são ajustadas/adequadas para fazer face às reais necessidades de pessoais e comunidades (Culhane & Burne, 2010).

CAPÍTULO 3

*GROUNDING THEORY: UMA METODOLOGIA SINGULAR DE
GERAÇÃO SISTEMÁTICA DE TEORIA*

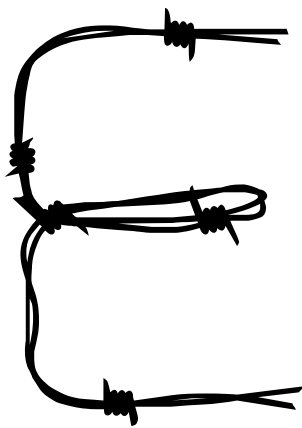
Grounded Theory is an inductive methodology. Although many call Grounded Theory a qualitative method, it is not. It is a general method. It is the systematic generation of theory from systematic research. It is a set of rigorous research procedures leading to the emergence of conceptual categories. These concepts/categories are related to each other as a theoretical explanation of the action(s) that continually resolves the main concern of the participants in a substantive area

CAPÍTULO 3

GROUNDING THEORY: UMA ABORDAGEM SINGULAR DE GERAÇÃO SISTEMÁTICA DE TEORIA

Using the grounded approach it is possible to study the meanings of events for people. This is based on the assumption that meanings must be shared and this sharing is accomplished via a common language and socialization.

Backman & Kyngäs, 1999, p. 147



Este Projeto de Investigação desenvolveu-se segundo a matriz conceptual e metodológica da *Grounded Theory* Clássica⁸⁹. Partimos, neste âmbito, das orientações fornecidas por Glaser e Strauss (1965, 1967) e por Glaser (*e.g.*, 1978, 1992, 1998, 2004, 2005, 2006, 2009a, 2009b, 2012, 2014) para a sua planificação e concretização, bem como para a apreciação dos procedimentos que sustentam a sua aplicabilidade no seio das Ciências da Educação. Embora conhecida da maior parte dos/as investigadores/as, a compreensão das particularidades inerentes a uma aplicação ajustada desta metodologia requer revisão profunda dos seus pressupostos e linhas orientadoras. Neste sentido, não é suficiente indicar que se recorreu à *Grounded Theory* num determinado estudo (McCarthy, 2006; Athens, 2010; Wagner, Lukassen & Mahlendorf, 2010).

A sua utilização prevê a compreensão, por parte do/a cientista, das especificidades da investigação em Ciências Sociais e Humanas (em comparação com a matriz dominante nas ciências exatas) e que, tendo este/a perscrutado diferentes orientações a nível epistemológico, ontológico e metodológico, assumiu de forma consciente e fundamentada a sua opção. Este/a é, portanto, convidado/a a visitar as premissas base da construção do conhecimento científico, na procura de uma compreensão mais profunda daquilo que (se) entende por ciência. Tomamos, nesta

⁸⁹ A *Grounded Theory* Clássica surge, também, referenciada na literatura sob as designações de *Grounded Theory* Ortodoxa ou *Grounded Theory* Glaseriana.

reflexão, como nossa a proposta de clarificação da autoria de Amado (2009, p. 63), segundo a qual

a ciência é um esforço de compreensão da realidade. Esforço que tem como primeiro objectivo (mas não o único) construir teorias que permitam, antes de tudo, obter a referida compreensão, isto é a explicação através do estabelecimento empiricamente comprovado de relações de causalidade, ou, a interpretação dos factos humanos tomando como base o sentido que os sujeitos conferem às circunstâncias e aos actos que de algum modo vivenciam; as teorias são também instrumentos para, através dos conceitos e vocabulário que elas oferecem, se questionar a realidade colocando novos problemas e sujeitando-se, por isso mesmo, a constantes confrontações e a revisões quando a realidade questionada não se mostra conseqüente com eles.

A definição anterior, pelo seu carácter amplo, alude para a possibilidade de coexistência de diferentes tradições⁹⁰ que suportam a emergência de várias abordagens e, como tal, de investigações com características distintas (*e.g.*, Eisenhart, 1990; Cupchik, 2001; Kelle, 2001; Shank, 2001; Campenhoudt, 2003; Matos, 2007; Amado, 2009). A estas associam-se, com maior ou menor notoriedade, determinadas estratégias e instrumentos de recolha de dados, assim como técnicas específicas para a sua análise e interpretação (Miller & Cabtree, 1992; Lincoln & Guba, 1998, 2003; Günther, 2006, Creswell, 2007a, 2007b; Athens, 2010). Esta multiplicidade de abordagens resulta, em parte, da natureza da realidade alvo do estudo (objetiva ou subjetiva) e configura duas orientações gerais dos propósitos da investigação científica, *explicar* ou *interpretar* (Shank, 2001; Amado, 2009).

Esta diversidade é de tal forma (re)conhecida pela comunidade científica que Pinto (1990, p. 13) declara, sem reservas, que *hoje* “é possível efectuar investigação em

⁹⁰ No âmbito desta Tese utilizaremos, na senda de Bogdan e Biklen (1982), Hamilton (1994) e Vieira (1995) o constructo *tradição*, e não *paradigma*, sempre que nos reportemos à existência de consensos a nível das Ciências Sociais e Humanas. Consideramos que a noção de paradigma, proposta por Kuhn (1970) no contexto da explicitação da evolução das Ciências Naturais, não é aplicável, na íntegra, às Ciências Sociais e Humanas, uma vez que “não corresponde à realidade das ciências sociais essa uniformidade de crenças, metodologias, etc., que caracterizam as ciências naturais: no que respeita às primeiras, há consensos sectoriais, ao nível de grupos específicos de cientistas, e não a nível de toda a comunidade” (Vieira, 1995, p. 20). Neste contexto, ao utilizar o constructo *tradição* reportamo-nos, por conseguinte, à existência de acordos por consenso, mais ou menos restritos, que coexistem na(s) área(s) que queiramos considerar. É, em suma, possível que num mesmo momento histórico existam diferentes tradições, que constituem abordagens concorrentes de conceptualizar e concretizar investigação (Vieira, 1995). Porém, e à semelhança da opção seguida por Vieira (1995), utilizamos o constructo de paradigma sempre que tracemos comparações entre a investigação realizada segundo o paradigma positivista e aquelas que se inserem nas tradições não-positivistas, embora num sentido menos restrito daquele que lhe conferiu Kuhn (1970).

qualquer área do saber, em qualquer local, sobre qualquer fenómeno e com diferentes pessoas”. Esta variedade hipotética não deve, contudo, ser confundida com fácil acesso e rápido domínio dos métodos por parte dos/as investigadores/as. Pese o número substancial de publicações dedicadas à Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas (*e.g.*, LeComte, Millroy & Preissle, 1992; Rennie, 1999; Morrow & Smith, 2000; Fernandes & Maia, 2001; Chizzotti, 2003; Denzin & Lincoln, 2003; Henwood & Pidgeon, 2003; Creswell, 2007a, Creswell, 2007b); Creswell e colaboradores (2007) consideram que existe reduzida produção científica sobre o processo de escolha. Para vários/as autores/as é insuficiente o número de fontes em que se apresentam comparações sistemáticas que incluam a análise de similitudes e de diferenças entre múltiplas abordagens (Fielding & Schreier, 2001; Creswell *et al.*, 2007). Ocorre, em consequência, frequente confronto com a ausência de apoio no que concerne a concretização efetiva das orientações que encontram descritas na literatura (Morrow & Smith, 2000; Günther, 2006). Esta questão influencia a sua liberdade porque o leque de escolhas potenciais se restringe, na eminência da concretização de um estudo, à gama de opções a que estes consideram ter real acesso e domínio. Muller (2006) alerta em concreto para este assunto quando analisa os constrangimentos, a este nível, por parte de profissionais e pesquisadores/as iniciantes.

Students and practitioners alike sometimes attach themselves to certain tools and then apply those favorable tools indiscriminately. They have only a few tools at their disposal, or perhaps they have come to feel more comfortable with certain ones. Some may have assimilated a particular viewpoint that tells them one or two tools are the only ones that “work” (Muller, 2006, pp. 79-80).

Do exposto, salienta-se a multiplicidade de factores que contribuem para a seleção de um plano de investigação, parte dos quais derivados da formação de quem a realiza e do seu treino em investigação científica. Como vimos, a familiaridade dos/as potenciais destinatários/as do trabalho com uma abordagem ou, até, as preferências do/a investigador/a ou da organização em que este se encontra vinculado/a são variáveis importantes (Günther, 2006; Creswell, 2007a, 2007b; Creswell *et al.*, 2007; Warrington, 2007). O seu confronto com diferentes estilos de narrativas (escrita radicada no estilo previsto nas concepções tradicionais de ciência ou mais próxima de um estilo literário) e o tipo de produto final escrito que se pretende que apresente são outras dimensões a não descurar (Creswell *et al.*, 2007, pp. 239-240). Todavia, são as estratégias de recolha

e análise dos dados e o produto final produzido que mais distinguem, segundo estes autores, as investigações realizadas.

Neste encadeamento, desenvolver um Projeto de investigação consubstanciado na *Grounded Theory* assumindo que a vida em sociedade é complexa, ainda que passível de estudo e explicação, foi uma escolha ponderada. Ao fornecer um conjunto de procedimentos sistemático para a conceptualização das diferentes informações, em que se privilegia uma abordagem indutiva, a *Grounded Theory* possibilita a geração de uma teoria que radica nos dados e a clarificação dos processos (dinâmicas e interações) que ocorrem em determinados contextos (Glaser, 1998, 2001, 2002, 2005, 2012). Relembramos, a este propósito, que “the goal of Grounded Theory is to generate a conceptual theory that accounts for a pattern of behavior which is relevant and problematic for those involved” (Glaser, 1978, p. 93). Todavia, a *Grounded Theory* produzida não se limita ao contexto de que emerge; pelo contrário, ela respeita à descoberta de comportamentos que podem ocorrer em contextos diversos. É, precisamente, esta sua característica que possibilita, fruto da existência de trabalhos anteriores (que versam esta problemática em concreto) ou da concretização de outros estudos, o desenvolvimento de uma teoria formal em que os mesmos padrões são descobertos em várias unidades substantivas.

No nosso caso, a opção pela *Grounded Theory* não deriva, na sua essência, de preferências pessoais ou organizacionais, nem da maior familiaridade com esta abordagem, mas sim das particularidades deste projeto. Como referido, a *Grounded Theory* foi por nós descoberta nas etapas iniciais de acesso ao campo. Assim, em contraste com abordagens tradicionais, este estudo não resultou de um problema de investigação sedimentado ou de uma assunção apriorística a propósito de como um grupo de variáveis se comporta. No seguimento, os seus resultados também não fornecerão uma descrição dos acontecimentos ou confirmação (infirmação) de hipóteses. Estas não atendem, portanto, aos critérios previstos para a sua formulação de acordo com as premissas positivistas de ciência. Em contraste com este posicionamento, as hipóteses emergiram dos dados durante o processo de recolha e análise dos mesmos, tal como preconizado por Glaser e Strauss (1967; Glaser, 1978, 1992, 1994, 1998, 1999, 2001, 2012; Glaser & Holton, 2007). Acresce que este Projeto não teve início nem

decorreu em ambiente controlado, mas nos contextos em que as pessoas, efetivamente, vivem.

Suportam esta decisão outros factores de relevo que afloramos ao longo deste capítulo. Apesar de terem sido publicadas algumas investigações que analisam diferentes dimensões associadas ao desvio, risco ou outras problemáticas no âmbito da exclusão social, o conhecimento científico destas questões na Europa é insuficiente. Portugal não é, de todo, exceção a este nosso reparo, sendo evidente a urgência de encetar um esforço sério de investimento a este nível. Para este quadro muito concorre a dificuldade que os/as investigadores/as encontram em aceder às populações que experienciam as referidas problemáticas e, após este contacto, em obter informações válidas e pertinentes. Já, em 1965, Glaser alertava para este facto dizendo,

Because these areas raise problems of secrecy, sensitivity, taboo topics, stigma, and legality, and because people in these situations are usually adept at covering the facts when necessary, often the only way a researcher can obtain any data, or data that is accurate, is some combination of observing what is going on, talking in rather loose, sharing, fashion with the people in the situation, and reading some form of document that they have written. These methods best allow the researcher either to gain the trust of the people in the research (Glaser, 1965, p. 436).

Pelo exposto, e tendo em consideração as particularidades do estudo que se pretende levar a cabo, respeitante ao conhecimento de uma realidade social que se afasta dos padrões normalizados de vida em sociedade, no Portugal do início do século XXI, reforça-se a pertinência da utilização da *Grounded Theory*. Em estreita associação, somos, também, desafiados/as a redefinir as *pautas* de leitura do real e os fundamentos e modelos de produção de conhecimento. Neste âmbito,

in order to understand human action, advocates of Grounded Theory find it imperative to learn something about these interpretative processes and how they shape an action that in turn will shape further action (Muller, 2006, p. 84).

Releva, destas premissas, a centralidade da compreensão das ações dos/as participantes, a partir das suas leituras interpretativas e das interações dinâmicas que ocorrem num determinado universo. Ações que, se lidas fora do contexto em que ocorrem, podem parecer inexplicáveis ou irracionais são facilmente compreensíveis quando as analisamos a partir das interpretações que a pessoa faz da sua própria situação. O significado não reside, portanto, na condição ou no evento em concreto mas

nas interpretações, mais ou menos factuais ou desajustadas, que as pessoas dele(a) fazem. Significado, ação e interação são, desta forma, conceitos-chave para a *Grounded Theory*, uma vez que, se pretende “not only to uncover relevant conditions, but also to determine how the actors respond to changing conditions and to the consequences of their actions” (Corbin & Strauss, 1998, p. 5). Todavia, o propósito da *Grounded Theory* é mais vasto, pois implica a emergência de teoria consubstanciada nos dados (*e.g.*, Glaser 1978, 1992, 1998, 2004, 2005, 2012, 2014). Uma teoria assim gerada fornece um modelo conceptual de como os participantes resolvem a sua maior preocupação/problema (*e.g.*, Glaser, 1992, 2001, 2012). Em resultado, a *Grounded Theory* situa-se a nível conceptual e não interaccional (*e.g.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1999, 2003, 2012).

Expostas as considerações iniciais damos início à apresentação da estrutura deste capítulo. Iniciamos com a revisão crítica dos fundamentos epistemológicos, ontológicos e epistemológicos, e a análise dos contributos de Glaser e de Strauss. Segue-se a discussão a propósito de distintas *ópticas de leitura* sobre a *Grounded Theory*. Neste ponto, contrastamos as posições de diferentes autores sobre os seus sustentáculos. Analisamos, na rubrica seguinte, duas propostas distintas da *Grounded Theory* [a *Grounded Theory* Clássica (*e.g.*, Glaser, 1993, 1994, 1996, 1998, 1999, 2001, 2005, 2007, 2009a, 2009b, 2012, 2014) e a versão defendida por Strauss e Corbin (*e.g.*, 1994, 1998; Corbin & Strauss, 1990)]. Apresentamos, em seguida, o *design* da investigação, tal como os seus fundadores a preconizaram (*Grounded Theory* Ortodoxa). Para este efeito, tecemos breves referências à seleção da amostra, aos processos de recolha, codificação e análise dos dados. Uma vez que a informação passível de integração neste tipo de pesquisas é muito rica em número e forma incluímos, ainda neste ponto, sumária alusão às fontes e aos instrumentos tipicamente mobilizados, assim como à sua utilidade e aplicabilidade em contextos diversos. Afloramos, também, as temáticas da elaboração e organização dos memorandos, das especificidades do processo de revisão da literatura, assim como as questões centrais inerentes à escrita da teoria. Prosseguimos com a exploração dos desafios que se colocam ao/a investigador/a na planificação e na concretização de investigações consubstanciadas na *Grounded Theory*. Por fim, elencamos os principais critérios de avaliação de uma *GT* e os argumentos que suportam a sua adequação.

3.1 A *GROUNDING THEORY* NO CONTEXTO DA EVOLUÇÃO CIENTÍFICA OPERADA NO ÚLTIMO SÉCULO

The rate of the development of science is not the rate at which you make observations alone but, much more important, the rate at which you create new things to test.

If we were not able or did not desire to look in any new direction, if we did not have a doubt or recognize ignorance, we would not get any new ideas. There would be nothing worth checking, because we would know what is true. So what we call scientific knowledge today is a body of statements of varying degrees of certainty. Some of them are most unsure; some of them are nearly sure; but none is absolutely certain. Scientists are used to this. We know that it is consistent to be able to live and not know. Some people say, „How can you live without knowing?“ I do not know what they mean. I always live without knowing. That is easy. How you get to know is what I want to know.

Feynman, 1963, p. 13

Ao longo do século XX a investigação científica, nas Ciências Sociais e Humanas, sofreu, como já tivemos oportunidade de indicar, um desenvolvimento expressivo. Inicialmente fixada nas restrições impostas pelas Ciências Exatas deu, ao longo dos últimos cem anos, passos firmes no sentido da construção de um *corpus* mais coerente e ajustado à complexidade do seu objeto de estudo.

Reagindo criticamente a este carácter psicometricista e a esta visão atomizadora do homem e da sociedade, fortemente influenciada pelo modelo positivista herdado das ciências naturais, muitos investigadores na área das ciências sociais, desde finais do século XIX e especialmente durante o século XX, têm feito algumas tentativas de construção de uma ciência mais “humanizante”, que permita aos sujeitos tomar parte de uma forma mais ativa nas investigações cujo objectivo é a compreensão dos fenómenos sociais (Vieira, 1995, p. 2).

Não podemos desprezar, neste encadeamento, a evolução substantiva que a investigação, em particular de tipo não-positivista⁹¹, sofreu ao longo das últimas

⁹¹ Esta designação é, muitas vezes, substituída pela expressão *investigação qualitativa*. Contudo, e como teremos oportunidade de analisar na componente respeitante à avaliação dos estudos desenvolvidos segundo a *Grounding Theory*, a utilização desta última (investigação qualitativa) deve ser prioritariamente remetida para a descrição do método a que se recorreu e não à tradição de investigação de que se parte, uma vez que, em cada uma das tradições que queiramos considerar, o/a investigador/a pode optar por um (ou mais) método(s), sejam estes de tipo quantitativo, qualitativo ou até que resultem da utilização de ambos. A definição do paradigma (nas Ciências exatas) ou tradição

décadas. A *Grounded Theory* surgiu na sequência de alterações significativas na(s) matriz(es) dominante(s) de pensamento científico, que se traduziram no alargamento de perspectivas teóricas e metodológicas e no crescente reconhecimento da importância e adequação da investigação qualitativa no seio da comunidade científica. Por este motivo, tecemos em seguida um brevíssimo apontamento sobre os principais marcos de evolução descritos por Denzin e Lincoln (2003), uma vez que, embora se tenham centrado nos Estados Unidos da América, em rigor, as etapas que descrevem são extensivas às transformações operadas um pouco por todo o planeta. Deve, porém, ter-se em conta que este processo gradual de desenvolvimento não ocorreu de forma linear ou pacífica. Hamilton (2004) caracteriza-o como um percurso turbulento pautado por claros avanços mas, também, por consideráveis recuos.

A aplicação dos métodos qualitativos foi, no início do século, relegada para as etapas iniciais dos projetos de investigação (Pires, 2001; Denzin & Lincoln, 2003). Neste período *Tradicional* [1900 – 1950], os métodos qualitativos estavam, ainda, num período embrionário do seu desenvolvimento e serviam, essencialmente, o propósito de fornecer algumas categorias e hipóteses que, depois, seriam testadas através de técnicas quantitativas. A influência da tradição positivista era enorme. Os/as cientistas pretendiam medir, validar e generalizar os dados obtidos. Segundo Bogdan e Biklen (1982) foi, precisamente, esta necessidade de quantificar a realidade que motivou a produção científica em Educação na transição entre a década de 20 e de 30 do século transacto.

Já nos anos 30, os especialistas encetaram esforços consideráveis que culminaram no refinamento do teste da teoria em confronto com os dados. Todavia, em relação às técnicas qualitativas não se verificou comparável avanço. A falta de

(nas Ciências Sociais e Humanas) de que se parte requer, para além da clarificação das questões metodológicas, a explicitação dos princípios ontológicos e epistemológicos que conformam o sistema básico que suporta a visão do mundo que perfilha o/a investigador/a (Vieira, 1995; Chizzotti, 2003; Guba & Lincoln, 2003). Note-se, contudo, que a opção por um ou mais métodos não é, segundo Denzin e Lincoln (1998) independente do paradigma ou da tradição que se assume. Para estes dois autores a noção de paradigma pressupõe a confluência de três elementos-chave, epistemologia, ontologia e metodologia, que devem articular-se de maneira clara e consistente. Neste sentido, as opções metodológicas encontram-se imbricadas em perspectivas ontológicas e epistemológicas, sendo o método um dos indicadores da forma como se pretende aceder e analisar a informação. É, em resultado, essencial que a sua utilização se consubstancie em pressupostos de base que são explanados sem ambiguidades, sob pena de ocorrer a descredibilização do projeto de investigação encetado e, em consequência, dos resultados obtidos.

sistematização e de rigor na leitura e interpretação das informações não passíveis de quantificação manteve-se, causando descrença por parte da comunidade científica em relação à sua aplicabilidade. Neste enquadramento não estranha o número considerável de referências à reduzida validade dos resultados dos estudos em que se recorria a métodos qualitativos, às quais se associavam alusões claras à necessidade de que as Ciências Sociais e Humanas se tornassem experimentais (Bogdan & Biklen, 1982).

Assim, a investigação de diferentes grupos humanos, desenvolvida na primeira metade do século XX, caracterizou-se pela tendência para objetivar, de acordo com os cânones ocidentais de ciência, os relatos e o discurso dos indivíduos. A maior parte das pesquisas provinha da Sociologia e da Antropologia. Neste período disseminou-se o mito do/a investigador/a sozinho/a que estudava indivíduos *estranhos* que viviam em comunidades distantes e, de natureza diferente (Vieira, 1995). Os Projetos de tipos qualitativos então desenvolvidos assumiam, também, os ideais de objetividade e de rigor comuns ao paradigma positivista de ciência (Freebody, 2003). E, de forma não surpreendente, eram avaliados de acordo com os pressupostos dominantes neste tipo de investigações (*e.g.*, validade, fidelidade, teste de hipóteses).

A tendência dominante manteve-se ao longo do período subsequente (*Modernismo*, 1950-1970), embora se tenha operado um fenómeno de diversificação do objeto de estudo. Alguns autores chegaram mesmo a propor que a investigação com recurso a métodos qualitativos se pautasse pelos mesmos critérios de rigor que os estudos quantitativos (Vieira, 1995). Note-se que, o ideal positivista se manteve, na medida em que, ao estudar as culturas como *modos de vida*, os dados eram analisados através da sistematização de um conjunto de categorias ou conceitos que representavam um reflexo da realidade. Neste período foi desenvolvido um conjunto muito numeroso de projetos de investigação junto de populações que se afastavam dos padrões convencionados como normativos pelas sociedades ocidentais. Denzin e Lincoln (2003) apelidam este grupo de estudos, especificamente devotados a grupos que se distinguem dos padrões normalizados de vida em sociedade, de *românticos culturais*, porquanto estas pesquisas contribuíram, embora não fosse essa a sua intenção primária, para a valorização dos estilos de vida de vilões e marginais (*outsiders*).

O modelo positivista sofreu, todavia, ataques importantes ao longo da segunda metade do século XX. Para este cenário muito contribuiu o interesse pelo estudo de problemas sociais que, pela sua complexidade, não seriam compreendidos e explicados de forma satisfatória com recurso às abordagens típicas. De facto, em concomitância temporal com a publicação de estudos realizados a partir das premissas do positivismo, foram publicados vários trabalhos cuja intenção principal se prendia com a legitimação de tradições de investigação não-positivistas. Amado (2009, 2013) reporta, a este respeito, a produção de publicações em que se exploram e fundamentam perspetivas distintas de levar a cabo investigação científica. Integram este grupo, as perspetivas hermenêutica, estruturalista, feminista, fenomenológica, embora outras pudessem ser aqui mencionadas. Os argumentos expostos pelos/as diferentes especialistas foram, ainda, responsáveis pelo aumento do rigor das pesquisas e pela maior sistematização dos processos de recolha e de análise das informações.

Para esta evolução, e no que concerne grande parte da produção científica alternativa ao paradigma dominante, muito contribuiu a Escola de Chicago (Pires, 2001). Os seus fundadores e seguidores conferiam particular relevo à natureza interativa da realidade e à sua matriz social. Em consonância com esta linha de pensamento, desenvolveram novos métodos de investigação, nos quais se incluía a análise qualitativa de documentos (Bogdan & Biklen, 1982; Vieira, 1995). De facto, embora instituída no período anterior (1920 – 1930) a sua interferência foi fundamental para o desenvolvimento da investigação de tipo naturalista, particularmente nos períodos entre 1918 e 1934 (a Idade de Ouro). Sob a liderança de Robert Park, o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago desenvolveu um conjunto muito interessante de investigações deste tipo, grande parte delas nos domínios da Sociologia Urbana e da Sociologia do Desvio e do Crime. No seu seio destaca-se o pioneirismo de Herbert Blumer que, enquanto estudante de doutoramento no Departamento de Sociologia de Chicago e membro do corpo docente da Faculdade, “is still today the single person who has done the most in Sociology to develop the logic of naturalistic study and to promote its use” (Athens, 2010, pp. 88-89). De facto, foi Blumer quem propôs este método (naturalistic inquiry), embora nunca tenha chegado a completar a tarefa de sistematização dos seus procedimentos (Hammersley, 1989).

Um exemplo que corrobora a relevância da Escola de Chicago advém, precisamente, da descoberta da *Grounded Theory*. Esta foi proposta por Glaser e Strauss (1967) já no final deste período e desenvolveu-se, precisamente, em resposta a abordagens de tipo estruturalista e funcionalista (*e.g.*, teorias de Merton, Blau e Parsons), que os seus fundadores consideravam demasiado dedutivas e especulativas (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1993, 1994, 1996, 1998, 1999, 2001, 2007, 2012, 2014). Segundo Glaser e Strauss (1965, 1967) os estudos então publicados apresentavam problemas de validade, uma vez que, ao não existir relação entre o processo de investigação e a teoria proposta, não se verifica correspondência entre a teoria e a realidade. Enquanto alternativa à abordagem, predominantemente, racional, dominante na Sociologia, na *Grounded Theory* a conceptualização da teoria deriva dos dados (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1995, 1998, 2001; Strauss & Corbin, 1994, 1998; Rennie, 1998a, 2000). Enfatizam-se, por conseguinte, os processos (como a experiência social é construída e lhe é atribuído significado), em contraste com a investigação de tipo positivista que se centra na análise das relações causais entre variáveis. No geral, contudo, manteve-se a desconfiança da comunidade científica em relação aos estudos que se afastavam do paradigma positivista de ciência (Howe & Eisenhart, 1993; Vieira, 1995; Amado, 2009). De facto, em rigor, a diversidade epistemológica e metodológica só se sentiu no momento seguinte, embora em alguma medida a *Grounded Theory* constituísse uma clara evidência do desgaste dos pressupostos então generalizados e da insatisfação de muitos/as investigadores/as relativamente à matriz de investigação dominante.

Apelidado de *Géneros Misturados* (*Blurred Genres*, 1970-1986), dada a influência da crise social e política do final da década de 60 (*e.g.*, revolta estudantil em Maio de 1968, em França, que sofreu uma expansão a outros grupos sociais e por outros países), neste período vimos emergir um número substancial de investigações em que são mobilizados diversos métodos e estratégias (*e.g.*, entrevista etnográfica, observação participante, análise de documentos). São exploradas e propostas diferentes abordagens (*e.g.*, interacionismo simbólico, construtivismo, etnometodologia, fenomenologia), parte das quais em evidente discordância com os pressupostos referidos nos parágrafos anteriores. Geertz (1983, *in* Denzin & Lincoln, 2003) aponta como elemento decisivo para esta pluralidade a permeabilidade dos/as investigadores/as à influência dos

métodos utilizados nas Humanidades, em particular, sob a influência do seu estilo interpretativo. A este elemento adiciona-se a criação de *software* informático, que possibilitou o desenvolvimento de estratégias mais sofisticadas de análise qualitativa dos dados. Neste contexto sócio histórico foram publicadas obras “na área das Ciências Sociais que antes não tinham público; além das minorias étnicas e dos povos colonizados, são agora os jovens e as mulheres, com as suas problemáticas específicas, que merecem a atenção de pesquisadores” (Amado, 2009, p. 74).

O reconhecimento da utilidade e do valor científico da investigação qualitativa foi extensivo à metodologia utilizada em Educação. Vimos, a partir da década de 70 do século transato, uma alteração substancial nos planos de investigação propostos e desenvolvidos, nos quais se incluem abordagens de tipo confirmatório em concomitância temporal com abordagens de tipo exploratório. Em consequência, parte das teorias traduziam um entendimento tradicional de cultura (enquanto modo de vida) ao qual se associam novas concepções, em que esta é conceptualizada de forma mais complexa e abrangente. Bogdan e Biklen (1982) situam nesta década as primeiras *tréguas* entre os apoiantes do positivismo e os defensores de abordagens alternativas, mais consentâneas com métodos qualitativos de análise. Para este diálogo foram fundamentais, o aumento da qualidade das obras publicadas, e o interesse por parte da comunidade científica, com publicações de reconhecido valor no seio do paradigma positivista, para com outras possibilidades de concretização de investigação científica (Bogdan & Biklen, 1982).

Esta modificação produziu paulatinamente efeitos um pouco por todo o planeta, em grande medida como resultado da introdução de procedimentos complementares que aumentaram o rigor das investigações não-positivistas. Para esta alteração foram decisivas: (i) a introdução de descrições detalhadas e exatas do(s) método(s) empregues, em que se explanam as estratégias de recolha e análise dos dados e se introduzem elementos de fundamentação que sustentam a sua utilização; e (ii) a inclusão dos contextos históricos e sociais mais vastos nos modelos propostos. Este processo culminou na aceitação da importância da redescoberta na orientação hermenêutica ou interpretativa da investigação social, enquanto abordagem complementar à investigação tradicional, de tipo quantitativo (Page, 2000). Neste momento surgiram múltiplas abordagens (*e.g.*, pós-estruturalismo, neo-marxismo, desconstrucionismo), que

desafiavam a emergência de novas *leituras* dos fenómenos. Este enfoque interpretativo trouxe consigo quatro alterações profundas no estudo dos fenómenos educativos que merecem a nossa atenção, a saber: (i) centração nos processos em detrimento dos produtos; (ii) recuperação da dimensão histórica dos fenómenos; (iii) assunção do carácter multidisciplinar da investigação; (iv) consideração pela subjetividade e pelas dimensões internas aos/às participantes, para além da preocupação com a exterioridade e pela objetividade.

Todos estes factores culminaram no surgimento de um outro período (*Crise de Representação*, 1986 – 1990) que se caracteriza pelo questionamento generalizado dos critérios de avaliação da investigação de tipo não-positivista. Põe-se em causa o ideal de “verdade” como reflexo do mundo, sendo esta concebida como uma construção reflexiva dos indivíduos nos contextos em que estes se inserem (Amado, 2009). Para Denzin e Lincoln (2003) a ruptura ocorreu no final da metade da década de 80 e resulta, em grande medida, da divulgação de obras que se caracterizam pela sua densidade reflexiva e em que se questionam as verdades que, *até então*, haviam estruturado a produção científica. A matriz predominante a partir do início da década de 90 assume, portanto, um pendor claramente contextualista. As teorias são, *agora*, interpretadas a nível local e de acordo com a especificidade dos contextos em que foram desenvolvidas, tendo sempre em consideração a especificidade das problemáticas em análise e as múltiplas influências de factores a nível macro (*e.g.*, regime político, potenciais alterações no tecido social) para a compreensão do comportamento humano e das dinâmicas em/da sociedade. Neste âmbito, o critério mais importante passa a ser o de utilidade dos conceitos para a organização e unificação da experiência e não, necessariamente, o da correspondência (Amado, 2009).

Perante a multiplicidade de opções confere-se, neste enquadramento, particular importância à utilização de critérios de avaliação. Porém, a este nível não se verificou comparável avanço, sendo os critérios propostos ainda radicados no paradigma anterior (*e.g.*, fidelidade e validade da informação, objetividade, ou possibilidade de generalização dos dados). Estamos, por conseguinte, perante uma dupla crise. Por um lado, ao escrever o/a investigador/a recria a experiência vivida que captou diretamente (através da observação dos/as participantes e da interação com estes), o que evidencia uma crise de representação. Por outro, a legitimidade do estudo radica na aplicação de métodos

tradicionais de validação e interpretação do conhecimento científico, o que conduz a uma crise de legitimidade (*Legitimation crisis*). Dualidade que foi reconhecida pelos/as cientistas e comentada na literatura da especialidade (Denzin & Lincoln, 2003).

No último período (*Pós-moderno e das Novas Etnografias*, 1990 em diante) mantém-se a premissa de que as interpretações do real são indissociáveis das *lentes* utilizadas pelos indivíduos no processo de leitura do (seu) mundo. Constituem exemplos destes filtros, a linguagem, o género, o nível social e económico, entre outros. Esta, *recentemente descoberta*, sensibilidade do/a investigador/a é a grande responsável pelo questionamento de teorias, princípios, métodos e até estratégias recorrentes nos períodos anteriores. Considera-se que “total objectivity is impossible for researchers who are, after all, human beings” (Mellon, 1990, p. 26). Importa, por conseguinte, ter em consideração e documentar os possíveis enviesamentos e não assumir que estes não existem ou que consegue controlar, na totalidade, os seus efeitos.

As Ciências Sociais e Humanas estão, neste último momento, profundamente interligadas com o debate acerca dos desafios, da(s) necessidade(s) e do(s) desígnios das sociedades democráticas. Como tal, espera-se do/a investigador/a um papel mais ativo, e dos seus trabalhos, maior contributo para a análise crítica da sociedade e dos seus problemas. As investigações com um número elevado de participantes selecionados/as de forma aleatória são, por isso, tendencialmente substituídas por abordagens mais circunscritas a temáticas específicas da vida dos indivíduos e das comunidades (Denzin & Lincoln, 2003). Fernandes e Maia (2001, p. 51) sistematizam, com particular acuidade esta questão:

Atualmente reconhece-se a existência de momentos de descoberta e de redescoberta, a investigação não é vista como neutra ou objectiva, estudam-se os fenómenos no seu meio natural, a investigação é entendida como um processo interativo, dependente do poder e dos valores.

De acordo com Freebody (2003) as diferentes abordagens, que caracterizam este período, têm em comum uma forte ênfase nos processos e nos relatos dos indivíduos. Acresce a este conjunto, a relação de interdependência entre teoria e prática, sendo o critério de validação mais frequentemente reportado, o da intersubjetividade. Denzin e Lincoln (2003) referem, a este respeito, que todas as observações que se produzem durante a investigação se situam nos mundos de, e entre, quem observa e aquele/a que

é observado/a (mas que, também, observa). Os estudos versam, por conseguinte, as *verdades normativas*, que resultam da estruturação de contextos sociais e culturais específicos; e não a aferição da *verdade última* ou, mesmo, da *verdade enquanto espelho do mundo* (Hammersley, 2008, Amado, 2009). Não existe, em suma, uma verdade, nem uma forma ajustada de a ela aceder ou de a descrever. Existem, sim, múltiplas verdades que unificam e organizam a nossa experiência. Por tudo isto,

social science researchers would do well to reflect on their own ontological and epistemological assumptions, and recognize the possibilities that a different set of assumptions may also yield valid results. Those engaged in quantitative research must recognize the quite powerful effects on the more ephemeral aspects of the social world. And, at the same time, proponents of qualitative research must appreciate the robust nature of concrete social behaviors (Long *et al.*, 2000, p. 189).

Não podemos dar-nos ao luxo de rejeitar qualquer fonte de informação, porquanto a comunicação entre investigadores/as provenientes de diferentes quadrantes epistemológicos e metodológicos é essencial para a contínua expansão do conhecimento científico (Long *et al.*, 2000). Em consequência, as concepções que perfilham as premissas dominantes neste último período apresentam em comum a negação de um modo privilegiado de recolher e analisar os dados e da existência de concepções teóricas mais ajustadas (Kelle, 2001; Shank, 2001; Günther, 2006). Pelo contrário, devem ser exploradas opções distintas e interpretações múltiplas (Shank, 2001; Dawson, Fischer & Stein, 2006), na senda de um maior contributo para a ciência e, também, para a(s) sociedade(s).

3.2 À DESCOBERTA DA *GROUNDED THEORY*

Se o discurso científico tem se tornado cada vez mais hermético e incomensurável com os discursos que circulam no cotidiano das práticas sociais e essa estranheza já alcança o próprio interior da comunidade científica, haveremos que, seguindo Santos (2003), proceder a uma ruptura da ruptura e, à busca do diálogo, estabelecer uma atitude permanentemente hermenêutica, que tenta transformar a ciência, de um objeto estranho, distante e incomunicável, num objeto familiar e próximo que, embora não compartilhe a língua de todos os dias, seja capaz de comunicar os seus feitos, como também, os seus limites.

Germano & Kulesza, 2010, p. 133

Awareness of dying, publicada em 1965, constitui a primeira investigação desenvolvida segundo os pressupostos da *Grounded Theory*. Dois anos depois, em 1967, com a publicação de *The discovery of Grounded Theory*, Glaser e Strauss salientam a ruptura com o pensamento dominante, pautado por metodologias quantitativas e abordagens de tipo confirmatório, em detrimento de uma proposta concreta de sistematização de procedimentos e técnicas que visam a produção de teorias consubstanciadas numa matriz de compreensão da realidade a partir dos seus próprios atores (e.g., Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1994, 2003, 2005, 2012, 2014). Este livro foi inteiramente devotado à descrição do método utilizado na investigação que levaram a cabo a propósito da problemática da morte. Esta obra é, portanto, considerada a primeira publicação-chave acerca da *Grounded Theory*. Strauss e Corbin (1994) apresentam três grandes intenções subjacentes à sua escrita, que são: a disponibilização de um racional para teorias que são, efetivamente, ancoradas nos dados; a apresentação da lógica e dos procedimentos que integram a metodologia; e, por fim, a legitimação de investigação de tipo não confirmatório de qualidade.

Como vimos, a produção de conhecimento, segundo o paradigma positivista, pressupõe a existência de uma realidade externa (objetiva, previsível e passível de descrição), que pode ser estudada através de métodos rigorosos. Nesta linha de pensamento privilegiam-se os métodos experimentais e as medidas quantitativas, cuja comensuração e análise permitem o estabelecimento de relações causais entre variáveis (Hoepfl, 1997). Pretende-se, em resumo, conhecer as causas dos comportamentos,

entendidos como factos, que são estudados sob a forma de dígitos (e que podem ser analisados através de procedimentos e fórmulas matemáticas) e cujo resultado final se exprime de acordo com terminologia estatística (Charles, 1995). Prevê-se que a investigação tenha início com a formulação do problema, pela separação de variáveis (entre si e do contexto de que emergem), pela formulação de hipóteses que, mais tarde, são confirmadas ou infirmadas (experimentalmente ou estatisticamente), tendo em vista a formulação de leis generalizáveis e a (re)construção de teoria (Amado, 2009). Preconiza-se, assim, que o conhecimento científico produzido, porque normativamente estruturado e resultante de interpretações fiéis e válidas, é generalizável. Em consequência, a produção científica requer o absoluto controlo da perspetiva individual, dada a subjetividade que a caracteriza. O compromisso entre objetivismo e a temporalidade (realidade estática e externa) possibilitaria, portanto, a definição de modelos abstratos que poderiam aplicar-se a diferentes grupos (Henwood & Pidgeon, 2003; McCarthy, 2006). O seu peso era (e é) tal que Bogdan e Biklen (1998, p. 4) mencionam, sem reservas, que a investigação tal como é publicamente conhecida é sinónimo de investigação com recurso a métodos quantitativos, evidentemente consubstanciada no paradigma positivista.

A *Grounded Theory* surgiu, precisamente, em evidente confronto com esta perspetiva. Segundo Glaser e Strauss (1967) investigadores/as e profissionais eram muitas vezes levados/as a crer que as teorias formais incluíam os conceitos mais relevantes (se não todos) e as hipóteses possíveis. Como tal, estas ajustavam-se a problemas específicos. Ao proceder desta forma, quer primeiros, quer os segundos, forçavam os dados às hipóteses existentes e negligenciam conceitos e relações que poderiam eventualmente emergir. Este “embarrassing gap between theory and empirical research” (Glaser & Strauss, 1967, p. viii) terá sido, de acordo com os seus autores, o principal responsável pela emergência da *Grounded Theory*. Os métodos e conceitos centrais da metodologia sofreram fortes influências das histórias profissionais dos seus criadores, em particular no que concerne a análise comparativa, e confluíram na emergência de uma metodologia que possibilita a produção de teorias de média amplitude. Estamos, portanto, perante uma abordagem que resulta na criação de uma teoria mais abstrata do que as hipóteses que estabelecemos no quotidiano, mas menos abstrata do que as teorias gerais (Mullen, 2006).

Desde os primeiros escritos de Glaser e Strauss (1967), esta abordagem suscitou elevado curiosidade por parte de múltiplos quadrantes das Ciências Sociais e Humanas (Schwandt, 2001; Rennie & Fergus, 2006; Draucker, *et al.*, 2007; Wagner, Lukassen & Mahlendorf, 2010). O interesse inicial partiu da Sociologia, área em que estes investigadores desenvolviam os seus projetos científicos, mas rapidamente sofreu um processo de expansão. No início, Glaser e Strauss (1967) defenderam que apenas Sociólogos estariam em condição de desenvolver investigação segundo a *Grounded Theory*. Todavia, nas décadas subsequentes, estes cientistas sociais desenvolveram projetos noutras áreas do saber (*e.g.*, foram desenvolvidas vários projetos em articulação com a Enfermagem, na Universidade da Califórnia), e em colaboração com cientistas de múltiplos domínios, procedimento que muito contribuiu para o enriquecimento desta abordagem e para a sua disseminação generalizada (Piantanida, Tatanis, & Crubs, 2004; Elliott & Lazenbatt, 2005; McCarthy, 2006). Punch (2009) aporta cinco razões fundamentais para esta expansão. A *Grounded Theory* fornece, não apenas uma resposta à célebre indicação de que é necessário gerar teoria a partir da investigação, como o faz através de uma proposta sistemática, coordenada e flexível. Em estreita articulação com o argumento anterior permite a análise organizada e disciplinada dos dados. Acrescem aos elementos referidos as fortes ilações que se podem retirar da *Grounded Theory* para a prática. Por fim, e com muita relevância para os estudos em Educação, permite a identificação de problemas derivados das práticas profissionais, das organizações ou de contextos institucionais. “Empirical research, much of it qualitative, is needed in these areas, and the theory verification approach would be inappropriate” (Punch, 2009, p. 134). Neste sentido, era expectável que a sua aplicabilidade lhe granjeasse, desde muito cedo, reconhecimento a nível internacional, o que, de facto, sucedeu (Stern, 1996; Irurita, 1996; Strenbert-Speziale & Carpenter, 2003; Elliott & Lazenbatt, 2005; Lima, 2009). Relevam, a este respeito, os estudos realizados no âmbito da Justiça Social, do Serviço Social, da Antropologia, da Psicologia e da Saúde (Pilowski, 1993; Watson & Rennie, 1994; Fernandes & Maia, 2003; Henwood & Pidgeon, 2003; Charmaz, 2005; Cutcliffe, 2005; Creswell *et al.*, 2007; Giske & Artinian, 2007; Grubs & Piantanida, 2010). A este processo de expansão não foram alheias as áreas de Negócios e de Marketing, de Saúde e da Educação que, segundo Glaser (1998) constituem os domínios em que mais investigações foram desenvolvidas nas décadas de 80 e 90 do século passado.

3.2.1 RAÍZES EPISTEMOLÓGICAS, ONTOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

If I have seen further, it is by standing upon the shoulders of giants.

Isaac Newton, *Letter to Robert Hooke*⁹², 1675, s.p.

Proposta por Glaser e Strauss (1965, 1967) já no final do período do Modernismo (Pires, 2001), a *Grounded Theory* emergiu, como explorámos no ponto anterior deste capítulo, em clara clivagem com os métodos de investigação tradicionais, de tipo dedutivo (*e.g.*, Glaser, 1991, 1992, 2002, 2003, 2005, 2006; Glaser & Holton, 2007). A abordagem positivista à investigação, porque prevê que o estudo se inicie a partir de hipóteses pré-determinadas, não capta aquilo que realmente sucede com um grupo. Espera-se que os/as investigadores/as antecipem o problema que poderá ser importante antes do estudo ter começado. Em associação com o exposto, todo o processo de investigação é altamente controlado (Glaser, 1992, 2001, 2012, 2014, 2009b; Heiman, 1995). Em resultado, as sugestões de modificação fornecidas não refletem o problema real, uma vez que, derivam de deduções pré-concebidas que se articulam artificialmente com os dados e que conduzem a soluções com pouca relevância prática. A *Grounded Theory* emerge, em síntese, de uma concepção, substancialmente, distinta. O/a cientista entra no campo sem premissas ou hipóteses *a priori*. Neste âmbito, a questão de partida não é uma afirmação explícita do que se conhece, mas sim a ênfase na criação de teoria baseada nas descobertas realizadas no decorrer do próprio processo de investigação (*e.g.*, Glaser, 1993, 1994, 1996, 1998, 1999, 2001, 2005, 2007, 2009a, 2009b, 2012, 2014; Glaser & Holton, 2007).

Estas características foram, rapidamente, assimiladas por especialistas a nível internacional como exemplificativas do afastamento desta abordagem em relação às abordagens de tipo confirmatório. Com facilidade encontramos, na literatura da especialidade, explícitas alusões a esta questão e aos argumentos que a sustentam (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1998, 2001, 2003, 2012, 2014). Neste ponto, Glaser e Strauss (1965, 1967) e, mais tarde, Glaser (1978, 1992, 1998, 2001, 2009b) não apresentam discordância de fundo em relação à interpretação que outros/as cientistas

⁹² Afirmação constante de uma das Cartas que Newton enviou ao cientista Robert Hooke, passível de consulta em <http://www.bbc.co.uk/worldservice/learningenglish/movingwords/shortlist/newton.shtml>.

fazem da sua obra. Todavia, não foi obtido consenso suficiente no que concerne à sua posição no seio das Ciências Sociais e Humanas. O problema radica, precisamente, na (não) inclusão da *Grounded Theory* nas abordagens qualitativas, em contraponto com a admissão de que esta é uma abordagem distinta das duas anteriores. As referências que a afasta(ra)m da investigação de tipo confirmatório foram utilizadas por outros/as pesquisadores/as como elementos de suporte à consideração de que a *Grounded Theory* é mais um método de recolha e análise dos dados, no seio da investigação de tipo qualitativo (Bradley, 1993; Pires, 2001; Creswell & Maietta, 2002; McCarthy, 2006; Creswell *et al.*, 2007; Grubs & Piantanida, 2010).

Secundados/as pela tradicional dicotomia entre investigação quantitativa e qualitativa, estes/as não reconhecem o contributo original da *Grounded Theory* e, ao minimizar as suas peculiaridades, optam por incluí-la neste último tipo. Veja-se, em registo exemplificativo, a proposta de Creswell e colaboradores (2007) que apresentam a *Grounded Theory* como um dos cinco tipos de planos qualitativos mais populares em Psicologia. Neste artigo, a *Grounded Theory* surge descrita como um plano de investigação em que se formulam questões do tipo processual (*e.g.*, acerca de experiências ao longo do tempo ou mudanças que ocorreram por estádios ou fases) e através da qual se produz uma explicação geral (teoria) para um processo, ação ou interação de acordo com as perspetivas de um grupo de participantes (Creswell *et al.*, 2007, p. 239). Denzin e Lincoln (2005) procedem da mesma forma e integram a *Grounded Theory* na sua análise das abordagens mais comuns de investigação de tipo qualitativo. A mesma perspetiva é apresentada por Grubs e Piantanida (2010) quando fundamentam a pertinência do seu trabalho “this article focuses on *Grounded Theory* because it is a widely used qualitative method”.

Em evidente contraste com esta posição, Glaser e Strauss (1967) e mais tarde Glaser (1978, 1998, 2001) defendem que a *Grounded Theory* constitui uma terceira orientação que deve ser tida em consideração, tendo em conta as particularidades que a tornam única. Urell (2005, p. 9) sintetiza, com particular precisão, os argumentos que sustentam a posição de Glaser a este respeito:

Grounded Theory stands on its own, separate from traditional science methodologies, both qualitative and quantitative, because it was not developed as an extension of, or an improvement to, already existing research methods but rather, as a general methodology not bound by

academic discipline (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 2001) or data collection methods (Glaser, 1978). *Grounded Theory* is a distinct conceptual method designed to generate theory from any type of data. In other words, there are three methodological approaches to research: quantitative, qualitative and *Grounded Theory* which can be done with either qualitative or quantitative data.

Na descrição das influências de Paul Lazarsfeld sobre os procedimentos metodológicos da *Grounded Theory* Glaser reforça esta indicação, dizendo “*GT* is just a simple index formation, inductive method based on using any type of data. That’s all. Sorry qualitative researchers!” (Glaser, 2006, p. 3). E, se ainda, nos restassem quaisquer dúvidas a este respeito, vemo-las definitivamente esclarecidas uma vez que, no site oficial do *Grounded Theory Institute* (2009, parág. 1), inaugura a rubrica “What is *Grounded Theory*?”, a seguinte definição: “[a]ll research is ‘grounded’ in data, but few studies produce a ‘*Grounded Theory*’ (...) Although many call *Grounded Theory* a qualitative method, it is not. It is a general method”. Glaser (1992, 1998, 2001; Glaser & Holton, 2007) apresenta-a, em síntese, como um sistema metodológico integral, que deve ser implementado na globalidade, não em partes, e que possui elementos distintivos de outras abordagens em todas as etapas, desde a recolha de dados até à etapa de produção escrita.

As raízes epistemológicas e filosóficas da *Grounded Theory* foram descritas por Glaser e Strauss aquando da publicação das suas primeiras obras em conjunto (1965, 1967). Esta abordagem é, simultaneamente, definida como “a research methodology derives from the assumptions and theoretical underpinnings of symbolic interactionism and a method for systematically deriving empirically based theories of human behavior and the social world through an ongoing process of comparative analysis” (Kendall, 1999, p. 745).

Num artigo devotado às raízes da *Grounded Theory*, Glaser (2006) pormenoriza o contributo de Robert Merton e Paul Lazarsfeld para a sua descoberta. Menciona Merton pela relevância que este atribuía à liberdade para analisar as informações de forma autónoma, através do estabelecimento de conexões entre ideias de forma criativa. Esta dimensão (autonomia) foi, segundo Glaser (2006), decisiva para a origem da *descoberta emergente*, processo que exige elevada independência e segurança por parte de quem o faz. Acresce a esta referência uma outra, também ela da responsabilidade de

Merton. Ao ressaltar a centralidade da criatividade no estabelecimento de associações entre ideias distintas, este autor sublinhou o critério relevância, elemento que mais tarde constituiu um dos critérios essenciais na avaliação da *Grounded Theory* Ortodoxa (Glaser, 2001, 2003, 2012; Glaser & Holton, 2007).

Por sua vez, Paul Lazarsfeld forneceu quatro *inputs* a nível metodológico que se revelaram vitais. Constitui o primeiro destes contributos, o modelo de formação dos índices, que se baseia na acumulação e soma de indicadores a partir dos dados, e a subsequente geração de índices ou conceitos. O segundo contributo prende-se com o conceito de intercambialidade (*interchangeability*) dos indicadores utilizados para gerar conceitos. “No matter what indicators were used in multiples of three the generated concept had the same relationship to other concepts (Glaser, 2006, pp. 3-4). Conceito estruturante para a posterior emergência do constructo de saturação teórica. No seu conjunto, estes critérios são da maior importância para a geração da teoria substantiva, na medida em que, contribuem para a delimitação do objeto de estudo, para a recolha de dados e para a geração de teoria (Glaser, 1992, 1993, 1994, 1998, 2012).

O terceiro contributo prende-se com a participação de Glaser nas investigações desenvolvidas pelo *Bureau of Applied Social Research*. Para a sua concretização os/as investigadores/as “would go into the field to do qualitative research on what to ask as questions in a survey; that is, as indicators. They summed the indicators with likert scales into an index to get the concept” (Glaser, 2006, p. 4). Embora este procedimento nunca tenha incluído a confrontação dos significados dos diferentes indicadores com o propósito de gerar as propriedades do índice ou do conceito, constituiu a génese da técnica da comparação constante (Glaser, 1998, 2006). Por último, Lazarsfeld evidenciou que a análise da variável principal explica muito acerca dos acontecimentos e das preocupações dos/as participantes (*what is going on*). Glaser assume a responsabilidade pela transformação da noção analítica de variável principal (*core variable*) a dados qualitativos. O próprio reconhece esta influência, apontando as suas ramificações mais significativas, no que aos conceitos-chave respeita:

‘All is data’ – that now sloganized tenet of *Grounded Theory* (*GT*) – clearly come from PFL [Paul F. Lazarsfeld] per Barton’s words. Robert K. Marton’s (RKM) brief flicker of light – to admit to emergence (see Baton, p. 255) – became the key to *GT*’s theoretical stance (Glaser, 2006, p. 1).

De facto, a Glaser é reconhecido o rigor metodológico, cuja influência deriva da sua formação em metodologia quantitativa na Universidade de Columbia (Charmaz, 2000; McCarthy, 2006). Charmaz (2000) vai mais longe dizendo que é também de Glaser a autoria de parte das premissas epistemológicas da *Grounded Theory*, a que se associam os termos metodológicos empregues, a lógica indutiva e a abordagem sistemática. Relembramos, a este respeito, que este era versado em teoria dos sistemas (Pires, 2001). O seu interesse pela análise qualitativa de dados levou-o à Universidade de Paris, onde aprendeu a técnica de análise de textos através da leitura linha a linha (Glaser, 1998). Também a este respeito Glaser (2006, p. 5) salienta o seu contributo diferencial na descoberta da *Grounded Theory*, “all this was beyond Anselm Strauss because he was an expert in qualitative analysis – which means mostly description”. Por sua vez, Strauss é, tipicamente, referenciado em resultado do seu percurso na Escola de Chicago onde, sob a orientação de Blumer e Huges, contactou com a investigação em contexto natural e sofreu a influência do interacionismo simbólico (Glaser & Strauss, 1965, 1967). São particularmente importantes os contributos de Blumer, Park e Burgess, assim como de Thomas Znaniecki e Huges, no início do século XX (Annells, 1996; Charmaz, 2000; Strauss & Corbin, 1994, 1998; Kendall, 1999; Athens, 2010), para a descoberta da *Grounded Theory*, uma vez que, *povoaram* o pensamento de Strauss.

Park (1939/1952, *in* Athens, 2010, p. 91) considerava o quadro de referência (*frame of reference*) a dimensão mais importante de qualquer estudo científico. Embora conceptualizasse a Sociologia como uma ciência natural era profundamente anti-positivista. Este autor defendia que a utilização de técnicas complexas de medida (*e.g.*, com recurso a escalas intervalares ou de razão) era um exercício infértil neste domínio. Ao utilizá-las o/a investigador/a sacrificava a apreciação do significado das unidades em detrimento da “aparência de precisão”. Nas suas próprias palavras,

[t]he manipulation of statistical data by which such scans are contrived and applied has always impressed me a good deal like parlor magic. One is frequently startled by the results but is mainly interested to discover by what sleight of hand that trick was turned (Park, 1939/1952, *in* Athens, 2010, p. 91).

Em alternativa convidava os/as sociólogos/as a desenvolver estudos com recurso a distintas metodologias e instrumentos de recolha de dados (*e.g.*, histórias de vida, observação participante). Desafiava-os/as, também, a criarem os seus próprios conceitos, através de comparações constantes, e a deslindar as potenciais relações que

estes estabelecessem entre si. Sugeria, ainda, que procurassem casos negativos que os conduzissem à revisão da sua formulação das relações. Propunha, igualmente, que os/as cientistas sociais testassem as suas teorias (Park & Burgess, 1924, *in* Athens, 2010).

Também Blumer concebia a Sociologia como uma ciência natural e era anti-positivista (Athens, 1993a, 1997). A investigação naturalista era por ele concebida como uma forma especial de pesquisa em que se assegura a integridade de um problema. Este era, então, estudado atendendo ao seu carácter contínuo e natural, isto é, sem que o/a investigador/a conferisse uma ordem pré-concebida ou fixa sobre ele. Note-se, contudo, que Blumer não assumia uma postura anti-determinista. Para este cientista a questão do determinismo deveria decorrer do estudo empírico e não da consideração filosófica apriorística resultante de pura especulação (Athens, 1993a, 1993b). Neste seguimento de ideias, Blumer defendia a adoção de uma abordagem em que a perspetiva teórica e o método são congruentes entre si (Athens, 2010). Nesta, o quadro concetual auxilia o/a investigador/a a discernir aquilo que é (ou não) importante. Por sua vez, o método traduz o processo lógico que este/a segue na recolha e análise da informação que é considerada pertinente para a compreensão do problema. A concepção de investigação que este autor assumia envolvia, em estreita articulação com as considerações anteriores, a comparação de casos com o intuito de aferir as especificidades de cada um deles, a consideração da importância do significado emergente e o refinamento contínuo inerente à compreensão das características das relações (Hammersley, 1989). Preocupações que encontram evidente paralelo na proposta de Glaser e Strauss (1967).

Aos/às investigadores/as referidos associam-se Mead e outros colaboradores da Escola de Sociologia de Chicago, que enfatizavam a centralidade dos significados para a compreensão dos indivíduos e da própria sociedade. Mead e os seus colaboradores opuseram-se à teoria funcionalista então dominante, defendendo que toda a compreensão humana é interpretativa e moldada em sociedade (Kendall, 1999; McCarthy, 2006). Das diversas objecções apontadas, Kendall (1999) destaca três, que apresentamos de imediato. A primeira destas críticas prende-se com o carácter normativo, avaliativo e conservador da teoria funcionalista, desajustado para a compreensão de períodos em que ocorrem mudanças rápidas no tecido social. A esta lacuna associa-se a abordagem lógica e ordenada da vida em sociedade, que não era(é)

suportada pela observação empírica dos fenómenos. Por fim, a unidade básica de análise focaliza-se no papel dos indivíduos na manutenção de sistemas mais vastos (família ou sociedade). Para Athens (2010), em rigor, é a Mead a quem devemos a primeira referência à necessidade de desenvolver teoria ancorada nos dados, nas Ciências Sociais, posição que foi mais tarde explorada e aprofundada por Glaser e Strauss (1967). Este investigador é, ainda, frequentemente referenciado na literatura, por ter postulado a natureza e origem social do *self*, *i.e.*, que os indivíduos são capazes de se *ler* a partir das perspetivas dos outros e, como tal, de adaptar o seu comportamento de acordo com a situação.

Esta concepção foi mais tarde limada por Blumer, que avançou o constructo de interacionismo simbólico (Athens, 1993a, 1993b, 2010; Annells, 1996; Queiroz & Ziolkowski, 1997; Pires, 2001; Heath & Cowley, 2004). Assim, em evidente contraste com a perspetiva funcionalista, neste (interacionismo simbólico) a vida social é concebida como um processo dinâmico e fluido, sendo, neste âmbito, defendido o recurso a estratégias que captem estas características (Blumer, 2002).

De novo, é salientada a centralidade do pensamento de Blumer para a descoberta da *Grounded Theory*. Para além das contribuições já descritas é a ele a quem devemos a sistematização de três premissas básicas do interacionismo simbólico (1969, *in* Deppoliti, 2008). A primeira delas prende-se com a importância dos significados para e nas ações dos indivíduos. Para este autor as ações derivam dos significados que os indivíduos atribuem aos acontecimentos e não aos acontecimentos *per se*. Importa, ainda, ter em conta que estas diferentes significações derivam das suas interações em comunidade e sociedade. São, portanto, geridas e modificadas através de um processo interpretativo subordinado às experiências dos seres humanos. A capacidade de interpretar as diferenças encontra-se ancorada nos nossos *selves* (Blumer, 1962, *in* Athens, 1993b), porquanto estes nos permitem assumir as atitudes de outras pessoas mas, também, dos outros generalizados (*generalized others*) e da comunidade, na tomada de decisão sobre o nosso comportamento. Com o suporte dos *selves* interpretamos as situações segundo um processo que incorpora duas fases sequenciais. Primeiro assumimos as atitudes das outras pessoas que se encontram diretamente envolvidas na situação (fase de definição). Ao fazê-lo indicamos a nós próprios o que estes pensam fazer. Na segunda fase (fase de julgamento) assumimos a atitude dos

outros generalizados (*generalized others*). Esta assunção é essencial para a decisão sobre como atuar numa situação, sempre com base na definição que traçamos na fase anterior. Se optarmos por redefinir a situação antes de concretizar a nossa ação, podemos sempre julgá-la de novo e, então, escolher um outro curso de atuação (Blumer, 1969, *in* Athens, 2010). O mesmo processo se encontra subjacente às nossas interpretações de nós mesmos, enquanto indivíduos. Num primeiro momento assumimos as atitudes de outros que nos conhecem e que nos dizem como somos (tal como estes *nos veem*), ou seja, tal como interpretam e conferem significado às nossas ações. Depois, assumimos a atitude dos outros generalizados e dizemos a nós próprios como a nossa comunidade nos avaliaria à luz dessas opiniões individuais. Pesamos, assim, as opiniões daqueles que nos são mais próximos e das perspectivas dos outros generalizados. O resultado final deste processo será a nossa autoimagem.

Para além dos contributos descritos, Strauss e Corbin (1994, 1998) reconhecem a influência significativa do pragmatismo para o surgimento da *Grounded Theory*. O seu pensamento foi muito marcado por John Dewey, William James e Charles Pierce, ilustres representantes do pragmatismo americano. Referem, em concreto, a preocupação com a ida ao terreno com o propósito de conhecer as suas particularidades. Partindo da constatação de que as pessoas possuem um papel activo nos diferentes contextos em que se encontram inseridas, conferem particular enfoque à relação entre as ações, as especificidades dos contextos e os significados. O determinismo, em sentido restrito, é rejeitado. “Actors are seen as having, though not always utilizing, the means of controlling their destinies and their responses to conditions (Corbin & Strauss, 1990, p. 5). Isto significa que cada indivíduo é capaz de fazer escolhas, mas que estas se resumem às possibilidades que considera ter, e não às alternativas que, de um ponto de vista objetivo, possam ser encontradas. Baseada nos contributos descritos, a *Grounded Theory* perfilha, em resumo, três premissas essenciais (Pires, 2001), que elencamos de imediato: (i) as significações que os indivíduos atribuem aos fenómenos, pessoas, entidades, objetos ou situações derivam das interações que estabelecem em comunidade e em sociedade; (ii) a extração e compreensão dos significados requerem um processo interpretativo; e (iii) o comportamento dos indivíduos resulta, sobretudo, dos significados que estes atribuem aos fenómenos, pessoas, entidades, objetos e situações, e não de análise objetiva.

Esta é, de acordo com Kendall (1999), a conjuntura que sustentou a descoberta da *Grounded Theory*. Ao contrário das abordagens de tipo confirmatório, que decorrem de uma teoria existente e visam a verificação dedutiva, a *Grounded Theory* recorre a uma abordagem de tipo *bottom-up*. A teoria proposta será, por conseguinte, necessariamente relevante para o(s) contexto(s) de que emergiu e, em potencial, para outros contextos e/ou situações. A *Grounded Theory* é, por conseguinte, conceptualizada como um processo de investigação meticuloso que contribui para a compreensão da ação humana a partir de uma perspectiva émica (Luthans & Martinko, 1987). Em articulação com o exposto, a análise dos dados depende, em parte, da capacidade interpretativa do/a investigador/a em gerar conceitos (Heath & Cowley; Grubs & Piantanida, 2010). Em consequência, diferentes equipas de investigadores/as, com base no mesmo conjunto de dados, podem produzir teorias alternativas. Segundo estes cientistas, este perspectivismo (*perspectivism*) não representa, de todo, uma fragilidade, sempre que cada uma das teorias desenvolvidas se reporte aos dados que a constituem.

Pese a importância dos contributos referidos ao longo desta parte do capítulo, a *Grounded Theory* não se estrutura a partir dos pressupostos defendidos por outras abordagens ou modelos previamente existentes, ou mesmo em resultado da sua adaptação. Numa publicação recente Glaser (2009b) indica que a própria *Grounded Theory* resultou da implementação da metodologia que nela é proposta, no decorrer dos estudos sobre a morte que desenvolveu, com a colaboração de Strauss, nas décadas de 60 e seguintes do século XX.

GT was not thought up based on research maxims from positivism or symbolic interaction. IT WAS WRITTEN FROM METHODOLOGICAL NOTES I did during the research for Awareness of Dying and the methodological notes taken during several years of my analysis seminar at Univ of Calif [*sic*], San Francisco. During each seminar, each week, a student was assigned the task of doing methodological notes on what was going on. Thus, *GT* is itself a *Grounded Theory* of methodology of what went on in my seminars as we all painstakingly did our *GT* of *GT* while doing *GT*, fitting names to patterns, being relevant to participants and making sure it all worked (Glaser, 2009b, p. 2).

Sedimenta-se, portanto, a constatação de que a *Grounded Theory* é uma metodologia original de investigação nas Ciências Sociais e Humanas.

3.2.2 POLÊMICA(S) E DIFERENTES CONCEPÇÕES DE *GROUNDING THEORY*

Whenever a theory appears to you as the only possible one, take that as a sign that you have neither understood the theory nor the problem it was intended to solve.

Popper, 1971, p. 266

O rápido reconhecimento e expansão da *Grounding Theory* a diferentes domínios deu origem a distintas concepções e algumas controvérsias em torno desta abordagem (Wagner, Lukassen & Mahlendorf, 2010). Punch (2009) situa esta diversificação no início da década de 90, momento a partir do qual parece ter ganho vida própria. Tendo em conta a diversidade referida, propõe a sistematização das diferentes contribuições com base numa classificação segundo três categorias: a *Grounding Theory* Clássica ou Glaseriana, a *Grounding Theory*, tal como Strauss e Corbin a concebem; e (iii) a *Grounding Theory* construtivista, de Charmaz. Se partirmos de uma análise mais fina, podemos, à semelhança de Denzin identificar até sete versões diferentes (s.d., *in* Punch, 2009). Alguns autores (Bryant & Charmaz, 2007; Punch, 2009) defendem, por isso, que será mais ajustado conceber a *Grounding Theory* como uma família de métodos e não como um método só. Neste âmbito, vários/as especialistas analisaram criticamente os pressupostos da *Grounding Theory* Clássica (Glaser & Strauss, 1965, 1967), contrastando-os com propostas alternativas. No ponto seguinte revemos algumas destas críticas, apresentando as perspetivas dos seus proponentes em contraponto com a concepção Clássica da *Grounding Theory*. Em seguida, apresentamos os elementos que sinalizam as maiores divergências entre a perspetiva Glaseriana (*e.g.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1993, 1998, 2007, 2009a, 2009b, 2012, 2014) e a de Strauss e Corbin (*e.g.*, 1994, 1998; Corbin & Strauss, 1990).

3.2.2.1 LEITURAS MÚLTIPLAS ACERCA DA *GROUNDING THEORY*

This freedom to doubt is an important matter in the sciences and, I believe, in other fields. It was born of a struggle. It was a struggle to be permitted to doubt, to be unsure. And I do not want us to forget the importance of the struggle and, by default, to let the thing fall away. I feel a responsibility as a scientist who knows the great value of a satisfactory philosophy of ignorance, and the progress made possible by such a philosophy, progress which is the fruit of freedom of thought. I feel a responsibility to proclaim the value of this freedom and to teach that doubt is not to be feared, but that it is to be welcomed as the possibility of a new potential for human beings.

Feynman, 1963, p. 13

Definida como “a general methodology of analysis linked with data collection that uses a systematically applied set of methods to generate an inductive theory about a substantive area (Glaser, 1992, p. 16) a *Grounding Theory* distingue-se, de acordo com Glaser e Strauss (1967) pelo seu carácter flexível, ainda que claramente estruturado. Embora a maior parte dos/as investigadores/as não apresente reservas quanto ao seu carácter indutivo (e.g., Glaser & Strauss, 1967; Rennie, Philips & Quartaro, 1988; Glaser, 1992, 1998, 1999, 2001, Rennie, 1998; Machado, 1998; Mullen, 2006), Punch (2009) alerta para a indispensabilidade de analisar esta assunção a partir de um crivo mais fino.

It is useful to make this theory generation-vs-verification contrast sharply, in order to highlight the different research styles. But in fact, in practice, the distinction is not so sharp. For while we may start without a theory, and have the objective of creating one, is it not long into the theorizing process before we are also waiting to test theoretical ideas that are emerging. So, in fact, theory generation depends on progressive verification, as well. Another way of saying this is that *Grounding Theory* is essentially an inductive technique, but it uses deduction as well. It stresses induction as the main tool for theory development but, in developing the theory, deduction will also often be necessary (Punch, 2009, p. 132).

O desenvolvimento da teoria a partir dos dados implica, pois, uma forma de verificação progressiva, uma vez que, a teoria é testada sempre que comparada com os novos dados recolhidos (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992). Neste sentido,

embora a *Grounded analysis* seja, na sua essência, uma técnica indutiva, também recorre à dedução.

Annells (1996) situa a *Grounded Theory*, na sua formulação clássica, no paradigma pós-positivista de ciência. Ontologicamente pende para o realismo crítico, radicado na procura de compreensão da “relationship between the knower (the inquirer) and the would-be knower and what can be known” (Annells, 1996, p. 384), a que se agrega uma epistemologia objetivista modificada que, através de procedimentos metodológicos concretos, visa a emergência de um modelo concetual. A teoria proposta poderá, em estudos subsequentes, ser (ou não) confirmada. Note-se que, a utilização do termo epistemologia neste contexto em concreto surge de forma propositada. De acordo com Miller e Fredericks (1999) esta designação é ajustada pois reporta-se ao tipo e parâmetros da abordagem da *Grounded Theory* que a sustentam como uma forma da pesquisa que produz conhecimento da realidade social.

Esta posição é, apenas, parcialmente corroborada por Charmaz (2000, 2004), quando afirma que, quer Glaser quer Strauss, assumem uma ontologia realista e uma epistemologia positivista, ainda que com diferenças óbvias entre si. Esta investigadora, de reconhecido mérito, que estudou com Glaser e Strauss na Universidade da Califórnia, em S. Francisco, fundamenta a sua perspetiva dizendo que ambos assumem uma realidade externa, objetiva, um/a observador/a neutro/a que descobre os dados, uma pesquisa reducionista que resulta de problemas de investigação geríveis e um processamento objetivista dos dados (Charmaz, 2000). Por sua vez, concorda com a posição de Annells (1996), quando esta situa a abordagem de Strauss e Corbin no pós-positivismo. Corroboram a sua perspetiva a importância que estes dão à voz dos/as respondentes (ouvindo-os/as e representando-os/as da forma mais precisa possível), assim como à descoberta e reconhecimento de como as suas visões (dos/as respondentes) entram em conflito com a própria (do/a investigador/a). Reconhecem, ainda, a arte e a ciência subjacentes ao processo e ao produto analíticos.

A dualidade, entre o realismo e o relativismo presentes na *Grounded Theory*, foi discutida por vários/as especialistas, que lhe teceram algumas críticas (Charmaz, 1994, 2006; Stern, 1994; Piantanida *et al.*, 2004; Rennie, 2006; Grubs & Piantanida, 2010). Para Rennie (2000, 2006) nenhum dos autores da *Grounded Theory* explorou, de

forma satisfatória, esta questão. Ainda que reconheçam a influência do relativismo e do realismo na sua obra, não analisam em profundidade este assunto (Rennie, 2000, p. 482):

Recently I have brought out into the open the realism and the relativism intrinsic to the *Grounded Theory* method, and have challenged that neither Glaser's (1992) nor Strauss's (1987; Strauss & Corbin, 1990, 1994) current methodologies adequately address the tension between them. I have held that, in order for this tension to be reconciled with the subject matter addressed by the *Grounded Theory* method and with the procedures constituting the latter, it is necessary to view it as a form of hermeneutics.

Embora reconhecendo que esta reconciliação é muito difícil de atingir, Rennie (1998, 2000, 2006) propôs o acordo destas duas influências segundo um enquadramento consubstanciado numa lógica hermenêutica. Segundo este autor, a *Grounded Theory* abre espaço entre o realismo e o relativismo ao ter em consideração, em simultâneo, a objetividade no que respeita ao objeto de estudo e a subjetividade inerente à sua investigação. "Within this examination continental philosophical thought is drawn upon to support the point that, as hermeneutical, the method addresses the tension between realism and relativism" (Rennie, 2000, p. 482). Para fundamentar a sua proposta (Rennie, 1998a, 1998b, 2000, 2006; Rennie & Fergus, 2006) recorre à hermenêutica, ao pragmatismo, à fenomenologia e à teoria inferencial de Pierce. O próprio Glaser (*e.g.*, 1998, 2003, 2006) reconhece grande parte destas influências, dizendo que a *Grounded Theory* incorpora características do realismo "simbiotizado", do relativismo, da teoria da verdade não fundacional, da hermenêutica e da lógica inferencial de Pierce.

A teoria da inferência de Pierce foi mobilizada no âmbito da compreensão do papel da indução na *Grounded Theory*. Ao defender, de maneira fundamentada, que esta é um processo auto-corretivo, a abordagem de Pierce contribui para a confirmação de que o método da *Grounded Theory* é suficiente, em si mesma, e não, apenas, enquanto primeira abordagem em investigação científica. Questão que vai ao encontro dos propósitos da análise hermenêutica, em que se inclui a compreensão do significado do texto, e em que este possui valor por si próprio. Relembramos que a hermenêutica visa a compreensão do conteúdo de um texto, quando o seu significado é pouco claro ou confuso (Taylor, 1971, *in* Rennie, 2006). Reportamo-nos, a este respeito, à dimensão

semântica da análise dos textos, não aos seus aspetos estruturais, quando a sua compreensão é complexa/difícil.

Pierce considerou, à semelhança de outros/as especialistas já referenciados, que a produção do conhecimento implica atender às perspetivas daqueles que se encontram nela envolvidos. A compreensão envolve, assim, perspetivas e, por isso, é interpretativa. Isto significa que, enquanto pragmatista, aborda e procura solucionar de maneira satisfatória a tensão entre o relativismo e o realismo. De facto, embora este método não tenha sido proposto com esta intenção, constitui uma melhoria em relação a tentativas anteriores de aplicar método à hermenêutica. Frommer e Rennie (2001) salientam os ganhos que esta proposta traz, ao fornecer suporte a muitas das escolhas procedimentais que os/as investigadores/as fazem no decurso dos seus estudos. Vão mais longe, ao mencionar que Rennie oferece, em rigor, uma nova proposta metodológica: “by drawing on several lines of traditional and contemporary philosophical thought and integrating them into Dilthey’s methodological hermeneutics, or the application of induction to the interpretation of historical documents” (Frommer & Rennie, 2001, p. 5). A *Grounded Theory* solucionaria, em suma, o problemático debate entre relativismo e realismo, em resultado da sua combinação reflexiva e interativa entre interpretação e envolvimento situados (Cromby, 2002).

Um outro ponto de discórdia prende-se com a possibilidade de concretizar trabalhos científicos consubstanciados em versões modificadas da *Grounded Theory*. Charmaz, uma investigadora de reconhecido mérito e que estudou com Glaser e Strauss na Universidade da Califórnia em S. Francisco, defende que a investigação realizada segundo a *Grounded Theory* não precisa, necessariamente, de perfilhar o interacionismo simbólico (Martin, 2006, p. 119). Por vezes, os estudos podem traduzir uma versão construtivista, simplificada, que pode ser adotada por investigadores/as de diferentes quadrantes (Charmaz, 2000, p. 514). A evidente influência teórica do interacionismo simbólico pode, assim, esvanecer-se, mantendo apenas as características que traduzem uma matriz construtivista (Charmaz, 2004, 2005, 2006). Permanece, todavia, sem alterações o relevo atribuído ao envolvimento do/a investigador/a na recolha e interpretação da informação e no desenvolvimento de uma proposta teórica (Charmaz, 2000; Fernandes & Maia, 2001; Henwood & Pidgeon, 2003; Grubs & Piantanida, 2010). A produção do conhecimento ocorre em estreita interdependência entre o sujeito

conhecedor e o sujeito a conhecer e visa a compreensão dos significados e interpretações que os indivíduos conferem aos eventos que experienciam. Neste sentido, não refletem o mundo tal como ele possa configurar-se externamente ao sujeito conhecedor, mas sim como é construído pelos indivíduos, sob a influência das relações culturais e sócio históricas em que estes estão imbuídos (Henwood & Nicolson, 1995). O papel do/a cientista social é, neste enquadramento, de vital importância, pois é responsável pela interpretação dos dados (não pela sua leitura objetiva e isenta). Como mencionam Fernandes e Maia (2001, p. 50) “os relatos seguem regras e tradições, não sendo isentos de valores”. Neste sentido, cabe-lhe reconhecer a subjetividade inerente à sua condição de ser humano, assim como o seu papel ativo ao longo da pesquisa (Layder, 1993).

Em concordância parcial com Charmaz (2000, 2004, 2005, 2006), Pires (2001) apresenta um conjunto de elementos comuns às investigações baseadas na *Grounded Theory* e na perspectiva construtivista. Em rigor, Pires (2001) situa, sem reservas, a *Grounded Theory* na investigação construtivista. Para este investigador, não é necessário proceder à simplificação de que nos fala Charmaz. Destaca, como suporte à sua opinião, o privilégio da metodologia de natureza dialética e da premissa de que existem várias realidades construídas, que resultam da mútua influência entre sujeito e objeto. Sintetizam a sua perspectiva, as seguintes características presentes na *Grounded Theory*: “ser realizado com frequência em meio natural, utilizar o investigador como meio de pesquisa, dar importância ao conhecimento tácito, utilizar métodos qualitativos, amostragem intencional, análise indutiva dos dados, a teoria emergir dos dados e o delineamento ser também emergente” (Pires, 2001, p. 43).

As referências anteriores exemplificam leituras divergentes desta abordagem, em parte resultantes da rápida expansão que a *Grounded Theory* sofreu e da disseminação generalizada dos seus pressupostos, a diferentes áreas. Pese o seu interesse para a reflexão sobre os seus pressupostos-chave, estas críticas são liminarmente rejeitadas pelos defensores da utilização da *Grounded Theory* Ortodoxa (e.g., Glaser, 1992, 1993, 1999, 2006, 2009b). Martin (2006, p. 119) tece um duro comentário sobre esta questão, que transcrevemos na íntegra:

Adherents to classic *Grounded Theory* have gotten used to spotting the pretenders working under the *Grounded Theory* banner. Some of

these faux – *GT* researchers have worked in a fog, misunderstanding fundamentals of the method; (...) More infuriating are the authors who are claiming to improve on *Grounded Theory*, to reground it, to quote one notable British author who, lack of hands-on ground experience aside, manages a book length critique of the method.

Reforça-se, por conseguinte, a centralidade da análise crítica sobre os pressupostos que sustentam a abordagem a que recorrem e que, no âmbito deste processo, clarificarem os argumentos que sustentam a sua opção. Não é, em síntese, suficiente indicar que se desenvolveu um estudo consubstanciado na *Grounded Theory*. É necessário que se explorem as premissas de base de que se parte.

3.2.2.2 CONTROVÉRSIA ENTRE GLASER E STRAUSS

The controversy between Glaser and Strauss boils down to the question whether the researcher uses a well-defining coding paradigm and always looks systematically for causal conditions, phenomena/context, intervening conditions, action strategies, and consequences in the data (the Strauss & Corbin position) or whether theoretical codes are employed as they emerge in the same way as substantive codes emerge, but drawing on a huge fund of coding families (Glaser's position).

Klenke, 2008, pp. 191-192

Para além das divergências já analisadas, a *Grounded Theory* foi sujeita ao confronto de perspetivas por parte dos seus dois autores. A discrepância entre as duas concepções é tão substancial que Heath e Cowley (2004) a definem como a variação mais importante das diferentes adaptações da *Grounded Theory* que existem na atualidade. Glaser (1992, 1998) assumiu a matriz original da *Grounded Theory*, tal como esta foi descrita nas primeiras obras em conjunto com Strauss. Por sua vez, Strauss optou pela revisão da *Grounded Theory*, introduzindo algumas alterações⁹³. A colaboração entre Strauss e Corbin deu origem a uma concepção mais prescritiva e estruturada do método da *Grounded Theory* (Keddy *et al.*, 1996; McCarthy, 2006;

⁹³ Alguns autores não estranharam esta revisão, uma vez que, sempre foram evidentes as diferenças entre Strauss e Glaser, embora a sua visibilidade só tivesse ocorrido depois de Strauss publicar *Qualitative analysis for social scientists*, em 1987 (Stern, 1994).

Creswell *et al.*, 2007). Estes dois autores (1994, p. 237) definem-na como uma metodologia geral que visa a produção de teoria enraizada nos dados e, como já dissemos, que respeita as orientações globais propostas nas primeiras obras da autoria de Glaser e Strauss (1965, 1967). Por exemplo, logo no prefácio da obra *Basics of Qualitative Research* (Strauss & Corbin, 1998) encontramos referências explícitas ao contributo das três obras de referência acerca da *Grounded Theory*, tal como esta foi proposta na sua origem [*The discovery of Grounded Theory* (Glaser & Strauss, 1967); *Theoretical sensitivity* (Glaser, 1978), e *Qualitative analysis for social scientists* (Strauss, 1987)], para esta publicação. Para Strauss e Corbin (1994, 1998) as diferenças na terminologia e nos procedimentos recomendados nas obras de Glaser e de Strauss são menores e demonstram uma posição similar à versão original. Defende, por isso, que se trata de uma só metodologia. Concorda com a sua perspetiva Melia (1996) que, embora reconhecendo a tendência para maior estruturação, acentua que Strauss e Corbin fundamentam grande parte do seu trabalho nas publicações no pensamento original de Glaser e Strauss (1967).

Todavia, Glaser (1992) criticou com muita severidade a versão de Strauss e Corbin, afirmando que esta contribui para o forçar injustificado de uma teoria, em vez de possibilitar a sua emergência a partir dos dados. Segundo ele “Basics of qualitative research cannot produce a *Grounded Theory*. It produces a forced, preconceived, full conceptual description, which is fine, but is not *Grounded Theory*” (Glaser, 1992, p. 3). Como aludimos, anteriormente, Glaser (2006, p. 3) chama a si o protagonismo pela emergência dos conceitos distintivos e pela autoria da *Grounded Theory*: “I was the originator of *Grounded Theory* as a discovery method; Anselm Strauss did not have a clue about these ideas on emergence”. Glaser reporta, ainda, o seu contributo diferencial para a sistematização desta metodologia, dizendo que a contribuição de Strauss foi limitada. Ao tecer esta crítica salienta, em detalhe, a influência da tendência descritiva que Strauss herdou da sua experiência em análise qualitativa. Factor que constitui uma das dimensões que mais distinguem as duas versões [a *Grounded Theory* Clássica (*e.g.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1998, 2001) e a versão de Strauss & Corbin (1994, 1998; Corbin & Strauss, 1990)]. Reforça estes argumentos a produção destes dois autores. Veja-se, por exemplo, o conteúdo da obra *Theoretical sensitivity: Advances in the methodology of Grounded Theory*, em que Glaser explora

os conceitos-chave da sua proposta, nomeadamente, a amostragem teórica, o processo de codificação aberta e seletiva ou o uso de memorandos. Em contraste, Strauss e Corbin (1994, 1998) centraram a sua produção no desenvolvimento de técnicas analíticas para a concretização das investigações. Assim, se bem que Glaser (*e.g.*, 1978, 1992, 1998, 1999, 2001, 2003, 2009b, 2012) e Strauss e Corbin (1994, 1998) partam da análise comparativa constante para a geração de teorias ancoradas nos dados, as duas abordagens possuem singularidades que merecem atenção.

Embora a descoberta seja um conceito central em ambas as propostas é conceptualizado de forma claramente distinta. Neste sentido, embora ambos considerem que, presumivelmente, o/a investigador/a não entra no campo isento/a de ideias e conjeturas, propõem opções diferentes para a sua (não) inserção no estudo. Glaser (1978, 1992, 1998) defende que este/a deve iniciar a investigação aberto/a à detecção de significados que, fruto de um processo cíclico de recolha e análise de dados, se irão circunscrever a uma categoria principal que retrata o problema ou preocupação dominante dos/as participantes no estudo. Este cientista social considera que o conhecimento anterior deve circunscrever-se à área geral em que o estudo se insere, de maneira a potenciar o leque de possibilidades para as quais está alerta (Glaser, 1978, 1992, 1998, 2001). Deve, portanto, desconsiderar contributos concretos nesta fase inicial, para que continue sensível aos dados (*learning not to know*). A leitura específica ocorrerá apenas depois da teoria emergente estar suficientemente desenvolvida, sendo analisada como mais uma fonte de dados (Glaser, 1998). Em contraste Strauss (1987; Strauss & Corbin 1994, 1998) não encontra qualquer obstáculo na possibilidade de que o projeto de investigação decorra a partir da identificação prévia da problemática a estudar. No seguimento desta premissa, a questão em estudo “should take the form of identifying the phenomenon to be studied and what is known about the subject” (Heath & Cowley, 2004, p. 143). A experiência prévia e a literatura são, assim, influências a mobilizar desde as etapas iniciais da pesquisa. Enquanto elementos de compreensão difusa conferem sensibilidade ao/à cientista e podem ser utilizadas para estimular a sua sensibilidade teórica e a própria formulação de hipóteses (Strauss & Corbin, 1994; Heath & Cowley, 2004). Strauss (1987; Strauss & Corbin, 1994, 1998) considera que a mobilização do seu conhecimento prévio, e da literatura, para estimular a sua sensibilidade teórica e gerar hipóteses, é uma possibilidade viável. Propõe, ainda,

que a questão de investigação assuma a forma de identificação do fenómeno a ser estudado e que atenda ao que se sabe sobre o assunto.

Como referimos nos parágrafos anteriores grande parte da controvérsia entre estes autores radica nas propostas de concretização do método: “it is methodological rather than ontological and epistemological aspects that haven been cited as the main source of divergence” (Heath & Cowley, 2004, p. 142). À semelhança da proposta original Glaser (1978, 1992, 1998, 1999) confere claro destaque à indução, enquanto processo chave, no método de comparação constante. No decorrer do processo de análise e codificação dos dados os/as cientistas devem controlar potenciais influências das suas perspetivas apriorísticas. São, na verdade, os dados que desenvolvem a sua sensibilidade teórica (Glaser, 1978, 1992, 1999, 2009b, 2012). Na *Grounded Theory* Glaseriana a dedução e a verificação são, portanto, subsidiárias da emergência (Glaser, 1978, 1992, 2009b, 2012). As ideias geradas são verificadas a partir da sua comparação sistemática com os dados, sendo as categorias redefinidas sempre que necessário. Neste sentido, a verificação contribui para a eliminação do perigo deste forçar os dados à sua perspetiva. Em oposição, Strauss (1987, Strauss & Corbin, 1994, 1998) dá particular relevo à dimensão dedutiva na concretização do método de comparação constante, dado considerar que a proposta original sobrevaloriza a indução. Mantêm, também, a centralidade do conceito de emergência e, a ele associado, a consideração de que as ideias e hipóteses estabelecidas devem ser abandonadas se os dados não as corroborarem (Strauss & Corbin, 1994, 1998). Na obra de 1998 introduz, junto com Corbin, esclarecimentos adicionais sobre o papel da indução no processo de comparação constante. Ao invés de propor que a dedução seja seguida pela verificação, sugerem, então, que esta seja secundada pela validação e pela elaboração a partir de comparação de dados adicionais (Draucker, *et al.*, 2007). A emergência seria, por fim, assegurada através deste procedimento. Dito de outra forma, “the researcher shapes the data by their interpretations, which moves analysis beyond description; but they are also shaped by the data and validation prevents distortion” (Heath & Cowley, 2004, p. 145).

Ao invés da proposta original, Strauss e Corbin (1998) propõem três tipos de codificação: aberta, axial e seletiva. A codificação aberta ocorre, com recurso a uma técnica analítica, através do exame minucioso dos dados com o propósito de

desenvolvimento dos conceitos provisórios. Para o efeito, o/a investigador/a recorre a uma estratégia aberta de amostragem, na qual seleciona propositadamente participantes, contextos ou documentos que potenciem o acesso à informação e que possibilitem a descoberta de categorias e das dimensões que as integram. Importa, nesta etapa, detectar diferenças subtis nos discursos dos/as participantes e, através da recolha de dados nos diferentes contextos, identificar dados inesperados que sejam relevantes para o desenvolvimento das categorias.

A maior divergência, face a Glaser (*e.g.*, 1978, 1998, 2001, 2006, 2009b) reside na introdução, por Strauss e Corbin (1998) da codificação axial. Segundo estes últimos autores, a codificação aberta e a codificação axial ocorrem em simultâneo. Através da primeira os dados são fraturados e as categorias individuais identificadas. Por sua vez, com recurso à codificação axial os dados são agrupados, de novo, através das conexões que se estabelecem entre as subcategorias e as categorias. Ocorre, portanto, redução e agrupamento das categorias. Durante este processo as categorias devem ser descritas de maneira pormenorizada e consubstanciada nos dados, de forma a assegurar que estas possuem riqueza e densidade (Corbin & Strauss, 1990; Strauss & Corbin, 1994, 1998). Este exame *constructo a constructo e linha a linha* dá lugar, num segundo momento e fruto de comparações recorrentes, ao agrupamento dos conceitos em categorias distintas. A codificação axial requer, por conseguinte, amostragem variacional (também designada de relacional), em que os dados são agrupados de forma a desvendar relações entre as categorias definidas e validar estas relações, sendo, também, propositada e sistemática. Pretende-se propor categorias que contribuam para a explicitação de subcategorias descritivas e da relação que estas estabelecem entre si. Os dados são, então, revistos novamente para que emerja(m) a(s) categoria(s) nucleares e se efetive a sua integração no enquadramento conceptual. Este processo de codificação seletiva ocorre a partir de uma estratégia de seleção discriminativa de participantes, na qual os dados são recolhidos com o propósito de verificar a teoria emergente e o desenvolvimento de outras categorias que ainda não estão saturadas. Strauss e Corbin (1998) consideram que, embora seja requerido um maior nível de integração conceptual para que ocorra o processo de codificação seletiva, esta é, em muitos aspetos, simplesmente uma etapa acima da codificação axial. A codificação seletiva dá origem ao desenvolvimento detalhado de categorias, à seleção da categoria principal, e à

integração de categorias. A teoria produzida é, em síntese, um produto detalhado e denso deste processo, que assume uma configuração claramente descritiva.

Por sua vez, e como veremos em detalhe em momentos subsequentes deste capítulo, na abordagem Ortodoxa da *Grounded Theory* são previstas duas etapas: codificação substantiva e codificação teórica. A primeira ocorre em estreita dependência dos dados, atendendo a que a identificação do próprio problema de investigação deriva deles. São concretizadas comparações sucessivas que dão origem a categorias mais abstratas, que são revistas por diversas vezes e que, por sua vez, potenciam a emergência de cenários de análise. A codificação teórica ocorre, na sua continuação, através do refinamento e reajuste das categorias e das suas propriedades, que surgem articuladas com uma categoria principal. A teoria proposta deve, nesta versão, ser parcimoniosa e modificável. Os códigos substantivos são, em resultado, codificados em códigos teóricos. Estes últimos especificam como os códigos substantivos se relacionam entre si como hipóteses a serem integradas na teoria. Tal como os primeiros, também os códigos teóricos têm um carácter emergente atendendo a que “they weave the fractured story back together again” (Glaser, 1992, p. 72).

A produção de memorandos é outra parte essencial do processo de emergência da teoria e na qual também são visíveis as diferenças entre Glaser (*e.g.*, 1978, 1998, 2001, 2006, 2009b) e Strauss e Corbin (1994, 1998; Corbin & Strauss, 1990). Para Glaser (1978) os memorandos são elementos essenciais ao desenvolvimento da *Grounded Theory* pois as ideias são neles exploradas de forma separada da codificação daquilo que está evidenciado, de forma explícita, nos dados. Estes (memorandos) serão, mais tarde, incluídos na análise, como mais um conjunto de informações. Ao contrário da proposta original, em que não são fornecidas orientações específicas quanto à formulação dos memorandos, Strauss e Corbin (1998) consideram três tipos distintos de memorandos (memorandos de notas, notas conceptuais e notas operacionais), que devem ser organizados segundo o seu conteúdo e propósito. A organização dos memorandos tem, para ambas as versões, a função de apoiar o contacto contínuo com os dados enquanto os conceitos descritivos são, progressivamente, substituídos por categorias abstratas. Contudo, o peso da descrição neste processo é, obviamente, diferente. Ainda neste âmbito Strauss e Corbin (1994, 1998) propõem que o/a investigador/a formule um guião com a história (*story line*), tarefa que ajudará o/a

cientista a identificar a categoria principal (*core category*). Este guião é, na sua essência, a conceptualização de uma história sobre o fenómeno central de que trata o estudo. De novo, esta sugestão evidencia o elevado pendor de descrição conceptual inerente à sua perspectiva e que contrasta com a *Grounded Theory* Clássica.

De acordo com McCarthy (2006) a utilização versão clássica é muito útil para a Sociologia, área em que esta é, particularmente, ajustada. Noutros domínios cabe ao/a responsável pelo estudo decidir qual a abordagem que pretende mobilizar. Como aludimos previamente, Glaser (1992) considera que esta versão é de tal forma distinta da original que não deve ser apelidada de *GT*, posição é acarinhada por outros/as defensores/as desta abordagem (*e.g.*, Holton, 2010). Em contraponto, um grupo alternativo de especialistas considera que é mais ajustado assumir que existem diferentes propostas no seio da *Grounded Theory* (*e.g.*, Bryant & Charmaz, 2007; Punch, 2009).

Expostos alguns argumentos de suporte à clarificação da(s) polémica(s) existente(s) na comunidade científica e os principais focos de divergência entre Glaser e Strauss e Corbin procedemos à explicitação da metodologia, tal como é conceptualizada na sua formulação clássica. Esta opção, de explorar estas discordâncias antes da sistematização da metodologia, deve-se à imprescindibilidade de sustentar a nossa escolha da mobilização da *GT* Glaseriana em detrimento de outras propostas.

3.3 METODOLOGIA

Portanto, meu propósito não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir sua razão, mas somente mostrar de que modo me esforcei por conduzir a minha

Descartes, *Discurso sobre o método para bem conduzir a razão na busca da verdade dentro da ciência*⁹⁴, 1637, pará. 5

A *Grounded Theory* apresenta especificidades que a tornam única no seio da investigação em Ciências Sociais e Humanas. “The goal of *Grounded Theory* is to generate a conceptual theory that accounts for a pattern of behavior which is relevant and problematic for those involved” (Glaser, 1978, p. 93). Ao contribuir para a compreensão e explicitação dos aspectos mais relevantes de uma área substantiva permite descobrir padrões, evidentes ou latentes, num sistema, bem como o seu significado (Glaser, 1978, 1998, 1999, 2001, 2003, 2012, 2014). Esta particularidade é de suma importância porque a *leitura* destas realidades nem sempre é acessível aos indivíduos, uma vez que, estes tipicamente não reconhecem as motivações subjacentes ao(s) comportamento(s) que manifestam ou os padrões latentes nos diferentes sistemas em que se encontram inseridos (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1992, 1994, 1995, 1998, 2001, 2003, 2006, 2009b). Neste sentido, a clarificação deste(s) padrão(ões) é mais do que um simples exercício acadêmico, reveste-se de grande aplicabilidade. A teoria produzida deve, portanto, refletir, de maneira clara e simples, a realidade dos/as participantes e estes devem identificar-se, em parte ou na totalidade, com ela. Este é, segundo Glaser e Strauss (1967) um dos maiores poderes da *Grounded Theory*. Ao suportar múltiplas possibilidades de mudança individual e comunitária, através do reconhecimento e compreensão de padrões de comportamento, contribui para o controlo das diferentes circunstâncias da (e na) vida (Glaser, 1993, 1994, 1998, 2001, 2003, 2009b, 2012; Simmons & Gregory, 2003).

Glaser e Strauss (1967) enfatizaram, desde a publicação das primeiras obras sobre a *Grounded Theory*, que esta metodologia pressupõe a mobilização de um conjunto rigoroso de procedimentos. A sua concretização prevê que estes removam

⁹⁴ Tradução em português do Brasil passível de consulta no endereço eletrónico <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAXoAA/livro-discurso-ujm-metodo>.

potenciais enviesamentos derivados de preferências pessoais, receios, opiniões, representações ou experiências prévias acerca do (potencial) objeto de estudo (Glaser, 1978, 1992, 1998, 2001, 2009b; Simmons & Gregory, 2003; Glaser & Holton, 2004). Ao fazê-lo possibilitam a emergência da/o real preocupação/problema dos/as participantes (Glaser, 1978, 1993, 1996, 1998, 1999, 2001, 2005, Glaser & Holton, 2007). Em resultado, a teoria produzida é um reflexo daquilo que ocorre aos indivíduos numa comunidade e não a síntese das perspetivas do/a cientista sobre esses acontecimentos ou situações (Glaser, 1999, 2001, 2006, 2009b, 2012).

O plano não está definido, na sua totalidade, antes do estudo ter início. Não existe um problema definido *a priori*; descobri-lo é, em rigor, a primeira etapa da emergência da *Grounded Theory*. No seguimento, são deslindados os conceitos e as conexões que estabelecem entre si, assim como a categoria conceptual principal (*e.g.*, Glaser, 1978, 1993, 1998, 2006, 2009b; Holton, 2009; Holton & Glaser, 2012). Como refere Urell (2005, p. 11):

Grounded Theory done in its pure sense begins only with a wide-ranging topic area and a piece of data to begin the study, for example, a person who may have something relevant to say about that topic or an observation. What then emerges from that first piece of data directs future research sampling.

Através de formulações de questões é definido o âmbito e o objeto da investigação. O principal objetivo de um estudo deste tipo é, como vimos, a construção de um modelo conceptual que sistematize, de forma abstrata, as interpretações formuladas pelos participantes acerca do problema em questão. A sua concretização parte, por conseguinte, da preocupação em “descobrir o que está a acontecer, mais do que confirmar e quantificar o que se pensa que acontece” (Machado, 2004, p. 180). Neste sentido, a recolha de dados é definida e modificada com o intuito de potenciar a obtenção de informações relevantes para compreensão da problemática em questão (Charmaz, 2004; Elliott & Lazenbatt, 2005). Para concretizar esta intenção, as questões formuladas devem ser flexíveis e abertas o suficiente para permitir a exploração, em profundidade, da problemática mantendo, em simultâneo, o *foco* no problema em estudo. Estas interrogações podem sofrer reformulações ou ser alvo de refinamentos em resultado da evolução da concretização do projeto. A concretização do método prevê, portanto, a análise de documentos de diversos tipos e múltiplas origens, nos quais se

incluem as notas do/a investigador/a, a transcrição de entrevistas, escritos dos/as participantes no processo de investigação, registos biográficos, escrutínio de documentos (*e.g.*, Relatórios, Jornais), a análise de registos áudio ou vídeo, entre outras possibilidades (*e.g.*, Glaser, 1978, 1992, 1998, 1999, 2001, 2009b; Irurita, 1990; Charmaz, 2000; Rennie, 2000; Urell, 2005; Holton & Glaser, 2012).

As especificidades mencionadas nos parágrafos precedentes concorrem para o carácter preditivo da *Grounded Theory*. Ao atingir a saturação da categoria principal (*core category*) e das restantes categorias a teoria está completa; o que significa que estamos perante conceitos abstratos que englobam as diferentes dimensões alvo da investigação. Neste sentido, a teoria é preditiva, pois possibilita a estimação de resultados nesse contexto concreto. Será, também, integradora (*accommodationist*) se, eventualmente, incorporar alguma da literatura existente na explicitação deste mesmo contexto (Miller & Fredericks, 1999).

Estamos, portanto, perante um método radicado em procedimentos de tipo indutivo e em que a descoberta assume um papel central (Glaser, 1978, 1992, 1998, 2002, 2003, 2009b; Rennie, Philips, & Quartaro, 1988; Rennie, 1998). Ao longo do processo as diferentes etapas ajustam-se entre si e sustentam a emergência da teoria de forma sistemática e eficiente (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1992, 1998, 2001, 2005, 2009b). Deslindar novos conceitos a partir dos dados assume uma matriz deliberada que culmina na construção de uma teoria original (Glaser, 1978, 1992, 2003, 2005, 2009b, 2012; Machado, 2004). O resultado final é, por conseguinte, “very powerful as it allows for the understanding of the complexity of a system, is reflective of patterns and relationships within that system, and is accessible, understandable, and meaningful to both community members and the academic community” (Urell, 2005, p. ii).

Descritas as considerações iniciais respeitantes à Metodologia examinamos, em seguida, as dimensões estruturantes da *Grounded Theory* Clássica. Assim, embora apresentemos as principais etapas em pontos sequenciais neste capítulo, a sua leitura deve atender à premissa de que, neste tipo de pesquisas, é muitas vezes necessário retomar etapas anteriores ou desenvolver trabalho em mais do que uma etapa ao mesmo tempo (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1998, 2001, Glaser & Holton, 2005,

2007). Como já tivemos oportunidade de evidenciar o processo de concretização de um estudo segundo os pressupostos da *Grounded Theory* não é, de todo, linear.

3.3.1 AMOSTRAGEM

Theoretical sampling represents a defining property of Grounded Theory and relies on the comparative methods within Grounded Theory. We use theoretical sampling to develop our emerging categories and to make them more definitive and useful. Thus the aim of this sampling is to refine ideas, not to increase the size of the original sample.

Denzin & Lincoln, 2003, p. 265

Dadas as especificidades da *Grounded Theory* o/a investigador/a não antecipa, antes do início do estudo, qual a amostra que nele irá participar. Neste tipo de investigação “the questions used for data collection or the sampling strategy cannot be pre-determined before the *Grounded Theory* begins, but can emerge only from the data analysis” (Elliott & Lazanbatt, 2005, p. 10). A(s) opção(ões) iniciais no que respeita à seleção dos/as participantes e dos contextos a pesquisar é(são) resultante(s) do interesse geral do/a investigador/a por uma área (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1992, 1994, 2001). A escolha deve, no entanto, ocorrer de forma independente de possíveis enviesamentos ou assunções. A seleção subsequente, em número e em variáveis, não decorre das suas opções, mas sim daquilo que, de alguma forma, se relaciona com a/o preocupação/problema central na vida dos indivíduos. Em consequência, o tamanho da amostra deriva da teoria emergente e não de critérios definidos à partida (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1992, 1998, 1999, 2009b). Não encontra, portanto, fundamento o mito de que não se pode recorrer a amostras de grandes dimensões neste tipo de investigações (Athens, 2010). É nos dados que encontramos suporte para as diferentes opções e modalidades da sua constituição, uma vez que, um dos objetivos se prende com a geração de conceitos apontando as relações que estes estabelecem entre si (Glaser, 1978, 1998, 2001, 2005, 2012, 2014). Em consonância, aquilo que não emerge no decorrer do processo não é considerado significativo e, como tal, não fará parte dos critérios de seleção.

A amostragem teórica é, na sua essência, a antítese dos métodos tradicionais de amostragem. Os/as participantes são seleccionados/as ao longo do processo (não no seu início), de acordo com a potencial relevância para o estudo (e não segundo um processo aleatório). Acresce que o contributo de cada um/a é recolhido e analisado de imediato e constitui factor essencial na escolha de novos/as colaboradores/as (Punch, 1998; Urell, 2005). Este procedimento requer que as técnicas de recolha de dados e de constituição da amostra sejam definidas de acordo com a relevância teórica que poderão ter (relativamente aos conceitos emergentes). Assim, não raras vezes, são introduzidas alterações que contribuem para a emergência da teoria. Esta é construída a partir das informações fornecidas por informantes que se encontram em condições similares mas, também, podem ser tidas em consideração as opiniões de pessoas que se encontram em circunstâncias distintas. É, precisamente, neste âmbito que o constructo de amostragem teórica se assume como um elemento-chave para a operacionalização deste procedimento. Ao incluir fontes adicionais de informação, cuja seleção resultou do processo de elaboração da teoria, amplifica-se a possibilidade de emergência dos elementos-chave de um determinado fenómeno (Lima, 2009). Desta forma, a amostra torna-se representativa, não das características dos/as participantes e da população, mas das especificidades e variabilidade do fenómeno em estudo. O teste da teoria emergente ocorre, precisamente, através da amostragem teórica. Progressivamente os dados são codificados e categorizados num *crescendum* de abstração e generalização.

Pelo exposto se reforça a imprescindibilidade de distinguir entre amostragem teórica e seletiva. Como dissemos, pressupõe-se que a recolha de dados resulta da teoria que se constrói e não de um processo de definição pré-determinada dos elementos a integrar no estudo (Draucker *et al.*, 2007). Assim, enquanto a amostragem seletiva resulta do processo de delimitação prévia da(s) população(ões) e do(s) contexto(s) a estudar, nesta ocorre um processo sequencial que, embora tenha início a partir de um processo de amostragem seletiva, evolui assim que os conceitos começam a emergir no modelo que se formula, para um procedimento guiado pela teoria emergente.

3.3.2 RECOLHA, CODIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

“All is data” is a well known Glaser dictum. What does it mean? It means that exactly what is going on in the research scene is the data, what ever the source, whether interview, observations, documents. It is not just what is being, how it is being and the conditions of its being told, but all the data surrounding what is being told. It means what is going on has to be figured out exactly what it is for conceptualization, NOT description. Data is always as good as far as it goes, and there is always more to keep correcting the categories with more relevant properties

Glaser, 2007, parág. 1

Num estudo desenvolvido segundo a *Grounded Theory* a recolha de dados inicia-se precocemente e o processo de codificação também, tendo como consequência uma abertura muito grande, por parte do/a investigador/a para novas e distintas direcções que lhe pareçam relevantes (Holton, 2008, 2009). Glaser (2001, 2002, 2003, 2009b, 2012) sugere algumas recomendações para a recolha de dados que nos parece relevante visitar: (i) recolher as perspectivas de elementos-chave da comunidade que se estuda, com o propósito de obter informação adicional sobre as categorias (potencialmente) centrais para a teoria emergente; (ii) manter-se aberto/a através da inclusão de diferentes participantes, contextos ou mesmo estilos adotados na entrevista; (iii) realizar *follow up* em padrões recorrentes nas informações obtidas com recurso à observação participante; (iv) incluir na amostra incidentes respeitantes a novas categorias quando o/a investigador/a considera que a categoria em questão está saturada; (v) analisar informações secundárias e utilizá-las para efeitos de análise comparativa; e (vi) organizar idéias que redireccionem a recolha de dados.

Como já havíamos aludido, as fontes de dados possuem níveis idênticos de importância (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1998, 2001, 2009b, 2012). Já em 1967, Glaser e Strauss incluíam, no leque de opções, discursos (em registo oral e/ou escrito), cartas, documentos não publicados, notícias de jornais, observações, registos de incidentes, notas de trabalho de campo, mapas e planos das cidades, para além de entrevistas, escalas, ou questionários. Acresce, a este grupo, a análise da possível influência de fenómenos de distorção que resultam da apresentação da realidade de

acordo com aquilo que os/as inquiridos/as consideram que poderá constituir uma visão adequada aos olhos do/a cientista. Este fenómeno de desiderabilidade social é definido por Glaser (2001) como *proper lining*. Quando detectado, o seu estudo é relevante pois permite conhecer, com maior profundidade, a(s) percepção(ões) do indivíduo a propósito de como elementos exteriores ao grupo e a determinado contexto específico deveriam *olhar* para a sua realidade. Possibilita, em acréscimo, aferir a importância que este(s)/a(s) confere(m) à opinião de outros/as (ou, em geral, da sociedade) sobre as suas ações e opiniões.

O processo de codificação tem início em simultâneo com a recolha da primeira informação. Na *Grounded Theory* é vital que seja o/a próprio/a investigador/a a realizar a codificação e a análise dos dados, pois este processo estimula a produção de ideias (Holton, 2008, 2010). As informações são fragmentadas e as diferentes peças são comparadas entre si, de forma potenciar a emergência das categorias e das suas propriedades (Glaser, 1978, 1992, 1998, 2009b), tarefa que exige conceptualização. Glaser (1978, p. 57) sugeriu três questões que apoiam a concretização desta tarefa, a saber: “What is this data of?; What category or propriety of a category, of what part of the emerging theory does this incident indicate?; What is actually happening in the data?”. A reflexão sobre a primeira questão, *What is this data of?*, é essencial para manter o/a investigador/a centrado/a nos dados e não nas crenças ou interesses que possa ter, inicialmente, assumido. Por sua vez, a segunda questão, *What category or propriety of a category, of what part of the emerging theory does this incident indicate?*, assevera que este não *perde o norte*; *i.e.*, que não se confunde na complexidade e imensidão dos dados, ao manter uma abordagem conceptual para a sua análise. Por fim, a última questão, *What is actually happening in the data?*, apoia a descoberta da categoria principal.

A codificação propriamente inicia-se com a codificação aberta (*open coding*). Nesta, os dados são codificados sem qualquer limitação e da forma mais completa possível (Holton, 2008, 2010). Neste âmbito, os códigos de um incidente são comparados com os códigos de outro incidente. É importante ter em conta, a este respeito, que um incidente pode ser codificado em diferentes categorias. Porém, o/a analista deve utilizar esse incidente, apenas, como ilustração de uma das categorias. Por outras palavras,

use an incident as an illustration only once, for the most important among the many properties of diverse categories that it indicates. He must look elsewhere in his notes for illustration for his other properties and categories. This corrects the tendency to use the same illustration over and over for different properties (Glaser & Strauss, 1967, p. 108).

Este processo concorre para a emergência das categorias conceituais e das suas propriedades. Com a sua continuação os códigos de um incidente são comparados com as propriedades que emergiram de comparações anteriores. As propriedades são, então, integradas em outras propriedades e as categorias em outras categorias (Glaser & Strauss, 1967). Por último, os diferentes conceitos são comparados (Glaser, 1978, 1998, 1998, 2001, 2006, 2012, 2014). Esta comparação constante dá origem a uma progressiva redução de categorias e de propriedades, na qual se mantêm aquelas com maior importância (Glaser, 1992, 1998, 2003, 2005; Glaser & Holton, 2007). Este processo de comparação leva o indivíduo ao desenvolvimento de um ajuste emergente (*emergent fit*), em que o/a investigador/a se encontra preparado/a para modificar as categorias que já propôs, de maneira a que os novos dados sejam nelas integrados. Poderá ter em conta temas evidentes mas, também, atender a dimensões implícitas nas diferentes fontes de informação (Mullen, 2006). Acresce ao referido, que no decorrer da codificação, e da subsequente escrita de memorandos, serão sinalizáveis padrões, sendo a sua emergência de suma importância, pois contribui para o aumento da confiança do/a cientista sobre a sua capacidade de codificação e a sua criatividade inata, servindo, também, como elementos de encorajamento à continuidade da análise (Holton, 2010). Note-se, a este propósito, que ao invés de outras propostas de análise qualitativa de narrativas, a *Grounded analysis* prevê relações provisórias e não exclusivas entre conceitos e categorias (Charmaz, 2004). Não estranha, portanto, que sejam, inicialmente, sentidas incertezas que, com a continuação da codificação, tendem a esvanecer-se. Como alude Holton (2010, p. 24) “[c]oding may feel very awkward at first, and the researcher may feel uncertain about labeling the codes, but this sense of uncertainty gradually subsides with continued efforts of analysis”.

Com a emergência destas categorias e das suas propriedades termina a codificação aberta e dá-se início à etapa seguinte, a codificação seletiva. Nesta etapa, mantêm-se as tarefas de codificação e de seleção de participantes para a amostragem teórica, agora atendendo à sua relação com a variável principal e com a meta de atingir

a saturação (Glaser, 1978, 1992, 1994, 1995, 1998, 2001, 2005, 2012, 2014; Holton, 2008, 2009; Holton & Glaser, 2010). Segundo Glaser (2001, 2003, 2005) é este o motivo que subjaz à necessidade de recolher e codificar os dados em simultâneo. Por fim, ocorre a saturação das categorias momento que sucede, apenas, quando não emergem novas propriedades das categorias e se dá o fecho da teoria (*completeness*). Neste momento, a grande parte da variação num padrão comportamental é explicada pela categoria principal, porquanto uma parte substancial das categorias e das suas propriedades se relacionam com ela. O seu poder explicativo é reforçado pela facilidade que cientistas e profissionais demonstram em compreendê-la (Glaser, 2001, 2012). Esta análise, através do método de comparação constante, corporifica-se, em suma, através de três etapas: (i) comparação incidente a incidente com o intuito de formar categorias; (ii) integração das categorias e das suas propriedades; e (iii) delimitação e escrita da teoria (Glaser & Strauss, 1967)⁹⁵.

Como referido, o processo de codificação encontra-se intrinsecamente ligado ao processo de amostragem teórica. A recolha e a codificação dos dados ocorre com os propósitos de compreensão de ações, comportamentos, preocupações de um grupo de indivíduos; pelo que, exige a explicação dos padrões detectados, num nível de elevada abstração (Chenitz, 1986). Não estamos, porém, perante um processo de categorização dos indivíduos mas sim das suas ações e interpretações.

⁹⁵ A singularidade da *Grounded Theory* é reconhecida por Pires (2001) quando menciona que, nesta, os/as investigadores/as introduzem peculiaridades nos quatro propósitos comuns à análise comparativa. Na *Grounded Theory* a evidenciação fiável é prioritariamente obtida através da confirmação de conceitos, sendo conferido menor relevo ao processo de confirmação dos factos. O conceito integra a abstração teórica produzida através dos acontecimentos/eventos, tal como este/a e os/as participantes os interpretam. A generalização é importante na medida em que contribui para a delimitação do âmbito de aplicação da teoria proposta, contribuindo, em simultâneo, para a amplificação do poder explicativo e preditivo da mesma. Por sua vez, a análise comparativa das similitudes e divergências presentes nos discursos dos/as participantes (ou outros dados) possibilita o desenvolvimento de propriedades das categorias e, através deste processo, o enriquecimento do poder explicativo das categorias propostas. A comparação entre grupos e intragrupos permite, assim, aumentar o potencial preditivo da teoria elaborada. A comparação constante (*e.g.*, entre unidades de análise ou entre distintas categorias) permite, ainda, uma compreensão mais clara das diferentes categorias propostas e das propriedades gerais de cada uma delas. Neste âmbito, “cada novo caso confirma a evidência dos anteriores e gera mais conceitos tornando mais densa, abrangente e integrada a teoria, mas também mais ajustada e relevante” (Pires, 2001, p. 50). Este processo implica o exame de diferentes entidades e a identificação das suas similitudes e compatibilidades, em algumas dimensões específicas. Este encaixe analítico (*analytic fit*) deriva do método indutivo utilizado (Morse & Singleton, 2001)]. Note-se que, um único caso poder fazer emergir um conceito ou uma propriedade que, mais tarde, é reforçada por outras fontes de informação (Pires, 2001). Todos estes processos concorrem, no seu global, para a geração da teoria.

People become labeled or actioned by a concept like it is their whole being. In *GT* behavior is a pattern that a person engages in; *it is not the person*. People are not categorized, behavior is. Thus men are not dominators or abusers, they engage in dominating behavior or abusing behavior as women or children or police or political officials may do (Glaser, 2002, p. 789).

Espera-se, por conseguinte, um profundo domínio do método e das diferentes etapas subjacentes à sua concretização. A teoria desenvolve-se através um processo circular e iterativo de recolha e análise de dados. Relembramos que esta não resulta do teste de hipóteses, sendo, em alternativa, formulada a partir do processo de análise comparativa (Glaser, 1992, 1993, 1998, 2001, 2005, 2009b). Uma vez que o método pressupõe este tipo de análise e, em simultâneo, a escrita de memorandos (*memos*), não existe um formato típico ou linear de o concretizar, permanecendo toda a informação em escrutínio até que a teoria se complete (Hutchinson, 1986). É esta lógica de recolha e interpretação contínua que possibilita a deteção e descodificação dos significados das narrativas e comportamentos dos/as participantes e, que, no momento subsequente, norteia o processo de recolha e análise de novas informações (Lima, 2009).

Este processo é de relevância vital para o desenrolar dos estudos que se baseiam na *Grounded Theory* (Charmaz, 2000; Schwandt, 2001; Draucker, *et al.*, 2007). A definição de categorias e subsequente construção da teoria emergente estão sobremaneira dependentes da qualidade e precisão das informações obtidas. Por sua vez, a determinação das fontes que podem refletir maior abrangência e riqueza de informações, assim como dos casos que podem fornecer indicadores empíricos de relevo para o desenvolvimento das categorias é da responsabilidade do/a investigador/a. Não estranha, por isso, que sejam comuns alterações nas estratégias e nos instrumentos de recolha de dados. Por exemplo, a nível das entrevistas podem ocorrer modificações que se prendem com a introdução de perguntas ou revisão do seu foco, para que se potencie a recolha de informações específicas em relação a um constructo emergente, ou o alargamento das temáticas referidas pelos/as entrevistados/as anteriores. Estas possibilitam, também, o teste de hipóteses ou a validação de categorias (McNeill, 2004; de la Cuesta, 2005; Sandgren, *et al.*, 2006). A utilização de questões mais abrangentes (*grand tour questions*) numa fase inicial de recolha e análise dos dados, uma vez que estas conferem maior liberdade à pessoa na escolha dos tópicos a abordar e de como

pretende *contar a sua história*, é prática corrente. Por um lado, evita que o/a investigador/a não caia no erro de questionar os/as participantes acerca de aspetos ou dimensões particulares que resultam da sua perspetiva a propósito do fenómeno em causa (Glaser, 1978; Urell, 2005). Por outro lado, permite que as perguntas se tornem progressivamente mais focalizadas no decorrer do estudo, à medida que se evidencia o problema/preocupação dominante (Glaser, 1992, 1998, 2001, 2003, 2005, 2009b, 2012, 2014). Em síntese, e como tivemos oportunidade de analisar, com algum pormenor, a constituição da amostra encontra-se intrinsecamente associada ao processo de recolha, codificação e análise dos dados.

3.3.3 MEMORANDOS

Memo writing is essential to Grounded Theory methodological practices and principles. It is the fundamental process of researcher/data engagement that results in a 'grounded' theory. Memo writing is the methodological link, the distillation process, through which the researcher transforms data into theory. In the memo writing process, the researcher analytically interprets data. Through sorting, analyzing, and coding the 'raw' data in memos, the Grounded Theorist discovers emergent social patterns. By writing memos continuously throughout the research process, the researcher explores, explicates, and theorizes these emergent patterns.

Lempert, 2010, p. 245

A complexidade inerente ao processo descrito no ponto anterior mantém-se até à etapa de organização das informações e de redação do documento escrito final. Para o sucesso desta tarefa muito contribuem os memorandos (*memos*), pequenas notas em que o/a cientista explana o seu pensamento (Andrew, 2006, Moran, 2006). Glaser (1978, p. 83) define os memorandos como “the theorizing written up of ideas about codes and their relationships as they strike the analyst while coding”. Na verdade, uma parte fundamental do processo de investigação consiste, precisamente, na sua escrita e análise. Escrever, desde muito cedo na investigação, os pensamentos conceptuais

enquanto se codifica e analisa dados contribui para a sensibilidade de quem o faz, e facilita o processo de amostragem teórica, uma vez que as ideias são desenvolvidas assim que emergem, em resultado da comparação constante. Na sua primeira obra Glaser e Strauss (1965) caracterizam-nos como *insights* que se configuram como lógicos e, em simultâneo, intuitivos.

Os memorandos podem também servir o propósito de explicitação das concepções apriorísticas do/a investigador/a (Glaser, 2009b, 2012). Ao escrever sobre as suas ideias e os conceitos privilegiados na literatura reflete sobre a sua potencial influência e aciona medidas concretas que asseguram o seu evitamento (Martin, 2006, p. 48). Glaser (1978, 1992, 2001, 2005, 2012) não fornece instruções específicas quanto à escrita dos memorandos, embora saliente que estes devem ser o mais pormenorizados possível. Alerta, ainda, para a importância de que estes assumam, predominantemente, um pendor conceptual, para que *não perca de vista* que a intenção é a de produzir uma teoria e não fornecer uma mera descrição dos resultados. A sua produção não deve, contudo, ser bloqueada ou dificultada pelos requisitos de uma escrita perfeita (Glaser, 2009b, 2012).

Ao escrever os memorandos afinam-se as propriedades teóricas dos códigos e, através deste processo, verifica-se crescente aproximação à saturação, à compreensão das fronteiras dos diferentes códigos e à sinalização das circunstâncias específicas em que determinado código surge. O processo de produção dos memorandos conceptuais (*conceptual memoing*) ocorre, portanto, ao longo das etapas de codificação e análise dos dados, permitindo que os pensamentos se traduzam em registo escrito conducente à elaboração da teoria emergente. A sua escrita durante o processo de codificação permite, ainda, aliviar a pressão que a incerteza pode produzir no/a investigador/a, pois obriga a uma pausa na codificação para a captura das ideias sobre os códigos que afloram o seu espírito (Holton, 2009, 2010). Progressivamente, os memorandos devotados à codificação substantiva vão sendo refinados e atingem níveis mais elevados de abstração conceptual, uma vez que, o processo de codificação e análise se aproximam da saturação teórica e o/a cientista explora, agora, a reintegração conceptual (Holton, 2010). Ao escrever reflete sobre as categorias que propõe, sobre as informações que sustentam a sua emergência e, também, sobre os elementos que suportam a sua relação com outras categorias. No processo de geração de teoria é, igualmente, útil que

escreva memorandos sobre as notas de campo. Neste contexto, “memo writing on the field notes provides an immediate illustration for an idea” (Glaser & Strauss, 1967, p. 108). Os memorandos contribuem, ainda, para a expansão dos referenciais de investigação, em parte porque lhe permitem identificar lacunas ou inconsistências na sua linha de pensamento ou das informações que já recolheu, possibilitando nova decisão quanto a novos/as colaboradores/as ou à recolha de outras informações junto dos/as participantes, anteriormente, contactados/as. Potencia, igualmente, a reflexão sobre a categoria principal e o estabelecimento de relações entre códigos que, no início, parecem isolados. A produção de memorandos permite, em suma, organizar ideias, seja em registo analítico ou abstrato, durante o decorrer da pesquisa (Glaser, 1978, 1992, 2009b, 2012, 2014), que, se não fossem registadas seriam, com alguma probabilidade, perdidas.

Todas estas tarefas contribuem para a diminuição do ritmo do/a investigador/a, cuidado essencial para que mantenha uma postura aberta durante a pesquisa (Glaser, 1978, 1998, 1999, 2009b; Glaser & Holton, 2007). Não devemos esquecer, a este respeito, que “the full power of *Grounded Theory* comes with staying open to the emergent and to earned relevance when doing *Grounded Theory (GT)*” (Glaser, 2005, p. 1). A escrita conceptual leva, desta forma, à libertação do contexto e do tempo, aspetos essenciais ao desenvolvimento da *GT* (Glaser, 1978).

Como vimos, a escrita dos memorandos é uma das tarefas vitais à realização de investigação consubstanciada nesta metodologia (*e.g.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1993, 1998, 2009b, 2012). No decorrer do estudo acumula-se, portanto, um número muito considerável de notas, escritas de forma mais ou menos formal, de grandes ou pequenas dimensões, de tipo mais descritivo ou mais conceptual. A sua produção não obedece aos cânones tradicionais de escrita científica e, não raras vezes, resulta de um momento de reflexão que foi registado tal como lhe ocorreu na altura. Por isso, os memorandos não são passíveis de utilização direta na formulação da teoria ou como elemento a integrar, sem alterações, no documento final. No entanto, a sua criação é fundamental atendendo a que apoiam a reflexão e estruturam o seu pensamento (Glaser, 1992, 1998, 2001, 2003, 2009b, 2012, 2014). A sua organização [em categorias, em grupos segundo os seus limites conceptuais (theoretical outline)] potencia a detecção da estrutura que assumirá o trabalho escrito (Glaser, 1992). Na

organização destes dados também é exigido o método de comparação constante. Não existe linearidade, mas sim múltiplos avanços e recuos na definição de categorias e das suas propriedades, que são organizadas de acordo com as relações que estabelecem com a categoria principal. O mesmo sucede entre as fronteiras conceptuais delimitadas e as novas ideias que, entretanto, vão surgindo (Glaser, 1992, 1998, 2001, 2003, 2005, 2012).

3.3.4 REVISÃO DA LITERATURA

Use of the literature in Grounded Theory is perhaps one of the most contentious and misunderstood aspects of this approach to research.

Birks & Mill, 2011, p. 22

There is a need not to review any of the literature in the substantive area under study. This dictum is brought about by the desire not to contaminate...it is vital to be reading and studying from the outset of the research, but in unrelated fields.

Glaser, 1992, p. 32

Em investigações realizadas segundo a *Grounded Theory* a revisão da literatura (subordinada à unidade substantiva em estudo), embora importante, ocorre de forma distinta daquela que se prevê para outras abordagens em investigação científica (Glaser, 1978, 1998, 2001, 2003, 2012, 2014; Andrew, 2006; McCallin, 2006a, 2006b; Thulesius, 2006). Nas abordagens tradicionais esta é revista nas etapas iniciais da investigação e a informação obtida pelo/a cientista é utilizada para a planificação e concretização do estudo. Pelo contrário, na abordagem da *Grounded Theory* não é efectuada antes da entrada no campo, uma vez que, inibiria o processo de conceptualização e poderia causar uma formulação apriorística do problema (Glaser, 1978, 1998, 2005, 2012; McCallin, 2006b). Não podemos esquecer, neste contexto específico, que

[i]f a satisfactory theory already exists on a particular topic; there is no point in mounting a study to generate a theory about that topic. The rationale for doing a *Grounded Theory* study is that we have no satisfactory theory on the topic, and that we do not understand enough about it to be theorizing. In that case, we will want to approach the data as open-mindedly as possible, guided by the research questions. While a general comment on the literature may

be necessary to orient a study, and to show the lack of satisfactory theory, the problem with detailed substantive review of the literature in advance of a study is that it can strongly influence us when we begin working with the data (Punch, 2009, pp. 133-134).

Em resumo, ao invés da investigação de tipo confirmatório, em que a literatura deve ser revista em profundidade logo deste o início do processo de investigação, na *Grounded Theory* a literatura específica só é revista após a teoria emergente estar suficientemente ancorada nos dados. Não estranha, por isso, que Glaser (1978, 1992, 1998, 2009b) não defina como obrigatório o enquadramento do problema na literatura já existente. Todavia, também não anuncia como impeditiva a análise de contributos teóricos durante o processo de recolha e análise dos dados (Glaser, 1978, 1992, 2001, 2009b). Espera-se, no entanto, que, se esta revisão for concretizada, ocorra em domínios distintos da área substantiva em que o estudo se insere. Ao proceder desta forma, o/a investigador/a mantém a sua sensibilidade teórica, isto é, o seu pensamento permanece num registo abrangente, enquanto se familiariza com os diferentes estilos de produção escrita nas diversas áreas (Glaser, 1978, 1992, 2009b). Assim que a teoria produzida se encontre ancorada nos dados e que a categoria central emergir pode dar-se início à revisão da literatura específica. Nesta etapa, para além da divergência considerável em relação à vasta maioria das restantes opções metodológicas, a análise das fontes primárias e secundárias acontece com o propósito de relacionar a teoria formulada com a literatura prévia, através da integração de ideias (Glaser, 1978, 1998, 2001). “That is the key concept in using the literature in *Grounded Theory* – the literature is seen as further data to be fed into the analysis, but at a stage in the data analysis when theoretical directions become clear” (Glaser, 1978, p. 134).

Numa etapa inicial a tarefa prende-se, em termos globais, com o aprofundamento de pressupostos e questões essenciais da *Grounded Theory*. Poderá, neste momento, analisar estudos realizados com a *Grounded Theory*, assim como outros documentos sobre o pensamento e a produção científica. Constituem exemplos deste primeiro tipo de literatura livros e artigos técnicos, relatórios e/ou teses desenvolvidas com base na *Grounded Theory*, na área geral em que se situa ou noutras áreas substantivas (*e.g.*, Sociologia, Psicologia, ou Saúde). É, também, plausível a leitura de fontes secundárias subordinadas à vida em sociedade (*e.g.*, Políticas Sociais). Por sua vez, numa etapa posterior do projeto, quando as categorias principais já tiverem

emergido, poderá analisar artigos, relatórios, teses ou outras fontes técnicas que versam o objeto de estudo da investigação em causa (*e.g.*, Glaser, 1978, 1992, 1998, 2009b). Este/a tem a liberdade, ainda, de complementar esta revisão com o recurso a literatura não técnica, e na qual se incluem biografias, notas (memorandos), diários ou outros materiais que completem as entrevistas e as observações de campo ou, mesmo, que constituam dados independentes (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1998, 1999, 2001, 2007). São, neste segundo momento, necessários esforços adicionais, da sua parte, para que não ocorra contaminação do processo de criação de conceitos a partir dos dados, com a utilização de conceitos pré-concebidos que poderão não ser úteis ou ajustados. O mesmo cuidado deve ser tido em relação aos modelos ou teorias propostos por outros/as especialistas cuja adequação ou utilidade podem ser discutíveis. Tal atenção não deve, todavia, ser confundida com a rejeição total dos contributos de outros/as cientistas. Se existirem, por exemplo, diversas *Grounded Theories* para uma mesma área substantiva, a designação das categorias pode, legitimamente, ser influenciada pelos estudos prévios, uma vez que, os dados já foram codificados de forma suficiente para incorporarem o seu próprio significado. Para além deste contributo, outros estudos poderão ser incorporados na teoria, durante o processo de comparação constante.

De facto, as informações provenientes da revisão da literatura são analisadas como qualquer outro conjunto de dados, o que na prática se traduz na sua análise e (não) integração na teoria formulada (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1992, 1998, 2007, 2012). O/a investigador/a compara os resultados da investigação que realizou com outros estudos e destaca as dimensões em que a proposta constitui um contributo para o domínio científico em causa e/ou para domínios afins (Glaser, 1992, 1998). Note-se que não existe, segundo Glaser e Strauss (1967) risco de que, através da revisão da literatura, a teoria proposta se dilua ou se minimize o seu impacto, pois a nova teoria está ancorada nos dados e assume-se como modificável em resultados de novas informações. Neste sentido, potenciais divergências ou contradições entre a teoria e a literatura não são negativas. Elas devem ser utilizadas para aumentar a abrangência da teoria ou para sublinhar possíveis *nuances* nos padrões de comportamento.

3.3.5 ESCRITA DA TEORIA

Grounded Theory is based on the systematic generating of theory from data, that itself is systematically obtained from social research. Thus the Grounded Theory method offers a rigorous, orderly guide to theory development that at each stage is closely integrated with a methodology of social research. Generating theory and doing social research are two parts of the same process. How the analyst enters the field to collect the data, his method of collection and codification of the data, his integrating of the categories, generating memos, and constructing theory – the full continuum of both the processes of generating theory and of social research – are all guided and integrated by the emerging theory.

Glaser, 1978, p. 2

The social organization of the world is integrated. This means that everything is already organized in very specific ways. The grounded theorist's job is to discover these processes of socialisation. There is no need for preconceived theorising because all the theoretical explanations are already present in the data.

Lowe, 1998, p. 106

Ultimada a etapa de definição das fronteiras conceituais estão criadas as condições para a apresentação da teoria. Integram-na um conjunto de hipóteses relacionadas com a categoria principal e que explicam um certo padrão de comportamento (Glaser, 2009c). Os conceitos que emergiram dos dados, não as descrições dos acontecimentos ou opiniões dos/as participantes, são conectados conceptualmente através de afirmações (Glaser, 1978, 1992, 1993, 2006, 2007, 2009b, 2012). Embora as descrições não sejam centrais para esta abordagem, sempre que se considere que estas se revelam úteis, podem ser utilizadas para efeitos de ilustração (Urell, 2005).

Ao longo de todo o processo “the analyst humbly allows the data to control him as much as humanly possible, by writing a theory for only what emerges through his skilled induction” (Glaser, 1992, p. 87). Alerta para a importância de encetar melhorias no trabalho escrito com a meta de tornar mais claro o processo de conceptualização e de integração da teoria. Para além dos cuidados de revisão requeridos a qualquer

produto científico (*e.g.*, detecção e eliminação de redundâncias, clarificação da análise, introdução de ilustrações, elaboração de notas de rodapé, reintegração de unidades de análise) alerta para uma tática base de aumento da qualidade da conceptualização. O conceito ou as hipóteses emergentes devem surgir primeiro no texto, sendo seguidos da sua fundamentação.

For it to be completely a conceptual writing and to bring the conceptualization into relief, what is necessary is to put the last sentence first. Or, “flip-flop” that paragraph by starting with the concept and then illustrating it through it originally grew in reverse. Then the concept is imaged, “out front”, emphasized and usable in carry-forwards. The description is trimmed to fit the need of illustrating (Glaser, 2009c, p. 11).

Neste processo de revisão alguns conceitos poderão desaparecer, porque não se revelaram relevantes para a teoria, e outros poderão ser reforçados através da maior articulação existente entre as diferentes partes do trabalho (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 2009c). Estas transições entre as diferentes componentes são cruciais para que o/a leitor/a compreenda a direção assumida e os argumentos que sustentam essa opção.

Como já tivemos oportunidade de explorar é no contexto da escrita do primeiro *draft* que deve ocorrer um esforço concertado para rever literatura na área em que a teoria se insere. A comparação do trabalho com outros, pode contribuir para a sua colocação no seu devido lugar, ou seja, atendendo a literatura teórica e substantiva pertinente. Também fruto deste processo poderá reanalisar a sua teoria, amplificando-a e melhorando-a, uma vez que escrutinou o trabalho de outros. Não se pretende, de todo, o mero uso desses contributos. Deve, ainda, proceder à integração de ideias na sua teoria, seja através da sua amplificação, adição de suplementos ou mesmo transcendendo o contributo de outros neste domínio. Por fim, e ainda de acordo com Glaser (1978, 2009c), é útil submeter versões preliminares da teoria a colegas para revisão e sugestões.

A teoria formulada pode, segundo Mullen (2006) assumir um de três níveis de generalidade: substantiva, substantiva mais geral, e formal. A teoria substantiva mantém a sua ligação a situações ou problemas específicos. A grande maior parte dos estudos publicados situam-se a este nível. Se o/a investigador/a optar pela comparações entre várias áreas substantivas e nas quais se incluem variações múltiplas num grupo de

problemas ou situações, então, a *Grounded Theory* produzida é uma teoria substantiva mais geral (*more general substantive theory*). Por fim, se a teoria incorporar várias situações ou problemas (*e.g.*, investigações que envolvem transição de papéis ou processos de consciencialização em diferentes contextos), esta situa-se ao nível de uma teoria formal.

A sua escrita requer, frequentemente, um comportamento disciplinado de distanciamento dos dados, de forma a assegurar que se mantém em registo conceptual. “Sometimes it is best to wait months, even a year in order to think about the data sufficiently to be able to write conceptually” (Glaser, 2009c, p. 9). Sugere, em acréscimo, que se evite o uso de analogias nas secções substantivas do trabalho, uma vez que estas se revelam pouco úteis para a compreensão da análise ou dos conceitos propostos. Para além deste reparo, e para aqueles que evidenciam maiores dificuldades em registar as suas ideias por escrito, sugere,

[w]rite as one talks, not as one writes. This makes writing much easier. So does the idea that if one has two things to say, say them one at a time. Write the first draft, with no heed to English construction, so as to focus on the theory construction. The grammar can be edited later in subsequent drafts. As with memos, it should not be allowed to interfere with the ideational out-put. The reader should not underestimate this problem: many an analyst cannot write because of our concern with perfect English. Our first concern must be to put over “good” ideas, which means getting them on paper (Glaser, 2009c, p. 9).

Como se verifica, a operacionalização das diferentes dimensões e procedimentos inerentes a esta metodologia pressupõe rigor e disciplina na atuação do/a investigador/a. Só com estes cuidados é possível a teoria produzida refletir a realidade dos/as participantes, ou seja, ter relevância e aplicabilidade. Este é, segundo os seus autores, o poder da *Grounded Theory*, o de permitir etapas de ação apropriadas para melhorar as vidas dos indivíduos e, em simultâneo, constituir uma contribuição válida para a ciência.

3.4 DESAFIOS AO/À INVESTIGADOR/A

A primeira responsabilidade do cientista é se conscientizar sobre a relatividade da verdade científica e não aceitá-la como a verdade absoluta, pois a realidade que vivemos e desejamos estudar é comum e pode ser compreendida em muitas dimensões que a constituem, jamais podendo a totalidade ser conhecida.

Degrave, 1999, p. 2

Glaser (*e.g.*, 1978, 1999, 2009b, 2012) destacou, em vários momentos da sua obra, que o futuro da *Grounded Theory* radica na sua utilização por parte de investigadores/as iniciantes. Estes/as jovens cientistas estão menos sujeitos à influência de outros métodos (de tipo quantitativo ou qualitativo) e procuram metodologias que resultem na produção de teorias relevantes que, de facto, contribuam para a explicação daquilo que ocorre na sua área de interesse (Glaser, 1978, 1992, 1998, 2009b).

GT is done best in the hands of the novice PhD and MA candidates because not only of their quest for relevancy, in the face of extant literature that does not fit, work or is not relevant, they are still open to “whatever”, still enthusiastically learning, still unformed in other QDA methods, lack QDA method identity protection, and their skill development fledgling status is uniquely suited to skill development required in the GT process (Glaser, 2009b, p. 1).

Por outro lado, estão, com frequência, muito motivados/as para a realização do estudo, sendo a sua criatividade, por vezes ingénua, vital na identificação de novos padrões. Em consequência, nos memorandos propõem categorias originais que, para além de ajustadas e pertinentes, são sensíveis e inteligentes (Glaser, 2009b, 2012).

Embora Glaser (1978, 1992, 1998, 2009b, 2012) seja peremptório no voto de confiança aos/às cientistas menos experientes, é importante salientar que a centralidade do seu papel no desenvolvimento do projeto, quando este é consubstanciado na *Grounded Theory*, é, com frequência, uma questão que gera inquietação e intranquilidade, em grande medida porque nem sempre estes/as possuem os conhecimentos necessários sobre a metodologia, de maneira a que, desde o início da investigação, estejam seguros/as de ultrapassar potenciais obstáculos à sua concretização. Este receio é, de algum modo expectável, mas não deve ser motivo suficiente para impedir ou limitar a concretização do estudo. Como alude Holton

(2010a, p. 22) “developing one’s skills as a grounded theorist takes practice; the method is best learned by cycling through the various procedures learning from each attempt and developing clarity and confidence in their application”.

A complexidade inerente à *Grounded Theory* tem sido sistematicamente referenciada na literatura da especialidade, com particular ênfase nas dificuldades presentes nos procedimentos que integram a aplicação da metodologia (Kendall, 1999; Wuest, 2001; Rennie & Fergus, 2006; Draucker *et al.*, 2007). Um dos maiores desafios prende-se com a necessidade de reflexão e de conceptualização, sem os quais o estudo desenvolvido não é, em rigor, uma investigação consubstanciada na *Grounded Theory* (Glaser, 1978, 1992, 1993, 1998, 2001; Holton, 2008, 2009; Holton & Glaser, 2012). Na atualidade, e em grande parte porque inseridos num contexto socioprofissional de imprevisibilidade e insegurança em que a rapidez é altamente valorizada, muitos/as investigadores/as cedem à pressão de concretizar o estudo no período de tempo mais curto possível e antes de terem realizado as reflexões essenciais à construção da teoria. Este problema é reconhecido por Glaser (2006, p. 7) quando descreve a concretização do seu Projeto de Doutoramento: “the problem I confronted as a PhD candidate and you do too is how to get into print as fast as possible”. No mesmo sentido reflete Bianchetti (2008, p. 280) quando descreve o lema “publique ou morra” que domina a investigação na atualidade, e que contribui para o aumento da competição, ansiedade e até de *burnout* nos membros da academia.

A este factor associa-se um outro resultante do acesso ao terreno em etapas iniciais da investigação e da análise de dados ocorrer desde as primeiras informações recolhidas. Em resultado, as primeiras etapas podem concretizar-se com celeridade, o que significa que esse ritmo se mantenha inalterado ao longo de todo o projeto de investigação (Glaser & Strauss, 1978; Glaser, 1978, 1992, 2009b). Mesmo que a tendência dominante seja a de acelerar o processo, os/as cientistas devem disciplinar-se garantindo que dispõem das condições necessárias para que a reflexão e a conceptualização ocorram (Glaser, 1978, 2001, 2009b; Holton, 2008, 2009).

Nas Ciências Sociais e Humanas é muito fácil *deixar-se apaixonar* por uma determinada problemática ou população. Com frequência vemos reportados motivos pessoais ou profissionais para as escolhas das temáticas dos estudos, incorporando estas

reflexões, por vezes, relatos das suas histórias de vida ou experiências prévias como suporte à definição do problema de investigação e da escolha de um determinado plano (Amado, 2009). Estes elementos constituem factores adicionais para a concretização do estudo mas podem, também, contribuir para enviesamentos não desejados. A *Grounded Theory* pressupõe o afastamento das preocupações, curiosidades ou outras questões que o/a investigador/a possui antes ou durante a concretização do trabalho. Por isso, “*Grounded Theory* research in its purest form might not be attractive for people who have passions that center on a particular area of study” (Urell, 2005, p. 11). Aconselha-se, neste sentido, o controlo destas paixões pessoais e profissionais ao longo de todo o processo de pesquisa, assim como durante a utilização dos dados para a seleção dos/as participantes (amostragem teórica) e para a emergência da teoria. Note-se, porém, que a intenção não é que este/a as anule, totalmente, processo que seria impossível dadas as limitações inerentes ao ser humano, mas que as suspenda ao longo da recolha e análise dos dados. Depois da teoria ter sido concretizada, aspectos importantes do seu *know how* podem ser mobilizados e incorporados no estudo, se tal for considerado útil. Em suma, para este autor “the suspension of researcher bias and passions is one of the more difficult parts of the *GT* research process for a naive researcher or one trained in more traditional research methods” (Urell, 2005, p. 16).

Outra das dificuldades recorrentemente reportadas respeita à concretização das diferentes etapas desta metodologia. Giske e Artinian (2007) retratam-nos como um processo aparentemente caótico, sobre o qual muitos/as já teceram importantes contributos mas que não surge ilustrado de forma satisfatória na literatura da especialidade. Para este quadro contribui, ainda, a exigência que a aplicação deste método possui, uma vez que este método não encontra paralelo noutras abordagens. Os investigadores/as são, assim, confrontados/as com a sua inexperiência, o que, não raras vezes, aumenta a insegurança sentida.

Para além das especificidades inerentes aos procedimentos de amostragem descritos, o/a investigador/a tem ainda a árdua tarefa de proceder à descrição da amostra de forma clara e concisa. Neste campo “little guidance is available for researchers who need to make ‘real-life’ theoretical sampling decisions” (Draucker *et al.*, 2007, p. 1139). Note-se que, no que respeita aos procedimentos de amostragem seletiva, a literatura não reporta limitações acrescidas, atendendo a que os procedimentos são

delimitados previamente à recolha de informações (Draucker *et al.*, 2007). A apresentação destes dados inclui, tipicamente, a descrição dos/as participantes, os contextos abrangidos, e as estratégias de recrutamento mobilizadas (Rennie & Fergus, 2006; Draucker *et al.*, 2007). A dificuldade aumenta quando o/a investigador/a inicia a tarefa de descrever o procedimento respeitante à amostragem teórica, pois este é um processo dinâmico e muito complexo (West, 2001; Meyer, 2002; Sword, 2003; Ford-Gilboe, Wuest, & Merritt-Gray, 2005).

Glaser (1998, 1999, 2003, 2004, 2007a, 2009b) considera que é nas etapas iniciais da codificação aberta que o/a investigador/a se pode sentir particularmente desafiado/a. Sem a compreensão profunda da iteratividade deste processo pode cometer um conjunto não despidendo de erros que poderiam ter sido evitados com facilidade. Incluem-se neste conjunto de incorreções a concretização das diferentes etapas de forma sequenciar e linear, o que pode resultar na confusão dos códigos propostos. É, também, possível que dê início à codificação seletiva sem que tenha emergido a categoria central ou que inicie o processo de organização dos memorandos antes que a saturação teórica tenha sido atingida. Pode, igualmente, ocorrer o fenómeno de *assombração* pela imensidade dos dados e conseqüente preocupação acerca da sua veracidade e exatidão (Glaser, 1978, 1992, 2007a, 2009b). Este último erro é frequente quando os/as investigadores/as optam por gravar entrevistas e proceder à sua transcrição na totalidade. Neste contexto, em particular, a inundação de dados pode ser controlada através da contínua altercação entre a recolha de dados, a codificação e escrita dos memorandos conceptuais. Previne-se, portanto, a recolha de dados redundantes depois de saturadas as categorias.

Neste contexto, o maior risco advém, contudo, do/a investigador/a se deixar seduzir pelos pressupostos de outras abordagens, contaminando o seu pensamento. Ao invés de elevar a codificação e análise à conceptualização limita-se à descrição dos resultados (Glaser, 1998, 1999; Holton & Glaser, 2012). Para que tal não ocorra, deve mobilizar duas dimensões. A primeira delas é a confiança na sua própria intuição acerca do processo de conceptualização, permitindo, desta forma, que a categoria central emerja. Em estreita associação deve sentir-se confortável em delimitar a recolha de dados e a codificação à categoria principal e aos conceitos que se relacionam com ela. Como refere Holton (2010, p. 22),

[t]hose inexperienced in *Grounded Theory* methodology may worry about missing something when they leave the rest of the data behind but it is important to remember that *Grounded Theory* is about concepts that emerge from data, not the data per se.

A este desafio associa-se o uso dos códigos teóricos. Se se verificar limitação ao nível substantivo, sem integração destes conceitos através da codificação teórica, o processo de análise fica coartado e a teoria proposta não será, em rigor, uma teoria realmente ancorada nos dados. É, pois, essencial que o/a *Grounded Theorist* compreenda a diferença entre codificação substantiva e codificação teórica, bem como entre codificação aberta e codificação seletiva. Em simultâneo deve apreender como a comparação constante e a amostragem teórica contribuem para a complexificação da análise a níveis de abstração conceptual, emergência da categoria principal e da integração teórica. As especificidades do processo de amostragem teórica, pelas suas características (intencionalidade e dinâmica) requerem constante flexibilidade por parte do/a investigador/a, uma vez que, a amostra não pode ser definida *a priori* (Glaser, 1999, 2001, 2003). Também a revisão da literatura se apresenta como uma etapa complexa a pesquisadores/as menos experientes. Como refere McCallin (2006, p. 11) “students often struggle to understand how to use literature in a *Grounded Theory* study where timing and knowing what to read are critical”. De novo, estamos perante dimensões que exigem a capacidade e a confiança que, em última análise, se solidificam com a experiência da utilização da *Grounded Theory*.

Em acréscimo às capacidades de conceptualização dos dados e de tolerância da incerteza, o/a cientista tem de gerir de forma eficiente os múltiplos momentos de retrocesso, mudança e evolução, que culminam com a emergência da teoria (Glaser, 1992, 1998, 1999, 2001, 2009b, 2009c, 2012). McCarthy (2006) assume este processo como uma das dimensões mais necessárias à concretização da sua Tese de Doutoramento. “It is fair to say that the ability to tolerate confusion attendant regression was most certainly necessary in that theory formed, regressed and reformed a number of times before it reached a level of completion” (McCarthy, 2006, pp. 50-51).

Também a este nível Glaser (2009b, p. 2) reporta as mais-valias do/a investigador/a menos experientes: “*GT* was written for beginners as it emerged FROM beginners’ research, myself included, when we did *Awareness of Dying*, a resounding success”. Apesar da confusão e da ansiedade que este método lhes coloca tendem a

compreender o processo e a tolerar a sua dinâmica, confiando que serão capazes de mobilizar a criatividade necessária à produção dos memorandos. Ambas (tolerância e confiança) são essenciais à emergência dos conceitos. O desafio para estes/as é, muitas vezes, assegurar que não avançam demasiado rápido, garantindo que a teoria é, de facto, *grounded* e não resulta de impressões pouco reflectidas e fundamentadas.

A sensibilidade do/a investigador/a é outra das características essenciais à prossecução de um estudo com base na *Grounded Theory*. Glaser (1978, 1992, 1998, 2008c, 2009b) assevera que a capacidade de conceptualização radica, precisamente, na sua sensibilidade. Ao definir este constructo, Strauss e Corbin (1998, p. 42) expõem a sua complexidade e o grau de exigência inerente à sua mobilização numa determinada pesquisa. A sensibilidade teórica inclui “the attribute of having insight, the ability to give meaning to data, the capacity to understand, and capability to separate the pertinent from what isn’t”. Atributos que são mobilizados a nível conceptual e não, em exclusivo, na lide directa com os dados. Esta é uma das razões que sustentam a densidade e a integração articulada das diferentes categorias da *Grounded Theory* proposta.

Ao demonstrar sensibilidade teórica o/a cientista evidencia, então, duas características chave para que a conceptualização ocorra (Glaser, 1978, 1998, 2009c). O temperamento analítico permite-lhe manter a distância aos dados, suportar os recuos e confiar no poder do seu processo intuitivo. Por sua vez, através da competência analítica é capaz de desenvolver insights teóricos e conceitos abstratos que reportam aos dados. Acresce que, graças à sensibilidade teórica, este/a concretiza as diferentes tarefas com maior coerência e rapidez. A compreensão do significado do(s) evento(s) ou experiência(s) descrito(s) por cada um/a dos/as participantes requer interdependência entre o/a investigador/a e o/a investigado/a. Neste processo de partilha a compreensão acontece em resultado da implicação do primeiro no objeto de estudo, uma vez que, o/a cientista social precisa de compreender o que está a observar ou a ser-lhe dito. Neste contexto, a interpretação só é possível porque emerge numa plataforma de leitura do mundo comum com o/a participante, e na qual a experiência/evento tem sentido. “The interpreter must participate in a shared way of life which the event has significance” (Halliday, 2002, p. 51).

Uma outra limitação pode advir da concretização de projetos de investigação em áreas particularmente sensíveis à permeabilidade de uma agenda política ou ideológica. Esta questão assume particular relevo nesta Tese atendendo à recente importância da problemática da exclusão social e, em específico, da situação de sem-abrigo no panorama Europeu e Nacional. Os esforços encetados ao longo desde o início do milénio têm sido amplamente discutidos e analisados por especialistas, sendo alvo de grande divulgação na comunicação social⁹⁶. Este esforço a nível Europeu e Nacional foi, como dissemos, amplamente analisado por políticos e cientistas, discutido por profissionais nas diferentes áreas (*e.g.*, saúde, social, educação) e reportado nos órgãos de comunicação social. Neste contexto, é um desafio acrescido proceder à distinção entre os conceitos que derivam dados e as informações que se encontram amplamente disseminadas na literatura da especialidade ou na comunicação social. A dúvida em relação à possível influência destas outras fontes de informação pode causar incertezas, em particular naqueles/as que possuem menor experiência com a *GT*, em relação à produção de conhecimento científico isento de enviesamentos (Urell, 2005; McCallin, 2006). O efeito desta potencial distorção é, contudo, anulado com o cumprimento dos procedimentos metodológicos previstos por Glaser e Strauss (1967; Glaser, 1978, 1998, 1999, 2006a, 2006c, 2009b, 2009c, 2010a). Neste âmbito, as tarefas requeridas são

⁹⁶ Veja-se, em registo síntese, alguns dos contributos mais amplamente divulgados. Já em 2000 os diferentes Estados membros da União Europeia, haviam assumido, no Conselho Europeu de Lisboa, a luta contra a pobreza e a exclusão social, como uma das dimensões essenciais à modernização das políticas sociais na Europa. No final do mesmo ano foram definidos e adoptados, no conselho Europeu de Nice, vários objectivos de intervenção que, mais tarde, se constituem nos Planos Nacionais de Acção. Estes Planos foram, fruto da revisão da Estratégia de Lisboa, em Março de 2006, inseridos em Planos de Protecção Social e Inclusão Social, na senda de uma intervenção ativa de inclusão. As recorrentes referências à problemática das pessoas em situação de precariedade habitacional e de sem-abrigo conferiram maior visibilidade a estas questões. Para além das referências típicas nos relatórios conjuntos da Comissão Europeia sobre os PNAI's, em 2007 este fenómeno foi sinalizado como um dos principais desafios no âmbito da protecção social e da inclusão social (ISS, 2009). No ano seguinte, em Março de 2008, o Parlamento Europeu aprovou uma breve declaração, na qual os diferentes estados membros assumiam a meta de 2015 para a solução da situação das pessoas sem-teto. Ainda nesse ano, em Novembro de 2008, decorrente da 17ª reunião dos Ministros da União Europeia, a União Europeia produziu uma recomendação de compromisso para que as políticas relacionadas com o fenómeno sem-abrigo fossem incorporadas no quadro do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Na sequência destes desenvolvimentos a nível Europeu foi criado um Grupo Interinstitucional (constituído em Maio de 2007), cuja missão foi a de desenvolver uma Estratégia Nacional. Esta (sob a designação de Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem-Abrigo) foi tornada pública em 2009 e tem uma duração prevista de 7 anos. De acordo com as indicações nela constantes foi, ainda, constituída uma Plataforma dos Planos Sectoriais Nacionais de Planeamento Estratégico, no contexto do trabalho de coordenação envolvido no PNAI.

múltiplas e exigentes, sendo a sua concretização efetuada segundo um *crescendum* de abstração.

Users are encouraged to be naïve about the phenomenon of interest while being encouraged to bring sensitizing concepts to it. They are encouraged to be descriptive in early stages of the analysis and conceptually abstract in later stages. They are given the impression that social phenomena are external to the researcher and awaiting discovery, while being told that these phenomena are to be formulated creatively. They are encouraged to believe that with the correct procedures they will be able to access social phenomena grounded in reality, while being advised that the returns from grounding will vary depending on the interests of the particular analyst (Rennie & Fergus, 2006, p. 484).

A teoria surge, assim, como resultado das relações estabelecidas entre conceitos e conjuntos de conceitos (Draucker *et al.*, 2007). Neste contexto, cabe ao/a investigador/a a tarefa de testar as proposições teóricas que avança com informações empíricas adicionais. Pretende-se, em síntese, que o desenvolvimento da teoria emergente culmine numa explicação articulada do fenómeno, e não numa simples descrição compreensiva ou revisão histórica das principais evoluções operadas. Só desta forma a teoria proposta explicita, a níveis distintos, o fenómeno em estudo, de acordo com as experiências vivenciadas pelos/as participantes. A sensibilidade do/a investigador/a é, de novo, um ingrediente de grande relevo, pois é a este/a que cabe a formulação de novas questões em resultado da análise realizada (Fernandes & Maia, 2001). Este processo termina quando a saturação é atingida e a teoria emergente é considerada conceptualmente densa e radicada nos dados. Introduzindo na amostra as perspetivas e vivências de outros elementos da população, assim como diferentes atividades, eventos ou incidentes procede a comparações sistemáticas que visam a aferição da adequação dos constructos teóricos avançados (Schwandt, 2001). Deve, por isso, ser paciente e confiar que a categoria principal emergirá, de facto, das informações que recolhe (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 2009a). Note-se que, a saturação dos dados permite, ainda, a análise da hierarquização das relações até à obtenção de uma categoria central radicada nas categorias dos níveis inferiores (*princípio da parcimónia*).

A *Grounded Theory* não se limita, contudo, ao estudo dos significados que os indivíduos atribuem às suas vivências pessoais. Incluem-se, também, enquanto possibilidades de investigação, as dimensões subjetivas da vida em comunidade e

sociedade. Ao estudar as interações sociais de forma dinâmica a *Grounded Theory* centra o seu foco de análise na compreensão de diferentes processos. Para o efeito, pode atender à evolução dos acontecimentos, nomeadamente no que concerne os motivos subjacentes à interação em causa, assim como às especificidades do processo de evolução operado (*e.g.*, por eliminação, através de aumento substancial). Constituem, também, preocupações plausíveis as razões que sustentam determinados progressos e os factores que possibilitam a continuidade de uma linha de interação, perante alterações de algumas das condições iniciais, sempre atendendo às potenciais consequências destas modificações. As suas atribuições incorporam, também, a análise das significações implícitas nos discursos, nas escolhas e nos comportamentos dos/as participantes, assim como dos factores que, segundo estes, influenciaram essas opções e/ou guiaram as reflexões tecidas a partir dos resultados experienciados (McCarthy, 2006). Isto não significa, porém, que a criação de uma *Grounded Theory* se possa limitar a simples descrições dos dados, sob pena de ter ocorrido um fenómeno de “fechamento prematuro” (Wilson & Hutchinson, 1996).

A todos estes desafios adiciona-se o processo de reserva de partilha de opiniões e dúvidas por parte do/a investigador/a (Glaser, 1978, 1992, 2009c). Ao longo de todo o processo (*e.g.*, recolha de dados, escrita e organização dos memorandos, sistematização da teoria) deve abster-se de expor as suas ideias e preocupações.

As in doing codes and memos, the analyst should avoid talking about the ideas he is writing. At best, talk is interrupting and distractive. At worst it gives away ideas before writing by releasing the energy behind them which can easily be followed by forgetting them or feeling no need to write them up. Also others can derail or block even the most careful writing up of sorts. Once the analyst is deep in the writing mode, he should stay there undistracted (Glaser, 2009c, p. 14).

Depois de sedimentadas as últimas etapas, quando já se encontra na fase de revisão do seu trabalho, poderá abrir-se a comentários, críticas e sugestões, pois as suas ideias-chave já estão expostas em papel e não serão, fruto de influências indevidas, bloqueadas ou perdidas.

Por último, espera-se que ocorra uma clara tomada de consciência acerca da impossibilidade de tradução, num registo escrito, de todos os processos de crescimento pessoal e de compreensão da teoria. Na verdade, o produto final resulta de estudo,

insight e reflexão que ultrapassam sobremaneira o discurso efetivamente registado por escrito. Neste sentido, não pode, sob pena de impossibilitar a escrita final da teoria, modificar o trabalho produzido, alterando-o ou acrescentando, indefinidamente, informações.

In *Grounded Theory* work the analyst must realize that *writing is but a slice or a growing theory*.

The analyst, who feels that he cannot finish writing because he can never begin to tell what he knows, should just accept this fact and finish as sorted and planned. He can never outstrip his own constant growing, no matter how much he writes. His writing will always spawn growth and yield more to say. He cannot overload his work and break his integrative outline- thus, he must accept that although he knows more and better, his reader, knowing less, can greatly benefit by whatever the analyst does write (Glaser, 2009c, p. 16).

Em suma, a teoria produzida constitui um contributo válido e importante para o conhecimento científico, que pode ser utilizado por outros/as investigadores/as, ou pelo/a próprio/a, noutras pesquisas. Não se pretende avaliar este contributo a partir daquilo que não foi escrito ou não foi feito, mas sim daquilo que, efetivamente, se concretizou e produziu (Glaser, 1992, 1998, 2001, 2009c).

3.5 PROCEDIMENTOS DE (E PARA A) AVALIAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

A Ciência vive uma delicada situação entre o ímpeto de buscar o conhecimento, e a expectativa de transformar esse conhecimento em aplicações práticas e úteis para a sociedade. Vive sob o questionamento desta quanto à legitimidade, praticidade e veracidade do conhecimento científico. (...) O impacto benéfico das descobertas científicas não é sentido igualmente por todas as pessoas e isso parece paradoxal, pois a Ciência e suas aplicações deveriam ter como objetivo a melhoria de nossas vidas, a educação, a compreensão das pessoas sobre a sua realidade... Mas, não há de modo algum uma divisão igualitária dos benefícios do que a Ciência se propõe a fazer e faz.

Degrave, 1999, p. 1

A apreciação da qualidade das investigações é um dos pressupostos centrais à prossecução de qualquer iniciativa que visa contribuir para o conhecimento científico e para a evolução da própria ciência (Miles & Huberman, 1994; Mentzer & Flint, 1997;

Wagner, Lukassen & Mahlendorf, 2010). De tal forma esta premissa é essencial que, hoje, não se põe, de todo, em causa a sua imprescindibilidade. Reportamo-nos, em rigor, às diferentes áreas de investigação, sejam elas parte integrante das Ciências Exatas ou, como é o nosso caso, das Ciências Sociais e Humanas. Neste sentido, ao longo das últimas décadas os/as cientistas têm desenvolvido um esforço renovado de reflexões sobre os seus preceitos e procedimentos, às quais se adicionam propostas específicas de efetivação do processo de avaliação, em que se indicam as dimensões e/ou os critérios considerados mais ajustados.

Porém, estas sugestões surgiram sem que antes se tivesse resolvido uma questão essencial de base e que se prende com o reconhecimento da validade do conhecimento científico não positivista em contraponto com o estatuto que esta tradição assumiu. A investigação que radica nas premissas do positivismo lógico (muitas vezes descrita na literatura, simplesmente, como *investigação quantitativa*) sedimentou um conjunto de procedimentos essenciais à prossecução das pesquisas, aos quais se associam medidas quantitativas de recolha e análise dos dados que permitem testar generalizações hipotéticas (Charles, 1995; Hoepfl, 1997) ganhou o reconhecimento da comunidade científica. Neste quadro, em muito confinado à análise das relações causais entre variáveis, os constructos de variáveis, população, resultados, hipóteses, testes, medidas, standardização, assumiram um protagonismo inegável e são utilizados de forma generalizada, não suscitando grandes reservas, mesmo se, como alertam Bogdan e Biklen (1998, p. 4) nem sempre saibamos o que estes termos significam. Assume-se uma realidade externa e objetiva que pode ser conhecida através de instrumentos standardizados, independentemente do estudo se reportar ao mundo físico ou social. Cabe, por sua vez, ao/a investigador/a delimitar o fenómeno em categorias mensuráveis que podem ser aplicadas a um grupo de sujeitos e situações, do qual uma amostra foi aleatoriamente selecionada (Winter, 2000; Patton, 2001). Note-se que a hegemonia desta tradição é tal que Glesne e Peshkin (1992, p. 6) o intitulam de “paradigma científico”. Por sua vez, Bogdan e Biklen (1998, p. 4) lembram que “research, then as it comes to be known publicly, is a synonym for quantitative research”.

Por outro lado, as restantes opções em investigação científica surgem agrupadas sob a designação de *investigação qualitativa*. Em conformidade, esta é entendida como um paradigma que confina em si todas as metodologias de tipo não-quantitativo

(Golafshani, 2003, Rolfe, 2006). A polémica reside, precisamente, nesta questão. Para vários especialistas as múltiplas abordagens não-positivistas não são passíveis de unificação segundo critérios epistemológicos, ontológicos ou até metodológicos. Em consequência, por *investigação qualitativa* entende-se, salvo raras exceções, investigação não realizada de acordo com o paradigma positivista de ciência. Neste contexto, e numa parte importante das situações, a investigação de tipo qualitativo é caracterizada com base *naquilo que ela não é* e não a partir das suas características distintivas (Glazier, 1992). Por exemplo, é comum vermos na literatura a advertência de que na *investigação qualitativa* o/a cientista não manipula o fenómeno em estudo, procura compreender os fenómenos nos contextos em que eles ocorrem (Vieira, 1995; Hoepfl, 1997; Patton, 2001; Golafshani, 2003; Amado, 2009). Neste sentido, as descobertas científicas decorrem do estudo de contextos reais e nos quais o “phenomenon of interest unfolds naturally” (Patton, 2001, p. 39). Note-se, em suma, que estes autores diferenciam a matriz positivista dominante de outras possibilidades de investigação (não-positivistas) ressaltando diferenças epistemológicas, ontológicas e metodológicas. São, portanto, as características distintivas do positivismo (*e.g.*, determinação causal, predição e generalização dos resultados) que o distanciam sobremaneira das restantes abordagens. Não é, neste âmbito, conferido privilégio ao tipo de dados recolhidos ou às estratégias mobilizadas para a sua recolha e análise.

Todavia, se tivermos em consideração outras propostas de definição da investigação qualitativa existentes na literatura, somos facilmente levados a centrar esta complexa reflexão numa das suas dimensões mais simples: o tipo de análise utilizado de forma predominante. Como refere Partington (2000, p. 92),

in much qualitative management research, important ontological (what count for reality) and epistemological (how knowledge of reality may be established) issues are often either artfully avoided, taken for granted or ignored.

A proposta de Strauss e Corbin (1994, 1998) é bastante elucidativa desta redução de enfoque. Para estes dois investigadores a investigação qualitativa inclui “any kind of research that produces findings not arrived at by any means of statistical procedures or other means of quantifications” (Strauss & Corbin, 1998, p. 17). A distinção radicaria, portanto, na (não) quantificação da informação e não nos

pressupostos de base de que se parte para concretizar o seu estudo. O método de análise passa, agora, a ser a característica mais distintiva da tradição que é perflhada.

Estas divergências são, na verdade, pálidos reflexos da complexidade do debate que, na contemporaneidade, perpassa os diferentes quadrantes em que se faz e publica investigação. Embora ferozmente criticado, o paradigma positivista continua a ser o polo mais estável desta equação, ao qual as restantes propostas vão procurar elementos que, mais tarde, sustentam as comparações que efetuam. Assim, seja através da concordância ou com recurso à clivagem em relação aos pressupostos do positivismo, este continua a ser o marco, incontornável, por que avaliamos a investigação científica. Pelo exposto se compreende que pese a enorme evolução operada ao longo do século transacto, e da qual já tecemos breves comentários, a investigação que não obedece aos cânones tradicionais de ciência, continua a ser alvo de crítica por parte de alguns membros da comunidade científica (Glazier, 1992, Fielding & Schreirer, 2001).

Os investigadores qualitativos foram apelidados de *soft scientists*, e a investigação qualitativa foi considerada como um trabalho não científico, exploratório, inteiramente pessoal, com muito viés, como um desafio à razão e à verdade (Fernandes & Maia, 2001, p. 51).

De facto, a descrição dos pressupostos-chave das diferentes tradições de investigação não-positivista encontra-se, em muitos estudos, envolta em ambiguidades (Glazier, 1992; Sandelowski & Barroso, 2002; Rolfe, 2006) ou, se tivermos em conta a opinião de Morse e colaboradores (2002, p. 4) “has become muddled to the point of making it unrecognizable”. Para descreverem a abordagem de que partem, muitos/as optam pela tradicional dicotomização em investigação qualitativa e quantitativa, em que a primeira surge caracterizada como uma abordagem de tipo confirmatório, claramente, consubstanciada no paradigma positivista, e a segunda como uma abordagem mais exploratória e interpretativa, em que se contrariam os pressupostos do paradigma anterior.

Grubs e Piantanida (2010, p. 101) num artigo em que analisam o seu contributo para a investigação em aconselhamento genético exploram, precisamente, esta fragilidade:

Unfortunately it is not uncommon for those who want to understand the human aspects of genetic conditions to describe their research simply as ‘qualitative’. This sets the stage for misunderstandings if

reviewers automatically assume that such qualitative research will apply the tenets of post-positivistic scientific research to linguistic rather than numeric data. (...) To avoid confusion it is important for both authors and reviewers to acknowledge the fundamentally different nature of knowledge claims generated from these two research orientations.

Estas lacunas levantam dúvidas sobre a avaliação da qualidade deste tipo de investigações porque tornam difícil ao/à leitor/a apreciar o seu valor (Page, 2000; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010). Neste sentido, e apesar dos investimento na definição daquilo que se entende por um estudo válido, de confiança e que se enquadra nos parâmetros de *boa ciência*, “we seem to be no closer to establishing a consensus on quality criteria, or even on whether it is appropriate to try to establish such a consensus” (Sandelowski & Barroso, 2002, p. 2).

Uma vez que uma parte importante dos membros da comunidade científica inclui a *Grounded Theory* neste tipo de investigações, não estranha, pois, que parte destas críticas se estendam aos estudos desenvolvidos segundo esta abordagem. Corroboram a nossa afirmação Becker (1993), Wilson e Hutchinson (1996), Benoliel (1996), Freshwater (2000), Heath e Cowley (2004), Elliott e Lazenbatt (2004) ou Cutcliffe (2005), ao reportar alguns problemas derivados do seu uso pouco escrupuloso. Relembremos que a *Grounded Theory* foi definida pelos seus criadores como um método geral de investigação que possibilita a geração sistemática de teoria a partir de dados obtidos através de um método rigoroso de pesquisa (Glaser & Strauss, 1967). Trata-se, portanto, de uma metodologia que deve ser interpretada na íntegra. “[*Grounded Theory*] provides a total package, which takes one form of data collection through several stages to a theory” (Glaser, 1999, p. 837). No mesmo sentido se posiciona Athens (2010) que desafia os/as investigadores/as a fornecer provas que as suas pesquisas são, de facto, concretizadas de acordo com a *Grounded Theory*. Para que tal ocorra devem ir além da descrição da técnica de recolha de dados utilizada. É essencial substanciar a indicação de que, de facto, a teoria emergiu dos dados e se encontra neles ancorada (Cutcliffe, 2005; Wagner, Luckassen, & Mahlendorf, 2010). Ao negligenciar o método, tal como preconizado na sua totalidade, minimizam as reais possibilidades de desenvolver uma teoria conceptual integrada.

To skip a step, particularly the middle ones associated with memoing and sorting, is to produce a theory with less conceptual density, less

integration, less conceptual qualification, too much descriptive and conceptual flatness in places, and misses connections obvious to the astute reader (Glaser, 1978, p. 16).

Ao invés de contribuir para o conhecimento das singularidades da *Grounded Theory*, algumas das modificações que encontramos na literatura traduzem, na verdade, empréstimos pouco legítimos de partes da metodologia, que são utilizadas sem que a (necessária) assunção dos seus pressupostos⁹⁷ (Locke, 1996; Gephart, 2004; Elliott & Lazenbatt, 2005; Cutcliffe, 2005). Segundo Curcliffe (2005, p. 442), estes híbridos metodológicos “at times bear only a passing resemblance to *GT* methodology and are perhaps indicative of a mixing of qualitative data analysis (QDA) methodology with *GT* (Glaser 1998, 2001). Bekler (1993) apresenta, como exemplos, a não diferenciação entre a amostragem não probabilística e a amostragem teórica e a realização da análise dos dados, somente, depois de estar finalizada a sua recolha. A este crítica associa-se uma outra que resulta do excessivo pendor descritivo de alguns estudos. Acresce a esta pluralidade, a utilização da designação *Grounded Theory*, em algumas investigações, com o propósito de dar coerência a um projeto em que a descrição do método (*e.g.*, processo de recolha e análise dos dados) carece de rigor e clareza (Becker, 1993; Binoliel, 1996; Cutcliffe, 2005).

O/a leitor/a fica, em consequência, indefeso/a quanto à possibilidade de avaliar a qualidade do estudo, seja com base nos critérios propostos por Glaser e Strauss (1967), seja numa apreciação global a partir da análise do descritivo da concretização dos diferentes procedimentos exigidos na efetivação da *Grounded Theory* Glaseriana. Reforça-se, neste âmbito, a exigência de que os trabalhos que chegam ao conhecimento

⁹⁷ Exemplificam o conjunto de estudos que padecem de limitações e incongruências com a *GT* Glaseriana, os estudos desenvolvidos por: (i) Robertson (1998), no qual são apresentadas cinco “categorias” que, em rigor, são, apenas, descrições de experiências, (ii) Durgahee (2002), que apresenta uma descrição das narrativas de diários de pacientes; e (iii) Webster e Harrison (2008), na qual a amostra surge caracterizada como uma amostra de conveniência (*purposive sample*), não sendo tecida qualquer alusão ao processo de amostragem teórica. Numa revisão crítica recente, Holton (2009) sinaliza, ainda, como ilustração de uma investigação que não cumpre as premissas da *GT* Clássica, o trabalho realizado por Baszanger, em 1997, intitulado “Deciphering the chronic pain”. Segundo esta autora (Holton, 2009, p. 44) “[w]hile tempting us with the imageric grab of what Glaser would call a ‘juicy concept’ (Grounded Theory Seminar, New York, October 2003), and acknowledging that she has employed Grounded Theory techniques of ‘constant comparative method of analysis and its coding procedures’ (p. 5), Baszanger has not employed the full package of classic Grounded Theory methodology. Consequently, what we have is an ethnographic account of the way in which physicians at two different clinics manage the issue of deciphering chronic pain. She does not follow through in taking her conceptual description to a fully integrated theory that would offer us a conceptual explanation for the phenomenon under study”.

dos/as cientistas, profissionais e alunos/as, seja através de monografias ou em Revistas da especialidade, sejam sujeitos a rigoroso escrutínio.

The goal of *Grounded Theory* methodology, above all is to offer the results to the public, usually through one or more publications. (...) Both feedback on and use of publications will be the best evaluation of the analyst's *Grounded Theory*. It will be his main source or criticism, constructive critique, and frequently of career rewards (Glaser, 2009c, p. 1).

Este processo de avaliação deve ocorrer de forma transparente e clara. Considerações que, no essencial, não geram polémica. O desacordo surge, em rigor, na definição dos critérios para apreciação do valor do estudo. Para alguns cientistas (tradicionais) a credibilização das Ciências Sociais e Humanas seria possível se nestas se recorresse à terminologia e aos critérios propostos na investigação positivista (*e.g.*, Long & Johnson, 2000; Morse *et al.*, 2002). As investigações seriam, assim, avaliadas segundo critérios comuns, independentemente, dos seus pressupostos epistemológicos, ontológicos ou metodológicos. Hammersley (1992), por exemplo, perfilha esta tendência e propõe os critérios de validade e de fidelidade, cuja utilização deveria ocorrer de forma universal. Estes seriam utilizados a partir da mobilização de um conjunto estruturado de estratégias de verificação, que asseguraria o seu rigor. Rolfe (2006) associa esta corrente à aspiração de alguns/as investigadores/as em seguir as abordagens e terminologia dominante nas ciências *duras*. Segundo Elliott e Lazanbatt (2005) esta proposta tem ganho reconhecimento nos últimos anos, sendo utilizada por Comissões de Avaliação para efeitos de financiamento, nos Estados Unidos da América.

No polo oposto encontramos diversos/as autores/as que consideram que as diferenças existentes são suficientemente elevadas para justificar opções distintas de avaliação (Wildemuth, 1993; Bradley, 1993). Estas sugestões vão ao encontro de uma *linha de força* na investigação não-positivista, que defende que as Ciências Sociais e Humanas se devem libertar da *ortodoxia metodológica* em que se encontram (Lincoln & Guba, 1985, 1998; Corbin & Strauss, 1990; Graneheim e Lundman, 2004; Dawson, Fisher & Stein, 2006). Nesta, o/a investigador/a é o instrumento privilegiado de acesso e recolha de informação relevante, mas a responsabilidade do processo de avaliação da qualidade do estudo passa a situar-se no/a leitor/a. O estudo será digno de confiança apenas depois de sujeito à sua apreciação (Rolfe, 2006).

A validade dos estudos passa, neste âmbito, a assentar na confiabilidade (*trustworthiness*), não na aproximação dos resultados à verdade. Cabe, agora, ao/a cientista tornar o seu percurso de investigação visível e analisável para que o/a leitor/a o possa apreciar. Em substituição da generalização dos dados obtidos e da procura de interpretações válidas e fiéis dos resultados típicas do positivismo (Sheldon, 1994), é tido em conta o carácter heurístico e contextual dos estudos (Piantanida *et al.*, 2004; Grubs & Piantanida, 2010). São, neste quadro, sugeridas diferentes propostas de avaliação do conhecimento produzido.

Para a avaliação da confiabilidade (*trustworthiness*), Guba e Lincoln (1985, 1998) propõem os critérios de credibilidade (*credibility*), transferência (*transferability*), dependência (*dependability*), e confirmação (*confirmability*). Estes encontram paralelo com os critérios comumente utilizados na investigação positivista. A credibilidade representa “the naturalistic pendant of internal validity” (Lincoln & Guba, 1985, p. 189), sendo atingida quando os resultados são lidos como plausíveis pelos indivíduos que colaboram na pesquisa. Por sua vez, a transferibilidade constitui a analogia ao critério validade externa. Prende-se, como tal, com a possibilidade de generalizar os dados a uma população mais vasta. A dependência reporta-se à possível replicação do estudo e, se com recurso a este procedimento, os resultados obtidos não serão substancialmente diferentes dos originais. Por fim, a confirmabilidade substitui a objectividade. Assumindo que toda a investigação é influenciada pela perspectiva do/a investigador/a e, por isso mesmo, inteiramente subjetiva, dada a sua condição de ser humano, este critério lida com o grau em que os resultados e interpretações podem ser confirmados por outros indivíduos. Wagner, Lukassen e Mahlendorf (2010) acrescentam a este conjunto, a aplicabilidade. Este conceito diz respeito ao contexto em que o método é utilizado; ou seja, se efetivamente os objetivos do estudo e o carácter específico da questão de partida determinam, de forma apropriada, a utilização de um determinado método.

Note-se, contudo, que embora comumente referenciada na literatura da especialidade, esta proposta não atingiu o consenso. Sandelowski (1993), por exemplo, critica com veemência a utilização do critério dependência, que traduziria o tradicional critério de fidelidade e que é um dos critérios essenciais na avaliação da investigação positivista. Para a sua apreciação incluem-se, tradicionalmente, a verificação da análise

pelos pares e/ou pelos/as participantes do estudo. Esta autora considera que, ao partir da premissa que a realidade é construída, o/a cientista não deve, legitimamente, esperar que a possibilidade de repetição das informações e dos resultados da sua análise seja uma característica essencial das pesquisas. No mesmo sentido, não se deve esperar que as conclusões a que chega sejam, necessariamente, idênticas às dos/as participantes no estudo. Em consequência, na tentativa de aumentar a dependência poderá estar a forçar um consenso artificial e conformidades na análise dos dados, muitas vezes à custa da validade das descobertas efectuadas. Considera, também, que a apreciação da validade das pesquisas deve partir de considerações teóricas, mais do que da simples análise dos procedimentos técnicos implementados, e, por isso, traduz sempre uma questão de julgamento. Constituem outros critérios referenciados na literatura, a consistência lógica, a clareza, a densidade, a abrangência ou a parcimónia, a integração (Glaser & Strauss, 1965, 1967; Glaser, 1978, 1998, 1999, 2002).

Por sua vez, e em confronto com estas sugestões, uma terceira linha de força propõe a total rejeição de critérios pré-determinados, sejam eles comuns (independentemente do paradigma ou tradição que perfilhe o estudo), sejam específicos da abordagem mobilizada. Exemplificam este grupo de proponentes, Hope e Waterman (2003), ao defenderem que cabe aos/às investigadores/as a definição dos seus próprios critérios, atendendo ao estudo que se encontram a realizar.

Como se verifica pela análise dos parágrafos precedentes, a diversidade de propostas é tal que não foi possível, a nível internacional, atingir um entendimento consensual sobre Boas Práticas em investigação, ou sobre os seus atributos (Elliott & Lazenbatt, 2005). Estes autores consideram, ainda, que

[w]hile there have been numerous developments in the area of research quality resulting in a range of different criteria against which the standard of research can be judged, it is unclear which criteria should be used (Elliott & Lazenbatt, 2004, p. 48).

Fundamentam a sua perspectiva a partir da diversidade de perspectivas e enfoques existentes na atualidade. Embora, tendencialmente, os estudos em Ciências Sociais e Humanas assumam um enfoque contextualista, em que os dados são interpretados à luz da compreensão de problemas e situações concretas, na atualidade, a investigação

pauta-se por uma multiplicidade considerável de metodologias e orientações epistemológicas.

3.5.1 CONTRIBUTOS ESSENCIAIS DE (E PARA A) AVALIAÇÃO DA *GROUNDED THEORY*

Grounded theorists share a conviction with many other qualitative researchers that the usual canons of "good science" should be retained, but require redefinition in order to fit the realities of qualitative research and the complexities of social phenomena.

Corbin & Strauss, 1998, p. 4

A *Grounded Theory* sofreu, à semelhança de outras abordagens, a influência da discussão sumariada no ponto precedente deste capítulo. Em parte, a ausência de parâmetros claros e comuns a várias abordagens, trouxe alguma desconfiança em relação à sua aplicabilidade e utilidade, assim como à qualidade da produção desenvolvida e publicada. A questão complexifica-se, ainda mais, em resultados das diferentes propostas de avaliação apresentadas por Glaser e Strauss (1967; Glaser, 1978, 2001, 2005) e por Strauss e Corbin (1998; Corbin & Strauss, 1990). Inicialmente Glaser e Strauss (1967) propuseram quatro critérios para avaliação da teoria produzida. Estes critérios mantiveram-se sem alteração nas obras subsequentes de Glaser (1978, 1998, 1999, 2001, 2005). Porém Corbin e Strauss (1990; Strauss & Corbin, 1994, 1998) sugeriram diferentes critérios⁹⁸.

Como já indicámos, neste estudo, privilegamos a abordagem clássica da *Grounded Theory*, razão pela qual atendemos aos critérios originais (Glaser & Strauss, 1967). Como já havíamos referido, Glaser aponta cinco critérios essenciais para a credibilização dos estudos desenvolvidos: o ajuste (*fit*), a adequação (*work*), a relevância (*relevance*), a modificabilidade (*modifiability*) e a transcendência (*transcendence*), que analisamos em seguida (Glaser, 1978, 1998, 1999, 2001, 2002, 2005). O ajuste (*fit*) reporta-se à relação estabelecida entre os fenómenos observados ou reportados e os

⁹⁸ Para estes autores a avaliação deve ocorrer segundo dois conjuntos de critérios: o processo de investigação e a ancoragem empírica dos resultados.

conceitos. Se as categorias se aplicam, com facilidade, aos dados e se estes suportam as categorias propostas, estamos perante uma teoria coerente. Isto significa que as categorias não são selecionadas à partida, com base no conhecimento prévio do fenómeno, nem são forçadas; uma vez que foram geradas pela análise sistemática dos dados. Estas categorias são “constantly validated by the hard work of fitting and refitting the categories to data” (Giske & Artinian, 2007, p. 69). Integra, ainda, este critério o ajuste entre as diferentes categorias, uma vez que, estas devem organizar-se numa categoria parcimoniosa, embora densa, que se adequa a uma determinada área substantiva (Locke, 1996; Glaser, 1978, 2001, 2002). Como os resultados do estudo estão profundamente ancorados nas vivências e experiências dos indivíduos, a teoria é válida (Glaser, 1978, 1998, 1999, 2004, 2005; Layder, 2003). Não podemos esquecer, a este propósito, que as informações trabalhadas incluem também as motivações e outras dimensões latentes no comportamento dos indivíduos, o que significa que a *Grounded Theory* também é útil na identificação de padrões de associação entre diferentes factores e não apenas dos discursos expressos pelos/as participantes no estudo (McCarthy, 2006). A grande relevância deste critério é reconhecida por vários/as investigadores/as (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1990, 1999, 2005). Lomborg e Kirkevold (2003) vão mais longe apontando-o como o critério mais importante para a avaliação da validade e verosimilhança da *Grounded Theory* formulada.

A este critério associa-se um outro de vital importância para a *Grounded Theory*, a relevância. “A theory is relevant and has good grab for participants and practitioners in the substantive field when it allows the core problems and processes in the area to emerge” (Glaser, 2005, p. 69). Quando o problema de investigação se determina *a priori* pode não ser relevante para o grupo de pessoas em causa, mas se a teoria formulada resulta das informações obtidas, a sua relevância é evidente (Glaser, 1992, 1998, 1999, 2004). Por outras palavras, uma vez que as categorias emergem dos dados a teoria será, por princípio, relevante para os indivíduos que integram o grupo em estudo. As categorias substantivas têm, por conseguinte, significado para aqueles/as que analisam e recorrem à *Grounded Theory* e, segundo Glaser (2006b) tornam-se de tal forma compreensíveis que os indivíduos podem, virtualmente, ver a *Grounded Theory* em ação.

Na análise destes dois critérios não podemos descurar a importância de que a Teoria emergente seja facilmente apreendida e compreendida e que os conceitos que a integram sejam apelativos. Glaser (1992, 2006, 2009b) refere que esta fácil apreensão é um dos factores responsáveis pelo poder da *Grounded Theory* e pelo seu perdurar no tempo, ao invés dos estudos descritivos que rapidamente se tornam datados. Este *grab* é também responsável pela motivação em gerar em conceitos a partir dos dados, uma vez que potencia a centração da atenção a nível da abstração, em detrimento da descrição (Glaser, 2001). Em estreita associação, o nome da categoria principal deve capturar com facilidade a atenção dos leitores (Pergert, 2009); ou seja, deve, também ela, ter um *grab* elevado. Acresce ao referido que, em muitas situações, este surge evidenciado através do jargão característico da *Grounded Theory*. Como Glaser (2009a, p. 1) nos recorda “jargonizing is normal. All people, all human kind, jargonize in their lives to some degree or other. We use the vocabulary (jargon) of the area in which we act and talk. (...) Jargonizing cannot be stopped. It is needed. It can be very meaningful, properly so, for a field.” Todavia, o seu uso deve ocorrer de forma fundamentada e ajustada aos pressupostos e procedimentos desta metodologia, sob pena do/a investigador/a se deixar iludir pela simples descrição dos conceitos emergentes (Glaser, 2006, 2009b; Holton, 2007, 2009, 2010). O uso do jargão não pode, pois, limitar-se à utilização de palavras com pouco significado, mas que, ao/à leitor/a inadvertido/a, se configuram como complexas ou interessantes. A sua utilização pressupõe, ainda, que assumam a responsabilidade de o explicitar e analisar as potenciais consequências a nível do cumprimento dos pressupostos da *Grounded Theory* Clássica.

Espera-se, também, que a teoria elucide, de forma ajustada, o comportamento em estudo e que permita a interpretação dos acontecimentos e das interações passadas e presentes, possibilitando a predição de situações futuras. Denominado exequibilidade (*workability*), este terceiro critério traduz quão bem esta teoria explicita a maneira como os participantes resolvem o seu problema/preocupação principal (Glaser, 1992, 1998, 1999, 2001; Heath & Cowley, 2004; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010). Em resumo, o ajuste, a exequibilidade, e a relevância são assegurados se, efetivamente, o estudo tiver sido desenvolvido de acordo com os parâmetros do método (Glaser, 1992, 1999, 2001; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010). Neste sentido, saber quando e como proceder, e efetivamente cumprir esses desígnios, são requisitos indispensáveis

para a qualidade do estudo realizado. Assegura-se, assim, que a integração da teoria substantiva, tal como ela emerge através da codificação e análise das categorias é a verificação de que este/a necessita de que “the hypotheses and concepts fit and work and are relevant enough to suggest. They are not proven; they are theory” (Glaser, 1992, p. 87).

A *Grounded Theory* obedece, ainda, aos critérios da modificabilidade e da transcendência (Glaser, 1978, 1999, 2001, 2002). A amplitude e a riqueza das informações obtidas provocam o fenómeno de, quando o/a investigador/a procede à sua releitura e análise, sugerir dados adicionais que podem conduzir a alterações. Assim, a *Grounded Theory* proposta só é parcialmente concretizada atendendo a que novas análises das informações poderiam conduzir a versões alternativas da teoria. Este é um processo contínuo que potencia futuros desenvolvimentos na *Grounded Theory* proposta (Glaser, 1978, 1998, 1999, 2001, 2009b, 2009c). A teoria original contém, ainda e pela diversidade de dados descrita, implicações que a transcendem e que culminarão no desenvolvimento de uma teoria formal. Note-se, porém, que estas mudanças não devem ser suficientes para abalar o processo psicossocial básico, sob pena de serem uma ameaça à validade interna desta teoria. Glaser (1992, 1999, 2006) alerta, ainda, para a impossibilidade de apresentação de uma teoria que se baseie numa apresentação exaustiva dos resultados.

There is no such thing as full coverage in *Grounded Theory*, there are no misses. It is what you do that you offer as contribution – not what you did not do. Full coverage is impossible. Thus any senior colleague who points out misses is just wrong or off track, since he missed the fact that a *GT* fosters flooding out in all directions with general implications and research possibilities and new ideas. *GT* is very stimulating to what is next, not what is missed (Glaser, 2006, p. 8).

Expostos de forma sumária os critérios originalmente propostos para a avaliação da *Grounded Theory* (Glaser & Strauss, 1967) consideramos importante explorar, em acréscimo, a proposta de Long e Johnson (2000), segundo os quais a avaliação de uma investigação deve sempre resultar do escrutínio dos pressupostos defendidos como essenciais.

3.5.2 REFERÊNCIAS ADICIONAIS DE (E PARA A) AVALIAÇÃO DA *GROUNDED THEORY*

Rarely is Grounded Theory generated to produce knowledge for the sake of knowledge alone. Theories constructed through the use of Grounded Theory methods aim to provide understanding of a phenomenon that will ultimately inform practice in a given discipline. When considering application of Grounded Theory, either one that you have generated or the work of others, you will need to: ensure that the theory is credible, confirm its relevance to your own situation, tailor it accordingly and develop and implement a plan for sustainable change.

Birks & Mill, 2011, p. 154

Segundo Long e Johnson (2000) mais do que explorar a aplicabilidade e a utilidade de critérios de avaliação, interessa atender aos próprios métodos, agora a partir da perspectiva de avaliação da pesquisa e não da sua concretização. Os/as investigadores/as devem, em suma, focalizar-se no contributo do estudo para a melhoria do conhecimento científico. Os parâmetros de avaliação propostos para a apreciação de uma teoria encontram-se, por conseguinte, dependentes dos pressupostos assumidos e das trajetórias previstas para a sua concretização (Fielding & Schreier, 2001; Grubs & Piantanida, 2010). Ao nos focalizarmos na *Grounded Theory* facilmente detectamos as suas características distintivas e a importância de a elas atender na avaliação da qualidade da investigação produzida. Inauguramos esta reflexão com um dos reparos mais comuns nos escritos de Glaser: a *Grounded Theory* é uma metodologia específica que não pode ser espartilhada e mobilizada apenas em parte. Como referem Elliott e Lazenbatt (2005, p. 52),

Grounded Theory needs to be understood as a package of research methods that includes the use of concurrent data collection and constant comparative analysis, theoretical sampling and memoring. These methods are not optional extras but instead are an integral part of the systematic and rigorous research approach of *Grounded Theory*.

Na sequência da exploração desta questão, não podemos esquecer que, embora a *Grounded Theory* utilize o método de comparação constante, a sua utilização não é suficiente para que possamos dizer que estamos perante uma investigação que perfilha a *Grounded Theory*. Glaser (1978, 1992, 1998, 1999, 2001, 2009b, 2009c) associa o rigor desta metodologia ao controlo da teoria emergente sobre todos os processos, sendo em

grande medida este controlo que assegura a sua validade. Neste sentido, a entrada no campo para recolha dos dados pelo/a analista, a sua integração em categorias, a geração dos memorandos, e a própria construção da teoria, *i.e.* “the full continuum of both the processes of generating theory and of social research” (Glaser, 1978, p. 2), são todos eles orientados e, também, integrados segundo a teoria emergente. Assim, a avaliação deste tipo de estudos pressupõe a análise das componentes essenciais desta metodologia (*e.g.*, recolha dos dados e análise comparativa constante ocorrem em simultâneo, amostragem teórica, elaboração de memorandos), e a aferição do seu impacto específico na qualidade do trabalho desenvolvido.

Um factor incontornável no processo de avaliação recai na clarificação das estratégias de constituição da amostra teórica. Intrinsecamente associada ao processo de recolha e análise dos dados possui características que a distinguem de outras amostras de tipo não probabilístico (Cutcliffe, 2000). Por um lado, a constituição da amostra teórica tem como objetivo contribuir para que a teoria desenvolvida seja completa do ponto de vista teórico. Esta guia as questões que norteiam a recolha dos dados e as próprias fontes da informação; sendo impossível a quem desenvolve o estudo saber, *a priori*, quais os instrumentos que irá mobilizar na recolha das informações. Por tudo isto, é essencial que se proceda à descrição e justificação das diferentes opções.

Uma segunda dimensão essencial na avaliação prende-se com a concretização dos processos de recolha e de análise dos dados. Estes não constituem etapas procedimentais separadas, mas sim um ciclo contínuo, em que se mobilizam distintos instrumentos e estratégias. É, pois, necessária a fundamentação da pertinência da sua utilização e clarificação de como este ciclo se desenvolveu, assim como sobre as estratégias de resolução das (potenciais) dificuldades sentidas. São, no entanto, reduzidas as investigações em que se descreve como as descobertas emergentes guiam o processo de inclusão na amostra de grupos específicos da população (*e.g.*, Beck, 2002; Meeker, 2004) ou como as alterações nos instrumentos são introduzidas nas diferentes etapas de recolha de dados (Wilson, Hutchinson, & Holzemer, 2002; Caron & Bowers, 2003). Parece-nos reforçada, pelo exposto, a posição avançada por Draucker e

colaboradores/as (2007, pp. 1139-1140)⁹⁹, no âmbito de uma revisão de investigações empiricamente fundadas na *Grounded Theory*:

although authors frequently indicate that theoretical sampling was used to choose new participants, modify interview guides, or direct researchers to data sources other than participant narratives, they infrequently discuss how these activities are connected to the theoretical constructs being developed at a particular stage of analysis. Although it is not feasible to present all methodological decisions in published reports, the absence of descriptions of the planning and implementation of theoretical sampling, and the scarcity of robust examples of theoretical sampling procedures, leaves the reader without a full appreciation of how theoretical sampling is carried out in practice.

Prevê-se que a análise ocorra assim que os dados são recolhidos e, depois dos primeiros dados terem sido analisados, se proceda à sua comparação com novas informações (Glaser, 1992, 1998, 2001, 2007, 2009b, 2012). Com o desenvolvimento de categorias inicia-se a codificação seletiva dos dados; isto é, verifica-se se as categorias se mantêm inalteradas, fruto da sua comparação com novas informações. Com nova recolha espera-se que as categorias sejam sempre revistas, de forma a garantir que os dados não são forçados nas categorias. A investigação será avaliada de forma positiva neste critério se as categorias, efetivamente, os representarem. Esta dinâmica possibilita, ainda, examinar se os resultados preliminares se mantêm ou se deve encetar alterações. Elliott e Lazenbatt (2005, p. 50) consideram, em síntese, que “taken together, constant comparative analysis and data collection offer the researcher an opportunity of generating research findings that represent accurately the phenomena being studied”.

O mesmo sucede com a confirmação da veracidade dos dados. Glaser (1998, 1999, 2001) refere que não é obrigatório confirmar as informações disponibilizadas por cada um dos/as participantes no estudo porque cada indivíduo só é capaz de expressar o seu ponto de vista; isto é, aquilo que o/a investigador/a obtém dele/a é a sua realidade, e não a descrição de como os factos/acontecimentos ocorreram de um ponto de vista externo e objetivo (Glaser, 2001). Contudo, não é desajustado que este/a aceda a diferentes fontes de informação e que analise as possíveis incongruências e até não-

⁹⁹ Esta revisão reporta-se a estudos publicados na *Qualitative Health Research* entre Janeiro de 2001 e Julho de 2006. Apenas 46 investigações se revelaram empiricamente baseadas na *Grounded Theory* e destas somente 29 possuíam amostras teóricas.

verdades, incorporando-as na teoria formulada. Estas informações são analisadas como dados adicionais e não como alterações ao discurso original dos indivíduos.

Glaser e Strauss (1965, 1967; Glaser, 1978, 1998, 1999, 2002, 2009b, 2009c) também não referem, explicitamente, como critério de avaliação o escrutínio da análise dos dados e/ou da teoria formulada por parte daqueles/as que integram a investigação. Considerado como o *goal standard* da investigação qualitativa, a sua utilização pressupõe a verificação da sua interpretação dos dados, no sentido de aferir se esta representa a posição dos/as participantes. Porém, as características distintivas da *Grounded Theory* justificam a opção do cientista em (não) recorrer à validação por parte dos indivíduos que colaboraram no estudo. A *Grounded Theory* pressupõe que o/a investigador/a faça verificações recorrentes, ao longo de todo o processo de pesquisa e não, apenas, depois da análise ter sido realizada (Glaser, 1992, 1998, 2001, 2009b, 2009c). Ao recolher e analisar os dados em simultâneo, e através do ajuste emergente, assegura que a teoria formulada, de facto, representa as experiências e preocupações dos/as respondentes (Elliott & Lazanbatt, 2005). Em consonância com estas referências não se espera que o/a investigador/a regresse aos/às participantes originais para efeitos de confirmação das informações. É, fruto da análise comparativa constante e da técnica de amostragem teórica, mais plausível que opte por incluir outras informações para verificar se a teoria se mantém inalterada em resultado da introdução de dados adicionais. Porém, e se assim o entender, pode incluir este processo de validação dos/as respondentes, embora este seja depois tratado como mais um conjunto de dados. Contudo, é importante que as pessoas, no geral, e o(s) grupo(s) de participantes do estudo, em particular, compreendam a teoria elaborada.

A produção de memorandos deve também ser sujeita a apreciação crítica (Speziale & Carpenter, 2003). Estes são particularmente importantes na medida em que, ao escrever, o/a investigador/a se focalize nos dados e desfaça eventuais assunções que possa ter efetuado (Glaser, 1978, 1992, 1998, 1999, 2001). Ao tornar-se mais sensível aos seus enviesamentos potenciais o controlo da sua própria subjetividade (Murphy *et al.*, 1998). Acresce que, no processo de escrita confere particular relevo à forma como os códigos e as suas propriedades se relacionam entre si. Cabe-lhe, desta forma, o cuidado de registar as ideias e interrogações sobre o processo de amostragem teórica e sobre os significados dos diferentes conceitos, durante todo o processo de construção da teoria.

Estes memorandos fornecem registo das análises efectuadas e podem, ainda, ser utilizados como dados que suportam a sua emergência. Por fim, o teste de qualquer teoria prende-se com a sua aplicabilidade na resolução de problemas em situações reais concretas (Ellram, 1996; Greenwood & Levan, 1998; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010). A *Grounded Theory*, enquanto reflexo daquilo que ocorre num cenário concreto é uma abordagem relevante e com importantes implicações para a mudança social; podendo, portanto, ser utilizada na criação de solução mais apropriadas e com maior impacto.

Em síntese, a *Grounded Theory* lida, de forma clara, com as críticas frequentemente apontadas às tradições de investigação não positivista. Se o/a investigador/a trabalhar de acordo com os parâmetros e *standards* do método a teoria gerada é ancorada nos dados (Glaser, 1999, 2003, 2005, 2009b, 2012, 2014); ou seja, minimizou-se a hipótese de erro (Murphy *et al.*, 1998). Neste sentido, os resultados representam de forma ajustada as características do fenómeno que se pretendem explicar (Hammersley, 1992). Por isso, a *Grounded Theory* é uma abordagem poderosa, uma vez que, descobre e conceptualiza padrões latentes. Cabe aqui, ao/à investigador/a, a responsabilidade de utilizar este poder de forma ajustada e moral.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

Da reflexão em torno das especificidades da *Grounded Theory*, quando comparada com outras tradições de investigação, deriva a nossa convicção da sua adequação e particular aplicabilidade, para a concretização do projeto de investigação a que esta Tese se reporta. Partindo da premissa de que a mera descrição das opções metodológicas seguidas não é suficiente para a sustentação de uma pesquisa, optámos por tecer uma breve incursão na evolução operada no decorrer do século XX a nível da investigação em Ciências Sociais e Humanas. Embora necessariamente limitada, esta breve sinopse permite-nos delimitar social e historicamente o aparecimento da *Grounded Theory*, e confrontar as suas premissas com outras tradições de investigação então dominantes. Destacamos, no ponto do seguinte, os seus fundamentos epistemológicos e ontológicos. Para além da apresentação das perspetivas dos seus autores, procedemos ao seu confronto com outros contributos coexistentes na literatura da especialidade. Contrastamos, ainda, as perspetivas diferenciais de Glaser (*e.g.*, Glaser, 1993, 1994, 1996, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2005, 2005, 2007, 2009b, 2009c, 2012, 2014) e de Strauss e Corbin (*e.g.*, 1994, 1998; Corbin & Strauss, 1990)].

Esta ponderação revelou-se essencial para a fundamentação da nossa opção pela utilização da *Grounded Theory* Glaseriana. Pelas razões já explanadas, das qual se destacam a centralidade da emergência no processo e comparação constante e a valorização da indução, consideramos que a *Grounded Theory*, tal como foi originalmente descoberta é uma opção mais fértil para a construção de teorias que se fundamentam nos dados. Por isso, devotamos as seguintes componentes do capítulo à sua exploração. Salienta-se, neste âmbito, a relação dinâmica entre a recolha e a análise dos dados, processo essencial para que o modelo concetual se desenvolva. A geração da teoria emergente orienta todos os processos: desde a entrada no campo de investigação, a recolha dos dados e a sua codificação, a escrita dos memorandos (*memos*), a sistematização de categorias, até à construção da teoria (Glaser, 1978, 2002, 2003, 2005, 2006, 2009b, 2009c, 2012, 2014). Esta é, em resultado, produzida através da recolha e da análise dos dados obtidos a partir de uma amostra teórica de participantes que partilham uma determinada preocupação ou problema, e que se situam num contexto particular (Charmaz, 2000; Pires, 2001; McCarthy, 2006). É evidente que as leituras e

interpretações que os/as próprios/as sugerem para as experiências e aprendizagens realizadas nos diferentes contextos do cotidiano se encontram no cerne deste modelo (Layder, 1993), mas não são, por si só, suficientes. Não basta, pois, descrever os dados, é necessário proceder à sua conceptualização (Glaser, 1992, 1993, 1998, 1999, 2001, 2002, 2006, 2007, 2009b, 2012).

Os indicadores empíricos retirados dos dados obtidos são alvo de comparações sucessivas que possibilitam a identificação de elementos comuns e, conseqüentemente, a elaboração de uma categoria codificada ou de um conceito (Rennie, Philips, & Quartaro, 1988). Se a comparação entre as informações novas e as anteriores revelar um elevado grau de coerência (*fit*) o modelo poder ser ampliado através do teste de novas relações (Glaser, 1978, 2001, 2006, 2009c). Os diferentes conceitos são, então, comparados entre si e com outros indicadores empíricos, de maneira a que cada um deles seja refinado e as suas propriedades definidas. As categorias (e as suas propriedades) são propostas, modificadas (se necessário) e saturadas, sendo interligadas na teoria (Glaser, 1978, 1995, 2001, 2003, 2006b). Todas as propriedades e categorias se relacionam, por conseguinte, com a categoria principal. Estas relações explicam as ações/preocupações dos indivíduos, isto é, o que sucede na sua vida [*what is going on* (Glaser, 1978, 2001, 2005)]. Convém, neste momento, recordar que os conceitos se reportam a um padrão social primário e devem elucidar, de forma imediata, o/a leitor/a quanto ao padrão em causa (Glaser, 1992, 1998, 2001, 2003, 2005, 2006, 2009b, 2012). Pertencem, portanto, ao domínio conceptual e, como tal, caracterizam-se por serem abstrações (de espaço, tempo e dos indivíduos).

Em consonância com esta premissa, a teoria produzida não se limita ao contexto particular em que a investigação decorreu. Veja-se que, a teoria é refinada a cada um dos níveis, contendo, por isso, uma integração parcimoniosa dos conceitos (Locke, 1996). Por tudo isto, é passível de modificação sempre que novas informações são obtidas (Glaser, 2005, 2009b, 2012, 2014). Ao longo de todo este processo, o/a investigador/a deve escrever memorandos que, mais tarde, serão organizados e analisados. Também o processo de revisão da literatura se revela distinto daquele que se espera noutro tipo de estudos. Em consequência, vê-se confrontado/a com um conjunto substancial de desafios que deve abraçar e resolver de forma ajustada (*e.g.*, Glaser, 1978, 1992, 1998, 2001; Urell, 2005). Por fim, e porque todas as *empreitadas*

científicas devem ser sujeitas a avaliação, refletimos criticamente a propósito de diferentes propostas de sistematização de critérios de avaliação passíveis de utilização em estudos deste tipo (*e.g.*, Lincoln & Guba, 1985, 1998; Corbin & Strauss, 1990; Graneheim e Lundman, 2004; Dawson, Fisher & Stein, 2006). Neste contexto, apresentamos uma sinopse dos critérios mais referenciados na literatura no que concerne a avaliação de investigações de tipo não-positivista. Em seguida, descrevemos com pormenor os contributos que, atendendo à versão Ortodoxa da *Grounded Theory*, se configuram como essenciais, salientando a sua aplicabilidade (Glaser, 1978, 1992, 1998, 1999, 2006, 2009b). Terminamos com a reflexão a propósito de elementos adicionais de avaliação da *GT* gerada (Long & Johnson, 2000).

Com base na reflexão tecida e nas opções assumidas dedicamos o capítulo subsequente à apresentação do estudo desenvolvido. Para a sua concretização teremos em consideração as sugestões de sistematização do produto escrito apresentadas por Glaser (1978, 1992, 1998, 2001, 2007, 2009b, 2009c, 2012, 2014) e já descritas.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA: PERCURSOS E DESCOBERTAS NO PROCESSO DE
GERAÇÃO DA TEORIA *SOBREVIVENDO ÀS RUAS*

Grounded Theory is based on the systematic generating of theory from data, that itself is systematically obtained from social research. Thus the Grounded Theory method offers a rigorous, orderly guide to theory development that at each stage is closely integrated with a methodology of social research. Generating theory and doing social research are two parts of the same process. How the analyst enters the field to collect the data, his method of collection and codification of the data, his integrating of the categories, generating memos, and constructing theory – the full continuum of both the processes of generating theory and of social research – are all guided and integrated by the emerging theory.

CAPÍTULO 4

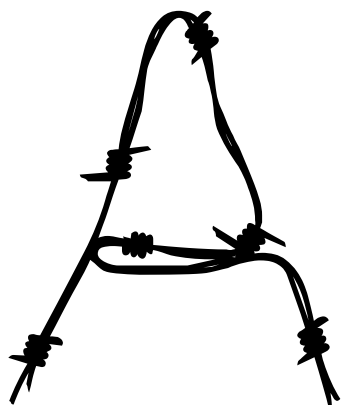
METODOLOGIA: PERCURSOS E DESCOBERTAS NO PROCESSO DE GERAÇÃO DA TEORIA *SOBREVIVENDO ÀS RUAS*

Pensamos que a investigação em Educação é uma forma de contribuir não só para se obter mais e melhor conhecimento neste domínio e para melhorar as práticas educativas, mas consideramos, igualmente, tal como muitos outros autores (e.g., Simões, 2007; Simões et al., 2009; Amado, 2009), que é uma excelente forma de participar no aperfeiçoamento do ser humano.

Gonçalves & Oliveira, 2011, p. 249

Grounded Theory refers to a specific methodology on how to get from systematically collecting data to producing a multivariate conceptual theory. It is a total methodology package. It provides a series of systematic, exact methods that start with collecting data and take the researcher to a theoretical piece that is publishable.

Glaser, 2010, p. 1



opção pela *Grounded Theory* Clássica, numa investigação em que se procura contribuir para mais profundo conhecimento da situação de sem-abrigo, decorreu da revisão das suas características distintivas e da apreciação da sua aplicabilidade em diferentes domínios científicos. Dedicamos o capítulo anterior desta Tese a estas duas tarefas. Para além de termos procedido à sistematização dos seus pressupostos epistemológicos, ontológicos e metodológicos, iniciativa para a qual mobilizámos um vasto leque de contributos, não, apenas, da autoria dos seus proponentes (e.g., Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1992, 1998, 2006) mas, igualmente, de investigadores/as que desenvolveram propostas alternativas de conceptualização e de operacionalização (e.g., Strauss & Corbin, 1994; Bryan & Charmaz, 2007; Punch, 2009), tivemos em consideração focos de controvérsia e de crítica à *Grounded Theory* Clássica, que foram analisados de forma reflexiva e

contrastados com a proposta original de Glaser e Strauss (1967). A esta incumbência acresceu a revisão detalhada da metodologia, tendo sido clarificados os procedimentos e as dimensões estruturantes que a integram. De novo, partimos dos escritos de Glaser (*e.g.*, Glaser & Strauss, 1965, 1967; Glaser, 1978, 1998, 2001, 2009b, 2010, 2012, 2014), mas não nos limitamos a eles, incorporando na nossa revisão crítica as perspetivas de outros/as investigadores/as que a ela recorreram nos seus estudos (*e.g.*, Urell, 2005; Holton, 2006, 2008, 2009, 2010; Andrew, 2006; McCarthy, 2006; McCallin, 2006a, 2006b; Thulesius, 2006). Sustentada a sua *singularidade e pertinência* na investigação em Ciências Sociais e Humanas, e, no nosso caso específico, em Ciências da Educação, restam-nos as responsabilidades de fundamentar a sua particular adequação num projeto de investigação dedicado à situação de sem-abrigo, e de explicar, em função das considerações tecidas no capítulo anterior, o processo de geração da *Grounded Theory* da nossa autoria (*sobrevivendo às ruas*). Este capítulo é devotado, em concreto, a estes dois reptos, que serão alvo da nossa atenção em momentos sequenciais.

Inaugura o primeiro destes momentos a explanação dos trilhos de evolução alcançados, em particular no que concerne o plano de investigação, cujo método sofreu profundas transformações. Para que os percursos calcorreados possam ser compreendidos com maior clareza considerámos importante iniciar esta tarefa com a exploração das circunstâncias enquadradoras que sustentaram a emergência de um projeto devotado à situação de sem-abrigo e desenvolvido no Concelho de Coimbra, da autoria de uma investigadora cuja identidade profissional se âncora nas Ciências da Educação. Terminada esta primeira tarefa procedemos à caracterização sumária do projeto de investigação (Meiros Nogueira, 2007) tal como este foi submetido para candidatura e aprovado, em Janeiro de 2007, pelo Conselho Científico da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Procuramos, neste ponto, sintetizar os seus elementos estruturantes e os argumentos que, à data, sustentaram a sua escolha. Enunciamos, para o efeito, as questões orientadoras e os objetivos gerais, tarefa que antecede a descrição dos dois estudos que o integravam. Ainda neste contexto indicamos, de forma resumida embora secundada pelos elementos de fundamentação teórica e metodológica de que então dispúnhamos, o processo de seleção da amostra, os instrumentos e os procedimentos previstos para a recolha e análise dos dados.

Ultimada esta tarefa procedemos à agregação dos argumentos que atestam a imprescindibilidade de proceder à substituição deste *design* metodológico por uma abordagem alternativa, a qual obedecendo aos critérios de coerência e rigor exigíveis em qualquer empreendimento científico, se revelasse mais interessante e útil na compreensão e explicação dos principais problemas e comportamentos daqueles/as que se encontra(ram) em situação de sem-abrigo, atendendo aos diferentes momentos e configurações que este processo pode assumir [*e.g.*, na emergência de se encontrar em situação de sem-abrigo pela primeira vez, nos períodos de manutenção da situação de sem-abrigo, nos períodos de transição e de maior estabilidade (nomeadamente, a nível financeiro, habitacional ou relacional)]. Os referentes que suportaram a nossa convicção de que estávamos perante um plano com algumas vulnerabilidades as quais deveriam ser alvo de reflexão, e de conseqüente colmatação, são, também, alvo da nossa atenção neste ponto. Assim, e assumida a necessidade de proceder a reestruturações a nível do método, tomámos a decisão de rever os principais desafios que, de acordo com especialistas (Pleace, 2000; Echnberg & Jensen, 2008; Menezes, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010), se colocam no estudo da situação de sem-abrigo, reflexão que se revelou fundamental para que, mais tarde, a opção pela *Grounded Theory* Clássica tenha ocorrido num quadro de escolha fundamentada e amadurecida.

Relembramos o/a leitor/a, a este propósito, que se trata de uma área substantiva (a situação de sem-abrigo) na qual, apenas recentemente, se formou uma *plataforma de entendimento global* (Busch-Geertsema, *et al.*, 2010), a qual agrega os consensos atingidos e denuncia limitações e dimensões lacunares no conhecimento [*e.g.*, sobre a situação de sem-abrigo, aqueles/as que a vivenciam, os agentes que nela intervêm (em contacto direto com as pessoas que se encontram nesta situação, ou que exercem/sofrem influência indireta sobre esta problemática)]. Definida como uma *nova ortodoxia* (Pleace, 2000; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010), esta plataforma estrutura-se com base no reconhecimento de que estamos perante um fenómeno que resulta da influência concorrente e diferida de um aglomerado muito dispar de fatores, parte substancial dos quais ultrapassa a *margem de manobra* e controlo que os indivíduos possuem em relação às suas vidas (Conley, 1996; Vázquez & Muñoz, 2001; Zufferey & Kerr, 2004; Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Menezes, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010).

Isto não significa, porém, que as pessoas sejam meros espectadores nos *caminhos* que trilharam (Valentim, 2010; Duarte, 2010; Durão & Coelho, 2010). Pelo contrário, investigação recente corrobora a premissa de que é importante proceder ao estudo do(s) papel(eis) que o(s)/a(s) próprio(s)/a(s) desempenha(m) nos diversos acontecimentos da(s) sua(s) trajetória(s), sob pena de que uma parte importante do processo de emergência, manutenção e saída da situação de sem-abrigo fique por compreender e explicar. Os/as cientistas são, por tudo isto, desafiados/as a considerar, no seio desta complexa interligação de dimensões e fatores, a influência que cada indivíduo exerce nos diferentes acontecimentos e nas diversas circunstâncias da sua vida e, também, na daqueles com quem contactam (van Doorn, 2000, 2010; Sousa & Almeida, 2001; Hopper, 2003; Cardona, 2004; Fitzpatrick, 2005; Cone, 2006; Biswas-Diener & Diener, 2006; McNaughton, 2010; Cloke, May, & Johnsen, 2010). Conviver de perto com esta *nova ortodoxia* não é, por conseguinte, uma tarefa de menor importância, uma vez que através do seu exame os/as investigadores/as são chamados a descortinar oportunidades prioritárias de investigação [segundo diferentes perspetivas teóricas e/ou políticas, considerando os papéis desempenhados por instituições e organismos e, também, de acordo com as perspetivas de diversos indivíduos, incluindo as próprias pessoas que experienciaram a situação de sem-abrigo], que potenciem real evolução neste âmbito.

Recordamos o/a leitor/a que, no nosso caso, em particular, o contacto com esta *ortodoxia* só ocorreu após o desenvolvimento do projeto de investigação original. Por este motivo, não a tivemos em consideração no processo de planificação dos dois estudos que o integravam. Todavia, veio a revelar-se um instrumento muito valioso de suporte à tomada de decisão no contexto do processo de reestruturação do método, o qual, a par com outros fatores decorrentes do contacto direto com os/as participantes do estudo, nos conduziu à escolha de uma abordagem menos tradicional em Ciências da Educação, em Portugal, a *Grounded Theory* Clássica. Note-se, porém, que a reflexão inicial sobre as implicações desta *nova ortodoxia*, das quais damos conta no ponto 4.1.3 deste capítulo, nos permitiu, essencialmente, tomar conhecimento dos desafios que ainda permanecem por resolver, na atualidade, sobre esta problemática e, em estreita associação, das abordagens que se consideram obsoletas ou inférteis a nível da compreensão e explicação do processo de emergência, manutenção e saída da situação

de sem-abrigo. Ela assumiu, por conseguinte, características globais e não uma preocupação apriorística de conhecer as especificidades dos indivíduos ou da própria situação [que mais tarde poderia traduzir-se numa perspetiva enviesada sobre os comportamentos e problemas das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo e as diferentes matizes que assume a sua manifestação e (não) resolução]. Permitiu-nos, sim, ampliar a nossa matriz conceptual e metodológica de base [*e.g.*, através do contacto com um leque mais abrangente de modelos conceptuais e de possibilidades metodológica(s) passíveis de implementação neste projeto] e, através deste incremento, uma mais eficiente deteção de fragilidades na nossa proposta inicial e a consequente efetivação de alterações no *design* do plano.

Da confluência desta reflexão crítica, da consulta, por iniciativa, de Manuais e outras obras sobre Metodologia da Investigação e ética em investigação científica (Ary, Jacobs, Razavieh, & Sorensen, 1990; Bogdan & Biklen, 1994; Vieira, 1995; Mertens, 1998; Tuckman, 2002; Almeida & Freire, 2003; Denzin & Lincoln, 2003; Freebody, 2003; Gall, Gall & Borg, 2007), de um vasto conjunto de oportunidades de diálogo e de esclarecimento junto de outros/as investigadores/as (*e.g.*, realizámos várias reuniões com os orientadores desta Tese das quais emergiram questões para reflexão e sugestões de fontes secundárias e primárias a examinar; tecemos animadas discussões com outros/as colegas investigadores/as sobre metodologia da investigação e ética em Ciências Sociais e Humanas) e da auscultação das opiniões dos/as profissionais e dos próprios indivíduos que experienciavam a situação de sem-abrigo (sobre as mais-valias/limites de algumas abordagens e instrumentos de investigação), resultou a descoberta da *Grounded Theory* Clássica. Conscientes das limitações inerentes a algumas abordagens tradicionais, no que concerne a compreensão e explicação da problemática, em causa, carecíamos de uma proposta que, de forma flexível, embora rigorosa e coerente, nos permitisse estudá-la, na sua abrangência e complexidade, enquanto processo (*e.g.*, incluindo circunstâncias múltiplas de alojamento, trajetórias curtas e longas), não como um objeto estático que pode ser analisado em função de um conjunto de variáveis/dimensões delimitadas *a priori* pela investigadora. Pretendíamos, sim, averiguar as principais preocupações daqueles/as que experiencia(ra)m a situação de sem-abrigo e os comportamentos que estes/as mobilizam para a sua resolução, tendo em consideração ângulos de análise múltiplos e recorrendo a diversas fontes de

informação (e.g., entrevistas, observação, consulta de documentos). O recurso à *Grounded Theory* Clássica revelou ser, por isso, uma substancial mais-valia, pois a sua utilização permite a descoberta de explicações teóricas numa determinada área substantiva, em que os dados obtidos se organizam segundo um modelo teórico coerente que corporifica as principais representações e comportamentos mobilizados com o propósito de resolução de problemas com que se confrontam e a que atribuem elevada relevância.

Ultimada a fundamentação da particular adequação da *Grounded Theory* Ortodoxa ao estudo deste complexo fenómeno damos início à clarificação do processo de geração da *Grounded Theory sobrevivendo às ruas*. Para este feito, e com o propósito de facilitar a leitura desta componente da Tese, dividimo-la em três partes. Após as reflexões preliminares, tecidas no contexto da preparação da concretização da pesquisa, e descritas na componente inaugural desta rubrica, caracterizamos, nas suas dimensões chave, a amostra teórica, quer na sua totalidade, quer em relação a cada uma das subamostras que a constituem. Por sua vez, devotamos o segundo ponto à exposição das técnicas e instrumentos de recolha de dados, ou seja, à descrição das três versões do guião de entrevista e das modalidades de observação desenvolvidas. Os procedimentos são explanados no terceiro ponto, sendo primeiro expostos os processos de recrutamento e recolha de dados e, num ponto subsequentes, relatadas as ações inerentes à sua codificação e análise. Terminamos com um brevíssimo apontamento sobre cuidados éticos adicionais, tidos em conta no contacto com as pessoas alvo de observação e/ou que colaboraram nas entrevistas.

Lembramos, por fim, o/a leitor/a de que a explanação escrita do processo de investigação desenvolvido é uma tarefa de grande exigência, particularmente neste tipo de trabalhos científicos, em que, em diferentes momentos, é necessário retomar passos anteriores ou concretizar várias etapas em simultâneo. A não linearidade é uma das características distintivas da *Grounded Theory* Glaseriana (Glaser & Strauss, 1965, 1967; Glaser, 1978; 1998, 2001, 2009b, 2010), a qual se reveste de grande potencial em domínios pouco conhecidos/explorados, mas dificulta a descrição dos procedimentos levados a cabo, num registo tão estático e compartimentado como aquele que representa uma Tese escrita. Solicitamos, por isso, ao/a leitor/a flexibilidade e abertura à complexidade e circularidade deste processo, com particular incidência em alguns dos

seus momentos (*e.g.*, recolha, análise e codificação dos dados), cuja compreensão nos parece essencial para uma compreensão mais completa e profunda deste trajeto investigativo.

4.1 TRILHOS DE EVOLUÇÃO NA DEFINIÇÃO DO *DESIGN* DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

Life is infinitely stranger than anything which the mind of man could invent. We would not dare to conceive the things which are really mere commonplaces of existence. If we could fly out of that window hand in hand, hover over this great city, gently remove the roofs, and peep in at the queer things which are going on, the strange coincidences, the plannings, the cross-purposes, the wonderful chains of events, working through generations, and leading to the most outer results, it would make all fiction with its conventionalities and foreseen conclusions most stale and unprofitable.

Arthur Conan Doyle, *The Adventures of Sherlock Holmes: A case of identity*¹⁰⁰, 1891, p. 190

Postas as questões introdutórias deste capítulo, damos início à primeira das duas partes essenciais que o constituem. A sua estrutura organiza-se segundo 3 pontos, nos quais percorremos o trilho de evolução operada, neste estudo, sobre os elementos que suportaram a sua realização, desde os motivadores iniciais à decisão do recurso à *Grounded Theory* Clássica. Assim, e porque a compreensão deste projeto nos pareceria lacunar sem o (re)conhecimento da sua história, a nossa preocupação inicial é a de reconstituir o cenário e os principais propósitos que sustentaram o desenvolvimento de um trabalho sobre esta temática, ancorado nas Ciências da Educação e, em concreto, na área da Educação Permanente e Formação de Adultos. É, precisamente, esta a questão de que trata esta rubrica [4.1] ao incluir a síntese do enquadramento em que, na globalidade, se encora a escolha da temática a investigar, bem como as motivações, pessoais e profissionais, que reforçam esta opção. Apresenta-se, no subponto seguinte, o resumo do plano de investigação, na sua formulação original, tarefa que abrange a

¹⁰⁰ Reprodução parcial da história passível de consulta em <http://www.eastoftheweb.com/short-stories/UBooks/Caselden.shtml>.

apresentação dos seus elementos fundamentais e dos referentes que legitimam a sua inclusão na versão original do projeto. Expõem-se, em seguida, argumentos que atestam a nossa convicção, posterior, de que estávamos perante um plano com insuficiências face aos objetivos que nos propúnhamos concretizar. Para este efeito apresentamos as reflexões por nós tecidas no âmbito da participação nos primeiros Giros de rua (iniciada em Janeiro de 2007), as quais nos levaram à apreciação de que era necessário rever o plano definido. A estas considerações acresce a revisão crítica dos principais desafios que se colocam na contemporaneidade na explicitação da situação de sem-abrigo e, em consequência, se constituem como prioridades na investigação nesta área. Esta revisão da *nova ortodoxia* (Pleace, 2000; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010), da qual não tínhamos conhecimento quando planificámos o Projeto de Doutoramento, revelou fragilidades adicionais (às por nós detetadas no contato direto com pessoas que se encontravam em situação de sem-abrigo e profissionais), que se encontravam contidas no plano original.

Expostas as considerações respeitantes à decisão de proceder à substituição do *design* original procedemos, no ponto seguinte, à descrição do processo que culminou na descoberta da *Grounded Theory* Clássica. Reportamo-nos, neste momento, à revisão de fontes primárias e secundárias sobre Metodologia da Investigação em Ciências Sociais e Humanas e Ética, assim como às reuniões, levadas a cabo com especialistas. Pela importância que os desafios, em termos metodológicos, da *nova ortodoxia* assumiram na escolha do *design* metodológico final tecemos um breve apontamento a esse respeito, ao qual se segue a descrição das características distintivas da *GT* Glaseriana, uma vez que são estas que escoram a sua adequação privilegiada aos propósitos estruturantes deste estudo. Note-se, contudo, que esta revisão do percurso e das descobertas que culminaram na decisão de recorrer à *Grounded Theory* Clássica pretende, antes de mais, constituir um fio condutor que auxilie o/a leitor/a na compreensão das principais alterações efetuadas e das decisões que as motivaram, e não uma descrição exaustiva dos caminhos percorridos e das inquietações sentidas. Em consequência, assumimos, desde já, as limitações que lhe estão inerentes, uma vez que se circunscreve à apresentação sumária das interrogações que nos parece(ra)m mais relevantes, a dado momento, assim como à identificação das estratégias desenvolvidas com o objetivo de as solucionar, dada a impossibilidade de proceder à descrição

exaustiva de todas as tarefas realizadas desde a sua planificação ao término da escrita deste documento.

4.1.1 ORIGENS DA REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Somos herdeiros das promessas da modernidade e, muito embora as promessas tenham sido auspiciosas e grandiloquentes (igualdade, liberdade, fraternidade), temos acumulado um espólio de dívidas. Cada vez mais e de forma mais insidiosa, temos convivido no interior de Estados democráticos clivados por sociedades fascizantes em que os índices de desenvolvimento são acompanhados por indicadores gritantes de desigualdade, exclusão social e degradação ecológica.

Boaventura Sousa Santos, 2011, p. 6

Uma apreciação menos atenta sobre as transformações ocorridas na sociedade portuguesa nas últimas décadas poderia conduzir um/a leitor/a inadvertido/a à consideração de que a realização de um estudo subordinado à problemática da situação de sem-abrigo, e realizado no Concelho de Coimbra, teria modesto interesse. Estávamos, então, em finais de 2006 e esta problemática era motivo de investimento muito tímido a nível político, de intervenção e, até, de investigação a nível nacional, sendo *lido* como um fenómeno com alguma expressividade nos grandes centros urbanos, mas residual no resto do país (*e.g.*, Plano Nacional para a Inclusão, 2001-2003, 2003-2005; Bento & Barreto, 2002; Baptista, 2004, 2005; Instituto da Segurança Social, 2005). Embora alvo de alguns estudos (*e.g.*, Pimenta, 1992; Fernandes, 1993; Bento, Barreto, & Pires, 1996; Pereira & Silva, 1998; Sousa & Almeida, 2001; Pereira, Barreto, & Fernandes, 2001; Bento, 2004), na sua maioria de natureza descritiva, este fenómeno havia sido objeto de apenas uma investigação, da autoria do Instituto da Segurança Social, em 2005, que versou todo o território de Portugal continental.

De acordo com a informação constante no Relatório produzido pelo Instituto de Segurança Social (2005, p. 33), recorreu-se à “aplicação nacional de inquérito noturno ministrado por equipas de rua compostas por elementos das instituições que intervêm

com populações sem-abrigo. O grupo-alvo deste inquérito foram os sem-teto que se encontraram a dormir na rua (em espaço aberto)". Note-se, contudo, que nesta pesquisa foram, apenas, inquiridas 467 pessoas (p. 81), indicador que, em associação com outras limitações no processo de recolha de dados (*e.g.*, ocorreu, somente, entre as 19h de 19 de Outubro e as 3h de 20 de Outubro e resultou da sinalização, por parte de profissionais, de indivíduos que se encontravam em situação de sem-teto¹⁰¹ em diversas localidades do país), suscita dúvidas quanto à constituição da amostra e, também, à exatidão das informações recolhidas, obrigando a leituras cautelosas dos seus resultados. Acresce ao referido que este trabalho se estruturou a partir da matriz tradicional individualizante, abordada no capítulo 1, tendo sido utilizado um questionário que, no seu essencial, pretendia sinalizar vulnerabilidades e limitações individuais. Não existia, portanto, à data, conhecimento profundo sobre a situação de sem-abrigo (nomeadamente, sobre fatores/dimensões que concorrem para a sua emergência, manutenção no tempo e saída, em particular aqueles que não respeitam ao indivíduo), acerca das inquietações, expectativas, interesses, e necessidades da população que a experienciava, ou em relação ao impacto das estratégias de intervenção implementadas em território português, para a corporificação de trajetórias diferenciadas (*e.g.*, apoio no processo de saída).

Todavia, a nível internacional já se haviam acumulado vários indicadores que espelhavam inequívoca expansão desta problemática, em grande parte dos países ocidentais, e com acentuada expressão no decurso da segunda metade do século passado (com incidência acrescida na última década), assim como a tendência para o seu contínuo crescimento, em amplitude e severidade, pelo menos, durante as primeiras décadas do século XXI (*e.g.*, Brousse, 2004; Cardona, 2004; EUROSTAT, 2004; McCarty, 2005; Echenberg & Jensen, 2008; European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2009, 2011a; Hulchanski, 2009; Edgar, 2009; EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, 2011). Note-se, a este propósito, que cientistas provenientes de várias áreas haviam já alertado para o aparente paradoxo da situação de sem-abrigo nas

¹⁰¹ A população-alvo deste estudo restringiu-se a indivíduos que, na noite em questão, pernoitavam "na rua, num espaço onde é possível isolar-se (vão de escada, viatura abandonada), na rua, num espaço partilhado por outras pessoas (jardim, a céu aberto), num espaço público partilhado (aeroporto, estação de comboio), em espaço público não partilhado (aeroporto, estação de comboio, mas com alguma privacidade)" (ISS, 2005, p. 77).

sociedades avançadas, quando estas atravessavam períodos de franco progresso económico (*e.g.*, tecnológico). Como refere Cabrera (2004, p. 12),

(...) si resulta difícil explicar la existencia de decenas de millones que viven sin techo en el Sur, más complicado resulta aún entender cómo es posible en el medio de la abundancia más aparatosa, se produzcan situaciones de pobreza y exclusión tan extremas como las que muestran con su presencia misma, inquietante y fastidiosa para las mentes biempensantes, las personas sin hogar que duermen sobre el banco de un parque, el recodo de un portal o los subterráneos del metro de una metrópoli en el Norte enriquecido.

Tendo constituído um dos sintomas mais dramáticos de fratura social que, comum à vasta maioria das capitais e outras metrópoles de grandes dimensões (*e.g.*, Londres, Roma, Nova York) já em enquadramentos pautados pelo progresso, veio a acentuar-se de forma expressiva, no momento seguinte, nestas e noutros territórios menos povoadas, dada a crise financeira e económica sem precedentes que ocorreu à escala global¹⁰² e cujos efeitos ainda se fazem sentir de forma acentuada (Almeida, Martins, Guerra, & Pinto, 2010; Amnistia Internacional - Portugal, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal & Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010; European Commission – Eurobarometer, 2010; EUROSTAT, 2010a, 2010b, 2010c; Rybkowska & Schneider, 2011).

¹⁰² Integram estes contornos, o longo período de rápido crescimento do crédito, ao qual se associaram prémios de baixo risco, disponibilidade abundante de liquidez, forte alavancagem, bem como a subida dos preços dos ativos e o desenvolvimento de bolhas no sector imobiliário (European Commission DG Economic and Financial Affairs, 2009a). Note-se que as posições de *sobre-alavancagem* (*over-stretched leveraging*) tornaram as instituições financeiras extremamente vulneráveis às correções dos mercados de ativos (*asset markets*), e em consequência deste processo, uma alteração num quadrante relativamente pequeno do sistema financeiro provocou a subsequente queda de toda a estrutura. Numa imbricada teia de ocorrências, as consequências desta viragem vieram a culminar na crise que *hoje* atravessamos. Nos seus estádios iniciais a manifestação mais evidente era a aguda escassez de liquidez entre as instituições financeiras, tendo estas experienciado condições cada vez mais rígidas para proceder ao *roll over* da sua dívida, em particular a curto prazo. Com o aumento das preocupações em relação à solvência das instituições, em grande medida fruto da falência de um Banco de Investimento Americano (Lehman Brothers, em Setembro de 2008) temeu-se a ocorrência de um colapso sistémico. A confiança sofreu um decréscimo generalizado, com os investidores a liquidar as suas posições e os mercados de ações a entrar em queda (*tailspin*). Como refere Araújo (2011, p. 2), a este propósito “[c]om os acontecimentos que desencadearam a crise financeira mundial de 2008, os mercados financeiros globais foram palco do maior contágio de risco de que há memória”. A partir deste momento a economia Europeia sofreu a recessão mais acentuada desde a década de 30. Como consequências diretas verificou-se a transmissão, em registo de grande velocidade, deste *distress* para a economia real (*e.g.*, aumento das restrições ao crédito, impactos da diminuição da confiança nos investimentos de negócios).

Tendo atingido a economia global no Verão de 2007, esta crise materializou-se num fenómeno sem precedentes na história do pós II Guerra Mundial, dada a sua significativa extensão e gravidade, as quais lhe configuraram contornos muito próximos de episódios de *stress* financeiro que conduziram a períodos de recessão no passado (European Commission DG Economic and Financial Affairs, 2009a, 2009b, 2011; Araújo, 2011; Bresser-Pereira, 2010; European Commission - Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011b; Ferreira, 2011; França, 2011; Resende, 2011) e cujas sequelas se estenderam por vários anos. Note-se que, em 2010, se encontravam desempregadas 23 milhões de pessoas, o que perfaz 9,7% da força de trabalho. Se analisarmos esta questão a partir de uma definição menos restritiva¹⁰³ somos confrontados com um aumento de 19,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 8% da população ativa. Reforçam estas alusões, os dados apresentados no Monthly Labour Market Fact Sheet, datado de 12 de Dezembro de 2011, que situam os níveis de desemprego (entre Setembro e Dezembro) em 9,8%¹⁰⁴, valor similar ao reportado no início da crise (European Commission - Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011b).

Reiteradas por especialistas e repetidas nos mais diversos documentos oficiais, da União Europeia e dos seus Estados membros, as alusões aos desafios que esta crise colocou e aos contornos que assumiu, nomeadamente no que respeita ao declínio da atividade económica, ao aumento do desemprego, às depressões nos mercados de habitação, ao incremento do número de indivíduos na pobreza e, em estreita articulação, ao agravamento das circunstâncias de vida de muitas pessoas e família fazem, *hoje*, parte do quotidiano dos/as cidadãos/as (Reisen, Stocker, & Vogiazides, 2009; Sugawara *et al.*, 2010; Social Watch, 2010; European Anti-poverty Network Ireland, 2011; European Parliament, 2011). A estes fatores associou-se a expansão da dívida nacional que se traduziu na implementação de cortes substanciais no financiamento público por parte dos governos. Estas medidas de austeridade foram comuns a múltiplos sectores das democracias Europeias, nos quais se incluíram áreas-

¹⁰³ Esta definição mais abrangente inclui, adicionalmente, os indivíduos que trabalham, em *part-time*, com salário insuficiente; aqueles que não reúnem, no imediato os requisitos para integração no mercado de trabalho mas continuam à procura de emprego; assim como, pessoas que detendo as condições necessárias para ingressar no mercado de trabalho, não procuram emprego (European Commission - Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011b).

¹⁰⁴ Neste enquadramento importa, também, ter em conta que os índices de desemprego mais elevados deste período (Setembro-Dezembro 2011) respeitaram a Espanha, Grécia, Portugal e Chipre.

chave como a Saúde, a Proteção Social, a Educação e o Emprego, que se confrontaram com diminuição severa dos seus orçamentos. Em consequência, para além dos problemas referidos, as significativas reduções no investimento nestes sectores produziram um efeito direto no agravamento da pobreza e das desigualdades, fenómenos que já se faziam sentir de forma expressiva (*e.g.*, European Commission DG Economic and Financial Affairs, 2009a, 2009b, 2011; World Health Organization, Regional Office for Europe, 2011).

Se estas origens, de teor macro, já apontava a nossa bússola no sentido da necessidade de maior aprofundamento do estudo da situação de sem-abrigo, ao atendermos, em concreto, aos investimentos realizados pelos governos em relação ao agravamento, por vezes substancial, das circunstâncias de vida das populações, somos confrontados com evidências ainda mais claras (Callan, Nolan, Keane, & Walsh, 2010; Paulus, Sutherland, & Tsakoglou, 2010; European Commission - Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011c). Embora do conhecimento generalizado dos diferentes atores envolvidos, e já prevista por especialistas há vários anos, os Estados membros não foram capazes de mitigar os efeitos nefastos desta crise, que provocou um rápido *crescendum* do empobrecimento de determinados segmentos da população e a súbita perda de regalias e bens por parte de indivíduos e famílias outrora em circunstâncias *confortáveis* de subsistência financeira¹⁰⁵. Acresce ao exposto que, anos depois, este aumento continua a ocorrer numa notória demonstração de que as tentativas levadas a cabo para o seu controlo revelaram eficácia muito limitada. No âmago desta questão encontra-se, precisamente, a situação de sem-abrigo enquanto expressão extrema de vulnerabilidade e de constrangimentos severos no cumprimento dos seus direitos e liberdades fundamentais. O seu incremento generalizado denota, precisamente, que o aumento, no decurso da segunda década do milénio, das preocupações expressas pela União Europeia (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2010; European Parliament, 2010; Fédération Européenne des

¹⁰⁵ Nestas perdas incluem-se a inexistência de vínculo face ao mercado de trabalho e a consequente dificuldade/impossibilidade de redefinição da trajetória profissional em condições semelhantes [no que respeita ao salário ou outras formas de *input* financeiro, assim como de manutenção dos direitos associados à função/cargo desempenhado (*e.g.*, existência de seguro de saúde) e dos privilégios que detinham (*e.g.*, diminuição do poder de escolha em relação a horários, número e tipo de tarefas a desempenhar, realização de deslocações, definição de dias de descanso/férias)].

Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010b, 2010d; Parlamento Europeu, 2010) e as diversas iniciativas, efetivamente, executadas, não foram suficientes para fazer face, em simultâneo, aos desafios já existentes e à sua exacerbação em resultado dos efeitos desta crise.

Em consequência, se já as medidas globais de mitigação/minimização do impacto social da crise ficaram aquém das intenções dos seus proponentes, os investimentos específicos na monitorização e/ou erradicação da situação de sem-abrigo foram demasiado poucos para conter a tendência de aumento da sua expressão. No seio de constrangimentos financeiros e perante cenários desapontantes de retoma económica, a mobilização de recursos (*e.g.*, financeiros, materiais, humanos) foi muito inferior ao conjeturado e centrou-se em abordagens de minimização das suas sequelas visíveis, em detrimento da mobilização concertada de esforços no sentido da sua erradicação (Belgian Presidency of the Council of the European Union, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010d; Melander & Maltezou, 2011). Na ausência de políticas articuladas, e perante limitações por vezes quase incapacitantes, na concretização de ações e na sua avaliação, os diferentes Estados membros confrontaram-se com a rápida ascensão desta problemática para o centro das preocupações sociais da União Europeia. Considera-se, portanto, urgente a promoção de investigações de qualidade, neste domínio, que possibilitem o conhecimento da situação de sem-abrigo e das pessoas que a experincia(va)m, potenciando, em aditamento, a promoção de políticas e ações que asseverem a sua resolução célere.

Portugal, não foi alheio a estes desenvolvimentos no panorama internacional, tendo sofrido as suas consequências de forma bastante intensa¹⁰⁶. Como consequência

¹⁰⁶ Experienciando um quadro de considerável fragilidade, para a qual muito contribuíram os modestos índices de crescimento, evidenciados pelo baixo Produto Interno Bruto (PIB) e o reduzido crescimento da produtividade, que já se faziam sentir nas últimas décadas (Conraria, Alexandre, & Pinho, 2010; European Commission DG Economic and Financial Affairs, 2011), o nosso país foi fortemente fustigado pelas consequências da crise que se fez sentir. Note-se que o crescimento potencial da economia portuguesa se manteve num registo de desaceleração constante, com a competitividade prejudicada pelo aumento dos custos unitários de trabalho e por problemas estruturais profundos, quadro que se agravou bastante nos últimos anos. A estes fatores acresce a contínua e intensa redução da taxa de poupança da economia portuguesa nas últimas décadas, a qual contribuiu para o avolumar dos desequilíbrios. Ignorada, na generalidade, por decisores e peritos, veio a potenciar o défice e a dívida externos, indicadores que, segundo Alexandre e colaboradores (2011, p. ii) deveriam “ter feito soar os sinais de alarme. No entanto, apesar de estarem ainda bem presentes as duas intervenções do Fundo

de *deficits* persistentes (*e.g.*, modestos índices de crescimento, reduzido aumento de produtividade, problemas estruturais), de que demos conta no capítulo 1, acumulou uma elevada dívida externa, que se reflete, segundo a Comissão Europeia (Directorate-General for Economic and Financial Affairs, 2011, p. 4), em custos elevados com a habitação e dívidas fiscais e corporativas. Não surpreende, nesta linha de raciocínio, que especialistas caracterizem a economia nacional como letárgica e dependente de um sistema político cristalizado¹⁰⁷, dados os condicionalismos significativos a que esta tem estado sujeita e as limitações da abordagem política, particularmente salientes na definição e na implementação de estratégias de superação das dificuldades sentidas (Ribeiro, 2011).

Pelo exposto, e embora detendo algumas particularidades positivas (*e.g.*, os Bancos não foram expostos a ativos tóxicos, não se verificaram oscilações dramáticas no sector imobiliário), Portugal viu-se confrontado, a 7 de Abril de 2011, com a necessidade de formalizar um Pedido de Apoio que visou, em termos gerais, restaurar a confiança e a potenciação do retorno da economia a padrões de crescimento sustentável, assim como garantir a estabilidade financeira (em Portugal, na zona Euro e na União Europeia)¹⁰⁸. Reconhecendo a complexidade destas medidas e as exigências que a sua concretização implica, o Programa de Ajuda Financeira a Portugal e o Memorando de Entendimento alcançado entre Portugal e a UE – BCE – FMI contêm, desde a sua versão inicial, referências explícitas à importância da mitigação de impactos sociais negativos, em particular para os segmentos com menores *inputs* financeiros), que poderão resultar de desequilíbrios derivados da existência de medidas nos sistemas fiscal, bancário e estrutural em simultâneo. Neste contexto de particular contração dos mercados, e de elevada austeridade, as preocupações relativamente às questões da

Monetário Internacional nas décadas de 1970 e 1980, em resultado de crises de pagamentos, instalou-se na sociedade portuguesa, depois da adesão ao euro, o sentimento de que *desta vez seria diferente*”.

¹⁰⁷ Numa leitura crítica desta passividade/inoperância por parte dos responsáveis políticos, Michael Spence, Prémio Nobel da Economia em 2001, mencionou, sem reservas, que “O que está a falhar é a política” (*cf.*, *Expresso*, de 19 de Agosto de 2011).

¹⁰⁸ Este Programa foi aceite pelo Conselho Europeu em Maio de 2011 e está previsto para o período de 2011-2014, durante o qual se espera que Portugal consolide uma estratégia fiscal credível e equilibrada, salvguarde o sector financeiro através de mecanismos baseados no mercado e suportados por mecanismos de *back-up* e desenvolva reformas estruturais profundas e inovadoras, que concorram para o crescimento potencial, a criação de emprego e a melhoria da competitividade (*e.g.*, neste programa incluem-se reformas a nível do mercado de trabalho, do sistema judicial, das redes industriais, dos sectores de imobiliário e serviços).

pobreza e da exclusão social e, no seu âmbito, à problemática da situação de sem-abrigo ganharam centralidade.

Assim, embora esta problemática ainda não constituísse uma preocupação cimeira no panorama nacional, na primeira parte da década inaugural deste século, haviam já fortes indícios de que esta “crescente e diversificada vulnerabilidade das populações (pelo menos, de alguns estratos populacionais) urbanas, no que respeita ao (in)cumprimento dos Direitos Humanos Básicos (e consagrados) como o acesso à educação, à saúde ou à habitação” (Lúcio, *et al.*, 2011a, p. 2) se faria sentir com maior intensidade e expressividade, a curto prazo, também em Portugal. E, de facto, assim foi. No decurso do período temporal em que este projeto decorreu, a situação de sem-abrigo catapultou-se, como indicámos, para o topo das preocupações (não das ações) da União Europeia e, embora com maior lentidão e peso mais modesto é, hoje, um dos desafios prementes com que o nosso país se debate (*e.g.*, Baptista, 2004, 2005, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Calandrino, 2010; European Commission DG for Employment, Social Affairs and Inclusion, 2010, 2011a; European Parliament, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri, 2010b).

São, neste âmbito, usuais as referências à urgência dos países procederem à planificação e desenvolvimento de estratégias que assegurem o conhecimento profundo das circunstâncias de severa vulnerabilidade em que alguns grupos se encontram e que se traduzam na efetivação de medidas de intervenção fundamentadas, de qualidade, e respeitadoras dos direitos e liberdades fundamentais daqueles/as que a experienciam. Neste conjunto de advertências incluem-se, com crescente constância, alusões à necessidade de realizar investigação neste âmbito. Pretende-se, como referido, não só aprofundar o seu conhecimento mas, também, avaliar as ações em curso e aferir estratégias mais ajustadas para o seu combate, que concorram para a concretização da meta da sua erradicação. Por outro lado, são fornecidas sugestões concretas de pesquisa de lacunas no âmbito da criação de políticas, da definição de estratégias e da implementação de ações concretas. Uma boa parte dos países da União Europeia

evidenciaram, contudo, uma postura pouco assertiva e, no caso nacional, diríamos algo negligente, na prossecução de linhas de estudo compreensivas e mais arrojadas¹⁰⁹.

Do exposto se confirma que, e embora seja cada vez mais vasto o volume de advertências por parte de diferentes entidades e organismos (Internacionais, Europeus e/ou Nacionais), a situação de sem-abrigo permanece como um dos flagelos que devastam a Europa e cada um dos países que a integram (European Commission DG Employment, Social Affairs & Equal Opportunities, 2010). De facto, “despite Europe being a wealthy society, the issue remains difficult to solve and may even be getting worse in some countries” (European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2010, parág. 1). E se esta referência não for, por ventura, suficiente para nos convencer da necessidade de maior impulso na intervenção sobre este fenómeno, é do próprio Parlamento Europeu que surge a confirmação de que a situação de sem-abrigo contínua, *no presente*, a afetar pessoas em todos os territórios não tendo sido mobilizados esforços suficientes para a sua irradicação (European Parliament, 2010). A realidade contrasta, por conseguinte, de forma violenta com as premissas mais elementares da democracia (em valores como os de igualdade de oportunidades e a coesão social), ao oferecer-nos um cenário bem menos idílico do que aquele que seria expectável atendendo às intenções divulgadas pelos/as responsáveis políticos/as.

Note-se, porém, que não estamos perante um fenómeno exclusivo do *cenário* Europeu. De acordo com Biwas-Diener e Diener (2006, p. 185) “no society is unaffected by the social problem of homelessness”, afirmação corroborada por outros/as

¹⁰⁹ Para além de evidentes restrições na alocação de recursos, mesmo depois da criação da Estratégia Nacional de Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo 2009-2015 (ENIPSA, 2009), esta temática permanece longe das prioridades dos/as decisores/as políticos/as portugueses/as. Acresce ao referido, que se mantém, em documentos oficiais, a tendência para uma leitura do fenómeno centrada no indivíduo e nas perdas/handicaps experienciados por este, na linha das teorias que relevam as variáveis individuais em detrimento de fatores estruturais na explicitação desta problemática. Veja-se, como exemplo, o seguinte excerto da caracterização da “População sem-abrigo” que integra o PNAI (2008-2010, pp. 121-122) “(...) são sobretudo homens em idade ativa (30 aos 49 anos), solteiros e divorciados, de nacionalidade portuguesa, com escolaridade básica, distribuídos essencialmente pelas grandes áreas metropolitanas (Lisboa e Porto), seguindo-se as cidades médias de Setúbal, Faro e Braga. Já não são somente os marginalizados clássicos, sendo visível a emergência de uma nova geração de pessoas, com peso crescente de doentes mentais, toxicodependentes, alcoólicos, ex-reclusos e outras de pessoas que se encontram em situação de rutura com as normas e instituições vigentes – quebra de laços sociofamiliares, instabilidade profissional, dificuldades de acesso à habitação, e ao emprego, baixos rendimentos, ausência de regras e rotinas, automarginalização, diluição de hábitos de trabalho, regressão nas capacidades cognitivas – e sem qualquer tipo de suporte social, psicológico e económico”.

investigadores/as, que alertam para a severidade que esta problemática assume em economias avançadas, e para a contrastante inexistência de estudos que a abordam de forma profunda (*e.g.*, Tanner, 2003; Rokash, 2004; Cone, 2006; Minnery & Greenhalgh, 2007; Toro, 2007; Toro *et al.*, 2007; Hulchanski, 2009; Sermons & Witte, 2011a). Em consequência, do leque consideravelmente vasto de desafios com que as sociedades contemporâneas se debatem, a situação de sem-abrigo ocupa, em grande parte delas, uma posição importante. Não se trata, portanto, de um fenómeno residual ou específico de determinados contextos culturais, uma vez que, neste momento, já penetrou a vasta maioria dos territórios desenvolvidos (*e.g.*, Baum & Burnes, 1993; Layton, 2000; Rokash, 2004) independentemente das similitudes e discrepâncias que possuem entre si (*e.g.*, Estados Unidos da América, Polónia, Portugal, Itália, França, Reino Unido, Canada).

Todavia, pela sua conotação com a face mais acentuada da pobreza extrema e expressão de exclusão social (*e.g.*, Burton, Aron, & Lee, 2001; Brousse, 2004; Lee & Grief, 2008), ambas tidas como não aceitáveis nos cenários das democracias contemporâneas, a sua *paradoxal* notória expressão gera incómodo e insegurança. No seio de sociedades pautadas pelos valores da liberdade, da dignidade humana, da justiça e da igualdade, dotadas de sofisticados recursos e com padrões de progresso sem precedentes na história (veja-se, em registo exemplificativo, a inovação tecnológica operada no decurso do século XX e neste início do séc. XXI) a existência de indivíduos em situação de sem-abrigo, reféns da pobreza extrema e da precarização generalizada dos vínculos comunitários, constitui uma grave evidência das fragilidades dos sistemas económicos desenvolvidos. Como referiu o Presidente da República Portuguesa, Cavaco Silva, a propósito da *XVII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno*,

Las situaciones de pobreza extrema, de exclusión social y de chocante desigualdad en la distribución de las rentas son enemigos del respeto por los derechos humanos, minan la confianza en las instituciones democráticas y perjudican la concretización plena de la idea de progreso que ambicionamos (9 de Noviembre de 2007, parág. 3).

As evidências acumulam-se, de facto, tornando impossível escamotear esta dura realidade. É, neste enquadramento, progressivamente mais improvável que este fenómeno escape ao olhar, mesmo desatento, dos/as cidadãos/as que fazem parte das sociedades de que temos vindo a referir-nos. O mesmo sucede aos/às decisores/as políticos/as e outros agentes que se viram confrontados/as com a sua rápida exacerbação e com exigências crescentes em relação à sua prevenção e combate. Neste

enquadramento ganha força a constatação de que, embora muito presente no quotidiano de todos nós, a compreensão da situação de sem-abrigo ainda permanece um desafio que nos escapa (Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Chamberlain & Johnson, 2013; Crawley *et al.*, 2013; Cray *et al.*, 2013; Daly, 2013; Karabanow & Naylor, 2013; Fisher, *et al.*, 2014; Sharama & Hulsea, 2014; Wagner *et al.*, 2014).

Aos elementos expostos, que sustentam a importância de encetar investigação sobre a situação de sem-abrigo, a qual contribua para o conhecimento científico e, também, para práticas mais respeitadoras dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas, incluindo aquelas que a experiência(ra)m, num dado período da sua vida, acrescem motivações de ordem profissional e pessoal que sustentam o nosso interesse por esta temática. Importa dizer que o nosso conhecimento acerca desta temática era, no início desta etapa de aprendizagem (que culminou na produção desta Tese de Doutoramento), algo limitado. Não tendo sido alvo de abordagem sistemática no decurso da nossa formação, seja no âmbito dos cinco anos de Licenciatura ou no Mestrado Académico em Ciências da Educação, área de especialização em Psicologia da Educação (os quais completamos na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra) este fenómeno manteve-se longe do nosso radar de preocupações e interesses profissionais até meados de 2006. De facto, mesmo no âmbito das muitas oportunidades de aprendizagem não-formal em que nos envolvemos enquanto estudante e, após 2002, já como docente no Ensino Superior, esta temática não surgiu, com regularidade, no nosso universo de aprendizagens, sendo infrequentes os nossos contactos com referências específicas à situação de sem-abrigo ou àqueles que a vivenciam.

Num esforço de revisão das rubricas exploradas em iniciativas de educação/formação e/ou em eventos científicos, de índole diversa, em que estivemos envolvida (*e.g.*, congressos, jornadas, encontros, *workshops*) constatamos, *agora*, que a sua menção assumia um cariz residual, surgindo no âmbito das temáticas da pobreza extrema e da exclusão social, como um dos grupos em circunstâncias de desvantagens múltiplas e que apresentam vulnerabilidades acentuadas. Neste contexto eram

conotados, por vezes na ausência de um enquadramento conceptual denso, como exemplo daqueles que se encontram em privação austera, da qual seria muito moroso e complexo sair. Tivemos, nestas iniciativas, conhecimento, embora superficial e genérico, de vários fatores e dimensões associados à emergência e à manutenção da situação de sem-abrigo. Integravam este leque abrangente de referências elementos de caracterização demográfica (idade, género, proveniência), a que acresciam alusões breves a perturbações mentais, consumo de substâncias (i)lícitas, dificuldades intelectuais, deficiência(s) sensorial e/ou motora, e até referências explícitas à situação de sem-abrigo enquanto escolha ou, mais em específico, como resultado da acumulação de más escolhas e insucessos na vida. A estes indicadores, que respeitam e/ou que são *imputados* aos indivíduos acresciam menções genéricas, e pontuais, a fatores sociais e económicos, tais como, as oscilações nos mercados de trabalho e os seus impactos em Portugal, o aumento dos índices de desemprego e as decorrentes dificuldades em assegurar a subsistência, limitações inerentes às políticas públicas e, em particular, concernentes às políticas sociais de diferentes regiões/países. Recordamos, ainda, referências sumárias a propósito da inflação dos preços do mercado habitacional, sobre intervenções levadas a cabo nas diferentes localidades e, até, acerca dos efeitos nefastos (no que respeita à crescente visibilidade do fenómeno) da desinstitucionalização não preparada.

Estávamos perante uma panóplia vasta de elementos que *pairavam* à volta da situação de sem-abrigo mas dos quais sabíamos muito pouco, acontecendo o mesmo com o próprio termo. Era, para nós, um constructo plurívoco e de fronteiras pouco definidas, o qual aglutinava *realidades* que escapavam à nossa compreensão. Incluía no seu âmbito configurações tão diversas como a pernoita na rua e em estruturas não apropriadas para habitação humana (*e.g.*, debaixo de vãos de escadas, entradas de prédios, em Parques de estacionamento) ou, numa configuração de deteção menos acessível, a permanência em espaços sem as condições mínimas de habitabilidade (*e.g.*, viver em alojamento sem eletricidade ou água canalizada, permanecer em imóvel que já sofreu derrocada parcial). De tal forma era evidente o nosso desconhecimento que ignorávamos, no Concelho que nos acolheu pela primeira vez em 1997, para iniciar o nosso trajeto no Ensino Superior, e no qual vivíamos desde então, qual a expressão que este fenómeno possuía, se existia intervenção específica, e a existir, em que moldes se

estruturava e quais as Entidades envolvidas. Podemos, portanto e com confiança, assumir que pouco sabíamos de substantivo e fundamentado sobre a situação de sem-abrigo ou aqueles/as que, em determinado(s) período(s) das suas vidas, a experiencia(ra)m quando demos início à estruturação do Projeto de Tese de doutoramento.

Até então, o nosso nível de informação sobre esta problemática não estaria substancialmente distante daquele que se espera de um/a cidadão/a português/a atento/a às realidades nacional e internacional, bem como às mudanças que se haviam feito sentir pelo planeta, em articular nos períodos que antecederam este trabalho, embora com expressividade alarmante em algumas regiões. Neste âmbito, havíamos já sido confrontada com a crescente expressão da situação de sem-abrigo em diferentes localidades do nosso país, não só nas cidades de maior densidade populacional, mas, também, em aglomerados de menores dimensões. Às referências nos órgãos de comunicação social acresceram as observações por nós realizadas nos diversos espaços do Concelho. Tomámos consciência de que, neste território geográfico, vivia um conjunto considerável de pessoas em circunstâncias que desafiavam os padrões mínimos de habitabilidade e em condições que claramente violavam os direitos humanos. Apercebemo-nos de que parte destes indivíduos ocupava os seus dias nos espaços públicos das localidades (*e.g.*, sentados em bancos) ou em trânsito nas suas ruas, mas sem aparente destino. De noite, havíamos detetado alguns locais de pernoita de maior visibilidade (*e.g.*, na entrada de lojas, em bancos de jardim ou junto aos pilares de pontes, por vezes sem qualquer cobertor), sinalizáveis todo o ano, mesmo nos dias de Inverno mais rigoroso.

Pareceu-nos, nesta altura, que era urgente encetar investigação sobre esta temática, a qual contribuísse para uma compreensão mais profunda destas circunstâncias e, também, das estratégias de sobrevivência mobilizadas pelos indivíduos que as experiencia(va)m. Interrogávamo-nos, enquanto investigadora, sobre as suas perspetivas, preocupações, expectativas, enfim, sobre a sua leitura do *mundo* e da sua trajetória de vida (presente, passada e futura), assim como sobre os comportamentos que assumiam com o intuito de (sobre)viver, dados os intensos constrangimentos com que se confrontavam, em registo diário. E, porque, ciente de que o ser humano é capaz

de feitos fantásticos de mudança e de aprendizagem ao longo da vida julgámos que esta investigação poderia, igualmente, fornecer um contributo para a transformação das estratégias e ações (dos/as próprios/as, dos/as profissionais e das comunidades), se se estruturasse a partir de um conhecimento mais profundo e fundamentado destas questões. Embora ambicioso, este propósito de potenciar a mudança, que fosse extensiva aos diferentes atores sociais, através da realização de um estudo, neste âmbito em concreto, era também uma das intenções que antecipávamos com a realização deste trabalho. Curiosamente, já em 2006, no âmbito de um outro projeto de investigação que nos encontrávamos a terminar, escrevíamos: “no turbulento início deste momento histórico, repleto de transformações sociais, axiológicas, normativas e culturais, com contornos bem demarcados, mas nem sempre louváveis, ou mesmo positivos, (re)cria-se a oportunidade de compreender o ser humano, nas suas imensas potencialidades” (Mairos Nogueira, 2006, p. 13) comentário que, embora escrito a pensar numa realidade assaz distinta, se revela nuclear na explicitação de uma das nossas principais motivações para a realização deste projeto.

Como indicámos, o nosso interesse floresceu ao longo do ano de 2006, quando ultimávamos a Dissertação de Mestrado e iniciávamos o processo de decisão quanto à problemática a explorar no Doutoramento. Das múltiplas possibilidades que nos pareciam viáveis, e depois de auscultadas as opiniões de vários/as docentes da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e de longos momentos de reflexão crítica com investigadores/as de reconhecido mérito nas áreas da Psicologia e das Ciências da Educação, optámos pela realização de uma investigação sobre a situação de sem-abrigo. Tomada a decisão iniciámos o processo de estruturação do *Projeto de Tese de Doutoramento*, o qual decorreu sob a supervisão dos orientadores deste trabalho. Na rubrica seguinte apresentamo-lo, na sua versão original, destacando, para o efeito, os seus elementos estruturantes e, para cada um, as principais alusões nele contidas.

4.1.2 ESPECIFICAÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO ORIGINAL

There is considerable evidence on homelessness in Europe but our knowledge remains very uneven. There is a lack of data and understanding on some aspects of homelessness. (...) We do have enough knowledge to be certain that there are many similar problems and shared concerns, ranging from people living rough through to the housing exclusion of children and young people and the emergence of new forms of migrant homelessness. The more we can add to our shared understanding of these issues, the more member states can learn from one another and the greater the likelihood that this social problem, a form of deep poverty and exclusion that is a blight on some of the most economically and socially developed societies on Earth, can be effectively countered.

Busch-Geertsema, et al., 2010, p. 78

Dedicamos esta componente da Tese à apresentação, tal como o havíamos definido, do Projeto de investigação, na sua versão original (Mairos Nogueira, 2007). Como não tínhamos qualquer experiência de contacto direto com esta problemática, nem através dos próprios indivíduos que experienciaram a situação de sem-abrigo num ou vários momentos da trajetória, nem de profissionais ou outros agentes da comunidade que lidam com o fenómeno, este processo de planificação circunscreveu-se à revisão crítica de fontes secundárias e primárias a ele subordinadas, as quais compilámos na síntese que constitui a Fundamentação Teórica do Plano, bem como a integração de referentes adicionais e/ou revisão dos existentes atendendo às sugestões fornecidas pelos orientadores deste projeto de Doutoramento (Mairos Nogueira, 2007, pp. 1-7). Conscientes de que era necessário conhecer melhor esta população e de que eram “muitas as dimensões inerentes à situação de sem-abrigo que ainda fogem do (re)conhecimento dos investigadores, em particular, no que concerne a sua trajetória de vida” (Mairos Nogueira, 2007, p. 8) definimos como meta o estudo das *Perspetivas desenvolvimentais sobre os fatores contextuais e individuais associados à exclusão social: a realidade psicossocial dos sem-abrigo*. Para este efeito, definimos cinco questões

orientadoras¹¹⁰ e estabelecemos cinco objetivos¹¹¹ que, a nosso ver, sintetizavam os aspetos queurgia investigar, sempre na senda de conhecer o fenómeno em profundidade e de, com base nesse conhecimento, contribuir para a concretização de oportunidades de intervenção que têm em consideração as *vozes* dos indivíduos a que se destinam e não, somente, da sociedade que as propõe/defende.

Previmos a realização de dois estudos nos quais mobilizaríamos estratégias complementares de recolha e análise dos dados. No primeiro recorreríamos a metodologias quantitativas com o propósito de “identificar e analisar fatores sociodemográficos, individuais e contextuais dos indivíduos e da própria situação de sem-abrigo” (Mairós Nogueira, 2007, p. 11). Tratava-se de um estudo não experimental e transversal (*e.g.*, Ary, Jacobs, Razavieh, & Sorensen, 1990; Vieira, 1995; Mertens, 1998; Tuckman, 2002; Almeida & Freire, 2003), em que se pretendia, em termos globais, a sinalização das dimensões com maior expressão neste grupo de pessoas e, neste contexto, daquelas que contribuía, de forma mais intensa, para a emergência, a manutenção, e a saída da situação de sem-abrigo. Participariam, portanto, no estudo, indivíduos que se encontravam, à data da sua realização, em situação de sem-abrigo e outros que a tendo experienciado, num ou várias fases da sua existência, a haviam

¹¹⁰ Constituíam as questões orientadoras do projeto de Tese de doutoramento, as seguintes: (i) quais as principais especificidades do percurso desenvolvimental das pessoas em situação de sem-abrigo?; (ii) como se desenvolve o processo de construção da identidade dos indivíduos em situação de sem-abrigo e quais as principais dimensões em que este se distingue do esperado?; (iii) que similitudes e diferenças são visíveis do confronto de perspectivas dos indivíduos em situação de sem-abrigo e dos prestadores de cuidados, no que concerne a fatores precipitantes das situações de desalojamento, fatores de resiliência e fatores que concorrem para a (re)inclusão social?; (iv) que medidas são vistas, pelas pessoas em situação de sem-abrigo e pelos prestadores de cuidados, como promotoras de inserção e quais as dimensões que ambos concebem como estruturantes nesse processo?; (v) que oportunidades de aconselhamento concretizar, tendo em vista a reinserção social das pessoas em situação de sem-abrigo?

¹¹¹ Por sua vez, foram definidos como objetivos deste projeto: (i) refletir, criticamente, acerca dos modelos, políticas e práticas de inclusão, a nível nacional e internacional; (ii) identificar os principais fatores, segundo óticas de análise distintas, a nível individual e contextual, que concorrem para as situações de exclusão e, posteriormente, de possíveis percursos de (re)inserção social; (ii.a) refletir sobre o papel do trabalho e da rede de suporte social e interpessoal enquanto fatores precipitantes e/ou fatores favorecedores de (re)inserção social; (iii) compreender o processo de construção de identidade dos indivíduos que se encontram em situação de sem-abrigo e as suas idiossincrasias; (iii.a) analisar o percurso desenvolvimental das pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo atendendo a: fatores precipitantes da(s) situação(ões) de desalojamento; fatores individuais e contextuais de resiliência relacionados com a sobrevivência quando em situação de desalojamento; fatores individuais e contextuais favorecedores da (re)inserção social; (iv) analisar as conceções dos prestadores de cuidados em relação às pessoas em situação de sem-abrigo, confrontando-as com as dos próprios; (v) perspetivar opções de aconselhamento que concorram para trajetórias desenvolvimentais adaptativas.

ultrapassado¹¹², para além de profissionais. Tendo em consideração as características peculiares dos dois primeiros grupos referidos decidimos que procederíamos à constituição de uma amostra não probabilística por conveniência, decisão que tomámos com base em diferentes fatores. Por um lado, carecíamos de informação pormenorizada e atualizada sobre o conjunto de pessoas que se encontravam, naquele ano, em situação de sem-abrigo no distrito e, mais em concreto, no concelho, de Coimbra, ocorrendo o mesmo em relação a outras regiões e ao próprio país¹¹³. Por outro, estávamos perante uma população que era apontada como escondida (*hidden*) e/ou de difícil acesso (*hard to reach*) na literatura da especialidade (*e.g.*, Anderson & Calhoun, 1992; Lee, 1993; Faugier & Sargeant, 1997; Atkinson & Flint, 2001; Brackertz, 2007). Note-se que, uma percentagem elevada de estudos circunscreve a sua amostra a indivíduos que acedem, com regularidade, a apoio Institucional (*e.g.*, Albergues, Centros de Acolhimento,

¹¹² A integração neste grupo pressupunha o cumprimento de um conjunto diversificado de critérios, nos quais se incluía: (i) autonomização financeira há, pelo menos, dois anos contínuos [*e.g.*, manutenção de emprego, usufruto de reforma e garantia da sua continuidade futura (limite mínimo de 1 ano)], (ii) usufruto de alojamento em condições consideradas ajustadas para os padrões do país e para o/a próprio/a e que resultou da sua escolha, dentro de um leque de opções que lhe pareceram viáveis (*e.g.*, excluía-se, portanto, situações de habitação com familiares por favor, pernoita em alojamento sem condições mínimas de comodidade); (iii) usufruto de direitos e liberdades fundamentais e cumprimento de obrigações como cidadão(ã); (iv) participação em comunidade (restrita e na comunidade alargada), à qual se sente, de acordo com os seus próprios critérios, vinculado/a; (v) pertença a redes (in)formais de relações, das quais se considera parte integrante e as quais valoriza; (vi) assunção de que a situação de sem-abrigo constitui um período já ultrapassado da sua história de vida.

¹¹³ Para este quadro concorreram três fatores essenciais. Constitui o primeiro destes fatores a ausência de documentação atualizada, e acessível para consulta, sobre o universo de indivíduos que se encontravam em situação de sem-abrigo ou, mais em específico, sem-teto, no Concelho (ou, mesmo, na cidade). Embora tivéssemos tido acesso a algumas estimativas, em registo oral por parte de alguns profissionais que intervinham neste âmbito, não dispúnhamos de documentação oficial que as documentasse. Acresce a este fator a escassez de informações, de consulta livre, respeitantes ao acesso e usufruto de serviços, por parte de pessoas que, em dado momento, se encontra(ram) em situação de sem-abrigo, nas várias Entidades existentes no Concelho (Estatais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Organizações não Governamentais, entre outras), fossem estes organismos vocacionados para a intervenção junto de pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo, para populações em risco de pobreza e/ou de exclusão social ou para a generalidade da população. Embora tivéssemos tido contato com documentos em que constava informação sobre a população que havia sido apoiada por determinadas Entidades no ano anterior, esta informação não era suficiente para nos permitir uma leitura abrangente desta problemática (*e.g.*, os documentos reportavam-se, somente, ao grupo de indivíduos que haviam usufruído dos serviços/apoios específicos que a Entidade em causa disponibilizava; nestes documentos não era apresentada uma caracterização da população abrangida pelos diferentes tipos de serviços/apoios nem dos serviços/apoios existentes). Por sua vez, o terceiro fator respeita à modesta produção neste âmbito em Portugal (em grande parte circunscrita ao estudo do fenómeno nas localidades mais populosas do país) e, no seu seio, aos diferentes entendimentos do *constructo* sem-abrigo, elementos que dificultam uma compreensão mais holística do fenómeno (*e.g.*, Pimenta, 1992; Bento, Barreto, & Pires, 1996; Pereira & Silva, 1998; Pereira, Barreto, & Fernandes, 2001; Bento & Barreto, 2002; Bento, 2004; Baptista, 2005; Martins, 2007; Caminho & Pereira, 2010).

Estruturas de apoio alimentar) ou que se encontram em situação de sem-teto (*e.g.*, a pernoitar em espaço público), sendo muito mais infrequentes trabalhos científicos em que participaram pessoas que pernoitam, *por favor*, em alojamentos de membros da rede de relações, que permanecem em alojamentos não adequados para residência humana (*e.g.*, estábulos), que recorrem a estruturas de que usufruem temporariamente (*e.g.*, quartos alugados à semana/mês, pensões de custo muito baixo em registo diário) ou, no extremo, sobre as estratégias de tipo *on e off* que alguns utilizam (*e.g.*, passando algumas noites do mês em alojamentos de baixo custo, outras, por favor, na habitação de membros rede de relações, e, no extremo, pernoitando nas ruas).

Para além desta multiplicidade de *modalidades* fomos confrontada com referências à elevada e, muitas vezes, imprevisível, para efeitos de sobrevivência, flutuação geográfica de alguns indivíduos (*e.g.*, alteração dos locais de pernoita numa mesma localidade, migração para outras localidades), e com a reduzida detetabilidade de alguns dos segmentos desta população [*e.g.*, mulheres em situação de sem-teto, idosos/as que residem em imóveis sem as comodidades básicas (*e.g.*, luz, água), ambas responsáveis, em aditamento aos fatores antes reportados, pela elevada heterogeneidade de potenciais parâmetros a ter em consideração num estudo subordinado a esta problemática (*e.g.*, Sousa & Almeida, 2001; Martins, 2007). Para tornar este cenário ainda mais complexo, sabíamos tratar-se de uma população que revela interesse limitado em colaborar em projetos de investigação, particularmente quando estes pressupõem a exploração das suas circunstâncias de vida, em período(s) de significativa fragilidade e/ou em que recorrem a estratégias ilícitas de sobrevivência (*e.g.*, Lee, 1993; Faugier & Sargeant, 1997; Cabrera, 2004). Por todos estes motivos considerámos prudente assumir, *a priori*, que se trataria de uma investigação junto de uma amostra não-aleatória, a qual implicaria cuidados na interpretação dos seus resultados (*e.g.*, devido às limitações a nível da extrapolação dos resultados).

Este plano pressupunha a realização de um estudo piloto, no qual se previa que uma amostra de pessoas (20>n<40) colaborasse no preenchimento de 10 instrumentos¹¹⁴,

¹¹⁴ Integravam este conjunto os seguintes dez instrumentos: (i) Questionário de Caracterização Sociodemográfica (a criar no âmbito do projeto); (ii) Escala de Sinalização de Papéis (a criar no âmbito do projeto); (iii) N.E.O. – F.F.I. – 20 (Versão muito reduzida do N.E.O.P.I. – R; Bertoquini & Ribeiro, 2006); (iv) W.H.O.Q.O.L. – Bref (World Health Organization Quality of Life; OMS, 1993); (v) L.O.T. – R (Life Orientation Test – Revised; Scheier, Carver & Bridges, 1994); (vi) S.S.Q. – 6 (Questionário de

2 dos quais construídos no contexto específico deste projeto. Aferidas as suas qualidades psicométricas realizar-se-ia o estudo definitivo, junto de uma amostra prevista de 80 a 120 indivíduos. Neste âmbito, teríamos em consideração três categorias principais, a saber: (i) dados de caracterização: idade, género, habilitações académicas, elementos do agregado familiar, origem, nível socioeconómico (prévio à situação), história de emprego, história clínica, entre outros; (ii) fatores individuais: características de personalidade, bem-estar subjetivo (em particular, o isolamento), autoestima, conceções de educação e de trabalho, entre outros; (iii) fatores contextuais: caracterização do ambiente em que estavam inseridos (familiar, de trabalho e social).

Por sua vez, o segundo estudo planificado respeitava ao aprofundamento da compreensão da realidade tal como esta é percecionada e interpretada pelos seus atores, tendo nós optado, para a sua concretização, pelo recurso a metodologias qualitativas. Visávamos, a partir das narrativas de um conjunto de participantes e de um longo processo de observação, compreender, de forma sistémica, esta complexa problemática. Antecipámos, assim, a realização de um processo de observação participante de diferentes equipas que desenvolvem trabalho em contexto de rua junto de pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo. Para além disso, estava planificada a realização de entrevistas a três grupos, de aproximadamente 10 elementos cada, sendo o primeiro constituído por pessoas que se encontravam (no momento da investigação) em situação de sem-abrigo, o segundo por pessoas que, com sucesso, se haviam reinserido em sociedade (de acordo com um conjunto de critérios definidos) e o terceiro por profissionais/prestadores de cuidados (Mairos Nogueira, 2007). Esta opção pareceu-nos complementar a estaticidade dos dados obtidos no estudo anterior, conferindo ao projeto inicial uma maior riqueza e abrangência. Julgávamos, em síntese, que através destas duas abordagens complementares seria possível concretizar a meta que havíamos estabelecido e que era a de “contribuir, embora de forma modesta, para um maior conhecimento e mais profunda compreensão da problemática da realidade psicossocial das pessoas em situação de sem-abrigo, em concreto das perspetivas

Suporte Social; Sarason, Sarason, Shearin & Pierce, 1987); (vii) R.S.E.S. (Rosenberg Self-esteem Scale; Rosenberg, 1965); (viii) S.W.L.S. (Satisfaction With Life Scale; Diener, Emmons, Larsen & Griffin, 1985); (ix) P.A.N.A.S. (Positive and Negative Affect Schedule; Watson & Clark, 1994); e (x) U.C.L.A. – L.S. (UCLA Loneliness Scale; Russell, Peplau & Ferguson, 1978).

desenvolvimentais sobre os fatores contextuais e individuais associados à exclusão social” (Mairos Nogueira, 2007, p. 19).

Contudo, este plano veio a revelar-se pouco ajustado às nossas preocupações enquanto investigadora e às especificidades inerentes a um projeto subordinado à explicitação da situação de sem-abrigo, nas suas diversas configurações e fases. Como veremos, no ponto seguinte, a sua formulação original não tinha em consideração os pressupostos compilados sob a designação de *nova ortodoxia* (*cf.*, Pleace, 2000; Barbour *et al.*, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010) e revelava insuficiências várias no que concerne os contributos que dele poderíamos retirar para a compreensão deste fenómeno na contemporaneidade. Embora passível de implementação, tal como previsto na sua formulação original (*cf.*, Mairos Nogueira, 2007), incorporava limitações face aos objetivos que nos propúnhamos concretizar que justificavam, a nosso ver, alterações de relevo nas opções metodológicas; aumentando, por essa via, a convergência entre este projeto e os reptos contemporâneos no estudo da situação de sem-abrigo, expostos na literatura mais recente (*e.g.*, Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010). Por esse motivo, e para que nos permaneçam dúvidas sobre os sustentáculos destas alterações devotamos o ponto subsequente à análise reflexiva dos principais desafios que permanecem no estudo desta problemática e que sustentaram a nossa opção pela *Grounded Theory* Ortodoxa.

4.1.3 REPTOS CONTEMPORÂNEOS NO ESTUDO DA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO: A IMPRESCINDIBILIDADE DE REDEFINIR O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

You fight your superficiality, your shallowness, so as to try to come at people without unreal expectations, without an overload of bias or hope or arrogance, as untanklike as you can be, sans cannon and machine guns and steel plating half a foot thick; you come at them unmenacingly on your own ten toes instead of tearing up the turf with your caterpillar treads, take them on with an open mind, as equals, man to man, as we used to say, and yet you never fail to get them wrong. You might as well have the brain of a tank. You get them wrong before you meet them, while you're anticipating meeting them; you get them wrong while you're with them; and then you go home to tell somebody else about the meeting and you get them all wrong again. Since the same generally goes for them with you, the whole thing is really a dazzling illusion empty of all perception, an astonishing farce of misperception. And yet what are we to do about this terribly significant business of other people, which gets bled of the significance we think it has and takes on instead a significance that is ludicrous, so ill-equipped are we all to envision one another's interior workings and invisible aims? (...) The fact remains that getting people right is not what living is all about anyway. It's getting them wrong that is living, getting them wrong and wrong and wrong and then, on careful reconsideration, getting them wrong again. That's how we know we're alive: we're wrong. Maybe the best thing would be to forget being right or wrong about people and just go along for the ride. But if you can do that—well, lucky you."

Philip Roth, *American Pastoral*¹⁵, 1998, p. 35

Na última década, a investigação sobre a situação de sem-abrigo tem florescido, num interessante paralelo com maior consciencialização pública deste fenómeno e das suas múltiplas implicações (Jacobs, Kennedy, & Manzi, 1999; Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Commonwealth of Australia, 2008; European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2010; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; van Doorn, 2010). Pesquisadores/as de diferentes quadrantes investiram no seu estudo, tendo sido acumulado um volume importante de produções científicas, parte das quais publicadas já no decurso da concretização deste projeto (*e.g.*, Fischer, *et al.*, 2008; McNaughton,

¹⁵ Obra publicada, na sua primeira edição, pela editora Vintage International.

2008, 2010; Menezes, 2008; Crane & Warnes, 2010; de Silva, Manworren, & Targonski, 2011; McNaughton, 2010; Binswanger, Blatchford & Mueller, 2013; Crawley, *et al.*, 2013; Daly, 2013; Levitt *et al.*, 2013; Reeve, 2013; Nunez & Adams, 2014). As abordagens tradicionais, centradas em explicações individualistas ou, no pólo oposto, de tipo estrutural, em voga na década de 80 deram, como vimos nos capítulos 1 e 2, lugar a uma nova visão de matriz mais complexa e abrangente, para a qual investigadores/as, políticos e profissionais de diferentes áreas têm vindo a ser alertados/as. Defende-se, *hoje*, que a situação de sem-abrigo ocorre em resultado da influência conjunta e interativa de numerosos fatores estruturais, institucionais, relacionais e pessoais (*e.g.*, Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Alber, 2010; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Persaud, McIntyre, & Mileney, 2010; Shinn, 2010). Isto é, “[a]dverse individual events did not by themselves necessarily lead to homelessness, nor did adverse structural events, such as changes in housing markets, by themselves lead to homelessness” (Busch-Geertsema, *et al.*, 2010, p. 14). Considera-se, no seio desta *nova ortodoxia* (Pleace, 2000; Edgar, O’Sullivan, & Pleace, 2010), que em qualquer empreendimento científico robusto se deve atender a esta confluência na procura de maior compreensão e mais profunda explicitação do processo de emergência, manutenção e saída da situação de sem-abrigo (Conley, 1996; Hulchanski, 2000; Vázquez & Muñoz, 2001; Kauppi & Braedley, 2003; Zufferey & Kerr, 2004; Didenko & Pankratz, 2007; Moore, 2007; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Warnes, Crane, & Coward, 2010).

Espera-se, por conseguinte, que a natureza multidimensional e pluricausal da situação de sem-abrigo, hoje já referência comum em trabalhos de investigação, nos discursos de profissionais, dos indivíduos que a experienciam e, inclusive, nos *media*, seja abordada, em si mesma, e no contexto da qual se atenda, com caráter de imprescindibilidade, a diferentes abordagens e a vetores complementares de análise (*e.g.*, teórico, político). Note-se, contudo, que esta heterogeneidade de ângulos de inquirição e de perspetivas produz clara rutura com a manutenção do estado de imaturidade que caracterizou a investigação e a intervenção na segunda metade do século XX e que se estendeu à primeira década do novo milénio¹¹⁶. Ela deriva, sim, da

¹¹⁶ Exemplifica este nosso reparo o comentário de Hopper e Baumohl (1996, p. 3), que reconhecendo a miscelânea reinante até meados da década de 90 do século transato, se reportam a este constructo da seguinte forma: “[m]ost often, its meaning is literal and prosaic: the absence of a domicile. (...) But we also invoke the word to indicate something poignant and diffuse: the absence of belonging, both to a

evolução operada no conhecimento e, através dela, da obtenção de um entendimento global muito recente (Echenberg & Jensen, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010). Ainda em processo de aprimoramento, este acordo veio trazer maior coerência e convergência conceptual a um domínio que se encontrava envolto em indefinição¹⁷, convocando, portanto, cuidado acrescido na seleção do *design* das investigações.

Defende-se, pelo exposto, que os/as investigadores/as tenham em conta, nos estudos que desenvolvem, fatores exteriores ao indivíduo, pois estes exercem um papel importante e, potencialmente, determinante na compreensão da situação de sem-abrigo, que não deve ser subvalorizado. Incluem-se, neste grupo, as condicionantes políticas, económicas e sociais associadas às profundas mudanças que ocorrem à escala global e os seus impactos nos diferentes sistemas economicamente mais avançados. Deste universo de fatores estruturais e sistémicos faz parte um conjunto vasto de dimensões, das quais relevam (Meda, 2010):

place and with the people settled there. (...) Thus, homelessness is a term that covers a big territory. Indeed, as we reviewed the record of the past, we were struck by the disparate phenomena indexed by the term at one time or another. It seems that homelessness is at best an odd-job word, pressed into service to impose order on a hodgepodge of social dislocation, extreme poverty, seasonal or itinerant work, and unconventional ways of life. Moreover, it is often employed, as a matter of bureaucratic expedience, to describe the clientele of institutions intended to settle homeless people. And, to complicate matters further, the poor historically – and their homeless contemporaries, in particular – make use of relief institutions in ways that may be quite at odds with the official rationale of their existence”. Partilham da sua perspetiva autores como Glasser (1994), Avramov (1995) ou Olufemi (2002), ao salientarem a multidimensionalidade que torna o constructo sem-abrigo (no original *homelessness*) difícil de compreender e de interpretar. Às diversas propostas de definição e de significação existentes, acrescem, de acordo com Olufemi (2002) as barreiras resultantes da esfera sociocultural, da linguagem e dos fenómenos de “rotulagem” de que as pessoas em situação de sem-abrigo são alvo. Estamos, segundo este autor (Olufemi, 2002, p. 459), perante um constructo que incorpora “compounds of cognitive and motive meanings, and embracing within their meaning complex and variable distinctions between ideality and reality”.

¹⁷ À evidente indefinição terminológica associavam-se planos de investigação com características díspares entre si (*e.g.*, amostras com características divergentes, processos de recolha e de análise de dados distintos), que, no seio de um domínio em que carecia de enquadramento(s) conceptual(ais) robusto(s), tornavam complexo o processo de análise compreensiva do fenómeno (*e.g.*, Avramov, 1995, 1998, 1999; Marpsat, 2003; EUROSTAT, 2004; Menezes, 2008; Echenberg & Jensen, 2008). O estudo realizado pelo EUROSTAT (2004), que englobou um extenso processo de revisão da literatura e de contacto direto com organismos governamentais e outras organizações locais, nacionais e internacionais dos 15 Estados membros da União Europeia, Noruega, oito dos dez países candidatos (excluindo a Lituânia e Malta), Bulgária, Croácia, Canada e os Estados Unidos da América, constituiu um bom exemplo deste cenário. Para além de evidenciar divergências substantivas no entendimento de sem-abrigo em indivíduos com distintos perfis e funções profissionais, uma vez que a sua leitura tende a circunscrever-se aos indivíduos que são destinatários da intervenção levada a cabo pela entidade a que se encontram afetos, foram encontradas diferenças de relevo entre as perspetivas de investigadores/as provenientes de diversos domínios (*e.g.*, Sociologia, Psicologia).

- i. A migração de trabalhadores; os fluxos transnacionais de capital, decorrentes das transformações nos processos de produção e o processo de facilitação da sua ocorrência através de acordos comerciais internacionais, entre outras dimensões associadas ao fenómeno da globalização;
- ii. O envelhecimento da população; o aumento das taxas de desemprego e a proliferação de condições de *subemprego* em sociedades que se pautam pelos valores da democracia participativa; a mobilidade das populações em algumas regiões do globo devido à escassez de recursos, à guerra, à ausência de oportunidades de subsistência e/ou em resultado de situações de opressão, as quais se associam diferentes implicações decorrentes desta mobilidade (*e.g.*, as alterações demográficas que se fazem sentir em determinadas partes do Globo que são alvo, por vezes, de forma massiva, de migração devido a conflitos noutros contextos); a modificação da estrutura familiar, em particular os efeitos do aumento de núcleos familiares monoparentais, da reconfiguração da estrutura familiar em resultado da separação dos conjugues e da concretização de novas uniões e da diminuição de configurações familiares de tipo alargado (*e.g.*, coabitação de várias gerações numa mesma habitação), no âmbito de uma diversificada panóplia de alterações demográficas que se fizeram sentir, com particular expressão, nas últimas décadas;
- iii. Os processos de marginalização e de exclusão de determinados grupos ou, por vezes, de populações e as implicações decorrentes deste processo para os diferentes sistemas (político, económico, social), tendo em conta os seus efeitos no imediato e a médio/longo prazo (*e.g.*, para diversas gerações).

Alude-se, perante um leque muito diversificado de variáveis estruturais, passíveis de análise, às imbricadas dinâmicas de influência que estas estabelecem entre si (de forma concorrente e/ou diferida) e aos seus efeitos, também eles de elevada complexidade e amplitude diversa, na exponenciação ou, no polo contrário, na diminuição/inibição da ocorrência da situação de sem-abrigo (Kauppi & Braedley, 2003; Meda, 2010). Os/as investigadores/as contemporâneos/as são, como resultado, desafiados/as a não escamotear, nas escolhas que realizam em relação aos planos de investigação a levar a cabo, o(s) papel(eis) que este tipo de dimensões e fatores desempenham (individualmente e/ou em articulação, direto e/ou indireto, pontual ou continuado) na criação e potenciação de condições que concorrem para maior probabilidade de alguns indivíduos virem a experienciar a situação de sem-abrigo (Batavia & Beaulaurier, 2001; Bruckner, 2001; Finley & Barton, 2003; Kauppi & Braedley, 2003; Busch-Geertsema *et al.*, 2010).

A sua compreensão na contemporaneidade não se limita, porém, ao estudo deste *enquadramento* mais abrangente, ela incorpora, também, fatores concernentes às

realidades nacionais e regionais (*e.g.*, ao regime e clima político de cada país; às políticas económicas e sociais decretadas e implementadas, assim como, e às suas repercussões potencialmente diferenciais nas várias regiões e localidades). Importa, por exemplo, atender às potenciais implicações das dinâmicas de modificação da distribuição de rendimento em diferentes grupos de uma população e, mais em concreto, como estas alterações contribuem para o aumento (em número, complexidade e gravidade) de barreiras à sua participação ativa em sociedade. Focalizando-nos, em específico, na situação de sem-abrigo, revela-se importante proceder à apreciação das características distintivas e dos efeitos diferenciais que dimensões e fatores estruturais possuem nos diferentes grupos e pessoas que os experienciam, não obviando a complexidade da transversalidade das relações sociais em jogo (pessoas por entre estruturas, estruturas por entre pessoas e grupos), sob pena de, embora em teoria consubstanciados numa *nova ortodoxia*, não consigamos escapar às armadilhas de uma visão dual¹¹⁸, entre indivíduos e estruturas, que se julgava ultrapassada.

Neste sentido, também não se revela satisfatório optar por planos de investigação devotados à sistematização de características ou atributos com maior expressão naqueles/as que se encontra(ram) em situação de sem-abrigo (considerando a heterogeneidade desta população ou circunscrevendo a pesquisa ao estudo de grupos específicos), quando estas são estudadas enquanto elementos estáticos e isolados. Pelo contrário, o estudo de variáveis individuais deve incluir, assim, a análise da sua imbricada relação com outras dimensões que aumentam, através de mecanismos de complexidade e abrangência distintos, a probabilidade de alguns indivíduos experienciarem a situação de sem-abrigo numa, ou diversas, etapas da sua trajetória de vida (*e.g.*, St. Vincent’s Mental Health Service & Craze Lateral Solutions Bungendore NSW, 2005). Considera-se plausível a possibilidade de que, pelas suas características e atributos, algumas pessoas sejam, numa dada conjuntura global, mais vulneráveis à ação de fatores sociais e económicos, particularmente em momentos de maior instabilidade e

¹¹⁸ Este é considerado por Menezes (2008, p. 12) “um aspecto analítico essencial a qualquer abordagem: o de evitar um discurso separatista baseado numa diferenciação entre fatores estruturais (pobreza, desemprego, mercado de habitação, políticas sociais, aspetos macroeconómicos, etc.) e individuais (doença mental, consumos, educação, etc.)”. Neste sentido, devem evitar-se abordagens radicais que incorrem em “falácias ideológicas e subjetivas que esquecem que o fenómeno de homelessness constitui um processo de várias ruturas, implicando uma interação dinâmica entre ambos os níveis causais”.

desregulação dos equilíbrios até então existentes, sendo, por vezes, esta sua maior suscetibilidade a constrangimentos macroestruturais, específicos, que os coloca em circunstâncias de particular vulnerabilidade, e não a existência de determinadas dimensões pessoais *per se* (Blasi, 1994; Cary, 2003; Tanner, 2003; Miles & Okamoto, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Meda, 2010). Reconhece-se, nesta linha de investigação, que estamos perante pessoas envolvidas em ações, e não de sujeitos passivos detentores de um conjunto de atributos e características a escrutinar, as quais os colocariam em risco, independentemente, das especificidades inerentes aos diversos sistemas em que estes se encontram inseridos (*e.g.*, regime político em vigor, matriz cultural que perfilha, situação económica e financeira do país/região).

Nesta linha de pensamento, na qual pretendemos que esta Tese se insira, a circunscrição do objeto de estudo não se prende, deste modo, com a mera deteção de variáveis do foro individual, frequentes ou com expressão mais intensa naqueles/as que se encontra(ra)m em situação de sem-abrigo, comparando-os/as com a população em geral ou, até, com outros segmentos da população que se considera em privação e/ou desvantagem, segundo critérios pré-definidos pelo/a investigador/a [*e.g.*, económico, cultural]. Não se procura, igualmente, a sistematização de um perfil de características ou atributos, tidos como evidenciadores de risco acrescido em relação à emergência/manutenção da/na situação de sem-abrigo. Aspira-se, sim, a definição de um *design* de investigação que permita maior compreensão das diferentes configurações que assume a sua relação (destas características e atributos) com outros fatores e dimensões que, de forma dinâmica, se consubstanciam num processo de elevada complexidade que, para alguns indivíduos, se corporifica numa breve experiência de privação habitacional severa (*e.g.*, O'Flaherty, 2004; Burt, 2006; McNaughton, 2008; Frazer, Marlier & Nichaise, 2010; Nicholls, 2011; Thurston *et al.*, 2013), enquanto para outros, evolui para a sua manutenção por períodos de tempo que atingem várias décadas (Goering *et al.*, 2002; Jones & Pleace, 2005; Culhane *et al.*, 2007; Dorsett *et al.*, 2007; Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs, 2007; Culhane & Metraux, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri, 2010; McAllister, Kuang & Lennon, 2010; Levitt *et al.*, 2013).

Exploram-se, em acréscimo, explicações compreensivas da imbricada rede de variáveis que, de forma articulada, potencia eventuais reconfigurações nos percursos e que concorrem para a saída sucedida. De novo, não se pretende limitar a nossa abordagem metodológica à deteção de variáveis (individuais ou não) que distinguiriam alguns indivíduos/grupos de outros (que se mantêm na situação de sem-abrigo), mas analisar como diferentes fatores a nível individual, comunitário, social, económico, entre outros, se articulam criando condições para que o processo de transição ocorra e, deste, se opere a consolidação de um percurso de vida desejado e assumido pelo/a próprio/a, respeitado pelos seus pares, e que se consubstancia numa matriz global de cumprimento dos direitos e liberdades fundamentais e de dignificação da vida humana (*e.g.*, Parlamento Europeu, 2000; Brian, 2002; United Nations, 2002; Donnelly, 2003; Pfaffenseller, 2007; Griffin, 2008; Phillips, 2009; European Court of Human Rights, 2010; Freeman, 2011).

No âmbito da reflexão que temos vindo a encetar assume particular importância o alerta de Nicholls (2009), que adverte a comunidade científica para os perigos da perpetuação da focalização excessiva no escrutínio da pessoa (em particular das suas insuficiências) e para as potenciais consequências nefastas do seu recurso continuado, não, apenas, a nível da investigação¹¹⁹, mas também de intervenção. Segundo esta autora, ao priorizarem a caracterização das pessoas que se encontravam em situação de sem-abrigo, a partir de um conjunto de variáveis definidas *a priori*, selecionadas com o

¹¹⁹ Ao hipervalorizar, como objeto de investigação e/ou de intervenção, a análise de potenciais divergências que determinadas pessoas possuem face à *população incluída*, numa *leitura* enviesada em que esta surge como uma entidade homogénea (representativa do *modelo* desejável), as quais constituiriam explicação plausível e suficiente para a sua compreensão, as investigações desenvolvidas segundo esta linha, reforçam a necessidade de desenvolvimento de políticas e estratégias de intervenção centradas na reeducação/reintegração de alguns indivíduos (tidos como *desviantes*), em detrimento de uma abordagem compreensiva desta problemática. Devido à ausência de uma análise crítica de como fatores de ordem diversa, grande parte deles externos ao indivíduo e perante os quais ele possui limitada capacidade de ação, concorrem para a existência da situação de sem-abrigo (*e.g.*, especificidades inerentes ao mercado de trabalho, desigualdades no acesso e usufruto de bens e serviços, prioridades diferenciais no estabelecimento de políticas e estratégias de atuação por parte de diversos organismos governamentais) estas pesquisas reforçam a implementação de políticas e estratégias de intervenção do tipo remediativo (por vezes, paliativo) junto de determinadas pessoas e grupos. Reforçam, por conseguinte, as premissas e práticas defendidas pela matriz de organização social dominante, não só porque esta não é alvo de análise crítica nos seus estudos (no seu todo ou tendo em consideração dimensões/configurações concretas) mas, também, porque as estratégias sugeridas pelos/as investigadores/as fortalecem, em rigor, a opção política de *aproximar* (numa leitura mais crítica, de *moldar*) os comportamentos destes indivíduos e grupos, aos da população *incluída* [entendida como entidade homogénea] e à matriz social que se defende como desejável.

propósito de detetar limitações, défices e/ou *handicaps* destes indivíduos, alguns estudos contribuíram para a consolidação de uma apreciação global negativa sobre eles. Acentuando, nos seus resultados, comportamentos e atributos que evidenciariam *menor grau de ajuste* (em contraste com os comportamentos *assumidos* como típicos e por parte dos/as seus/as congéneres domiciliados/as), estas pesquisas forneceram suporte para generalizações abusivas e para o robustecimento da crença de que esta é, em última instância, da responsabilidade daquele/a que a experiencia. No nosso país, releva, a este propósito, a apreciação crítica de Menezes (2008) quando adverte, no contexto de uma reflexão sobre a imprescindibilidade de estudar as especificidades da população em situação de sem-abrigo (com o propósito de potenciar a adequação das adaptações de respostas e apoios existentes ou de sustentar o seu desenvolvimento), para a desadequação do seu recurso às características sociodemográficas para efeitos de delimitação das causas da situação de exclusão habitacional. Segundo esta investigadora “quando as discussões acerca do fenómeno de sem-abrigo falham em separar o problema da identidade dos indivíduos o resultado é um discurso de tipo patológico/doença” (Menezes, 2008, p. 12), abordagem que considera estéril, quando o propósito é o do conhecimento rigoroso do fenómeno. Os/as investigadores/as precisam estar atentos para a possibilidade de que, ao serem *lidos* de forma descontextualizada e em comparação com grupos com trajetórias de vida menos singulares, comportamentos e discursos que se revelam adequados e, até, vantajosos para efeitos de sobrevivência na rua possam ser interpretados como evidenciadores de disfunção e/ou patologia¹²⁰. É,

¹²⁰ Exemplificam este reparo algumas das diversificadas estratégias que indivíduos em situação de sem-abrigo reportam utilizarem com o intuito de se manterem seguros. Incluem-se, neste leque de alusões: permanecer acordado durante a noite (em vigília ou deambulando por zonas que se considera mais seguras da localidade); posicionar-se de forma a evitar potenciais agressões enquanto dorme [*e.g.*, cobrir o corpo todo para evitar a deteção por outrem, procurar ocupar o menor espaço possível); esforçar-se por se manter em constante alerta para possíveis perigos, possuir em sua posse objetos que permitam defender-se (*e.g.*, canivetes, tesouras, *sprays*); mudar continuamente os sítios em que esconde os pertences; permitir-se confiar apenas num conjunto muito restrito de pessoas (no limite, em ninguém); esconder sinais e sintomas de fragilidade (*e.g.*, simulando controlo em situações que lhe são adversas, fingindo ausência de medo, demonstrando níveis elevados de agressividade para evitar tentativas de confronto direto consigo); mentir ou escamotear informações (*e.g.*, não permitindo que outros acedam a informações sobre a sua pessoa). Note-se que, estas estratégias são reportadas em estudos realizados em distintos países e em momentos diferentes do tempo (*e.g.*, Anderson, 1996; Ballintyne, 1999; Roebuck, 2008; Novac, Hermer, Paradis, & Kellen, 2009) tendo sido também referidas em contexto de entrevista ou por nós detestadas no âmbito dos Giros de rua, no decurso da realização deste projeto de investigação. Foi-nos, ainda, referido, no âmbito dos Giro de Rua, que quando em presença de ameaça(s) à sua pessoa recorrem, por vezes e em situações extremas, a simulações de estados de elevada embriaguez e/ou de perda do contacto com a realidade (*e.g.*, fingindo que estão a dialogar com

neste cenário, importante que se concretizem planos de investigação que concorram para o incremento da análise compreensiva deste processo, não o *lendo*, apenas, em função do indivíduo ou, numa leitura mais restritiva, das limitações ou défices que apresenta.

A este reparo deve acrescentar-se um outro que se prende com o perigo de caracterizar as pessoas em circunstâncias de extrema vulnerabilidade habitacional como meras vítimas de um processo em que não exerce(ra)m qualquer papel ativo, isto é, como atores sem qualquer controlo sobre os diferentes acontecimentos que ocorreram (e irão ocorrer) na sua de vida. Não se revela factual a assunção de que seriam, em absoluto, vítimas de forças que vão muito para além de si e perante as quais se posicionariam com total passividade (Whitback & Simons, 1993; van Doorn, 2000, 2010; Sousa & Almeida, 2001; Hopper, 2003; Cardinale, 2004; Cardona, 2004; Fitzpatrick, 2005; Cone, 2006; Biswas-Diener & Diener, 2006; Marr, DeVerteuil, & Snow, 2009; McNaughton, 2010; Daly, 2013). Ainda que, perante um leque de possibilidades percebido como limitado e um aglomerado de constrangimentos severos, também neste período da sua vida e à semelhança do que ocorre para os seus pares, atribuem significado aos acontecimentos e interações que experienciam, confrontam-se com dilemas e tomam decisões, adotam comportamentos, enfim, (re)agem perante as exigências e os desafios com que se deparam no seu quotidiano. Investigação recente tem, justamente, vindo a evidenciar que o aparente caos em que se encontram traduz a dinamicidade das estratégias de asseguramento da sobrevivência mobilizadas, resultantes, por um lado, da consideração de generalizadas dificuldades e obstáculos e, por outro, da deteção de algumas mais-valias e oportunidades (Snow & Mulcahy, 2001; Gaertz & O’Grady, 2002; Rowe, 2002; Robinson & Coward, 2003; Cardinale, 2004; Reeve & Coward, 2004; Lee & Schreck, 2005; Biswas-Diener & Diener, 2006; DeVerteuil, 2006; Persaud, McIntyre, & Mileney, 2010; Wasserman & Clair, 2011).

The life and economic situation of a homeless person appear chaotic from the standpoint of the domiciled citizen, yet the social and economic strategies of homeless people can be understood as the outcome of conscious deliberation and as rational in light of their difficult situation (Flåto & Johannessen, 2010, p. 89).

indivíduos que não se encontram presentes) durante os quais evidenciam elevados níveis de irritação e de agressividade (verbal e/ou física) em relação a bens e pessoas.

É, pelo exposto, necessário investigar o(s) papel(eis) que os/as próprios/as desempenham na sua trajetória, não com intuito de assinalar comportamentos e/ou ações comuns, que os/as distinguiriam de padrões hegemónicos de *ser* e *estar*, mas, essencialmente, de conhecer em profundidade as preocupações, atribuições e significados que conferem aos acontecimentos e às circunstâncias em que se encontram envolvidos/as, bem como os motivadores que sustentam a assunção de determinados comportamentos e/ou estratégias de sobrevivência (*e.g.*, estratégias de gestão financeira, estratégias de manutenção da segurança), os comportamentos (não) mobilizados em diferentes momentos e contextos, entre outras dimensões de relevo, nesta matéria. Pelo exposto, a atividade e, arriscaríamos, por vezes diligência, que as pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo assumem na gestão dos seus problemas e arduidades e, também, na procura de alternativas (em função de uma gama restrita de oportunidades tidas como exequíveis) que, num dado momento, se lhes configuram como ajustadas ou viáveis, são aspetos que não devem ser descurados pelos/as investigadores/as. Interessa, ainda neste ponto, escrutinar os modos como a ação e a escolha/opção se combinam com as restrições sociais sentidas (tenham estas suporte factual ou não), de forma a compreender de forma contextualizada os seus padrões comportamentais e discursivos. Esta auscultação, atenta, daquilo que as pessoas (não) *fazem*, (não) *dizem* e (não) *dizem que fazem* torna possível a compreensão de como

o sujeito se constitui enquanto agente, averiguando como surge quer enquanto um ser autónomo e criativo que reconstrói a sua individualidade pelas interações situadas que vai estabelecendo com a alteridade, quer enquanto um ser que, pela consciencialização que tem do seu envolvimento na construção da sua realidade subjetiva, atua comprometidamente em contextos categorizantes de forma autodeterminada e potencialmente transformativa.

Porém, tão importante como o devolver de uma capacidade deliberativa aos sujeitos é pensar que a ideia de agência não se define como elemento tácito presente no indivíduo. Pelo contrário, o indivíduo torna-se agente em consonância com constrangimentos exteriores e relações de interesses de âmbito político, económico e social que se podem vir a traduzir em vontade ou necessidade, o que impele ao planeamento intencional de uma determinada ação (Valentim, 2010, p. 5).

Esta intencionalidade não deve, porém, ser confundida com racionalidade sustentada em interesse e/ou cálculo. A conceção do ser humano como ator racional, que decide e age em função dos interesses que definiu, e com base num balanço *objetivo* das eventuais mais-valias e potenciais consequências não encontra sustentação

empírica, para a vasta maioria dos membros da espécie humana (Duarte, 2010; Durão & Coelho, 2010). Às dimensões cognitiva e ideológica, inerentes à participação do indivíduo nos diversos grupos e estruturas em que se move, associam-se outras (*e.g.*, de ordem moral e emocional), sendo da sua confluência que emerge esta propositalidade tão característica do humano. Importa, portanto, atender a esta dinâmica interna quando nos reportamos às (não) decisões e condutas dos indivíduos, particularmente quando estes se confrontam com conjunturas desfavoráveis, dolorosas e de difícil resolução, como aquelas que são alvo de estudo nesta investigação. Neste sentido, embora as múltiplas variáveis que compõem o enquadramento estrutural mais vasto em que os indivíduos se movem possuam potencial relevância, a sua compreensão, seja para a emergência, manutenção ou saída da situação de sem-abrigo, só será completa se incluir a forte interdependência que estabelecem com outros fatores, e se tiver, em aditamento, a sua potencial influência em pessoas, seres complexos e diligentes, que não sofrem os seus múltiplos efeitos de forma passiva ou neutra pois, também, eles influenciam as pessoas, grupos, serviços e organismos com que interagem. Perante estas considerações, os/as investigadores/as são, agora, desafiados/as a dar “proper voice to the complex and often contradictory emotions, experiences, understandings and actions that people too, and homeless people’s lives, articulate” (Cloke, May, & Johnsen, 2010, p. 18).

Explanada de forma sumária nos parágrafos anteriores, esta *nova ortodoxia* (Pleace, 2000; Edgar, O’Sullivan, & Pleace, 2010) resultou num considerável grau de entendimento teórico sobre a complexidade da situação de sem-abrigo, porém ainda não se traduziu num *corpus* robusto de investigação. Esta plataforma de acordo global advém, em grande medida, de um consenso ideológico *forte* entre os/as investigadores/as em relação à pluralidade de fatores e dimensões potenciadoras da emergência e manutenção da situação de sem-abrigo, mas a que, ainda, se associam evidências empíricas frágeis (Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010). Como já aludimos, embora exista um volume muito considerável de publicações, sobre a situação de sem-abrigo e as pessoas que a experienciam, a sua compreensão em profundidade ainda não ocorreu. O conhecimento atual resulta, em grande medida, da acumulação de pesquisas transversais, parte das quais subordinadas a um número muito limitado de variáveis que são estudadas em função da sua (não) recorrência em

amostras selecionadas por conveniência ou, em alternativa, estudos de revisão crítica e/ou análise comparada de políticas e modalidades de intervenção¹²¹. Não surpreende, pelo exposto, as muito frequentes as chamadas de atenção para as lacunas no conhecimento científico sobre estas questões (Vásquez & Muñoz, 2001; Tanner, 2003; Cone, 2006; Minnery & Greenhalgh, 2007; Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Shinn, 2010; Sermons & Witte, 2011a), em particular no que concerne a demonstração empírica de como a confluência de fatores estruturais e individuais adversos contribuem, de forma concorrente ou diferida, embora interligada, para a emergência e manutenção da situação de sem-abrigo e, no seu âmbito, para a existência de distintas configurações (*e.g.*, no que respeita ao alojamento, situação face ao emprego). Por estas particularidades, afloradas nos capítulos 1 e 2, importa que um/a leitor/a menos experiente ou documentado/a esteja atento/a quando procede à revisão da literatura neste domínio, situando as diversas pesquisas nas matrizes a que pertencem e retirando delas ilações, sem obviar as limitações que possuem.

Reforça-se, desta forma, a necessidade de um *corpus* mais robusto e denso de investigação sobre as trajetórias e dinâmicas de emergência, manutenção e saída da situação de sem-abrigo, o qual respeite as *vozes* dos atores envolvidos. Importa, ainda, lembrar que estamos perante um processo, não uma condição¹²² ou um substantivo

¹²¹ Avramov (1999, parág. 1) alerta, precisamente, para a incompletude e pouca relevância prática deste tipo de investigações, sejam estas respeitantes a características e/ou atributos dos indivíduos ou respeitantes a dimensões estruturais: “[c]omparing merely numbers of people known to have been homeless at one point in time and listing their socio-demographic characteristics is of little scientific relevance and of no practical use. Enumeration and classification of policy measures aimed at assisting people once they become homeless may be politically useful but is of little policy relevance if we do not understand why people become homeless in the first place. A problem solving approach builds on the knowledge about paths into and out of homelessness. It necessitates insight into: the social context within which exclusion occurs; processes which lead to homelessness; needs of people who are homeless; and obstacles to the reintegration of homeless people into housing and social networks.

¹²² Propostas como a de Miguel, Ornelas e Maroco (2010, p. 437) não encontram, por conseguinte, lugar nesta linha de conceptualização da situação de sem-abrigo. Ao procederem à sua definição como “a condição de quem carece de residência fixa e adequada” incorrem em duas limitações. A primeira prende-se com a estaticidade inerente ao conceito *condição*, que não abarca a complexidade e a dinamicidade inerentes à situação de sem-abrigo, circunscrevendo-a à não posse de residência fixa e adequada. Esta perspetiva surge em claro confronto com o consenso atingido na comunidade científica, no seio do qual a situação de sem-abrigo é conceptualizada como “a process (rather than a static phenomenon) that affects many vulnerable households at different points in their lives” (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007, parág. 5). A segunda prende-se com uma *leitura* superficial do conceito *abrigo*, que surge aqui conceptualizado como residência. A sua utilização como sinónimos releva um esforço limitado de conceptualização do fenómeno, atendendo a que o conceito de residência se define de forma mais restrita, frequentemente como sinónimo de morada ou domicílio, enquanto *abrigo* é um conceito mais polissémico e com considerável polivalência

que retrata um grupo de pessoas, que devido a um determinado conjunto de atributos ou características, se distinguem dos restantes pares *incluídos* (“pessoa sem-abrigo”). A investigação tem demonstrado, também, que o seu estudo a partir de uma conceção “simplista”, em que esta é tida como um adjetivo que caracteriza, apenas, a ausência ou a inadequação da habitação, se traduz em descobertas pouco férteis. Considera-se desejável se se auspiciem *leituras* mais completas e profundas, as quais não descurem potenciais implicações em registos múltiplos. Os/as pesquisadores/as, neste domínio, não se encontram, portanto, isentos/as de responsabilidade nos âmbitos da planificação, desenvolvimento, monitorização e, até, avaliação de políticas e práticas, as quais se edifiquem a partir dos resultados e descobertas das pesquisas realizadas.

Embora não tivéssemos disso conhecimento, em 2007 [quando procedemos à apresentação do projeto (Mairós Nogueira, 2007)] este, tal como se encontrava formulado, este não atendia às premissas chave que corporificam a *nova ortodoxia* (Pleace, 2000; Edgar, O’Sullivan, & Pleace, 2010). Dada a centração que havíamos colocado no estudo de fatores/dimensões pessoais e relacionais, em evidente contraste com a limitada atenção devotada à análise dos impactos múltiplos dos fatores estruturais e institucionais, ficaríamos refém da tradicional dualidade entre fatores a que já nos reportámos nesta Tese (*cf.*, capítulos 1 e 2); neste projeto, em concreto, resultante da sobrevalorização da análise dos primeiros (pessoais e relacionais) em detrimentos dos segundos (institucionais e estruturais). Estávamos, assim, perante uma proposta, que embora interessante no que concerne à caracterização desta realidade a nível nacional (dada a escassez de publicações neste domínio, em particular no contexto geográfico em questão), iria traduzir-se num avanço limitado, pois desconsidera, em simultâneo: (i) a natureza multidimensional e pluricausal da situação de sem-abrigo, e

explicativa (Human Rights Education Associates, 2003; The PLoS Medicine Editors, 2008; Menezes, 2008). Este último conceito (abrigo) pressupõe, de acordo com a Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri (2007) a existência de uma habitação (ou espaço) sobre a qual um indivíduo e a sua família podem exercer posse em exclusivo (domínio físico), sobre o qual possuem direito legal de ocupação (domínio legal) e na qual se relacionam num contexto de privacidade (domínio social). Ainda que o construto sem-abrigo pressuponha, de facto, a inexistência de alojamento em condições tidas como essenciais à vida humana digna (atendendo à legislação em vigor no país em contraste com as orientações internacionais respeitantes às condições elementares de habitabilidade), a sua conceptualização pressupõe uma reflexão mais profunda (Somerville, 1992, 1997; Wright, 1993; Smith, 1994; Tucker, 1994; Wardhaugh, 1999; Robinson, 2001; Mallett, 2004). Não esqueçamos, a este propósito, que “homelessness is about more than roofless. A home is not just a physical space: it provides roots, identity, security, a sense of belonging and a place of emotional wellbeing” (Crisis, 2008, p. 1).

(ii) o papel ativo dos atores nos diferentes momentos e configurações que este processo assume.

Ao focalizarmos os nossos objetivos na caracterização das pessoas e de algumas dimensões dos contextos (não de pessoas em contextos) contribuiríamos, ainda que de forma inadvertida, para a manutenção de uma leitura restritiva (porque necessariamente limitada no número e tipo) e compartimentada de fatores/dimensões. Este estudo concorreria, portanto, para uma análise estática da conduta humana, decorrente do não reconhecimento de que estamos perante seres vivos envolvidos em (re)ações, *i.e.*, que são, em concomitância, alvo dos efeitos de um número muito elevado de fatores heterogêneos, que não recebem de forma inerte. Pelo contrário, também estes se posicionam [*e.g.*, (não) atuando], exercendo, em paralelo, influências várias nos sistemas que integram. Pelo exposto se torna evidente que o plano de investigação, na sua formulação original, não permitia ir ao encontro de parte essencial dos desafios que se colocam na nesta área substantiva. Assim sendo, conscientes destas limitações procedemos à revisão do método, tarefa da qual apresentamos as principais descobertas no ponto seguinte desta Tese.

4.1.3.1 DESCOBERTA(S) DA (E NA) *GROUNDED THEORY* CLÁSSICA

*Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue
a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz,
Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos
que veem, Cegos que, vendo, não veem.*

José Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*, 1995, p. 309

Descritos, no ponto anterior, os elementos de suporte à necessidade de proceder à redefinição o Projeto de Investigação que havíamos formulado (Mairos Nogueira, 2007), apontamos, em seguida, os principais motivadores que sustentaram a descoberta da *Grounded Theory* Clássica, de entre um conjunto diversificado de possibilidades. Para este processo de escolha recorreremos à leitura de Manuais e outras obras devotadas aos processos de planificação, desenvolvimento e avaliação de projetos de investigação científica em Ciências Sociais e Humanas (*e.g.*, Ary, Jacobs, Razavieh, & Sorensen, 1990;

Bogdan & Biklen, 1994; Vieira, 1995; Mertens, 1998; Tuckman, 2002; Almeida & Freire, 2003; Denzin & Lincoln, 2003; Freebody, 2003; Gall, Gall & Borg, 2007). Analisámos, não apenas, as características que, em termos globais, definem diversas metodologias mas, também, as especificidades que corporificam a singularidade de um conjunto muito diverso de métodos (*e.g.*, Glaser, 1978, 1998, 2001, 2002, 2005, 2007, 2009b, 2009c, 2010, 2012, 2014; Strauss & Corbin, 1994, 1998; Rennie, 1998a, 2000; Yin, 1994; Vieira, 1995a, 1995b, 1998; Mertens, 1998; Morrow & Smith, 2000; Walliman, 2001; Creswell, 2003; Ritchie & Lewis, 2003; Tashakkori & Charles, 2003; Bernard, 2003, 2006; Rosenthal & Rosnow, 2008; Rubin & Babbie, 2008; Smith, 2008; Punch, 2009; May, 2011), confrontando-as com as particularidades do projeto que se pretendia levar a cabo (*e.g.*, objetivo geral deste projeto de investigação). Acresce, às referências mencionadas, a revisão dos instrumentos e procedimentos descritos em vários estudos contemporâneos sobre a situação de sem-abrigo, com particular atenção na apreciação das suas potencialidades e limitações, tecidas pelos/as investigadores/as (*e.g.*, Quimby, Drake, & Becker, 2001; Bento & Barreto, 2002; Long & Amendolia, 2003; Zlotnick, Tam, & Robertson, 2003; Tanner, 2003; Baptista, 2004, 2005; Folson, *et al.*, 2005; Marrone, 2005; Min, Wong, & Rothbard, 2004; Cone, 2006).

Pela revisão efetuada considerámos que a *Grounded Theory* Clássica, aqui entendida enquanto opção metodológica constituía, pelas suas particularidades únicas, uma opção viável e pertinente. Revela-se, logo à partida, adequada para o estudo de processos de elevada complexidade, sobre os quais urge descobrir “what is going on and how can we account for it” (Glaser, 2010, p. 6). Das múltiplas possibilidades de investigação nela consubstanciadas (*e.g.*, Glaser, 1978, 1999, 2010), parte das quais já exploradas por cientistas em diferentes campos, Morse (2001) defende que se notabiliza a adequação ao estudo de processos *complexos* e *escondidos*, sobre os quais sabemos pouco. A situação de sem-abrigo é, como dissemos, um destes processos, não só porque o conhecimento sobre esta problemática é, ainda, insuficiente, mas, também, porque no seio desta complexidade existem aspetos que são de difícil deteção e análise [*e.g.*, a transição entre diferentes modalidades de alojamento (*e.g.*, pernoitar na rua e/ou em fábricas abandonadas; alójarse em pensões; viver, por favor, em casa de amigos e/ou familiares), a aprendizagem de estratégias de manutenção da sua segurança e dos bens no(s) período(s) em que se encontra em situação de sem-teto]. Não esqueçamos, ainda

a este propósito, que estamos perante um universo de dimensões não conhecidas na sua total abrangência e que se caracteriza por elevada mobilidade e flutuabilidade, sendo pouco acessíveis a profissionais e investigadores/as ações/preocupações de alguns indivíduos e grupos (*e.g.*, mulheres idosas em situação de sem-abrigo) ocorrendo fenómeno idêntico em relação a algumas fases deste processo [*e.g.*, transição entre habitação insegura e a situação de sem-teto (Wolch & Rowe, 1993; Blasi, 1994; Ballintyne, 1999; EUROSTAT, 2004; Baptista, 2005; Menezes, 2008; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2009; Flåto & Johannessen, 2010; Mairós Ferreira & Redruello, 2011; Melander & Maltezou, 2011)].

É, precisamente, nestas temáticas que as expressões “answers that work are wanted” (Glaser, 2010, p. 6) e “what works is needed” (Glaser, 2010, p. 7) ganham particular relevo, uma vez que integram uma área substantiva em que a descoberta de explicações teóricas robustas ainda não ocorreu. Tendo em consideração que a geração de teoria acerca dos processos sociais que explicam padrões de comportamento significativos e problemáticos para os indivíduos envolvidos é o objetivo da *Grounded Theory* Glaseriana (Glaser, 1978, 1998, 2002, 2010; Morse, 2001; Urell, 2005), esta pareceu-nos uma possibilidade interessante para a concretização deste projeto. Por um lado, as ideias que são produzidas no âmbito da sua geração contribuem para o incremento do conhecimento na área substantiva em estudo, pois a *GT* fornece um enquadramento teórico para a compreensão de aspetos das vidas dos indivíduos [neste caso de pessoas que experencia(ra)m a situação de sem-abrigo] de que pouco sabemos ou que, no extremo, nos são desconhecidos. O recurso a esta metodologia possibilitaria, também, a obtenção de uma *leitura* mais abrangente, na qual se englobam, segundo uma proposta teórica coerente e, empiricamente, fundamentada, dimensões e fatores já estudados de forma separada ou a partir de quadros interpretativos antinómicos, e outros fatores/dimensões a que os/as investigadores/as acedem, em exclusivo, pela sua utilização, corporizando uma explicação teórica completa sobre fenómenos particulares (Glaser, 1978, 1998, 1999, 2001; Nathaniel, 2003; Scott, 2007). Por outro lado, trata-se de uma opção respeitadora das perspetivas e comportamentos daqueles/as que estão implicados na problemática em estudo, a qual não se limita à sua identificação e/ou caracterização, mas sim à geração de uma teoria que se *forma* a partir dessas mesmas

perspetivas e comportamentos (Glaser, 1978, 1992, 2001, 2006; Henwood & Pidgeon, 2003; Jonas, 2009).

Acresce ao referido que este processo de descoberta de teoria a partir dos dados é o principal responsável por duas características singulares da *Grounded Theory*, que se revelam estruturantes no âmbito deste projeto, o seu ajuste à realidade e a sua acessível compreensão por parte de investigadores/as, profissionais ou de outros indivíduos que não possuem conhecimento profundo ou experiência na área substantiva em causa. Uma *GT* oferece, assim, “relevant predictions, explanations, interpretations and applications” (Glaser, 1967, p. 1) que são acessíveis a um público vasto e das quais se podem retirar implicações múltiplas. Esta inteligibilidade é de grande importância no estudo da situação de sem-abrigo, uma realidade com muitas *nuances* que possui, como temos vindo a destacar, evidentes ramificações na vida de todos/as os/as cidadãos/as, e não somente daqueles/as que a experienciam ou dos/as profissionais que com eles/as contactam. Num momento em que esta configura uma das preocupações de governantes e de diferentes organismos da sociedade civil, à qual a comunidade está cada vez mais atenta e sobre a qual é prioritária a desconstrução de representações e crenças infundadas, os/as investigadores/as são, com maior insistência, convocados a fornecer contributos cuja *leitura* seja possibilitada em vários cenários sociais e dos quais se possam retirar ilações para a *ação* (Calandrino, 2010; Council of the European Union, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs - Inclusion, 2010; European Parliament, 2010; Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal, 2010; European Commission - DG for Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011a; EUROSTAT, 2011).

Espera-se, ainda, que o conhecimento e compreensão aprofundados neste domínio contribuam para necessárias e desejáveis evoluções em sociedade (Jonas, 2009; McDonnell & Van Hout, 2010). Estamos perante uma outra dimensão em que a *Grounded Theory* se revela uma mais-valia, quando em comparação com outras possibilidades de concretização de investigação, em relação à problemática que motivou a produção desta Tese. Esta “tells us what is going on, tells us how to account for the participants’ main concerns, and reveals access variables that allow for incremental change” (Glaser, 2010, p. 6). A compreensão teórica sistemática que resulta da produção de uma *Grounded Theory* pode, assim, e de forma flexível ser utilizada para o

desenvolvimento de políticas, para a estruturação de serviços e de modalidades que respeitem, de facto, as pessoas que habitam as localidades de forma não hegemónica, neste caso em específico que se encontram em situação de sem-abrigo.

4.2 O PROCESSO DE GERAÇÃO DA TEORIA A PARTIR DOS DADOS

The difference between the particularistic, routine, normative data we all garner in our everyday lives and scientific data is that the latter is produced by a methodology. This is what makes it scientific. This may sound trite, but it is just the beginning of many complex issues. Whatever methodology might be chosen to make an ensuing research scientific has many implicit and explicit problems. It implies a certain type of data collection, the pacing and timing for data collection, a type of analysis and a specific type of research product.

Glaser & Holton, 2007, p. 47

Como vimos, no decurso do primeiro ponto deste capítulo, a opção pela *Grounded Theory* Clássica resultou de um processo reflexivo, iniciado através do contacto com os desafios propostos na contemporaneidade para o estudo da situação de sem-abrigo (e.g., Pleace, 2000; O'Flaherty, 2004; Barbour *et al.*, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Edgar, O'Sullivan & Pleace, 2010; Frazer, Marlier & Nichaise, 2010) e, em paralelo, com a primeira experiência de Giro de rua, tendo ambos confluído no sentido da deteção de vulnerabilidades no plano de investigação inicialmente selecionado. Sobre esta evolução já tecemos detalhadas considerações, sendo esta rubrica devotada à apresentação das etapas e procedimentos que corporificam a concretização deste projeto de investigação, iniciados no momento em que se adotou a *GT* como referência norteadora dos requisitos metodológicos a efetuar.

Em oposição às abordagens tradicionais, esta investigação não se materializou a partir de um problema de investigação determinado, à partida pelo/a investigador/a, e que se consubstancia numa revisão sólida dos contributos constantes da literatura da especialidade, sendo da sua formulação que se derivam os objetivos norteadores da recolha e análise dos dados ou, se adotado o referente positivista, se formulam as

hipóteses que, mais tarde, serão, via análise estatística dos resultados, alvo de confirmação ou infirmação. Pelo oposto, o problema científico de que partimos foi o da procura de compreensão das estratégias e comportamentos (não) mobilizados com o propósito de lidar com o(s) principal(ais) problema(s) com que pessoas em situação de sem-abrigo se confrontam, no seu quotidiano, desde a emergência até à saída sucedida (*cf.*, Glaser, 1992, 1998, 1999, 2001; Heath & Cowley, 2004; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010).

Pretendíamos, mais em específico, averiguar: (i) quais são as fundamentais arduidades, apoquentações e dilemas com que as pessoas se confrontam no seu dia-a-dia?, e (ii) como são resolvidas e/ou geridas?. Os objetivos ficaram, sem surpresa, canalizados para a compreensão destas matérias, tendo as hipóteses emergido dos dados, no decurso da concretização do processo da sua recolha e codificação (*cf.*, Glaser, 1978, 1992, 1994, 1998, 1999, 2001, 2007, 2009b, 2009c, 2010, 2012, 2014; Glaser & Holton, 2007). Importa relembrar, a este respeito, que as hipóteses, numa *GT*, são conceptuais, *i.e.*, reportam-se às interações entre as categorias, sustentando a geração da explicitação da categoria principal que enforma o modelo teórico original produzido (*cf.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1994, 1998, 1999, 2001, 2009b, 2009c; Glaser & Holton, 2007).

Em termos dos requisitos adicionais, também esta natureza indutiva do método, que exige constante atenção aos dados, facilitou o recurso a uma abordagem exploratória, em que se considerou como uma população substantiva, sobre a qual se focaliza o estudo (*cf.*, Glaser, 1992; Glaser, 2003) os/as adultos/as em situação de sem-abrigo. Note-se que, a centração nestes não implicou a restrição da compilação de perspectivas, ou a observação de comportamentos, às pessoas que se encontram sem-abrigo. Como já indicámos, na *GT* “all is data”, sendo possível a integração na amostra teórica dos discursos e ações de outros indivíduos, envolvidos/as diretamente, ou não, na problemática (*e.g.*, profissionais, voluntários/as, políticos/as). Relembramos o/a leitor/a que, também a constituição desta amostra deve resultar da teoria emergente, e não da escolha apriorística de um conjunto de pessoas (seleccionadas de forma aleatória ou por conveniência do/a investigador/a). A aleatorização, numa *GT*, não possui qualquer fundamento, atendendo a que possibilita a obtenção de uma amostra que

representa as características da população, tidas como relevantes num determinado domínio, mas não nos permite a tomada de decisão estratégica sobre quem, e sob que condições, poderá constituir a fonte de dados mais rica, indo ao encontro das necessidades analíticas identificadas pelo/a investigador/a. Trata-se, portanto, da seleção dos "incidents, slices of life, time periods, or people on the basis of their potential manifestation or representation of important theoretical constructs" (Patton, 2001, p. 238), não da identificação dos membros de um determinado grupo, que *melhor* traduzem as suas características e atributos.

Não seria, portanto, possível, que no contexto da preparação do início do estudo, tivéssemos procedido à definição prévia de cada um dos elementos anteriores, pois ainda não havíamos delimitado os conceitos emergentes, nem tecidas quaisquer considerações sobre as eventuais conexões conceptuais que estabelecem entre si. De forma coerente com a matriz metodológica de que partimos, a preparação da concretização do projeto de investigação assumiu particularidades que a distanciam de outras metodologias. Não definimos, propositadamente, o plano de investigação antes desta ter início, deixando o problema em aberto, assim como a identificação dos conceitos chave e das suas conexões (*e.g.*, Glaser, 1978, 1993, 1998, 2006, 2007, 2009b, 2010, 2012, 2014; Holton, 2009, 2010). A categoria principal era, igualmente, uma incógnita para nós.

Nesta fase preparatória, investimos, ao invés da produção de um *design* estruturado de investigação, no aumento do nosso conhecimento sobre metodologia da investigação em Ciências Sociais e Humanas e, em particular, sobre a *GT*, nas suas diversas formulações (*e.g.*, Glaser, 1978, 1998, 2001, 2002, 2005, 2006, 2007, 2009b, 2012, 2014; Strauss & Corbin, 1994, 1998; Rennie, 1998a, 2000; Yin, 1994; Vieira, 1995a, 1995b, 1998; Mertens, 1998; Morrow & Smith, 2000; Walliman, 2001; Creswell, 2003; Ritchie & Lewis, 2003; Tashakkori & Charles, 2003; Bernard, 2003, 2006; Rosenthal & Rosnow, 2008; Rubin & Babbie, 2008; Smith, 2008; Punch, 2009; May, 2011). Neste contexto, a revisão de publicações sobre a situação de sem-abrigo limitou-se, conforme referências explícita dos autores da *GT* Clássica (Glaser, 1978, 1998, 1999, 2002, 2006; Morse, 2001; Urell, 2005), ao escrutínio das opções metodológicas utilizadas, assim como à análise das potencialidades e constrangimentos que os/as investigadores/as lhes apontaram (*e.g.*, Barreto, 2002; Long & Amendolia, 2003; Zlotnick, Tam, & Robertson,

2003; Tanner, 2003; Baptista, 2004, 2005; Folson, *et al.*, 2005; Marrone, 2005; Min, Wong, & Rothbard, 2004; Cone, 2006). A esta incumbência acresceu a leitura de fontes primárias e secundárias sobre temáticas diversas, nas quais a situação de sem-abrigo não era explorada (*e.g.*, Ciências da Educação, Psicologia, Psiquiatria, Sociologia, Economia, Direito, Justiça), ocorrendo o mesmo relativamente a domínios que com ela se interseccionam de forma direta (*e.g.*, pobreza extrema, exclusão social), tendo estas servido o propósito de aumentar o nosso quadro conceptual global. Não procedemos, portanto e em antecipação, à revisão da literatura, na área substantiva, de forma a evitar enviesamentos na geração da *GT*. Estávamos, em suma, em condição de dar início a um processo de descoberta, inicialmente radicado em análises indutivas e, em seguida, num complexo registo orbicular de indução-dedução, que iria culminar na identificação da categoria principal (sobreviver às ruas) e na sua explanação a partir de uma teoria composta por dimensões de superfície (estruturada em 3 fases, que se subdividem em 6 subfases e, no caso particular da subfase 2.1, ainda se decompõe em 3 configurações) e de profundidade [em que se incluem processos de evolução contínuos (*e.g.*, variações no universo de possíveis; desequilíbrios, gravitações orbitais e reequilíbrios) e transitivos (ciclos recidivos, transições entre subfases)]. À semelhança do que sucede para outros/as investigadores/as, também para nós uma das componentes de maior atratividade no recurso a esta metodologia foi, precisamente, a enorme riqueza que encerra associada a

rigorous and robust method within which one is empowered and coaxed to autonomy. The stringent and emphatic rules that govern the development of a Grounded Theory are designed to protect the data from being forced into a particular form and to enable the student researcher to tease out the shape of a theory from flat data. In this way, as one lifts out the theory from the morass, codes and relationships that are not central to the theory are allowed to drop away and one is left with a theory of parsimony (Loy, 2007, p. 31).

Em consonância com o exposto, os processos descritos nos pontos seguintes deste capítulo constituem uma possibilidade de concretização das etapas necessárias à geração de uma proposta sistematizada de explicitação do principal problema/preocupação que as pessoas em situação de sem-abrigo apresentam, que foi desenvolvida de forma rigorosa e ancorada nas indicações dos proponentes da *GT* Glaseriana, não tendo, como os próprios advogam, qualquer pretensão de constituir a

única possibilidade de codificação dos mesmos (*cf.*, Glaser, 1978, 1992). Pelo exposto, embora se tenha recorrido a uma amostra teórica diversa, e os processos de recolha, análise e codificação dos dados tenham sido realizados de forma criteriosa, são possíveis eventuais aditamentos aos códigos e categorias (particularmente às de abstração inferior) propostos. Não esqueçamos, todavia, que a intenção é a de síntese progressiva, com concomitante aumento da abstração das categorias, o que obrigou à compilação de um assaz alargado grupo de dados brutos, num agregado parcimonioso de categorias, que se relacionam entre si, numa organização facilmente inteligível. Neste sentido, qualquer acréscimo posterior deve constituir uma mais-valia efetiva, e não um mero aditamento de elementos às categorias operacionais já identificadas.

Nas secções seguintes procedemos à explicitação de como executámos as indicações que sistematizámos no capítulo terceiro, incluindo, neste contexto, os procedimentos que possibilitaram a recolha de grande diversidade de informações, e a sua concomitante compilação, em códigos diferenciados, que, por sua vez, foram sendo aglutinados em categorias de abrangência superior, até ter sido atingida a concetualização plena. Este processo terminou, com a obtenção de uma combinação parcimoniosa de categorias, que se encontram interligadas, produzindo um modelo teórico original, que espelha, num formato ordenado e elegante, os comportamentos e estratégias mobilizados pelos/as participantes, com o propósito de lidar com o principal problema/preocupação com que se confrontam. Como Glaser (1998, p. 3) havia alertado, “[t]he product of classic grounded theory methodology is not findings, but rather is an integrated set of conceptual hypotheses [or] probability statements about the relationship between concepts” (Glaser, 1998, p. 3). No contexto da concretização desta tarefa indicaremos, ainda e em registo pontual, alguns exemplos de tentativas iniciais de organização das categorias, que foram, posteriormente, abandonadas, tendo sido substituídas pela estrutura que assume a versão final da *GT sobrevivendo às ruas* (*cf.*, capítulos 5 e 6).

4.2.1 CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA TEÓRICA

One of the main benefits of theoretical sampling is it allows for flexibility in the research process. It provides the researcher the opportunity to change the emphasis early on so that data gathered are a reflection of what is occurring in the field rather than speculation about what is observed (Coyle 1997; Glaser 1978; Strauss & Corbin 1990). A researcher who uses the principle of theoretical sampling cannot know in advance what to sample for and where it will lead (Coyle 1997; Glaser 1992). Samples are chosen as and when they are needed rather than before the research. Only when no new patterns, or possible categories, emerging from the data could be found, a point labelled as “theoretical saturation” (Glaser 1992, p. 102; Glaser & Strauss 1967, p. 61), is the process of theoretical sampling ceased and sample size completed.

Ng & Haase, 2008, p. 159

O processo de seleção da amostra, numa *Grounded Theory*, assume particularidades que o tornam único (cf., Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1992, 1994, 2001; Charmaz, 2000; Pires, 2001; Elliott & Lazanbatt, 2005; McCarthy, 2006; Drauker *et al.*, 2007), sendo impossível, ao/à investigador/a determinar, antes do final do processo de recolha, codificação e análise dos dados, quantos elementos integrarão o estudo, assim como a totalidade dos atributos, respeitantes à sua pessoa e/ou às circunstâncias em que se encontra(va)m. Como sabemos, a seleção de participantes, no contexto da sua constituição.

can only happen through an open theoretically sensitive researcher whose focus, even at the outset, is guided by receptiveness to incidents of phenomena in the field. Thereafter theoretical sampling is guided by concepts, which are emergent theories derived from the coding and analysis of empirical data (Emmel, 2013, p. 26).

Estamos perante um processo de elevado dinamismo e complexidade, em que a necessidade de integração de informações específicas continua, portanto, a fazer-se sentir até que se dá o atingimento da saturação da categoria em questão, sendo necessário que tal ocorra para todos os conceitos e categorias que integram a *GT* emergente (Glaser, 1978, 1998, 2001, 2005, 2009b, 2009c, 2010; West, 2001; Meyer, 2002; Sword, 2003; Ford-Gilboe, Wuest, & Merritt-Gray, 2005). A escolha dos/as

participantes, deste projeto de investigação, ocorreu, em face do exposto, em função das hipóteses emergentes, sendo o tamanho da amostra indicador da completude teórica do modelo formulado (*cf.*, Cutcliffe, 2000).

Importa, a este respeito, recordar que não se trata da mera descrição de indicadores demográficos (*e.g.*, idade, género, profissão), uma vez que a circunscrição do recrutamento dos/as participantes a este tipo de variáveis é tida, neste âmbito, como inapropriada devido às insuficiências que encerra. Tendo em consideração que os critérios de seleção estão, inerência do próprio método, sempre dependentes das necessidades conceptuais e informacionais da *GT* emergente, seria de questionar que centralidade teria este tipo de indicadores no modelo formulado, que justificassem a sua referenciação, em exclusivo. Em alternativa, os/as metodólogos/as especializados/as na *GT* Clássica (*e.g.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1998, 2001, 2005, 2009b, 2009c, 2012, 2014; Cutcliffe, 2000; Emmel, 2013) sugerem que os/as investigadores/as se concentrem, tanto nas características e experiências mais comuns, como nas que são menos frequentes, assegurando, por essa via, que são feitas escolhas sustentadas na *GT* em causa, asseverando que todas as variáveis relevantes, numa determinada área substantiva, são nela integradas. Desaconselha-se, por conseguinte, o recurso a amostras aleatórias, favorecendo-se a seleção por conveniência, dado que esta última possibilita a recolha de informações junto de pessoas que possuem atributos distintivos diversos, que se encontram em contextos múltiplos e que manifestam comportamentos e interações sociais dissemelhantes, permitindo, pelo reconhecimento de todos estes referentes, a geração de uma proposta explicativa, compreensiva do fenómeno e plausível.

Pelo exposto se depreende, por conseguinte, que procurámos, também nesta dimensão, manter a abertura e sensibilidade necessárias à fuga consciente à cegueira concetual (Morse, 2007), sendo a amostra teórica deste projeto científico resultante do recrutamento, propositado, de pessoas que apresentam padrões discursivos e comportamentais muito diversificadas, e que se encontram em fases diferenciadas da sua trajetória de vida, sendo, por este motivo, imprescindível que, na sua caracterização, o/a leitor/a atenda, para além das tradicionais variáveis de caracterização demográfica, aos restantes fatores que são apresentados, nesta rubrica, e que atestam a heterogeneidade de pessoas e experiências (presentes e passadas), assim como a

variedade de circunstâncias alvo de consideração, pois é da sua confluência que se sustentou a geração da teoria original. Em resultado, e porque a questão norteadora desta investigação inclui a totalidade do processo que enforma a trajetória da situação de sem-abrigo, *i.e.*, desde os momentos da sua emergência até à saída sucedida, não constituirá surpresa que a amostra teórica inclua um total de 96 participantes. As informações a eles/as respeitantes foram compiladas, com o propósito de facilitar a sistematização dos atributos de maior relevo, em três subamostras distintas [subamostra 1: pessoas em situação de sem-abrigo (n= 38), subamostra 2: profissionais (n= 47), e subamostra 3: pessoas com experiência transata da situação de sem-abrigo (n= 11)], que se descrevem nos subpontos subsequentes¹²³.

Para o recrutamento, recorreremos a duas estratégias complementares: (i) solicitação direta de colaboração, no contexto dos processos de observação realizados [*cf.*, ponto 4.2.4], e (ii) sugestão por parte de membros chave (da população em situação de sem-abrigo, no concelho; ou de profissionais), seguida de convite nosso à participação. Este processo teve início em 2007 e teve o seu término em 2013. Aceitou colaborar no estudo a vasta maioria dos/as inquiridos/as nesse sentido, sendo exceção dois profissionais, com formação em Serviço Social e que desenvolvem o seu trabalho em contexto de rua, e duas pessoas em situação de sem-teto. Das justificações apresentadas salientam-se a não motivação para a colaboração em projetos de investigação (reportada pelos profissionais e um dos indivíduos em situação de sem-teto), e a rejeição liminar de apresentação de informações sobre a sua trajetória (mencionada pela adulta sem-teto convidada). A estes/as acresce um outro que, tendo referido que pretendia participar no projeto, foi notificado pela polícia e transportado para o estabelecimento prisional em que iria cumprir pena, no dia anterior à realização da entrevista.

A caracterização global da amostra concretiza-se, somente, a partir das variáveis idade e género, uma vez que, apenas, estas são comuns a todos/as os/as participantes.

¹²³ No entanto, deve o/a leitor/a ter em consideração que a constituição desta amostra (e, por inerência, das subamostras que a corporizam) ocorreu através de um processo contínuo, simultâneo e iterativo, de recolha, análise e codificação (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 2005, 2009c, 2012, 2014), que requereu a consideração, no mesmo período temporal, de informações disponibilizadas por elementos das três subamostras referidas.

Como referenciámos, as três subamostras são substantivamente distintas entre si, tendo sido definidos critérios específicos, para cada uma delas, sendo estes limitados segundo o processo de codificação e análise exigível à geração de uma *GT* original (*cf.*, Glaser, 1978, 1998, 2001, 2005, 2009c, 2010, 2012, 2014).

Estamos, em síntese, perante uma amostra constituída por adultos/as, com idades compreendidas entre os 18 e os 67 anos de idade [$m= 35,57$; $d.p.= 10,20$], de ambos os géneros¹²⁴ [$n_{mas}= 47$; $\%_{mas}=48,96\%$; $n_{fem}= 49$; $\%_{fem}= 51,04\%$]. Como se verifica, através da leitura do Quadro 4, a distribuição, segundo o género, é dissemelhante para as subamostras consideradas, sendo equilibrada na subamostra 3 [$n_{mas}= 5$; $\%_{mas}=5,21\%$; $n_{fem}=6$; $\%_{fem}= 6,25\%$], com predominância de adultos na subamostra 1 [$n_{mas}=30$; $\%_{mas}=31,25\%$; $n_{fem}=8$; $\%_{fem}= 8,33\%$], e ocorrendo o inverso na subamostra 2, em que se verifica clara superioridade de participantes mulheres [$n_{mas}= 12$; $\%_{mas}= 12,50\%$; $n_{fem}=35$; $\%_{fem}= 36,46\%$].

Género \ Subamostra	Subamostra 1	Subamostra 2	Subamostra 3	Total
Masculino	30 (31,25%)	12 (12,50%)	5 (5,21%)	47 (48,96%)
Feminino	8 (8,33%)	35 (36,46%)	6 (6,25%)	49 (51,04%)
Total	38 (39,58%)	47 (48,96%)	11 (11,46%)	96 (100,00%)

Quadro 4 – Distribuição segundo o género por subamostra

Estas diferenças traduzem os fenómenos descritos nos capítulos teóricos desta Tese, em que se aponta para: (i) uma clara predominância de homens em situação de sem-abrigo, particularmente nas situações de sem-teto e habitação inadequada (*e.g.*, Culhane *et al.*, 2007; Beijer & Andréasson, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; McAllister, Kuang & Lennon, 2010; Teruya *et al.*, 2010; Crawley *et al.*, 2013; Cray *et al.*, 2013; Massachusetts Transgender Political Coalition Policy Committee, 2013; Nusselder *et al.*, 2013) e (ii)

¹²⁴ No âmbito da caracterização da amostra teórica optámos pela designação género porque um dos elementos entrevistados se encontra em processo de mudança de sexo, tendo-se descrito como mulher, ainda que, biologicamente, seja do sexo masculino. Para efeitos de caracterização, as indicações que nos forneceu foram respeitadas, tendo sido integrada no grupo de mulheres da subamostra a que pertence. De forma a assegurar que não é possível a sua identificação não teceremos qualquer referência adicional a esta questão, no âmbito da caracterização da amostra e das subamostras.

maior proteção, em relação à permanência na rua, ao género feminino, seja através de ativação, mais célere e/ou intensificada, de ajuda por parte de membros da rede de suporte, ou pela criação de modalidades formais de auxílio para mulheres em circunstâncias de vulnerabilidade (Cheung & Hwang, 2004; Booth, 2006; Luhrmann, 2007; Tischler, Rademeyer & Vostanis, 2007; Sakamoto *et al.*, 2010; Hurlbut, Robbins & Hoke, 2011; Russell, 2011; Huey, Fthenos & Hryniewicz, 2012; Thurston *et al.*, 2013)¹²⁵. Por sua vez, e no contexto da descrição dos/as Profissionais verifica-se, na maioria das democracias ocidentais, e Portugal não constitui exceção, uma tendência de feminização das ocupações ligadas ao cuidado (*e.g.*, Psicologia, Serviço Social, educação/animação sociocultural), efeito que esta amostra também retrata (*e.g.*, Matos *et al.*, 2013; Yannoulas, 2013; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014).

Responderam à questão sobre a idade 93 dos/as 96 participantes, sendo que dos/as não respondentes, 1 integra à subamostra 1 e os outros 2 à subamostra 2. Centrando-nos, de imediato, na análise descritiva destes resultados, constata-se, à semelhança do que sucedeu para o género, uma distribuição diferenciada nas três subamostras. Assim, apesar de moderada proximidade das médias das distribuições [m_{s1} = 38,32 anos; m_{s2} = 33,44 anos; m_{s3} = 35,18 anos], é facilmente detetável maior dispersão dos resultados na subamostra 1 [d.p.= 12,22].

Idade \ Amostra	Subamostra 1	Subamostra 2	Subamostra 3	Total
Média	38,32	33,44	35,18	35,57
Moda	51	31	20, 30, 43	31
Mediana	39	32	38	34
Desvio-padrão	12,22	7,39	11,74	10,20
Campo de variação (mínimo – máximo)	18 – 67	23 – 56	20 – 53	18 – 67

Quadro 5 – Estatísticas descritivas da variável idade, em anos, por subamostra

¹²⁵ Assim, embora se trate de uma trajetória global única, com fatores precipitantes, de manutenção e de saída semelhantes, entre géneros, existem, em termos da vivência da situação de sem-abrigo diferenças entre homens e mulheres, que devem ser tidas em conta no contexto de caracterização deste grupo e, também, da análise de particularidades nos seus padrões comportamentais e discursivos (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Huey, Fthenos & Hryniewicz, 2012; Cray *et al.*, 2013; Nusselder *et al.*, 2013; Thurston *et al.*, 2013).

Acresce ao referido que, em termos de amplitude, é também a primeira subamostra que se notabiliza [amp= 49 anos], sendo idêntico o seu valor nas restantes duas [amp= 33 anos]. Destaca-se, ainda, que a mediana da distribuição é menos elevada na subamostra de profissionais [m_d = 32 anos], seguida da subamostra de pessoas com experiência transata da situação de sem-abrigo [m_d = 38 anos] e, por fim, daqueles/as que se encontram nessa situação à data da realização deste estudo [m_d = 39 anos].

Em termos da distribuição de frequências, para a variável idade, assinala-se considerável heterogeneidade, com maior predominância nas faixas etárias entre os 45 e os 55 anos [n= 13; %= 13,98%], para a subamostra 1, enquanto na subamostra 2 esta se verifica entre os 30 e os 40 anos [n= 25; %= 26,88]. A terceira subamostra distribui-se, de forma mais dispersa, pelas várias categorias, sendo mais numerosas as idades compreendidas entre os 20-24 e 40-45 anos, ambas respeitantes a 3 pessoas [%= 3,23%].

Amostra		Subamostra 1	Subamostra 2	Subamostra 3	Total
<20	n	2	0	0	2
	% do total	(2,15%)	(0,00%)	(0,00%)	(2,15%)
[20-25[n	4	6	3	13
	% do total	(4,30%)	(6,45%)	(3,23%)	(13,98%)
[25-30[n	5	7	0	12
	% do total	(5,38%)	(7,53%)	(0,00%)	(12,90%)
[30-35[n	4	16	2	22
	% do total	(4,30%)	(17,20%)	(2,15%)	(23,66%)
[35-40[n	4	9	1	14
	% do total	(4,30%)	(9,68%)	(1,08%)	(15,05%)
[40-45[n	4	3	3	10
	% do total	(4,30%)	(3,23%)	(3,23%)	(10,75%)
[45-50[n	6	3	1	10
	% do total	(6,45%)	(3,23%)	(1,08%)	(10,75%)
[50-55[n	7	0	1	8
	% do total	(7,53%)	(0,00%)	(1,08%)	(8,60%)
[55-60[n	0	1	0	1
	% do total	(0,00%)	(1,08%)	(0,00%)	(1,08%)
> 60	n	1	0	0	1
	% do total	(1,08%)	(0,00%)	(0,00%)	(1,08%)
Total	n	37	45	11	93
	% total	(39,78%)	(48,39%)	(11,83%)	(100,00%)

Quadro 6 – Distribuição segundo a idade por subamostra

Aflorados os elementos de caracterização da amostra procedemos, em seguida, à descrição de cada uma das 3 subamostras. Alertamos, de novo, o/a leitor/a para a necessidade de ter em atenção que a sua constituição não ocorreu a partir dos dados de caracterização, tradicionalmente, definidos em projetos de investigação (*e.g.*, género, idade, habilitações académicas), mas sim da mais-valia que cada um dos/as participantes trouxe para a geração da *Grounded Theory sobrevivendo às ruas*. Por esse motivo, embora também reportemos algumas das dimensões de caracterização típicas (*e.g.*, estado civil, género, idade), a nossa preocupação, em termos de constituição da amostra teórica centrou-se nos elementos singulares que cada grupo possui e, no seu seio, no garante da necessária diversidade à geração de uma *GT* completa e robusta (*e.g.*, tempo de permanência em situação de sem-abrigo, tipologia preferencial de alojamento, estratégia dominante de subsistência).

4.2.1.1 SUBAMOSTRA 1. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

The appropriate ways to proceed in identifying a purposeful sample is through sampling participants who are going through a critical juncture in a particular trajectory of a phenomenon. Researchers choose particular relationships and different stages in the developing relationships. This is a deliberate strategy of selection based on what is understood about the phenomenon from its empirical investigation and the coding of these data that precedes the purposeful theoretical sampling strategy.

Emmel, 2013, p. 27

A subamostra 1 é constituída por 38 participantes, com idades compreendidas entre os 18 e os 67 anos [$m = 38,32$; $d.p. = 12,22$], de ambos os géneros [$n_{mas} = 30$; $n_{fem} = 8$]. Integram-na, como referenciado, mais homens do que mulheres, sendo esta discrepância motivada pelo maior número de adultos em situações de precariedade habitacional extrema, fenómeno muitas vezes reportado nas investigações e, também, em Relatórios da autoria de organismos que desenvolvem a sua ação neste domínio (*e.g.*, Instituto da Segurança Social, 2005; Menezes, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010;

Ferreira *et al.*, 2013). Pela dimensão das suas trajetórias, e pelas complexidades que estas assumem (*e.g.*, vários anos em situação de sem-teto e habitação inadequada, seguidos e/ou interpolados, com períodos de prisão ou internamento por motivo de doença crónica, desenvolvimento e/ou agravamento de perturbação psiquiátrica grave), considerou-se desejável a manutenção desta discrepância, para que se obtivesse a saturação de algumas categorias da *GT* [*e.g.*, estratégias de subsistência (i)lícitas; recurso a violência].

Como se constata no quadro abaixo, estamos perante um grupo heterogéneo, em termos de idades. Dos/as 37 respondentes, o inquirido mais novo tem 18 e o mais velho 67 anos, sendo ambos do género masculino¹²⁶.

Idade \ Género		Masculino	Feminino	Total
<20	n	1	1	2
	% do total	(2,70%)	(2,70%)	(2,15%)
[20-25[n	2	2	4
	% do total	(5,41%)	(5,41%)	(10,81%)
[25-30[n	4	1	5
	% do total	(10,81%)	(2,70%)	(13,51%)
[30-35[n	4	0	4
	% do total	(10,81%)	(0,00%)	(10,81%)
[35-40[n	2	2	4
	% do total	(5,41%)	(5,41%)	(10,81%)
[40-45[n	3	1	4
	% do total	(8,10%)	(2,70%)	(10,81%)
[45-50[n	6	0	6
	% do total	(16,22%)	(0,00%)	(16,22%)
[50-55[n	5	1	6
	% do total	(13,51%)	(2,70%)	(16,22%)
[55-60[n	1	0	1
	% do total	(2,70%)	(0,00%)	(0,00%)
> 60	n	1	0	1
	% do total	(2,70%)	(0,00%)	(1,08%)
Total	n	29	8	37
	% total	(78,38%)	(21,62%)	(100,00%)

Quadro 7 – Distribuição segundo a idade por género

¹²⁶ No grupo de mulheres, o elemento mais novo possui 20 anos e a mais velha 52.

É, ainda, facilmente identificável, nos homens, alguma concentração da distribuição nas faixas situadas entre 45 e 54 anos [n= 11; %= 29,73%], seguida dos 25 a 35 anos [n=8; %= 21,62%]. Por sua vez, nas mulheres, não se denota grande diferenciação entre categorias, o que, num grupo de tão reduzidas dimensões [n= 8], não constitui grande surpresa, dado que não se pretendia uma distribuição regular.

O estado civil predominante é solteiro/a [n=22, %= 57,89%], quer para os homens [n= 18; %= 47,37%], quer para as mulheres [n= 4; %= 10,53%], a que se segue, para os elementos do género masculino, a categoria divorciado [n= 6; %= 15,79%], enquanto para o género feminino esta se situa na união de facto [n= 3; %= 7,89%]. Concorrem para estas diferenças dois potenciais fatores, um deles associado à relação mais forte entre a vivência de um divórcio e a situação de sem-abrigo, nos homens, devido, entre outros, à saída da habitação (que fica a cargo da mulher e filhos) e ao menor suporte, disponibilizado por parte da rede informal, para estes; e o outro resultante da iniciação de relacionamento de intimidade, com outro indivíduo em circunstâncias similares, frequente em mulheres em situação de sem-teto e habitação inadequada¹²⁷ (Yates, MacKenzie, & Pennbridge, 1991; Simons & Whitbeck, 1991; Greene, Tennett, & Ringwalt, 1999; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Shier, Jones, & Graham, 2012; Reeve, 2013).

Estado civil		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Solteiro/a	n	18	4	22
	% do total	(47,37%)	(10,53%)	(57,89%)
Casado/a	n	2	0	2
	% do total	(5,26%)	(0,00%)	(5,26%)
União de facto	n	3	3	6
	% do total	(7,89%)	(7,89%)	(15,79%)
Divorciado/a	n	6	1	7
	% do total	(15,79%)	(2,63%)	(18,42%)
Viúvo/a	n	1	0	1
	% do total	(2,63%)	(0,00%)	(2,63%)
Total	n	30	8	38
	% total	(78,95%)	(21,05%)	(100,00%)

Quadro 8 – Distribuição segundo o estado civil por género

¹²⁷ Este assume uma forte componente de proteção e, nas situações em que existe dependência de substâncias, de acesso facilitado a material de consumo.

Referiram ter tido filhos/as, 14 participantes [%= 36,84%], 3 mulheres [%= 7,89%] e 11 homens [%= 28,95%]. Nenhum dos/as inquiridos/as tem os/as filhos/as a seu cargo, sendo, no entanto, de apontar o fato de que 1 das mulheres se encontrava, à data da realização da entrevista, grávida em fim de termo. Dos restantes, apenas 4 [%= 10,53%] reportaram contacto, com alguma regularidade, com eles/as. Acrescem, ao referido, duas informações adicionais de revelo, a saber: (i) nesta subamostra colaboraram 2 membros do mesmo casal, em união de facto e em situação de sem-teto, que foram entrevistados, separadamente; (ii) ambos os adultos que referiram estar casados, não mantinham relação de conjugalidade com as esposas.

Dos/as participantes, apenas 5 [%= 13,16%], 4 homens [%= 10,53%] e 1 mulher [%= 2,63%], não se encontravam em situação de sem-abrigo crónica ou episódica, *i.e.*, há mais de um ano sem habitação permanente e segura (*cf.*, Culhane *et al.*, 2007; Culhane & Metraux, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; McAllister, Kuang & Lennon, 2010; Levitt *et al.*, 2013). Dos restantes, sobressaem os períodos compreendidos entre 1 e 5 anos [n= 17; %= 44,73%] e superior a 10 anos [n= 12; %= 31,58%], para a vasta maioria dos/as entrevistados/as [n= 36; %= 94,74] percorridos sem intermitências de integração, ainda que provisória, em comunidade (via autonomia no alojamento, realização de ocupação remunerada e fortalecimento de vínculos, por mais de 3 meses).

Situação de sem-abrigo (anos)		Género		
		Masculino	Feminino	Total
< 1	n	4	1	5
	% do total	(10,53%)	(2,63%)	(13,16%)
[1-5]	n	11	6	17
	% do total	(28,95%)	(15,79%)	(44,73%)
[6-10]	n	4	0	4
	% do total	(10,53%)	(0,00%)	(10,53%)
> 10	n	11	1	12
	% do total	(28,95%)	(2,63%)	(31,58%)
Total	n	30	8	38
	% total	(78,95%)	(21,05%)	(100,00%)

Quadro 9 – Distribuição segundo o tempo em situação de sem-abrigo, em anos, por género

Em termos da tipologia de alojamento sobressai, como se confirma através da leitura do Quadro 10, a situação de sem-teto [n= 21; %= 55,26%], com pernoita em entradas de multibancos, em bancos de parques, no corredor de acesso a habitações, por detrás de arbustos em jardins da cidade, ou, mesmo, no passeio. Das três tipologias alternativas distingue-se a habitação inadequada [n= 8; %= 21,05%], que inclui a ocupação de casas abandonadas ou de espaços de fábricas, assim como 1 situação de “arrendamento”, a outra pessoa em situação de sem-abrigo, de uma divisão num edifício semidevoluta, pela quantia de 60 euros mensais. Encontravam-se, ainda, em habitação insegura 6 pessoas [%= 15,79%], 4 [%= 10,53%] das quais em imóveis sem as comodidades básicas (*e.g.*, apartamento com parte do telhado caída, habitação sem wc e com infestação de roedores e insetos, quarto sob ordem de despejo). Por fim, 3 homens [%= 7,89%] estavam integrados em contexto de Centro de Acolhimento Temporário.

Tipologia de alojamento (ETHOS, 2007)		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Sem-teto	n % do total	19 (50,00%)	2 (5,26%)	21 (55,26%)
Sem-casa	n % do total	3 (7,89%)	0 (0,00%)	3 (7,89%)
Habitação insegura	n % do total	3 (7,89%)	3 (7,89%)	6 (15,79%)
Habitação inadequada	n % do total	5 (13,16%)	3 (7,89%)	8 (21,05%)
Total	n % total	30 (78,95%)	8 (21,05%)	38 (100,00%)

Quadro 10 – Distribuição segundo a tipologia de alojamento por género

Numa breve análise da trajetória sem-abrigo, no que concerne, em específico, às tipologias de alojamento a que os/as participantes já haviam recorrido, desde a primeira experiência de sem-abrigo ao momento da entrevista, deparamo-nos com destacada tendência para o recurso a diversas modalidades. Com exceção de 3 pessoas [%= 7,89%], que, apenas, experienciaram a situação de habitação insegura, os restantes elementos da subamostra 1 ensaiaram possibilidades distintas. Mencionaram ter estado em habitação inadequada, 20 pessoas [%= 52,63%], em situação de sem-casa 18 [%=

47,37%], sem-teto 15 [%= 39,47%], e, por fim, em habitação insegura 14 [%= 36,84%]. A situação de sem-teto é a tipologia alternativa mais escolhida pelas mulheres [n= 4; %= 10,53%], enquanto para os homens são comuns o recurso a habitação inadequada [n= 19; %=50,00%] e temporadas em situação de sem-casa [n= 16; %= 42,11%]. Acresce, por fim, que 9 dos/as entrevistados/as [%= 23,68%], dos/as quais 2 do género feminino [n%= 5,26%], já transitaram entre todas as tipologias, previstas na ETHOS (*cf.*, Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007).

Tipologias prévias de alojamento (ETHOS, 2007)		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Sem-teto	n	11	4	15
	% do total	(28,95%)	(10,53%)	(39,47%)
Sem-casa	n	16	2	18
	% do total	(42,11%)	(5,26%)	(43,37%)
Habitação insegura	n	12	2	14
	% do total	(31,58%)	(5,26%)	(36,84%)
Habitação inadequada	n	19	1	20
	% total	(50,00%)	(2,63%)	(52,63%)

Quadro 11 – Distribuição segundo a experiência transata de tipologia de alojamento por género

Completam os dados anteriores de caracterização um agregado diverso de fatores precipitantes e agravantes da situação de sem-abrigo que, segundo os/as participantes, são importantes para a explanação da sua trajetória, não apenas a nível da primeira experiência sem-abrigo, mas, também, da sua manutenção no tempo. Como explicitámos, estes indicadores são de grande centralidade no contexto da seleção de uma amostra teórica, dado que a nossa preocupação não se centrou na delimitação apriorística de dados de caracterização, mas sim na procura de abrangência compreensiva dos fatores chave que permitam a explicitação das múltiplas configurações que a situação de sem-abrigo pode corporizar. Assim sendo, o único critério de inclusão, assumido à partida, foi o da maioria (i.e., estabeleceu-se como idade mínima os 18 anos, no momento da realização da entrevista), sendo os restantes resultantes, de entre um leque muito diverso de dados, das informações

disponibilizadas durante o diálogo tecido, com a investigadora/, sobre as suas características, opiniões e ações.

Com facilidade se deteta a natureza diversa das variáveis que integram o quadro seguinte, parte das quais respeitam à esfera individual (*e.g.*, toxicod dependência), outras de conotação relacional (*e.g.*, escalada de conflitos), a que se adicionam referências a efeitos de fatores estruturais e sociais (*e.g.*, desemprego, cessação de subsídios). Para os homens, os *triggers* mais referidos são o desemprego [n= 10; %=26,32%], seguido da dependência de substâncias ilícitas [n= 8; %= 21,05%], e do abandono da residência devido a escalada de conflitos familiares [n= 4; %= 10,53%]. Por sua vez, para as mulheres, o desemprego distancia-se dos restantes fatores [n= 5; %= 5,26%], a que acrescem a vitimização [n= 2; %= 5,26%], a escalada de conflitos familiares [n= 2; %= 5,26%], bem como o consumo de substâncias ilícitas [n= 2; %= 5,26%].

Embora com mais modesta representatividade, importa chamar a atenção para outras variáveis constantes no Quadro 12, pelo seu impacto profundo na emergência da situação de sem-teto e/ou habitação inadequada. Referimo-nos à desinstitucionalização, que foi, para 6 dos participantes [%= 15,79%], o elemento causal da ida para a rua; bem como às tentativas de migração não sucedida, que foram mencionadas por 7 homens [%= 18,42%] e 2 mulheres [%= 5,26%]¹²⁸. Não esqueçamos, a este respeito, que 2 destes adultos [%= 5,26%] ficaram em situação de sem-abrigo após extraditação para Portugal, tendo estes reportado ausência absoluta de apoio por parte de entidades governamentais. Também preocupantes, para ambos os géneros, são os relatos de abandono da residência por vitimização [n=2; %= 2,63], sendo, contudo necessário distingui-los, uma vez que para os homens, os/as agressores/as foram, tendencialmente, os/as progenitores/as, tendo a saída de casa ocorrido antes da maioridade, enquanto para as entrevistadas, esta vitimização aconteceu, num primeiro momento, pelos/as progenitores/as e, depois, pelos companheiros. Por fim, alerta-se para as 3 situações [%= 7,89%] em que a situação de sem-teto ocorreu devido a grave destabilização psicológica¹²⁹.

¹²⁸ Note-se que, destes/as 7 entrevistados/as, apenas 1 homem possuía a sua situação regularizada.

¹²⁹ Para 1 dos inquiridos esta foi potenciada pela não toma de medicação, dado que os familiares canalizavam a verba cedida pelo Estado, para este efeito, para outras rubricas do orçamento familiar.

Fatores precipitantes			Género	Masculino	Feminino	Total
Abandono da residência	Expulsão de casa		n % do total	3 (7,89%)	1 (2,63%)	4 (10,53%)
	Maus tratos físicos e psicológicos	Agressor/a	n % do total	1 (2,63%)	0 (0,00%)	1 (2,63%)
		Vítima	n % do total	2 (5,26%)	2 (5,26%)	4 (10,53%)
	Escalada de conflitos familiares		n % do total	4 (10,53%)	2 (5,26%)	6 (15,79%)
Dependência de substâncias (i)lícitas	Álcool		n % do total	3 (7,89%)	0 (0,00%)	3 (7,89%)
	Drogas ilícitas		n % do total	8 (21,05%)	2 (5,26%)	10 (26,32%)
Desinstitucionalização	Saída de Centro de Acolhimento para jovens		n % do total	3 (7,89%)	0 (0,00%)	3 (7,89%)
	Saída de internamento hospitalar prolongado		n % do total	1 (2,63%)	0 (0,00%)	1 (2,63%)
	Saída de estabelecimento prisional		n % do total	2 (5,26%)	0 (0,00%)	2 (5,26%)
Limitações severas na autonomia financeira	Desemprego		n % do total	10 (26,32%)	5 (12,63%)	15 (38,95%)
	Término/cessação de subsídios		n % do total	1 (2,63%)	0 (0,00%)	1 (2,63%)
	Não pagamento de dívidas		n % do total	1 (2,63%)	1 (2,63%)	2 (5,26%)
Perda do imóvel	Execução de ordem de despejo		n % do total	2 (5,26%)	1 (2,63%)	3 (7,89%)
	Degradação do imóvel (perda de telhado)		n % do total	2 (5,26%)	1 (2,63%)	3 (7,89%)
	Ausência de comodidades básicas (e.g., água, luz)		n % do total	3 (7,89%)	1 (2,63%)	4 (10,53%)
Grave destabilização psicológica	Agravamento de perturbação psiquiátrica		n % do total	1 (2,63%)	1 (2,63%)	2 (5,26%)
	Morte de familiares		n % do total	1 (2,63%)	0 (0,00%)	1 (2,63%)
Tentativa não sucedida de migração	Emigração		n % do total	1 (2,63%)	0 (0,00%)	1 (2,63%)
	Imigração		n % do total	4 (10,53%)	2 (5,26%)	6 (15,79%)
	Extradicação		n % do total	2 (5,26%)	0 (0,00%)	2 (5,26%)

Quadro 12 – Distribuição segundo os principais fatores precipitantes da situação de sem-abrigo por género

Como veremos, já em seguida, parte destas variáveis desaparecem, enquanto elementos de relevo, quando as pessoas caracterizam a permanência em situação de sem-abrigo. Neste âmbito distinguem-se cinco dimensões essenciais, a saber: (i) percepção de ausência de independência na esfera do alojamento, (ii) limitações acentuadas na autonomia financeira (iii) agravamento do estado de saúde; (iv) fragilização severa de vínculos; (v) constrangimentos no acesso e usufruto de bens e serviços; e (vi) experiências de migração não sucedida.

No âmbito da primeira destas dimensões foram apresentadas dificuldades a dois níveis, um deles respeitante à ausência de condições de habitabilidade do local de pernoita e o outro à imposição de pagamento para permanência no espaço/imóvel. A necessidade de mudança regular é, para os homens, o fator que gera maior percepção de limitação [n= 11; %= 28,95%], seguido da pernoita em locais infestados por roedores e/ou insetos [n= 9; %= 23,68%], e a partilha de espaços com pessoas em quem não confiam [n= 9; %= 23,68%]. Em contraste, as mulheres salientam a permanência em habitação degradada [n=3; %= 7,89%], o sentir-se “obrigada” a afetar grande parte da verba disponível para alojamento [n=3; %= 7,89%], assim como a realização de favores em troca de autorização de permanência no local/imóvel [n=3; %= 7,89%]. Estas descobertas vão ao encontro de resultados reportados na literatura da especialidade, em que se aponta maior prevalência do género masculino em situações de sem-teto e habitação inadequada, muitas das quais em contextos que desafiam a dignidade humana no seu mais íntimo (*e.g.*, pernoita junto de caixotes de lixo industrial, recurso a estábulos e estrebarias) e/ou que exigem a partilha de espaços com outros indivíduos com quem mantêm conflito verbal e físico. Em relação às mulheres são apontadas, como já indicámos, trajetórias mais curtas, com recurso a apoio para alojamento, o que, também, se verifica para as participantes neste estudo (*e.g.*, Brousse, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010). Existem, também diferenças, no tipo de favores que são solicitados em troca de alojamento, dado que, enquanto para o género masculino, estes tendem a centrar-se na entrega de dinheiro ou bens/objetos que têm em sua posse (*e.g.*, comida, cigarros, droga), para as mulheres são frequentes as solicitações de prestação de favores sexuais, ao próprio e, por vezes, a outros indivíduos que pernoitam no mesmo espaço.

Ausência de autonomia no alojamento		Gênero	Masculino	Feminino	Total
Limitações inerentes ao local/espço	Necessidade de mudança regular dos locais de pernoita	n % do total	11 (28,95%)	1 (2,63%)	12 (31,58%)
	Pernoita em locais infestados por roedores e insetos	n % do total	9 (23,68%)	1 (2,63%)	10 (26,32%)
	Partilha do espaço /alojamento com pessoas de quem desconfia e/ou teme	n % do total	9 (23,68%)	1 (2,63%)	10 (26,32%)
	Pernoita em espaços desabitados para evitar furtos e violência	n % do total	4 (10,53%)	2 (5,26%)	6 (15,79%)
	Permanência em habitação degradada	n % do total	6 (15,79%)	3 (7,89%)	9 (23,68%)
Imposições de pagamento	Pagamento de "renda" por pernoita em espaços devolutos/abandonados	n % do total	1 (2,63%)	0 (0,00%)	1 (2,63%)
	Obrigação de afetação de, pelo menos, 75% da verba disponível para pagamento de quarto	n % do total	2 (5,26%)	3 (7,89%)	5 (13,16%)
	Realização de favores como garantia de local de pernoita	n % do total	4 (10,53%)	3 (7,89%)	7 (18,42%)

Quadro 13 – Distribuição segundo fatores associados a ausência de autonomia na esfera do alojamento por género

Juntam-se, a este indicador, limitações acentuadas na autonomia financeira, resultantes da carência de fontes regulares de proventos, seja porque os/as participantes se mantiveram desempregados/as a maior parte da trajetória sem-abrigo [$n_{tot}= 35$; $\%_{tot}= 92,11\%$; $n_{mas}= 28$; $\%_{mas}= 73,68\%$; $n_{fem}= 7$; $\%_{fem}= 18,24\%$], ou, para um número inferior, devido ao término/cessação de subsídios [$n_{tot}= 6$; $\%_{tot}= 15,79\%$; $n_{mas}= 5$; $\%_{mas}= 13,16\%$; $n_{fem}= 1$; $\%_{fem}= 2,63\%$] e em resultado de incapacidade, atestada, para o trabalho [$n_{tot}=3$; $\%_{tot}= 7,89\%$; $n_{mas}= 2$; $\%_{mas}= 5,26\%$; $n_{fem}= 1$; $\%_{fem}= 2,63\%$]. Mesmo para aqueles/as que recorrem, como estratégias de subsistência financeira, à realização, periódica de atividades declaradas [$n_{tot}= 4$; $\%_{tot}= 10,53\%$; $n_{mas}= 3$; $\%_{mas}= 7,89\%$; $n_{fem}= 1$; $\%_{fem}= 2,63\%$], ou no registo da economia paralela [$n_{tot}= 15$; $\%_{tot}= 39,47\%$; $n_{mas}= 13$; $\%_{mas}= 34,21\%$; $n_{fem}= 2$; $\%_{fem}= 5,26\%$], os ganhos são reportados como insuficientes para fazer face às necessidades de uma vida condigna. Nas ocupações referenciadas incluem-se a construção civil [$n_{tot}= 22$; $\%_{tot}= 57,89\%$; $n_{mas}= 21$; $\%_{mas}= 55,26\%$; $n_{fem}= 1$; $\%_{fem}= 2,63\%$], a restauração [$n_{tot}= 12$; $\%_{tot}= 31,58\%$; $n_{mas}= 7$; $\%_{mas}= 18,42\%$; $n_{fem}= 5$; $\%_{fem}= 13,16\%$], jardinagem [$n_{tot}= 7$; $\%_{tot}= 18,42\%$; $n_{mas}= 5$; $\%_{mas}= 13,16\%$; $n_{fem}= 2$; $\%_{fem}= 5,26\%$], a limpeza

de habitações e estabelecimentos [$n_{tot} = 8$; $\%_{tot} = 21,05\%$; $n_{mas} = 5$; $\%_{mas} = 13,16\%$; $n_{fem} = 3$; $\%_{fem} = 7,89\%$], a montagem de *stands* e estruturas, em feiras [$n_{tot} = 4$; $\%_{tot} = 10,53\%$; $n_{mas} = 4$; $\%_{mas} = 10,53\%$; $n_{fem} = 0$; $\%_{fem} = 0,00\%$], bem como experiências de emprego temporário em grandes superfícies [$n_{tot} = 12$; $\%_{tot} = 31,58\%$; $n_{mas} = 9$; $\%_{mas} = 23,68\%$; $n_{fem} = 3$; $\%_{fem} = 7,89\%$]. Acresce ao referido a venda de produtos artesanais, elaborados pelo/a próprio/a [$n_{tot} = 3$; $\%_{tot} = 7,89\%$; $n_{mas} = 3$; $\%_{mas} = 7,89\%$; $n_{fem} = 0$; $\%_{fem} = 0,00\%$].

Integram-se, no segmento de envolvimento em atividades não regulamentadas na legislação em vigor ou ilegais [$n_{tot} = 19$; $\%_{tot} = 50,00\%$; $n_{mas} = 14$; $\%_{mas} = 36,84\%$; $n_{fem} = 5$; $\%_{fem} = 13,16\%$], atividades tão diversas como a prostituição, masculina [$n = 2$; $\% = 5,26$] e feminina [$n = 4$; $\% = 10,53\%$]; arrumação de carros [$n_{tot} = 18$; $\%_{tot} = 47,37\%$; $n_{mas} = 17$; $\%_{mas} = 44,74\%$; $n_{fem} = 1$; $\%_{fem} = 2,63\%$], furto [$n_{tot} = 6$; $\%_{tot} = 15,79\%$; $n_{mas} = 5$; $\%_{mas} = 13,16$; $n_{fem} = 1$; $\%_{fem} = 2,63\%$], pequeno tráfico [$n_{tot} = 14$; $\%_{tot} = 36,84\%$; $n_{mas} = 13$; $\%_{mas} = 34,21$; $n_{fem} = 1$; $\%_{fem} = 2,63\%$], mendicidade [$n_{tot} = 7$; $\%_{tot} = 18,42\%$; $n_{mas} = 5$; $\%_{mas} = 13,16$; $n_{fem} = 2$; $\%_{fem} = 5,26\%$], e, numa situação, o “arrendamento” de espaços abandonados/devolutos [$n_{mas} = 1$; $\%_{mas} = 2,63\%$].

Limitações na autonomia financeira		Género		Masculino	Feminino	Total
		n	% do total			
Ausência de fontes de rendimento regulares de proventos	Inexistência de ocupação remunerada regular	n	% do total	28 (73,68%)	7 (18,42%)	35 (92,11%)
	Término/cessação de subsídios	n	% do total	5 (13,16%)	1 (2,63%)	6 (15,79%)
	Incapacidade, atestada, para o trabalho	n	% do total	2 (5,26%)	1 (2,63%)	3 (7,89%)
Insuficiência dos rendimentos irregulares	Realização, periódica, de atividades declaradas	n	% do total	3 (7,89%)	1 (2,63%)	4 (10,53%)
	Realização, periódica, de atividades no registo de economia paralela	n	% do total	13 (34,21%)	2 (5,26%)	15 (39,47%)
	Realização de atividades não regulamentadas/ilegais	n	% do total	21 (55,26%)	5 (13,16%)	26 (68,42%)
Agravamento do valor da dívida	Não pagamento de dívidas	n	% do total	1 (2,63%)	1 (2,63%)	2 (5,26%)
	Contração de novas dívidas	n	% total	2 (5,26%)	3 (7,89%)	5 (13,16%)

Quadro 14 – Distribuição segundo as limitações severas na autonomia financeira por género

Em estreita articulação com a variável anterior são também constringidas as oportunidades de acesso/usufruto de bens e serviços. Dos/as 38 participantes que constituem esta subamostra, 35 [%= 92,11%; $n_{mas}= 29$; $\%_{mas}= 76,32$; $n_{fem}= 6$; $\%_{fem}= 15,79\%$] reportam restrição acentuada dos bens em sua posse, a que acresce, no grupo dos homens [$n=15$; %= 39,47%] a percepção de discriminação no acesso de direitos/regalias previstos na legislação (e.g., candidatura a subsídios, solicitação de apoio camarário para alojamento), e no das mulheres, o furto/roubo de bens [$n=4$; %= 2,63].

Limitações no acesso e usufruto de bens e serviços		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Restrição acentuada dos bens em sua posse	n % do total	29 (76,32%)	6 (15,79%)	35 (92,11%)
Limitação no acesso a espaços/ contextos de frequência não especificada	n % do total	3 (7,89%)	1 (2,63%)	4 (10,53%)
Discriminação no acesso e usufruto de direitos/regalias previstos na legislação	n % do total	15 (39,47%)	3 (7,89%)	18 (47,37%)
Furtos e roubos (vítima)	n % total	9 (23,68%)	4 (10,53%)	13 (34,21%)

Quadro 15 – Distribuição segundo limitações no acesso e usufruto de bens e serviços

A situação de sem-abrigo trouxe consigo o agravamento do estado de saúde, para a generalidade dos/as entrevistados/as, sendo comuns descrições de sofrimento físico e psicológico, por parte de ambos os géneros. Como se constata no Quadro em baixo, 10 sofreram evolução das doenças físicas que já detinham [%_{tot}= 26,32%; $n_{mas}= 9$; $\%_{mas}= 23,68\%$; $n_{fem}= 1$; $\%_{fem}= 2,63\%$] e 14 tiveram conhecimento da doença, já no decurso da sua experiência em situação de sem-abrigo [%_{tot}= 36,84%; $n_{mas}= 12$; $\%_{mas}= 31,58\%$; $n_{fem}= 2$; $\%_{fem}= 5,26\%$]. Acresce ao referido que 5 possuem limitação física, impeditiva de deslocação a pé, sem restrições [%_{tot}= 13,16%; $n_{mas}= 4$; $\%_{mas}= 10,53$; $n_{fem}= 1$; $\%_{fem}= 2,63\%$].

Em relação ao bem-estar psicológico, as informações são mais parcas, tendo sido referida percepção de agravamento de perturbação psiquiátrica prévia, por 6 pessoas

[%_{tot} = 15,79%; n_{mas} = 5; %_{mas} = 13,16%; n_{fem} = 1; %_{fem} = 2,63%], embora só 1 tenha associado a situação de sem-abrigo ao surgimento de sintomas [n_{mas} = 1; %_{mas} = 2,63%]. No entanto, 5 pessoas [%_{tot} = 13,16%; n_{mas} = 3; %_{mas} = 7,89%; n_{fem} = 2; %_{fem} = 5,26%] reportaram ter tentado o suicídio, todas elas mais do que uma vez. Por último, em relação ao consumo de substâncias, confirma-se o aumento dos consumos de álcool, nos homens [n_{mas} = 9; %_{mas} = 23,68%] e, para ambos os géneros, de drogas ilícitas [n_{mas} = 11; %_{mas} = 28,95%; n_{fem} = 3; %_{fem} = 7,89%], com maior expressão nestas últimas, dados que são confirmados em muitos estudos subordinados às variáveis aqui reportadas (e.g., Prigerson, *et al.*, 2003; Burrows, *et al.*, 2013; Nilsson, *et al.*, 2013; Binswanger, *et al.*, 2013; Nunez & Adams, 2014; Narayana, *et al.*, 2014).

Agravamento do estado de saúde		Género		Masculino	Feminino	Total	
		n	% do total				
Aumento das limitações físicas	Evolução de doenças prévias	9	(23,68%)	1	(2,63%)	10 (26,32%)	
	Deteção de sintomas de nova doença	12	(31,58%)	2	(5,26%)	14 (36,84%)	
	Incremento da dificuldade em deslocar-se	4	(10,53%)	1	(2,63%)	5 (13,16%)	
Diminuição do bem-estar psicológico	Agravamento de perturbação psiquiátrica diagnosticada	5	(13,16%)	1	(2,63%)	6 (15,79%)	
	Surgimento de sintomas de perturbação psiquiátrica	1	(2,63%)	0	(0,00%)	1 (2,63%)	
	Tentativa de suicídio	3	(7,89%)	2	(5,26%)	5 (13,16%)	
Dependência de substâncias (i)lícitas	Álcool	Aumento do consumo	9	(23,68%)	0	(0,00%)	9 (23,68%)
		Início de consumo abusivo	1	(2,63%)	1	(2,63%)	2 (5,26%)
	Drogas ilícitas	Aumento do consumo	11	(28,95%)	3	(7,89%)	14 (36,84%)
		Início de consumo	1	(2,63%)	0	(0,00%)	1 (2,63%)
	Consumo de outras substâncias	Aumento do consumo	2	(5,26%)	0	(0,00%)	2 (5,26%)
		Início de consumo	1	(2,63%)	0	(0,00%)	1 (2,63%)

Quadro 16 – Distribuição segundo o agravamento do estado de saúde por género

Acresce, por fim, uma tendência de apreciação global negativa quanto à existência e robustez de vínculos, a outros e à comunidade, que se consubstancia, na: (i) percepção de ausência de suporte familiar [$n_{tot}= 32$; $\%_{tot}= 84,21\%$; $n_{mas}= 27$; $\%_{mas}= 71,05\%$; $n_{fem}= 5$; $\%_{fem}= 3,16\%$], (ii) fragilidade de laços com a comunidade [$n_{tot}= 37$; $\%_{tot}= 97,37\%$; $n_{mas}= 29$; $\%_{mas}= 76,32\%$; $n_{fem}= 8$; $\%_{fem}= 21,05\%$], e (iii) generalizada desconfiança relativamente a pessoas e organismos [$n_{tot}= 26$; $\%_{tot}= 68,42\%$; $n_{mas}= 22$; $\%_{mas}= 57,89\%$; $n_{fem}= 4$; $\%_{fem}= 10,53\%$]. Para além destes elementos foram ainda mencionadas tentativas não sucedidas de emigração irregular, já no decurso da experiência de sem-abrigo, por parte de 4 homens [$\%= 10,53\%$] e de 2 mulheres [$\%= 5,26\%$], tendo, 2 adultos [$\%=5,26\%$], sido vítimas de tráfico de seres humanos (no âmbito do trabalho escravo em quintas).

Fragilização de vínculos		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Ausência de suporte familiar	n % do total	27 (71,05%)	5 (13,16%)	32 (84,21%)
Fragilidade dos laços com a comunidade	n % do total	29 (76,32%)	8 (21,05%)	37 (97,37%)
Desconfiança generalizada	n % do total	22 (57,89%)	4 (10,53%)	26 (68,42%)
Outros (<i>e.g.</i> , limitação do poder parental)	n % total	9 (23,68%)	4 (10,53%)	13 (34,21%)

Quadro 17 – Distribuição segundo a fragilização de vínculos por género

Por último, no que concerne tentativas de saída, percecionadas pelos/as próprios/as como reais esforços no sentido da reinserção em sociedade, 9 participantes [$\%_{tot}= 23,68\%$; $n_{mas}= 7$; $\%_{mas}= 18,42\%$; $n_{fem}= 2$; $\%_{fem}= 5,26\%$] mencionaram já ter investido nesse sentido mais de 10 vezes, nas várias experiências que tiveram em situação de sem-abrigo; categoria a que se segue a realização de 1-5 tentativas numa experiência ininterrupta [$n_{tot}= 6$; $\%_{tot}= 15,79\%$; $n_{mas}= 4$; $\%_{mas}= 10,53\%$; $n_{fem}= 2$; $\%_{fem}= 5,26\%$]. Notabiliza-se, ainda, que 5 adultos/as indicaram não ter efetuado, ainda, qualquer esforço organizado na direção da saída sucedida [$\%_{tot}= 13,16\%$; $n_{mas}= 3$; $\%_{mas}= 7,89\%$; $n_{fem}= 2$; $\%_{fem}= 5,26\%$].

Tentativas de saída		Género			
		Masculino	Feminino	Total	
Nenhuma		n % do total	3 (7,89%)	2 (5,26%)	5 (13,16%)
Várias tentativas no contexto de uma só experiência	[1-5]	n % do total	4 (10,53%)	2 (5,26%)	6 (15,79%)
	[6-10]	n % do total	3 (7,89%)	1 (2,62%)	4 (10,53%)
	> 10	n % do total	4 (10,53%)	1 (2,62%)	5 (13,16%)
Depois de várias tentativas e experiências em situação de sem-abrigo	[1-5]	n % do total	4 (10,53%)	0 (0,00%)	4 (10,53%)
	[6-10]	n % do total	7 (18,42%)	2 (5,26%)	9 (23,68%)
	> 10	n % do total	5 (13,16%)	0 (0,00%)	5 (13,16%)
Total		n % total	30 (78,95%)	8 (21,05%)	38 (100,00%)

Quadro 18 – Distribuição segundo tentativas de saída sucedida e usufruto de bens e serviços por género

A nível dos fatores que motivaram as tentativas de saída (não sucedida) são verbalizados fatores de natureza muito distinta, parte dos quais apresentados em conjunto. No computo global, a variável mais referida prende-se com o acesso a verba suficiente para arrendamento de imóvel, reportada por 12 dos/as inquiridos/as [%_{tot}= 31,58%; n_{mas}= 11; %_{mas}= 28,95%; n_{fem}= 1; %_{fem}= 2,63%], estando esta associada a 5 alusões à integração no mercado de trabalho [%_{tot}= 13,16%; n_{mas}= 5; %_{mas}= 3,16%; n_{fem}= 0; %_{fem}= 0,00%], 4 a atribuição de subsídio(s) [n_{tot}= 4; %_{tot}= 10,53%; n_{mas}= 3; %_{mas}= 7,89%; n_{fem}= 1; %_{fem}= 2,63%] e, ainda, 3 a obtenção de reforma por invalidez [n_{tot}= 3; %_{tot}= 7,89%; n_{mas}= 3; %_{mas}= 7,89%; n_{fem}= 0; %_{fem}= 0,00%]. O apoio por parte de elementos de confiança foi também apreciado como relevante, tendo os homens reportado auxílio por parte de profissionais [n= 6; %_{tot}= 15,79%], e as mulheres por familiares [n= 2; %_{tot}= 5,26%] e membros da comunidade [n= 1; %_{tot}= 2,63%]. Distinguem-se, ainda, 6 menções a integração em processo de desintoxicação [%_{tot}= 15,79%; n_{mas}= 4; %_{mas}= 10,53%; n_{fem}= 2; %_{fem}= 5,26%] e outras tantas a não adaptação à rua [%_{tot}= 15,79%; n_{mas}= 4; %_{mas}= 10,53%; n_{fem}= 2; %_{fem}= 5,26%].

Motivadores saída sucedida		Género		Masculino	Feminino	Total (em 38 pessoas)
		n	% do total			
Apoio por parte de elementos de confiança	Familiar(es)	n	% do total	0 (0,00%)	2 (5,26%)	2 (5,26%)
	Membro da comunidade	n	% do total	0 (0,00%)	1 (2,63%)	1 (2,63%)
	Profissional(ais)	n	% do total	6 (15,79%)	0 (0,00%)	6 (15,79%)
Experiência de quase morte seguida de internamento prolongado		n	% do total	2 (5,26%)	0 (0,00%)	2 (5,26%)
Integração em Centro de Acolhimento		n	% do total	4 (10,53%)	0 (0,00%)	4 (10,52%)
Integração em processo de desintoxicação (álcool e/ou drogas ilícitas)		n	% do total	4 (10,53%)	2 (5,26%)	6 (15,79%)
Medo/não adaptação à rua		n	% do total	4 (10,53%)	2 (5,26%)	6 (15,79%)
Migração		n	% do total	2 (5,26%)	1 (2,63%)	3 (7,89%)
Acesso a verba suficiente para arrendamento de imóvel	Obtenção de emprego	n	% do total	5 (13,16%)	0 (0,00%)	5 (13,16%)
	Atribuição de subsídio	n	% do total	3 (7,89%)	1 (2,63%)	4 (10,53%)
	Atribuição de reforma por invalidez	n	% do total	3 (7,89%)	0 (0,00%)	3 (7,89%)

Quadro 19 – Distribuição segundo motivadores de saída sucedida e usufruto de bens e serviços por género

Desta breve caracterização sobressai a elevada heterogeneidade de variáveis que os/as próprios sinalizam como elementos importantes para a compreensão da situação de sem-abrigo, em particular no que respeita aos fatores precipitantes e agravantes das suas circunstâncias quanto ao alojamento, assim como às sequelas que identificam, e que atribuem à permanência, para a maioria em registo crónico, em circunstâncias de privação severa. Respeitamos, por conseguinte, um dos pressupostos mais caros à seleção de uma amostra teórica, o da inclusão dos atributos/caraterísticas que permitem uma visão englobante da problemática, atendendo à sua multiplicidade e às manifestações múltiplas que pode incorporar (*cf.*, Glaser, 1978, 2001, 2006, 2009b, 200c; Charmaz, 2000; Cutcliffe, 2000; Pires, 2001; McCarthy, 2006). Nesta subamostra esta preocupação é facilmente detetável, não só porque estamos perante agregado

muito diversificado de variáveis, que não se circunscrevem à elencagem de elementos de caracterização demográfica, incluindo, também, informações que possibilitam a compreensão das suas circunstâncias e que abrangem todas as tipologias consideradas na ETHOS (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007).

4.2.1.2 SUBAMOSTRA 2. PROFISSIONAIS

One of the main benefits of theoretical sampling is it allows for flexibility in the research process. It provides the researcher the opportunity to change the emphasis early on so that data gathered are a reflection of what is occurring in the field rather than speculation about what is observed.

Ng & Haase, 2008, p. 159

À semelhança do que ocorreu para a subamostra 1, também neste grupo não se procedeu a qualquer tentativa de equilíbrio da distribuição segundo as variáveis de caracterização género, idade ou tempo de serviço (com pessoas em situação de sem-abrigo) porque, e como temos vindo a indicar, a constituição da amostra teórica foi guiada pela teoria emergente, sendo preocupação essencial a compreensão profunda da área substantiva, a partir dos padrões discursivos e comportamentais daqueles/as que estão nela envolvidos/as e que podem trazer mais-valia para a *leitura* do fenómeno (*cf.*, Glaser, 1978, 1992, 1998, 2004, 2006, 2009c, 2010; Charmaz, 2000; Cutcliffe, 2000). Tivemos, por conseguinte, em consideração a diversidade de experiências e de visões críticas destes/as profissionais (*e.g.*, psicólogos/os e profissionais de Serviço Social que colaboram nos Giros de rua, técnicas de Educação que desenvolvem atividades de animação em Centros de Acolhimento e/ou em Centros de dia; terapeutas em contexto

de Centro de Acolhimento), tendo sido estes os argumentos que sustentaram a sua integração nesta amostra¹³⁰.

Iniciando, de imediato a descrição da subamostra, relembramos o/a leitor/a que a compõem um total de 47 participantes, de ambos os géneros [$n_{mas.} = 12$; $n_{fem.} = 35$] e com idades que se situam entre os 23 e os 56 anos [$m = 33,44$; $d.p. = 7,39$]. Como indicámos, 2 inquiridas não quiseram dizer-nos a sua idade, pelo que a distribuição que se apresenta em seguida respeita a 45 profissionais. Com facilidade se identifica, a partir da análise do Quadro 20, clara concentração da distribuição nas faixas etárias situadas entre os 25 e os 39 anos [$n_{tot} = 32$; $\%_{tot} = 71,11\%$; $n_{mas} = 10$; $\%_{mas} = 22,22\%$; $n_{fem} = 22$; $\%_{fem} = 48,89\%$]. Releva, ainda, que 6 profissionais [$\% = 13,33\%$] possuem idade inferior a 25 anos, e que, no extremo oposto, apenas 1 [$\% = 2,22\%$] supera a idade de 50 anos.

Idade \ Género		Género		
		Masculino	Feminino	Total
[20-25[n	0	6	6
	% do total	(0,00%)	(13,33%)	(13,33%)
[25-30[n	1	6	7
	% do total	(2,22%)	(13,33%)	(15,56%)
[30-35[n	5	11	16
	% do total	(11,11%)	(24,44%)	(35,56%)
[35-40[n	4	5	9
	% do total	(8,89%)	(11,11%)	(20,00%)
[40-45[n	1	2	3
	% do total	(2,22%)	(4,44%)	(6,67%)
[45-50[n	0	3	3
	% do total	(0,00%)	(6,67%)	(6,67%)
[50-55[n	0	0	0
	% do total	(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)
[55-60[n	1	0	1
	% do total	(2,22%)	(0,00%)	(2,22%)
Total	n	12	33	45
	% total	(26,67%)	(73,33%)	(100,00%)

Quadro 20 – Distribuição segundo a idade por género

¹³⁰ Consideraram-se, para este efeito, a profissão desempenhada, o contexto de trabalho, a participação prévia em iniciativas de formação específica, assim como a sua apreciação de eventual influência de experiências pessoais na perspetiva sobre esta problemática e as pessoas que a vivenciam.

Em relação ao perfil profissional verifica-se uma maior representação de profissionais de Serviço Social [$n_{\text{tot}} = 26$; $\%_{\text{tot}} = 55,32\%$; $n_{\text{mas}} = 8$; $\%_{\text{mas}} = 17,02\%$; $n_{\text{fem}} = 18$; $\%_{\text{fem}} = 38,30\%$] e de Psicologia [$n_{\text{tot}} = 12$; $\%_{\text{tot}} = 25,53\%$; $n_{\text{mas}} = 1$; $\%_{\text{mas}} = 2,13\%$; $n_{\text{fem}} = 11$; $\%_{\text{fem}} = 23,40\%$], comparativamente com outras ocupações. Esta diferença, com maior intensidade no género feminino, advém, por um lado, da tendência, já reportada, de feminização destas profissões (*e.g.*, Matos *et al.*, 2013; Yannoulas, 2013; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014) e, por outro, da afetação preferencial destes/as técnicos/as para a realização dos Giros de rua noturnos diários, na cidade de Coimbra.

Perfil profissional		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Educação/Animação sociocultural	n	0	5	5
	% do total	(0,00%)	(10,64%)	(10,64%)
Serviço Social	n	8	18	26
	% do total	(17,02%)	(38,30%)	(55,32%)
Psicologia	n	1	11	12
	% do total	(2,13%)	(23,40%)	(25,53%)
Enfermagem	n	1	0	1
	% do total	(2,13%)	(0,00%)	(2,13%)
Auxiliar de Serviços Gerais	n	2	1	3
	% do total	(4,26%)	(2,13%)	(6,38%)
Total	n	12	35	47
	% do total	(25,53%)	(74,47%)	(100,00%)

Quadro 21 – Distribuição segundo o perfil profissional por género

Dos/as entrevistados/as, 27 [$\% = 57,45\%$] trabalham em contexto de rua e 20 em contexto institucional [$\% = 42,55\%$], sendo equilibrada a distribuição em termos do género masculino, com maior incidência de profissionais mulheres em contexto de rua. Para este maior número concorreu, não só a diversidade de equipas de rua existentes no concelho [parte das quais afetas à intervenção com problemáticas específicas (*e.g.*, toxicod dependência, prostituição de rua)], mas igualmente a elevada mutabilidade dos/as técnicos/as contratados para prestação de serviços neste âmbito, parte destes em registo de estágio profissional ou Contrato Emprego Inserção.

Contexto de trabalho		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Contexto de rua	n	6	21	27
	% do total	(12,77%)	(44,68%)	(57,45%)
Contexto institucional	n	6	14	20
	% do total	(12,77%)	(29,79%)	(42,55%)
Total	n	12	35	47
	% total	(25,53%)	(74,47%)	(100,00%)

Quadro 22 – Distribuição segundo o contexto de trabalho por género

A distribuição de resultados, segundo o tempo de serviço com pessoas em situação de sem-abrigo, permite confirmar a indicação de que estamos perante um grupo heterogéneo, também no que concerne este domínio. Para os homens a distribuição é similar nas três últimas categorias consideradas [n= 4; %= 8,51%]. Contudo, para as suas congéneres tal não se verifica, uma vez que a categoria mais numerosa respeita ao período situado entre 1 e 5 anos [n= 13; %= 27,66%], que precede o desempenho profissional há menos de um ano nesta área [n= 12; %= 25,53%]. No extremo superior, que se reporta a experiência mínima superior a 10 anos, encontram-se 6 profissionais [n= 6; %= 12,77%], 4 destes homens [n= 4; %= 8,51%] e 2 mulheres [n= 2; %= 4,26%].

Tempo de serviço (anos)		Género		Total
		Masculino	Feminino	
< 1	n	0	12	12
	% do total	(0,00%)	(25,53%)	(25,53%)
[1-5]	n	4	13	17
	% do total	(8,51%)	(27,66%)	(36,17%)
[6-10]	n	4	8	12
	% do total	(8,51%)	(17,02%)	(25,53%)
> 10	n	4	2	6
	% do total	(8,51%)	(4,26%)	(12,77%)
Total	n	12	35	47
	% total	(25,53%)	(74,47%)	(100,00%)

Quadro 23 – Distribuição segundo o tempo de serviço por género

Se cruzarmos as duas dimensões que apresentamos, anteriormente, confirmamos diferenças a nível da experiência, tendo em consideração o contexto de

realização das funções por parte dos/as técnicos/as. Como se pode confirmar através dos dados compilados no Quadro subsequente, a experiência de 9 dos/as 27 profissionais que trabalham em contexto de rua, não ascende a um ano, sendo idêntico o número correspondente ao período situado entre 1 e 5 anos [n= 9; %= 19,15%]. Note-se, ainda, que apenas 1 profissional [%= 2,13] se encontra há mais de 10 anos a trabalhar em contexto de rua. No entanto, para o contexto institucional a tendência da distribuição é mais equilibrada, situando-se o número mais elevado de técnicos/as no período de 1 a 5 anos [n=8; %= 17,02%]. Nos extremos inferior e superior da distribuição encontram-se, respetivamente, 3 [%= 6,38%] e 5 profissionais [%= 10,64%].

Género		Contexto de rua	Contexto institucional	Total
Tempo de serviço				
< 1	n	9	3	12
	% do total	(19,15%)	(6,38%)	(25,53%)
[1-5]	n	9	8	17
	% do total	(19,15%)	(17,02%)	(36,17%)
[6-10]	n	8	4	12
	% do total	(17,02%)	(8,51%)	(25,53%)
> 10	n	1	5	6
	% do total	(2,13%)	(10,64%)	(12,77%)
Total	n	27	20	47
	% do total	(57,45%)	(42,55%)	(100,00%)

Quadro 24 – Distribuição segundo o tempo de serviço por contexto de trabalho

No que respeita à variável formação específica, a vasta maioria das respostas é, para ambos os géneros, negativa [n_{tot}= 39; %= 89,98%; n_{mas}= 10; %= 21,28%; n_{fem}= 29; %= 61,70%]. Acresce ao referido que, dos/as 8 respondentes [%= 17,02%] que referiram já ter participado em iniciativas subordinadas à temática da situação de sem-abrigo, 7 [%= 14, 89%] referenciam atividades de curta duração (e.g., workshops, cursos breves, congressos, seminários, colóquios) e, apenas, 1 [%= 2,13%], refere envolvimento numa atividade de formação com duração superior a 50 horas.

Formação específica		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Não	n	10	29	39
	% do total	(21,28%)	(61,70%)	(82,98%)
Sim	n	2	6	8
	% do total	(4,26%)	(12,77%)	(17,02%)
Total	n	12	35	47
	% total	(25,53%)	(74,47%)	(100,00%)

Quadro 25 – Distribuição segundo a formação específica por género

Por fim, no contexto da reflexão sobre potenciais influências na opinião sobre a situação de sem-abrigo e as pessoas que a experienciam, a maior parte dos/as entrevistados não reconheceu influências de relevo na sua perspetiva [$n_{tot}= 39$; $\%_{tot}= 82,98\%$; $n_{mas}= 7$; $\%_{mas}= 14,89\%$; $n_{fem}= 32$; $\%_{fem}= 68,09\%$]. Para estes/as profissionais, as apreciações tecidas resultam do contacto direto com pessoas, no contexto do exercício da profissão, sendo eventuais influências políticas, sociais, culturais, ou outras, tidas como pouco a nada relevantes. De entre o grupo que reconhece interferência de elementos, não circunscritos à esfera da ação profissional, na sua opinião, destaca-se o reconhecimento do agravamento da conjuntura económica e social do país [$n= 7$; $\%= 14,89\%$], a constatação de que não possuem informação suficiente para uma compreensão profunda da problemática [$n= 6$; $\%= 12,77\%$], assim como a experiência da situação de sem-abrigo, por parte do/a próprio/a [$n= 3$; $\%= 6,38\%$], em momentos anteriores da sua vida, e/ou de membros da família [$n= 1$; $\%= 2,13\%$].

Reconhecimento de influência		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Não	n	7	32	39
	% do total	(14,89%)	(68,09%)	(82,98%)
Sim	n	5	3	8
	% do total	(10,64%)	(6,38%)	(17,02%)
Total	n	12	35	47
	% total	(25,53%)	(74,47%)	(100,00%)

Quadro 26 – Distribuição segundo o reconhecimento de influência por género

Se analisarmos estes resultados atendendo ao tempo de serviço, na área, somos confrontados/as com um dado interessante, uma vez que nenhum dos/as técnicos/as com experiência há menos de um ano sinalizou potenciais influências de relevo na sua opinião. Em contraste, vemos que é na categoria dos 6 e os 9 anos de experiência que estas são reconhecidas por um maior número de profissionais [n= 6; %= 12,77%], a que acresce 1 [%= 2,13%] que integra a categoria entre 1 a 4 anos de trabalho, e outro [%= 2,13%], que já ultrapassou os 10 anos no desempenho de funções neste domínio.

Reconhecimento de influência		Não	Sim	Total
Tempo de serviço (anos)				
< 1	n % do total	12 (25,35%)	0 (0,00%)	12 (25,53%)
[1, 5]	n % do total	16 (34,04%)	1 (2,13%)	17 (36,17%)
[6-10]	n % do total	6 (12,77%)	6 (12,77%)	12 (25,53%)
> 10	n % do total	5 (10,64%)	1 (2,13%)	6 (12,77%)
Total	n % total	39 (82,98%)	8 (17,02%)	47 (100,00%)

Quadro 27 – Distribuição segundo o tempo de serviço pelo reconhecimento de influência

Ultimada a tarefa de apresentação da subamostra 2 destaca-se, mais uma vez, e em grande parte dos fatores considerados, alguma pluralidade, particularmente no que se reporta à experiência de serviço, aos perfis profissionais e ao contexto de intervenção. Sobressai, todavia, uma percentagem elevada de técnicos/as que não possui formação específica no domínio e, também, que não reconhece influência a outras dimensões, que não a sua experiência, na perspetiva que apresenta sobre esta problemática.

4.2.1.3 SUBAMOSTRA 3. PESSOAS COM EXPERIÊNCIA TRANSATA DA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

By using the worst – or best – cases, the characteristics of the phenomenon or experience we are studying become most obvious, clear, and emerge more quickly and ‘cleanly’

Morse, 2007, p. 234

A subamostra 3 é composta, como indicado no ponto 4.2.2, por adultos/as que, tendo experienciado a situação de sem-abrigo, em períodos trasatos da sua trajetória, no período de realização deste projeto de investigação participavam, de forma ativa e independente, na(s) comunidades(s) em que habita(va)m, de acordo com um conjunto diverso de critérios¹³¹. Corporizam este agregado, a autonomização, pelo período mínimo de dois anos, nas dimensões: (i) alojamento (*e.g.*, arrendamento de imóvel em condições que comprem as normas de habitabilidade nacionais), (ii) financeira (*e.g.*, integração estabilizada no mercado de trabalho, subsistência assegurada através de reforma por invalidez), (iii) ocupacional (*e.g.*, realização de atividades ocupacionais regulares, remuneradas ou não), (iv) recreacional e de bem-estar (*e.g.*, integração em hobbies e/ou iniciativas de lazer, participação em atividades religiosas), (v) cumprimento de direitos e deveres de cidadania (*e.g.*, regularização da sua situação face às Finanças e Segurança Social, conhecimento dos seus direitos enquanto cidadão/a), (vi) enriquecimento da rede de relações (*e.g.*, aumento e aprofundamento de amizades, reativação de relacionamentos de proximidade com membros da família, desenvolvimento de relações laborais) e os vínculos à comunidade (*e.g.*, perceção de pertença à comunidade, participação em iniciativas comunitárias), a que se associa (vii) assunção de responsabilidade, relativamente às mudanças encetadas no período pós-situação de sem-abrigo (*e.g.*, apreciação crítica das conquistas efetuadas, responsabilização pela gestão do quotidiano).

¹³¹ A compilação destes elementos respeita a legislação portuguesa e europeia, assim como os referentes mais comuns de análise de inclusão/exclusão, nas democracias ocidentais, e na contemporaneidade (*e.g.*, Gouthro, 2007; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2010; EUROSTAT, 2010a, 2010b, 2010c; Sugawara *et al.*, 2010; Social Watch, 2010; European Anti-poverty Network Ireland, 2011; European Commission - DG for Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011a; European Parliament, 2011; Hurlbut, Robbins, & Hoke, 2011; Rybkowska & Schneider, 2011; World Health Organization, Regional Office for Europe, 2011; Daly, 2013).

Expostos os referentes que orientaram a seleção dos elementos desta subamostra teórica prosseguimos, de imediato, para a sua descrição. Compõe-na 11 adultos/as, com idade mínima de 20 e máxima de 53 anos [$m = 35,18$; $d.p. = 11,74$], de ambos os géneros [$n_{mas} = 5$; $\%_{mas} = 45,45\%$; $n_{fem} = 6$; $n_{fem} = 54,55\%$]¹³².

Idade \ Género		Masculino	Feminino	Total
[20-25[n	0	3	3
	% do total	(0,00%)	(27,27%)	(27,27%)
[25-30[n	0	0	0
	% do total	(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)
[30-35[n	0	2	2
	% do total	(0,00%)	(18,18%)	(18,18%)
[35-40[n	1	0	1
	% do total	(9,09%)	(0,00%)	(9,09%)
[40-45[n	2	1	3
	% do total	(18,18%)	(9,09%)	(27,27%)
[45-50[n	1	0	1
	% do total	(9,09%)	(0,00%)	(9,09%)
[50-55[n	1	0	1
	% do total	(9,09%)	(0,00%)	(9,09%)
Total	n	5	6	11
	% total	(45,45%)	(54,55%)	(100,00%)

Quadro 28 – Distribuição segundo a idade por género

A distribuição por idades é distinta para homens e mulheres, centrando-se os primeiros nas faixas etárias entre os 35 e os 55 anos [$n_{[35-40[} = 1$; $\%_{[35-40[} = 9,09\%$; $n_{[40-45[} = 2$; $\%_{[40-45[} = 18,18\%$; $n_{[45-50[} = 1$; $\%_{[45-50[} = 9,09\%$; $n_{[50-55[} = 1$; $\%_{[50-55[} = 9,09\%$], e as segundas entre os 20 e os 45 [$n_{[20-25[} = 3$; $\%_{[20-25[} = 27,27\%$; $n_{[30-35[} = 2$; $\%_{[30-35[} = 18,18\%$; $n_{[40-45[} = 1$; $\%_{[40-45[} = 9,09\%$]. Note-se, ainda, que, 3 das participantes [$\% = 27,27\%$] possuem idade inferior a 25 anos. Dados que vão ao encontro da informação que aponta para trajetórias, tendencialmente, mais longas, de vivenciação da situação de sem-abrigo e, também, de saída nos indivíduos do género masculino (*cf.*, Busch-Geertsema *et al.*, 2010;

¹³² Em termos de distribuição de género trata-se de uma amostra equilibrada, sendo esta proporcional harmonia resultante da integração de pessoas com trajetórias distintas de saída, particularmente no que concerne a (i) vivência da transição entre as subfases 3.1 e 3.2, bem como a (ii) evolução para a plena autonomia (pós fase 3).

Sakamoto *et al.*, 2010; Hurlbut, Robbins & Hoke, 2011; Russell, 2011; Huey, Fthenos & Hryniewicz, 2012; Cray *et al.*, 2013; Nusselder *et al.*, 2013; Thurston *et al.*, 2013).

Destes/as 11, 10 [%= 90,91%] habitam imóvel arrendado e 1 [%= 9,09%] próprio (adquirido através de empréstimo para habitação, que paga com parte do salário). É também de 10 o número de respondentes que possuem ocupação regular (empregado/a em restaurante e/ou cafetaria, operário/a em fábricas, auxiliar de serviços gerais em IPSS, balconista), subsistindo o elemento restante a partir da reforma por invalidez. Quatro adultos/as [%= 36,36%], 3 homens [%= 27,27%] e 1 mulher [%= 9,90%] possuem, ainda, ocupações secundárias, no registo da economia paralela, a que recorrem para aumento dos seus proventos. Nenhum referiu ganhos a partir de atividades ilegais.

O estado civil predominante, para ambos os géneros, é solteiro/a [%= 36,36%]. Revela, ainda, que apenas no género feminino a reinserção incluiu o estabelecimento de relações de intimidade conjugal (1 casou e a outra vive com o parceiro em união de facto). O único participante divorciado [%= 9,09%] é do género masculino.

Estado civil \ Género		Masculino	Feminino	Total
Solteiro/a	n	4	4	8
	% do total	(36,36%)	(36,36%)	(72,73%)
Casado/a	n	0	1	1
	% do total	(0,00%)	(9,09%)	(9,09%)
União de facto	n	0	1	1
	% do total	(0,00%)	(9,09%)	(9,09%)
Divorciado/a	n	1	0	1
	% do total	(9,09%)	(0,00%)	(9,09%)
Total	n	5	6	11
	% total	(45,45%)	(54,55%)	(100,00%)

Quadro 29 – Distribuição segundo o estado civil por género

São pai/mãe 3 dos/as participantes [%= 27,27%], dos/as quais 1 [%= 9,09%] possui os filhos a seu cargo, 1 possui custódia partilhada [%= 9,09%] e, por fim, a última reportou situações diversas que incluem, retirada e posterior adoção (no período

em que se encontrou em situação de sem-abrigo), custódia a cargo de avós paternos de 2 filhos e coabitação com 3 filhos.

Deste grupo, 2 adultos/as [%=18,18%] experienciaram a situação de sem-abrigo por um período inferior a 1 ano; 7 [%63,64%] entre 1 e 5 anos, e apenas 1 [9,09%] descreveu trajetória superior a 10 anos. Sobressai, ainda, que nenhuma mulher esteve em circunstâncias de privação habitacional severa por um período superior a 4 anos, enquanto que tal não sucede no grupos dos homens. Diga-se, em aprofundamento da referência anterior, que os dois relatos de experiências mais longas (superiores a 6 anos) incluíram temporadas de vários meses em situação de sem-teto e habitação inadequada, que eram alternados entre si, associados ao consumo de substâncias (i)lícitas.

Situação de sem-abrigo (anos)		Género		
		Masculino	Feminino	Total
< 1	n	1	1	2
	% do total	(9,09%)	(9,09%)	(18,18%)
[1-5]	n	2	5	7
	% do total	(18,18%)	(45,45%)	(63,64%)
[6-10]	n	1	0	1
	% do total	(9,09%)	(0,00%)	(9,09%)
> 10	n	1	0	1
	% do total	(9,09%)	(0,00%)	(9,09%)
Total	n	5	6	11
	% do total	(45,45%)	(54,55%)	(100,00%)

Quadro 30 – Distribuição segundo o tempo em situação de sem-abrigo, em anos, por género

A tipologia predominante, no período em situação de sem-abrigo, foi, à semelhança do que sucede para a subamostra 1, a situação de sem-teto [$n_{tot}= 8$; $\%_{tot}= 72,73\%$; $n_{mas}= 4$; $\%_{mas}= 36,36\%$; $n_{fem}= 4$; $\%_{fem}= 36,36\%$]. Os espaços referidos incluem pernoita em passeios, no chão de becos, em caixas multibancos, por debaixo de árvores e/ou arbustos, em parques, ou por debaixo de pilares de pontes, a que crescem temporadas de estadia em casas abandonadas, garagens abertas, e/ou fábricas devolutas. Apenas 1 mulher referiu que esteve em situação de habitação insegura [%= 9,09%].

Tipologias prévias de alojamento (ETHOS, 2007)		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Sem-teto	n	4	4	8
	% do total	(36,36%)	(36,36%)	(72,73%)
Sem-casa	n	0	0	0
	% do total	(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)
Habitação insegura	n	0	1	1
	% do total	(0,00%)	(9,09%)	(9,09%)
Habitação inadequada	n	1	1	2
	% do total	(9,09%)	(9,09%)	(18,18%)
Total	n	5	6	11
	% total	(45,45%)	(54,55%)	(100,00%)

Quadro 31 – Distribuição segundo a tipologia de alojamento predominante por género

Das experiências transatas sobressaem, para ambos os géneros, a habitação insegura [$n_{tot}= 5$; $\%_{tot}= 45,45\%$; $n_{mas}= 3$; $\%_{mas}= 27,27\%$; $n_{fem}= 2$; $\%_{fem}= 18,18\%$] e a habitação inadequada [$n_{mas}= 3$; $\%_{mas}= 27,27\%$; $n_{fem}= 2$; $\%_{fem}= 18,18\%$]. Apenas 2 homens [$\%= 18,18\%$] estiveram integrados em contexto de Centro de Acolhimento, por período entre 3 a 6 meses.

Tipologias prévias de alojamento (ETHOS, 2007)		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Sem-teto	n	0	1	1
	% do total	(0,00%)	(9,09%)	(9,09%)
Sem-casa	n	2	0	2
	% do total	(18,18%)	(0,00%)	(18,18%)
Habitação insegura	n	3	2	5
	% do total	(27,27%)	(18,18%)	(45,45%)
Habitação inadequada	n	3	2	5
	% do total	(27,27%)	(18,18%)	(45,45%)

Quadro 32 – Distribuição segundo experiência de outras tipologias de alojamento por género

Os fatores precipitantes referidos não distam daqueles que já foram descritos para os/as adultos/as que integram a subamostra 1, embora o número de fatores causais referenciado seja inferior. Estamos, de novo, perante considerável diversidade de

indicadores, dos quais se distingue, para homens e mulheres, o desemprego [$n_{\text{tot}}= 5$; $\%_{\text{tot}}= 45,45\%$; $n_{\text{mas}}= 3$; $\%_{\text{mas}}= 27,27\%$; $n_{\text{fem}}= 2$; $\%_{\text{fem}}= 18,18\%$]. O consumo de drogas ilícitas é mais frequente por parte de elementos do género masculino [$n= 3$; $\%= 27,27\%$], a que se seguem o consumo abusivo de álcool [$n= 2$; $\%_{\text{mas}}= 18,18\%$], a saída de estabelecimento prisional [$n= 2$; $\%_{\text{mas}}= 18,18\%$] e o não pagamento de dívidas [$n= 2$; $\%_{\text{mas}}= 18,18\%$]. Por sua vez, nas mulheres é conferido valor à escalada de conflitos familiares [$n= 2$; $\%_{\text{mas}}= 18,18\%$].

Fatores precipitantes			Género			
			Masculino	Feminino	Total	
Abandono da residência	Expulsão de casa		n % do total	1 (9,09%)	1 (9,09%)	2
	Maus tratos físicos e psicológicos	Agressor/a	n % do total	1 (9,09%)	0 (0,00%)	1 (9,09%)
		Vítima	n % do total	0 (0,00%)	1 (9,09%)	1 (9,09%)
	Escalada de conflitos familiares		n % do total	1 (9,09%)	2 (18,18%)	3 (27,27%)
Dependência de substâncias (i)lícitas	Álcool		n % do total	2 (18,18%)	0 (0,00%)	2 (18,18%)
	Drogas ilícitas		n % do total	3 (27,27%)	0 (0,00%)	3 (27,27%)
Desinstitucionalização	Saída de estabelecimento prisional		n % do total	2 (18,18%)	0 (0,00%)	2 (18,18%)
Limitações severas na autonomia financeira	Desemprego		n % do total	3 (27,27%)	2 (18,18%)	5 (45,45%)
	Não pagamento de dívidas		n % do total	2 (18,18%)	0 (0,00%)	2 (18,18%)
Perda do imóvel	Execução de ordem de despejo		n % do total	1 (9,09%)	0 (0,00%)	1 (9,09%)
	Ausência de comodidades básicas (e.g., água, luz)		n % do total	0 (0,00%)	1 (9,09%)	1 (9,09%)
Grave destabilização psicológica	Agravamento de perturbação psiquiátrica		n % do total	1 (9,09%)	0 (0,00%)	1 (9,09%)
	Morte de namorada		n % do total	1 (9,09%)	0 (0,00%)	1 (9,09%)

Quadro 33 – Distribuição segundo os fatores precipitantes da situação de sem-abrigo por género

Enquanto fatores que contribuíram para a permanência e agravamento das circunstâncias de vida, durante o período em que se encontraram em situação de sem-abrigo, as dimensões referidas incluem dificuldades generalizadas na esfera do alojamento [n= 11; %= 100%], que surgem, como veremos no seguimento desta descrição, associadas a limitações na autonomia financeira e a constrangimentos no acesso e usufruto de bens e serviços. A nível das limitações inerente aos locais de pernoita apontam a ausência de condições de habitabilidade dos espaços e imóveis [n_{tot}= 10; %_{tot}= 90,91%; n_{mas}= 5; %_{mas}= 45,45%; n_{fem}= 5; %_{fem}= 45,45%], materializadas entre outras, na necessidade de mudar de local/espaço (e.g., devido a receio de roubos, por queda de parte da estrutura, devido a ameaça de agressão), na inexistência de água canalizada e aquecida (e.g., para toma de banho, lavagem de roupa), na ausência de eletricidade e/ou gás (e.g., para confeção de refeições, para iluminar o espaço de noite, para assegurar aquecimento no Inverno) e na dificuldade em guardar bens e objetos (e.g., degradação de bens perecíveis, roubos). Dificuldades extensíveis às situações de sem-teto e habitação inadequada, sendo, nesta última, também mencionada a degradação de uma fábrica abandonada por derrocada de uma parede e parte do telhado e, posteriormente, devido a incêndio.

Ausência de autonomia no alojamento		Género		Total	
		Masculino	Feminino		
Limitações inerentes ao local/espaço	Ausência de condições de habitabilidade dos espaços/locais	n % do total	5 (45,45%)	5 (45,45%)	10 (90,91%)
	Partilha do espaço /alojamento com pessoas de quem desconfia e/ou teme	n % do total	3 (27,27%)	1 (9,09%)	4 (36,36%)
	Pernoita em espaços desabitados para controlo de furtos e violência	n % do total	2 (18,18%)	2 (18,18%)	4 (36,36%)
	Permanência em habitação degradada	n % do total	3 (27,27%)	1 (9,09%)	4 (36,36%)

Quadro 34 – Distribuição segundo a ausência de autonomia no alojamento por género

Apenas uma das inquiridas não conferiu importância, de maior, a esta componente, salientando que esteve grande parte do tempo em situação de habitação insegura e que o seu maior receio e preocupação se prendia com a perda do imóvel,

não tanto com as condições que este apresentava. Por fim, verifica-se que, quer a partilha de espaços, quer a permanência em habitação degradada, são fatores de maior preocupação para os homens [$n_{mas} = 3$; $\%_{mas} = 27,27\%$; $n_{fem} = 1$; $\%_{fem} = 9,09\%$], sendo idêntico, em termos de género, o número de pessoas [$n_{tot} = 4$; $\%_{tot} = 36,36\%$; $n_{mas} = 2$; $\%_{mas} = 18,18\%$; $n_{fem} = 2$; $\%_{fem} = 18,18\%$] que referiu ter escolhido zonas desabitadas como estratégia de fuga a roubos e situações de violência.

Na esfera da autonomia financeira o fator mais importantes prende-se com a inexistência de ocupação remunerada regular [$n_{tot} = 6$; $\%_{tot} = 54,55\%$; $n_{mas} = 3$; $\%_{mas} = 27,27\%$; $n_{fem} = 3$; $\%_{fem} = 27,27\%$]. Para os adultos reinseridos, este elemento associa-se à insuficiência dos rendimentos irregulares, apesar de assinalarem ter estado envolvidos em atividades no registo da economia paralela [$n = 3$; $\% = 27,27\%$], e, também, em ocupações não regulamentadas/ilegais [$n = 3$; $\% = 27,27\%$]. No contexto da descrição das primeiras (atividades legais) aludiram a tarefas de jardinagem e carpintaria, colaboração na limpeza de espaços, integração na equipa de limpeza de restaurantes. Por sua vez, compõem as segundas (atividades ilegais) o pequeno tráfico, e, para um indivíduo, a integração em redes de tráfico internacional de medicação, armas e seres humanos.

Limitações na autonomia financeira		Género		Total	
		Masculino	Feminino		
Ausência de fontes de rendimento regulares de proventos	Inexistência de ocupação remunerada regular	n % do total	3 (27,27%)	3 (27,27%)	6 (54,55%)
	Término/cessação de subsídios	n % do total	1 (9,09%)	0 (0,00%)	1 (9,09%)
Insuficiência dos rendimentos irregulares	Realização, periódica, de atividades declaradas	n % do total	0 (0,00%)	1 (9,09%)	1 (9,09%)
	Realização, periódica, de atividades no registo de economia paralela	n % do total	3 (27,27%)	0 (0,00%)	3 (27,27%)
	Realização de atividades não regulamentadas/ilegais	n % do total	3 (27,27%)	2 (18,18%)	5 (45,45%)
Agravamento do valor da dívida	Não pagamento de dívidas	n % do total	1 (9,09%)	1 (9,09%)	2 (18,18%)

Quadro 35 – Distribuição segundo limitações na autonomia financeira por género

Embora estas últimas também tenham sido importantes para as suas congéneres [n= 2; %_{fem}= 18,18%], importa elucidar o/a leitor/a sobre as diferenças substantivas incluídas sob a mesma estratégia de subsistência, uma vez que para as mulheres se trata do recurso à prostituição, a mendicidade e o “arrumar carros”, em registo pontual, enquanto para os homens resultava de pequeno tráfico, furtos e, também, “arrumar carros”.

Relativamente a constrangimentos no acesso e usufruto de bens e serviços, são apresentadas três grandes áreas de preocupação, sendo a primeira concorrente à discriminação no acesso e usufruto de direitos previstos na legislação, que todos/as os/as inquiridos reportam [n= 11; %= 100,00%], seguida da perceção de restrição dos bens em sua posse [n_{tot}= 6; %_{tot}= 54,55%; n_{mas}= 4; %_{mas}= 36,36%; n_{fem}= 2; %_{fem}= 18,18%].

Limitações no acesso e usufruto de bens e serviços		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Restrição acentuada dos bens em sua posse	n % do total	4 (36,36%)	2 (18,18%)	6 (54,55%)
Discriminação no acesso e usufruto de direitos/regalias previstos na legislação	n % do total	5 (45,45%)	6 (54,55%)	11 (100,00%)
Furtos e roubos (vítima)	n % do total	3 (27,27%)	2 (18,18%)	5 (45,45%)

Quadro 36 – Distribuição segundo limitações no acesso e usufruto de bens e serviços por género

No âmbito da sua apreciação sobre o estado de saúde, no período em que se encontravam em situação de sem-abrigo, os fatores que reúnem maior consenso, no género masculino prendem-se com o aumento de consumos [n= 3; %= 27,27%], seguido da evolução de doenças prévias [n= 2; %= 18,18%]. Para as mulheres esta canaliza-se para a perceção de sintomas de mal estar psicológico [n= 5; %= 45,45%]. As inquiridas indicaram lembrar-se de uma constante sensação de não controlo sobre a sua vida e do

receio de eventuais agravamentos nas suas circunstâncias, que de si já eram avaliadas como negativas e limitadas¹³³.

Agravamento do estado de saúde			Gênero		Total	
			Masculino	Feminino		
Aumento das limitações físicas	Evolução de doenças prévias	n % do total	2 (18,18%)	0 (0,00%)	2 (18,18%)	
	Deteção de sintomas de nova doença	n % do total	1 (9,09%)	0 (0,00%)	1 (9,09%)	
Diminuição do bem-estar psicológico	Surgimento de sintomas de mal-estar psicológico	n % do total	1 (9,09%)	5 (45,45%)	6 (54,55%)	
	Tentativa de suicídio	n % do total	1 (9,09%)	0 (0,00%)	1 (9,09%)	
Dependência de substâncias (i)lícitas	Álcool	Aumento do consumo	n % do total	2 (18,18%)	0 (0,00%)	2 (18,18%)
		Início de consumo abusivo	n % do total	1 (9,09%)	0 (0,00%)	1 (9,09%)
	Drogas ilícitas	Aumento do consumo	n % do total	3 (27,27%)	0 (0,00%)	3 (27,27%)
		Início de consumo	n % do total	0 (0,00%)	1 (9,09%)	1 (9,09%)

Quadro 37 – Distribuição segundo o agravamento do estado de saúde por género

Por fim, sinalizam, de forma clara, a fragilização dos vínculos que, hoje consideram que então possuíam, expressos na percepção da existência de laços fragilizados com a comunidade [$n_{tot} = 10$; $\%_{tot} = 90,91\%$; $n_{mas} = 5$; $\%_{mas} = 45,45\%$; $n_{fem} = 5$; $\%_{fem} = 45,45\%$], na desconfiança reativamente a pessoas, serviços e organismos [$n_{tot} = 9$; $\%_{tot} = 81,82\%$; $n_{mas} = 5$; $\%_{mas} = 45,45\%$; $n_{fem} = 4$; $\%_{fem} = 36,36\%$], e, também, na ausência de suporte familiar [$n_{tot} = 6$; $\%_{tot} = 54,55\%$; $n_{mas} = 3$; $\%_{mas} = 27,27\%$; $n_{fem} = 3$; $\%_{fem} = 27,27\%$]. Curiosamente, esta é a dimensão que surge de forma mais consensual nos discursos destes/as 11 adultos/as, como resultado da vivência da situação de sem-abrigo, reforçando, como havíamos indicado no capítulo 2, a constatação de que é necessário

¹³³ Este fator deve ser lido de forma cuidadosa, não só pelo número limitado de indivíduos que corporizam esta subamostra, mas, também, pela diferença em termos de “tempo de rua”, que potenciou o agravamento do estado de saúde física dos adultos, não tendo sido tão extenso para as mulheres entrevistadas. Para as mesmas variáveis, se tivermos em conta o descritivo da subamostra 1 vemos que, também, para as mulheres com experiência crónica e episódica são reportados indicadores de agravamento do estado de saúde.

atender à dimensão relacional no contexto da compreensão profunda desta problemática e das suas implicações na vida daqueles/as que a experienciam (*cf.*, Dordic, 1997; Lemos, 2000; Rokash, 2004; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Sermons & Witte, 2011a; Kirklin, 2012).

Fragilização de vínculos		Género		
		Masculino	Feminino	Total
Ausência de suporte familiar	n	3	3	6
	% do total	(27,27%)	(27,27%)	(54,55%)
Desconfiança generalizada	n	5	4	9
	% do total	(45,45%)	(36,36%)	(81,82%)
Fragilidade dos laços com a comunidade	n	5	5	10
	% do total	(45,45%)	(45,45%)	(90,91%)

Quadro 38 – Distribuição segundo a fragilização de vínculos por género

Apresentados os fatores a que os participantes conferiram destaque no contexto da caracterização de si próprios/as e das circunstâncias, atendendo às recordações que mantêm sobre a situação de sem-abrigo resta-nos indicar as suas perspetivas sobre o indicadores que suportaram a saída sucedida. Embora não tenham noção clara de quanto tempo esta levou, desde o início do processo de reinserção até à plena autonomia, todos/as concordam na alusão à sua morosidade e à necessidade de superação de obstáculos vários (*e.g.*, rejeição por parte de pessoas, discriminação no acesso a serviços, dificuldade na procura de emprego).

De novo, constatamos que os homens tendem a ter experiências mais longas e complexas [n= 3; %= 27,27%] saíram da situação de sem-abrigo após múltiplas tentativas, em diferentes períodos sem-abrigo], neste caso materializadas em vários períodos em situação de sem-abrigo, no decurso dos quais tentaram sair, mas sem sucesso ou com sucesso parcial (*e.g.*, autonomia financeira durante alguns meses, reaproximação familiar). Por sua vez, para as mulheres a situação mais frequente implicou diversas tentativas, numa mesma situação de sem-abrigo [n=4; %= 36,36%].

Saída sucedida		Género		Total
		Masculino	Feminino	
À primeira tentativa	n	1	2	3
	% do total	(9,09%)	(18,18%)	(27,27%)
Depois de várias tentativas, numa só experiência sem-abrigo	n	1	4	5
	% do total	(9,09%)	(36,36%)	(45,45%)
Depois de várias tentativas e experiências em situação de sem-abrigo	n	3	0	3
	% do total	(27,27%)	(0,00%)	(27,27%)
Total	n	5	6	11
	% total	(45,45%)	(54,55%)	(100,00%)

Quadro 39 – Distribuição segundo tentativas de saída sucedida por género

Como fatores precipitadores de saída distinguem-se o suporte por parte de elementos de confiança, sejam estes familiares [$n_{tot}= 3$; $\%_{tot}= 27,27\%$; $n_{mas}= 2$; $\%_{mas}= 18,18\%$; $n_{fem}= 1$; $\%_{fem}= 9,09$], profissionais [$n_{tot}= 2$; $\%_{tot}= 18,18\%$; $n_{mas}= 2$; $\%_{mas}= 18,18\%$; $n_{fem}= 0$; $\%_{fem}= 0,00\%$] ou membros da comunidade [$n_{tot}= 1$; $\%_{tot}= 9,09\%$; $n_{mas}= 1$; $\%_{mas}= 9,09\%$; $n_{fem}= 0$; $\%_{fem}= 0,00\%$], e a não adaptação à rua [$n_{tot}= 1$; $\%_{tot}= 9,09\%$; $n_{mas}= 1$; $\%_{mas}= 9,09\%$; $n_{fem}= 2$; $\%_{fem}= 18,18\%$]. Igualmente mencionado, por ambos os géneros, foi a estabilização de relacionamento de intimidade [$n_{tot}= 1$; $\%_{tot}= 9,09\%$; $n_{mas}= 1$; $\%_{mas}= 9,09\%$; $n_{fem}= 1$; $\%_{fem}= 9,09\%$].

Motivadores saída sucedida		Género		Total	
		Masculino	Feminino		
Apoio por parte de elementos de confiança	Familiar(es)	n	2	1	3
		% do total	(18,18%)	(9,09%)	(27,27%)
	Membro da comunidade	n	1	0	1
		% do total	(9,09%)	(0,00%)	(9,09%)
	Profissional(ais)	n	2	0	2
		% do total	(18,18%)	(0,00%)	(18,18%)
Estabilização de relacionamento de intimidade		n	1	1	2
		% do total	(9,09%)	(9,09%)	(18,18%)
Experiência de quase morte seguida de internamento prolongado		n	1	1	2
		% do total	(9,09%)	(9,09%)	(18,18%)
Medo/não adaptação à rua		n	1	2	3
		% do total	(9,09%)	(18,18%)	(27,27%)

Quadro 40 – Distribuição segundo motivadores de saída sucedida por género

Note-se que, todos estes indicadores foram descritos como algo contínuo, que as pessoas recordam com facilidade, mas de que não estão certas em termos temporais. Não foi, portanto, um episódio mas a acumulação de vários acontecimentos no tempo que culminou numa trajetória favorável à transição para a autonomia. No que concerne os *triggers* pontuais distingue-se a experiência de quase morte como elemento que, por si só, suscitou mudança drástica na vida de 2 pessoas [$n_{mas} = 1$; $\%_{mas} = 9,09\%$; $n_{fem} = 1$; $\%_{fem} = 9,09\%$]. Embora não seja apresentada como motivador de saída, a autonomia financeira (independentemente da via porque é obtida) é apontada, por todos/as os/as entrevistados/as como o critério chave que possibilita uma inserção plena em sociedade. Para estes/as, não é possível a sedimentação de quaisquer conquistas realizadas, seja a nível do alojamento, da perceção de valor pessoal, da integração em comunidade, ou da realização de iniciativas de ocupação e bem-estar, sem a garantia de proventos suficientes para fazer face aos gastos inerentes a uma vida digna.

De forma idêntica ao que ocorreu para as subamostras anteriores, também nesta se denota diversidade de atributos e de circunstâncias, mesmo que no concerne a saída sucedida. Estes elementos foram essenciais para o robustecimento da *GT* original, com particular intensidade para a explicitação das evoluções entre as subfases 3.1 e 3.2, assim como para a compreensão da transição definitiva para a independência. Como já aludimos, todas as variáveis apresentadas, nesta rubrica, foram integradas e analisadas no âmbito da formulação da teoria emergente (*cf.*, capítulo 5 e 6). Ultimada a tarefa de caracterização desta terceira subamostra procedemos, no ponto seguinte, à descrição dos instrumentos de recolha e codificação dos dados, apontando, para o efeito, as questões chave e complementares incluídas nos 3 guiões de entrevista criados, e apresentando as tipologias de memorandos criadas.

4.2.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

In grounded theory, the researcher acts as a witness. (S)he observes carefully what is going on, takes detailed notes of proceedings, and questions participants in order to better understand what they are doing and why. The researcher takes care not to import his or her own assumptions and expectations into the analysis; the aim is to develop theories that do not move beyond the data. The researcher's role is to use his or her skills to represent, in a systematic and accessible fashion, a clear picture of what is going on in the slice of social reality they have chosen to study.

Willig, 2013, s.p.

As possibilidades, no que concerne às técnicas e instrumentos de recolha de dados são, virtualmente, infinitas num projeto de investigação que se consubstancie na *Grounded Theory* clássica. “All is data”, num trabalho científico desta natureza, sendo nele privilegiada a diversidade de técnicas, instrumentos e, como veremos na rubrica seguinte, de procedimentos, uma vez que a multiplicidade de informações numa mesma área substantiva potencia uma “proportioned view of the evidence, since, during comparison, biases of particular people and methods tend to reconcile themselves as the analyst discovers the underlying causes of variation” (Glaser & Straus, 1968, p. 68). Assim sendo, desde a consideração de comentários breves, orais ou escritos, tecidos nos mais variados contextos (*e.g.*, em diálogos no Giro de rua, notas produzidas pelas pessoas em situação de sem-abrigo), às opiniões tecidas em entrevistas de profundidade, excertos de documentos, registos biográficos, apontamentos sobre dúvidas ou dificuldades que o/s investigador/a sentiu no decorrer do processo de pesquisa, ou outras referências a que o/a investigador/a tenha acesso, todos constituem fontes de informação relevantes no âmbito da geração da *GT* original (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1998, 1999, 2001, 2009b, 2009c, 2012, 2014; Irurita, 1990; Charmaz, 2000, 2004, 2014; Rennie, 2000; Machado, 2004; Urell, 2005; Birks & Mill, 2011).

Tendo em consideração que o principal propósito deste estudo foi a construção de um modelo teórico que sistematiza as perspectiva e comportamentos dos/as participantes, no que respeita às estratégias e ações (não) mobilizadas tendo em vista a resolução do problema/preocupação principal com que se confrontam, conferimos relevo, em termos dos instrumentos elegidos, a opções que nos possibilitassem a abertura e a flexibilidade necessárias à descoberta do que *acontece* (em diferentes contextos, tempos e segundo perspectivas distintas), não da confirmação, e eventual quantificação, daquilo que se antecipa que irá suceder (Chenitz, 1986; Annells, 1996; Machado, 2004; Charmaz, 2004; Elliott & Lazenbatt, 2005).

Assim sendo, recorreu-se a duas técnicas que, pela sua utilização conjunta, permitiram a exploração, em profundidade, da área substantiva em estudo, tendo sido recursos indispensáveis, via análise e codificação das informações recolhidas através da sua utilização, para a identificação da categoria principal e das hipóteses conceptuais em torno dela geradas. Referimo-nos à entrevista e à observação, a partir das quais recolhemos aquilo que na literatura se designa por “good grounded theory data” (*cf.*, Scott, 2007, p. 47), *i.e.*, dados recolhidos diretamente a partir da população substantiva ou da área substantiva ou, em alternativa, relacionados com qualquer uma das anteriores. Os dois subpontos seguintes são, portanto, devotados à sua explicitação.

4.2.2.1 ENTREVISTA

From a GT perspective, the researcher does not need an interview guide. (...) The researcher will use Glaser's concepts of “atmosphering” and “toning” (Scott, 2011) to create an environment in which the participant feels comfortable enough to risk sharing their experiences in the substantive area of fast track projects. In addition, the researcher will use a conversational tone such that the participant feels safe from harm, respected and not judged.

Charmaz, 2014, p. 1

Constituindo uma técnica muito frequente em investigações consubstanciadas na GT (e.g., Nathaniel, 2003; Tanner, 2003; Cone, 2006; Giske & Artinian, 2007; Scott, 2007), a entrevista foi, também, por nós privilegiada, enquanto técnica de recolha de dados. Para esta escolha relevam, de entre as muitas potencialidades reportadas em publicações sobre Metodologia da Investigação (e.g., Ary, Jacobs, Razavieh, & Sorensen, 1990; Mertens, 1998; Foddy, 2002; Tuckman, 2002; Almeida & Freire, 2003; Freebody, 2003; Gorard & Taylor, 2004; Gall, Gall & Borg, 2007; Alasuutari, Bickman, & Brennan, 2008; Green & Thorogood, 2009), o possibilitarem a recolha de um conjunto diverso e denso de informações, que incluem, entre outros, a descrição de (i) ações/comportamentos (e.g., descrição de tarefas realizadas em contexto profissional, relato dos percursos trilhados para obtenção de comida), (ii) opiniões e valores (e.g., apresentação da sua visão sobre determinados acontecimentos, elencagem dos argumentos que sustentam a sua perspetiva), (iii) sentimentos (e.g., indicação de como se sentiu em determinada altura); (iv) conhecimento (e.g., explicitação do que considera saber sobre um tema específico); (v) elementos sensoriais (e.g., indicação do que viu, a que lhe cheirava o local de pernoita), para além de (vi) informações de caracterização demográfica (e.g., idade, tempo em situação de sem-abrigo). Viabiliza-se, por conseguinte, a obtenção de informações tal como são verbalizadas pelas pessoas inquiridas, ou seja, da forma como estas se expressam (e.g., vocabulário, construção frásica) e tendo em conta aquilo que estas consideram (não) relevante dizer. A sua riqueza não se limita, contudo, à dimensão do conteúdo proferido, pois, tendo todas

elas sido realizadas, em registo de face-a-face, pela investigadora, permitiram, também, a compilação de dados adicionais, através da observação, de estados emocionais, comportamento não-verbal e outros elementos de grande importância para a compreensão profunda da problemática alvo de inquérito (Tuckman, 2002; Almeida & Freire, 2003; Freebody, 2003; Gorard & Taylor, 2004; Gall, Gall & Borg, 2007; Alasuutari, Bickman, & Brennan, 2008; Green & Thorogood, 2009). Num estudo centrado na identificação das principais preocupações e problemas com que as pessoas em situação de sem-abrigo se confrontam e, em função destas, das estratégias mobilizadas com o propósito de com elas/es lidar, as dimensões não-verbais assumem clara proeminência, sendo elementos basilares a qualquer esforço de compreensão profunda da área substantiva em causa.

Incrementam estes argumentos de suporte à sua utilização, o seu maior ajuste num estudo em que se previa que participassem pessoas com capacidades e características muito distintas entre si (*e.g.*, com/sem deficiência física, com/sem problemas do foro psiquiátrico, com/sem percurso criminoso), parte das quais integradas no âmbito das populações de difícil acesso¹³⁴. São, neste contexto, comuns o desinteresse e, mesmo, a rejeição ativa, de pessoas em situação de sem-abrigo na colaboração em investigação científica, particularmente no que concerne o preenchimento de protocolos longos, que apreciam como complexos e entediantes. Indicações a que se associa a menção de reserva ao fornecimento de informações sobre a sua pessoa e/ou a sua história, evitando expor detalhes da sua trajetória em documentos escritos, que muitas vezes preenchem de forma parcelar e/ou ao acaso. Pretendia-se, ao invés, que os/as participantes assumissem comprometimento com a sua participação no estudo, expondo as suas opiniões, em detalhe e sem receio de eventuais consequências negativas ou represálias (*e.g.*, cessação de serviços por parte de organismos), num contexto respeitador da sua forma de expressão, e em que se sentissem seguros/as.

Optámos, pelo exposto, pela técnica da entrevista, enquanto possibilidade frutífera de obtenção de informação relevante, na área substantiva de que versa este

¹³⁴ Recordamos o/a leitor/a que a população substantiva é constituída por pessoas, adultas, em situação de sem-abrigo, tendo sido integrados/as na amostra teórica 96 participantes [38 pessoas em situação de sem-abrigo, 47 profissionais, e 11 pessoas reintegradas, em circunstâncias dignas, em sociedade].

estudo. Das diferentes possibilidades, elegemos a forma mais comum em trabalhos desta natureza,

the face-to-face unstructured or, more realistically, semi-structures, open-ended, ethnographic, in-depth conversational interview. This is favored because it has the potential to generate rich and detailed accounts of the individual's experience. It should also be flexible enough to allow the discussion to lead into areas that may be potentially relevant to the study (Goulding, 2005, p. 59).

Partindo da questão chave que o norteia “qual(ais) é(são) o(s) principal(ais) problema(s) e/ou preocupação(ões) das pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo?” [*i.e.*, quais são as suas fundamentais arduidades, apoquentações e dilemas com que as pessoas se confrontam no seu dia-a-dia?, e (ii) como são resolvidas e/ou geridas?] foi definido um guião de entrevista que, na sua versão final, se materializa em 3 versões. Após a sua construção foi alvo de revisão por parte de 3 especialistas, que forneceram sugestões no sentido do seu ajuste aos propósitos da investigação, aos requisitos da *GT* Clássica, e às especificidades do público-alvo a que se destinavam.

Importa esclarecer, nesta matéria, que cada versão foi utilizada com elementos de uma subamostra específica [Guião 1 destina-se a pessoas em situação de sem-abrigo; o Guião 2, a profissionais, e o Guião 3 a pessoas socialmente reinseridas, atendendo aos critérios já mencionados], tendo sido as questões compiladas por grupos. Esta estratégia, de organização das questões por secções, foi utilizada, apenas, para orientação da investigadora no âmbito da formulação das questões, principais (assinaladas a preto) e complementares (apresentadas a cinzento), não tendo sido obrigatório o seu seguimento para todas as entrevistas¹³⁵. As questões adicionais na entrevista foram, em suma, utilizadas com o propósito de: (i) aprofundar a clarificação dos padrões discursivos e comportamentais; (ii) identificar o problema/preocupação principal; (iii) sustentar a geração das categorias, (iv) assegurar a necessária ancoragem das categorias aos dados, e destes às categorias, (v) deslindar a interligação que estas possuem entre si; num processo que terminou com a saturação (*cf.*, Glaser, 1978, 1992,

¹³⁵ Foi sempre conferida liberdade à pessoa para verbalizar aquilo que entendesse, a partir das primeiras perguntas, pelo que muitos/as dos inquiridos/as afluíram temas incluídos em partes subsequentes da entrevista e/ou outros que, na sua perspetiva, eram essenciais para que se compreendesse a situação de sem-abrigo e os problemas/preocupações com que as pessoas se confrontam desde a sua emergência à saída sucedida, tendo sido modificadas a ordem e os conteúdos em função dos seus contributos específicos.

1998, 1999, 2001, 2004, 2007, 2009b; Wilson, Hutchinson, & Holzemer, 2002; Caron & Bowers, 2003; Meeker, 2004; Draucker *et al.*, 2007).

A entrevista inaugural ocorreu em Maio de 2007 e a última em Julho de 2013. Não foram reportadas, por qualquer um/a dos/as participantes, dificuldades de compreensão¹³⁶, desinteresse, ou outros obstáculos à disponibilização da informação nela solicitada, pese a apreciação geral da sua extensão e a indicação, por parte de 2 elementos, da subamostra 1, de que não abordariam questões pormenorizadas referentes à sua vida familiar, nos períodos da infância e juventude, indicação que foi respeitada, em absoluto. A duração mínima é de 2h20 e a máxima de 11h45, sendo a duração mais frequente de, aproximadamente, 4h¹³⁷. Nos pontos seguintes apresentamos, de forma breve, cada um dos guiões utilizados (*cf.*, Anexo 5).

GUIÃO DE ENTREVISTA 1

O Guião 1 é composto por um total de 33 questões principais e 178 complementares organizadas segundo 10 secções que, com exceção das questões de caracterização (de teor fatural), possuem um carácter abrangente, de forma a potenciar a expressão livre das preocupações e problemas dos/as participantes, atendendo à área substantiva em causa. De acordo com as indicações disponibilizadas pelos especialistas na *GT*, e de forma a potenciar maior à vontade em todo o processo, a entrevista inicia-se com questões respeitantes ao quotidiano e às circunstâncias atuais em que a pessoa se encontra, sendo esta secção composta por 5 questões essenciais (*e.g.*, “O que costuma fazer durante o dia?”, “Tem algum tipo de ocupação?”, “Há quanto tempo se encontra na situação em que está?”) e 20 questões de exploração mais pormenorizada (*e.g.*, “Descreva-me um dia típico na sua vida, desde que se levanta até que se deita.”, “Agrada-lhe aquilo que faz?”). Segue-se a secção subordinada à situação de sem-abrigo,

¹³⁶ A linguagem utilizada na entrevista procura ajustar-se a um grupo com características muito heterogéneas, tendo sido, por isso, utilizada uma linguagem simples e direta.

¹³⁷ Para as entrevistas com duração mais extensa, sempre que os inquiridos/as revelavam sinais de cansaço ou que referiam ter compromissos agendados para mais tarde, no mesmo dia, a colaboração foi dividida, sendo a partição feita no final de um dos blocos que integram o guião, sendo agendada continuação da entrevista de acordo com a disponibilidade por eles/as indicada.

integrando-a 3 questões principais, uma subordinada à trajetória sem-abrigo (“Quais são as suas circunstâncias atuais quanto ao alojamento?”), outra aos motivadores que conduziram à sua experienciação (“Porque acha que ficou em situação de sem-abrigo?”) e a última à apreciação geral sobre a sua vida (“Sente-se bem com a vida que leva?”). Neste bloco foram utilizadas, apenas 4 questões suplementares (*e.g.*, “Há quanto tempo se encontra nas circunstâncias em que está?”, “Quando dormiu na rua pela primeira vez?”, “Se pudesse mudar alguma coisa no seu dia-a-dia, o que mudaria?”).

O bloco subsequente de questões centra-se na dimensão alojamento, sendo estruturado a partir de 5 perguntas de maior abrangência (*e.g.*, “Descreva-me o seu alojamento.”, “Antes deste alojamento onde morava?”), e de 14 complementares (*e.g.*, “Porque saiu de lá?”, “O que se lembra dos sítios onde morou?”, “Onde teve maior dificuldade em adaptar-se?”). A entrevista continua com uma secção devotada ao auxílio financeiro e serviços de ação social, organizada segundo 3 perguntas principais (“Na atualidade recebe algum tipo de apoio financeiro?”, “Na atualidade recebe outro tipo de apoios?” e “Beneficia de apoio regular de um/a profissional do Instituto de Segurança Social?”), que se completam através de 17 questões auxiliares (*e.g.*, “Quais são os seus direitos e deveres no que respeita à sua atribuição?”, “Que importância lhes atribui?”, “Quanto tempo prevê deles beneficiar?”).

No que concerne as relações sociais na comunidade o Guião 1 incorpora 2 questões primárias (“Como caracteriza a sua vivência em comunidade/sociedade, hoje?”, “O que mudou nesta vivência com a experiência da situação de sem-abrigo?”), que agregam 22 completivas (*e.g.*, “Frequenta algum clube/associação?”, “Como era a vivência em comunidade antes da situação de sem-abrigo?”, “Costuma passear por esta zona da cidade?”). Inquire-se, na secção 6, sobre a trajetória escolar e profissional, tendo, para este propósito, sido enunciadas 4 questões principais (“Como caracteriza o seu percurso escolar?”, “Possui qualificação profissional?”, “Que atividades exerceu?”, “Quais os projetos de futuro relativamente a formação e/ou trabalho?”) e de 17 adicionais (*e.g.*, “O que o/a levou a sair da escola?”, “Quais são as ocupações/trabalhos que mais gostou?”, “Em que se vê a trabalhar e onde, daqui a um ano?”). A família constitui o bloco seguinte, que se estrutura segundo 2 questões chave (“O que se recorda do seu tempo de criança. Com quem vivia e onde?”, “Saiu de casa? Quando e

porquê?”), secundadas por 10 perguntas de complemento (*e.g.*, “Quais são as melhores recordações desse tempo?”, “Quem era mais parecido consigo?”, “Mantém contacto com alguém da família?”).

Por fim, as 2 secções posteriores concernem as temáticas da atribuição de importância, da confiança percebida, terminando a entrevista com solicitação de dados de caracterização, da pessoa e da sua história (*cf.*, secção 10). A primeira destas agrupa 2 questões principais (“O que é, para si, mais importante na vida?” e “Que projetos gostaria de concretizar no futuro?”), desenvolvidas em 9 perguntas mais específicas [*e.g.*, “Que importância atribui ao trabalho?”, “A que outras coisas atribui importância?”, “Destes (planos), quais são prioritários?”]; sendo idêntico o número de perguntas primárias alusivas à confiança percebida (“Em quem confia plenamente?”, “A quem solicitaria ajuda e em que circunstâncias?”), agora acompanhadas de 11 acessórias (*e.g.*, “Se ficasse doente e sem possibilidade de se movimentar, de forma independente, a quem solicitaria ajuda?”, “Quem confia em si, plenamente?”, “Já lhe pediram roupa ou comida?”). Em termos da caracterização da pessoa solicitam-se informações em 7 temáticas principais (*e.g.*, “Como se descreveria?”, “Tem irmãos?”, “O que considera mais positivo e mais negativo a sua vida?”), aditadas a 26 de detalhe (*e.g.* “O que faziam juntos?”, “O que valoriza?”, “Quais são os seus maiores medos?”). A última pergunta deste guião prende-se com a disponibilização de informação adicional, sobre o/a próprio/a ou as suas circunstâncias presentes, passadas e/ou futuras.

GUIÃO DE ENTREVISTA 2

O segundo Guião de entrevista foi gerado com o propósito de auscultar as perspetivas de profissionais, que desenvolvem a sua ação em contexto institucional e de rua, sobre a situação de sem-abrigo e os principais problemas/preocupações que as pessoas que a experienciam se confrontam, em diversas fases do processo. À semelhança do anterior, também neste documento as questões surgem agrupadas por secções [$n_{tot}= 10$], integrando, cada uma delas perguntas fundamentais [$n_{tot}= 53$] e auxiliares [$n_{tot}= 390$]. Inicia-se com um bloco subordinado à situação de sem-abrigo, em específico, à perspetiva do/a profissional sobre esta problemática e as pessoas que a

vivenciam. Compõe-no 4 questões principais (“O que entende por sem-abrigo?”, “Das características que mencionou, quais as que considera específicas de uma pessoa sem-abrigo?”, “Porque é que estas pessoas se encontram sem-abrigo?”, “Que fatores considera centrais para que as pessoas em situação de sem-abrigo se reinsiram em sociedade?”), a que se juntam 22 complementares (*e.g.*, “Que características sinalizam a situação de sem-abrigo?”, “Como tipificaria o processo de transição para a situação de sem-abrigo?”, “Existem pessoas com características e necessidades distintas em situação de sem-abrigo?”).

O segundo grupo de questões reporta-se ao quotidiano, integrando-o 4 perguntas cardeais (*e.g.*, “Descreva, com o detalhe possível, um dia típico de uma pessoa sem-abrigo.”, “Como ocupam o tempo as pessoas em situação de sem-abrigo?”, “As pessoas em situação de sem-abrigo compram os bens essenciais?”, “Considera que as pessoas em situação de sem-abrigo se sentem bem com a vida?”) e 14 complementares [*e.g.*, “Antevê diferenças entre a semana e o fim de semana?”, “Como selecionam as ocupações?”, “Realizam-nas (as ocupações) em grupo ou individualmente?”]. A terceira secção é dedicada às tipologias de intervenção, tendo sido, para este efeito, enunciadas 7 questões estruturantes (*e.g.*, “Qual o paradigma de intervenção no âmbito da situação de sem-abrigo?”, “Que tipologias de intervenção existem a atualidade?”, “Qual é o enquadramento legal que sustenta a intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo?”, “Qual o papel dos organismos governamentais na intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo?”) secções que surgem decompostas num total de 47 perguntas supletivas (*e.g.*, “Qual o papel das IPSS e Associações no âmbito da intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo?”, “No que respeita ao concelho de Coimbra existem especificidades na intervenção nesta área?”, “Quais as principais dimensões tidas em consideração no processo de reinserção?”).

Os blocos seguintes são dedicados a dimensões mais específicas, *i.e.*, alojamento, educação/formação e trabalho, e relações sociais na comunidade. Fazem parte do primeiro 5 perguntas chave (*e.g.*, “Quais são os locais de pernoita ou de alojamento típicos?”, “Onde pernoitavam as pessoas antes de estar nesse espaço ou alojamento?”, “Quais são os projetos de futuro, no que concerne o alojamento, de pessoas que se

encontram em situação de sem-abrigo?”), que admitem 29 de complemento (“Que características possuem esses espaços/alojamentos?”, “Qual o grau de adaptação ao espaço ou alojamento?”, “Qual a dimensão temporal dos projetos?”, “Que dificuldades/facilidades encontram as pessoas na concretização desses projetos?”). O segundo é composto por 5 elementos alvo de inquirição primária (*e.g.*, “No que respeita a frequência da Escola, como caracterizaria esta população?”, “Considera que a frequência de cursos de formação é uma opção ajustada para pessoas em situação de sem-abrigo?”, “Como define a trajetória profissional das pessoas em situação de sem-abrigo?”), e 22 de questionamento adicional [*e.g.*, “Qual o valor que o trabalho possui na história de vida das pessoas em privação habitacional severa?”, “As pessoas, no presente, em situação de sem-abrigo trabalham?”, “Considera que existem motivos diferenciais (em relação à população) que justifiquem o abandono da escola?"]. Integram, por último, o terceiro bloco, 4 perguntas (*e.g.*, “Como caracteriza a rede de relações das pessoas em situação de sem-abrigo?”, “Quais são os projetos de futuro, no que respeita às relações em comunidade, das pessoas em situação de sem-abrigo?”) principais, complementadas com 22 de pormenorização (*e.g.*, “Quais as zonas em que passam parte do seu quotidiano?”, “Participam em clubes ou associações?”, “Que papel assumiu a instituição que colabora no processo de intervenção no âmbito da promoção dos vínculos comunitários?”).

As três secções seguintes são devotadas às questões da atribuição de importância, da confiança percebida e das perspetivas de futuro. Sob 6 perguntas estruturantes (*e.g.*, “O que valorizam as pessoas em situação de sem-abrigo?”, “Quais são os seus maiores receios?”, “Que intervenção é concretizada nesta matéria?”) e 20 auxiliares (*e.g.*, “Onde se situam as relações?”, “Que dificuldades e potencialidades possuem as pessoas em situação de sem-abrigo, no contexto da reestruturação da atribuição de importância, em relação a pessoas, contextos e organismos?”), os/as profissionais são inquiridos sobre a sua perspetiva em relação àquilo que as pessoas em situação de sem-abrigo dão importância e, também, à intervenção que é (não) feita no contexto da diversificação e enriquecimento da importância atribuída a pessoas, contextos e organismos. No que concerne à confiança percebida integram guião 3 perguntas base [“Em quem (des)confiam as pessoas em situação de sem-abrigo?”, “A quem pediriam ajuda?”, “Que intervenção específica é concretizada no âmbito da

promoção da confiança percebida?”) e 19 complementares (*e.g.*, “A quem pediriam conselhos?”, “Quem lhes pediria conselhos?”, “A quem pedem roupa?”). Constitui o penúltimo bloco a temática das perspectivas de futuro, corporizado em 5 questões principais (*e.g.* “Que desafios de futuro antevê no que respeita à intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo?”, “Que sugestões daria para melhorar a intervenção no concelho?”) e outras 5 em aditamento (*e.g.*, “Quais as linhas que antecipa ver concretizadas a este nível, de âmbito regional?”). Encerram a entrevista 9 questões sobre dados de caracterização do/a profissional (*e.g.*, idade, género, experiência profissional, formação), a que acrescem 12 de aprofundamento de dimensões concretas (*e.g.*, “Já esteve sem situação de sem-abrigo. Se sim, descreva esse período da sua vida.”, “Tem/teve familiares em situação de sem-abrigo?”).

GUIÃO DE ENTREVISTA 3

O último guião de entrevista possui semelhanças evidentes com o primeiro já referenciado, uma vez que grande parte dos seus conteúdos se relaciona com a procura de compreensão da perspectiva dos/as inquiridos/as sobre a situação de sem-abrigo e as vivências que nela ocorreram, a que acresce a revisão de elementos da sua história, analisando o seu (impacto) para a emergência, manutenção e saída desta situação. Corporizam-no 10 secções, que organizam um total de 45 perguntas principais e 340 complementares. A secção Quotidiano organiza-se a partir de 6 perguntas primárias (*e.g.*, “O que costuma fazer durante o dia?”, “Tem alguma ocupação/trabalho?”, “Como gere o seu orçamento?”) e 29 de detalhe (*e.g.*, “Faz compras?”, “Antecipa gastos e ganhos?”, “Pede ajuda financeira a outras instituições?”), versando, como se constata pelos exemplos indicados, o dia-a-dia e as principais fontes de subsistência e gastos regulares. Em seguida, com recurso a 3 perguntas principais (*e.g.*, “Frequentou a escola? Como caracterizaria esse tempo?”, “Que atividades exerceu desde que saiu da escola, durante quanto tempo e onde as exerceu?”, “Quais são os projetos de futuro em relação a formação e/ou trabalho”) e 15 adicionais, (“Que ano de escolaridade possui?”, “O que gostava mais e menos na escola?”, “Que trabalhos gostou mais e porquê?”) a entrevista centra-se na história escolar e profissional.

A situação de sem-abrigo constitui a secção terceira, sendo formuladas 9 questões chave, as 5 primeiras respeitantes às tipologias de alojamento (*e.g.*, “Já viveu na rua?”, “já viveu em alojamentos precários?”, “Já viveu em pensões e/ou Hotéis?”) e as restantes 2 à apreciação da satisfação relativamente aos locais/alojamentos que habitou (*e.g.*, “De todos os locais/alojamentos que descreveu, onde considera que estava pior? Porquê?”). As 154 questões auxiliares dizem respeito à descrição da experiência de estadia no alojamento (*e.g.*, “Quando viveu neste alojamento pela primeira vez?”, “Quanto tempo permaneceu neste alojamento?”, “Porque optou por este alojamento?”). A rubrica seguinte, subordinada ao processo de reinserção social, abrange 5 elementos de indagação principais que incluem as circunstâncias atuais, o processo de transição da situação de sem-abrigo, bem como a primeira e a última tentativas de saída (*e.g.*, “Como descreve a sua vida, hoje?”, “Descreva, em traços globais, o processo de transição da situação de sem-abrigo e/ou da permanência em alojamentos precários e/ou temporários para a situação atual.”). O aprofundamento acontece a partir de 82 perguntas suplementares (“Sente-se bem com a vida que leva ou gostaria de mudar algumas coisas na sua vida?”, “Quanto tempo esteve em processo de transição?”, “O que distingue essa tentativa de outras, realizadas anteriormente?”).

Abordadas as considerações sobre a(s) trajetória(s) em situação de sem-abrigo e as tentativas de (re)inserção, as componentes finais da entrevista afloram questões do foro relacional, familiar e pessoal. A secção sobre as relações sociais na comunidade é composta por 5 interrogações estruturantes (*e.g.*, “Se sempre viveu em Coimbra, com quem se dava na sua infância e juventude?”, “Participa, ou já participou, em iniciativas culturais ou festas que aconteçam neste bairro ou na cidade?”, “Frequenta, ou frequentou, algum clube ou associação?”), a que se adicionam 14 de detalhe (*e.g.*, “Faz parte de algum grupo de amigos/as?”, “O que faz lá?”, “Sente-se bem lá?”). No âmbito da família incluem-se 3 perguntas essenciais, 1 sobre “o que se recorda no tempo de criança? Com quem vivia e onde?” e as outras 2 subordinada ao período pós saída (“Saiu de casa? Quando e porquê?”, “Regressou? Como sucedeu o regresso?”), complementadas por 12 outras (*e.g.*, “Quais são as suas melhores recordações desse tempo?”, “Quem era a pessoa que mais o/a compreendia e apoiava?”).

A atribuição de importância é composta por, apenas, 2 questões de grande abrangência (“O que é, para si, mas importante na vida?”, “Que projetos gostaria de

concretizar no futuro?”), sendo de 9 o número de elementos suplementares alvo de inquirição [e.g., “Que importância atribui aos amigos/as?”, “Destes (projetos), qual(ais) é(são) prioritário(s)?”]. Por seu turno, no âmbito da confiança percebida foram integradas no guião 3 perguntas primárias [“Em quem (des)confia completamente?”, “Quem (des)confia de si, completamente?”, “A quem solicitaria e quem lhe pediria ajuda em momentos de maior dificuldade?”], estando previstas 8 de aditamento (e.g., “Se ficasse doente e sem possibilidade de se movimentar de forma independente, a quem solicitaria ajuda?”, “Quem lhe pediria conselhos?”). À semelhança do que sucedeu no Guião 1, também neste se termina com a caracterização da pessoa, solicitando-se informações em 9 temáticas principais (e.g., “Como se descreveria?”, “O que faziam o seu pai e a sua mãe?”, “O que considera mais positivo, hoje?”). Finaliza-se com a solicitação de informação extra, sobre o/a próprio/a ou as suas circunstâncias presentes, passadas e/ou futuras, que o/a inquirido/a considere relevante abordar para uma compreensão mais profunda, de si, da trajetória de sem-abrigo e/ou das preocupações e problemas com que se confrontou em momentos diversos da sua vida.

Como se verifica com facilidade, após leitura do descritivo dos 3 Guiões, privilegiou-se uma abordagem de questionamento reflexivo sobre a vida, nomeadamente através da explicitação de perspetivas, decisões e/ou comportamentos (não) tomados, tendo sido conferida total abertura para que a pessoa descrevesse acontecimentos, receios, expectativas, ou outros, da forma que entendeu. Todas as entrevistas foram gravadas em registo áudio, tendo a investigadora tomado notas sobre possíveis códigos e relações entre códigos, no decurso da sua realização e logo a seguir ao seu término. Estas notas foram complementadas com a análise das transcrições. A utilização de questões mais abrangentes (*grand tour questions*) numa fase inicial de recolha e análise dos dados, uma vez que estas conferem maior liberdade à pessoa na escolha dos tópicos a abordar e de como pretende *contar a sua história*, foi prática corrente. Por um lado, contribui para que não caiamos no erro de questionar os/as participantes acerca de aspetos ou dimensões particulares que resultam da sua perspetiva a propósito do fenómeno em causa, tal como definido na *GT Ortodoxa* (Glaser, 1978; McNeill, 2004; de la Cuesta, 2005; Urell, 2005; Sandgren, *et al.*, 2006). Por outro lado, concorreu para uma crescente focalização das perguntas no decorrer do estudo, à medida que o

problema/preocupação dominante se tornou mais claro (Glaser, 1992, 1998, 2001, 2003, 2009b, 2009c). Note-se, porém, que, desde as primeiras entrevistas, a investigadora sentiu necessidade de introdução perguntas mais pormenorizadas, de suporte à reflexão, as quais foram colocadas com o intuito da recolha de informações específicas em relação a um constructo emergente, e, também, no contexto da edificação da amostra teórica, para o alargamento das temáticas referidas pelos/as entrevistados/as anteriores. Estas possibilitaram, ainda, o teste de hipóteses e a validação de categorias, conforme os procedimentos que se descrevem no ponto 4.2.4.

4.2.2.2 OBSERVAÇÃO

Fieldwork allows researchers to plunge into social settings where the important events (about which they will develop theory) are going on “naturally”. The researchers watch these events occur. They follow them as they unfold through time. They observe the actors in the relevant social dramas. They converse with or formally interview the actors about their observed actions’.

Glaser & Strauss, 1965,p. 288

Num estudo em que se pretende a constituição de uma abordagem explicativa, de teor compreensivo, das principais preocupações e problemas que as pessoas em situação de sem-abrigo enfrentam, desde os primórdios da sua emergência, ao regresso à vida em comunidade, em circunstâncias dignificantes, a observação assume-se, *na prática*, como um imperativo, em termos metodológicos. Trata-se, como já tivemos oportunidade de explicitar, de um processo de elevada complexidade, que possui alguns elementos de detetabilidade direta (*e.g.*, pernoita em espaço público, agravamento dos cuidados de higiene da pessoa e do espaço que habita) mas que não se restringe a estes (*e.g.*, Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Mairós Ferreira & Redruello, 2011; Binswanger, Blatchford & Mueller, 2013; Crawley, *et al.*, 2013; Daly, 2013; Levitt *et al.*, 2013; Reeve, 2013; Nunez & Adams, 2014). Corporizam-no, como aludimos, um denso agregado de constituintes, de natureza

diferenciada, e que exercem efeitos, independentes, assim como em articulação (simultânea e diferida), conformando um todo de intenso dinamismo, cujas especificidades vão muito para além das circunstâncias quanto ao alojamento (McNaughton, 2008, 2010; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Pawson & Munro, 2010; Mayock, O'Sullivan & Corr, 2011; Levy, 2012; Parsell & Parsell, 2012; Levy, 2012; Daly, 2013; Fischer *et al.*, 2014), implicando, o seu estudo, um esforço de ultrapassagem do registo de exterioridades, através da imersão no *universo vivencial* daqueles/as que o experienciam (*cf.*, Malinowski, 1997).

Não estranha, por conseguinte, que na literatura sejam frequentes as alusões à imprescindibilidade do abandono das perspetivas tradicionais, pelo seu carácter parcelar e restrito, favorecendo-se, em contraste, o recurso métodos que possibilitem a efetiva consideração de aspetos tão diversos como as atribuições de sentido e as (não) escolhas, as narrativas, as ações, ou os processos de (não) vinculação com pessoas, organismos e contextos, ou seja, que se consubstanciam na premissa de se trata de seres humanos com existência real, *i.e.*, agentes envolvidos, por inerência, em todos os acontecimentos e circunstâncias da sua vida, não entidades estáticas passíveis de compreensão através da compilação de um conjunto definido de atributos (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978; Silverman, 2013). Ora, a observação, enquanto estratégia privilegiada de *entrada* no mundo subjetivo de pessoas e grupos constitui-se como um recurso de excelência ao possibilitar, não apenas, a pesquisa de comportamentos, nas situações naturais em que ocorrem, como, em acréscimo, aceder às estruturas de significado que sustentam e informam os feitos (não) realizados (Castaño & Rada, 1993; Keeves, 1994; Vieira, 1995b; Bryant & Charmaz, 2007; Athens, 2010; Amado & Silva, 2013; Charmaz, 2014). Como assinalámos, era nossa intenção identificar os padrões discursivos predominantes, assim como as estratégias e ações (não) defendidas e (não) mobilizadas, pelos indivíduos, com o propósito da resolução/colmatação dos problemas/preocupações que consideram essenciais, em fases diferenciadas da situação de sem-abrigo. Não pretendíamos, em face do exposto, proceder à descrição, mesmo que detalhada, de circunstâncias quanto ao alojamento, acontecimentos, contextos ou características de pessoas e/ou grupos, mas, sim, tornar explícitos, os comportamentos, interações e dinâmicas, em que se ancoram os posicionamentos assumidos no decurso deste processo.

Pelo exposto se depreende, que o recurso à observação, do(s) cenário(s) de rua, das relações que nele(s) se (não) estabelecem e das articulações que os seus atores mantêm entre si e com outras pessoas (*e.g.*, membros da comunidade domiciliados, agentes da polícia), serviços e organismos conforma uma opção, em termos metodológicos, particularmente, interessante. Relembramos o/a leitor/a que, na *Grounded Theory* Clássica, se desafia o/a investigador/a à mobilização de técnicas diversas, e flexíveis, de recolha de dados, que, por um lado, permitam a recolha codificação e análise de uma enorme diversidade, em número e características, de informações e, por outro, garantam que este/a mantém as necessárias abertura e sensibilidade, imprescindíveis à emergência de uma teoria original.

Refutaram-se, em síntese, opções fechadas e rígidas de observação, incluindo a formulação de grelhas de sistematização apriorística de dados, pois esse procedimento implicaria uma intencional focalização da observadora em determinados elementos, em concomitância com a desvalorização/não consideração de outros. Exigiria, portanto, a redução de comportamentos, discursos e/ou dinâmicas de interação alvo de observação, a um conjunto de unidades, de abrangência pré-determinada, passíveis de compilação segundo critérios circunscrevidos (fossem esses de natureza qualitativa e/ou passíveis de mensuração). Pelo contrário, e enquanto fuga consciente aos procedimentos descritos, recorreu-se, neste trabalho, a um processo de observação naturalista, no qual se abraça a complexidade e a dinâmica inerente aos fenómenos, permitindo, por isso, tanto a focalização em características e experiências frequentes, como naqueles que são menos comuns, ambos capitais para a geração de uma teoria ancorada nos dados (*cf.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1998, 2001, 2005, 2009b, 2009c, 2012, 2014; Cutcliffe, 2000; Emmel, 2013).

Privilegiou-se, assim, a observação livre, realizada em tempos e espaços múltiplos, sendo as informações compiladas sob o formato de memorandos. A sua concretização ancorou-se, em face das indicações expostos nos parágrafos anteriores, e tal como proposto por Glaser (*cf.*, Glaser, 1978, 1992, 1998, 1999, 2001, 2009b, 2009c; Cutcliffe, 2000; Elliott & Lazenbatt, 2005), a partir da geração da teoria emergente. Iniciado em Janeiro de 2007 e terminado em Dezembro de 2013, este processo de observação em profundidade evoluiu, de uma matriz abrangente, em que se pretendia conhecer os hábitos (*e.g.*, regularidades comportamentais, trajetos preferenciais para

obtenção de alimentos), discursos (*e.g.*, opiniões manifestas, valores expressos, crenças assumidas), e ações, tais como estes/as se manifestam no quotidiano de pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo [incluindo todas as tipologias previstas na ETHOS], bem como as significações que os/as envolvidos/as lhes atribuem; para modalidades de observação focalizada, com centração em determinadas ações e padrões discursivos, em função das categorias emergentes (*e.g.*, para saturação das mesmas, para análise do tipo de interação que existe entre categorias).

Foram considerados três modalidades complementares de observação que passamos a descrever, em seguida. Note-se, a este propósito, que o que as distingue não reside nos contextos, participantes ou interações observadas, mas sim nos propósitos que sustentaram o processo em si, tal como defendido pelos metodólogos da *GT* (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1998, 2001, 2005, 2009b, 2009c, 2012, 2014; Charmaz, 2000, 2004, 2014; Cutcliffe, 2000; Bryant & Charmaz, 2007; Birks & Mill, 2011; Emmel, 2013), e descrito ao longo do capítulo 3. Por este motivo, deve o/a leitor/a ter em atenção que, nestes três momentos distintos, ocorreram observações em: (i) espaços abertos de frequência não controlada, em diferentes pontos geográficos da cidade (*e.g.*, jardins, ruas, parques de estacionamento, praças, entradas de edifícios, imediações de entidades diversas, pontes), (ii) estabelecimentos abertos ao público (*e.g.*, cafés, centros comerciais, centrais de camionagem, estação de comboios); (iii) entidades públicas (Loja do cidadão, sala de espera de 1 Hospital e de 2 Centros de Saúde, sala de atendimento do Centro de Emprego e Formação Profissional, Instituto de Segurança Social, Câmara Municipal de Coimbra); (iv) equipamentos vocacionados para a intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo (Centro de dia, Centro de Acolhimento, apartamento apoiado, espaços de atendimento e 3 sedes de IPSS), tendo estas decorrido em períodos distintos do dia e da noite¹³⁸, (v) *espaços de utilização estratégica* (*e.g.*, locais de pernoita, em espaço aberto; locais de consumo típicos, em becos e/ou ruelas; contextos de prática de prostituição de rua)¹³⁹. Para além dos elementos referidos (vi)

¹³⁸ Estabeleceu-se como período total de observação, o tempo situado entre as 8h e as 2h, para os espaços de uso não controlado. Para os restantes respeitaram-se os horários de funcionamento.

¹³⁹ A seleção destes espaços ocorreu, de forma privilegiada, por sugestão de pessoas em situação de sem-abrigo e, adicionalmente, por parte de profissionais. A deslocação aos locais foi sempre concretizada após solicitação de autorização às pessoas que nele se encontram, tendo sido realizada com a colaboração de uma pessoa em situação de sem-abrigo que o frequentava com regularidade.

participámos nos Giros de rua noturnos realizados por 6 equipas de intervenção distintas e efetuámos visitas a edifícios abandonados/devolutos utilizados pelas pessoas em situação de sem-abrigo para efeitos de alojamento, proteção e/ou subsistência (*e.g.*, garagens, casas abandonadas).

Explicitados os contextos tidos em conta para a observação resta-nos esclarecer quais as diferenças estruturantes entre as três modalidades referidas. A primeira, de teor globalizante, ocorreu nos meses iniciais de realização do estudo, entre Janeiro e finais de Abril de 2007, e pautou-se pelo objetivo geral de estabelecimento de contacto com a situação de sem-abrigo e as pessoas que nela se encontram. Pautou-se, por conseguinte, pela não estruturação, sendo as observações registadas nos memorandos, de cariz, maioritariamente, descritivo, e concernentes às especificidades das circunstâncias em que as pessoas se encontra(va)m (*e.g.*, características dos espaços de pernoita) e/ou a variáveis individuais [*e.g.*, aparente consumo de álcool, (não) cuidado com a higiene pessoal e/ou de roupa, (não) posse de bens que transporta consigo].

“(…) não há palavras para descrever o cheiro naquela caixa multibanco. Nunca senti nada assim. Uma mistura entre roupa muito suja, algo podre, que parecia comida, e lá para trás... fezes e urina. E, para tornar a situação ainda mais difícil, este adulto dormia numa almofada improvisada que, na verdade, era a prótese da sua perna, coberto por um cobertor esburacado e que emanava um cheiro muito desagradável. E os técnicos entraram, acordaram-no, perguntaram se precisava de ajuda a que ele respondeu com grunhidos ininteligíveis, e deixaram um saco com bolos e um pão, assim como um copo de café ao seu lado, saindo para o destino seguinte. O contacto com este senhor durou, no máximo, uns 10 minutos” [Excerto de memorando de Giro de Rua, Janeiro, 2007].

“Pernoita por debaixo de umas escadas, num espaço que adaptou de forma a simular um pequeno T0. A cama é feita de cartão e com cobertores por cima, tem uma pequena caixa de madeira, do lado direito, que utiliza como mesa-de-cabeceira, guarda alguma roupa e sapatos noutra caixa, mais atrás, e ainda tem, num canto, papéis e um livro. As ‘portas’ são duas grades forradas a cartão, que arranjou numas obras” [Excerto de memorando de Giro de Rua, Março, 2007].

De duração aproximada de 2h, esta observação ocorreu 2 vezes por semana (incluindo o fim de semana), implicando deslocações, a pé, da investigadora pela cidade.

Colaborámos, ainda, em 16 Giros de rua noturnos, com a duração média de 3 horas, levados a cabo pela mesma entidade, e fizemos 2 visitas a casas abandonadas¹⁴⁰.

Por sua vez, a segunda modalidade teve início em Maio de 2007 e término a finais de Março de 2013, estando associada ao enriquecimento dos processos de codificação aberta (respeitante à emergência das categorias e das suas propriedades) e à subsequente codificação seletiva, em que já se atendeu, no contexto da observação, a comportamentos, padrões discursivos e dinâmicas ilustrativas das diferentes categorias consideradas e da sua relação com a variável principal (*cf.*, Glaser, 1978, 1992, 1994, 1995, 1998, 2001, 2005, 2012, 2014; Holton, 2008, 2009; Holton & Glaser, 2010). Neste âmbito realizou-se uma observação semanal, de duração não superior a 2h, nos locais e espaços já referidos, a que acresceu a participação nos Giros de rua noturnos, neste período em colaboração com as 6 equipas ($n_{tot} = 418$ giros, duração média de 3h) e a realização de 3 visitas a fábricas abandonadas (no interior da cidade e nas imediações), 2 a locais de consumo de substâncias (na baixa da cidade e na periferia) e 4 a locais de práticas de prostituição (2 a locais de prostituição de rua masculina, e 2 a locais de prostituição de rua feminina), todos eles não abrangidos pela intervenção das entidades com que realizámos os giros. Os memorandos produzidos assumiram, no decurso deste período, uma matriz, essencialmente, reflexiva e concetual.

“Sobreviver à rua, esse é o elemento comum entre todos/as os/as adultos/as. Uns temem-na porque a desconhecem (já foram alvo de despejo e acham que vão acabar por dormir no passeio, encontram-se em situação de sem-abrigo pela primeira vez), outros porque não se

¹⁴⁰ No período em questão tivemos oportunidade de nos apresentar, a profissionais que desenvolviam a sua ação em contexto de rua e em contexto institucional, assim como a adultos/as que se encontravam em situação de sem-teto e habitação inadequada. Neste primeiro momento, as questões centraram-se na nossa pessoa (*e.g.*, nosso nome, idade, estado civil, profissão, proveniência geográfica), numa demonstração de moderada curiosidade. Neste âmbito, duas questões ganharam relevo, a minha proveniência (dada a evidente pronúncia nortenha) e o estudo que pretendia desenvolver. Expliquei, em traços gerais, o projeto de investigação, qual o meu papel nos Giros de Rua e as informações que nele seriam recolhidas, e assegurei o cumprimento dos princípios e normas de conduta da Associação Americana de Psicologia (2002, 2010). A investigação suscitou questões e comentários, tendo-nos sido perguntado se o estudo “seria para ajudar em alguma coisa” e se iria, de fato, incluir as suas perspetivas sobre a situação de sem-abrigo e a intervenção. Comentaram, ainda, a ausência de interesse por parte dos dirigentes políticos e dos responsáveis de vários organismos públicos em relação às suas circunstâncias de vida e à sua pessoa, tendo sugerido que os resultados da investigação lhes fossem disponibilizados. Evidenciaram, no entanto, reserva em participar num projeto que incluísse responder a questões sobre a sua pessoa e/ou a sua história, quer porque não pretendiam expor a sua história e porque temiam que as informações fossem partilhadas com profissionais e/ou organismos, quer porque consideravam entediante responder a questionários ou outros instrumentos fechados de recolha de dados.

adaptam às suas dinâmicas (como os idosos que sofrem agressão, e o XX que apresenta limitações cognitivas), porque para se adaptar têm comportamentos destrutivos (trocam sexo por alojamento, roubam), e ainda outros porque têm muito medo de voltar lá (como a XX que já alugou um quarto mas não tem como continuar a pagar a renda). É na rua que estão focalizados, nas dinâmicas da rua, na cultura da rua, em como podem tirar dela proveito ou dela fugir de forma mais eficaz... Sempre a rua, e não numa eventual reinserção [Excerto de memorando de Giro de Rua, Setembro, 2007].

“Para alguns sobreviver à rua implica abandonar algumas das suas convicções mais profundas, como não agredir e não roubar, e submeter-se às humilhações de pedir ajuda, enquanto para outros esta sobrevivência traz ganhos claros. Há gente que tira partido desta vida (vendem droga, consomem) apesar de este estar associado a práticas destrutivas e, até, degradantes. Existem configurações diferenciadas de adaptação, sem dúvida” [Excerto de memorando de Giro de Rua, Novembro, 2009].

A última modalidade foi desenvolvida no contexto da obtenção de saturação das categorias, tendo ocorrido entre Abril e Dezembro de 2013. Neste âmbito, manteve-se a prática de observação, com duração de 2h por semana, dos espaços/locais já referenciados, sendo esta canalizada para as categorias que enformam a *GT* original *sobrevivendo às ruas*. Não foram, contudo, mantidas as observações em contexto de Giro de rua, dado que a saturação por essa via já havia sido atingida, tendo estas sido substituídas pela introdução de 1 hora de observação adicional, especificamente, devotada à saturação das categorias (e das relações que estabelecem entre si) previstas nas subfases 2.1a e 2.1c, uma vez que o carácter escondido de alguns dos comportamentos e dos padrões discursivos que as integram assim o exigiu (*e.g.*, permanência por longos períodos de tempo em contemplação, recurso à violência para garantir a permanência no parque de estacionamento). Nesta fase, os memorandos produzidos são de teor concetual e de conteúdo muito específico.

“A anulação da identidade é, para alguns, materializada numa generalizada indiferença sobre a situação em que se encontram e, também, pela despreocupação relativamente ao presente e a si mesmos. Referem viver para o agora e agir por impulso, sem grandes planos e sem vínculo aos espaços que habitam. Não querem ser ‘ninguém’, nem para outros nem para eles próprios. E, por isso, desistem de qualquer esforço de participação comunitária. Exemplo claro é o XX, que passa as tardes no banco na rua XX, a olhar para o vazio, sem conversar com quem passa ou mesmo olhar para os transeuntes de soslaio” [Excerto de memorando de Giro de Rua, Abril, 2013].

Explicitados, em linhas globais, os procedimentos de observação realizados devotamos a componente seguinte à explanação dos procedimentos levados a cabo, desde as etapas de recrutamento, passando pela codificação e análise dos dados, até à geração da versão definitiva da *GT* original. De novo, recordamos o/a leitor/a de que se trata de um processo circular e iterativo (Glaser, 1992, 1993, 1998, 2001, 2005, 2009b), dificilmente passível de reprodução num registo estático como o que assume um documento escrito desta natureza, pelo que muitas das referências que aqui se colocam de forma sequencial foram, em rigor, desenvolvidas em paralelo, segundo processos de complexidade e abstração crescente. Em consequência, e para tornar mais inteligível o volume considerável de procedimentos concretizados, incluiremos referências específicas ao tipo e natureza das tarefas que foram realizadas em concomitância, apontando a sua relevância para as fases seguintes de concretização do estudo, bem como, para a versão final do modelo teórico gerado.

4.2.3 PROCEDIMENTOS

Grounded theory methods consist of systematic, yet flexible guidelines for collecting and analyzing qualitative data to construct theories from the data themselves. Grounded theory begins with inductive data, invokes iterative strategies of going back and forth between data and analysis, and keeps you interacting and involved with your data and emerging analysis.

Charmaz, 2014, p. 1

Ultimada a tarefa de apresentação, nas suas componentes principais, das duas técnicas de recolha de dados mobilizadas no contexto deste projeto de investigação, resta-nos a complexa tarefa de explicitação dos procedimentos levados a cabo. Como já aludimos esta é a componente de maior exigência, em termos metodológicos, em grande medida porque se prevê que o recrutamento de participantes, a recolha de dados, a sua análise e codificação ocorram, de forma contínua, e em concomitância temporal, sendo sempre ancorados no desenvolvimento da teoria emergente (Glaser &

Strauss, 1967; Glaser, 1978, 2005, 2009c, 2010, 2012, 2014; Schwandt, 2001; Urell, 2005; Mullen, 2006; Glaser & Holton, 2007; Holton, 2008, 2010). No entanto, porque a manutenção desta iteratividade concorreria para um emaranhado explicativo de difícil inteligibilidade optámos pela sua divisão em duas secções diferenciadas. Devotamos a primeira [*cf.*, ponto 4.2.4.1 Recrutamento e recolha dos dados], como a designação o indícia, à apresentação sumária do processo de recrutamento e de recolha dos dados, indicando, para o efeito, as estratégias a que recorreremos e as especificidades que estas assumiram. Por sua vez, a segunda reporta-se aos diferentes tipos e momentos de codificação e análise dos dados, desde as primeiras tentativas de codificação aberta (através a codificação dos incidentes e da sua comparação entre si) à codificação seletiva (em que se analisou a relação das categorias com a variável principal, tendo como propósito chave a obtenção da saturação). O término acontece, em suma, através da obtenção de um modelo em que a maior parte da variação de um padrão comportamental em estudo se explica através da categoria principal, sendo evidentes as relações desta com as restantes categorias e as suas propriedades.

Pelo exposto se compreende, com facilidade, que a divisão desta informação segundo dois pontos [*cf.*, pontos 4.2.4.1 recrutamento e recolha dos dados, e 4.2.4.2 codificação e análise dos dados] acontece, apenas, para os efeitos de clarificação das opções assumidas e de descrição das ações efetuadas. Deve o/a leitor/a ter em mente que foram recolhidos dados durante o processo de geração da *Grounded Theory*, *i.e.*, até ao momento em que se atingiu a saturação (das categorias que corporificam a *GT* e dos fenómenos que sustentam a relação que estabelecem entre si), num todo parcimonioso que agrega componentes de superfície [3 fases, 6 subfases e 3 configurações na subfase 2.1] e dimensões de profundidade [*e.g.*, variações no universo de possíveis, ciclos recidivos, desequilíbrio(s), gravitações orbitais e reequilíbrio(s)].

4.2.3.1 RECRUTAMENTO E RECOLHA DOS DADOS

For the GI researcher the world is totally empirical. As he collects data his job is to deal with exactly what is happening, not what he would want to happen, not what his own interest would wish the data to be. The data is not “truth” it is not “reality”. It is exactly what is happening. The GI researcher has to be oriented to each course of action having its own meaning. To be sure it does. And once the GI researcher lets this meaning emerge and sees the pattern, he/she will feel “sure” that this is what is going on. This sureness can not be known beforehand. It emerges conceptually through constant comparison

Glaser, 2007, parág. 5

Como tivemos oportunidade de referenciar, uma parte substantiva do processo de observação ocorreu em múltiplos cenários, em tempos e espaços com características muito diferenciadas entre si e que convocaram cuidados, em termos éticos e metodológicos distintos. Assim, no contexto dos espaços de frequência não controlada (*e.g.*, jardins, ruas, parque de estacionamento), de estabelecimentos abertos ao público (*e.g.*, cafés, centros comerciais, estação de comboio), e entidades públicas (*e.g.*, Loja do cidadão) a observação ocorreu em registo não participante e encoberto, não tendo sido focalizada na ação específica de qualquer profissional, voluntário/a, membro da comunidade e/ou pessoa em situação de sem-abrigo, mas sim na análise das dinâmicas de interação entre pessoas e na observação de comportamentos manifestos publicamente e verbalizações proferidas de forma audível. Os memorandos produzidos neste âmbito foram, evidentemente, centrados nestas esferas, não contendo informação específica sobre os/as seus protagonistas ou sobre elementos de caracterização do contexto/dinâmica que visem a identificação de particularidades do contexto (*e.g.*, do serviço alvo de observação, da localização do espaço). Esta observação iniciou-se logo em 2007 tendo sido mantida, pesem as mudanças de objetivo já referidas [*cf.*, ponto 4.2.3.2], até ao fecho da teoria. Neste contexto, e para evitar chamar a atenção sobre a investigadora, as notas foram compiladas num programa gratuito de escrita de notas,

passível de acesso através do telemóvel, do iPad, e do computador portátil da investigadora. Acresce ao referido que foram muito limitadas as vezes em que a observadora foi inquirida a propósito da sua permanência em qualquer um dos locais referenciados anteriormente, tendo sido fornecida informação, nos 2 episódios em que tal ocorreu¹⁴¹, sobre o estudo e os seus objetivos principais.

O desenvolvimento deste estudo implicou, para os restantes cenários alvo de observação, assim como para as entrevistas (n= 96), a obtenção de consentimento para a realização de observação (*cf.*, Anexo 3)¹⁴², prévia ao efetivo recrutamento de eventuais participantes (adultos/as em situação de sem abrigo, no presente ou em fases transatas da sua vida, e profissionais que trabalham, em contexto de rua ou institucional, com indivíduos em situação de privação habitacional severa). O pedido foi enviado, por escrito, a 7 entidades, tendo sido consideradas como alvo de estudo as seguintes circunstâncias/contextos: (i) Giros de rua; (ii) visitas domiciliárias a famílias carenciadas, (iii) visitas a Instituições de Acolhimento Temporário, Comunidades Terapêuticas e Apartamentos; (iv) momentos de sinalização de casos e, posteriormente, de tomada de decisão quanto às especificidades das medidas de intervenção a concretizar; (v) reuniões de trabalho em que se analisa a problemática; (vi) outras iniciativas que visam a reinserção social das pessoas em situação de sem-abrigo.

As primeiras autorizações obtidas respeitaram ao Conselho Técnico do Projeto de Intervenção com os sem-abrigo do Concelho de Coimbra (Março de 2007) e a uma das entidades que desenvolve Giros de rua noturnos na cidade (Janeiro 2007), tendo os primeiros processos de observação participante ocorrido através da participação da investigadora nas iniciativas por estas levadas a cabo. Obtivemos, posteriormente, autorização das restantes, o que nos possibilitou o acesso aos equipamentos vocacionados para a intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo (Centro de dia, Centro de Acolhimento, apartamento apoiado, espaços de atendimento e 3 sedes de

¹⁴¹ A presença da investigadora na sala de espera do hospital foi alvo de questionamento por parte de: (i) um dos profissionais da empresa de segurança, tendo-lhe sido perguntado se aguardava informações de familiares, ao que esta respondeu que não, explicitando que se tratava de um processo de observação, integrado no projeto de doutoramento em curso; (ii) um membro da PSP, no contexto de uma rusga policial realizada numa das ruas da baixa de Coimbra, tendo sido solicitadas informações de caracterização e aconselhada a não permanência naquele espaço em períodos noturnos.

¹⁴² Foi remetido pedido formal ao Conselho Técnico do Projeto de Intervenção com os sem-abrigo do Concelho de Coimbra, assim como às 6 entidades com as quais colaborámos no âmbito do Giro de rua.

IPSS), e a participação nos Giros de rua noturnos. Acresce ao referido que, com exceção da entidade 1 (que nos permitiu a visita à sede e a participação nos giros de rua, em registo semanal), todos os processos de observação realizados com a colaboração destes organismos tiveram início já na modalidade 2 de observação [de Maio de 2007 a finais de Março de 2013], *i.e.*, já no contexto dos processos de codificação aberta e subsequente codificação seletiva, tendo sido ultimados no final da modalidade 3.

A participação nos Giros de rua ocorreu em função dos planos mensais das entidades e da disponibilidade da investigadora (atendendo às suas funções profissionais que, por vezes, pressupuseram saída de Coimbra), tendo sido agendados os momentos de observação diretamente com os/as técnicos/as¹⁴³. As restantes ocorreram nas 2h semanais definidas para o efeito, sendo alternadas com observações em espaços de frequência não controlada. Incluíram-se, neste leque, visitas agendadas às sedes e equipamentos das entidades, assim como deslocações surpresa e permanência no espaço por períodos não superiores 2h/3h, em vários períodos do ano¹⁴⁴.

Para além dos procedimentos referidos procedemos, ainda, à observação de *espaços de utilização estratégica*. Embora a maior parte dos contextos observados neste domínio fossem, em termos legais, públicos ou de uso não controlado, a nossa permanência neles foi, sempre, alvo de pedido de autorização prévia, neste caso obtida oralmente. Neste âmbito, todas as visitas a casas e edifícios abandonados (ocupados por pessoas em situação de habitação inadequada), utilizados para efeitos de alojamento, proteção e/ou subsistência (*e.g.*, fábricas abandonadas, casas abandonadas), a fábricas abandonadas (no interior da cidade e nas imediações), a locais de consumo de substâncias e de prostituição foram precedidos de pedido de autorização ao elemento que lá se encontrava há mais tempo, tendo-lhe sido explicitados os objetivos do estudo, esclarecidas eventuais dúvidas, e assegurado o anonimato e a confidencialidade das

¹⁴³ Importa referir, neste ponto, que nos primeiros Giros realizados com as equipas tivemos o cuidado de nos apresentar, aos/as profissionais, aos voluntários/as e às pessoas com quem contactámos, indicando o nosso papel enquanto investigadora e explicitando, de forma global, os objetivos do estudo e as estratégias nele implicadas.

¹⁴⁴ Exceção, ao referido, o mês de Agosto, que apenas foi alvo de estudo nos anos de 2007 e 2009; assim como os períodos de Natal e Páscoa, que só foram alvo do processo de observação em 2007 e 2008. Acresce que, por motivo de falecimento de familiar direto, no ano de 2008 foi realizado um interregno de 3 meses no processo de observação e também no de realização das entrevistas.

informações por ele disponibilizadas. O contacto com esta pessoa ocorreu através de 2 estratégias: (i) pedido de informações a um/a Técnico/a de rua, com reconhecida experiência na área substantiva e em quem os/as adultos/as em situação de sem-teto ou habitação inadequada evidenciavam níveis satisfatórios de confiança; (ii) contacto direto com a pessoa em situação de sem-teto e solicitação de autorização para a realização da visita. Estas visitas ocorreram nas datas que nos foram indicadas pelos/as ocupantes da casa/fábrica/espço, sempre no período da tarde, com duração entre 1 e 3 horas.

Por sua vez, e no que concerne o recrutamento dos/as entrevistados/as partimos da sugestão de Morse (2007), e começámos pelo convite de pessoas em situação de sem-abrigo crónica, com experiência longa em situação de sem-teto e habitação inadequada, no país e no concelho, e com os quais já havíamos contactado, quer no âmbito das observações não estruturadas (realizadas no início do ano de 2007), quer do Giros de rua. Para além da localização destes/as informadores/as ter constituído um desafio, por vezes¹⁴⁵, o ganhar a sua confiança foi uma dimensão essencial à concretização deste trabalho¹⁴⁶. Foram, neste âmbito, inicialmente entrevistados 5 indivíduos (4 homens e 1 mulher), todos eles com mais de 5 anos de vivência de situação de sem-abrigo. Da codificação e análise das suas entrevistas a amostra teórica foi aberta, em Maio de 2008, à participação de pessoas em situação de sem-abrigo

¹⁴⁵ Importa, neste âmbito, tecer um breve apontamento sobre o tempo despendido na localização dos/as informantes, uma vez que, embora exista alguma regularidade nas rotinas das pessoas em situação de sem-abrigo, esta nem sempre aconteceu, o que requereu à investigadora alguma paciência, na espera pelos indivíduos, nos locais em que era conhecida a sua frequência. Releva, ainda, que embora assumido o compromisso de realização da entrevista, e porque o recurso a estratégias de recordação do momento da sua efetivação eram insipientes (*e.g.*, não utilizavam lembretes, muitos/as não possuíam relógio), a sua concretização não ocorreu, muitas vezes, na hora ou até no dia definido (*e.g.*, um dos participantes apareceu no local definido à hora correta, mas dois dias depois, vários chegaram com períodos de atraso que ascenderam a 3 horas).

¹⁴⁶ Este aumento da confiança foi possível graças ao extenso volume de observações realizadas, que, pelas longas horas de contacto, contribuiu para uma crescente naturalização da nossa presença no quotidiano destas pessoas, a que se associaram três outros fatores chave. O primeiro resultou da autorização verbal fornecida por um proxeneta, para que pudéssemos realizar, sem constrangimentos, as entrevistas a algumas mulheres em situação de sem-abrigo que recorrem à prostituição. O segundo prendeu-se com a indicação, por parte de profissionais com quem as pessoas em situação de sem-abrigo possuíam relacionamentos de não conflito e alguma confiança expressa, de que éramos, realmente, uma cientista social (não jornalista e não membro da polícia) e que as informações disponibilizadas seriam utilizadas, em exclusivo, para efeitos de investigação. Por fim, o terceiro resultou da participação, inicial, de 3 indivíduos em situação de sem-abrigo crónica, conhecidos da generalidade dos/as seus/as congéneres e valorizados como pessoas inteligentes e conhecedoras das dinâmicas da rua, por outras pessoas com trajetórias mais curtas, no estudo. A indicação, por parte destes de que éramos de confiança foi muito importante para que pessoas com histórias mais sofridas e/ou com percursos ilícitos e criminosos, anuissem a colaborar no projeto.

transata (cujo contributo no âmbito do processo de saída, nos pareceu essencial) e a profissionais em contexto de rua [integrados pelo seu *input* diferenciado no que concerne as dificuldades/problemas comuns a adultos/as com trajetórias singulares (*e.g.*, perturbação psiquiátrica acentuada, com consumo abusivo de álcool ou dependentes de substâncias ilícitas, com dificuldades intelectuais moderadas, idosos/as que evitam contacto com outros sem-abrigo), assim como pelo conhecimento de dinâmicas específicas da cultura de rua)]. Já no segundo semestre, realizaram-se as primeiras entrevistas a profissionais em contexto institucional, tendo este processo tido início com técnicos/as que exercem a sua ocupação em Centro de Acolhimento¹⁴⁷. Esta sinalização e recolha inicial de perspetivas de elementos chave da comunidade em estudo possibilitaram, em momento subsequente, a identificação de outros/as colaboradores/as e a mobilização de estratégias de observação complementares, essenciais para o robustecimento concetual da *GT sobrevivendo às ruas*. Como dissemos, a primeira entrevista ocorreu em Maio de 2007 e a última em Julho de 2013.

Pelo exposto não constituirá surpresa que tenhamos recorrido a três estratégias complementares de recrutamento: (i) contacto direto com a pessoa¹⁴⁸, (ii) por indicação de profissional com experiência no domínio; (iii) por sugestão de adulto/a em situação de sem-abrigo. Estas serviram, como aludimos, o propósito da geração da teoria, sendo

¹⁴⁷ Importa ter em conta, no que se circunscreve ao recrutamento de profissionais, que a sua sinalização teve em consideração, para além do nosso contacto com eles/as, no contexto da realização do seu trabalho, a descrição das equipas remetida pelas entidades, no seguimento de um segundo pedido, endereçado às 7 entidades, para a colaboração dos seus profissionais no estudo, neste âmbito em específico, através da sua colaboração na realização de entrevistas. O procedimento levado a cabo teve como objetivos principais, a solicitação de informações sobre o corpo técnico dos serviços e estruturas vocacionados para a intervenção neste domínio, possibilitando uma tomada de decisão mais sustentada no que concerne a constituição da amostra teórica (*e.g.*, sobre o seu perfil profissional, experiência, funções específicas) e, por outro, assegurar aos organismos que o estudo não tinha como objeto a avaliação dos serviços que prestam ou a sinalização de eventuais insuficiências nas dinâmicas de relacionamento inter-institucional neste domínio. De novo foi obtida autorização para apresentação do estudo aos profissionais e para o seu convite à colaboração no projeto.

¹⁴⁸ Neste contexto releva, ainda, uma modalidade de recrutamento particular, que mobilizámos no âmbito da integração de mulheres e homens que recorrem à prostituição de rua e que se prendeu com a realização de pedido de autorização, inicial, a um dos proxenetas com quem contactámos. Esta pessoa foi um elemento vital para a nossa integração no contexto das dinâmicas de rua, pois para além de ter dedicado 4h (entre as 22h30 e a 2h30) de uma das noites em que participámos no Giro de rua, a explicitar-nos as regras e normas da rua e a descodificar parte das expressões nela utilizadas, “deu autorização” às mulheres e homens *que trabalhavam sob a sua orientação* para colaborarem no estudo, num registo livre de fornecimento de informações. Foi, também, ele que nos orientou numa das visitas às fábricas abandonadas.

a seleção de participantes efetuada em função do seu desenvolvimento. Assim sendo, apesar das duas últimas estratégias assentarem na indicação por parte de outrem, esta ocorreu tendo em consideração os códigos e categorias que integram a *GT* e não a eventual facilidade de acesso à pessoa ou, mesmo, a maior ou menor motivação desta para colaborar num estudo deste tipo. Lembramos, a este respeito, que muitos/as dos entrevistado/as integram grupos considerados “*hard to reach*” (*e.g.*, adultos/a envolvidos em pequeno tráfico, pessoas com perturbação psiquiátrica severa, idosos/as em situação de habitação insegura), não sendo fácil o contacto de profissionais e organismos com eles/as, e muito menos de investigadores/as. Por este motivo, o recrutamento dos/as 96 participantes foi bastante moroso. Acresce, por fim, ao referido, que foi solicitado consentimento informado a todos os elementos que colaboraram na entrevista, tendo sido explicitados os objetivos gerais da investigação, assegurada a confidencialidade dos dados fornecidos e explicitados os direitos do/a entrevistado/a. Foram, ainda, esclarecidas as dúvidas dos/as inquiridos/as e solicitada permissão para gravação áudio.

Todas as entrevistas ocorreram no contexto que a pessoa selecionou para o efeito, sendo por esta via garantida a segurança (física e psicológica) dos/as entrevistados/as, e minimizadas intrusões não desejadas durante a sua realização. Os/as profissionais mostraram preferência clara pela concretização deste processo no seu local de trabalho, tipicamente fora do horário de expediente ou em períodos de pausa; enquanto as pessoas em situação de sem-abrigo preferiram a sua concretização em Centros de dia ou nos espaços de permanência não controlada que recorrem(iam) com regularidade (*e.g.*, *shopping*, jardim). De novo, sempre que a pessoa escolhia, como local de realização da entrevista, uma instituição de apoio a indivíduos em situação de sem-abrigo, foi requerida autorização para a sua realização, sendo solicitada a cedência de um espaço calmo para o efeito.

Foi enviado, em Maio de 2008, um pedido formal de acesso ao conteúdo funcional de documentos desenvolvidos pelo grupo de trabalho no âmbito da problemática da situação de sem-abrigo, endereçado ao Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Segurança Social, apelo que complementou a referência nesse sentido contida nos pedidos dirigidos às entidades que integram o projeto de intervenção com Sem-abrigo do Concelho de Coimbra. Através de ambos tivemos acesso a 3 Relatórios de caracterização dos grupos abrangidos pelas diversas ações existentes no concelho,

assim como das tipologias de intervenção realizada (um datado de 2008, outro de 2009 e, ainda outro, de 2013), assim como a documentos dispersos de síntese do trabalho desenvolvido pelas equipas de profissionais.

Por último, importa indicar, ainda no contexto da apresentação dos procedimentos, que foi realizado um *focus group*¹⁴⁹ de apresentação da *Grounded Theory* e das suas dimensões principais, dirigido aos/às profissionais que haviam colaborado no estudo, e que manifestaram interesse em participar nesta sessão (dado que não pretendiam manter o anonimato quanto à sua colaboração) e que teve como objetivos averiguar: (i) a inteligibilidade da teoria, (ii) a sua (não) aceitação, enquanto modelo plausível de explanação das trajetórias de pessoas em situação de sem-abrigo e de compreensão da própria situação de sem-abrigo, e (iii) possíveis dúvidas/interrogações relativamente à *GT* original ou ao projeto de investigação. A apresentação da *GT* aos elementos da subamostra 1 e 3, que manifestaram interesse nesse sentido, ocorreu de forma individualizada, uma vez que se pretendeu manter o anonimato no que concerne a participação neste estudo, tendo sido recolhidas as suas opiniões e comentários. Participaram neste processo, um total de 37 dos/as 96 entrevistados/as.

Da confluência de todos estes procedimentos, quer a partir dos vários tipos de observação realizados, quer das entrevistas levadas a cabo (n=96 entrevistados/as), obtivemos um agregado muito diverso de: (i) dados de base (*baseline data*), que respeitam à melhor descrição que o/a participante fornece; (ii) informação socialmente aceite (*properline data*), ou seja, relatos daquilo que o/a participante considera que é adequado/desejável contar ao/à investigador/a; (iii) interpretações, “which is what is told by a trained professional whose job it is to make sure that others see the data his professional way” (Glaser, 1998, p. 9), assim como (iv) informação implícita, fornecida quando o inquirido/a vagueia sobre temas ou acontecimentos, não sinalizando questões concretas para abordar/explorar. Ao contrário do que possa parecer a um leitor/a não especializado/a na *GT*, todos estes tipos de informação foram/são relevantes, pois é da sua convergência que deriva a descoberta de padrões, discursivos e comportamentais,

¹⁴⁹ No anexo 4 encontra-se o documento de consentimento informado.

em que se sustentam as categorias emergentes, garantindo, adicionalmente, que foram recolhidas informações suficientes para que se atinja a saturação. O (não) dito, o verbalizado parcialmente, ou as transformações geradas com o intuito de tornar a problemática mais aceitável aos olhos de quem a experiencia ou daqueles/as que a investigam pode ser, tão ou mais importante, que a mera descrição de factuaisidades, dado que traduzem, pela sua existência, padrões específicos de gestão do principal problema/preocupação com que as pessoas se confrontam. Por esse motivo, assegurar a diversidade dos procedimentos de recrutamento e de recolha de dados era uma das nossas preocupações principais, dado que todas as ações subsequentes de codificação e análise se ancoram neles, possibilitando recolha adicional, num *crecendum* de complexidade analítica que culmina na produção de um modelo explicativo coerente e robusto.

4.2.3.2 CODIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

To be sure Grounded Theory is a perspective on both data and theory. It contends that there is much value in the conceptualizing and conceptual ordering of research data into a body of theory. This theoretical grasp of problems and processes within data is – in our perspective – a very useful way to understand what is going on in a substantive area and how to explain and interpret it.

Glaser, 1978, p. 3

Consustanciada nas referências metodológicas sistematizadas no ponto 3.3 do capítulo 3 e consciente dos principais desafios que se colocam à investigadora (abordados no ponto 3.4) demos início às fases de análise e codificação dos dados, que abrangeram processos de codificação aberta, de codificação seletiva, de amostragem teórica, de organização dos memorandos e de escrita de novos memorandos, todos eles necessários para a emergência da *GT sobrevivendo às ruas*. Como indicámos no capítulo anterior, o processo de comparação constante requer o envolvimento do/a investigador/a em três grandes tipos de comparação: (i) incidente a incidente, para que os conceitos emirjam; (ii) conceitos e incidentes, para que ocorra elaboração teórica, se

densifiquem os conceitos e se atinja a saturação; e conceito a conceito, possibilitando, assim, a emergência da integração teórica (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1999, 2001, 2003; Holton, 2007). A codificação teórica só ocorre, por conseguinte, nas etapas finais, sendo responsável, dado que é através dela que se dá a concetualização de como os códigos substantivos se relacionam entre si, pela formulação das hipóteses que são integradas na teoria (Glaser, 2002, 2003, 2012; Holton, 2007, 2008, 2009). E, connosco, efetivamente, assim aconteceu, num processo iterativo de complexidade elevada, que procuramos sistematizar ao longo das páginas seguintes.

A codificação aberta teve início logo no âmbito dos primeiros ensaios de observação não estruturada (decorridos, como indicámos, entre os meses de Janeiro e Abril de 2007), tendo as descrições, então, elaboradas, sido de grande importância para a identificação dos códigos iniciais e, também, para a compilação das questões essenciais que constam nos três guiões de entrevista já descritos. Realizou-se, portanto, um longo trabalho direto com os dados, que foram fraturados e analisados com o propósito de identificação da categoria principal e dos conceitos que com ela se relacionam (*cf.*, Holton, 2007).

Como indicámos, algumas vezes ao longo da Tese, a nossa entrada no campo ocorreu, tal como se propõe na *GT* Glaseriana (Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1998, 2001, 2005, 2009b, 2009c, 2012, 2014; Charmaz, 2000, 2004, 2014; Cutcliffe, 2000; Bryant & Charmaz, 2007; Birks & Mill, 2011; Emmel, 2013) sem conhecimento prévio no domínio, sendo as primeiras observações devotadas à familiarização com a situação de sem-abrigo e aqueles/as que nela se encontram, num registo de não estruturação. As notas das descrições efetuadas e o conteúdo das entrevistas foram, num primeiro momento, codificadas à mão, tendo sido gerados tantos códigos quanto identificados, tarefa orientada pela questão “o que está a acontecer/ o que se passa na vida destas pessoas” (*cf.*, Glaser, 1978, 2001, 2005). Já ultrapassados os 200 códigos ainda a investigadora não tinha sinalizado os padrões de relevo que sustentassem a organização dos dados, ainda que provisória, nem identificado o principal problema/preocupação manifesta pelos adultos/as (que integravam os contextos observados ou que tinham colaborado na entrevista).

Por exemplo, as nossas notas sobre a degradação do estado de saúde incluíam, neste ponto do trabalho, referências muito numerosas à acumulação dos efeitos da situação de sem-abrigo no bem-estar físico e mental. Só no âmbito da dimensão física os memorandos continham uma listagem enorme de sintomas (*e.g.*, aumento da dor; inchaço nas pernas, pés e gengivas; joanetes; nódulos; cansaço generalizado e perda de energia), indicações sobre a evolução de problemas prévios à situação de sem-abrigo (*e.g.*, aumento de zonas necrosadas, aumento do número de úlceras), e alusões à suspeita da contração/desenvolvimento de novas doenças (*e.g.*, contração de HIV, diagnóstico de pneumonia), a que se associava uma listagem, também extensa, de evidências de mal-estar psicológico (*e.g.*, aumento da agressividade verbal e física, maior agitação motora). Igualmente extensas eram as notas sobre as dificuldades sentidas, no quotidiano, que agregavam, entre outras, a preservação de alguns cuidados básicos (*e.g.*, mudar de roupa, tomar banho, lavar os dentes) e de bens em sua posse (*e.g.*, garantir o não roubo da documentação), assim como a gestão de circunstâncias e acontecimentos indesejados (*e.g.*, mudança de horários de serviços) ou, até, verbalizações explícitas sobre a desconfiança de pessoas e organismos (*e.g.*, queixas de mentiras de que foram alvo), num avolumado de informações de que dificilmente antevíamos os elementos agregadores que possibilitassem a sua explanação em profundidade. Escrevemos, num dos memorandos dessa altura,

“Existirá alguma coisa em comum a toda esta diversidade? Estas pessoas revelam limitações em quase todos, senão todos, os domínios do seu quotidiano, dificuldades tão severas que as perguntas que surgem na minha cabeça são: como permanecem vivos/as? Como aguentam todos estes problemas, em continuidade? Porque não desistem?” [Excerto de memorando de Giro de Rua, Abril, 2007].

Para esta dificuldade contribuiu, certamente a inexperiência com a *GT*, a que se associou a complexidade inerente à área substantiva em estudo e a natureza pouco visível de muitas das suas características e dimensões. Glaser (1998, 1999, 2003, 2004, 2007, 2009b, 2009c) já havia alertado, precisamente, para esta questão, dizendo que é nas etapas iniciais da codificação aberta que o/a investigador/a tende a sentir-se mais desafiado/a. E, efetivamente, assim foi. Mantendo o propósito de descobrir “aquilo que acontece” (Machado, 2004), a recolha de dados foi concetualizada de forma flexível, sendo introduzidas componentes de especificação, que possibilitaram o aprofundamento da compreensão da problemática em questão (*e.g.*, Glaser, 1978, 1992, 1998, 1999, 2001, 2009b; Irurita, 1990; Charmaz, 2000; Rennie, 2000; Urell, 2005). Formularam-se, assim,

questões de forma aberta e flexível para que os inquiridos/as pudessem exprimir-se da forma que entenderam adequada, investindo, em simultâneo, num extenso processo de observação (de pessoas em contexto, atendendo a cenários muito diversos e a vários registos temporais). Foram, pesem estes cuidados, necessários vários meses de codificação aberta e de reflexão para que se dessem as primeiras tentativas estruturadas de nomeação da preocupação principal e da categoria chave. Foram consideradas, enquanto potenciais propostas (i) a procura de adaptação às regras e normas da rua, (ii) a conceção de estratégias de inserção em comunidade; e o (iii) forçar da integração, no registo valorizado pelos organismos, tendo todas elas sido rejeitadas como problema principal (sendo as categorias, que a elas respeitam, integradas na *GT* emergente)¹⁵⁰.

No decorrer destes primeiros meses a sensibilidade para esta área substantiva foi aumentando e com ela foram detetados pormenores dos contextos observados, que antes haviam escapado ao olhar da observadora (*e.g.*, quando alguns elementos em situação de sem-teto chegavam aos parques de estacionamento as pessoas que lá se encontravam saíam, de imediato; os/as idosos em situação de habitação insegura não recorriam, com regularidade, às carrinhas para obtenção de comida; alguns indivíduos simulavam doenças para obter mais comida, outros apareciam com roupa diferente, em momentos distintos do giro, dizendo ser uma pessoa que acabou de chegar à cidade e

¹⁵⁰ O abandono da primeira destas preocupações ocorreu devido à codificação de informações concernentes à observação de pessoas que se dirigiam às entidades com o intuito de evitar a situação de sem-teto, assim como daqueles/as que se encontravam em processo de transição para a saída sucedida. Para estes/as, a preocupação nada tinha a ver com a adaptação às normas da rua, estando, em contraste, canalizada ao evitamento da experiência de sem-abrigo (os seus discursos eram pautados por apelos a ajuda célere e por verbalização do medo que sentiam), enquanto nos segundos se prendiam com a mobilização dos recursos e estratégias necessárias ao seu não regresso às ruas (*e.g.*, procura ativa de emprego, pagamento de dívidas). Não existia, por conseguinte, suporte nos dados para a emergência dessa questão enquanto categoria principal da *GT*. A segunda possibilidade avançada aproximava-se, como já indicamos, das preocupações manifestas pelos adultos/as em processo de inserção, assim como dos/as profissionais, quer no que concerne os comportamentos e interações observados, quer em relação às opiniões manifestas no decurso da entrevista. Porém, era residual enquanto elemento de relevo, para aqueles que se encontravam em situação de sem-abrigo transicional ou crónica, cujas ações se canalizavam para dimensões de sobrevivência e de gestão do quotidiano. Foi, por este motivo, também excluída. Por fim, o “forçar a integração”, avançada como possibilidade pelo volume de informações respeitantes à apreciação da desadequação dos serviços e práticas de intervenção, quer por parte das pessoas em situação de sem-abrigo, na atualidade e em períodos anteriores da sua trajetória, quer por parte de alguns profissionais, revelou não ser compreensiva suficiente, na medida em que não se constituía como problema predominante para muitos/as inquiridos/as, com particular destaque para as pessoas que evidenciavam forte alienação (de pessoas, organismos e da própria comunidade), nem dos que *tiravam partido na rua* (que utilizavam os esforços de integração disponibilizados pelos profissionais e serviços em seu proveito).

precisa de apoio) e acrescentadas questões complementares nas entrevistas (*e.g.*, “Descreva-me um dia típico na sua vida, desde que se levanta até que se deita.”, “Agrada-lhe aquilo que faz?”), que possibilitaram a emergência de novos códigos e, através de um processo de reflexão intenso, a identificação da categoria principal. Aquilo que se revelou ser problema e preocupação dominante, e comum às diferentes experiências da situação de sem-abrigo com que havíamos contactado (*e.g.*, em termos de duração, no que concerne os locais de pernoita e de subsistência, a respeito da relação que estabelecem com outras pessoas em situação de sem-abrigo, profissionais e organismos), era *sobreviver às ruas*. O medo da rua era uma realidade quase tangível para todas estas pessoas, sendo o seu universo mental canalizado para a sobrevivência neste cenário, para todos assumido como hostil (mesmo para aqueles/as que delas tiravam algum benefício (*e.g.*, venda de estupefacientes ou medicação não prescrita)). Analisadas as evidências, à data, recolhidas, esta (sobreviver às ruas) recebeu forte corroboração, a saber:

- (i) para as pessoas que se encontravam em processo de despejo ou na eminência de saída da habitação (*e.g.*, a pedido do cônjuge, porque os familiares já não autorizam mais tempo de estadia), as preocupações apresentadas centravam-se na perceção de ausência de controlo sobre si e as suas circunstâncias, associado a um medo profundo de não ser capaz de “aguentar” as primeiras noites em situação de sem-teto;
- (ii) para os/as adultos/as em transição, ou seja, que estavam em situação de sem-teto há alguns dias as verbalizações respeitavam, essencialmente, à procura de sítios seguros (*e.g.*, para dormir, para comer) e ao receio de ser vítima de agressão (física ou sexual);
- (iii) para aqueles/as que se encontravam em situação de sem-abrigo crónica, as preocupações até então manifestas como mais intensas prendiam-se com a gestão do quotidiano e com a sua sobrevivência no dia-a-dia, estando estas associadas ao receio de crescente incapacitação (devido ao agravamento do estado de saúde e bem-estar) e eventual morte (*e.g.*, devido ao aumento de consumos de substâncias, em resultado da evolução de doenças);
- (iv) por fim, para os/as entrevistados/as em processo de inserção a sobrevivência à rua manifestava-se pela indicação, clara, da satisfação em ter sido capaz de sair, e de ter aguentado um conjunto de acontecimentos muito negativos, apesar das inseguranças quanto à possibilidade de regresso à rua;
- (v) para os técnicos/as, a rua assumia o papel de elemento aglutinador das menos-valias associadas à situação de sem-abrigo, representando, em simultâneo, o cenário a que associam as arduidades do quotidiano das pessoas que a vivenciam e, por

outro, o referente que corporiza a complexidade e violência das normas e regras de interação dos adultos/as que a eles recorrem (“a vida de rua”, “a lei da rua”).

Com esta descoberta iniciou-se uma nova fase em termos de codificação e análise, a qual exigia atribuições e tarefas diferentes das reportadas (*cf.*, Glaser, 1992, 1998, 1999, 2001; Heath & Cowley, 2004; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010). A codificação substantiva requereu, em resumo, nova codificação dos dados (linha a linha), no âmbito de uma análise comparativa incidente-a-incidente, cuja operacionalização se deu a partir de 3 questões chave, sugeridas por Glaser (1998, p. 140): (i) que categoria é indiciada por este incidente; (ii) que propriedade da categoria é indicada por este incidente, (iii) qual é a preocupação principal que o/a participante verbaliza/demonstra. Visou-se, nesta fase, a focalização na dimensão concetual, ou seja, na deteção dos padrões entre os vários incidentes que contêm códigos (Holton, 2007).

A partir deste momento em que se sinalizou a categoria principal, a seleção da amostra teórica passou a operacionalizar-se de forma a nela se incluírem participantes com perspetivas e experiências múltiplas de sobrevivência à rua, e, em concomitância, se atenderem às muitas áreas que surgiam, nas observações e nas entrevistas, relacionadas com a categoria principal e que, em acréscimo, sustentavam as distintas perspetivas/ações de asseguramento da sobrevivência. Por exemplo, a indicação do “medo de não sobreviver à primeira noite na rua”, expressa por uma das entrevistadas, conduziu à necessidade de explorar, em maior profundidade, (i) os receios mais intensos, (ii) as estratégias de segurança, utilizadas na situação de sem-teto e habitação inadequada, e (iii) as interpretações tecidas por homens e mulheres, sobre a pernoita em espaço público. Tendo sido mobilizado processo idêntico relativamente a outras verbalizações ou comportamentos expressos, dos quais emergiram as categorias que compõem as configurações e subfases da *GT* (*e.g.*, delimitação de zona de conforto, conceção e implementação de estratégias de subsistência em condições de precariedade financeira extrema, aumento do poder na hierarquia social da rua, desvinculação com as dinâmicas e valores da rua). Esta constante comparação, entre os dados recolhidos, entre estes e os códigos, assim como entre códigos e categorias, foi muito morosa, o que não constitui surpresa se tivermos em conta o volume muito extenso de códigos iniciais. A sua compilação em categorias requereu, por conseguinte, um esforço de

síntese muito intenso, que se revelou, contudo, de capital relevância para que se desse a validação, não só da categoria principal, como das (sub)categorias.

Apresenta-se para efeitos de elucidação dos memorandos produzidos e das reflexões neles tecidas, a seguinte nota

“[a] integração nas dinâmicas e valores da rua assume um papel importante na vida quotidiana deste grupo. Por um lado procuram respeitar as hierarquias e, para isso: (i) aliam-se a outros para garantir a sobrevivência (nas mulheres esta aliança pode assumir a forma de prestação de serviços sexuais a troco de segurança), (ii) sujeitam-se às ordens de pessoas com maior poder, a rua (com destaque claro para o acesso a droga ou comida, bem como poder físico); mas, por outro, são também, eles, o agressor, impondo a outros a sua vontade (mandam pessoas mais frágeis, em termos físicos, fazer tarefas por si)” [Excerto de memorando de Giro de Rua, Agosto, 2012].

Constituiu uma dificuldade adicional a tomada de decisão sobre as designações das diversas (sub)categorias, uma vez que pretendíamos, por um lado assegurar a manutenção da sua dimensão de ancoragem nos dados, mantendo fortes componentes analíticas e de sensibilidade, e por outro era nossa intenção que estes fossem de fácil inteligibilidade e, se possível, tivessem a atratibilidade que Glaser defende (Glaser, 2001, 2005, 2006, 2009a; 2009b; Holton, 2007, 2009, 2010; Pergert, 2009). Optou-se, por conseguinte, por denominações de pendor mais descritivo para as categorias de abstração inferior, para que a sua relação com padrões discursivos e comportamentais fosse direta (*e.g.*, aprimorando os cuidados básicos, simulando a normalidade), a que acrescem composições semânticas de maior complexidade, concernentes às categorias com níveis de abstração superior (*e.g.*, ousando trilhar a autonomia).

Obtida a saturação das categorias (principal e subcategorias) evoluiu-se, em termos de análise, para a codificação teórica, em que as comparações conceito a conceito ocorreram de forma sistemática, com o intuito de asseverar o ajuste dos códigos teóricos emergentes aos conceitos, *i.e.*, de potenciar a integração teórica das categorias. A tarefa essencial prendeu-se, assim, com a análise das interações que as categorias possuem entre si, e com a categoria principal, tendo-se tornado patente a confluência de dois tipos de constituintes, de matriz muito distinta, de fenómenos e processos, cuja ação estava profundamente articulada com a sobrevivência à rua, *i.e.* que influenciavam de forma muito substantiva os padrões discursivos e

comportamentais mobilizados com o propósito de resolver os problemas/preocupações que as pessoas experienciavam nesse âmbito (sendo, apenas, parte destes do seu conhecimento, na totalidade). O primeiro destes elementos é formado pelos referentes gerativos que corporizam as (sub)fases e configurações de que a *GT* é composta, sendo estes organizados segundo 3 patamares de abstração crescente, a saber:

- (i) nível de abstração inferior – respeitante às categorias, assim como aos códigos de que emergiram, e os indicadores verbais e de observação de que, por sua vez, estes se geraram. Pela sua organização específica estes formam uma determinada configuração (respeitante à subfase 2.1a) ou subfase, de características únicas;
- (ii) nível de abstração intermédio - constituído pelo agrupamento das subfases numa mesma fase, também segundo uma matriz de interação específica, para que concorre a confluência de padrões discursivos e comportamentais em torno de certos preocupação/problemas dominantes; e, por fim,
- (iii) nível de abstração superior – concernente às três fases que conglutinam, num agregado coerente, parcimonioso e ancorado nos dados, todas as componentes anteriores.

Em geral, as componentes que integram este elemento pesem as dificuldades de expor algumas das temáticas [*e.g.*, quando estas possuíam maior implicação emocional, na eventualidade da descrição do acontecimento implicar a assunção de fragilidade, se a estratégia descrita era (i)legal ou tida como pouco desejável pelo/a inquirido/a], foram passíveis de sistematização, direta, a partir das narrativas e das suas ações. Acresce ao referido, que, mesmo depois de compilados em subfases e fases, o seu reconhecimento não suscitou interrogações, quer a profissionais (no contexto da realização do *focus group* de apresentação da teoria), quer às pessoas em situação de sem abrigo (transata) que colaboraram no estudo. Veja-se, em registo ilustrativo, que ainda não havíamos terminado a descrição das subfases já um dos participantes na subamostra 1 nos dizia

“Ahhh... Eu estou na 2.1, adaptei-me a isto, não foi? Eu bem sabia... Eu sou do grupo dos que se adaptaram, mesmo que não goste da vida que tenho” [E₁₄, S₁].

No entanto, esta dimensão não era suficiente enquanto matriz explanatória do processo que a situação de sem-abrigo enforma, pois a partir dela não era possível a compreensão, no seu âmago, dos medos, inquietações, constrangimentos e dificuldades que as pessoas experienciavam, em cada uma das (sub)fases e nas configurações, nem dos processos de ativação, manutenção e término das evoluções e involuções que as trajetórias descritas possuíam. Não nos possibilitava, por exemplo, compreender como

se dava a transição entre (sub)fases, nem aferir quais os elementos que confluíam para os retrocessos que as pessoas nos haviam descrito (*e.g.*, períodos de permanência em alojamento subsidiado e de emprego a que se seguia o retrocesso para a pernoita em espaço aberto). Ocorriam, em profundidade, outros fenómenos, que serviam como catalisador para estas mutabilidades e cuja ação ocorria em concomitância com a vivenciação de determinada componente de superfície. Designados de *dimensões de profundidade*, precisamente, porque a sua ação escapa, não apenas ao *olhar* externo (*e.g.*, de profissionais, membros da comunidade, investigadores/as), mas também aos/as próprios/as, que muitas vezes nos disseram não compreender os seus comportamentos e os motivadores de determinados medos e inseguranças, a sua inclusão nesta *GT* é da maior centralidade, pois é deles que emerge a complexa dinâmica de interações que sustenta o processo a que chamamos situação de sem-abrigo.

A sua deteção só foi, portanto, possível em etapas avançadas da codificação teórica, já depois de terem sido sistematizados os elementos de superfície anteriores e de sinalizados os principais momentos de evolução e involução, que ocorrem nas trajetórias (de adultos/as em situação de sem-abrigo transicional, crónica e episódica, assim como de indivíduos que já se encontram inseridos em comunidade há vários anos). Esta tarefa requereu investimento muito considerável, num período que ascendeu a 13 meses, tendo sido necessária, para além dos processos de observação e a realização de entrevistas finais [n= 6], a revisão dos memorandos, dos códigos e das categorias elaboradas, com o propósito de deteção daquilo que ocorre em *backoffice*, mas que sustenta os comportamentos observáveis e as narrativas expostas. Detetaram-se, por esta via, processos contínuos [variação no universo de possíveis e desequilíbrio(s), gravitações orbitais e reequilíbrio(s)] e processos de evolução transitivos [transições entre (sub)fases e configurações, e 2 ciclos recidivos], cuja explicitação em pormenor acontece no capítulo 6. A configuração final da *GT* original assumiu, portanto, estas duas dimensões, tendo ambas sido incluídas na versão final do modelo gráfico elaborado (*cf.*, capítulo 5). Só no final desta etapa foi, para nós, clara a consideração de que tínhamos, em efetivo, produzido uma *GT*, nesta Tese entendida enquanto um conjunto organizado de hipóteses e de interações entre categorias que explicitam um padrão social latente, mobilizado com o propósito de resolução de um

problema/preocupação dominante, na área substantiva em questão (situação de sem-abrigo).

Acresce, por fim, ao referido que, com o intuito de aumentar a validação e a transparência do processo de análise efetuado, quer no que concerne ao desenvolvimento de categorias, quer e relação ao robustecimento da *GT* através das dimensões de profundidade, procedemos à discussão destes elementos com especialistas em diversos domínios, no contexto da apresentação do modelo gerado em eventos científicos [n= 45]. O *feedback* fornecido pelos/as participantes foi de que reconhecem as componentes de superfície e de profundidade que constituem esta *GT*, como elementos de relevo na compreensão das trajetórias de emergência, manutenção e saída da situação de sem-abrigo.

4.2.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS ADICIONAIS

Ethical issues should not be confused with methodological ones. It is quite possible to conduct a study that uses good techniques of data collection and produces important findings but that also pays scant regard to ethical considerations. Conversely, it is also equally possible to conduct a study based upon the highest ethical standards that is also methodologically flawed and contributes very little by way of useful findings as a result. Research ethics are therefore not about the particular methods that researchers use and whether or not these are the most suitable or appropriate to elicit the information required. They are also not generally about the validity or reliability of the data collected or the accuracy or otherwise of how the data have been interpreted. (...) Rather, research ethics involve a consideration of the conduct of researchers in relation to their own personal behaviour as well as how they relate to and treat others during their research. They are about identifying certain norms and standards of behaviour that researchers are expected to follow.

Connolly, 2003, pp. 3-4

A planificação e concretização deste projeto de investigação teve em consideração os princípios e normas de conduta da Associação Americana de Psicologia, tidos como essenciais, na investigação com seres humanos, tendo sido atendidos cuidados adicionais, dado que foram entrevistados/as e alvo de observação pessoas em circunstâncias de particular vulnerabilidade (American Psychological Association, 2002, 2010). Parte dos procedimentos e cuidados levados a cabo já foram descritos ao longo da síntese dos procedimentos (de recrutamento e recolha dos dados, e de codificação e análise dos dados), pelo que faremos, neste ponto, apenas uma breve alusão a eles. Como, então, aludimos, foram solicitadas autorizações a todas as entidades que colaboraram neste estudo, por escrito, quer para efeito de participação, enquanto observadora, nas suas dinâmicas, quer para a utilização de documentação da sua autoria. Enviámos, ainda, um pedido ao Instituto de Segurança Social, para análise dos documentos do grupo de trabalho responsável pela criação da ENIPSA (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009). Foi, ainda, requerida permissão adicional, para a colaboração dos/as profissionais, no âmbito da realização das entrevistas que constituem a subamostra 2.

Acresce ao referido que, todos/as os/as entrevistados/as [n= 96] foram informados, em pormenor, sobre o estudo e aquilo que este visa(va), em termos de objetivos e da sua participação, tendo-lhe sido descritos os seus direitos (*e.g.*, direito de não responder a questões específicas ou a abandonar o estudo, quando assim o entendesse). No âmbito do convite à colaboração esta informação foi disponibilizada oralmente, tendo sido colmatadas eventuais dúvidas ou esclarecidos aspetos específicos do método a utilizar. No momento de concretização da entrevista procedeu-se a nova apresentação breve da investigadora e reiteraram-se as informações disponibilizadas, no momento anterior, as quais constavam, ainda, da folha de consentimento informado (*cf.*, Anexo 3).

Foi indicado que a entrevista seria gravada, desde que a pessoa assim anuísse, o que ocorreu para todos/as os/as adultos/as. O gravador esteve sempre em cima da mesa, num local visível, mas fora do campo direto do olhar do/a entrevistado/a, para que não constituísse eventual constrangimento às narrativas dos/as participantes. Estes/as foram, ainda, informados, que poderiam solicitar que fosse desligado quando assim o entendessem, e isso aconteceu, nas subamostras 1 e 3, no contexto da

verbalização de pormenores sobre estratégias de sobrevivência (*e.g.*, prostituição masculina, roubos) e indicação de detalhes sob locais de pernoita (*e.g.*, localização da casa abandonada).

No início da entrevista foi dito ao/à participante que o seu nome não seria verbalizado pela investigadora em momento algum, podendo este/a utilizar um nome fictício, alcunha ou apontar para si, de forma a assegurar a inexistência de informação sobre o seu nome em qualquer dos documentos de transcrição. Para assegurar a confidencialidade dos dados, a lista de conexão dos elementos da amostra, com dados de observação e as transcrições das entrevistas foi apenas acessível à investigadora. Acresce ao referido que todos os nomes e designações, de pessoas, serviços, organismos ou locais foram alterados nas transcrições, sendo substituídos por XX, para assegurar a privacidade (Johnson & Long, 2006; Giske, 2007; APA, 2010).

Para além do referido, e dado que se tratava de uma entrevista com uma forte componente biográfica, a investigadora esteve, particularmente, atenta à formulação das questões e às dinâmicas de interação com o/a entrevistado/a. Procurou-se assegurar um clima de empatia e abertura, para que este/a se sentisse à vontade para explicitar as suas perspetivas, e partilhar dúvidas, inquietações, estados emocionais ou quaisquer outros elementos que entendesse, evitando, em paralelo, que a pessoa se sentisse demasiado exposta ou pressionada para a apresentação de pormenores sobre si ou a sua trajetória. Precavimos, ainda, situações em que a entrevista se revelasse emocionalmente desafiante, tendo sido contactados/as profissionais da Psicologia para a prestação de apoio complementar a quem dele necessitasse¹⁵¹. No entanto, para a maioria dos/as participantes, as entrevistas foram apreciadas como uma experiência positiva de partilha de experiências e informações.

¹⁵¹ Apenas um elemento referenciou necessitar desse apoio, tendo iniciado o processo algumas semanas após a sua colaboração no estudo.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

Dedicado a duas incumbências complementares, a de fundamentação do recurso à *GT* clássica num projeto de investigação em Ciências da Educação, e a de explanação do processo de geração da *GT* da nossa autoria, este capítulo contém uma síntese compreensiva da evolução operada, em termos do *design* de investigação, bem como dos procedimentos inerentes à sua implementação. Iniciámo-lo a partir da revisão das circunstâncias que suportaram a necessidade de realização de um estudo sobre a situação de sem-abrigo, apontando a sua pertinência segundo referenciais múltiplos [*e.g.*, no contexto da realidade socioeconómica portuguesa contemporânea, tendo em consideração os reptos que se colocam à vasta maioria democracias ocidentais (*cf.*, 1987; Alcoforado & Mairós Ferreira, 2011; Gonçalves & Oliveira, 2011)].

Neste âmbito expusemos uma súpula das características distintivas do plano então formulado, tarefa que antecedeu a reflexão crítica sobre as suas insuficiências, atendendo a que era nossa intenção compreender os principais problemas e comportamentos que as pessoas em situação de sem-abrigo enfrentavam, considerando, para o efeito, toda a trajetória (desde a emergência à saída sucedida) e as múltiplas configurações que esta situação pode assumir. Esta reflexão, junto com a sinopse dos principais desafios que, ainda, se colocam, nesta área substantiva, e que incluímos no ponto seguinte, pareceu-nos necessária para que fosse clara a opção pela *Grounded Theory* Original. Como vimos, a *nova ortodoxia* convoca uma abordagem metodológica respeitadora na multidimensionalidade e pluricausalidade, em que a agência individual não é desconsiderada pelos/as investigadores/as (Pleace, 2000; Echnberg & Jensen, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010). Assumimos, por conseguinte, as orientações metodológicas apontadas nesta uma *plataforma de entendimento global* (Busch-Geertsema, *et al.*, 2010), tendo tido o cuidado de as indicar e de, em articulação, salientar opções de viabilização da sua concretização, no âmbito das quais elencamos as mais-valias específicas do recurso à *Grounded Theory* e, em concreto, à versão Clássica.

Terminada esta primeira parte do capítulo seguimos para a etapa de explicitação do processo de geração da *Grounded Theory sobrevivendo às ruas*. Neste âmbito, e uma vez que estávamos perante uma metodologia que requer a mobilização de

procedimentos vários em simultâneo, que pressupõe momentos de rápido progresso, de estagnação e, até de retrocesso e revisão da codificação realizada, obrigando o/a investigador/a a permanente abertura e flexibilidade, alertámos o/a leitor/a para a imprescindibilidade de atender às dinâmicas e iteratividade que subjazem a todos os procedimentos implementados, situando, por isso, o descritivo apresentado num esforço de compilação de ações complementares, realizadas em paralelo, e não como a mera descrição de passos ultrapassados de acordo com um protocolo estanque de etapas. Assim, embora tenhamos dividido em quatro pontos esta parte do capítulo, em rigor, todos eles ocorreram em simultâneo.

Sob o título “O processo de geração de teoria a partir dos dados”, tecemos breves considerações sobre os elementos de reflexão preliminar, que constituíram a etapa de preparação para a entrada em campo. A esta introdução seguiu-se a caracterização da amostra teórica [n= 96], primeiramente descrita na sua globalidade e, em seguida, tendo em conta as características distintivas de cada uma das subamostras que a constituem [subamostra 1: pessoas em situação de sem-abrigo (n= 38), subamostra 2: profissionais (n= 47), e subamostra 3: pessoas com experiência transata da situação de sem-abrigo (n= 11)]. No segundo ponto descrevemos, por sua vez, as técnicas e instrumentos de recolha de dados privilegiados, ou seja, as 3 versões do Guião de entrevistas, assim como as modalidades de observação implementadas. A explicitação dos procedimentos ocorre no ponto subsequente, tendo sido inaugurada com a sistematização das etapas e modalidades de recrutamento e de recolha de dados, e finalizada com a síntese dos ensaios de codificação e de análise realizados. Como então apontámos, a *Grounded Theory* original corporifica-se da totalidade destas ações e estratégias, inclusive das tentativas não sucedidas de identificação da categoria principal e/ou de organização das categorias num todo compreensivo, pois a reflexão que esses aparentes insucessos convocaram, foi um elemento da maior importância para a maturação necessária não, apenas, a deteção das suas componentes de superfície, mas, também, à sinalização de fenómenos e processos de profundidade. Estes últimos, pelo seu carácter encoberto e dinâmicas interdependentes, exigiram uma análise mais profunda dos dados, neste momento ancorados na procura de compreensão dos *triggers* e ativadores de evolução, de involução e de aparente estagnação, que sustentam as transições entre (sub)fases e configurações, assim como a permanência, por períodos

que podem ultrapassar vários anos, numa mesma (sub)fase. Só com a emergência desta dimensão de profundidade, e com a explicitação de todos os fenómenos que as integram, demos por terminado o modelo teórico formulado (que surge apresentado nos capítulos 5 e 6). Fechámos o capítulo com um apontamento sumário sobre os cuidados éticos tidos em consideração no contexto da implementação desta metodologia.

CAPÍTULO 5

SOBREVIVENDO ÀS RUAS: EXPLICITAÇÃO DAS COMPONENTES DE SUPERFÍCIE DA *GROUNDING THEORY* ORIGINAL E DOS REFERENTES GERATIVOS QUE A CORPORIZAM

At birth, all human beings are naturally endowed with the qualities we need for our survival, such as caring, nurturing and loving kindness. However, despite already possessing such positive qualities, we tend to neglect them. As a result, humanity faces unnecessary problems. What we need to do is to make more effort to sustain and develop these qualities. Therefore, the promotion of human values is of primary importance. We also need to focus on cultivating good human relations, for, regardless of differences in nationality, religious faith, race, or whether people are rich or poor, educated or not, we are all human beings. When we are facing difficulties, we invariably meet someone, who may be a stranger, who immediately offers us help. We all depend on each other in difficult circumstances, and we do so unconditionally. We do not ask who people are before we offer them help. We help because they are human beings like us.

Dalai Lama, 2008, parág. 5-6

CAPÍTULO 5

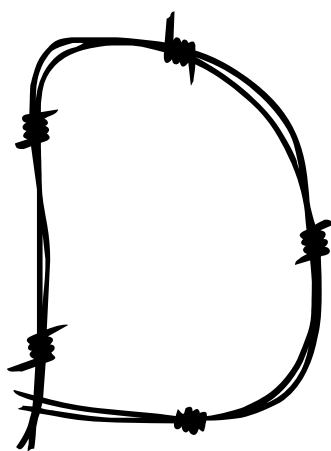
SOBREVIVER ÀS RUAS: EXPLICITAÇÃO DAS COMPONENTES DE SUPERFÍCIE DA *GROUNDED THEORY* ORIGINAL E DOS REFERENTES GERATIVOS QUE A CORPORIZAM

You haven't told me yet how and what you think about me, and I keep wanting to know. But I'm glad you will see me as I am. The chief thing I shouldn't like would be for people to imagine I want to prove anything. I don't want to prove anything; I merely want to live, to do no one harm but myself. I have the right to do that, haven't I?

Leo Tolstoy, *Anna Karenina*¹⁵², 1878, s.p.

La vie est une tempête, mon jeune ami. Baigné de soleil, vous serez brisé sur les récifs l'instant d'après. Ce qui fait l'homme, c'est votre réponse à cette tempête. Regardez droit dans la tourmente, et criez comme à Rome: "Crache ton venin, je n'en ferai pas moins!"

Alexandre Dumas, *Le Comte de Monte-Cristo*¹⁵³, 1844, s.p.



evotado à apresentação da *Grounded Theory* clássica original que emergiu da análise, segundo os pressupostos teóricos e metodológicos da abordagem Glaseriana, das informações recolhidas durante os diversos momentos de observação (e.g., observação não estruturada, observação em contexto de Giro de rua), de consulta de documentação diversa e das 96 entrevistas realizadas, este capítulo constitui a síntese compreensiva de um dos processos mais severos de exclusão social e de pobreza extrema com que as sociedades contemporâneas se confrontam (Lee & Greif, 2008; European Commission, 2010b; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010b; WHO Regional Office for Europe, 2010; Paasche, 2012; EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, 2011; Young, 2012).

¹⁵² Reprodução de excertos da obra *Anna Karenina* passível de consulta em <http://intersci.ss.uci.edu/wiki/eBooks/Russia/BOOKS/Tolstoy/Anna%20Karenina%20Tolstoy.pdf>.

¹⁵³ Reprodução de excertos da obra *Le Comte de Monte-Cristo* passível de consulta em http://www.ebooksgratuits.com/pdf/dumas_monte_cristo_1.pdf.

Intitulada *sobrevivendo às ruas*, esta teoria sistematiza as principais ações e preocupações de pessoas que se encontra(ra)m em situação de sem-abrigo, lida a partir dos/as próprios/as e de profissionais, incorporando, num mesmo modelo concetual, uma vasta pluralidade de configurações, circunstâncias e momentos. Porque consubstanciada nas perspetivas e experiências daqueles/as que contacta(ra)m diariamente com esta dura realidade, a *GT* compõe uma proposta de enquadramento teórico, coerente e empiricamente sustentada, de organização dos constituintes e ambiências, tidos pelos seus atores como essenciais. Explicitam-se, portanto, os padrões de comportamento a que é conferida maior relevância e as estratégias implementadas com o propósito da sua manutenção ou resolução, tarefa que se concretiza a partir do seu assinalamento e, em paralelo, da exploração do significado que (não) lhes é atribuído pelos/as próprios/as e/ou por outros/as agentes que partilham as suas vivências (*e.g.*, profissionais).

Mais do que a constatação dos seus discursos ou a análise, secundada em diferentes contributos sobre pobreza e/ou exclusão, pretende-se que esta *GT* original traga uma proposta explicativa estruturada, das evoluções e involuções que conformam a experiência da situação de sem-abrigo neste início de século, numa construção teórica de abstração intermédia (*cf.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978). Note-se, contudo, que o desafio abraçado nesta tese foi o da sua geração, não o de proceder à sua validação. Assim sendo, a *GT* que se apresenta constitui uma proposta sistematizada de explicitação do principal problema/preocupação que as pessoas em situação de sem-abrigo apresentam, sendo que esta não tem pretensões de exaustividade do fenómeno, nem de constituir a única possibilidade de abordagem compreensiva deste processo (*cf.*, Glaser, 1978, 1992). Assim, embora se apresente como um modelo concetual de referência, pela sua forte ancoragem nas realidades que os indivíduos percecionam e vivenciam, assim como pelo alcance vasto que incorpora (desde a emergência à saída sucedida da situação de sem-abrigo), não se defende o confinamento das possibilidades de explanação desta problemática à *leitura interpretativa* original que propomos. Recomenda-se, todavia, que investigadores/as, políticos, profissionais e outros membros da sociedade civil a considerem no contexto de (re)criação de estratégias, programas ou outras modalidades de intervenção neste domínio.

Por todos os elementos expostos, não constitui surpresa que a organização deste capítulo ocorra a partir de uma matriz própria, que se consubstancia no propósito de

apresentação de uma síntese dos referentes corporativos que compõem esta *GT* original. Para a sua concretização recorreremos, como já tivemos oportunidade de referir, a uma metodologia *top-down*, na qual se apresentam, num primeiro momento, as suas dimensões estruturantes e, em seguida, se decompõem nos seus elementos constituintes (num processo de abstração descendente, que culmina com o assinalamento dos indicadores constantes nos dados recolhidos).

Iniciamos, à vista do exposto, com a descrição das suas dimensões de superfície de maior abrangência, as três fases que a compõe [*resistindo à fragmentação da trajetória de vida, adaptando-se aos imperativos da vida na rua, e (re)configurando uma trajetória de vida*]. Neste ponto do capítulo, mostramos, para cada uma, as principais preocupações que são reportadas/vivenciadas, os elementos chave que a integram, assim como as características que a diferenciam das restantes. Segue-se a especificação das seis subfases [*combatendo a perda progressiva de controlo sobre os acontecimentos, debatendo-se pela sobrevivência nas ruas, estabilizando um padrão de vida, experienciando os limites da sobrevivência, (re)configurando sentido(s) na vida e (re)definindo o seu lugar em sociedade*], rubrica em que se recorre a uma estratégia de organização da informação, semelhante à empregue no ponto precedente. Assim sendo, sinalizam-se, em primeiro, as preocupações essenciais, elencando, em suplemento, os referentes característicos e as componentes que sustentam a sua configuração única.

5.1 “NESTA SAUDADE SEM FIM, CHORO SAUDADES DE MIM”¹⁵⁴: CARATERIZAÇÃO DAS FASES DA GROUNDED THEORY ORIGINAL

Difficulties break some men but make others. No axe is sharp enough to cut the soul of a sinner who keeps on trying, one armed with the hope that he will rise even in the end.

Nelson Mandela, 1975, *Letter to Winnie Mandela*¹⁵⁵, s.p.

A geração da *GT Sobrevivendo às ruas* decorreu segundo as premissas da *Grounded Theory* Clássica, que explicitámos no capítulo 3 e operacionalizámos na

¹⁵⁴ Estrofes 10 e 11 do poema de *A minha canção é saudade*, tema originalmente gravado em 1965.

¹⁵⁵ Reprodução de excertos dos escritos de Mandela passíveis de consulta em <http://www.nelsonmandela.org/content/mini-site/selected-quotes>.

componente da metodologia do capítulo seguinte. Trata-se, por isso, de uma proposta original de sistematização do processo designado na literatura da especialidade como situação de sem-abrigo, tida, neste trabalho, como a área substantiva em estudo (Glaser & Strauss, 1965, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1995, 1998, 2004, 2006, 2009b, 2009c, 2010, 2012, 2014). Como tivemos oportunidade de esclarecer, em momentos anteriores desta tese, estamos perante uma problemática de elevada complexidade, em que permanece um considerável desconhecimento (Fiedler, Schuurman, & Hyndman, 2006; Brackertz, 2007; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; McNaughton, 2010; Meda, 2010; Peters, 2012). Embora, na última década, se tenha verificado um investimento crescente no seu estudo (*e.g.*, Biswas-Diener & Diener, 2006; Moore, 2007; Commonwealth of Australia, 2008; Echenberg & Jensen, 2008; Menezes, 2008; Marr, DeVerteuil, & Snow, 2009; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; McNaughton, 2010; Meda, 2010; van Doorn, 2010; Griffin, 2011; de Silva, Manworren, & Targonski, 2011), em parte decorrente do repto lançado pela *nova ortodoxia*, a dicotomia, para que Edgar, O'Sullivan e Pleace (2010) alertam, ainda domina o panorama de publicações atuais.

Para este cenário concorrem, ainda, dificuldades diversas no que concerne a participação, de pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo, nos projetos de investigação, sendo este grupo sinalizado como escondido (*hidden*) e de difícil acesso (*hard to reach*), em diversas publicações (Anderson & Calhoun, 1992; Lee, 1993; Faugier & Sargeant, 1997; Booth, 1999; Atkinson & Flint, 2001; Fiedler, Schuurman, & Hyndman, 2006; Brackertz, 2007; Menezes, 2008; Peters, 2012). Consequentemente, embora frequentes os estudos sobre (i) as suas características e atributos pessoais, por vezes numa procura de determinação de indicadores de risco (em comparação com a população em geral), ou (ii) os fatores macroestruturais e as suas implicações para o aumento da vulnerabilidade de determinados grupos da população à privação habitacional severa; permanece o desafio da incorporação destas descobertas em modelos conceptuais robustos, que norteiem novos enfoques de pesquisa e intervenções ajustadas às necessidades, preocupações e expectativas daqueles/as a quem se destinam.

Enquanto proposta de abstração, esta *GT* pretende, precisamente, contribuir para o desenvolvimento de propostas teóricas neste domínio (*cf.*, Glaser, 1978, 1992, 1998, 2001). Partindo de um agregado coerente e parcimonioso de elementos estruturantes, visa, em termos globais, fornecer um modelo explicativo da principal

preocupação/problema com que se confrontam homens e mulheres em situação de sem-abrigo, desde a sua emergência até à reintegração, em circunstâncias dignificantes, em sociedade. Não foi definido, portanto, o objeto de estudo segundo os interesses da investigadora ou atendendo a um determinado referente concetual de base. Além disso, também a amostra não foi circunscrita a grupos de acesso mais fácil (*e.g.*, indivíduos que pernoitam em Centro de Acolhimento ou estruturas de apoio alimentar). Como já dissemos, a amostra teórica inclui pessoas que experienciaram todas as circunstâncias previstas na *European Typology on Homelessness and Housing Exclusion* (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007), bem como profissionais (em registo de apoio em gabinete e no terreno).

Desde a primeira fase de recolha e análise dos dados se tornou evidente que, quer os/as próprios/as, quer os/as profissionais, lhe associam elevada dinâmica e inconstância, identificando, no seu âmbito, múltiplas configurações de alojamento e elevada diversidade de estratégias de sobrevivência, decorrentes da existência de preocupações diferenciais, em vários períodos que enformam o processo. Pertença colectiva daqueles/as que vivenciam a situação de sem-abrigo, a partilha desta informação a outros indivíduos concretiza(va)-se de forma irregular e parcelar, contribuindo para o conhecimento disseminado de alguma informação (*e.g.*, inquietações, comportamentos de gestão do quotidiano, tipologias de alojamento apoiado), em detrimento de outros, que permanecem(iam) desconhecidos da vasta maioria dos/as seus/as congéneres cidadãos/as, e, mesmo de agentes com responsabilidades na formulação e/ou concretização de modalidades de intervenção.

“Casas abandonadas, ruas, entradas de prédios, caixas multibanco, faculdades, mais... debaixo de pontes, no parque também havia pessoas a dormir, neste momento não sei se há. Na rodoviária. Sei lá... em todos os sítios onde possam dormir, mas essencialmente são casas abandonadas. (...) Pondo-me na situação deles, acho que o único aspeto positivo que eles possam ter desse tipo de alojamento é eles poderem viver sem imposição de regras, sem o cumprimento de horários principalmente... sem imposição desses horários. Poderem entrar e sair e fazerem a vida deles como uma pessoa normal. Negativos... é toda a baixa qualidade de vida que têm... desde o facto de não poderem fazer a higiene pessoal, de não terem as mínimas condições, as condições básicas de vida... porque não têm... acabam por não ter. As casas, a maior parte das casas em que vivem estão a cair aos bocados, não têm... não têm as mínimas condições, sequer, para viver nesses espaços” [E₃₉, S₂].

Tornou-se, assim, rapidamente, perceptível que esta situação não corporiza, apenas, a ausência de alojamento condigno (e, em estreita associação, a identificação de tipologias alternativas a que os indivíduos recorrem, perante esta ausência). Trata-se, pelo contrário, de um processo constituído por fases distintas, a que se associam preocupações e prioridades específicas. Ressalve-se, ainda, que nem a perda de habitação nem a sua inexistência no tempo constituem, de acordo com aqueles que a experienciam, o *core element* que a qualifica. Dos dados, recolhidos pela observação e através da análise das entrevistas, salientou-se uma acentuada preocupação com as particularidades inerentes à vida na rua, em especial no que concerne o assegurar da sobrevivência.

Para a generalidade dos/as inquiridos/as, a rua compreende a soma de perdas e de desvinculações com referentes e referências que, em momentos anteriores da trajetória de vida, eram assumidos como estruturantes (*e.g.*, vínculo familiar, emprego), sendo, em simultâneo, o elemento que agrega as dificuldades e constrangimentos com que se confrontam no decurso da experiência da situação de sem-abrigo. Nas suas narrativas são, como ilustraremos mais à frente, frequentes indicadores que ilustram: (i) a estigmatização e a privação de direitos e liberdades fundamentais de que se sentem alvo, (ii) os múltiplos riscos que fazem parte do seu quotidiano, (iii) as várias manifestações de violência de que são vítimas e/ou protagonistas, e a (iv) ausência de poder e de recursos para fazer face aos constrangimentos sentidos. No entanto, as alusões à rua não se limitam a estes aspetos, pois estão nelas, igualmente, presentes ilustrações várias sobre (v) a cultura de rua, (vi) as dinâmicas de relacionamento entre diferentes pessoas e grupos, (vii) as mais-valias de algumas táticas em detrimento de outras, e (viii) as aprendizagens realizadas.

It is now widely argued that the contemporary city is becoming an increasingly hostile environment for homeless people. As basic street survival strategies are criminalised and public space 'purified' of those whose 'spoiled' identities threaten to 'taint' fellow members of the public, city authorities seem to have turned from a position of 'malign neglect' to more obviously punitive measures designed to contain and control homeless people (Johnsen, Cloke, & May, 2005, p. 2).

Frequentemente caracterizada a partir de interpretações patologizadoras, dada a maior incidência de consumo de drogas (i)lícitas, crime, violência e devido à vulnerabilidade associada ao quotidiano de muitos/as daqueles/as que nela habitam, a

rua possui uma cultura própria que se reveste de dinamismo e sofisticação, congregando normas, valores e padrões específicos, interligados numa dinâmica distinta da dos restantes cenários sociais, e que não é passível de entendimento, na plenitude, através de uma leitura de desvio face à norma (Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Palley, 2013). Imbuída de uma vasta diversidade de elementos comuns à generalidade daqueles/as que por ela transitam, apresenta, ainda, códigos e facetas próprios, partilhados por membros de determinados grupos e não por outros. Esta “vibrancy of street culture” (Griffin, 2011, p. 112) conjuga, em si mesma, uma marcada dualidade, entre os elementos tangíveis e não tangíveis, que as ruas assumem para a população, na sua generalidade, e para aqueles/as que se encontra(ra)m em situação de sem-abrigo. Pertença inegável da vida em sociedade, a sua existência ocorre numa intrincada relação com diversos outros cenários, numa apropriação de espaços, contextos e tempos, que assume configurações distintas daquelas que o *mainstream* prevê e defende, mas que está imbuída de influências societais. É, em rigor, esta matriz complexa e fluída que configura um território, quer os seus habitantes o reconheçam ou não. E é, precisamente, por isso que atender às múltiplas redes de articulação e de interdependências mútuas nos parece vital, para que se apreendam os processos de emergência, vivência e abandono da rua.

Pelo exposto se compreende que, embora ausente ao olhar do/a cidadão/a comum, a experienciação da situação de sem-abrigo, é um processo de resistência (não de resignação ou desistência), uma vez que envolve um processo de constante procura de entendimento, e eventual conciliação, entre as vivências da/na rua (e da cultura de rua), e da/na sociedade (dos seus padrões dominantes e/ou convencionados como desejáveis pela maioria dos seus membros). Como nos recorda Griffin (2011, p. 112) a este respeito, “they negotiate the use of dual space, identity, logic, and normality; they seek safety and position themselves in and between the streets and mainstream society as they struggle to emerge out of street life”. No decurso das diversas etapas que ilustram a sua emergência, manutenção e saída, esta negociação assume, assim, configurações diferenciadas, em resultado da contínua transformação que se opera nas preocupações e padrões comportamentais imperantes.

Inicialmente tida como algo de que urge sair, na tentativa de retomar o equilíbrio perdido, é, na fase posterior, experienciada como uma realidade de que estão

reféns, numa intrincada espiral que, em simultâneo, é na rua que asseguram a sobrevivência mas, fruto dessa necessidade e das adaptações que implica, é ela mesma (e as suas vicissitudes) quem personifica a soma de constrangimentos e tentativas não-sucedidas, e que provoca medo, ansiedade e, por vezes, profundo desespero. Encontram-se, em suma, “caught living outside of normal (*i.e.*, mainstream society) while simultaneously living outside as normal (*i.e.*, on the streets)” (Griffin, 2011, p. 110), numa dualidade que se constitui a partir das suas percepções, expectativas e ações mas, também, dos da população geral com a qual interagem, num ciclo de influências volúveis que não são captadas na totalidade por qualquer dos/as protagonistas¹⁵⁶.

Este processo psicológico e social básico *sobreviver à rua*, decorre, deste modo, segundo um itinerário previsível, aglutinador de múltiplas trajetórias individuais, embora de continuidade não linear, que congrega momentos de evolução e, também, de estagnação e regressão. Incorporam-no, na sua dimensão de superfície, três fases (*cf.*, Figura 1), intituladas *resistindo à fragmentação da trajetória de vida* [fase 1], *adaptando-se aos imperativos da vida* [fase 2] e *(re)configurando uma trajetória de vida* [fase 3], que, por sua vez, se subdividem em seis subfases¹⁵⁷, a saber: *combatendo a perda progressiva de controlo sobre os acontecimentos* [subfase 1.1], *debatendo-se pela sobrevivência nas ruas* [subfase 1.2], *estabilizando um padrão de vida* [subfase 2.1], *experienciando os limites da sobrevivência* [subfase 2.2], *(re)configurando sentido(s) na vida* [subfase 3.1], e *redefinindo o seu lugar em sociedade* [subfase 3.2].

Todas as fases e subfases se organizam, embora com particularidades, com o propósito essencial de resolução da(s)/do(s) preocupação(ões)/problema(s) principal(ais) com que os indivíduos se defrontam, aos quais acrescem, evidentemente, outras dificuldades, inquietações, obstáculos e eventuais mais-valias [*e.g.*, subfase 2.1c

¹⁵⁶ Relembramos, a este propósito, que existem lacunas e enviesamentos múltiplos na *leitura* da opinião pública acerca da *situação de sem-abrigo* e das pessoas que a experienciam (*e.g.*, Toro, 2007; Toro *et al.*, 2007; Miguel, Ornelas, & Maroco, 2010). Sustentada, em grande parte, nas *imagens* disseminadas pela comunicação social, no contato pontual com indivíduos em situação de *sem-abrigo* e num conjunto mais ou menos alargado de estereótipos e, eventualmente, preconceitos em relação a esta problemática [muitos deles alimentados pelos elementos que integram a sua rede (in)formal de relações] a opinião dominante enferma de superficialidade. Segundo Griffin (2011, p. 111) este conhecimento pouco sustentado é, precisamente, o responsável pela “continuation of actions and beliefs that exacerbate the negative environments and situations experienced by street-involved youth”, podendo este reparo estender-se às restantes faixas etárias.

¹⁵⁷ Como o/a leitor/a detetará, sem dificuldade, cada fase subdivide-se em duas, sendo necessária a vivência de ambas para a transição para a fase subsequente.

tirando partido das ruas]. Para além de confluírem, no seu conjunto, para uma dinâmica potenciadora de manutenção da (sub)fase no tempo, podem formar *moldes* particulares de pré-requisitos, indispensáveis para que se dê a transição para a fase seguinte. A sua designação foi definida, precisamente, com base nestes referentes chave, para que o/a leitor/a possa, de imediato, discernir os indicadores nucleares que norteiam a sua vivência.

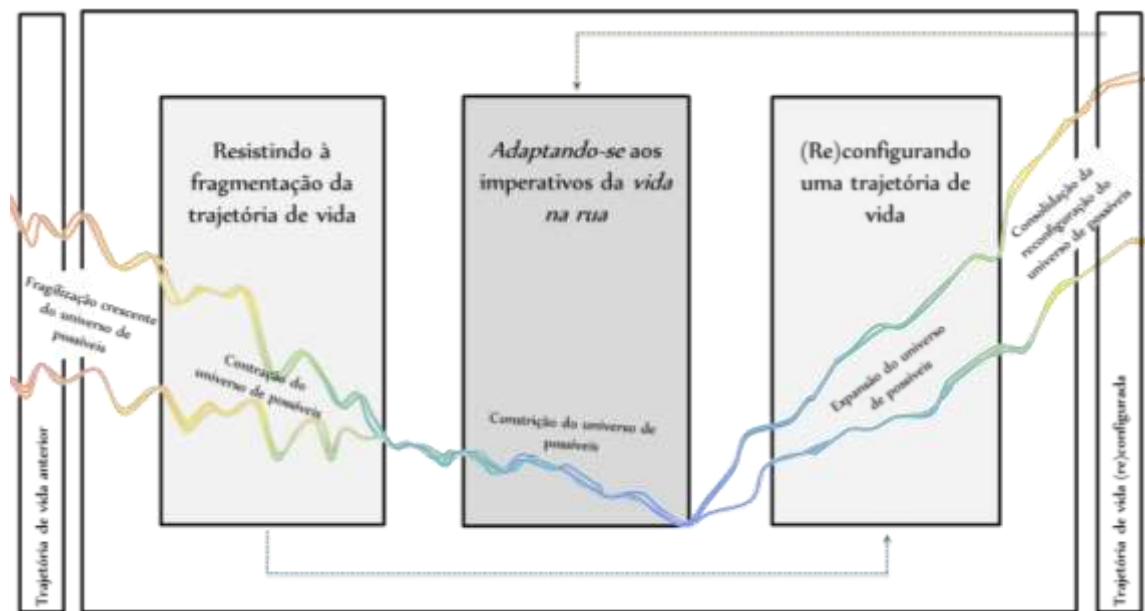


Figura 1 – Fases da *Grounded Theory* original *sobrevivendo às ruas*

No entanto, e como veremos no próximo trecho do capítulo, quer o problema/preocupação principal, quer os dilemas, mais-valias e/ou outras dificuldades de relevo, são muitas vezes desconhecidos de profissionais, voluntários/as ou membros da comunidade, se bem que os/as próprios/as tendam a ter deles noção. A explicitação destas questões é, em regra, algo que provoca sofrimento ao indivíduo, uma vez que o obriga a expor, a si mesmo e a outros, os constrangimentos com que lida no seu dia-a-dia e as *aparentes* incoerências que enformam o seu quotidiano, sendo, em acréscimo, uma iniciativa de grande risco, pois esta exteriorização de vulnerabilidades coloca-o à mercê do juízo de outrem (e das eventuais consequências a ele associadas). Se desta partilha resultar alguma disseminação de informação aumenta, em paralelo, a sua fragilização perante profissionais, elementos das forças policiais, e outras pessoas em severa vulnerabilidade habitacional, só para nomear alguns exemplos. Na rua, a assunção de fraquezas e/ou debilidades é um forte preditor de experiência de

violência, física e verbal (*e.g.*, Mottet & Ohle, 2003; National Health Care for the Homeless Council, 2004; Toro, Dworsky, & Fowler, 2008; Sakamoto, *et al.*, 2010; Corliss, *et al.*, 2011; Durso & Gates, 2012; Massachusetts Transgender Political Coalition Policy Committee, 2013), pelo que, a maior parte das pessoas que se encontra em situação de sem-abrigo procura evitar ter de o fazer (com, eventual, exceção de circunstâncias que permitam a obtenção de ganhos, a curto ou médio prazo).

Importa ter em conta que nem sempre são do conhecimento, ou de compreensão profunda, dos/a envolvidos/as, as razões que sustentam a preferência por determinadas ações ou a recorrência de determinados pensamentos e verbalizações, no contexto da procura de solução das dificuldades e constrangimentos que enfrentam. Por isso, mesmo em contextos de partilha de eventos, opiniões, ou episódios ilustrativos retirados da sua história, será plausível que coexistam incongruências, componentes em falta ou, no limite, narrativas que vão num sentido que possa parecer contrário aos seus comportamentos e valores. Sobressai, ainda, uma marcada dicotomia nos discursos, e também comportamentos (*e.g.*, em contexto de Giro de rua, no âmbito de acompanhamento em registo de gabinete), dos/as profissionais inquiridos/as e observados/as [subamostra 2] em relação à situação de sem-abrigo e às pessoas que a experienciam. Num dos lados, encontra-se uma minoria que a descreve como o resultado visível de um conjunto muito diverso de fatores (*e.g.*, pessoais, sociais, institucionais), que se articulam numa conjuntura desfavorável, conducente à perda do imóvel e a ruturas com pessoas, comunidades, organismos ou outros referentes de integração social, e em que surge caracterizada como diferenciada para pessoas e agregados distintos [na linha dos referentes chave da *nova ortodoxia* (O’Flaherty, 2004; Frazer, Marlier & Nichaise, 2010)]. Alertam, também, para a fragilidade das circunstâncias em que as pessoas se encontram, assim como para lacunas na intervenção realizada, nomeadamente no que concerne a ausência de mecanismos eficazes de promoção dos seus direitos e liberdades.

“Para mim sem abrigo é sem lar, é o conceito inglês. Não é aquele que é adotado cá, que é sem teto. É sem lar, ‘aquele indivíduo que não tem vinculação afetiva, que não tem... não é só o estar na rua, o não ter teto, é o não ter nenhum vínculo afetivo, emocional, de relacionamento, não estar integrado socialmente... Nem consigo generalizar, há indivíduos que têm necessidades e tão diferentes entre si...” [E₇₉, S₂].

“O sem abrigo é minoria tão pouca... é uma população tão pouco informada, tão pouco esclarecida, no fundo. E... com uma autoestima tão baixa que não se dão ao trabalho de reivindicar, já... porque eles estão numa situação em que... reivindicar, para quê? Para quê? Onde que é que isso me leva? Porque não me vai levar a nada... Não me vão dar nada! Eu já sei como é que é, é esta a resposta, eu já sei como é que é... Eles não reivindicam sequer. Trataram-me mal, deram-me um chuto no c... oh pá, não venho aqui outra vez, que é para não levar outra vez. As coisas funcionam um bocado por aí. Depois, lá está, é a tal história, não há a quem eles possam dirigir-se. Porque depois os técnicos usam, abusam e maltratam este tipo de... Não serão todos, obviamente, mas há um certo... abuso no sentido de desprezo para com este tipo de população. Porque é uma população que está sozinha, não tem redes de suporte, não... Um técnico que decida não fazer intervenção com ele, é indiferente. Para o técnico não vai acontecer nada...” [E₆₄, S₂].

“Avaliação da intervenção? Não há... É simples, se não funcionou foi para a rua outra vez, se funcionou é porque ainda está lá. São alojamentos temporários e projetos, e a avaliação funciona assim... Não há qualquer trabalho sério de continuidade, é só alojamento e pronto. O sucesso da intervenção é avaliado? Eu acho que não... Quem avalia isso de forma séria? Ninguém” [E₉₄, S₂].

No outro, situa-se o grupo maioritário, que, pesem as referências à “democraticidade” que sustentam a sua visão, em rigor ancoram as suas convicções e práticas numa matriz individualizante de conceção e atuação na situação de sem-abrigo (cf., Molina, 2000; Gowan, 2000, 2010; Silva, 2011; Hozda, 2012), apresentando a *prontidão para a mudança* (cf., Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Parker, 2010; Parsell & Parsell, 2012) como o fator chave de sustentação de intervenção sucedida, e o *modelo em escada* (cf., Busch-Geertsema & Sahlin, 2007; Pleace, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Pleace *et al.*, 2013) como modalidade privilegiada para a situação de sem-abrigo crónica.

“Reinserção social a curto prazo depende um bocadinho do próprio indivíduo, se ele está ou não motivado, não é? E depois dos objetivos que ele possa vir a estabelecer ou não. Se calhar, se ele estiver mesmo muito motivado a mudar, a aderir à mudança, a alterar o seu padrão de vida atual, de permanência na rua... Se calhar as coisas fazem-se de uma forma mais... mais rápida, mais acelerada. Depois há aqueles que demoram mais tempo e tem que se ir por passinhos. Depois também depende de certos fatores que possam precipitar, ou não, a sua reinserção, como toxicodpendência, alcoolismo. (...) A longo prazo, se calhar precisam de um acompanhamento mais continuado, ou seja, logo que ... tem-se a noção de criar-se um objetivo para os reintegrar na sociedade e na vida ativa como um cidadão bem adaptado, mas depois de eles estarem... se calhar mais estabilizados não se faz uma continuidade e se calhar era necessário um acompanhamento mais continuado para que as pessoas não voltarem a recair. É como os

toxicodep... lá está, é como as toxicod dependências, o indivíduo está bem num determinado período de tempo mas tem sempre a possibilidade de recair. Pode-lhes acontecer um fator que predisponha esta recaída" [E₄₂, S₂].

Abordadas as questões introdutórias sobre as dimensões de superfície da *GT sobrevivendo às ruas* procedemos, nos pontos seguintes, à descrição de cada uma das fases e subfases que a integram. Designadas, como já referenciamos, *resistindo à fragmentação da trajetória de vida* [fase 1], *adaptando-se aos imperativos da vida* [fase 2] e *(re)configurando uma trajetória de vida* [fase 3], serão, neste contexto, apresentadas segundo um eixo diacrónico, que traduz a sequência em que são vivenciadas pela vasta maioria dos indivíduos. Note-se, contudo, que, dado o carácter não linear da situação de sem-abrigo, a sua experiência pode ocorrer de formas múltiplas, sendo possíveis transições diretas entre a fase 1 e a fase 3, retrocessos da fase 3 para a fase 2, assim como a sua experiência, alguns anos após a sua experiência (*cf.*, Figura 2, setas a tracejado). Neste modelo não se prevê, todavia, o retrocesso das fases 2 ou 3 para a fase 1, uma vez que, esta pressupõe fragmentação da trajetória de vida, e as fases 2 e 3 ainda não se pautam por uma (re)configuração estabilizada [em rigor, a (re)definição do lugar em sociedade apenas sucede na subfase 3.2]. Esta proposta teórica, prevê, ainda, que, havendo estado em situação de sem-abrigo há algum tempo e tendo já sedimentado um percurso existencial alternativo, a pessoa se encontre, de novo, em *não controlo sobre os acontecimentos* [subfase 1.1] ou *debatendo-se pela sobrevivência nas ruas* [subfase 1.2]. Ressalve-se, porém, que este cenário não foi descrito por qualquer das pessoas que entrevistámos ou com quem contactámos em registo de observação.

Estas evoluções e retrocessos previstos (*cf.*, Figura 2, setas a tracejado) devem ser tidos em consideração na esfera da caracterização de cada uma das fases, em particular no que concerne a descrição das suas principais categorias e subcategorias. Privilegia-se, para a concretização desta incumbência, um olhar multidimensional e pluritemporal, a partir do qual se explanam o(s)/a(s) problema(s)/preocupação(ões) dominante(s) na fase em questão, as principais componentes que o/a constituem, assim como as ações (não) implementadas com maior recorrência. Também nesta passagem se identificam as áreas da vida percecionadas como mais e menos afetadas e as estratégias a que os indivíduos recorrem, com maior regularidade, com vista à tentativa

de colmatação dos seus principais efeitos negativos. Em paralelo, identificam-se padrões discursivos dominantes e os argumentos que sustentam a sua permanência no tempo, mesmo quando deles resulta o agravamento das circunstâncias em que a pessoa se encontra.

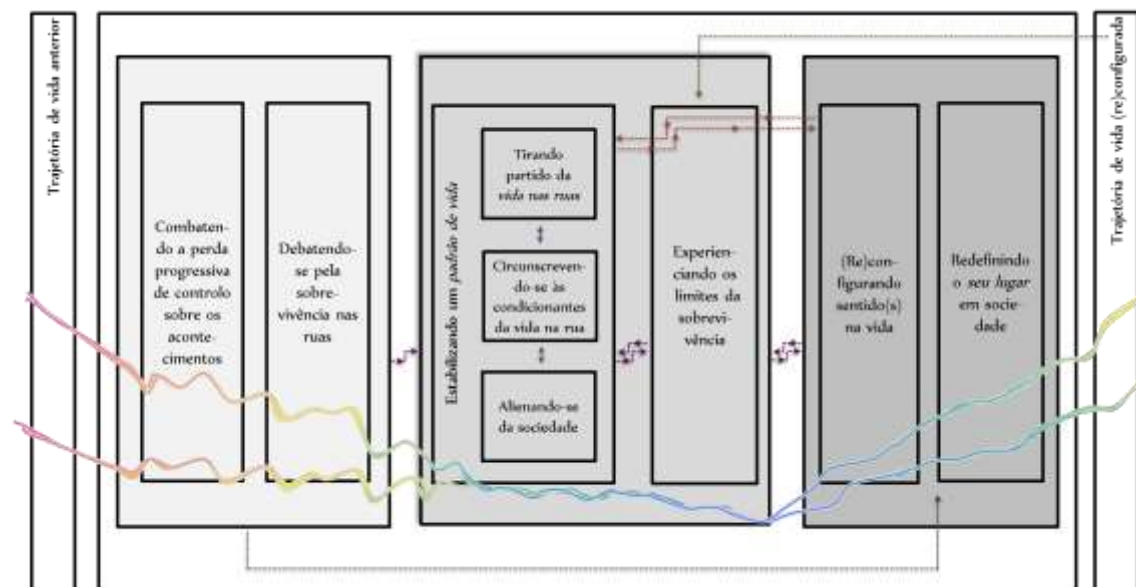


Figura 2 – Subfases da *Grounded Theory* original sobrevivendo às ruas

De acordo com as indicações de Glaser (e.g., 1978, 1992, 1995, 1998, 2004, 2007, 2009b, 2009c, 2010, 2014), a introdução de todos estes elementos ocorrerá, essencialmente, a partir dos referentes que os corporizam, sendo incluídos excertos dos discursos dos/as participantes no estudo ou de documentos analisados, apenas para efeitos de complemento ilustrativo das categorias e da dinâmica de interação que estabelecem entre si. Também limitada será a descrição de contributos provenientes da revisão da literatura (cf., capítulos 1, 2, e 3), dado que a sua função, no âmbito da apresentação das categorias e subcategorias chave de uma *GT* Glaseriana, não é a de sustentação da sua legitimidade, mas sim a de reforçar as informações apresentadas pelo/a seu/a autor/a, e/ou de acrescentar elementos para a reflexão tecida. Assim sendo, estes apontamentos serão, maioritariamente, inseridos no texto sob a forma de notas de rodapé, sendo esta a opção mais ajustada à manutenção da necessária coerência e fluidez da caracterização do modelo original, permitindo, em simultâneo, ao/a leitor/a o seu confronto com outras propostas existentes na literatura da especialidade.

5.1.1 RESISTINDO À FRAGMENTAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA [FASE 1]

*Vaga, no azul amplo solta,
Vai uma nuvem errando.
O meu passado não volta.
Não é o que estou chorando. (...)
Mas, em verdade, o que chora
Na minha amarga ansiedade
Mais alto que a nuvem mora,
Está para além da saudade.
Não sei o que é nem consinto
À alma que o saiba bem
Visto da dor com que minto
Dor que a minha alma tem.*

Fernando Pessoa, *Vaga, no azul amplo solta*¹⁵⁸, 1931, estrofes 1-4 e 13-20

A fase 1 surge sob a designação *resistindo à fragmentação da trajetória de vida*, precisamente, porque corporiza o combate do efeito acumulado de perdas (em número e tipo) em áreas significativas da vida (*e.g.*, autonomia financeira, saúde, família), numa espiral crescente da qual o indivíduo sente cada vez menos controlo. A sensação experienciada é a da imersão num aglomerado infundável de problemas, limitações e consequências negativas das táticas que mobiliza e dos ensaios que ativa para a sua resolução, sendo comuns elevados níveis de insegurança, desorientação, e ansiedade.

“A situação é demasiado complicada e a gente vai desinvestindo com tanta gaita junta... (...) Precisava de uma vida calma, que é o que eu não estou a ter. O mínimo de problemas, que é o que eu não tenho neste momento. Tenho problemas atrás de problemas. Dizem-me para não pensar nos problemas mas eu tenho de pensar nos problemas porque estou metido neles. Inclusivamente... um gajo não tem onde ir comer, um gajo não tem... Isto é uma corja de problemas e um gajo está sempre a magicar no mesmo...” [E₂₃, S₁].

Note-se que, para a vasta maioria das pessoas em situação de sem-abrigo, parte destas privações integrava já o seu quotidiano, sendo reportadas fragilidades em domínios diversos (*e.g.*, inserção profissional instável, ativação de linhas de crédito

¹⁵⁸ Poema escrito a 20 de Março de 1931, acessível para consulta em *Arquivo Pessoa*, através do endereço eletrónico: <http://multipessoa.net/labirinto/fernando-pessoa/6>.

peçoal), que podem ascender a vários anos, algumas desde a infância¹⁵⁹ (*e.g.*, vínculo fragilizado com família de origem, experiência de maus tratos pelo/a progenitor/a).

“A maior parte destes fulanos... são poucos os que nasceram de uma família estruturada, não é? Pais alcoólicos, toxicodependentes, abandonos familiares precoces... Eu acho que também chega a uma altura que eles próprios desistem. Acham que é tão complicado estar no lado que nós estamos, são tantas as complicações, tantas as regras, que se calhar não vale a pena... Não vale mesmo a pena o esforço” [E₇₉, S₂].

São, também, frequentes os relatos de vivência anterior de períodos de carência mais acentuada, com particular expressão nas dimensões autonomia financeira, inserção laboral, e vínculo familiar, em que alguns/as haviam já solicitado ajuda (in)formal e, graças a esse suporte, conseguido ultrapassar os problemas mais prementes, retomando o seu percurso de vida¹⁶⁰. No entanto, este agregado crescente de dificuldades e constrangimentos vários foi sofrendo um aumento, muitas vezes de forma imperceptível, total ou parcialmente, ao/à próprio/a, que centrava a sua atenção na viabilização do quotidiano e, na eventual, potenciação das suas circunstâncias, ou seja, na prossecução dos seus objetivos a curto prazo (presente e futuro breve), conformando o molde de fatores predisponentes que provocam a emergência da situação de sem-abrigo. Este espelho já possuía, por conseguinte, fragilidades na sua constituição, sendo mais vulnerável a impactos fortes. E eles foram ocorrendo, acumulando-se lascadelas que, a dada altura, resultaram na sua quebra efetiva. E a pessoa tenta, porque ainda crê que não é irremediável, (*i.e.*, que o vidro ainda não está todo partido), a sua recomposição através da colagem dos pedaços. Muitos e irregulares, cada um constituía uma componente essencial daquilo que formava a totalidade anterior, mas quando se procura fixá-las no mesmo sítio, as peças já não encaixam na perfeição que antes parecia existir, sendo agora evidentes áreas

¹⁵⁹ No que concerne esta questão sugere-se a revisitação dos trabalhos de Buhrich, Hodder e Teesson, (2000), de Whitback e colaboradores (2007), de Shelton e colaboradores (2009), e de Reeve (2013).

¹⁶⁰ Veja-se, a este respeito, os trabalhos de Brousse (2009) e Busch-Gertseema e colaboradores (2010), que apontam para um grupo grande de pessoas e agregados que conseguem sair de situações de privação habitacional severa, a partir dos seus recursos e/ou com apoio pontual. Note-se, contudo, que, embora seja reportada saída célere da situação de sem-abrigo e/ou habitação inadequada, esta não sucede isenta de fragilidades (*e.g.*, baixo rendimento, habitação em imóvel com baixas comodidades). Em consequência, perante períodos de maior dificuldade (*e.g.*, despedimento, aumento do valor da renda), o risco de regresso à situação de sem-abrigo é mais elevado do que o da vasta maioria dos seus pares (Meert & Bourgeois, 2005; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Pawson & Munro, 2010; Mayock, O'Sullivan & Corr, 2011; Fischer *et al.*, 2014).

fragmentadas, irremediavelmente lascadas, que poderão ser agregadas, mas já com marcas visíveis e, potencialmente, permanentes.

Em contraste, para um grupo mais limitado de pessoas, as perdas foram sofridas em simultâneo, fruto de conjunturas negativas desfavoráveis tão severas, que os recursos que a pessoa possuía, formais ou não, não se constituíram como elementos de proteção suficiente (*e.g.*, despedimento e expulsão do lar, início de guerra no país e processo de expatriação). Não havia, portanto, à partida, microquebraturas no espelho, mas o seu impacto é tão intenso que provoca, por si só, fragmentação da(s) realidade(s) até ali vivenciada(s).

“A minha mãe foi assassinada pelo regime! O meu pai morreu de morte natural... E depois nós conseguimos quase fugir... Um deles... o mais velho, foi assassinado também. (...) Começou a beber e a insultar o XX [nome do ditador] na rua! Já viste o que era insultar o XX [nome do ditador] na rua? Deram-lhe um tiro, lá! Tivemos todos que vir embora. Tenho irmãos noutros países que não vejo há vários anos... Eu era tipógrafo” [E₃₆, S₁].

Pesem as diferenças substantivas entre os dois grupos referidos, as pessoas que os integram partilham uma dimensão chave em comum, sendo esta a principal responsável pela emergência da fase 1 desta *GT*. Referimo-nos à perda do equilíbrio, existente nas suas vidas, que lhes garantia (pesem as inseguranças inerentes à incrementada precariedade experienciada pelo primeiro grupo), a sensação de domínio sobre si e a sua existência. O *busilis* não reside, portanto, na ocorrência de constrangimentos, limitações ou lutos pontuais, no número que atingem ou até na intensidade com que a pessoa os sente, mas sim no *confronto com a ausência de controlo sobre os acontecimentos*. Este é o *trigger* que dá origem à emergência desta fase e que, como veremos, já em seguida, dá mote para a principal preocupação, presente na sua primeira subfase (inverter a espiral de perdas).

Importa, por tudo isto, não subestimar a centralidade que as privações em questão possuem para a emergência da fase 1, pois é da sua existência e ação articulada que se materializa esta perceção da incapacidade de gerir o quotidiano. Destaca-se, de um leque muito vasto de variáveis, o incremento das restrições orçamentais experienciadas, devido à diminuição dos proventos regulares (*e.g.*, não pagamento de salário, cancelamento de subsídios) e não regulares (*e.g.*, escassez das ajudas informais por parte de membros da família), acumulação dos gastos regulares (*e.g.*, dilatação do

valor da renda, subida do valor das contas da água, luz, gás, transportes ou telecomunicações) e/ou irregulares (*e.g.*, aquisição de medicação para problema de saúde, recentemente, detetado; aumento dos impostos).

Para estas dificuldades concorrem, em paralelo, complicações na esfera do emprego (*e.g.*, em resultado de despedimento ou alteração do regime de contratação), fragilização do vínculo com familiares (*e.g.*, conflitos intensos com membros da família nuclear, afastamento da família alargada), enfraquecimento do estado de saúde [*e.g.*, diagnóstico de problemas físicos (*e.g.*, hérnias discais, cancro, úlceras nervosas) ou psicológicos (*e.g.*, início/aumento de consumos de substâncias (i)lícitas (*e.g.*, calmantes, tabaco, álcool)], e deterioração das condições do alojamento [*e.g.*, corte de bens essenciais por não pagamento (*e.g.*, água, luz, gás), mudança para zona mais degradada, ocupação de espaço em casa de familiares e/ou amigos/as]. Sublinhe-se que, mesmo para as pessoas que ficam em situação de sem-teto ou habitação inadequada devido à ação de fatores não previsíveis de elevada intensidade (*e.g.*, perda dos restantes membros da família nuclear em acidente de automóvel, emigração devido a guerra no país de origem) uma parte não despidianda destes fatores entra em ação para despoletar a emergência da fase 1. São, também, habituais, para este segundo subgrupo, restrições na obtenção de rendimento regular, a ausência de alojamento fixo seguro e a diminuição da saúde (física e psicológica).

“Eu trabalhei na pastelaria XX [designação do estabelecimento] (...) Andei lá até Outubro mais ou menos. Estive 5 meses e meio, não chegou bem a seis. Tinha contrato... Foi assim, ele despediu-me de baixa, porque o meu filho estava doente e tinha o meu irmão falecido há pouco tempo. Eu fui despedida sem justa causa, que é diferente... E faltava um mês para acabar o contrato. Foi em Outubro e acabava em Novembro. Depois estive muito tempo desempregada. Tinha o rendimento, porque tive de o por, porque não tinha como pagar a Creche do menino, que estava no infantário. (...) Estive algum tempo com os meus filhos e depois foram-me tirados. Foram-me tirados em 2005, há 3 anos mais ou menos. Depois a minha Assistente ainda me meteu aqui na XX [designação da Entidade], num projeto para aprender a fazer bordados e crochet. E eu ainda fiz umas coisas para os meus filhos... E depois fiquei sem nada” [E₃₃, S₁]

A entrada na primeira subfase dá-se, à vista do exposto, com o indivíduo já imerso numa espiral de eventos que enformam uma conjuntura negativa, perante a qual se vai sentindo, progressivamente, mais impotente. Procura, como explanaremos em detalhe no ponto 5.2.1, contrariar esta tendência, reobtendo o domínio sobre si e os

acontecimentos em que se encontra envolvido, preocupação no contexto da qual recorre a quatro diligências principais. Constitui a primeira destas, a *implementação estratégias de controlo de perdas na autonomia*, em que intenta, entre outras, alternativas de ajuste do orçamento que lhe permitam a viabilização do pagamento de um teto ou, na impossibilidade, as que concorram para o alargamento do período de permanência na habitação. Esboça, ainda, *modalidades de conservação da autonomia*, por exemplo, através da obtenção de fontes alternativas de financiamento (*e.g.*, contração de empréstimo pessoal¹⁶¹, solicitação de financiamento à família) e da pesquisa de ocupações rentáveis (*e.g.*, procura de segundo emprego).

Em simultâneo, faz um esforço consciente de *simulação da normalidade* para a maior parte dos membros da rede de suporte formal e, mesmo, para muitos/as daqueles/as que integram a sua rede informal. Neste momento, a ocultação da gravidade da situação perante as pessoas é, por um lado, uma tentativa de salvaguarda do *self* em relação a avaliação negativa por parte de significativos/as (*e.g.*, evitando o “eu bem te disse” e o “sempre me pareceu que ia acabar aqui”) e, por outro, uma forma de fuga, para consigo mesmo/a, do confronto com o cenário real em que se encontra. Ao não assumir a severidade da espiral em que se encontra mergulhado/a pode, também para si, mascarar os efeitos das perdas já sofridas e o medo/angústia das sequelas que ainda virão. Preserva, por isso, comportamentos típicos da fase anterior (*e.g.*, simula que vai trabalhar todas as manhãs, não se inscreve como desempregado/a no Centro de Emprego) e mantém a participação em iniciativas regulares (*e.g.*, participa em festas familiares, mesmo quando implicam despesa), incluindo quando estas já não são funcionais ou agradáveis.

É uma vida completamente degradada. Eu tenho passado por situações cobardemente. Digamos... não é bem cobardemente, não é? Mas digamos é... é... Ehh... é constrangedor porque temos que nos aniquilar para poder fazer face a uma situação que, por vezes, até pode não ser... pode... mas para a cabeça é um mal diabólico. Ehh... Imagine, hoje, amanhã, passado e depois...três, quatro vezes ao dia, entrar num sítio, comer, beber, pedir tabaco... Quase que uma espécie de vida normal, porque não é a vida normal, mas... não é? Numa vida normal eu estou habituado a ter o meu tempo de trabalho, ter o meu tempo de, de lazer, ter o meu tempo de... de... Ehh.. e outros tempos... dividido em três, quatro tempos, uh... por períodos do dia.

¹⁶¹ “Vou contrair um empréstimo e vou-me safar. Porque essas ajudas que há aí não ajudam nada e não prestam para nada” [E₉₆, S₁].

E... por aí... neste momento não tenho hipótese de alguns, nomeadamente ao lazer... Completamente cortado... Comer, sem pagar, ainda me atrevo... [E₁₀, S₁].

Não obstante, esta simulação não defende a pessoa do crescente enfrentamento *da constrição dos seus direitos e liberdades fundamentais*. Embora procure, por sua iniciativa, inteirar-se deles, nesta subfase são já evidentes irregularidades no acesso e usufruto de serviços e apoios, infrações e violações no direito ao trabalho, assim como lacunas no cumprimento das suas obrigações (*e.g.*, pagamento de impostos, regularização de dívidas), sobre as quais manifesta clara insatisfação.

“É assim que eu penso. Temos que nos ajudar uns aos outros! (...) Se a gente queremos um apoio, não há apoio para ninguém... Só há apoio, só para aqueles que andam aí a roubar, a matar ou outra coisa qualquer...” [E₁₉, S₁].

Não estranhe, o/a leitor/a, esta aparente incongruência entre uma procura de *simulação da normalidade*, com concomitante eufemização das dificuldades sentidas e obscurecimento das suas circunstâncias atuais, e este *combate pelos direitos e liberdades fundamentais*. Em rigor, ambos resultam do mesmo processo, que é o da tentativa de manutenção do domínio, através da minimização da insegurança e dos danos sinalizados. Por um lado, investe no sentido de assegurar o acesso à informação que lhe permite uma melhor resposta às fragilidades que experiencia, potenciando, a seu ver, as possibilidades de regresso ao equilíbrio, mesmo que precário, anterior. Por outro, procura que na sua rede de significativos não se dissemine a vulnerabilidade que apresenta, garantindo, assim, a manutenção da *ordem*, pelo menos em parte, que a sua vida possuía. Todavia, desta última estratégia resultam consequências nefastas, não só porque a sua permanência no tempo implica o recurso a subterfúgios e mentiras (de que estes/as significativos/as tendem a inteirar-se), como, também, porque o não reconhecimento das reais circunstâncias mina o esforço de esclarecimento sobre os seus direitos e deveres. Ao negar parte das dificuldades que sente, contribui para o desajuste das informações que profissionais e entidades lhe prestam, concorrendo, por vezes, em erros processuais de que mais tarde terá que prestar contas (*e.g.*, não cessação de abertura de atividade durante este período, com concorrente não pagamento dos impostos e da taxa prevista para a Segurança Social).

O desequilíbrio descrito possui um elevado dinamismo, gerando uma espiral massiva de deterioração das circunstâncias de vida e uma constrição, de acentuação

contínua, das expectativas da sua melhoria a curto ou médio prazo. Acumulam-se os obstáculos e, perante eles, as dificuldades em assegurar o acesso e usufruto dos bens essenciais a que a pessoa se havia habituado (note-se que, para a maioria das pessoas, estes já eram limitados há algum tempo), ocorrendo, em simultâneo, um rápido processo de desgaste e de gasto dos recursos de que dispõem. Eventuais poupanças vão *secando* até à extinção, os proventos são progressivamente mais parcos e irregulares, acumulam-se dívidas (*e.g.*, ao estado, a bancos e/ou a familiares), e os apoios informais para pernoita tendem a tornar-se menos disponíveis¹⁶².

“Eu tinha o mês pago em Dezembro. Foi na altura que eu pedi ajuda, que eu comecei a ver se ganhava dinheiro para o quarto. E consegui mais um mês. Depois é que comecei a dormir na rua. Olha até já cheguei a dormir no XX [designação da entidade Bancária], até um polícia já me encontrou e tudo. Um polícia noturno, que andava aí de um lado para o outro. Pois... várias noites. Não... não tinha tanto medo porque tinha uma câmara de filmar” [E₈₅, S₃].

“A primeira noite na rua... Tenho ideia... porque foi assim. Há aí um casal, a XX [indicação da alcunha] e o XX [indicação da alcunha]. Na altura nós estávamos... Eu tinha saído nessa altura de casa e estava em casa de um primo meu e o XX [nome do companheiro] inclusive... ficamos lá 2 noites quando resolvemos vir para Coimbra porque o XX [nome do companheiro] encontrou o XX [indicação da alcunha] e a XX [indicação da alcunha] e eles estavam numa casa abandonada na altura, que tinha um quarto a mais. E eles disseram “eh pá, venham lá que a gente ajuda. (...) Aquilo não tinha água, nem luz nem nada... Andávamos com velas de um lado para o outro... Era horrível, num colchãozeco...” [E₁₂, S₁].

E, sem que o indivíduo se aperceba quando e como este momento sucede, num dia constata que não dispõe de salvação que lhe afiance um teto seguro para aquela noite. Para a maioria dos/as participantes esta é a primeira noite na situação de sem-teto (*e.g.*, pernoita no vão da entrada de um prédio), embora também ocorram situações de habitação inadequada (*e.g.*, pernoita em casas abandonadas)¹⁶³.

¹⁶² Como analisamos no âmbito da caracterização das subfases, para esta diminuição concorrem fatores de ordem muito distinta, que oscilam entre a impossibilidade de assegurar um espaço para pernoita, por parte de membros da família, devido a constrangimentos de espaço e/ou financeiros, à decisão do/a próprio/a de abandonar esse apoio informal, devido às contrapartidas exigidas (*e.g.*, em troca de alojamento deve limpar a casa e durante o dia tratar dos animais de estimação e cuidar das crianças).

¹⁶³ Ambos os géneros reportam sensação de insegurança nesta experiência (*e.g.*, violência física, roubo), embora as mulheres refiram o abuso sexual como o seu maior medo, enquanto para os homens este é canalizado para a agressão física ou roubos.

Com este acontecimento, dá-se início à alteração da preocupação central que orienta pensamentos, discursos e comportamentos do quotidiano. Antes, tratava-se de procurar soluções que invertessem a espiral de fragilização que vivia, no sentido de permanecer em alojamento seguro, *agora*, prende-se com garantir a sobrevivência, dado que já não existe a proteção de um teto ou o suporte da sua obtenção [subfase 1.2 *debatendo-se pela sobrevivência*]. Para este fim, procura *assegurar a sua subsistência*, seja através da *manutenção dos cuidados básicos* (*e.g.*, higienização, cumprimento de uma dieta próxima da que tinham anteriormente), do *acionamento de bens* (*e.g.*, utilização parcimoniosa de champô e outros produtos de higiene, guarda de bens alimentares para a manhã seguinte), ou da procura de *reforço das redes de suporte* (*e.g.*, estabelecimento de contacto com outras pessoas sem-abrigo, solicitação de ajuda a equipas de intervenção direta com esta população). Dedicar, ainda, parte importante do seu dia à angariação de recursos e de fontes de auxílio e à gestão de *ocorrências não previstas* (*e.g.*, lidar com o roubo/perda de pertences que tinham consigo, deslocar-se entre instituições que disponibilizam apoios particulares).

“¿Lo que hago, ahora? Duermo en la calle, buscando sitio seguro, y también quiero buscar siempre trabajo, buscando trabajo pero como yo no conozco los sitios, no soy de aquí... Bueno... Lo que más preciso es trabajo inmediatamente para poder tener por lo menos una casa normal e trabajar y una vida normal... No la vida esta porque yo no puedo estar así más. Es muy difícil esta vida, muy malo. A nadie se lo deseo la calle. Ni a un perro. (...) Ni a mi peor enemigo, que no tengo enemigos, le deseo la calle. Es muy malo, porque es triste, cuando todo el mundo está en su casa. Normal... No, lo normal, un techo por lo menos, que sea limpio, curioso, que tenga cosas para vivir. Y es lo que pido... Pido trabajo para poder alquilar una casa, es lo único que pido. Entonces voy buscando trabajo pero yo como no conozco aquí, no soy de aquí no sé dónde es. Entonces, poco a poco me están enseñando a ver dónde me puedo apuntar para trabajo. Yo quiero trabajar para tener mis cosas, para no estar dependiente que me ayuden... que si una ropa, que si la comida... Es muy malo también pasar hambre, es muy malo. La barriga vacía te da dolores de cabeza, es muy malo. No estoy acostumbrada a robar, no estou acostumbrada a pedir, me da vergüenza...” [E₁₈, S₁].

Inclui, em paralelo, no seu dia-a-dia, a *localização de espaços seguros*, onde possa guardar os pertences que têm consigo e onde lhe seja permitido pernoitar. Neste período já perdeu muitos dos pertences e bens que tinha, parte por sua iniciativa, através de venda ou troca (*e.g.*, venda de roupa, joias, mobiliário para obtenção de dinheiro rápido), ou, para aqueles que considera não úteis para sobrevivência, entrega a familiares e/ou amigos/as (*e.g.*, fotografias, documentação não necessária no

quotidiano), e a outra parte devido a furtos (*e.g.*, usurpados por indivíduos nas mesmas circunstâncias, que tiveram deles conhecimento; tirados no contexto de situações de violência de que é vítima) e desaparecimentos (*e.g.*, levados junto com o lixo pelos serviços de recolha de lixo urbano). Mais desconfiado/a e menos aceitante de sugestões alheias, nesta etapa tende a procurar espaços de pernoita de que só as pessoas que considera parte do seu círculo de confiança saibam. O tempo de dormida é, neste período, considerado de grande vulnerabilidade, pelos perigos a que já nos reportamos, razão pela qual, faz um esforço consciente no sentido de não divulgar a sua localização (*e.g.*, a deslocação até ao local de pernoita é feita de madrugada e em círculo para despistar seguidores/as). Procura, ainda, obter proteção junto de outros/as, que se encontram nesta situação há mais tempo, nomeadamente no que respeita a alojamento seguro. Aceita, por isso e com relativa regularidade, oportunidades de integração nos espaços de pernoita de outros/as, com quem considera possuir alguma afinidade.

“A maior parte deles sim. Eu não estou a ver uma pessoa em situação de sem-abrigo com perturbação psiquiátrica a ser aceite numa casa que esteja a ser habitada, por exemplo, por toxicodependentes. Não estou a ver, por exemplo, alcoólicos a aceitar no espaço que habitam toxicodependentes. Existe um bocado essa diferenciação e essa escolha. Mas depois também há situações, embora sejam raras, em que há pessoas com problemáticas diferentes a viverem no mesmo espaço e a estarem no mesmo espaço e até... as coisas até correm mais ou menos. Mas normalmente eles fazem essa seleção. Ehhh... Não sei, penso que os critérios terão mesmo a ver mesmo com isso, com o facto de serem toxicodependentes, serem alcoólicos, de não terem qualquer problema e estarem simplesmente na rua... Acho que passa um bocado por aí” [E₃₉, S₁].

Por todos estes motivos, e também porque pretende manter as suas circunstâncias o menos disseminadas que for possível, é também uma preocupação de relevo manter níveis elevados de discrição (*low profile*). Não esqueçamos que a grande questão, que se coloca nesta primeira fase, é a da fragmentação da trajetória de vida, sendo este um desafio com que a pessoa se debate de forma violenta, mas que tende a aumentar no decurso da sua evolução. A manutenção de alguma *normalidade* (*e.g.*, tomar banho diário, fazer a barba, ter horário para acordar e adormecer, fazer as refeições principais), e a possibilidade de passar despercebido/a, enquanto cidadão/a igual a tantos outros/as, são privilégios de que não abdica com facilidade. Preserva, por isso, estratégias ativas de *procura de soluções para as suas dificuldades* e de perscrutamento de *oportunidades viáveis de melhoria das suas circunstâncias* (*e.g.*,

procura ativamente fontes de rendimento), assim como de *combate ao agravamento dos seus direitos e liberdades fundamentais*, embora, *agora*, o faça de forma menos intensa e, progressivamente, mais circunscrita. A situação de sem-abrigo é tida como uma etapa transitória, da qual se considera capaz de sair, em breve. Justifica, ainda, de forma iterada, as suas circunstâncias como algo não previsível, em comparação com outras pessoas que estariam nesta situação por insuficiências pessoais (*e.g.*, consumo de substâncias). Esforça-se, também, por manter uma leitura positiva de si mesmo/a e do mundo, e evita, de forma consciente, atribuir importância às experiências de discriminação e de humilhação que vivencia. Combate, por conseguinte, a emergência de uma identidade não desejada.

“Não sei quem sou, ehh... não sei o que estou aqui a fazer aqui, verdadeiramente, não sei o que é que se passa comigo: se sou um pária, se não sou. Vou descobrir. Um dia vou saber se, se as pessoas que trabalharam no processo, nesse processo do Estado, se me quiseram mesmo derrubar, verdadeiramente; assim como com os empresários que me tiraram do emprego; se me quiseram pôr mesmo na rua. O que é facto é que eu estou há 3 meses a dormir na rua. Se, de facto, quiseram fazer... se a sociedade decidiu, toda, fazer uma experiência comigo. Vamos fazer uma experiência com este indivíduo: quando chegar aos 32 anos fazemos como fizeram a Cristo. Vamos andar com ele aos pontapés e... chegamos a uma altura e damos-lhe o pontapé final” [E₁₀, S₁].

“O sonho é que num curto espaço de tempo que as coisas melhoram e deixo de ter de dormir aqui nestas condições. Diariamente ter de estar a mendigar, que a bem dizer uma pessoa estar a estacionar é estar a mendigar... Estar ali à espera que lhe deem uma moeda... E tudo isso é um bocado complicado” [E₂₂, S₁].

Para um grupo específico de pessoas, esta fase termina com a passagem direta para a fase 3 [(re)configurando uma trajetória de vida]. Não chegam, portanto, a adaptar-se às exigências da vida na rua nem a encontrar padrões comportamentais estáveis de gestão da sobrevivência quotidiana na situação de sem-abrigo. Para estes, a fase 1 ocorre num tempo específico da sua existência, pautado por exigências severas e dificuldades múltiplas, mas de que conseguem sair, através dos seus recursos e com apoio pontual formal¹⁶⁴. Formam, em suma, aquilo que surge na literatura descrito

¹⁶⁴ São apresentadas, na literatura da especialidade, evidências diversas da existência de pessoas e agregados que experienciam a situação de sem-abrigo, apenas num período da sua vida, sendo essas resultantes da acumulação de um conjunto diverso de fatores, grande parte dos quais externos ao indivíduo (*e.g.*, Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs, 2007; Culhane *et al.*, 2007; Culhane & Metraux, 2008; McAllister, Kuang & Lennon, 2010; Levitt *et al.*, 2013). Incluem-se, enquanto *triggers* mais comuns, o desemprego (*e.g.*, fecho da empresa,

como situação de sem-abrigo *transicional* (McNaughton, 2008; Frazer, Marlier & Nichaise, 2010; Nicholls, 2011; Thurston *et al.*, 2013). No entanto, para um segmento desta população, o trilho para a reinserção é bem mais longo e irregular. Desta fase evoluem para um equilíbrio precário, caracterizado pela *adaptação aos imperativos da vida na rua* [fase 2], que só abandonam, muitas vezes, vários anos depois.

5.1.2 ADAPTANDO-SE AOS IMPERATIVOS DA VIDA NA RUA [FASE 2]

'Would you tell me, please, which way I ought to go from here?
'That depends a good deal on where you want to get to,' said the Cat.
'I don't much care where—' said Alice.
'Then it doesn't matter which way you go,' said the Cat.
'—so long as I get, **somewhere**' Alice added as an explanation.
'Oh, you're sure to do that,' said the Cat, 'if you only walk long
enough.'
Alice felt that this could not be denied, so she tried another question.
'What sort of people live about here?'
'In **that** direction,' the Cat said, waving its right paw round, 'lives a
Flatter: and in **that** direction,' waving the other paw, 'lives a
March Hare. Visit either you like: they're both mad.'
'But I don't want to go among mad people,' Alice remarked.
'Oh, you can't help that,' said the Cat: 'we're all mad here. I'm
mad. You're mad.'
'How do you know I'm mad?' said Alice.
'You must be,' said the Cat, 'or you wouldn't have come here.'

Lewis Carroll, *Alice's Adventures in Wonderland*¹⁶⁵, 1865, s.p.

A *adaptação aos imperativos da rua* constitui a segunda fase desta *Grounded Theory*. A sua emergência advém, como teremos oportunidade de explorar, em detalhe, em momento posterior desta tese [*cf.*, ponto 5.2.1], do estabelecimento de um novo

downsizing), agravamento da saúde física, e tentativas não sucedidas de migração (Busch-Geertsema *et al.*, 2010). No que concerne as estratégias de sobrevivência, distinguem-se dos/as restantes sem-abrigo pela mobilização, por iniciativa e, de forma organizada, de um maior número e diversidade de recursos, que canalizam no sentido da resolução da privação habitacional (Cone, 2006; Brousse, 2009; Culhane & Metraux, 2008). Apresentam, ainda, trajetórias de saída sucedidas a curto prazo, embora os autores alertem para a possibilidade de que elas se mantenham, por períodos de duração variável, na fronteira da pobreza extrema, ainda que domiciliada (Meert & Bourgeois, 2005; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Pawson & Munro, 2010; Mayock, O'Sullivan & Corr, 2011; Fischer *et al.*, 2014).

¹⁶⁵ Obra passível de consulta livre on line através do Project Gutenberg, produção de David Widger, em <http://www.gutenberg.org/files/11/11-h/11-h.htm>.

equilíbrio, sendo este caracterizado pela apropriação das dinâmicas e exigências da vida na rua e pelo ajuste de concepções e comportamentos a elas. Também constituída por duas subfases, *estabilizando um padrão de vida* [Subfase 2.1] e *experienciando os limites da sobrevivência* [Subfase 2.2], a sua estrutura apresenta diferenças face às restantes, em resultado da identificação de três configurações dominantes, na primeira [*alienando-se de si próprio/a e da sociedade* (subfase 2.1a), *circunscrevendo-se às condicionantes da vida na rua* (subfase 2.1b), e *tirando partido da vida na rua* (subfase 2.1c)].

Em termos globais, o problema/preocupação com que a pessoa se defronta é, como a designação ilustra, o da estabilização de um padrão de vida na rua, *i.e.*, o da definição e manutenção de um equilíbrio que lhe possibilite asseverar a sobrevivência diária e, com exceção do segmento de pessoas que se encontram na subfase 2.1a, lhes permita, mesmo que em registo irregular, alguns benefícios, [*e.g.*, sinalizar um espaço para pernoita mais seguro ou dar entrada num centro de acolhimento, obter bens alimentares que possam ser mantidos por vários dias (*e.g.*, latas de salsichas, bolos em invólucro fechado)]¹⁶⁶.

“Menos positivo na minha vida? O facto de me deixar arrastar pela situação em que estou... Eu tenho consciência daquilo que se passa comigo e daquilo que me rodeia, só que eu próprio não quero mudar. E isso é que me está a mandar para baixo. (...) Não, porque eu acomodei-me à situação em que estou e deixo-me andar! Desde que eu tenha um cigarrito para fumar de vez em quando, um dinheirito para o café, está a andar de mota!” [E₁₄, S₁].

Retomando a metáfora do espelho, nesta fase ocorre o reagrupamento das suas peças, num todo que, apesar de agregado, apresenta inconsistências e malformações que o tornam frágil a novas quebras. No entanto, mesmo formando um aglomerado de elementos que deturpa qualquer imagem nele refletida, a sua junção permite um sentido de um *eu* que, na fase anterior, não seria possível. Ocorreram metamorfoses, particularmente evidentes na apreciação do valor pessoal e na sua identidade social (*e.g.*, resultantes da anulação de crenças e convicções anteriores ou da incorporação das dinâmicas e dos valores da cultura de rua), que se traduzem em mudanças importantes

¹⁶⁶ Deve o/a leitor/a recordar-se, a este respeito, que a prioridade é a adaptação à rua, meio que se constitui como elemento hostil, e não a da procura de alternativas viáveis de saída sustentada, razão pela qual a procura de beneficiação do seu quotidiano se restringe, na maioria das vezes, ao imediato ou a curto prazo (aos dias seguintes), e não ao estabelecimento de um plano de ação que conflua em alteração radical das suas circunstâncias atuais (*e.g.*, obtenção de alojamento definitivo).

no modo como a pessoa se *vé* e se *situa* no mundo¹⁶⁷. Também, neste ponto, esta se confronta com um equilíbrio dinâmico, com oscilações entre períodos de maior aceitação de si própria, e das suas circunstâncias, e intervalos em que se põe em causa e questiona o sentido da sua vida e/ou da sociedade em que se encontra [*cf.*, 5.1.2.4]. Para alguns/as, a evolução tende para a formação de uma identidade, assumida, distinta da anterior [“eu sou sem-abrigo e é na rua que me sinto bem, sabe? Já não conseguiria sair daqui”], mas, para a maioria, permanece este contínuo conflito entre a pessoa que eram e aquela que consideram ser naquele momento.

“O que eu faço no meu dia a dia? Nada de jeito, agora. Levantei-me era para aí uma 2h30 ou 3h da tarde... (...) Se o tempo voltasse atrás e se eu soubesse o que sei hoje não tinha desistido de tanta coisa, não tinha não” [E₅, S₁].

“Nada, não faço nada de especial agora... Antes ainda ia passar o fim de semana com a minha mãe, mas agora não. Agora não gosto... As pessoas veem e notam. E eu não gosto... Por isso não saio daqui nem faço nada” [E₉, S₁].

“Gostava muito de fazer desporto, gostava de andar de bicicleta. Quando vivia com a minha mãe levantava-me cedo ao domingo e fazia isso. Mas ultimamente não, não fazia nada disso, Sem dar conta já nem tinha atividades preferidas... No limite, ver TV, às vezes, no Centro” [E₁₂, S₁].

Na subfase 2.1a, esta procura de estabilização de um padrão de vida acontece através da alienação, de si mesmo/a e da sociedade, sendo aquela caracterizada pelo desinvestimento extremo, consigo e com qualquer tipo de integração na(s) comunidade(s), e com a confinção da única ação regular perceptível à sustentação da sua sobrevivência diária. Esta configuração, respeitante a um grupo restrito de pessoas, advém do cruzamento de cinco fatores estruturantes, a saber: (i) *subsistência em condições de extrema precariedade* (e.g., procura depender, apenas de si, para

¹⁶⁷ Reforçam esta componente da *GT* original, vários estudos, em que se alude para a complexidade das transformações na identidade de pessoas em situação de sem-abrigo, com maior incidência nas configurações sem-teto, sem-casa e habitação inadequada (Wardhaugh, 1999; Boydell, Goering, & Morrell-Bellai, 2000; Zufferey & Kerr, 2004; Harter, *et al.*, 2005; Parsell, 2010, 2011; Parsell & Parsell, 2012). Embora permaneça por esclarecer se, de fato, existe uma identidade sem-abrigo, as investigações apontam para sintomas múltiplos de fragmentação identitária, devido a esta vivência [e.g., dúvida generalizada sobre o seu valor enquanto pessoa, percepção de fragilização severa de vínculos com pessoas e comunidades) Hagan & McCarthy, 1997; Farrington & Robinson, 1999; Wardhaugh, 1999; Boydell, Alexiou & Pitelis, 2003; Zufferey & Kerr, 2004; Kidd & Davidson, 2007; Meneses, 2008; Parsell, 2010, 2011; Parsell & Parsell, 2012].

sobreviver), (ii) *cristalização de uma bolha de conforto*¹⁶⁸ (e.g., sinaliza espaços seguros para pernoita, isola-se), (iii) *negligência grave da promoção e manutenção da saúde* (e.g., descuida os cuidados base de higienização, rejeita intervenção)¹⁶⁹, (iv) *demissão da participação ativa em sociedade* (e.g., descarta, ao extremo, o cumprimento de direitos e liberdades fundamentais), e (v) *anulação da identidade* (e.g., evidencia indiferença relativamente à situação de sem-abrigo em que se encontra).

A posse de bens restringe-se, nesta configuração, a limitado combinado de objetos e de alimentos de validade extensa, que transporta consigo, e aos recursos a que acede no dia-a-dia (e.g., material em cartão, alimentos, cobertores que recolhe dos contentores do lixo, alimentos cedidos por particulares). Negligência, de forma grave, a *promoção e manutenção da sua saúde*, abandonando práticas regulares de higiene [e.g., urinando em espaço aberto, efetuando cuidados básicos de higiene com muita irregularidade (e.g., não corta o cabelo ou as unhas)], alimenta-se de forma incorreta [e.g., ingere pouca água, cumpre dieta desequilibrada e pouco variada (e.g., ingerindo principalmente alimentos muito ricos em gorduras e óleos, tubérculos e açúcares)], suprime a necessidade de sono em períodos irregulares ao longo do dia (e.g., dormitando em espaços abertos de zonas distintas da cidade). Em regra, rejeita ajuda formal e evita qualquer contacto regular com profissionais e voluntários/as (mesmo aqueles/as que desenvolvem a sua ação no contexto de intervenção de rua), esquivando-se a tentativas de divulgação da sua história (e.g., limita a disponibilização de dados pessoais; quando inquirido/a, simula surdez).

“Olhe... Estas meias tenho-as há uns 2 meses nos pés. Não as tirei mais porque quando as tirar não sei se consigo pô-las outra vez... Os meus pés estão de tal maneira que já nem os sapatos tiro” [Memorando do Giro de Rua, 2008].

“Eu? O quê? Não preciso de nada, não, obrigada. Não, não... Talvez um café e o saquinho. Pode pô-los aqui... Então obrigada e boa noite [e com este monólogo fecha qualquer possibilidade de conversa]” [Memorando do Giro de Rua, 2009].

¹⁶⁸ A designação *bolha de conforto* pretende traduzir a extrema constrição da *zona de conforto* quando o indivíduo experiencia esta configuração.

¹⁶⁹ Como já tivemos oportunidade de referir, no âmbito dos dois primeiros capítulos desta Tese, o agravamento do estado de saúde é uma das referências que maior corroboração empírica recebeu, no que concerne as sequelas da experiência da situação de sem-abrigo (Hwang, *et al.*, 1997; Aidala, 2005; Sackoff, *et al.*, 2006; McNaughton, 2008; Robaina, 2013).

Permanece sozinho/a por longos períodos de tempo (*e.g.*, “olhando para o vazio” ou observando o cenário urbano) e evita confrontos com outras pessoas, em situação de sem-abrigo ou domiciliadas. A sua *bolha de conforto* encontra-se limitada a alguns espaços fixos, preferencialmente de acesso livre e/ou de utilização não controlada (*e.g.*, em parques), sendo muito difícil convencê-lo/a a participar em eventos da comunidade ou a dirigir-se a uma instituição, mesmo quando se encontra em risco de severo enfraquecimento da sua saúde. Por todas estas características, não constitui surpresa que os seus padrões discursivos se pautem pela ausência de conversa, ou pela expressão clara da não intenção de a manter (*e.g.*, rejeição de apoio técnico, negação de necessidade de informação), numa aparente indiferença relativamente às circunstâncias em que se encontra (*e.g.*, não evidencia intenção de alterar a sua situação, não tece comentários sobre o seu quotidiano e as dificuldades que nele experiencia).

“Não faço nada, eu não faço nada. Passo a tarde toda aqui sentada...”
[E₉, S₁].

“Fico lá... Sentado no banco e a olhar... Para lado nenhum... Não sei quanto tempo, e depois levanto-me e sigo, para onde calhar...” [E₃₀, S₁].

Verifica-se, em síntese, um *deixar acontecer o presente*, *i.e.*, viver para o imediato, *vagueando pelo quotidiano sem o analisar* e ausente de qualquer intenção estruturada de o modificar.

Embora consubstanciada em dinâmicas e rotinas distintas das anteriores, a subfase 2.1b, em que se encontra o grupo maioritário de pessoas que integram a fase 2¹⁷⁰, também se caracteriza pela procura de preservação, no maior número possível de dimensões, das circunstâncias em que o indivíduo se encontra. No entanto, as intenções predominantes são de conservação da qualidade de vida e de bem-estar que conquistou e a salvaguarda da sua segurança (individual e dos bens que possui consigo), através de um investimento ativo nesse sentido.

“(...) Eu acho que é mais isso, adaptam o espaço a eles. (...) Muitos deles também têm cuidado a nível das necessidades básicas que fazem, normalmente arranjam um sítio mais afastado para fazerem as necessidades fisiológicas e têm, têm um bocado esse cuidado. Alguns...”

¹⁷⁰ Note-se que esta fase pode ascender, em termos de duração, a décadas, sendo a subfase que mais tempo perdura de forma ininterrupta. É, também, frequente, que as pessoas, que, em dado período, integram as restantes [subfase 2.1a e 2.1c], tenham transitado desta ou o façam depois da sua experiência.

porque também já estive em sítios onde estão pessoas a dormir que aquilo... é mesmo um cantinho para dormirem e depois o resto... E mesmo esse cantinho muitas vezes está cheio de porcaria, cheio... Não há, não há esse cuidado, muitos deles também não têm... Mas também vão aparecendo pessoas que têm. Fazem limpeza inclusivamente ao espaço, têm esse cuidado de manter esse espaço limpo. Alguns deles conseguem fazer e realizar refeições nesse espaço, também..." [E₃₉, S₂].

Para este efeito, o indivíduo *molda um frágil equilíbrio de subsistência*, que se caracteriza, em termos globais, por: (i) *preservação dos cuidados básicos anteriores* (e.g., através do *cumprimento de horários em circunstâncias e tarefas de vital importância* ou do *investimento na manutenção dos contextos privilegiados de angariação de verbas*); (ii) *circunscrição aos bens de que consegue dispor* (e.g., procura assegurar acesso a alimentos, mantém consigo um conjunto restrito de objetos que valoriza), (iii) *sujeição, com resistência, a ocorrências não desejadas* (e.g., recorre, de forma pontual, a apoio familiar, ajusta-se a alterações nas dinâmicas dos serviços); (iv) *confinamento a uma condição face ao emprego fragilizada e irregular* (e.g., realiza trabalhos de curta duração; participa, por períodos curtos de tempo, em modalidades de formação profissional); e (v) *consentimento da fragilização da rede de relações* (e.g., sustenta padrões instrumentais de relacionamento com outras pessoas em situação de sem-abrigo e profissionais, sofre redução drástica do núcleo de pessoas em quem confia).

"Durante o dia trato da minha 'casa', vou almoçar... Depois tento ir arrumar alguns carros para XX [designação do local]. Eu não posso contar com o resto... Não posso contar com os meus irmãos porque não batem bem da cabeça e eu não estou para os aturar. E... agora eu consigo ir para o XX [indicação do *shopping*] e distraio-me mais e esqueço-me de determinados problemas da minha vida. E é como lhe estou a dizer, o dia-a-dia que eu faço é isto. Trato de quintais e jardins... Estou mais ocupado nestas áreas. À noite arrumo carros e espero pelas carrinhas para comida e café" [E₆, S₁].

Batalha, ainda, por moderada segurança na *hierarquia social* da rua, tarefa muito exigente que lhe requer: (i) um *controlo das manifestações de vulnerabilidade* [e.g., coliga-se com outras pessoas sem-abrigo para aumentar o seu poder; simula segurança através da verbalização de acontecimentos que atestam o seu heroísmo e força física; esconde os seus medos, desvalorizando, na presença de técnicos/as, as consequências da violência, física e verbal, que experiencia(ou)], (ii) o *cumprimento, mesmo quando não o deseja, da lei da rua* [e.g., nega possuir bens em sua posse, para não ter de os

partilhar, esconde as estratégias mais eficazes de sobrevivência, acusa outros/as de comportamentos seus quando inquirido/a por profissionais, cumpre o código de silêncio (*e.g.*, não reporta, a profissionais e agentes da autoridade, os acontecimentos traumáticos em que está/esteve envolvido, nega ter sofrido furtos)], e (iii) o *ajuste dos padrões de comportamento às exigências dos grupos e contextos em que se move* (*e.g.*, mantém *low profile* relativamente a indivíduos sem-abrigo com maior poder e impõe-se perante indivíduos mais frágeis, manifesta relativa cordialidade para com membros da comunidade, evita contendas com membros da autoridade). Em simultâneo, investe na *resistência, embora com profundas sequelas, às contínuas ameaças à zona de conforto*. Esta labuta é gerida através de um processo de gradual encapsulamento psicológico (*e.g.*, consente a progressiva restrição psicológica da *zona de conforto*, agrilha-se às rotinas que instalou, permite a sedimentação da sensação de *não rumo* na sua vida) e de uma progressiva restrição dos espaços que percebe como seguros (*e.g.*, evita deslocar-se a zonas da cidade que “não domina”, centra as suas atividades num leque progressivamente mais restrito de espaços).

“Tenho uma rotina e tento agarrar-me a ela, às coisas que vou fazendo e nos sítios que já sei que posso e em que ninguém me chateia muito. Não quero problemas” [E₆, S₁].

“Há aquelas zonas definidas. Já há muitos anos era no XX [designação do local] e agora é no XX [designação do local]. Durante o dia é mais velhotes e durante a noite é tudo, desde putos até pessoas de idade. Vou das 9h30, quando começa a escurecer... Se andar a consumir é a noite toda, se não andar faço 1 ou 2 clientes e vou embora” [E₉, S₁].

Em relação à sua saúde, o padrão é de grande ambivalência, dado que, embora suporte a *acumulação dos efeitos da* situação de sem-abrigo a nível físico [*e.g.*, agravamento de problemas de saúde anteriores e aparecimento de doenças (*e.g.*, gengivite, periodontite, perda de dentes, bromidrose, queratopatias)] e mental (*e.g.*, agitação e irrequietude, alteração dos padrões de sono, agravamento de problemas psicopatológicos anteriores), *vacila entre períodos de grande preocupação e de negligência*. Assim, se por algumas temporadas apresenta taxas muito elevadas de recurso aos serviços (*e.g.*, entrada nas urgências vários dias seguidos, com indicação de mal estar generalizado, apresentação do seu caso a médicos/as de entidades distintas em simultâneo), e até autogestão dos seus problemas (*e.g.*, automedicação, realização de “terapias” da sua autoria), noutras é manifesta a rejeição de qualquer ajuda nestas esferas (*e.g.*, abandono de tratamento, negação de ida ao hospital).

“O mês passado internei-me no Sobral Cid, sabe? Já não estava bem... não estava mesmo bem... Porque quis, não porque nenhum técnico lá foi e me obrigou. Estive lá uns 6 ou 7 dias, mas já estou bom e não preciso mais disso. Tão cedo não volto lá. (...) Medicamentos? Sim, tenho para lá uma receita que nem fui levantar. Acha que eu tenho dinheiro para isso? Não preciso disso” [Memorando do Giro de Rua, 2013].

Em paralelo, vão diminuindo, de forma drástica, as investidas no sentido do *cumprimento dos seus direitos e liberdades fundamentais*. Por um lado, não só abdica de esforços sistemáticos para a sua averiguação (*e.g.*, solicita informação, apenas, em circunstâncias de maior gravidade, ignora as explicações fornecidas por profissionais), como abandona tentativas sistemáticas do seu cumprimento efetivo (*e.g.*, desinveste do esforço de manter a documentação atualizada e em bom estado). Por outro, sofre ataques à sua honra e reputação, e, embora exprima descontentamento sobre esse facto, tende a não exigir o cumprimento dos seus direitos (*e.g.*, é vítima de discriminação em serviços de saúde e não apresenta reclamação).

“O utente não vai reivindicar com ninguém. Quando muito fica zangado com o técnico. Se for preciso atira uma cadeira para o ar, parte um vidro ou outra coisa qualquer. Isso pode acontecer, aí pode acontecer... Uma situação dessas pode acontecer. Agora... ele ir reivindicar às entidades competentes para que haja uma fiscalização, para que haja uma avaliação do que se passou, isso não faz. (...) Não têm consciência dos direitos. É uma população muito pouco esclarecida” [E₆₄, S₂].

Na rua, encontra-se disseminado o rumor de que as pessoas sem-abrigo são *invisíveis*, não lhe sendo assegurada a *confidencialidade* a que têm direito, nem permitida *liberdade de escolha* (*e.g.*, na seleção do tipo de apoio, na definição de determinado programa), sendo também mais facilmente vítimas de *violações no direito ao trabalho* (*e.g.*, despedimento após informação sobre circunstâncias atuais¹⁷¹, negação de celebração de contrato, abuso verbal, pagamento inferior aos/às congéneres domiciliados/as), e, neste momento, a pessoa já tem disso conhecimento. Destas informações, bem como da sua própria experiência no recurso a organismos públicos (*e.g.*, Segurança Social) e a entidades vocacionadas para o apoio a pessoas em pobreza e

¹⁷¹ “Já estava a trabalhar numa pastelaria há uns meses e um dia chegou um dos meus antigos clientes... E eu vi logo que ia correr muito mal. E ele chamou o chefe e no fim do dia chamaram-me para dizer que podia arrumar as minhas coisas e ir embora, que não podiam ter uma mulher da rua a trabalhar ali. E que havia eu de fazer? Na rua e sem dinheiro outra vez, voltei à avenida... O meu passado vai-me perseguir sempre...” [E95, S3].

exclusão social, resulta uma apreciação muito negativa sobre as políticas sociais e a intervenção, de qualidade, neste domínio.

“Quem me podia apoiar, não apoia, que é a nossa Segurança Social. Apoia mas é XX [designação de minoria étnica], que é outra coisa que eu não compreendo. (...) Tenho para mim que estes governozinhos... para mim têm sido um esterco. Para mim e para toda a gente... Eu acho que deviam, passar pelo menos... devia ser obrigatório, uma vez por outra, meter um ministro, um ministro já para não dizer outra coisa que é mais chata... e passar 24 horas com uma pessoa pelo menos neste tipo de situações, para saber dar o valor e ver o que custa. Ou fazer-se passar, bem disfarçado... ir a uma Segurança Social com essa pessoa. Sem ninguém o conhecer de lado nenhum, ou mandar alguém desconhecido, para ver o que se anda a passar porque eu não sei... Não sei se a culpa é toda deles... Mas eles estão a fazer cortes orçamentais em tudo e não é ao mais rico que estão a cortar. É ao desgraçado! Que é esse caso da XX [entidade que presta apoio alimentar], que já bastava aos fins de semana um gajo não ter onde ir, agora é o mês todo, que é ainda pior” [E₂₃, S₁].

“Quando se fala das equipas de rua, equipas de intervenção direta na rua, esse trabalho é feito e direcionado única e exclusivamente para o sem-teto. Agora... as estruturas de apoio social existem para toda a gente, não é? Como é normal... A nível de saúde, a nível do acolhimento, não sei o quê... Se uma pessoa que esteja numa casa abandonada decidir que quer sair da casa abandonada e ir para um Centro de Acolhimento, se alguém com alojamento sem condições também decidir... Se quiser trocar seringas, material também tem o equipamento de XX [designação da entidade]... Há algum tipo de resposta nesta área com... Mas a maioria das respostas não é vocacionada para o sem-abrigo. Usufri de resposta como qualquer outro cidadão pode usufruir daquilo. A sociedade não está pensada para o sem-abrigo” [E₆₄, S₂].

Todos estes elementos concorrem, pela complexidade das suas sequelas e pelas mudanças que exigem à pessoa, para transformações na identidade e para a “reescrita da sua história”. Nesta subfase, a situação de sem-abrigo tende a ser concebida como uma condição estabilizada (*e.g.*, abandono da tentativa de clarificação de sentido(s) e explicações alternativas para os acontecimentos; reforço das mais-valias da vida na rua), e as suas dinâmicas e valores substituem já parte dos anteriores (*e.g.*, respeita as hierarquias da rua, valoriza o agora em detrimento do amanhã). *Sucumbe à profunda diminuição da perceção do valor pessoal* (*e.g.*, manifesta dificuldade em compreender-se e aceitar-se, experiencia grande diminuição da autoestima e autoconfiança, sofre recorrente sensação de isolamento), resignando-se, em paralelo, às perdas da identidade social sofridas (*e.g.*, sente-se abandonado/a por amigos/as e ostracizado/a pela sociedade, verbaliza não confiar no/a parceiro/a, ressentido-se da ausência de estatuto e

experiência dos papéis associados à profissão que desempenhava). A *leitura* da sua vida sofre, igualmente, mudanças, sendo comum, nesta subfase, a *idealização do passado* [*e.g.*, exacerba as mais-valias, ou pelo oposto, as limitações da vida anterior à situação de sem-abrigo, hipervaloriza algumas ações realizadas (*e.g.*, compra de bens materiais)], uma resignada *acomodação à precariedade que vive no presente* (*e.g.*, centra o seu quotidiano na gestão do precário equilíbrio em que vive) e uma tendência de *deformação do futuro* (*e.g.*, imagina alternativas concretizáveis a muito curto prazo, mas que nunca chegam a concretizar-se; idealiza um futuro idílico a muito longo prazo, mas que não tem articulação com o seu dia-dia, nem surge integrado em qualquer projeto de vida).

“Ter uma vida própria, ter uma vida como toda a gente tem. Ter uma vida normal. Ter uma família... honesta... a minha família não é honesta. Ter uma casa... Pois... deve-se ter uma casa. Para se ter uma família tem de se ter uma casa, um trabalho normal, como toda a gente tem. Sonho com construir uma família, fazer de conta que nunca fui casada. Que fui sempre solteira...” [S₁₉, S₁].

“Agora não sei... Porque não sei... Não há aquela rotina, aquele estar como era antigamente, que era tudo unido. As coisas eram diferentes. Agora estou sozinho, já não há união, não há união entre as pessoas” [E₃₇, S₁].

“Eu não gosto de viver, não gosto particularmente desta vida... Mas gosto de sonhar e é o sonho que me vai alimentando todos os dias. Se não fossem os meus sonhos, já tinha entrado numa depressão tal como entrei aqui há uns anos, que me tentei suicidar” [E₁₄, S₁].

Por último, a subfase 2.1c sistematiza uma configuração discursiva e comportamental comum a um segmento da população da fase 2, que permanece na situação de sem-abrigo por períodos que podem ascender a vários anos, num registo em que o seu problema principal se prende com *tirar partido das ruas*. A intenção é a de *se desenrascar o melhor possível*, mesmo que para isso seja necessário vitimizar as pessoas que se encontram nas duas subfases já descritas, ou outras com quem o indivíduo contacta. Para a sua obtenção, *estrategiza*¹⁷² a sobrevivência, *i.e.*, *cumpre, com recurso às estratégias ardilosas, parte dos cuidados essenciais* [*e.g.*, procura ajustar os

¹⁷² *Estrategizar a sobrevivência* é, neste contexto, o processo de criar e implementar estratégias ardilosas, com o objetivo de obter ganhos secundários no âmbito da experiência de circunstâncias desfavoráveis, neste caso pautadas por privação habitacional severa e por fragilidades muito acentuadas na integração em sociedade (*e.g.*, limitações financeiras, vínculos ausentes ou limitados a pessoas e comunidades, desemprego). Traduz, em suma, o processo utilizado para lidar (*deal*) e gerir (*manage*) uma situação difícil, que o próprio criou ou não, com o propósito dela obter algumas mais-valias.

contextos/locais de pernoita às suas necessidades e dinâmicas, tenta convencer os/as profissionais a permitir situações de exceção para a sua pessoa, negocia com outras pessoas em situação de sem-abrigo o acesso a alimentos (*e.g.*, solicitando favores, trocando alimentos por outros bens)] e *mobiliza estratégias diversificadas para assegurar acesso a bens e produtos* [*e.g.*, investe na obtenção de recursos necessários para fazer face a dependências, mantendo consigo um conjunto restrito de objetos, parte deles para defesa (*e.g.*, navalha, x-ato), subsiste a partir dos *esquemas* em que se envolve, assegurando acesso diário a dinheiro].

No que concerne os relacionamentos, evidencia-se uma tendência generalizada para a sua *instrumentalização*, não, apenas, em relação a outras pessoas em situação de sem-abrigo (*e.g.*, alia-se para potenciar a subsistência, gere a informação que partilha de forma a tornar mais provável a obtenção de ganhos), mas, igualmente, em relação às pessoas que considera pertença do seu círculo interno (*e.g.*, mantém relações amorosas com pessoas que diz não integrarem a sua rede de confiança, inicia e termina relações de forma abrupta, experiencia afastamento de grande parte das pessoas que anteriormente integravam as suas amizades e conhecimentos).

“Relacionamentos... Tive centenas, já nem me lembro, credo! Tive centenas, a sério. Tive bués, não sei... não sei... Mas tive imensos não me lembro. Coisas... Alguns... nem me lembro, outros até me lembro, mas relações bastante curtas. Se foram relações de droga, quando acaba a droga acaba o amor. Isso é certinho. Não... mas é verdade, não vamos estar com tangas porque é verdade. Se estou com alguém por ter droga, quando acaba a droga acaba-se o amorzinho meu por ele, estás a ver? Mas... Mas tive várias relações, várias mesmo. Andei sempre a consumir assim. A mais longa que tive foi há três anos, tive a bebé...” [E₉, S₁].

O vínculo comunitário é, nesta fase, também irregular (*e.g.*, mantém laços frágeis, e por vezes tensos, com a comunidade, integra iniciativas em que considera poder retirar mais-valias (*e.g.*, participa em festas com o intuito de obter alimentos grátis e/ou realizar roubos). Características desta fase são, por exemplo, a *reação negativa perante ocorrências não desejadas*, seja para com instituições (*e.g.*, exige atendimento excepcional por parte dos serviços; protesta, quando recorre a espaços alternativos para aceder/usufruir de apoio), ou para com membros da comunidade, quando considera que o comportamento destes prejudica as estratégias de

sobrevivência que mobiliza num determinado espaço (*e.g.*, insurge-se contra chamadas à Polícia, por parte de moradores/as).

Do leque de ações que integram o cotidiano, nesta fase, releva a *edificação de território(s) e poder(es)*, preocupação vital para quem pretende retirar mais-valias da rua e da sua vivência nela¹⁷³. Não estranha, por isso, que mantenha dinâmicas de *gestão instável e mutável da condição face ao emprego* (*e.g.*, privilegia tarefas e atividades com retorno financeiro rápido; envolve-se, em simultâneo, em diversas atividades de curta duração). Neste contexto, são duas preocupações de muito maior relevo a *aquisição de um estatuto de respeito na hierarquia social da rua* (*e.g.*, constrói a reputação de duro/a e/ou esperto/a, dissemina e permite a divulgação de episódios ou histórias que atestam a reputação que pretende construir/sedimentar; instrumentaliza a sua relação com profissionais através da assunção, quando tida como proveitosa, de uma falsa postura de adequação e de humildade) e a *(re)configuração de território(s)* [*e.g.*, delimitando espaço(s) em que exerce controlo, regulando o acesso e usufruto de bens nesse território (*e.g.*, exige renda, a outras pessoas sem-abrigo, para pernoita nas “suas” casas abandonadas ou para serem protegidas por si), e implementa estratégias de ampliação do território (*e.g.*, disputa espaços através da violência física, coliga-se a indivíduos da comunidade)].

“Um homem com, com, com a força... Um homem deve ser temido, embora... estamos a conversar para nós. Para nós os 2. Um homem devem ser muito mais temido que respeitado. Um homem deve ter muito mais capital do que conhecimentos. Um homem deve, deve-se impor muito mais na sociedade, que compreender a sociedade...” [E₁₀, S₁].

Em relação ao bem-estar, predomina uma *gestão, segundo padrões próprios, de conservação de um estado de saúde sofrível*. Tolera a acumulação de efeitos da situação de sem-abrigo, suportando sequelas a nível físico [*e.g.*, lida com aumento da dor; desenvolve, periodicamente, doenças de pele; padece enfermidades dos sistemas respiratório (*e.g.*, dispneia, tosse), cardiovascular (*e.g.*, arritmias, dor retrosternal), digestivo e urinário (*e.g.*, obstipação, gastralgia, úlceras gástricas)] e mental [*e.g.*,

¹⁷³ A associação entre a situação de sem-abrigo e o envolvimento em atividades ilícitas é abordada, entre outros, por Dickson-Gomez e colaboradores (2008), Greenberg e Rosenheck (2008), Dyb (2009), ou Binswanger e colaboradores (2013). São, neste âmbito, também estudadas as associações entre o consumo e pequeno tráfico de substâncias, prostituição, e a pernoita na rua ou em alojamento não digno para humanos (Yates, MacKenzie, & Pennbridge, 1991; Simons & Whitbeck, 1991; Greene, Tennett, & Ringwalt, 1999; Reeve, 2013).

relativiza os sintomas que apresenta (*e.g.*, discorda do diagnóstico realizado pelos profissionais de saúde, apresenta diagnósticos da sua autoria e recorre a automedicação para controlo dos sintomas que identifica), sofre aumento da agressividade e inflexibilidade (*e.g.*, envolve-se em quezílias verbais e conflito físico, provoca outros/as e ameaça-os, experiencia progressiva cristalização de padrões de pensamento)]. Não obstante, mantém preocupação limitada com a manutenção do seu estado de saúde, optando por recusar intervenção em períodos de menor sintomatologia [*e.g.*, salienta demoras dos tratamentos anteriores e as consequências da sua ausência do território em que obtém os proventos, controla a dor com recurso a drogas (i)lícitas].

“Isto aqui? Foi de tirar um dente. Já andava com isto há uns meses. E doía um bocado, não é? É chato isto dos dentes... Outro dia chateeime e olha... Foi com uma navalha, tirei tudo cá para fora! Mas esta porra infetou... Agora ando aí a tomar umas porcarias e bochecho com uma garrafita de vinho. Isto vai ao sítio...” [Memorando de Giro de Rua, 2007].

Investe, a partir de dois *enquadramentos distintos, na reivindicação dos seus direitos e liberdades fundamentais*. Por um lado, *submete-se à lei da rua no(s) território(s) em que se movimenta*, incorporando as suas normas e regras como padrões de conduta [*e.g.*, assume o lema da “sobrevivência do mais forte”, recorre à violência, cumpre o *silêncio* como código de conduta, implementa medidas punitivas aos/às que não cumprem os regulamentos por que se gere (*e.g.*, através da expulsão do grupo, optando pela sua delação às autoridades)]. Por outro, *reclama, pontualmente de violações nos seus direitos e liberdades fundamentais*, enquanto cidadão/a. Em regra, *abdica de esforços sistemáticos da sua averiguação*, recorrendo, por exemplo, a aconselhamento jurídico quando a possibilidade de prisão lhe parece uma evidência plausível. Não faz particular esforço por manter a documentação atualizada e em bom estado (com exceção das situações em que adultera documentos e os vende) e não cumpre, salvo raras exceções (tipicamente sob coação), as suas obrigações face ao Estado. O seu discurso indicia elevado descontentamento com profissionais e instituições (*e.g.*, verbaliza ser incompreendido por técnicos/as, reivindica liberdade de escolha, exige confidencialidade na gestão do seu caso, refere violações no direito ao trabalho de que se sentiu alvo).

“Há tantas verbas, há tanta porcaria, há tanto dinheiro para tantas coisas... Metam as pessoas a trabalhar, arranjem-lhes um emprego, responsabilizem-nas! Mas tirem-nos daqui! Não fazem nada, esses técnicos não servem para nada!” [E₁₇, S₁].

“Eu disse à Técnica. Eu não quero o meu país, quero ficar em Portugal, sempre. Consegue ajuda para mim? Documentos portugueses? Já passaram mais de 5 anos e ainda não arranjaram... Não tive ajuda de ninguém” [E₂₅, S₁].

Em simultâneo, a sua *identidade sofre um processo de redefinição*, em grande medida resultante da incorporação das dinâmicas e valores da cultura de rua a que já aludimos (*e.g.*, valorização do imediato; sujeição, tentando garantir alguma margem de manobra, às exigências de indivíduos com maior poder; desvinculação da maior parte dos contextos comunitários em que o *seu* território se encontra, com exceção daqueles que concorrem para a definição/sustentação deste) e, adicionalmente, da *hipervalorização de ganhos secundários da situação de sem-abrigo* (*e.g.*, vangloria-se do controlo que exerce sobre profissionais e organismos, descreve-se como alguém com importância na hierarquia social da rua, acentua o *respeito* que outros indivíduos sem-abrigo lhe têm, apresenta outras pessoas sem-abrigo como fracas e incompetentes). Reforça, portanto, para si mesmo/a, as mais-valias das suas circunstâncias atuais (*e.g.*, ostenta ganhos de atividades e *esquemas* em que se envolve, convence-se de que as estratégias que usa são as mais eficientes, desvaloriza as consequências do seu envolvimento em atividades ilegais). *Valoriza*, em suma, o *vínculo que estabeleceu com o universo da rua*, depreciando as sequelas de uma vivência de permanente insegurança e instabilidade [*e.g.*, menospreza o agravamento do seu estado de saúde, esconde a ansiedade que experiencia] e (re)interpretando acontecimentos traumáticos, que passam a ser lidos como sucessos [*e.g.*, justifica ter sido vítima de violência como uma experiência de gestão da frustração e de controlo; confabula sobre a liberdade associada à sua vida (mesmo em períodos que se encontra escondido por ter roubado os traficantes para quem realiza tarefas)].

Simula, assim, *estar em paz consigo, encobrindo os conflitos internos que o/a corroem*, iniciativa que implica um esforço consciente de não revisitação do passado (*e.g.*, rejeita expor a sua história, inventa acontecimentos e apaga outros), de gestão do presente (*e.g.*, cumpre rotinas, muitas vezes, sem delas ter noção; luta por aumentar o seu estatuto na rua) e de viciação do futuro (*e.g.*, ignora potenciais alternativas às circunstâncias atuais de vida, confunde sonhos irrealizáveis com inéditos viáveis, formula e abandona planos de forma abrupta). Soterra, nas suas memórias mais profundas, a impressão de que é uma pessoa “sem valor”, escondendo os conflitos

internos que sente [*e.g.*, camufla dificuldades em estabelecer relacionamentos de intimidade, evita que outros/as percebam a sua insatisfação consigo próprio/a, controlando, pelos seus meios, a recorrente sensação de isolamento (*e.g.*, através do consumo de substâncias (i)lícitas, ocupando-se para evitar pensar)].

“Eu às vezes finjo que estou contente, mas não estou nada contente. E rio e dou gargalhadas mas cá por dentro nem imagina... Eu só gostava de ter uma vida mais solta (...) Estou a sentir-me gasto, a sentir-me velho... Não era matar-me, era sumir daqui, não vinha mais para aqui [Coimbra]... Isto do desenrasque, isto não é para toda a vida... Isto um dia vai acabar. Isto não é vida para uma pessoa, pode ser uma ajuda mas a pessoa tem de saber viver. Se não há trabalho tinha de procurar regalias noutros sítios... Mas isto não é vida...” [E₇, S₁].

As três subfases possuem, como vimos, em comum, uma procura de manutenção de equilíbrio, que apenas é parcialmente concretizada, dadas as muitas dificuldades e obstáculos à qualidade de vida e bem-estar que são experienciados. Importa, para que melhor se compreenda as características específicas que o equilíbrio a que nos reportamos possui, que o/a leitor/a não perca a atenção de alguns aspetos essenciais, cuja ação se entrecruza, de forma imbrincada, influenciando os padrões discursivos e as ações, ao longo desta fase. Constitui o primeiro destes, a consideração de que estamos perante um período, em que a vasta maioria de acontecimentos e mudanças ocorrem sob o *olhar* do escrutínio público, mas que, pela sua natureza e pelos códigos específicos necessários à sua *leitura*, escapam, quase por completo, àqueles/as que não são nela participantes diretos/as (e neste grupo não se incluem, salvo raras exceções, profissionais ou voluntários/as). Sobreviver, física e psicologicamente, implica saber gerir exigências muito díspares, parte destas as provenientes da sociedade de que estão excluídos/as (*e.g.*, evitar ser detetado pelos/as agentes da polícia, procurar não perder o apoio financeiro do Estado, estar a tempo na fila do espaço onde recebem bens alimentares) e as restantes específicas do cenário da rua (*e.g.*, detetar um espaço de pernoita mais seguro, gerir negociações de território para “arrumação de carros”). Assim, sob uma aparente estagnação, particularmente aos olhares dos/as seus/as concidadãos/as domiciliados/as e profissionais, o quotidiano destas pessoas integra uma panóplia muito diversa de atividades e de estratégias de gestão da sua sobrevivência que, pesem as diferenças substantivas que esta *assimilação* das regras da rua e a sua *acomodação* possa assumir, se pautam pela dimensão comum da procura de relativa *invisibilidade* no espaço público.

O dia-a-dia é, portanto, de elevada exigência, requerendo uma crescente concentração no *agora* e nos acontecimentos que ocorrem no contexto em que a pessoa se encontra. A atenção focada no imediato possui, por conseguinte, um caráter de imprescindibilidade, dado que é o elemento que sustenta a potenciação das opções, tidas como viáveis, de continuidade de sobrevivência neste enquadramento (*e.g.*, avaliação do *ambiente* de determinada rua é um cuidado basilar para evitar ser alvo de agressão ou roubo; a atenção contínua sobre os bens é a melhor garantia do seu não furto). Em estreita dependência desta focalização no presente, em grande medida resultante da constrição severa que o Universo de possíveis apresenta nesta fase [*cf.*, ponto 6.1.1]. *Variações na percepção do universo de possíveis: Alterações de expansibilidade e seus correlatos atribucionais e comportamentais*), ocorre uma despriorização da análise do futuro a médio e longo prazo¹⁷⁴. Esta precariedade, que convoca, portanto, profundas alterações nas preocupações, nas estratégias regulares de gestão de dificuldades e/ou problemas, ou nas ações consideradas (des)ajustadas, demanda, em concomitância, modificações na própria pessoa, nomeadamente na forma como esta se define e como concebe e organiza o mundo em que vive.

Comportamentos, que, há algum tempo, seriam considerados desadequados para fazer valer a sua vontade ou o seu interesse, são, nesta fase, apresentados com regularidade, sendo justificados pelas exigências que este cenário (rua) instiga, sob pena da pessoa se considerar em risco de não subsistir. Incluem-se neles, entre muitos outros, o uso da violência física para defesa das suas posições, seja esta para com bens (*e.g.*, dar murros na secretários de técnicos/as) ou pessoas (*e.g.*, para garantir um “lugar de arrumação de carros”, para assegurar que o primeiro saco de comida que as equipas de rua entregam é para si), o recurso à agressão verbal (*e.g.*, ameaçar os/as profissionais quando estes/as lhe dizem que os subsídios serão cessados), a simulação de perturbação psiquiátrica (*e.g.*, conversar com caixotes do lixo para simular um surto psicótico), ou simular deficiência física (*e.g.*, mancar de uma perna).

¹⁷⁴ É particularmente evidente, neste período, a não consideração de eventuais consequências futuras na tomada de decisão [*e.g.*, perante a possibilidade de obtenção de uma determinada substância (i)lícita através do seu furto a outra pessoa sem-abrigo, mesmo quando consciente de que a médio prazo isso resultará em muito provável agressão física, recorre a ele; mente a profissionais para obter mais bens alimentares e/ou roupa (*e.g.*, verbaliza que necessita de determinados alimentos para a filha, quando nunca teve filhos), mesmo sabendo que a curto prazo estes serão informados dessa inverdade e sofrerá punição (*e.g.*, expulsão do programa de ajuda alimentar)].

“Eu vou para ali pedir, desde manhã. Arranji uma bengala e tudo e treinei... Não é fácil, que ao fim do dia estou cheio de dores no braço e numa perna, mas assim dão-me mais dinheiro. Se fores normal ninguém quer saber de ti” [Memorando de Giro de Rua, 2009].

“Essa técnica... eu bem sei o que merecia... é uma mulher jovem, ainda, pode ter universidade, ter isto e ter aquilo... Mas não tem mais vida do que uma pessoa já passou. Um dia destes... Nem sei” [E₁₆, S₁].

Não é, apenas, na rua em que vivem (não, necessariamente, onde pernoitam), mas *é, também, a rua que os habita*, nesta fase, dadas as múltiplas e pervasivas sequelas que esta impõe àqueles que perfilham os seus valores e corporizam as suas dinâmicas próprias. O *espaço de conforto* vai sofrendo diminuição da expansibilidade e de flexibilidade, restringindo-se aos territórios que a pessoa sente que domina. Por sua vez, encarquilham até se encontrarem circunscritos aos *espaços de rua* e aos contextos que, de alguma forma, possibilitam a sustentação da sua existência (*e.g.*, café da zona, onde lhe permitem consumo a pagar de forma irregular; a pensão onde, quando tem algum dinheiro, paga algumas noites; o espaço onde espera pelas equipas de rua; o Centro de Acolhimento, que já frequenta *on e off* há vários anos; a instituição em que almoça e janta). Espaços familiares à maior parte dos/as cidadãos/as [nomeadamente nos domínios da saúde (*e.g.*, Centro de Saúde, Hospital), trabalho (*e.g.*, Instituição bancária, Instituto de Emprego e Formação profissional, Segurança Social), aquisição de bens [*e.g.*, alimentares (mercado, hipermercado, mercearia), para a habitação (*e.g.*, lojas de decoração, lojas de material elétrico), para si (*e.g.*, lojas de roupa, drogarias) ou lazer (*e.g.*, restaurantes, cafés, museus, cinemas)], entre outros, adquirem valor e funções distintas para este grupo de pessoas. Por exemplo, os multibancos fechados perdem o seu papel, enquanto contextos onde se realizam operações bancárias (*e.g.*, consulta de saldo, levantamento de dinheiro, depósito), para adquirir a função de local de pernoita seguro; sucedendo transformação análoga aos *shoppings* e outras zonas comerciais, que passam a servir de teto provisório (*e.g.*, para dormir durante a tarde, para fazer a higienização) e, para um grupo mais restrito, de espaço para obtenção de comida (*e.g.*, recurso aos tabuleiros que ficam nas mesas com parte de refeições) e de realização de pequenos furtos. Os parques passam, também, a ser zonas privilegiadas para pernoita, assim como para a realização de algumas tarefas de angariação de verba e/ou bens [*e.g.*, pedir, “arrumar carros”, aquisição de substâncias (i)lícitas].

Pela discriminação de que se sente alvo (*e.g.*, é vítima de comentários depreciativos sobre a sua pessoa, sente que é olhado de forma reprovadora), pelo aumento das medidas de monitorização da sua presença (*e.g.*, maior número de seguranças, com instrução para encaminhar pessoas sem-abrigo para a saída), assim como pelo risco de se encontrar com outras pessoas com quem tem “assuntos pendentes” [*e.g.*, a quem deve dinheiro, a quem já agrediu, profissionais a quem indicou que já não realiza determinada ação (*e.g.*, já não pede à entrada do *shopping*)] muitos dos espaços de utilização não restrita passam a ser vistos como espaços a evitar, nos quais a pessoa não se sente “bem-vinda”¹⁷⁵.

Dirá, por ventura, o/a leitor/a, que esta apreciação é sempre subjetiva, pois não existe forma inequívoca de avaliação da circunstância face à habitação de uma pessoa ou agregado. E, efetivamente, assim é. Contudo, pela sua manutenção no tempo, pelo histórico de utilizações de serviços e zonas, pelo agravamento da sua saúde física e psicológica, e pela rápida sinalização de situações de sem-teto, habitação inadequada e sem-casa por parte de muitos/as membros da comunidade, o anonimato é uma benesse que, para muitos/as, já na fase anterior se havia perdido. Por isso, e também porque nesta etapa o mundo é lido com muitos enviesamentos e particularidades (*e.g.*, acredita que determinado/a profissional foi responsável pela disseminação da sua história a várias entidades), o leque de espaços e de organismos que frequenta, com alguma regularidade, tende a diminuir [assumindo, no extremo, a rejeição generalizada (*cf.*, Subfase 2.1a)].

Não obstante, para a maioria das pessoas que se encontram nesta fase, com intensidade superior sobretudo nas que apresentam maior vulnerabilidade (*e.g.*, adultos/as com deficiência sensorial ou física, mulheres idosas), a sobrevivência pressupõe contacto com profissionais e organismos diversos (*e.g.*, centro de saúde, hospital, Segurança Social, IEFP), mesmo quando estes encontros são antecipados como momentos de elevada ansiedade e, até, de perigo (*e.g.*, risco de perda do apoio para alojamento). Cria-se, assim, uma dualidade de sentimentos, discursos e ações, nem

¹⁷⁵ Note-se, a este respeito, que em algumas instituições a instrução é a de expulsão da sua presença, tornando-se, por isso, contextos interditos à utilização nas condições que os/as seus/as congéneres domiciliados/as fazem (*e.g.*, WC de *shoppings*, bares).

sempre compreensível aos/às técnicos/as que trabalham em instituições vocacionadas para a intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo.

Consciente de que necessita de ajuda, o indivíduo sente-se, todavia, refém de uma conjuntura negativa de vivência obrigatória para que a sua obtenção se viabilize. Não esqueçamos que, depois de ultrapassados receios, juízos de valor, e desvalorização da sua autoestima, a pessoa se confronta, bastantes vezes, com o não atendimento do seu pedido, seja via rejeição liminar ou protelamentos sucessivos (*e.g.*, é-lhe dito que tem de entregar documentação adicional, em resultado do preenchimento errado de um documento, porque o/a técnico/a de referência não se encontra nas instalações nesse dia, porque mudou a legislação e agora o procedimento é outro). Pelo exposto, não é de estranhar, que a relação com pessoas, serviços e organismos seja, em regra, difícil, pautada por mal entendidos e incompreensões, a que acrescem hesitações relativamente à (não) aceitação da(s) intervenção(ões) e à sua manutenção no tempo¹⁷⁶. Em consequência, o relacionamento com profissionais e serviços assume uma dinâmica pouco favorável ao estabelecimento de confiança e à partilha das dificuldades e problemas que vivencia(ou), sendo pautado por oscilações profundas ao longo do tempo (*e.g.*, a avaliação positiva, quase endeusada, por vezes, do/a profissional que conseguiu alojamento com rapidez pode passar, muito rapidamente, a juízos depreciativos sobre a sua competência e ética, quando este retira apoios ou partilha informações com outras entidades)¹⁷⁷.

“Pronto... porque não dizem: Olhe, isto vai ser tratado daqui a uma semana. Adiam, adiam, adiam... As pessoas começam a desanimar até não ter vontade e... perdem, muitas das vezes, a motivação. Estão motivados e depois a motivação vai-se perdendo e, por vezes, até desistem” [E₂₂, S₁].

“Sei lá... sei lá... Acha que faz sentido alguma coisa disto?? Em parte culpo a sociedade. Sei lá, não sei... O sistema. Não há os apoios

¹⁷⁶ Esta regularidade não abrange, porém, um grupo pequeno de pessoas, cuja adaptação aos imperativos da vida na rua ocorre através da alienação de si próprio e da sociedade. Para este, o equilíbrio não pressupõe grande interação com profissionais e organismos, sendo mantido um padrão comportamental de afastamento do outro, a que se associa a subsistência em condições de precarização extrema e a negligência da promoção e manutenção da sua saúde (*cf.*, Subfase 2.1a *alienando-se de si próprio e da sociedade*).

¹⁷⁷ Estas descobertas vão ao encontro de um vasto conjunto de trabalhos científicos, em que surgem descritas avaliações pouco favoráveis sobre os serviços que as pessoas em situação de sem-abrigo frequentam (Hopper, *et al.*, 1997; Herman, *et al.*, 1998; Bento, 2004; Johnsen, Cloke, & May, 2005; Shaheen & Rio, 2007; Gal & Ajzenstadt, 2013), e que foram abordados nos capítulos 1 e 2.

suficientes que devia haver. Acho que devia haver ajuda mais alargada porque cada caso é um caso... Tentar aprofundar a situação de cada um e ser encaminhado para ajuda em condições” [E₇, S₁].

“A mim disseram-me que me iam inscrever num curso e que me pagavam 403€ por mês. Depois vieram com outra conversa... que era menos que 403€. Porque eu sei que tinham que contar o subsídio de alimentação e de transportes e não estavam nada incluídos. Elas [Assistentes Sociais da IPSS onde se encontrava integrado] inventam tudo! [E₁₆, S₁].

“Os horários lá são uma estupidez... Obrigam-nos a sair ainda de manhazinha... E disseram-me que faziam isso porque saiu uma lei... que está no decreto-lei que é assim. E eu pedi para ver esse decreto-lei. Eu queria ver qual era essa lei. Isso eu queria ver. Porque... porque eu sei que quem inventa essas leis é a Dr XX [nome da profissional] e a XX [nome da profissional], não há decreto-lei nenhum! [E₁₄, S₁].

A pessoa vê-se, assim, perante uma complexa malha de solicitações, perante as quais tem de decidir se expõe, ou não, as suas dificuldades e necessidades. Se em alguns momentos interessa, para efeitos de subsistência, evidenciar limitações muito severas (*e.g.*, aquando do pedido de mais um saco de comida às equipas de rua, no contexto de mendicidade), essas mesmas restrições não podem ser tão acentuadas que coloquem o/a próprio/a em risco de vir a experienciar violência por parte dos seus pares. A fragilidade, na rua, é um *chamariz* para a vitimização, e as pessoas que se encontram nesta fase já sabem isso muito bem. São os mais fracos, física, psicológica ou socialmente que sofrem, com recorrência superior, as mais violentas agressões por parte dos seus pares e, até, de cidadãos/as domiciliados/as (*e.g.*, são, mais frequentemente, escolhidos para atos de violência gratuita). O dilema é, assim, o de conseguir obter o máximo de bens e recursos, utilizando as estratégias ao seu dispor para esse propósito, garantindo que, aos olhos dos/as restantes habitantes daquele território, são pessoas *fortes*, autónomas e, quando considerado uma mais-valia, até perigosas¹⁷⁸.

¹⁷⁸ Esta preocupação produz, por vezes, efeitos não desejados junto de profissionais e voluntários/as, dado que, numa leitura simplista de discursos e comportamentos, confundem esta necessidade de parecer “no domínio” com uma real ausência de limitações na gestão do quotidiano. Em resultado, tomam decisões sobre a (não) entrega de bens que não se adequam às dificuldades prioritárias/severas de pessoas e agregados. Constitui um exemplo desta confusão a não entrega, em contexto de Giro de rua, de saco cama a um adulto que havia verbalizado, momentos antes, não precisar da “ajuda de ninguém” porque tinha muitos amigos, na comunidade, que lhe disponibilizavam comida e cobertores.

Conformam, ainda, este dinamismo, as muitas iniciativas em que se envolvem no dia-a-dia, com o objetivo de gerir as suas circunstâncias e, se possível, melhorá-las, e das quais evitam dar conhecimento a outrem. Se bem que possa parecer ao cidadão/a comum que são pouco proativos (*e.g.*, permanecem por longos períodos de tempo sentados/as no banco ou no chão de um jardim ou de uma entrada de prédio), esta inatividade é irreal, sendo precisamente o contrário que ocorre para a maioria das pessoas nesta fase. Num mesmo dia, pode realizar deslocações várias entre zonas diferentes da cidade¹⁷⁹, que incluem os trajetos desde o espaço de pernoita ou o formato de Alojamento apoiado em que se encontram (*e.g.*, Centro de Acolhimento, Apartamento Apoiado, casa de familiares e/ou amigos/as), as entidades a que solicita auxílio (*e.g.*, financeiro, alimentar, de saúde), os espaços em que realiza tarefas para obtenção de dinheiro (*e.g.*, “arrumação de carros”, prostituição, ajuda à limpeza de lojas e escritórios, limpeza de jardins), e os locais em que as equipas de rua passam durante o giro (*e.g.*, para obter o saco de comida e, eventualmente, apoio de cobertores, ou para despiste de saúde por parte do/a médico/a ou enfermeiro/a), e os sítios em que adquirem as substâncias de consumo (para aqueles que apresentam dependência). Para um grupo mais restrito, faz parte importante do dia-a-dia a frequência de cafés, da Casa da Cultura ou de outros contextos em que pode, em segurança, informar-se sobre a atualidade (*e.g.*, ler o jornal, ver TV), atualizar conhecimentos [*e.g.*, ler literatura técnica, na área em que trabalha(ou) ou realizar atividades de lazer (*e.g.*, ver filmes, ouvir música)].

Neste momento, não será surpresa a constatação de que, ao longo da subfase 2.1, uma mesma pessoa possa habitar espaços/alojamentos com características muito diferentes entre si, que oscilam entre, num extremo, a ausência de teto (*e.g.*, pernoita na entrada de uma loja) e, no outro, a pernoita, por favor, em casa de amigos/familiares. No seu conjunto, incluem-se modalidades tão diversas como casas ou fábricas abandonadas, carros, no interior de pilares de pontes, garagens, estábulos, multibancos, no interior de camionetes ou carruagens de comboios, em edifícios em

Todavia, e como se verificou em giros subsequentes, este adulto pernoitava, à data, por trás de um arbusto num matagal perto da Universidade, sem quaisquer mantas (Memorando de Giro de Rua, 2011).

¹⁷⁹ Parte destas deslocações ocorrem a pé ou com recurso a boleias e em transportes públicos (que utilizam, muitas vezes, sem pagar o bilhete), embora também seja referido, em número muito inferior, o uso de transporte próprio (*e.g.*, bicicleta).

construção, atrás de arbustos em jardins, no canto de um beco, na entrada de parques de estacionamento, etc..

“Há alguns anos atrás já lá tinha dormido, já lá tinha vivido. Quem diz a XX [designação da fábrica abandonada], diz outras casas velhas. Esta noite dormi lá por acaso... Ou é a XX [designação da fábrica abandonada] ou é... Sempre é preferível do que dormir num beco ou num multibanco ou qualquer coisa do género. Mas ainda ando a dormir nesses sítios” [E₉, S₁].

“Durmo... normalmente procuro sítios que estejam ligados a mim [à rotina que implementa]... Fujo um bocado ao... Ehh... à visualização de, de, de todos... principalmente, com facilidade. Ehh... E em vários sítios... às vezes em hotéis e hospedarias, enquanto me deixam ficar sem pagar, outras vezes em casas abandonadas... ou até multibancos... Depende...” [E₁₀, S₁].

Para esta mudança jogam diversos fatores, parte destes comuns às subfases 2.1a, 2.1b e 2.1c [*e.g.*, capacidade de obter alojamento por si próprio/a, existência de vaga num Centro de Acolhimento, cumprimento das normas do Alojamento em que se encontra, quantidade e qualidade dos recursos informais], existem, contudo, elementos típicos de cada uma delas. Por exemplo, os indivíduos que *tiram partido nas ruas* [subfase 2.1c] conferem prioridade elevada à localização do local de pernoita (*e.g.*, consumidores/as optam pela pernoita em espaço público, se o Centro de Acolhimento for demasiado longe, a seu ver, para garantir a chegada à zona de consumo antes dos sinais de ressaca serem demasiado intensos; “arrumadores/as” preferem locais de pernoita próximos do parque em que trabalham durante a manhã para assegurar que esse horário permaneça seu), que intervalam com temporadas em alojamento apoiado; porém aqueles/as que se alienam de si próprios/as e da sociedade não manifestam predileção por áreas específicas da localidade, rejeitando integração em estruturas de apoio ao alojamento.

Pelo enredamento de todas estas dimensões e elementos, que configuram sofisticadas malhas de fatores agravadores das circunstâncias de vida, e embora a pessoa possa permanecer, por longos períodos, em cada uma das configurações da subfase 2.1, existe forte tendência de evolução deste periclitante estado para uma etapa de desequilíbrio *major*. Perante uma gradativa incapacidade de preservar a *ordem* definida, devido à exacerbação e acumulação de efeitos e sequelas da situação de semi-abrigo [*e.g.*, deterioração das condições em que vive; fragilização do vínculo com pessoas, organismos e comunidades; diminuição, no limite ausência, de apoios informais

regulares, incremento das situações de violência em que se envolve(u); diminuição da possibilidade de usufruto de modalidades e programas de intervenção (*e.g.*, por não cumprimento das normas, por término do tempo previsto para a ajuda, pelo não ajuste do seu perfil atual ao grupo alvo previsto pela iniciativa] e da deterioração da sua saúde física e psicológica, a pessoa transita para a subfase mais conturbada desta *GT*, a *experienciação dos limites da sobrevivência* [subfase 2.2].

Esta etapa distancia-se das anteriores porque se estrutura a partir de uma sensação generalizada de *ausência de sentido para a vida*. Neste momento, ocorre perda *progressiva de controlo sobre o quotidiano*, materializada, de entre um leque muito diverso, nas seguintes evidências de incremento da precarização das condições de subsistência: (i) desleixo do cumprimento das exigências necessárias à manutenção do local de pernoita (*e.g.*, urina e defeca ao lado da esteira em que dorme, deixa comida em deterioração no espaço de pernoita); (ii) permissão do uso do local por outras pessoas, mesmo quando estas o degradam ou o/a impedem de nele pernoitar; (iii) desatenção da higiene (*e.g.*, não troca de roupa interior por períodos que ascendem a várias semanas, não lava a roupa, não toma banho com regularidade); (iv) maior irregularidade da supressão de necessidades alimentares (*e.g.*, deixa de realizar parte importante das refeições). *Depara-se, ainda, com graves dificuldades em gerir o dia-a-dia*, seja porque abandona hábitos anteriores (*e.g.*, desiste de planificar ações; realiza atividades por impulso, não terminando boa parte delas; perde lembretes que tem em sua posse; desleixa horários; não procura assegurar a subsistência diária), ou porque perde o controlo sobre a gestão de bens e recursos [*e.g.*, desperdiça oportunidades de angariação e obtenção de alimentos (não se desloca, a tempo, ao local em que antes aguardava equipas de rua), permite o roubo de objetos que tinha consigo, cessa eventuais tarefas regulares de obtenção de dinheiro], ou pela utilização desregrada dos recursos (*e.g.*, fuma 2 maços de cigarros num dia, consome 11 litros de cerveja porque nesse dia acede a dinheiro, dá todos os seus alimentos a outras pessoas sem-abrigo ficando sem reservas para o dia seguinte).

“Negativo é tudo... A situação em que me encontro. É assim um bocadinho... acho que é desumano. A forma de viver não é assim muito... Muitas vezes a pessoa sente-se derrotada, desanimada e sem objetivos... Sei já... Parece-lhe que há alguma coisa na minha vida que faça algum sentido?” [E₂₂, S₁].

É frequente, neste período, o descomedimento perante ocorrências não desejadas (*e.g.*, demonstra grande instabilidade no comportamento, evidencia grande dificuldade em gerir a frustração (*e.g.*, insulta profissionais quando contrariado/a), a que se associam verbalizações de cansaço crónico e desgaste (*e.g.*, diz não aguentar mais, julga-se impotente perante a influência de fatores externos ao seu controlo, exaspera-se e indigna-se perante comentários a que anteriormente conferia pouco relevo, insurge-se contra a desadequação da intervenção desenvolvida com pessoas sem-abrigo).

O *agravamento e acumulação de ameaças à zona de conforto* (ou *bolha de conforto*, no caso da subfase 2.1a) é de tal forma intenso que provoca a cristalização da sensação de permanente não rumo (*e.g.*, verbaliza não saber o que pretende da sua vida, reporta incapacidade de delinear projetos, rigidifica procedimentos), e, em estreita interdependência, a crescente da incapacidade de controlar o contínuo agravamento da constrição do universo de possíveis (*e.g.*, refere que se sente paralisado/a, sem alternativas, que desaprendeu muito desde que se encontra nestas circunstâncias). Tipicamente, desiste por completo da perspetiva de alteração do seu quotidiano (*e.g.*, resigna-se ao que lhe acontece no dia-a-dia, inviabiliza sugestões de alternativas).

“Já não tenho sonhos, os meus sonhos foram todos destruídos. Vou-lhe dizer uma coisa... Eu às vezes sinto-me mal, sinto-me a morrer, então aqui principalmente [aponta para o local de pernoita]... (...) Como muitos já desapareceram, desaparecia eu também” [E₇, S₁].

“O que eu queria era uma família. Já a tinha mas agora tiraram-me esse sonho e já não quero nada” [E₁₄, S₁].

A sua capacidade de adaptação dos comportamentos às exigências dos grupos e contextos em que se move diminui drasticamente, não apenas no que concerne a sua relação com profissionais, como, também, com membros e organismos da comunidade [*e.g.*, não cumpre normas mínimas de sociabilidade (*e.g.*, consome na presença de outras pessoas, põe a autoridade de técnicos/as em causa, verbaliza inverdades e impropérios), com consequências que podem culminar em prisão (*e.g.*, não respeita instruções de polícias, agride os técnicos/as da Segurança Social, ameaça profissionais de agressão física). Idêntico fenómeno sucede ao nível do ajuste às dinâmicas e exigências da vida na rua [*e.g.*, perde, com mais frequência, os espaços de pernoita e de obtenção de bens; contrai dívidas, devido ao aumento de consumos, que não paga; não

gere de forma eficiente a partilha de informação, sendo vítima de agressão por ter disponibilizado dados que não devia (quebra do código de silêncio)].

A *descompensação*, provocada pela *contínua corrosão das fronteiras do equilíbrio anterior estabelecido*¹⁸⁰, manifesta-se, em paralelo, através de elevado descontrolo e labilidade emocional (*e.g.*, chora na presença de profissionais e outros/as pessoas em situação de sem-abrigo; verbaliza, de forma recorrente, o quanto teme a sua condição; grita com profissionais, ameaça-os/as e/ou insulta-os/as) e de uma permanente sensação de fragilidade e insegurança (*e.g.*, teme potenciais agressões graves, verbaliza episódios de violência de que foi alvo). Sofre, portanto, agravamento do seu estado mental [*e.g.*, suporta evolução dos transtornos mentais existentes, em parte devido ao abandono de acompanhamento médico; perde, progressivamente, a capacidade de ajuizar sobre o seu estado (*e.g.*, não reconhece o carácter bizarro de alguns dos seus comportamentos, evidencia desorganização psíquica), atravessa longos períodos de apatia e outros de desespero e ansiedade extremos (*e.g.*, sofre perdas de memória, isola-se)].

A deterioração do seu estado de saúde físico é, também, visível a olho nu, sendo frequentes as suas queixas a este nível [*e.g.*, sente mais vezes dores agudas, abandona medicação regular, envolve-se num maior número de comportamentos de risco (*e.g.*,

¹⁸⁰ Deve ter-se em conta, a este respeito, que o processo de corrosão das fronteiras, que ocorre de forma mais acentuada (em gravidade e rapidez), respeita à subfase 2.1.b *circunscrevendo-se às condicionantes da vida na rua*. O equilíbrio precário que a caracteriza inclui instabilidades várias, com que a pessoa se confronta com regularidade e que, fruto da sua acumulação e diversificação no decurso da subfase, causam desgaste e instabilidade crescente. O agravamento da destabilização, em grande medida fruto das ameaças contínuas às fronteiras da *zona de conforto*, concorre para maior e mais rápida corrosão das suas fronteiras. Este processo operacionaliza-se, de forma distinta, para a subfase 2.1.a *alienando-se de si próprio e da sociedade*, uma vez que, devido a um efeito de constrição da *zona de conforto*, a pessoa havia cristalizado uma *bolha de conforto*, dentro da qual se sente segura, mas que limita severamente a sua interação com o mundo exterior e o seu desenvolvimento pessoal e social. Em consequência, embora sofra múltiplas ameaças a este equilíbrio, não se apercebe delas, até que as fronteiras da *bolha de conforto* já estão muito afetadas. Por fim, no que concerne à subfase 2.1.c *Tirando proveito da rua*, o equilíbrio estabelecido está associado à edificação de território(s) e poder(es) na rua e à obtenção de ganhos a partir da situação de sem-abrigo. Embora as ameaças a este equilíbrio também ocorram durante toda a subfase (*e.g.*, sofre ameaças físicas e/ou verbais com grande frequência, parte das quais são concretizadas; instrumentaliza grande parte dos seus relacionamentos em que se envolve) a obtenção de ganhos, que são percecionados como vitais para a sobrevivência [*e.g.*, maior reputação nas ruas, controlo de território(s) e de outros indivíduos em *situação de sem-abrigo*; acesso rápido a dinheiro (*e.g.*, através da prostituição, com recurso a roubos)], ofuscam a sua perceção sobre a acumulação de sequelas das ameaças sofridas. Em consequência, o indivíduo só se apercebe da corrosão do padrão de equilíbrio estabelecido, em etapas muito avançadas deste processo de desgaste (por vezes, só se apercebe do que lhe sucedeu após integrar a subfase seguinte, isto é, quando *experimenta os limites da sobrevivência*).

partilha de instrumentos de consumo, uso de objetos cortantes em lutas), descuida a higienização (*e.g.*, perde dentes, exhibe gengivites crônicas), sofre de um maior número de doenças e malformações (*e.g.*, micoses superficiais da pele, onicocriptose, joanetes, hérnias, úlceras gástricas, bronquite, tosse)].

“Com os sintomas que eu tenho, vou-lhe ser sincero... não me agradam minimamente. Agora é que eu estou a ter noção do que esta gaita é. (...) A médica disse: ‘vamos ver com quanto vai ficar, não vai ficar a 100%. Há mazelas que vai ficar com elas, não vai ser a mesma coisa.’ Não vou ficar como era, como é evidente” [E₂₃, S₁].

“As ressacas não é possível de explicar, não é possível... ficas naquele estado que só consumes para tirar as dores. Deixas de te sentir completamente... completamente... andamos sempre à procura de qualquer coisa que seja boa... mas deixas de sentir seja o que for a não ser dores...” [E₉, S₁].

Definha, devido ao incremento das restrições no cumprimento dos seus direitos e deveres fundamentais, ressentindo-se de não os poder assegurar, seja porque não obtém, na sua perspetiva, os esclarecimentos de que necessita (*e.g.*, considera que técnicos e instituições lhe negam informação valiosa, prejudicando-o/a), pela desadequação das indicações que lhe são fornecidas (*e.g.*, desvaloriza comentários e sugestões pontuais, provenientes de pessoas em circunstâncias similares), seja porque se demite das suas responsabilidades (*e.g.*, perde, de forma recorrente, a documentação; ignora assuntos administrativos ou fiscais que tenha pendentes), ou porque se sente limitado/a na possibilidade de expor a sua situação (*e.g.*, descreve estratégias utilizadas por técnicos/as com o intuito de protelar a ajuda), ou porque diz temer consequências negativas das intervenções (*e.g.*, receia ser vítima de discriminação, receia ser ridicularizado/a ou agredido verbalmente). Perceciona-se como *incompetente para fazer face às inadequações e desigualdades no acesso e usufruto de serviços*, sentindo-se invisível perante pessoas e organismos, melindrando-se com a falta de poder de decisão nas iniciativas que lhe dizem respeito, revoltando-se contra quebras no sigilo profissional, e indignando-se pelas violações, de que se sente alvo, no direito ao trabalho e ao rendimento (*e.g.*, reporta ausência de condições mínimas de trabalho, refere ter sido vítima de enganos por parte de entidades empregadoras).

“O dia-a-dia é complicado. Uma pessoa não tem independência... Tem que estar limitada a tudo, a comunidades, a instituições... É complicado... Faz esquecer o futuro, uma pessoa perde o objetivo, perde um pouco de tudo. Não está com a cabeça para nada... É complicado...” [E₂₂, S₁].

Mirra, em suma, *perante a ausência de propósito(s) e significado(s) na sua vida, naufragando entre um passado de grande sofrimento e a eminência de um futuro inexistente*. Submerge nas memórias sofridas da sua trajetória, recordando, por vezes em círculo, momentos dolorosos do passado (*e.g.*, recorda episódios da sua vida familiar, reativa memórias de lutos) e reconstruindo, através da hipervalorização destes episódios, a sua vida anterior (*e.g.*, combinando episódios vários numa única história de sofrimento, desvalorizando experiências positivas). Neste momento, crê que não será capaz de ultrapassar as experiências por que passou. Sucumbe, portanto, à crescente fragmentação do presente, desistindo de lutar pelo controlo do seu dia-a-dia e resignando-se ao *caos* (à não rotina, ao medo, ao impulso, ao desespero), sem qualquer evidência de aspiração de um futuro diferente [*e.g.*, indica não ter qualquer projeto a médio/longo prazo, refere mentir quando apresenta iniciativas em que pretende envolver-se, fazendo-o só para obtenção de ganhos imediatos por parte das entidades (*e.g.*, pernoita, alimentação, roupa), em momentos de desespero agravado].

“Dificuldades que eu já passei... oh.... Já passei medo, já passei terror, já passei tantas dificuldades... Agora já nem sinto nada...” [E₇, S₁].

“E depois instala-se a solidão... Eu quando trabalhava tinha sempre um telefonema, havia sempre gente a falar comigo. Agora... Há semanas que ninguém me liga” [E₁₄, S₁].

Agrilha-se, em consequência, à crença da irremediabilidade da situação de sem-abrigo, procurando na sua história elementos que suportam a inevitabilidade do seu percurso e convencendo-se da impossibilidade de alterar as circunstâncias atuais. A identidade sofre nova fragmentação, agora muito devida às graves sequelas sofridas e ao desgaste que estas foram causando no *eu*. Sedimentam-se crenças de reduzido valor enquanto ser humano (*e.g.*, sente-se inferior, manifesta muita dificuldade em compreender-se e aceitar-se), experimenta profundas e múltiplas perdas na identidade social, e cede a um estado de negatividade quase contínua (*e.g.*, humilhação, desespero).

Para alguns dos/as adultos/as que experienciam esta subfase o seu término ocorre com a morte, nomeadamente em resultado das repercussões adversas no bem-estar físico e mental, e do não tratamento, até uma fase avançada, de doenças (*e.g.*, por rejeição de apoio médico, pela não realização de procedimentos de saúde essenciais à remoção da doença, pela não aquisição e/ou toma de medicação, pela inexistência de

espaços adequados para convalescença). Para um grupo minoritário, ela ocorre através do suicídio¹⁸¹, segundo os/as entrevistados/as raramente à primeira tentativa.

“Já me tentei matar mas não consigo. Deus não quer que eu ainda vá para debaixo dos torrões. Já... agora há pouco tempo... a semana passada... não sei quantos comprimidos é que eu tomei... Tenho lá a carteira... mas sei que tomei uma carteira de comprimidos para dormir” [E₅, S₁].

“Tentei suicídio muitas vezes, mandar-me por um vão de escadas, para aí uns 30 degraus. Espetava facas, garfos, tudo o que apanhava e que cortasse... nas pernas, para tentar. Tentei uma vez com um filamento... de uma janela. Era uma corda da roupa. Mas eu não passava da cintura para cima, a cintura bateu na cómoda e trancou, empanou. Eu não tinha forças para puxar, tinha a corda ao pescoço para me mandar janela abaixo. De tanta força fazer, de tanta força fazer para conseguir subir... das pernas não reagirem... da pressão... Aquilo tudo... Acabei por desmaiar. (...) A última foi na ponte de S.^{ia} Clara, com uma grande bebedeira e todo drunfado. Eram cinco da manhã, para me mandar cá para baixo. Era o polícia do Banco de Portugal e um moço a tirarem-me e a chamar o INEM e eu nada. Há uns 4 meses atrás. É assim...” [E₃₇, S₁].

Debaixo dos olhares do escrutínio público, sob a monitorização de autoridades policiais, judiciais e outras, alvo da intervenção, em contexto de Equipa de rua e de gabinete, e embora denotando um severo mal-estar, estas pessoas *fogem* a todos estes radares e, num registo de elevado medo, desespero e ansiedade, procuram terminar com o seu sofrimento. Algumas, efetivamente, conseguem; outras permanecem vivas com as sequelas destas tentativas (*e.g.*, amputamento de membros superiores após tentativa de suicídio por atropelamento de comboio, dano irremediável na coluna, com limitações no membro inferior, por salto de 3º andar; traumatismo craniano com perda de líquido cefalorraquidiano, com consequente limitação cognitiva e motora).

Para outros/as, contudo, a transição é substancialmente distinta. No cerne deste período *negro*, pautado por dificuldades e obstáculos, dá-se o *trigger* que sustenta a descoberta de sentido para a sua existência. Teremos oportunidade de conhecer estes despoletadores de transições no âmbito da apresentação das dimensões de profundidade, todavia, deixamos aqui o apontamento sobre os mais frequentes. Formam

¹⁸¹ Estes resultados vão ao encontro dos trabalhos de Prigerson e colaboradores (2003), Burrows e colaboradores (2013), Nilsson e colaboradores (2013) e Binswanger e colaboradores (2013), em que se aponta para taxas superiores de tentativa de suicídio e de suicídio consumado na população em situação de sem-abrigo. Para uma análise mais profunda da relação entre perda do sentido da vida e desistência de viver sugere-se a leitura da publicação da autoria de Scaffo (2006).

elementos causais de mudança substantiva, nesta fase, os seguintes: (i) agravamento muito severo de doença (pondo em causa a sobrevivência), overdose ou tentativa de suicídio seguidos de internamento de média/longa duração; (ii) estabelecimento de relação de confiança com um membro da comunidade e/ou profissional, a quem *permitem* a disponibilização de ajuda efetiva e em continuidade, e, num número mais restrito, (iii) envolvimento em relação amorosa, com evolução para relacionamento estável/seguro, com membro da comunidade (sendo mais frequente que este/a nunca tenha estado em situação de sem-abrigo). Perante eventos em que as suas convicções e receios mais profundos são postos em causa, um conjunto de pessoas, nesta subfase, encontra um fio condutor, numa trajetória que se havia fragmentado. Este será o motivador estruturante das transformações operadas na fase seguinte, ainda que, como ilustraremos no trecho seguinte, esta não se circunscreva, em absoluto, a este elemento.

5.1.3 (RE)CONFIGURANDO UMA TRAJETÓRIA DE VIDA [FASE 3]

A journey is a person in itself; no two are alike. And all plans, safeguards, policing, and coercion are fruitless. We find that after years of struggle that we do not take a trip; a trip takes us. Tour masters, schedules, reservations, brass-bound and inevitable, dash themselves to wreck-age on the personality of the trip. Only when this is recognized can the blown-in-the-glass bum relax and go along with it. Only then do the frustrations fall away.

John Steinbeck, *Travels with Charley in Search of America*¹⁸², 2012, pp. 3-4

Few tragedies can be more extensive than the stunting of life, few injustices deeper than the denial of an opportunity to strive or even to hope, by a limit imposed from without, but falsely identified as lying within.

Gould, 1984, pp. 28-29

A terceira, e última fase, emerge da *descoberta de coragem para desejar (e) fazer escolhas*. Enquanto etapa de transição entre um período de dificuldades em muitas esferas, se não todas, da sua vida, e a reconfiguração de uma trajetória que o/a próprio/a valoriza e na qual se sente feliz e seguro/a, caracteriza-se pelo incremento de narrativas, em que se apontam para a mudança de rotinas e de preocupações, para a esperança de um futuro mais prazeroso, e para a transformação na forma de ser e de estar no mundo¹⁸³.

“Mais positivo, agora? É não perder a esperança. Ter sempre a esperança que as coisas vão continuar a melhorar e que eu vou ser capaz de dar completamente a volta à situação” [E₈₅, S₃].

“Em que acredito? Acredito que há possibilidades das pessoas mudarem se quiserem porque ninguém nasceu assim. Acho que há possibilidades. Acredito que as pessoas só não mudam por vezes porque não querem.... Ou não abrem as palas porque não querem. Acredito que há possibilidades das pessoas mudarem...” [E₂₂, S₁].

¹⁸² Publicação de comemoração do quinquagésimo aniversário, pela editora Penguin Group.

¹⁸³ Estas descobertas vão ao encontro dos resultados, apresentados por Biswas-Diener e Diener (2006), que destacam o aumento da qualidade de vida e bem-estar das pessoas em situação de sem-abrigo já nas fases de transição para a autonomia e, depois, na saída sucedida. Mais recentemente, em compilações sobre esta matéria, são descritas, entre outras, dimensões relacionadas com a consideração do futuro (a curto e longo prazo), no âmbito da realização de iniciativas, maior investimento na esfera do trabalho e do cumprimento de obrigações de cidadania, o incremento de preocupações relacionadas com a espiritualidade, e da diversificação da rede de relacionamentos (Runquist & Reed, 2007; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hurlbut, Robbins, & Hoke, 2011; Daly, 2013).

Note-se, contudo, que esta positividade nem sempre se traduz, de imediato, na modificação das circunstâncias, no sentido da autonomia desejada. Por exemplo, a sua emergência pressupõe, de facto, o abandono da situação de sem-teto e habitação inadequada, para circunstâncias menos severas quanto ao alojamento (*e.g.*, situação de sem-casa), todavia são pouco frequentes as transições diretas para acomodação independente e segura¹⁸⁴. São, neste âmbito, comuns a integração em Centros de Acolhimento ou apartamentos com supervisão, a estadia em casa de familiares e/ou amigos/as¹⁸⁵ e o arrendamento de quartos ou outros espaços de dimensões reduzidas, em zonas menos dispendiosas da cidade (*e.g.*, periferia, quarto em apartamento antigo no centro da cidade, apartamento partilhado com outras pessoas em processo de saída da situação de sem-teto)¹⁸⁶.

“Estou num quarto desde 2005, foi a XX [profissional de Serviço Social] que me arranjou, que eu estava com o rendimento mínimo. Tem as mobílias todas novas. É uma casa boa, tem uma cozinha muito grande, uma casa de banho e um corredor grande. O wc é cá fora, tenho de passar um corredor amplo. (...) Fica aqui perto, vou a pé de casa ao trabalho, e do trabalho para casa” [E₉, S₃].

No decurso desta etapa, a pessoa consegue, ainda que num registo de alguma instabilidade, reunir os requisitos necessários para a melhoria das suas circunstâncias. Esta conquista inicia-se com o *ousar trilhar a autonomia*. Exercita, para a execução desta intenção, a reconfiguração gradual de regularidades no quotidiano [*e.g.*, prioriza o cumprimentos de tarefas urgentes, procura antecipar requisitos e/ou regulamentos dos serviços e instituições, esforça-se por tomar nota de recados e tarefas a cumprir; amplia o leque de iniciativas em que participa, esforça-se por ser assíduo/a e/ou pontual no emprego], treina o retomar da gestão de rendimentos (*e.g.*, empenha-se na angariação de pertences, gere o consumo de bens perecíveis, agencia estratégias de gestão

¹⁸⁴ Com facilidade o/a leitor/a identificará esta tendência com a implementação, em Portugal, de um modelo de intervenção na situação de sem-abrigo em escada, no qual se pressupõe a integração em estruturas de alojamento apoiado que, em simultâneo, disponibilizam modalidades de desenvolvimento de competências de prontidão para o alojamento (Culhane & Metraux, 2008; O’ Sullivan, 2008a; Frazer *et al.*, 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Padgett *et al.*, 2010).

¹⁸⁵ Este processo de reaproximação familiar nem sempre tem desfecho no sentido da (re)inserção em sociedade. Como veremos no âmbito da exploração das dimensões de profundidade desta *GT* original, a reaproximação não preparada à família, e os desajustes e conflitos dela resultantes, são um dos fatores que potenciam o retrocesso para a fase 2.2.

¹⁸⁶ Está prevista, com maior probabilidade na subfase 3.1, a possibilidade de experienciação de retrocessos pontuais, para modalidades em que a pessoa possui menor liberdade de escolha, em períodos de maior vulnerabilidade (*e.g.*, entre ocupações, enquanto aguardam pelo pagamentos do subsídio).

financeira (*e.g.*, procurando vias regulares de obtenção de verba, esforça-se por controlar a despesa, retoma o pagamento de dívidas)], e aperfeiçoa estratégias de gestão dos problemas com que se defronta (*e.g.*, solicita ajuda especializada, prioriza a resolução de situações gravosas e/ou prementes).

“Pontualidade era uma regra muito, muito importante. Se nós entramos no trabalho às 8 da manhã. Nós sabemos que temos 10 minutos para chegar de casa ao trabalho, sabemos que não devemos sair de casa às 8 menos 10. (...) A gente deve sair 7 e meia, porque meia hora de sono não é nada. As pessoas pensam... ah... estou mais meia hora na cama. Não vejo razão para isso, ensinaram-me e depois fiz a experiência e acaba por não ser nada. Porque nós num dia de folga podemos estar na cama e dormir até... o tempo que nós quisermos. Não pomos nada a despertar, dormimos... dormimos.. dormimos... e depois quando acordamos, acordamos bem. Ainda com tempo, então, para fazer tudo o que temos para fazer. Para organizar tudo o que a gente tem para organizar. Aí é que aprendi a gerir o tempo. Tendo 8 horas de trabalho mas o dia tem 24” [E₈₇, S₃].

Aprimora os cuidados básicos, zelando pela sua higiene pessoal (*e.g.*, corta as unhas e o cabelo, toma banho com regularidade), e pela manutenção da indumentária em boas condições (*e.g.*, lava a roupa, remenda roupa desgastada), e mudando de roupa com relativa regularidade (*e.g.*, recorre a donativos; adquire, pontualmente, roupa). Em aditamento, enriquece a dieta alimentar (*e.g.*, recorre a instituições que fornecem refeições gratuitas ou a baixo custo, compra fruta) e redefine os padrões de sono e de descanso (*e.g.*, regulariza os tempos de vigília e não vigília).

Neste momento, integra, já, o seu quotidiano a *luta pela melhoria de condições face ao emprego*, elemento essencial para a garantia de uma vida autonomizada (não necessariamente, independente, dado que muitas pessoas transitam para esta fase com sequelas graves, que não lhes permitem a manutenção da autonomia plena)¹⁸⁷. Procura modalidades de formação e/ou emprego (*e.g.*, desloca-se ao IEFP, seleciona ofertas no jornal, solicita ajuda, a profissionais do Serviço Social ou Psicologia com quem contacta, para envio de candidatura espontânea), ensaia, quando possível, possibilidades de

¹⁸⁷ São muito frequentes as investigações em que se aponta a dimensão emprego como elemento estruturante de inserção, para pessoas em situação de sem-abrigo (Heffron, Skipper, & Lambert, 1997; Zuvekas & Hill, 2000; Gaertz & O’Grady, 2002; Shaheen & Rio, 2007; Persaud, McIntyre, & Mileney, 2010; Shier, Jones & Graham, 2012). Para além de ser o critério estruturante para a sustentabilidade financeira, é descrito como referência de relevo no estabelecimento de redes informais e formais de suporte (Busch-Geertsema *et al.*, 2010).

ocupação [*e.g.*, realiza trabalhos *declarados* de curta duração, concretiza atividades no registo da economia paralela (*e.g.*, arrumação de garagens, montagem de feiras)].

“Eh, pá, o trabalho?! Agora? Agora dou-lhe bastante importância. Pá... porque é do trabalho que eu tenho um quarto, que eu tenho a comida feita por mim, que eu tenho um calçado, que eu tenho uma roupa... é por isso que eu procuro trabalho, que é para sair de lá de cima [Centro de Acolhimento Temporário]... Mas, pá, também não corre lá assim muito bem, como a gente quer” [E₁₄, S₁].

“Não, digamos que foi só depois... Primeiro, primeiro era a adaptação na fábrica, saber se me ia adaptar. Foram... foram... Foi bastante tempo sem estar a trabalhar e pronto... A adaptação podia não ser a melhor. E o trabalhar por turnos. Tinha que me adaptar às duas coisas, ao ambiente, às pessoas, ao trabalho e aos turnos. Tinha várias coisas... Primeiro ir devagar... Ainda consegui fazer um part time, mas era sábados ou domingos. De vez em quando pediam-me para ir ali ao XX [designação do hipermercado], ao armazém, ajudar... mas lá está aquilo não era um *part time* fixo nem eu podia estar fixo porque tem de ser tudo declarado, não é? E a única possibilidade que existe, sem a gente declarar totalmente, assim, é o XX [designação da ocupação específica], que é uma coisa que não está ainda bem... Pronto... é uma coisa que a gente pode fugir um bocadinho. Veem, não veem, quem não vê não viu e quem vê viu, mas só viu aquele dia, aquelas horas. Não pode provar nada, pode provar aquele dia mas no seguinte já não pode provar nada. Só o dono da firma é que tem de declarar o que é que faz... De resto, quem foi ou quem não foi, posso ter sido eu ou outro empregado...” [E₈₇, S₃].

Uma parte importante do seu quotidiano é, *agora*, dedicada ao *agenciamento da expansão dos seus direitos e deveres*, amplificando, neste âmbito, o número e a diversidade de obrigações que procura cumprir [*e.g.*, mantém consigo, e em bom estado, os documentos de identificação, efetua tentativas de regularização da sua situação face ao Estado (*e.g.*, negocia pagamentos faseados da dívida)] e combatendo inadequações e desigualdades no acesso e usufruto de direitos (*e.g.*, procura inteirar-se dos seus direitos, apresentando reclamação formal quando se sente lesado/a, reivindica confidencialidade na gestão da sua situação, demanda maior liberdade de escolha).

Em simultâneo, (re)cria uma rede de relações, abandonando, para este efeito, as dinâmicas relacionais que caracterizavam os seus relacionamentos na fase anterior e substituindo alguns dos contextos que então privilegiava, pela frequência de atividades que decorrem na comunidade. Reativa, paulatinamente, parte dos vínculos que possuía antes da situação de sem-abrigo (*e.g.*, ensaia tentativas de aproximação à família restrita e/ou alargada, retoma algum contacto com amigos/as) e forma novos conhecimentos.

Fortalece, por fim, as redes de suporte formal, nomeadamente através do estabelecimento de vias de comunicação mais frutíferas com profissionais, voluntários/as e os próprios organismos.

Todas estas componentes concorrem para a *regeneração da sua zona de conforto*, processo vital para a inversão da tendência de constrição que sofria desde o início da fase 1. Restabelece, assim, sentido(s) e rumo(s) para a vida (*e.g.*, define objetivos a curto e médio prazo, sentindo-se mais à vontade para assumir a responsabilidade das suas escolhas) e amplifica, de forma consciente, os *espaços* que frequenta e em que se sente seguro/a (*e.g.*, utiliza a loja do cidadão, recorre ao hospital com mais frequência, dirige-se ao IEFP por sua iniciativa). Esforça-se, embora com retrocessos pontuais, por *densificar e flexibilizar as fronteiras da sua zona de conforto*, nomeadamente através do recurso a estratégias mais ricas e eficazes de controlo emocional (*e.g.*, quando se defronta com demoras na resolução dos seus problemas ou quando se encontra perante situações que teme). Testa estratégias de flexibilização dos seus padrões de comportamento, num esforço de melhoria da adequação às exigências de grupos e contextos (*e.g.*, ajusta o seu comportamento na presença de membros da rede formal de suporte, evita contendas com as forças da autoridade).

Enquanto elemento menos positivo desta etapa, destaca-se o confronto com um frágil estado de saúde e com a necessidade (por vezes urgente) de iniciar tratamentos. Este desafio pode implicar a aceitação de doenças que não sabia existirem, ou a constatação da sua evolução para níveis superiores de gravidade, ou, no extremo mais intenso, a gestão do choque de ser informado/a que possui uma doença em estado terminal. Na esfera da doença mental, as possibilidades são múltiplas, sendo referidos registos do reinício de acompanhamento psiquiátrico, da realização de desintoxicação e integração em comunidade terapêutica, e da integração em programas estruturados de intervenção psicológica, só para nomear os exemplos mais comuns. Para a maior parte das pessoas, estes procedimentos não são novos, tendo já um histórico muito diverso de pedidos de ajuda e abandonos, mas, neste momento, verifica-se uma diferença

importante, pois a pessoa pretende, efetivamente, melhorar o seu bem-estar e qualidade de vida¹⁸⁸.

Desta confluência de referentes resulta a reconfiguração de propósito(s) e significado(s), que se materializa a partir da reconceptualização da situação de sem-abrigo como um período transitório na vida, passível de superação. *Abre-se*, assim, a novas leituras sobre o sucedido (*e.g.*, solicita apoio psicológico, reúne opiniões e conselhos; discute esta questão com membros da rede informal, em quem confia; reanalisa, para si, a complexa cadeia de eventos que culminou na situação de sem-teto). Desvincula-se, em paralelo, das dinâmicas e valores da rua [*e.g.*, frequenta menos os contextos em que anteriormente se mantinha, abandona a lei da rua (*e.g.*, código de silêncio), redefine valores e prioridades (*e.g.*, esforça-se por adotar padrões de comportamentos mais próximos daqueles que considera ajustados a uma vida em sociedade)], retomando, aos poucos, a descoberta de capacidades e competências (*e.g.*, realiza novas aprendizagens, envolve-se em modalidades não formais de educação) e ensaiando estratégias para incrementar a sua autoestima (*e.g.*, procura manter expectativas positivas, mesmo em momentos de frustração). *Cicatriza*, lentamente, *as feridas na identidade social*, através da incorporação de estatutos e papéis associados a grupos e contextos em que participa, identificando-se mais com alguns valores e padrões dominantes na comunidade, e ampliando a sua rede de relações (*e.g.*, através do enriquecimento e da aproximação a outros/as, que fazem parte dos contextos profissionais em que passa a movimentar-se).

“Na fábrica... eh... Na fábrica pronto... adaptei-me bem. Adaptei-me bem... Super bem. Adaptei-me super bem... porque encontrei uma equipa que... pahhh... que, pronto, foi a minha segunda família. Ajudaram-me em tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo... que me podiam ajudar. Menos em dinheiro, que não foi necessário, mas se fosse necessário também ajudavam. É uma das coisas que eu tive... que foi... se fosse necessário também ajudavam. Mas não foi necessário. Mas moralmente ajudaram-me muito, quando eu me

¹⁸⁸ Deve, porém, o/a leitor/a ter cuidado na leitura desta informação, dado que a motivação não é critério suficiente para o sucesso nesta procura de ajuda e, em acréscimo, a integração nestas medidas pressupõe, para algumas pessoas, gastos de quantias consideráveis de dinheiro, que nesta fase não têm. São, neste contexto, referidas novas contrações de dívidas e pedidos de empréstimo à família e amigos/as, os quais nem sempre são regularizados em curto espaço de tempo. Acresce que este gasto pode significar a impossibilidade de pagamento de renda, sendo a pessoa obrigada à permanência em Centro de Acolhimento ou outra estrutura enquanto não se encontra financeiramente estabilizada, mesmo que isso implique um regresso a dinâmicas e também a pessoas, que integravam a sua vida nas fases 1 e 2.

sentia triste alegravam-me. Uma equipa espetacular, a segunda família, praticamente” [E₈₇, S₃].

“Venho trabalhar... Depende... Esta semana faço o turno das 9 e saio daqui e vou ao XX [designação do estabelecimento] e espero para jantar. Depois vou para casa e vejo um bocadinho de TV com a XX [colega com quem partilha o apartamento] e deito-me” [E₉₃, S₃].

Inicia, ainda, um processo de *harmonização com a sua história* (e.g., empenha-se na reconciliação com o passado, procura perdoar-se por discursos e comportamentos com que, hoje, não se identifica); luta pelo presente (e.g., reinveste na reconquista do domínio sobre o seu quotidiano, e na redescoberta de interesses, desejos e aspirações) e aspira um a futuro melhor (e.g., tenta potencializar as oportunidades de subsistência financeira, planifica projetos de concretização a curto e médio prazo).

Note-se, contudo, que este investimento traz, ao longo deste primeiro momento da fase 3, retrocessos vários, pese a tendência de evolução no sentido da reinserção em sociedade. Para além de se confrontar com dúvidas e insegurança por parte de outras pessoas, que desconfiam, nas suas etapas iniciais, desta adequação, lendo-a muitas vezes como sinónimo de manipulação e de dissimulação (e.g., o uso de regras de convivência social pode ser interpretado como uma tentativa de manipular emocionalmente o/a profissional), são comuns experiências de trabalho com término a curto prazo, assim como períodos de diminuição da qualidade do estado de saúde.

“Confiança, neles? Ninguém, ninguém... Eu acho que não há ninguém que confie plenamente neles. Nem podes, acho que nem podes. Nem podes depositar essa total confiança, num... Não podes. Eu acho que não há ninguém que confie neles, nem a própria sombra, como se costuma dizer. Desconfiança? Ai a sociedade em geral, acho que a sociedade em geral desconfia sempre deles... Quando digo a sociedade em geral refiro-me a toda a gente, a todos os grupos, a todos os profissionais, de todas as áreas e mais algumas...” [E₃₉, S₂].

“Portanto... a minha vida é assim. Foi a morte da rapariga.... Em França estava tudo a correr bem... a minha mãe tem um AVC. Venho de França para o pé da minha mãe... mais 7 meses assim parado, sem ganhar nada. Começo... então arranjei o trabalho na fábrica... Começo do zero.. começo do zero... mas com a tentativa de começar a subir novamente... Então fábrica e part-time é uma maravilha... Isto vai já começar a estabilizar outra vez... e estava já a estabilizar outra vez quando a fábrica tem esta, este tropeção outra vez... Não é fácil...” [E₈₇, S₃].

Estes ensaios e erros, assim como as dificuldades sentidas, serão mais adiante reconhecidos como momentos privilegiados de treino da frustração e do controlo

emocional, tarefas particularmente difíceis para quem saiu de uma fase com as características da anterior. Não obstante, a motivação para a saída é, de facto, muito elevada nesta etapa e a maior parte daqueles/as que nela se encontram conseguem gerir estas limitações no processo de comunicação, ajustando o seu discurso e comportamento às exigências que lhe vão sendo solicitadas. Não estranha, portanto, que se julguem mais capazes de gerir ocorrências não previstas.

Quando este fortalecimento do controlo sobre si e sobre as circunstâncias de vida se dá ao nível de ser possível a obtenção de *normatividades*, estabelecidas e desejadas pelo/a próprio/a, dá-se um salto evolutivo para um segundo período, este centrado na participação, com autonomia, na vida em comunidade. Trata-se, portanto, da assunção de independência, num registo de participação nos contextos que fazem parte do seu dia (e na matriz social a que considera pertencer), ou seja, da *redefinição do seu lugar em sociedade*. A prioridade prende-se, assim, com a securização da emancipação conquistada, seja com recurso à sedimentação de regularidades no quotidiano [*e.g.*, organiza o seu horário, antecipadamente, e de forma flexível; agenda compromissos, porque assim o entende, quando considera necessário (*e.g.*, ida ao dentista, visita ao advogado/a)], à gestão do seu orçamento [(*e.g.*, empenha-se na estabilização de um nível de proventos que lhe permita a manutenção de um estilo de vida que valoriza, efetua pagamentos regulares de dívidas ou empréstimos que possui, inicia (micro) poupanças], ou ao diligenciamento da resolução de problemas com que se depara, evitando o seu agravamento e/ou multiplicação (*e.g.*, antecipa consequências das suas ações, afere implicações da não resolução do problema, solicita ajuda especializada).

Assegura cuidados consigo, não apenas em relação à sua higiene (*e.g.*, pessoal, da roupa), mas também da habitação em que se encontra. Cumpre, de acordo com os seus padrões, uma dieta alimentar satisfatória, realizando refeições no alojamento, com membros da rede informal das relações, e, também, em espaços de restauração (*e.g.*, cantinas).

“Levanto-me às 7h, tomo banho, arrumo o quarto e venho pegar ao serviço. Trabalho até às 5 da tarde. Depois das 5 vou para casa, às vezes vejo TV. Por volta das 7 vou jantar. Às vezes ouço um bocado de música... No outro dia continua tudo ao mesmo ritmo... Janto, normalmente, em casa da senhoria, que é ela que me faz a comida.

Ao sábado e domingo ou estou em casa ou vou dar uma voltinha por aí. Depende..." [E₉, S₃].

Consolida a reorganização dos padrões de sono e descanso (embora sejam frequentes alusões à permanência de insónia ou hipersónia em momentos de maior ansiedade). Para este efeito, procura habitar espaços seguros e com os requisitos mínimos para utilização por humanos, sendo este o contexto privilegiado para a partilha de história e momentos de convivência com membros mais próximos da sua rede de relações, nesta fase já fortalecida. *Preserva, também, o empenho na compreensão do seu estado geral de saúde e na sua melhoria*, nomeadamente através da procura de compreensão mais profunda sobre os problemas de saúde física que possui (*e.g.*, informa-se do prognóstico das enfermidades, assumindo a eventual cronicidade de algumas doenças), e de maior atenção ao seu bem-estar mental. Aprecia a pertinência e necessidade da realização dos tratamentos que lhe são sugeridos, envolvendo-se mais em tarefas que visam a sua potenciação (*e.g.*, monitoriza sintomas, realiza o processo terapêutico até ao final; recorre a intervenção especializada por parte do Serviço Nacional de Saúde e, pontualmente, a especialistas privados).

Procura *intensificar o cumprimento de deveres*, nomeadamente, através da participação, quando considera pertinente, em iniciativas que visam melhoramentos no bairro/comunidade em que habita (*e.g.*, angariação de fundos para renovação do jardim), assim como da procura de informações sobre procedimentos de diferentes serviços/entidades (*e.g.*, marcação de consultas no Centro de Saúde, informa-se sobre períodos de pagamento de prestações ao banco) e da regularização, embora gradativa, da sua situação perante o Estado (*e.g.*, entrega de documentação de impostos ou para a Segurança Social). *Demanda igualdade no acesso e usufruto de direitos*, recorrendo, quando necessário, a aconselhamento jurídico e solicitando, por sua iniciativa, esclarecimentos junto dos organismos em questão. Neste momento, o nível de compromisso nesta luta é já elevado, sendo muito menor o seu receio de fazer valer a sua perspetiva, seja através da exposição de reclamações, orais ou por escrito, sobre violações na confidencialidade da gestão do seu processo (*e.g.*, partilha não autorizada de dados entre entidades que desenvolvem a sua ação com pessoas em situação de sem-abrigo), acerca de dificuldades no acesso a serviços e tratamentos (*e.g.*, grande período de espera para início de tratamentos de saúde) ou devido a limitações na esfera do

emprego (*e.g.*, queixas sobre não contratações motivadas por conhecimento da sua história, reclamação por melhores e mais justas condições de trabalho, reivindicação de oportunidades de inserção mais segura no mercado de trabalho).

“Queria encontrar outro trabalho... Já estou saturado disto, só que tenho que me aguentar aqui porque não consigo arranjar trabalho noutra lado, e depois como é que eu vivo? Tenho que me sujeitar... É... porque eu tenho problemas de saúde, com a doença que eu tenho ninguém me dá emprego, eu sou seropositivo. Ninguém me dá emprego... Depois tenho um problema na coluna, não posso fazer esforços... E é a idade... Não sou velho mas já estou praticamente arrumado para certos trabalhos porque não posso fazer esforços... Não... Até nas obras já pedem o atestado... para ver se tem alguma doença ou quê... Até nas obras já pedem isso...” [E₉₃, S₃].

Regulariza, igualmente, a *condição face ao emprego*, seja através da manutenção de ocupação rentável (por vezes com recurso a trabalhos na economia paralela) e/ou da realização de várias ocupações, em *part time*, num mesmo período de tempo, ou da continuidade do usufruto de medidas de proteção social (*e.g.*, reforma por invalidez, subsídio de desemprego). Nesta fase, é expectável um investimento crescente no agenciamento de melhorias das suas circunstâncias a este nível, procurando ocupações mais bem pagas, com melhores regalias sociais, ou candidatando-se a medidas de proteção social que considera mais vantajosas, embora nem sempre o resultado seja o da potenciação efetiva das condições em que se encontra.

Fortalece propósito(s) e significado(s) na sua vida, reconciliando-se, progressivamente, com o seu passado, seja porque compreende melhor o papel ativo que desempenha na construção da sua trajetória (*e.g.*, assume responsabilidade a vários níveis; compreende as limitações e constrangimentos diversos que indivíduos e entidades possuíam no apoio que lhe deram; concilia, nos seus relatos, lembranças de diferentes etapas da sua vida; lida, com maior maturidade, com as porções do seu passado que não desejou/a e/ou das quais não se orgulha), porque estabiliza equilíbrios no presente (*e.g.*, mantém as regularidades conquistadas, motivando-se para a realização de desejos e aspirações antigas), seja porque investe no fortalecimento e enriquecimento da sua perspetiva de futuro (*e.g.*, aumenta, aos poucos, as expectativas que possui para o dia-a-dia, formula planos de concretização em *timings* distintos).

Para este processo de *progressão no processo de harmonização com a sua história*, concorre, em paralelo, a *assunção da situação de sem-abrigo como um período*

da vida ultrapassado, permitindo-se maior abertura e flexibilidade nas *leituras* sobre os acontecimentos (*e.g.*, reflete, com maior serenidade, sobre a complexa e extensa cadeia de eventos que contribuíram para a emergência e manutenção na situação de sem-abrigo) e na aceitação de que alguns momentos e comportamentos, poderão nunca vir a ser compreendidos na sua totalidade [*e.g.*, mantém uma apreciação crítica em relação a ações menos ajustadas, aponta lacunas na sua compreensão (*e.g.*, roubos, agressividade física)].

“Se ficamos sozinhos, muito tempo... muito tempo... começa a cabeça a trabalhar, a pensar em coisas que já não se deviam pensar mas que se pensa sempre. Porque a vida não foi fácil... A minha vida não foi fácil. Porque vamos lá ver... Eu estive 5 anos e 9 meses... Foram os 5 anos e 9 meses melhores da minha vida, havia de ter acabado aí a vida. Porque... pronto a partir daí... Depois da morte da minha namorada, noiva... Já eramos noivos... a partir daí foi muito complicado, não é? Foi muito mesmo complicado. Foi a partir daí que comecei a consumir drogas e depois das drogas, álcool... Depois de tanto tempo resolvi... Depois de... Depois de tanta tentativa e de tanta recaída vi que ainda estava vivo e que podia viver muito tempo e que tinha mesmo que ir à luta e deixar tudo isso para fazer uma vida normal porque havia pessoas que estavam empenhadas em ajudar-me mas eu tinha de mostrar isso. Tinha que mostrar, pelo menos, uma tentativa de recuperação, não é? E uma tentativa de mudar, de modificar a minha vida. (...) E consegui... consegui... consegui estabilizar a minha vida” [E₈₇, S₃].

Em estreita interdependência das componentes anteriores, verifica-se, nesta fase, a *sedimentação de valores e prioridades, pelos quais aprecia a sua história*, e a si mesmo/a. Aumenta o *empenho em viver segundo as suas convicções e valores*, esforça-se por garantir a continuação da autonomia (*e.g.*, procura aumentar fontes de rendimento, liberta-se de dívidas que havia acumulado), por fortalecer a rede de relações que construiu (*e.g.*, confere grande valor às relações de proximidade que mantém) e por dar prioridade à concretização de um futuro melhor, para o qual trabalha no momento presente (*e.g.*, gere, de forma mais eficiente, as etapas necessárias à efetivação dos projetos em que se encontra envolvido/a). Reforça, ainda, a *perceção do seu valor enquanto pessoa*, sinalizável, entre outros, na assunção de maior segurança nos seus princípios e ideais, em maior amor e respeito por si mesmo/a, na procura de maior compreensão de si e do mundo, e no incremento da confiança nas suas capacidades e competências. Em paralelo, *robustece a sua identidade social*, sentindo-se mais pertença de uma rede de relacionamentos que valoriza e em que se sente valorizado/a, fortalecendo o vínculo à comunidade, enriquecendo os papéis que

desempenha (*e.g.*, alargamento dos grupos e contextos em que participa) e consolidando a sua identidade enquanto trabalhador/a.

“Foi muito sacrifício para conquistar aquilo que está conquistado. E para destruir é uma questão de minutos... Se eu quiser destruir tudo, eu destruo já tudo... É que era já de repente, só que custa... custa... Porque havia pessoas que têm plena confiança em mim e iam deixar de ter” [E₈₇, S₃].

“Eu gosto de estar aqui, gosto deste trabalho e da senhoria. Sinto-me bem aqui, Não vou mudar e arriscar ficar pior, não é? Eu gosto do que faço” [E₉₁, S₃].

No término dessa fase, ocorre a edificação de uma trajetória de vida mais *feliz*, definida segundo os seus próprios padrões e critérios, e sedimentada na pertença a diferentes grupos e contextos da comunidade, num registo de proximidade, em termos de direitos e liberdades, dos/as seus/as pares. Para muitos/as, no entanto, esta passagem definitiva para uma vivência incluída em sociedade não chega a materializar-se, e a pessoa permanece nesta fase com suporte formal de entidades diversas (*e.g.*, integração profissional com suporte de medidas de “emprego protegido”, apoio psiquiátrico de continuidade, usufruto de modalidades de apoio ao alojamento). Para este subgrupo, a (re)integração social requer suporte de continuidade, sob pena de retrocesso à fase anterior e nova experiencição da situação de sem-teto e de habitação inadequada, com concomitante regressão em termos de saúde (física e psicológica), vínculos comunitários, e de desorganização do quotidiano¹⁸⁹.

Apresentadas as dimensões macro desta *GT* e os principais referentes que as corporizam, estamos em condição de iniciar a exploração mais pormenorizada de cada uma das subfases, tarefa de grande relevância no quadro de uma busca mais robusta de compreensão da situação de sem-abrigo e das pessoas que a vivenciam.

¹⁸⁹ Publicações recentes ressalvam a centralidade que as modalidades de apoio continuado têm, e terão nas próximas décadas, para um segmento da população em situação de sem-abrigo, cujas vulnerabilidades (*e.g.*, deficiência física, perturbação psiquiátrica) impedem a plena autonomia. Para este grupo específico de pessoas serão, em permanência, necessários apoios na esfera do alojamento, da gestão do quotidiano, da monitorização do estado de saúde, da salvaguarda dos direitos e liberdades, e de entre um leque diverso de elementos que estruturam a participação ativa em sociedade (*e.g.*, Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs, 2007; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Levitt *et al.*, 2013; Daly, 2013).

5.2 “DE ILUSÕES DESVANECIDAS, FILME DE ESPERANÇAS PERDIDAS¹⁹⁰”: SUBFASES DA GROUNDED THEORY ORIGINAL SOBREVIVENDO ÀS RUAS

*De ilusões desvanecidas
Filme de esperanças perdidas
Minha canção é saudade
Ai, que de tranças caídas
Via tudo em cores garridas
E em todos via bondade
E nesta sinceridade
De amor e sensualidade
Ponho a alma ao coração*

Amália Rodrigues, *A minha canção é saudade*, 1965, estrofes 1-9

Num total de seis [*combatendo a perda progressiva de controlo sobre os acontecimentos, debatendo-se pela sobrevivência nas ruas, estabilizando um padrão de vida, experienciando os limites da sobrevivência, (re)configurando sentido(s) na vida e (re)definindo o seu lugar em sociedade*], as subfases da *GT sobrevivendo às ruas* conformam as distintas regularidades e normatividades que caracterizam, na sua abrangência, a evolução que o processo situação de sem-abrigo pode assumir. Como veremos, no capítulo 6, algumas destas fases qualificam-se como períodos de desequilíbrio [*e.g.*, subfase 1.1, subfase 2.2], enquanto outras se notabilizam pela existência de padrões de convergência e estabilização de *harmonias*, que, pesem a sua dinâmica de maior ou menor tensão, possibilitam a formação de padrões adaptativos [*e.g.*, subfase 2.1b, subfase 3.2]. Assim, embora surjam agrupadas, em pares, pela sinergência que possuem (e que constitui a identidade da fase em questão), apresentam particularismos importantes, que sustentam a sua unicidade (*cf.*, Figura 3).

Para que as particularidades, e as comunalidades, de cada subfase sejam perceptíveis, com facilidade, ao/à leitor/a, manter-se-á a estratégia de apresentação de informação mobilizada na passagem anterior. Expõem-se, portanto, os problemas/preocupações de maior relevo, os elementos que os enformam, assim como as iniciativas levadas a cabo com o propósito da sua resolução.

¹⁹⁰ Estrofes 10 e 11 do poema de *A minha canção é saudade*, tema originalmente gravado em 1965.

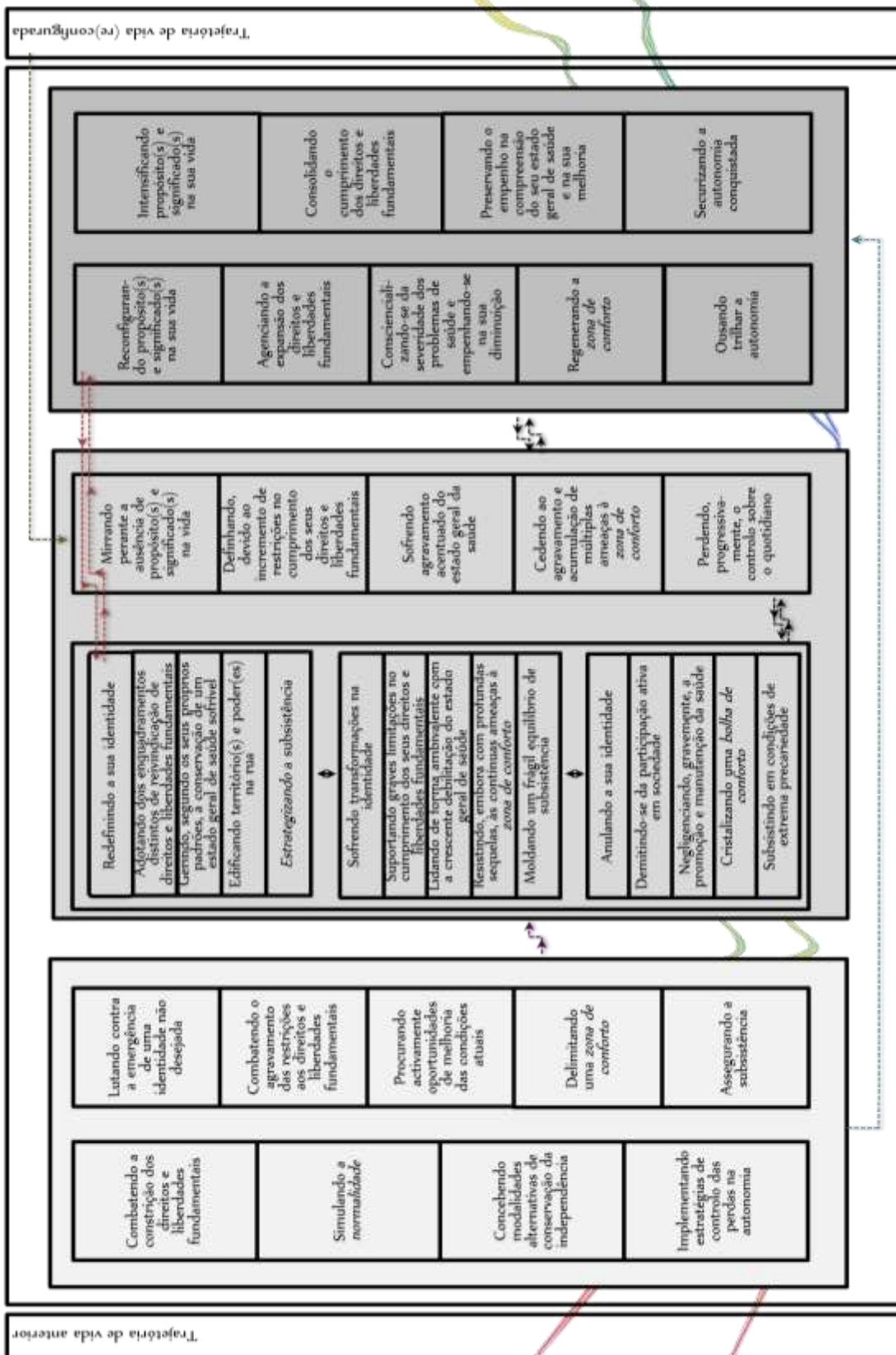


Figura 3 – Componentes principais das subfases da *Grounded Theory* original sobrevivendo às ruas

Em simultâneo, afloram-se os padrões de ação e as significações predominantes, assim como as áreas em que as sequelas são mais patentes. De novo, remeteremos a corroboração das considerações tecidas, a partir de outras publicações constantes na literatura da especialidade (*cf.*, Glaser, 1978, 1992, 1995, 1998, 2004, 2009b, 2009c, 2010, 2012, 2014), para notas de rodapé, sendo as ilustrações de casos específicos apresentadas pontualmente, com o objetivo essencial de exemplificação de como cada subfase é vivenciada por seres humanos reais.

5.2.1 COMBATENDO A PERDA PROGRESSIVA DE CONTROLO SOBRE OS ACONTECIMENTOS [FASE 1.1]

*Black Eyes and hardly breathing
When there's no light
You sacrifice
Alone amongst the living
You lost the fight before the fall
How did you end up in hell?*

Tarja Turunen, 2013, *Victim of ritual*¹⁹¹, estrofes 1-6

A subfase 1.1 emerge do avolumar de limitações e constrangimentos com que a pessoa se confronta no quotidiano. Estes, pelo aumento do seu número e diversidade, assim como devido aos efeitos entrecruzados que provocam, desencadeiam uma espiral de pressões e constrição nas possibilidades de gestão da sobrevivência, de tal forma acentuada, que se sente incapaz de a controlar, e, muito menos, de a solucionar. Não obstante, a reação típica neste momento é a de procura de mecanismos eficazes de inversão desta tendência, *num combate à perda progressiva de controlo sobre os acontecimentos*. Nesta batalha, a pessoa tende a investir, em simultâneo, embora sem estratégia aparente, em quatro grandes áreas, a saber: (i) implementa estratégias de controlo de perdas na autonomia, (ii) concebe modalidades alternativas da sua conservação, (iii) simula a normalidade, e (iv) combate a constrição de direitos e liberdades fundamentais. Cada uma delas é, por sua vez, composta por quatro componentes estruturais. Assim, por exemplo, a *implementação de estratégias de controlo de perdas na autonomia* agrega o ajuste do orçamento (ganhos e gastos), a

¹⁹¹ Poema integrado no Album Colours In The Dark.

conservação da habitação, o evitamento do agravamento da condição face ao emprego e a obviação da materialização de outras perdas significativas. Por sua vez, a *conceção de modalidades alternativas de independência* incorpora o recurso a fontes complementares de financiamento, o assegurar de um “teto”, o investimento na procura de alternativas, consequência do término da(s) condição(ões) anterior(es) face ao emprego, e a conceção de estratégias de resolução de problemas, antecipando a colmatação/diminuição de consequências negativas. Sendo esta distribuição similar, na forma, para a *simulação da normalidade* e o *combate à constrição de direitos e liberdades fundamentais* (cf., Figura 4).

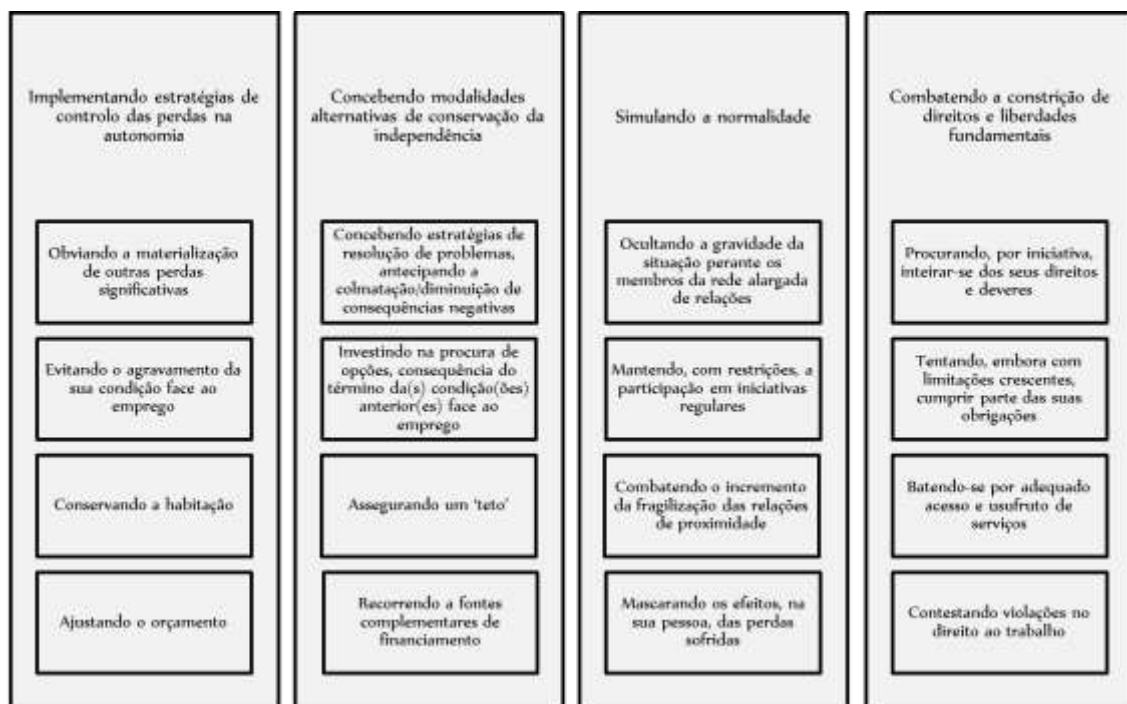


Figura 4 – Subfase 1.1 Combatendo a perda progressiva de controlo sobre os acontecimentos

Centrando, de imediato, a nossa atenção nas componentes que enformam a implementação de estratégias de controlo de perdas na autonomia, em concreto através do ajustamento do orçamento, constatamos que as preocupações da pessoa que integra esta subfase se focalizam na gestão dos seus proventos, em particular na conservação das fontes de rendimento que ainda preserva (*e.g.*, intenta a conservação do *input* financeiro; aceita donativos, pontuais, em dinheiro) e na rentabilização da utilização dos bens que detém (*e.g.*, recorre a poupanças; utiliza, de forma parcimoniosa, os bens

consumíveis). Reduz, em paralelo, os gastos, abandonando algumas das despesas, que lhe parecem supérfluas (*e.g.*, minimiza a participação em iniciativas de âmbito cultural, restringindo gastos consigo) ou passíveis de adiamento no tempo (*e.g.*, limita a compra de bens para a habitação, protela despesas de saúde), e controlando as despesas que considera essenciais (*e.g.*, diminui o orçamento para alimentação, desloca-se mais a pé ou com recurso a transportes públicos).

“Porque isto é complicado. Um gajo já se vê esfolado... Porque sair é a tal história, para sair tem de se ter dinheiro. Não há dinheiro sai-se o mínimo possível, que é o meu caso” [E₂₃, S₁].

Procura, em paralelo, evitar o agravamento da sua condição face ao emprego, elemento essencial para a manutenção de alguma independência financeira (*e.g.*, executa as suas funções, mesmo perante vários meses de não pagamento por parte da entidade empregadora; aceita diminuição do salário, manifesta empenho no cumprimento dos requisitos para manutenção de apoio social). A este esforço, acresce a tentativa de conservação da habitação, preocupação de grande relevo nesta etapa. Quando possível, negocia o protelamento do prazo para a saída, por exemplo, recorrendo a acordo quanto a pagamentos alternativos (*e.g.*, trata do jardim em troca de perdão de uma renda em dívida, faz pequenas reparações no imóvel em troca de dias de estadia adicional). Quando esta opção não é viável, tenta prolongar a estadia, mesmo depois de informado/a da necessidade de saída, até ser, efetivamente, expulso/a (*e.g.* permanece no imóvel já sem água, luz ou gás, mantém-se na habitação depois da separação do agregado familiar, negando-se a sair)¹⁹². Note-se, todavia, que, para além do enfrentamento das dificuldades referidas, nesta subfase, é frequente o surgimento de constrangimentos adicionais, muitas vezes, sem qualquer possibilidade de antecipação por parte de quem os vivencia (*e.g.*, surgimento de doença, falência da entidade empregadora). Parte do dia-a-dia é, em resultado, dedicada ao evitamento de perdas não previstas (*e.g.*, analisa, comparativamente, os problemas que identifica; indaga alternativas viáveis para o seu combate e resolução; identifica consequência a médio e longo prazo, da não resolução de parte deles; antecipa sequelas na sua vida e de significativos).

¹⁹² Estas estratégias são referenciadas em várias pesquisas, em que se analisam os principais fatores precipitantes da situação de sem-abrigo, sendo sinalizadas como indicadores de grande relevo no que concerne a identificação atempada de risco efetivo da experenciação de situações de sem-teto ou de habitação inadequada (Edgar *et al.*, 2007; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011).

“O senhorio já me ligou várias vezes... e até já me fez uma espera. São 2 meses que lhe devo e não tenho dinheiro para lhe pagar... E... nem sei... Vou ter de ver como posso fazer” [E₁₉, S₁].

É evidente que eu tenho que aguentar o barco. Eu estou ali [apartamento sem parte do teto e sem as comodidades básicas]... Aquilo está a cair, sim senhor. Mas é assim, se saio dali vou para onde? Para debaixo da ponte? Então tenho que me aguentar à bronca, tenho que ir aguentando até arranjar forma de mudar a situação” [E₂₃, S₁].

“No princípio ainda deu para negociar umas obras e umas coisas. Tratei da garagem e fiz umas pinturas e fiquei lá mais umas semanas... Mas depois já não deu mais... O senhorio avisou que tinha de sair...” [E₁₇, S₁].

Concebe, também, modalidades alternativas de conservação da autonomia, recorrendo, para este efeito, a fontes complementares de financiamento (*e.g.*, vende parte dos pertences que ainda tem em sua posse, troca bens por outros ou entrega-os para pagamento de dívidas) e solicita empréstimos (*e.g.*, contrai créditos ao consumo, e pede dinheiro a membros da rede de relações, requer apoio financeiro em entidades diversas)¹⁹³. Perspetiva, em aditamento, possibilidades de assegurar um “teto” após a perda daquele em que se encontra¹⁹⁴, ou, quando as limitações financeiras se tornam mais intensas, procura auxílio junto de membros da rede informal de suporte¹⁹⁵ (*e.g.*, pede autorização para pernoitar em casa de familiares)¹⁹⁶.

¹⁹³ Investigação recente tem vindo a chamar a atenção para a importância de uma compreensão mais profunda dos fatores que concorrem para a emergência da situação de sem-abrigo e para os efeitos nefastos de algumas modalidades de intervenção mobilizadas neste momento (*e.g.*, a contração de dívidas, o não pagamento de impostos e outras obrigações ao Estado e/ou a particulares), no que concerne o aumento de dificuldades posteriores no âmbito da saída [*e.g.*, Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Daly, 2013].

¹⁹⁴ Embora muitas vezes não tenha grande sucesso, nesta subfase parte do tempo diário é dedicada à perscrutação de opções menos dispendiosas de alojamento (*e.g.*, considera mudança para habitação mais pequena ou, até, quarto; muda-se para zonas mais degradadas das localidades).

¹⁹⁵ Esta possibilidade apenas se configura como viável para alguns indivíduos e em períodos concretos desta subfase. Para além de implicar a existência prévia de uma rede informal de relações com a qual o indivíduo já estabeleceu algum vínculo (note-se, a este propósito, que, para muitos indivíduos, esta rede informal está fragilizada nesta subfase), este tipo de apoio só ocorre se vários fatores se articularem de forma a tornar a sua efetivação possível (*e.g.*, implica que os membros da rede informal de relações possuam condições para alojar outra pessoa na habitação, e/ou que decidam aceitar esta *intromissão*).

¹⁹⁶ Para análise mais pormenorizada desta espiral de alojamentos e das exigências diferenciais que a sua utilização requer, pode consultar-se, por exemplo, os trabalhos de Eberle, Kraus e Serge (2009), Garland, Richards, e Cooney (2010), Nooe e Patterson (2010), de Decker e Segers (2013), ou McLoughlin (2013).

Tenta, também, sinalizar ocupações rentáveis, consequência do término da(s) condição(ões) anterior(es) face ao emprego (*e.g.*, procura trabalho junto de anteriores empregadores, responde a ofertas de trabalho que encontra no jornal), candidata-se a medidas de proteção social e, eventualmente, inicia atividades não regulamentadas de angariação de verba (*e.g.*, prostituição, venda de bens roubados)¹⁹⁷, num registo que considera provisório, mas que pode manter-se nas fases subseqüentes.

“O XX [nome do companheiro] deixou de trabalhar... Nós tínhamos a renda para pagar, um bebé para sustentar. Tínhamos bué de despesas e ele não tinha trabalho. Era uma coisa temporária que deixou de ser temporária e acabou por ficar até a gente se separar, não é? Mas era para ser temporária, pronto. E ele concordou, claro. Não saia de casa à noite, umas horas e aparecia lá com dinheiro. Eu vivo com uma pessoa, que para mim era o mesmo que estar casada. Já estávamos juntos há dois anos, para aí, 2 anos ou 3. As coisas conversam-se e decidem-se. E ele concordou [com a ida para a rua prostituir-se], foi por isso que eu o fiz” [E₉, S₁].

Cria, por pressão da conjuntura que sente, estratégias diversas de resolução de problemas, na tentativa de colmatar consequências dos seus efeitos cumulativos (existentes e emergentes). Reanalisa, por vezes de forma circular, os efeitos das perdas já sofridas (*e.g.*, ausência de eletricidade e água), distinguindo aquelas que lhe parecem irreversíveis (*e.g.*, o emprego anterior, a habitação que possuía), e as que considera ser capaz de solucionar. Toma, em simultâneo, crescente consciência do aumento da gravidade das dificuldades com que se confronta, no entanto as sensações dominantes são de impotência e de isolamento (*e.g.*, descrê da intervenção de serviços e organismos, muito em resultado da demora na resposta ao seu pedido de ajuda; teme desgaste da rede informal).

Não obstante esta mobilização no sentido da alteração das suas circunstâncias, nesta subfase dá-se um fenómeno de *simulação da normalidade*, que se corporiza na ocultação da gravidade da situação a membros da rede alargada de relações e, por vezes, mesmo aos membros do núcleo mais íntimo (*e.g.*, simula, durante vários dias,

¹⁹⁷ O recurso ao envolvimento em iniciativas não legais ou em atividade criminosa, para efeitos de sobrevivência, constitui uma referência recorrente em estudos sobre a situação de sem-abrigo e aqueles/as que a vivenciam. Pesem as elevadas diferenças entre pessoas e grupos (*e.g.*, segundo o género, idade, formação profissional, percurso criminoso anterior), a iniciação de atividade de prestação de serviços sexuais, a venda de estupefacientes e artigos roubados, encontram-se num conjunto muito diverso de modalidades de obtenção de dinheiro (*e.g.*, Simons & Whitbeck, 1991; Greene, Tennett, & Ringwalt, 1999; Dickson-Gomez, *et al.*, 2008; Greenberg & Rosenheck, 2008; Binswanger, *et al.*, 2013; Reeve, 2013).

que vai trabalhar, quando já foi despedido/a; verbaliza ao/à conjugue ter sido apoiado por familiares quando, em rigor, contraiu um empréstimo). O quadro real é escondido destes membros, sendo os obstáculos com que se depara apresentados como pouco relevantes e as limitações apresentadas como opções ou consequências de importância limitada. Para não levantar suspeitas, mantém participação em algumas iniciativas regulares, numa tentativa de ocultação do turbilhão de problemas em que se encontra imerso/a (*e.g.*, frequenta o café, realiza passeios com amigos/as e/ou família, aparece nas festas do bairro).

“Ainda andei mais de um mês a levantar-me de manhã e a sair como se fosse para o trabalho... Eu sabia lá como havia de dizer-lhe que tinha sido despedido e que já não tínhamos nada... (...) às vezes saio para a rua e vou para o café em que me fiam e fico para lá umas horas. A ler jornais e a deixar passar o tempo” [E₂₃, S₁].

Combate, todavia, uma crescente fragilização das relações de proximidade, em grande parte porque a dinâmica relacional sofre pressões muito intensas. Destacam-se, neste período, a imposição e sofrimento de exigências no sentido da não divulgação de dificuldades e necessidades, nomeadamente através da negociação de segredos, da disseminação de inverdades, ou da omissão de fatos relevantes (*e.g.*, não contar aos pais e sogros as dificuldades que apresenta). São comuns, desigualdades no acesso à informação, coligações com membros diferentes da rede, assim como o aumento de conflitos e, pesem os esforços pela não rigidificação de padrões de discurso e de comportamento [*e.g.*, procura aumentar a partilha com alguns membros da família restrita, verbaliza manifestações de carinho ao/à conjugue ou outro(s) familiares com quem vive], a tendência é de separação geográfica dos elementos da rede mais próxima e de aumento de intromissões não desejadas na sua vida.

Mascara os efeitos, na sua pessoa, das restrições e obstáculos com que lida, evitando confrontar-se com a sensação generalizada de humilhação que o/a assola e com os sentimentos de culpa que se avolumam no seu espírito. Camufla, enquanto possível, a diminuição da autoestima (*e.g.*, desvaloriza os sentimentos negativos acerca de si mesmo/a e os comentários depreciativos, tecidos por outros/as significativos/as), minimiza os momentos em que tem de se submeter à “vergonha de contar”, evitando os pedidos de ajuda ao mínimo, e reforçando, perante si, a adequação das estratégias que mobiliza.

“Por vezes perco um bocadinho a minha autoestima. Eu não gosto de valorizar-me a mim próprio. Sou pacato, sou humilde. Tento, tento dentro da minha... não sou uma pessoa que se não sei, não me gabo. Se não sei tento saber mais do que sei. Tento informar-me quando não sei das situações, não falar à toa. Mantenho-me no meu lugar” [E₃₂, S₁].

Em resumo, procura iludir-se quanto à manutenção de controlo sobre a situação, subvalorizando a severidade do cenário em que se encontra (*e.g.*, idealiza soluções rápidas, tenta sinalizar elementos que atestem a sua condição de exceção face a outros casos que conhece), oscilando entre uma procura, obsessiva, de informação e o desinteresse generalizado pelo que lhe está a acontecer. Apresenta alterações no humor e no comportamento que, por norma, não assume como reais [*e.g.*, legítimas ações desajustadas (*e.g.*, culpabiliza outros/as pelo aumento da sua agressividade, verbaliza ter sido enganado/a e, por isso, ter recorrido à ameaça), oscila entre apatia e atividade verbal intensa].

Combate, embora com os constrangimentos já referidos, *a constrição dos seus direitos e liberdades fundamentais*, procurando aconselhamento jurídico, aplicando-se no cumprimento de parte das suas obrigações (*e.g.*, mantém a documentação organizada e em bom estado, procura manter a sua situação regularizada perante o Estado), e bate-se por adequado acesso a, e usufruto de, bens e serviços. Demanda liberdade de escolha e contesta desigualdade, em particular no que concerne as consequências para si e para os seus, da articulação desequilibrada entre profissionais e serviços [*e.g.*, entrega da mesma documentação, várias vezes, em determinado(s) serviço(s) e/ou departamento(s) da mesma entidade]. Reivindica, junto de entidades diversas (*e.g.*, Segurança Social, IEFP), remuneração pelo trabalho, condições equitativas no emprego, demandando proteção na situação de insegurança em que se encontra (*e.g.*, contesta a demora no usufruto de benefícios).

“O que falha... É um bocado... A falha vem dos apoios, das instituições, não estarão tão bem geridas... Não sei... (...) Sugeriria, por exemplo, que se calhar... na segunda-feira eu ter um sítio onde me pudesse dirigir e minimamente fosse atendido, e pudessem essas pessoas... Como é o caso daqui, uma pessoa chega aqui... chega aqui... e primeiro que aqui tratem de alguma coisa... Sugeriria que se me dirigisse a um gabinete qualquer as pessoas dissessem dirija-se... me encaminhassem para tal sítio, pronto, derivado ao problema de cada um... e pronto, tentassem tratar do problema das pessoas” [E₂₂, S₁].

“Estou farto... Estou farto de me meter em situações complicadas. Entretanto... a Segurança Social empurrou-me, há pouco, para uma formação de XX [designação do curso de formação profissional]... Eu mesmo doente, ou não... Eu podia recusar... Ia ao médico e pedir o atestado porque eu tenho a problema nas costas. Para além do AVC ainda tenho risco de aneurisma... Mas não... E agora estou à espera há meses, há meses!” [S₂₃, S₁].

Pesem os seus esforços, as tentativas de camuflagem da sua circunstância e os *buffers* a que acede (*e.g.*, apoio para alojamento ou financeiro por parte de familiares, realização de trabalhos de curta duração), as circunstâncias de vida e bem-estar sofrem sério agravamento nesta subfase, não sendo possível ao indivíduo combatê-lo de forma eficaz. Em consequência, algum tempo depois (que para alguns demora anos, mas para a maioria se restringe a uns meses) dá por si na eminência da primeira noite “sem-teto”. Este é o *trigger* para a subfase seguinte, a constatação de que não tem um sítio seguro onde ficar e onde guardar o conjunto de pertences que ainda tem em sua posse, ou seja, que, pela primeira vez, não tem fuga possível à rua.

5.2.2 DEBATENDO-SE PELA SOBREVIVÊNCIA NAS RUAS [FASE 1.2]

No one can tell what goes on in between the person you were and the person you become. No one can chart that blue and lonely section of hell. There are no maps of the change. You just come out the other side.

Or you don't.

Stephen King, *The stand*¹⁹⁸, 2012, p. 449

A segunda subfase, intitulada *debatendo-se pela sobrevivência nas ruas*, organiza-se com base numa preocupação preponderante: o garantir a subsistência. É um período em que predominam o medo e a angústia, pois resulta da experiência de circunstâncias extremas, pela primeira vez, devido à incapacidade de gestão dos problemas acumulados na etapa anterior. A rua, neste momento, ainda é desconhecida à pessoa, que teme a possibilidade de não aguentar a sua permanência nela¹⁹⁹ (*e.g.*,

¹⁹⁸ Obra publicada pela editora Anchor Books. A versão completa original data de 1978 pela Doubleday.

¹⁹⁹ As reações de ansiedade e medo são mencionadas, com iterada recorrência, no âmbito das descrições das primeiras experiências na situação de sem-teto e habitação inadequada (embora não se restrinjam a

receio de sofrer violência física, temor de eventual de agressão sexual, dúvidas sobre como e onde obter alimentos e cobertores).

“Se a gente precisa de ajuda, se a gente precisa de um sítio... As nossas famílias não nos ajudam em nada... É que... é um bocado, um bocado chato, não é? É um bocado chato... e se a gente não tiver a quem pedir ajuda... O que é que me passou pela cabeça? Já me passou de me estar a matar! Já me passou para fazer isto, já me passou para fazer aquilo... é a pura realidade!” [E₁₆, S₁].

“Eu comecei a dormir na rua... Estava eu e o XX [nome de outro adulto em situação de sem-teto] e o XX [nome de outro adulto em situação de sem-teto]... Estávamos os 3 lá em baixo. Porque ali era um lugar mais seguro, onde passava mais gente. Depois ainda estive a dormir nos bombeiros, uma semana. Antes disso estive um mês e meio no carro. Mas andavam por lá toxicodependentes e depois as prostitutas... Uma vez acordei e estava um tipo a tirar-me os faróis do carro com a navalha. (...) Cheguei a pesar 42 kg e a estar no hospital a levar soro. Era bué magrito, às vezes queria levantar-me e não me aguentava em pé. Estive bué magrito! Nessa altura não conhecia a XX [designação de entidade que presta apoio alimentar], não conhecia nada. Passei dias a leite e a pão, só comia leite e pão...” [E₉₁, S₃].

As componentes chave desta subfase canalizam-se, por conseguinte, para a resolução desta grande *batalha*. Num total de cinco (*assegurando a subsistência, delimitando uma zona de conforto, procurando ativamente oportunidades de melhoria das condições atuais, combatendo o agravamento das restrições aos direitos e liberdades fundamentais, e lutando contra a emergência de uma identidade não desejada*), estas subdividem-se em dezasseis dimensões, de que daremos conta no âmbito deste trecho do capítulo.

estas), assim como no âmbito da integração em contextos de acolhimento temporário, sendo fatores comuns à generalidade das pessoas, independentemente das suas eventuais diferenças individuais (*e.g.*, faixa etária, género, dificuldades motoras) e, também, às especificidades das políticas sociais e dos modelos de intervenção privilegiados em contextos e países diversos (Varanda & Adorno, 2004; Sakamoto, *et al.*, 2010; Corliss, *et al.*, 2011; Durso & Gates, 2012; Cray, Miller, & Durso, 2013; Massachusetts Transgender Political Coalition Policy Committee, 2013; Robaina, 2013)

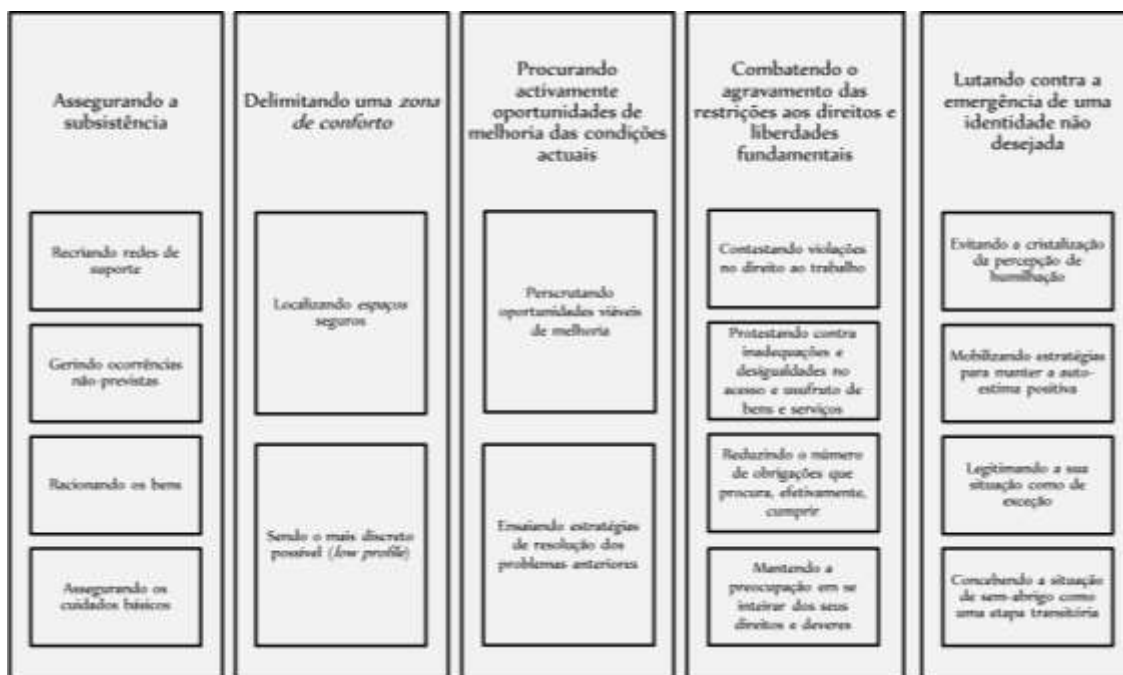


Figura 5 – Subfase 1.2 Debatendo-se pela sobrevivência nas ruas

Neste período, o *assegurar da subsistência* ocupa uma parte importante do dia do indivíduo. Investe, assim, muitos dos seus recursos pessoais, na preservação do cumprimento de horários em tarefas do quotidiano, recorrendo, para este efeito, a recursos de que ainda dispõe (*e.g.*, telemóvel para acordar à hora que pretende) ou solicitando ajuda (*e.g.*, pedindo a membros da comunidade que lhe recordem compromissos). Procura, também, manter os cuidados básicos, fazendo a higiene diária (*e.g.*, lava os dentes em WC públicos, toma banho no rio, informa-se sobre instituições em que pode efetuar a sua higiene) e tratando da limpeza da sua indumentária [*e.g.*, lava a sua própria roupa (*e.g.*, no WC, solicita ajuda a familiares para esse efeito), assim como da muda de roupa (*e.g.*, troca a roupa usada com outra que tem guardada)]. Raciona os bens, limitando os pertences àqueles que consegue transportar consigo (*e.g.*, restringe-os a um/dois sacos, guarda a documentação principal na sua posse) e deixando outros em locais selecionados da cidade ou guardados com familiares e/ou amigos/as.

“O meu malotezinho, que está ali guardado, durante o dia . (...) O que é que eu faço? Olhe, levanto-me do meu *sitinho* [local de pernoita], meto o cobertor dentro do saco, do malote, e o *Kispo* que eu visto, para durante a noite. Este casaquinho fica dentro do saquinho, dobradinho, dentro do malote. Os sapatos também ficam dentro do malote. Às vezes, posso dormir com os pés de fora e vir um malandro tirar-me os sapatos e ficar descalço. (...) Depois vou à casa

de banho lá na XX [designação da estação], que abre às 6 da manhã. Vou fazer as minhas necessidades, que tiver a fazer, desfaço a barbinha e lavar a cara. Têm lá espelhos... Eu tenho *gillettes* ali no malote, tenho tudo, tenho creme, tenho tudo... Chego lá... Primeiramente vou fazer as minhas necessidades, que tiver a fazer..." [E₃₇, S₁].

Gere, com cautela, o uso dos bens que detém consigo, evitando desperdiçar aqueles que considera importantes e que possui dificuldade em obter (*e.g.*, champô), procurando, em simultâneo, trocar os que lhe parecem não essenciais por outros (*e.g.*, roupa de marca por alimentos, relógio por produtos de higiene). Procede, ainda, à sua angariação, num sistema de priorização de donativos e empréstimos, em detrimento do recurso à parca verba de que dispõe (*e.g.*, solicita abertura de conta, para pagamentos faseados, em pastelarias; pede ajuda a entidades diversas), que prefere canalizar para emergências.

Em paralelo, procura lidar com ocorrências não previstas ou exteriores ao seu controlo, utilizando táticas diversas para cumprir as tarefas que fazem parte da sua rotina, assim como, as exigências que lhe são impostas, pelas pessoas e entidades a quem recorre. Esforça-se, neste âmbito, por se ajustar à dinâmica dos serviços (*e.g.*, aguarda, na fila, a reabertura dos serviços). Aplica-se, em complemento, na deteção de espaços alternativos para suprir as suas necessidades mais prementes (*e.g.*, identifica locais de utilização não controlada a que pode recorrer, junta-se a outras pessoas em *situação de sem-abrigo* em troca de dinheiro ou favores)²⁰⁰. Para este efeito, modifica a sua rede de relações, iniciando e preservando relacionamentos instrumentais com outros indivíduos que se encontram na rua, com maior estatuto (*e.g.*, faz tarefas a seu pedido, inteira-se, através deles, de oportunidades de pernoita em espaços seguros), forma redes de suporte institucional (*e.g.*, requer apoio a instituições), inicia o estabelecimento de relações de proximidade com um número reduzido de profissionais (*e.g.*, cria oportunidades para abrir o seu mundo interior, confia-lhes a guarda dos seus pertences) e, embora com manifestas dificuldades, ensaia estratégias de reativação da sua rede anterior (*e.g.*, entra em contacto com membros-chave da rede familiar anterior, pede auxílio a conhecidos).

²⁰⁰ Intenta, ainda e quando tal lhe sucedeu, a recuperação de parte dos bens que lhe foram, por ventura, retirados ou roubados (*e.g.*, negocia a troca desses por outros que ainda detém, compra-os).

Delimita, por ensaio e erro, *uma zona de conforto*, tarefa que lhe exige, por um lado, a *localização de espaços seguros*, em que a sua seguridade pessoal não seja posta em causa (*e.g.*, identifica imóveis fechados em que seja menos possível o roubo dos seus pertences, sinaliza contextos em que a probabilidade de sofrer agressões seja menor), e, por outro, a maior descrição possível [*e.g.*, controla manifestações comportamentais (*e.g.*, evita demonstrações de instabilidade, confusão, raiva e/ou frustração), esquiva-se de situações fora do seu controlo (*e.g.*, salvaguarda-se de contendas com as forças da autoridade, abstém-se de discussões entre outras pessoas em situação de sem-abrigo), e fornece pouca informação sobre si e as suas circunstâncias (*e.g.*, esconde a sua história a outros indivíduos com quem contacta no dia-a-dia, escamoteia perguntas sobre o seu espaço de pernoita).

Preocupa-o/a, de forma intensa, a sinalização de *oportunidades de melhoria das condições atuais*, explorando, para tal, *estratégias de resolução dos problemas anteriores* (*e.g.*, estabelece prioridades na resolução de dificuldades, confronta diferentes fontes de informação), e *possibilidades viáveis de alteração das suas circunstâncias* [*e.g.*, explora opções de forma autónoma, aceita ocupações de curta duração, realiza pequenos recados, inscreve-se para a integração em diferentes modalidades de apoio (*e.g.*, candidata-se a medidas de apoio social, integra programas/iniciativas de auxílio para alimentação, alojamento ou emprego)]. Neste contexto, procura obter *informação sobre os seus direitos e deveres*, esforçando-se, por um lado, por aceder a aconselhamento jurídico (*e.g.*, sujeita-se aos períodos de espera pelo apoio disponibilizado por instituições que trabalham com população sem-abrigo, gasta parte importante da verba de que dispõe em suporte jurídico pago), e requerendo, por outro, informação pormenorizada sobre o enquadramento legal em vigor e modalidades de assistência existentes, nas entidades a que recorre com alguma regularidade (*e.g.*, contrasta dados disponibilizados por diferentes profissionais). Analisa, em paralelo e por si próprio/a ou com ajuda de pessoas de confiança, a informação a que acede.

“Como eu não sou toxicod dependente e só estive nessa situação de sem-abrigo, eu não queria ir [para Centros de Acolhimento ou outras estruturas de alojamento apoiado] por causa disso. E depois a D. [nome da Técnica que gere o seu caso na Segurança Social] disse-me que aquilo não tinha nada a ver com toxicod dependência. Foi a única parte em que me enganou. Foi essa. ‘Não, não, aquilo é reinserção social, não tem nada a ver com toxicod dependência’. E quando lá

chego, entrei na casa vejo aquela placa. As duas primeiras noites não dormi lá para pensar se era bem aquilo que eu queria” [E₃, S₁].

Pelo volume de restrições que experimenta nesta subfase, não surpreenderá o/a leitor/a que *reduza o número de obrigações que procura, efetivamente, cumprir* (desinveste, progressivamente, do esforço de manter a documentação organizada e em bom estado; efetua menos tentativas de regularização da sua situação face ao Estado). Não obstante, continua a *protestar contra a inadequação e desigualdades no acesso e usufruto de bens e serviços*. Fá-lo através da reivindicação de livre arbítrio nas decisões que lhe respeitam [*e.g.*, declina participar em iniciativas que pressupõem constrangimentos à ação livre; recusa, enquanto viável, a imposição de medidas de intervenção estatal (*e.g.*, obrigação de aceitação em percurso formativo)], do esquivar-se de intromissões na sua vida pessoal e familiar (*e.g.*, avança informações parcelares, fornece informação limitada sobre si e a sua família, recusa disponibilizar alguns dados de identificação), da sinalização de situações em que se sente tratado/a de forma desigual (*e.g.*, descreve episódios de discriminação), e da exposição de consequências da articulação desequilibrada de serviços (*e.g.*, sofre rejeição no acesso a serviços). *Contesta violações no direito ao trabalho*, reclamando não-discriminação no acesso ao emprego (*e.g.*, verbaliza que necessita de ocultar a sua situação para iniciar uma ocupação, indica que não é pago/a por trabalho realizado), demandando condições equitativas no emprego.

Nesta subfase, ainda *concebe a situação de sem-abrigo como uma etapa transitória*, embora dedique cada vez mais tempo à procura de sentido(s) para o sucedido e à deteção de fatores adicionais, externos ao seu controlo ou não, que possam justificar as suas circunstâncias atuais. Com recurso à hipervalorização das diferenças entre a sua pessoa e outras em circunstâncias similares (*e.g.*, atenua a importância de alguns eventos, reforça a crença de que não foi o/a principal responsável), assim como à subvalorização de similitudes (*e.g.*, nega a existência de limitações pessoais, limita a sua participação em iniciativas dirigidas a pessoas em situação de sem-abrigo), *legitima a sua situação como de exceção*.

“De certa maneira... os lugares que tu frequentas e que tu vais e com quem tu falas é que te dão alguma... Como é que te hei de dizer... Que te dão uma perspetiva de outras coisas. Uma perspetiva diferente das coisas mesmo que não tenhas passado por elas. Mesmo ao nível de falar, principalmente... Porque há pessoas que não... que

não é possível falar, meu. E é por isso mesmo que ainda não me quis misturar e não quis ir para aí para nenhuma casa ocupada, com outro pessoal. Porque as conversas iam ser o quê? O dia-a-dia ia ser o quê?” [E₈, S₁].

“Eu estou na situação de sem-abrigo porque os tempos são outros, porque se fosse há uns anos atrás eu teria vindo para aqui [Coimbra] de uma outra forma, eu tinha de certeza abrigo e tinha, com certeza, arranjado as coisas e sido tratado muito melhor. E neste momento já estava relacionado. Com 3 meses aqui já estaria relacionado a alguma coisa... Já tinha emprego e onde passar a minha hora à noite, etc. Mas hoje, os tempos são outros, os tempos mudaram. Os tempos mudam, e as pessoas mudam e as coisas correm mal. Há montes de fatores, montes de fatores que causam estes desfasamentos. (...) Porque o meu caso é diferente, é muito diferente. No meu caso, eu não tive apoio... Eu confiei... eu confiei nas pessoas sempre que lidei com elas. E agora estou aqui, mas por causa disso” [E₁₀, S₁].

Investe, também, na manutenção do seu bem-estar, seja através da *mobilização de estratégias de manutenção da autoestima positiva* [e.g., assegura os cuidados consigo (e.g., pinta o cabelo, corta as unhas, mantém-se “bem apresentado/a”), reforça positivamente os seus comportamentos] ou do evitamento, consciente, da cristalização da perceção de humilhação (e.g., mantém-se ocupado/a para não se sentir inútil, racionaliza a necessidade de *pedir* ajuda).

Contudo, os dias passam e, com eles, instala-se uma maior confiança em relação à rua e às vivências que nela ocorrem. Os receios iniciais vão sendo, progressivamente, substituídos por modalidades mais eficazes de gestão do quotidiano e por maior facilidade na lide com os imprevistos, que estas circunstâncias de vida pressupõem (e.g., alterações com outras pessoas em situação de sem-abrigo pelo lugar na fila dos banhos ou do almoço, urgência de abandono rápido do local de pernoita por infestação de roedores ou porque outros indivíduos ocuparam o espaço). Ocorre, em suma, uma crescente adaptação às condições da vida na rua, que, embora mantendo parte da hostilidade que a caracterizará sempre, é, no final desta subfase, já descodificada nos seus elementos mais importantes, sendo os seus códigos interpretados com progressivo desembaraço. Assim, o comportamento ajusta-se mais àquilo que a pessoa considera serem as exigências de sobrevivência neste cenário, e os discursos sofrem aproximação aos valores e crenças nela dominantes, operando-se evolução para a subfase 2.1.

5.2.3 ESTABILIZANDO UM PADRÃO DE VIDA [FASE 2.1]

*Strange days have found us
Strange days have tracked us down
They're going to destroy
Our casual joys
We shall go on playing
Or find a new town

Strange days have found us
And through their strange hours
We linger alone
Bodies confused
Memories misused
As we run from the day
To a strange night of stone*

The Doors, 1967, *Strange days*, estrofes 1-6 e 15-21

Sob três configurações distintas, a subfase 2.1 [estabilizando um padrão de vida] diferencia-se das anteriores pelo equilíbrio, embora condicional, que a constitui. Ultrapassadas as inseguranças generalizadas que pautaram as duas etapas prévias, neste momento o indivíduo estabeleceu rotinas, definiu espaços seguros, ensaiou estratégias de subsistência, e experimentou desafios vários (*e.g.*, luta pela manutenção de um local de pernoita, manipulação para obtenção de alimentos, pelo recurso à mentira para solicitar um crédito ao consumo), que lhe granjearam a confiança de que será capaz de sobreviver e, eventualmente, de tirar algum proveito das circunstâncias em que se encontra [subfase 2.1c]. Não se confunda, porém, o/a leitor/a, julgando que esta maior adaptação às demandas da rua resulta de uma tomada de decisão consciente, e em liberdade, com a conseqüente escolha da sua continuidade, em detrimento da alteração das condições em que se encontra. Pelo contrário, este *padrão* configuracional advém da permanência no tempo de uma conjuntura desfavorável²⁰¹, que traz consigo exigências muito distintas das que são requeridas à vasta maioria dos/as seus/as

²⁰¹ Vários autores alertam para a importância que a combinação de fatores de ordem diversa possui para a emergência e manutenção da situação de sem-abrigo no tempo [*e.g.*, vulnerabilidades pessoais (*e.g.*, propensão para a depressão, adição), constrangimentos estruturais (*e.g.*, diminuição dos apoios sociais no desemprego)], assim como do seu efeito de retroalimentação circular que, pelo avolumar de desvantagens e de privações que configuram, potenciam a diminuição severa da qualidade das circunstâncias de vida (*e.g.*, Edgar *et al.*, 2002; O'Flaherty, 2004; O'Sullivan, 2008; Busch-Geertsema & Fitzpatrick, 2008; Edgar, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Nunez & Adams, 2014).

congêneres, e perante as quais a pessoa necessita de reconfigurar as suas prioridades, condutas e valores, sob pena da experiência de fragmentação da sua identidade e/ou a confrontação com a absoluta carência de recursos, numa espiral que terminaria com a morte.

“Agarram-se à vida... têm medo de morrer ou de perder a saúde, ou a pouca saúde que têm. Acho que é um instinto básico, a sobrevivência. É um instinto que as pessoas têm e que têm muito medo de perder, pois é das poucas coisas que lhe resta quando estão na rua. Perder o pouco que têm... Integridade, alguns valores ou a vontade de viver” [E₉₄, S3].

A entrada nesta subfase ocorre, para a vasta maioria dos indivíduos que se encontrava na subfase 1.2, através da subconfiguração 2.1b [*circunscrevendo-se às condicionantes da vida na rua*], podendo permanecer nela durante períodos que ascendem a décadas, ou transitar para as outras configurações, em momentos concretos de vivência da subfase 2.1. Embora com menor frequência, são também reportadas entradas diretas para a subfase 2.1c [*tirando partido das ruas*], particularmente em pessoas: (i) dependentes de substâncias (i)lícitas, com hábitos de consumo diário; (ii) recrutadas, nas subfases anteriores, por grupos que realizam negócio nas ruas (*e.g.*, venda de substâncias, venda de material de contrafação na rua (*e.g.*, venda de CDs de música ou jogos, roupa), venda de produtos de furtos (*e.g.*, máquinas fotográficas, livros)]; e que (iii) contraíram dívidas que têm de pagar com caráter de urgência (*e.g.*, créditos ao consumo, empréstimos a membros da comunidade que cedem dinheiro a troco da realização de tarefas), sob pena de sofrerem represálias severas (*e.g.*, risco de prisão, agressão física à sua pessoa); (iv) reclusos/as que são libertados e ficam de imediato em situação de sem-teto²⁰².

“Porque não é vida para ninguém, não é? Eu vim para aqui [do Porto para Coimbra, já em situação de sem-abrigo] com planos e até vinha bem... sem qualquer dependência e... prontos... Numa semana já consumi para lá aí umas 4 vezes, principalmente agora nestes últimos dias. Um 4 ou 5 vezes... Porque fico com aquele coiso... Para aguentar a noite e também porque está frio e... só aquela coisa de arrumar carros dá logo aquele instinto de toxicodependente” [E₅, S₁].

²⁰² Apresentada como uma área em que urge investimento, a fragilidade das ferramentas de inclusão comunitária e social tem sido um dos elementos que tem contribuído de forma acentuada para a experienciação da situação de sem-teto no período pós prisão (Dyb, 2009; Herman *et al.*, 2011; Anderson, 2013; Daly, 2013). Associado a dificuldades na esfera do emprego, redes informais de suporte fragilizadas e ausência de suporte comunitário, concorre, ainda, para maior probabilidade de ingresso em atividades não regulares ou, para um segmento, em trajetória criminosa (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Parsell & Parsell, 2012).

“Em relação à saída, é assim... lá dentro, pronto, tens pessoas, tens assistentes sociais e... mas isso é tudo uma tanga, percebes? As pessoas estão lá, fazem o trabalho delas, para ganharem o delas... é a mesma coisa que... esta situação... Tu podes sair ao meio da pena, não é? Ao meio da pena vais ao juiz, aos dois terços vais ao juiz... Por exemplo, eu fui aos dois terços... não, acho que fui ao meio da pena... Fui ao juiz e ele não me deu a condicional, percebes? Tinha que cumprir mais... Aos dois terços já não fui porque estava... Fui quase ao acabar a pena, já passava dos dois terços. Vais ao juiz, faltam-te 4 ou 5 meses para saíres, para acabares a tua pena... Vais ao juiz e ele não te concede a saída. Diz que tens de cumprir até ao fim porque não tens as condições necessárias para sair. Quando chega ao fim da tua pena, tu saís e simplesmente ninguém está preocupado se tens as condições, percebes? Podes ter as mesmas condições que tinhas quando foste há 5 meses atrás ao juiz... As condições podem ser as mesmas, que normalmente são, só que pronto, chegou ao fim da pena. Lamento... Venha outro. Aquilo é tudo... Se não fores tu a fazer algo... Não funciona, o sistema não funciona. E eu havia de fazer o quê? Vim cá para fora e tinha que sobreviver...” [E₈, S₁].

Não é, todavia, comum que a subfase 2.1 se inicie pela *alienação de si próprio/a e da sociedade* [subfase 2.1a], dado que este padrão vivencial se circunscreve a um extremo desinvestimento na participação em sociedade, associado à desistência da luta por eventuais alterações na situação atual. Excetua este reparo um grupo muito reduzido de pessoas, com perturbação psiquiátrica ou com limitações cognitivas severas, para quem a experiência deste etapa ocorre pela desistência de contacto com outros seres humanos, e pela circunscrição geográfica a espaços não povoados (*e.g.*, ida para um monte próximo da localidade, onde subsiste em condições de extrema precariedade).

Importa, ainda a este respeito, que se compreenda que as subfases não caracterizam pessoas, mas sim padrões discursivos e comportamentais que se manifestam num período concreto da sua trajetória. Neste sentido, não surpreenderá que o mesmo indivíduo possa, sem transitar desta subfase, experienciar as três configurações (*e.g.*, uma só vez, percorrendo-as em ciclo, ou retomando a subfase 2.1b por algum tempo), duas delas (*e.g.*, permutando entre a subfase 2.1b e 2.1c, ou entre 2.1a e 2.1b), ou permanecer numa só até à evolução para a subfase seguinte. A mudança de configuração decorre, como aludimos, da transformação do *padrão de vida* predominante (com concorrente modificação de prioridades, valores e ações), sendo expectável, embora não obrigatório, que, para aqueles/as que nela permanecem por vários anos, estas ocorram múltiplas vezes.

5.2.3.1 ALIENANDO-SE DE SI PRÓPRIO/A E DA SOCIEDADE [FASE 2.1A]

Je ne peux pas dire que je me sente allégé ni content; au contraire, ça m'écrase. Seulement mon but est atteint: je sais ce que je voulais savoir; tout ce qui m'est arrivé depuis le mois de janvier, je l'ai compris. La Nausée ne m'a pas quitté et je ne crois pas qu'elle me quittera de sitôt; mais je ne la subis plus, ce n'est plus une maladie ni une quinte passagère: c'est moi.

Jean-Paul Sartre, *La nausée*²⁰³, 1938, p. 178

Apontadas as considerações iniciais, damos início à descrição das três configurações [2.1a, 2.1b, 2.1c], tarefa que concretizamos de forma sequencial, e segundo a estratégia de organização dos conteúdos que temos vindo a mobilizar neste capítulo. Como já tivemos oportunidade de referir, a *alienação de si próprio/a e da sociedade* [subfase 2.1a], conforma uma das três previstas no modelo. Integram esta configuração cinco componentes chave que se dividem num total de doze dimensões principais, que, por sua vez, surgem subdivididas em categorias de menor amplitude, numa decomposição crescente que ascende à elencagem dos indicadores constantes nas entrevistas e nas notas dos memorandos. Notabiliza-se, enquanto categoria essencial da subfase 2.1a, a *subsistência em condições de extrema precariedade*, materializada através da *acomodação às limitações que experiencia* e na *dependência, apenas de si, para sobreviver*. Corporizam a primeira, a posse de um conjunto escasso de pertences (*e.g.*, recorre a objetos que transporta consigo, utiliza materiais a que acedeu naquele dia) e a redução drástica das expectativas para o quotidiano [*e.g.*, não verbaliza interesse em mudar a sua rotina ou em aceder a um maior número de recursos, limita a sua ação às possibilidades que identifica no imediato (*e.g.*, come fruta quando deteta quintas próximas, aceita donativos quando não lhe são exigidas contrapartidas).

²⁰³ Obra publicada pela editora Gallimard e integrada na coleção Folio.



Figura 6 – Subfase 2.1a Alienando-se de si próprio/a e da sociedade

A pessoa depende, quase em exclusivo, de si para sobreviver, centralizando as estratégias de subsistência naquilo que consegue obter e gerir (*e.g.*, não confia a guarda dos seus pertences a outrem), fixando locais para fazer face às suas necessidades, a partir da sua avaliação do que constitui um *entorno* viável (*e.g.*, seleciona zonas de utilização não controlada e pouco movimentadas, escolhe espaços menos sujeitos a intempéries), e declinando apoio regular e significativo no seu quotidiano (*e.g.*, aceita ofertas pontuais de ajuda por parte de membros da comunidade, rejeita intervenção formal, com exceção da distribuição de bens alimentares, roupa ou cobertores por parte de equipas de rua). Migra, sem preparação prévia, com o propósito de manutenção da sua *invisibilidade*, e/ou de sinalização de contextos mais propícios à supressão das suas necessidades).

Cristaliza, em síntese, uma *bolha de conforto*, *isolando-se* e *fixando espaços seguros*. Permanece sozinho/a uma parte substancial do seu quotidiano (*e.g.*, mantém-se imóvel ou em silêncio por longos períodos de tempo, minimiza os momentos de interação), evita, ao limite das suas possibilidades, contar a sua história ou descrever o seu dia-a-dia [*e.g.*, fornece o mínimo de informação sobre si (*e.g.*, verbaliza apenas o primeiro nome), esquiva-se a questões sobre o seu passado (*e.g.*, refere não se lembrar

de determinada informação, finge não ouvir e/ou não compreender as perguntas) ou o presente (*e.g.*, não revela táticas de gestão do quotidiano)].

“Às vezes não me apetece falar com ninguém. Veja se entende, Sónia, às vezes não me apetece falar com ninguém...” [Memorando de Giro de Rua, 2012].

Em paralelo, investe a sua energia em acautelar a segurança [*e.g.*, evita confrontos com outras pessoas em situação de sem-abrigo; pernoita em zonas centrais das localidades (vigiadas pela polícia e/ou com movimentação da população) ou, ao inverso, procura espaços longe de outros seres humanos (*e.g.*, quintas, montes); troca de local de pernoita quando identifica riscos inerentes à sua utilização (*e.g.*, quando avisado/a pelas forças de autoridade, quando outros/as lhe dizem que querem ocupar esse espaço)].

Dadas as limitações descritas, é quase uma inevitabilidade a constatação de que se verifica uma *grave negligência da promoção e manutenção do estado de saúde*. São comuns *descuidos dos cuidados consigo*, mesmo os mais elementares. As práticas de higiene passam a assumir um carácter irregular (*e.g.*, lavar a cara ou os dentes, tomar banho), a indumentária sofre desmazelo generalizado (*e.g.*, usa a mesma peça de roupa vários meses), a alimentação acontece a partir dos recursos obtidos (*e.g.*, passa vários dias sem comer, ou comendo, apenas, os donativos a que acede através de particulares; ingere pouca água), e dormita ao longo do dia. A sua rotina pauta-se, precisamente, pela inexistência [*e.g.*, não apresenta qualquer ordem na realização de tarefas, age por impulso, ignora eventuais celebrações que antes faziam parte do seu calendário (*e.g.*, Natal, Páscoa)].

“É uma vida incerta (...) Não, não há nenhuma regra. Não há nenhuma regra. A regra é o almoço e o jantar, isso é a regra. As duas regras, mas nem sempre faço essas... não, claro, pois não... O resto... o resto é como uma folha levada pelo vento, quase” [E, S₁].

Por outro lado, *permite uma profunda debilitação do seu estado geral de saúde*, não agindo sobre a acumulação de sequelas das situações de sem-teto e/ou habitação inadequada no seu bem-estar físico. Agravam-se os problemas de saúde anteriores (*e.g.*, sofre aumento de sintomas, sente dores agudas) e aparecem novos (*e.g.*, perda de dentes, unicriptose, expetoração, dispneia, bronquite, dispepsia, obstipação, cálculo renal). Em paralelo, o bem-estar mental também diminui, seja por agravamento de eventuais transtornos existentes (*e.g.*, aumento da severidade dos sintomas, diversificação de sintomas), seja pelo surgimento, e contínua intensificação, de

desconforto, ansiedade ou apatia (*e.g.*, isolamento crescente, afunilamento das preocupações e pensamentos, sensação de confusão e desorientação por períodos de duração variável, perda de contacto com a realidade).

Não obstante esta dificuldade em gerir o seu quotidiano, é característica desta fase a *rejeição das intervenções*. O evitamento dos serviços de saúde é muito elevado, mesmo quando profissionais e/ou voluntários/as vão ao seu encontro para a realização de tratamentos de emergência (*e.g.*, ignora indicações dos técnicos/as sobre locais onde pode obter ajuda, nega querer ser ajudado/a, recusa apoio para aquisição de próteses, não se vacina), ou quando lhe é disponibilizada medicação para fazer face às doenças e/ou transtornos que apresenta (*e.g.*, não toma medicação, não cumpre indicações de tratamento)²⁰⁴.

Em acréscimo, e num formato que denota, em si mesmo, a integração nesta subfase, manifesta *demissão*, quase absoluta, *da participação em sociedade*. *Descura*, ao extremo, *o cumprimento de direitos e deveres fundamentais*, ignorando, neste âmbito, as suas responsabilidades enquanto cidadão/a, regendo-se pelas suas próprias leis e regras de conduta (*e.g.*, não faz o mínimo esforço por manter documentação consigo, assumindo-se à margem das leis e regras da comunidade em que se encontra). Também não reivindica direitos, não apresentando reclamações, mesmo em situações em que foi tratado/a de forma injusta ou discriminatória, nem solicita qualquer tipo de informação junto de entidades, que lhe possibilite a melhoria das suas circunstâncias. *Permanece sem ocupação ou rendimentos regulares*, mantendo uma situação face ao emprego de não ativo (*e.g.*, não faz qualquer tentativa de procura de proventos regulares, não ingressa em atividades no registo da economia paralela), rejeitando, em acréscimo, iniciativas de formação (académica ou profissional) e o usufruto de apoio por parte do Estado. Investe, pontualmente, na obtenção de verba através de estratégias informais (*e.g.*, recorre à mendicidade, solicita bens essenciais a membros da comunidade, pede apoio para migração). A sua rede de relações encontra-se configurada pelo mínimo, por vezes sem identificação de qualquer pessoa de confiança, reportando ausência de

²⁰⁴ Constitui exceção a esta tendência a experimentação de dor ou incapacitação profundas (*e.g.*, apresenta limitações graves na locomoção, vomita perante ingestão de alimentos, sente dor intensa contínua), em que aceita, a custo, deslocação a serviços de saúde para realização de tratamentos. Note-se, contudo, que manifesta intenção de os abandonar, assim que considera a sua situação de saúde melhorada (implicando, aquela, o término ou não do tratamento).

contacto regular com membros da família de origem, e, também, inexistência ou contacto esporádico com conhecidos/as. Manifesta desinteresse no reforço de amizades. Em geral, não apresenta, como aludimos, qualquer apoio formal sistematizado, nem indica ter qualquer interesse na sua ativação.

“Ajuda? A Deus... só a Deus posso pedir ajuda. A quem hei de pedir ajuda?” [E, S₁].

Nessa configuração, domina uma manifesta *indiferença em relação à* situação de sem-abrigo *em que se encontra*. São muito incomuns relatos de descontentamento face às suas circunstâncias, ou de insatisfação em relação a eventuais problemas (*e.g.*, saúde deteriorada, ausência de relações de amizade). Não demonstra, em paralelo, vontade de alteração das condições em que se encontra [*e.g.*, invalida, pela extrema passividade que apresenta e pelo padrão de sucessivas rejeições de apoio de profissionais e/ou voluntários/as, qualquer tentativa de integração em Centro de Acolhimento ou outra estrutura de alojamento apoiado), não manifesta vontade em melhorar a sua adaptação (de si ao contexto ou deste às suas necessidades/ interesses].

“Não estou aqui bem nem mal, estou aqui... Amanhã posso não estar, posso levantar-me e ir-me embora e nunca mais regressar a Coimbra. Ou fico, por muitos meses... Não sei. Não preciso de mais, a minha mochila, os cobertores e alguma comida chegam” [Memorando de Giro de Rua, 2012].

A mensagem preponderante é a da demissão do controlo sobre a sua existência, vivendo um presente que *deixa acontecer* (*e.g.*, vagueia pelo quotidiano, sujeita-se a intempéries, não se vincula a pessoas ou contextos, modifica comportamentos por impulso e sem atender a eventuais consequências) e manifesta indiferença para com os outros. O seu passado parece *sepultado*, num esforço, inicialmente, consciente e depois naturalizado, de supressão de recordações da vida anterior e de soterramento das perdas sofridas (*e.g.*, soterra recordações dolorosas), e o seu futuro *abortado*, em resultado da desconsideração absoluta do que “poderá ainda acontecer” (*e.g.*, abandona aspirações, não formula desejos ou sonhos). Torna-se, assim, *invisível*, apesar da sua presença, quase constante, em espaço público ou de utilização não controlada. Incorpora a identidade de “ser ninguém”, omitindo a sua personalidade da sua trajetória, *i.e.*, *retira-se de cena*, na própria vida, numa generalizada apatia muito difícil de contrariar [*e.g.*, nulifica características pessoais, desiste de preferências e gostos, não

manifesta (des)amor por si próprio/a, demonstra ausência de (des)confiança em si mesmo/a)].

“O meu dia... passo-o no *surboeiro*²⁰⁵ sim... a ver a água passar por baixo da grelha... e as folhas... às vezes horas, tardes inteiras... Não falo com ninguém, nem quero...” [E₃₀, S₁].

“Há sem-abrigo que não valorizam nada... Outros valorizam uma simples vista, contemplar a natureza, e pouco mais” [E₉₄, S₁].

A sua identidade social padece de uma quase absoluta carência, dada a inexistência de redes de suporte, formais ou informais, e a indiferença patente no que concerne a eventual iniciação ou retoma de relações com membros família, da comunidade, profissionais, etc. (*e.g.*, não verbaliza qualquer necessidade ou interesse em responder a tentativas de estabelecimento de contacto continuado).

5.2.3.2 CIRCUNSCREVENDO-SE ÀS CONDICIONANTES DA VIDA NA RUA [FASE 2.IB]

(...) il n'y a ni bonheur ni malheur en ce monde, il y a la comparaison d'un état à un autre, voilà tout. Celui-là seul qui a éprouvé l'extrême infortune est apte à ressentir l'extrême félicité. Il faut avoir voulu mourir, Maximilien, pour savoir combien il est bon de vivre. Vivez donc et soyez heureux, enfants chéris de mon cœur, et n'oubliez pas jamais que toute la sagesse humaine sera dans ces deux mots: Attendre et espérer!

Alexandre Dumas, *Le Comte de Monte-Cristo*²⁰⁶, 1844, s.p.

A salvaguarda das conquistas realizadas e da *harmonia* criada, pesem os constrangimentos de que daremos conta em seguida, enforma o elemento sustentador da vivência da configuração 2.Ib desta subfase (*cf.*, Figura 7). Para a sua concretização o indivíduo *investe na preservação de parte dos cuidados básicos anteriores*, esforçando-se por cumprir horários em circunstâncias e em tarefas que avalia como importantes (*e.g.*, abandona o local de angariação de verba ou de pernoita antes que outros/as utilizadores/as cheguem, procura não se atrasar para reuniões com profissionais,

²⁰⁵ Designação que respeita, segundo o próprio, ao ato de contemplação de um boeiro.

²⁰⁶ Excertos da obra original passíveis de consulta em http://booknode.com/le_comte_de_monte-cristo_090/extraits.

esforça-se por manter níveis aceitáveis de assiduidade e de pontualidade nos serviços e projetos em que se encontra envolvido/a).



Figura 7 – Subfase 2.1b Circunscrevendo-se às condicionantes da vida na rua

Diligencia a sua permanência nos contextos mais proveitosos de angariação de verbas [e.g., negocia horários para o cumprimento das ocupações (e.g., arrumação de carros), desloca-se, de forma assídua, aos locais, para manter o domínio do seu *posto*), conservando, em simultâneo, o usufruto dos serviços que identifica como relevantes (e.g., dirige-se, atempadamente, à entidade em que faz as refeições principais, evita atrasar-se na espera pelas equipas de rua).

Efetua, embora com progressivo desmazelo, a higiene (e.g., desleixa a lavagem e/ou tratamento dos dentes; toma banho com relativa regularidade; corta, pontualmente, cabelo e/ou unhas), recorrendo a espaços e entidades vários (e.g., usa WC públicos, recorre ao rio e/ou bebedouros, utiliza os serviços disponibilizados pelas entidades que desenvolvem a sua ação com população sem-abrigo) e conserva a indumentária em condições mínimas de higiene (e.g., alterna entre troca e lavagem de roupa, aproveita o período de institucionalização para higienizar as roupas). Alimenta-se de acordo com uma dieta desequilibrada, em que mantém parte das refeições diárias

(*e.g.*, recorre a apoio de particulares, frequenta refeitórios e/ou cantinas), mobilizando uma elevada panóplia de táticas para assegurar alimentos e bebidas adicionais (*e.g.*, gasta parte dos seus proventos em alimentação, troca alimentos em troca por favores ou dinheiro, rouba). Neste período, a dieta é pouco variada, com excesso de consumo de alimentos ricos em gorduras, óleos, tubérculos e açúcares, e carência de leguminosas, hortícolas e frutas, peixes, cereais e derivados, mesmo quando usufrui de intervenção do Estado e/ou ONG para esse efeito. São, também, reportados consumos elevados de refrigerantes e/ou de bebidas alcoólicas, assim como de café e outros estimulantes. Verifica-se, em resumo, a continuidade de, apenas, parte dos cuidados básicos anteriores, numa dinâmica de relativa estabilidade, mas que não permite qualidade de vida satisfatória.

A subsistência acontece, muito, na dependência do suporte de outros/as em circunstâncias similares e por parte de membros da comunidade, a que acresce, em momentos específicos, a integração em iniciativas de reinserção para pessoas em situação de sem-abrigo (*e.g.*, pernoita em Centro de Acolhimento). É deste agregado heterogéneo de ajudas que retiram os recursos base para a sua subsistência, utilizando a verba de que dispõem (*e.g.*, através da mendicidade, via apoios sociais, em resultado da realização de trabalhos de curta duração) para a aquisição de outros que fazem parte integrante do seu dia-a-dia, mas que não podem ou não conseguem obter por esta via [*e.g.*, bebidas alcoólicas, drogas (i)lícitas, creme amaciador, verniz das unhas, pomada para os pés].

“Neste meio sabe-se tudo. Sabes onde é que hás-de ir comer, sabes onde hás-de ir buscar alimento barato, sabes onde é vais comprar as mortalhas mais baratas para o tabaco de enrolar, sabes onde é que... onde é o café mais barato, sabes onde é que é a casa de renda mais barata ou o Centro em que estás seguro” [E₂, S₁].

“Eu acho que muitos deles é através do amigo, do amigo do amigo, e vão sabendo, vão passando a palavra uns através dos outros. O que eles tentam fazer, penso eu, por exemplo, em situação de casas abandonadas que eles ocupam, é... verem e escolherem aquelas casas que embora estejam abandonadas ainda tenham alguma condição para eles lá estarem a viver. E condição, que tenham teto para não apanharem chuva, que tenha paredes para não levarem com frio...” [E₃₉, S₂].

Note-se, todavia, que, pelas rápidas alterações no âmbito do alojamento, é comum, nesta subfase, uma circunscrição dos pertences que mantém em sua posse. Por

um lado, as situações de sem-teto ou de habitação inadequada não permitem grande acumulação de bens, pois são elevados os riscos de roubo ou de ter de abandonar o espaço a qualquer momento (*e.g.*, por indicação de agentes da autoridade, por expulsão por outras pessoas em situação de sem-abrigo). Por outro, mesmo na situação de sem-casa (*e.g.*, integração em Centros de Acolhimento), o número de objetos que podem ter consigo é limitado, muitas vezes, às indicações previstas no regulamento interno, sendo ainda algo frequentes o roubo ou a destruição inadvertida de bens (*e.g.*, diminuição drástica do tamanho da roupa depois de lavada)²⁰⁷. Por todos estes motivos optam por controlar o volume de objetos que transportam, vendendo ou cedendo excedentes, negociando a sua guarda a instituições diversas, deitando-os ao lixo, ou trocando-os por outros de que necessitam.

Esta modalidade de gestão do quotidiano, baseada numa contínua apreciação do custo e do eventual benefício, com investimento na obtenção gratuita de recursos e bens, é mobilizada nas mais diversas áreas, incluindo a da otimização das condições de alojamento²⁰⁸. Por exemplo, a experiência de grande variedade de condições, quanto à habitação, é típica desta fase [*e.g.*, estadia em casa de conhecidos/as, ocupação de casas abandonadas, pernoita em espaço público ou não adequado para utilização por humanos (*e.g.*, fábricas abandonadas, estábulos, garagens, no interior de pilares de pontes)], sendo a decisão de ida/ingresso e de abandono essencialmente tomada em função da avaliação comparativa do risco e esforço que esta pressupõe, em contraponto com as mais-valias que dela pode retirar. Sucede, por isso, solicitar a pernoita, por algum tempo, numa casa abandonada que “arrenda” a outro indivíduo em situação de sem-abrigo (*cf.*, subfase 2.1c), em detrimento da aceitação de uma vaga num Centro de

²⁰⁷ As evidências expostas constituem um dos indicadores frequentemente referenciados na literatura da especialidade, e para os quais os/as autores/as alertam, no âmbito da reflexão sobre a rejeição dos serviços (*e.g.*, Centros de Acolhimento) e a desconfiança, que as pessoas em situação de sem-abrigo manifestam, relativamente a outros indivíduos em circunstâncias idênticas (Varanda & Adorno, 2004; Sakamoto, *et al.*, 2009; Grant, *et al.*, 2011; Cray, Miller, & Durso, 2013; Robaina, 2013).

²⁰⁸ A gestão da economia e dos bens a que nos reportamos foi, recentemente, alvo de investigação, sendo apresentada como o resultado de deliberação consciente e de opção racional, atendendo à situação específica em que muitas pessoas sem-abrigo de longa duração experienciam, sendo apontadas responsabilidades partilhadas entre diferentes agentes (*e.g.*, as próprias pessoas sem-abrigo, os profissionais que desenvolvem intervenção com esta população, os regulamentos dos serviços e entidades). No contexto desta economia de subsistência, “the actors rely on their social relationships to cope, and find that their social networks and economic strategies reinforce each other. Another important aspect of the harvesting economy is the short-term time perspective, which makes homeless individuals sufficiently flexible to cope with their day-to-day life” (Flåto & Johannessen, 2010, p. 89).

Acolhimento, porque a primeira lhes assegura proteção contra pessoas a quem deve dinheiro, e a segunda não, ou porque a primeira se situa perto da zona onde realiza arrumação de carros e a segunda nas imediações da cidade. Integra, porém, em períodos de maior vulnerabilidade (*e.g.*, maior debilitação do estado de saúde, receio de ser vítima de violência na rua), opções de alojamento apoiado que avalia como limitadoras da sua liberdade (*e.g.*, onde lhe impõem normas estritas de comportamento, onde tem de alterar a sua rotina), embora tenda a desistir deste suporte assim que a sua conjuntura melhora (*e.g.*, depois de terminar tratamento de saúde, após regularizar as dívidas a outra pessoa sem-abrigo, quando o clima muda para menos agreste).

Sujeita-se, com grande resistência, a ocorrências não desejadas, ajustando-se às alterações nas dinâmicas dos serviços, apesar das reclamações de insatisfação. Aguarda, por exemplo, a vinda das equipas de rua ao local habitual, mesmo que isso pressuponha mais tempo de espera que o previsto, permanece na fila para a obtenção de donativos e aguarda reabertura de serviços. Sinaliza, em paralelo, fontes adicionais de supressão das suas necessidades (*e.g.*, visita a família por períodos de tempo circunscritos, alia-se a indivíduos que realizam negócios nas ruas), procurando garantir verba suficiente para suprir as mais intensas. Neste âmbito, é típica a confinação a uma *condição face ao emprego fragilizada e irregular*, em que se inclui a participação, por temporadas curtas, em modalidades de emprego e/ou formação²⁰⁹ [*e.g.*, anui a participar numa formação subsidiada, realiza trabalhos temporários, envolve-se em atividades (i)lícitas], muitas vezes materializadas em ciclos de ingresso e abandono que fogem à completa compreensão de profissionais.

Permite, embora manifestando reservas, apoio de técnicos/as na candidatura a medidas de proteção social, mesmo quando detém informação em sua posse que inviabilizaria esse processo (*e.g.*, solicita apoio alimentar em várias entidades em simultâneo, inscreve-se em vários Centros de Acolhimento para alojamento, sonega informação no âmbito da candidatura a apoios e subsídios). Procura potenciar ao máximo as suas oportunidades e, a seu ver, o *não contar tudo*, tende a ter melhores resultados do que a explanação detalhada do que pensa, dos seus comportamentos e

²⁰⁹ Sobre a precariedade e irregularidade que o emprego assume para as populações sem-abrigo podem consultar-se, entre outros, os trabalhos de Heffron, Skipper, e Lambert (1997), Zuvekas e Hill (2000); Gaertz e O'Grady (2002), Persaud, McIntyre & Mileney (2010), Shaheen e Rio (2007).

das estratégias que utiliza. Por este motivo, são raras as verbalizações a profissionais, em que expõe, com veracidade, e em detalhe, tudo aquilo que lhe é perguntado²¹⁰.

“Não gosto de contar algumas... algumas coisas... Não, não faço por isso... Só se estiver mesmo numa de trabalhar alguma situação ou de enganar alguém... É assim... Eu não tenho orgulho nenhum em algumas das coisas que já fiz” [E₈, S₁].

A *rede de relações sofre fragilização*²¹¹, em parte decorrente da maior dificuldade em participar na vida cultural da comunidade (*e.g.*, participa num número limitado de iniciativas comunitárias; não integra, de forma regular, clubes e/ou associações), ainda que preserve a utilização, por sua iniciativa, de alguns espaços de frequência não controlada (*e.g.*, Casa da cultura, *shopping*), sozinho/a ou na companhia de outras pessoas com quem partilha o quotidiano.

A este elemento, associa-se o aumento da instrumentalização dos relacionamentos, que começam a estruturar-se com o propósito essencial de potenciarem a sua sobrevivência. Alia-se, para efeitos de subsistência, a pessoas com quem não possui grandes afinidades, ou mesmo de quem desgosta, para potenciação das condições de pernoita ou para a aquisição/obtenção de pertences e/ou recursos (*e.g.*, compra-lhe objetos, solicita bens emprestados, requer ou faz favores), ou para a gestão da informação a que acede (*e.g.*, procura aumentar os dados de que dispõe em relação à atribuição de subsídios ou às regras de funcionamento de instituições e serviços).

“Um amigo que tem lá um cubículo [numa Fábrica abandonada] é que me deixa lá dormir... em troca de droga, claro. Ninguém faz nada por acaso... Eu como sou uma tonta, uma otária... Se convidar para consumir dou metade das minhas coisas, o que não é normal. Dou-lhe sempre metade. Sou otária, acredita. E já me deu o banho, há uma semana atrás roubou-me 20€ e mesmo assim tenho-o orientado” [E₉, S₁].

²¹⁰ Note-se, porém, que muitas vezes a ausência de informações detalhadas confirmáveis não resulta de um consciente recurso à inverdade e à omissão de informação, mas sim da dificuldade em recordar, com o detalhe que é solicitado pelos serviços, pormenores do quotidiano e da história de vida, assim como da confusão que reina na sua mente (*e.g.*, devido ao consumo de substâncias, em resultado de vários anos de padrões disfuncionais de sono e descanso, em consequência do agravamento do seu bem-estar psicológico).

²¹¹ A fragilização da rede de relações, via enfraquecimento dos vínculos existentes e/ou pela sua extinção, tem sido um indicador recorrente em estudos sobre pessoas em situação de sem-abrigo crónicas e episódicas. Nestes grupos, que possuem características similares à da subfase 2.1 (com particular coincidência com a configuração que nos encontramos a descrever), são frequentes ligações superficiais ao outro e dificuldade em estabelecer um sentido de pertença a um determinado contexto (*e.g.*, Dordic, 1997; Lemos, 2000; Rokash, 2004; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Kirklin, 2012).

Experimenta uma redução substantiva do núcleo de *peessoas de confiança*, mantendo vários ciclos de início e término de relações amorosas (*e.g.*, revela dificuldade em se ajustar às necessidades e demandas do/a parceiro, manifesta grandes exigências e expectativas face ao/à conjugue) e sente dificuldade na distinção dos sentimentos, seus e daqueles/as com quem lida (*e.g.*, diz-se apaixonado/a por profissionais e/ou voluntários/as; assume uma atitude de grande proteção do/a parceiro/a que contrasta com períodos de humilhação ou degradação; acredita que alguns/mas profissionais o/a privilegiam porque nutrem sentimentos amorosos por si).

“Gosto muito de uma que é doutora. Eu gosto muito dela e sei que ela também está divorciada do marido dela e que também gosta de mim. A... [caracterização física da profissional] Disseram-me que o marido lhe dava muita tarefa... Que ela já sofreu muito na vida dela, que o marido lhe dava muitos maus tratos e tarefa e tudo... Mas eu não era assim, eu vou tratar bem dela” [E₇, S₁].

Tende, em acréscimo, a assumir uma posição ambivalente relativamente a outras pessoas em situação de sem-abrigo que, num momento são apresentadas como “irmãs/ãos de rua”, com quem tudo partilha e a quem confia os seus maiores problemas, e no seguinte como os/as responsáveis pela perda dos seus pertences (*e.g.*, queixa-se de roubo), ou de regalias (*e.g.*, acusa-os/as de fornecer informação sigilosa a outras pessoas em situação de sem-abrigo e/ou profissionais, assim como de mentir; culpabiliza-os/as por conflitos e atritos em que se envolve na rua). Neste momento, suportou já abandonos por parte da rede anterior de suporte (*e.g.*, membros da família contactam com menor regularidade, amigos/as passam por ele/a na rua sem o/a cumprimentar) e, porque assim se sentiu compelido/a, também ele/a evita o encontro com alguns/mas dos/as conhecidos/as anteriores, por receio de sofrer humilhação adicional (*e.g.*, teme comentários depreciativos sobre a sua pessoa).

Encapsula-se, gradualmente, na zona de conforto, numa dinâmica circular de que poderá levar anos a sair de forma definitiva. A rua, espaço que tanto temia nas subfases anteriores [subfase 1.1 e 1.2], passa agora a constituir o contexto em que se sente menos posto/a em causa e em que se considera no domínio. *Conhece* a rua, deteta, com alguma facilidade, os maiores perigos a que está exposto/a, sinaliza oportunidades, identifica os/as seus pares em privação habitacional severa (ou que realizam atividades de gestão diária na rua) e julga conhecer os seus códigos. Pesem todos os riscos e limitações que enformam o seu dia, e que sabe serem elevados, é na

rua que a segurança lhe parece maior, e é também nela que recebe algum reconhecimento do seu valor enquanto pessoa. Consente, por isso, uma progressiva restrição psicológica à sua *zona de conforto*, abandonando, progressivamente, as tentativas iniciais de a ampliar (*e.g.*, rejeita, com maior frequência, opções de alojamento por considerar que não se ajusta aos requisitos impostos, pela sua possível perda do seu *lugar na rua* e pela eventual rejeição dos/as seus pares, que veem como traição a sua integração em Centro de Acolhimento), agrilhoando-as às rotinas que instaurou (*e.g.*, rigidifica a concretização de procedimentos, resiste a eventuais tentativas de convencimento por parte de profissionais e/ou voluntários, no sentido da alteração das suas circunstâncias) e demarcando, ao limite das suas possibilidades, os espaços geográficos em que se encontra (*e.g.*, permanece em contextos em que se sente protegido/a por outras pessoas em situação de sem-abrigo; limita o número de deslocações a instituições, onde prevê confrontar-se com comentários depreciativos ou sermões moralistas).

Há pessoas que, por exemplo... que dormem ali na fábrica, na XX [designação anterior do imóvel], que já lá estão há anos, que dormem lá há anos. E a maior parte deles quando arranja um sítio que é do agrado deles, e que reúne as condições, se assim se pode dizer, eles tentam manter ao máximo... manter aquele espaço para eles, e a não divulgá-lo, para não se tornar público, também, o sítio onde dormem. Para manterem aquilo para eles" [E₃₉, S₂].

Batalha, por moderada segurança, na hierarquia social da rua, controlando, na medida daquilo que consegue, manifestações de vulnerabilidade. Para este efeito, mobiliza três estratégias principais, que, como veremos, nem sempre lhe garantem o resultado pretendido. Constitui a primeira a coligação com outros para aumentar o seu poder, seja via proteção de indivíduos que se encontram na subfase 2.1c (organizados, ou não, em grupos e/ou *gangs*), realizando tarefas para estes em troca de proteção (*e.g.*, venda de estupefacientes, sinalização de espaços seguros), da formação de um grupo, ou com recurso à defesa por parte de membros da comunidade (*e.g.*, dono de uma loja que lhe permite pernoitar no armazém)²¹². Opta, ainda, pela simulação de segurança, verbalizando estar em controlo sobre a sua vida e apresentando exemplos vários que atestam a sua força e esperteza. Em contraste, nega episódios de violência e de vitimização de que é alvo, minimizando a sua importância ou mesmo rejeitando terem

²¹² Curiosamente, a solicitação de ajuda às autoridades é uma estratégia muito pouco referida pelas pessoas que se encontram nesta subfase, sendo avaliada como o último expediente a mobilizar.

ocorrido. Esconde, por fim, manifestações de descontrolo emocional, na tentativa de não fragilizar a sua posição pública (*e.g.*, não chora em público, tenta esconder demonstrações de raiva e descontrolo). Deseja a não dependência e subsistência com recurso a si próprio/a (“não confiar em ninguém”), delineando, para o efeito, estratégias de gestão da sua autonomia (*e.g.*, procura aceder sempre a mais informação do que a que verbaliza; nega possuir bens consigo, para não ter que os partilhar; esconde tentativas, pontuais, de sair da situação de sem-abrigo; pede pequenos favores mas não identifica a quem).

Esforça-se, em suma, por respeitar a *lei da rua*, não porque se identifique com ela, mas porque teme as consequências do seu não cumprimento. Executa, assim, o *código de silêncio* [*e.g.*, não revela, às forças da autoridade, parte dos acontecimentos traumáticos ou (i)lícitos em que se envolve(u) ou de que tem conhecimento, nega ter sofrido violência ou roubos], respeita as normas de acesso a contextos de trabalho ou pernoita (*e.g.*, cumpre a regra da ocupação “por quem está há mais tempo”, disputa o espaço com recurso à violência física ou solicitando permissão para uso do espaço a troco de favores).

“Ele chegou... Algumas vezes chegou muitas vezes a querer ir para a rua e ir roubar. E eu não deixei porque ele não sabe roubar. Das poucas vezes que foi, foi apanhado. Ainda há pouco teve um julgamento e apanhou liberdade condicional porque ele não sabe roubar. Não tem artimanha para roubar. Eu não deixei... Antes quero fazer isto [prostituição] do que ele roubar e ir preso... Porque aí eu... Chegou a ir arrumar carros, mas já estavam ocupados e nem sempre dava. Chegou ainda a ir arrumar carros em frente àquele centro comercial, o XX [designação] quando podia... Nas horas que outros não queriam... Mas o XX [membro da família] é administrador daquilo e arranjam maneira de o por de lá para fora. Eu faço isto... e nós vamos tendo algum dinheiro sempre...” [E₁₂, S₁].

Neste âmbito tenta, também, ajustar o discurso e o comportamento às exigências dos vários grupos com quem contacta, evitando, por um lado, contendas com forças da autoridade, e demonstrando, por outro, posição de força relativamente aos seus pares. Intenta, embora com períodos de menor sucesso, preservar uma relação de relativa cordialidade com membros da comunidade. Sublinhe-se, porém, que, embora os comentários sobre a intervenção sejam negativos, é comum a identificação de um conjunto muito limitado de técnicos/as a quem reconhece um “trabalho bem feito”.

“A XX [nome da profissional]... Ela é que me arranjou tudo, a comida, cobertores e depois mandou-me falar com a XX [nome de

profissional] para vermos sítio para ficar... Tudo o que tenho, o devo a ela. É como uma irmã para mim. Os outros... puffff [E₉₁, S₃].

*Em relação ao seu estado de saúde, predomina uma forte ambivalência, associada a uma crescente debilitação geral do bem-estar físico e psicológico. A acumulação dos efeitos da situação de sem-abrigo é, em geral, visível a olho nu, sendo comuns o agravamento de problemas de saúde anteriores (e.g., maior cansaço e perda de energia, alterações na boca, aumento da dor) e o aparecimento de outros (e.g., alterações estruturais do pé, pneumonia, arritmias, obstipação). Tipicamente, recorre a tratamentos da sua autoria num primeiro momento (e.g., automedica-se), recorrendo aos serviços de saúde, com auxílio de profissionais em quem tem maior confiança, ou por sua iniciativa, quando se sente mais fragilizado/a (e.g., quando a locomoção está afetada, em momentos que sente dor aguda). Por sua vez, a *convivência* com efeitos da provação habitacional severa no seu estado mental, assume um cariz de maior complexidade. No global, refere controlar a acentuação de transtornos mentais, no entanto, verbaliza fazê-lo segundo os seus próprios critérios (e.g., monitoriza os sintomas; mantém, ainda que com limitada regularidade, acompanhamento médico), estratégia que, por vezes, se traduz num consentido aumento do mal-estar, associado a alterações do comportamento (e.g., atravessa períodos de elevada desmotivação/desinteresse e outros de muita energia e excessiva atividade; sente agitação e inquietude em vários momentos do dia, sem razão aparente; oscila entre momentos de maior sociabilidade, de agressividade e de isolamento em relação a profissionais e pares). Ocorre, também, uma gradativa naturalização de alterações do estado mental (e.g., legitima comportamentos desajustados, apresentando-os como consequência da experiência da vida na rua)²¹³.*

“Ora... um medo que tenho é, pronto... é derivado à minha doença. E chegar àquela fase terminal... pronto, como eu já vi pessoas no hospital e isso... Isso é um medo, é grande medo para mim. Chegar a

²¹³ Esta estratégia é mobilizada em alguns períodos temporais, em que, pese a eventual gravidade das perturbações psiquiátricas (bem como dos problemas de saúde física) que o indivíduo experiencia, ainda demonstra capacidade de ajuizar sobre o seu estado e de implementar medidas que, a seu ver, contribuem para a sua melhoria. Porém, noutras etapas, esta capacidade pode estar severamente afetada, sendo possível que experiencie perda de contacto com a realidade, grande desorganização psíquica (apresentando discursos totalmente desorganizados ou de conteúdo paranoide), não reconhecendo, igualmente, o carácter estranho/bizarro dos seus comportamentos. Quando estas características estão presentes possui, também, graves problemas de relacionamento social e incapacidade crescente na gestão do seu dia-a-dia, não sendo, por conseguinte, passível de inclusão nesta subfase, em que se pressupõe, por exemplo, a existência de capacidades de gestão do quotidiano, de avaliação de dificuldades e de sucessos, assim como de partilha de informações, entre outras.

essa fase e passar por essa fase. Tenho muito medo disso. Ver coisas que... Aliás passar por coisas que já vi... Isso para mim mete-me medo. Sinto-me com bastante medo, de chegar a essa fase. (...) Ela [a médica] diz que as coisas estão a evoluir, e que estão a passos largos... que se as pessoas tiverem uma vida regrada que as coisas podem-se manter dentro das linhas. Pois, o problema é esse, é que não tenho condições para ter uma vida regrada, nem para tomar medicações, nem... (...) Tenho agora uma consulta para lá ir esta semana, a ver se vou que é para começar... Isto agora tudo depende da situação do internamento na XX [designação da unidade hospitalar] que vai passar por se calhar ter de ser internado ali nos hospitais que é para fazer um tipo de exames que vão ser necessários e isso... E a partir daí a ver se tomo a medicação através do hospital, para ficar a tomar a medicação. Mas aí terei que ter condições... porque há medicação que é preciso frigorífico e isso... e a viver na rua é um bocado complicado... [E₂₂, S₁”.

Vacila entre períodos de grande preocupação e de negligência com a manutenção do estado geral de saúde. São, assim, frequentes temporadas em que recorre repetidamente aos serviços, confrontando informações provenientes de diferentes especialistas sobre o seu estado (*e.g.*, desloca-se aos serviços todos os dias, chama o INEM várias vezes por semana), e cumprindo, na totalidade, o plano terapêutico (*e.g.*, toma a medicação que lhe é prescrita) e, outras, em que o padrão se inverte e durante as quais recusa qualquer apoio a este nível [*e.g.*, nega dificuldades, controla os sintomas com recurso a estratégias da sua lavra (*e.g.*, percorre longas distâncias para diminuir os delírios, controla a dor com recurso a drogas)] até que as limitações são severas o suficiente para se tornarem impeditivas da realização das tarefas essenciais do seu dia-a-dia (*e.g.*, não consegue sair do local de pernoita para realizar as refeições).

Nesta configuração, prevalecem, em acréscimo, *graves limitações no cumprimento dos seus direitos e liberdades fundamentais.* Para além de *abdicar de esforços sistemáticos da sua averiguação* [*e.g.*, recorre a aconselhamento jurídico apenas em circunstâncias que avalia como potencialmente gravosas (*e.g.*, risco de prisão), examina, muito pontualmente, o enquadramento legal em vigor], abandona tentativas sistemáticas do seu cumprimento (*e.g.*, não renova a documentação, vende-a ou troca-a por bens de que necessita, não paga taxas ou impostos que tem em atraso). Refere, ainda, *sofrer ataques à sua honra e reputação*, por parte de outros indivíduos que se encontram em situação de sem-abrigo, por membros da comunidade e, até, profissionais. A sua apreciação, relativamente *ao acesso e usufruto de bens e serviços*, é

de descontentamento elevado, pois considera que a sua perspetiva não é tida em consideração, sentindo-se inibido/a de a expressar.

“Isso é uma tanga... mesmo a nível de ... mesmo nível de, pronto, de assistência social e não sei o que... isso é tudo uma tanga! Eu tentei... Quando saí tentei procurar ajuda na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, só que pus-me a não residir em Lisboa. Tinha que ter uma morada... Era assim, se calhar se arranjasse a morada de alguém que morasse em Lisboa e me desse essa morada, eram capazes de me ajudar de alguma maneira. Assim, como não morava em Lisboa propriamente... Disseram que era só ajuda para as pessoas que residiam em Lisboa, a sério” [E₈, S₁].

“Eu sou contra os Albergues, sou contra esses sítios todos. Os interesses dos utentes devem sobrepor-se aos interesses dos funcionários ou da própria casa em si. Mas é assim... eu estava no XX [designação do Centro de Acolhimento] e arranjei um trabalhito em XX [nome da localidade], que era à noite. Tinha turno das 6 às 4 da manhã e a única coisa que eu queria quando chegasse era que a XX [nome da profissional] me dissesse: “olha, tens aqui um prato de sopa, come”. Agora... estarem-me a dizer: “olha, tens de falar com o teu patrão e mudar de horário.” Pelo amor de Deus! E de manhã obrigava-me a sair ao mesmo tempo que os outros, logo cedo. Eu não dormia quase nada!” [E₁₄, S₁].

Reivindica liberdade de escolha (*e.g.*, demanda poder de decisão nas iniciativas que lhe dizem respeito, abandona iniciativas que impõe constrangimentos à ação livre, reclama impossibilidade de seleção do/a profissional que *gere* o seu caso) e confidencialidade na gestão da sua situação (*e.g.*, reclama da necessidade de expor por pormenores da sua vida a um número demasiado alto de técnicos/as, queixa-se do excesso de questões sobre a sua vida familiar passada).

Expõe, por fim, *violações no direito ao trabalho*, contestando a necessidade de mentir para garantir entrevistas de emprego (*e.g.*, ocultação de dados sobre a sua residência), alertando para a existência de episódios em que não é, na totalidade ou em parte, remunerado/a, e descrevendo condições que violam as normas legais em vigor (*e.g.*, aponta inexistência de horas de repouso, sinaliza maus tratos verbais).

“Estava a trabalhar aqui num senhor que tinha uma, uma Residencial... Por fim, saiu-me um bom vigarista. Começou-me a pagar bem nos primeiros meses, depois, por fim, começa-me a descontar... Passados uns 3, 4 meses começou-me a descontar logo 100 euros. E eu, “então, oh senhor XX [nome do Dono da Residencial], como é que é?”. Ele pagava-me... quer dizer... dava-me aquele X por mês... 300 euros por mês, e pagava-me o comer ali no XX [designação da entidade em que realiza refeições], almoço e jantar. E dormia na XX [indicação do local de pernoita] Que é assim mesmo. Dormia lá em cima no sótão.

Tinha lá uma camita e tal. Faz-me aquele contrato! E, por fim, chega-se ao pé de mim e desconta-me os 100 euros. Fiquei... fiquei pior que f... naquela tarde. Qual foi o contrato que a gente, que você fez comigo? “Ai tal, os... tenho que lhe descontar o dinheiro do mês, do comer, mais isto, mais aquilo...”. Você disse que me dava 300 euros e eu assinei o contrato. Eram 300 euros por mês, almoço e jantar pago, dormida e qu... e roupa lavada, foi que se definiu e agora o senhor desconta-me 100 euros?. “Ah tem que ser, e mais isto e... tem que ser” então olhe, desculpe, a partir de hoje... Ontem, o Assistente Social, diz ele Francisco: “tu é que és frouxo, se fosse comigo ele tinha que me dar os 100 euros, se não fosse de uma maneira era de outra”. Como quem diz, partia-lhe o focinho. Só ia criar problemas para mim, não é? Ele passa por aí na rua, baixa a cabeça para baixo e eu estou com a minha cara levantada” [E₃₇, S₁].

Sofre transformação na identidade, que se materializam numa crescente *assunção da situação de sem-abrigo como uma condição inevitável, irremediável e irrefutável*. Abandona tentativas de clarificação de outro(s) sentido(s) para o sucedido, avaliando como inúteis os esforços anteriores de compreender a situação em que se encontrava (*e.g.*, argumenta que as dúvidas sobre a sua pessoa se deviam ao medo que sentiu em etapas anteriores), apresentando justificações várias para a sua adequação ao mundo da rua (*e.g.*, relativiza os problemas de saúde; procura convencer-se de que, na rua, não sofre pressões nem imposições; esconde o medo e ansiedade que sente no quotidiano). *Incorpora as dinâmicas e valores da cultura de rua*, respeitando as hierarquias (*e.g.*, sujeita-se às indicações e indivíduos com maior poder, alia-se a pessoas para potenciar a sobrevivência) e valorizando o agora em detrimento do amanhã (*e.g.*, prioriza a satisfação de necessidades e interesses a curto prazo, não confere grande relevância a potenciais conotações da sua pessoa como sem-abrigo).

Em simultâneo, sofre um processo psicológico de *reinterpretação da sua história*, do qual não possui total consciência ou controlo. Idealiza o passado, modificando pormenores de forma a aumentar a adequação e heroicidade do seu comportamento, tecendo apreciações genéricas muito positivas sobre a sua vida anterior, ou, pelo oposto, descrevendo períodos em que o padrão é de negatividade e violência.

“Neste momento? Não acredito em nada, sinceramente não acredito mesmo. Acho que nunca mais vou ser feliz. Tenho a certeza absoluta. Para mim ser feliz era ter a vida que tinha quando estava em casa com a minha filha e o XX [nome do companheiro], mas isso não vai acontecer e custa-me a aceitar que não vai acontecer” [E₉, S₁].

“A minha mãe intervinha era para ele me dar mais pancada, não é? Uma vez, no dia dos meus anos fui para o hospital com uma crise de figado. Porque eu também sofro do figado desde os 7 anos de idade. Estive, até, em 2 anos, internada. Fui com uma crise de figado para o hospital e eu tinha até receitas e os papéis do hospital e tudo, e a minha mãe foi-lhe meter na cabeça que eu não tinha ido para o hospital nada... que tinha telefonado e tinha telefonado para o hospital e que eu não tinha lá posto os pés... Quer dizer, primeiro levei um enxerto de porrada à frente dela... Ah.... E então, só depois de estar toda negra é que me pediram explicações. A minha mãe pôs-me fora de casa estava eu grávida da minha filha, tinha eu 16 anos... O meu filho tinha 1 ano. Pôs-me fora de casa mais o meu filho e grávida quase em fim de termo. Fiquei 8 dias atrás do cemitério!”
[E₉₅, S₃].

Acomoda-se à precariedade do presente, centrando a apreciação da sua pessoa nas competências de sobrevivência (*e.g.*, sou muito bom a negociar com os profissionais, as pessoas fazem o que lhes peço), e incorporando o caos da vida na rua como norma (*e.g.*, mantém rotinas sem que delas assuma ter consciência). Por sua vez, deforma o futuro, dicotomizando a sua perspetiva em dois sentidos antagónicos. Por um lado, descreve uma trajetória idílica, passível de concretização a longo prazo (mas para o qual não identifica etapas ou iniciativas que necessite de realizar); por outro, apresenta mudanças estruturantes na sua vida, que diz concretizar a muito breve trecho, mas que nunca chega a encetar.

A identidade social sofre uma drástica diminuição, em grande medida devido à redução do número, qualidade, e diversidade de iniciativas em que se sente envolvido/a. Causador de elevado sofrimento, o rebaixamento é tido como resultado do abandono por parte de pessoas e instituições com quem a pessoa considerava ter relacionamentos importantes e estáveis (*e.g.*, experimenta reduzido número de tentativas de contacto presencial por parte da família, membros da comunidade fingem não conhecê-lo/a), sendo também resultante da consciencialização de que foi rejeitado/a por parte do mercado de trabalho (*e.g.*, sente os efeitos da ausência do desempenho de papéis profissionais, toma consciência da irremediabilidade de algumas perdas das relações profissionais que havia mantido).

“E temos que nos mentalizar. Porque se eu, hoje, podia ter o meu, o meu, o meu BMW... se eu hoje podia ter a minha casa normal... se, se eu hoje podia ter os meus 50 ou 200 euros por dia no bolso, tenho que me mentalizar que não tenho. E há-de, há-de haver pessoas que, que... que dirão assim: “eu hoje podia ter 500 euros no bolso e amanhã outros 500 e podia ter um Ferrari”. Há-de mentalizar-se que

não. Prontos, tem, tem um Toyota... êh... tem 100 euros... Não é? E... já ninguém olha para ele como que seja o não sei quem. Já olham para ele como uma pessoa normal. Assim como olham para mim e sou uma pessoa a dormir na rua. Isto... temos que nos habituar a isso. E agora... de mim... Pessoas como eu depende deles se são capazes para se mover, vestir-se e andar mais ou menos dentro da sociedade e serem aceites, e eles aceitem o que são. E essas pessoas têm que, na mesma, engolir os sapos e aceitar que as coisas... já, já não vai para ali pôr e dispor. Agora pode pôr e dispor mas é numa refeição, no pedido de uma refeição, ou no pedido de uns lençóis lavados e coisas assim... É uma forma de ver as coisas, mas temos que aceitar que a sociedade vai ser assim. Porque metade, ou mais de metade de nós, vamos viver em trânsito. Vamos viver em trânsito e sem... sem trabalhar. Sem trabalhar e em trânsito..." [E₁₀, S₁].

Sucumbe, além do exposto, à profunda diminuição da perceção de valor pessoal, sendo recorrentes manifestações de dúvida sobre si e as suas crenças ou valores, assim como demonstrações de insatisfação consigo (*e.g.*, perde a autoconfiança, sente-se inferior, questiona-se sobre as suas capacidades²¹⁴), embora tenda a não mostrar estas fraquezas com facilidade. A incerteza e o medo aumentam no decurso da configuração, sendo dois elementos que irão potenciar a emergência da seguinte subfase.

5.2.3.3 TIRANDO PROVEITO DA VIDA NA RUA [FASE 2.1C]

It has always seemed strange to me... the things we admire in men, kindness and generosity, openness, honesty, understanding and feeling, are the concomitants of failure in our system. And those traits we detest, sharpness, greed, acquisitiveness, meanness, egotism and self-interest, are the traits of success. And while men admire the quality of the first they love the produce of the second.

John Steinbeck, 2002, *Cannery Row (Centennial Edition)*²¹⁵, p. 131

A última configuração da subfase 2.1 diferencia-se, claramente, das duas anteriores pela instrumentalidade que a rua, e a vivência nela, assume para aqueles/as que nela se encontram (*cf.*, Figura 8). A preocupação principal é a de *desenrascar-se o melhor possível*, mesmo que para isso seja necessário recorrer a estratégias ardilosas e a

²¹⁴ "Se calhar nem em mim acredito, se acreditasse em mim..." [E₂₂, S₁].

²¹⁵ Excerto da publicação comemorativa da centésima edição, publicada pela editora Penguin Group. A versão original data de 1945, pela Viking Press.

manipulação, e simular ausência de qualquer vulnerabilidade e/ou receio, incluindo em episódios de vitimização²¹⁶.

Tirar partido da rua é, como o próprio nome indicia, intenção de potenciar as mais-valias das circunstâncias atuais, mobilizando outros/as no sentido do cumprimento de interesses próprios. A pessoa *estrategiza*, portanto, *a sobrevivência*, tornando os acontecimentos e as condições difíceis em que vive em oportunidades de angariação de fundos, bens ou regalias. Para este efeito, *mobiliza estratégias diversificadas para obtenção de bens e produtos*, assegurando recursos para fazer face a dependências, procurando viabilizar rápido acesso a alimentos, roupa ou utensílios de proteção (*e.g.*, navalha), e investindo na contínua melhoria do território a que *pertence* (*e.g.*, negocia, com outros indivíduos que pernoitam na rua, valores em troca de proteção).

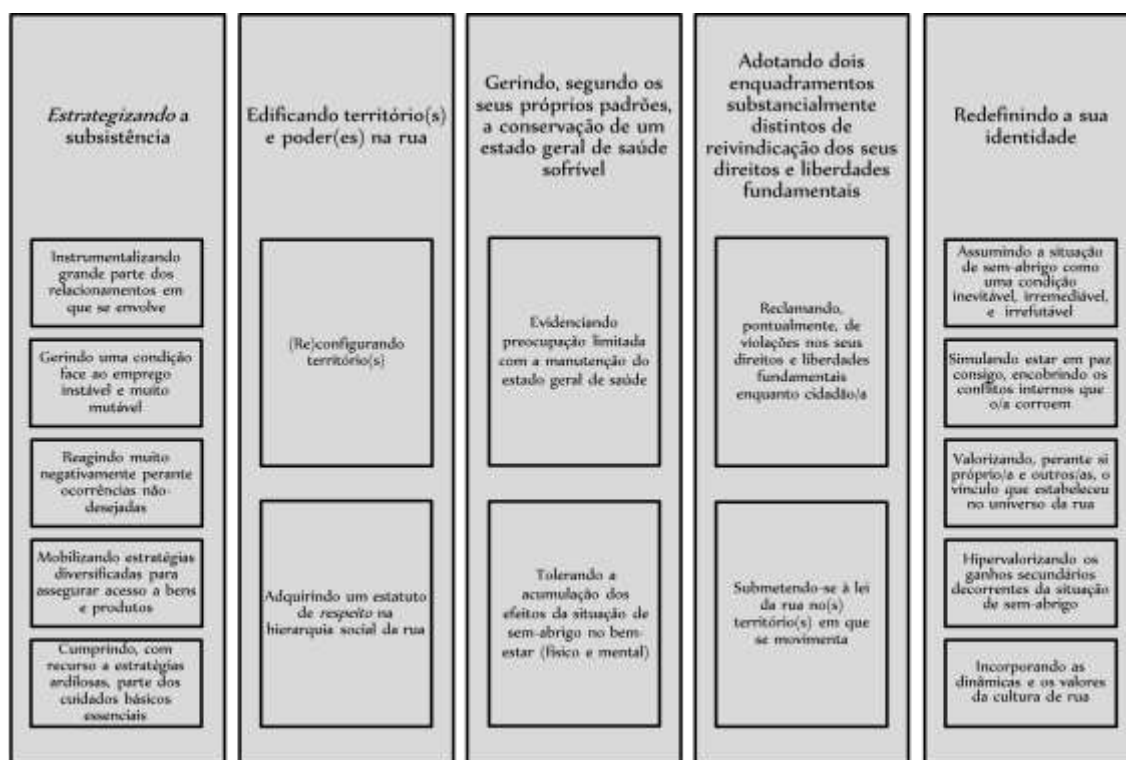


Figura 8 – Subfase 2.1c Tirando proveito da vida na rua

²¹⁶ “Fiquei sem casa, sem trabalho... Quando fiquei sem trabalho encontrei ucranianos e eles deixaram-me dormir numa casa velha abandonada. E lá roubaram-me... Desapareceu a minha casaca e os meus documentos todos... (...) Mas não tenho medo de nada. Nunca. Não tenho mesmo medo de coisa nenhuma” [E₂₅, S₁].

Envolve-se num leque muito heterogéneo de estratégias (esquemas), que oscilam entre a *cantiga do bandido* (e.g., mente e manipula profissionais, exagera as suas limitações), o furto e o recurso à força física (e.g., impõe a cedência de pertences, agride pessoas e vandaliza espaços e objetos).

“Eu não tenho nada escrito na testa, não é? E... ainda ontem... normalmente, agora, uma pessoa que olhe para mim e vá, sem ter as tatuagens à mostra, se calhar... vestido, diga-se normalmente, não é? Ninguém diz que tenho o passado que tenho. Ahhh... ainda ontem aquele pessoal que conheci... eram 2 gajos e 1 gaja. E ela vira-se para mim e diz: “eu não sei se já tiveste algum contacto com drogas, oh... não sei quem... Mas eu ando a fazer isto assim, assim e assim.” E eu a olhar para ela... Ya... está bem... Se ela soubesse o que ainda ali vinha...” [E₈, S₁].

Move-se sem dificuldades na rua, angariando fundos através da realização de tarefas no registo da economia paralela (e.g., aceita transportar encomendas para grupos organizados, arruma carros, prostitui-se, comete pequenos roubos) e *utilizando* outros indivíduos em situação de sem-abrigo, com menor poder, como instrumentos de acesso a produtos ou bens (e.g., exigindo que realizem tarefas para si). Contraí dívidas, já com intenção de não pagar ou de o fazer apenas em parte (e.g., faz créditos ao consumo, pede dinheiro a profissionais e/ou voluntários/as, solicita empréstimos a agiotas), tática que, por vezes, tem consequências desastrosas²¹⁷ (e.g., é vítima de agressão física severa por parte da pessoa a quem deve). Recorre, adicionalmente, a serviços por parte de membros da comunidade que lucram com as suas iniciativas.

“Às pensões... A gente paga a pensão. Faz o preço e cobra o preço da pensão ao cliente. Há aí umas 4 ou 5 pensões que fazem 5€, que é o mais barato para ir com o cliente e já está. Só mesmo para ir com o cliente. Se lá for com 10 clientes numa noite, pago 5€ de cada vez. Pronto. Mesmo que tenha lá um quarto alugado não posso usar porque vou com um cliente e tenho que pagar sempre os 5€. Se for lá com 20 clientes, são 20 vezes 5€. São 20 ou 30 minutos no máximo dos máximos, que é o tempo que podemos pagar o quarto, se quisermos mais tempo temos que pagar mais. É assim que se passa. À noite é nos carros, geralmente é nos carros” [E₉, S₁].

Em contraste com o limitado investimento no cumprimento de normas e regulamentos, que não os seus, salienta-se a *reação, tendencialmente negativa, perante*

²¹⁷ Esta é uma tarefa em que a pessoa tende a evidenciar, nesta subfase, níveis baixos de sucesso, em parte fruto do volume de dívidas que possivelmente acumulou (e.g., num máximo reportado de 7 créditos contraídos em simultâneo) e do grau de desconfiança que outros indivíduos demonstram, muitas vezes, em relação a si.

ocorrências não desejadas, visível em veemente reclamação contra alterações nas dinâmicas dos serviços (*e.g.*, revolta-se contra a necessidade de alterar o local em que obtém apoio alimentar, protesta contra alterações de horários para banhos) e acusações a instituições (*e.g.*, considera-as responsáveis por ter de recorrer a apoio por parte de membros da comunidade ou de outros indivíduos em situação de sem-abrigo).

A sua preocupação com o cumprimento de regulamentos e horários é, em suma, baixa e encontra-se dependente da apreciação da importância que a sua obediência possui para um efetivo incremento das suas circunstâncias, no imediato. A atenção encontra-se, como aludimos, canalizada para a satisfação de necessidades e para o aumento do seu poder na hierarquia da rua, sendo as restantes tarefas subordinadas a estes dois elementos chave. Não surpreende, por conseguinte, que os contextos e locais de pernoita sejam escolhidos com base na avaliação da sua adequação às dinâmicas em que se encontra envolvido/a e à supressão de necessidades prementes [*e.g.*, localizar-se próximo do local de aquisição de substâncias (i)lícitas, ou em que realiza tarefas a troco de dinheiro (*e.g.*, prostituição, arrumação de carros, venda de bens roubados), possuir espaço suficiente para a realização de tarefas múltiplas que integram o seu quotidiano].

“Dou-te o exemplo em relação aos toxicodependentes, ali na XX [designação da Fábrica abandonada], que é o espaço que eu conheço assim melhor. Eles adaptaram aquilo à situação e à condição de toxicodependência que têm. Desde terem lá uma mesinha e um banquinho ou dois banquinhos para poderem manusear os instrumentos quando se estão a injetar... Desde terem um espaço próprio para fazerem isso... Dividem, dividem as salas na parte para dormir, na parte onde vão realizar os consumos, onde deixam o material de consumo...” [E₃₉, S₂].

Para assegurar estes espaços ou contextos, negocia com outras pessoas em privação habitacional severa [*e.g.*, solicita autorização para permanência em fábrica abandonada ao indivíduo que se lá pernoita há mais tempo, “compra” o seu espaço de pernoita a outra pessoa em situação de sem-abrigo, troca a pernoita pela realização de favores sexuais, cede parte dos seus bens ou substâncias (i)lícitas que tem consigo] ou, quando considera que tem ascendente sobre quem lá está, impõe a sua presença (*e.g.*, cobra favores anteriores, ameaça agredir/roubar, recorre à violência física). Coage outros/as a tomarem conta do *seu* local de pernoita (*e.g.*, responsabiliza-os/as pela retirada dos seus pertences antes da abertura da loja; exige que esperem, por vezes horas, a sua chegada, de forma a assegurar que ninguém ocupa o espaço em causa).

Procura, em concomitância temporal, persuadir profissionais e voluntários/as a permitir situações particulares para si, em troca da sua integração em Centro de Acolhimento ou da participação noutras intervenções, seja através de táticas de negociação (*e.g.*, debate o ajuste de horários de entrada e saída), ou de ameaça [*e.g.*, apresenta exemplos da violência a que se submeterão se o/a contrariarem (*e.g.*, perda de dentes, laceração do olho, destruição de propriedade), refere que apresentará queixa formal pela inadequação de serviços]. Note-se que, este parco esforço pelo cumprimento de horários se dissemina, nesta configuração, às restantes esferas do seu quotidiano, sendo frequentes despedimentos, expulsão de serviços de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo, e perda de apoios e subsídios do Estado, em resultado de níveis de assiduidade e pontualidade insuficientes, ou da não entrega atempada de informação/documentação.

O cumprimento dos cuidados essenciais, nesta configuração, é também circunscrito a algumas práticas de higiene/saúde, e acontece, sem surpresas, com recurso às mais criativas modalidades. Como a preocupação com o cumprimento de horários é limitada, nem sempre o indivíduo consegue recorrer, atempadamente, aos serviços e instituições para a realização de tarefas de higienização (sua e/ou da roupa), alimentação ou outras, recorrendo, em alternativa, a espaços de utilização não controlada (*e.g.*, lava-se no rio), à manipulação de membros da comunidade (*e.g.*, toma banho numa residência universitária, pede ajuda alimentar a uma idosa que pernoita na baixa) ou, embora com níveis de sucesso oscilantes, à negociação de situação de exceção junto de profissionais. Sem desvalorização das limitações na concretização destas tarefas, a higiene pessoal e da indumentária é mantida com relativa regularidade na maior parte do tempo, sendo aprimorada, sempre que a pessoa considera que deste esforço resultará um ganho acrescido (*e.g.*, corta o cabelo e as unhas antes de reunião com técnicos/as da Segurança Social, veste-se de forma mais formal quando pretende candidatar-se a uma ocupação).

Sempre que consegue assegurar suporte por parte de instituições, a efetivação deste tipo de tarefas passa pela sua concretização nestes espaços; quando tal não é possível (*e.g.*, porque foram eliminados do apoio, porque os horários não se compadecem com os seus interesses), recorre a outras possibilidades. São descritas, por exemplo, negociações com outros indivíduos que se encontram integrados em Centro

de Acolhimento, para que estes coloquem a sua roupa suja junto com a deles; ou com membros da comunidade que, em resultado de um pedido encarecido ou da realização de favores, lhe lavam e passam a roupa. Não é, ainda, invulgar que recorra a coação do/a companheiro/a para que realize essas empreitadas (mais frequente quando a companheira é do género feminino).

Mantém padrões alimentares incorretos, assegurando acesso a alimentos quando sente fome, mas sem mostrar inquietação particular com a manutenção de equilíbrio alimentar (*e.g.*, solicita apoio alimentar à Segurança Social, aceita donativos de membros da comunidade, rouba alimentos em supermercados e/ou a outras pessoas em situação de sem-abrigo). A dieta é pouco equilibrada, com clara sobreingestão de açúcares, tubérculos e gorduras, em detrimento de laticínios, leguminosas, hortícolas ou frutas, embora refira que, em regra, ingere os alimentos a que tem acesso. O consumo de água é inferior ao desejável (com exceção das pessoas dependentes de metanfetaminas e outras drogas sintéticas, que optam por esta como bebida privilegiada), sendo substituído por bebidas alcoólicas ou refrigerantes de baixo custo (*e.g.*, vinho em pacote ou vendido ao copo, cerveja). Por sua vez, os padrões de sono sofrem alterações severas, oscilando entre períodos de reduzida sonolência e de manifesta letargia (*e.g.*, dormita durante o dia, em períodos entrecortados).

“Comida, agora ando obcecada com comida. Agora ando a comprar comida, acho que é isso, sem dúvida. Mas é natural, uma pessoa quando deixa é tipo aquela onda de preencher o vazio, que isso é real. Eu acho que é real, mesmo. Há necessidade de... Para já, fisicamente, uma pessoa vai-se abaixo e vai recuperar, não é? Recupera os quilos que perdeu e etc., etc., mas a pessoa fica mesmo obcecada por comida ao ponto de comer tanto, tanto, tanto, que até fico enjoada e continuo a comer... Quando consumo não tenho fome, só de doces, muitos doces... mais tendência para doces. A gente não come comida saudável, só come doces” [E₉, S₁].

“Um dia se acordar porque não consigo dormir a primeira coisa que faço é buscar a minha ‘guita’ para tirar a ressaca, depois faço aquilo que me aparecer. Tou ali aos ‘coisos’ até ao meio dia e depois vou estacionar uns carritos até às 6 da noite, para aí. A partir daí não faço nada. Isso é um dia mau. Num dia bom, às 7 da manhã vou para XX [indicação de local], vendo um bocado de droga e faço o suficiente para mim, para o meu dia, e pronto, passo o resto do dia a andar de um lado para o outro. E é mais ou menos isso o que faço. Depois à noite vou às carrinhas para comer. (...) Durante o dia não como. Às vezes vou ao XX [nome do supermercado] e compro qualquer coisa para comer, barata. De resto são sempre essas pessoas que trazem comida boa e quente... À noite como em condições, mas durante o

dia não. Também não tenho muito apetite, estou sempre a mexer-me de um lado para o outro e não tenho muito apetite” [E₃₂, S₁].

Pelo exposto se assinala, com facilidade, a manutenção de uma *condição face ao emprego pautada por elevada instabilidade e mutabilidade*, em que se privilegiam ocupações que permitem retorno financeiro rápido (*e.g.*, tarefas que sejam pagas ao dia, arrumar carros, prostituição), envolvendo-se, quer em trabalhos de curta duração, muitas vezes no registo da economia paralela (*e.g.*, trabalha na construção civil ou na restauração sem contrato), quer em atividades ilícitas (*e.g.*, vende estupefacientes ou material roubado). Aceita participar em modalidades de emprego/formação e apoio em candidaturas a medidas de proteção social, embora não invista na sua concretização a médio prazo.

A instrumentalização de grande parte dos relacionamentos em que se envolve é um dos traços distintivos desta configuração. Procura alianças e utiliza-as com o propósito de aumentar o seu poder (*e.g.*, acesso facilitado a espaços seguros, obtenção de um maior número de regalias), gerindo, com cautela, o processo de partilha de bens e de informação relevante. Tipicamente, considera não poder confiar na vasta maioria de pessoas com quem contacta, mesmo aquelas que pertencem ao seu núcleo mais íntimo (*e.g.*, parceiro/a), razão pela qual, se esforça pela não disseminação de dados sobre a sua pessoa (*e.g.*, vulnerabilidades) ou esquemas a que recorre (*e.g.*, quem são os membros da comunidade a quem pede ajuda). Reporta pouco interesse na participação da vida cultural da comunidade, mantendo laços frágeis, e muitas vezes tensos, com habitantes e lojistas da zona. Excetua-se, ao referido, a frequência de iniciativas e contextos comunitários em que antecipa mais-valias (*e.g.*, frequenta Associações em que pode aceder a TV ou outras formas de entretenimento, em que lhe lavam a roupa ou disponibilizam comida) ou que utiliza para os seus *negócios* (*e.g.*, recorre a Centros de dia para reunir com outros indivíduos).

Edifica território(s) e poder(es) na rua, propósito a que dedica uma parte substantiva do seu dia. Pretende, e investe nesse sentido, *adquirir um estatuto de respeito na hierarquia social da rua*. Constrói, para isso, uma reputação de duro/a e esperto/a, via disseminação de episódios e histórias que atestam a sua heroicidade e perspicácia (*e.g.*, reinterpreta comportamentos seus, destacando ausência de receio na resolução de problemas; acrescenta pormenores não verídicos às narrativas; coloca-se

como protagonista de histórias que não são suas). Assume uma posição de força perante as pessoas com quem se relaciona, exigindo respeito àqueles/as que possuem poder idêntico ou abaixo do seu. Sempre que possível, opta pela ameaça e coação em detrimento do real recurso à força física, embora não tenha demasiada dificuldade em recorrer à agressão, motivada ou não.

“Nestes 3 anos em que estive na rua levei isso como método de vida, só que, no entanto, no Porto, lá eles... O Rui Rio acabou com isso dos arrumadores e torna-se mais difícil ser arrumador de carros. Fazia principalmente discotecas. Já havia sítios, a minha zona sempre foi muito boa para isso. Então lá eu tinha um sítiozinho que era só meu e eu lutava por manter aquilo só meu. Se chegassem à minha beira e me pegassem por bem... ‘olha, posso vir para aqui e tal...’ Eu sempre fui, pronto, nunca fui muito agarrado em nada... E para ter alguma pessoa com quem conversar e às vezes duas pessoas era melhor que uma. Era na boa. Deixava a pessoa vir para a minha beira. Claro que depois não podiam fazer de mim parvo, né? Geralmente tinha que recorrer à violência para ter um sítio só meu, né? Ao murro e ao pontapé na cabeça... Eu também sou novo e sempre fui chavalão de bairro, sempre me soube desenrascar nesse tipo de coisas. Não andava a bater nas pessoas a torto e a direito mas quando se cruzavam comigo nunca me deixava ficar. Sempre me soube defender. Eu sempre aguntei uns bons enxertos de porrada” [E₅, E₁].

“Muitos sem-abrigo têm em simultâneo comportamentos delinquentes e têm uma alta autoestima nesses comportamentos que adotam. Quanto pior, melhor. Um gajo diz “eu estive preso 10 anos”, “está bem mas eu tive 15”. “Eu matei um”, “mas eu matei 10, sou muito melhor que tu”. Portanto, isso é uma questão de autoestima. Não está canalizada para o que nós entendemos como correto, mas é a autoestima deles. Têm dificuldades em estabelecer relações afetivas e têm também pouca ressonância afetiva, acho eu” [E₇₉, S₂].

Neste contexto, e como forma de demonstração da sua dominância, instrumentaliza a relação que possui com os/as profissionais, levando-os/as, quando possível, a comportarem-se da forma que mais o/a beneficia (*e.g.*, demonstra falsa humildade e adequação, finge valorizar o seu trabalho e empenho, simula cumprir os requisitos exigidos). Mantém, por exemplo, um registo ambivalente com os técnicos/as que desenvolvem a sua ação em contexto de Giro de rua, com quem estabelece contacto próximo, com o propósito de aceder a privilégios (*e.g.*, obter sacos cama, ficar com vários sacos de comida, inscrever-se em atividades), optando por não se dirigir a eles/as ou ignorá-los/as quando se encontra (pre)ocupado com os *esquemas* e atividades em que está envolvido/a. Não demonstra, igualmente, grande consideração pelos membros da comunidade, recorrendo à sua ajuda quando dela necessita (*e.g.*, negocia

vantagens para si, furtando objetos) e utilizando espaços comunitários, sempre que se ajustam aos fins que persegue. Em geral, a postura para com agentes da autoridade é de dissimulação e conflito, fugindo do seu radar, sempre que possível. Nega, quando confrontado/a, a implicação em atividades criminosas (*e.g.*, rejeita conhecer indivíduos com quem se encontra com regularidade ou frequentar determinados espaços).

Reage, violentamente, perante traições e ataques à sua reputação, sejam estes comprovados ou fruto da sua imaginação, insurgindo-se contra serviços e instituições que, na sua perspetiva, o/a discriminam e põem em causa (*e.g.*, denigre a imagem dos serviços, insulta profissionais, destrói bens). Responde com agressão às ameaças por parte de outros indivíduos em situação de sem-abrigo, encetando, por si ou com recurso a membros do grupo/gang a que pertence, planos de vingança das perdas sofridas (*e.g.*, furta os seus pertences, apresenta queixa a profissionais levando à sua expulsão de iniciativas, ameaça-o/a, insulta-o/a em público). Em paralelo, dedica parte importante do seu tempo a esconder fragilidades, formando e terminando coligações, também para este efeito [*e.g.*, partilha espaços e bens a troco de maior proteção, assume tarefas complementares de gestão do território (*e.g.*, tomar conta de bens do grupo), utiliza estratégias de proteção de pessoas com vulnerabilidade física e/ou psicológica, como forma de aumentar a reputação de pessoa forte e poderosa]. Simula não sofrer inseguranças, escondendo os seus receios e inquietações (*e.g.*, nega dependência de substâncias ou ter doenças, verbaliza controlo sobre as suas circunstâncias).

(Re)configura o(s) território(s) em que se encontra, delimitando espaços sob seu controlo, ou em que se sente protegido/a pelo grupo/gang (*e.g.*, sinaliza contextos para obtenção de proventos, identifica pessoas que pode recrutar para o grupo).

“Não vou almoçar ao XX [designação da entidade] porque fica longe e para arranjar dinheiro é aqui em baixo. E a onda da droga passa-se aqui em baixo e ir lá para cima não dá muito jeito. É um bocado isso, lá no fundo é um bocado isso. É mais longe e tudo se passa aqui em baixo, para me prostituir é aqui em baixo, para consumir é aqui. Lá em cima é diferente, são aquelas pessoas que já não andam a consumir e estão um bocado afastadas. Quem está dentro do esquema é aqui” [E₉, S₁].

Chama a si a regulação do acesso e usufruto de bens no território, embora nem sempre o consiga (*e.g.*, outros indivíduos competem pelos lugares de maior poder), exigindo o

cumprimento da *lei das ruas*, sempre que esta se aplica de forma vantajosa para si (*e.g.*, exige obediência ao código de silêncio, demanda que se respeite a regra “quem fica é quem ocupa há mais tempo”, implementa medidas corretivas aos que não cumprem as regras). Em sincronia, executa táticas de ampliação da *zona* que domina, disputando espaços e/ou bens a outros indivíduos em situação de sem-abrigo e negociando coligações com outros grupos. Evita, na medida das suas possibilidades, interferências não desejadas [*e.g.*, esforça-se por garantir que as forças de autoridade não acedem a acontecimentos traumáticos e/ou ilícitos que ocorrem no(s) território(s) em que se movimenta, esconde episódios de violência e de vitimização dos/as profissionais com quem contacta].

Gere, segundo padrões que define, a conservação de um estado geral de saúde sofrível, tolerando a acumulação dos efeitos da situação de sem-abrigo no seu bem-estar. Suporta, por um lado, a acumulação de sequelas do seu estilo de vida [*e.g.*, consumos de substâncias (i)lícitas, alimentação pouco equilibrada e em períodos irregulares, padrões de sono desregulados] e a evolução de doenças (*e.g.*, não solicita intervenção médica, automedica-se), experienciando a diversificação de sintomas (*e.g.*, aumento da dor) e o surgimento de novos problemas de saúde [*e.g.*, suspeita ter contraído infeções sexualmente transmissíveis, sofre alterações da pele (*e.g.*, feridas, úlceras), sente dores nos pés]. Por outro, identifica, ainda que desvalorize, sequelas no bem-estar mental [*e.g.*, nega aumento da inflexibilidade de pensamento, rejeita sofrer de labilidade emocional, recusa o crescente descontrolo da sua agressividade; circunscreve as suas preocupações, por vezes de forma obsessiva, às atividades em que antecipa ganhos (*e.g.*, estima, repetidamente, ganhos; acautela, ainda que com níveis e sucesso sofríveis, riscos e consequências), sofre rápida escalada da violência verbal e física quando contrariado/a]. A sua preocupação com a manutenção do estado geral de saúde é, pelo exposto, limitada. Tipicamente, só aceita intervenções quando a gravidade dos sintomas o/a impedem de assumir as suas responsabilidades na rua, limitando o seu campo de ação, *i.e.*, em momentos de crise. Declina, por norma, toda a intervenção que lhe parece demasiado demorada ou pouco eficaz (*e.g.*, justifica a recusa com os longos tempos de espera para ser atendido/a no hospital ou Centro de Saúde). Incumpre, como regra, o tratamento apropriado a doenças e traumatismos (*e.g.*, vende a medicação, abandona o tratamento).

Adota dois enquadramentos substancialmente distintos da reivindicação dos seus direitos e liberdades fundamentais, submetendo(-se), num dos polos, à lei da rua no(s) território(s) em que se movimenta, e, no outro, reclamando, pontualmente, de violações aos seus direitos e liberdades fundamentais enquanto cidadão/a. Incorpora, no âmbito do primeiro, as normas e regras da rua como padrões de conduta (*e.g.*, exige a outros/as que realizem tarefas para si, recorre a subterfúgios nas negociações), assumindo o lema da sobrevivência do mais forte (*e.g.*, evita depender de outros para sobreviver, esconde atividades que realiza, recorre à violência para defender o *seu* espaço) e usando o *respeito*²¹⁸ como norma reguladora das interações (*e.g.*, confere maior *respeito* a quem tem mais força física ou maior capacidade de obtenção de proteção). Implementa, por sua iniciativa ou a mando de outrem, medidas punitivas a quem não cumpre as normas, recorrendo à violência verbal ou física (*e.g.*, insulta, publicamente, a pessoa; denigre a sua imagem; bate-lhe; expulsa-a do grupo).

É a lei da rua, é a lei da rua... é assim, oh... pois, de vez em quando temos que andar à morteirada uns aos outros, correto. (...) É a mesma coisa que a regra dos parques de estacionamento... É a mesma regra. É assim... É assim, se não respeitam o mais velho, ou o mais velho leva e mete o rabo entre as pernas, não é? Ou o mais velho não leva mas o outro mostra respeito ou então temos que andar à tareia, acontece. É uma lei ingrata, é como os animais selvagens. É a mesma coisa. A lei da rua é, assim, um bocado complicada. (...) É mesmo: a lei do mais forte. Depois, umas facadas de vez em quando... umas chaves de fendas... Sim, é a lei da rua, a lei da rua é assim. A lei da rua é assim. Há pessoas que chegam por trás de ti e espetam-te. Acontece. É a lei da rua [E₂, S₁].

Por sua vez, numa aproximação frágil à vivência cidadã em comunidade, recorre a aconselhamento jurídico em situações de maior gravidade (*e.g.*, recorre a apoio de defensor judicioso, aceita aconselhamento jurídico em instituições não governamentais), e requer informação, a profissionais e/ou voluntários/as, sobre os seus direitos e deveres (*e.g.*, usa essa informação para aumentar a probabilidade de sucesso em negociações

²¹⁸ *Respeito*, no código da rua, significa o cumprimento de regras e normas impostas por alguém, ou grupo, com maior poder sobre alguém, ou grupo, com poder inferior. Das várias normas existentes relevam o *respeito pelo mais velho na rua*, o *respeito por quem ocupa há mais tempo* e o *respeito por pessoas protegidas por grupos organizados*. A diminuição deste *respeito* pode acontecer, entre outros, pela perda de luta, pela ameaça de agressão ou de furto, ou por ocupação do território por grupo rival. Menos frequente, é ainda possível sofrer diminuição do *respeito* através da *destruição* da reputação (*e.g.*, disseminação de boato de que a pessoa colaborou com a polícia, indicação a profissionais e/ou entidades de que incumpriu regras).

com outros serviços)²¹⁹. No global, apresenta uma opinião muito negativa de profissionais e instituições, descrevendo-os como desadequados, e limitadores da sua liberdade (*e.g.*, refere ser vítima de discriminação por parte dos/as técnicos/as devido ao conhecimento da sua história, rejeita integrar projetos que impõem horários de permanência obrigatória). Menciona, se inquirido/a, violações no direito ao trabalho e ao rendimento que, a seu ver, justificam o seu desinvestimento nesta área (*e.g.*, apresenta exemplos de situações em que não foi pago/a pelo trabalho realizado).

Experiencia, ainda, um processo de *redefinição da sua identidade*, fruto da incorporação de dinâmicas e valores (que agrupa sobre o epíteto “lei da rua”), que agora exhibe como seus (*e.g.*, sofre profundas mudanças na forma de pensar, desvincula-se da maior parte dos contextos sociais que não fazem parte da vivência presente). Comportamentos, que anteriormente avaliava como inaceitáveis, fazem *hoje* parte do seu quotidiano, e valores que então defendia são, neste momento, relativizados pelo seu peso na gestão do quotidiano (*e.g.*, troca favores sexuais por proteção e/ou por objetos que considera importantes, recorre à violência para manter domínio do parque).

“A primeira vez que fui para a rua... Lembro... Estava cheia de medo. Credo, foi horrível. Ando na Avenida há 4 anos mas já tenho 14 de droga. Mas lembro-me da primeira vez e foi esquisito. Sempre encarei o sexo como... que essas coisas não se devem fazer em troca de dinheiro... deve ser porque a gente gosta e porque a gente quer. Eh, pá, tive um bocado de orgulho entre aspas, em nunca o ter feito. Porque é fácil ser mulher e ser toxicodependente, é só escolher os namorados certos, que é o que eu digo. E foi assim que eu funcionei sempre. Tudo bem que pode ser outro tipo de prostituição, mas não é aquela prostituição de estar ali a dar a cara e não sei quantos. É só ter os namorados que vendem droga e estás orientada. Na boa. Agora estar ali na Avenida... Oh pá... Nunca imaginei” [E₉, S₁].

Hipervaloriza os ganhos secundários decorrentes da situação de sem-abrigo, descrevendo-se como pessoa de relativa alta importância na hierarquia social da rua (*e.g.*, acentua o *respeito* que outros lhe têm, enfatiza a sua experiência de vida na situação de sem-teto) e reportando o controlo que exerce sobre pessoas, instituições e profissionais (*e.g.*, exemplifica situações em que as suas vontades foram feitas “por receio” de consequências). Reforça, portanto, perante si e outros, as vantagens das suas circunstâncias atuais (*e.g.*, destaca mais-valias dos estratagemas que faz, deprecia

²¹⁹ Note-se, todavia, que a assunção de responsabilidades ocorre em registo não sistemático, sendo irregulares o cumprimento de obrigações face ao Estado ou a participação em iniciativas para pessoas em situação de sem-abrigo.

consequências negativas do envolvimento em atividades criminosas), valorizando, também, os vínculos que estabelece(u) com este universo.

Todavia, e pesem estes relatos de concordância com as regras e normas por que se move, nesta configuração a pessoa tende a *simular estar em paz consigo, encobrindo os conflitos internos que o/a corroem*. Evita reviver o passado (*e.g.*, rejeita “remexer em feridas antigas”, limita o conhecimento de informação factual sobre a sua infância e/ou adolescência, esconde informação que evidencie vulnerabilidades) e, quando o faz, procura encobrir a carga emocional a ele associada (*e.g.*, aponta acontecimentos de grande dor, incerteza e angústia, dizendo que já não o incomodam).

“Em mim, eu sou o meu pior inimigo... Porque é verdade, porque eu conheço-me, conheço-me melhor a mim que qualquer outra pessoa e sei perfeitamente que o pior inimigo de mim mesmo sou eu. Não há companhia, não há ninguém que... que me possa fazer pior que eu mesmo. Porque aquilo que os outros me possam dizer ou possam dizer para fazer eu posso controlar de alguma maneira... Ou melhor do que aquilo que eu pense... Quando eu penso... isso é mais difícil de controlar. (...) Oh ninguém, ninguém confia em mim completamente. Só quem não me conhecer” [E₈, S₁].

“Eu já não sou uma pessoa de princípios ou de valores. Uma pessoa de valor nun... se rouba, rouba um milhão, rouba 2 milhões e rouba de forma tão linda e toda a gente quando sabe aplaude, não é? Maravilha, não é? Portanto. Ehh... e eu não roubava fora, mas roubava em casa, não é? Portanto eu já não tenho esses princípios, está a ver? De maneira que isso tudo arrastou-se para chegar aqui” [E₁₀, S₁].

“Droga, mais droga e mais droga... E fiz isto e fiz aquilo, percebes?... isso é outra coisa... Eu não tenho orgulho nenhum das m... que eu fiz. Fale eu com quem falar, eu não me vou por a contar... hii... fiz isto e fiz aquilo, percebes? E há pessoas que têm a mania de... essa mania, percebes? Estão a dar valor a uma coisa que não tem valor nenhum e que, pronto, se eu puder nem conto, nem conto. Ninguém tem... não são coisas boas, embora uma pessoa... claro que uma pessoa não esquece, mas vou estar a falar disso para quê? Não tenho orgulho nenhum nisso. Por isso é que prefiro, às vezes e muitas vezes, estar sozinho no meu canto...” [E₂₁, S₁].

Gere o presente, enquadrando-se na cultura de rua, num esforço por aumentar a margem de manobra que detém e não se afundar no aparente caos que a vida neste cenário assume. Deforma, porém, o futuro, ignorando potenciais alternativas à conjuntura, que deprecia; mantendo, em aparente contraste, o desejo de um futuro idílico a longo prazo, em que os acontecimentos deste período da sua vida possam ser apagados (*e.g.*, “migrar e começar uma vida nova”). Soterra, nas suas memórias, a

impressão de que “é uma pessoa sem valor”, embora seja confrontado/a com este pensamento várias vezes, no seu dia, lutando, internamente, contra a crença de que, para a sociedade, é uma pessoa sem princípios nem importância. Deprecia a desconfiança e o medo que sente, controlando, pelos seus próprios meios [e.g., consumo de substâncias (i)lícitas], as inquietações e a recorrente sensação de isolamento.

5.2.4 EXPERIENCIANDO OS LIMITES DA SOBREVIVÊNCIA [FASE 2.2]

*Don't despair, not even over the fact that you don't despair.
Just when everything seems over with, new forces come
marching up, and precisely that means that you are alive.
And if they don't, then everything is over with here, once
and for all.*

Franz Kafka, 1913, *The Diaries of Franz Kafka 1910-1913*²²⁰, s.p.

Pesem as substanciais diferenças entre as três configurações que enformam a subfase anterior, estas possuem em comum a tentativa de manutenção de um equilíbrio de subsistência que potencie a probabilidade de a pessoa se manter viva. Com exceção da subfase 2.1a, é também característica dessa etapa, a busca de melhoramentos nas circunstâncias experienciadas, embora, como vimos, nem sempre os resultados desse esforço se traduzam em real beneficiação do seu quotidiano. Em consequência, manifesta-se uma tendência forte de agravamento das condições, associada à acumulação de sequelas no bem-estar físico e psicológico, e também profundas *contusões* na sua percepção de valor enquanto pessoa e cidadão/a. Este avolumar de debilidades constitui, em resumo, a moldura de vulnerabilidades que provoca, a dado momento, a sensação de *ausência de sentido para a vida*. Sublinhe-se, contudo, que de forma distinta do que sucede noutras subfases, em que a transição se opera a partir de um *trigger* fácil de sinalizar, e do qual a pessoa em regra possui relativa consciência, nesta a evolução ocorre por acumulação, sendo os seus efeitos difusos até que se dá a

²²⁰ Reprodução de excertos dos Diários de Frank Kafka passível de consulta em <http://theresaurus.wordpress.com/2012/04/29/the-kafka-diaries/>.

completa transição. Por este motivo, a *experienciação dos limites da sobrevivência* não é, por norma, sinalizada em antecipação, seja pelos próprios/as ou pelos profissionais que com eles/as lidam com regularidade.

A sua ocorrência resulta, num primeiro momento, da *progressiva perda de controlo sobre o quotidiano*, numa configuração que, ao *olhar* desatento, pode assemelhar-se à primeira subfase que descrevemos, mas que, como veremos, se diferencia dela de forma substantiva (*cf.*, Figura 9).

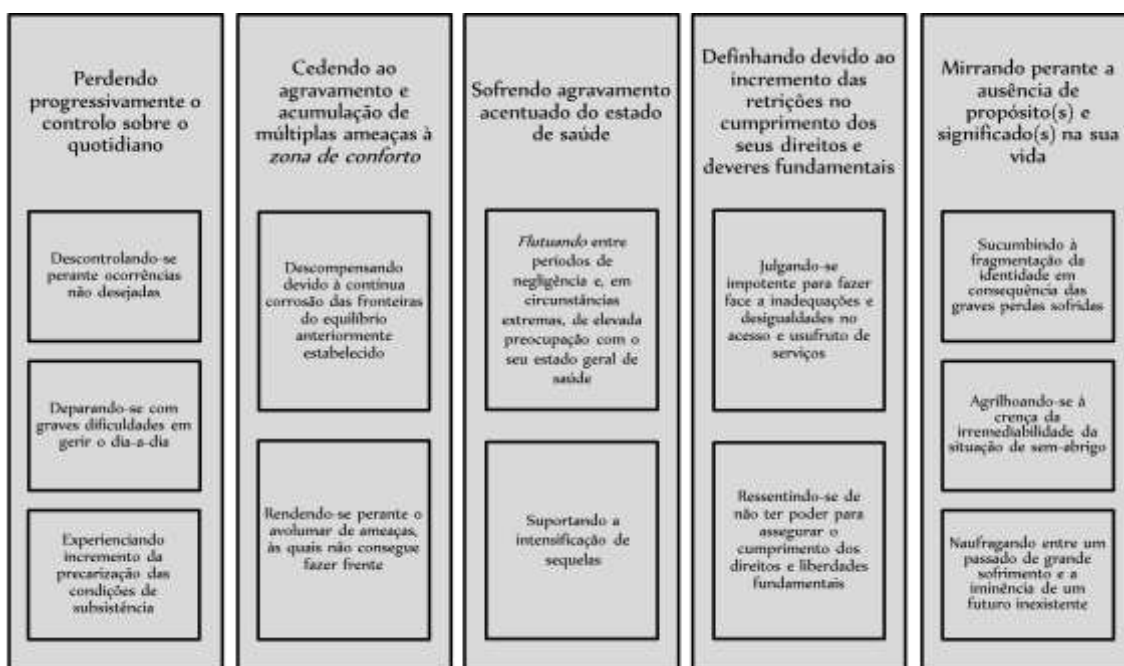


Figura 9 – Subfase 2.2 Experienciando os limites da sobrevivência

Aqui, o problema principal não advém da luta pelo seu sustento e da procura de (re)domínio sobre si e a situação em que se encontra. Pelo contrário, como explanaremos já em seguida, a questão principal, que dá identidade a esta subfase, é a da *resignação inconformada* perante uma densa espiral de obstáculos e de dificuldades, sendo o seu desfecho não passível de antecipação (*e.g.*, tentativa de suicídio, morte por agravamento da fragilidade física, formação de uma singularidade e reconfiguração da trajetória de vida).

Neste período, a pessoa sofre *incremento severo da precarização das condições de subsistência*, que se materializa na adoção de um padrão errático e circunscrito de

concretização dos cuidados básicos (*e.g.*, desleixa o cumprimento dos requisitos de preservação do local de pernoita; efetua, com grande irregularidade, a higiene pessoal; desatende a limpeza da indumentária). Alimenta-se de forma incorreta, abandonando parte das refeições e envolvendo-se menos na procura de estratégias alternativas de obtenção de alimentos (*e.g.*, dirige-se menos vezes às equipas de rua, desiste da frequência regular de refeitórios e/ou cantinas; recorre a caixotes do lixo e consome alimentos em semi-decomposição), e aumentando o consumo de bebidas alcoólicas e/ou de produtos não adequados para consumo humano (*e.g.*, bebe álcool etílico, com ou sem sumo de fruta). Os padrões de sono sofrem desregulação severa.

“Agora ando numa fase que faço muitas diretas. E se ando a consumir isso é consecutivo. Durmo muito pouco. Geralmente se puder dormir levanto-me lá para as 6 da tarde para aí, ao princípio da noite. Já tive uma altura de fazer isso; dormia de dia e só me levantava para me ir orientar de noite. Só me levantava para ir tirar a ressaca e voltar a dormir. Atualmente as noites que durmo acordo muito cedo. Para já ando a dormir na rua. Sou obrigada a acordar cedo porque durmo na rua, mas se arranjar um sítio para dormir, durmo o dia todo. (...) O almoço é no XX [designação de entidade]. Mas não pago, peço geralmente... Têm dado mas já me andam a avisar. Não vou almoçar ao X [designação de entidade] porque fica longe e para arranjar dinheiro é aqui em baixo” [E₉, S₁].

Depara-se com graves dificuldades em gerir o seu dia-a-dia, em parte resultantes do desaparecimento da maior parte dos hábitos anteriores [*e.g.*, deixa, por vezes por completo, de organizar o seu dia; desiste de compromissos, realiza e abandona atividades por impulso] e da perda de controlo sobre a gestão dos seus parques pertences (*e.g.*, desperdiça oportunidades de angariação e/ou manutenção de bens que mantinha, abandona o seu posto de arrumação de carros ou de mendicidade), sendo frequente, nesta etapa, a oscilação entre períodos de consumo desregrado [*e.g.*, consumo de vários maços de cigarros no mesmo dia, ingestão de diversas garrafas de vinho/cerveja] e de minimização/cessação do seu uso/gasto (*e.g.*, rejeita despender parte do seu tempo na solicitação de ajuda a profissionais, mesmo depois de vários dias sem comer). É, também, comum a destruição de objetos (seus ou não) em momentos de maior frustração e/ou irritação (*e.g.*, rasga/queima a documentação como manifestação de profundo desagrado com a sua situação, parte os óculos, abandona todos os seus cobertores em pleno Inverno).

“Queimei o passaporte, rasguei-o e queimei-o como protesto! Não quero passaporte nenhum, não quero ter nada a ver com este país!” [E₃₅, S₁].

O *descontrole*, do discurso e de comportamentos, faz parte do seu dia, particularmente quando se sente confrontado/a *com ocorrências não desejadas*. Revela generalizada incapacidade em lidar com incidentes não previstos no seu cotidiano (*e.g.*, insurge-se com pequenas alterações nos serviços, ameaça profissionais quando contrariado/a, chora na presença de contratempos), referindo não ser capaz de continuar a ajustar-se às privações que sente e julgando-se impotente perante a influência de fatores externos ao seu controle (*e.g.*, diz “não aguentar mais esta vida”). Altera desejos e expectativas sem motivo aparente, transitando de narrativas em que refere não ter qualquer aspiração para si ou para a sua existência (*e.g.*, “eu não desejo nada”) para descrições longas de ambições a concretizar a muito curto prazo (*e.g.*, obter emprego e casar, ser pai/mãe). Exaspera-se e indigna-se com a vasta maioria dos acontecimentos que enformam o seu dia (*e.g.*, verbaliza listas enormes de reclamações contra pessoas e serviços, diz-se prejudicado pelo governo), embora não se mobilize no sentido das alterações que diz pretender encetadas (*e.g.*, não recorre aos serviços no horário definido, desiste de esperar pelas equipas de rua, não se desloca a serviços de saúde).

“Já nada me mete medo, nem a morte. Porque sei que se morrer o meu espírito fica liberto. É muita maldade humana... Muita maldade humana... Já não tenho medo de nada. Cheguei ao limite dos meus problemas. Toda a gente faz pouco de mim... Eu já não temo nada nem quero nada. Eu já estou no limite, no limite mesmo... Já estive tão bem... E agora obrigam-me a fazer um apelo ao Estado porque não tenho nada... Já nem consigo mexer as mãos para fazer a comida, lavar as panelas... Já não consigo fazer nada sozinha. A morte é melhor do que a vida nestas circunstâncias” [E₉₆, S₁].

Cede, em simultâneo, *ao agravamento e acumulação de múltiplas ameaças à zona de conforto, rendendo-se perante o avolumar de ameaças, às quais não consegue fazer frente*. Experimenta a cristalização da sensação permanente de não rumo, sentindo-se progressivamente mais refém do contínuo agravamento da constrição do universo de possíveis. Descompensa, devido à contínua corrosão de fronteiras do equilíbrio anteriormente estabelecido, cedendo ao descontrole das manifestações de vulnerabilidade [*e.g.*, chora na presença de técnicos/as e outras pessoas em situação de sem-abrigo, confronta a polícia, quando alcoolizado ou sob influência de substâncias], julgando-se paralisado/a, sem possibilidade de ação perante os múltiplos constrangimentos que identifica. Não se sente *pertença* da rua ou da comunidade, e o seu comportamento já não lhe granjeia qualquer proteção ou invisibilidade em relação

aos seus pares, congéneres domiciliados/as ou membros das forças da autoridade (*e.g.*, deambula alcoolizado/a pelas ruas; pernoita em espaço aberto, no centro da cidade; calcorreia parte da cidade sem roupa da cinta para baixo; em momentos de desespero tenta roubar indivíduos que se encontram na subfase 2.1c). Verbaliza ter *definhado* (*e.g.*, indica já não saber como comportar-se em situações sociais, refere ter perdido capacidades e sofrido rigidificação de procedimentos), e sentir-se desgastado/a de lutar e de procurar soluções, resignando-se, por isso, *ao seu destino*. Desconfia da vasta maioria das pessoas com quem contacta, temendo que lhe façam mal quando se encontra mais vulnerável.

Descreve-se como frágil e desprotegido/a. Nesta etapa, o seu estado geral de saúde já sofreu acentuada deterioração, sendo expectáveis diversos sinais e sintomas de mal-estar físico (*e.g.*, lentificação psicomotora, escaras nos pés, dor contínua, zonas do corpo necrosadas, alterações na boca), por vezes potenciados pela desadequação dos processos de tratamento que intenta (*e.g.*, retirar um dente sem anestesia e com uma navalha por desinfetar, tratar amigdalite com consumo de bebidas alcoólicas).

“Tenho a úlcera no estômago, as quatro hepatites... E a visão, não capta a 100%, para aí 50 ou se for 50% da visão. Que eu devia usar óculos... Eu tinha uns óculos, ou perdi-os ou roubaram-mos. Mesmo daqueles de ver. Nota-se, noto na vista esquerda... Tenho consultas no XX [nome do Hospital] e disseram-me para ir a um oftalmologista mas a preguiça também... Mas vou lá para saber como estão os valores das hepatites, do fígado, como está a correr o processo... Fui operado à úlcera, à hérnia foi há 3 meses atrás...” [E₃₇, S₁].

Suporta, em simultâneo, debilitação do seu estado mental, sofrendo a evolução de transtornos mentais prévios (*e.g.*, aumento da intensidade dos sintomas) e experienciando novos sintomas (*e.g.*, paranoia). Perde, progressivamente, a capacidade de ajuizar sobre o seu estado (*e.g.*, não reconhece o carácter bizarro de alguns dos seus comportamentos, apresenta desorganização psíquica). Balança entre intervalos de intensa apatia e retraimento (*e.g.*, manifesta desinteresse nas mais singelas atividades do quotidiano, permanece parte do seu dia a “olhar para o vazio”) e de profunda ansiedade e desespero (*e.g.*, sofre perdas de memória, verbaliza sentir-se confuso/a, reporta dificuldade em tomar decisões, refere pensamentos negativos recorrentes)²²¹.

²²¹ O recurso a unidades de saúde acontece, tipicamente, apenas em casos extremos (*e.g.*, vomita há mais de uma semana e já não consegue sair do local de pernoita devido à fraqueza, desmaia de dor),

Definha devido ao incremento das restrições no cumprimento dos seus direitos e deveres fundamentais, ressentindo-se de não ter poder para garantir a sua prossecução (e.g., acredita que lhe são sonegadas informações, desinveste de potenciais esforços de averiguação de apoios) e julga-se impotente para fazer face a inadequações e desigualdades no acesso e usufruto de serviços (e.g., sente-se invisível perante profissionais e entidades, melindra-se com o pouco poder de decisão que possui, revolta-se com o disseminado conhecimento da sua situação).

“Fui ao Gabinete da habitação e o vereador que lá estava disse-me ‘a senhora tem é que ser internada’. Isto não se diz. Nunca mais lá volto. Eles não têm nível na Câmara. Destruíram a minha vida mas uma coisa que não destroem é a minha alma. Isso não destroem. Tem que se dar dignidade às pessoas. Dignificar o ser humano porque comida nestas carrinhas não é dignidade. Um ambiente horrível, com drogados, prostitutas... Eu não quero estar ali. Podiam criar uma estrutura com os mínimos para nós comermos. Essas carrinhas não ajudam em nada. Ainda ontem estava cheia de fome e deram-me um pão pequenino. Fiquei igual” [E₉₆, S₁].

Mirra, em suma, perante a ausência de propósito(s) e significado(s) na sua vida, naufragando entre um passado de grande sofrimento e a eminência de um futuro inexistente. Submerge nas memórias sofridas da sua trajetória (e.g., recorda momentos dolorosos do seu passado; reconstrói, pela negativa, recordações da vida anterior), sucumbindo à crescente fragmentação do seu presente (e.g., desiste de qualquer esforço organizado de potenciação da sua conjuntura atual) e, no extremo, extingue o seu futuro (e.g., abandona tentativas de planificação de projetos, mesmo a curto prazo).

Agrilhoa-se, ainda que com elevado sofrimento interno, à crença da irremediabilidade da situação de sem-abrigo, procurando na sua história os elementos que sustentam a inevitabilidade desta trajetória e circunscrevendo as eventuais explicações dos acontecimentos a um conjunto parco de elementos, através do qual atesta a impossibilidade de que a trajetória fosse outra (e.g., rejeita opiniões contrárias à sua; identifica responsáveis, incluindo-se nesse grupo). Teme, constantemente, maior sofrimento e a morte, desconfiando das intenções e propósitos dos outros com quem lida e, também, de si mesmo/a. Sucumbe à fragmentação da identidade em consequência das perdas sofridas, rendendo-se às profundas e múltiplas perdas na identidade social (e.g., sente-se abandonado/a e só, julga ter perdido a capacidade de se

embora, nos períodos de maior temor, possa suceder o inverso e opte por a elas recorrer, de forma sucessiva (e.g., chama várias vezes o INEM por semana, dirige-se às urgências e solicita internamento).

relacionar com outrem, dúvida de si) e sedimentando crenças de reduzido valor enquanto pessoa (*e.g.*, sente-se inferior aos outros).

“A minha vida, verdadeiramente, nunca a encontrei. A minha identidade não a conheço. Já pensei, nomeadamente, esquecê-la. Já rasguei o Bilhete de Identidade várias vezes a dizer, a dizer, a dizer o mesmo: vou perder a minha identidade!” [E₁₀, S₁].

Pelo exposto, seria plausível considerar que o termo desta subfase culminasse na morte do indivíduo, em resultado da extrema fragilização do seu estado de saúde (físico e psicológico) e da elevada precarização das circunstâncias em que se encontra. Iguamente previsível seria que, perante um sofrimento interno demasiado intenso, a pessoa decidisse terminar com a vida. No entanto, e embora ambas as possibilidades ocorram, para uma parte das pessoas, a evolução acontece, com maior frequência, por outras vias. Uma delas resulta da regressão à fase anterior, num ciclo que pode retroalimentar-se por longos anos [*cf.*, ponto 6.1.3.2]. Pode, ainda, formar-se uma *singularidade*, manifesta pela descoberta de sentido(s) para a sua existência, e que se traduz na emergência da subfase seguinte. Não surpreenderá o/a leitor/a, que esta transição seja única de cada trajetória, tal como a definição de significados e de propósitos noutras etapas da vida o é, porém, são identificáveis alguns elementos regulares da sua vivenciação, que incluem, por exemplo, o confronto com a morte e a decisão de reinvestir em si (*e.g.*, depois de uma overdose, na sequência de um longo tratamento de saúde), a sinalização de elementos em quem pode e confia (*e.g.*, membro da família), ou estabilização de um relacionamento de intimidade, que o/a confronta com dimensões positivas de si mesmo/a e do mundo, suficientemente fortes para que se opere uma transmutação do seu ser e estar.

5.2.5 (RE)CONFIGURANDO SENTIDO(S) NA VIDA [FASE 3.1]

Depois de um dia calmo de trabalho, uma palavra má de um amigo. É só porque eu não troco esta maneira gratuita e virginal de ver o mundo pelos meandros da sua cultura e da sua ambição. Para ele, essa coisa de existir não deve ser uma aproximação natural e contínua do sincero. Viver, lá na sua, é conseguir dia a dia um compromisso entre a árvore e o podador, entre os pseudovalores de fora e os autênticos valores de dentro, entre as mãos que querem liberdade e os bolsos que pedem préstimo.

O que é pena é que neste areal da vida, onde cada um segue o seu caminho, não haja nem tolerância nem humildade para respeitar o norte que o vizinho escolheu.

Miguel Torga, *Diário*, vol. I a IV²²², 1999, p. 34

E de novo acredito que nada do que é importante se perde verdadeiramente. Apenas nos iludimos, julgando ser donos das coisas, dos instantes e dos outros. Comigo caminham todos os mortos que amei, todos os amigos que se afastaram, todos os dias felizes que se apagaram. Não perdi nada, apenas a ilusão de que tudo podia ser meu para sempre.

Miguel Sousa Tavares, *Não te deixarei morrer, David Crockett*²²³, 2001, p. 20

A descoberta de *coragem para desejar e fazer escolhas* constitui o elemento que norteia as vivências que dão particular significado à quinta subfase (*cf.*, Figura 10). Reconquistam-se, gradualmente, regularidades no quotidiano, seja através de investimento consciente na sua estruturação (*e.g.*, programa, com antecedência, o dia; prioriza o cumprimento de diferentes tarefas; prepara a deslocação a serviços; define atividades de concretização no fim de semana) ou da participação em iniciativas de coletividades ou da comunidade (*e.g.*, retoma a colaboração em iniciativas que havia abandonado, esforça-se por conhecer e cumprir as normas de conduta em Associações, procura manter níveis aceitáveis de assiduidade e de pontualidade, evita desistir perante dificuldades ou obstáculos).

²²² Obra publicada pela editora D. Quixote.

²²³ Obra publicada, na sua 11ª edição, pela editora Oficina do Livro - Sociedade Editorial.



Figura 10 – Subfase 3.1 (re)Configurando sentido(s) na vida

Nesta etapa, o alojamento assume configurações diversas que progridem no sentido da autonomização, embora seja frequente a opção por escolhas menos dispendiosas, seja via arrendamento de quartos ou pequenas habitações em *espaços* menos cobiçados das localidades²²⁴.

“É impecável, tem uma janela bastante grande... Em frente à janela tem um telhado pequenito. A casa é fixe e eu gosto de lá estar. E é pertinho, pertinho do trabalho e tudo” [E₉, S₃].

A pessoa retoma a gestão dos seus rendimentos, tarefa que num primeiro momento lhe parece quase hercúlea, mas que, progressivamente, assume com maior segurança e com conquistas visíveis. Empenha-se na obtenção de proventos e de bens (*e.g.*, tenta garantir a sua posse em antecipação; adquire-os ou solicita ajuda a instituições; guarda alguns dos bens consigo, para períodos de maior dificuldade) e esforça-se por garantir a sua segurança (*e.g.*, define poucos locais onde deixa os seus pertences, registando onde os deixou, entrega-os a cuidado de pessoas que considera de confiança).

²²⁴ Para uma análise mais detalhada dos constrangimentos que estas pessoas enfrentam na seleção de alojamentos pode consultar-se Meert e Bourgeois (2005), Busch-Geertsema e colaboradores (2010), Hyman (2010), Pawson e Munro (2010), Mayock, O'Sullivan e Corr (2011) ou Fischer e colaboradores (2014).

Agencia, também, estratégias de gestão do seu orçamento, mobilizando-se para obtenção de *input* financeiro regular (*e.g.*, trata dos procedimentos necessários ao usufruto de prestações sociais e/ou outras medidas de apoio social; candidata-se a ofertas de emprego) e, também, na angariação de fontes não regulares de subsistência (*e.g.*, aceita realizar tarefas pontuais a membros da comunidade). Preocupa-se, ainda, com a minimização das despesas (*e.g.*, controla gastos com alimentação, produtos de higiene), tentando, embora muitas vezes com sucesso sofrível, guardar algum dinheiro. Retoma a regularização de dívidas, solicitando, para isso, ajuda na definição de opções para efetuar os pagamentos em falta ou procedendo, por decisão sua, à entrega da verba para diminuição do seu valor (*e.g.*, negocia entregas parcelares, paga a agiotas a quem deve dinheiro, devolve dinheiro a membros da família).

“Pois... de vez em quando dou dinheiro à minha irmã porque ela me ajudou. Porque se não fosse ela eu estava preso nesta altura. Porque ela pagou 700 e tal contos para eu não ir preso, pagou tudo. Então... fiquei em liberdade, só fiquei com dois anos de pena suspensa. E a partir daí senti-me na obrigação, também, de lhe retribuir e todos os meses dou-lhe 10 ou 20 contos. Que ela não precisa... mas dou porque ela também gastou dinheiro comigo e tudo o que eu tenho é graças a ela” [E₉₃, S₃].

Ensaia estratégias de aperfeiçoamento da gestão de problemas com que se depara no dia-a-dia, comparando eventuais consequências imediatas e diferidas da sua (não) resolução (*e.g.*, pondera a margem de manobra que possui, socorre-se de diferentes fontes de informação para decidir a que problemas deve conferir prioridade, requer alargamento de prazos).

Aprimora os cuidados básicos, intensificando os cuidados de higiene (*e.g.*, penteia o cabelo, retoma uso regular de desodorizante, compra creme amaciador/espuma da barba), zelando pela manutenção da indumentária em bom estado [*e.g.*, lava a roupa com maior frequência, pede ajuda a membros da rede informal (*e.g.*, familiar que lhe lava e passa a roupa), recorre a instituições que disponibilizam serviços de lavandaria] e adquirindo roupa (*e.g.*, compra peças de vestuário em lojas de baixo custo, recorre a donativos). *Melhora*, em registo contínuo, *a sua dieta alimentar*, introduzindo maior regularidade nos horários das refeições principais e procurando diversificar os alimentos que ingere (*e.g.*, aproveita os apoios institucionais para aumentar o equilíbrio dietético, consome mais água) e controlando, embora com níveis variáveis de sucesso, o consumo de substâncias de que depende.

Redefine, em concomitância, os padrões de sono e descanso, regulando um padrão de sono típico e reduzindo os períodos em que dormita durante o dia.

Uma das coisas que mais gosto agora é de poder passear pelas ruas e de comprar as coisas que acho bonitas. Gosto de fazer umas compras, poder passar nas lojas e comprar coisas boas” [E₉₃, S₃].

Luta pela melhoria da sua condição face ao emprego, preocupação que o/a leva a dirigir-se a entidades diversas e a apresentar candidaturas espontâneas (*e.g.*, oferece os seus serviços a empregadores/as anteriores/as, responde a ofertas que vê em jornais ou em montras de estabelecimentos, e/ou formação) e, por vezes, a ensaiar tentativas de migração. Testa diferentes configurações e possibilidades de ocupação, aceitando ofertas de trabalho temporário, realizando tarefas pontuais por conta própria, em registo não oficial (*e.g.*, aceita biscates, realiza recados a membros da comunidade) e, para um número mais restrito, retomando atividades ilícitas em que esteve envolvido/a. Passa, no entanto, por temporadas em que se mantém não ocupado/a e em que os proventos são reduzidos, necessitando de suporte formal para subsistir. Nesta subfase, é frequente que procure a extensão do usufruto de medidas de proteção social, para além do tempo previsto ou das regalias a que tem direito (*e.g.*, mantém a ajuda financeira do Estado, mesmo quando se encontra a realizar tarefas remuneradas no registo da economia paralela).

Experiencia progressiva melhoria das condições de alojamento, usufruindo de diferentes modalidades que tendem a evoluir, gradativamente, para habitação adequada²²⁵. Aceita, em períodos de maior vulnerabilidade, acolhimento em estruturas de apoio (*e.g.*, integra Centro de Acolhimento Temporário) ou alojamento com membros da rede informal de relações [*e.g.*, pernoita em casa de familiares, por favor, ou em troca de pagamento (em dinheiro, tarefas ou favores)], embora a *bússola* se encontre orientada para a autonomização (*e.g.*, poupa dinheiro para a primeira renda, localiza imóveis a baixo custo, requer auxílio para arrendamento às entidades competentes).

“Agora trabalho, agora estou a trabalhar. Mas antes... Antes de conhecer aqui o espaço [Centro de dia] fazia assim uns trabalhitos de artesanato, ia fazendo uns trocos para a rua, arranjava uns trocos e

²²⁵ Esta tendência não se verifica, porém, para pessoas que apresentam limitações severas, do foro físico ou psicológico, para quem este processo de reinserção em sociedade pode nunca chegar a ultrapassar a componente de sobrevivência apoiada (*e.g.*, integração em lar, alojamento apoiado).

mais nada. Agora levanto-me às 6h da manhã, saio de casa e vou trabalhar. Dantes saía tipo às 9h e ia ver se arranjava trabalho. Mas... antes disso... Bem, desde que lá estou [Apartamento de inserção] tive sempre essa coisa de andar à procura de trabalho porque não faz o meu género ficar naquele apartamento, não é para mim. Não gosto do modo como é gerido e daquilo que deixam os utentes fazer. Disso nem convém falar porque só tenho coisas mal a dizer. (...) Eu nunca estive em instituição nenhuma. É a primeira vez que estou num sítio desses. Queria que eu fosse para o XX [designação do Centro de Acolhimento] mas eu nunca quis ir para um sítio desses. Depois comecei a receber o Rendimento Social de Inserção, saí da rua, aluguei um quarto e, como não sobrava dinheiro para viver, a D. XX [nome da Técnica que gere o seu caso na Segurança Social], que me ajudou para receber o rendimento, é que sugeriu o Apartamento. Tive três ou quatro técnicos todos os dias a dar-me na cabeça ‘é melhor para ti, é melhor para ti’. Mas não é, tenho que sair para um espaço meu” [E₃, S₁].

“O trabalho... o trabalho eu vejo como uma coisa necessária e que no meu caso me ajuda financeiramente e psicologicamente, porque me mantém ocupado” [E₈, S₁].

Prescinde, progressivamente, de parte das dinâmicas relacionais que manteve na fase anterior (*e.g.*, abandona a frequência de alguns *espaços* da localidade, não aceita convites para momentos de convívio e/ou de consumo) e (re)cria uma rede de relações²²⁶ (*e.g.*, faz novas amizades; incrementa, aos poucos, o grau de confiança e intimidade em algumas das relações que estabelece; fortalece o vínculo a entidades públicas e/ou privadas, assim como ONG).

“Sei quem confia em mim. A minha mãe... Ela confia em mim. Ela sabe se estou a mentir ou não. Temos o Senhor XX, temos os colegas da fábrica, os patrões da fábrica... Há pessoas que confiam em mim, e também há outras que eu vejo que não. Não confiam em mim e eu também não confio... Algumas pessoas não confiam, porque se confiassem davam-me mais valor. Quando essas pessoas não dão valor, o que é que leva a crer... Essas pessoas com certeza não gostam de ver como eu estou. Posso estar errado, mas a mim tudo leva a crer que esse tipo de pessoas gostava que eu destruísse tudo novamente e depois que andasse lá novamente a pedir batatinhas” [E₈₇, S₃].

Regenera, por patamares de amplitude crescente, *a sua zona de conforto*, revertendo os processos de severa constrição que sofreu (*e.g.*, define objetivos para a

²²⁶ Para a pessoa que se encontrava na subfase 2.1.a [*alienando-se de si próprio e da sociedade*], este processo de abandono das dinâmicas relacionais ocorre de forma singular. Não se trata, em rigor, de abandonar a rede de relações que tinha, ou até de encetar reconfigurações na rede de relações anterior, mas sim de abandonar a dinâmica de relações que possuía e que se traduzia na ausência de uma rede de relações (seja esta formal e/ou informal).

sua vida, sente-se mais capaz de fazer escolhas, arrisca flexibilizar padrões de comportamento, aventura-se a participar em iniciativas novas). Reconfigura o universo de espaços que frequenta, ampliando o conjunto de contextos que avalia como seguros [e.g., manifesta menor receio em deslocar-se a instituições/contextos que lhe são menos familiares; explora, pontualmente, locais que desconhece (e.g., ida sozinho/a a museus)]. *Potencia*, de forma consciente, *a densificação e a flexibilização das fronteiras da zona de conforto*, julgando-se em controlo num número maior de acontecimentos (e.g., verbaliza níveis satisfatórios de segurança em relação ao seu quotidiano; gere melhor imprevistos; controla, na medida das suas possibilidades, manifestações de instabilidade). Flexibiliza, com progressiva facilidade, padrões de comportamento, tendo em conta as especificidades e demandas de grupos e contextos em que se movimenta (e.g., respeita as normas de sociabilidade convencionadas como ajustadas; envolve-se, menos vezes, em confrontos, físicos ou verbais).

Consciencializa-se da severidade dos problemas e empenha-se na sua diminuição, não, apenas, através do reconhecimento do agravamento do seu estado de saúde físico e mental, no decurso das subfases anteriores, mas, também, pelo confronto com uma diversidade de sintomas, da qual não tinha plena noção (e.g., expõe zonas do corpo inficionadas que diz ter detetado há pouco tempo). Pelo aumento do recurso a especialistas, é frequente, nesta fase, a sinalização de problemas de saúde adicionais e o início de tratamentos, que podem incluir acompanhamento continuado e, até, períodos de internamento. Note-se, contudo, que o empenho na sua realização é gradativo, com tendência para uma maior *preocupação na melhoria do estado de saúde* (e.g., aceita, com menor resistência, sugestão de profissionais para encaminhamento para Serviços de saúde; envolve-se mais nos processos terapêuticos, solicita apoio para custear medicação), mas sem total abandono de estratégias de sua autoria (e.g., continua a automedicar-se, pontualmente; tenta curas por meios naturais).

Amplifica, gradativamente, o número de obrigações que procura cumprir e apresenta menor receio em fazer valer as suas opiniões e pontos de vista (e.g., debate com técnicos/as soluções para o seu problema), *mobilizando-se de forma ativa no cumprimento dos seus deveres*. Para esta *progressiva expansão dos seus direitos e liberdades fundamentais* concorre, ainda, um maior *combate de inadequações e desigualdades no acesso e usufruto de direitos*. Procura informação, sozinho/a ou

ajudado/a por membros da rede (in)formal de relações, sobre as opções legais ao seu dispor, recorre a aconselhamento jurídico, quando considera necessário, resiste a tentativas de intromissão na sua vida pessoa e/ou familiar) e reivindica condições justas de trabalho, entre outros exemplos, que atestam uma maior segurança no seu papel de cidadão/a ativo/a.

“Fui ao centro de emprego, fui ao centro de emprego... Como eu já lá estava inscrito, mas com a residência do XX [Centro de Acolhimento Temporário]. Tanto que a senhora que me atendeu disse-me você reside na XX [morada do Centro de Acolhimento Temporário]. Não, eu não resido já lá. Mas é o que está aqui registado. Pois, mas deixa de estar porque eu já não resido lá. Então tem de se mudar a morada. Sim, eu já não estou em instituição nenhuma. Tive que mentir... porque eu sabendo que estando na instituição no XX [designação do Centro de Acolhimento Temporário] me iam retardar o emprego. Pela maneira como ela dizia... Mas você está no XX [designação do Centro de Acolhimento Temporário]... Não estou, não. Eu já ia combinado com o senhor XX [nome do membro da comunidade que cedeu morada] e dei essa morada. (...) Pus essa hipótese e... Prejudicava... Pus essa hipótese e... posso não ter a certeza absoluta mas estou 80 ou 90% certo. (...) Sei é que... pronto, achamos melhor... falei com esse senhor XX [nome do membro da comunidade que cedeu morada] e ele disse-me, eu acho que sim. Eu acho que é melhor não dizeres. Mentas! Não estás nada no XX [designação do Centro de Acolhimento Temporário]. Tu estás a viver aqui, pronto. É um quarto que tu alugaste, é uma casa que alugaste a morada é aqui. Valeu, eu acho que valeu a pena. Valeu e muito. Porque ela perguntou-me, então já não está no XX [designação do Centro de Acolhimento Temporário] há muito tempo, pouco tempo... É uma questão de dias, de semanas... Resolvi e agora quero resolver outra vida e preciso de trabalhar. (...)“Ela lá foi ao computador... Ela disse-me que não tinha nada e não sei o quê. Mas tem que haver alguma coisa, não me diga que não há nada, mas tem de haver alguma coisa. Venha cá 4ª feira, mas veja lá... Por favor não pense que estou no XX [designação do Centro de Acolhimento Temporário] que já não estou no XX [designação do Centro de Acolhimento Temporário]. Na 4ª vou lá... e ela lá foi novamente ao computador e disse-me que não tinha nada, na mesma... e eu achei estranho. Não me diga que não me arranja nada. E ela então disse-me... ele há aqui umas coisas, mas ainda não está bem... bem... introduzido aqui no centro de emprego para lhe estar a dar um postal para se apresentar nas firmas. Mas na 6ª de certeza que isto já está normalizado. Eu disse, veja lá... Você já me empurrou de 2ª para 4ª e agora está-me a empurrar de 4ª para 6ª, veja lá. (...) Fui lá na 6ª feira e assim que ela me viu ela disse, olhe, tenho boas notícias. Tenho aqui 3 propostas para si” [E₈₇, S₁].

Reconfigura, como já aludimos, propósito(s) e significado(s) na sua vida, reconceptualizando a situação de sem-abrigo como um período transitório passível de superação. Abre-se a diferentes leituras sobre esta etapa, procurando auxílio para tornar

este processo viável (*e.g.*, envolve-se em processo terapêutico, ouve a perspectiva de amigos/as e familiares²²⁷). Reanalisa a complexa cadeia de eventos e circunstâncias que culminou na situação de sem-teto, assinalando dimensões e fatores que contribuíram para a fragilização das suas circunstâncias, bem como para a sua permanência no tempo (*e.g.*, avalia responsabilidades, aprecia o papel de entidades diversas neste processo). Motiva-se para “sair da rua”, em definitivo, buscando orientação através da espiritualidade, convencendo-se de que vale a pena o esforço e reforçando as suas capacidades e competências (*e.g.*, relativiza críticas). *Desvincula-se das dinâmicas e valores da rua*²²⁸, renunciando, para tal, às dinâmicas que mantinha (*e.g.*, abandona relações disfuncionais em que se encontrava envolvido/a, desiste de cumprir os *códigos da rua*) e (re)definindo, paulatinamente, valores e prioridades (*e.g.*, integra o futuro nas suas preocupações, desenha planos de concretização mais morosa e/ou mais complexos). Empenha-se em descolar o rótulo de “sem-abrigo” da sua pessoa, salientando o seu investimento na superação deste período, manifestando reações negativas quando confrontado/a com ele (*e.g.*, rejeitando contar a sua história).

Incrementa a percepção de valor pessoal (*e.g.*, retoma a descoberta de capacidades e de competências, ensaia estratégias diversas para aumentar a autoestima) e *cicatrizas as feridas da identidade social* (*e.g.*, sente-se, aos poucos, elemento da comunidade; incorpora, na sua identidade, estatutos e papéis associados aos contextos e

²²⁷ Exemplifica o papel central que os familiares desempenham em alguns processos de reinserção o seguinte excerto: “Tudo o que eu tenho foi graças a ela... Sim... Sim... É ela que me trata sempre de tudo, algum problema que eu tenha, telefone, e ela trata-me de tudo. (...) Quem tratou da minha reforma foi a minha irmã, estava eu na XX [Centro de Acolhimento Temporário] quando a minha irmã começou a tratar disso. E depois passado 2/3 meses de estar lá recebi uma carta para receber 600 e tal contos e 2 meses depois mais uns 300. Mil e tal contos em 3 meses” [E₉₃, S₃].

²²⁸ Esta dimensão não traduz o processo de desvinculação respeitante à passagem da subfase 2.1a [*alienando-se de si próprio e da sociedade*] à subfase 2.2 [*experienciando os limites da sobrevivência*] e desta última à subfase 3.1 [(*re*)*configurando sentido(s) na vida*], uma vez que não se prevê a existência de vínculo a qualquer rede (formal ou informal) de relações. A sua alienação caracteriza-se precisamente pela não submissão às normas e regras da rua (aqui conceptualizada enquanto cenário social organizado), onde ocorrem múltiplas e complexas articulações entre pessoas e grupos), nem às de outros enquadramentos (dos quais possui particular importância a legislação em vigor em Portugal e os padrões culturais dominantes), o que lhe confere um estatuto *fantasma* face aos restantes grupos existentes em sociedade. Note-se, porém, que este estatuto é reconhecido como uma entidade real, pelos restantes indivíduos em situação de sem-abrigo e/ou por outros com quem contacta, e, até, por membros domiciliados da comunidade, ao qual surgem associados papéis específicos (*e.g.*, deambular pela localidade, não estabelecer contacto regular com outros indivíduos). Não se trata, pois, da simples constatação de ausência de pertença a um (ou mais) grupo(s) cultural(ais), mas sim da assunção de um estatuto que se caracteriza pela não pertença a redes, formais e/ou informais, de relações, e pelo não vínculo a dinâmicas e valores de grupos/comunidades.

grupos que integra). *Inicia*, ainda, *o processo de harmonização da sua história*, empenhando-se, para este efeito, (i) na reconciliação com o passado (*e.g.*, reconhece o desajuste de determinados comportamentos; integra, aos poucos, na sua história de vida, os períodos em que se encontrou em situação de sem-abrigo), (ii) na luta pelo presente (*e.g.*, reconstrói regularidades que procura manter, retoma atividades a que havia conferido relevo, descobre interesses); (iii) e na aspiração de um futuro melhor (*e.g.*, deseja aumentar a autonomia e a estabilidade na sua vida, planifica projetos de concretização a curto e médio prazo).

“Antes de voltar à sociedade tenho é de me reinserir comigo mesmo, sabe? É a mim que tenho de perdoar e que tenho de aceitar. Só depois disso é que posso tratar da integração com a família, na sociedade ou noutra coisa qualquer. Enquanto não estiver em paz comigo não há forma de me sentir incluído. Lá chegaremos, espero...”
[Memorando de Giro de Rua, 2010].

Note-se, contudo, que, nesta subfase, é comum alguma instabilidade e até aumento de dificuldades em ocasiões específicas, sendo possível a experimentação de recuos intrafases, nas mais variadas áreas, incluindo no bem-estar físico e psicológico. É, precisamente, do fortalecimento do controlo sobre si e sobre as suas circunstâncias que emerge um *padrão de normalidade* (configurado/a pelo próprio/a, valorizado pelos seus significativos, e aceite na comunidade em que se encontra), que constitui o embrião da redefinição do *seu* lugar em sociedade [subfase 3.2].

5.2.6 REDEFININDO *O SEU* LUGAR EM SOCIEDADE [FASE 3.2]

*Mary sat musing on the lamp-flame at the table
 Waiting for Warren. When she heard his step,
 She ran on tip-toe down the darkened passage
 To meet him in the doorway with the news
 And put him on his guard. "Silas is back."
 She pushed him outward with her through the door
 And shut it after her. "Be kind," she said. (...)
 "Home," he mocked gently.
 "Yes, what else but home?
 It all depends on what you mean by home.
 Of course he's nothing to us, any more
 Than was the hound that came a stranger to us
 Out of the woods, worn out upon the trail."
 "Home is the place where, when you have to go there,
 They have to take you in."
 "I should have called it
 Something you somehow haven't to deserve."*

Robert Frost, *The death of the iron man*²²⁹, 1915, estrofes 1-7 e 116-125

A última subfase desta *Grounded Theory* original prende-se com a assunção de controlo sobre si e a sua vida e, em simultâneo, com a participação, escolhida e livre, em múltiplos contextos comunitários (*cf.*, Figura 11). Como aludimos, nem todos os indivíduos que experienciam as (sub)fasas anteriores atingem este patamar de (re)inserção, dadas as elevadas exigências que pressupõe. A redefinição de um lugar *seu* em sociedade é, por conseguinte, uma aspiração de muitos/as, que se transforma em realidade apenas para uma parte deles, mantendo-se os restantes em frágeis equilíbrios de subsistência [subfases 2.1 e 2.2] ou num processo apoiado de vida autonomizada [subfase 3.1 (*e.g.*, permanência em alojamento supervisionado, subsistência com recurso a apoio do Estado)].

²²⁹ Poema acessível para consulta, na íntegra, através do endereço eletrónico: <http://www.poets.org/viewmedia.php/prmMID/19369>.

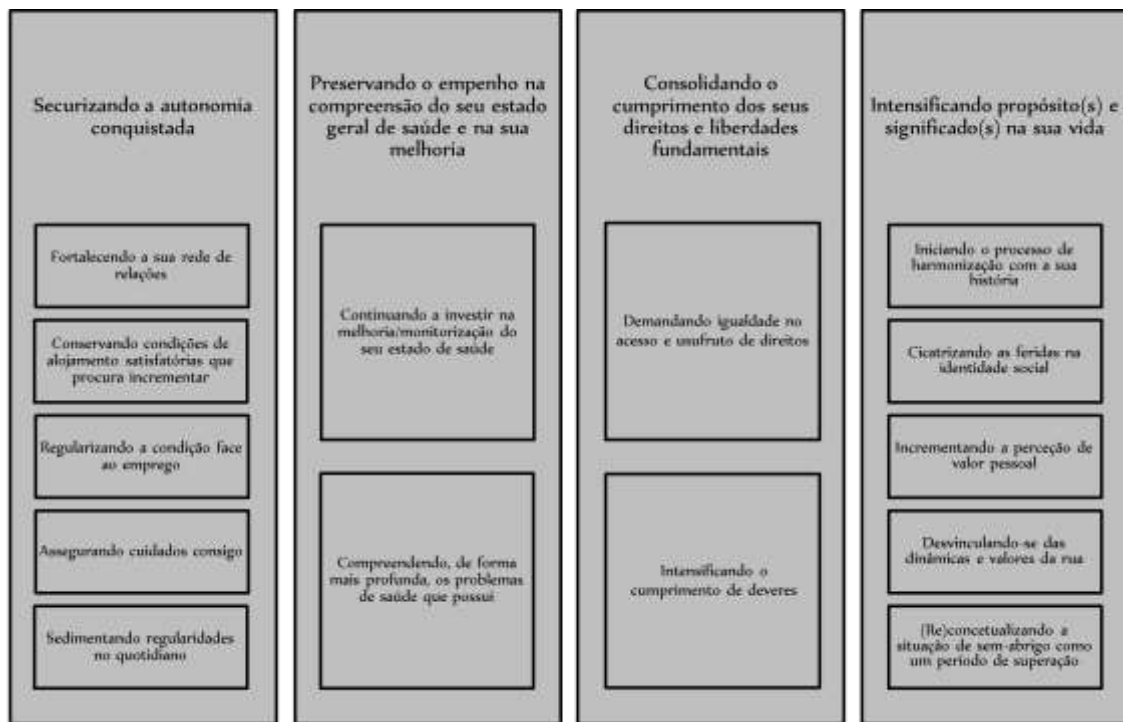


Figura 11 – Subfase 3.2 Redefinindo o *seu* lugar em sociedade

A *securização da autonomia conquistada* acontece através da *sedimentação de regularidades no quotidiano*, do *assegurar*, em independência, de *cuidados consigo*, da *regularização da condição face ao emprego*, da *conservação de condições de alojamento satisfatórias* (que procura incrementar) e do *fortalecimento da rede de relações*.

“Consegui, portanto... com vários sacrifícios ao princípio, não é? Em vez de fumar tabaco assim já feito, fumava tabaco de enrolar e é claro, em vez de beber 3 cafés bebia só 1. E em vez de ir almoçar assim uma coisa boa fazia as minhas economias” [E₈₇, S₃].

Normaliza o dia-a-dia a partir dos seus próprios critérios, considerando um horizonte temporal amplo e integrando nele iniciativas diferenciadas. Neste momento, flexibiliza a programação sem dilemas de maior, acrescentando ou removendo tarefas, no próprio dia ou dias anteriores, num registo em que a planificação da rotina é tida como um requisito importante para o cumprimento dos compromissos que assume. Equilibra, também, as suas expectativas, alargando o leque de preocupações com que lida e gerindo, com níveis de ansiedade menos elevados, imprevistos e contratemplos. Também o seu orçamento é gerido de forma regular, com particular cuidado na preservação de

um *input* financeiro suficiente para fazer face ao estilo de vida que possui²³⁰. Esforça-se, assim, por manter fontes estabilizadas de proventos (*e.g.*, retira parte do salário para pagamento de despesas fixas), às quais associa, pontualmente, receita adicional (*e.g.*, aceita trabalhos de curta duração, realiza tarefas para membros da comunidade, recebe ajudas de membros da família). Efetua gastos de forma controlada, assegurando verba para a manutenção de despesas regulares com o alojamento [*e.g.*, pagamento de gastos com comodidades básicas (*e.g.*, água, luz, gás) e com os seus cuidados (*e.g.*, produtos de limpeza)], assim como para reparações ou obras pontuais.

Acautela, ainda, o pagamento atempado de despesas com alimentação, higiene, saúde, transportes, telecomunicações, entre outros gastos frequentes. Mantém, até à sua extinção, a regularização das suas dívidas, ao Estado e/ou a particulares, negociando protelamentos quando dispõe de orçamento mais reduzido, e, se possível, requerendo o seu perdão. À utilização parcimoniosa de rendimentos, bens e recursos acresce, nesta subfase, uma preocupação clara com a criação de poupanças, numa tentativa de assegurar o não retrocesso às subfases anteriores. Para além da abertura de contas poupança, é típica a entrega de verba ou bens a membros da rede de confiança, para que estes os guardem. Diligencia a resolução de problemas com que se depara, combatendo o seu agravamento e/ou multiplicação pelo seu não atendimento atempado (*e.g.*, estima custos necessários, identifica necessidades de ajuda). Centra os seus esforços no lidar com as dificuldades mais prementes (pela urgência e gravidade),

²³⁰ A manutenção de uma *de vida razoável* é uma preocupação comum dos indivíduos que integram esta fase, que tem origem numa apreciação global subjetiva, tecida pelo/a próprio/a, sobre a sua vida. Se analisarmos esta preocupação à luz da perspetiva de Amartya Sen (*e.g.*, 1999, 2001), constatamos que se trata da avaliação que o/a próprio/a faz do nível de (in)cumprimento dos seus direitos ao desenvolvimento de um conjunto básico de capacidades, que lhe permitam fazer e ser aquilo que valoriza. A avaliação da razoabilidade da vida resulta, então, da análise comparativa de três ordens de fatores: (i) as suas produções atuais, os bens que considera possuir/aceder e as possibilidades de escolha que julga ter (isto é, aquilo que considera real e viável para si e na sua vida na atualidade); (ii) os constrangimentos na liberdade substantiva, para atingir combinações alternativas de funcionamentos, e os quais limitaram, por vezes sobremaneira, a sua liberdade substantiva para atingir um leque abrangente de combinações de funcionamentos (que experienciou em diferentes momentos da sua vida e, em particular, quando experienciou na situação de sem-abrigo); e (iii) aquilo que desejaria ser e fazer. Não se trata, portanto, da comparação entre os rendimentos auferidos por estes indivíduos/as, as suas condições de vida atuais e o nível de rendimento nacional, ou as condições de vida *padrão* na nossa sociedade (medidos a partir de um conjunto mais ou menos diversificado de indicadores objetivos), mas sim da apreciação subjetiva que o/a próprio/a tece acerca da razoabilidade das suas condições e o juízo que faz da sua pessoa na atualidade. Esta apreciação não encontra, por conseguinte, paralelo com eventuais apreciações objetivas, consubstanciadas em critérios padronizados (*e.g.*, limiar oficial de pobreza).

canalizando os seus recursos e eventuais auxílios para aquelas que considera poder ultrapassar rapidamente, ou, em alternativa, que exigirão expedientes mais complexos.

Assegura os cuidados consigo e com os seus pertences, tanto a nível da higiene pessoal (*e.g.*, toma banho com regularidade, penteia o cabelo, perfuma-se) e da indumentária (*e.g.*, lava e passa a roupa) como da limpeza dos espaços que habita (*e.g.*, arruma a habitação, limpa as divisões do espaço). Cumpre uma dieta alimentar que aprecia como satisfatória, realizando, no alojamento, as refeições que considera essenciais (*e.g.*, confeciona as suas refeições, adquire refeições que come em casa) ou em espaços de restauração (*e.g.*, alimenta-se em cantinas ou bares; realiza, pontualmente, refeições em restaurantes) e esforçando-se por manter o equilíbrio alimentar que definiu como adequado para si (*e.g.*, gere o consumo de refrigerantes e bebidas alcoólicas, alterna refeições de carne e peixe). Consolida, na medida do possível, os seus padrões de sono e descanso.

Regulariza a sua condição face ao emprego, embora vivencie períodos de desemprego e/ou precarização das condições. Mantém-se, se possível, no ativo, executando as funções previstas e respeitando as regras/normas das entidades a que se encontra vinculado/a. Negoceia, pontualmente, eventuais alterações nos acordos de trabalho, que podem implicar perda de privilégios (*e.g.*, aceita aumento/diminuição de horário, ajusta-se a mudanças nas tarefas, anui a propostas de alteração do setor em que trabalha). Quando integrado/a em iniciativas de formação, gere alterações nos horários ou locais em que esta decorre e, se tiver sido atribuída, do valor da bolsa (embora nesta subfase seja muito limitado o número de pessoas que recorrem a formação com o propósito de garantia de subsistência). Mantém, por intervalos de duração variável, duas ocupações profissionais, sendo comum que, pelo menos, uma delas ocorra no registo da economia paralela (*e.g.*, realiza biscates; trabalha, à hora/dia, na construção civil), embora também seja possível que ambas aconteçam em registo declarado (*e.g.*, é contratado/a para o período de férias de lojista). Procura, sempre que identifica necessidade, melhorar as suas circunstâncias (*e.g.*, sinaliza ocupações mais bem pagas, envia candidaturas espontâneas, responde a anúncios expostos em estabelecimentos e/ou jornais).

“Como é que eu consigo gerir meu tempo... É fácil, pronto... Como é que eu te hei de explicar. Comecei a trabalhar na fábrica no dia XX

de XX de 2006, o que é que acontece, só trabalhava 8 horas por dia... Ora, o dia tem 24h. Portanto... Queres saber como se organiza o tempo? É fácil! Basta nós sabermos que temos aquelas 8 horas de trabalho; seja das 8 às 16, seja das 16 às 24, ou seja da meia-noite às 8; são sempre só 8 horas. Restam 16 horas durante o dia. Ora, durante essas 16h pode-se organizar muita coisa. É claro que também temos de dormir. Pronto... e temos o espaço-tempo de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Mas a gente não vai estar a dormir 7 ou 8... às vezes estamos, mas pronto... mesmo que a gente esteja a dormir 7 ou 8 horas ainda sobra tempo. E foi com esse objetivo... desse tempo, desse espaço de tempo... Arranjar outra ocupação, uma boa ocupação, porque é sempre bom estar ocupado. Havendo condições e saúde para isso, porque não? Foi com esse objetivo que arranjei o part-time. Mas... para arranjar um part time no sistema em que estou a trabalhar... no sistema em que estou não é fácil, para conciliar... Uma semana é das 8 às 16h, a outra é das 16h às 24... Ehh... E depois querem part times tipo das 8 ao meio dia ou das 2 da tarde às 7 ou 8 da noite ou 10 da noite. Pronto, querem part times com horário fixo, para isso eu teria que ter um horário fixo, também, não é? Porque numa semana podia fazer e na outra já não... Então pensei no táxi... pronto... (...) Quando vejo que tenho necessidade de folgar folgo, porque neste momento sou eu que estou responsável por um dos carros da firma, que é o XX [número]" [E₈₇, S₃].

Requer medidas de proteção social ou ative medidas, nos períodos de maior vulnerabilidade financeira, e, quando delas usufrui, cumpre os seus requisitos.

Igualmente característica desta subfase é a independência quanto ao alojamento, que se materializa na sua escolha e, também, no investimento a nível da melhoria das suas condições. Verifica-se, portanto, grande heterogeneidade de possibilidades (*e.g.*, habitação com familiares, alojamento partilhado com amigos/as por opção, arrendamento de apartamento), que podem sofrer alterações, em resultado de maior ou menor dotação orçamental para custos com o imóvel e/ou mudanças nas esferas do emprego (*e.g.*, mudança de local de trabalho) ou relacional (*e.g.*, casamento, regresso à habitação em que moram os pais). Esta *conservação de condições satisfatórias de alojamento* constitui uma das inquietações que permanece com a pessoa por mais tempo, depois de ultrapassada a situação de sem-abrigo.

O *fortalecimento da rede de relações*, iniciado já na subfase anterior, robustece-se neste período. Aumenta, por um lado, o número de pessoas que caracteriza como conhecidas, com quem estabelece contactos irregulares ou de menor confiança, num registo de pouca proximidade (*e.g.*, colegas de trabalho, dona da pastelaria que frequenta). Por outro, fortalece, gradativamente, a rede de proximidade, integrando nela

indivíduos que conhece(u) no contexto da realização de atividades profissionais, em contextos de lazer, ou outros. Neste âmbito, desenvolve relações de confiança através do aprofundamento de algumas amizades [*e.g.*, abre, aos poucos, o seu mundo interno e passado aos amigos, considera-se estimado/a] e, eventualmente, (re)inicia relação amorosa.

Preserva o empenho na compreensão do seu estado geral de saúde e na sua melhoria, mantendo o esforço de compreensão do quadro clínico que apresenta a nível físico (*e.g.*, conhece as características distintivas dos problemas de saúde que possui, tem conhecimento das tendências de evolução mais prováveis, para as doenças que lhe foram diagnosticadas). Mantém, igualmente, cuidado com o seu bem-estar mental, sinalizando eventuais sinais e sintomas com maior facilidade, e procurando auxílio para o processo de monitorização de transtornos psiquiátricos (quando existem). Gere as suas manifestações comportamentais, tendo em consideração especificidades dos contextos em que se movimenta. Controla, se bem que nem sempre de forma absoluta, a tendência para desconfiar dos propósitos e motivações de outros, assim como o receio de voltar a ficar na situação de sem-teto ou habitação inadequada. *Continua*, portanto, *a investir na melhoria/monitorização do seu estado de saúde*, informando-se e recorrendo a intervenção especializada (*e.g.*, dirige-se ao Centro de Saúde), sempre que considera importante. A sua participação nos processos de intervenção e/ou tratamento inclui, não apenas, a colaboração na avaliação dos problemas, como, também, do cumprimento do plano terapêutico apropriado a doenças e/ou traumatismos.

Consolida o *cumprimento de direitos e liberdades fundamentais*, intensificando, para este efeito, o cumprimento de deveres. Considera executar, dentro dos padrões *normais*, as suas obrigações enquanto cidadão/a, sinalizando, em antecipação, as suas principais responsabilidades e procurando não falhar nas suas obrigações (*e.g.*, paga os impostos). Contribui, se bem que de forma modesta, para a(s) comunidade(s) em que se sente vinculado/a, participando em iniciativas que visam a potenciação da sua qualidade (*e.g.*, limpeza de espaços comunitários) e mantendo um padrão de cordialidade para com os/as vizinhos/as e outros elementos nela(s) presente(s). Sente, todavia, necessidade de continuar a reclamar *igualdade no acesso e usufruto de direitos*, preservando o hábito de recorrer a múltiplas fontes complementares para se inteirar sobre o suporte legal de determinada ação ou procedimento. Chama a atenção para a

salvaguarda da sua pessoa, em particular a nível da exposição de comportamentos que teve em momentos anteriores. Diz, por isso, que tenta controlar a informação que disponibiliza sobre essa matéria. Batalha por igualdade no tratamento, expondo desequilíbrios na articulação entre serviços e as consequências negativas que, ainda hoje, isso tem na sua vida. Contesta, em acréscimo, violações no direito ao trabalho, reclamando não discriminação e demandando maior fiscalização das reais condições em que muitas pessoas se encontram (*e.g.*, alerta para não pagamento de remunerações). Refere, ainda, inconsistências no âmbito da atribuição de medidas de proteção social.

Intensifica propósito(s) e significado(s) na sua vida, progredindo no processo de harmonização com a sua história. Reconcilia-se com o seu passado, compreendendo melhor o papel por si desempenhado na construção da sua trajetória e abandonando, em definitivo, explicações radicais para a vivência da situação de sem-abrigo (*e.g.*, já não culpabiliza, em absoluto, um dos progenitores pela experiência da situação de sem-teto; concilia, nos seus relatos, lembranças de períodos e de vivências distintas, controlando mais a tendência de idealizar alguns dos acontecimentos por que passou). Incorpora, como parte integrante da sua pessoa, as experiências e aprendizagens da situação de sem-abrigo, às quais confere valor, mas que não hipervaloriza. Lida, com maior maturidade, com partes do seu passado que não desejou ou de que não se orgulha, em particular (*e.g.*, relativiza a sua importância para a pessoa que diz ser neste momento). Estabiliza equilíbrios, sedimentando domínio sobre si e o seu quotidiano, e fortalece a sua perspetiva de futuro (*e.g.*, ensaia projetos novos, monitoriza as etapas de concretização de iniciativas em que se envolve).

“Isto custou-me muito a construir, custou-me imenso! Parece fácil, mas não foi fácil, não foi... Acredita se quiseres, porque não foi fácil. Isto não foi fácil. Isto foi muito difícil. Isto foi muito... muito... muito difícil” [E₈₇, S₃].

“A dada altura decidi tratar do meu futuro, da minha vida, que é o essencial. Tratar da minha vida e deixar aquilo tudo, e aquelas pessoas, para trás” [E₉₅, S₃].

Assume, por fim, a situação de sem-abrigo como um período da vida que já ultrapassou, descrevendo-a como um momento muito difícil e confuso, em que nem sempre tinha consciência das suas ações e verbalizações, mas com o qual não se identifica no presente. Apresenta, com relativa facilidade, as componentes essenciais da

cadeia de eventos e circunstâncias que, na sua perspectiva, culminaram na emergência da privação habitacional severa e a sua manutenção no tempo. Identifica, também, conjunturas e pessoas que concorreram, de forma significativa, para a saída sucedida. Avalia, sem excessiva carga emocional, as suas responsabilidades no processo, assim como o papel de profissionais e organismos (para a saída e, também, para a sua manutenção enquanto sem-abrigo), apontando lacunas na intervenção desenvolvida.

“Não há... Quando muito informação dos direitos que se tem ao usufruir de determinados serviços. Não há trabalho nenhum. Não há mesmo. Reforço isto porque a meu ver não há... Algum trabalho se faz, mas eu gostava que alguém... Um XX [designação de entidade que coordena a ação no Concelho] um XX [designação de entidade que coordena a ação no Concelho] não, porque não funciona, mas pronto. Alguém que pedisse relatórios de acompanhamento dos sem-abrigo para se poder analisar o que está a ser feito e o que não está. Mas que quem pedisse esses relatórios tivesse depois poder para alterar as coisas no sentido de as melhorar. Logo quando viessem os relatórios, as pessoas iam-se assustar com o que não se faz. E coisas a melhorar havia muitas...” [E₆₃, S₂].

Reflete, criticamente, sobre as mudanças que encetou no decurso das subfases 3.1 e 3.2, orgulhando-se das conquistas efetuadas e de ter conseguido o seu não retrocesso (*e.g.*, destaca a morosidade de procedimentos e a dificuldade em gerir a frustração nesses momento; identifica etapas em que temeu estar a regredir, destaca as aprendizagens realizadas, sinaliza amigos/as que o/a apoiaram ao longo de todo o percurso).

“Agora, se me dessem a escolher outra coisa, depende muito do que me dessem a escolher, porque a fábrica para mim... não é tudo, mas é como se fosse quase tudo. Estou lá efetivo...” [E₈₇, S₃].

Sedimenta valores e prioridades, pelos quais aprecia a sua trajetória de vida, empenhando-se em viver segundo as suas próprias convicções e esforçando-se por aumentar a sua ligação a outros (*e.g.*, valoriza as relações que mantém, identifica espaços privilegiados para relaxar). Procura adequar os seus pensamentos e ações aos valores que defende, distinguindo, de forma clara, a sua forma de ser e estar, na atualidade, daquela que mantinha nas fases 1 e 2. *Reforça*, em consciência, a perceção do seu valor pessoal (*e.g.*, acredita mais nas suas capacidades e competências; evidencia maior segurança nas suas crenças e prioridades; revela maior amor e respeito por si e pelo trilho percorrido; e aceita, com maior tranquilidade, os seus erros e fraquezas). Mantém, se já existia na subfase anterior, e/ou (re)inicia um processo de conhecimento

e de compreensão da sua pessoa, refletindo com maior profundidade sobre si e o mundo e, para alguns/as, (re)começando práticas religiosas. Robustece a sua identidade social, sentindo-se pertença de uma rede de relacionamentos que valoriza, e na qual se sente valorizado/a (*e.g.*, fortalece o vínculo aos padrões e valores comunitários dos contextos em que se movimenta, atribui importância aos diferentes papéis sociais que desempenha, robustece a sua identidade enquanto trabalhador/a).

“Só conseguimos chegar aos amigos depois de tudo estruturado. Depois de estar orientadito... Depois de casa, de emprego... Então sim, fazem-se amizades. Porque dificilmente se consegue fazer amizades quando se está em situação de sem-abrigo, a menos que seja com outros sem-abrigo, que acabam por ser amizades muito... muito... instrumentalizadas” [E₆₃, S₂].

Edifica, em suma, uma trajetória de vida mais *feliz*, que define segundo os seus próprios padrões e critérios, num contínuo processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal, e no seio de grupos(s) e comunidade(s) de que se sente membro ativo e significativo.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

O capítulo, que se encerra, foi organizado com o propósito de proceder à apresentação das dimensões de superfície da *Grounded Theory* original *sobrevivendo às ruas*. Para este efeito, teve-se em consideração as descobertas, resultantes dos processos de observação realizados, e de 96 entrevistas [38 pessoas em situação de sem-abrigo, 47 profissionais, e 11 pessoas reintegradas, em circunstâncias dignas, em sociedade], que foram organizadas num modelo compreensivo, de abstração intermédia (*cf.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978). Neste conciliam-se, sob um todo coerente, as principais preocupações e comportamentos dos indivíduos que experienciam este fenómeno de privação habitacional severa. Enquanto proposta de sistematização de um processo apontado como complexo e *escondido* (DeVerteuil, & Snow, 2009; Eberle, Kraus, & Serge, 2009; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Garland, Richards, & Cooney, 2010; McNaughton, 2010; Meda, 2010; Noe & Patterson, 2010; de Silva, Manworren, & Targonski, 2011; Crawley, *et al.*, 2013), a sua exposição teve, como aludimos, o objetivo prioritário de organização, de padrões discursivos e comportamentais característicos, nos diferentes momentos que assume. Apontaram-se, em paralelo, as significações tecidas a propósito da sua vivência, salientando as similitudes e divergências existentes que mais se notabilizam (*e.g.*, entre atores, entre momentos).

Não esqueçamos, nesta matéria em concreto, que embora tenha sido possível um assinalável investimento no estudo e na compreensão desta problemática, com particular evidência na década precedente, ainda dominam *leituras* parcelares desta problemática (DeVerteuil, & Snow, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; McNaughton, 2010; Meda, 2010; van Doorn, 2010; Griffin, 2011; de Silva, Manworren, & Targonski, 2011). Embora em termos conceptuais o consenso tenha já sido possível, sob o mote da *nova ortodoxia* (Pleace, 2000; O'Flaherty, 2004; Barbour *et al.*, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Edgar, O'Sullivan & Pleace, 2010; Frazer, Marlier & Nichaise, 2010), são limitadas as pesquisas em que se avançam propostas consubstanciadas em matrizes sistémicas, que reconheçam, em efetivo, a vasta diversidade de fatores precipitantes e agravantes, assim como a multiplicidade de agentes que intervêm, de forma (in)direta, para a sua emergência, manutenção e saída. Permanece, assim, em aberto o desafio da organização, em propostas conceptuais compreensivas, desta vasta

combinação de indicadores. Em resultado, se bem que frequentes os trabalhos subordinados à sinalização de características e atributos pessoais ou, em contraponto, a fatores macroestruturais, a literatura continua a mostrar défice de modelos conceptuais robustos, que se constituam como referência para a pesquisa e intervenções ajustadas às necessidades, problemas e expectativas, daqueles/as a que estão destinadas (Mairós Nogueira & Ferreira, 2007; Menezes, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Sahlin, 2012; Pleace & Bretherton, 2013).

Sobrevivendo às ruas sumaria, como tivemos oportunidade de analisar, o principal problema/preocupação que as pessoas em situação de sem-abrigo enfrentam, desde o confronto com a perda do imóvel e de um conjunto, progressivamente crescente, de direitos e liberdades fundamentais, à reintegração em sociedade, em circunstâncias de proximidade com os/as restantes cidadãos/as domiciliados/as. Este é o elemento estruturante, que sustenta as evoluções e involuções que este processo incorpora, e a partir do qual se formam as (sub)fases que integram a *GT* em causa. Enquanto modelo explicativo parcimonioso, a sua composição, em termos de dimensões de superfície, organiza-se a partir do agrupamento de um conjunto amplo de indicadores, que se organizam em referentes corporativos, que, por sua vez, vão origem às subfases e fases que a constituem. Este capítulo foi dedicado, precisamente, à descrição destes elementos.

Inauguramos esta tarefa com a apresentação das dimensões de superfície de abrangência superior. Sob as designações *resistindo à fragmentação da trajetória de vida, adaptando-se aos imperativos da vida na rua, e (re)configurando uma trajetória de vida*, estas três fases constituem as configurações, de matriz claramente distinta entre si, que assume a tentativa de resolução do problema/preocupação principal que identificámos. De forma a torná-las perceptíveis, com facilidade, ao/à leitor/a, assinalaram-se os elementos chave que as compõem, as suas características distintivas, assim como as dificuldades e obstáculos que os/as participantes julgam mais relevantes. Afloraram-se, ainda, as comunicações entre subfases, articulando-as com as componentes essenciais da fase a que pertencem.

Na rubrica subsequente, percorreu-se, por sua vez, cada subfase [*combatendo a perda progressiva de controlo sobre os acontecimentos, debatendo-se pela sobrevivência nas ruas, estabilizando um padrão de vida, experienciando os limites da sobrevivência, (re)configurando sentido(s) na vida e (re)definindo o seu lugar em sociedade*]. Neste âmbito mobilizámos estratégia idêntica à descrita, tendo tido o cuidado de indigitar, em acréscimo, os elementos que sustentam a sua integração numa fase específica. Conferiu-se, neste contexto, particular relevo à apresentação de exemplos de comportamentos e/ou de padrões discursivos que são incorporados no texto com o propósito de tornar mais clara a operacionalização de algumas categorias e dimensões em estudo. Incluíram-se, em paralelo, excertos das narrativas dos/as entrevistados/as ou das notas dos memorandos das observações realizadas, referências que ilustram, a partir dos seus próprios discursos, o sentir e o pensar das pessoas que experienciaram a situação de sem-abrigo, assim como de profissionais. Acresce ao referido que, e à semelhança do que sucede para os exemplos concretos, estes servem, em aditamento, o propósito de robustecimento da adequação, enquanto possibilidade explicativa, da *GT* original elaborada.

CAPÍTULO 6

(SOBRE)VIVER A RUA: APRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES DE PROFUNDIDADE DA *GROUNDING THEORY* ORIGINAL E DAS IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

To be, or not to be: that is the question:
Whether 'tis nobler in the mind to suffer
The slings and arrows of outrageous fortune,
Or to take arms against a sea of troubles,
And by opposing end them? To die: to sleep;
No more; and by a sleep to say we end
The heart-ache and the thousand natural shocks
That flesh is heir to, 'tis a consummation
Devoutly to be wish'd. To die, to sleep;
To sleep: perchance to dream: ay, there's the rub;
For in that sleep of death what dreams may come
When we have shuffled off this mortal coil,
Must give us pause: there's the respect
That makes calamity of so long life

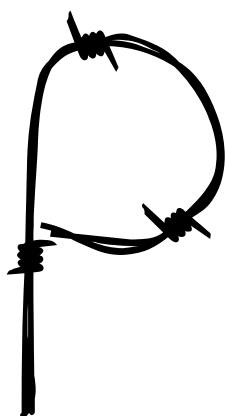
William Shakespeare, *Hamlet*, 1599-1601, Act III, scene 1

CAPÍTULO 6

(SOBRE)VIVER A RUA: APRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES DE PROFUNDIDADE DA *GROUNDED THEORY* ORIGINAL E DAS IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

I carry silent baggage. I have packed myself into silence so deeply and for so long that I can never unpack myself using words. When I speak, I only pack myself a little different. (...) There are things we do not speak of. But I know what I'm talking about when I say that silence around the neck is different from silence inside the mouth.

Herta Müller, *The hunger angel: A novel*³¹, 2012, p. 3



Para a apreensão profunda da *Grounded Theory* sobrevivendo às ruas é indispensável ter em consideração, para além das suas (sub) fases e dos referentes corporativos que as enformam, os constituintes que consubstanciam as suas dimensões de profundidade, *i.e.*, os processos e particularidades que suportam cada uma das etapas consideradas no capítulo precedente, e que possibilitam, não só, a compreensão das suas dinâmicas próprias, como dos *triggers* que precipitam as transições várias que o modelo prevê (*e.g.*, evoluções entre subfases, padrões orbiculares involutivos).

Como o/a leitor/a detetou, por certo, a própria designação de cada uma das etapas já o/a remete para o núcleo duro dos padrões de discursivos e de comportamentos que as pessoas mobilizam no sentido da resolução das interrogações e problemas com que se defrontam. Em rigor, a preocupação principal emerge, precisamente, da súpula destas inquietações, dificuldades e constrangimentos, das suas interdependências, assim como das evoluções e involuções que decorrem, *em profundidade*, e que sustentam os progressos e retrocessos assinalados. Por este motivo, não deve perder-se de vista, na leitura das rubricas que constituem esta parte do trabalho, que todas as dimensões em causa e os seus constituintes são, em si mesmas, uma evidência específica das circunstâncias, anseios, medos e (não) ações, que materializam uma dada regularidade (expressa numa subfase ou, pela sua agregação, numa fase), e que, por isso mesmo, a leitura das dimensões de superfície da *GT* não

²³¹ Obra traduzida por Philip Boehm e editada pela Metropolitan Book.

pode efetuar-se de forma desarticulada destes indicadores, sob pena dos referentes gerativos serem confundidos com meras listagens de categorias síntese dos elementos observados e/ou mais reportados pelos/as participantes.

São, também, as conjugações diferenciadas de (ir)regularidades e (des)equilíbrios provisórios, que integram a dimensão de profundidade, que corporizam os padrões configuracionais únicos de cada (sub)fase, sendo, igualmente da sua responsabilidade a emergência e potencial cristalização de ciclos recidivos, assim como períodos de, maior ou menor, destabilização, ou de, frágil a moderada, harmonia. Notabiliza-se, ainda, num plano de análise mais fina, que são estes referentes que enformam o trilha específico que assume a experiência da situação de sem-abrigo, para cada indivíduo e/ou agregado. Para uma plena familiarização com esta *GT*, portanto, essencial que se perceba aquilo que sucede no *BackOffice*, por detrás dos comportamentos observáveis e das narrativas expostas, e que não é passível de deteção direta. Estes integrantes não tangíveis assumem, como veremos nos pontos seguintes, naturezas diversas, materializando-se, em efeitos distintos e de complexidade diferencial, sendo da sua ação conjunta que se operam os efeitos mais poderosos e de duração mais longa. Alguns manifestam a sua ação em continuidade (*e.g.*, transformações na percepção do universo de possíveis), produzindo micromutações que, tipicamente, que não são reconhecidas, de imediato, em toda a sua plenitude, dado que a sua visibilidade advém da aglomeração dos resultados que provocam. Outros, pelo contrário, são facilmente perceptíveis, dado o seu caráter pontual e a amplitude (generalizada) das suas consequências, nas circunstâncias e/ou na própria pessoa (*e.g.*, evolução entre fases).

Em consequência, pela complexidade e dinamismo que estes processos de profundidade assumem, muitas vezes a operar de forma paralela e sem que dela tenham discernimento os/as seus/as intervenientes, não procedemos à sua explanação em simultâneo com a descrição das dimensões de superfície. Optámos, em substituição, e para que se torne mais acessível a sua compreensão, pela descrição das suas componentes integrantes em momento ulterior. Por este motivo, como indicámos, o capítulo 6 é devotado, na sua primeira parte, à exposição dos processos de emergência e consolidação de (micro)mutações nas trajetórias de vida, as quais são responsáveis pelos processos de evolução e involução que esta *GT* comporta. Como teremos oportunidade de detalhar, a sua acumulação resulta um incremento de pequenas

mudanças (em quantidade, diversidade e até tipologia) que, até atingirem determinado ponto de corte²³², apenas convocam progressos e retrocessos no interior de uma mesma fase. Porém, quando este conjunto sofre metamorfoses, devido a alterações na dinâmica combinatória que os distintos elementos mutados estabelecem entre si, dão-se alterações qualitativas substantivas, nas preocupações e nos padrões de comportamento, causando o desequilíbrio necessário para que ocorra transição para a fase subsequente. Note-se, todavia, que se alguns destes fenómenos são de intervenção ininterrupta, outros há que só se manifestam em momentos específicos da trajetória, isso não significa, contudo, que uns possuam maior importância que outros. Como alertámos, todos eles se revelaram essenciais enquanto fator explicativo das mudanças intra e interfases.

Terminada a parte de explicitação dos referentes gerativos da *GT*, neste caso aqueles que se caracterizam pela sua intangibilidade, dedicamos a segunda parte do capítulo à apresentação, sob o título “*Fecho, cansado, as portas das minhas janelas: Oportunidades e riscos da prescrição dos desfechos num quadro de imaturidade permanente*”, das principais implicações do estudo. Avançam-se, neste âmbito, as implicações teóricas de maior notabilidade, tecendo-se, para o efeito, menções concretas às pontes de articulação concetual entre a *GT* e outras perspetivas existentes na literatura, apontando as principais similitudes (e.g., Edgar *et al.*, 2002; O’Flaherty, 2004; McNaughton, 2008, 2010; O’Sullivan, 2008; Busch-Geertsema & Fitzpatrick, 2008; Edgar, 2009; Parsell, 2010, 2011; Levy, 2012; Parsell & Parsell, 2012; Binswanger, Blatchford & Mueller, 2013; Crawley, *et al.*, 2013; Daly, 2013; Levitt *et al.*, 2013; Reeve, 2013; Nunez & Adams, 2014). Em seguida apresentam-se as implicações para a investigação, tarefa no contexto da qual se identifica a necessidade de desenvolvimento de estudos de validação da *GT*, e de cada um dos referentes gerativos que a constituem, apontando, em registo supletivo, temáticas complementares a explorar (e.g., configurações da situação de sem-abrigo em contexto rural, trajetórias da situação de sem-abrigo em famílias com filhos menores, trajetórias de emergência decorrentes de migração em família, idosos/as em situação de sem-abrigo pela primeira vez, adultos/as vítimas de tráfico humano em situação de sem-abrigo).

²³² Como veremos, estes pontos de corte possuem características distintas nas duas transições estruturantes previstas na *GT* original (entre a fase 1 e a fase 2, e da fase 2 para a fase 3).

Dedica-se a rubrica 3 à explanação sumária do modelo de intervenção produzido a partir das descobertas apresentadas (*cf.*, capítulos 5 e 6). Composto por vários domínios interdependentes de ação [*e.g.*, (re)formulação de políticas públicas, definição de iniciativas dirigidas a este público] este corporiza uma proposta coordenada de iniciativas, para as quais se convocam esforços concertados de atuação, com os propósitos de garantia da participação em sociedade e de asseveramento de alojamento estável e seguro. Para estes fins é mobilizada uma rede diversificada de organismos e agentes, que se encontra incumbida do *design* e implementação de projetos flexíveis e ajustados às necessidades e interesses específicos da pessoa e/ou agregado em questão. Sugere-se, como veremos, um reforço do enquadramento legal em vigor, nomeadamente no que concerne o robustecimento de mecanismos de prevenção e avaliação/monitorização atenta das iniciativas previstas e levadas a cabo. Termina-se com a elencação das principais limitações e potencialidades do estudo, salientando-se as evidências que sustentam a validação do modelo criado, quer segundo os critérios propostos por Glaser (*cf.*, Glaser & Strauss, 1968; Glaser, 1978, 1998, 1999, 2001, 2002, 2005, 2009b, 2009c, 2010, 2012, 2014), quer atendendo a indicadores adicionais referenciados na literatura da especialidade (*e.g.*, Cutcliffe, 2000; Lomborg & Kirkevold, 2003; Speziale & Carpenter, 2003; Heath & Cowley, 2004; Elliott & Lazenbatt, 2005; McCarthy, 2006; Giske & Artinian, 2007; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010).

6.1 “E A NOITE CRESCE POR DENTRO”²³³: DESCRIÇÃO DAS DIMENSÕES DE PROFUNDIDADE DA
GROUNDED THEORY ORIGINAL SOBREVIVENDO ÀS RUAS

*Sofro, assim, pelo que sou,
Sofro por este chão que aos pés se me pegou,
Sofro por não poder fugir.
Sofro por ter prazer em me acusar e me exhibir!
Senhor meu Deus em que não creio, porque és minha
criação!
(Deus, para mim, sou eu chegado à perfeição...)
Senhor dá-me o poder de estar calado,
Quieto, maniatado, iluminado.
Se os gestos e as palavras que sonhei,
Nunca os usei nem usarei.
Se nada do que levo a efeito vale.
Que eu me não mova! Que eu não fale!
Ah! Também sei que trabalhando só bor mim.
Era bor um de nós. E assim.
Neste meu vão assalto a nem sei que felicidade.
Lutava um homem pela humanidade.*

José Régio, *O poema do silêncio* 1935, estrofes 28-43

Por detrás de um cenário em que colaboram muitas companhias de atores (*e.g.*, os/as próprios/as, os/as profissionais e os/as voluntários/as dos serviços e entidades devotadas à intervenção na situação de sem-abrigo, membros da comunidade em geral, políticos/as) e perante uma encenação que parece acontecer na esfera do domínio público acontece um agregado heterogéneo de fenómenos que confluem para o estabelecimento de dinâmicas de interação específicas e que sustentam, pela sua influência congregada, os vários guiões que norteiam as passagens pelos diferentes atos. Como vimos, estamos perante uma peça que se constitui, em si mesma, pela soma de múltiplas partes, sendo nela previstos momentos vários de improviso; sejam estes da responsabilidade dos seus atores e atrizes principais, aqueles/as que vivenciam a trajetória, ou por elementos secundários/as que, por sua iniciativa ou a mando de outrem, alteram as dinâmicas estabelecidas já o drama vai a meio. Esta primeira parte do capítulo é, assim, consagrada à explicitação dessas dinâmicas de profundidade, compostas por alguns elementos tangíveis, mas sustentadas por fenómenos não

²³³ Estrofe 48 do poema *Trova do Vento que passa*, da autoria de Manuel Alegre, que integra a obra *Praça da canção*, cuja primeira edição ocorreu em 1965 por Cancioneiro Vértice. Poema passível de consulta em <http://cvc.instituto-camoes.pt/poemasemana/05/01.html>.

passíveis de aferição direta, de que nem muitas vezes os/as seus/as protagonistas têm conhecimento integral. Contudo, a sua ação, isolada e em articulação, é de estruturante importância, pois é ela que escora não, só, as conformações específicas que as (sub)fases apresentam como, em paralelo, sustenta as evoluções e involuções que possibilitam as transições entre elas.

No que concerne aos processos de evolução contínuos distinguem-se dois tipos. O primeiro, designado *variações do universo de possíveis*, diz respeito às alterações de expansibilidade sofridas pelo indivíduo, ao longo de todo o processo que a situação de sem-abrigo integra. Como veremos, a sua emergência sucede já em resultado de um processo de afunilamento deste universo, que sofrerá forte intensificação até ao final da fase 2.2 [*experienciando os limites da sobrevivência*]. Neste momento acontece uma *singularidade*, de que podem resultar dois grandes trilhos, um de evolução no sentido da (re)configuração da trajetória de vida e o outro, pelo oposto, via extinção do sistema (*e.g.*, suicídio, morte por evolução de doença crónica). Por sua vez, o segundo tipo respeita aos intervalos de desequilíbrio e reequilíbrio intrafases, sendo, também eles iniciados prévio ao começo da subfase 1.1 e terminados após a saída da subfase 3.2 (em direção à emancipação plena). Para além de explorarmos a sua formação, analisamos os fatores que contribuem para a sua preservação, assim como, as conjunturas que sustentam a sua transição.

Descrevem-se, numa rubrica subsequente, os *processos de evolução transitivos*, apresentando, para este efeito, os *triggers* e pontos de corte que subjazem aos avanços entre (sub)fases e configurações, assim como, aos ciclos recidivos de padrões orbitales involutivos de sobrevivência. De novo, e com o propósito de manutenção das estratégias que temos vindo a privilegiar retratamos, para cada um deles, as ocorrências que provocam a sua emergência, os fatores que intervêm e como se articulam entre si, bem como as conjunturas que sustentam a sua maturação no tempo. Pela importância que as sequelas, resultantes da experiência recorrente, de um ou dos dois padrões orbitales involutivos, possuem para a compreensão da cristalização de padrões discursivos e comportamentais de aparente *resignação aceitante* ou de *acomodada resistência*, será tecido um apontamento específico sobre esta matéria.

6.1.1 PROCESSOS DE EVOLUÇÃO CONTÍNUOS: EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DE MICROMUTAÇÕES NA(S) TRAJETÓRIA(S) DE VIVÊNCIA DA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

*Regrets collect like old friends
Here to relive your darkest moments
I can see no way, I can see no way
And all of the ghouls come out to play
And every demon wants his pound of flesh
But I like to keep some things to myself
I like to keep my issues drawn
It's always darkest before the dawn
And I've been a fool and I've been blind
I can never leave the past behind
I can see no way, I can see no way
I'm always dragging that horse around*

Florence and the Machine, *Shake it out*²³⁴, 2011, estrofes 1-12

Num total de quatro, os processos de evolução contínuos previstos nesta construção teórica conformam as dinâmicas *silenciosas* de transformação que ocorrem, desde o momento de emergência da situação de sem-abrigo [entrada na *subfase 1.1 combatendo a perda progressiva de controlo sobre os acontecimentos*] até à saída, via participação ativa e independente na(s) comunidades(s) a que a pessoa pertence [*subfase 3.2 redefinindo o seu lugar em sociedade*]. Constitui o primeiro destes, as variações na perceção do universo de possíveis, a que se associam os desequilíbrios, gravitações orbiculares e reequilíbrios, assim como os *processos de evolução transitivos* [transições entre (sub)fases e configurações, ciclos recidivos]. Esta passagem do capítulo é devotada, precisamente, à sua clarificação, tarefa que realizaremos segundo uma lógica explicativa pluridimensional. Assim sendo, à explanação global de cada um dos processos considerados, acrescem a elucidação das suas características distintivas e a clarificação dos seus elementos chave. Reportam-se, ainda e de forma articulada, os padrões comportamentais e discursivos predominantes no(s) momento(s) da sua ativação, em tempos e espaços múltiplos.

²³⁴ Poema da autoria de Florence Leontine Mary Welch, Thomas Edward Percy Hull e Paul Epworth, integrado no álbum Ceremonials.

Deve, contudo, ter-se em atenção que, embora parte dos resultados da ação destes processos seja específica de cada um deles, existe um conjunto diverso de efeitos que advêm da sua intervenção conjunta. Por este motivo, apenas com recurso à análise compreensiva destes fenómenos, e secundado/a pelas informações respeitantes às dimensões de superfície, poderá o/a leitor/a tecer uma imagem compreensiva do processo que convencionámos designar por situação de sem-abrigo. Como já tivemos oportunidade de alertar, estamos perante elementos que provocam micromutações na(s) trajetória(s) da sua vivência, cuja emergência ocorre em simultâneo, e também em diferido, e que podem estar ativas durante muito tempo, antes que os seus efeitos sejam detetáveis de forma inequívoca. Por acumulação e, também, pela diversificação das sequelas que provocam, a consolidação destas transformações qualitativas resultará em transformação substantiva em momentos pontuais, sejam estes de teor evolutivo (*e.g.*, passagem para a fase seguinte) ou involutivo (*e.g.*, experiência de ciclos orbitales recidivos).

Sumariadas as considerações preliminares sobre a estruturação e organização desta primeira parte do capítulo procedemos, nos pontos subsequentes, à explicitação de cada um dos referentes por nós considerados. Solicita-se neste contexto, ao/a leitor/a, a revisitação do capítulo antecedente para uma mais robusta compreensão da(s) trajetória(s) de sem-abrigo previstas e, no seu cerne, dos fenómenos e transições que emergem, se sedimentam, ou, no limite, sofrem cristalização devido à rede complexa de fatores em interdependência (concomitante e diferida).

6.1.1.1 VARIAÇÕES NA PERCEÇÃO DO UNIVERSO DE POSSÍVEIS: ALTERAÇÕES DE EXPANSIBILIDADE E SEUS CORRELATOS ATRIBUCIONAIS E COMPORTAMENTAIS

If one can speak of the difficulty of knowing what in fact took place yesterday, one can I think treat the present in the same way. What's happening now? We don't know until tomorrow or in six months' time, and we won't know then, we'll have forgotten, or our imagination will have attributed quite false characteristics to today. A moment is sucked away and distorted, often even at the time of its birth. We will all interpret a common experience quite differently, though we prefer to subscribe to the view that there's a shared common ground, a known ground. I think there's a shared common ground all right, but that it's more like quicksand. Because 'reality' is quite a strong firm word we tend to think, or to hope, that the state to which it refers is equally firm, settled and unequivocal. It doesn't seem to be, and in my opinion, it's no worse or better for that.

Harold Pinter, 1996, *Plays*²³⁵, p. x

Ativada antes dos primeiros indícios de *perda de controlo sobre si e sobre os acontecimentos* [subfase 1.1], a alteração das fronteiras (de tempo e espaço) e da matéria constituinte do universo de possíveis ocorre em permanência, durante todo o período de experienciação da situação de sem-abrigo, reoperando-se o seu término com a efetivação da reinserção em sociedade [pós fase 3.2], em circunstâncias dignificantes e segundo padrões que o/a próprio/a valoriza²³⁶. Na primeira parte deste processo, respeitante às duas primeiras fases [*resistindo à fragmentação da trajetória de vida e adaptando-se aos imperativos da vida na rua*] verifica-se uma tendência, de incrementado vigor, no sentido da diminuição da sua expansibilidade, com concomitante rigidificação dos seus limites, que culmina, se não se verificar uma inversão do movimento, na formação de uma singularidade que, pela sua própria composição²³⁷, constitui o ponto de maior instabilidade de toda a trajetória. Desta

²³⁵ Citação de *The examination*, que integra a obra *Plays 1: The birthday party, the room, the dumb waiter, a slight ache, the hothouse, a night out, the black and white, the examina* (vol. 1), editada por Faber & Faber Limited. A versão original 1960, pela Editora Methuen & Co.

²³⁶ A descrição dos fenómenos de alteração da expansibilidade do universo dos possíveis estrutura-se, por analogia, aos fenómenos de contração e expansão do universo, descritos no contexto das teorias do Universo oscilatório e do Big Bounce.

²³⁷ Como teremos oportunidade de analisar, mais adiante, a singularidade forma-se no final da subfase 2.2 [experienciando os limites da sobrevivência], num momento em que a pessoa se confronta com uma (semi)permanente sensação de sentido para a vida, associada a diminuição severa da sua qualidade de

advêm dois potenciais resultados, sendo um deles a morte do indivíduo (*e.g.*, suicídio, falecimento devido a doença terminal), e o outro, a gênese de novo fenómeno de expansão deste universo, agora organizado segundo uma matriz diferente, sustentada num fluxo, ainda que irregular, de ampliação e flexibilização dos seus marcos limítrofes, assim como de enriquecimento da sua matéria constituinte.

Se analisarmos em maior pormenor estas alterações de expansibilidade constatamos que, anterior à entrada na primeira subfase, já a pessoa vinha a experienciar uma *fragilização crescente do universo de possíveis*. Para este cenário concorreram, para a vasta maioria dos indivíduos, as múltiplas dificuldades e problemas, que se foram materializando, em períodos distintos da sua história, em áreas de relevo do seu quotidiano (*e.g.*, família, emprego, autonomia financeira). Ainda que a pessoa tenha ensaiado formatos diversos para a sua supressão, a partir dos recursos que considerou possuir e/ou ter acesso (próprios, com suporte da sua rede informal, e/ou com ajuda formal pontual), a sua vivência trouxe consigo vulnerabilidades, que foram sendo acumuladas, em intervalos de intensidade irregular, ao longo de vários anos [no limite, desde a infância (*e.g.*, Koegel, Melamid, & Burman, 1995; Abramov, 1998; Cary, 2003; Whitback, *et al.*, 2007; Shinn, *et al.*, 2008; Shelton, *et al.*, 2009; van den Bree *et al.*, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Virginia Violent Death Reporting System, 2013)]. Sedimentou-se, em consequência, um efeito difuso de desassossego em relação ao tempo presente e vindouro que, com o aumentar de agruras e contrariedades se vai tornando, gradativamente, mais focalizado (para o/a próprio/a e outros), na supervisão da qualidade de vida e bem-estar atual, e no futuro próximo. Note-se, todavia, que para um grupo circunscrito dos/as inquiridos/as, não se haviam verificado incrementos progressivos de limitações e dificuldades, sendo esta fragilização do universo de possíveis iniciada de forma abrupta, em resultado da confluência temporal e espacial de arduidades, não previstas e tão severas, que produzem uma alteração substantiva na forma de *ver e estar* no mundo (*e.g.*, emigração em resultado de guerra no país, morte de todos os membros da família nuclear em acidente de viação). Para estes últimos, a *fragmentação da trajetória de vida* acontece, portanto, de forma violenta e rápida.

vida e bem-estar, seja devido ao volume de limitações físicas que apresenta ou à gravidade das sequelas psicológicas que apresenta.

Ainda que consubstanciadas em configurações diferenciadas, os dois grupos partilham, assim, uma comunalidade importante, na entrada da primeira subfase [subfase 1.1 *combatendo a perda progressiva de controlo sobre os acontecimentos*], ambos experienciam conjunturas desfavoráveis, originadoras de consequências adversas que se retroalimentam num *crescendum* porfioso, que progride para o exacerbamento severo das suas circunstâncias (Edgar *et al.*, 2002; O’Flaherty, 2004; O’Sullivan, 2008; Busch-Geertsema & Fitzpatrick, 2008; Edgar, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Nunez & Adams, 2014). Suficientemente fortes para provocar alteração, não apenas na perspetiva de tempo que a pessoa considera quando pensa sobre a sua vida, mas também daquilo que nela considera possível e viável, estas distinguem-se dos contratempos anteriores pela sua rápida ascensão à categoria de “de muito difícil resolução”, e pelos níveis de angústia que provocam. A pessoa confronta-se, à vista do exposto, com a noção de que os seus problemas estão a dilatar-se (em número e complexidade) e que não dispõe, nem sabe como obter, os recursos necessários para a preservação do domínio sobre si e sobre a sua vida. Moldam-se, desta forma, os requisitos que conformam o constituinte desencadeador da transição da *fragilização* para a *contração do universo de possíveis*, *i.e.*, a perceção da ausência de estratégias de resolução dos infortúnios que identifica e, em face disso, a urgência de canalizar todo o seu ser para esse combate, numa procura de reobtenção desse controlo desaparecido.

Fenómeno extensível à globalidade da primeira fase, este decréscimo manter-se-á ativo em continuidade ocasionando, por um lado, uma diminuição do número, tipo e natureza dos elementos que considera passíveis de utilização/implementação nesta procura de resolução dos problemas (e, de forma mais lata, que lhe parecem reais/exequíveis na sua vida) e, por outro, uma diminuição do horizonte temporal que tem em consideração quando pensa, toma decisões e (não) age. Assim, se em etapas anteriores a diminuição de proventos regulares (*e.g.*, perda de emprego, diminuição do salário), o avultamento de gastos (*e.g.*, subida do valor das contas da água, luz, gás) ou, mesmo, a eminência de saída do alojamento (*e.g.*, ordem de despejo, perda de parte do telhado) eram tidos como dificuldades que seriam resolvidas, com recurso ao leque de estratégias/alternativas que julgava dispor (*e.g.*, solicitação de dinheiro emprestado a membro da família, negociação de protelamentos), a breve trecho; no contexto desta contração, mesmo contrariedades que antes apreciava como despiciendas, vão sendo,

tendencialmente, estimadas como restrições de elevada centralidade, que não consegue superar, pesem os esforços que faz, focalizando-se o seu pensamento nelas.

Note-se que, mais do que a factual inexistência de opções de resolução dos contratempos e adversidades, esta contração do universo de possíveis acarreta, pela sua própria existência (via do estreitamento que produz e que se autoalimenta numa espiral de incrementada ansiedade e medo), limitações na capacidade de perspetivar alternativas viáveis da sua resolução, dado que o indivíduo canaliza, por um lado, os seus pensamentos para a sinalização dos obstáculos que enfrenta, em particular para a aferição das suas dimensões e consequências, e investe, por outro, no seu encobrimento perante as pessoas que integram a sua rede (in)formal [*cf., simulação da normalidade*, subfase 1.1]. Centrado/a na deteção de barreiras e constrangimentos, e muito temeroso/a de que estes evoluam para configurações ainda mais complexas ou irresolúveis, perde oportunidades de tratar do seu término, seja porque não as identifica e/ou porque quando lhe são apresentadas lhes deteta fragilidades (avaliando-as como desajustadas e/ou não praticáveis). Age, assim, de forma inadvertida, no sentido que potencia aquilo que mais teme, o agravamento das suas condições, o enfraquecimento dos vínculos (com significativos, com membros da comunidade e, também, com serviços e organismos) e a perda das regalias e bens que possui (incluindo a habitação).

Pelo dinamismo que esta sucessão de ocorrências apresenta, para o qual também concorre o/a próprio/a, a propensão é de efetiva deterioração das circunstâncias de vida e uma real constrição das expectativas da sua melhoria a curto e médio prazo, que culmina, previsivelmente, na passagem da primeira noite em habitação inadequada e/ou na situação de sem-teto. Com este acontecimento dá-se um *boost* importante no sentido da diminuição deste universo de possíveis, uma vez que com ele se corporizam os maiores medos que o indivíduo já temia na componente inicial desta contração. A viabilização do presente adquire, por isso, maior peso, em detrimento da análise do futuro a médio ou longo prazo, ou mesmo da reflexão sobre o passado. Já não se trata, de forma prioritária, da busca de eventuais estratégias de combate/controlo da fragilização sentida, mas sim da procura da sobrevivência, num contexto de provação acentuada [*e.g., diminuição severa dos rendimentos, ausência de teto seguro, vulnerabilização da rede (in)formal de suporte*]. A preocupação canaliza-se,

portanto, para o presente, embora ainda com alguma expectativa da reobtenção de, pelo menos, parte do equilíbrio perdido²³⁸.

Enquanto a pessoa nutrir a convicção de que vive uma etapa transitória, se se mantiver o desassossego e insatisfação com o seu presente, e se permanecer o investimento (mesmo que diminuído) na luta contra as perturbações que conformam o seu quotidiano, permanecerá refém desta contração do universo de possíveis, uma vez que este conflito, entre os constrangimentos que experiencia e aquilo que deseja e aspira para si, impede, por um lado, o retorno à situação anterior (de fragilização), e, pelo outro, protege a não entrada num período de constrição. Em face do exposto não constituirá surpresa que este seja por nós visto como um espaço temporal de vital importância, pois corporiza o intervalo, de duração não superior a alguns meses, em que é viável uma inversão sucedida deste padrão através da reativação de modalidades sistemáticas de resolução dos problemas prioritários da pessoa/agregado, seja com recurso à mobilização de elementos da rede informal, com quem ainda não havia contactado ou que lhe haviam negado apoio estruturado, ou via mobilização de equipas e serviços de apoio especializado para a emergência da situação de sem-abrigo (Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs, 2007; Culhane *et al.*, 2007; Culhane & Metraux, 2008; McAllister, Kuang & Lennon, 2010; Levitt *et al.*, 2013). Caracterizada pela passagem direta de uma etapa de contração para a expansão do universo de possíveis, esta evolução traduz aquilo que na literatura se define por situação de sem-abrigo transicional (Meert & Bourgeois, 2005; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Pawson & Munro, 2010; Mayock, O'Sullivan & Corr, 2011; Fischer *et al.*, 2014). Estas pessoas nunca chegam, portanto, a formar padrões comportamentais estáveis de gestão do seu dia-a-dia enquanto se encontram em situação de sem-abrigo, nem a adaptar-se às demandas da vida na rua.

²³⁸ Vários estudos sinalizam a complexidade do processo de transição para a emergência da situação de sem-abrigo, destacando, não apenas a multiplicidade de elementos precipitadores das situações de sem-teto e habitação inadequada, como a diversidade de estratégias mobilizadas pelos indivíduos com o intuito de combater as contrariedades sentidas (Culhane *et al.*, 2007; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri, 2007; Levy, 2012; Parsell & Parsell, 2012; Daly, 2013). Em aditamento, parte destes trabalhos analisam o papel das redes (in)formais de suporte, quer na minoração dos principais problemas sinalizados nesta etapa, quer na sua manutenção e/ou agravamento (McNaughton, 2008; Tse & Tarasuk, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Cloke, May & Johnsen, 2010; Canavan *et al.*, 2012).

Porém, para as restantes, a tendência de fechamento do universo de possíveis robustece o seu vigor com a emergência, e subsequente consolidação, da *adaptação aos imperativos da vida na rua* [Fase 2]. A sobrevivência na rua *obriga*, independentemente da configuração que queiramos considerar [2.1a, 2.1b, 2.1c], a alterações substantivas nos padrões comportamentais e discursivos (*e.g.*, Culhane *et al.*, 2007; Crawley *et al.*, 2013; Cray *et al.*, 2013; Pleace *et al.*, 2013), essenciais para que se configure a congruência necessária para a gestão sucedida do quotidiano e, salvo a configuração 2.1a [*alienando-se de si próprio/a e da sociedade*], lhe permita a obtenção de algumas mais-valias ou benefícios. A focalização incide, por conseguinte, no presente, com evidente desvalorização da construção de vias que possibilitem alternativas exequíveis e desejadas, fora da esfera da rua, e com predisposição para *leituras* reconfiguradas do passado (*e.g.*, dicotomização dos acontecimentos).

As exigências do quotidiano são demasiado profundas para que a pessoa integre nas suas prioridades a preocupação de alteração das suas circunstâncias, permanecendo este desejo submergido sob uma camada plural de inquietações [*e.g.*, questiona-se sobre locais para obtenção de bens de primeira necessidade, interroga-se sobre consequências de atividades ilícitas em que se envolve(u)], e estratégias de sobrevivência (*e.g.*, desloca-se pela cidade com o intuito de sinalização de espaços seguros para guardar pertences), que lhe ocupam o pensamento. Isto não significa, contudo, que a pessoa se encontra em circunstâncias que a satisfaçam e/ou que desejou para si. Pelo contrário, estamos perante um cenário de privação intensa, com limitações na esfera do alojamento (*e.g.*, pernoita em espaço público, na entrada de bancos), financeira (*e.g.*, ausência de rendimentos regulares provenientes de ocupações legítimas), saúde (*e.g.*, agravamento de doenças), emprego (*e.g.*, situação face ao emprego irregular), relacional (*e.g.*, diminuição do número de pessoas de confiança), entre outras, que impedem que o horizonte de expectativas se situe para além do imediato (ou muito curto prazo), potenciando, em paralelo, uma drástica diminuição daquilo que é tido como realizável e verosímil na sua vida (*cf.*, Biswas-Diener & Diener, 2006; Barbour *et al.*, 2008; Brousse, 2009; Brêtas *et al.*, 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010). “Encontrar trabalho” ou “alugar uma casa” podem, neste momento, constituir desafios demasiado complexos para que a pessoa neles invista com seriedade, optando, em alternativa, por se mobilizar no sentido da não deterioração daquilo que, efetivamente, possui (*e.g.*, não perder o local de pernoita ou de arrumação de carros).

Em consequência, embora com maior estabilidade que na etapa anterior, também nesta fase existe um persistente movimento de deterioração da qualidade de vida e de bem-estar do indivíduo, que, em articulação com a constrição do universo de possíveis, irá culminar na transição para a etapa de maior precariedade e volatilidade desta *GT* [*subfase 2.2 experiência dos limites da sobrevivência*]. Pautada por intenso esmagamento, dada a compressão, ao máximo, do horizonte de possibilidades e pela diminuição extrema daquilo que considera viável na sua existência (atual e futura), a constrição referida traduz, neste ponto, a *ausência de sentido para a vida* (e.g., perde o controlo sobre o quotidiano; cede ao agravamento e acumulação das múltiplas ameaças à zona de conforto; sofre deterioração do estado geral de saúde; sucumbe à fragmentação da identidade, em consequência das graves perdas sofridas).

Da sua ação podem, como já apontámos no capítulo anterior [*cf.*, subfase 2.2] materializar-se dois resultados de características assaz distintas. Num deles a constrição é tão elevada que não permite controlo da sua propensão de implosão, resultando, por isso, no esmagamento do universo, neste caso em concreto evidenciado na perda da vida (e.g., morte em resultado do agravamento severo da doença, suicídio). Como vimos nos dois primeiros capítulos, o falecimento prematuro, desejado ou resultante da deterioração do estado de saúde, é um dos *outcomes* recorrentes da vivência da situação de sem-abrigo, principalmente em grupos de pessoas em situação de sem-teto e habitação inadequada há vários anos (Cheung & Hwang, 2004; Beijer, *et al.*, 2007, 2011; Beijer & Andréasson, 2009; Morrison, 2009; CRISIS, 2011; Binswanger, Blatchford & Mueller, 2013; Virginia Violent Death Reporting System, 2013).

Em absoluto contraste com o fim anterior, no outro extremo, quando tudo o que existe é comprimido numa configuração compacta, forma-se o embrião (composto por potencial e energia), que possibilita o “zerar do universo anterior”, dando origem a uma nova expansão de possibilidades. A passagem por acontecimentos de tão grande gravidade, que põem em causa a sua sobrevivência nos moldes anteriores (em máxima constrição), origina um recomeço da *vida psicológica* (e, por vezes, também física), agora em matrizes necessariamente diferentes daquelas em que o universo existia antes. Aquilo que sustenta cada uma destas singularidades será, eventualmente, único, porém, são identificáveis algumas regularidades que merecem atenção. Um dos preditores da sua formação é o enfrentamento de uma condição extrema, decorrente de experiência

de quase morte (*e.g.*, overdose, tentativa de suicídio não sucedida devido a agravamento severo do estado de saúde) que obriga a intervenção médica intensa e longo período de convalescença. Aquilo que diferencia esta ocorrência, de outras com características similares porque a pessoa passou, não é a particular gravidade do acontecimento, as pessoas envolvidas ou potenciais especificidades do sucedido, em si. O principal elemento distintivo advém do confronto, consciente e inequívoco, com a possibilidade de término da existência e, perante esse discernimento, a tomada, de forma refletida, da decisão de retomar o controlo sobre si e a sua vida.

O outro preditor resulta de acumulação de elementos positivos no quotidiano, os quais põem em causa a crença da irremediabilidade da trajetória da situação de sem-abrigo, contrariando, por reiteração, a *ausência de propósito(s) e significado(s) na sua vida* em que a pessoa se encontrava submersa. Seja através do estabelecimento de relações de proximidade, pautadas pelos valores da confiança e da partilha (*e.g.*, reaproximação com membro da família, robustecimento da relação com profissional com quem contacta com regularidade, desenvolvimento de amizade forte com membro da comunidade)²³⁹ ou, num número inferior de situações, da estabilização de um relacionamento de intimidade (que o/a confronta com dimensões positivas de si mesmo/a e do mundo), os indícios são suficientemente fortes para que se opere uma transmutação do seu ser e estar. Sublinhe-se que, também, neste segundo fator é possível detetar tentativas anteriores de mudança, as quais não foram sucedidas, encontrando-se a distinção ancorada na importância elevada que a pessoa dá a estes relacionamentos, acreditando que pode confiar, em efetivo, e que precisa, porque assim o entende, de encetar transformações na sua vida, no sentido de corresponder às expectativas que outros significativos colocam em si, e que tem sobre estes.

Para a sua emergência releva, também, a assunção de compromisso por parte do outro, que se vincula neste processo de auxílio/fortalecimento de vínculo, mobilizando-se na direção do enriquecimento e aprofundamento da relação estabelecida. Ao invés de exigências, juízos moralistas ou instruções, estas pessoas distinguem-se pela aceitação e respeito que demonstram, pela compreensão da pessoa enquanto ser único e complexo,

²³⁹ Em relação à importância que o estabelecimento de relações de confiança e de profundidade pode assumir, na vida de pessoas em situação de sem-abrigo e na potenciação da saída sucedida, sugerem-se as publicações da autoria de Dordic (1997), Thompson e colaboradores (2004), Flåto e Johannessen (2010), McCay e colaboradores (2011), assim como Sharama e Hulsea (2014).

igual a si nos seus direitos e liberdades e distinta em tantas outras dimensões (*e.g.*, fenótipo, personalidade). Estabelecem-se, neste cenário, relações horizontais, em que o outro é tido como um igual, não como alguém “inferior” que deve ser apoiado e encaminhado ao conjunto dos/as incluídos/as. Encontra, por conseguinte, no seu interior, as forças necessárias para *voltar a desejar e fazer escolhas*, requisito essencial para que encontre sentido(s) e dele(s) crie expectativas e/ou formule planos. Não se trata, realce-se, de mudança imposta por fora, mas da assunção do compromisso de reinvestir em si e na vida, vinda do/a próprio/a (ainda que decorrente do investimento continuado de outros nele/a), que, em articulação com outros fatores externos à pessoa (*e.g.*, apoio para alojamento, integração no mercado de trabalho) confluem numa conjuntura favorável à saída sucedida²⁴⁰.

Esta expansão assume, no início, um cariz modesto, com pequenos avanços de restabelecimento das fronteiras do equilíbrio anteriormente estabelecido, e através de um humilde incremento do horizonte que considera. Menos irregular que os dois períodos anteriores, essa expansão (característica da fase 3) pode levar numerosos anos a consolidar-se (*cf.*, Frangella, 2010; Lynne, 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; O'Sullivan & Corr, 2011; Parsell & Parsell, 2012). Sob os epítetos de crescimento, expectativa, transformação e esperança, encontra-se um aglomerado muito diverso de reconquistas, de desenvolvimento de capacidades e de competências, bem como a (re)obtenção de conhecimentos que lhe permitirão uma progressiva emancipação (*e.g.*, reconfigura, com gradativa segurança, regularidades no seu quotidiano; treina o retomar da gestão dos rendimentos; aperfeiçoa estratégias de gestão dos problemas que enfrenta; aumenta a adaptação aos grupos e contextos em que se move). As fronteiras vão sendo densificadas e flexibilizadas, possibilitando, em paralelo, maior controlo emocional, um aumento da autoestima e do autoconceito, assim como um incrementado repertório de competências/comportamentos, que ativa de forma mais consentânea com os seus valores e crenças (*e.g.*, Furedi, 2006a; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Daly, 2013; Fischer *et al.*, 2014).

²⁴⁰ Não constituirá, porventura, surpresa, este dado, uma vez que a importância da ação interdependente de variáveis de ordem diversa para a reinserção é um indicador que surge de forma recorrente em investigações sobre esta matéria (*e.g.*, Nebbitt *et al.*, 2007; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Mayock, Corr & O'Sullivan, 2013; Fischer *et al.*, 2014).

Note-se, contudo, que no trilha inicial são comuns constrangimentos ao alargamento das possibilidades que identifica, assim como na assunção de autonomia no seu dia-a-dia, estando previstos momentos em que ocorrem retrocessos (*e.g.*, perda da habitação que já havia arrendado). Porém, se este processo de expansão se mantiver, estes serão resolvidos, sustentando, por essa via, a regeneração da sua zona de conforto. A pessoa acredita, *agora*, que a situação de sem-abrigo foi um período transitório, que está a ultrapassar com sucesso, e, em consonância com esta premissa, aumenta o período futuro de tempo a que atende no contexto da definição de propósitos, da tomada de decisão e, até, da indicação de desejos/aspirações. O passado é, *aqui*, reconquistado num esforço de harmonização com a sua história, reforçando, assim, a dilatação do horizonte temporal que já se fazia sentir.

Com este crescente fortalecimento do controlo sobre si e as suas circunstâncias, em parte resultante dos ensaios, dos sucessos e, também, dos erros cometidos desde o início deste processo de ampliação, emerge a formação de normatividades, assumidas e desejadas, que permitem a participação, com autonomia, na vida em sociedade. Aumenta o leque de cenários que lhe parecem viáveis, no presente e em tempos vindouros (*e.g.*, cuida mais de si e dos seus pertences, aspira melhoria nas suas condições face ao emprego, reforça a sua rede informal de suporte) e edifica, paulatinamente, uma trajetória de vida mais feliz, estruturada segundo os padrões e critérios que valoriza e que lhe permitem uma existência dignificada e dignificante na(s) comunidade(s) a que se encontra vinculado/a. Opera-se, portanto, o processo de reinserção sucedida em sociedade (*e.g.*, Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Daly, 2013), num registo respeitador dos direitos e liberdades fundamentais do indivíduo. Este é o término, no que concerne esta dimensão de profundidade, da situação de sem-abrigo. A partir deste momento, verificar-se-á um processo de consolidação da reconfiguração do universo de possíveis, num cenário que se prevê de plena autonomização.

6.1.1.2 DESEQUILÍBRIO(S), GRAVITAÇÕES ORBITAIS, E REEQUILÍBRIO(S): QUANDO O CAOS TANGÍVEL ENCOBRE EFEITOS DE REGULARIDADES CONCORRENTES

Mais ce qui nous plaît vis-à-vis de ceux qui montent nous plaît moins vis-à-vis de ceux qui tombent. Nous n'aimons le combat que tant qu'il y a danger; et, dans tous les cas, les combattants de la première heure ont seuls le droit d'être les exterminateurs de la dernière. Qui n'a pas été accusateur opiniâtre pendant la prospérité doit se taire devant l'écroulement. Le dénonciateur du succès est le seul légitime justicier de la chute.

Victor Hugo, *Les misérables*²⁴¹, 1862, pp. 127-128

How much can we ever know about the love and pain in another heart? How much can we hope to understand those who have suffered deeper anguish, greater deprivation, and more crushing disappointments than we ourselves have known?

Orhan Pamuk, *Snow*²⁴², 2005, p. 259

A vivência da situação de sem-abrigo, neste âmbito concetualizada enquanto processo (não como expressão que respeita à ausência de habitação e, eventual, rutura com múltiplos sistemas) apresenta, no seu âmago, várias dimensões de profundidade que lhe granjeiam, como temos vindo a descrever, características distintivas face a outros processos de exclusão social. Parte destas são, como já alertamos, de ação continuada, com início prévio à emergência da situação de sem-abrigo e término, após a sua ultrapassagem. Todavia, ainda que de relevância indiscutível para a compreensão desta problemática, a sua intervenção acontece fora da esfera do tangível, sendo os seus efeitos, apenas, detetados, de forma palpável, através das consequências que provocam (*e.g.*, aumento severo da desconfiança, diminuição dos cuidados de higiene, abandono de tratamentos). As variações de expansibilidade do universo de possíveis, a que dedicamos o trecho anterior deste capítulo, constituem uma destas dimensões estruturantes, sendo a outra composta pelos desequilíbrios e reequilíbrios que se vão sucedendo, intercalados com períodos temporários de *orbitação gravitacional* de amenizada estabilidade.

²⁴¹ Reprodução da obra original disponível na Bibliothèque électronique du Québec, passível de consulta em <http://beq.ebooksgratuits.com/vents/Hugo-miserables-1.pdf>.

²⁴² Obra traduzida por Maureen Freely e editada por Vintage Books. A obra original intitula-se *Kar*, tendo sido publicada em 2002.

Relembramos, de novo, o/a leitor/a, que à semelhança do que sucede para o processo de evolução antecedente, também este ocorre em simultâneo com a intervenção das restantes dimensões de profundidade, dando origem, pela interdependência que estabelecem, aos diferentes *formatos* que compõem cada uma das (sub) fases. Por si mesmos provocariam, provavelmente, alterações pouco robustas, que a pessoa conseguiria colmatar, regressando à trajetória original pouco tempo depois. Porém, e porque interagem de forma complexa, autoalimentando-se dos efeitos que vão produzindo, numa teia gradativamente mais densa de fatores. Provocam, por acumulação e diversificação, alterações substantivas na pessoa e nas suas circunstâncias (seja, através da diminuição da sua qualidade de vida e de constrição dos seus direitos e liberdades fundamentais; ou, no extremo oposto, do trajeto de reintegração no tecido social e comunitário, pela potenciação dos vínculos e melhoria do bem-estar). Em face do exposto, embora explicitados, para que se tornem inteligíveis, em componentes próprias, a análise compreensiva destes elementos não pode ocorrer de forma segmentada.

A emergência da situação de sem-abrigo ocorre já com o indivíduo imerso em desequilíbrios nas diversas esferas da sua vida quotidiana. Para alguns/as, estes advieram da amontoação de transtornos e adversidades não resolvidos (na totalidade ou em parte), em períodos anteriores, e, para outros/as, resultaram da sua congregação num intervalo específico, formando, independentemente das diferentes constituintes, um denso *campo de forças negativo*, perante o qual não possuem capacidade de anulamento ou repulsão (Edgar *et al.*, 2002; O'Flaherty, 2004; O'Sullivan, 2008; Busch-Geertsema & Fitzpatrick, 2008; Edgar, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Nunez & Adams, 2014). Já descritos no âmbito da explicitação da *fragilização do universo de possíveis*, estes pequenos desequilíbrios irão agregar-se e metamorfosear-se um só, na passagem para a subfase 1.1 [*resistindo à fragmentação da trajetória de vida*]. Toda a trajetória se encontra, aqui, em desequilíbrio, dada a abrangência que este assume, ocasionando uma intensa incongruidade entre os problemas/limitações sentidos e aquilo que a pessoa assumia, antes, como real e desejável para si.

A pessoa sente, de forma intensa, que perdeu o controlo (sobre si mesma e sobre as condições em que se encontra), e que, apesar dos seus esforços no sentido do retomar essa gestão, as arduidades são demasiado severas para lhes fazer face de forma

eficiente. As emoções predominantes são a insegurança e a angústia, em grande medida resultantes do pavor de, por um lado, não possuir os requisitos necessários para a inversão deste quadro e, por outro, não sinalizar recursos a que possa aceder para combater (e minorar) os contratempos sentidos. Todavia, e pesem os receios apontados, investe grande parte dos seus esforços na procura de alternativas viáveis, mobilizando diligências diversas (*e.g.*, implementação de estratégias de controlo de perdas na autonomia, enfrentamento da constrição dos seus direitos e liberdades fundamentais) com o propósito de minorar as sequelas destas dificuldades que, como já vimos, lhe trazem alguns ganhos, mas são insuficientes para controlar este dinâmico macrodesequilíbrio.

Com evidente aumento no decurso da primeira subfase, esta contração assumirá mais intensa vitalidade na segunda metade [subfase 1.2 *debatendo-se pela sobrevivência nas ruas*], dada a periculosidade associada às situações de sem-teto e de habitação inadequada, e o desconhecimento de estratégias eficazes de sobrevivência, que formam, só por si, desafios sérios, a adicionar aos muitos obstáculos e limitações que já enfrentava. Nesta etapa, a preocupação estruturante prende-se com o assegurar a sobrevivência, num contexto em que a pessoa se sente, particularmente, indefesa. Domina o medo de não ser capaz de subsistir [*e.g.*, de não sinalizar espaços seguros, de ser vítima de violência (física e/ou sexual), de não adquirir os alimentos necessários, de perder os poucos pertences que ainda mantém consigo] e, com ele, a desconfiança em relação a pessoas, serviços e instituições. A precariedade é, por conseguinte, elevada, mas a pessoa permanece ativa na procura de possibilidades viáveis de mudança das suas circunstâncias (*e.g.*, combate o agravamento dos direitos e liberdades fundamentais, procura soluções para as suas dificuldades), mobilizando-se com o propósito de readquirir a segurança e os privilégios, pelo menos parte, que possuía anteriormente (*e.g.*, procura controlar a perda de pertences).

Enquanto perdurar este desequilíbrio, *i.e.*, se preservar a convicção que a situação de sem-abrigo é provisória, mantendo-se insatisfeito/a com o seu quotidiano e motivado/a para a sua transformação, não se configurará a passagem para um período de constrição do universo de possíveis. Este é o espaço, de duração não superior a alguns meses, em que se pode operar uma eficaz inversão deste padrão via reativação de modalidades sistemáticas de resolução dos problemas prioritários da

pessoa/agregado, seja com recurso à mobilização de elementos da rede informal, que antes não haviam intervindo de forma positiva ou através de auxílio formal de equipas e serviços de apoio especializado (Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs, 2007; Culhane *et al.*, 2007; Culhane & Metraux, 2008; McAllister, Kuang & Lennon, 2010; Levitt *et al.*, 2013). Dar-se-á, então, uma experiência transicional da situação de sem-abrigo (O’Flaherty, 2004; Burt, 2006; McNaughton, 2008; Frazer, Marlier & Nichaise, 2010; Nicholls, 2011; Thurston *et al.*, 2013), da qual a pessoa é capaz de sair antes da sua adaptação às exigências, *normatividades* e particularidades da vida na rua.

Todavia, para os restantes, a evolução previsível é a da crescente adaptação à vida na rua e às suas leis. Como alertámos no capítulo 5, esta adaptação não decorre da estabilização de configurações vivenciais prazerosas ou, até, desejadas pelo indivíduo, advindas da melhoria efetiva das suas circunstâncias face ao período de instabilidade vivenciado antes. Pelo contrário, trata-se de uma *incompleta aclimação* gerada a partir de resignação inconformada, alimentada, por um lado, pela uma intensa espiral de perdas sofridas e, por outro, pela necessidade de sobreviver (e, para tal, de aceitar como reais, e até não remediáveis, algumas das restrições que vive)²⁴³. Forma-se, assim, uma gravitação orbital, de dinâmica interna muito forte, que se assemelha à formação de um equilíbrio, mas que, quando analisada em pormenor, revela uma estrutura falsamente harmónica, constituída pela sumula de muitos microdesequilíbrios que, pela influência mútua, conferem constância a esta etapa. De duração que pode ascender a vários anos, esta adaptação traduz-se pelas três configurações previstas na subfase 2.1 *estabilizando um padrão de vida*.

Em consequência, embora escape muitas vezes à compreensão de profissionais, membros da comunidade e, até, políticos/as, esta formação gravitacional é, pela sua própria matriz, extraordinariamente dinâmica acionando, pela sua recursividade, um ininterrupto derrapar na direção da perpetuação da agravação da qualidade de vida e de bem-estar do indivíduo, que, em articulação com a restrição do universo de

²⁴³ Não confundamos, pois, a inexistência de vínculos sociais, laborais, financeiros e, mesmo legais, com a experimentação da liberdade. Num registo respeitador dos direitos humanos, a caracterização da permanência em espaço público, com recurso a um conjunto muito parco de bens, e na ausência de intervenção para o mal-estar e doenças sentidas, como a assunção de autonomia e emancipação, não encontra qualquer justificação crível (*cf.*, Gowan, 2000; McNaughton, 2008; Frangella, 2010; Lynne, 2010; Gowan, 2010; Mayock, O’Sullivan & Corr, 2011; Silva, 2011; Hozda, 2012).

possíveis, irá culminar na transição para uma etapa de desequilíbrio major [subfase 2.2 *experienciando os limites da sobrevivência*]. Note-se que, apesar de consentir a manutenção dos estrangulamentos das suas possibilidades reais, e também daquilo que ambiciona para si (e, por vezes, também para os seus), o indivíduo tem consciência dos efeitos nefastos desta experiência e sofre com ela (Culhane & Metraux, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; McAllister, Kuang & Lennon, 2010; Levitt *et al.*, 2013). Em resultado, embora invista na manutenção de um equilíbrio, ainda que, periclitante, a sua preservação no tempo será desafiada pelos constantes ataques à *zona de conforto/bolha de conforto* em que a pessoa se encontra.

Inicialmente interno, este sofrimento sofrerá disseminação às diferentes áreas da vida infetando-as de uma *generalizada ausência de sentido*. Gera-se um desequilíbrio tão acentuado que as suas manifestações incluirão incremento severo da precarização das condições de subsistência (face às circunstâncias vivenciadas na subfase anterior, que, sublinhamos, já eram de privação substancial), graves dificuldades na gestão do dia-a-dia, decréscimo do bem-estar físico e psicológico (Cheung & Hwang, 2004; Beijer, *et al.*, 2007, 2011; Beijer & Andréasson, 2009; Morrison, 2009; CRISIS, 2011; Binswanger, Blatchford & Mueller, 2013), entre outras dimensões de relevo que explanámos no ponto 5.2.4. Cristaliza-se, desse modo, a sensação de inexistência de norte, e de incapacidade de domínio do contínuo agravamento da constrição do universo de possíveis, numa imbrincada rede geradora, e perpetuadora, de descontrolo e labilidade emocional, de permanente sensação de fragilidade e insegurança, que se corporiza em ciclos alternados de apatia e desespero/ansiedade extremos (Cheung & Hwang, 2004; Hyman, 2010; Beijer *et al.*, 2011; de Silva, Manworren & Targonski, 2011; Elbogen *et al.*, 2011; Kushel, 2011; Culhane, Kane, & Johnston, 2013; Gambatese *et al.*, 2013; Mayock, Corr & O'Sullivan, 2013; Virginia Violent Death Reporting System, 2013; Fischer *et al.*, 2014; Frederick, 2014). A crença dominante é a de que a situação de sem-abrigo é uma condição irremediável, que não conseguirá ultrapassar, sucumbindo, assim, à fragmentação do presente.

Desiste de lutar pelo comando, de si mesmo/a e das suas circunstâncias, permanecendo num permanente estado de inconstância, pautado pela ausência de rotina, pelo medo e desespero, assim como pela (não) ação por impulso, sem qualquer tentativa séria de aspiração de um futuro distinto. Cede, em suma, a um estado de

negatividade perseverante, julgando-se uma pessoa sem valor (*e.g.*, sente-se inferior aos seus pares, manifesta incompreensão em relação a si mesmo/a) e suportando profundas perdas na identidade social. O término deste processo de desequilíbrio major finda, se não ocorrer um processo de reequilíbrio, na morte, em resultado do encastelamento de limitações no bem-estar físico (*e.g.*, evolução de doença por não tratamento) e mental (*e.g.*, perda de contacto com a realidade).

Porém, no âmago desta experiência de fragmentação de si, pode dar-se o *trigger* que ancorará a redescoberta de significado(s) para a sua vida. Forma-se, assim, a partir de uma singularidade [*cf.*, Ponto 6.1.1] um trilho conducente à formação de nova(s) harmonia(s), agora sustentado numa propensão expansionista. Note-se, todavia, que esta emergência de *regularidades* não se materializa por impulso, nem sequer de forma célere (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Mayock, Corr & O'Sullivan, 2013; Fischer *et al.*, 2014). Mais suave que a evolução anterior (de matriz contracionária), esta reequilíbrio assumirá um cariz provisional e frágil durante um considerável período de tempo (para a maioria das pessoas, vários anos e, para um grupo específico, toda a sua vida).

A *(re)configuração de uma trajetória de vida* [Fase 3] requererá, aos indivíduos e aos seus significativos, grande resiliência na lide com obstáculos e revés vários, assim como na consolidação de pequenas conquistas, essenciais à autonomização (*e.g.*, ensaia rotinas, amplia o número e tipo de iniciativas em que se envolve, gere as despesas, mobiliza-se na procura de fontes rentáveis de rendimento regular, aperfeiçoa estratégias de gestão eficaz de problemas). *Regenera*, aos poucos, a *sua zona de conforto*, densificando e flexibilizando as suas fronteiras e, em paralelo, enriquecendo o seu conteúdo. (Re)estabelece, para este efeito, rumos (*e.g.*, esboça objetivos mais ambiciosos, assume responsabilidades mais exigentes e/ou extensas no tempo) e dilata os contextos que frequenta, com relativa frequência, numa ampliação que poderá suceder, de forma progressiva ou por níveis (*cf.*, Thompson *et al.*, 2004; McCay *et al.*, 2011, Sharama & Hulsea, 2014). Aceita, ainda e com maior facilidade, *leituras* distintas da sua, sobre períodos anteriores e/ou acontecimentos recentes, e retoma a descoberta de capacidades e competências, investindo, de forma intencional, no incremento do seu bem-estar (*e.g.*, realiza atividades prazerosas, inclui momentos de descanso e lazer no seu quotidiano).

Nesta etapa, porque a força gravitacional se sustenta no sentido da expansão do universo de possíveis, a inclinação é de aumento do equilíbrio, e não da sua perda. Porém, não deve isto ser conotado com uma transição pacífica e linear, com a rota previamente definida. Enquanto etapa de transição, particularmente frágil na subfase 3.1, também ela se pauta por instabilidade e alguma insegurança (*e.g.*, confronta-se com descrença por parte de pares e/ou significativos, enfrenta limitações físicas). Já referidos, são expectáveis neste período retrocessos e arduidades, nomeadamente devidos a suspeitas que outros (pessoas, serviços e entidades) possuem sobre si ou as suas intenções, desconhecimento de procedimentos e de modalidades de atuação, término da relação contratual com empregador e concomitante aumento de constrangimentos financeiros, entre outros fatores aludidos neste trabalho e referenciados na literatura (Meert & Bourgeois, 2005; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Pawson & Munro, 2010; Mayock, O'Sullivan & Corr, 2011; Fischer *et al.*, 2014). Mais do que evitar a sua existência, espera-se que, neste momento, a pessoa se confronte com estes problemas (ainda que, segundo formatos e intensidades que consiga gerir), precisamente porque é da sua monitorização e, eventual, solução que desenvolverá as competências imprescindíveis à independência. Os erros cometidos, os ensaios não sucedidos, os retrocessos experienciados fazem, pois, parte integrante, e importante, deste reequilíbrio, sendo constituintes de relevo no treino da (re)integração.

Deste robustecimento da liberdade, na gestão de si mesmo/a e da sua vida, nascem, por fim, novas/renovadas normatividades, agora definidas e sustentadas de forma mais autosuficiente, e integradas num registo de participação comunitária. Este salto evolutivo, de si para a sociedade, é vital para que o desagrilhoamento da situação de sem-abrigo seja efetivo e duradouro, assim como para a sedimentação do processo de reequilíbrio que iniciou na subfase 3.1. Securizam-se, agora, as regularidades conquistadas (*e.g.*, confiança na organização do seu dia-a-dia, definição de estratégias de monitorização de proventos/gastos, fortalecimento do vínculo comunitário) e *fortalecem-se os propósitos e significado(s)*. Neste âmbito, acontecem progressos visíveis a nível da *harmonização com a sua história*, da *sedimentação de valores e prioridades* e do *empenho em viver segundo as suas convicções e valores*. Edifica, em suma, uma trajetória que avalia como mais aprazível e auspiciosa, estruturada segundo os seus valores e aspirações, e sedimentada na integração em grupos e contextos comunitários diversos. Neste ponto termina o processo de reequilíbrio, iniciando-se

nova trajetória, agora traduzida por gravitação orbital em torno da vivência incluída em sociedade, num registo respeitador dos seus direitos e liberdades fundamentais.

6.1.2 PROCESSOS DE EVOLUÇÃO TRANSITIVOS: *ESPAÇOS-TEMPO* DE CONFLUÊNCIA DE ATIVADORES CONVERGENTES E DE CORPORALIZAÇÃO DE METAMORFISMOS

Dignity is as essential to human life as water, food, and oxygen. The stubborn retention of it, even in the face of extreme physical hardship, can hold a man's soul in his body long past the point at which the body should have surrendered it.

Laura Hillenbrand, *Unbroken: A World War II Story of Survival, Resilience, and Redemption*²⁴⁴, 2010, p. 183

Integram a rubrica de *espaços de evolução transitivos* dois elementos distintos, que partilham entre si a comunalidade de acontecerem, apenas, em momentos circunscritos da trajetória que a situação de sem-abrigo integra. O primeiro destes respeita ao nascimento e gradativa maturação de novas regularidades, *i.e.*, ao processo de mutação do(s) problema(s)/preocupação(ões) principais, decorrente da transição entre (sub)fases. Enquanto fenómeno periódico, a sua materialização apenas ocorre quando se corporiza a confluência, no espaço e no tempo, de um conjunto de pré-requisitos, que sustentam a passagem para a subfase seguinte. Por esse motivo, e pese a importância dos processos de evolução contínuos já dissecados, para a configuração de um conjuntura predisponente ao progresso para a etapa seguinte, a concretização destes processos é essencial para que se corporizem os metamorfismos que sustentam as transições. Não se trata, apenas, da soma de pequenas alterações ou de mudanças qualitativas em áreas diversas, estas transformações implicam modificações substantivas na perceção do real, e, por inerência, traduzirão mutações tangíveis nos padrões discursivos e comportamentais.

Por sua vez, compõem o segundo elemento de evolução periódica os ciclos recidivos. Também já abordados, embora de forma superficial, aquando da explicitação das dimensões de superfície desta *Grounded Theory*, estes padrões orbiculares

²⁴⁴ Obra publicada pela editora The Random House Publishing Group.

involutivos advém da experiência, em círculo, das subfases 2.1 e 2.2 [ciclo recidivo 1], e das subfases 2.1, 2.2 e 3.1 [ciclo recidivo 2]. Como veremos mais adiante, o primeiro deles tem sido, particularmente, associado, na literatura, à situação de sem-abrigo crónica, enquanto o segundo surge no conjunto de investigações sobre a sua vivência de forma episódica (Goering *et al.*, 2002; Jones & Pleace, 2005; Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs, 2007; Culhane *et al.*, 2007; Dorsett *et al.*, 2007; Culhane & Metraux, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010; McAllister, Kuang & Lennon, 2010; Levitt *et al.*, 2013). Também neste projeto de investigação assim se verificou, sendo comuns ambos os ciclos em pessoas com longas trajetórias em privação extrema habitacional, com uma diferença importante, que se deve à melhoria pontual de circunstâncias (*e.g.*, habitacionais, laborais, de inserção comunitária) para aqueles/as que se encontram enredados no ciclo recidivo 2. Confundida, por vezes, com uma autêntica tentativa de reinserção em sociedade (via expansão do universo de possíveis e reequilíbrio), a transição para a subfase 3.1 não ocorre, neste âmbito, de forma sustentada, sendo o reequilíbrio demasiado frágil para que se mantenha a tendência expansionária que o universo de possíveis vinha a sofrer. Perante desafios e obstáculos, que não consegue gerir, a pessoa involui, num processo de desequilíbrio generalizado (*e.g.*, elevada instabilidade psicológica, insegurança), para a subfase 2.2 e, como detalharemos, desta transita para a 2.1 (numa das três configurações previstas).

Mantendo a indicação de que a leitura destes fenómenos e dos seus efeitos deve acontecer segundo uma perspetiva sistémica, uma vez que estamos perante um processo (situação de sem-abrigo) que se estrutura a partir da ação, simultânea e diferida, de um conjunto muito diverso de elementos, de ordem e amplitude díspares, que se organizam numa complexa malha, extraída da interação de diversas dinâmicas interdependentes (*e.g.*, alterações na expansibilidade do universo de possíveis), damos, de imediato, início à tarefa da sua explicitação.

6.1.2.1 TRANSIÇÕES ENTRE (SUB)FASES E CONFIGURAÇÕES: EMERGÊNCIA E SEDIMENTAÇÃO DE DISTINTAS NORMATIVIDADES

This is what happens. You put it away for a little while, and now and again you look in the closet for something else and you remember, and you think, soon. Then it becomes something that is just there, in the closet, and other things get crowded in front of it and on top of it and finally you don't think about it at all. (...)

The thing that was your bright treasure. You don't think about it. A loss you could not contemplate at one time, and now it becomes something you can barely remember.

This is what happens.

Alice Munro, *Runaway*²⁴⁵, 2011, pp. 241-242

Nesta *Grounded Theory* original são detetáveis quatro momentos estruturantes de transição, dois deles que sustentam a entrada e a saída da situação de sem-abrigo, respetivamente, e os restantes concernentes à evolução da fase 1 para a fase 2, e desta para a fase 3. Todos eles acontecem pela convergência de um vasto aglutinado de fatores que originam conjunturas potenciadoras de mudança do problema/preocupação principal com que a pessoa se confronta, sendo possível identificar alguns *triggers* essenciais à sua formação. Neste ponto da Tese procedemos à síntese destes elementos, na sequência em que surgem nas trajetórias da vasta maioria das pessoas que vivenciam todas as fases previstas no modelo, ainda que, sublinhe-se, a reinserção não requeira, com cariz obrigatório, a presença de todos eles (*e.g.*, é possível a transição direta entre a fase 1 e a fase 3). Da concentração de fatores propiciadores de mudanças (explorados no contexto da apresentação das dimensões de superfície e, em aditamento, dos processos de evolução contínuos), bem como das metamorfoses que a sua ação interdependente gera, resultam pontos de corte, que farolizam a fronteira a partir da qual se verificam alterações substantivas da natureza do problema/preocupação dominante e, de forma indissociável, dos padrões discursivos, dos comportamentos privilegiados, e das estratégias mobilizadas com o propósito da sua (não) resolução. No interior desta *Grounded Theory* são, distintivamente, reconhecíveis dois marcos deste tipo, sendo estes os responsáveis pela existência de três fases, com especificidades distintas entre si.

²⁴⁵ Obra publicada pela editora Chatto and Windus.

Num nível de análise inferior constata-se, em acréscimo, a presença de *triggers* de evolução entre as subfases, num total de três [entre as subfases 1.1 e 1.2, 2.1 e 2.2, e 3.1 e 3.2], assim como entre as três configurações previstas na subfase 2.1. A sua formação acontece a partir dos mesmos mecanismos de evolução que sustentam as passagens anteriores, com a diferença importante de que estas traduzem mudanças de menor impacto, a nível da modificação dos padrões discursivos e comportamentais dos indivíduos. Suficientemente fortes para se aglutinarem num todo com características próprias (subfase ou configuração), não possuem os elementos conjunturais suficientes para sustentar a emergência de uma matriz, de perceção e vivenciação do real, de natureza distinta da anterior.

Considerados os elementos introdutórios inauguramos, de imediato, a tarefa de explicitação dos momentos estruturantes de transição previstos nesta *GT*. Constitui o primeiro destes referentes, a conjuntura desfavorável que sustenta a entrada na primeira fase. Sobejamente conhecida dos/as cientistas que exploram a emergência da situação de sem-abrigo, esta conjugação, no espaço e no tempo, de fatores de ordem dissemelhante (estrutural, institucional, relacional e pessoal) que atuam no sentido da diminuição da qualidade de vida e bem-estar, da pessoa e/ou agregado, tem sido apontada como uma das descobertas de maior relevo da *nova ortodoxia* (Pleace, 2000; O’Flaherty, 2004; Barbour *et al.*, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Marlier & Nichaise, 2010; Stephens *et al.*, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Schneider, Gruman, & Coutts, 2012; Thurston *et al.*, 2013; Nunez & Adams, 2014). Muitas vezes apresentado de forma difusa, enquanto conjunto múltiplo de fatores que redundam na privação habitacional severa, sem indicação dos processos que sustentam esta evolução e, em específico, do(s) ponto(s) de corte que diferencia(m) o quadro de pobreza extrema anterior e os primórdios da génese da vivência da situação de sem-abrigo, neste modelo assinala-se, a partir da intervenção das dimensões de profundidade, esta fronteira, identificando-a com a alteração da natureza dos desequilíbrios vivenciados que, pela sua agregação (e ação interdependente) se metamorfoseiam num só, de tal severidade que põe em causa a trajetória anterior, fragmentando-a. O ponto de corte situa-se, assim, na perceção de *perda de controlo sobre si e sobre os acontecimentos*, ou seja, no confronto com a não posse dos recursos necessários para fazer face ao volume de constrangimentos e complicações em que se encontra imerso/a. Estas inseguranças e fragilidades generalizadas, assim como a tentativa de resistência ao aumento contínuo

dos obstáculos sentidos e da minorização das condições em que vive, coexistirão no decurso da fase 1 (pesem as diferenças entre as duas subfases) corporificando a sua identidade distintiva.

Com o seu termo, resultante de uma crescente acomodação às exigências da vida na rua e, em paralelo, com a diminuição do medo que antes esta experiência lhe trazia, a pessoa transita para a fase seguinte [*adaptando-se aos imperativos da vida*]. Despoleta esta migração a formação de um equilíbrio precário, constituído no seio de uma constrição crescente do universo de possíveis, que se consubstancia na geração de padrões comportamentais estabilizados de gestão de sobrevivência diária e na definição de referentes discursivos legitimadores desta inconformada resignação às circunstâncias experienciadas. O ponto de corte só se dá, portanto, quando a pessoa apropriou as dinâmicas e demandas da vida na rua, ajustando, da forma que lhe parece mais viável, as suas concepções e ações a elas. Realce-se, contudo, que não se trata de um verdadeiro equilíbrio, mas sim de uma estrutura falsamente harmónica, possibilitada pela gravitação orbital em torno de uma das três configurações identificadas [*alienando-se de si próprio/a e da sociedade* (subfase 2.1a), *circunscrevendo-se às condicionantes da vida na rua* (subfase 2.1b), e *tirando partido da vida na rua* (subfase 2.1c)], que irá desembocar, pela instabilidade que esta navegação assume, na experiência dos limites da sobrevivência.

É da ausência de sentido para a vida que assomará, como tivemos oportunidade de descrever nos subpontos que integram a rubrica 6.1, uma singularidade, que constitui o ponto de corte desta fase. Como aludimos, os possíveis desfechos são dois, a morte (que assinala o término da trajetória pela sua extinção) ou, em alternativa, a formação da génese de um trilho distinto (*e.g.*, após experiência de quase morte seguida de internamento prolongado, através de estabelecimento de relacionamento de intimidade estável). Já aflorado, o *trigger* essencial para a sua formação advém da consciencialização, inequívoca, de que o rumo anterior era de anulação da vida e, perante esse fato, a assunção, assumida, de reconquista do domínio sobre si e a sua existência. A descoberta de *coragem para desejar e fazer escolhas constitui*, em suma, o ponto de corte de transição para a fase 3.

Imbuída de pequenas recuperações que se agregam, num *crescendum*, gerando um processo de reequilíbrio global da sua identidade e de uma trajetória

reconfigurada, a passagem por esta fase trará consigo uma mais segura assunção de controlo interligada com o enriquecimento e estabilização da participação autónoma e consciente, da vida em comunidade. Com a edificação dessa trajetória, mais *feliz*, e estruturada segundo as crenças e valores do/a próprio/a dar-se-á a última transição prevista na *GT*, agora não para outro período de vivência da situação de sem-abrigo, mas sim para a emancipação, imprescindível, a uma vida integrada em sociedade democrática.

A estas evoluções acrescem, ainda, as transições operadas no interior de cada fase que, como vimos, são importantes para que aconteça progresso efetivo, mas não corporizam, em si mesmas, conjunturas de mudança robustas o suficiente para traduzirem alterações de relevo, na forma de ser e estar no mundo da pessoa que as experiencia. A primeira destas manifesta-se através da modificação da preocupação central (que norteia os pensamentos, discursos e comportamentos distintivos de cada etapa) da sinalização de soluções passíveis de viabilização da inversão do campo de forças negativo (constituído pelo denso aglomerado problemas e dificuldades sentidos), para a procura do asseguramento da sobrevivência, dados os perigos acrescidos resultantes da ausência de teto estável e seguro. Mantêm-se, embora incrementados, o medo e a instabilidade que caracterizam a subfase anterior, assim como o desejo de investir na alteração das circunstâncias atuais (sustentado na crença de que será capaz de o fazer em tempo útil).

No interior da fase 2 ocorrem transições múltiplas, numa pluralidade de articulações que não tem paralelo com qualquer um dos outros períodos considerados. Verifica-se, à semelhança do que sucede nas restantes, uma transição evolutiva entre a subfase 2.1 e a subfase 2.2. Em termos gerais esta materializa-se através da modificação de uma gravitação orbital centrada na sustentação da continuidade do padrão de vida existente (e que pode assumir qualquer uma das três configurações), para a sedimentação de um estado de perseverante ausência de sentido para a vida. Como indicámos, porque a *adaptação aos imperativos da vida na rua* exige a convivência diária com limitações, obstáculos e barreiras ao bem-estar, à liberdade, e à dignidade, o falso equilíbrio anterior traz, por inerência, consigo experiências de elevado sofrimento e, até, de destruturação para o indivíduo, nas mais diversas esferas da sua personalidade (*cf.*, pontos 5.2.1 e ponto 6.1). Em consequência, mesmo perante uma aparente

resignação, existe conflito interno permanente, na vivência da subfase 2.1, sendo as suas sequelas responsáveis pela emergência da conjuntura negativa que sustenta a passagem para a etapa seguinte.

A esta transição intrafase acrescem, ainda, as atualizações do *padrão de vida* estabilizado, que podem suceder-se sem que a pessoa permute de subfase. Não existe, portanto, evolução ou involução, na pessoa dado que a pessoa se encontra na mesma zona no que respeita aos processos de evolução contínuos, sendo as especificidades de cada configuração respeitantes a prioridades distintas de estabilização de padrões que lhe permitam a adaptação aos imperativos da rua. O *trigger* que despoleta esta deslocação consiste, deste modo, na transformação das estratégias, comportamentos e narrativas mobilizados, até então, com o objetivo de sustentar a continuidade da perseveração, em condições de subsistência tidas como viáveis e/ou mais profícuas, de níveis aceitáveis de adaptação às demandas na rua. Relembramos, a este propósito, que a configuração 2.1a [*alienando-se de si próprio/a e da sociedade*] se caracteriza pela desistência da luta por melhoria das condições de vida e, em concomitância, por desinvestimento em si e na participação (ativa) em sociedade; enquanto a 2.1b [*circunscrevendo-se às condicionantes da vida na rua*] se notabiliza pela procura de preservação, naquilo que a pessoa identifica como possível, do equilíbrio conseguido; e, por sua vez, a 2.1c [*Tirando partido da vida na rua*] se diferencia das duas anteriores pela intenção de obter ganhos das circunstâncias e experiências vividas, ou seja, de se “desenrascar o melhor possível”.

É, pelo exposto, possível o cruzamento das três configurações, uma só vez, percorrendo-as em ciclo, ou retomando a subfase 2.1b por algum tempo. Igualmente viável é, também, um curso orbital em torno de, apenas, duas delas, sendo expectáveis *migrações* entre a subfase 2.1b e 2.1c, ou entre 2.1a e 2.1b. Podem, em registo furtivo, ocorrer passagens da subfase 2.1c para a 2.1a mas, pelas características *sui generis* que esta última assume, não são expectáveis transições diretas dela para a 2.1c.

6.1.2.2 CICLOS RECIDIVOS: DA SUA EXPERIENCIAÇÃO À CRISTALIZAÇÃO DE PADRÕES ORBICULARES INVOLUTIVOS DE SOBREVIVÊNCIA

*Sometimes my life opened its eyes in the dark.
A feeling as if crowds drew through the streets
in blindness and anxiety on the way towards a miracle,
while I invisibly remain standing.
As the child falls asleep in terror
listening to the heart's heavy tread.
Slowly, slowly until morning puts its rays in the locks
and the doors of darkness open*

Tomas Tranströmer, 1958, *Kyrie*²⁴⁶, estrofes 1-8

A não linearidade do processo que conforma a situação de sem-abrigo não é, seguramente, nesta etapa de leitura da Tese, novidade para o/a leitor/a. Referida de forma iterada por autores de vários quadrantes científicos (*e.g.*, Somerville, 1992, 1997; Wright, 1993; Smith, 1994; Tucker, 1994; Wardhaugh, 1999; Robinson, 2001; Mallett, 2004, Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007; Crisis, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Daly, 2013) e conotada com uma das suas características de maior complexidade, também nesta *Grounded Theory* se revelou um referente de grande relevância. *Sobreviver às ruas* é, indubitavelmente, uma preocupação intensa que, embora convoque a mobilização do indivíduo também exige, pelas exigências específicas que a rua tem, aceitação de uma complexa combinatória de perdas e de constrangimentos (*e.g.*, Jones & Pleace, 2005; Dorsett *et al.*, 2007; McNaughton, 2008, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Lúcio, *et al.*, 2011a, 2011b; Parsell & Parsell, 2012).

Não será, por conseguinte, surpreendente a constatação de que a vivenciação desta situação se corporifique em trilhos com características algo diferenciadas entre si, que oscilam entre, num extremo, a rápida transição para percursos de reinserção e, no outra, o seu prolongamento por várias décadas (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Culhane & Burne, 2010). Enquanto processo de elevada dinâmica, a sua perseveração no tempo não permite, contudo, a permanência estagnada numa determinada subfase, dado que,

²⁴⁶ Versão inglesa do poema passível de consulta no endereço eletrónico <http://uppsala.engelska.se/en/articles/nobel-day-workshop-celebrating-literature-and-arts>.

nos bastidores, se encontram, em atuação ininterrupta, fenômenos de profundidade contínuos. Em consequência, ainda que a pessoa não efetive saída sucedida, existem transições entre fases e subfases que irão compor a matriz singular que caracteriza a trajetória única de vivenciação da situação de sem-abrigo para cada ser humano.

Das tendências evolutivas pontuais já demos conta no ponto anterior, resta-nos, portanto, a apresentação dos ciclos recidivos que se formam pela vivenciação circular de transições não sucedidas. Gerados pela passagem cíclica entre as subfases 2.1 e 2.2 (ciclo 1) ou 2.1, 2.2 e 3.1 (ciclo 2) possuem em comum um forte percurso involutivo orbicular, que se materializa numa vigorosa espiral implosiva, de que podem encontrar-se reféns durante vários anos (ou no resto da sua vida). O primeiro destes ciclos forma-se, como acabamos de referir, pela gravitação em torno das subfases 2.1 (em qualquer uma das suas configurações) e 2.2. Perante ameaças múltiplas ao falso equilíbrio estabelecido na subfase 2.1 (que apresentamos nos pontos 6.1.1, 6.1.2 e 6.2.1), e com as quais o indivíduo não consegue lidar, no imediato, no sentido de (re)configurar um nível de acomodamento que percebe como aceitável, ocorre um agravamento substantivo da sua qualidade de vida, que *culmina na experienciação dos limites da sobrevivência* [subfase 2.2]. Sofre, em consequência desta migração, um incremento da sua precariedade, associado a uma diminuição severa daquilo que lhe parece verosímil (no presente e futuro). Contudo, antes que a sensação de permanente não rumo se cristalice, *i.e.*, prévio à sedimentação da ausência de sentido para a vida, a pessoa mobiliza-se no sentido de alterar as suas circunstâncias. Todavia, este desejo de mudança não se estrutura no sentido da saída da situação de sem-abrigo, pelo oposto, ele encontra força na procura da retoma das condições que considerava possuir no período precedente. Assim, na emergência de graves incertezas e instabilidade, e perante a incapacidade percebida em encetar transformações no sentido de (re)configurar uma trajetória de vida, o indivíduo não vê esta progressão como viável, ou até, real e regride para a subfase anterior (subfase 2.1 a, b, ou c). A permanência neste ciclo por longos períodos de tempo (que, por vezes, ascendem a várias décadas), pressupõe, portanto, uma tendência oscilatória entre períodos de relativa estabilidade (subfase 2.1) e períodos de extrema instabilidade (subfase 2.2).

Este ciclo possui, como já o/a leitor/a terá inferido, como característica distintiva a sua interdependência da constrição severa do universo de possíveis. Sublinhe-se que

esta sustentação é mútua, uma vez que, é necessário que o indivíduo se encontre num processo de constrição, para que se processe a vivência da fase 2, sendo, também, imprescindível que esta tendência oscilatória se preserve, pois é da sua manutenção que se corporifica a involução, da subfase 2.2 para a 2.1. Por outro lado, só com a vivência destas passagens [subfases 2.1 e 2.2], em círculos sucessivos, emerge a massiva espiral involutiva responsável pela sucessiva intensificação da constrição sofrida, que se traduz numa precarização cada vez mais extrema das condições de subsistência, associada a diminuição do bem-estar físico e mental.

Por sua vez, o segundo ciclo origina-se a partir da iteração da passagem entre três subfases [2.1, 2.2 e 3.1], que são experienciadas pelo indivíduo de forma fixa [passagem da subfase 2.1 (a, b, ou c) à subfase 2.2 e desta à subfase 3.1, seguida de regresso à subfase 2.2 e, por fim, à subfase 2.1 (a, b, ou c), etapa em que se reinicia o ciclo. Ao contrário do anterior, que pode ocorrer em contínuo durante anos, este ciclo recidivo acontece em alguns períodos da trajetória, podendo ser intervalado por períodos de experiência de uma só subfase ou pela emergência do outro padrão orbicular involutivo (ciclo 1). Inicia-se, à semelhança do anterior, com a passagem da subfase 2.1 [configuração a, b, ou c], em que o indivíduo se encontrava, para a subfase 2.2. Esta passagem ocorre, também aqui, em resultado da destabilização severa do equilíbrio precário que o indivíduo mantinha na subfase 2.1 (*e.g.*, devido a constrangimentos graves a nível das estratégias de sobrevivência mobilizadas), sendo os fatores precipitantes similares aos já descritos. De novo, a pessoa não possui os recursos necessários (internos e/ou externos) para lidar, de forma construtiva, com os severos obstáculos e dificuldades que enfrenta, numa das configurações que integram a subfase 2.1 suportando, neste ponto, desequilíbrios múltiplos, dos quais emerge a migração para a subfase 2.2. A majoração destes desequilíbrios sustentará, a permanência, por algum tempo, em circunstâncias de *experienciação dos limites da sobrevivência*, que, pela elevada, constrição do universo de possíveis que pressupõe, instiga graves incertezas e instabilidade generalizada.

No entanto, e de forma distinta do que sucede no ciclo 1, ocorre efetiva cristalização desta sensação de não rumo, chegando a formar-se uma singularidade, seguida da geração de uma conjuntura favorável à transição para a subfase seguinte. Inicia-se, então, um processo de (re)configuração dos sentidos na/da vida que, aos olhos

do/a próprio/a, de significativos/as e, até, de profissionais pode assemelhar-se a uma real aproximação à reinserção em comunidade [subfase 3.1]. Mas assim não sucede, pois os pequenos retrocessos, dificuldades e desafios, previstos para uma robusta ultrapassagem deste período, serão suficientes para que a pessoa se sinta em novo desequilíbrio. Não sendo capaz de os gerir, com recurso às suas capacidades e competências ou através do auxílio formal de que é alvo, regride, com profundo sofrimento e sequelas múltiplas (*e.g.*, agravamento de dependências, manifestações de ansiedade e de fúria), à subfase 2.2. Por sua vez, a instabilidade que caracteriza esta subfase (experienciando os limites da sobrevivência) associada ao aumento da constrição do universo de possíveis, forçam o indivíduo a procurar um novo equilíbrio, que se traduz no retrocesso à subfase 2.1 (a, b, ou c). Tendencialmente, permanecerá algum tempo nesta subfase (2.1) antes de experienciar novo(s) desequilíbrio(s) que culminam na transição para a subfase 2.2. De novo, perante a experiência de limites à sobrevivência, o indivíduo sofre desequilíbrios, com probabilidade de assumirem intensidade muito elevada, que culminarão numa nova singularidade [com características distintas da(s) anterior(es)], de que resultará, se o padrão circular involutivo se mantiver, outra tentativa de arriscar a expansão do universo de possíveis.

Embora mais lento e menos perceptível que o seu congénere, este ciclo reforça-se, para os/as poucos/as que nele ficam enredados/as, mutuamente, contribuindo, pela sua repetição, para a descrença de que será possível, algures no futuro, saída sucedida da situação de sem-abrigo. Por um lado, concorre para a tendência de aumento da fixação do indivíduo na subfase 2.1 (subfase que, no decurso de vários ciclos, aumenta significativamente a sua duração) e, por outro, para crescente resistência em arriscar a (re)configuração de propósito(s) e significado(s) na vida (pelos efeitos da contínua constrição do universo de possíveis).

Com facilidade o/a leitor/a associará o primeiro destes ciclos à situação de sem-abrigo crónica e, no seu conjunto, ao grupo de pessoas que apresentam necessidades de intervenção especializada e intensa (Goering *et al.*, 2002; Culhane & Mettraux, 2008; O' Sullivan, 2008a; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Warnes, Crane & Coward, 2010). Só pela sua vivência ocorre trauma, dado o aumento significativo do risco de incremento do mal-estar físico e psicológico (*e.g.*, agravamento do consumo de substâncias, evolução de doenças por não tratamento, deterioração de conhecimentos e competências,

limitação do repertório comportamental), que irá interligar-se, segundo a lógica sistêmica que já descrevemos, nos restantes fatores que conformam as conjunturas desfavoráveis à reinserção. A gravitação orbital sustenta-se assim numa tendência entrópica que, se não combatida, terminará com a extinção do sistema. É, como exploraremos no ponto 6.4, necessário que a intervenção para este grupo se sustente numa lógica multireferencial intensiva (*e.g.*, apoio alimentar, higienização, limpeza do imóvel e roupas, apoio psicológico), sob pena das modalidades concorrerem mais para a manutenção desta tendência implosiva²⁴⁷ do que para real inserção (Hopper, Jost, Way, Welber, & Haugland, 1997; Rosenheck & Lam, 1997; Koegel, *et al.*, 1999; Kisor & Kendal-Wilson, 2002; Cheung & Hwang, 2004; Folsom, *et al.*, 2005; Anderson *et al.*, 2006; Luhrmann, 2007; Klodawsky, 2009; Sakamoto *et al.*, 2009; Beijer *et al.*, 2011; Russell, 2011; Hurlbut, Robbins, & Hoke, 2011; Huey, Fthenos, & Hryniewicz, 2012)].

De grande importância é, também, a sinalização do segundo destes padrões orbitales involutivos (ciclo 2) antes da sua cristalização numa espiral descendente, muito convocadora de sentimentos de insuficiência e de incapacidade. Conotado com experiências episódicas de vivência da situação de sem-abrigo (Cameron *et al.*, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Finfgeld-Connett, 2010; Parker, 2010; Warnes, Crane & Coward, 2010; Canavan *et al.*, 2012; Crawley *et al.*, 2013), pelas especificidades que assume, nomeadamente devido à sua invisibilidade durante as suas primeiras manifestações (que, como já dissemos, são confundidas com tentativas sustentadas de reinserção, para os/as profissionais e, potencialmente, também, para o/a próprio/a), não é, com regularidade, alvo de intervenção estruturada a tempo de impossibilitar a sedimentação da tendência involutiva que o sustenta. Embora não tenda, de forma tão acentuada, a culminar, por trajeto direto, na extinção da vida, provoca diminuição acentuada da qualidade de vida e bem-estar, não só pelos períodos de vivência das subfases 2.1 e, com maior violência, 2.2, mas pelo conflito interno que o retrocesso da subfase 3.1 para a 2.2 implica. Urge, portanto, a sinalização deste ciclo, já durante as suas primeiras manifestações para que, através de intervenção especializada, se combata, de forma eficaz, a sua matriz circular.

²⁴⁷ Constitui um exemplo claro desta não intencional desvirtuação das intervenções, o *shelterization syndrome* (*cf.*, Farrell, 2012).

6.2 “FECHO, CANSADO, AS PORTAS DAS MINHAS JANELAS”²⁴⁸: OPORTUNIDADES E RISCO(S) DA PRESCRIÇÃO DOS DESFECHOS NUM QUADRO DE IMATURIDADE PERMANENTE

Fecho, cansado, as portas das minhas janelas, excluo o mundo e um momento tenho a liberdade. Amanhã voltarei a ser escravo; porém agora, só, sem necessidade de ninguém, receoso apenas que alguma voz ou presença venha interromper-me, tenho a minha pequena liberdade, os meus momentos de excelsis.

Na cadeira, aonde me recosto, esqueço a vida que me oprime. Não me dói senão ter-me doído.

Bernardo Soares, *Livro do Desassossego*, vol II, 1982, p. 456

Ultimadas as tarefas de apresentação da *Grounded Theory* Clássica original *Sobrevivendo às ruas*, nas suas dimensões de superfície e de profundidade, e sistematizadas as componentes, primárias e complementares que as constituem, restamos o encargo de refletir, criticamente, sobre as principais implicações que este modelo nos possibilita antecipar. Estamos, indubitavelmente, perante uma problemática em que se espera estreita interligação entre a investigação científica e a intervenção, assumindo-se a primeira como pertinente elemento norteador da conceção e implementação de políticas e práticas promotoras da qualidade de vida e do bem-estar de pessoas que enfrentam muito severos constrangimentos a uma vida digna e dignificante em sociedade (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2005, 2010b, 2010c, 2010d, 2012a, 2012b; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Comissão Nacional para os Direitos Humanos, 2010; Schindeler, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Palley, 2013).

Sublinhe-se, porém, que as eventuais mais-valias deste tipo de trabalhos não se restringem a este elemento de potenciação das circunstâncias de um segmento minoritário da população, as evidências compiladas e as cogitações teóricas tecidas possuem uma amplitude mais vasta, convocando a uma análise compreensiva sobre as sociedades democráticas (com particular centração no contexto da UE), e da sua matriz

²⁴⁸ Excerto do texto *A liberdade é a possibilidade do isolamento*, escrito em data desconhecida e integrado no volume II do *Livro do Desassossego por Bernardo Soares* (recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha; prefácio e organização de Jacinto do Prado Coelho), edição de 1982 pela Editora Ática.

dominante [profundamente ancorada nas premissas da economia de mercado e para o mercado (*e.g.*, Chomsky, 1999; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Comissão Nacional para os Direitos Humanos, 2010; Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011; Comité Económico Social Europeu, 2012; Muižnieks, 2012; Parliamentary Assembly, 2012)], num esforço de revisitação dos ideais que consubstanciam as âncoras das sociedades que queremos (*cf.*, Carta dos direitos fundamentais da União Europeia (2010/C 83/02), em contraste com as realidades que enformam as que, em efetivo, temos.

Pelo exposto se depreende que um estudo desta natureza implique a perspetivação de implicações, das descobertas apresentadas, a diversos níveis, concebendo, para o efeito, um mapa multifacetado de recomendações, em que se sintetizam os contributos substantivos para uma das tarefas mais desafiantes e árduas que os sistemas democráticos há muito defendem como essencial – a educação de indivíduos, agregados e entidades, na senda da convivência, num registo de verdadeira igualdade de direitos e liberdades, entre pessoas e povos. Somos todos/as os aprendentes desta lição, sendo também de todos/as a tarefa de nos educarmos neste sentido. Mais do que iniciativas pontuais de formação (*e.g.*, para o empreendedorismo, para abertura de negócio, para a gestão do quotidiano) ou estratégias de controlo de padrões comportamentais e modalidades ilícitas de sobrevivência, aquilo que emerge da reflexão (teórica, metodológica e de elaboração da *GT*) tecida nos diferentes capítulos desta Tese é a de que estamos perante uma problemática que convoca esforços estruturados de educação permanente, conducentes à emergência de novos paradigmas de ser (e estar em) sociedade.

É da formação dos nossos valores e convicções que se trata, não, apenas, do incremento de conhecimentos e de técnicas, para grupos minoritários, ou respeitante à intervenção com estes, na tentativa da potenciação da sua aproximação às premissas perfilhadas pelas classes dominantes. Neste sentido, e como aludiremos na rubrica 6.2.2, as sugestões de formação incluem, não em exclusivo, a potenciação da autonomização do quotidiano (para pessoas em situação de sem-abrigo, nas diferentes configurações que a *GT* salienta), centrando-se, pelo contrário, em aspetos inerentes ao desenvolvimento das comunidades e à promoção da igualdade e da dignidade, numa matriz em que a Educação/Formação são parte integrante de um esforço

democratizante, num entendimento mais englobante, que envolve, entre outros, os valores, o caráter, os padrões de concepção de mundo e do outro, elementos que, em rigor, organizam as prioridades de governação e de intervenção nesta matéria. Trata-se, portanto e também, de um compromisso de Educação de Adultos/as, focalizado no desenvolvimento moral, social, e ambiental dos/as cidadãos/as de hoje, não, somente, na sua instrução, para que, através dele, se operem evoluções auspiciosas, e tidas como desejáveis, no cerne daquilo que nos constitui como redes interdependentes de sistemas humanos, organizados segundo cartas de navegação evolutivas e participadas. Como nos recorda Paulo Freire (1987, p. 18),

[a] liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre, pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inclusos. Daí a necessidade que se impõe de superar a situação opressora. Isto implica no reconhecimento crítico, na 'razão' desta situação, para que, através de uma ação transformadora se incida sobre ela, se instaure outra, que possibilite aquela busca do ser mais.

No momento, porém, em que se comece a autêntica luta para criar a situação que nascerá da superação da velha, já se está lutando pelo *Ser Mais*. E, se a situação opressora gera uma totalidade desumanizada e desumanizante, que atinge aos que oprimem e aos oprimidos, não vai ceder, como já afirmamos, aos primeiros, que se encontram desumanizados pelo só motivo de oprimir, mas aos segundos, gerar de seu *ser menos* a busca do *ser mais* de todos.

Este é, pois, o repto que se nos coloca, a todos/as, enquanto membros de comunidades, e independentemente dos papéis (atuais, prévios, e futuros) que nelas desempenhemos (*e.g.*, profissionais, pessoas em situação de sem-abrigo, investigadores/as). Em conformidade com esta dimensão globalizante não será possível, nem aceitável até, que se proceda nesta rubrica à apresentação de um conjunto de indicações prescritivas, sustentadas na nossa antevisão daquilo que será mais pertinente. Pelo contrário, e porque se espera que as considerações tecidas nos capítulos antecedentes desta Tese constituam elementos de reflexão, assumimos como compromisso a compilação de um conjunto de dimensões chave, que visam a promoção de estudos mais auspiciosos e metodologicamente robustos, assim como de intervenções dignificantes e respeitadoras dos direitos e liberdades de todos os atores que nela participem e que, pelos referenciais teóricos que a sustentam, estará,

necessariamente, sujeita à apreciação crítica de todos/as os envolvidos/as, incluindo, evidentemente, as pessoas em situação de sem-abrigo.

Com este propósito chave em mente, estruturámos a segunda parte deste capítulo em quatro rubricas. Na primeira sistematizamos os referentes teóricos, que são reforçados através das descobertas por nós sinalizadas, apontando, em complemento, as evidências que sustentam a apreciação de lacunas/insuficiências em algumas propostas tradicionais, de que demos conta no capítulo 1. Na rubrica seguinte apresentamos algumas sugestões de investigações a realizar em momentos subsequentes, nomeadamente no que concerne à validação do modelo e dos seus elementos estruturantes. Por fim, debruçamo-nos, em particular, sobre as questões de intervenção, apontando algumas indicações globais sobre os elementos base que poderão nortear o *design* de iniciativas neste domínio (para pessoas, organismos e a própria sociedade), tendo em vista um conhecimento mais profundo da situação de sem-abrigo e, em aditamento, um combate mais eficaz aos fatores que sustentam a precarização e a vulnerabilização extrema das circunstâncias de vida de algumas pessoas e famílias. Terminamos com a sistematização das principais potencialidades e limitações do estudo.

Note-se, contudo, também porque estamos num cenário de permanente imaturidade, pautado por um aumento da precarização e de agravamento da conjuntura económica e social, que quaisquer sugestões de inovação neste domínio devem ser entendidas enquanto proposições provisórias, que visam a potenciação da intervenção nesta matéria, não como determinações a considerar de forma acrítica (Almeida, Martins, Guerra, & Pinto, 2010; Amnistia Internacional - Portugal, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal & Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010; European Commission – Eurobarometer, 2010; EUROSTAT, 2010a, 2010b, 2010c; Rybkowska & Schneider, 2011). Qualquer prescrição dos desfechos terá, assim e pela própria natureza que esta problemática possui, que incluir todos/as os/as envolvidos/as, num empreendimento comum de geração modalidades de educação para a participação democrática em sociedade (*e.g.*, implementação de mecanismos de prevenção eficazes), em articulação, com a criação de alternativas viáveis à privação habitacional severa e vulnerabilidades a ela associadas, sob pena de continuarmos cativos de uma violenta matriz de intervenção autoritária e castradora de direitos e

liberdades, na qual se pede subjugação e perda de livre arbítrio em troca do acesso aos mais elementares requisitos da vida e da permanência em sociedade (*e.g.*, alojamento seguro, alimentação, acesso a serviços de saúde, informação pormenorizada sobre o enquadramento legal em vigor). E, como nos lembra Bourdieu (s.d., *in* Wacquant, 2001), não se pode conceber, a questão da violência, como algo ligeiro, principalmente, diríamos, quando esta é exercida sobre a forma de coação, de segmentos dominantes da população sobre dominados/as.

No se puede jugar con la ley de la conservación de la violencia: toda la violencia se paga y, por ejemplo, la violencia estructural ejercida por los mercados financieros, en la forma de despidos, pérdida de seguridad, etc., se ve equiparada, más tarde o más temprano, en la forma de suicidios, crimen y delincuencia, adicción a las drogas, alcoholismo, un sin número de pequeños y grandes actos de violencia cotidiana (Bourdieu, s.d., *in* Wacquant, 2001, p. 11).

No entanto, se assumirmos o risco de abandonar práticas desajustadas que já revelaram a sua insuficiência de forma recorrente (Kertesz, *et al.*, 2009; Tainio & Fredriksson, 2009; Johnsen & Teixeira, 2010; Padgett *et al.*, 2010; de Silva, Manworren & Targonski, 2011; Nicholls, 2011; Nicholls & Atherton, 2011; Collins *et al.*, 2012; Levy, 2012; Löfstrand, & Juhila, 2012), em detrimento da procura de novas normatividades, (re)criando outras *leituras* e ações mais ambiciosas, que partilhem a comunalidade de se ancorarem nos contributos conjuntos de múltiplos agentes (pessoas, organismos e comunidades), mas que se diferenciem em moldes tão diversos quanto os necessários, para fazer face aos reais interesses, necessidades e expectativas daqueles/as que experienciam, ou poderão vir a sofrer, vulnerabilidade e precarização ao longo da sua trajetória existencial (*i.e.*, qualquer um de nós) e que atendem aos requisitos da vida incluída, nas democracias ocidentais atuais, as oportunidades são ilimitadas.

6.2.1 “ENTRE A MEMÓRIA QUE TEMOS E A RESPONSABILIDADE QUE ASSUMIMOS”²⁴⁹: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DO ESTUDO

Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.

Em verdade vos digo que todos os passos do mundo se cruzam e entrecruzam, os tempos vêm e vão, só os lugares permanecem. E esperam.

José Saramago, *Cadernos de Lanzarote - Diário II*, 1998, s.p.

Apontar as principais implicações teóricas resultantes das descobertas que conduziram à emergência da *Grounded Theory sobrevivendo às ruas* é uma tarefa complexa, dadas as características de especificidade que esta apresenta face a outros contributos existentes na literatura da especialidade, mas indispensável para que se identifiquem os referentes que a corroboram e, por inerência, que esta apoia, assim como as perspetivas que nela não encontram sustentação. Notabiliza-se, num primeiro momento, a confirmação das premissas chave da *nova ortodoxia*, desde logo (i) a consideração de que esta problemática não pode ser compreendida atendendo, em exclusivo, às restrições que se materializam na esfera habitacional, e (ii) a confirmação de que estamos perante um processo para o qual intervém um leque heterogéneo de fatores (Pleace, 2000; Furedi, 2006a, 2006b; Mairós Nogueira & Ferreira, 2007; Barbour *et al.*, 2008; McNaughton, 2008, 2010; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Mairós Ferreira & Redruello, 2011; Paasche, 2012; Parsell & Parsell, 2012; Young, 2012; Daly, 2013; Karabanow & Naylor, 2013; Fisher, *et al.*, 2014).

Refutam-se, portanto, as propostas que sustentam as conceções tradicionais, sejam estas ancoradas no estudo de processos de desafiliação devido a fatores individuais [*e.g.*, perturbação psiquiátrica, consumo de substâncias (i)lícitas, pós-stress traumático, comportamentos suicidários] ou, pelo oposto, em fatores económicos, políticos e/ou sociais (*e.g.*, reestruturações no mercado de trabalho, aumento do preço da habitação e falta de alojamento a baixo custo, aumento das taxas de desemprego),

²⁴⁹ Adaptação de excerto da obra *Cadernos de Lanzarote*, da autoria de José Saramago, citado on line no endereço <http://enfocosaramago.blogspot.pt/2013/11/perdidos-no-meio-da-biblioteca.html>.

pois ambas apresentam insuficiências de relevo, ao desconsiderarem o papel específico de interações entre variáveis de tipo e magnitude distintos, nos âmbitos da sua emergência, perseveração e saída (Sandford, 1971; Digby, 1976; Archard, 1979; Cook, 1979; Neale, 1997; Kemp & Mackay, 2001; Moore, 2007; Nogueira & Ferreira, 2007; Edgar, 2009; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Cronley, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010e; National Center on Family Homelessness, 2012).

Reforçam as considerações relativas às fragilidades destas perspetivas, dado que também nesta investigação não foram empiricamente suportadas, as seguintes referências: (i) a estaticidade com que analisam esta problemática, remetendo-a aos domínios da condição e/ou da circunstância, estanque, de privação severa do foro habitacional, que pode ser estudada a partir da sumula aditiva dos elementos que o/a investigador/a considera, à partida, para a sua análise; assim como, e em estreita interdependência, (ii) a ausência de referências aos equilíbrios de vulnerabilidade (face ao alojamento, de entre um leque heterogéneo de recursos estruturantes à inserção) provisórios e precários, descurando, em absoluto, a apreciação dos seus constituintes e a apreciação das especificidades que sustentam a sua formação, em momentos e tempos diferenciados da trajetória sem-abrigo. Críticas estas que já haviam sido, como tivemos oportunidade de referenciar no capítulo 2, também avançadas por outros/as investigadores/as contemporâneos/as, nomeadamente Pleace (2000, 2013), Zufferey e Kerr (2004), Didenko e Pankratz (2007), Moore (2007), Barbour e colaboradores (2008), McNaughton (2008), Busch-Geertsema e colaboradores (2010), Lee, Tyler, e Wright (2010), e Robaina (2013).

Neste contexto sustenta-se, ainda, a pertinência da concetualização deste construto (sem-abrigo) a partir de tipologias multidimensionais, que considerem, evidentemente, o domínio físico (posse de alojamento permanente e seguro), não se limitando, todavia a este (*e.g.*, Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007; Edgar *et al.*, 2007; Edgar, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Culhane & Byrne, 2010; Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011; Edgar, 2012; Sahlin, 2012; Pleace & Bretherton, 2013). Em simultâneo, e porque se analisaram evoluções e involuções que a trajetória da situação de sem-abrigo pode incluir, também se fortaleceu a indicação partilhada, na atualidade, por investigadores/as de vários

quadrantes científicos, de que estamos perante um processo dinâmico e complexo, do qual algumas dimensões não são, completamente, conhecidas de investigadores/as, profissionais e, no limite, dos/as próprios/as (Harter *et al.*, 2005; Eberle, Kraus, & Serge, 2009; Garland, Richards, & Cooney, 2010; Nooe & Patterson, 2010; Warnes, Crane & Coward, 2010; Levy, 2012; Crawley, *et al.*, 2013; Daly, 2013; Gibb, MacLennan & Stephens, 2013).

Neste ponto salienta-se uma interessante convergência entre as três fases que a *GT sobrevivendo às ruas* incorpora e os três grandes momentos (emergência, manutenção e saída), apontados nos estudos científicos (por vezes sem sustentação concetual clara) como estruturantes para a análise deste processo (*e.g.*, McNaughton, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Sermons & Witte, 2010a, 2010b; Chamberlain & Johnson, 2013; Anderson, 2013; Daly, 2013). Em aditamento, e atendendo à contínua atenção à agência individual na passagem por todas elas [traduzida na análise das suas (não) preocupações, (não) necessidades, (não) interesses, (não) compromentamentos e, também, (não) decisões], esta *GT* fornece um argumento complementar à utilização da expressão “carreira”, enquanto elemento aglutinador das experiências que integram este processo (Chamberlain, & MacKenzie, 2006; Minnery & Greenhalgh, 2007; Eberle, Kraus, & Serge, 2009; Garland, Richards, & Cooney, 2010; Nooe & Patterson, 2010; Reeve & Batty, 2011; Chamberlain & Johnson, 2013; de Decker & Segers, 2013; McLoughlin, 2013; Reeve, 2013).

Compilámos, neste contexto, sob um modelo explicativo comum, a maioria dos fatores precipitantes e agravantes apresentados nas investigações contemporâneas sobre esta temática [*e.g.*, perda de alojamento, inexistência de habitação a baixo custo, discriminação na procura de emprego, aumento da debilitação do estado de saúde, (re)início de consumo de substâncias (i)lícitas (Burt, 2006; McNaughton, 2008; Business Action on Homelessness, 2009; Eberle, Kraus, & Serge, 2009; Garland, Richards, & Cooney, 2010; Nicholls, 2011; Canavan *et al.*, 2012; de Decker & Segers, 2013; McLoughlin, 2013; Reeve, 2013; Thurston *et al.*, 2013)], e que foram reportados pelos/as participantes no estudo, sendo estes agregados sob a designação de fatores de superfície e explanados atendendo às diversas fases por que a pessoa transita. Exploram-se, ainda, em resposta ao repto lançado na *nova ortodoxia* (*cf.*, Pleace, 2000; Barbour *et al.*, 2008; McNaughton, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Edgar, O'Sullivan, &

Pleace, 2010; Pleace, 2013;), os seus efeitos em articulação, não apenas no que concerne a alteração da (sub)fase vivenciada, mas também, das especificidades que a experiência de cada uma delas pode assumir.

Em aditamento, analisámos, no contexto da metodização das dimensões de profundidade, alguns dos fenómenos que permanecem, à data, por descortinar de forma satisfatória (*e.g.*, transição da emergência para a manutenção na situação de sem-abrigo, indicadores que sustentam a saída sucedida) e outros, a que estudos recentes têm vindo a chamar particular atenção [*e.g.*, alterações dos padrões discursivos no decurso da trajetória sem-abrigo; atos de resistência consciente por parte dos indivíduos quando confrontados com discriminação pelos serviços; alteração das estratégias de sobrevivência, no decurso da situação de sem-casa (Edgar *et al.*, 2002; O’Flaherty, 2004; O’Sullivan, 2008; Busch-Geertsema & Fitzpatrick, 2008; Edgar, 2009; Shelton *et al.*, 2009; Parsell, 2010, 2011; Parsell & Parsell, 2012; Binswanger, Blatchford & Mueller, 2013; Crawley, *et al.*, 2013; ; Nilsson, *et al.*, 2013; Reeve, 2013; Nunez & Adams, 2014)], expondo, a partir de uma proposta explicativa única, como se operam transformações no indivíduo (*e.g.*, em resultado da acumulação das sequelas das dificuldades e obstáculos vividos, da alteração dos padrões discursivos e comportamentais, das ameaças sofridas à sua identidade), assim como as principais consequências destas na experiência da situação de sem-abrigo e da transição via (re)inserção dignificante na comunidade. Sob este constituinte da *GT* unificam-se, entre outros, os resultados de investigações que apontam para a imprescindibilidade da formação de conjunturas negativas para o início da emergência da situação de sem-abrigo e para a sua manutenção (pesem as mutações que sofrem, no decurso da sua vivência), assim como da sua reconfiguração em conjunturas de viabilização de emancipação, no contexto da transição para a saída e sua sedimentação no tempo (*e.g.*, Edgar *et al.*, 2002; O’Flaherty, 2004; O’Sullivan, 2008; Busch-Geertsema & Fitzpatrick, 2008; Edgar, 2009; Nunez & Adams, 2014).

Corroborar-se, em paralelo, a consideração da situação de sem-abrigo enquanto elemento traumático, em si mesmo, embora muitas vezes reforçado por traumas prévios e/ou secundários à sua vivência (*e.g.*, Browne, 1993; Buhrich, Hodder & Teesson, 2000; de Whitback *et al.*, 2007; de Shelton *et al.*, 2009; Hopper, Bassuk, & Olivet, 2010; Reeve, 2013). Igualmente incorporadas, nesta *GT*, são as referências às transformações na

identidade, embora, não necessariamente, a formação de uma identidade distinta (*e.g.*, Wardhaugh, 1999; Boydell, Goering, & Morrell-Bellai, 2000; Zufferey & Kerr, 2004; Harter, *et al.*, 2005; Parsell, 2010, 2011; Lúcio, *et al.*, 2011a, 2011b; Parsell & Parsell, 2012; Chamberlain & Johnson, 2013), sendo esta última circunscrita, no modelo, à experiência da fase 2, por vários anos (incluindo vivências diversas dos ciclos orbitares involutivos). Expusemos, também, a elevada mutabilidade de modalidades de alojamento, resultante, não apenas, das diferenças inerentes à possibilidade da sua sinalização mas, também, da sua integração diferencial no leque de preocupações e problemas dominantes na (sub)fase ou configuração em causa (*e.g.*, Anderson & Calhoun, 1992; Lee, 1993; Faugier & Sargeant, 1997; Atkinson & Flint, 2001; Brackertz, 2007; McNaughton, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Levy, 2012; Parsell & Parsell, 2012; Daly, 2013).

Robustecem as alusões anteriores, respeitantes às pontes de comunicação entre esta *GT* e outros contributos científicos, a identificação de transições várias, entre períodos de alguma estabilidade e períodos de elevado desequilíbrio e sofrimento (*e.g.*, Combaluzier, Gouvernet, & Bernoussi, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Binswanger, Blatchford & Mueller, 2013; Nilsson, *et al.*, 2013). Em aditamento são reforçadas as evidências que apontam para grande diversidade de estratégias de sobrevivência, parte das quais desconhecidas de profissionais e outros agentes com responsabilidades a nível da intervenção (*e.g.*, Harter *et al.*, 2005; Eberle, Kraus, & Serge, 2009; Garland, Richards, & Cooney, 2010; Nooe & Patterson, 2010; Crawley, *et al.*, 2013). A generalizada constrição das escolhas, com aumento no decurso da experiência da situação de sem-abrigo e, saliente, diminuição no contexto de saída sucedida a longo prazo, constitui outra das componentes incorporadas no nosso modelo teórico (*e.g.*, Whitback & Simons, 1993; Daly, 1996; May, 2000; van Doorn, 2000, 2010; Sousa & Almeida, 2001; Hopper, 2003; Cardona, 2004; Cardinale, 2004; Fitzpatrick, 2005; Cone, 2006; Biswas-Diener & Diener, 2006; Marr, DeVerteuil, & Snow, 2009; McNaughton, 2010), à qual se associa, por fim, a diferenciação de padrões discursivos e comportamentais de pessoas em situação de sem-abrigo transicional, episódica e crónica, sendo estes, por vezes, respeitantes a perfis de necessidades, interesses e prioridades distintos (Kuhn & Culhane, 1998; Barrow *et al.*, 1999; Goering *et al.*, 2002; Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs, 2007; Culhane *et al.*,

2007; Cullhane & Metraux, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; McAllister, Kuang & Lennon, 2010; Levitt *et al.*, 2013).

A estes entrosamentos associa-se, ainda, o reforço da constatação da limitada eficácia das modalidades em escada, para a qual já vinham a alertar, entre outros, Busch-Geertsema e Sahlin (2007), Busch-Geertsema e colaboradores (2010), Pleace (2008; Pleace *et al.*, 2013), no que concerne a potenciação da reinserção, pelo seu não ajuste à pluralidade de necessidades, interesses, perfis, e expectativas que as pessoas apresentam, em distintos momentos desta trajetórias e tendo em consideração a (sub)fase (e no caso da 2.1, a configuração específica) em que se encontram. Como se compreenderá, com facilidade a partir da análise conjunta das dimensões de superfície e de profundidade da *GT*, a assunção de que a vasta maioria das pessoas apresenta limitações severas na maioria dos domínios, para as quais são necessários apoios intensivos e de longa duração, não encontrou, neste estudo, sustentação empírica.

Os resultados obtidos suportam, pelo contrário, a conclusão de que, para aqueles/as que transitam diretamente da fase 1 à fase 3 não se materializa a constrição do universo de possíveis, nem se corporificam os desequilíbrios intensos da subfase 2.2, sendo a saída desta situação mais célere, e com recurso a apoios pontuais e específicos (Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Levy, 2012; Gaetz *et al.*, 2013; Levitt *et al.*, 2013; MacLennan & Stephens, 2013). Por sua vez, e para o conjunto de pessoas que experienciam a fase 2 foram sinalizados, e à semelhança do que é reportado na literatura mais recente para a situação de sem-abrigo crónica e episódica, trajetos mais longos e destruturantes (veja-se, por exemplo, os ciclos orbiculares recidivos e as suas sequelas), que requerem intervenção intensa e de continuidade, num vasto número de áreas (Hwang, 2001; Booth, 2006; Anderson *et al.*, 2008; Martins, 2008; Jackson & Saltman, 2011; Dawson & Jackson, 2013; Gonzalez, Klendo & Thorpe, 2013).

Isto não significa, como veremos em maior detalhe no ponto 6.2.3, que esta investigação suporte eventuais potencialidades inerentes à criação, e posterior implementação, de modelos e programas de intervenção de tipo top-down (*i.e.*, perspetivados por um conjunto de responsáveis para implementação por uma vasta amplitude de profissionais) e de base segmentária (ou seja, em que se define, à partida, as áreas que serão alvo de intervenção, aferindo as entidades que serão responsáveis pela sua eventual colmatação), mesmo no que concerne a este público com

necessidades múltiplas e profundas. Pelo oposto, ela concorre para a comprovação das limitações inerentes aos modelos tradicionais, de tipo prescritivo (*cf.*, Busch-Geertsema & Sahlin, 2007; Shelton *et al.*, 2009; Tainio, & Fredriksson, 2009; Busch-Gertseema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; Elbogen *et al.*, 2011; de Silva, Manworren & Targonski, 2011; Nicholls, 2011; Mayock, Corr & O'Sullivan, 2013; Pleace *et al.*, 2013; Fischer *et al.*, 2014; Frederick, 2014), uma vez que a não consideração da pessoa e do seu livre arbítrio (traduzida, para os/as envolvidos/as, em dependência e submissão), não traz qualquer potencialidade de relevo, a nível dos processos de equilíbrio ou de amplificação e flexibilização do universo de possíveis. Ao invés, e pelos constrangimentos que produz, causa limitações, não despendidas, na construção dos sustentáculos emancipatórios, essenciais para que as fases 3.1 e 3.2 sejam vividas de forma sucedida.

Sublinhe-se, a este respeito, que mesmo para os indivíduos enredados dos dois ciclos recidivos considerados (ciclo 1 e ciclo 2), estas modalidades não revelam ajustar-se às necessidades, interesses e expectativas dos/as seus/as destinatários/as, tendo sido apreciadas de forma muito insatisfatória. Elemento que, em aditamento, às referências disseminadas na literatura, e que apontam para baixas taxas de inserção efetiva e elevado custo da sua implementação, reforçam a desadequação do recurso a este tipo de projetos (Farrell, 2012; Forge, 2012; Mayock, Corr & O'Sullivan, 2013; Fischer *et al.*, 2014; Frederick, 2014). Pelo risco de que provoquem a manutenção no tempo de situações de privação severa e, em aditamento, de quadros de dependência e diminuição de competências [*e.g.*, shelterization syndrome (Shelton *et al.*, 2009; Hyman, 2010; de Silva, Manworren & Targonski, 2011; Elbogen *et al.*, 2011; Mayock, Corr & O'Sullivan, 2013; Fischer *et al.*, 2014; Frederick, 2014)] considera-se defensável a sua eliminação de eventuais inventários de opções teoricamente viáveis de ação neste domínio.

6.2.2 “QUEM NAVEGA À DERIVA SABE...”²⁵⁰: IMPLICAÇÕES PARA A INVESTIGAÇÃO

*Quem navega à deriva
sabe que há vida além dos mares nos mapas
além das bússolas, astrolábios, diários de bordo
além das lendas dos monstros marinhos, dos mitos*

*quem navega à deriva
acredita que há nos mares miragens, portos
inesperados, ilhas flutuantes, botes e salva-vidas
água potável, aves voando sobre terra, vertigem*

*quem navega à deriva
aprende que há mares dentro do mar à vista
profundidade secreta, origem do mundo, poesia
escrita cifrada à espera de quem lhe dê sentido*

*quem navega à deriva
se perde da costa, do farol na torre, dos olhares
atentos, dos radares, das cartas de navegação
imigra para mares de imprevista dicção*

Marcus Vinicius, *Navegação à deriva*, 2004, estrofes 1-16

No término da realização de um projeto científico é previsível, e diríamos até que expectável, que o/a investigador/a tenha sinalizado um conjunto de questões ou aspetos específicos, que considera passíveis de aprofundamento, sendo uma das suas atribuições finais, a apresentação de linhas de investigação complementares ou inovadoras, que possibilitem o robustecimento das descobertas por si tecidas. Pelas especificidades que este projeto assumiu não surpreenderá, seguramente, o/a leitor/a, que a primeira consideração a este respeito se situe na importância da prossecução do processo de validação do modelo teórico aqui apresentado. Vários podem ser os caminhos a trilhar, para este efeito, dos quais priorizamos o estudo de cada uma das fases, subfases e configurações que a constituem, a partir de amostras de indivíduos com percursos heterogéneos na situação de sem-abrigo (*e.g.* em situação de sem-teto pela primeira vez, que experienciaram habitação insegura; com vários anos em situação de sem-teto, que aceitaram alojamento apoiado em períodos específicos; que sempre rejeitaram apoio para alojamento) e com características diferenciadas (*e.g.*, migrantes, idosos/as e jovens adultos/as, famílias com filhos menores), averiguando, pelos seus

²⁵⁰ Primeira e início da segunda estrofes do poema *Navegação à deriva autoria* de Marcus Vinicius, que integra a obra *Manual de instruções para cegos*, publicada pela editora 7 Letras. Este trabalho obteve o Prémio Cidade de Juiz de Fora de Literatura, da FUNALFA.

resultados, se a teoria possui flexibilidade suficiente para a integração dos seus padrões discursivos e comportamentais sem necessitar de alterações estruturantes na sua forma e/ou categorias chave. A sua realização pode acontecer a partir dos processos e materiais mobilizados neste projeto, para efeitos de recolha e codificação dos dados, ou com recurso a opções complementares (*e.g.*, sejam estas de resposta aberta ou fechada, ou até com recurso a análise documental) desde que mantenham como propósito a compreensão das preocupações e problemas com que as pessoas em circunstâncias de vulnerabilidade habitacional se confrontam, assim como as estratégias mobilizadas com o objetivo de proceder à sua (não) resolução e/ou (não) gestão.

Neste contexto propõe-se, em aditamento, a construção de instrumentos de sinalização de problemas e dificuldades principais, que possibilitem estratégias rápidas e eficazes de triagem da (sub)fase em que a pessoa se encontra, permitindo, assim, um mecanismo de rápida deteção da efetiva situação em que a pessoa se encontra. Em articulação com um protocolo mais completo de instrumentos de recolha de informações, nos quais se incluam inventários minuciosos dos constituintes chave de cada fase (*e.g.*, elaborados a partir das categorias principais que a enformam), assim como guiões de entrevista que possibilitem a análise das dinâmicas de interação que sustentam as dimensões de profundidade, estas estratégias concorreriam para o robustecimento das ações pensadas e implementadas para cada pessoa [assegurando, como é evidente, que esta acede a toda a informação e toma decisões sobre o que (não) pretende para si]. Note-se que, para além da sua criação é necessário que se proceda, em momento subsequente, à sua validação, garantindo que, prévio à sua utilização em contextos de intervenção, se obtiveram níveis de validade e de fidelidade suficientes para sustentar quaisquer leituras e ações derivadas das interpretações dos dados fornecidos através do seu preenchimento.

Sugere-se, ainda, uma exploração mais densa das dimensões de profundidade, procurando o seu robustecimento através (i) da averiguação da sua articulação com outras propostas teóricas no âmbito da perspetiva de tempo (e de constrangimentos nas suas fronteiras) e dos processos de (des)equilíbrio e (re)equilíbrio, bem como (ii) da realização de investigações subordinadas ao objetivo, em específico, da sua sinalização (atendendo a diferentes percursos de entrada, manutenção e saída da situação de sem-abrigo). Para além da integração de amostras com características

diferenciadas, à semelhança do que propusemos para as dimensões de superfície, sugere-se, ainda, que estes trabalhos sejam desenvolvidos por equipas de investigadores/as de diversos quadrantes científicos, que possibilitem, pelas visões complementares que introduzem, uma análise multifocada destes fenómenos e das suas implicações nos indivíduos, seus significativos, elementos da comunidade, assim como nos organismos vocacionados para a intervenção neste domínio.

Neste contexto consideramos, em acréscimo, pertinente a averiguação do ajuste destas dimensões na explicitação das trajetórias de sem-abrigo, quando estas são vivenciadas em díade (*e.g.*, casais) ou em família. Embora sejam fenómenos de ação individual importa analisar se a sua vivência em concomitância, ou em dissonância, por vários elementos de um mesmo agregado (incluindo, ou não, menores, idosos/as, pessoas com limitações cognitivas e/ou perturbação psiquiátrica severa), traduzem efeitos exponenciados, diminuídos ou mesmo mutados daqueles que foram referidos. Destaca-se, ainda, a aferição das suas consequências, isoladas e em articulação, não apenas para cada mesmo mas, também, para a família enquanto sistema. Consideramos, nesta questão, em particular, imprescindível que se considerem as necessidades diferenciais de diferentes tipologias de famílias [*e.g.*, famílias monoparentais, famílias com idosos/as, famílias reconfiguradas, famílias que perfilham crenças religiosas distintas da católica (dado que esta é a religião predominante em Portugal)] e aos momentos de vivenciação do ciclo familiar em que se encontram. Julgamos que esta abordagem poderia constituir uma aposta interessante no sentido do abandono de abordagens fragmentadas de estudo desta problemática, em detrimento de *designs* que atendam a esta complexidade e a abordem enquanto objeto de estudo, em si mesma (Conley, 1996; Vázquez & Muñoz, 2001; Zufferey & Kerr, 2004; Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Menezes, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010).

Sugere-se, em aditamento, uma reflexão específica sobre o papel da espiritualidade e da religiosidade no âmbito da vivenciação da situação de sem-abrigo. Destacam-se, entre outras questões possíveis, a sua intervenção, enquanto fatores protetores: (i) no processo evolutivo que se inicia com a integração na subfase 1.1 e termina com a formação da singularidade (subfase 2.2); (ii) no período de vivência da subfase 2.2; (iii) na gestão das dificuldades e obstáculos previstos na subfase 3.1; às

quais acresce a sua eventual ação, (iv) no contexto das tentativas de (re)inserção social, particularmente, no processo evolutivo iniciado na subfase 3.1 e terminado com a inserção comunitária em autonomia.

Igualmente de relevo nos parece a análise das potencialidades de utilização deste modelo teórico noutros contextos culturais, nomeadamente em países da UE, embora não tenha que restringir-se a estes. A análise da eventual emergência destes padrões de evolução e involução noutros registos políticos, geográficos e culturais seria um fator de grande importância para o robustecimento (caso se verificassem afinidades) ou fragilidade (se não fossem detetáveis comunalidades assinaláveis) da *GT sobrevivendo às ruas*. Assim, e em paralelo à concretização das tarefas propostas nos parágrafos anteriores devem encetar-se esforços de validação transcultural da proposta explanada neste documento. Por fim, e tendo em conta, que um dos testes de maior impacto de qualquer teoria é a apreciação da sua aplicabilidade na resolução de problemas/dificuldades em situações concretas e reais (*cf.*, Ellram, 1996; Greenwood & Levan, 1998; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010), constitui um repto para futuro investimento, a sua utilização, num cenário concreto de intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo, em Portugal ou noutros contextos ocidentais, aferindo a aplicabilidade das suas implicações [*cf.*, ponto 6.2.3] para a (re)inserção social, em registo digno e dignificante.

6.2.3 “A SUBTIL DIFERENÇA ENTRE DAR UMA MÃO E ACORRENTAR UMA ALMA”²⁵¹: IMPLICAÇÕES DO ESTUDO PARA A INTERVENÇÃO

It is required of every man,' the Ghost returned, 'that the spirit within him should walk abroad among his fellowmen, and travel far and wide; and if that spirit goes not forth in life, it is condemned to do so after death. It is doomed to wander through the world – oh, woe is me! – and witness what it cannot share, but might have shared on earth, and turned to happiness!' Again the spectre raised a cry, and shook its chain and wrung its shadowy hands.

'You are fettered,' said Scrooge, trembling. 'Tell me why?'

'I wear the chain I forged in life,' replied the Ghost. 'I made it link by link, and yard by yard; I girded it on of my own free will, and of my own free will I wore it. Is its pattern strange to you?'

Charles Dickens, *A Christmas Carol*,²⁵² 1843, s.p.

Chegado o momento de refletir a propósito das implicações das descobertas assinaladas no decurso dos dois capítulos anteriores, em grande parte corporificadas na *Grounded Theory sobrevivendo às ruas* e nos referentes corporativos que a edificam, somos confrontada com grande responsabilidade. Vimos, por um lado, que a vasta maioria dos países ocidentais se confronta com um aumento substantivo do número de pessoas e famílias que se encontram em situação de sem-abrigo, ao qual se associa a uma tendência crescente de heterogeneização deste segmento da população (Burt, Aron, & Lee, 2001; Lee & Greif, 2008; Reisen, Stocker, & Vogiazides, 2009; European Commission, 2010b; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri, 2010b; WHO Regional Office for Europe, 2010; Social Watch, 2010; Paasche, 2012; EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, 2011; EAPN Portugal, 2012; Young, 2012). Em dissonância evidente, constatámos limitações no seu reconhecimento e nas modalidades de ação, previstas e implementadas, por governos e outros agentes com incumbências nesta matéria (Spinnewijn, 2009; Baptista, 2009, Almeida, *et al.*, 2010; Amnistia Internacional - Portugal, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal & Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010; European Commission –

²⁵¹ Estrofes 2 e 3 do poema *After a while*, escrito em 1971 por Veronica A. Shoffstall.

²⁵² Reprodução da obra original disponível na Bibliothèque électronique du Québec, passível de consulta em <http://www.gutenberg.org/files/46/46-h/46-h.htm#link2>.

Eurobarometer, 2010; EUROSTAT, 2010a, 2010b, 2010c; Rybkowska & Schneider, 2011; Comité Económico e Social Europeu, 2012). Veja-se, em registo ilustrativo, o caso do governo português que, assumindo uma Estratégia Nacional em 2009 (Portal da Habitação, 2009), permanece até hoje sem investimento sério na sua implementação, permitindo a preservação de uma matriz de intervenção tendencialmente assistencialista e fragmentária, dirigida a grupos que nunca fez questão de conhecer ou compreender em profundidade²⁵³ [Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012c, Ferreira *et al.*, 2013].

Alertámos, ainda, para a imprescindibilidade de que se assuma comprometimento na compreensão e intervenção neste domínio, sob pena da manutenção de *acometimentos* por impulso (*e.g.*, afetação de verba concelhia para “situações de crise”, sem integração num modelo estruturado de intervenção), da planificação de programas e projetos que nunca chegam a ser implementados (*e.g.*, modelo de intervenção previsto na Estratégia Nacional), ou da promoção de *ofertas de apoio*, sustentadas nas abordagens tradicionais, e cujos resultados não são avaliados de forma sistemática [com exceção da contabilização das pessoas envolvidas no projeto, e da recorrente assunção de vulnerabilidades via sistematização dos problemas e défices que possuem (*e.g.*, número de indivíduos que consomem substâncias ilícitas, número de idas ao Hospital, taxa de altas programadas)].

À semelhança das chamadas de atenção de outros/as investigadores/as (*e.g.*, Sousa & Almeida, 2001; Pereira, Barreto, & Fernandes, 2001; Bento & Barreto, 2002; Baptista, 2004, 2005; Instituto da Segurança Social, 2005; Menezes, 2008; Caminho & Pereira, 2010; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*,

²⁵³ Não se esqueça, a este propósito, que o único esforço de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo foi realizado em 2005, num trabalho coordenado pela Segurança Social, tendo incluído, apenas, pessoas em situação de sem-teto que aceitaram colaborar, no período definido para o efeito (algumas horas numa madrugada concreta) no preenchimento de um questionário, essencialmente constituído por perguntas fechadas sobre variáveis de caracterização (Instituto de Segurança Social, 2005). Com exceção do distrito de Lisboa são infrequentes trabalhos sistemáticos de aferição do número de pessoas em circunstâncias de privação habitacional severa (*cf.*, Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2012b).

2010) reiteramos, ainda e ao longo deste documento, a urgência da clarificação do construto “sem-abrigo” e, em articulação, a sua não constrição a manifestações visíveis e de precarização generalizada (*e.g.*, situação de sem-teto). Defendemos, neste contexto, que a situação de sem-abrigo não é passível de compreensão, em exclusivo, a partir da esfera habitacional, sendo necessárias abordagens que respeitem a sua complexidade e dinamicidade (Conley, 1996; Vázquez & Muñoz, 2001; Zufferey & Kerr, 2004; Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Menezes, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Daly, 2013; Karabanow & Naylor, 2013; Fisher, *et al.*, 2014; Fraenkel, 2014). Apontámos, em paralelo, evidências múltiplas das articulações dinâmicas que fatores assaz distintos estabelecem entre si desembocando na emergência da sua experiência, na sua manutenção, ou na formação de conjunturas favoráveis à saída (Furedi, 2006a; Australian Human Rights Commission, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Cronley, 2010; Lúcio, *et al.*, 2011a, 2011b; Parsell & Parsell, 2012; Daly, 2013; Karabanow & Naylor, 2013; Fisher, *et al.*, 2014; Sharama & Hulsea, 2014; Wagner *et al.*, 2014). Todos estes elementos nos parecem, evidentemente, essenciais a qualquer proposta interventiva, que se pretende útil e exequível.

Por este motivo, a primeira proposta centrar-se-à no desafio ao desenvolvimento de políticas estratégicas, que viabilizem a promoção de projetos de investigação neste domínio. Coordenado pelo governo português, e tendo em consideração os desenvolvimentos, atingidos e pretendidos, em múltiplos cenários ocidentais (*cf.*, Echenberg & Jensen, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; McNaughton, 2010; Sermons, 2010; Daly, 2013; Nunez & Adams, 2014), este investimento não pode circunscrever-se à disponibilização de dotação orçamental para projetos científicos pontuais ou à sinalização de temáticas de interesse nacional. A dimensão reflexiva de governação (*cf.*, Dean, 1999; Furedi, 2006a, 2006b) que tem dominado o país, neste e noutros âmbitos, deve, pois, ser abandonada em detrimento de uma postura mais ativa, em que se organizem modalidades de suporte à investigação (inter)disciplinar e interinstitucional, disponibilizando suporte efetivo a diversos níveis (*e.g.*, elaboração de projetos científicos, auxílio nos pedidos de financiamento) a equipas com trabalho já reconhecido, assim como a jovens investigadores/as.

Acresce ao referido que este esforço de conhecimento e compreensão da situação de sem-abrigo não deverá limitar-se a esta dimensão, sendo desejável a criação

de modalidades de estudo e monitorização do fenómeno, de implementação regional e concelhia. Sob a orientação científica de representantes de instituições de ensino superior, e constituídas por equipas de investigadores/as especializados/as nesta temática, as iniciativas resultariam de um esforço conjunto de organismos públicos, IPSS e ONG, numa procura de transparência da intervenção realizada, e de conhecimento profundo da realidade²⁵⁴. Para esta busca de compreensão sistémica poderiam, ainda, ser convocados elementos do tecido produtivo e empresarial, particularmente no que concerne o estudo das suas necessidades e interesses em relação a futuros colaboradores/as, assim como na averiguação das suas perspetivas e opiniões sobre a situação de sem-abrigo e as pessoas que a experienciam, articulando os resultados obtidos com as medidas de promoção ao emprego desenvolvidas pelos organismos estatais. O escrutínio das suas prioridades e receios, em termos de contratação, associado a uma aferição mais fina dos elementos que sustentam as apreciações negativas sobre esta população, seriam, neste contexto, utilizados com o propósito específico de potenciação da inserção profissional de indivíduos em risco ou efetiva trajetória sem-abrigo [*e.g.*, assegurando, por esta via, possibilidade de (re)autonomização financeira antes ou durante a fase 1 da *GT*].

Para além destes/as participantes, e porque as pessoas que experincia(ra)m esta situação no decurso da sua existência, são elementos de imprescindível auscultação (*cf.*, Oshana, 2003; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008; 2010; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Gowan, 2010; Daly, 2013), as equipas terão, necessariamente, que incluir estes homens e mulheres, na procura de modelos de estudo e de monitorização do fenómeno compreensivos e úteis. Mais do que a procura de sínteses da *realidade*, tal como profissionais, políticos, ou, até, investigadores/as, a vêem, auspícia-se a escuta das suas opiniões, comportamentos, anseios e expectativas, ditos e demonstrados pelos/as próprios/as (não por pretensos representantes do seu ser, sentir e estar). Por isso, devem também estes/as ser envolvidos na construção dos instrumentos e de estratégias

²⁵⁴ Reforce-se, para evitar eventuais mal-entendidos, que não cabe aos agentes dos diferentes partidos, estejam em funções governativas ou não (com responsabilidades a nível nacional, regional ou local), em determinado período, definir as temáticas específicas a estudar, os/as elementos destas equipas ou os *designs* dos planos de investigação. A sua função é de disponibilização de recursos que possibilitem a existência destes mecanismos, e de análise dos seus contributos, aferindo opções mais eficientes e eficazes de ação (*e.g.*, alteração do enquadramento legislativo, definição de projetos de inovadores de apoio ao alojamento), não de elemento decisor sobre o tipo, área ou deliberações operacionais, da investigação realizada. A liberdade científica é um requisito imprescindível neste domínio, sendo critério basilar de qualquer empreendimento sério de trabalho deste tipo.

de avaliação das suas circunstâncias e dificuldades, assim como no *design* de eventuais alinhamentos políticos ou estratégias de intervenção que venham a ser implementados. Não é suficiente, nesta matéria, perspetivar iniciativas para aqueles/as que se encontram sem-abrigo; pretende-se, ao invés, criar oportunidades reais de melhoria da qualidade de vida e bem-estar, com eles/as.

Afinal, e como já declarámos tantas vezes, a divisão que possamos efetuar assume um carácter, meramente, concetual, pois os seus direitos e liberdades fundamentais devem ser os nossos, também, e vice versa. A liberdade que tanto defendemos para as pessoas domiciliadas (e que constituem este “nós”) não pode, sob pena de termos perdido o elemento mais estruturante dos ideais democráticos que dizemos defender [*cf.*, Carta dos direitos fundamentais da União Europeia (2010/C 83/02)], ser substantivamente distinta da que propomos para os/as outros/as. Sem a sua participação ativa em todos estes processos, inclusivé o do seu estudo, não saímos, em rigor, da matriz assistencialista perpetuadora de desigualdades que já temos implementada, e cujos resultados conhecemos sobejamente [*cf.*, Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Gowan, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010; Silva, 2011; Hozda, 2012; Monteiro, 2012; Ferreira *et al.*, 2013].

Pelo exposto se depreende que propomos, como dimensão estruturante de um modelo articulado e flexível de intervenção, a investigação do fenómeno, em permanência, das rubricas seguintes: (i) da população em risco ou efetiva experiência da situação de sem-abrigo (das suas características, necessidades, interesses, padrões discursivos e comportamentais, etc.); (ii) trajetórias de emergência, manutenção e saída, segundo perspetivas de múltiplos atores (*e.g.*, pessoas e situação de sem-abrigo no presente e já reinseridas há vários anos, profissionais, políticos/as) e atendendo a critérios múltiplos (*e.g.*, legislação em vigor, iniciativas desenvolvidas no território, grau e tipologias de participação dos/as destinatários/as da intervenção); (iii) políticas estratégicas (não) criadas e o seu impacto em esferas múltiplas (*e.g.*, geração de projetos, alteração de dinâmicas entre organismos públicos, privados e do 3º sector, criação/adaptação de normativos legais); (iv) avaliação das práticas implementadas em

territórios distintos (*e.g.*, tipologias de avaliação previstas, agentes envolvidos, critérios definidos para avaliação, principais mais valias e limitações). Subjacente a todos estes macroreferentes acresce a análise dos mecanismos, previstos e executados, de promoção e manutenção da participação das pessoas (previamente) em situação de sem-abrigo naquilo que a elas se destina (incluindo, obviamente, a sua auscultação para decisões que respeitam a toda a comunidade, o país ou a UE).

O esforço investido no conhecimento da problemática e na promoção de conceções articuladas de intervenção possibilitaria um mais forte entrosamento entre as políticas de ação desenvolvidas, as práticas implementadas nos diversos territórios e a monitorização, continuada e de qualidade, de ambas. Sustentaria, por exemplo, a supervisão da execução das prioridades definidas, por níveis de operacionalização decrescente (que culminam na ação dos/as profissionais) e, no sentido inverso, na averiguação periódica da adequação das orientações estratégias esboçadas, a partir dos resultados/descobertas obtidas no terreno²⁵⁵. Mobilizar-se-iam, em simultâneo, estratégias *top-down* e *bottom-up* que, pela sua interdependência, permitiriam a existência de um mecanismo regulador em permanência, essencial à contínua melhoria da intervenção (*cf.*, Busch-Geertsema *et al.*, 2000; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008; Spinnewijn, 2010b).

Em termos de resultados concretos, e em comparação com a realidade exposta no capítulo 1 [*cf.*, ponto 1.1 e 1.2.2] e 2 [*cf.*, ponto 2.2], a concretização destes requisitos possibilitaria o abandono de Diagnósticos Sociais fragmentados, sustentados em critérios distintos, e em que se produzem análises descritivas superficiais [*e.g.*, Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, 2009; Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal, 2010; Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social, 2010; Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo, 2010], a que se associam documentos generalistas de expressão de intenções e/ou de reprodução de afirmações conjeturais sobre a mutabilidade das características mais frequentes em pessoas em circunstâncias de privação habitacional severa (*e.g.*, ISS, 2009; Comissão Nacional de Acompanhamento do AECPEs, 2010; Comissão Nacional para os Direitos Humanos, 2011; Instituto

²⁵⁵ Consentirá, por exemplo, a geração de modalidades articuladas de avaliação do trabalho desenvolvido por profissionais de instituições diversas (*e.g.*, Segurança Social, IEFP, ONG, IPSS), salientando os indicadores que atestam a sua qualidade e controlando eventuais insuficiências e/ou más-práticas.

Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011); então substituídos por Relatórios profundos, e ancorados em informações factuais e atualizadas, sobre a situação de sem-abrigo, as pessoas que nela se encontram envolvidas (*e.g.*, os/as próprios/as, equipas de profissionais e voluntários/as), e as ações (não) levadas a cabo.

Viabilizaria, em paralelo, a (re)formulação do enquadramento legal em vigor, no sentido de uma maior proximidade com o cumprimento das intenções de autonomização e real *empoderamento* de pessoas e comunidades (não, apenas, de promoção de medidas de alívio provisório da precariedade financeira e/ou habitacional) e de flexibilização das estratégias de intervenção previstas (*e.g.*, recurso célere a aconselhamento jurídico). Esta incumbência é, no seio de uma intervenção comprometida, com a dignificação da vida [Nações Unidas, 2002; Capdevila, 2005; Carta dos direitos fundamentais da União Europeia (2010/C 83/02); Porter & Jackman, 2011; Blower, Donald, & Upadhyay, 2012; Parliamentary Assembly, 2012a], essencial, pois permitiria, pela primeira vez no nosso país (e coextensiva a muitas democracias de orientação reflexiva nesta matéria) uma intervenção primária do Estado inovadora, multireferenciada e de matriz de execução territorial, não sustentada na colagem de parcelas de programas e/ou estratégias de outros estados-membros (e, em menor número, da apropriação de projetos implementados nos EUA, Canadá ou Austrália), mas na delineação de intervenções estratégicas em setores chave (*e.g.*, políticas de proteção ao emprego), a que se associa a clarificação das atribuições específicas dos organismos públicos (de abrangência nacional, regional e local) e as opções existentes no que concerne a criação e mobilização de recursos (*e.g.*, apoio financeiro, suporte ao alojamento, cuidados de saúde à população, acesso célere ao sistema de justiça para questões relacionadas com risco/perda do imóvel). No seio desta alteração legislativa ganharia destaque a produção de normativos que convocassem os municípios a: (i) manter o seu parque habitacional em condições de habitabilidade, (ii) aumentar o número de imóveis, passíveis de arrendamento ou cedência, a seu cargo, (iii) clarificar, em edital próprio e exposto em local de fácil acesso (físico e *on line*) os critérios de elegibilidade para alojamento apoiado e das decisões que sustentam a sua escolha; assim como o número e tipologia de habitações disponibilizadas em cada ano fiscal.

Neste âmbito, notabiliza-se a necessidade de inclusão, na moldura legal em vigor, de artigos específicos, traçados com o propósito de assegurar ação especializada

(e monitorização periódica) para indivíduos e famílias com graus elevados de dependência (*i.e.*, que exijam intervenção intensiva e de longa duração), seja esta decorrente de limitações dos/as próprios (*e.g.*, dificuldades intelectuais, perturbação psiquiátrica severa), de constrangimentos severos nas suas circunstâncias (*e.g.*, dívidas ao Estado e a privados em concomitância com privação financeira derivada da perda de emprego e/ou do não direito a apoios pecuniários estatais) ou resultado direto das insuficiências dos regimes de governação privilegiados [*e.g.*, impossibilidade de acesso a apoio estatal previsto para populações em circunstância de pobreza e exclusão social (*e.g.*, imigrantes sem documentação regularizada)].

Igualmente alvo de regulamentação própria devem ser expostas as componentes chave das estratégias de: (i) apoio para alojamento e inserção comunitária de imigrantes (com particular referência a refugiados/as e asilados/as); (ii) programas estruturados de intervenção para a transição de percursos de institucionalização (no contexto de acolhimento de menores, prisões ou outras tipologias de ação penal em que tenha ocorrido perda de liberdade; após internamento prolongado para melhoria de estado de saúde); (iii) projetos de auxílio à autonomização e obtenção de habitação permanente de vítimas de tráfico humano e violência doméstica continuada. Como aludimos, qualquer uma das circunstâncias especificadas constitui, pela sua vivência, uma conjuntura desfavorável suficientemente forte para sustentar a emergência, e manutenção no tempo, da situação de sem-abrigo (O'Flaherty, 2004; Frazer, Marlier & Nichaise, 2010; Dyb, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Blomfield & Morehouse, 2011; Herman *et al.*, 2011; Parsell & Parsell, 2012; Anderson, 2013; Daly, 2013).

Em aditamento ao referido, e pelas profundas implicações que terá na intervenção, sugere-se o término da indefinição relativa ao que se entende, para efeitos de ação concreta, pelo construto de situação de sem-abrigo. Para além da imprescindibilidade da sua clarificação importa que se adote uma postura abrangente sobre o fenómeno, possibilitando a geração de propostas de prevenção, de remediação e de suporte a médio e longo prazo (*e.g.*, para pessoas com perturbação psiquiátrica severa, para idosos/as com limitações cognitivas), inseridas numa matriz de ação comum e interligadas por forma a concorrerem, sem sobreposições disfuncionais e/ou lacunas acentuadas (Frazer & Marlier, 2009; Busch-Geertesema *et al.*, 2010; Daly, 2013; Gibb, Maclellan & Stephens, 2013), para a dignificação da vida e para a sua gestão

emancipada (ao limite daquilo que que é possível através da disponibilização de uma rede bem articulada de recursos e oportunidades, materializada num dado período de tempo e perante circunstâncias específicas e que constitui o patamar máximo de autonomia que o indivíduo é capaz de gerir, num registo digno de bem-estar e conforto). Neste âmbito, e como indicámos,

a very narrow definition focusing on the most extreme forms of homelessness and the most destitute persons (rough sleepers and persons in emergency accommodation) will almost automatically lead to a smaller homeless population with a higher proportion of persons with serious support needs and burdened life histories than if a broader definition is applied included the 'houseless' and different household types (including families) in temporary accommodation (Busch-Geertsema *et al.*, 2010, p. 48).

Se optarmos pela legitimação da utilização primeira iremos, por inerência, reduzir o número de pessoas e famílias abrangidos pelas medidas de intervenção previstas na legislação em vigor (Pleace, 2000; 2010; O'Connell, 2003; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2008b, 2009, 2010b, 2010c, 2010d, 2010e; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Parsell, Jones & Head, 2012; Daly, 2013; Karabanow & Naylor, 2013). Circunscrita às situações de sem-abrigo crónica e, eventualmente episódica, em particular, aos subgrupos que requerem suporte intensivo e de continuidade, a ação estratégia a implementar terá, sem dúvida, a sua centração na dimensão remediativa, muito canalizada para a diminuição de problemas/dificuldades individuais (Kuhn & Culhane, 1998; Barrow *et al.*, 1999; Goering *et al.*, 2002; Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs, 2007; Culhane *et al.*, 2007; Culhane & Metraux, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; McAllister, Kuang & Lennon, 2010; Levitt *et al.*, 2013). Embora possa ser útil a criação de estruturas de alojamento apoiado e/ou a formação de equipas de intervenção especializada para agir neste âmbito, dado que irão, por certo, resultar na melhoria da qualidade de vida destas pessoas (*e.g.*, Boes & van Wormer, 1997; Busch-Geertsema & Sahlin, 2007; Connecticut Coalition to End Homelessness, 2009; Fernee, Oldersma, & Popping, 2010; Silva *et al.*, 2010; Gusmão *et al.*, 2012), a focalização das prioridades neste subgrupo não se revela suficiente para o desígnio mais importante neste âmbito: o do combate à existência da situação de sem-abrigo.

A deteção atempada de situações é, como vimos, da maior importância para que se possam perspetivar reequilíbrios céleres e sustentados, em detrimento de

perseveração na fase 2 durante muitos anos (por vezes, com a pessoa enredada nos dois ciclos referidos). E, por isso, importa que a definição utilizada seja abrangente o suficiente para possibilitar sinalização de conjunturas negativas antes destas redundarem num desequilíbrio comum (responsável pela emergência da subfase 1.1). A sinalização dos problemas e dificuldades enquanto se situam numa fase inicial e/ou durante o período em que as suas consequências ainda são geríveis a partir de ação pontual, ainda que possa ser intensa, constituirá uma mais-valia de grande valor, pois impedirá que se materialize a perda do imóvel e que se sedimentem arduidades que podem levar vários anos a resolver (*e.g.*, contração de dívida através da solicitação de créditos ao consumo). Igualmente central se nos configura a identificação rápida daqueles/as que se encontram na subfase 1.2 apoiando percursos de reintegração imediatos (potenciando a transição para subfase 3.1).

Como referimos, embora para algumas pessoas isto suceda a partir dos seus próprios recursos (formais ou informais) para outras esta evolução necessita de auxílio estruturado, evitando, assim, a entrada na fase 2 (que se caracteriza, precisamente, pela *adaptação aos imperativos da rua*). No outro extremo, também só com recurso a uma definição abrangente se poderão incluir nas propostas interventivas as etapas de transição para a autonomia total (representadas pelas subfases 3.1 e 3.2), sem as quais a probabilidade de permanência de um registo de inclusão sucedida, no tempo, é baixa (*e.g.*, Shelton *et al.*, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Hyman, 2010; de Silva, Manworren & Targonski, 2011; Elbogen *et al.*, 2011; Mayock, Corr & O'Sullivan, 2013; Fischer *et al.*, 2014; Frederick, 2014).

Pelo exposto se depreende que a utilização da ETHOS (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007), na totalidade da sua abrangência, e não atendendo, apenas, às categorias sem-casa e sem-teto [como sucede na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo (GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2009)], ou, em alternativa, tipologias de abrangência similar (*e.g.*, Amore, Baker & Howden-Chapman, 2011) constitui uma componente imprescindível em planos de intervenção comprometidos com a real melhoria da qualidade de vida dos membros das comunidades, pelo alcance que possibilitam em termos da criação e execução de ações articuladas (indo ao encontro das especificidades de cada pessoa e família, assim como das particularidades

inerentes a diferentes fases da trajetória sem-abrigo e dos fenómenos de profundidade que possam estar em atividade no período em questão).

A partir da materialização das condições expostas nos parágrafos precedentes estariam asseguradas as condições suficientes para o desenvolvimento de uma estratégia nacional de ancoragem centrada na pessoa [*person centered provision* (Burt, Aron & Lee, 2011; Tainio & Fredriksson, 2009; Nicholls, 2011)], em que a prioridade se sustenta na manutenção da pertença em sociedade e na conservação de alojamento autónomo, requisitos já apontados na literatura como vitais (Minnery & Greenhalgh, 2007; Frazier & Marlier, 2009; European Commission, 2010c; Padgett *et al.*, 2010; Lancione, 2011; Nicholls, 2011; Nunez & Adams, 2014), e que, como aludimos, podem trazer toda a diferença em termos da não cristalização da constrição do universo de possíveis, associada à vivência estacionária na fase 2. Integrado numa política estratégica forte, este modelo sustém-se nas premissas da dignificação da vida humana, da participação, ativa e em registo igualitário, em sociedade, e, em estreita articulação, no respeito pela escolha e pela decisão do/a próprio/a (Minnery & Greenhalgh, 2007; Frazier & Marlier, 2009; European Commission, 2010c; Lancione, 2011; Nicholls, 2011; Nunez & Adams, 2014).

Por esse motivo, qualquer projeto de intervenção terá que incluir uma componente de promoção do desenvolvimento das comunidades e dos seus membros, de dimensão prioritariamente preventiva; e outra, de cariz remediativo e emancipatório, corporizada por uma rede diversificada de tipologias flexíveis de ação (Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008; 2010; Gowan, 2010). Auspícia-se uma organização de matriz local, orientada de forma a minimizar sub-representação de alguns apoios/estratégias e disseminação disfuncional de outras, cuja estruturada radica nas reais necessidades do território e dos seus habitantes, as quais são alvo de avaliação periódica profunda [Frazer & Marlier, 2009; Busch-Geertesema *et al.*, 2010; Daly, 2013; Gibb, Maclennan & Stephens, 2013)].

Caberia, por isso, ao município a regularização da oferta de baixo custo nele existente, disponibilizando suporte efetivo nesta matéria em tempo útil (nunca superior a 1 mês de espera pela resposta da solicitação efetuada), a partir de um conjunto transparente e multidimensional de critérios. A maximização do parque habitacional a custo moderado, associada a apoio específico para pagamento de rendas e/ou

comodidades com a habitação (aqui entendidos enquanto suporte estruturado, não enquanto ajudas pontuais ou empréstimos realizados por ONG ou IPSS, por sua iniciativa e sem regulamentação específica) estaria sob a sua alçada e do Instituto de Segurança Social, sendo prestados todos os esclarecimentos à pessoa ou agregado e solicitada a sua participação ativa e informada, em todos os momentos do processo de decisão, sobre o apoio a disponibilizar. Antecipam-se várias modalidades possíveis que incluem, por exemplo, a cedência de imóvel, sem custos ou com custos muito reduzidos por tempo determinado; atribuição, num valor que poderia ascender a 75%, de apoio pecuniário para custos com o alojamento (*e.g.*, renda, despesas regulares); ou a formalização de empréstimos, com taxas muito reduzidas, ao estado para efeito de asseguramento de manutenção de estadia no imóvel²⁵⁶. Esta última possibilidade seria destinada, prioritariamente, a pessoas/agregados que experienciam privação financeira decorrente de perda das fontes regulares de proventos e que se encontram na subfase 1.1 ou 3.1 e 3.2 (isto é, que não apresentam limitações substantivas do foro pessoal e/ou fragilização severa dos vínculos comunitário e laboral), sendo implementada apenas com recurso a aconselhamento jurídico independente, para estas pessoas/famílias (de suporte à tomada de decisão informada sobre o compromisso assumido).

Seria, igualmente, de matriz municipal a tomada de decisão relativamente aos mecanismos de intervenção em crise, previstos, sendo disponibilizadas verbas específicas para este efeito. Não será, por ventura, necessário mas di-lo-emos de qualquer forma, espera-se que esta ação em crise constitua uma exceção e não a regra da intervenção municipal, não sendo, por isso aceitável, a formulação de planos de intervenção em crise para parte do período de Inverno, dado que essa ação específica (de apoio intensivo para pessoas sem-teto no Inverno) deve, obrigatoriamente, estar prevista em qualquer projeto sofrível de ação nesta matéria. Acresce que as iniciativas deste teor requerem uma planificação interinstitucional, que transcenda a população sem-teto e habitação inadequada, e que ultrapasse as dimensões da decisão pontual sobre os recursos materiais, espaciais e financeiros a adotar. Prevê-se que os acontecimentos que constituem crise em anos precedentes sejam, por via da atualização

²⁵⁶ Não se prevê, nesta proposta, qualquer pressão por parte de Profissionais de Serviço Social, ou de áreas afins, no sentido da canalização do valor do rendimento Social de Inserção ou de outros apoios pecuniários de baixo montante, para o arrendamento de imóveis (ou, no limite, de quartos), particularmente se não for assegurado que a verba sobranete é suficiente para uma vida autonomizada e digna do quotidiano.

periódica das estratégias desenvolvidas e da constante monitorização da intervenção realizada, integrados na estratégia geral de ação, de forma a assegurar que não se formam ciclos de ações pontuais fragmentadas, que como vimos contribuem mais para a perpetuação de circunstâncias não dignificantes de sobrevivência, do que para a emancipação de indivíduos e famílias (Shelton *et al.*, 2009; Hyman, 2010; de Silva, Manworren & Targonski, 2011; Elbogen *et al.*, 2011; Mayock, Corr & O'Sullivan, 2013; Fischer *et al.*, 2014; Frederick, 2014). A qualificação das intervenções é, assim, um elemento sustentador das várias iniciativas, que não poderá ser obviado ou desvalorizado.

Explanadas as valências de organização estruturante deste modelo debruçamo-nos, em seguida, sobre as restantes dimensões essenciais à sua corporificação. Em termos de prevenção, a *GT sobrevivendo às ruas* permite-nos retirar duas grandes lições. A primeira é que precisamos de educar toda a comunidade, pois existem leituras estereotipadas e, até, discriminatórias sobre estas pessoas e as suas circunstâncias, que em muito concorrem para o agravamento das dificuldades e diminuição das reais possibilidades de saída sucedida de pessoas em situação de sem-abrigo (Sakamoto, *et al.*, 2009; Grant, *et al.*, 2011; Cray, Miller, & Durso, 2013; Nunez & Adams, 2014; Narayana, *et al.*, 2014). Neste sentido, sugere-se a implementação de campanhas de informação dirigidas à sociedade, em geral (organizadas, evidentemente, para se ajustar a diferentes segmentos, várias faixas etárias, perfis distintos, etc.) sobre a situação de sem-abrigo, as suas principais causas e consequências, as estratégias de intervenção típicas e os papéis que podem desempenhar no seu combate. Os relatórios resultantes do esforço de conhecimento e de monitorização da intervenção desenvolvida devem, também, estar disponibilizados para consulta livre, em *sites* de fácil acesso ou em versão papel (com indicação clara de como podem ser consultados).

A estas iniciativas de largo espectro acrescerá a disseminação da moldura legal em vigor e a disponibilização de guias de boas práticas e de recursos para esclarecimento de dúvidas, destinados a profissionais, voluntários/as e outros/as agentes que lidem, diretamente, com pessoas e agregados em risco ou efetiva situação de sem-abrigo. Integram, ainda esta proposta, em complemento das estratégias de aumento de conhecimento referidas, iniciativas de formação especializada para profissionais. Preferencialmente através de formatos de desenvolvimento de competências em

contexto de trabalho, as iniciativas de formação deverão ocorrer num limite mínimo de duas ações por ano, uma centralizada nos domínios de ação do/a profissional e outra, dentro das temáticas que a situação de sem-abrigo abrange, à sua escolha. A seleção das rubricas que versará a primeira destas ações decorrerá, obrigatoriamente, das áreas sinalizadas como prioritárias no estudo de avaliação e monitorização da responsabilidade do Município, tendo uma duração prevista de 20 horas (num limite que não deverá superar as 50h de formação) sendo a sua participação obrigatória e sujeita a avaliação (teórica e prática), que integrará a avaliação de desempenho do/a profissional. A segunda poderá ser da autoria do Município, ONG ou outros organismos com experiência comprovada no domínio, desde que os/as Formadores/as possuam formação especializada na temática a abordar e/ou mais de 5 anos de trabalho no domínio em concreto, com populações em circunstâncias de vulnerabilidade, sendo a sua duração entre 10h e 20h horas.

Para voluntários/as estarão, de forma semelhante, previstas tipologias formativas, sendo a primeira prévia ao início da colaboração com as entidades. Subordinada à apresentação dos documentos legais em vigor, das normas e regulamentos da entidade, dos preceitos éticos estruturantes da ação com seres humanos (em particular, quando possuem limitações e/ou incapacidades na tomada de decisão), dos principais precipitantes, agravantes e facilitadores de saída sucedida, dos mecanismos de monitorização do trabalho desenvolvido (pelas entidades, pelos/as profissionais e pelos/as voluntários/as), assim como dos seus papéis específicos na intervenção com esta população. Para os/as que tiverem apreciação positiva na avaliação desta formação inicial, encontra-se prevista a participação em, pelo menos, uma formação específica por ano. À semelhança do que ocorre para os/as profissionais, esta será subordinada às áreas sinalizadas como prioritárias no estudo de avaliação e monitorização da responsabilidade do Município, tendo uma duração prevista de 20 horas (num limite que não deverá superar as 30h de formação) sendo a sua participação obrigatória e sujeita a avaliação (teórica e prática). Também a ação destes/as voluntários/as deve ser sujeita a avaliação, anual, sendo a avaliação de insuficiente critério de abandono do projeto.

A segunda lição a retirar é que precisamos, com caráter de enorme urgência, de criar estratégias de prevenção fortes, articuladas, e de implementação sustentada no

terreno (não se trata, portanto, de nomear um conjunto parco de profissionais para estas tarefas, afetando-os/as durante um período prescrito, seguido da extinção do serviço). Sob o formato físico de centros especializados, que podem situar-se nas Lojas do Cidadão, ou noutros locais de acesso generalizado pelos membros da comunidade (potencializando, por esta via, a probabilidade de deslocação a estes espaços, por iniciativa), um conjunto de profissionais de seis áreas chave [direito, contabilidade e finanças, habitação, Serviço Social, educação, saúde] assumirão a função de auxiliar a tarefa de combater a entrada na subfase 1.1 (*i.e.*, a emergência da situação de sem-abrigo) e de evitar, para aqueles que chegam a vivenciar a fase 1, a entrada na fase 2, viabilizando saídas sucedidas para a subfase 3.1. Para o cumprimento destes desígnios, agirão no sentido da resolução dos problemas que as pessoas/agregados experienciam antes da perda do imóvel (*e.g.*, evitando o cumprimento da ordem de expulsão, apoiando candidaturas a emprego e/ou formulação de planos de negócio, negociando pagamentos faseados de empréstimos), ou nas semanas seguintes a esta se verificar (*e.g.*, requerendo apoio para alojamento, analisando mais-valias do ingresso em projetos de educação/formação). Este trabalho conjunto de vários setores é essencial para a não confluência dos problemas num só desequilíbrio global, pelo que a ação destas equipas deve acontecer no imediato à solicitação do pedido de ajuda. Esta pode ser solicitada pelo/a próprio/a, por familiares, por profissionais e/ou por membros da comunidade tendo, sempre, que ser aceite e compreendida pelo(s)/a(s) seu(s)/a(s) destinatário(s)/a(s) antes da sua implementação.

O seu término ocorrerá via modificação das circunstâncias que conduziram ao pedido, solicitação de abandono pelo/a destinatário/a do serviço ou encaminhamento, devidamente justificado, para uma tipologia de apoio estruturada e de continuidade (após avaliação da insuficiência das respostas previstas para fazer face ao volume de dificuldades/limitações apresentados pelo indivíduo/família). Acresce ao referido que, a intervenção destes centros com as famílias integrará um elemento adicional (com formação específica em terapia sistémica) e terá sempre em consideração as necessidades e prioridades, não somente de cada elemento, mas do sistema enquanto todo, sendo procuradas soluções que respeitem a sua especificidade e que permitam, na medida do desejável e enquadrável na legislação em vigor, a manutenção da sua existência em registo de permanência conjunta. Para além destes cuidados, as pessoas em (risco de) situação de sem-abrigo terão, também, neste espaço, acesso facilitado e

suporte à decodificação, em registo de absoluta confidencialidade, de informação sobre os seus direitos e liberdades, as opções reais de escolha existentes e as eventuais consequências de (não) aceitação de determinados programas ou modalidades de apoio.

Para o segmento da população que já se encontra em efetiva situação de semi-abrigo prevê-se a implementação de uma matriz diversificada e flexibilizada de ação, na linha do que tem vindo a ser proposto pela *nova ortodoxia* (Pleace, 2000; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; McNaughton, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Löfstrand & Juhila, 2012), embora com especificidades. Nesta inclui-se, para além das rubricas do apoio a alojamento seguro e estável [*e.g.*, via integração de projetos *housing first*, através da integração em apartamento apoiado, aqui sob formato de autonomização máximo que for viável para aquela pessoa, no momento do pedido (e que esta aceita)], aconselhamento jurídico (em continuidade), de intervenção na esfera da autonomização financeira, via integração laboral (incluindo ativação de modalidades de emprego protegido, informação sobre direitos do trabalhador, formação às entidades empregadoras sobre estratégias eficientes de integração de pessoas com percursos de exclusão, dificuldades motoras e/ou perturbação psiquiátrica) ou através do usufruto de apoios sociais a longo prazo/permanência (*e.g.*, reforma por invalidez). Preferencialmente, estas iniciativas deverão ocorrer através dos mecanismos de inserção profissional e de apoio ao emprego previstos na legislação em vigor para a população em geral, sendo ativados instrumentos específicos, apenas, para elementos que possuem incapacidades que lhes impeçam uma integração *normalizada* no mercado de trabalho. Para aqueles/as que evidenciam limitações/incapacidades que obstaculizam qualquer trajetória profissional devem ser negociados, com a pessoa, projetos ocupacionais, exequíveis e que se revelem interessantes ao/à próprio/a²⁵⁷. Do vasto leque de profissionais releva, neste ponto, a ação do/a Psicólogo/a Educacional, a quem caberá a realização de orientação vocacional especializada e o apoio na seleção de ocupações e/ou profissões a desempenhar.

²⁵⁷ Note-se, porém, que a realização destes trabalhos deve ser alvo de remuneração simbólica que o indivíduo poderá utilizar no contexto da gestão do seu quotidiano. Pelo caráter limitado deste montante, não se aconselha a sua canalização para pagamento de medicação, alojamento ou qualquer outro elemento que esteja a ser subsidiado pelo Estado, nem para suporte à instituição em que se encontre a desenvolver a iniciativa.

A este elemento acresce a promoção de apoio especializado na área da saúde, devendo estabelecer-se um plano de potenciação do bem-estar físico e psicológico, que pode incluir períodos de internamento, tomada de medicação (a longo prazo ou permanente), intervenções cirúrgicas pontuais, entre outros. Esta especificidade devem também assumir as tipologias de intervenção nos restantes domínios em que a pessoa revelar necessidades (*e.g.*, legal, gestão do orçamento e dívidas). Para todos estes é essencial que se assegure que a pessoa foi informada dos seus direitos, deveres e opções (*cf.*, Minnery & Greenhalgh, 2007; Frazier & Marlier, 2009; McNaughton, 2010; Stephens, *et al.*, 2010; Löfstrand & Juhila, 2012; Nunez & Adams, 2014) que o processo de escolha é apoiado através de aconselhamento jurídico (independente da instituição que oferece os serviços), e que esta tem consciência das responsabilidades inerentes às escolhas que faz e, se existirem, das limitações que a não escolha pode trazer. Neste contexto assumem destaque dois cuidados adicionais. O primeiro prende-se com a garantia da confidencialidade da informação sobre o indivíduo, a sua saúde (física e psicológica) e as suas circunstâncias (passadas, atuais e previstas), sendo preferível a restrição destes dados a um parco número de técnicos/as. O segundo advém da possibilidade de que a pessoa não reúna os requisitos que lhe permitam a tomada de decisão, em consciência e liberdade (pessoas com perturbação psiquiátrica severa que inclua perda de contacto com o real e/ou com dificuldades intelectuais impeditivas da compreensão da informação em registo escrito e oral), para quem se defende, como obrigatório aconselhamento jurídico independente, no que respeita às medidas a (não) tomar, nas diversas esferas em que a intervenção decorra.

Cabe aos organismos e entidades que desenvolvem a sua ação com este grupo, particularmente para aqueles/as que integram a fase 2 [pessoas em situação de sem-abrigo crónica e, em menor número, episódica] o desenvolvimento de projetos de promoção da integração comunitária, em registos dignos e dignificantes, que visem o enriquecimento das redes informais e formais de suporte. Não nos confundamos, nesta matéria, pois o que se pretende é o (re)estabelecimento da premissa da participação livre e ativa, nos projetos, programas e espaços (*e.g.*, de cultura e lazer) que existem nas comunidades (*cf.*, Silver, 2006; Busch-Geertsema & Sahlin, 2007; Jezek, 2009; Löfstrand & Juhila, 2012; Parsell & Parsell, 2012; Daly, 2013; O'Sullivan *et al.*, 2013; Fraenkel, 2014), não a mera colaboração, muitas vezes sem a vontade expressa do/a próprio/a, em atividades de animação sociocultural (*e.g.*, visitas a locais de lazer,

atividades de dramatização) ou iniciativas recreativas destinadas a populações vulneráveis. Pela limitação do público a que se destinam, e pela presença quase inexistente de pessoas que não intervêm nos âmbitos da pobreza e exclusão, as atividades desenvolvidas por muitos organismos contribuem mais para a sinalização deste grupo e para a sua discriminação, face à população em geral, que para uma verdadeira inserção social. A intenção é, pois, enriquecer as oportunidades de desenvolvimento (*e.g.*, moral, cultural, cognitivo, motor) através dos recursos comunitários disponíveis a qualquer cidadão/a. Tarefas tão simples como praticar desporto, iniciar um *hobby*, ir ao cabeleireiro, ver filmes, etc., acontecerão, prioritariamente, em espaços comunitários e não em salas que os profissionais de ONG e IPSS definiram para esse efeito. As atividades culturais e recreativas, apenas, para pessoas em situação de sem-abrigo ou em que estas são destinatárias, em exclusivo, devem, em suma, ser substituídas pela integração em atividades dirigidas a cidadãos/as com interesses e expectativas semelhantes no domínio que queiramos considerar.

No contexto deste aumento da rede informal de suporte podem, se a pessoa e a família assim o desejarem, ser ativados projetos de reaproximação familiar, sendo imprescindível que se disponibilizem técnicos com formação neste domínio, com o objetivo de apoiar e monitorizar este processo. Mais do que colocar as pessoas em contacto, a reaproximação familiar inclui o restabelecimento de dinâmicas de interação e, muitas vezes, a gestão de conflitos anteriores, ainda não resolvidos (Johnsen & Fitzpatrick, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Levitt *et al.*, 2013). Todas estas medidas deverão ser avaliadas semestralmente, sendo identificados os elementos de evolução e involução, e (re)adaptados os elementos de intervenção que se considera terem atingido níveis de execução inferior ao esperado. A pessoa é agente envolvido em todo este processo, inclusive na determinação da eficácia das medidas e na escolha de alternativas que lhe pareçam mais ajustadas e/ou interessantes.

Para além do exposto, e pela importância que a discriminação e o preconceito possuem no sofrimento reportado nas várias subfases, consideramos que qualquer intervenção realizada em contexto de rua deve ser discreta e confidencial (Minister of Health, 2006; Thompson *et al.*, 2006; McManus e Thompson, 2008; Cameron *et al.*, 2009; Roebuck B, 2010; DMASED/DAS/DISASC/ERASA, 2011; Silva, 2011; Coren, *et al.*, 2012; Roseta, 2012). As longas esperas por técnicos/as para obtenção de bens

alimentares e café não cumprem os requisitos de dignidade a que a Europa se desafiou há muito tempo. Pelo oposto, trazem à presença dos olhares públicos a miséria, o sofrimento e as sequelas severas da situação de sem-abrigo, contribuindo para maior estigmatização deste segmento da população. Neste sentido, a intervenção das Equipas de rua deve manter-se, apenas, para os propósitos de sinalização de situações de vulnerabilidade extrema que ainda não são acompanhadas e/ou para deteção de novas situações (sendo estas alvo de avaliação pormenorizada e de aferição dos critérios que sustentaram a sua não deteção por parte de qualquer um dos organismos com responsabilidades nesta matéria).

Constituída por especialistas em intervenção em contexto de rua e na situação de sem-abrigo, e sem integração de voluntários/as sem formação, cabe-lhes o estabelecimento de relações de empatia e o encaminhamento célere para as estruturas que garantam rápido acesso a alojamento seguro e estável. A formação destas equipas constituirá uma prioridade na Estratégia de intervenção, devendo integrá-las pessoal médico com formação em psiquiatria, profissionais de Psicologia e consultor/a jurídico. Para as pessoas que rejeitem este apoio, e que verbalizem pretender manter as suas circunstâncias (com a condição de que não se encontram em quadros que pressuponham perda de contacto com a realidade e/ou estados de intoxicação severa) a disponibilização de bens alimentares, cobertores, ou outros apoios pontuais de emergência deve acontecer em local central da comunidade, mas que assegure a necessária confidencialidade à pessoa e aos relatos que ela fará). Neste espaço encontrar-se-á, junto com uma equipa de profissionais não especializados, um/a Técnico/a de Serviço Social e um/a Psicólogo/a. O recurso a estes espaços deve ser sigiloso, sem obrigatoriedade de apresentação de dados de identificação completos (apenas indicação do nome) ou da apresentação de elementos da história de vida e/ou dificuldades no presente, dado que a intenção é a de supressão de necessidades prementes.

Perguntar-se-á, por ventura, o/a leitor/a quais são as atribuições previstas, no conjunto das propostas apresentadas, para os Centros de Acolhimento e outras estruturas residenciais de suporte ao alojamento temporário. Nesta abordagem à situação de sem-abrigo este tipo de ação não possui sustentação, sendo perspetivado o seu encerramento em substituição da canalização dos recursos neles existentes

(incluindo os/as profissionais e voluntários/as que neles prestam serviços) para as modalidades de apoio ao alojamento independente e autónomo que já apresentamos. Reiteramos, de novo, que a premissa chave é a da permanência em sociedade, não o seu afastamento, via integração em espaços habitacionais com características que, em nada, se aproximam à vivência de um *lar*, seja para a pessoa ou a família. Assim sendo, a sua extinção constitui, claramente, um paço importante na aproximação às comunidades, pela manutenção das regularidades e normatividades que se esperam acessíveis a qualquer cidadão. Constituem exceção ao referido, e nunca sob uma estrutura de grandes dimensões, em que as pessoas são alojadas em camaratas, Centros de Acolhimento de emergência (que devem acolher pessoas sinalizadas no próprio dia e que, via intervenção dos outros mecanismos reportados nesta componente do capítulo, devem ser encaminhados no prazo de 5 dias, para espaços habitacionais no registo que se revelar mais adequado ao indivíduo (*e.g.*, apartamento apoiado, hospital, quarto alugado em apartamento), e Centros de Alojamento apoiado para pessoas com incapacidade severa (de tipo especializado, deverão acolher no máximo 30 pessoas, sendo o período de tempo definido nunca inferior a 5 anos e podendo prolongar-se para toda a vida do indivíduo). Estes Centros poderão, ainda, assumir o formato de estruturas de alojamento especializadas para pessoas que se encontram reféns dos ciclos orbitales recidivos já descritos, particularmente no decurso da subfase 2.2, sempre que se comprove a sua dificuldade de inserção em espaço autónomo. Neste âmbito assumirão uma política de dignificação da vida, com limiar mínimo de exigência e visando o asseguramento do seu bem-estar. A superação deste período deve dar origem, no imediato, a transição para opções autonomizantes e emancipatórias, na senda de uma transição fluída e eficaz para a subfase 3.1.

Como vimos, para todas as pessoas que possuem limitações/incapacidades não impeditivas de vida autonomizada, mesmo que para tal seja necessária a supervisão de profissionais, encontra-se prevista a integração em habitação na comunidade, num registo de suporte que deve ser negociado com a própria. Poderá, num extremo de maior emancipação, assumir apenas o formato de alojamento com renda apoiada e, num extremo de suporte mais intenso implicar auxílio, periódico, na manutenção do imóvel e/ou na monitorização dos cuidados que o/a próprio/a tem consigo (*e.g.*, higienização dos espaços, lavagem e arrumação de roupa, uso de detergentes e produtos tóxicos). Qualquer intervenção, para além do alojamento, (*e.g.*, apoio

alimentar, técnicas de limpezas) deve ocorrer, por consequência, no imóvel em que habitam num registo de educação *in loco*, em que a pessoa é elemento participante ativo em todas as modalidades a ela dirigidas.

Em suma, pela diversidade de elementos que integram esta proposta se depreenderá, com facilidade que a sua criação se sustenta, em termos basilares, na assunção da livre participação dos/as destinatários/as e no cuidado da não prescrição de modalidades de intervenção padronizadas, pensadas por um grupo distinto daqueles/as que delas usufruem. Não esqueçamos o alerta de Paulo Freire (1987, p. 18), para quem

[u]m dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é a prescrição. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí, o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência 'hospedeira' da consciência opressora. Por isso, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores.

Não queremos, pois, contribuir para a manutenção destas pautas. Pelo inverso, a nossa intenção é a de (i) minimização da necessidade de alojamento apoiado, ao limite da sua substituição por estratégias de suporte à manutenção do imóvel, (ii) maximização da qualidade das propostas de prevenção desenvolvidas; e (iii) realojamento célere daqueles/as que se encontram em situação de sem-abrigo, com flexibilização de apoios adicionais. Aumenta-se, para isso, a responsabilidade dos organismos públicos (de abrangência nacional, regional e local) que, em articulação com ONG e outras entidades do 3º sector, terão as incumbências de operacionalizar os instrumentos de inserção social e de avaliar, em registo periódico, a qualidade e especificidades da intervenção proposta. Ao indivíduo é atribuída a responsabilidade máxima pelo seu próprio processo de reinserção, uma vez que, é ele o decisor chave das medidas que irão ser implementadas. Para isso espera-se a colaboração com equipas de especialistas no terreno, e o suporte de profissionais da área do direito, que assegurarão o cumprimento dos seus direitos e liberdades fundamentais. Resta, por fim, dizer que inerente à proposta elaborada se encontra também um propósito mais global, que é o da educação das comunidades, no sentido do combate de leituras estigmatizantes sobre estas pessoas e as suas circunstâncias.

6.2.4 “DE UMA CIDADE HUMANA QUE FOSSE FIEL À PERFEIÇÃO DO UNIVERSO...”²⁵⁸: SÍNTESE DAS PRINCIPAIS VULNERABILIDADES E POTENCIALIDADES DO ESTUDO

*Sei que seria possível construir o mundo justo
As cidades poderiam ser claras e lavadas
Pelo canto dos espaços e das fontes
O céu o mar e a terra estão prontos
A saciar a nossa fome do terrestre
A terra onde estamos – se ninguém atraísse – proporia
Cada dia a cada um a liberdade e o reino
– Na concha na flor no homem e no fruto
Se nada adoecer a própria forma é justa
E no todo se integra como palavra em verso
Sei que seria possível construir a forma justa
De uma cidade humana que fosse
Fiel à perfeição do universo
Por isso recomeço sem cessar a partir da página em branco
E este é meu ofício de poeta para a reconstrução do mundo*

Sophia de Mello Breyner Andresen, *A forma justa*²⁵⁹, 1977, poema completo

Esta *GT* emergiu, como já explicitámos em detalhe, diretamente a partir das informações recolhidas, corporizados em diferentes referentes gerativos, a partir dos ensaios de integração destes em conceitos, que por sua vez se agruparam em categorias de complexidade crescente e que, no final, originaram uma construção abstrata compreensiva, de explicitação dos dados obtidos e dos padrões de interligações que estabelecem entre si. Neste sentido, constituiu uma preocupação essencial, ao longo de todo o trajeto de investigação, a determinação do ajuste desta abstração aos dados, e a eventual deteção de indicadores ou referentes de relevo (ainda) não incluídos no esquema teórico considerado. Como vimos, o repto abraçado era o da geração de uma proposta concetual original, processo que efetuamos a partir do referente teórico e metodológico exposto no capítulo 3, que constitui, adicionalmente, a bússola pela qual

²⁵⁸ Estrofes 12 e 13 do poema *A forma justa*, da autoria de Sophia de Mello Breyner Andresen, que integra a obra “*O nome das coisas*”.

²⁵⁹ Poema integrado na obra “*O nome das coisas*”, publicada pela editora Caminho.

norteamos a apreciação das principais potencialidades e limitações deste projeto²⁶⁰, tarefa a que devotamos esta rubrica do capítulo.

Em resultado, a geração da *GT* ocorreu com base na consideração de um conjunto específico de cuidados, que visaram, por um lado, asseverar a sua adequação aos pressupostos estruturantes da *Grounded Theory* Glaseriana e, por outro, incrementar o seu robustecimento [*e.g.*, a amostra teórica atende a um leque diverso de critérios, tendo-se analisado as perspetivas de profissionais, pessoas em situação de sem-abrigo e que já se reinseriram em sociedade; foram realizados processos diversos de observação, que incluíram a participação nos Giros de rua realizados por 6 equipas distintas]. Acresce à diversificação das estratégias de recolha de dados, e após a finalização do modelo, a apresentação da *GT* aos/às profissionais, que colaboraram no estudo e aos participantes das subamostras 1 e 3 que manifestaram interesse nesse sentido, sendo analisado o grau de compreensibilidade da teoria, e a sua apreciação da (não) adequação enquanto explicação global da problemática em questão. As opiniões foram positivas, não tendo sido apontados elementos chave que não tivessem sido tidos em conta, ou categorias que não encontrassem sustentação nas realidades observadas e/ou experienciadas.

Para além da atenção aos elementos anteriores procedeu-se, para efeitos de validação da *GT*, ao contraste dos seus elementos primários, analisando, por esta via, a sua adequação à área substantiva a que se reportam (*cf.*, Glaser & Strauss, 1968; Corbin & Strauss, 1990; Glaser, 1998, 1999, 2001, 2002, 2005). As categorias incluídas nas (sub) fases e configurações possuem, como evidenciamos nos capítulos 5 e 6, uma forte sustentação nas narrativas dos/as participantes (obtidas no contexto das 96 entrevistas realizadas e/ou dos diálogos tecidos no âmbito das atividades de observação encetadas) e nos comportamentos observados (compilados nos memorandos de observação), aplicando-se aos dados segundo um processo decomposicional de abstração decrescente. Por sua vez, e pode utilizar-se como exemplo as citações dos/as participantes incluídas no capítulo 5 (uma vez que a sua apresentação ocorre no contexto da explanação de indicadores, cuja alusão acontece sob a nomeação da

²⁶⁰ Recordamos, a este propósito, que Glaser (1978, 1998, 1999, 2001, 2002, 2005) propõe, enquanto critérios de validação dos trabalhos desenvolvidos segundo a versão clássica da *GT*, os cinco seguintes: ajuste (*fit*), adequação (*work*), relevância (*relevance*), modificabilidade (*modifiability*), e transcendência (*transcendence*), que se encontram explicitados na rubrica 3.5.1.

categoria que os enforma, sendo esta, num nível de abstração superior, incluída no conjunto de problemas/preocupações estruturantes da subfase considerada), também os dados suportam, sem ambiguidades de relevo, as categorias propostas. Não esqueçamos, ainda neste ponto, que foi encetado um sério esforço de síntese de um vasto e heterogéneo volume de dados, num conjunto parcimonioso de elementos (*cf.*, Glaser, 1978, 2001, 2002; Locke, 1996). Sob os epítetos de dimensões de superfície e de profundidade estes referentes corporativos são descritos e apresentadas as suas dinâmicas de interação, possibilitando ao/à leitor/a a apreensão, num registo acessível, de processos e fenómenos de considerável complexidade. Sublinhe-se, nesta matéria, que as dimensões de profundidade reportam à identificação e clarificação de padrões de associação de fatores não passíveis de sinalização intuitiva, constituindo, de acordo com McCarthy (2006) uma dimensão adicional que confirma o robustecimento desta *GT*.

Acresce ao referido, e como tivemos oportunidade de explicitar, que a emergência da teoria não foi contaminada pela existência de conhecimento substantivo prévio, respeitante às problemáticas da pobreza extrema, da exclusão social e, em específico, da situação de sem-abrigo. Na verdade, e como descrevemos no ponto 4.1.3 [*Reptos contemporâneos no estudo da situação de sem-abrigo: A imprescindibilidade de redefinir o método de investigação*] foi este não contacto prévio que originou a definição de um *design* de investigação que mais tarde abandonámos em substituição do recurso à *Grounded Theory*, por considerarmos que este não se ajustava à intenção de análise compreensiva e profunda da problemática. A teoria possui, por estes três motivos (forte ancoragem nos dados, articulação entre diferentes categorias, e inexistência de influências teóricas de relevo), níveis de coerência e de relevância satisfatórios (*cf.*, Glaser, 1978, 1992, 1998, 1999, 2004, 2006b; Giske & Artinian, 2007). Dada a importância diferencial do primeiro destes critérios, tido por vários/as especialistas como o elemento mais robusto de apreciação da validade de uma *GT* original (*cf.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1990, 1999, 2005; Lomborg & Kirkevold, 2003), podemos considerar superado o primeiro desafio inerente à sua validação.

Prevê-se, ainda, que a teoria formulada se adequie ao(s) comportamento(s) em estudo, possibilitando a compreensão de eventos e de dinâmicas de interação em circunstâncias e tempos distintos (Glaser, 1992, 1998, 1999, 2001; Heath & Cowley, 2004; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010). Como vimos, nesta *GT* consideram-se,

não apenas, conjunções distintas de fatores, que concorrem para a emergência, perseverança e saída da situação de sem-abrigo, como, também, categorias chave que sinalizam a presença de uma determinada (sub)fase, as quais se associam conjunturas específicas de ação de fenómenos que integram as dimensões de profundidade. A partir da sua utilização podem, por conseguinte, sinalizar-se, não só, as etapas de evolução já sofridas, como antecipar prováveis avanços ou, eventualmente, retrocessos (intra ou entre fases). Confirma-se, portanto, e atendendo a que foram expostas as preocupações/problemas que sustentam a confluência de cada configuração e subfase sinalizada, assim como os padrões discursivos e comportamentais mobilizados com o propósito de os gerir, que esta *GT* cumpre mais este requisito²⁶¹.

Uma *GT* original deve, em acréscimo, sedimentar-se nos critérios de modificabilidade e de transcendência. Respeita ao primeiro, a garantia de flexibilidade suficiente para que seja possível integração posterior de informações e, até, de categorias (de baixa abstração), mantendo-se o núcleo duro do modelo teórico proposto. Trata-se, em suma, da incorporação de modificações resultantes de análises complementares do conteúdo da *GT* e/ou da incorporação de novas informações (*e.g.*, através da incorporação de descobertas apontadas noutros estudos). Enquanto critério de implementação futura e em registo continuado não nos foi possível, evidentemente, proceder à sua avaliação de forma robusta. Note-se, porém, e como vimos, com algum detalhe, no contexto da reflexão tecida no ponto 6.2.1, sobreviver às ruas integra, sob um conjunto unificado de constituintes, contributos muito diversos de propostas teóricas e de contributos empíricos de investigadores/as contemporâneos/as, incluindo, ainda, os fatores apontados nos estudos tradicionais como precipitantes, agravantes, e facilitadores da saída de circunstâncias de privação habitacional severa (*e.g.*, Sandford, 1971; Digby, 1976; Archard, 1979; Cook, 1979; Neale, 1997; Kemp & Mackay, 2001; Moore, 2007; Nogueira & Ferreira, 2007; McNaughton, 2008; Edgar, 2009; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Cronley, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010e; Sermons & Witte, 2010a, 2010b; National Center on Family Homelessness, 2012; Chamberlain & Johnson, 2013; Anderson,

²⁶¹ Não esqueçamos, todavia, que a observância destes três referentes é esperada sempre que o/a investigador/a se mantém dentro das premissas e orientações metodológicas da *GT* Clássica (*cf.*, Glaser, 1992, 1998, 1999, 2001; Heath & Cowley, 2004; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010), pelo que quaisquer reparos de relevo nestas dimensões seriam, necessariamente, evidências de lacunas severas no modelo teórico proposto.

2013; Daly, 2013), que embora não tenham sido considerados para a sua geração (tal como requerido pela metodologia implementada) são, facilmente, incorporáveis sem necessidade de adaptações de categorias ou das dinâmicas de profundidade previstas. Não constituem, em suma, ameaça à validade interna (Glaser, 1992, 1999, 2006), sendo, pelo inverso, elementos de robustecimento adicional da *GT*, dado que sustentam o seu potencial de transcendência (Glaser, 1978, 1998, 1999, 2001, 2009b, 2009c).

Em suma, pela síntese das informações anteriores confirma-se que a teoria possui níveis satisfatórios de: (i) ajuste, dado que se revela fiel, nas dimensões de superfície e de profundidade que a estruturam, à área substantiva estudada; (ii) compreensão, uma vez que possibilita uma explanação compreensível e com sentido do real, não somente para os/as participantes, mas, também, atendendo à sua confluência com resultados de investigações no domínio; (iii) generalização teórica, pois sustenta-se em informações múltiplas e interpretação concetual abrangente, consubstanciando-se numa dimensão suficientemente abstrata para incorporar uma vasta amplitude de configurações e de contextos que a problemática integra; e (iv) controlo, dado que as hipóteses estabelecidas possibilitam a definição de ações, guiando o estabelecimento de políticas e a elaboração de práticas. Consideramos, pelo exposto, que este modelo possui “the power to transcend the descriptive, to generate “wise” grounded propositions that explain behavior in a substantive area, to organize and make meaningful many seemingly disparate incidences into latent patterns to be used in relevant future research or in application. GT power gives control by its sensitizing concepts, its generalizability” (Glaser, 2002, p. 789).

Focalizando-nos, agora, nos indicadores complementares reportados no âmbito das *Referências adicionais de (e para a) avaliação da GT* [ponto 3.5.2] verificamos que, também, estes foram tidos em consideração neste projeto de investigação. Para além de termos tido o cuidado de proceder à implementação da metodologia no seu todo, *i.e.*, recorrendo ao método de comparação constante, e derivando todos os processos da teoria emergente, apresentamos, ao longo dos capítulos 4 a 6 evidência múltiplas da execução dos procedimentos realizados, das descobertas obtidas e dos processos de recolha, análise e codificação dos dados (*cf.*, Glaser, 1978, 1992, 1998, 1999, 2001, 2009b, 2009c; Cutcliffe, 2000; Elliott & Lazenbatt, 2005). Veja-se, em registo ilustrativo, a integração, na amostra teórica, de três subgrupos com características muito diferenciais

entre si e que possuem perspectivas distintas sobre a problemática²⁶², a que se associou uma compilação de dados, através do recurso à observação, muito profunda (*e.g.*, participação observante de Giros de rua, deslocação a locais de pernoita, de obtenção de verba e de descanso durante o dia). Todos os dados foram recolhidos e analisados de forma sequencial e cíclica, tendo a investigadora integrado questões adicionais na entrevista (reportadas a cinzento) no decurso deste processo, e com o intuito de clarificar as descobertas emergentes e a identificação do problema/preocupação principal que sustenta os padrões discursivos e comportamentais detetados, assim como de assegurar a necessária ancoragem das categorias aos dados (e destes às categorias), confirmando, em paralelo, a interligação que estas possuem entre si (*cf.*, Beck, 2002; Wilson, Hutchinson, & Holzemer, 2002; Caron & Bowers, 2003; Meeker, 2004; Draucker *et al.*, 2007). Foram, em aditamento, construídos memorandos, em que se explicitaram os dados e avançaram as análises emergentes (Glaser, 1978, 1992, 1998, 1999, 2001; Speziale & Carpenter, 2003). Para além de apoiarem um processo de controlo da subjetividade, possibilitaram o registo de ideias e questões durante o processo de geração da teoria, tendo este sustentado a sedimentação da necessária redundância entre indicadores (substanciada na sua saturação, no contexto da delimitação de categorias, assim como no escrutínio da sua integração em categorias mais abrangentes, no processo de abstração crescente que culmina na sinalização de três fases principais).

Expostos os elementos que atestam a validade interna deste projeto de investigação estamos em condição de salientar algumas das suas potencialidades e limitações adicionais. Não surpreenderá, por ventura, o/a leitor/a a consideração de que teria constituído uma eventual mais-valia supletiva a utilização, para efeitos de recolha e codificação de informação, de alguns instrumentos validados para a população

²⁶² Assim, se integraram a subamostra 1 pessoas que se encontravam, em termos de privação face ao alojamento, em todas as circunstâncias habitacionais previstas na ETHOS (European Typology on Homeless and Housing Exclusion; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2007), com idades compreendidas entre os 18 e os 63 anos, de ambos os géneros, com e sem perturbação psiquiátrica diagnosticada, portuguesas e estrangeiras [com situação (não) regularizada], com e sem adição a substâncias (i)lícitas, com trajetórias de vivência da situação de sem-abrigo diferenciadas em termos de tempo (desde a primeira vez a, no outro extremo, há mais de duas décadas) e dos apoios a que (não) recorreram (*e.g.*, recurso a apoio para alojamento). Na subamostra 2 foram inquiridos/as profissionais que trabalham nesta área em contexto de rua e/ou institucional, dos domínios do Serviço Social, Psicologia, educação e saúde, com experiência que oscila entre alguns meses e mais de uma década, e com/sem formação teórica específica. Por sua vez, a subamostra 3 é composta por adultos/as com experiência anterior da situação de sem-abrigo (em qualquer umas das modalidades), com trajetórias que oscilam de um ano a mais de uma década e da qual saíram, para um trajeto digno e dignificante há, pelo menos, dois anos.

portuguesa, nomeadamente nos domínios de avaliação na área da personalidade e da psicopatologia, assim como da qualidade de vida e bem-estar. De facto, e pelos motivos que já apresentamos, neste estudo conferimos grande destaque à expressão livre dos indivíduos, não só através da observação dos seus comportamentos, mas, também, solicitando-lhe que manifestassem, sem restrições, as suas perspetivas, expectativas, crenças e desejos e/ou receios no contexto das entrevistas realizadas. Opção que se revelou uma clara mais-valia, dada a riqueza das informações a que tivemos acesso, e que possibilitou um nível muito diverso de codificadores, que foram sendo agrupados em categorias de abstração crescente e, em paralelo, afinada a sua relação (horizontal e vertical). Foi, consciente das principais limitações, que se atribuem à utilização de instrumentos padronizados com populações *hard to reach* (e.g., baixos níveis de motivação para o seu preenchimento/elevado *drop out*, dificuldade de leitura e interpretação de alguns itens) que tomámos a decisão de concretizar esta investigação a partir de estratégias mais flexíveis de recolha de dados (e.g., que possibilitassem a deteção de especificidades e de comunalidades, sem restrições à partida), tendo tomado essa opção em consciência, e após rejeitar o *design* híbrido que havíamos formulado inicialmente.

Contudo, terminada esta tarefa parece-nos que estes poderiam ter contribuído para o robustecimento de algumas componentes, em particular no que concerne as dimensões de superfície desta *GT*. Note-se, contudo, que a sua inclusão acarretaria consigo incumbências acrescidas e potenciais constrangimentos na gestão dos *timings*, uma vez que a tarefa da sua aplicação e cotação teria de ser compatibilizada com as responsabilidades profissionais, a participação nos Giros de rua noturnos, a realização e transcrição de entrevistas [n=96], a sistematização dos códigos e destes as categorias, a geração do próprio modelo e o seu afinamento em termos conceptuais. Por este motivo, e dado que o/a investigador/a não pode aspirar o estudo das dimensões na sua completude, ou mesmo com recurso a múltiplos planos simultâneos (e.g., o tempo e os recursos que tem ao seu dispor são limitados; os/as inquiridos/as não queriam participar, seguramente, num estudo tão longo e exaustivo), pois o controlo de todas as variáveis representa uma *ilusão* (Simões, 1990), opções tiveram de ser feitas. Posto isto, julgamos que as escolhas realizadas foram, dado o enquadramento em que aconteceram, ajustadas aos propósitos definidos, tendo-nos possibilitado a formulação

de uma *GT* que fornece uma explicação parcimoniosa, densamente ancorada nos dados, do complexo processo inerente à vivenciação da situação de sem-abrigo.

Ainda no âmbito das escolhas metodológicas, destaca-se que, embora a amostra teórica cumpra os requisitos necessários à sistematização das dimensões de superfície e de profundidade, a sua constituição sairia robustecida com a integração dos padrões discursivos e comportamentais de um maior número de participantes que se encontravam em circunstâncias de maior invisibilidade (*e.g.*, idosos/as em situação de habitação inadequada e com padrões de evitamento das equipas de rua; adultos/as com défice motor). Como aludimos, é tarefa do/a investigador/a a delimitação dos critérios que sustentam a sua amostra teórica, sendo esta seleção sempre definida em função da teoria emergente (*cf.*, Glaser, 1978, 2001, 2006, 2009b, 2010; Charmaz, 2000; Cutcliffe, 2000; Pires, 2001; McCarthy, 2006). Neste trabalho assim ocorreu, no entanto, nem sempre foi fácil obter a participação de alguns elementos, nomeadamente pessoas que ficaram em situação de sem-abrigo devido a traumas intensos e focalizados no tempo (*e.g.*, acidente de automóvel com morte dos restantes membros da família nuclear), indivíduos que subsistem com recurso a estratégias ilícitas de angariação de verba (e que temem contar as suas experiências, e atribuições com as forças de autoridade, pelo receio de eventuais represálias) ou indivíduos que se encontravam, naquilo que mais tarde viemos a categorizar como subconfiguração 2.1a, e que se pauta, precisamente, pela ausência de motivação para conversar com outros sobre a sua vida e/ou as suas dificuldades. Sugere-se, por isso, que no contexto posterior de validação deste modelo se mobilizem esforços concertados no sentido de assegurar colaboração mais numerosa de pessoas que apresentam os atributos/caraterísticas referidos.

Julgamos, por fim, necessário um investimento mais estruturado na análise das diferenças de género, quer no que concerne eventuais diferenças nos trilhos de evolução previstos nas (sub)fases, quer em relação às especificidades discursivas e comportamentais que homens e mulheres mobilizam no sentido de resolverem os problemas/preocupações com que se confrontam. Embora saibamos que as mulheres tendem a entrar na subfase 1.1 já no contexto de um desequilíbrio altamente destabilizador, e do qual em regra são conscientes, o escrutínio desta diferença, face aos/às seus/as congêneres do género masculino, merece uma reflexão mais profunda. O mesmo diremos em relação à passagem direta da fase 1 à fase 3, reportada por um

número superior de inquiridas (das mulheres que integram a subamostra 3, apenas uma experienciou a fase 2), que justificam esta facilidade com apoio mais célere e continuado, por parte das redes informal (*e.g.*, família) e formal (*e.g.*, Apoio habitacional em Centro de Acolhimento), que merece estudo mais detalhado e a sua análise crítica em função das premissas de igualdade de direitos e liberdades entre homens e mulheres. Por fim, e no âmbito da configuração 2.1c foram sinalizadas diferenças interessantes no âmbito das estratégias de obtenção de dinheiro (*e.g.*, mulheres recorrem, tendencialmente, à prostituição de rua, e homens optam pela arrumação de carros) e de sobrevivência (*e.g.*, homens recorrem a violência física e ameaça mais vezes, mulheres envolvem-se sexualmente com os objetivos de assegurar proteção e/ou acesso facilitado a substâncias de consumo), que fogem ao pleno conhecimento de profissionais e, também de investigadores/as. Importa, portanto, proceder ao seu estudo em maior pormenor, potenciando, não apenas à sua sinalização e explanação, como, em articulação, à compreensão das significações que são tecidas a propósito da sua existência e manutenção no tempo (*e.g.*, naturalização de fenómenos de instrumentalização de relações).

SÍNTESE DO CAPÍTULO

O sexto capítulo desta Tese foi dedicado a duas tarefas distintas, mas essenciais à compreensão profunda da *Grounded Theory sobrevivendo às ruas*. Como aludimos, a análise dos seus referentes corporativos de superfície não possibilita a identificação dos fatores que sustentam as transições previstas no modelo, e reportadas pelos/as participantes no estudo, dado tratarem-se de agrupamentos diferenciados de categorias (ordenadas segundo níveis de abstração crescentes), que sustentam padrões discursivos e comportamentais distintos [expressos sob a forma de configurações e de (sub)fases], que não permitem, pelas suas características distintivas, a aferição de como estes se formam, e se mantêm ou se modificam, provocando evoluções e involuções diversas. Importava, pelo exposto, identificar estes referentes de profundidade, salientando os seus elementos integrantes, os efeitos que provocam, por si e em articulação, bem como as eventuais sequelas, a curto e medio/longo prazo da sua experenciação.

Essa foi, por conseguinte, a primeira incumbência que assumimos. Para a sua realização optámos pela subdivisão em dois grandes grupos, um deles constituído pelos processos de evolução contínuos, *i.e.*, os *fatores responsáveis pela emergência e consolidação de micromutações na(s) trajetória(s) de vivência da situação de sem-abrigo* [cf., ponto 6.1.1], e o outro respeitante aos *processos de evolução transitivos*, ou seja, *dos espaços-tempo de confluência de ativadores convergentes e de corporalização de metamorfismos* [cf., ponto 6.1.2], que foram apresentados de forma sequencial. Iniciou-se, assim, pela descrição das variações do universo de possíveis, quer no que respeita às modificações operadas na sua expansibilidade, no decorrer da trajetória da situação de sem-abrigo [subfases 1.1 a 3.2], quer em relação às transmutações na sua constitucionalidade. Como tivemos oportunidade de indicar, este processo inaugura-se antes da entrada na subfase 1.1, devido a um processo de fragilização que pode materializar-se por acumulação de problemas e dificuldades no tempo (reportável, para muitos/as, desde infância) ou, em alternativa, pela confluência, num mesmo período, de arduidades tão severas que, por si só, o ativam (*e.g.*, Koegel, Melamid, & Burman, 1995; Abramov, 1998; Cary, 2003; Whitback, *et al.*, 2007; Shinn, *et al.*, 2008; Shelton, *et al.*, 2009; van den Bree *et al.*, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Virginia Violent Death Reporting System, 2013). Como demonstrámos, também, este efeito de afunilamento ocorre durante toda a primeira e a segunda fases, culminando, via potenciação máxima

da constrição sentida, numa singularidade (que se corporifica no final da subfase 2.2). Demos, então, conta dos dois resultados dicotômicos que poderão advir da sua existência. Se a tendência entrópica se mantém o produto materializado será a extinção do sistema (*e.g.*, suicídio), pelo contrário, se esta se transverte, através dos mecanismos que reportámos, num aumento gradual, ocorrerá o prelúdio de um processo, que se antecipa continuado, de vivenciação da (re)configuração da trajetória de vida.

Por sua vez, o segundo destes processos contínuos é formado pelos intervalos de desequilíbrios e de equilíbrios intrafases. À semelhança do que ocorre para o fenómeno precedente, também neste o início se dá antes da emergência da subfase 1.1 e o término após a 3.2. Contudo, e ao contrário do anterior, aqui sinaliza-se um período de desequilíbrio primário, que incorpora as subfases 1.1 e 1.2, do qual emerge o de *falso* equilíbrio que constitui a subfase 2.1. A sua permanência pode ocorrer por períodos que ascendem a vários anos, com transição entre configurações ou, em alternativa, sob uma mesma configuração dominante. Desta, a pessoa transita para o momento de maior instabilidade e insegurança de toda a trajetória, sendo este coincidente com a subfase 2.2 [*experienciando os limites da sobrevivência*]. Por fim, e após a vivência da singularidade, sem que ocorra total implosão, dá-se um processo de (re)equilibração que, se a tendência expansionária do universo de possíveis se mantiver, irá culminar na plena autonomia. Neste ponto, para além da explicitação destas passagens analisámos os fatores que sustentam a sua existência e manutenção no tempo, assim como as variáveis que conformam as conjunturas críticas. Como então afirmámos, o conhecimento profundo destas conjunturas é essencial para a determinação da (sub)fase em que a pessoa se situa e, com base neste conhecimento, para a determinação (em conjunto com o/a próprio/a) dos mecanismos de intervenção mais ajustados para fazer face às suas necessidades, interesses e preocupações específicos.

Devotamos o segundo ponto desta primeira parte do capítulo à exploração dos *processos de evolução transitivos*, tendo, para o cumprimento desta incumbência, indicado os *triggers* e pontos de corte que sustentam os avanços entre (sub)fases, assim como as diferenças substantivas entre as três configurações que emergiram das narrativas dos/as participantes [subfase 2.1a, 2.1b, 2.1c]. Integrou, em complemento, esta rubrica, a descrição dos ciclos recidivos de padrões orbiculares involutivos de sobrevivência. Todos estes elementos foram, tal como os precedentes, apresentados

tendo em consideração as circunstâncias que suportam a sua emergência, os fatores principais que intervêm para a sua permanência no tempo, e as articulações que estabelecem entre si, e, por fim, as conjunturas desfavoráveis que os enformam. Uma vez que as consequências da experienciação cristalizada dos dois ciclos (ciclo 1 e ciclo 2) vão para além da simples soma dos seus efeitos isolados tecemos um comentário específico sobre a importância que estes possuem para a perseveração na fase 2, pese o sofrimento e insatisfação que esta realidade provoca ao indivíduo.

Terminada a apresentação da *Grounded Theory* original debruçamo-nos, na parte dois do capítulo, sobre as principais implicações das descobertas realizadas. Assumindo, desde o início, grande preocupação relativamente à intervenção neste domínio, não surpreenderá, seguramente, o/a leitor/a que tenhamos tido em consideração referentes e critérios com características e de ordem distintas. Como aludimos, é nossa convicção que as mais-valias deste tipo de trabalhos não se limitam à identificação de algumas sugestões, soltas, de melhoria das circunstâncias de um grupo minoritário da população, elas devem possibilitar uma reflexão mais abrangente, ancorada em premissas democratizantes e de potenciação do bem-estar de todos/as os/as cidadãos/as e comunidades [e.g., Chomsky, 1999; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Carta dos direitos fundamentais da União Europeia (2010C/83/02); Comissão Nacional para os Direitos Humanos, 2010; Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, 2011; Comité Económico Social Europeu, 2012; Muižnieks, 2012; Parliamentary Assembly, 2012]. Em consonância com este princípio, as principais implicações das descobertas foram mobilizadas para a construção de um mapa multidimensional de recomendações, que se estrutura segundo quatro indicadores, a saber: (i) implicações teóricas, (ii) implicações para a investigação, (iii) implicações para a intervenção, e (iv) principais vulnerabilidades e potencialidades do estudo.

No primeiro destes indicadores analisaram-se, como a designação indicia, as pontes de articulação conceptual entre a *GT* original e outros contributos teóricos existentes na literatura. Como vimos, são muitos os elementos em que se verifica convergência direta (e.g., existência de traumas prévios e/ou secundários à vivência da situação de sem-abrigo; transformações na identidade, embora, não necessariamente, a formação de uma identidade distinta; elevada mutabilidade de modalidades de alojamento (e.g., Browne, 1993; Buhrich, Hodder & Teesson, 2000; de Whitback *et al.*,

2007; de Shelton *et al.*, 2009; Hopper, Bassuk, & Olivet, 2010; Lúcio, *et al.*, 2011a, 2011b; Parsell & Parsell, 2012; Chamberlain & Johnson, 2013; Daly, 2013; Reeve, 2013), quer atendendo a indicadores adicionais referenciados na literatura da especialidade (*e.g.*, Cutcliffe, 2000; Lomborg & Kirkevold, 2003; Speziale & Carpenter, 2003; Heath & Cowley, 2004; Elliott & Lazenbatt, 2005; McCarthy, 2006; Giske & Artinian, 2007; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010), pois mesmo as referências incluídas no conjunto dos trabalhos desenvolvidos sob os paradigmas tradicionais de investigação neste domínio são passíveis de integração no modelo proposto (*e.g.*, Sandford, 1971; Digby, 1976; Archard, 1979; Cook, 1979; Neale, 1997; Kemp & Mackay, 2001; Moore, 2007; Nogueira & Ferreira, 2007; Edgar, 2009; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Cronley, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010e; National Center on Family Homelessness, 2012).

Em seguida reflete-se sobre as implicações para a investigação, tendo sido apresentadas sugestões para projetos de investigação futuros, apontando, para este fim, sugestões sobre os elementos que poderão integrar os roteiros de investigação a desenvolver. Na senda de um conhecimento mais profundo da situação de sem-abrigo e, em paralelo, da prossecução de estratégias mais eficazes de combate à precarização e à vulnerabilização das circunstâncias em que muitas pessoas e agregados se encontram forneceram-se sugestões tão diversas como as de: (i) aumento da diversificação da amostra [via heterogeneização dos percursos (*e.g.* em situação de sem-teto pela primeira vez, com vários anos em situação de sem-teto) e/ou amplificação dos atributos tidos em consideração (*e.g.*, vítimas de tráfico humano, idosos/as e jovens adultos/as, famílias com filhos/as menores), (ii) introdução de alterações nos instrumentos de recolha de dados (*e.g.*, recurso a questionários de resposta fechada), (iii) revisitação dos processos de codificação. Sugeriu-se, em acréscimo, uma análise mais robusta das dimensões em profundidade da teoria, assim como a averiguação do ajuste das dimensões que integram as (sub) fases atendendo à experiência da situação de sem-abrigo em diáde, ou família, só para nomear alguns exemplos.

Por sua vez, e no âmbito da intervenção, sistematizou-se uma proposta descritiva, detalhada, de um modelo de intervenção consubstanciado nos princípios da participação na vida, digna, em comunidade e na obtenção de alojamento permanente e seguro, da nossa autoria. Para este efeito, centralizámo-nos nas áreas que se revelam

prioritárias, em diferentes momentos da *GT* (e que compõem as dimensões de superfície e de profundidade), tendo em conta os diferentes fenómenos que integram a trajetória da situação de sem-abrigo e as principais consequências da sua ação. Forneceram-se, neste apontamento, indicações claras quanto à renovação da moldura legal em vigor, distinguindo, em termos de produção legislativa, (i) a promoção da investigação neste domínio; (ii) a clarificação do construto “situação de sem-abrigo” para efeitos de intervenção; e (iii) a atribuição de responsabilidades diferenciadas a organismos públicos, privados ou ONG/IPSS, em registo territorial diferenciado (nacional, regional, concelhio).

Em complemento, expuseram-se os elementos estruturantes de uma estratégia comprometida e sustentada, empiricamente, de intervenção neste domínio. Indicaram-se as suas matrizes sustentadoras, apresentaram-se as modalidades previstas, indicando os/as seus destinatários/as, a equipa de profissionais afeta (e a existir, de voluntários/as) as metodologias privilegiadas, os mecanismos de avaliação, assim como o período previsto de duração. Discutiram-se, ainda, as mais-valias da sua implementação, em contraste com abordagens tradicionais existentes, em Portugal e na UE (*e.g.*, maior celeridade na implementação de medidas, garantia de anuência do/a próprio/a; abandono de práticas que implicam exposição pública da pessoa e/ou agregado, diversificação das equipas de profissionais que colaboram nas diversas modalidades de intervenção, monitorização periódica das ações desenvolvidas). Entrosados em todas estas referências encontram-se três cuidados estruturantes, sendo o primeiro concernente à livre participação e tomada de decisão em todo o processo, o segundo ao direito à informação, numa linguagem que a pessoa compreenda e que, perante a qual, possa pronunciar-se (por si mesma ou com recurso a apoio jurídico), e o terceiro a garantia da confidencialidade dos dados, em todos os momentos do processo. Disponibilizaram-se indicações específicas, nestas matérias, para o asseveramento destes direitos junto de pessoas com limitações e incapacidades, que lhes impedem a análise das suas circunstâncias e a aferição das opções que *melhor* lhes permitiriam a prossecução do objetivo do bem-estar, num registo tão autónomo quanto possível.

Ultima-se o capítulo com a síntese das suas potencialidades e limitações. Neste âmbito, apontam-se os argumentos que sustentam a validação da *GT*, processo que requereu a análise dos critérios propostos por Glaser (*cf.*, Glaser & Strauss, 1968;

Glaser, 1978, 1998, 1999, 2001, 2002, 2005, 2009c), e outros referenciados na literatura da especialidade (*e.g.*, Cutcliffe, 2000; Lomborg & Kirkevold, 2003; Speziale & Carpenter, 2003; Heath & Cowley, 2004; Elliott & Lazenbatt, 2005; McCarthy, 2006; Giske & Artinian, 2007; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010). Analisaram-se, por fim, limitações inerentes à seleção da amostra teórica, indicando possibilidades da sua potenciação e justificando as opções tomadas.

REFLEXÕES FINAIS

... À LUZ DA LUA

I am convinced that if we are to get on the right side of the world revolution, we as a nation must undergo a radical revolution of values. We must rapidly begin the shift from a "thing-oriented" society to a "person-oriented" society. When machines and computers, profit motives and property rights are considered more important than people, the giant triplets of racism, materialism, and militarism are incapable of being conquered.

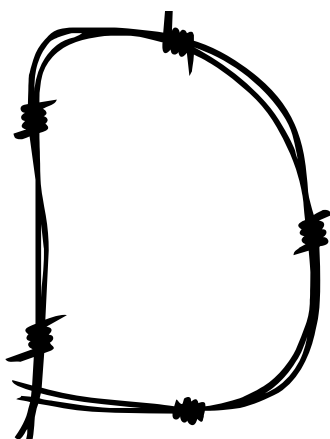
Martin Luther King Jr, *Beyond Vietnam: A time to break silence*, 1967,
parág. 61

REFLEXÕES FINAIS

... À LUZ DA LUA

La libertad, Sancho, es uno de los más preciosos dones que a los hombres dieron los cielos; con ella no pueden igualarse los tesoros que encierra la tierra ni el mar encubre; por la libertad así como por la honra se puede y debe aventurar la vida, y, por el contrario, el cautiverio es el mayor mal que puede venir a los hombres. Digo esto, Sancho, porque bien has visto el regalo, la abundancia que en este castillo que dejamos hemos tenido; pues en mitad de aquellos banquetes sazonados y de aquellas bebidas de nieve me parecía a mí que estaba metido entre las estrechezas de la hambre, porque no lo gozaba con la libertad que lo gozara si fueran míos, que las obligaciones de las recompensas de los beneficios y mercedes recibidas son ataduras que no dejan campear al ánimo libre. ¡Venturoso aquel a quien el cielo dio un pedazo de pan sin que le quede obligación de agradecerlo a otro que al mismo cielo!

Miguel de Cervantes y Saavedra, *Don Quijote de la Mancha*²⁶³, 1605, cap. LVIII, p.1



esde há várias décadas a esta parte a vasta maioria das cidades do hemisfério ocidental tem vindo a conhecer um crescendo de preocupações com a sua identidade. Das muitas medidas tomadas no sentido do reforço do seu eu coletivo assistimos a crescente investimento na disseminação de estratégias de publicitação de ações de promoção do conforto e bem-estar dos seus/as cidadãos/as, em particular as que se materializam em melhorado acesso e usufruto de espaços e património

(i)móvel da urbe, aformoseamento de áreas (e.g., jardins, fachadas de edifícios),

²⁶³ Obra acessível para consulta em *Centro Virtual Cervantes* através do endereço eletrónico <http://cvc.cervantes.es/literatura/clasicos/quijote/Edicion/Parte2/cap58/default.htm>.

disponibilização de recursos de acesso livre e/ou a baixo custo (*e.g.*, mapas da cidade, internet gratuita em várias zonas das localidades), entre outras evidências que reforçam, segundo os/as seus/as proponentes, a crescente democratização da vida em comunidade. Num intensificado esforço de marketing da ilusão do “livre acesso e usufruto”, este tipo de iniciativas ganhou um lugar privilegiado nas prioridades de governação implementados a nível local, com evidentes correlatos nas esferas regional e nacional. Importa, agora, que as povoações sejam vistas como territórios atraentes, pautados pela harmonia, formosura, e segurança, ou seja, zonas apelativas para cidadãos/as, visitantes, ou, acima de todos estes, eventuais parceiros que possam contribuir para a potenciação dos seus recursos e que tragam mais-valia para a fortalecimento da economia. Hipervalorizam-se, neste enquadramento, ganhos civilizacionais e tecnológicos, beleza natural, património (i)material, entre outras eventuais evidências passíveis de divulgação como indicadores do seu vigor e riqueza.

Porém, esta ânsia de exhibir potencialidades e de encantar, por vezes a partir de manifestações de intenção e a hipérboles de exíguas porções de ações efetivas, vê-se, quotidianamente, ameaçada pelos desafios à sustentabilidade que as nações avançadas experienciam. Num período de crescentes desigualdades entre pessoas e grupos, em que se materializam perdas de direitos e liberdades, e no qual a violência faz parte do dia-a-dia de muitos/as, torna-se deveras árduo conservar agregados, ainda que sob frágeis sustentáculos, estes sinais de progresso e prosperidade. A hiper-exploração de propósitos e obra já não é suficiente, sendo necessário implementar medidas concretas de diminuição da detetabilidade dos efeitos nefastos das opções políticas assumidas (*e.g.*, aumento do desemprego, incremento dos custos de saúde) e das realidades experienciadas por vários segmentos da população. Importa *limpar* cidades, regiões e países, retirando-lhes as dimensões indesejáveis, e que geram inquietação, insegurança ou impopularidade. Neste âmbito, e porque testemunho vivo das extensas fraturas desta pretensa identidade democrática colectiva, as pessoas em situação de sem-abrigo foram *convidadas* a sair do espaço público. Sob o argumento de que a sua presença perturba a economia e a estética dos espaços urbanos revitalizados, perderam, em consequência, o acesso e usufruto livre (*i.e.*, nas mesmas condições que os/as seus/as congéneres deles usufruem) aos espaços “prime” dos territórios (Conradson, 2003; Cloke & Johnsen, 2005; Cloke, May & Johnsen, 2010).

De fato, a presença populacional desses sujeitos marginalizados, principalmente nas áreas centrais das grandes metrópoles, além de revelar as desigualdades sistêmicas acabam fazendo emergir inúmeros conflitos e tensões a partir do binômio ordem-desordem. Suas imagens deterioradas, configuradas por vestes sujas, pertences com sacolas ou carrinhos artesanais e as desviantes formas de sobrevivência exprimem uma representação de miséria. Esse conjunto de elementos produz uma visão oposta daquilo que o poder público almeja na disposição paisagística de suas praças, parques, ruas e outros espaços das áreas centrais das grandes metrópoles.

Assim, esta miséria territorializada cotidianamente pelas populações de rua representa, para os poderes públicos, um grave desagrado visual, tendo em vista que seus corpos e suas produções socioespaciais são considerados como indesejadas na paisagem idealizada de uma cidade com ordem e uma gestão em total “conformidade” com a racionalidade urbana (Robaina, 2013, pp. 9-10).

Os processos de invisibilização foram abundantes, como vimos ao longo do primeiro capítulo desta tese, sendo alguns deles mais óbvio que outros (*e.g.*, construção de habitações a baixo custo na periferia das localidades). Das múltiplas estratégias de gestão desta questão emergem, pela importância que adquiriram, duas apostas principais (Gowan, 2000; 2010; Johnsen, Cloke, & May, 2005; Silva, 2011; Hozda, 2012). A primeira, muito disseminada no final das décadas de 80 e início de 90 do século transato, prendeu-se com o impedimento (em alguns países através da criminalização), da realização de um conjunto de comportamentos que, para muitas das pessoas em situação de sem-abrigo, traduzem estratégias de sobrevivência diária e/ou de organização do seu dia [*e.g.*, limitação do período de permanência num determinado parque, policiamento da mendicidade e/ou da “arrumação de carros” (Frangella, 2005, 2010; Baker, 2009; Benjaminsen, Dyb, & O'Sullivan, 2009; Hansell, 2011; O'Sullivan, 2012)]. A segunda, denominada por Davis (1992, p. 160) de “strategic armoury of the city against the poor” traduziu-se num aumento do policiamento, em paralelo com a introdução de regulamentação que impede o livre acesso a espaços e/ou usufruto de bens públicos. Em acréscimo foram introduzidas modificações arquitectónicas tendo em vista tornar a sua ocupação, por pessoas em situação de sem-abrigo, muito difícil ou, mesmo, impossível (Kunsch, 2008)²⁶⁴. Com a vulgarização destas medidas passou-se,

²⁶⁴ Recorde-se que muitas cidades dedicam, em específico, parte não despreciable do seu orçamento à criação de mobiliário urbano desconfortável, desenvolvido com o propósito chave de impedir que as pessoas sem-abrigo a ele recorram por períodos de tempo longos [*e.g.*, bancos sem costas e/ou com aberturas que impedem que alguém se deite neles; saliências no chão de entradas de prédios e passeios; bancos de autocarros “bum proof” e o recurso a sistemas de rega (com funcionamento intermitente)

como se verifica pela evolução a que aludimos, de um registo de negligência nefasta predominante (*malign neglect*) para a implementação de um regime urbano do tipo punitivo, utilizado de forma consciente com o intuito de afastar *os/as indesejáveis* dos centros das cidades (Haesbaert, 2009).

Curiosamente, e ao contrário dos argumentos expressos pelos/as seus/as defensores/as, esta deslocação das populações, tidas como problemáticas, de algumas zonas, com a conseqüente criação de redes e territórios acessíveis a segmentos específicos, indicia, não uma preocupação dominante com o bem-estar de pessoas e coletividades, mas sim o profundo receio (partilhado por responsáveis políticos, agentes da sociedade civil com encargos neste âmbito e cidadãos/as domiciliados/as) de contaminação, por parte destas “identidades corrompidas” (Goffman, 1968) cuja simples presença tem o poder de *manchar* os ambientes e, por extensão, os/as cidadãos/as que, a eles, também, recorrem (Johnsen, Cloke, & May, 2005, p. 2). E, pela necessidade de conviver com riscos e de identificar possibilidades, de (re)criar redes e territórios em que a sobrevivência seja viável, este instrumento de coação revelou a riqueza das capacidades humanas perante a condição de sobrevivência no seu limite. Neste sentido, a existência de vidas nestas circunstâncias é a prova inquestionável de que, em pleno séc. XXI, se convive diariamente com violações aos direitos humanos (Nações Unidas, 2002; Capdevila, 2005; Porter & Jackman, 2011; Blower, Donald, & Upadhyay, 2012), corroborando, pela insistência da sua presença nos cenários, em que lhes é dado a conhecer, em continuidade, que não são bem-vindos/as, as profundas contradições e desigualdades que experienciam aqueles/as que, na ausência de escolha, ficam no “centro por não ter nem mais as margens para ficar” (Robaina, 2013, p. 12).

Pesem as tentativas de desvalorização dos efeitos de estilos de governação assentes nas lógicas de mercado e sustentados numa gestão de tipo reflexivo (Dean, 1999; Furedi, 2006a, 2006b; McNaughton, 2008, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Palley, 2013), a situação de sem-abrigo sofreu um incremento de tal forma severo que a continuação da sua depreciação (em termos de frequência e/ou heterogeneidade de

ou, em espaços fechados, de ar condicionado (a funcionar no frio em período de Inverno)]. Mecanismos a que acrescem “dispositivos físicos, como fechamento de banheiros públicos ou interdição de vias e praças para passar as noites, [e que] materializam representações de ameaça criadas a respeito desse segmento sobre a legibilidade da cidade que se pretende funcional e hegemônica” (Frangella, 2005, p. 201).

formatos) deixou de constituir uma exequibilidade para governos e agentes da sociedade civil, na generalidade das sociedades avançadas. A sua expressão, com particular destaque para a acentuada dilatação que este fenómeno sofreu no período pós crise de 2008, materializa, com particular dureza, os efeitos nefastos da atual conjuntura global de “profit over people” (Chomsky, 1999). Não é, por conseguinte, viável a continuação das assunções de que (i) são todas estas as pessoas, enquanto seres responsáveis pelos seus atos, que concorrem pelas suas (não) ações para esta circunstância; e que (ii) cabe aos agentes envolvidos na intervenção levá-las a agir de acordo com as premissas de comportamento definidas como defensáveis (McNaughton, 2008, p. 25). Esta substituição da agência individual e comunitária, disfarçada de apoio na colmatação de necessidades e limitações, revelou, em suma, ser um mecanismo bem mais poderoso de manutenção da pobreza extrema e das desigualdades, do que um eventual promotor do desenvolvimento e da dignificação das circunstâncias de habitabilidade, deste segmento da população. Imbuído de uma lógica determinista, implícito neste discurso pretensamente potenciador de direitos e liberdades (no qual surgem, com iterada frequência, as expressões *capacitação*, *empoderamento*, *empreendedorismo*, e *autonomização*) encontra-se uma matriz de condicionamento de comportamentos e cognições, a qual assenta no princípio de que cabe a um grupo selecionado de cidadãos/as responsáveis a tarefa de definir as expectativas, necessidades, interesses, e comportamentos dos/as seus/as congéneres em circunstâncias de vulnerabilidade e, em função destes/as, determinar os mecanismos necessários para que os/as primários/as atinjam o sonho da *liberdade, de uma vida sem dependência*. Sem o crivo do *superego coletivo*, a mensagem seria bem mais parecida com o texto de Tiago Matos Silva, na Revista o Público (2014, parág. 1-4).

[o]s pobres não têm competências, nem competitividade, nem produtividade, nem espírito empreendedor, os pobres não são proactivos, os pobres não investem no seu futuro, os pobres não sabem criar sinergias, os pobres não constroem poupança, os pobres andam a viver acima das suas possibilidades, os pobres andam mal-habitados, os pobres são malandros e tralhas e só estão bem a encher o bandulho enquanto cantam o fado da desgraçadinha, os pobres são calinas e mal-agraçados, os pobres o que querem é a mama do Rendimento Mínimo (ou RSI ou lá o que é agora), os pobres derretem o dinheirito todo em plasmas, telemóveis, mariscadas, bifes todos os dias e na água que desperdiçam quando lavam os dentes.

Os pobres também são burros, e analfabetos funcionais e continuam a ser súbditos em vez de cidadãos, os pobres são politicamente

passivos, os pobres votam contra os seus interesses de classe (...) E estes pobres de agora, ingratos e consumistas, insolentes sem deixarem de ser submissos; são tão malinos que nem sequer têm a decência básica de serem como os pobres de antigamente: pobres decentinhos cheios de respeito, de chapéu na mão à porta da missa, de olhos baixos às palavras dos doutores, em traje de rancho cinzento-rato remendão... pobres que nem eram pobres, que eram pobrezinhos.

Este regime do social assenta, em suma, na crença do desvio/défice de uns/umas em relação a outros/as e na sua superação através de modalidades de treino que permitam aos/às primeiros/as aproximar-se dos valores, comportamentos e discursos dos/as seus/as congéneres domiciliados/as. Aglutina, portanto, um aglomerado muito heterogéneo de mecanismos e estratégias de gestão de expectativas e ações, instituídos com o propósito chave de promover, via formação/qualificação, a reinserção em sociedade daqueles/as que tomaram decisões mal sucedidas e/ou se comportaram de forma desajustada (Oshana, 2003; Furedi, 2006a; McNaughton, 2008, 2010). Das suas limitações e mais-valias demos conta no capítulo 1 desta tese, tendo destacado, da multiplicidade de dimensões tidas então em consideração, os perigos da disseminação de uma *visão* coletiva uniformizante e depreciante destas pessoas e agregados. Como vimos,

[t]he populist presentation of homeless people as consisting of males in their early to mid years, with various addictions and illnesses, represents an often very small subgroup of the homeless population. A key reason for the persistence of this image of homelessness derives from the research methodologies used to study homelessness across Europe (Busch-Geertsema *et al.*, 2010, p. 15).

Embora não resultante, em exclusivo, de eventuais limitações no processo de planificação e/ou concretização das investigações neste domínio, dado que, também, outros agentes (*e.g.*, responsáveis políticos, órgãos de comunicação social) tiveram/têm, como aludimos, um papel importante na manutenção desta *leitura*, o modesto investimento no seu estudo, associado às limitações nas abordagens mobilizadas (*e.g.*, enquadramento conceptual que sustenta o estudo, metodologias de tipo sectorial, recurso de instrumentos de avaliação psiquiátrica e/ou psicológica sem prévia averiguação da sua possível aplicabilidade neste âmbito, não consideração do contexto em que a problemática se manifesta para a sua compreensão) são, *hoje*, tidos como dois dos fatores de maior impacto na sua disseminação. Esta sobrestimação de determinados atributos pessoais e *handicaps* contrasta, assim, com a invisibilidade de outras variáveis,

as quais não são integradas nos planos de estudo ou, quando tal ocorre, lhes é conferido valor explicativo residual. Hipervalorizam-se, em suma, atributos individuais, em regra reconhecidos a partir de pesquisas em que colaboraram amostras por conveniência constituídas por adultos/as em situação de sem-teto ou sem-casa com experiência crônica da vivência da situação de sem-abrigo (Tanner, 2003; McManus & Thompson, 2008; McNaughton, 2008; Olivet *et al.*, 2010; Brêtas, *et al.*, 2010; Thompson & Pinder, 2011; Gusmão, *et al.*, 2012; Kellog & Horn, 2012). A dinâmica intrínseca a este processo, evidenciada pela repetida sucessão de entradas e saídas, pelos mais diversos formatos que esta problemática pode assumir, pela multiplicidade de estratégias de sobrevivência mobilizadas, pela complexidade da teia de relações que se estabelece (*e.g.*, entre aqueles/as que se encontram em situação de sem-abrigo, entre estes/as e outros elementos da comunidade, com organismos e/ou agentes da autoridade), entre outros elementos que queiramos considerar, permanece, neste cenário, *estranha* ao/à investigador/a e, portanto, ausente de qualquer referência nos resultados/descobertas que este/a venha a apresentar (Benjaminsen *et al.*, 2005; Fitzpatrick & Christian, 2006; McNaughton, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010). Assistimos, portanto, a uma sub-representação de um número elevado de homens e mulheres (*e.g.*, em situação de sem-abrigo transicional), assim como famílias (*e.g.*, mães com filhos menores em situação de sem-abrigo), cujas preocupações, interesses, necessidades, potencialidades e dificuldades permanecem fora do *radar* de académicos/as e, também, dos restantes cidadãos/as, inclusive aqueles/as que assumiram os compromissos da sua proteção e auxílio (Mairós Ferreira & Redruello, 2011; Pleace, 2013; Robaina, 2013).

Da evolução operada verificou-se, contudo, e como indiciam os trabalhos científicos recentes (*cf.*, capítulo 2), que a questão não parece residir na sinalização de fatores isolados, sejam estes do foro individual, relacional, institucional ou social, mas sim na confluência de conjunturas negativas densas que concorrem para o incremento da vulnerabilidade, de algumas pessoas e famílias, potenciando, pela sua ação conjunta e articulada, a privação habitacional severa e, com ela, a perda de muitos dos seus direitos e liberdades. Já em 1993 Burt nos advertia que,

[t]he trouble begins when very poor people live in cities with very high living costs, and cannot earn enough or receive enough in benefits to cover expenses. In this sense poverty represents a vulnerability, a lower likelihood of being able to cope when the pressure gets too great. (...) Higher poverty rates certainly make more

people vulnerable to homelessness. But without the structural pressure of poor quality jobs, high living costs, pressure from the middle class, and tight housing markets, they would not be homeless. Even without any growth in poverty, increases in these contributing risk factors could easily make more poor people homeless (Burt, 1993, p. 198).

E, se em períodos de franco crescimento económico, esta intensa desigualdade era notória, na maioria das metrópoles do hemisfério norte, sendo, também, detetável com relativa facilidade, em território nacional, nas cidades com maiores dimensões, no período subsequente à crise de 2008, a sua intensificação foi uma realidade na vasta maioria dos países ocidentais (*e.g.*, Reisen, Stocker, & Vogiazides, 2009; Sugawara *et al.*, 2010; Social Watch, 2010; European Parliament, 2011; European Commission - DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2011b; Instituto Nacional de Estatística, 2011). Os seus efeitos atingiram, de forma massiva, a UE, sendo da própria Comissão Europeia (2010, p. 2) que vemos exposta a constatação de que esta “crise económica mundial pôs em causa os atuais mecanismos de coordenação das políticas económicas na União Europeia e revelou deficiências”. No seu seio, salientam-se a evidenciação das fragilidades da sua economia (*e.g.*, desequilíbrios orçamentais e outros desequilíbrios macroeconómicos que se vinham a acumular), às quais se associou a estagnação dos progressos em termos de crescimento económico e de criação de emprego atingidos no decurso da última década, factores que a tornaram particularmente vulnerável à crise financeira global e à recessão económica²⁶⁵.

Não esqueçamos, nesta linha de reflexão, que a crise a que nos reportamos não se circunscreveu à dimensão financeira, o seu impacto a nível económico e social foi, e mantém-se, expressivo (*e.g.*, European Commission - DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2011b; Instituto Nacional de Estatística, 2011; European Commission -

²⁶⁵ Note-se, a este propósito, que se a crise de 2008 trouxe consequências negativas nas mais diversas esferas (*e.g.*, maior dificuldade de acesso a cuidados de saúde, aumento das taxas de desemprego, incremento da insegurança e violência nas comunidades), a nível (inter) nacional, estando parte das suas sequelas ainda parcial ou totalmente por estimar, foi nos segmentos mais frágeis que as suas sequelas se amplificaram com maior celeridade (World Bank, 2009, 2010, 2012; World Health Organization, Regional Office for Europe, 2011; Gurría, 2013; Organization for Economic Co-operation and Development, 2013). E, como aludimos, em vários momentos desta Tese, se nenhuma democracia escapou aos seus efeitos, em Portugal estes foram distintamente acentuados. Verificaram-se, em território nacional, aumentos não despididos do número de habitantes em circunstâncias de privação severa, indicador a que se associa uma diminuição, generalizada, da qualidade de vida (com exceção dos setores mais abastados), com particular notoriedade nos grupos que já se experienciavam vulnerabilidade financeira e social no período pré-crise (Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal, 2010, 2012; Lourtie, 2011; Carrapiço, 2012; EAPN Portugal, 2012; Rodrigues, 2013).

Employment, Social Affairs and Inclusion, 2011b). Estávamos, portanto, perante um cenário com contornos mais complexos e menos animadores, que levantava suspeitas sérias da possibilidade de um fulminante agravamento das circunstâncias de vida de muitos indivíduos e agregados, com repercussões significativas a nível comunitário e, numa leitura mais global, nas diferentes esferas da vida social. E, apenas, alguns anos depois vimos estas suspeitas confirmadas. De acordo com Bresser-Pereira (2010, p. 51),

[a]lém de ser a crise econômica mais severa enfrentada pelas economias capitalistas desde 1929, é também uma crise social que, segundo previsões da Organização Internacional do Trabalho, elevou o número de desempregados de cerca de 20 milhões para 50 milhões ao fim de 2009. Segundo a FAO, com a queda da renda dos pobres devido à crise e a manutenção dos preços internacionais de mercadorias alimentares em níveis elevados, o número de pessoas desnutridas no mundo aumentou em 11% em 2009 e, pela primeira vez, superou um bilhão.

Atendendo à gravidade e multiplicidade dos seus efeitos um/a leitor/a menos atento/a poderia ser levado/a a crer que esta crise não era, de todo, previsível e que se materializou num fenómeno sem precedentes, com consequências imediatas na economia real e na qualidade de vida das populações. Todavia, esta assunção não encontra qualquer fundamento nos acontecimentos ocorridos nos últimos anos, como tivemos oportunidade de esclarecer (*e.g.*, EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, 2011; European Commission DG Economic and Financial Affairs, 2009a, 2009b, 2011; EUROSTAT, 2010a, 2010b, 2010c; European Parliament, 2011; Ferreira, 2011; World Health Organization, Regional Office for Europe, 2011). Pelas suas características peculiares, cedo chamou a atenção de especialistas de diferentes domínios científicos e de elementos do poder político, sendo frequentes as alusões à necessidade de evitar erros cometidos no passado (*e.g.*, foram evitadas corridas aos levantamentos de depósitos em larga escala, os governos libertaram estímulos fiscais substanciais) e à urgência de encetar políticas coordenadas de ação, preocupação que a União Europeia abraçou, dados os potenciais riscos a curto e médio prazo²⁶⁶. Neste contexto, para além de terem

²⁶⁶ Veja-se, a este respeito, a posição pouco animadora avançada pela Comissão Europeia ao antecipar que, “[t]he ongoing recession is thus likely to leave deep and long-lasting traces on economic performance and entail social hardship of many kinds. Job losses can be contained for some time by flexible unemployment benefit arrangements, but eventually the impact of rapidly rising unemployment will be felt, with downturns in housing markets occurring simultaneously affecting (notably highly-indebted) households. The fiscal positions of governments will continue to deteriorate, not only for cyclical reasons, but also in a structural manner as tax bases shrink on a permanent basis and

sido encetados esforços de implementação de estratégias diversas para o seu controlo e mitigação, foram implementadas medidas de monitorização várias (*e.g.*, procurou-se a estabilização do sistema financeiro e da economia real a curto prazo, nomeadamente através da prevenção de falhas sistémicas, da contenção das perdas de produção e/ou da minimização de dificuldades sociais decorrentes da recessão), foram perspectivadas medidas para a sua resolução (*e.g.*, procurando minimizar o potencial custo para os contribuintes, visando o risco sistémico e securizando a proteção ao consumidor), nomeadamente através da implementação de ações de restauro das economias para trilhos sustentáveis a nível fiscal e de crescimento e reversão de medidas temporárias de apoio (*e.g.*, políticas que potenciem a restauração das folhas de balanço dos Bancos, a reestruturação do sector). Foi, ainda, procurada uma estratégia de saída ordenada consubstanciada em políticas macroeconómicas expansionárias (European Commission DG Economic and Financial Affairs, 2009a, 2009b, 2011; Comissão Europeia, 2010; Alexandrova & Gray, 2011; Schneider, 2012). Note-se, contudo, que, e pese a variedade de propostas avançadas pela União Europeia, a sua implementação não foi isenta de debilidades e constrangimentos²⁶⁷. Estamos, em síntese, perante uma realidade que se complexifica em registo contínuo e exponencial e perante a qual a União Europeia, e os países que a integram, revelam debilidades (Elliott, 2011; France 24, 2011; Kulish & Erlanger, 2011; Wilson, Peacock, & Sparkes, 2011). Em evidente contraste com as indicações expressas pelos governos de várias nações, que continuam a insistir na apresentação dos princípios da dignidade, liberdade, igualdade e solidariedade [*cf.*, Carta

contingent liabilities of governments stemming from bank rescues may materialize” (European Commission DG Economic and Financial Affairs, 2009a, s.p.).

²⁶⁷ Relembramos que nos primeiros anos em que esta crise se instalou, os esforços se centraram na tentativa de controlo e de atenuação dos seus efeitos nas economias dos países, tendo sido devotado parco investimento na prevenção, em particular através da redefinição da supervisão e regulação financeiras (European Commission DG Economic and Financial Affairs, 2009a, 2009b, 2011). No entanto, mesmo nestes âmbitos, a adopção de políticas para a sua resolução ocorreu com maior lentidão e menor força do que seria desejável. Permanece, por conseguinte, a nível internacional, a convicção de que estamos num período de *heightened uncertainty*, que justifica uma posição cautelosa em relação à economia global (International Business Times, 2011). A análise das oscilações ocorridas nos diversos mercados financeiros e das políticas governamentais implementadas evidencia que o mundo emergiu, em resultado de esforço considerável, da pior crise económica pós II Guerra Mundial, mas em condições que traduzem, ainda, fragilidade. Neste sentido, se não podemos desvalorizar os esforços encetados, que incluíram a implementação de políticas extraordinárias e sem precedentes para combater a crise financeira de 2008, também não podemos escamotear que a sua eficácia esteve aquém do esperado e que, na atualidade, permanecem dúvidas, por parte de alguns quadrantes de especialistas, sobre a sua adequação. Não estranha, por conseguinte, que para além das referências ao potencial efeito danoso dessas políticas extremas, os mais cépticos temam serem falsas as referências a esta recuperação, e avancem com a possibilidade de que uma nova crise possa vir a desenrolar-se, ainda no decurso dos próximos anos (Arendts, 2011; The Economist on line, 2012).

dos direitos fundamentais da União Europeia (2010/C 83/02)], como referentes estruturantes da sua ação governativa, as opções políticas privilegiadas no pós crise contribuem para o aumento e diversificação do segmento da população que se encontra em situação de sem-abrigo.

Vemo-la caracterizada, de forma iterada, nos documentos oficiais produzidos pela e/ou em colaboração com a Comissão Europeia, como o polo mais extremado da pobreza e da exclusão social (*e.g.*, Busch-Geertsema *et al.*, 2010). Qualificada como “perhaps the most extreme example of poverty and social exclusion in society today”(Brousse, 2004, p. 4), “a complex and multi-dimensional problem, resulting from a combination of housing and social exclusion processes” (European Commission - DG Research, 2007, p. 30), uma “forma extremamente grave de exclusão” (European Commission - Employment, Social Affairs and Inclusion, 2009, p. 2) ou “one of the most extreme and devastating examples of poverty and social exclusion” (European Commission DG Employment, Social Affairs & Inclusion, 2010, parág. 1), só para nomear alguns exemplos, a constatação da sua severidade é frequente nas produções da UE e nos discursos dos seus representantes. Todavia, embora assumida como uma realidade que urge suprimir na Europa socialmente coesa que se pretende edificar, a situação de sem-abrigo é, *hoje*, uma das problemáticas mais graves com que esta se confronta, na atualidade, e perante a qual revela uma posição pouco articulada e com eficácia questionável (Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; European Commission DG Employment, Social Affairs & Equal Opportunities, 2010; European Commission DG for Employment, Social Affairs and Inclusion, 2010, 2011a; European Parliament, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010b).

Não estranha, pelo exposto, que o seu estudo seja, com crescente frequência, avançado como um empreendimento científico de relevo, na atual conjuntura económica (Neale, 1997; Kemp & Mackay, 2001; Mairos Nogueira & Ferreira, 2007; Moore, 2007; Barbour *et al.*, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Cronley, 2010; Stephens, *et al.*, 2010). Como então indicámos, os/as investigadores/as são hoje desafiados/as à prossecução de *designs* mais robustos e arrojados, consubstanciados na sinalização de um *novo azimute*, radicado no reconhecimento de que se trata de pessoas com existência real, *i.e.*, agentes ativos e envolvidos nas suas trajetórias (e, por isso, que as suas perspetivas, opiniões e comportamentos devem ser respeitados), e em

que se investe no desenvolvimento de rotas plurais e multidimensionais de pesquisa (Pleace, 2000; Zufferey & Kerr, 2004; Didenko & Pankratz, 2007; Moore, 2007; Barbour *et al.*, 2008; McNaughton, 2008; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Lee, Tyler, & Wright, 2010; Pleace, 2013; Robaina, 2013) que, para além de contribuírem para maior conhecimento da situação de sem-abrigo e daqueles/as que a experienciam, possibilitem, em aditamento, pistas concretas para o incremento da eficiência e eficácia no seu combate.

Pela confluência dos progressos obtidos nas últimas décadas mas, também, das dificuldades que já tivemos oportunidade de sinalizar, esta área substantiva ainda se encontra numa fase de amadurecimento dos seus modelos conceptuais, abordagens empíricas e de (re)criação de políticas e ações (Barbour *et al.*, 2008; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Frazer, Marlier & Nichaise, 2010; Parsell & Parsell, 2012; Schneider, Gruman, & Coutts, 2012; Thurston *et al.*, 2013; Nunez & Adams, 2014). Em resultado, se bem que na última década tenha sido publicado um maior número de trabalhos científicos (*e.g.*, Biswas-Diener & Diener, 2006; Moore, 2007; Commonwealth of Australia, 2008; Echenberg & Jensen, 2008; Menezes, 2008; Marr, DeVerteuil, & Snow, 2009; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; McNaughton, 2010; Meda, 2010; van Doorn, 2010; Griffin, 2011; de Silva, Manworren, & Targonski, 2011), em parte decorrente do repto lançado pela *nova ortodoxia*, a dicotomia para a qual Edgar, O'Sullivan e Pleace (2010) alertam ainda domina o panorama de publicações atuais em detrimento de uma abordagem compreensiva.

Em consequência das alusões que tecemos nos parágrafos precedentes, e a que já havíamos feito clara referência, em vários capítulos da Tese, a concretização deste projeto de investigação exigiu um esforço analítico profundo, ancorado na premissa de que a situação de sem-abrigo agrega, em si mesma, diversas violações aos direitos humanos²⁶⁸ configurando, como vimos, uma realidade que se considera inadmissível em territórios desenvolvidos (Nações Unidas, 2002; Nações Unidas, 2002; Capdevila, 2005; Porter & Jackman, 2011; Blower, Donald, & Upadhyay, 2012; Robaina 2013), uma vez que a sua existência, independentemente da tipologia que queiramos considerar [*e.g.*,

²⁶⁸ Estas não se limitam, portanto, ao direito à habitação, incluindo violações nos direitos a um padrão adequado de vida, o direito à privacidade, o direito à educação, o direito à liberdade e segurança da pessoa, o direito à segurança social, entre outros (Nações Unidas, 2002).

ETHOS, (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Aabri, 2007), tipologia proposta por Amare e colaboradores (2011)] constitui uma obstrução pronunciada à vida digna, e à participação igualitária em comunidade. Pretendíamos, pelo exposto, apresentar um contributo original, de matriz contextualizada e multidimensional, que, embora sustentado numa extensa revisão da literatura, não dependesse de um determinado modelo teórico prévio ou de propostas avançadas por investigadores/as de um quadrante científico específico. Adotando como objetivos gerais, a procura de compreensão das preocupações e problemas que as pessoas em situação de sem-abrigo se confrontam, e, perante as leituras que deles são feitas (dos/as próprios/as e de profissionais que desenvolvem a sua ação neste domínio), a sinalização das ações que (não) mobilizam e (não) valorizam para a sua resolução, as provocações lançados pela *nova ortodoxia* (Pleace, 2000; O'Flaherty, 2004; Busch-Geertsema *et al.*, 2010; Edgar, O'Sullivan, & Pleace, 2010; Frazer, Marlier & Nichaise, 2010) foram, neste projeto, consideradas, essencialmente, enquanto elementos sustentadores das opções metodológicas assumidas²⁶⁹.

Para a concretização destes propósitos mobilizámos, pelos argumentos que expusemos no capítulo 4 desta Tese, pelo recurso à *Grounded Theory* Clássica, neste trabalho científico conceptualizada em pleno, tendo por isso sido respeitadas todas as etapas previstas, para a sua implementação (*e.g.*, Glaser & Strauss, 1965, 1967; Glaser, 1978; 1998, 2001, 2009b, 2010; Morse, 2001; Urell, 2005; Mullen, 2006; Glaser & Holton, 2007; Holton, 2008, 2009, 2010). Reiteramos, neste âmbito, que uma das evidentes mais-valias da *GT*, em contraste com outras possibilidades de materialização do *design* do estudo, se prendeu com a possibilidade, através da sua utilização, da descoberta de explicações teóricas, de relevo, numa área substantiva *hard to reach* (*e.g.*, Hwang *et al.* 2005; Sousa & Lovisi, 2007; Laere & Withers, 2008; Altena, Brilleslijper-Kater, & Wolf, 2010; Silva, *et al.*, 2010; McCay *et al.*, 2011; Barker *et al.*, 2012), que culminaram numa proposta teórica, parcimoniosa e coerente.

Este projeto de investigação visou, precisamente, o propósito de contribuir para o incremento do conhecimento científico sobre esta problemática, a partir de uma matriz conceptual e metodológica respeitadora da complexidade inerente a este

²⁶⁹ Foram, em acréscimo, tidas em consideração no âmbito das reflexões tecidas a propósito dos sustentáculos adicionais (teóricos e empíricos) da *GT* sobrevivendo às ruas.

processo e às dinâmicas que o constituem. Partiu-se, para a concretização deste desafio da questão “qual(ais) é(são) o(s) principal(ais) problema(s) e/ou preocupação(ões) das pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo?”, com base na qual estabelecemos os 3 propósitos, em que se ancora este trabalho, e que aqui recordamos: (i) contribuir para a elucidação das experiências associadas à vivência da situação de sem-abrigo, segundo as perspectivas daqueles que a experienciam e profissionais; (ii) formular uma teoria lógica, sistemática e elucidativa que se consubstancia na principal preocupação manifestada pelos participantes (*sobreviver às ruas*), e em que se sintetizam os problemas identificados em diferentes momentos deste processo e as estratégias (não) mobilizadas para a sua minimização/colmatação; (iii) refletir sobre as implicações destas descobertas em diferentes níveis, tendo em vista uma ação mais eficaz e eficiente, respeitadora dos direitos e liberdades fundamentais dos indivíduos e fomentadora do desenvolvimento das comunidades em que estes se inserem. Para a eles responder, o estudo implicou a auscultação das perspectivas e experiências de 96 pessoas [adultos/as em situação de sem-abrigo (transata) e de profissionais], bem como a análise dos dados obtidos através da observação (*e.g.*, observação em contextos de permanência não controlada, observação participante de Giros de rua).

Isto significa, portanto, que o projeto desenvolvido resultou numa investigação de matriz conceptual, e não descritiva ou interaccional (*e.g.*, Glaser & Strauss, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1993, 1999, 2010). Consistiu, sem dúvida, num desafio enorme, cuja concretização pressupunha exigências múltiplas e, nomeadamente abertura e flexibilidade por parte da investigadora para novas e distintas direções de pesquisa que nos parecessem relevantes (*cf.*, Holton, 2008, 2009). Para além de um esforço substantivo de remoção de potenciais enviesamentos por parte da investigadora [*e.g.*, preferências pessoais, receios, opiniões, representações ou experiências prévias acerca do (potencial) objeto de estudo], de forma a asseverar que a emergência da preocupação/problema dominante se ancora(va), em efeito, nas perspectivas, representações e comportamentos dos/as envolvidos/as²⁷⁰; implicou, ainda, o lidar com uma imensidão de informações recolhidas e com a circularidade inerente ao processo

²⁷⁰ Procedimento essencial para que a Teoria original gerada constitua um reflexo plausível dos principais desafios e problemas que conformam a vida de homens e mulheres em situação de sem-abrigo, e não a síntese das descobertas do/a investigador/a sobre os acontecimentos ou situações por estes/as experienciados.

de recolha, análise e codificação dos dados, elementos fundamentais à identificação da categoria principal e das restantes categorias que integram cada uma das fases da teoria elaborada. A amplitude de incumbências específicas pressupôs, ainda, no seio de um agregado considerável de requisitos (*cf.*, Glaser, 1978, 1992, 2009a, 2009c, 2010; McCallin, 2006b), de que demos conta nos capítulos 3 e 4, a não revisão da literatura da especialidade antes da entrada da investigadora no campo, de forma garantir que o processo de concetualização não sofria enviesamentos decorrentes de conhecimento e juízos apriorísticos sobre a situação de sem-abrigo e/ou aqueles/as que a experienciam. Assim, ao contrário das abordagens tradicionais, esta não ocorreu nas etapas iniciais deste estudo, nem foi utilizada no âmbito dos processos de planificação ou concretização do *design* metodológico, sendo a literatura específica revista somente quando a teoria original já estava ancorada nos dados e com a intenção de a relacionar com os elementos integrantes da teoria formulada.

Da concretização deste estudo resultou, em síntese, um modelo conceptual original, que inclui toda a trajetória sem-abrigo, desde a emergência à saída sucedida, e que agrega aquilo que, de maior relevo, ocorre nesta determinada área substantiva (Glaser & Strauss, 1965, 1967; Glaser, 1978, 1992, 1995, 1998, 2004, 2006, 2007b, 2009b, 2009c, 2010, 2012, 2014), segundo as perspetivas e ações dos atores nela envolvidos (*cf.*, capítulos 5 e 6). Composta por componentes de superfície e dimensões de profundidade, esta *GT* corporifica uma proposta de sistematização, a partir da organização de padrões comportamentais e discursivos, de um processo, descrito na literatura como complexo e *escondido* (*cf.*, DeVerteuil, & Snow, 2009; Eberle, Kraus, & Serge, 2009; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Garland, Richards, & Cooney, 2010; McNaughton, 2010; Meda, 2010; Nooe & Patterson, 2010; de Silva, Manworren, & Targonski, 2011; Crawley, *et al.*, 2013).

Em termos de composição, as suas dimensões de superfície estruturam-se segundo graus de abstração crescente, sendo os níveis inferiores compostos por códigos e categorias a eles diretamente associadas, e os superiores pelas 6 subfases [*combatendo a perda progressiva de controlo sobre os acontecimentos* (subfase 1.1), *debatendo-se pela sobrevivência nas ruas* (subfase 1.2), *estabilizando um padrão de vida* (subfase 2.1), *experienciando os limites da sobrevivência* (subfase 2.2), *(re)configurando sentido(s) na vida* (subfase 3.1), e *(re)definindo o seu lugar em sociedade* (subfase 3.2)],

as 3 configurações [*alienando-se de si próprio/a e da sociedade* (subfase 2.1a), *circunscrevendo-se às condicionantes da vida na rua* (subfase 2.1b), e *tirando partido da vida na rua* (subfase 2.1c)]. Estes referentes corporativos organizam-se, por fim, em 3 fases [*resistindo à fragmentação da trajetória de vida* (fase 1), *adaptando-se aos imperativos da vida na rua* (fase 2), e *(re)configurando uma trajetória de vida* (fase 3)]. Como vimos, cada uma das (sub)fases e configurações é composta por um conjunto de características distintivas, que formam um todo comum, cuja unidade se edifica a partir de comunalidades nas dificuldades e obstáculos percebidos como mais importantes. Existe, por conseguinte, congruência no interior de cada configuração, de cada subfase, e no nível mais elevado de abstração que esta teoria considera, de cada fase, tendo esta matéria sido alvo de exploração detalhada, e apresentados, em registo ilustrativo desta coerência, excertos das narrativas dos adultos/as que integraram a amostra teórica e dos memorandos produzidos.

Uma vez que não é possível, a partir da análise destes elementos, a identificação dos fenómenos que sustentam as transições (referidas pelos/as participantes no estudo e/ou observadas), dado que, apenas, estabelecem sínteses compreensivas de padrões discursivos e comportamentais com alguma estabilidade, e não conjunturas dinâmicas de elementos ativadores da sua formação, manutenção e/ou modificação, foi necessária a integração, nesta *GT*, de outros referentes, agora respeitantes aos processos de evolução e involução que corporizam as trajetórias de sem-abrigo. Sob o epíteto de dimensões de profundidade, apresentaram-se, nos seus elementos integrantes e distintivos, os processos de evolução contínua sinalizados, *i.e.*, aqueles que respeitam à emergência e consolidação de micromutações na(s) trajetória(s) de vivência da situação de sem-abrigo [*e.g.*, variações no universo de possíveis, intervalos de desequilíbrio(s) e de equilíbrio(s) intrafases], assim como, os processos de evolução transitivos, ou seja, dos espaços-tempo de confluência de ativadores convergentes e de corporalização de metamorfismo [*e.g.*, transições entre (sub)fases e configurações, ciclos recídivos].

A parte final da Tese foi dedicada à análise das principais implicações das descobertas realizadas, tendo sido tecidas reflexões específicas sobre três domínios complementares (implicações teóricas, implicações para a investigação, implicações para a intervenção) a que se seguiu um apontamento subordinado à reflexão crítica acerca das principais vulnerabilidades e potencialidades deste projeto. Esta componente é de

grande importância, num estudo desenvolvido com base na *GT* clássica, pois exige a revisão de todas as componentes do trabalho desenvolvido (não, apenas, aos elementos que constituem a sua versão escrita final), num esforço final de comprovação da sua efetiva ancoragem ao método e, por esta via, da validação da *GT* original (na sua totalidade e nos seus referentes constituintes). Expõe-se, no ponto subsequente, as principais sugestões de intervenção no domínio, que derivam, na sua essência, da proposta teórica desenvolvida, sendo, portanto, fortemente ancoradas nos padrões discursivos e comportamentais dos indivíduos entrevistados e/ou observados.

No que concerne as implicações teóricas deste modelo salientaram-se, como indicámos, as fortes pontes de convergência com outros contributos conceptuais, a que fizemos alusão no âmbito do capítulo 2. Foi sinalizada articulação direta em dimensões tão variadas como a elevada mutabilidade de modalidades de alojamento; agravamento severo das condições de saúde, com particular notabilidade em trajetórias crónicas e episódicas longas; existência de traumas prévios e/ou secundários à vivência na situação de sem-abrigo, mesmo para as pessoas que se encontram nesta apenas em registo transicional; transformações na identidade, embora, não necessariamente, a formação de uma identidade distinta, só para nomear alguns exemplos (*e.g.*, Browne, 1993; Buhrich, Hodder & Teesson, 2000; de Whitback *et al.*, 2007; de Shelton *et al.*, 2009; Hopper, Bassuk, & Olivet, 2010; Lúcio, *et al.*, 2011a, 2011b; Parsell & Parsell, 2012; Chamberlain & Johnson, 2013; Daly, 2013; Reeve, 2013). A estas referências acresce a possibilidade de integração, no modelo original, dos resultados obtidos numa vasta panóplia de pesquisas, mesmo aquelas que foram desenvolvidas segundo matrizes tradicionais, a que demos destaque no capítulo 1 (*e.g.*, Sandford, 1971; Digby, 1976; Archard, 1979; Cook, 1979; Neale, 1997; Kemp & Mackay, 2001; Moore, 2007; Nogueira & Ferreira, 2007; Edgar, 2009; Busch-Geertsema, *et al.*, 2010; Cronley, 2010; Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri, 2010e; National Center on Family Homelessness, 2012).

No âmbito das implicações para a investigação forneceram-se indicações diversas de potenciação do conhecimento da situação de sem-abrigo e das pessoas que nela se encontra(ra)m, assim como da definição e implementação de estratégias ajustadas, de combate à precarização e à vulnerabilização das suas circunstâncias, que incluíram, entre outras, um maior cuidado na seleção da amostra (*e.g.*, integração de elementos

com trajetórias diferenciadas, aumento dos elementos de caracterização tidos em consideração), introdução de modificações nos instrumentos de recolha de dados, ou o enriquecimento dos processos de codificação e análise. Salienta-se, ainda, neste domínio, a importância de aprofundar o estudo das dimensões de profundidade desta *GT*, assim como o escrutínio mais pormenorizado do ajuste das categorizações de cada (sub)fase, tendo em consideração experiências não individuais da situação de sem-abrigo (*e.g.*, famílias com filhos/as menores).

Na componente de intervenção, a que devotamos uma parte importante do capítulo final, apresentou-se uma proposta sistematizada de ação, consubstanciada, na sua totalidade, no modelo teórico proposto e que atende, em paralelo, às considerações gerais avançadas pela *nova ortodoxia*. Assim sendo, e no que respeita às alterações na moldura legal, sugeriram-se modificações a nível da regulamentação da: (i) promoção de investigação neste domínio; (ii) clarificação do constructo “situação de sem-abrigo” para efeitos de intervenção; e (iii) atribuição de responsabilidades diferenciadas a organismos públicos, privados ou ONG/IPSS, em registo territorial diferenciado (nacional, regional, concelhio). Propusemos, em complemento, um modelo de intervenção estratégica, sendo para este efeito descritas modalidades concretas de ação, apresentados/as os seus destinatários/as, delimitada a constituição das equipas de trabalho, e proposto um conjunto de organizações, responsáveis pela sua planificação, concretização e avaliação. Tendo em conta que era nossa preocupação avançar recomendações adequadas e viáveis, neste ponto tivemos o cuidado de refletir sobre as mais-valias da sua implementação, contrastando-as com dados de avaliação de outras propostas existentes, e privilegiadas, em Portugal e/ou noutros países.

Fechamos este trabalho com o exame das suas potencialidades e limitações. Apresentámos, por conseguinte, os principais fatores de sustentação da validade desta *GT*, processo que convocou não, só, a revisitação dos critérios de avaliação propostos por Glaser (*cf.*, Glaser & Strauss, 1968; Glaser, 1978, 1998, 1999, 2001, 2002, 2005, 2009c), que já havíamos explanado no capítulo 3, como, também, a consideração de referentes adicionais, constantes da literatura da especialidade (*e.g.*, Cutcliffe, 2000; Lomborg & Kirkevold, 2003; Speziale & Carpenter, 2003; Heath & Cowley, 2004; Elliott & Lazenbatt, 2005; McCarthy, 2006; Giske & Artinian, 2007; Wagner, Lukassen, & Mahlendorf, 2010). A estas apreciações acresceram, num breve apontamento, alusões

concretas às limitações da amostra teórica, tendo sido sugeridas opções para a sua amplificação e enriquecimento.

Em registo de nota derradeira, gostaríamos de lembrar o/a leitor/a de que, *sobreviver às ruas* foi, em absoluto, o fio condutor que sustentou a realização deste projeto de investigação, não só porque nos remete para as primeiras entradas em campo, e para o receio que sentimos nesses momentos, ou porque traduz o elemento chave que sustenta a experiência da situação de sem-abrigo, mas, também, porque constitui um desafio que não se circunscreve às pessoas que a experienciam ou aqueles/as que com elas interagem de forma direta. Cabe a todos nós, enquanto elementos participantes das comunidades em que vivemos (incluindo agentes da sociedade civil, profissionais de organismos diversos, e indivíduos com responsabilidade governativa) a árdua tarefa de (re)pensar mecanismos eficientes e eficazes de sobrevivência à rua, pois, como vimos, é necessária a sua confluência para que se formem as conjunturas negativas que sustentam a sua emergência e manutenção no tempo. A existência de pessoas em situação de privação tão severa como as que integram a nossa amostra teórica, em pleno século XXI e em países que dizem pautar-se pelo respeito pelos direitos humanos e uma evidência inequívoca que, também estes, não sobreviveram, ainda, à rua, dado que permitem, e potenciam pelas políticas e práticas que defendem, a manutenção (e aumento) de circunstâncias de vida que põem em causa os mais básicos requisitos da dignificação da vida humana. E, por todas as fragilidades endémicas que reportámos, não constitui qualquer novidade a constatação de que Portugal é, sem dúvida, um deles.

*No book can ever be finished. While working on it we learn
just enough to find it immature the moment we turn away from it*

Karl Popper, 2013, p. x

“QUE LIBERDADE É ESSA, ENTÃO, DE EM TUDO ESTAR DEPENDENTE?”

A liberdade é a possibilidade do isolamento. És livre se podes afastar-te dos homens, sem que te obrigue a procurá-los a necessidade de dinheiro, ou a necessidade gregária, ou o amor, ou a glória, ou a curiosidade, que no silêncio e na solidão não podem ter alimento. Se te é impossível viver só, nasceste escravo. Podes ter todas as grandezas do espírito, todas da alma: és um escravo nobre, ou um servo inteligente: não és livre. E não está contigo a tragédia, porque a tragédia de nasceres assim não é contigo, mas do Destino para si somente. Ai de ti, porém, se a opressão da vida, ela própria, te força a seres escravo. Ai de ti se, tendo nascido liberto, capaz de te bastares e de te separares, a penúria te força a conviveres. Essa, sim, é a tua tragédia, e a que trazes contigo.

Bernardo Soares, *Livro do Desassossego*²⁷¹, vol II, 1982, p. 456

“Disse-me outro dia uma técnica da Segurança Social que eu não aceito um Centro de Alojamento porque gosto da minha liberdade. Como posso eu gostar desta liberdade? Qual liberdade, quando não tenho um cêntimo na minha mão para poder comprar seja o que for, quando não tenho uma casa ou qualquer abrigo onde colocar as minhas coisas, quando não tenho emprego nem faço nada de útil? Eu não tenho absolutamente mais nada do que as coisas que guardo neste saco, e algumas que escondi na garagem de uma casa desabitada, nada mais, nem as fotos que guardava de família e que me roubaram... Será que se pode chamar a esta vida que eu tenho, de livre? Que há de livre em nada ter e em nada poder fazer? Eu acho que não, sabe..., acho que não sou livre, em absoluto. Mas, por outro lado, que liberdade existe numa vida em dependência do Estado e dos técnicos? Serei eu livre com o que me dão no Rendimento Social de Inserção e a cumprir todas as regras que me impõe para que o possa receber? Serei eu livre num Centro de Acolhimento em que me dizem horas para tudo... Para comer, para dormir, para tomar a medicação...

Que liberdade é essa, então, de em tudo estar dependente? Sabe... esse é precisamente o meu dilema. O dilema de nunca me sentir livre e de nunca poder escolher a autonomia, porque para mim é a única liberdade. Somos sem-abrigo e por isso não temos nada nem somos nada. Ninguém quer ouvir o que temos para dizer, nem esperar por aquilo que queiramos decidir. Para estes técnicos a liberdade que temos é a de dizer sim ao que nos propõem. Não há liberdade! E enquanto eu souber o que digo vou sempre dizer não a essas ditaduras em troca de casa. Não há teto que se substitua à minha dignidade e autodeterminação. E é por isso, sabe Dr, que estou e estarei na rua...”

Memorando de Giro de Rua, *Março*, 2011

²⁷¹ Excerto do texto *A liberdade é a possibilidade do isolamento*, escrito em data desconhecida e integrado no volume II do *Livro do Desassossego* por Bernardo Soares (Recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e Organização de Jacinto do Prado Coelho), edição de 1982 pela Editora Ática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A

- Abbey, R. (2005). Is liberalism now an essentially contested concept? *New Political Science*, 27, 461-480. DOI: 10.1080/07393140500370972
- Abreu, P., & Antunes, V. (2004). *Cuidados de saúde aos sem-abrigo, que realidade?* Lisboa: Lusociência.
- Aidala, A. (2005). Inequality and HIV: the role of housing. *Psychology and AIDS*, 34, 3-5. DOI: 10.1037/e590862010-002
- Agência Lusa (31 de 03 de 2014). *ENIPSA Estratégia para sem-abrigo tem vivido sem apoio do Estado*. Obtido em 02 de 04 de 2014, de Notícias ao Minuto: <http://www.noticiasao minuto.com/pais/196824/estrategia-para-sem-abrigo-tem-vivido-sem-apoio-do-estado>.
- Alasuutari, P., Bickman, L., & Brennan, J. (Eds.), (2008). *The sage handbook of social research methods*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Alber, J. (2010). What the European and American welfare states have in common and where they differ: Facts and fiction in comparisons of the European social model and the United States. *Journal of European Social Policy*, 20, 102-125. DOI: 10.1177/0958928709358791
- Alcoforado, L., & Mairos Ferreira, S. (2011). Introdução geral. Educação e formação de adultos: Nótulas sobre a necessidade de descomprometer a Cinderela depois do beijo do Príncipe encantado. In L. Alcoforado, J. Ferreira, A. Ferreira, M. Lima, C. Vieira, A. Oliveira, & S. M. Ferreira (Eds.), *Educação e Formação de Adultos: Políticas, práticas e investigação* (pp. 7-20). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI: 10.14195/978-989-26-0228-8_1
- Alexandre, F., Conraria, L., Bação, P., & Portela, M. (2011). *A poupança em Portugal*. Braga: Núcleo de Investigação em Políticas Económicas da Universidade do Minho.
- Alexandrova, P., & Gray, J. (2011). *The 2011 European Council agenda: Fighting old and new agendas*. Obtido em 19 de 01 de 2012, de Montesquieu Institute: http://www.montesquieu-institute.eu/9353000/1/j4nvi7l3kb91rw_j9vvhfxcd6p0lcl/vivgfigj7p8/f=/the_2011_european_council_agenda.pdf.
- Alexiou, C., & Pitelis, C. (2003). On capital shortages and European unemployment: A panel data investigation. *Journal of Post Keynesian Economics*, 25(4), 613-640.
- Allison, T. (2007). Confronting the myth of choice: Homelessness and Jones v. City of Los Angeles. *Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review*, 42, 253-258.
- Alkire, S. & Foster, J. (2011). Understandings and misunderstandings of multidimensional poverty measurement. *The Journal of Economic Inequality*, 9(2), 289-314. DOI: 10.1007/s10888-011-9181-4
- Almeida, L., & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Braga: Psiquilíbrios.

- Almeida, S., Martins, M., Guerra, I., & Pinto, T. (2010). *À tona de água I. Necessidades em Portugal: Tradição e tendências emergentes*. Lisboa: Tinta da China, Tese & Fundação Calouste Gulbenkian.
- Altena, A., Brilleslijper-Kater, S., & Wolf, J. (2010). Effective interventions for homeless youth: A systematic review. *American Journal of Preventive Medicine*, 38(6), 637-645. DOI: 10.1016/j.amepre.2010.02.017
- Amado, J. & Silva, L. (2013). Os estudos etnográficos em contextos educativos. In J. Amado (Coord.), *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amato, F., & Macdonald, J. (2011). Examining risk factors for homeless men: Gender role conflict, help-seeking behaviors, substance abuse and violence. *The Journal of Men's Studies*, 19(3), 227-235. DOI: 10.3149/jms.1903.227
- American Psychological Association (2002). *Ethical Principles of psychologists and code of conduct*. Obtido em 12 de 14 de 2006, de APA: <http://www.apa.org/ethics/code/index.aspx>.
- American Psychological Association (2010). *Ethical Principles of psychologists and code of conduct, including 2010 amendments*. Obtido em 12 de 14 de 2006, de APA: <http://www.apa.org/ethics/code/index.aspx>.
- Amnistia Internacional - Portugal, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal & Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. (2010). *Estudo sobre a percepção da pobreza em Portugal*. Lisboa: Amnistia Internacional - Portugal, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal & Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da universidade Técnica de Lisboa.
- Amore, K., Baker, M., & Howden-Chapman, P. (2011). The ETHOS definition and classification of homelessness: An analysis. *European Journal of Homelessness*, 5(2), 19-37.
- Anderson, J. (2013). *Nowhere to go: The trend to criminalize the nation's homeless*. Obtido em 30 de 12 de 2013, de Online Theses and Dissertations: <http://encompass.eku.edu/etd/150>.
- Anderson, I., Baptista, I., Wolf, J., Edgar, B., Benjaminsen, L., Sapounakis, A., & Schoibl, H. (2006). *The changing role of service provision: Barriers of access to health services for homeless people*. Brussels: FEANTSA.
- Anderson, I. & Serpa, R. (2013). The right to settled accommodation for homeless people in Scotland: A triumph of rational policy-making?. *European Journal of Homelessness*, 7(1), 13-40.
- Anderson, L., & Calhoun, P. (1992). Facilitative aspects of field research with deviant street populations. *Sociological Inquiry*, 62(4), 490-498. DOI: 10.1111/j.1475-682x.1992.tb00297.x
- Anderson, R. (1996). Homeless violence and the informal rules of street life. *Journal of Social Distress and the Homeless*, 5(4), 369-380. DOI: 10.1007/BF02092914
- Anderson, T., Shannon, C., Schyb, L., & Golbstein, P. (2002). Welfare reform and housing: Assessing the impact to substance abusers. *Journal of Drug Issues*, 32(1), 265-296. DOI: 10.1177/002204260203200111

- Anker, J. (2009). Speaking for the homeless: Opportunities, strengths, and dilemmas of a user organisation. *European Journal of Homelessness*, 3, 275-288.
- Annan, K. (06 de 06 de 1997). *Commencement adress, Massachusetts Institute of Technology*. Obtido em 05 de 02 de 2010, de MIT News: <http://web.mit.edu/newsoffice/1997/annansp.html>.
- Annan, K. (12 de 02 de 2000). *United Nations Information Services*. Obtido em 19 de 06 de 2010, de Secretary-General Kofi Annan's address to the Tenth United Nations Conference on Trade and Development ("UNCTAD X"), Bangkok: http://www.unescap.org/unis/press/G_05_00.htm.
- Annels, M. (1996). Grounded Theory methods: Philosophical perspectives, paradigm of inquiry and postmodernism. *Qualitative Health Research*, 6(3), 379-393. DOI: 10.1177/104973239600600306
- Araújo, A. (2011). *Risco e causalidade nos principais mercados de ações europeus. Dissertação de mestrado em Finanças*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- Archard, P. (1979). *Vagrancy, alcoholism and social control*. Basingstoke: MacMillan.
- Arendts, B. (06 de 06 de 2011). *The next, worse financial crisis. Commentary: Ten reasons we are doomed to repeat 2008*. Obtido em 12 de 08 de 2011, de The Wall Street Journal Digital Network: <http://www.marketwatch.com/story/the-next-worse-financial-crisis>
- Arnold, K. (2004). *Homelessness, citizenship and identity: The uncanniness of late modernity*. New York: State University of New York Press.
- Arnsten, J., Reid, K., Bierer, M., & Rigotti, N. (2004). Smoking behavior and interest in quitting among homeless smokers. *Addictive Behaviors*, 29, 1155-1161. DOI: 10.1016/j.addbeh.2004.03.010
- Artinian, B., Giske, T., & Cone, P. (2009). *Glaserian grounded theory in nursing research: Trusting emergence*. NY: Springer Publishing Co.
- Ary, D., Jacobs, L., Razavieh, A., & Sorensen, C. (1990). *Introduction to research in education*. Forth Worth: Holt, Rinehart and Winston.
- Athens, L. (2010). Naturalistic inquiry in theory and practice. *Journal of Contemporary Ethnography*, 39 (1), 87-125. DOI 10.1177/0891241609343663
- Atkinson, R., & Flint, J. (2001). *Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball research strategies*. Obtido em 01 de 02 de 2010, de Social research update: <http://www.soc.surrey.ac.uk/sru/SRU33.html>
- Auerbach, E. (1989). Toward a socio-contextual approach to family literacy. *Harvard Education Review*, 59(2), 165-181.
- Australian Human Rights Commission. (2008). *Homelessness is a human rights issue*. Obtido em 12 de 04 de 2010, de Australian Human Rights Commission: http://humanrights.gov.au/human_rights/housing/homelessness_2008.html.
- Avramov, D. (1995). *Les sans-abri dans l'Union Européenne - contexte social et juridique de l'exclusion du logement dans les années 90. Quatrième rapport de recherche de l'Observatoire Européen des Sans-abri*. Brussels: FEANTSA.
- Avramov, D. (1998). *Youth homelessness in the European Union: Transnational Report 1997*. Brussels: FEANTSA.

Avramov, D. (1999). *Report on housing exclusion and homelessness*. Obtido em 19 de 03 de 2011, de Council of Europe - Social cohesion and quality of life: www.coe.int/t/e/social_cohesion/hdse/2_hdse_reports/2_thematic_reports/report%20on%20housing.asp#P767_110969.

B

Backman, K., & Kyngäs, H. (1999). Challenges of the Grounded Theory approach to a novice researcher. *Nursing and Health Sciences*, 1, 147-153. DOI: 10.1046/j.1442-2018.1999.00019.x

Baggett, T., & Rigotti, N. (2013). Tobacco use among homeless people: Addressing the neglected addiction. *The New England Journal of Medicine*, 369, 201-204. DOI: 10.1056/NEJMp1301935

Baggett, T., & Rigotti, N. (2010). Cigarette smoking and advice to quit in a national sample of homeless adults. *American Journal of Preventive Medicine*, 39, 164-172. DOI: 10.1016/j.amepre.2010.03.024

Bahr, H. (1973). Homelessness, disaffiliation, and retreatism. In H. Bahr (Ed.), *Disaffiliated man: Essays and bibliography on skid row, vagrancy, and outsiders* (pp. 17-50). Toronto: University of Toronto Press.

Baker, D. (2009). A critical evaluation of the historical and contemporary justifications of criminalising begging. *The Journal of Criminal Law*, 73(3), 212-240. DOI: 10.1350/jcla.2009.73.3.570

Ballintyne, S. (1999). *Unsafe streets: Street homelessness and crime*. London: Institute for Public Policy Research.

Banco de Portugal. (2012). *Projeções para a economia portuguesa: 2013-2014*. Obtido em 28 de 03 de 2013, de Banco de Portugal, Boletim Económico, Primavera 2013: http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Publicacoes/projecoes_p.pdf

Baptista, I. (2004). A problemática em Portugal. In A. VV. (Eds.), *Sem-abrigo e imigração, olhares sobre a realidade em Portugal* (pp. 34-39). Lisboa: Padrões Culturais Editora.

Baptista, I. (2005). O fenómeno dos sem-abrigo em Portugal. *Rediteia*, 36, 25-26.

Baptista, I. (2009). The drafting of the Portuguese homeless strategy: An insight into the process from a governance-oriented perspective. *European Journal of Homelessness*, 3, 53-74.

Barbour, V, C. J., Peiperl, L., Veitch, E., Wong, M., & Yamey, G. (01 de 12 de 2008). *Homelessness is not just a housing problem*. Obtido em 12 de 12 de 2009, de PloS Medicine Editors: www.plosmedicine.org/article/info:doi/10.1371/journal.pmed.1000003.

Bardsley, D., & Pech, P. (2012). Defining spaces of resilience within the neoliberal paradigm: Could french land use classifications guide support for risk management within an australian regional context? *Human Ecology*, 40(1), 129-143. DOI: 10.1007/s10745-011-9453-4

Barker, J., Humphries, P., McArthur, M., & Thomson, L. (06 de 2012). *Literature Review: Effective interventions for working with young people who are homeless or at risk of homelessness*. Obtido em 03 de 11 de 2012, de Australian Government Department of Families, Housing, Community Services and Indigenous Affairs: http://www.dss.gov.au/sites/default/files/documents/06_2012/literature_review.pdf.

Baroni, W. (2013). El silencio de los homeless. Ciencia de la marginalidad y segregación discursiva de los sin techo. *Revista Crítica Penal y Poder*, 4, 149-174.

- Barrow, S., Herman, D., Córdova, P., & Struening, E. (1999). Mortality among homeless shelter residents in New York City. *American Journal of Public Health, 89*(4), 529-534. DOI: 10.2105/AJPH.89.4.529
- Bartelt, D. (1997). Urban housing in an Era of Global Capital. *Annals of the American Academy of Political and Social Science, 557*(1), 121-136. DOI: 10.1177/0002716297551001009
- Basel Committee on Banking Supervision. (1 de 12 de 2010). *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*. Obtido em 19 de 12 de 2013, de Bank for International Settlements: www.bis.org/publ/bcbs188.pdf
- Bassuk, E., Volk, K., & Olivet, J. (2010). A Framework for developing supports and services for families experiencing homelessness. *The Open Health Services and Policy Journal, 3*, 34-40. DOI: 10.2174/1874924001003020034
- Batavia, A., & Beaulaurier, R. (2001). The financial vulnerability of people with disabilities: Assessing poverty risks. *Journal of Sociology and Social Welfare, 28*(1), 139-162.
- Baum, A., & Burnes, D. (1993). *A nation in denial: The truth about homelessness*. Boulder, CO: Westview Press.
- Beck, C. (2002). Releasing the pause button: Mothering twins during the first year of life. *Qualitative Health Research, 12*(5), 593-608. DOI: 10.1177/104973202129120124
- Beder, H., & Valentine, T. (1990). Motivational profiles of adult basic education students. *Adult Education Quarterly, 40*(2), 78-94. DOI: 10.1177/0001848190040002002
- Beijer, U. & Andréasson, A. (2009). Physical diseases among homeless people: Gender differences and comparisons with the general population. *Scandinavian Journal of Public Health, 37*(1), 93-100. DOI: 10.1177/1403494808099972
- Beijer, U., Andréasson, A., Agren, G. & Fugelstad, A. (2007). Mortality, mental disorders and addiction: A 5-year follow up homeless men in Stockholm. *Nordic Journal of Psychiatry, 61*(5), 363-368. DOI: 10.1080/08039480701644637
- Beijer, U., Andreasson, S., Agren, G., & Fugelstad, A. (2011). Mortality and causes of death among homeless women and men in Stockholm. *Scandinavian Journal of Public Health, 39*(2), 121-127. DOI: 10.1177/1403494810393554
- Belgian Presidency of the Council of the European Union. (09-10 de 12 de 2010). *Consensus conference on homelessness*. Obtido em 13 de 02 de 2011, de Council of the European Union: <http://www.eutrio.be/consensus-conference-homelessness>.
- Benjaminsen, L. (2013). The risk of homelessness in a Scandinavian welfare state. *European Journal of Homelessness, 7*(2), 443-444.
- Benjaminsen, L., Dyb, E., & O'Sullivan, E. (2009). The governance of homelessness in liberal and social democratic welfare regimes: National strategies and models of intervention. *European Journal of Homelessness, 3*, 27-55.
- Benjaminsen, L., Munoz, M., Vazquez, C., & Panadero, S. (2005) *Quantitative methods in homelessness studies: A critical guide and recommendations*. Paper presented at the conference on Research on Homelessness in Comparative Perspective, Brussels, 3-4 November 2005.
- Benjaminsen, L. & Busch-Geertsema, V. (2009). Labour market reforms and homelessness in Denmark and Germany: Dilemmas and consequences. *European Journal of Homelessness, 3*, 127-53.

- Bento, A. (2004). Sem-abrigo e instituições. In A. VV. (Eds.), *Sem-abrigo e imigração, olhares sobre a realidade em Portugal* (pp. 69-77). Lisboa: Padrões Culturais Editora.
- Bento, A., & Barreto, E. (2002). *Sem-amor e sem-abrigo*. Lisboa: Climepsi.
- Bento, A., Barreto, E., & Pires, T. (1996). *Os sem-abrigo nas ruas de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Bernard, H. (2006). *Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches*. Lanham: Alta Mira Press.
- Bernard, R. (2003). *Social research methods: Qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. DOI: 10.2307/3152153
- Bertola, G. (2010a). Inequality, Integration, and Policy: Issues and evidence from EMU. *Journal of Income Inequality*, 8, 345-365.
- Bertola, G. (2010b). Labour Markets in EMU: What has changed and what needs to. In M. Buti, S. Deroose, V. Gaspar, & J. Martins (Eds.), *In The Euro: The First Decade* (pp. 715-758). Cambridge: Cambridge University Press.
- Bertola, G. (10-11 de 10 de 2013). *Labor market policies and european crises*. Obtido em 14 de 12 de 2013, de IZA workshop on "Labor Market Reforms during the Great Recession: Challenges and Opportunities": http://www.iza.org/conference_files/LMRGR2013/bertola_g332.pdf
- Bertola, G. (2013). *Policy coordination, convergence, and the rise and crisis of EMU imbalances: European Economy Economic Papers 490*. Brussels: European Commission DG Economic and Financial Affairs.
- Bertola, G., Ichino, & A. (10-11 de 3 de 1995). *Wage inequality and unemployment: US vs Europe*. Obtido em 1 de 12 de 2000, de National Bureau of Economic Research: <http://papers.nber.org/books/bern95-1>.
- Bezanson, K. (2006). *Gender, the state and social reproduction: Household insecurity in neo-liberal times*. Toronto: University of Toronto Press.
- Binswanger, I., Blatchford, P., & Mueller, S. e. (2013). Mortality after prison release: Opioid overdose and other causes of death, risk factors, and time trends from 1999 to 2009. *Annals of Internal Medicine*, 159(9), 592-600. DOI: 10.7326/0003-4819-159-9-201311050-00005
- Birks, M., & Mill, J. (2011). *Grounded Theory: A practical guide*. Thousand Oaks: Sage.
- Biswas-Diener, R., & Diener, E. (2006). The subjective well-being of the homeless, and lessons for happiness. *Social Indicators Research*, 76(2), 185-205. DOI: 10.1007/s11205-005-8671-9
- Blasi, G. (1994). And we are not seen. *American Behavioural Scientist*, 37(4), 563-586.
- Blau, J. (1992). *The visible: Homelessness in the U. S.* New York, NY: Oxford University Press.
- Blower, E., Donald, K., & Upadhyay, S. (2012). The human rights implications of contemporary patterns of social control. *Journal of Human Rights Practice*, 4(2), 197-212.
- Blomfield, C. & Morehouse, M. (12 de 2011). *Irregular migration in Europe*. Obtido em 29 de 03 de 2012, de Transatlantic Council on Migration: <http://migrationpolicy.org>.

- Boes, M., & van Wormer, K. (1997). Social work with homeless women in emergency rooms: A strengths-feminist perspective. *AFFILIA*, 12(4), 408-426. DOI: 10.1177/088610999701200404
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Booth, B., Sullivan, G., Koegel, P., & Burnam, A. (2002). Vulnerability factors for homelessness associated with substance abuse dependence in a community sample of homeless adults. *American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 28(3), 429-452. DOI: 10.1081/ADA-120006735
- Booth, S. (2006). Eating rough: Food sources and acquisition practices of homeless young people in Adelaide, South Australia. *Public Health Nutrition*, 9, 212-218. DOI : 10.1079/PHN2005848
- Bourdieu, P. (03 de 1998). *L'essence du néolibéralisme*. Obtido em 29 de 03 de 2010, de Le monde diplomatique: <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/10167>.
- Bowering, J., Clancy, K., & Poppendieck, J. (1991). Characteristics of a random sample of emergency food program users in New York: II. Soup kitchens. *American Journal of Public Health*, 81(7), 914-917. DOI: 10.2105/AJPH.81.7.914
- Boydell, K., Goering, P., & Morrell-Bellai, T. (2000). Narratives of identity: Re-presentation of self in people who are homeless. *Qualitative Health Research*, 10(1), 26-38. DOI: 10.1177/104973200129118228
- Brackertz, N. (2007). Who is hard to reach and why. *ISR Working Paper*, 1-7, s.p.
- Bresser-Pereira, L. (2010). A crise financeira global e depois: Um novo capitalismo? *Novos Estudos*, 86, 50-72. DOI: 10.1590/S0101-33002010000100003
- Brêtas, A., Marcolan, J., Rosa, A., Fernandes, F., & Raizer, M. (2010). Quem mandou ficar velho e morar na rua? *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 44(2), 476-481. DOI: 10.1590/S0080-62342010000200033
- Brian, O. (2002). *Human rights: Concept and context*. Ontario: Broadview Press.
- Brousse, C. (2004). *The production of data on homelessness and housing deprivation in the European Union: survey and proposals*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Brousse, C. (2009) Becoming and remaining homeless: A breakdown of social ties or difficulties accessing housing? In INSEE (Ed.), *Économie et statistique: Special issue on the homeless* (pp. 43-78). Paris: Institut National de la Statistique et des Études.
- Browne, A. (1993). Family violence and homelessness: The relevance of trauma histories in the lives of homeless women. *American Journal of Orthopsychiatry*, 63(3), 370-384.
- Browne, A., & Bassuk, S. (1997). Intimate violence in the lives of homeless and poor housed women: Prevalence and patterns in an ethnically diverse sample. *American Journal of Orthopsychiatry*, 67(2), 261-278. DOI: 10.1037/h0080230
- Bruckner, J. (2001). Walk a mile in their shoes: Sociocultural considerations in elder homelessness. *Topics In Geriatric Rehabilitation*, 16(4), 15-27.
- Bryant, A., & Charmaz, K. (Eds), (2007). *The Sage Handbook of Grounded Theory: The paperback edition*. Thousand Oaks, CA: Sage. DOI: 10.4135/9781848607941

- Buhrich, N., Hodder, T., & Teesson, M. (2000). Lifetime prevalence of trauma among homeless people in Sydney. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 34(6), 963-966. DOI: 10.1046/j.1440-1614.2000.00835.x
- Bunston, T., & Breton, M. (1990). The eating patterns and problems of homeless women. *Women Health*, 16, 43-62. DOI: 10.1300/J013v16n01_04
- Bureau Internacional do Trabalho. (2003). *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.
- Burgess, R. G. (1985). (Ed.), *Strategies of educational research: Qualitative methods*. London: The Falmer Press.
- Burrows, R. (1997) The social distribution of the homelessness experience. In R. Burrows, N. Pleace and E. Quilgars (Eds.), *Homelessness and social policy* (pp.50-68). London: Routledge.
- Burrows, S., Auger, N., Gamache, P., & Hamel, D. (2013). Leading causes of unintentional injury and suicide mortality in canadian adults across the urban-rural continuum. *Public Health Reports*, 128(6), 443-53.
- Burt, M. (1993). *Over the edge: The growth of homelessness in the 1980s*. New York, NY: The Russell Sage Foundation.
- Burt, M. R., Pearson, C. L., & Montgomery, A. E. (2005). *Strategies for preventing homelessness*. Washington, DC: U.S. Department of Housing and Urban Development.
- Burt, M. (07 de 09 de 2006). *Characteristics of transitional housing for homeless families*. Obtido em 12 de 05 de 2009, de Office of Program Development and Research, Department of Housing and Urban Development: http://www.urban.org/UploadedPDF/411369_transitional_housing.pdf
- Burt, M., Aron, L., & Lee, E. (2001). *Helping America's homeless: Emergency shelter or affordable housing?* Washington: Urban Institute Press.
- Busch-Geertsema, V. (2007). Measures to achieve social mix and their impact on access to housing for people who are homeless. *European Journal of Homelessness*, 1, 213-224.
- Busch-Geertsema, V. (2010). Defining and measuring homelessness. In D. Culhane, & T. Byrne, *Homelessness research in Europe* (pp. 10-40). Brussels: FEANTSA.
- Busch-Geertsema, V., Edgar, W., O'Sullivan, E., & Pleace, N. (2010). *Homelessness & homeless policies in Europe: Lessons from research*. Obtido em 01 de 03 de 11, de Centre for Housing Policy University of York: <http://www.york.ac.uk/inst/chp/publications/PDF/EUHomelessPoliciesEurope.pdf>.
- Busch-Geertsema, V. & Fitzpatrick, S. (2008). Effective homelessness prevention? Explaining reductions in homelessness in Germany and England. *European Journal of Homelessness*, 2, 69-95.
- Busch-Geertsema, V., & Sahlin, I. (2007). The role of hostels and temporary accommodation. *European Journal of Homelessness*, 1, 67-93.
- Business Action on Homelessness (2009). *Making work, work: Recommendations for supporting homeless people to gain and sustain employment*. London: Business in the Community.

Byrne, T., M. E., Fargo, J., Montgomery, A., & Culhane, D. (2013). New perspectives on community-level determinants of homelessness. *Journal of Urban Affairs, 35*(5), 607–625. DOI: 10.1111/j.1467-9906.2012.00643.x

C

Cabrera, P. (2004). La vida al raso. *Educación Social, 27*, 11-20.

Cabrera, P. J., Rubio, M. & Blasco, J. (2008) *¿Quién duerme en la calle?: Una investigación social y ciudadana sobre las personas sin techo*. Barcelona: Fundació Caixa Catalunya.

Calandrino, M. (2010). Homelessness and housing exclusion in the EU Social Inclusion Process. *European Journal of Homelessness, 4*, 127-137.

Callan, T., Nolan, C., Keane, J., & Walsh, R. (2010). Inequality and the crisis: The distributional impact of tax increases and welfare and public sector pay cuts. *The Economic and Social Review, 41*(4), 461-471.

Cameron, A. (2010). The contribution of housing support workers to joined-up services. *Journal of Interprofessional Care, 24*(1), 100-110.

Cameron, A., Lloyd, L., Turner, W., & Macdonald, G. (2009). Working across boundaries to improve health outcomes: A case study of a housing support and outreach service for homeless people living with HIV. *Health and the Social Care in the Community, 17*(4), 388-95. DOI: 10.1111/j.1365-2524.2008.00837.x

Caminho, P., & Pereira, A. (04-06 de 02 de 2010). *Vinculação na população sem-abrigo*. Obtido em 18 de 05 de 2011, de Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia: http://www.actassnip2010.com/conteudos/actas/avalpsi_26.pdf

Canavan, R., Barryl, M., Matanov, A., Barros, H., Gabor, E., Greacen, T., Holcnerová, P., Kluge, U., Nicaise, P., Moskalewicz, J., Díaz-Olalla, J., Straßmayr, C., Schene, A., Soares, J., Gaddini, A., & Priebe, S. (2012). Service provision and barriers to care for homeless people with mental health problems across 14 European capital cities. *BMC Health Services Research, 12*(222), 1-9. DOI: 10.1186/1472-6963-12-222

Capdevila, G. (2005). *Human rights: More than 100 million homeless worldwide*. Obtido em 03 de 01 de 2013, de Inter press service news agency: <http://www.ipsnews.net/2005/03/human-rights-more-than-100-million-homeless-worldwide/>.

Cardinale, M. (14 de 08 de 2004). *Resilience and struggle among homeless youth in New Orleans, Louisiana*. Obtido em 26 de 05 de 2009, de Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association. Hilton San Francisco & Renaissance Parc 55 Hotel, San Francisco: http://www.allacademic.com/meta/pl08608_index.html

Cardona, A. (2004). Las personas sin hogar y las políticas sociales. *Educación Social, 27*, 21-40.

Caritas Diocesana de Aveiro. (03 de 05 de 2007). *Centro de alojamento temporário*. Obtido em 13 de 03 de 2010, de O que fazemos: http://www.caritas.pt/aveiro/index.php?option=com_content&view=article&id=282:centro-de-alojamento-temporario&catid=29:que-fazemos&Itemid=6.

- Carlson, E. B., Garvert, D. W., Macia, K. S., Ruzek, J. I., & Burling, T. A. (2013). Traumatic stressor exposure and post-traumatic symptoms in homeless veterans. *Military Medicine*, *178*(9), 970-973. DOI: 10.7205/MILMED-D-13-00080
- Caron, C., & Bowers, B. (2003). Deciding whether to continue, share, or relinquish caregiving: Caregiver views. *Qualitative Health Research*, *13*(9), 1252-1271. DOI: 10.1177/1049732303257236
- Carrapiço, C. (2012). *Relação entre indicadores de pobreza e percepções de pobreza. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Cary, L. (2003). Unhomely spaces and deviant subjectivity: The sociohistorical homelessness of female juvenile offenders. *Qualitative Studies in Education*, *16*(4), 587-602. DOI: 10.1080/0951839032000099561
- Castaño, M. & Rada, D. (Ed), (1993). *Lecturas de antropologia para educadores*. Madrid: Ed. Trotta.
- Cavaco, C. (2009). *Adultos pouco escolarizados. Políticas e práticas de formação*. Lisboa: Educa.
- Chamberlain, C., & Johnson, G. (2013). Pathways into adult homelessness. *Journal of Sociology*, *49*(1), 60-77. DOI: 10.1177/1440783311422458
- Chamberlain, C., & MacKenzie, D. (2006). Homeless Careers: A Framework for Intervention. *Australian Social Work*, *59*(2), 198-212. DOI: 10.1080/03124070600651903
- Chard, G., Faulkner, T., & Chugg, A. (2009). Exploring occupation and its meaning among homeless men. *The British Journal of Occupational Therapy*, *72*(3), 116-124.
- Charmaz, K. (2000). Grounded Theory: Objectivist and constructivist methods. In N. Denzin, Y. Lincoln, (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2^a ed., pp. 509-536). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Charmaz, K. (2004). Grounded Theory. In S. Hesse-Biber, & P. Leavy (Eds.), *Approaches to qualitative research* (pp. 496-521). New York: Oxford University Press.
- Charmaz, K. (2014). *Constructing grounded theory* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Charmaz, L. & Bryant, A. (2011). Grounded theory. In D. Silverman (Ed.), *Qualitative research* (3rd ed., pp. 291-309). SAGE: Thousand Oaks, CA.
- Chenitz, W. (1986). The informal interview. In W. Chenitz, J. Swanson, W. Chenitz, & J. Swanson (Eds.), *From practice to Grounded Theory* (pp. 79-90). Reading: Addison Wesley.
- Cheung, A., & Hwang, S. (2004). Risk of death among homeless women: A cohort study and review of the literature. *Canadian Medical Association Journal*, *170*(8), 1243-1247. DOI: 10.1503/cmaj.1031167
- Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas: Evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, *16*(2), 221-236.
- Chomsky, N. (1999). *Profit over people: Neoliberalism and global order*. New York: Seven Stories Press.
- Clancy, K., Bowering, J., & Poppendieck, J. (1991). Characteristics of a random sample of emergency food program users in New York: I. Food pantries. *American Journal of Public Health*, *81*(7), 911-914. DOI: 10.2105/ajph.81.7.911

- Cloke, P., & Johnsen, S. (2005). Exploring ethos? Discourses of 'charity' in the provision of emergency services for homeless people. *Environment and Planning*, 37(3), 385-402. DOI: 10.1068/a36189
- Cloke, P., May, J., & Johnsen, S. (2010). *Swept up lives? Re-envisioning the homeless city*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Cloke, P. & Milbourne, P. (2006). Rural homelessness in the UK: A national overview. In P. Cloke & P. Milbourne (Eds.), *International perspectives on rural homelessness* (pp. 79-98). London: Routledge.
- Cochran, B., Stewart, A., Ginzler, J., & Cauce, A. (2002). Challenges faced by homeless sexual minorities: Comparison of gay, lesbian, bisexual, transgender homeless adolescents with their heterosexual counterparts. *American journal of Public Health*, 92(5), 773-778. DOI: 10.2105/AJPH.92.5.773
- Cohen, B., Chapman, N., & Burt, M. (1992). Food sources and intake of homeless persons. *Journal of Nutrition Education*, 24(1), 45s-51s. DOI: 10.1016/S0022-3182(12)80139-7
- Cohen, C., & Thompson, K. (1992). Homeless mentally ill or mentally ill homeless? *American Journal of Psychiatry*, 149, 816-823.
- Cohen, N., & Sullivan, A. (1990). Strategies of intervention and service coordination by mobile outreach teams. In N. Cohen (Ed.), *Psychiatry takes to the streets: Outreach and crisis intervention for the mentally ill* (pp. 63-79). New York: Guilford Press.
- Cohen, S., & DeLong, J. (2010). *The end of influence: What happens when other countries have the money*. New York: Basic Books.
- Cohen, S., & Taylor, L. (1992). *Escape attempts: The theory and practice of resistance to everyday life*. London: Routledge.
- Collins, S., Malone, D., Clifasefi, S., Ginzler, J., Garner, M., Burlingham, B., Lonczak, H., Dana, E., Kirouac, M., Tanzer, K., Hobson, W., Marlatt, G. & Larimer, M. (2012). Project-based housing first for chronically homeless Individuals with alcohol problems: Within-subjects analyses of 2-year alcohol trajectories. *American Journal of Public Health*, 102(3), 511-519. DOI: 10.2105/ajph.2011.300403
- Collyer, M., Düvell, F., Haas, E. (2012). Critical approaches to transit migration. *Population, Space and Place*, 18(4), 407-414. DOI: 10.1002/psp.630
- Collignon, S. (2008). *Forward with Europe. Which way to a post-Lisbon consensus. Study comissiones by the Friedrich-Ebert-Stiftung*. Berlin: Friedrich-Ebert Stiftung.
- Combaluzier, S., Gouvernet, B., & Bernoussi, A. (2009). Impact of personality disorders in a sample of 212 homeless drug users. *L'Enchéfale*, 35(5), 448-453. DOI: 10.1016/j.Encep.2008.06.009
- Comissão Europeia. (12 de 05 de 2010). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Reforçar a coordenação da política económica*. Obtido em 19 de 09 de 2010, de Comissão Europeia: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0250:FIN:PT:PDF>.
- Comissão Nacional de Acompanhamento do AECPEs. (12 de 2010). *Ano Europeu do combate à pobreza e à exclusão social: Declaração final*. Obtido em 14 de 02 de 2011, de 2010 - Ano Europeu de combate à pobreza e à exclusão social: http://www.2010combateapobreza.pt/FicheirosUploads/ficheiros/IniciativasDoProgramaNacional/DeclaracaoFinalCNA_AECPES2010.pdf.

- Comissão Nacional para os Direitos Humanos. (04 de 2011). *Relatório de actividades da comissão nacional para os direitos humanos*. Obtido em 06 de 02 de 2013, de Governo Português: http://www.portugal.gov.pt/media/417830/r04_relatorio_de_atividades.pdf.
- Comité Económico e Social Europeu. (28 de 01 de 2012). *Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «A problemática dos sem-abrigo» (parecer de iniciativa)*. *Jornal Oficial n.º C 024 de 28/01/2012 p. 0035 - 0039*. Obtido em 12 de 01 de 2013, de EUR-Lex: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2012:024:0035:01:PT:HTML>.
- Commonwealth of Australia (2008). *The road home: A national approach to reducing homelessness*. Obtido em 22 de 02 de 2010, de National Homelessness Information Clearinghouse: http://www.fahcsia.gov.au/sa/housing/progserv/homelessness/whitepaper/Documents/the_road_home.pdf
- Commonwealth of Australia (2014). *Going home staying home overview*. Obtido em 22 de 06 de 2014, de Housing NSW <http://www.housing.nsw.gov.au/Help+with+Housing/Homelessness/Going+Home+Staying+Home/Going+Home+Staying+Home.htm>.
- Cone, P. (2006). *Reconnecting: A Grounded Theory study of formerly homeless mothers (Doctoral dissertation)*. Obtido em 2010 de 4 de 3, de ProQuest Dissertations and Theses database (UMI n.º 3221155): <http://proquest.umi.com/pqdlink?did=1155566801&Fmt=7&clientId=79356&RQT=309&VName=PQD>.
- Conley, D. (1996). Getting it together: Social and institutional obstacles to getting off the streets. *Sociological Forum*, 11(1), 25-40.
- Connecticut Coalition to End Homelessness. (01 de 02 de 2009). *Homeless shelters, transitional housing/shelters and emergency shelters*. Obtido em 12 de 04 de 2012, de Aging services: <http://www.ct.gov/agingservices/lib/agingservices/manual/housing/homelessshelterstranshousingemersheltersfinal.pdf>.
- Connelly, F., & Clandinin, D. (1990). Stories of experience and narrative inquiry. *Educational Researcher*, 19, 2-14. DOI: 10.3102/0013189X019005002
- Connolly, P. (2003). *Ethical principles for researching vulnerable groups*. Obtido em 12 de 04 de 2012, de Office of the First Minister and Deputy First Minister: <http://www.ofmdfmi.gov.uk/ethicalprinciples.pdf>.
- Conradson, D. (2003). Spaces of care in the city: The place of a community drop-in centre. *Social and Cultural Geography*, 4, 507-525. DOI: 10.1080/1464936032000137939
- Conraria, L., Alexandre, F., & Pinho, M. (2010). *O euro e o crescimento da economia portuguesa: Uma análise contrafactual*. Braga: Núcleo de Investigação em Políticas Económicas da Universidade do Minho.
- Conselho da União Europeia. (3 de 3 de 2005). *Comunicado de imprensa: 2644ª sessão do Conselho Emprego, política social, saúde e consumidores*. Obtido em 19 de 12 de 2010, de Conselho da União Europeia: www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/lisa/84154.pdf.
- Conselho Económico e Social. (04 de 11 de 2013). *Parecer sobre a proposta do Orçamento de Estado para 2014*. Obtido em 28 de 12 de 2013, de Conselho Económico e Social: www.ces.pt.
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. (11 de 07 de 2011). *Situação do sistema financeiro nacional: Situação recente*. Obtido em 17 de 05 de 2013, de Banco de Portugal:

- <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/ConselhoNacionalSupervisoresFinanceiros/Document/s/Situa%C3%A7%C3%A3oSistFinanNacional.pdf>.
- Cook, J., Pickett-Schenk, S., Grey, D., Banghart, M., Rosenheck, R., & Randolph, F. (2001). Vocational outcomes among formerly homeless persons with severe mental illness in the ACCESS program. *American Psychiatric Associations*, 52(8), 1075-1080. DOI: 10.1176/appi.ps.52.8.1075
- Cook, T. (1979). *Vagrancy: Some new perspectives*. London: Academic Press.
- Cooper, B. (1995). *Shadow people: The reality of homelessness in the 1990s*. Sidney: Sidney City Mission.
- Corbin, J., & Strauss, A. (1990). Grounded Theory research: Procedures, cannons, and evaluative criteria. *Qualitative Sociology*, 13(1), 3-21. DOI: 10.1007/bf00988593
- Coren, E., Hossain, R., Pardo, J., Thomae, M., Veras, M., & Chakraborty, K. (01 de 09 de 2012). *Interventions for promoting reintegration and reducing harmful behaviour and lifestyles in street-connected children and young people*. Obtido em 12 de 01 de 2013, de The Campbell Collaboration: file:///C:/Users/Morceguinha%20Linda/Downloads/Coren_Street_Connected_Children_Protocol.pdf
- Corliss, H., Goodenow, C., Nichols, L., & Austin, S. (2011). High burden of homelessness among sexual-minority adolescents: Findings from a representative Massachusetts high school sample. *American Journal of Public Health*, 101 (9), 1682-1689. DOI: 10.2105/ajph.2011.300155
- Costello, H. (2007). Hunger in our own backyard: The face of hunger in the United States. *Nutrition in Clinical Practice*, 22(6), 587-590. DOI: 10.1177/0115426507022006587
- Council of the European Union. (6 de 12 de 2010). *Council declaration on the European year for combating poverty and social exclusion: Working together to fight poverty in 2010 and beyond*. Obtido em 17 de 01 de 2011, de Dossier Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social: <http://www.agencia.ecclesia.pt/dlds/bo/118250.pdf>.
- Crane, M., & Warnes, A. (2010). Homelessness among older people and service responses. *Reviews in Clinical Gerontology*, 20, 354-363. DOI: 10.1017/s0959259810000225
- Crawley, J.; Kane, D.; Atkinson-Plato, L.; Hamilton, M.; Dobson, K., & Watson, J. (2013). Needs of the hidden homeless – no longer hidden: A pilot study. *Public Health*, 127 (7), 674–680. DOI: 10.1016/j.puhe.2013.04.006
- Cray, A., Miller, K., & Durso, L. (09 de 2013). *Seeking shelter: The experiences and unmet needs of LGBT homeless youth*. Obtido em 12 de 12 de 2013, de Center for American Progress: <http://www.americanprogress.org/wp-content/uploads/2013/09/LGBTHomelessYouth.pdf>.
- Creswell, J. (2003). *Research design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage publications.
- Creswell, J. (2005). *Educational research: Planning, conducting and evaluating quantitative and qualitative research*. Upper Saddle: Pearson Education.
- Creswell, J. (2007a). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Creswell, J. (2007b). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

- CRISIS. (2008). *About homelessness*. Obtido em 11 de 03 de 2010, de Crisis: The national charity for single homeless people: <http://www.crisis.org.uk/data/files/publications/Introduction%20to%20Homelessness%20and%20Housing.pdf>
- CRISIS. (1 de 12 de 2011). *A research briefing on mortality amongst homeless people*. Obtido em 12 de 03 de 2012, de Homelessness: A silent killer: <http://www.crisis.org.uk/data/files/publications/Homelessness%20-%20a%20silent%20killer.pdf>
- Cromby, J. (November de 2002). *Review: Jörg Frommer & David Rennie (Eds.), (2001). Qualitative Psychotherapy Research: Methods and Methodology [7 paragraphs]*. Obtido em 15 de April de 2009, de Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs020464>
- Cronley, C., Starnd, E., Patterson, D., & Gwaltney, S. (2009). Homeless people who are animal caretakers: A comparative study. *Psychological Reports, 105*(2), 481-499. DOI: 10.2466/pr0.105.2.481-499
- Cronley, C. (2010). Unraveling the social construction of homelessness. *Journal of Human Behavior in the Social Environment, 20*(2), 319-333. DOI: 10.1080/10911350903269955
- Cross, W., Hayter, M., Jackson, D. & Cleary, M. (2012). Editorial: Meeting the health care needs associated with poverty, homelessness and social exclusion: The need for an interprofessional approach. *Journal of Clinical Nursing, 21*(7-8), 907-908. DOI: 10.1111/j.1365-2702.2011.03945.x
- Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Águeda. (2014). *Centro de alojamento temporário para passantes e sem abrigo*. Obtido em 12 de 01 de 2014, de O que fazemos: <http://agueda.cruzvermelha.pt/o-que-fazemos.html?view=article&id=3191>.
- Culhane, D. (1993). The organization and utilization of the shelter system in Philadelphia: Estimating length of stay and turnover. *Journal of Health and Social Policy, 4*(4), 55-78. DOI: 10.1300/j045v04n04_04
- Culhane, D. P., & Byrne, T. (2010). Preface. Homelessness and housing exclusion in Europe: Challenges and opportunities for research and policy. In E. O'Sullivan, V. Busch-Geertsema, D. Quilgars, & N. Pleace (Eds.), *Homelessness Research in Europe* (pp. 9-14). Brussels: FEANTSA.
- Culhane, D. P., Kane, V. & Johnston, M. (2013) Homelessness research: Shaping policy and practice, now and into the future. *American Journal of Public Health, 103*(2), 181-182. DOI: 10.2105/ajph.2013.301728
- Culhane, D., & Metraux, S. (2008). Rearranging the deck chairs or reallocating the lifeboats? Homelessness assistance and its alternatives. *Journal of the American Planning Association, 74*(1), 111-121. DOI: 10.1080/01944360701821618
- Culhane, D., Metraux, S., & Hadley, T. (2001). *The impact of supportive housing for homeless people with severe mental illness on the utilization of the public health, corrections and emergency shelter systems: The New York initiative*. Obtido em 14 de Março de 2009, de Fannie Mae Foundation: <http://ginsler.com/sites/ginsler/files/NYNYCostStudy.pdf>.
- Culhane, D. P., Metraux, S., Park, J. M., Schretzman, M., & Valente, J. (2007). Testing a typology of family homelessness based on patterns of public shelter utilization in four U.S. jurisdictions: Implications for policy and program planning. *Housing Policy Debate, 18*(1), 1-28. DOI: 10.1080/10511482.2007.9521591

Cutcliffe, J. R. (2000). Methodological issues in grounded theory. *Journal of Advanced Nursing*, 31 (6), 1476-1484. DOI: 10.1046/j.1365-2648.2000.01430.x

Cutcliffe, J. (2005). Adapt or adopt: Developing and transgressing the methodological boundaries of Grounded Theory. *Journal of Advanced Nursing*, 51(4), 421-428. DOI: 10.1111/j.1365-2648.2005.03514.x

D

Dalai Lama. (2008). *Human rights, democracy and freedom*. Obtido em 14 de Março de 2009, de His Holiness the 14th Dalay Lama: <http://dalailama.com/page.233.htm>.

Daly, G. (2013). *Homeless: Policies, strategies and lives on the streets*. New York, NY: Routledge.

Daly, M. (1993). *Abandoned: Profile of Europe's homeless people. The second report of the european observatory on homelessness*. Brussels: FEANTSA.

Dawson, A. & Jackson, D. (2013). The primary health care service experiences and needs of homeless youth: A narrative synthesis of current evidence. *Contemporary Nurse*, 44, 62-75. DOI: 10.5172/conu.2013.44.1.62

de Decker, P. & Segers, K. (2013). Chaotic, fluid and unstable: An exploration of the complex housing trajectories of homeless people in Flanders, Belgium. *Journal of Housing and the Built Environment*, 1-20. DOI: 10.1007/s10901-013-9367-0

de la Cuesta, C. (2005). The craft of care: Family care of relatives with advanced dementia. *Qualitative Health Research*, 15(7), 881-896. DOI: 10.1177/1049732305277805

de Silva, M., Manworren, J., & Targonski, P. (2011). Impact of a housing first program on health utilization outcomes among chronically homeless persons. *Journal of Primary Care, Community and Health*, 2(1), 16-20. DOI: 10.1177/2150131910385248

de Ville, F., & Orbie, J. (2014). The European Commission's neoliberal trade discours since the crises: Legitimizing continuity through subtle discursive change. *The British Journal of Politics & International Relations*, 16(1), 149-167. DOI: 10.1111/1467-856x.12022

Degrave, W. (1999). *O poder e as responsabilidades do conhecimento científico (resumo da palestra)*. Obtido em 12 de 04 de 2012, de A moralidade dos atos científicos: Questões emergentes dos comités de ética em pesquisa: <http://www.ghente.org/publicacoes/moralidade/poder.pdf>

DeLisi, M. (2000). Who is dangerous? Comparing the criminality of adult homeless and domiciled jailed inmates: A research note. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 44, 59-69. DOI: 10.1177/0306624x00441006

Denzin, N., & Lincoln, S. (1998). *The landscape of qualitative research: Theories and issues*. London: Sage Publications.

Denzin, N., & Lincoln, S. (2003). *Strategies of qualitative inquiry* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Department for Communities and Local Government, The Rt Hon Eric Pickles MP & Minister of State for Housing (2014). *Providing housing support for older and vulnerable people*. Obtido em 20 de 06 de 2014, de Policy: <https://www.gov.uk/government/policies/providing-housing-support-for-older-and-vulnerable-people/supporting-pages/dealing-with-homelessness>.

- Departments for Communities and Local Government (2012). *Making every contact count: A joint approach to preventing homelessness*. Obtido em 20 de 05 de 2013, de Department for Communities and Local Government: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/7597/2200459.pdf.
- Desjarlais, R. (1997). *Shelter blues: Sanity and selfhood among the homeless*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- DeVerteuil, G. (2006). The local state and homeless shelters: Beyond revanchism? *Cities*, 23, 109-120. DOI: 10.1016/j.cities.2005.08.004
- Diário de Notícias. (05 de 02 de 2007). *Um centro na primeira linha de acolhimento dos sem-abrigo*. Obtido em 17 de 03 de 2008, de Sociedade: http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=652413.
- Diário de Notícias. (21 de 02 de 2014). *Sem abrigo ficou sujeito a termo de identidade e residência*. Obtido em 23 de 05 de 2014, de Sociedade: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3699094.
- Dickson-Gomez, J., Convey, M., Hilario, H., Corbett, M., & Weeks, M. (2008). Structural and personal factors related to access to housing and housing stability among drug users in Hartford, Connecticut. *Contemporary Drug Problems*, 35(1), 115-152.
- Didenko, E., & Pankratz, N. (2007). *Substance use: Pathways to homelessness? Or a way of adapting to street life?* Obtido em 01 de 02 de 2011, de Visions: BC's Mental Health and Addictions Journal, 4(1), 9-10: www.heterohelp.bc.ca.
- Digby, P. (1976). *Hosels and lodgings for single people*. London: HMSO.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2014). *Estudos*. Obtido em 01 de 02 de 2014, de Ministério da Educação e Ciência: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatVagasInsc/estudos>.
- Dixon, L., Krauss, N., Kernan, E., Lehman, A., & DeForge, B. (1995). Modifying the PACT model to serve homeless persons with severe mental illness. *Psychiatric Services*, 46(7), 684-688.
- DMASED/DAS/DISASC/ERASA. (13 de 01 de 2011). *Equipa de rua de apoio aos sem-abrigo - ERASA*. Obtido em 06 de 11 de 2012, de Direção Geral da Saúde, Ministério da Saúde: <http://saudemental.pt/wp-content/uploads/2011/02/Apresentacao-ERASA-Gulbenkian-13-de-Janeiro-2011.pdf>.
- Dodson, L. (1999). *Don't call us out of name*. Boston: Beacon Press.
- Doherty, J., Busch-Geertsema, V., Karpuskiene, V., Korhonen, J., O'Sullivan, E., Sahlin, I., Tosi, A., Petrillo, A. & Wygnańska, J. (2008). Homelessness and exclusion: Regulating public space in European Cities. *Surveillance & Society*, 5(3), 290-314.
- Donaldson, L., Ahearn, F., Fullerton, C., Gifford, R., & Ursano, R. (2009). Resiliency among people who are homeless during the Washington-area sniper attacks of October 2002. *Journal of Poverty*, 13(1), 20-39. DOI: 10.1080/10875540802623286
- Donnelly, J. (2003). *Universal human rights in theory & practice* (2nd ed.). New York, NY: Cornell University.
- Dordic, G. (1997). *Something left to lose: Personal relations and survival among New York's homeless*. Philadelphia, PA: Temple University Press.

- Draucker, C., Martsof, D., Ratchneewan, R., & Rusk, T. (2007). Theoretical sampling and category development in Grounded Theory. *Qualitative Health Research*, 17(8), 1137-1147. DOI: 10.1177/1049732307308450
- Duarte, V. (18 de 06 de 2010). *Escolha ou destino? Discussões em torno da vitimização e da agencialidade na infração juvenil feminina*. Obtido em 16 de 07 de 2011, de Agency 2.0: Agencialidade, Identidade e Poder. II Simpósio da linha de investigação Identidade Social e Diferenciação (SID) do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA): http://www.cria.org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=358%3Aagency-20-agencialidade-identidade-e-poder-&lang=pt.
- Duménil, G., & Lévy, D. (2004). *Capital resurgent. Roots of the neoliberal revolution*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Duménil, G., & Lévy, D. (23 de 09 de 2005). *Neoliberalism - Neoimperialism*. Obtido em 23 de 06 de 2008, de Gérard DUMÉNIL -- Dominique LÉVY: <http://www.oid-ido.org/IMG/pdf/neoico.pdf>.
- Durão, S., & Coelho, M. (18 de 06 de 2010). *Agência, moralidades e emoções. propostas de interpretação de ONGs culturais do Brasil urbano*. Obtido em 16 de 07 de 2011, de Agency 2.0: Agencialidade, identidade e poder. II Simpósio da linha de investigação Identidade Social e Diferenciação (SID) do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA): http://www.cria.org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=358%3Aagency-20-agencialidade-identidade-e-poder-&lang=pt.
- Durso, L. E., & Gates, G. J. (07 de 11 de 2012). *Serving our youth: Findings from a national survey of service providers working with lesbian, gay, bisexual, and transgender youth who are homeless or at risk of becoming homeless*. Obtido em 12 de 03 de 2012, de The Williams Institute with True Colors Fund and The Palette Fund: <http://fortytonone.org/wp-content/uploads/2012/06/LGBT-Homeless-Youth-Survey-Final-Report-7-11-12.pdf>.
- Dyb, E. (2009) Imprisonment: A major gateway to homelessness. *Housing Studies*, 24(6), 809-24. DOI: 10.1080/02673030903203676

E

- EAPN. (09 de 05 de 2012). *Os sem-abrigo e o direito à habitação em contexto europeu*. Obtido em 16 de 11 de 2012, de EAPN Press Release: www.eapn.pt.
- EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza. (07 de 2011). *Indicadores sobre a pobreza: Dados Europeus e Nacionais*. Obtido em 28 de 12 de 2011, de EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza: http://www.eapn.pt/documentos_visualizar.php?ID=42.
- Eberle, M., Kraus, D., & Serge, L. (31 de 05 de 2009). *Results of the pilot study to estimate the size of the hidden homeless population in Metro Vancouver*. Obtido em 10 de 03 de 2010, de The homeless hub: <http://www.homelesshub.ca/ResourceFiles/4qoegog5.pdf>.
- Echenberg, H., & Jensen, H. (29 de 12 de 2008). *Defining and enumerating homelessness in Canada*. Obtido em 11 de 10 de 2010, de Library of Parliament: www.parl.gc.ca/content/LOP/research_publications/prb0830-e.pdf.
- Echenberg, H., & Jensen, H. (02 de 02 de 2009). *Risk factors for homelessness*. Obtido em 17 de 2 de 2010, de Library of Parliament Research Publications: <http://www.parl.gc.ca/content/lop/researchpublications/prb0851-e.htm>.

- Ecorys Nederlands BV. (30 de 11 de 2011). *Evaluation of the European Year 2010 for combating poverty and social exclusion*. Obtido em 15 de 01 de 2012, de European Commission: https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Fsocial%2FblobServlet%3FdocId%3D7471%26langId%3Den&ei=Ts9VUd-9Cflb7AbE0IDwBA&usq=AFQjCNHGMavrKZJeNOImWy4GLH51HMNO_w&bvm=bv.44442042,d.d2k.
- Edgar, B. (12 de 2009). *2009 European Review on homelessness*. Obtido em 4 de 12 de 2010, de European Observatory on Homelessness: http://eohw.horus.be/files/freshstart/European%20Statistics%20Reports/FEANTSA_2009StatsReview_EN.pdf.
- Edgar, B. (2012). The ETHOS definition and classification of homelessness and housing exclusion. *European Journal of Homelessness*, 6(2), 219-226.
- Edgar, B., Doherty, J., & Meert, H. (01 de 08 de 2003). *Review of statistics on homelessness in Europe*. Obtido em 17 de 11 de 2006, de European Observatory on Homelessness: http://www.feantsa.org/files/transnational_reports/EN_StatisticsReview_2003.pdf.
- Edgar, B., Harrison, M., Watson, P. and Busch-Geertsema, V. (2007). *Measurement of homelessness at a European Union level*. Brussels: European Commission, Employment, Social Affairs and Equal Opportunities DG.
- Elbogen, E., Tiegreen, J., Vaughan, C., & Bradford, D. (2011). Money management, mental health, and psychiatric disability: A recovery-oriented model for improving financial skills. *Psychiatric Rehabilitation Journal*, 34(3), 223-231. DOI : 10.2975/34.3.2011.223.231
- Elliott, D. (16 de 12 de 2011). *Europe's sticky wicket*. Obtido em 16 de 01 de 2012, de Europe's debt crisis: http://money.cnn.com/2011/12/16/markets/europe_crisis/index.htm.
- Emmel, N. (2013). *Sampling and choosing cases in qualitative research: A realist approach*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Erickson, S., & Page, J. (1999). To dance with grace: Outreach and engagement to persons on the street. In L. Fosburg, & D. Dennis (Orgs.), *Practical lessons: The 1998 national symposium on homelessness research* (s.p.). Washington: U.S. Department of Housing and Urban Development; U.S Department of Health and Human Services.
- European Anti-poverty Network Ireland. (10 de 06 de 2011). *Response to crisis driving more into poverty says EAPN Ireland at European Seminar, Dublin*. Obtido em 18 de 08 de 2011, de European Anti-poverty Network Ireland: <http://www.eapn.ie/eapn/response-to-crisis-driving-more-into-poverty-says-eapn-ireland-at-european-seminar-dublin>.
- European Central Bank. (10 de 03 de 2011). *Joint press statement by the European Commission and the European Central Bank on the Measures announced by the Portuguese government*. Obtido em 05 de 05 de 2011, de Press Release: <http://www.ecb.int/press/pr/date/2011/html/pr110311.en.html>.
- European Commission. (16 de 12 de 2010a). *The European platform against poverty and social exclusion: A European framework for social and territorial cohesion*. Obtido em 15 de 06 de 2011, de Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0758:FIN:EN:PDF>.

- European Commission. (8 de 10 de 2010b). *Initiatives within the European Strategy for Social Protection and Social Inclusion*. Obtido em 02 de 08 de 2010, de Homelessness and housing exclusion: https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=26&cad=rja&ved=0CFIQFjAFOBQ&url=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Fsocial%2FBlobServlet%3FdocId%3D6396%26langId%3Den&ei=MLxVUbGMJyQ7AaqoIDoBg&usq=AFQjCNEuvrg-WG0SxN_10Opb_dzW6TXnuA&bvm= bv.44442042,d.d.
- European Commission. (s/m de 2010c). *Study on housing exclusion: Welfare policies, housing provision and labour markets*. Brussels: European Commission.
- European Commission. (08 de 04 de 2011a). *Europe 2020*. Obtido em 02 de 04 de 2011, de Europa: ec.europa.eu/europe2020/index_en.htm.
- European Commission (2011b). *Migrants in Europe: A statistical portrait of the first and second generation*. Obtido em 01 de 12 de 2013, de EUROSTAT: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-31-10-539/EN/KS-31-10-539-EN.PDF.
- European Commission. (07 de 2013). *Housing statistics*. Obtido em 01 de 12 de 2013, de EUROSTAT: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Housing_statistics#Further_Eurostat_information.
- European Commission - Community Research. (2006). *Emerging science and technology priorities in public research policies in the EU, the US and Japan*. Obtido em 16 de 07 de 2008, de European Commission: http://ec.europa.eu/research/social-sciences/pdf/ntw-emerging-report_en.pdf.
- European Commission – DG Economic and Financial Affairs. (07 de 2009a). *Economic crisis in Europe: Causes, consequences and responses*. Obtido em 03 de 01 de 2010, de European Commission DG Economic and Financial Affairs: http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/publication15887_en.pdf.
- European Commission – DG Economic and Financial Affairs. (06 de 2009b). *Impact of the current economic and financial crisis on potential output*. Obtido em 19 de 06 de 2010, de The financial and economic crisis - facts, analysis and policies: http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/publication15479_en.pdf.
- European Commission – DG Economic and Financial Affairs. (06 de 2011). *The economic adjustment programme for Portugal*. Obtido em 02 de 07 de 2011, de European Economy. Occasional Papers: http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/occasional_paper/2011/op79_en.htm.
- European Commission – DG for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities. (03 de 2005). *Joint Report on Social Protection and Social Inclusion*. Obtido em 13 de 09 de 2009, de European Anti Poverty Network Ireland: www.eapn.ie/eapn/wp-content/uploads/2009/11/joint-report-on-social-protection-2005.pdf.
- European Commission – DG for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities. (03 de 2009). *Joint Report on Social Protection and Social Inclusion*. Obtido em 15 de 11 de 2010, de Poverty and social exclusion: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=751&langId=en&furtherPubs=yes>.
- European Commission – DG Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, Social Situation Observatory. (11 de 2010). *Research note 3/2010 Financial exclusion in the EU: New evidence from the EU-SILC special module*. Obtido em 1 de 2 de 2011, de Social Situation Observatory: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=676&langId=en>.

- European Commission – DG for Employment, Social Affairs and Inclusion. (13 de 03 de 2009). *Joint Report on Social Protection and Social Inclusion*. Obtido em 03 de 01 de 2011, de Joint reports - EU: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=757&langId=en>.
- European Commission – DG for Employment, Social Affairs and Inclusion. (01 de 2011a). *The Measurement of Extreme Poverty in the European Union*. Obtido em 12 de 04 de 2011, de Poverty and social exclusion: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=751&langId=en&furtherPubs=yes>.
- European Commission – DG for Employment, Social Affairs & Inclusion. (12 de 2011b). *EU Employment and Social Situation: Quarterly Review*. Obtido em 20 de 01 de 2012, de European Commission - DG Employment, Social Affairs & Inclusion: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=1157&furtherNews=yes>.
- European Commission – DG Employment, Social Affairs & Equal Opportunities. (2010). *The European Social fund: A cornerstone in the fight against poverty and social exclusion*. Obtido em 01 de 02 de 2011, de European Commission: ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=4994&langId=en.
- European Commission – DG Employment, Social Affairs & Inclusion. (29 de 06 de 2010). *Homelessness - A major challenge in Europe*. Obtido em 18 de 12 de 2010, de European Commission: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=637&newsId=869&furtherNews=yes>.
- European Commission – DG for Employment, Social Affairs and Inclusion. (03 de 2011a). *The social dimension of the Europe 2020 Strategy: A report of the Social protection committee (2011)*. Obtido em 17 de 07 de 2011, de European Union Programme for Employment and Social Solidarity - PROGRESS (2007-2013): <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=750&langId=en&furtherPubs=yes>.
- European Commission – Employment, Social Affairs and Inclusion. (11 de 2011b). *Social Europe. The distributional effects of austerity measures: A comparison of six EU countries (Research note 2/2011)*. Obtido em 15 de 01 de 2012, de Social Situation Observatory: <http://www.socialsituation.eu/research-notes>.
- European Commission – DG Research. (2007). *Constructing understandings of homeless populations*. Obtido em 12 de 06 de 2009, de Community Research and Development Information Service: <http://cordis.europa.eu/documents/documentlibrary/100124281EN6.pdf>.
- European Commission – DG Research and Innovation. (25 de 09 de 2012). *Themes*. Obtido em 13 de 01 de 2013, de Site map: <http://ec.europa.eu/research/index.cfm?pg=sitemap>.
- European Commission – Eurobarometer. (01 de 2010). *Social climate full report*. Obtido em 12 de 12 de 2010, de Special Eurobarometer: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_315_en.pdf.
- European Commission – Eurobarometer (01 de 2012). *Active ageing*. Obtido em 12 de 12 de 2012, de Special Eurobarometer: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_378_en.pdf.
- European Court of Human Rights. (06 de 2010). *Convenção para a protecção dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, com as modificações introduzidas pelos protocolos n. 11 e 14, acompanhada do protocolo adicional e dos protocolos n. 4, 6, 7 e 13*. Obtido em 10 de 12 de 2010, de European Court of Human Rights: www.echr.coe.int/NR/rdonlyres/7510566B-AE54-44B9-A163-912EF12B8BA4/0/POR_CONV.pdf

- European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (2010). *Demographic change and work in Europe*. Obtido em 18 de 11 de 2011, de Eurofund: www.eurofound.europa.eu/ewco/surveyreports/EU0902019D/EU0902019D.pdf.
- European Parliament. (1987). *Report drawn up on behalf of the Committee on Social Affairs and Employment of the European Parliament on Shelter for the Homeless in the European Community [Working Document A 2-246/86]*. Brussels: European Parliament.
- European Parliament. (14 de 04 de 2010). *Call on EU and Member States commitment to ending homelessness in Europe*. Obtido em 18 de 11 de 2010, de European Parliament: http://www.alde.eu/fileadmin/docs/news-event-sessions/Homelessness-statement_final.pdf
- European Parliament. (24 de 01 de 2011). *Citizens' Agora on crises and poverty: Civil society to table proposals*. Obtido em 06 de 03 de 2011, de European Parliament/News: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/pressroom/content/20110124IPRI2355/html/Citizens'-Agora-on-crises-and-poverty-civil-society-to-table-proposals>
- European Parliament/The president. (12 de 10 de 2012). *Schulz on Nobel Peace Prize: This prize is for all EU citizens*. Obtido em 18 de 01 de 2013, de Press release: http://www.europarl.europa.eu/the-president/en/press/press_release_speeches/press_release/2012/2012-october/html/schulz-on-nobel-peace-prize--this-prize-is-for-all-eu-citizens.
- European Union. (1 de 12 de 2010). *Factsheet 2010, the European Year for combating poverty and social exclusion*. Obtido em 03 de 02 de 2011, de Comissão Europeia. Emprego, assuntos sociais e inclusão: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=637>
- European Union. (21 de 01 de 2013). *Europe 2020 targets*. Obtido em 2 de 02 de 2013, de Europe 2020: http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/targets/index_en.htm
- EUROSTAT. (2004). *The production of data on homelessness and housing deprivation in the European Union: Survey and proposals*. Obtido em 1 de 02 de 2008, de EUROSTAT: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-CC-04-008/EN/KS-CC-04-008-EN.PDF
- EUROSTAT. (2010a). *Combating poverty and social exclusion: A statistical portrait of the European Union 2010*. Obtido em 26 de 02 de 2011, de EUROSTAT publications: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EP-09-001/EN/KS-EP-09-001-EN.PDF
- EUROSTAT. (13 de 12 de 2010b). *Income and living conditions in Europe*. (A. Atkinson, & E. Marlier, Editores) Obtido em 5 de 04 de 2011, de EUROSTAT Statistical books: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-31-10-555/EN/KS-31-10-555-EN.PDF
- EUROSTAT. (21 de 10 de 2010c). *In work poverty in the EU*. Obtido em 02 de 04 de 2011, de EUROSTAT Methodologies and working papers: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product_details/publication?p_product_code=KS-RA-10-015
- EUROSTAT. (10 de 01 de 2011). *Income poverty and material deprivation in European countries*. Obtido em 19 de 01 de 11, de EUROSTAT methodologies and working papers: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product_details/publication?p_product_code=KS-RA-10-030.
- EUROSTAT. (3 de 12 de 2012). *EUROSTAT news release 171/2012*. Obtido em 28 de 12 de 2012, de EUROSTAT Your key to european statistics: http://europa.eu/rapid/press-release_STAT-12-171_en.htm.

F

- Farrell, D. (2012). Understanding the psychodynamics of chronic homelessness from a self psychological perspective. *Clinical Social Work Journal*, 40(3), 337-347. DOI: 10.1007/s10615-012-0382-5
- Farrington, A., & Robinson, P. (1999). Homelessness and strategies of identity maintenance: A participant observation study. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 9, 175-194. DOI: 10.1002/(sici)1099-1298(199905/06)9:3<175::aid-casp497>3.0.co;2-r
- Faugier, J., & Sargeant, M. (1997). Sampling hard to reach populations. *Journal of Advanced Nursing*, 26, 790-797. DOI: 10.1046/j.1365-2648.1997.00371.x
- Fazel, S., & Grann, M. (2006). The population impact of severe mental illness on violent crime. *American Journal of Psychiatry*, 163, 1397-1403. DOI : 10.1176/appi.ajp.163.8.1397
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (17-18 de 10 de 2005). *Round table on social inclusion*. Obtido em 12 de 05 de 2009, de F.E.A.N.T.S.A.: www.feantsa.org/code/en/pg.asp?Page=515.
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (2007). *ETHOS - European Typology on Homelessness and Housing Exclusion*. Obtido em 05 de 04 de 2011, de F.E.A.N.T.S.A. Tools and Toolkits: <http://www.feantsa.org/code/en/pg.asp?page=484>.
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (2008a). *Informe europeo. El papel de la vivienda en el sinhogarismo. Ajojamiento y exclusión residencial. Tema anual 2008*. Obtido em 29 de Novembro de 2009, de Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri: http://www.feantsa.org/files/Housing_Annual_Theme/European_Report/08_European_Report_FEANTSA_Housing_final_ES.pdf.
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (2008b). *2011 Round of Population Censuses: FEANTSA Recommendations for the enumeration of homeless people on census night*. Brussels: FEANTSA.
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (2009). *Data sources on homelessness in the EU*. Obtido em 13 de Abril de 2009, de European Federation of National Organizations Working With the Homeless: <http://feantsa.horus.be/code/EN/pg.asp?Page=1152>.
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (2010a). *European urban knowledge network*. Obtido em 01 de 03 de 2011, de Ending Homelessness:A Handbook for Policy Makers: http://www.eukn.org/E_library/Housing/Housing_Policy/Homelessness/From_managing_to_ending_homelessness_in_Europe_a_guide_for_policy_makers
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (9-10 de 12 de 2010b). *European consensus conference on homelessness: Policy recommendations of the jury*. Obtido em 19 de 03 de 2011, de FEANTSA: http://www.feantsa.org/files/freshstart/Consensus_Conference/Outcomes/2011_02_16_FINAL_Consensus_Conference_Jury_Recommendations_EN.pdf.
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (2010c). *Background note: European consensus conference on homelessness*. Obtido em 29 de 01 de 2011, de F.E.A.N.T.S.A.: www.feantsa.org/files/freshstart/Consensus-Conference/Other/consensus%20conference%20-%20background%20note.pdf.

- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (2010d). *Ending homelessness: A handbook for policy makers*. Obtido em 17 de 01 de 2011, de www.feantsa.org/files/freshstart/Campaign_2010/.../100414_handbook_en.
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (Autumn de 2010e). *Changing faces: Homelessness among children, families and young people*. Obtido em 13 de 07 de 2011, de Homeless in Europe: http://youth-partnership-eu.coe.int/youth-partnership/news/attachments/Homeless_in_Europe_Autumn2010_EN_Final.pdf.pdf.
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (2011). *EU context*. Obtido em 12 de 04 de 2011, de F.E.A.N.T.S.A.: www.feantsa.org/code/en/pg.asp?Page=1114.
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (05 de 2012a). *Social innovation to combat homelessness: A guide*. Obtido em 13 de 07 de 2012, de FEANTSA: www.feantsa.org/files/freshstart/toolkits/2012_06_12_social_innovation_guide_final_EN.pdf.
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (05 de 2012b). *On the way home? FEANTSA Monitoring report on homelessness and homeless policies in Europe*. Obtido em 17 de 02 de 2013, de FEANTSA: www.feantsa.org/files/freshstart/toolkits/2012_06_12_social_innovation_guide_final_EN.pdf.
- Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri. (s.m. de 2012c). Portugal FEANTSA country fiche. Obtido em 17 de 03 de 2013, de FEANTSA: http://www.feantsa.org/spip.php?action=accéder_document&arg=1524&cle=6650c022b48554fe61c40268a6c5d780609d0ebd&file=pdf%2Fportugal.pdf.
- Fernandes, E., & Maia, A. (2001). Grounded Theory. In E. Fernandes, L. Almeida, E. Fernandes, & L. Almeida (Eds.), *Métodos e técnicas de avaliação: Contributos para a prática e investigação psicológicas* (pp. 49-76). Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos em Educação e Psicologia.
- Fernandes, E., & Maia, A. (2003). Grounded Theory. In E. Fernandes, & L. Almeida (Eds.), *Modelos e técnicas de avaliação: Novos contributos para a prática e investigação psicológicas* (pp. 49-76). Braga: CEEP Edições.
- Fernandes, F., Raizer, M., & Brêtas, A. (27 de 08 de 2007). *Pobre, idoso e na rua: uma trajetória de exclusão*. Obtido em 12 de 02 de 2010, de Revista Latino-Americana de Enfermagem: <http://www.revistas.usp.br/rlae/article/viewFile/16890/18616>.
- Fernandes, I. (2005). A dialética das possibilidades: A face interventiva do Serviço Social. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 4, 1-21.
- Fernandes, J., & Krupenski, P. (08 de 03 de 2013). *Relatório Social Watch 2013 – Portugal: Uma estratégia para a cooperação portuguesa e mais protecção social são necessárias*. Obtido em 03 de 05 de 2013, de Oikos: http://www.oikos.pt/images/pdf/comunicadosimprensa/comunicados_institucionais/2013/Social%20Watch%20Report%202013_Portugal_final_Portugu%C3%AAs.pdf.
- Fernandes, R. (1993). *Os sem-abrigo da cidade de Lisboa: Avaliação do estado de saúde dos sem-abrigo utentes do refeitório dos Anjos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Direção Regional de Saúde.
- Ferneer, H., Oldersma, F., & Poppinga, R. (2010). The process of homelessness: An event history analysis of lengths of stay in Groningen shelter accommodation. *European Journal of Homelessness*, 3, 155-169.

- Ferreira, F. (2011). *O impacto da crise financeira de 2008 no comportamento dos investidores. Dissertação de Mestrado em Marketing*. Lisboa: ISCTE Business School do Instituto Universitário de Lisboa.
- Ferreira, J., Silva, F., Albergaria, H., Simões, A., Campos, M., & Teotónio, C. (2013). *Diagnóstico social do município de Coimbra - 2013*. Coimbra: Rede Social de Coimbra.
- Ferreira, S. (2007). Exclusão social e o papel do estado e do terceiro sector. *A cidade é de tod@as: Democracia, integração, urbanismo e cultura* (p. s.p.). Lisboa: Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde.
- Feynman, R. (04 de 1963). *The uncertainty of science*. Obtido em 02 de 04 de 2013, de The meaning of it all: <http://www.inf.fu-berlin.de/lehre/pmo/eng/Feynman-Uncertainty.pdf>
- Fine, M. (1991). *Framing dropouts: Notes on the politics of an urban public high school*. Albany: State University of New York Press.
- Fingeret, H. (1990). Changing literacy instruction: Moving beyond the status quo. In F. Chrisman (Ed.), *Leadership for literacy: The agenda for the 1990s* (pp. 25-50). San Francisco, CA: Jossey Bass.
- Fingeret, H., & Drennon, C. (1997). *Literacy for life: Adult learners, new practices*. New York, NY: Teachers College Press.
- Finfgeld-Connett, D. (2010). Becoming homeless, being homeless, and resolving homelessness among women. *Issues in Mental Health Nursing, 31*, 461–469. DOI: 10.3109/01612840903586404
- Finley, S., & Barton, A. (2003). The power of space: Constructing a dialog of resistance, transformation, and homelessness. *Qualitative Studies in Education, 16*(4), 483-487. DOI: 10.1080/0951839032000099499
- Fischer, P. (1988). Criminal activity among the homeless: A study of arrests in Baltimore. *Hospital and Community Psychiatry, 46*, 1115-1128.
- Fischer, P., & Breakey, W. (1991). The epidemiology of alcohol, drug, and mental disorders among homeless persons. *American Psychologist, 46*(11), 1115-1128. DOI: 10.1037//0003-066x.46.11.1115
- Fischer, S., Shinn, M., Shrout, P., & Tsemberis, S. (2008). Homelessness, mental illness, and criminal activity: Examining patterns over time. *American Journal of Community Psychology, 42*, 251-265. DOI: 10.1007/s10464-008-9210-z
- Fischer, B., Mayberry, L., Shinn, M., & Khaddurib, J. (2014). Leaving homelessness behind: Housing decisions among families exiting shelter. *Housing Policy Debate, 24*(2), 364-386. DOI: 10.1080/10511482.2013.852603.
- Fitzpatrick, S. (2005). Explaining homelessness: A critical realist perspective. *Housing, theory and society, 22*(1), 1-17. DOI: 10.1080/14036090510034563.
- Fitzpatrick, S. & Christian, J. (2006). Comparing homelessness research in the US and Britain, European. *Journal of Housing Policy, 6*(3), 315–36. DOI: 10.1080/14616710600973151
- Fitzpatrick, S., Bramley, G., & Johnsen, S. (2013). Pathways into multiple exclusion homelessness in seven UK cities. *Urban Studies, 50*(1), 148-168. DOI: 10.1177/0042098012452329
- Fitzpatrick, S., & Stephens, M. (2007). *An international review of homelessness and social housing policy: Final report*. York: Centre for Housing Policy: University of York .

- Flåto, M., & Johannessen, K. (2010). Economic strategies among long-term homeless people: The concept of harvesting economy. *European journal of Homelessness*, 4, 89-109.
- Foddy, W. (2002). *Como perguntar. Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Lisboa: Celta.
- Folsom, D., Hawthorne, W., Lindamer, L., Gilmer, T., Bailey, A., Golshan, S., et al. (2005). Prevalence and risk factors for homelessness and utilization of mental health services among 10,340 patients with serious mental illness in a large public mental health system. *American Journal of Psychiatry*, 162, 370-376. DOI: 10.1176/appi.ajp.162.2.370
- Ford-Gilboe, M., Wuest, J., & Merritt-Gray, M. (2005). Strengthening capacity to limit intrusion: Theorizing family health promotion in the aftermath of human abuse. *Qualitative Health Research*, 15(4), 477-501. DOI: 10.1177/1049732305274590
- Forge, N. (01 de 01 de 2012). *A longitudinal investigation of risk and resilience among homeless LGBT youth residing in a transitional living shelter*. Obtido em 1 de 1 de 2013, de Fordham University: <http://fordham.bepress.com/dissertations/AA13544984>.
- Fosburg, L., & Dennis, D. (1999). *Practical lessons: The 1998 National Symposium on Homelessness Research*. Washington: U.S. Department of Housing and Urban Development, U.S. Department of Health and Human Services.
- Foscarinis, M. (2007). The growth of a movement for a human right to housing in the United States. *Harvard Human Rights Journal*, 20, 35-40.
- Foster, H., & Hagan, J. (2007). Incarceration and intergenerational Social exclusion. *Social Problems*, 54(4), 399-433. DOI: 10.1525/sp.2007.54.4.399
- Foucault, M. (1981). *Microfísica do poder* (2a ed.). Rio de Janeiro: Edição Graal.
- Fraenkel, P. (2014). Fresh start for families: A collaboratively-built community-based program for families that are homeless. In T. Nelson & H. Winawer (Eds.), *Critical topics in family therapy* (pp. 35-43). New York: Springer. DOI: 10.1007/978-3-319-03248-1_4
- França, C. (2011). *Determinants of loan and lease losses experienced by north american bank holding companies in 2008. Mestrado em Finanças*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- France 24. (09 de 12 de 2011). *EU president unveils crisis-fighting measures*. Obtido em 30 de 12 de 2011, de France 24 International News: <http://www.france24.com/en/20111209-eu-president-unveils-crisis-fighting-measures>.
- Frangella. (2005). Moradores de rua na cidade de São Paulo: Vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. *Cadernos Metrôpole*, 13, 199-228.
- Frangella, S. (2010). *Corpos urbanos errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Fapesp.
- Frazer, H. (2009). Response to "How to use the Open Method of Co-ordination to deliver policy progress at European level: The example of homelessness. *European Journal of Homelessness*, 3, 317-327.
- Frazer, H. & Marlier, E. (2009). *Homelessness and Housing Exclusion across EU Member States*. Brussels: European Commission.

- Frazer, H., Marlier, E. & Nichaise, I. (2010). *A social inclusion roadmap for Europe 2020*. Antwerpen/Apeldoorn: Garant.
- Frederick, T. (2014). Diversity at the margins: The interconnections between homelessness, sex work, mental health, and substance use in the lives of sexual minority homeless young people. In D. Peterson, & V. Panfil (Eds.), *Handbook of LGBT Communities, Crime, and Justice* (pp. 473-501). New York, NY: Springer. DOI: 10.1007/978-1-4614-9188-0_22
- Freebody, P. (2003). *Qualitative research in education: Interaction and practice*. London: Sage.
- Freeman, M. (2011). *Human rights: An interdisciplinary approach* (2nd ed.). Cambridge: Polity Press.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra.
- Fundação AMI . (2014). *Equipas de rua*. Obtido em 12 de 02 de 2014, de AMI por uma ação humanitária global: <http://www.ami.org.pt/default.asp?id=p1p6p22p149&l=1>
- Furedi, F. (2006a). Taking the social out of policy: A critique of the politics of behaviour. In F. Furedi (Ed.), *Diverse Britain: Social practice and social policy conference* (s.p.). London: Keyworth Center, London South Bank University.
- Furedi, F. (11 de 09 de 2006b). *Save us from the politics of behaviour*. Obtido em 19 de 08 de 2012, de Spiked: <http://www.spiked-online.com/newsite/article/1638#.Uhl8iZK1GDg>
- Furlong , A., Cartmel, F., Powney, J., & Hall, S. (12 de 1997). *Evaluating youth work with vulnerable young people*. Obtido em 18 de 02 de 2008, de The scre center: <http://dspace.gla.ac.uk:8080/bitstream/1905/240/1/083.pdf>.

G

- Gaertz, S., & O'Grady, B. (2002). Making money: Exploring the economy of young homeless workers. *Work, employment and society*, 16, 433-456. DOI: 10.1177/095001702762217425
- Gaetz, S., Donaldson, J., Richter, & Gulliver, T. (2013). *The state of homelessness in Canada 2013*. Obtido em 02 de 03 de 2014, de The homeless hub: http://www.dianova.ca/pub/2013_etat_de_litinerance_au_canada_execsummary_EN.pdf.
- Gal, J., & Ajzenstadt, M. (2013). The long path from a soup kitchen to a welfare state in Israel. *The Journal of Policy History*, 25(2), 240-263. DOI: 10.1017/s0898030613000055
- Galaif, E., Nyamathi, A., & Stein, J. (1999). Psychological predictors of current drug use, drug problems, and physical drug dependence in homeless women. *Addictive Behaviors*, 24(6), 801-814. DOI: 10.1016/s0306-4603(99)00038-6
- Gall, M., Gall, J. P., & Borg, R. (2007). *Educational research: An introduction*. Boston: Allyn e Bacon.
- Gambatese, M., Marder, D., Begier, E., Gutkovich, A., Mos, R., Griffin, A., Zimmerman, R., Madsen, A. (2013). Programmatic impact of 5 years of mortality surveillance of New York city homeless populations. *American Journal of Public Health*, 103(2), 193-198. DOI: 10.2105/ajph.2012.301196
- Garland, D. (2001). *The culture of control*. New York: Oxford University Press.

- Garland, T., Richards, T., & Cooney, M. (2010). Victims hidden in plain sight: The reality of victimization among the homeless. *Criminal Justice Studies: A Critical Journal of Crime, Law and Society*, 24(3), 285-301. DOI: 10.1080/1478601x.2010.516525
- Garner, L., & Ratschen, E. (2013). *Tobacco smoking, associated risk behaviours, and experience with quitting: A qualitative study with homeless smokers addicted to drugs and alcohol*. Obtido em 19 de 12 de 2013, de BMC Public Health : <http://www.biomedcentral.com/1471-2458/13/951>.
- Germano, M., & Kulesza, W. (2010). Ciência e senso comum: Entre rupturas e continuidades. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, 27, 115-135. DOI: 10.5007/2175-7941.2010v27n1p115
- Gerrar, M. (1993). The Victims of NIMBY. *Fordham Urban Law Journal*, 21(3), 494-522.
- Gerry, S. (2007). Jones v. city of Los Angeles: A moral response to one city's attempt to criminalize, rather than confront, its homelessness crisis. *Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review*, 42, 239-251.
- Gibb, K., Maclennan, D., & Stephens, D. (1 de 03 de 2013). *Innovative financing of affordable housing: International and UK perspectives*. Obtido em 12 de 09 de 2013, de JFR Report: <http://www.jrf.org.uk/sites/files/jrf/affordable-housing-finance-full.pdf>
- GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia. (03 de 2009). *Estratégia nacional para a integração de pessoas sem-abrigo*. Obtido em 16 de 02 de 2011, de Instituto da Droga e da Toxicodpendência: http://www.idt.pt/PT/Reinsercao/Documents/EN_IntegPessoasSemAbrigo.pdf.
- Giske, T. (2007). *Preparative waiting: Dissertation for the degree doctor politicarum (dr. polit.) at the University of Bergen*. Bergen: Bergen University.
- Giske, T., & Artinian, B. (2007). A personal experience of working with classical Grounded Theory: From beginner to experienced grounded theorist. *International Journal of Qualitative Methods*, 6(4), 67-80.
- Glaser, B. (1965). The constant comparative method of qualitative analysis. *Social Problems*, 12(4), 436-445. DOI: 10.2307/798843
- Glaser, B. (1978). *Theoretical sensitivity*. San Francisco, CA: The Sociology Press.
- Glaser, B. (1992). *Basic of Grounded Theory analysis*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Glaser, B. (1996). *Gerund grounded theory: The basic social process dissertation*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Glaser, B. (1998). *Doing Grounded Theory: Issues and discussions*. Mill Valey, CA: Sociology Press.
- Glaser, B. (1999). The future of Grounded Theory. *Qualitative Health Research*, 9(6), 836-845. DOI: 10.1177/104973299129122199
- Glaser, B. (2001). *The Grounded Theory perspective: Conceptualization contrasted with description*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Glaser, B. (2002). Grounded Theory and gender relevance. *Health Care for Women International*, 23, 786-793. DOI: 10.1080/073993302901123
- Glaser, B. G. (2003). *The Grounded Theory Perspective II: Description's remodeling of grounded theory methodology*. Mill Valley, CA: Sociology Press.

- Glaser, B. (2005). *The Grounded Theory perspective III: Theoretical coding* (vol. 6). Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Glaser, B. (2006). *The roots of grounded theory*. *Grounded Theory Review*, 2 (3), s.p. Obtido em 16 de 06 de 2008, de *Grounded Theory Review*: <http://groundedtheoryreview.com/2007/03/30/1194/>.
- Glaser, B. (20 de 03 de 2007). *All is data*. Obtido em 16 de 06 de 2008, de *Grounded Theory Review*: <http://groundedtheoryreview.com/2007/03/30/1194/>.
- Glaser, B. (2009a). *Jargonizing: Using the grounded theory vocabulary*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Glaser, B (2009b). The novice GT researcher. *The Grounded Theory Review*, 8 (2), s.p. Obtido em 16 de 06 de 2010, de *Grounded Theory Review*: <http://groundedtheoryreview.com/2009/06/30/1914/>.
- Glaser, B. (2009c). Theoretical writing 1. *Grounded Theory Review*, 8 (3), s.p. Obtido em 16 de 06 de 2010, de *Grounded Theory Review*: <http://groundedtheoryreview.com/2009/11/30/837/>.
- Glaser, B. (2010). The future of grounded theory. *Grounded Theory Review*, 9 (2), s.p. Obtido em 16 de 06 de 2011, de *Grounded Theory Review*: <http://groundedtheoryreview.com/2009/11/30/837/>.
- Glaser, B. (2012). *Stop, write: Writing grounded theory*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Glaser, B. (2014). Applying grounded theory. *The Grounded Theory Review*, 13 (1), 46-50.
- Glaser, B., & Strauss, A. (1965). *Awareness of dying*. Chicago, IL: Aldine.
- Glaser, B. & Holton, J. (2004). Remodeling grounded theory. *Grounded Theory Review*, 2(1), 1-24.
- Glaser, B. & Holton, J. (2005). Basic social processes. *The Grounded Theory Review*, 4 (3), 1-21.
- Glaser, B. & Holton, J. (2007). Remodeling grounded theory. *Historical Social research – Supplement*, 19, 47-68.
- Glaser, I. (1994). *Homelessness in a global perspective*. New York: Maxwell.
- Goering, P., Tolomiczenko, G., Sheldon, T., Boydell, K., Wasylenki, D. (2002). Characteristics of persons who are homeless for the first time. *Psychiatric Services*, 53(11), 1472-1474. DOI: 10.1176/appi.ps.53.11.1472
- Golafshani, N. (2003). Understanding reliability and validity in qualitative research. *The Qualitative Report*, 8 (4), 597-607.
- Gomes, T., & Guadalupe, S. (2011). Redes de suporte formal ao sem-abrigo na cidade de Coimbra. *Interações*, 21, 71-94.
- Gonçalves, C., & Oliveira, A. (2011). Sabedoria e educação: Um estudo com adultos da Universidade Sénior. In L. Alcoforado (Coord.), *Educação e formação de adultos: Políticas, práticas e investigação* (pp. 249-258). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI: 10.14195/978-989-26-0228-8_21
- Gonzalez, R., Klendo, L., & Thorpe, S. (2013). Complex trauma, mental health and youth homelessness: The facts, the gaps and what works. *Parity*, 26(3), 12-14.
- Goodman, L., Leonard, S., & Harvey, M. (1991). Homelessness as psychological trauma: Broadening perspectives. *American Psychologist*, 46(11), 1219-1225. DOI: 10.1037//0003-066x.46.11.1219

- Gorard, S., & Taylor, C. (2004). *Combining methods in educational and social research*. Berkshire: Open University Press.
- Gosme, L. (2013). The Europeanisation of homelessness policy: Myth or reality?. *European Journal of Homelessness*, 7(2), 43-62.
- Gould, S. (1984). *The mismeasure of men*. New York: W W Norton & Company.
- Gould, T., & Williams, A. (2010). Family homelessness: An investigation of structural effects. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 20, 170-192. DOI: 10.1080/10911350903269765
- Goulding, C. (2005). *Grounded theory: A practical guide for management, business and market researchers*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Gouthro, P. (2007). Active and inclusive citizenship for women: democratic considerations for fostering lifelong education. *International Journal of Lifelong Education*, 26 (2), 143-154. DOI: 10.1080/02601370701219459
- Governo Federal. (01 de 05 de 2008). *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua*. Obtido em 18 de 07 de 2010, de Inclusão social da população de rua: <http://projektorua.gempo.com.br/wp-content/uploads/2013/06/Pol%C3%ADtica-nacional-para-inclus%C3%A3o-social-da-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf>
- Gowan, T. (2000). Excavating 'globalization' from street level: Homeless men recycle their pasts. In M. B. Burawoy, *Global ethnography: Forces, connections and imaginations in a postmodern world* (pp. 74-105). Berkeley, CA: University of California Press.
- Gowan, T. (2010). *Hobos, hustlers, and backsliders: Homeless in San Francisco*. London: University of Minnesota Press.
- Grant, J., Mottet, L., Tanis, J., Harrison, J., Herman, J., & Keisling, M. (2011). *Injustice at every turn: A report of the national transgender discrimination survey*. Washington: National Center for Transgender Equality and National Gay and Lesbian Task Force.
- Green, J., & Thorogood, N. (2009) *Qualitative methods for health research* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Greenberg, G. A., & Rosenheck, R. A. (2008). Jail incarceration, homelessness, and mental health: A national study. *Psychiatric Services*, 59(2), 170-177. DOI: 10.1176/appi.ps.59.2.170
- Greene, J., Tennett, S., & Ringwalt, C. (1999). Prevalence and correlates of survival sex among runaway and homeless youth. *American Journal of Public Health*, 89, 1406-1409. DOI: 10.2105/ajph.89.9.1406
- Griffin, J. (2008). *On human rights*. Oxford: Oxford University Press.
- Groot, S., & Hodgetts, D. (2012). Homemaking on the streets and beyond. *Community, Work & Family*, 15(3), 255-271. DOI: 10.1080/13668803.2012.657933
- Grounded Theory Institute. (2009). *The Grounded Theory Institute*. Obtido em 10 de March de 2011, de What is GT: <http://www.groundedtheory.com/what-is-gt.aspx>.
- Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA) - Cascais Rede Social. (05 de 2010). *Plano concelhio para a integração de pessoas sem-abrigo 2010-2013*. Obtido em 10 de 04 de 2013, de Câmara Municipal de Cascais: <http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/planoconcelhioparaaintegraodepessoassemabrigoi.pdf>.

- Gudeman, S. (2008). *Economy's tension: The dialectics of community and market*. London: Berghahn.
- Gurría, J. (16 de 07 de 2013). *Employment policies and data, tackling the social tragedy of unemployment: Opening remarks by Angel Gurría, Secretary-General of the OECD*. Obtido em 21 de 07 de 2013, de OECD: <http://www.oecd.org/els/emp/tackling-the-social-tragedy-of-unemployment.htm>
- Gusmão, B., Leite, K., Monteiro, L., Umeno, M., Pessutti, M., Santos, Q., *et al.* (2012). Idoso em situação de rua e vivência em centros de acolhida: Uma revisão de literatura. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, 15(6), 313-331.
- Gutierrez, B., Silva, H., Rodrigues, P., & Andrade, T. (2009). Reflexões bioéticas sobre o processo de envelhecimento e o idoso morador de rua. *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento*, 14(2), 187-205.

H

- Haesbaert, R. (2009). Dilemas de conceitos: Espaço-território e contenção territorial. In M. Saquet, & E. Sposito (Eds.), *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp. 95-120). São Paulo: Expressão Popular.
- Hagan, J., & McCarthy, B. (1997). *Mean streets: Youth crime and homelessness*. Cambridge: Cambridge University press.
- Hagan, J., & Rymond-Richmond, W. (2007). The mean streets of the global village: Crimes of exclusion in the United States and Darfur. *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, 8(1), 54-80. DOI: 10.1080/14043850701695049
- Hall, P., & Lamont, M. (2013). *Neoliberalism and social resilience*. Obtido em 05 de 08 de 2013, de Michèle Lamont Publications: http://scholar.harvard.edu/files/lamont/files/lamont_pd_2013.pdf
- Halliday, J. (2002). Researching values in education. *British Journal of Sociology of Education*, 28(1), 49-62. DOI: 10.1080/01411920120109748
- Hamilton, S., & Thesing, G. (23 de 12 de 2011). *King says crisis threatens Europe's economy as stability outlook worsens*. Obtido em 14 de 01 de 2012, de Bloomberg: <http://www.bloomberg.com/news/2011-12-23/king-says-crisis-threatens-europe-s-economy-as-stability-outlook-worsens.html>
- Hansel, K. (2011). Constitutional othering: Citizenship and the insufficiency of negative rights-based challenges to anti-homeless systems. *Northwestern Journal of Law & Social Policy*, 6(2), 443-472.
- Hansena, H., Bourgois, P., & Drucker, E. (2014). Athologizing poverty: New forms of diagnosis, disability, and structural stigma under welfare reform. *Social Science & Medicine*, 103, 76-83.
- Harter, L., Berquist, C., Titsworth, B., Novak, D., & Brokaw, T. (2005). The structuring of invisibility among the hidden homeless: The politics of space, stigma, and identity construction. *Journal of Applied Communication Research*, 33(4), 305-327. DOI: 10.1080/00909880500278079
- Hartwich, O. (21 de 05 de 2009). *Neoliberalism: The genesis of a political swearword*. Obtido em 12 de 09 de 2008, de Center of Independent Studies: http://www.ort.edu.uy/facs/boletin_internacionales/contenidos/68/neoliberalism68.pdf.

- Hebbert, M., & Jankovic, V. (2013). Cities and climate change: The precedents and why they matter. *Urban Studies*, 50(7), 1332-1347. DOI: 10.1177/0042098013480970
- Heffron, W., Skipper, B., & Lambert, L. (1997). Health and lifestyle issues as risk factors for homelessness. *The Journal of the American Board of Family Practice*, 10(1), 6-12.
- Helfrich, C., Chan, D., & Sabol, P. (2011). Cognitive predictors of life skill intervention outcomes for adults with mental illness at risk for homelessness. *American Journal of Occupational Therapy*, 65(3), 277-286. DOI: 10.5014/ajot.2011.001321
- Hammersley, M. (1989). *The dilemma of qualitative method: Herbert Blumer and the Chicago tradition*. London: Routledge.
- Henwood, K., & Pidgeon, N. (2003). Grounded Theory in psychological research. In P. Camic, J. Rhodes, L. Yardley, P. Camic, J. Rhodes, & L. Yardley (Eds.), *Qualitative research in psychology: Expanding perspectives in methodology and design* (pp. 131-155). Washington: APA. DOI: 10.1037/10595-008
- Herman, D., Susser, E., Jandorf, L., Lavelle, J., & Bromet, E. (1998). Homelessness among individuals with psychotic disorders hospitalized for the first time: Findings from the Suffolk County Mental Health Project. *American Journal of Psychiatry*, 155, 109-113.
- Herman, D., Conover, S., Gorroochurn, P., Hinterland, K., Hoepner, L., Susser, E. (2011). Randomized trial of critical time intervention to prevent Homelessness after hospital discharge. *Psychiatric Services*, 62(7), 713-719. DOI: 10.1176/appi.ps.62.7.713
- Hiday, V., Swartz, M., Swanson, J., Borum, R., & Wagner, H. (1998). Male-female differences in the setting and construction of violence among people with severe mental illness. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 33, s68-s74. DOI: 10.1007/s001270050212
- Hilgers, M. (2013). Embodying neoliberalism: Thoughts and responses to critics. *Social Anthropology*, 21(1), 75-89. DOI: 10.1111/1469-8676.12010
- Holton, J. A. (2007). The coding process and its challenges. In A. Bryant, & K. Charmaz (Eds.), *The Sage handbook of grounded theory*. (pp. 265-289). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Holton, J. (2008). Grounded theory as a general research methodology. *The Grounded Theory Review*, 7 (2), 67-93.
- Holton, J. (2009). Qualitative tussles in undertaking a grounded theory study. *The Grounded Theory Review*, 8 (3), 37-49.
- Holton, J. (2010). The coding process and its challenges. *The Grounded Theory Review*, 8 (1), s.p. Obtido em 21 de 02 de 2011, de Grounded Theory Institute: <http://groundedtheoryreview.com/2010/04/02/the-coding-process-and-its-challenges/>.
- Holton, J. & Glaser, B. (Eds.), (2012). *The grounded theory methodology reader: Selected papers from the Grounded Theory Review*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Holtrop, K., McNeil, S. & McWey, L. (2013). "It's a struggle but I can do it. I'm doing it for me and my kids": The psychosocial characteristics and life experiences of at-risk homeless parents in transitional housing. *Journal of Marital and Family Therapy*, s.p. Obtido em 21 de 02 de 2014, de Wiley on Line Library: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jmft.12050/full>
- Honey, A. (2004). Benefits and drawbacks of employment: Perspectives of people with mental illness. *Qualitative Health Research*, 14(3), 381-395. DOI: 10.1177/1049732303261867

- Hopper, E., Bassuk, E., & Olivet, J. (2010). Shelter from the storm: Trauma-informed care in homelessness services. *The Open Health Services and Policy Journal*, 3, 80-100. DOI: 10.2174/1874924001003020080
- Hopper, K. (2003). *Reckoning with homelessness*. Ithaca, NY: Sage House.
- Hopper, K., & Baumohl, J. (1996). Redefining the cursed word: A historical interpretation of american homelessness. In J. Baumohl, & J. Baumohl (Ed.), *Homeless in America* (pp. 3-14). Phoenix: Oryx Press.
- Hopper, K., Jost, J., Way, T., Welber, S., & Haugland, G. (1997). Homelessness, severe mental illness and the institutional circuit. *Psychiatric Services*, 48, 659-665.
- Hough, J., & Rice, R. (2010). *Providing personalised support to rough sleepers*. York, NY: Joseph Rowtree.
- Howard, E. (2013). *Homeless: Poverty and place in urban America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Hozda, F. (2012). *Deconstructing ideologies and practices of homeless youth crisis*. Obtido em 21 de 06 de 2013, de University of Illinois at Urbana-Champaign: https://ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/31116/Hodza_Fay.pdf.
- Huey, L. (2009). Homelessness and the 'exclusive society' thesis: Why it is important to 'think local' to 'act local' on homelessness issues. *European Journal of Homelessness*, 3, 261-73.
- Huey, L. (2010). False security or greater social inclusion? Exploring perceptions of CCTV use in public and private spaces accessed by the homeless. *The British Journal of Sociology*, 61(1), 63-82. DOI: 10.1111/j.1468-4446.2009.01302.x
- Huey, L., Fthenos, G., & Hryniewicz, D. (2012). "I need help and I know I need help. Why won't nobody listen to me?": Trauma and homeless women's experiences with accessing and consuming mental health services. *Society and Mental Health*, 2(2), 120-134. DOI: 10.1177/2156869312445287
- Hulchanski, D. (12 de 2000). *A new canadian pastime? Counting homeless people. Addressing and preventing homelessness is a political problem, not a statistical or definitional problem*. Obtido em 06 de 02 de 2007, de Center for Urban and Community Studies, University of Toronto: http://intraspec.ca/Hulch_CountingHomelessPeople%5B1%5D.pdf.
- Hulchanski, J. (18 de 2 de 2009). *Homelessness in Canada: Past, present, future*. Obtido em 12 de 5 de 2010, de Conference keynote address, Growing Home: Housing and Homelessness in Canada: http://www.cprn.org/documents/51110_EN.pdf.
- Human Rights Education Associates. (2003). *O direito à habitação*. Obtido em 08 de 05 de 2011, de HREA Human Rights Education Associates: http://www.hrea.org/index.php?doc_id=412#rights.
- Hurlbut, J., Robbins, L., & Hoke, M. (2011). Correlations between spirituality and health-promoting behaviors among sheltered homeless women. *Journal of Community Health Nursing*, 28(2), 81-91. DOI: 10.1080/07370016.2011.564064
- Hutchinson, S. (1986). Grounded theory: The method. In P. Munhall, J. Oiler, P. Munhall, & J. Oiler (Eds.), *Nursing research: A qualitative perspective* (pp. 111-130). New York: Appleton Century Crofts.

- Hutson, S. and Liddiard, M. (1994) *Youth homelessness: The construction of a social issue*. London: Macmillan.
- Hwang, S. W. (2001). Homelessness and health. *Canadian Medical Association Journal*, 164, 229–233.
- Hwang, S., Orav, J., O'Connell, J., Lebow, J., & Brennan, T. (1997). Causes of death in homeless adults in Boston. *Annals of Internal Medicine*, 126(8), 625-628. DOI: 10.7326/0003-4819-126-8-199704150-00007
- Hwang, S., Tolomiczenko, G., Kouyoumdjian, F., & Garner, R. (2005). Interventions to improve the health of the homeless: A systematic review. *American Journal of Preventive Medicine*, 29(4), 311e1-331e9.
- Hwang, W., Tolomiczenko, G., Kouyoumdjina, F., & Garner, R. (2005). Interventions to improve health of the homeless: A systematic review. *American Journal of Preventive Medicine*, 19, 311-319.
- Hyman, S. (2010). *Exit strategies: Testing ecological prediction models of resilient outcomes in youth with histories of homelessness*. PhD thesis submitted to the Faculty of Graduate and Postdoctoral Studies. Obtido em 02 de 02 de 2012, de <http://www.ruor.uottawa.ca/en/bitstream/handle/10393/30020/NR66261.PDF?sequence=1>.
- 1
- Illsley, B. (2013). Promoting cohesion in measuring homelessness within the European Union. *International Journal of Society Systems Science*, 5(2), 173-191. DOI: 10.1504/ijsss.2013.053748
- Inouye, S., O'Connell, J., & Puelle, M. (2013). Falling off the edge. *The Journal of the American Medical Association*, 309(5), 451-452. DOI: 10.1001/jama.2012.214089
- Instituto da Segurança Social. (Dezembro de 2005). *Estudo dos sem-abrigo*. Obtido em 3 de Março de 2007, de Instituto da Segurança Social: <http://195.245.197.196/left.asp?05.18.08.03>.
- Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP. (15 de 04 de 2011). *Aprovado programa nacional de reformas PORTUGAL 2020*. Obtido em 02 de 02 de 2012, de IFDR: <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=22&eid=4763>.
- Instituto Nacional de Estatística. (2009). *Destaque - Rendimento e condições de vida*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (2010). *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (12 de 2011). *Indicadores Sociais 2010*. Obtido em 18 de 01 de 2012, de Instituto Nacional de Estatística: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOEstipo=ea&PUBLICACOEScoleccion=107721&selTab=tab0&xlang=pt.
- International Business Times. (13 de 05 de 2011). *Economic crisis 2011: 10 possible triggers*. Obtido em 16 de 08 de 2011, de IBTIMES Global Market: <http://m.ibtimes.com/economic-crisis-2011-145386.html>.
- Irvine, L., Kahl, K., & Smith, J. (2012). Confrontations and donations: Encounters between homeless pet owners and the public. *The Sociological Quarter*, 53(1), 25-43. DOI: 10.1111/j.1533-8525.2011.01224.x

J

- Jackson, D. & Saltman, D. (2011). Recognising the impact of social exclusion: The need for advocacy and activism in health care. *Contemporary Nurse*, 40, 57–59.
- Jacobs, K., Kennedy, J., & Manzi, T. (1999). The struggle to define homelessness: A constructivistic approach. In S. Hutson, & D. Clampham (Eds.), *Homelessness: Public policies and private troubles* (pp. 11-28). London: Cassell.
- Jancovic, V., & Bowman, A. (2013). After the green gold rush: The construction of climate change as a market transition. *Economy and society*, n/a, s.p.. DOI: 10.1080/03085147.2013.791511
- Jencks, C. (1995). *The homeless*. Cambridge, NY: Harvard University Press.
- Jesus, M., & Menezes, I. (2010). A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. *Análise Psicológica*, 3(xxviii), 527-535. DOI: 10.14417/ap.369.
- Jezeq, R. (2009). Experiences from participation projects involving roofless and houseless young people in the Netherlands. *Homeless in Europe: The Magazine of FEANTSA*, 23-25, s.p..
- Johnsen, S., Cloke, P., & May, J. (16 de 04 de 2005). *Day centres for homeless people: Spaces of care or fear?* Obtido em 12 de 02 de 2010, de Queen Mary, University of London: <http://www.geog.qmul.ac.uk/homeless/homelessplaces/careorfear.pdf>.
- Johnsen, S. & Teixeira, L. (2010). *Staircases, elevators and cycles of change: 'Housing first' and other housing models for homeless people with complex support needs*. Obtido em 24 de 11 de 2011, de CRISIS: <http://www.crisis.org.uk/data/files/publications/Housing%20Models%20Report.pdf>.
- Johnson, T., Freels, S., Parsons, J., & Vangeest, J. (1997). Substance abuse and homelessness: Social selection or social adaptation? *Addiction*, 92(4), 437-445. DOI: 10.1111/j.1360-0443.1997.tb03375.x
- Johnson, M., & Long, T. (2006). Research ethics. In K. Gerrish & A. Lacey (Eds.), *The research process in nursing* (pp.31-42). Oxford: Blackwell Publishing.
- Jonas, E. (2009). *Layered stressors in sheltered homeless african-american mothers (Doctoral dissertation)*. Available from ProQuest Dissertations and Theses database (UMI n.º 3356405).
- Jones, A., Quilgars, D., & Wallace, A. (2001). *Life skills training for homeless people: A review of the evidence*. Edinburgh: Scottish Homes.
- Jones, T. (2006). Resilience in homeless adults: A review of literature. *Journal of National Black Nurses Association*, 17(1), 36-44.
- Joniak, E. (2005). Exclusionary practices and the delegitimization of client voice: How staff create, sustain, and escalate conflict in a drop-in center for street kids. *American Behavioral Scientist*, 48(8), 961-988. DOI: 10.1177/0002764204274204
- Jonson-Reid, M., Drake, B., Zhou, P. (2012). Neglect subtypes, race, and poverty: Individual, family, and service characteristics. *Child Maltreatment*, 18(1), 30-41. DOI: 10.1177/1077559512462452.

K

- Kabisch, N. & Haase, D. (2011). Diversifying European agglomerations: Evidence of urban population trends for the 21st century. *Population, Space and Place*, 17(3), 236–253. DOI: 10.1002/psp.600 DOI: 10.1002/psp.600.
- Karabanow, J. & Naylor, T. (2013). Pathways towards stability: Young people's transitions off of the streets. In S. Gaetz, B. O'Grady, K. Buccieri, J. Karabanow, & A. Marsolais (Eds.), *Youth homelessness in Canada: Implications for policy and practice* (pp. 39-52.) Toronto: Canadian Homelessness Research Network Pres. Obtido em 07 de 01 de 2014, de http://ywcacanada.ca/data/research_docs/00000306.pdf#page=46.
- Katz, P., & Kirkland, F. (1990). Violence and social structure on mental hospital wards. *Psychiatry*, 53, 262-277.
- Kauppi, C., & Braedley, S. (20 de 03 de 2003). *Structural factors associated with homelessness: A review of the international literature*. Obtido em 24 de 11 de 2008, de Substance Abuse & Mental Health Services Administration: http://chab.samhsa.gov/ResourceFiles/Structural_Factor_associated_with_Homelessness_Review.pdf.
- Kearns, A., Hiscock, R., Ellaway, A., & Macintyre, S. (2000). 'Beyond four walls' the psycho-social benefits of home: Evidence from west central Scotland. *Housing Studies*, 15, 387-410. DOI: 10.1080/02673030050009249.
- Keeshina, B., & Campbell, K. (2011). Screening homeless youth for histories of abuse: Prevalence, enduring effects, and interest in treatment. *Child Abuse & Neglect*, 35(6), 401–407. DOI: 10.1016/j.chiabu.2011.01.015.
- Kellermann, C., Ecke, M., & Petzold, S. (Março de 2009). *A new growth strategy for Europe beyond 2010*. Obtido em 30 de Março de 2009, de International Policy Analysis: library.fes.de/pdf-files/id/ipa/06219.pdf.
- Kellett, P., & Moore, J. (2003). Routes to home: homelessness and home-making in contrasting societies. *Habitat International*, 27(1) 123-141. DOI: 10.1016/s0197-3975(02)00039-5.
- Kellog, R., & Horn, A. (2012). The elderly homeless: A study comparing older and younger homeless persons, with three case histories. *Care Management Journals*, 13(4), 238-245. DOI: 10.1891/1521-0987.13.4.238.
- Kelly, K. (31 de 01 de 2012). *Housing and poverty programme outline*. Obtido em 12 de 03 de 2013, de Housing and poverty: <http://www.jrf.org.uk/sites/files/jrf/housing-poverty-programme-outline.pdf>.
- Kemp, P., Mackay, D., & Lynch, A. (01 de 09 de 2001). *Structural trends and homelessness: A quantitative analysis*. Obtido em 12 de 06 de 2007, de Scottish Executive Central Research Unit: Development Department Research Programme. Research findings n. 124: <http://www.scotland.gov.uk/Resource/Doc/157977/0042708.pdf>.
- Kendall, J. (1999). Axial coding and the Grounded Theory controversy. *Western Journal of Nursing Research*, 21(6), 743-757. DOI: 10.1177/01939459922044162
- Kertesz, S. G., Crouch, K., Milby, J. B., Cusimano, R. E. & Schumacher, J. E. (2009) Housing first for homeless persons with active addiction: Are we overreaching?. *The Milbank Quarterly*, 87(2), 495-534. DOI: 10.1111/j.1468-0009.2009.00565.x

- Kertesz, S. G. & Weiner, S. J. (2009) Housing the Chronically Homeless: High Hopes, Complex Realities. *Journal of the American Medical Association*, 301(17), 1822-1824. DOI: 10.1001/jama.2009.596
- Kidd, A., & Kidd, R. (1994). Benefits and liabilities of pets for the homeless. *Psychological Reports*, 74, 715-722. DOI: 10.2466/pr0.1994.74.3.715
- Kidd, S. A., & Davidson, L. (2007). 'You have to adapt because you have no other choice': The stories of strength and resilience of 208 homeless youth in New York City and Toronto. *Journal of Community Psychology*, 35(2), 219-238. DOI: 10.1002/jcop.20144
- King, P. (2003). *A social philosophy of housing*. Aldershot: Ashgate.
- King, P. (2009). Using theory or making theory: Can there be theories of housing. *Housing, Theory and Society*, 26(1), 41-52. DOI: 10.1080/14036090802704296
- Kirklin, D. (2012). The isolation, loneliness and helplessness of being homeless. *Medical humanities*, 38(1), 1-2. DOI: 10.1136/medhum-2012-010210
- Klein, H., Hirschheim, R., & Nissen, H.-E. (1991). A pluralist perspective of the information systems research area. In H. Nielssen (Ed.), *Information systems research: Contemporary approaches & emergent traditions* (pp. 1-26). Whalthan: Elsevier.
- Klenke, K. (2008). *Qualitative research in the study of leadership*. Bingley: Emerald Group Publishing.
- Klodawsky, F. (2009). Home spaces and rights to the city: Thinking social justice for chronically homeless women. *Urban Geography*, 30(6), 591-610. DOI: 10.2747/0272-3638.30.6.591
- Koegel, P., Melamid, E., & Burman, M. (1995). Childhood risk factors for homelessness among homeless adults. *American Journal of Public Health*, 85(12), 1642-1649. DOI: 10.2105/ajph.85.12.1642
- Koegel, P., Sullivan, G., Bumam, A., Morton, S., & Wensel, S. (1999). Utilization of mental health and substance abuse services among homeless adults in Los Angeles. *Medical Care*, 37, 306-317. DOI: 10.1097/00005650-199903000-00010
- Koehler, J., Laczko, F., Aghazarm, C., Schad, J. (2010). *Migration and the economic crisis in the European Union: Implications for policy*. Obtido em 04 de 01 de 2012, de International Organization for Migration: http://publications.iom.int/bookstore/free/Migration_and_the_Economic_Crisis.pdf.
- Koffarnus, M., Wong, C., Fingerhood, M., Sviki, D., Bigelow, G., & Silverman, K. (2013). Monetary incentives to reinforce engagement and achievement in a job-skills training program for homeless, unemployed adults. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 46(3), 582-591. DOI: 10.1002/jaba.60
- Kolos, A. C., Green, E., & Crenshaw, D. A. (2009). Conducting filial therapy with homeless parents. *American Journal of Orthopsychiatry*, 79(3), 366-74. DOI: 10.1037/a0017235
- Kisor, A. J., & Kendal-Wilson, L. (2002). Older homeless women: Reframing the stereotype of the bag lady. *Affilia*, 17(3), 354-370. DOI: 10.1177/0886109902173006
- Kraybill, K. (200, 2). *Outreach to people experiencing homelessness: A curriculum for training health care for the homeless outreach workers*. Nashville: National Health Care for the Homeless Council.
- Krugman, P. (03-04 de 1994). Competitiveness: A dangerous obsession. *Foreign Affairs*, 73(2), 28-44. DOI: 10.2307/20045917

- Krugman, P. (31 de 05 de 2012). *The austerity agenda*. Obtido em 12 de 01 de 2013, de The New York Times: <http://www.nytimes.com/2012/06/01/opinion/krugman-the-austerity-agenda.html>.
- Kuhlman, T. (1994). *Psychology on the streets: Mental health practice with homeless persons*. Oxford: John Wiley & Sons.
- Kuhn, R., & Culhane, D. P. (1998). Applying cluster analysis to test a typology of homelessness by pattern of shelter utilization: Results from the analysis of administrative data. *American Journal of Community Psychology*, 26(2), 207–232.
- Kulich, N., & Erlanger, S. (2 de 12 de 2011). *Merkel seeks swift action on what may be long job to save the euro*. Obtido em 04 de 01 de 2012, de The New York Times: <http://www.nytimes.com/2011/12/03/world/europe/angela-merkel-germany-speech-euro-zone-debt-crisis.html?pagewanted=all>.
- Kumar, R. (2005). *Research methodology: A step-by-step guide for beginners* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Kunsch, G. (01 de 07 de 2008). *A rampa antimendigo e a noção de site-specificity*. Obtido em 12 de 07 de 2009, de Caderno CEAS, nº231: <http://www.ceas.com.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/121>.
- Kushel, (2011). Older homeless adults: Can we do more?. *Journal of General Internal Medicine*, 27(1), 5-6. DOI: 10.1007/s11606-011-1925-0
- Kushel, M., Evans, J., Perry, S., Robertson, M., & Moss, A. (2003). No door to lock: Victimization among homeless and marginally housed persons. *Archives of Internal Medicine*, 163(20), 2492-2499. DOI: 10.1001/archinte.163.20.2492
- Kyle, K. (2005). *Contextualizing homelessness: Critical theory, homelessness, and federal*. New York, NY: Routledge.

L

- Lancione, M. (2011). *Homeless subjects and the chance of space: A more-than-human geography of homelessness in Turin*. PhD dissertation. Obtido em 12 de 07 de 2012, de Durham University: <http://etheses.dur.ac.uk/3266/>.
- Laere, I., & Withers, J. (2008). Integrated care for homeless people: Sharing knowledge and experience in practice, education and research: Results of the networking efforts to find homeless health workers. *European Journal of Public Health*, 18(1), pp. 5-6. DOI: 10.1093/eurpub/ckm107
- Langnase, K., & Mullis, J. M. (2001). Nutrition and health in an adult urban homeless population in Germany. *Public Health Nutrition*, 4(3), 805–811. DOI: 10.1079/phn2000119
- Layton, J. (2000). *Homelessness: The masking and unmasking of a crisis* (Vol. 28). Toronto: Penguin Book.
- Le Boterf, G. (1998). Évaluer les compétences. Quels jugements ? Quels critères ? Quelles instances ? *Educacion Permanente*, 2, 143-152.

- Leaman, J. (2013). Market distribution, fiscal distribution and inequality: A case study of Britain. In D. Eibel, & E. L. Rokicka(Eds.), *Welfare state at risk: Rising inequality in Europe* (pp. 81-103). London: Springer International Publishing. DOI: 10.1007/978-3-319-01481-4_5
- LeComte, M., Millroy, W., & Preissle, J. (1992). In M. LeComte, W. Millroy, & J. Preissle (Eds.), *The handbook of qualitative research in education*. San Diego: Academic Press.
- Lee, B., & Greif, M. (2008). Homelessness and hunger. *Journal of Health and Social Behavior*, 49(1), 3-19. DOI: 10.1177/002214650804900102
- Lee, B., & Schreck, C. (2005). Danger on the streets: Marginality and victimization among homeless people. *American Behavioral Scientist*, 48, 1055-1081. DOI: 10.1177/0002764204274200
- Lee, B., Tyler, K., & Wright, J. (2010). The new homelessness revisited. *Annual Review of Sociology*, 36, 501-521. DOI: 10.1146/annurev-soc-070308-115940
- Lee, R. (1993). *Doing research on sensitive topics*. London: Sage Publications.
- Lehman, A., & Cordrey, D. (1993). Prevalence of alcohol, drug and mental disorder among the homeless: one more time. *Contemporary Drug Problems*, 20, 355-386.
- Leipert, B., & Reutter, L. (2005). Developing resilience: How women maintain their health in northern geographically isolated settings. *Qualitative Health Research*, 15(1), 49-65. DOI: 10.1177/1049732304269671
- Lelkes, O. (2006). *Social Exclusion in Central-Eastern Europe*. Obtido em 13 de 02 de 2008, de European Centre for Social Welfare Policy and Research: Concept, measurement and policy interventions.: http://www.euro.centre.org/data/1181637085_99921.pdf.
- Lemos, G. (31 de 12 de 2000). *'Homelessness and Loneliness'*. Obtido em 12 de 12 de 2009, de CRISIS: <http://www.crisis.org.uk/data/files/publications/HomelessnessAndLoneliness-ForWeb.pdf>.
- Lempert, L. (2010). Asking questions of the data: Memo writing in the Grounded Theory tradition. In A. Bryant, & K. Charmaz (Eds.), *The Sage handbook of Grounded Theory* (pp. 245-264). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Levitt, A., Mitchell, K., Pareti, L., DeGenova, J., Heller, A., Hannigan, A., & Gholston, J. (2013). Randomized trial of intensive housing placement and community transition services for episodic and recidivist homeless families. *American Journal of Public Health*, 103(2), 348-354. DOI: 10.2105/ajph.2013.301521
- Levy, J. (2012). *Homeless outreach & housing first: Lessons learned*. Ann Arbor: Loving Healing Press.
- Liebow, E. (1995). *Tell them who I am: The lives of homeless women*. New York: Penguin Books.
- Lima, L. (2009). *Estórias e projetos de vida de adolescentes institucionalizados*. Tese de Doutorado na área científica da Psicologia, especialidade de Psicologia do Desenvolvimento (não publicada). Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Lima, L. (2010). Notas breves de um participante. *O direito de Aprender*, 30-33.
- Linz, K. & Stula, S. (08 de 2010). *Demographic change in Europe: An overview*. Obtido em 28 de 12 de 2011, de Observatory for Sociopolitical Developments in Europe: <http://www.sociopolitical->

- observatory.eu/uploads/tx_aebgppublications/Working_Paper_no_4_Observatory_Demographic_change_in_Europe_Overview.pdf.
- Ljungqvist, L., & Sargent, T. (1998). The european unemployment dilemma. *Journal of Political Economy*, 106, 514-550. DOI: 10.1086/250020
- Llorente, R. (2002). *Spain and the neoliberal paradigm*. New York: Center for Economic Policy Analysis.
- Locke, K. (1996). Rewriting the discovery of Grounded Theory after 25 years. *Journal of Management Inquiry*, 5(3), 239-246. DOI: 10.1177/105649269653008
- Löfstrand, C. & Juhila, K. (2012). The discourse of consumer choice in the pathways housing first model. *European Journal of Homelessness*, 6(2), 47-68.
- Lohmann, L. (2012). *Financialization, commodification, and carbon: The contradictions of neoliberal climate policy*. Obtido em 18 de 07 de 2013, de The socialist Register: thecornerhouse.org.ok.
- Lomborg, K., & Kirkevold, M. (2003). Truth and validity in Grounded Theory - A reconsidered realist interpretation of the criteria: Fit, work, relevance and modificability. *Nursing Philosophy*, 4, 189-200. DOI: 10.1046/j.1466-769x.2003.00139.x
- Long, D., & Amendolia, J. (2003). *Promoting employment for homeless people: Final cost-effectiveness study*. Bethesda, MD: Abt Associates.
- Lourtie, P. (2011). Portugal no contexto da crise do euro. *Relações Internacionais*, 32, 61-105.
- Lowe, A. (1998). Managing the post-merger aftermath by default remodelling. *Management Decision*, 36(2), 102-110. DOI: 10.1108/00251749810204188
- Lúcio, J., Marques, F., Almeida, L. & Carvalho, R. (2009). *Strategies to help homeless people in Lisbon city area*. Obtido a 16 de 06 de 2011, de Universidade Nova de Lisboa: <http://fcsh.unl.pt/e-geo/sites/default/files/dl/homeless.pdf>.
- Lúcio, J., Marques, F., Carvalho, R., & Almeida, L. (2011a). *Combatendo o fenómeno dos sem-abrigo: Estratégias e políticas para apoiar a população sem-abrigo na cidade de Lisboa*. Obtido em 28 de 12 de 2011, de Universidade Nova de Lisboa. Academia Edu: http://unl-pt.academia.edu/JoseLucio/Papers/455451/Combatendo_o_Fenomeno_dos_Sem-abrigo_Estrategias_e_Politicas_para_apoiar_a_populacao_sem-abrigo_na_Cidade_de_Lisboa.
- Lúcio, J., Marques, F., Almeida, L., Batista, M. (2011b). *Ongoing evaluation od the new strategies to help homeless people in the city of Lisbon*. Obtido em 30 de 12 de 2011, de Universidade Nova de Lisboa: http://www.fcsh.unl.pt/e-geo/sites/default/files/dl/artigos/ENGLISH%20FINAL_ONGOING_EVALUATION_21_1_2012.pdf.
- Luhrmann, T. (2007). 'The street will drive you crazy': Why homeless psychotic women in the institutional circuit of the United States often say no to offers of help. *The American Journal of Psychiatry*, 165(1), 15-20. DOI: 10.1176/appi.ajp.2007.07071166
- Luthans, F., & Martinko, M. (1987). Behavioral approaches to organizations. In C. Cooper, & I. Robertson (Eds.), *International Review of Industrial and Organizational Psychology* (pp. 35-60). Prentice-Hall: Englewood CCliffs.
- Lyles, C., Drago-Ferguson, S., Lopez, A., & Seligman, H. (30 de 05 de 2013). *Nutritional assessment of free meal programs in San Francisco*. Obtido em 12 de 10 de 2013, de Preventing chronic disease: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3675796/pdf/PCD-10-E90.pdf>.

Lynne, L. (14 de 04 de 2010). *Tackling homelessness in Europe*. Obtido em 11 de 03 de 2011, de EUmonitor: www.eumonitor.net/news/91951.

M

Macário, E. (09 de 02 de 2011). *Dar a cana e o peixe não pode ser a solução!* Obtido em 02 de 04 de 2011, de Diário as Beiras: <http://www.asbeiras.pt/2011/02/dar-a-cana-e-o-peixe-nao-pode-ser-solucao/>.

Madeira, M. (1991). Representações Sociais: Pressupostos e Implicações. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 72(171), 129-144.

Main, T. (1998). How to think about homelessness: Balancing structural and individual causes. *Journal of Social Distress and the Homeless*, 7(1), 41-54.

Main, T. J. (1996). Analyzing evidence for the structural theory of homelessness. *Journal of Urban Affairs*, 18(4), 449-457. DOI: 10.1111/j.1467-9906.1996.tb00390.x

Mairos Ferreira, S., & Redruello, D. (2011). (ir)Responsabilidade nas trajetórias de vida: Perspectiva dos sem-abrigo sobre o cuidado em família e na comunidade. In T. Pereira, & G. Oliveira (Eds.), *Cuidado e responsabilidade* (pp. 337-350). São Paulo: Atlas.

Mairos Nogueira, S., & Ferreira, J. (2007). A realidade psicossocial dos sem-abrigo: Breve contributo para a sua caracterização. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(3), 195-206.

Mallett, S. (2004). Understanding home: A critical review of the literature. *The Sociological Review*, 52(1), 62-89. DOI: 10.1111/j.1467-954x.2004.00442.x

Mandela, N. (03 de 02 de 2005). *Nelson Mandela's speech to Trafalgar Square crowd*. Obtido em 13 de 12 de 2008, de Make poverty history: <http://makepovertyhistory.org/docs/madelaspeech.doc>.

Mandela, N. (01 de 11 de 2006). *Remarks by Mr Nelson Mandela at the Amnesty International, Ambassador of Conscience Award*. Obtido em 13 de 12 de 2008, de Nelson Mandela Foundation: http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&ItemID=NMS748&txtstr=poverity

Marazatti, C. (12 de 09 de 2012). *Neoliberalism is destroying Europe. Austerity and repression won't bring Europe out of crisis, we need a social struggle against free market politics*. Obtido em 04 de 01 de 2013, de The Guardian: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2010/sep/14/neoliberal-europe-union-austerity-crisis>.

Mares, A., & Rosenheck, R. (2009). Twelve-month client outcomes and service use in a multisite project for chronically homelessness adults. *The Journal of Behavioral Health Services & Research*, 37(2), 167-183. DOI: 10.1007/s11414-009-9171-5

Marpsat, M. (9-10 de Outubro de 2003). *Homelessness research: Definitional issues and first mapping of methodologies* (Part 1). Obtido em 14 de Novembro de 2006, de CUHP: www.cuhp.org/admin/EditDocStore/Longpaper_defacc.pdf.

Marpsat, M. (2007). *Services for the homeless in France: Description, official statistics, client recording of information, a report for the European Commission*. Paris: Institut National D'études Démographiques.

- Marr, M., DeVerteuil, G., & Snow, D. (2009). Towards a contextual approach to the place–homeless survival nexus: An exploratory case study of Los Angeles County. *Cities*, 307-317. DOI: 10.1016/j.cities.2009.07.008
- Marrone, J. (2005). Creating hope through employment for people who are homeless or in transitional housing. *American Journal of Psychiatric Rehabilitation*, 8, 13-35. DOI: 10.1080/15487760590953939
- Martell, D. (1991). Homeless mentally ill offenders and violent crimes. *Law and Human Behavior*, 15, 333-347. DOI: 10.1007/bf02074075
- Martell, D., Rosner, R., & Harmon, R. (1995). Base-rate estimates of criminal behavior by homeless mentally ill persons in New York City. *Psychiatric Services*, 46, 596-601.
- Martins, A. (2007). *As sem-abrigo de Lisboa. Estudo realizado na AMI em Lisboa: Centros Sociais de Orlas e Chelas*. Dissertação de Mestrado em estudos sobre as mulheres. Lisboa: Universidade Aberta.
- Martins, D. C. (2008). Experiences of homeless people in the health care delivery system: A descriptive phenomenological study. *Public Health Nursing*, 25, 420–430. DOI: 10.1111/j.1525-1446.2008.00726.x
- Massachusetts Transgender Political Coalition Policy Committee. (01 de 13 de 2013). *Best practices for homeless shelters, services, and programs in Massachusetts in serving transgender adults and gender non-conforming guests*. Obtido em 12 de 10 de 2013, de Shelter for all genders: <http://www.masstpc.org/wp-content/uploads/2012/10/Shelter-for-all-Genders.pdf>
- Matos, I., Toassi, R., Oliveira, M. (2013). Profissões e ocupações de saúde e o processo de feminização: Tendências e implicações. *Athenea Digital*, 13(2), 239-244.
- Mattos, R., & Ferreira, R. (2005). O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado. *Estudos de Psicologia*, 22(1), 23-32. DOI: 10.1590/s0103-166x2005000100004
- May, J. (2000). Housing histories and homelessness careers: A bibliographic approach. *Housing Studies*, 15(4), 613-638. DOI: 10.1080/02673030050081131
- May, T. (2011). *Social research: Issues, methods, processes* (4th ed.). Maidenhead: Berkshire.
- Mayock, P., O'Sullivan, E. & Corr, M. (2011). Young people exiting homelessness: An exploration of process, meaning and definition. *Housing studies*, 26(6), 803-826. DOI: 10.1080/02673037.2011.593131
- Mayock, P., Corr, M. & O'Sullivan, E. (2013). Moving on, not out: When young people remain homeless. *Journal of Youth Studies*, 16(4), 441-459. DOI: 10.1080/13676261.2012.725837
- McAllister, W., Kuang, L., & Lennon, M. (2010). Typologizing temporality: Time aggregated and time patterned approaches to conceptualizing homelessness. *Social Services Review*, 84(2), 225-255. DOI: 10.1086/654827
- McAllister, W., Lennon, M., & Kuang, L. (2011). Rethinking research on forming typologies of homelessness. *American Journal of Public Health*, 101(4), 596–601. DOI: 10.2105/ajph.2010.300074
- McCallin, A. (2006a). Methodological issues: Have we forgotten the place of thinking here?. *The Grounded Theory Review*, 5 (2/3), 51-57.

- McCallin, A. (2006b). Grappling with the literature in a grounded theory study. *Grounded Theory Review*, 5 (2/3), 11-27.
- McCarthy, A. (2006). *A Grounded Theory: Realising family potential through choice of schooling*. Obtido em 3 de Maio de 2009, de Research on line: <http://researchonline.nd.edu.au/theses/18>.
- McCarty, M. (31 de 05 de 2005). *CRS Report for Congress*. Obtido em 26 de 07 de 2010, de Homelessness: Recent Statistics, Targeted Federal Programs, and Recent Legislation: <http://www.fas.org/sgp/crs/misc/RL30442.pdf>.
- McCay, E., Quesnel, S., Langley, J., Beanlands, H., Cooper, L., Blidner, R., *et al.* (2011). A relationship-based intervention to improve social connectedness in street-involved youth: A pilot study. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 24(4), 208–215. DOI: 10.1111/j.1744-6171.2011.00301.x
- McCormack, R., Hoffman, L., Wall, S., & Goldfrank, L. (2013). Resource-limited, collaborative pilot intervention for chronically homeless, alcohol-dependent frequent emergency department users. *American Journal of Public Health*, 103(2), 221-224. DOI: 10.2105/ajph.2013.301373
- McLoughlin, P. (2013). Couch surfing on the margins: the reliance on temporary living arrangements as a form of homelessness amongst school-aged home leavers. *Journal of Youth Studies*, 16(4), 521-545. DOI: 10.1080/13676261.2012.725839
- McManus, H., & Thompson, S. (2008). Trauma among unaccompanied homeless youth: The integration of street culture into a model of intervention. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 16(1), 92-109. DOI: 10.1080/10926770801920818
- McNaughton, C. (2008). *Transitions through homelessness: Lives on the edge*. New York: Palgrave Macmillan.
- McNaughton, N. (2009). Agency, transgression and the causation of homelessness: A contextualized rational action analysis. *European Journal of Housing Policy*, 9(1), 69-84. DOI: 10.1080/14616710802693607
- McNaughton, C. (2010). Housing, homelessness, and capabilities. *Housing theory and society*, 27(1), 23-41. DOI: 10.1080/14036090902764588
- McNeill, T. (2004). Fathers' experience of parenting a child with juvenile rheumatoid arthritis. *Qualitative Health Research*, 4, 526-545. DOI: 10.1177/1049732303262374
- McNiel, D., Binder, R., & Robinson, J. (2005). Incarceration associated with homelessness, mental disorder, and co-occurring substance abuse. *Psychiatric Services*, 56, 840-846. DOI: 10.1176/appi.ps.56.7.840
- Meda, J. (2010). Homelessness among migrants in Spain. *European Journal of Homelessness*, 4, 139-169.
- Meeker, M. (2004). Family surrogate decision making at the end of life: Seeing them through with care and respect. *Qualitative Health Research*, 14(2), 204-225. DOI: 10.1177/1049732303260501
- Meert, H. (2005) *Preventing and tackling homelessness: Synthesis report of the peer review of social inclusion policies meeting Denmark 2005*. Brussels: European Commission, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities.
- Meert, H. & Bourgeois, M. (2005). Between rural and urban slums: A geography of pathways through homelessness. *Housing Studies*, 20(1), 107–25. DOI: 10.1080/0267303042000308750

- Meert, H., Benjaminsen, L., Cabrera, P., Dandolo, M., Meinbresse, M., Brinkley-Rubinstein, L., Grassette, A., Benson, J., Hall, C., Hamilton, R., *et al.* (2014). Exploring the experiences of violence among individuals who are homeless using a consumer-led approach. *Violence and Victims, 29*(1), 122-136. DOI : 10.1891/0886-6708.vv-d-12-00069
- Melander, I., & Maltezou, R. (12 de 09 de 2011). *The new face of homelessness in Europe*. Obtido em 20 de 09 de 2011, de Financial Post - Economy: <http://business.financialpost.com/2011/09/12/the-new-face-of-homelessness-in-europe/>.
- Menezes, F. (2008). *Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: O caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres. Tese de doutoramento em Sociologia*. Lisboa: Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Mertens, D. (1998). *Research methods in education and psychology: Integrating diversity with quantitative and qualitative approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Metraux, S., Eng, N., Bainbridge, J., & Culhane, D. (2011). *The impact of shelter use and housing placement on mortality hazard for unaccompanied adults and adults in family households entering New York City shelters: 1990-2002*. Obtido de Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine: http://works.bepress.com/dennis_culhane/108
- Meyer, G. (2002). The art of watching out: Vigilance in women who have migraine headaches. *Qualitative Health Research, 12*(9), 1220-1234. DOI: 10.1177/1049732302238246
- Miguel, M., Ornelas, J., & Maroco, J. (2010). Modelo de atitudes face aos sem-abrigo em Portugal. *Análise Psicológica, 3*(XXVIII), 437-450. DOI: 10.14417/ap.310
- Miles, B., & Okamoto, S. (2008). The social construction of deviant behavior in homeless and runaway youth: Implications for practice. *Child and Adolescent Social Work Journal, 25*, 425-441. DOI: 10.1007/s10560-008-0131-3
- Milios, J. (05 de 06 de 2013). *Neoliberal Europe in crisis. SYRIZA's alternative*. Obtido em 20 de 08 de 2013, de Europe in crisis: http://users.ntua.gr/jmilios/SF_Milios.pdf
- Miller, S., & Fredericks, M. (1999). How does Grounded Theory explain? *Qualitative Health Research, 9*(4), 538-551. DOI: 10.1177/104973299129122054
- Miller, W., & Cabtree, B. (1992). Primary care research: A multimethod typology and qualitative road map. In B. Cabtree, W. Miller, B. Cabtree, & W. Miller (Eds.), *Doing qualitative research* (pp. 3-28). Newbury Park: Sage.
- Min, S., Wong, Y., & Rothbard, A. (2004). Outcomes of shelter use among homeless persons with serious mental illness. *Psychiatric Services, 55*(3), 284-289. DOI: 10.1176/appi.ps.55.3.284
- Minister of Health. (2006). *Best practices: Early intervention, outreach and linkages for women with substance use problems*. Obtido em 10 de 07 de 2009, de Canada drug strategies: http://www.hc-sc.gc.ca/hc-ps/alt_formats/hecs-sesc/pdf/pubs/adp-apd/early-intervention-precoce/early-intervention-precoce-eng.pdf.
- Ministère de la Famille et de l'Intégration – Le Gouvernement du Grand-Duché du Luxembourg (2011). *Stratégie nationale contre le sans-abrisme et l'exclusion liée au logement, 2013-2020*. Obtido em 10 de 07 de 2012, de National Homelessness Strategies: <http://www.feantsa.org/spip.php?rubrique143&lang=en>.

- Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. (2012). *Programa de emergência social*. Obtido em 14 de 07 de 2013, de PES Programa de Emergência Social, Mercado de Arrendamento: <http://www.mercadosocialarrendamento.msss.pt/docs/programa-de-emergencia-social.pdf>.
- Ministério das Finanças. (08 de 31 de 2011). *Documento da Estratégia Orçamental 2011-2015*. Obtido em 09 de 17 de 2011, de Governo de Portugal: www.portugal.gov.pt/pt/GC19/Documentos/MF/Doc_Estratégia_Orçamental.pdf.
- Ministerstvo práce a sociálních věcí ČR (2013). *The concept of preventing and tackling homelessness issues in the Czech Republic until 2020*. Obtido em 10 de 02 de 2014, de National Homelessness Strategies: <http://www.feantsa.org/spip.php?rubrique143&lang=en>.
- Ministry of the Environment – Finnish Government (2012). *Background memorandum on Finnish Government's Programme to end long term homelessness, 2011-2015*. Obtido em 10 de 02 de 2014, de National Homelessness Strategies: <http://www.feantsa.org/spip.php?rubrique143&lang=en>.
- Minnery, J., & Greenhalgh, E. (2007). Approaches to homelessness policy in Europe, the United States, and Australia. *Journal of Social Issues, 63*(3), 641-655. DOI: 10.1111/j.1540-4560.2007.00528.x
- Mitka, M. (2006). Chronic homeless in intervention spotlight. *The Journal of the American Medical Association, 295*(20), 2344. DOI: 10.1001/jama.295.20.2344
- Monteiro, I. (18 de 03 de 2012). Sem-abrigo – *há ainda muito para fazer: Estratégia nacional para retirar pessoas da rua está muito atrasada em Lisboa*. (TV124/PP, Entrevistador) TVI 24.
- Moore, J. (2007). Polarity integration? Toward a fuller understanding of home and homelessness. *Journal of Architectural and Planning Research, 24*(2), 143-159.
- Morrison, D. (2009). Homelessness as an independent risk factor for mortality: Results from a retrospective cohort study. *International Journal of Epidemiology, 38*(3), 877-883. DOI: 10.1093/ije/dyp160
- Morrow, S., & Smith, M. (2000). Qualitative research for counseling psychologists. In S. Brown, R. Lent, S. Brown, & R. Lent (Eds.), *Handbook of counseling psychology* (3rd ed., 199-230). New York: John Wiley.
- Morse, J. (2001). Situating Grounded Theory within qualitative inquiry. In R. Schreiber, P. Stern, R. Schreiber, & P. Stern (Eds.), *Using Grounded Theory in nursing* (pp. 1-15). New York: Springer.
- Morse, J. (2007). Sampling in grounded theory. In K. Charmaz & A. Bryant (Eds.), *The SAGE handbook of grounded theory*. London: Sage Publications Ltd.
- Morse, J., & Singleton, J. (2001). Exploring the technical aspects of "fit" in qualitative research. *Qualitative Health Research, 11*(6), 841-847. DOI: 10.1177/104973201129119424
- Morse, J.M., Stern, P.N., Corbin, J., Bowers, B., Charmaz, K. & Clarke, A. E. (2009). *Developing Grounded Theory: The second generation*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press.
- Mottet, L., & Ohle, J. (2003). *Transitioning our shelters: A guide to making homeless shelters safe for transgender people*. New York: The National Coalition for the Homeless & the National Lesbian Task Force Policy Institute.

- Muenz, R. (03 de 2007). Aging and demographic change in european societies: Main trends and alternative policy options. Obtido em 07 de 02 de 2010, de World Bank, Social Protection: http://www.monitoringris.org/documents/tools_reg/agingdemochange.pdf.
- Muižnieks, N. (10 de 07 de 2012). *Report following his Visit to Portugal, 7-9 May 2012*. Obtido em 12 de 11 de 2012, de Commissioner for Human Rights of the Council of Europe, 2012: <https://wcd.coe.int/com.instranet.InstraServlet?command=com.instranet.CmdBlobGet&InstranetImage=2134231&SecMode=1&DocId=1919090&Usage=2>
- Município de Braga. (2011). *Plano de actividades do Município de Braga*. Obtido em 13 de 08 de 2011, de Câmara Municipal de Braga: http://www.cm-braga.pt/wps/wcm/connect/22c2b400450b1f4b8a49dbd980e2e5ea/Plano_de_Actividades_2011.pdf?MOD=AJPERES&useDefaultText=0&useDefaultDesc=0

N

- Nações Unidas. (12 de 2002). *Comissão nacional para as comemorações do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e década das Nações Unidas para a educação em matéria de Direitos Humanos*. Obtido em 05 de 05 de 2008, de O Direito Humano a uma habitação condigna: http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Ficha_Informativa_21.pdf
- Narayana, A., Sapienza, J., Monna, A., Lingras, K., & Mastena, A. (2014). Risk, vulnerability, and protective processes of parental expressed emotion for children's peer relationships in contexts of parental violence. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 1-13. DOI: 10.1080/15374416.2014.881292
- Nathaniel, A. (2003). *A Grounded Theory on moral reckoning in nursing. Doctor of Science in Nursing Dissertation*. Morgantown: School of Nursing at West Virginia University.
- National Agricultural Library. (1 de 05 de 2009). *Food and nutrition resource guide for homeless shelters, soup kitchens, and food banks*. Obtido em 12 de 01 de 2013, de National Agricultural Library: <http://www.nal.usda.gov/fnic/pubs/bibs/gen/homeless.pdf>
- National Center on Family Homelessness. (11 de 2012). *The characteristics and needs of families experiencing homelessness*. Obtido em 12 de 01 de 2013, de Family homelessness: <http://www.familyhomelessness.org/media/306.pdf>
- National Health Care for the Homeless Council. (01 de 09 de 2004). *Homeless young adults, ages 18–24: Examining service delivery adaptations*. Obtido em 12 de 01 de 2007, de National health care for the homeless council: National HealthCare for the Homeless Council.
- National Law Center on Homelessness and poverty. (06 de 2011). *“Simply unacceptable”: Homelessness and the human right to housing in the United States 2011*. Obtido em 03 de 01 de 2012, de National Law Center on Homelessness and poverty: <http://www.nlchp.org/content/pubs/SimplyUnacceptableReport.pdf>
- Neale, J. (1997). Homelessness and theory reconsidered. *Housing Studies*, 12(1), 47-61. DOI: 10.1080/02673039708720882
- Nebbitt, V. E., House, L. E., Thompson, S. J., & Pollio, D. E. (2007). Successful transitions of runaway/homeless youth from shelter care. *Journal of Child and Family Studies*, 16(4), 545-555. DOI: 10.1007/s10826-006-9105-2

- Nelson, S., Gray, H., Maurice, I., & Shaffer, H. (2012). Moving ahead: Evaluation of a work-skills training program for homeless adults. *Community Mental Health Journal, 48*(6), 711-722. DOI:10.1007/s10597-012-9490-5
- Nemiroff, R., Aubry, T. & Klodawsky, F. (2014). Economic integration of women who have experienced homelessness. *The Australian Community Psychologist, 26*(1), 51-66.
- Network of Independent Experts on Social Inclusion. (2009). *Homelessness and housing exclusion*. Obtido em 19 de 02 de 2011, de Peer review in social protection and social inclusion and assessment in social inclusion: www.peer-review-social-inclusion.eu/network-of-independent-experts/2009/homelessness-and-housing-exclusion.
- Neves, T. (2004). A etnografia no estudo do desvio. *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação, Atelier: Teorias e Metodologias de Investigação* (pp. 96-101). Braga: APS.
- Ng, A., & McQuiston, H. (2004). Outreach to the homeless: Craft, science, and future implications. *Journal of Psychiatric Practice 2004, 10*(2), 95-105. DOI: 10.1097/00131746-200403000-00004
- Ng, K. & Hase, S. (2008). Grounded suggestions for doing a grounded theory business research. *The Electronic Journal of Business Research Methods, 6* (2), 155-170.
- Ng, S., Rizvi, S. & Kunik, M. (2013). Prevalence of homeless older adults and factors causing their homelessness: A Review. *The Internet Journal of Geriatrics and Gerontology, 8*(1), s.p. Obtido em 19 de 12 de 2013, *The Internet Journal of Geriatrics and Gerontology*: <http://ispub.com/IJGG/8/1/1502#>.
- Nicholls, C. M. (2010). Housing, homelessness and capabilities. *Housing, Theory and Society, 27*(1), 23-41. DOI: 10.1080/14036090902764588
- Nicholls, C. M. (2011). Housing first: Considering components for successful resettlement of homeless people with multiple needs. *Housing Studies, 26*(5), 767-777.
- Nicholls, C. & Atherton, I. (2011). Housing first: Considering components for successful resettlement of homeless people with multiple needs. *Housing Studies, 26*(5), 767-777. DOI: 10.1080/02673037.2011.581907
- Nilsson, S., Hjorthøj, C., Erlangsen, A., & Nordentoft, M. (2013). Suicide and unintentional injury mortality among homeless people: A danish nationwide register-based cohort study. *European Journal of Public Health, 23*(6), 50-56. DOI: 10.1093/eurpub/ckt025
- Nogueira, S. (2007). *À luz da lua... na face negra da Terra! Perspectivas desenvolvimentais sobre os factores contextuais e individuais associados à exclusão social: A realidade psicossocial dos sem-abrigo. Projeto de tese de doutoramento*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Nooe, R., & Patterson, D. (2010). The ecology of homelessness. *Journal of Human Behavior in the Social, 20*(2), 105-152. DOI: 10.1080/10911350903269757
- Norcross, J. C., Krebs, P.M. & Prochaska, J. O. (2010). Stages of change. *Journal of Clinical Psychology, 67*(2), 143-154. DOI: 10.1002/jclp.20758
- Novac, S., Brown, J., & Bourbonnais, C. (2009). *Transitional housing models in Canada: Options and outcomes*. Obtido em 07 de 11 de 2013, de Finding home: <http://homeless.samhsa.gov>

/ResourceFiles/Documents/1.1%20Novac%20et%20al%20-%20Transitional%20Housing.Pdf?AspxAutoDetectCookieSupport=1.

- Novac, S., Hermer, J., Paradis, E., & Kellen, A. (2009). *More sinned against than sinning? Homeless people as victims of crime and harassment*. In J. Hulchanski, P. Campsie, S. Chau, S. Hwang, & E. Paradis (Eds.), *Finding home: Policy options for addressing homelessness in Canada*. Obtido em 19 de 08 de 2010, de The homeless hub www.homelesshub.ca/FindingHome.
- Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-abrigo do Concelho de Setúbal. (2010). *Protocolo do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-abrigo de Setúbal*. Obtido em 12 de 03 de 2011, de EAPN Portugal: http://www.eapn.pt/Projetos_visualizar.php?ID=113
- Nunez, R., & Adams, M. (2014). Supporting families experiencing homelessness. In M. Haskett, S. Perlman, & B. Cowan (Eds.), *Primary stakeholders' perspectives on services for families without homes* (pp. 209-232). New York: Springer. DOI: 10.1007/978-1-4614-8718-0
- Nussbaum, M. (1992). Human functioning and social justice: in defense of Aristotelian essentialism. *Political Theory*, 20(2), 202-246. DOI: 10.1177/0090591792020002002
- Nussbaum, M. (2003). Capabilities as fundamental entitlements: Sen and global justice. *Feminist Economics*, 9(2), 33-59. DOI: 10.1080/1354570022000077926
- Nussbaum, M., & Sen, A. (1993). *The quality of life*. Oxford: Clarendon Press.
- Nusselder, W., Slockers, M., Krol, L., Slockers, C., Looman, C & van Beeck, E. (2013). Mortality and Life expectancy in homeless men and women in Rotterdam: 2001–2010. *PLoS ONE*, 8(10), Obtido em 15 de 02 de 2014, de PLoS ONE: <http://www.plosone.org/article/info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pone.0073979>.
- Nwakeze, P., Magura, S., Rosenblum, A., & Herman, J. (2003). Homelessness, substance misuse, and access to public entitlements in a soup kitchen population. *Substance Use & Misuse*, 38(3-6), 645-668. DOI: 10.1081/ja-120017388

O

- Office of Community Planning and Development, Office of Special Needs Assistance Programs. (30 de 09 de 2007). *Defining chronic homelessness: A technical guide for HUD programs*. Obtido em 17 de 05 de 2008, de US department of housing & urban development: <https://www.onecpd.info/resources/documents/DefiningChronicHomeless.pdf>.
- Olivet, J., Bassuk, E., Elstad, E., Kenney, R., & Jassil, L. (2010). Outreach and engagement in homeless services: A review of the literature. *The Open Health Services and Policy Journal*, 3, 53-70. DOI: 10.2174/1874924001003020053
- Olufemi, O. (2002). Barriers that disconnect homeless people and make homelessness difficult to interpret. *Development Southern Africa*, 19(4), 455-465. DOI: 10.1080/0376835022000019455
- O'Connell, M. E. (2003) Responding to homelessness: An overview of US and UK policy interventions, *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 13(2), 158–70. DOI: 10.1002/casp.720
- O'Flaherty, B. (2004). Wrong person and wrong place: For homelessness, the conjunction is what matters. *Journal of Housing Economics*, 13, 1-15. DOI: 10.1016/j.jhe.2003.12.001

O'Reilly-Fleming, T. (1993). *Down and out in Canada: Homeless Canadians*. Toronto: Canadian Scholars Press.

Organization for Economic Co-operation and Development. (16 de 07 de 2013). *Unemployment set to remain high in OECD countries through 2014 – youth and low-skilled hit hardest*. Obtido em 21 de 07 de 2013, de OECD Better policies for better lives: <http://www.oecd.org/employment/unemployment-set-to-remain-high-in-oecd-countries-through-2014youth-and-low-skilled-hit-hardest.htm>

Oshana, M. (2003). How much should we value autonomy. *Autonomy*, 20(2), 99-126. DOI: 10.1017/cbo9780511550119.005

O'Sullivan, E. (2008). Pathways through homelessness: Theoretical and policy implications. In J. Doherty & B. Edgar (Eds.), *'In my caravan I feel like superman': Essays in honour of Henk Meert, 1963-2006* (pp. 71-100). Brussels: FEANTSA.

O'Sullivan, E. (2012). Varieties of punitevenness in Europe: Homelessness and urban marginality. *European Journal of Homelessness*, 6(2), 69-97.

P

Paasche, S. (2012). *Is anti-begging legislation 'good practice' in tackling homeless?* Obtido em 05 de 01 de 2013, de The Geographies of Homelessness: Homeless experiences and homeless policy in different spaces: http://feantsa.horus.be/files/freshstart/Communications/Homeless%20in%20Europe%20EN/PDF_2012/Homeless_in_Europe_Summer_2012.pdf.

Padgett, D. (2007). There's no place like (a) home: Ontological security among persons with a serious mental illness in the United States. *Social Science & Medicine*, 64(9), 1927-1936. DOI: 10.1016/j.socscimed.2007.02.011

Padgett, D., Stanhope, V., Henwood, B. & Stefancic, A. (2010). Substance use outcomes among homeless clients with serious mental illness: Comparing housing First with treatment first programs. *Community Mental Health Journal*, 47(2), 227-232. DOI: 10.1007/s10597-009-9283-7

Page, N. (2000). *The turn inward in qualitative research*. Obtido em 16 de Maio de 2000, de Harvard University: <http://www.edreview.org/harvard00/2000/sp00/p00page1.htm>

Pais, J. (2006). *Nos rastos da solidão: Deambulações sociológicas*. Porto: Ambar.

Palley, T. (2012). *From financial crisis to stagnation: The destruction of shared prosperity and the role of economics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Palley, T. (03 de 2013). *Europe's crisis without end: The consequences of neoliberalism run amok (Working paper)*. Obtido em 15 de 08 de 2013, de Institut für Makroökonomie und Konjunkturforschung: http://www.boeckler.de/pdf/p_imk_wp_III_2013

Paradis, E., Novac, S., Sarty, M., & Hulchanski, J. (01 de 07 de 2008). *Better off in a shelter? A Year of homelessness & housing among status immigrant, non-status migrant, & canadian-born families*. Obtido em 13 de 04 de 2010, de Centre for Urban and Community Studies: <http://www.urbancentre.utoronto.ca/pdfs/researchbulletins/ParadisetalBetterOffinaShelter7-2008.pdf>

- Parker, D. (2010). Housing as an intervention on hospital use: Access among chronically homeless persons with disabilities. *Journal of Urban Health*, 87(6), 912-919. DOI: 10.1007/s11524-010-9504-y
- Parlamento Europeu. (18 de 12 de 2000). *Texto integral da carta*. Obtido em 14 de 02 de 2010, de A Carta dos direitos fundamentais da União Europeia: http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf.
- Parlamento Europeu. (22 de 04 de 2008). *Declaração escrita sobre a resolução do fenómeno dos sem-abrigo na rua (2009/C 259 E/04)*. Obtido em 1 de 12 de 2010, de F.E.A.N.T.S.A.: www.feantsa.org/files/EU%20docs%20Related%20to%20Homelessness%20and%20Housing%20Exclusion/EP%20written%20declaration/declaracao.pdf.
- Parlamento Europeu. (20 de 12 de 2010). *Declaração do Parlamento Europeu, de 16 de Dezembro, sobre uma estratégia da UE para os sem-abrigo [p7_TA-PROV(2010)0499]*. Obtido em 04 de 01 de 2011, de Parlamento Europeu: [www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?Reference=P7_TA\(2010\)0499&language=PT](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?Reference=P7_TA(2010)0499&language=PT)
- Parliament of Canada. (17 de 05 de 2012). *Risk factors for homelessness*. Obtido em 10 de 11 de 2013, de Library of parliament research publications: http://www.parl.gc.ca/content/lop/research_publications/prb0851-e.htm
- Parliamentary Assembly (26 de 06 de 2012a). *Austerity measures – a danger for democracy and social rights*. Obtido em 04 de 01 de 2013, de Resolution 1884 (2012) Final version: <http://www.assembly.coe.int/ASP/XRef/X2H-DW-XSL.asp?fileid=18916.&lang=EN>
- Parliamentary Assembly (09 de 01 de 2012b). *Demographic trends in Europe: Turning challenges into opportunities*. Obtido em 04 de 01 de 2013, de Council of Europe: <http://www.assembly.coe.int/ASP/Doc/XrefViewPDF.asp?FileID=12916&Language=EN>.
- Parsell, C. (2010). “Homeless is what I am, not who I am”: Insights from an inner-city brisbane study. *Urban Policy and Research*, 28(2), 181-194. DOI: 10.1080/0811141003793966
- Parsell, C. (2011). Homeless identities: Enacted and ascribed. *The British Journal of Sociology*, 62(3), 442-461. DOI: 10.1111/j.1468-4446.2011.01373.x
- Parsell, C., & Parsell, M. (2012). Homelessness as a choice. *Housing, Theory and Society*, 29(4), 420-434. DOI: 10.1080/14036096.2012.667834
- Parsell, C., Jones, A., & Head, B. (2012). Policies and programmes to end homelessness in Australia: Learning from international practice. *International Journal of Social Welfare*, 22(2), 186-194. DOI: 10.1111/j.1468-2397.2012.00884.x
- Partington, G. (2000). Choosing schools. *Quadrant*, XLVIII(2), 56-60.
- Patton, M. Q. (2001). *Qualitative evaluation and research methods* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.
- Paulus, A., Sutherland, H., & Tsakoglou, P. (2010). The distributional impact of in-kind public benefits in European countries. *Journal of Policy Analysis & Management*, 29(2), 243-266. DOI: 10.1002/pam.20490
- Pawson, H. and Munro, M. (2010). Explaining tenancy sustainment rates in British social rented housing: The roles of management, vulnerability and choice. *Urban Studies*, 47(1), 145-68. DOI: 10.1177/0042098009346869

- Peck, J., & Tickell, A. (2002). Neoliberalizing space. *Antipode*, 34(3), 380-404. DOI: 10.1111/1467-8330.00247
- Penninx, R., Spencer, D., & Van Hear, N. (2008). *Migration and integration in Europe: The state of research*. Obtido em 17 de 04 de 2009, de ESRC Centre on Migration, Policy and Society: <http://www.norface.org/files/migration-COMPAS-report.pdf>.
- Pereira, A., & Silva, D. (1998). *Os sem abrigo da cidade de Lisboa: Riscos de viver (n)a cidade*. Grupo de Ecologia Social. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Pereira, A., Barreto, P., & Fernandes, G. (2001). *Análise longitudinal dos sem-abrigo em Lisboa: A situação em 2000*. Lisboa: Departamento de Ação Social da Câmara Municipal de Lisboa.
- Perl, E. B., Fernandes-Alcantara, E., Heisler, E., McCallion, G. & McCarthy, F. (2012). *Homelessness: Targeted federal programs and recent legislation*. Obtido em 12 de 03 de 2013, de Congressional Research Service: http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc86638/m1/1/high_res_d/RL30442_2012May17.pdf
- Pernotto, S. (2013). *Conversations with the homeless*. Tucson: Steve Pernotto Publications.
- Perotti, E., & Suarez, J. (2011). A pigovian approach to liquidity regulation. *SSRN Electronic Journal*, 7, 3-41. DOI: 10.2139/ssrn.1951799
- Persaud, S., McIntyre, L., & Mileney, K. (2010). Working homeless men in Calgary, Canada: Hegemony and identity. *Human organizations*, 69(4), 343-351.
- Pfaffenseller, M. (2007). Revista Jurídica. Presidência da República. *Revista Jurídica*, 9(85), 92-107.
- Phillips, D. (2009). *Global connections: Human rights*. New York: Infobase Publishing.
- Piantanida, M., Tatanis, C., & Crubs, R. (2004). Generating theory of/for educational practice: The journey of three epistemorphs. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 17(3), 325-346. DOI: 10.1080/0951839042000204661
- Piller, I., & Cho, J. (2013). Neoliberalism as language policy. *Language in Society*, 42, 23-44. DOI: 10.1017/S0047404512000887
- Pilowski, J. E. (1993). The courage to leave: An exploration of Spanish-speaking women victims of spousal abuse. *Canadian Journal of Community Mental Health*, 12, 15-30.
- Pimenta, M. (1992). *Os sem-abrigo da cidade de Lisboa*. Lisboa: Cáritas Diocesana.
- Pinto, H., Taveira, M., & Fernandes, M. (37-58 de 2003). Os professores e o desenvolvimento vocacional dos estudantes. *Revista Portuguesa de Educação*, 16(1), 37-58.
- Pires, A. (2001). Introdução à Grounded Theory. In A. Pires, & A. Pires (Ed.), *Crianças (e pais) em risco* (pp. 39-63). Lisboa: ISPA.
- Pleace, N. (2000). The new consensus, the old consensus and the provision of services for people sleeping rough. *Housing studies*, 15(4), 581-594. DOI: 10.1080/0267303005008113
- Pleace, N. (2008). *Effective services for substance misuse and homelessness in Scotland: Evidence from an international review*. Edinburgh: Scottish Government.

- Pleace, N. (31 de 03 de 2013). *Evaluating homelessness services and strategies: A review*. Obtido em 02 de 01 de 2014, de Centre for Housing Policy, European Observatory on Homelessness: http://www.habitact.eu/files/activity/actionresearch/_evaluationreview_habitact.pdf.
- Pleace, N., Fitzpatrick, S., Johnsen, S., Quilgars, D. & Sanderson, D. (2008). *Statutory homelessness in England: The experience of families and 16–17 Year olds*. London: Department for Communities and Local Government.
- Pleace, N., Baptista, I., Benjaminsen, L., & Busch-Geertsema, V. (2013). *The costs of homelessness in Europe. EOH comparative studies*. Brussels: European Observatory on Homelessness.
- Pleace, N. & Bretherton, J. (2013). *Measuring homelessness and housing exclusion in Northern Ireland: A test of the ETHOS typology*. Belfast: Northern Ireland Housing Executive. Obtido em 02 de 01 de 2014, de Centre for Housing Policy: <https://www.york.ac.uk/chp/people/pleace/#publications>.
- Popper, K. (1971). *Objective knowledge: An evolutionary approach*. . Oxford: Clarendon Press.
- Popper, K. (2013). *The open society & its enemies: New one volume edition*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Portal da Habitação. (10 de 03 de 2009). *Encontro para apresentação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-abrigo*. Obtido em 12 de 08 de 2013, de Notícias: <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/noticias/noticia248.html>
- Porter, B., & Jackman, M. (09 de 2011). *Social Rights Advocacy Centre*. Obtido em 16 de 03 de 2012, de International Human Rights and Strategies to Address Homelessness and Poverty in Canada: Making the Connection: <http://socialrightscura.ca/documents/publications/Porter-Jackman%20making%20the%20connection-can.pdf>
- Poulin, S. R., Maguire, M., Metraux, S., Culhane, D. (2010). Service use and costs for persons experiencing chronic homelessness in Philadelphia: A population-based study. *Psychiatric Services*, 61(11), 1093-1098. DOI: 10.1176/appi.ps.61.11.1093
- Pawson, H. (2007). Local authority homelessness prevention in England: Empowering consumers or denying rights?. *Housing Studies*, 22(6), 867-883. DOI: 10.1080/02673030701387572
- Prigerson, H., Desai, R., Liu-Mares, W., & Rosenheck, R. (2003). Suicidal ideation and suicide attempts in homeless mentally ill persons: Age-specific risks of substance abuse. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 38(4), 213-219. DOI: 10.1007/s00127-003-0621-8
- Prochaska, J. (2012). Individual dynamics of addiction: Common pathways to change. In D. Long, A. Rindskopf, & K. Sher (Eds.), *APA addiction syndrome handbook, Vol. 1: Foundations, influences and expressions of addiction* (pp. 663-680). Washington: American Psychological Association. DOI: 10.1037/13751-005
- Prochaska, J. J., Prochaska, J. M., & Prochaska, J. (2013). Building a science for multiple-risk behavior change. In S. Shumaker, J. Ockene, & K. Riekert (Eds.), *The handbook of health behavior change* (4th ed.) New York: Springer Publishing Company.
- Prochaska, J., Norcross, J., & Diclemente, C. (1992). In search of how people change. *American Psychologist*, 47(9), 1102-1114. DOI: 10.1037//0003-066x.47.9.1102
- Prochaska, J., Norcross, J., & Diclemente, C. (1994). *Changing for good*. New York: Avon Books.
- Prochaska, J., Norcross, J., & DiClemente, C. (2013). Applying the stages of change. *Psychotherapy in Australia*, 19(2), 10-15.

- Prochaska, J., Redding, C., & Evers, K. (2008). The transtheoretical model and stages of change. In K. Glanz, & B. & Rimer (Eds.), *Health behavior and health education: Theory, research, and practice* (4th ed., pp. 97-121). San Francisco: Jossey Bass.
- Procuradoria-Geral da República. (12 de 08 de 2013). *Bases de dados*. Obtido em 15 de 08 de 2013, de Procuradoria-Geral da República: <http://www.pgr.pt/>
- Proehl, R. (2007). Social justice, respect, and meaning-making: keys to working with the homeless elderly population. *Health and Social Work, 32*(4), 301-307. DOI: 10.1093/hsw/32.4.301
- Puma, E., & Lee, B. (2004). *Financial derivatives and the globalization of risk*. Durham: Duke University Press.
- Punch, K. (2009). *Introduction to research methods in education*. London: Sage.

Q

- Queiroz, J. M., & Ziolkowski, M., L. (1997). *L'interactionnisme symbolique*. Rennes: P.U.R.
- Quimby, E., Drake, R., & Becker, D. (2001). Ethnographic findings from the Washington, D. C. vocational services study. *Psychiatric Rehabilitation Journal, 24*(4), 368-374. DOI: 10.1037/h0095068
- Quintas, S. (2010). *A percepção de técnicos e "indivíduos sem-abrigo": Histórias ocultas de uma realidade no Porto*. Obtido em 12 de 09 de 2011, de Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57419/2/76674.pdf>

R

- Ray, N. (2007). *Lesbian, gay, bisexual and transgender youth: An epidemic of homelessness*. New York, NY: National Gay and Lesbian Task Force Foundation.
- Rayburn, R., & Guittar, N. (2013). "This is where you are supposed to be": How homeless individuals cope with stigma. *Sociological Spectrum, 33*(2), 159- 174. DOI: 10.1080/02732173.2013.732876
- Rechel, B., Mladovsky, P., Devillé, W., Rijks, B., Petrova-Benedict, R., McKee, M. (Eds), (2011). *Migration and health in the European Union*. Berkshire: McGraw Hill.
- Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal. (09 de 2010). *Indicadores sobre a pobreza: Dados Europeus e Nacionais*. Obtido em 03 de 01 de 2011, de Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal: http://www.eapn.pt/documentos_visualizar.php?ID=42
- Rede Social Coimbra - Núcleo Executivo. (2010). *Rede Social Coimbra - Plano de Ação 2010*. Obtido em 03 de 12 de 2012, de Câmara Municipal de Coimbra: http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3394&Itemid=381
- Rede Social Lisboa - Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo. (2009). *Proposta de plano cidade para a pessoa sem-abrigo: Lisboa*. Obtido em 17 de 04 de 2011, de Rede Social Lisboa:

- http://www.redesocial-lisboa.pt/fileadmin/REDE_SOCIAL_LISBOA/HomePage/PLANO_CIDADE_PSA.pdf
- Reder, S., & Strawn, C. (2001). The K-12 school experiences of high school dropouts. *Focus on Basics*, 4(D), 1-5.
- Reeve, K. (2013). The morality of the “immoral”: The case of homeless, drug-using street prostitutes. *Deviant behavior*, 34(10), 824- 840. DOI: 10.1080/01639625.2013.781442
- Reeve, K. & Batty, E. (05 de 2011). *The hidden truth about homelessness: Experiences of single homelessness in England*. Obtido em 12 de 03 de 2012, de CRISIS: http://www.crisis.org.uk/data/files/publications/HiddenTruthAboutHomelessness_web.pdf.
- Reeve, K., & Coward, S. (2004). *Life on the margins: The experiences of homeless people living in squats*. London: Crisis and the Country Side Agency.
- Reingold, D., & Fertig, A. (05 de 2006). *The characteristics and causes of homelessness among at risk families with children in twenty american cities*. Obtido em 12 de 03 de 2008, de Characteristics and dynamics of homeless families with children: <http://aspe.hhs.gov/hsp/homelessness/improving-data08/apd.htm>
- Reisen, M., Stocker, S., & Vogiazides, L. (2009). *Europe’s response to the global financial and economic crisis*. Obtido em 1 de 12 de 2011, de Social Watch: Poverty eradication and gender justice: http://www.socialwatch.org/sites/default/files/eepa-eurostep2009_eng.pdf
- Rennie, D. (1998a). Grounded Theory methodology: The pressing need for a coherent logic of justification. *Theory and Psychology*, 8(1), 101-119. DOI: 10.1177/0959354398081006
- Rennie, D. (1998b). Reply to Corbin: From one interpreter to another. *Theory and Psychology*, 8, 129-135. DOI: 10.1177/0959354398081008
- Rennie, D. (1999). Qualitative research: A matter of hermeneutics and the sociology of knowledge. In M. Kopda, L. Suzuki, M. Kopda, & L. Suzuki (Eds.), *Using qualitative methods in psychology* (pp. 3-19). Thousand Oaks, CA: Sage. DOI: 10.4135/9781452225487.n1
- Rennie, D. (2000). Grounded Theory methodology as methodical hermeneutics. *Theory and Psychology*, 10(4), 481-502. DOI: 10.1177/0959354300104003
- Rennie, D. (2006). The Grounded Theory method: Application of a variant of its procedures of constant comparative analysis to psychotherapy research. In C. Fisher, & C. Fisher (Ed.), *Qualitative research methods for psychologists: Introduction through empirical studies* (pp. 59-78). Amsterdam: Elsevier.
- Rennie, D., & Fergus, K. (2006). Embodied categorizing in the Grounded Theory method: Methodical hermeneutics in action. *Theory and Psychology*, 16(4), 483-503. DOI: 10.1177/0959354306066202
- Rennie, D., Philips, J., & Quartaro, G. (1988). Grounded Theory: A promising approach to conceptualization in psychology? *Canadian Psychology*, 29(2), 139-150. DOI: 10.1037/h0079765
- République Française (2010). *French homeless and poorly housed people strategy*. Obtido em 23 de 11 de 2011, de *The homeless hub*: <http://www.homelesshub.ca/resource/national-strategy-homeless-and-poorly-housed-people-france#sthash.SDHgkxkv.dpuf>.

- Resende, H. (2011). *Relação entre gestão de risco e corporate governance: A intervenção do estado como desincentivo à gestão eficiente do risco. Dissertação de Mestrado em Economia Monetária e Financeira*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- Ressman, C. (1993). *Narrative analysis*. Newbury Park, CA: Sage.
- Rew, L., Taylor-Seehafer, M., Thomas, N., & Yockey, R. (2001). Correlates of resilience in homeless adolescents. *Journal of Nursing Scholarship*, 33(1), 33–40. DOI: 10.1111/j.1547-5069.2001.00033.x
- Ribeiro, J. (09 de 2011). *NIPE - Artigos noutras revistas, com arbitragem científica*. Obtido em 23 de 11 de 2011, de Cadernos de Economia: <http://www.cadernoseconomia.com.pt/ce96/indice.html>.
- Richman, B., Convit, A., & Martell, D. (1992). Homelessness and the mentally ill offender. *Journal of Forensic Sciences*, 37, 932-927.
- Riggio, H. R., & Garcia, A. L. (2009). The power of situations: Jonestown and the fundamental attribution error. *Teaching of Psychology*, 36(108), 108-112. DOI: 10.1080/00986280902739636
- Ritchie, J., & Lewis, J. (2003). *Qualitative research practice: A guide for social students and researchers*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Rivera, L. (2004). Learning community: Popular education and homeless women. *Women's Studies Quarterly*, 32(1-2), 196-212.
- Rivlin, L. (1990). The significance of home and homelessness. *Marriage and Family Review*, 15(1), 39-56. DOI: 10.1300/j002v15n01_03
- Robaina, I. (2013). Nas margens do centro": As populações de rua, suas sobrevivências e os espaços das grandes metrópoles. *Caderno de Geografia*, 40, 1-14. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2013v23n40p1
- Robinson, C. (2001). Being somewhere. *Space and Culture*, 11-12, 7-23.
- Robinson, C. (2002). I think home is more than a building: Young home(less) people on the cusp of home, self and something else. *Urban Policy and Research*, 20(1), 27-38. DOI: 10.1080/0811140220131582
- Robinson, C. (2005). Persistent homelessness/persistent trauma. *Parity*, 18(7), 4-5.
- Robinson, D., & Coward, S. (2003). *Your place, not mine: The experiences of homeless people staying with family and friends*. London: Crisis and the Countryside Agency.
- Roche, M. (2004). Complicated problems, complicated solutions? Homelessness and joined-up policy responses. *Social Policy & Administration*, 38(7), 758-774. DOI: 10.1111/j.1467-9515.2004.00417.x
- Rodrigues, E. (2000). O estado providência e os processos de exclusão social: Considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Sociologia*, 10, 173-200.
- Rodrigues, R. (24 de 05 de 2013). *Medidas anticrise nas áreas da pobreza e do desemprego - A realidade portuguesa: Resultados de investigação*. Obtido em 01 de 06 de 2013, de Social Science Research Unit: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2270810.
- Roebuck, B. (2008). *Homelessness, victimization and crime: Knowledge and actionable recommendations*. Ottawa: Institute for the prevention of crime - University of Ottawa.

- Roebuck, B. (01 de 01 de 2010). *Homeless, victimization and crime: Knowledge and actionable recommendations*. Obtido em 01 de 11 de 2010, de Institute for the prevention of crime: <http://socialsciences.uottawa.ca/ipc/pdf/IPC-Homelessness%20report.pdf>.
- Rog, D., Holupka, C., & Patton, L. (Fall de 2007). *Characteristics and dynamics of homeless families with children*. Obtido em 21 de 13 de 2009, de Department of Health and Human Services, USA: <http://aspe.hhs.gov/hsp/homelessness/improving-data08/report.pdf>.
- Rokash, A. (2004). The lonely and the homeless: Causes and consequences. *Social Indicators Research*, 69(1), 37-50. DOI: 10.1023/b:soci.0000032659.93625.91
- Rosa, M. (2012). *Poverty, family dynamics and oportunidades: An evolutionary perspective*. Obtido em 21 de 13 de 2013, de The International Policy Centre for Inclusive Growth: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager170.pdf>.
- Rosario, M., Schrimshaw, E., & Hunter, J. (2012). Homelessness among lesbian, gay, and bisexual youth: Implications for subsequent internalizing and externalizing symptoms. *Journal of Youth and Adolescence*, 41(5), 544-560. DOI: 10.1016/j.chilyouth.2011.09.016
- Rosario, M., Schrimshaw, E., & Hunter, J. (2012a). Risk factors for homelessness among lesbian, gay, and bisexual youths: A developmental milestone approach. *Children and Youth Services Review*, 34(1), 186-193. DOI: 10.1016/j.chilyouth.2011.09.016
- Rose, N. (2000). Government and control. In D. Garland and R. Sparks (Eds.), *Criminology and social theory* (pp. 183-208). Oxford: Oxford University Press.
- Rosenheck, R., & Lam, J. (1997). Homeless mentally ill clients' and providers' perceptions of service needs and clients' use of services. *Psychiatric Services*, 48, 381-386.
- Rosenheck, R., Bassuk, E., & Saloman, A. (1998). *Special populations of homeless americans*. In L. Fosburg, & D. Dennis (Eds.), Obtido em 27 de Março de 2004, de Practical Lessons: The 1998 National Symposium on Homeless Research: aspe.hhs.gov/progsys/homeless/symposium/toc.htm.
- Rosenheck, R., Frisman, L., & Chung, A. (1994). The proportion of veterans among homeless men. *American Journal of Public Health*, 84(3), 466-469. DOI: 10.2105/ajph.84.3.466
- Rosenthal, R., & Rosnow, R. (2008). *Essentials of psychological research: Methods and data analysis* (3rd ed.). New York: McGraw-Hill.
- Roseta, H. (11 de 04 de 2012). *Estratégia Integrada para as pessoas sem-abrigo em Lisboa*. Obtido em 14 de 07 de 2012, de Câmara Municipal de Lisboa: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1334138715C3mCX0rh7Ufi4BN6.pdf>
- Rowe, J. (2002, 05 06-07). *Survival strategies of the homeless and the drug dependent: 'Don't wander around in bare feet'. The squatting experience*. Retrieved 02 21, 2011, from Australian Institute of Criminology and the Australian Housing and Urban Research Institute: <http://www.aic.gov.au/~media/conferences/housing/rowe.pdf>.
- Rowe, M. (1999). *Crossing the border: Encounters between homeless people and outreach workers*. Berkeley: University of California Press.
- Royse, D., Leukefeld, C., Logan, T., Dennis, M., Weschberg, W., Hoffman, J., et al. (2000). Homelessness and gender in out-of-treatment drug users. *American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 26(2), 283-296. DOI: 10.1081/ada-100100605

- Rubin, A., & Babbie, C. (2008). *Research methods for social work* (6th ed.). Belmont: Thomson Higher Education.
- Rukmana, D. (2006). The spacial origins of the homeless. *International Journal of the Diversity*, 6(2), 35-53.
- Runquist, J., & Reed, P. (2007). Self-transcendence and well-being in homeless adults. *Journal of Holistic Nursing*, 25(1), 5-13. DOI: 10.1177/0898010106289856.
- Russell, B. (2011). *Silent sisters: An ethnography of homeless women*. New York: Routledge.
- Rybkowska, A., & Schneider, M. (11 de 02 de 2011). *Housing conditions in Europe in 2009*. Obtido em 29 de 02 de 2011, de EUROSTAT Statistics in focus: Population and social conditions (4/2011): http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product_details/publication?p_product_code=KS-SF-11-004.

S

- Sackoff, J., Hanna, D., Pfeiffer, M., & Torian, L. (2006). Causes of death among persons with AIDS in the era of highly active antiretroviral therapy: New York City. *Annals of Internal Medicine*, 145, 397-406. DOI: 10.7326/0003-4819-145-6-200609190-00003.
- Safran, E. (05 de 05 de 2006). *Rational choice and the process of becoming homeless for survivors of domestic violence*. Obtido em 12 de 07 de 2010, de Department of Economics of Amherst College: <https://www.amherst.edu/media/view/18886/original/Safran.pdf>.
- Sahlin, I. (2012). The logos of ETHOS. *European Journal of Homelessness*, 6(2), 227-264.
- Sakamoto, I., Chin, M., Chapra, A., & Ricciardi, J. (2009). A 'normative' homeless woman?: Marginalization, emotional injury and social support of transwomen experiencing homelessness. *Gay & Lesbian Issues and Psychology Review*, 5(1), 2-19.
- Sakamoto, I., Ricciardi, J., Plyler, J., Wood, N., Chapra, A., Chin, M., et al. (01 de 05 de 2010). *Coming together: Homeless women, housing and social support*. Obtido em 13 de 02 de 2012, de University of Toronto: http://www.wellesleyinstitute.com/wp-content/uploads/2010/06/Coming-Together_Final_Final_Report.pdf.
- Salema, B., Nyamathia, A., Brechta, M., Phillipsa, L., Mentesa, J., Sarkisianb, C., et al. (2014). Constructing and identifying predictors of frailty among homeless adults: A latent variable structural equations model approach. *Archives of Gerontology and Geriatrics*, 58(2), 248-256. DOI: 10.1016/j.archger.2013.09.005.
- Sandford, J. (1971). *Down and out in Britain*. Holborn: New English Books.
- Sandgren, A., Thulesius, H., Fridlund, B., & Petersson, K. (2006). Striving for emotional survival in palliative cancer nursing. *Qualitative Health Research*, 16(1), 79-96. DOI: 10.1177/1049732305283930
- Santos, B. S. (02 de 02 de 2011). *Para uma revolução democrática da justiça (3ª edição revista e ampliada)*. Obtido em 16 de 07 de 2013, de Publicações da autoria de Boaventura Sousa Santos: http://72.29.69.19/~ejal/images/stories/arquivos/RevDemJust_FEV2011.pdf.

- Sapir, A. (Ed.). (Julho de 2003). *An agenda for a growing Europe. Making the EU economic system deliver. Report of an independent high-level study group established on the initiative of the President of the European Commission*. Obtido em 6 de Fevereiro de 2009, de EUROACTIV: www.euroactiv.com/ndbtext/innovation/sapirreport.pdf.
- Sapir, A. (2006). Globalization and the reform of European social models. *Journal of Common Market Studies*, 44(2), 369-390. DOI: 10.1111/j.1468-5965.2006.00627.x
- Sapiro, G. (2010). *Sociology is a martial art: Political writing by Pierre Bourdieu*. New York: The New Press.
- Saunders, P. (1990). *A Nation of home owners*. London: Unwin Hyman.
- Saunders, R., & Maxwell, J. (01 de 03 de 2003). *Changing labour markets: Key challenges facing Canada*. Canadian Policy Research Networks: Ottawa.
- Sceresini, A. (09 de 07 de 2013). *Meet the homeless man living under house arrest, on a sidewalk*. Obtido em 12 de 08 de 2013, de Worldcrunch: <http://www.worldcrunch.com/culture-society/meet-the-homeless-man-living-under-house-arrest-on-a-sidewalk/homeless-house-arrest-justice-sentence-milan/c3s12698/>.
- Schindeler, E. (2010). *A genealogy of the problematic of homelessness and the homeless in Australia*. Brisbane: Queensland University of Technology.
- Schneider, F., Gruman, J., & Coutts, L. (Eds), (2012). *Applied social psychology: Understanding and addressing social and practical problems*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Schneider, H. (19 de 01 de 2012). *IMF pushes Europe to do more to fight debt crisis*. Obtido em 21 de 01 de 2012, de The Washington Post with Bloomberg Business: http://www.washingtonpost.com/business/economy/imf-pushes-europe-to-do-more-to-fight-debt-crisis/2012/01/18/g1QANinK9P_story.html.
- Schultz-Krohn, W. (2004). The meaning of family routines in a homeless shelter. *The American Journal of Occupational Therapy*, 58(5), 531-542.
- Schwandt, T. (2001). *Dictionary of qualitative inquiry* (2ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Scott, H. (2007). *The temporal integration of connected study into a structured life: A Grounded Theory*. Doctor of Philosophy Dissertation. Portsmouth: University of Portsmouth.
- Scutella, R., Johnson, G., Moschion, J., Tseng, Y. & Wooden, M. (19-22 de 04 de 2012). *Wave 1 findings from Journeys Home: A longitudinal study of factors affecting housing stability*. Paper presented at the Homelessness Research Conference. Obtido em 14 de 10 de 2013, de Journeys Home: <http://midja.org/data/storage/f/2014-05-05T00%3A42%3A21.217Z/scutella-et-al-ahuri-conf.pdf>.
- Seale, C. (2000). *Introduction to qualitative methods*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Segurança Social (23 de 08 de 2013). Sem-abrigo. Obtido em 14 de 10 de 2013, de Instituto de Segurança Social: http://www4.seg-social.pt/sem-abrigo?p_p_id=56_INSTANCE_6nR3&p_p_lifecycle=1&p_p_state=exclusive&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&_56_INSTANCE_6nR3_struts_action=%2Fjournal_content%2Fexport_article&_56_INSTANCE_6nR3_groupId=10152&_56_INST.

- Semedo, N. (2012). *Perspetiva do sem-abrigo para o futuro. Dissertação para obtenção de grau de mestre em Política Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa .
- Sen, A. (29 de Outubro de 1987). *Food and freedom*. Obtido em 27 de Fevereiro de 2009, de World Bank: www.worldbank.org/html/cgiar/publications/crawford/craw3.pdf.
- Sen, A. (1990). *The standard of living (the Tanner lectures)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sen, A. (1992). *Inequality reexamined*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Sen, A. (1999). *Development as freedom*. New York, NY: Oxford University Press.
- Sen, A. (1-14 de Janeiro de 2002). *How to judge globalism*. Obtido em 04 de Novembro de 2004, de The American Prospect: www.prospect.org/print-friendly/print/V13/1/sen-a.html.
- Sen, A. (29 de Outubro de 2004). *Interdependence and global justice*. Obtido em 12 de Novembro de 2008, de United Nations: www.un.org/esa/documents/GLO-UNGA.pdf
- Sen, A. (s.d.). *What difference can ethics make?* Obtido em 2009 de Fevereiro de 2009, de Digital Library of the Inter-American Initiative on Social Capital, Ethics and Development: www.iadb.org/etica/Documentos/dc_sen_queimp-i.pdf.
- Sen, A., & Rushdie, S. (30 de Abril de 2006). *Argumentative indians: Amartya Sen and Salman Rushdie in conversation*. Obtido em 15 de Janeiro de 2009, de Open Democracy: www.opendemocracy.net.
- Sermons, M., & Witte, P. (2011a). *A research report on homelessness. An in-depth examination of homeless counts, economic indicators, demographic drivers, and changes at the state and national level*. Obtido em 04 de 04 de 2011, de State of homelessness in America: www.endhomelessness.org/files/3668_file_SOH_report_FINAL_LOW_RES_NOT_embargoed.pdf.
- Sermons, M. W., & Witte, P. (2011b). *State of homelessness in America: A research report on homelessness*. Washington, DC: National Alliance to End Homelessness and the Homelessness Research Institute.
- Shaheen, G., & Rio, J. (2007). Recognizing work as a priority in preventing or ending homelessness. *Journal of Primary Prevention*, 28, 341-358. DOI: 10.1007/s10935-007-0097-5
- Sharama, A., & Hulsea, K. (07 de 02 de 2014). *Understanding the nexus between poverty and homelessness: Relational poverty analysis of families experiencing homelessness in Australia*. Obtido em 14 de 02 de 2014, de Taylor & Francis on line: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14036096.2014.882405>
- SHARE - Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe (06 de 2013). *Key facts*. Obtido a 13 de 07 de 2014, de SHARE: http://www.share-project.org/fileadmin/SHAREBrochure/share_broschuere_web_final.pdf.
- Shelton, K., Taylor, P., Bonner, A., & van den Bree, M. (2009). Risk factors for homelessness: Evidence from a population-based study. *Psychiatric Services*, 60(4), 465-472. DOI: 10.1176/appi.ps.60.4.465
- Shier, M., Jones, M. & Graham, J. (2012). Employment difficulties experienced by employed homeless people: Labor market factors that contribute to and maintain homelessness. *Journal of Poverty*, 16(1), 27-47. DOI: 10.1080/10875549.2012.640522

- Shinn, M. (2002). Homelessness. What is a psychologist to do? *A Quarter Century of Community Psychology*, 343-366. DOI: 10.1007/978-1-4419-8646-7_17
- Shinn, M. (2007). International homelessness: Policy, socio-cultural and individual perspectives. *Journal of Social Issues*, 63(3), 657-77. DOI: 10.1111/j.1540-4560.2007.00529.x
- Shinn, M. (2010). Homelessness, poverty and social exclusion in the United States and Europe. *European Journal of Homelessness*, 4, 19-44.
- Shinn, M., Schteingart, J., Williams, M., Carlin-Mathis, J., Bialo-Karagis, N., Becker-Klein, R., et al. (2008). Long-term associations of homelessness with children's well-being. *American Behavioral Scientist*, 51(6), 789-809. DOI: 10.1177/0002764207311988
- Shlay, A., & Rossi, P. (1992). Social science research and contemporary studies of homelessness. *Annual Review of Sociology*, 18, 129-160. DOI: 10.1146/annurev.soc.18.1.129
- Shier, M. L., Jones, M. E., & Graham, J. R. (2012). Employment difficulties experienced by employed homeless people: Labor market factors that contribute to and maintain homelessness. *Journal of Poverty*, 16, 27-47. DOI: 10.1080/10875549.2012.640522
- Silva, A., Mincache, G., Rosa, M., & Mutchnik, V. (2010). Sensações do morar e a concretização de moradia para idosos egressos de um albergue. *Caderno Temático Kairós Gerontologia*, 8, 169-193.
- Silva, M. L. (2006). *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. Dissertação de mestrado*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Silva, S. P. (2007). Sem-abrigo: Métodos de produção de narrativas biográficas. *Sísifo. Revistas de Ciências da Educação*, 2, 69-82.
- Silver, H. (2006). *Social exclusion*. Obtido em 16 de 06 de 2008, de Brown University: <http://www.brown.edu/Departments/Sociology/faculty/hsilver/documents/hsilver-social-exclusion-encyc.pdf>.
- Silverman, D. (2013). *A very short, fairly interesting and reasonably cheap book about qualitative research* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Simões, A. (1990). A investigação-ação: Natureza e validade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXIV(3), 39-51.
- Simmons, O., & Gregory, T. (2003). *Grounded action: Achieving optimal and sustainable change [51 paragraphs]*. Obtido em 15 de Dezembro de 2006, de Forum Qualitative Sozialforschung/ Forum Qualitative Researcher: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/Article/677>
- Simons, R., & Whitbeck, L. (1991). Sexual abuse as a precursor to prostitution and victimization among adolescent and adult homeless women. *Journal of Family Issues*, 12(3), 361-379. DOI: 10.1177/019251391012003007
- Singer, R., Hart, L., & Zasloff, R. (1995). Dilemmas associated with rehousing homeless people who have companion animals. *Psychology Reports*(77), 851-857. DOI: 10.2466/pr0.1995.77.3.851
- Sisson, L., & Lown, D. J. (2011). Do soup kitchen meals contribute to suboptimal nutrient intake – obesity in the homeless population? *Journal of Hunger & Environmental Nutrition*, 6(3), 312-323. DOI: 10.1080/19320248.2011.597832.

- Smith, J. (2008). *Qualitative psychology: A practical guide to research methods* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage publications.
- Smith, J. (2010). Capabilities and resilience among people using homeless services. *Housing, Care & Support*, 13(1), 9-18. DOI: 10.5042/hcs.2010.0308
- Smith, J. (2013). Methodological problems of sampling young homeless people in four European societies with different levels of service provision and definitions of homelessness. *Housing, Care and Support*, 16(2), 64 – 75. DOI: 10.1108/hcs-03-2013-0005
- Smith, J., Bushnaq, H., Campbell, A., Hassan, L., Pal, S., & Akpadio, S. (2007). Valuable lives: Capabilities and resilience amongst single homeless. In J. B. Smith (Eds.), *Crisis Report* (pp. 1-24). London: London Metropolitan University.
- Smith, S. (1994). The essential qualities of a home. *Journal of Environmental Psychology*, 14, 31-46. DOI: 10.1016/s0272-4944(05)80196-3
- Snow, D., & Mulcahy, M. (2001). Space, politics, and the survival strategies of the homeless. *American Behavioral Scientist*, 45, 149-169. DOI: 10.1177/00027640121956962
- Snow, D., Baker, S., & Anderson, L. (1989). Criminality and homeless men: An empirical assessment. *Social Problems*, 36(5), 532-549. DOI: 10.1525/sp.1989.36.5.03x0010j
- Social Watch. (2010). *European Social Watch Report 2010. Time for action: Responding to poverty, social exclusion and inequality in Europe and beyond*. Obtido em 10 de 09 de 2011, de Social Watch: Poverty eradication and gender justice: http://www.socialwatch.org/sites/default/files/European_SW_Report_2010-eng.pdf.
- Somerville, P. (1992). Homeless and the meaning of home: Rooflessness or rootlessness. *Journal of Urban and Regional Research*, 16(4), 529-539. DOI: 10.1111/j.1468-2427.1992.tb00194.x
- Somerville, P. (1997). The social construction of home. *Journal of Architectural and Planning Research*, 14(3), 226-245.
- Sørensen, G. (2007). After the security dilemma: The challenges of insecurity in weak states and the dilemma of liberal values. *Security Dialogue*, 38(3), 357-378. DOI: 10.1177/0967010607081516
- Soros, G. (2008). *The new paradigm for financial markets: The credit crisis of 2008 and what it means*. New York: Public Affairs.
- Šoštarić, M. (2013). Homelessness in the Republic of Croatia: A review of the social welfare system for homeless people. *European Journal of Homelessness*, 7(2), 287-300.
- Sotiropoulos, D., Milios, J., & Lapatsioras, S. (2013). *A political economy of contemporary capitalism and its crisis. Demystifying finance*. London: Routledge.
- Sousa, F., & Almeida, S. (2001). E se perguntássemos aos Sem-abrigo?! Satisfação e necessidades percebidas face aos serviços, num abrigo de Lisboa. *Análise Psicológica*, 2(XIX), 299-312. DOI: 10.14417/ap.361
- Sousa, R., & Lovisi, G. (2007). Avaliação de déficits cognitivos em moradores com mais de 65 anos de um albergue público. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 34(5), 205-209. DOI: 10.1590/s0101-60832007000500001

- Spinner, G., & Leaf, P. (1992). Homelessness and drug abuse in New Haven. *Hospital and Community Psychiatry, 43*, 166-168.
- Spinnewijn, F. (2009). How to use the Open Method of Coordination to deliver policy progress at European level: The example of homelessness. *European Journal of Homelessness, 3*, 301-316.
- Spinnewijn, F. (02 de 07 de 2010). *Homelessness and the EU: Some good reasons to be optimistic*. Obtido em 18 de 08 de 2010, de Shelter Cymru Annual Conference: www.sheltercymru.org.uk/images/ppt/freek.pps.
- Spinnewijn, F. (01 de 04 de 2010b). *Some reflections on the Portuguese homelessness strategy*. Obtido em 12 de 03 de 2011, de FEANTSA: http://feantsa.horus.be/files/freshstart/Communications/Flash%20EN/PDF_2010/10_11_November_FEANTSA_Flash_EN.pdf.
- St. Vincent's Mental Health Service (Melbourne) & Craze Lateral Solutions Bungendore NSW. (05 de 2005). *Homelessness and mental health linkages. Review of national and international literature*. Obtido em 2 de 03 de 2009, de Department of Health and Ageing - Australian Government: [http://www.health.gov.au/internet/main/publishing.nsf/Content/0C6EDF2D BEF5A920CA2573FB00196F28/\\$File/homeall.pdf](http://www.health.gov.au/internet/main/publishing.nsf/Content/0C6EDF2D BEF5A920CA2573FB00196F28/$File/homeall.pdf).
- Steen, A., & MacKenzie, D. (2013). Financial stress, financial literacy, counselling and the risk of homelessness. *Australasian Accounting Business & Finance Journal, 7*(3), 31-48. DOI: 10.14453/aabf.v7i3.3
- Stephens, M., & Fitzpatrick, S. (2007). Welfare regimes, housing systems and homelessness: How are they linked? *European Journal of Homelessness, 1*, 201-212.
- Stephens, M., Fitzpatrick, S., Elsinga, M., van Steen, G., & Chzhen, Y. (2010). *Study on housing exclusion: Welfare policies, housing provision and labour markets*. Brussels: European Commission, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities.
- Stewart, F., & Deneulin, S. (2002). Amartya Sen's contribution to development thinking. *Studies in Comparative International Development, 27*(2), 61-71. DOI: 10.1007/bf02686262
- Strang, C., & Forrester, D. (2004). *Creating a space where we are all welcome: Investigation and direction concerning access to the Toronto hostel system for transsexual and transgender people*. Toronto: Fred Victor Centre.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research*. Newbury Park: Sage.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1994). Grounded Theory methodology: An overview. In N. Denzinger, Y. Lincoln, A. Strauss, & J. Corbin (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 273-285). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Study Group in Homelessness. (1993). *Homelessness: Report prepared by the Study Group on homelessness*. Strasburg: Council of Europe Press.
- Sugawara, N., Sulla, V., Taylor, A., & Tiongson, E. (14 de 04 de 2010). *The crisis hits home: Stress testing households in Europe and Central Asia*. Obtido em 14 de 02 de 2011, de VOX. Research-based policy analysis and commentary from leading economists: <http://www.voxeu.org/index.php?q=node/4863>.

- Svensson, L. (19-20 de 11 de 2010). *Crisis and recovery – labor market institutions and post-crisis recovery*. Obtido em 12 de 07 de 2011, de Paper to be presented at the XXX Conference of the APHES, Lisbon 19-20 Nov 2010: <http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/LARS%20SVENSSON.pdf>
- Swanson, J., Borum, R., Swartz, M., & Hiday, V. (1999). Violent behavior preceding hospitalization among persons with severe mental illness. *Law and Human Behavior, 23*(2), 185-204. DOI: 10.1023/a:1022320918171
- Swanson, J., Holzer, C., Ganju, V., & Jono, R. (1990). Violence and psychiatric disorder in the community: evidence from the Epidemiologic Catchment Area surveys. *Hospital and Community Psychiatry, 41*, 761-770.
- Swanson, J., Swartz, M., Essock, S., Osher, F., Wagner, R., Goodman, L., *et al.* (2002). The social-environmental context of violent behavior in persons treated for severe mental illness. *American Journal of Public Health, 92*, 1523-1531. DOI: 10.2105/ajph.92.9.1523
- Sword, W. (2003). Prenatal care use among women of low income: A matter of taking care of self. *Qualitative Health Research, 9*(6), 815-828. DOI: 10.1177/0095399702250128

T

- Tabol, C., Drebing, C. and Rosenheck, R. (2010) Studies of 'supported' and 'supportive' housing: A comprehensive review of model descriptions and measurement. *Evaluation and Program Planning, 33*(4), 446-456. DOI: 10.1016/j.evalprogplan.2009.12.002
- Tainio, H., & Fredriksson, P. (2009). The finnish homelessness strategy: From a 'staircase' to a 'housing first approach to tackling long-term homelessness. *s' European Journal of Homelessness, 3*, 181-199.
- Tanner, A. (2003). *Street outreach programs for homeless and underhoused people: A Grounded Theory study (Master thesis)*. Available from ProQuest Dissertations and Theses database (UMI n.º 1448093).
- Tarasuk, V., Dachner, N., & Li, J. (2005). Homeless youth in Toronto are nutritionally vulnerable. *Journal of Nutrition, 35*, 1926-1933.
- Teruya, C., Longshore, D., Andersen, R., Arangua, L., Nyamathi, A. & Leake, B. & Gelberg, L. (2010). Health and health care disparities among homeless. *Women, Women & Health, 50*(8), 719-736. DOI: 10.1080/03630242.2010.532754
- Tashakkori, A., & Charles, T. (2003). *Handbook of mixed methods in social and behavioral research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Tavares, A. (2010). *Acompanhamento social a pessoas que viveram em situação de sem-abrigo com doença mental*. Obtido em 2 de 10 de 2011, de Universidade Fernando Pessoa: http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2940/3/PG_18411.pdf.
- Taylor, K., & Sharpe, L. (2008). Trauma and post-traumatic stress disorder among homeless adults in Sydney. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry, 42*, 206-213. DOI: 10.1080/00048670701827218

- Teare, J. F., Peterson, R. W., Furst, D. W., Authier, K., Baker, G., & Daly, D. L. (1994). Treatment implementation in a short-term emergency shelter program. *Child Welfare: Journal of Policy, Practice, and Program*, 73(3), 271-281.
- Tett, G. (2009). *Fool's gold: How unrestrained greed corrupted a dream, shattered global markets and unleashed a catastrophe*. London: Abacus.
- The Economist on line. (13 de 01 de 2012). *European economies: Europe's deepening crisis*. Obtido em 19 de 01 de 2012, de The Economist: http://www.economist.com/blogs/dailychart/2011/05/europes_economies
- The Law Centres Network (2013). *Supporting homeless 16 and 17 year olds*. Obtido em 01 de 01 de 2014, de Inside Housing: <http://www.insidehousing.co.uk/Journals/2013/03/05/x/w/j/Law-Centres-Network-Protocols-Briefing.pdf>.
- The PLoS Medicine Editors. (2008). Homeless is not just a housing problem. *PLoS Med*, 5(12), 1639-1640. DOI: 10.1371/journal.pmed.1000003
- Thomas, Y., Gray, M., & McGinty, G. (2011). A systematic review of occupational therapy interventions with homeless people. *Occupational Therapy in Health Care*, 25(1), 38-53. DOI: 10.3109/07380577.2010.528554
- Thompson, S. (2005). Factors associated with trauma symptoms among runaway/homeless adolescents. *Stress, Trauma, and Crisis: An International Journal*, 8(2-3), 143-156. DOI: 10.1080/15434610590956912
- Thompson, S., & Pinder, M. (2011). Homeless families. In M. Craft-Rosenberg, & S. Pehler (Eds.), *Encyclopedia of family health* (pp. 622-627). Thousand Oaks, CA: SAGE. DOI: 10.4135/9781412994071.n208
- Thompson, S., Pollio, D., Eyrich, K., Bradbury, E. & North, C. (2004). Successfully exiting homelessness: experiences of formerly homeless mentally ill individuals. *Evaluation and Program Planning*, 27(4), 423-431. DOI: 10.1016/j.evalprogplan.2004.07.005
- Thompson, S., McManus, H., Lantry, J., Windsor, L., & Flynn, P. (2006). Insights from the street: Perceptions of services and providers by homeless young adults. *Evaluation and program planning*, 29(1), 34-43. DOI: 10.1016/j.evalprogplan.2005.09.001
- Thorsen, D. (2011). The neoliberal challenge. What is neoliberalism. *Contemporary Readings in Law and Social Justice*, 2(2), 188-214.
- Thorsen, D., & Lie, A. (s.d.). *What is neoliberalism?* Obtido em 07 de 02 de 2013, de University of Oslo: <http://folk.uio.no/daget/What%20is%20Neo-Liberalism%20FINAL.pdf>.
- Thurston, W., Roy, A., Clow, B., Este, D., Gordey, T., Haworth-Brockman, M., McCoy, L., Beck, R., Saulnier, C., & Carruthers, L. (2013). Pathways into and out of homelessness: Domestic violence and housing security for immigrant women. *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, 11(3), 278-298. DOI: 10.1080/15562948.2013.801734
- Tischler, V., Rademeyer, A., & Vostanis, P. (2007). Mothers experiencing homelessness: Mental health, support and social care needs. *Health & Social Care in the Community*, 15(3), 246-253. DOI: 10.1111/j.1365-2524.2006.00678.x

- Tolman, R., & Rosen, D. (2001). Domestic violence in the lives of women receiving welfare: Mental health, substance dependence, and economic well-being. *Violence Against Women February*, 7(2), 141-158. DOI: 10.1177/1077801201007002003
- Toro, P. (2007). Toward an international understanding of homelessness. *Journal of Social Issues*, 63(3), 461-482. DOI: 10.1111/j.1540-4560.2007.00519.x
- Toro, P., Dworsky, A., & Fowler, P. (01 de 11 de 2008). *Homeless youth in the United States: Recent research findings and intervention approaches*. Obtido em 17 de 04 de 2009, de Toward understanding homelessness: The 2007 National Symposium on Homelessness Research: <http://aspe.hhs.gov/hsp/homelessness/symposium07/toro/>.
- Toro, P., Tompsett, C., Philipott, P., Nachtergaeel, H., Galand, B., Schlienz, N., *et al.* (2007). Homelessness in Europe and the United States: A comparison of prevalence and public opinion. *Journal of Social Issues*, 63(3), 505-524. DOI: 10.1111/j.1540-4560.2007.00521.x
- Tsai, J., Mares, A. S. & Rosenheck, R. A. (2010). A multisite comparison of supported housing for chronically homeless adults: 'Housing first' versus 'residential treatment first'. *Psychological Services*, 7(4), 219-232. DOI: 10.1037/a0020460
- Tsai, J., & Rosenheck, R. (2013). Obesity among chronically homeless adults: Is it a problem? *Public Health Reports*, 128(1), 29-36.
- Tse, C., & Tarasuk, V. (2008). Nutritional assessment of charitable meal programmes serving homeless people in Toronto. *Public Health Nutrition*, 11(12), 1296-1305. DOI: 10.1017/s1368980008002577
- TSF. (16 de 12 de 2009). *Estratégia nacional para integração de sem-abrigo supera expectativas*. Obtido em 07 de 04 de 2010, de Controlinveste Media SGPS, S.A.: http://www.tsf.pt/Paginalnicial/Vida/Interior.aspx?content_id=1448809&page=-1
- Tucker, A. (1994). In search of home. *Journal of Applied Philosophy*, 11(2), 181-187. DOI: 10.1111/j.1468-5930.1994.tb00107.x
- Tuckman, B. (2002). *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Twain, M. (1876). *The adventures of Tom Sawyer*. Obtido em 13 de 02 de 2013, de Planet pdf: http://www.planetpdf.com/planetpdf/pdfs/free_ebooks/The_Adventures_of_Tom_Sawyer_T.pdf.
- Tyler, K., Cauce, A., & Whitbeck, L. (2004). Family risk factors and prevalence of dissociative symptoms among homeless and runaway youth. *Child Abuse & Neglect*, 28(3), 355-366. DOI: 10.1016/j.chiabu.2003.11.019

U

- Udvarhelyi, E. (2014). "If we don't push homeless people out, we will end up being pushed out by them": The criminalization of homelessness as state strategy in Hungary. *Antipode*, 46(3), 816-834. DOI: 10.1111/anti.12068
- União Europeia. (18 de 08 de 2013). *Como funciona a UE: A história*. Obtido em 27 de 08 de 2013, de A história da União Europeia: Os fundadores da UE: http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm

- United Healthcare. (31 de 12 de 2013). *Homelessness, hunger and human rights – the time*. Obtido em 13 de 02 de 2014, de Volunteer for healthier communities: http://www.dogoodlivewell.org/assets/pdf/Food_and_Shelter.pdf.
- United Nations. (2002). *Human rights: A compilation of international instruments* (Vols. 1, 2nd part). New York: United Nations Publications.
- United Nations Departement of Economic and Social Affairs, Population Division (2001). *World Population Ageing: 1950-2050*. Obtido em 13 de 02 de 2014, Department of Economic and Social Affairs, Population Division: <http://www.un.org/esa/population/publications/worldageing19502050/>.
- United Nations Departement of Economic and Social Affairs, Population Division (2007). *World Population Ageing 2007*. Obtido em 13 de 02 de 2010, Department of Economic and Social Affairs, Population Division: <http://www.un.org/esa/population/publications/WPA2007/wpp2007.htm>.
- United Nations Development Program. (2013). *Human development reports*. Obtido em 13 de 02 de 2014, de International human development indicators: <http://hdr.undp.org/en/statistics/>.
- United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights & World Health Organization. (2008). *Human Rights, Health and Poverty Reduction Strategies, UN Doc HR/PUB/08/0*. Geneve: OHCHR & WHO.
- United Nations Statistics Division. (17 de 02 de 2011). *United Nations Statistics Division - Methods and classifications*. Obtido em 1 de 04 de 2011, de Composition of macro geographical (continental) regions, geographical sub-regions, and selected economic and other groupings: <http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm#developed>.
- US Department of Health and Human Services. (15 de 08 de 2003). *Understanding the special health care needs of elderly persons who are homeless*. Obtido em 17 de 11 de 2008, de Health Resources and Services Administration: <http://bphc.hrsa.gov/policiesregulations/policies/pdfs/pal200303.pdf>

V

- Valentim, C. (18 de 06 de 2010). *Para falar com as pessoas. Apropriações da língua portuguesa por sujeitos imigrados e os processos de reconfiguração identitária*. . Obtido em 12 de 07 de 2011, de Agency 2.0: Agencialidade, identidade e poder. II Simpósio da linha de investigação Identidade Social e Diferenciação (SID) do Centro em Rede de Investigação em Antropologia : http://www.cria.org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=358%3Aagency-20-agencialidade-identidade-e-poder-&lang=pt.
- van den Bree, M., Shelton, K., Bonner, A., Moss, S., Thomas, H., & Taylor, P. (2009). A longitudinal population-based study of factors in adolescence predicting homelessness in young adulthood. *The Journal of Adolescent Health, 45*(6), 571-578. DOI: 10.1016/j.jadohealth.2009.03.027
- van Doorn, L. (2000). From begging to dealing. The stock of income strategies of the homeless. *Focaal, 36*, 31-49.
- van Doorn, L. (2010). Perception of time and space of (formerly) homeless people. *Journal of Human Behaviour in the Social Environment, 20*(2), 218-238. DOI: 10.1080/10911350903269864

- Van Laere, I., de Wit, M. A. and Klazinga, N. (2009). Pathways into homelessness: Recently homeless adults' problems and service use before and after becoming homeless in Amsterdam, *BMC Public Health*, 9(1), 3–11. DOI: 10.1186/1471-2458-9-3
- Varanda, W., & Adorno, R. (2004). Descartáveis urbanos: Discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, 13(1), 56-69. DOI: 10.1590/s0104-12902004000100007
- Vásquez, C., & Muñoz, M. (2001). Homelessness, mental health, and stressful life events. *International Journal of Mental Health*, 30(3), 6-25.
- Velicer, W., Brick, L., Fave, J., & Prochaska, J. (2013). Testing 40 predictions from the transtheoretical model again, with confidence. *Multivariate Behavioral Research*, 48(2), 220-240. DOI: 10.1080/00273171.2012.760439
- Vieira, C. (1995a). *Investigação quantitativa e investigação qualitativa: uma abordagem comparativa*. Coimbra: Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Vieira, C. (1995b). *A investigação participativa. Uma investigação com (pelas) pessoas e não sobre (com) as pessoas. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Vieira, C. (1998). A observação participante: Aspectos gerais desta técnica qualitativa de recolha de dados. In NAIE, *Ensaios em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes* (pp. 761-767). Coimbra: NAIE.
- Virginia Violent Death Reporting System. (1 de 10 de 2013). *Homelessness and violent death*. Obtido em 12 de 16 de 2013, de Commonwealth of Virginia, Virginia Department of Health Office of the Chief Medical Examiner: http://www.vdh.virginia.gov/medExam/documents/2013/pdf/Homelessness%20and%20Violent%20Death_final%20to%20web.pdf.
- VITAE. (12 de 12 de 2013). *Relatórios*. Obtido em 12 de 01 de 2014, de VITAE Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional: <http://www.plataformaongd.pt/plataforma/associadas/socia.aspx?id=130>.
- Vogl, G. (2004). *The contemporary workplace and its influence on individualised and collective social relationships in the public and private spheres*. Obtido em 12 de 06 de 2010, de University of Wollongong thesis collection: <http://ro.uow.edu.au/theses/207/>.
- Vosko. (2006). *Precarious employment: Understanding labour market insecurity in Europe*. Montreal: McGill Queen's University Press.

W

- Wacquant, L. (2001). *Paris urbanos: Marginalidad en la ciudad a comienços del milenio*. Buenos Aires: Manantial.
- Wacquant, L. (2008). Ghettos and anti-ghettos: An anatomy of the new urban poverty. *Thesis Eleven*, 94, 113-119. DOI: 10.1177/0725513608093280.

- Wagner, J., Diehl, K., Mutsch, L., Löffler, W., Burkert, N., & Freidl, W. (2014). Health status and utilisation of the healthcare system by homeless and non-homeless people in Vienna. *Health & Social Care in the Community*, 22(3), 300–307. DOI: 10.1111/hsc.12083.
- Walliman, N. (2001). *Your research project: A step-by-step guide for the first time researcher*. London: Sage Publications.
- Wardhaugh, J. (1999). The unaccommodated women: Home, homelessness and identity. *Sociological Review*, 47(1), 91-109. DOI: 10.1111/1467-954x.00164.
- Warnes, A., Crane, M., & Coward, S. (2010). Coping on marginal incomes when first rehoused: Single homeless people in England. *European Journal of Homelessness*, 4, 65-87.
- Warnes, T., Crane, M., & Foley, P. (2005). *Far more than a bed...The journey of London hostels for homeless people into the 21st century*. London: Pan London Providers Group.
- Wasserman, J., & Clair, J. (2011). Housing patterns of homeless people: The ecology of the street in the era of urban renewal. *Journal of Contemporary Ethnography*, 40, 71-101. DOI: 10.1177/0891241610388417
- Watson, J. C., & Rennie, D. L. (1994). A qualitative analysis of clients' subjective experience of significant moments in therapy during the exploration of problematic reactions. *Journal of Counseling Psychology*, 4, 500-509. DOI: 10.1037/0022-0167.41.4.500
- Whitback, L., & Simons, R. (1993). A comparison of adaptative strategies and patterns of victimization among homeless adolescents and adults. *Violence and victims*, 8(2), 135-198.
- Whitbeck, L. B., Hoyt, D. R., Johnson, K. D., & Chen, X. (2007). Victimization and posttraumatic stress disorder among runaway and homeless. *Violence and Victims*, 22(6), 721-734. DOI: 10.1891/088667007782793165
- Wicks, R., Trevena, L., & Quine, S. (2006). Experiences of food insecurity among urban soup kitchen consumers: Insights for improving nutrition and well-being. *Journal of American Dietetic Association*, 106, 921-924. DOI: 10.1016/j.jada.2006.03.006
- Wigger, A., & Busch-Hansen. (2014). Explaining (missing) regulatory paradigm shifts: EU competition regulation in times of economic crises. *New Political Economy*, 19(1), 113-137. DOI: 10.1080/13563467.2013.768612
- Williams, D. (2008). *The World Bank and social transformation in international politics: Liberalism, governance and sovereignty*. London: Routledge.
- Willig, C. (2013). *Introducing qualitative research in psychology* (chapter 7). Obtido em 21 de 01 de 2014, de Online Learning Center: http://highered.mheducation.com/sites/9780335244/information_center_view0/sample_chapter.html
- Wilson, W. (2014). *Homeless in England*. Obtido em 07 de 07 de 2014, de The house of commons: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0C CUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.parliament.uk%2Fbriefing-papers%2Fsn01164.pdf&ei=Z_TLU-zWKeKx0QWF1ID4Dg&usq=AFQjCNEdkq5ulRC4Nz1gt08M2Cnj5JEKXA&sig2=IVBxXG-eFBK5Zq-jO71kjA.
- Wilson, A., Peacock, L., & Sparkes, M. (08 de 12 de 2011). *Debt crisis: As it happened December 8, 2011*. Obtido em 21 de 01 de 2012, de The Telegraph: <http://www.telegraph.co.uk/finance/debt-crisis-live/8942090/Debt-crisis-as-it-happened-December-8-2011.html>

- Wilson, H., & Hutchinson, S. (1996). Methodological mistakes in Grounded Theory. *Nursing Research*, 45(2), 122-124. DOI: 10.1097/00006199-199603000-00012
- Wilson, H., Hutchinson, S., & Holzemer, W. (2002). Reconciling incompatibilities: A Grounded Theory of HIV medication adherence and symptom management. *Qualitative Health Research*, 12(10), 1309-1322. DOI: 10.1177/1049732302238745
- Winkleby, M., Rockhill, B., Jatulis, D., & Fortman, S. (1992). The medical origins of homelessness. *American Journal of Public Health*, 82, 1395-1398. DOI: 10.2105/ajph.82.10.1394
- Wolch, J., & Rowe, S. (1993). On the streets: Mobility paths of the urban homeless. *City and society*, 6, 115-140. DOI: 10.1525/city.1992.6.2.115
- Wolf, M. (08 de 11 de 2011). Thinking through the unthinkable: Fundamental difficulty has been failure to understand the crisis. *Financial times*, s.p.
- World Bank. (2009). *The crisis hits home: stress testing households in Europe and central Asia*. Obtido em 02 de 09 de 2010, de World Bank: Europe and Central Asia: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/ECAEXT/0,,contentMDK:22356652~pagePK:146736~piPK:226340~theSitePK:258599,00.html#>
- World Bank. (2010). *Europe and central Asia: overview*. Obtido em 08 de 09 de 2010, de Europe and central Asia: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/ECAEXT/0,,contentMDK:21722062~pagePK:146736~piPK:146830~theSitePK:258599,00.html>
- World Bank. (2011). *State and trends of the carbon market 2011*. Washington: World Bank.
- World Bank. (09 de 2012). *Overview: Europe and Central Asia*. Obtido em 19 de 12 de 2012, de World Bank Europe and Central Asia: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/ECAEXT/0,,contentMDK:21722062~pagePK:146736~piPK:146830~theSitePK:258599,00.html>
- World Health Organization (12 de 2009). Global health risks: Mortality and burden of disease attributable to selected major risks. Obtido em 14 de 04 de 2012, de World Health Organization: http://www.who.int/healthinfo/global_burden_disease/GlobalHealthRisks_report_full.pdf?ua=1
- World Health Organization (11 de 2011). Monitoring, evaluation and review of national health strategies: A country-led platform for information and accountability. Obtido em 11 de 04 de 2014, de World Health Organization: http://www.who.int/healthinfo/country_monitoring_evaluation/1085_IER_131011_web.pdf?ua=1.
- World Health Organization (01 de 2014a). WHO Study on global Ageing and adult health. Obtido em 11 de 04 de 2014, de World Health Organization: <http://www.who.int/healthinfo/sage/en/>.
- World Health Organization (01 de 2014b). World health statistics 2014. Obtido em 11 de 04 de 2014, de World Health Organization: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112738/1/9789240692671_eng.pdf?ua=1/.
- World Health Organization Regional Office for Europe. (2010). *Poverty, social exclusion and health systems in the WHO European Region*. Obtido em 13 de 04 de 2011, de World Health Organization: http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0004/127525/e94499.pdf.

- World Health Organization, Regional Office for Europe. (2011). *Impact of economic crises on mental health*. Obtido em 22 de 12 de 2011, de WHO Regional Office for Europe: http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0008/134999/e94837.pdf.
- Wright, G. (1993). Prescribing the model home. In A. Mack (Ed.), *Home: A place in the world* (pp. 213-226). New York, NY: New York University Press.
- Wright, J. D., Rossi, P. H., Baum, A. S., & Burnes, D. W. (1994). A Nation in Denial: The Truth about Homelessness. *Contemporary Sociology*, 23 (3), 41. DOI: 10.2307/2074853
- Wuest, J. (2001). Precarious ordering: Toward a formal theory of women's caring. *Health Care for Women International*, 22, 167-193. DOI: 10.1080/073993301300003144

Y

- Yannoulas, S. (2013). (Coord.), *Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Abaré Editorial.
- Yates, G., MacKenzie, R., & Pennbridge, J. S. (1991). A risk profile comparison of homeless youth involved in prostitution and homeless youth not involved. *Journal of Adolescent Health*, 12(7), 545-548. DOI: 10.1016/0197-0070(91)90085-z
- Yin, R. (1994). *Case study research: Design and methods* (2nd ed.). London: Sage.
- Young, S. (2012). *Editorial*. Obtido em 09 de 01 de 2013, de Homeless in Europe. The geographies of homelessness: Homeless experiences and homeless policy in different spaces: http://feantsa.horus.be/files/freshstart/Communications/Homeless%20in%20Europe%20EN/PDF_2012/Homeless_in_Europe_Summer_2012.pdf

Z

- Zacune, J. (03 de 2013). *Privatising Europe. Using the crisis to entrench neoliberalism (a working paper)*. Obtido em 17 de 05 de 2013, de The transnational Institute: http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/download/privatising_europe.pdf.
- Zaiceva, A. & Zimmermann, K. (07 de 2008). *Diversity, and determinants of labour migration in Europe*. Obtido em 28 de 03 de 2009, de Institute for the Study of Labor: <http://ftp.iza.org/dp3595.pdf>.
- Zautra, A., Hall, J., & Murray, K. (2010). Resilience: A new definition of health for people and communities. In J. Reich, A. Zautra, & J. Hall (Eds.), *Handbook of adult resilience* (pp. 3-29). New York, NY: The Guilford Press.
- Zlotnick, C., Tam, T., & Robertson, M. (2003). Disaffiliation, substance use, and exiting homelessness. *Substance Use and Misuse*, 38(3-6), 577-599. DOI: 10.1081/ja-120017386
- Zufferey, C., & Kerr, L. (2004). Identity and everyday experiences on homelessness: Some implications for social work. *Australian Social Work*, 57(4), 343-353. DOI: 10.1111/j.0312-407x.2004.00164.x
- Zuvekas, S., & Hill, S. (2000). Income and employment among homeless people: The role of mental health, health and substance abuse. *The Journal of Mental Health Policy and Economics*, 3(3), 153-163. DOI: 10.1002/mhp.94

ANEXOS

Anexo 1 Exemplo de pedido de autorização para realização de observações²⁷²

Sónia Cristina Mairós F. Nogueira
 Rua do Colégio Novo
 Apartado 6153
 3001-802 COIMBRA
 e-mail: snogueira@fpce.uc.pt
 telem: 938297542

Coimbra, 27 de Fevereiro de 2007

Ex.mos senhores

Conselho Técnico do Projecto de Intervenção com os Sem-abrigo do Concelho de Coimbra

Sónia Cristina Mairós Ferreira Nogueira, Assistente Estagiária na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, moradora na Rua Inf. D. Maria 68 - A, 4º esq., 3030-330 Coimbra, Licenciada em Ciências da Educação e Mestre em Ciências da Educação, Especialidade em Psicologia da Educação, encontra-se a realizar um projecto de Doutoramento no ramo de Ciências da Educação, na especialidade de Educação Permanente e Formação de Adultos, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (cf. Declaração de aceitação de candidatura) subordinada à temática "Perspectivas desenvolvimentais sobre os factores contextuais e individuais associados à exclusão social: A realidade psicossocial dos sem-abrigo".

Constituem as principais questões orientadoras deste projecto de investigação, as que em seguida se indicam:

- i. Quais as principais especificidades do percurso desenvolvimental das pessoas *sem-abrigo*?
- ii. Como se desenvolve o processo de construção da identidade dos indivíduos *sem abrigo* e quais as principais dimensões em que este se distingue do esperado?
- iii. Que similitudes e diferenças são visíveis do confronto de perspectivas dos indivíduos *sem-abrigo* e dos prestadores de cuidados, no que concerne a factores precipitantes das situações de desalojamento, factores de resiliência e factores que concorrem para a (re)inclusão social?
- iv. Que medidas são vistas, pelos *sem-abrigo* e pelos prestadores de cuidados, como promotoras de inserção e quais as dimensões que ambos concebem como estruturantes nesse processo?
- v. Que oportunidades de aconselhamento concretizar, tendo em vista a reinserção social das pessoas *sem-abrigo*?

Em estreita associação com as questões mencionadas estabeleceram-se cinco objectivos gerais que, de forma global, traduzem as nossas intenções de investigação, a saber:

- i. Reflectir, criticamente, acerca dos modelos, políticas e práticas de inclusão, a nível nacional e internacional;
- ii. Identificar os principais factores, segundo ópticas de análise distintas, a nível individual e contextual, que concorrem para as situações de exclusão e, posteriormente, de possíveis percursos de (re)inserção social;
 - o Reflectir sobre o papel do trabalho e da rede de suporte social e interpessoal enquanto factores precipitantes e/ou factores favorecedores de (re)inserção social;

²⁷² Não foram introduzidas alterações ao conteúdo dos documentos que se apresentam, em anexo. Assim, e porque estes foram escritos sem as alterações previstas no novo acordo ortográfico, o/a leitor/a deve ter em consideração que as pequenas diferenças na ortografia se devem a este motivo.

- iii. Compreender o processo de construção de identidade dos indivíduos *sem-abrigo* e as suas idiossincrasias;
 - o. Analisar o percurso desenvolvimental das pessoas *sem-abrigo* atendendo a:
 - Factores precipitantes da(s) situação(ões) de desalojamento;
 - Factores individuais e contextuais de resiliência relacionados com a sobrevivência quando em situação de desalojamento;
 - Factores individuais e contextuais favorecedores da (re)inserção social;
- iv. Analisar as concepções dos prestadores de cuidados em relação aos *sem-abrigo*, confrontando-as com as dos próprios *sem-abrigo*;
- v. Perspectivar opções de aconselhamento que concorram para trajectórias desenvolvimentais adaptativas.

Atendendo às questões orientadoras mencionadas e aos objectivos estabelecidos para este projecto de investigação, consideramos que seria desejável mobilizar contributos dos paradigmas quantitativo e qualitativo, tendo em vista uma compreensão mais aprofundada desta problemática, em particular no que concerne a análise das especificidades inerentes à situação de *sem-abrigo*, bem como da intervenção neste âmbito. É, precisamente, fruto desta necessidade (de contactar com as pessoas *sem-abrigo* e com os profissionais que, de forma directa e indirecta, com elas trabalham) que solicita autorização para participar, enquanto observadora, nas iniciativas e actividades destinadas a esta população, nomeadamente:

- i. Giros de rua;
- ii. Visitas domiciliárias a famílias carenciadas;
- iii. Visitas a Instituições de Acolhimento temporário, Comunidades Terapêuticas e Apartamentos;
- iv. Momentos de sinalização de casos e, posteriormente, de tomada de decisão quanto às especificidades das medidas de intervenção a concretizar;
- v. Reuniões de trabalho em que se analisa esta problemática;
- vi. Outras iniciativas que visem a reinserção social dos *sem-abrigo*.

Assegura a confidencialidade das informações disponibilizadas e dos dados obtidos através da observação participante. Para além disso, todos os dados serão analisados de forma colectiva.

No final da realização deste projecto de trabalho, será disponibilizada um exemplar da dissertação para todas as entidades que nela colaborarem.

Grata pela disponibilidade demonstrada, encontra-se à disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvidas ou aspectos respeitantes a este pedido que considerem relevantes.

Com os melhores cumprimentos,

(Sónia Mairos Nogueira)

Anexo 2 Pedido de autorização para acesso a documentos não publicados da autoria do Instituto de Segurança Social

Coimbra, 28 de Maio de 2008

Ex.^{mo} Senhor
Dr. Edmundo Martinho
Presidente do Conselho Directivo
Instituto da Segurança Social
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Assunto: Pedido de autorização para aceder ao conteúdo funcional dos documentos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho no âmbito da problemática da “situação de *sem-abrigo*”.

O pedido de autorização que hoje dirijo a V. Excelência surge no âmbito da realização de um projecto de Investigação subordinado à temática “Perspectivas desenvolvimentais sobre os factores contextuais e individuais associados à exclusão social: A realidade psicossocial dos *sem-abrigo*”. Constituem as principais questões orientadoras deste projecto de investigação, as que em seguida se indicam: (i) quais as principais especificidades do percurso desenvolvimental das pessoas *sem-abrigo*?; (ii) como se desenvolve o processo de construção da identidade dos indivíduos *sem-abrigo* e quais as principais dimensões em que este se distingue do esperado?; (iii) que similitudes e diferenças são visíveis do confronto de perspectivas dos indivíduos *sem-abrigo* e dos prestadores de cuidados, no que concerne a factores precipitantes das situações de desalojamento, factores de resiliência e factores que concorrem para a (re)inclusão social?; (iv) que medidas são vistas, pelos *sem-abrigo* e pelos prestadores de cuidados, como promotoras de inserção e quais as dimensões que ambos concebem como estruturantes nesse processo?; e (v) que oportunidades de aconselhamento concretizar, tendo em vista a reinserção social das pessoas *sem-abrigo*?

Em estreita associação com as questões mencionadas estabeleceram-se cinco objectivos gerais que, de forma global, traduzem as nossas intenções de investigação, a saber: (i)

reflectir, criticamente, acerca dos modelos, políticas e práticas de inclusão, a nível nacional e internacional; (ii) identificar os principais factores, segundo ópticas de análise distintas, a nível individual e contextual, que concorrem para as situações de exclusão e, posteriormente, de possíveis percursos de (re)inserção social; (ii.1) reflectir sobre o papel do trabalho e da rede de suporte social e interpessoal enquanto factores precipitantes e/ou factores favorecedores de (re)inserção social; (iii) compreender o processo de construção de identidade dos indivíduos sem-abrigo e as suas idiossincrasias; (iii.1) analisar o percurso desenvolvimental das pessoas sem-abrigo atendendo a: factores precipitantes da(s) situação(ões) de desalojamento; factores individuais e contextuais de resiliência relacionados com a sobrevivência quando em situação de desalojamento; factores individuais e contextuais favorecedores da (re)inserção social; (iv) analisar as concepções dos prestadores de cuidados em relação aos sem-abrigo, confrontando-as com as dos próprios sem-abrigo; (v) perspectivar opções de aconselhamento que concorram para trajetórias desenvolvimentais adaptativas.

Atendendo às questões orientadoras mencionadas e aos objectivos estabelecidos para este projecto de investigação, considereei que seria desejável mobilizar contributos diversificados, tendo em vista uma compreensão mais aprofundada desta problemática, em particular no que concerne a análise das especificidades inerentes à situação de sem-abrigo, bem como da intervenção neste âmbito. É, precisamente, fruto desta necessidade (de contactar com as pessoas sem-abrigo e com os profissionais que, de forma directa e indirecta, com elas trabalham) que solicitei autorização às entidades que integram o P.I.S.A.C. (Projecto de Intervenção com os Sem-abrigo do Concelho de Coimbra), para colaborar nas iniciativas que desenvolvem. Tendo obtido parecer favorável, neste momento coopero, nas seguintes iniciativas: (i) giros de rua; (ii) visitas domiciliárias a famílias carenciadas; (iii) visitas a Instituições de Acolhimento temporário, Comunidades Terapêuticas, e Apartamentos; (iv) momentos de sinalização de casos e, posteriormente, de tomada de decisão quanto às especificidades das medidas de intervenção a concretizar; (iv) reuniões de trabalho em que se analisa esta problemática; entre (v) outras iniciativas que visem a reinserção social dos sem-abrigo.

É, pois, este o Enquadramento que sustenta o meu pedido de acesso ao conteúdo funcional dos documentos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho no âmbito da problemática da “situação de sem-abrigo”, assim como de acompanhamento do decorrer dos trabalhos desenvolvidos por este Grupo. Tendo tido conhecimento do excelente trabalho (no âmbito da operacionalização do constructo, bem como da sistematização de elementos de fundamentação da intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo) que está a ser desenvolvido pelo Grupo de Trabalho, por este meio, solicitar autorização para aceder a estas informações para que a possa incorporar na componente de fundamentação teórica da Dissertação de Doutoramento. O conhecimento atempado do trabalho desenvolvido pelo grupo possibilitar-me-ia realizar uma análise comparativa das diferentes definições que se encontram na literatura da especialidade e aquela que se assumirá como o elemento norteador das intervenções no nosso país. Sugiro, também, e como compensação à disponibilidade que estariam a demonstrar ao permitir-me o acesso atempado a essas informações, o envio do capítulo da Dissertação de Doutoramento em que constaria a análise das diferentes abordagens teóricas para que o grupo também pudesse ter conhecimento do seu conteúdo atempadamente.

Asseguro, como é evidente, a confidencialidade das informações disponibilizadas reiterando que este trabalho pretende ser um esforço sério no sentido de melhor compreender as dificuldades, mas também as potencialidades daqueles que se encontram em situação de sem-abrigo. Pretendo contribuir, ainda que de forma modesta, para a promoção de respostas que contribuam, de forma eficaz e eficiente, para o processo de (re)inserção social.

Grata pela disponibilidade demonstrada, encontro-me à disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvidas ou aspectos respeitantes a este pedido que considere relevantes através do 918540443 ou do seguinte endereço electrónico snogueira@fpce.uc.pt

Com os melhores cumprimentos,

(Sónia Mairos Nogueira)

Anexo 3 Documentos de consentimento informado - Entrevistas

_____ declara,
para os devidos efeitos, ter sido convidado(a) por Sónia Mairos Nogueira, a colaborar na investigação de Doutoramento intitulada “Perspectivas desenvolvimentais sobre os factores contextuais e individuais associados à exclusão social”.

Neste contexto foi-lhe fornecida oralmente informação pormenorizada sobre o Projecto de investigação em causa e esclarecidas as dúvidas colocadas. Tendo conhecimento informado sobre o plano e os objectivos gerais e específicos da investigação, estando assegurada a confidencialidade dos dados por ele/a disponibilizados, e tendo sido esclarecidas todas as questões respeitantes aos seus direitos enquanto entrevistado(a) aceitou, de livre vontade, participar neste Projecto.

Para o efeito, colaborou na realização de uma entrevista semi-estruturada em que, para além de informações de caracterização pessoal e profissional, são solicitadas informações diversificadas sobre as Políticas Sociais em vigor no nosso país, as especificidades da situação de sem-abrigo, as estratégias de intervenção que os indivíduos em situação de sem-abrigo podem usufruir, entre outras temáticas relacionadas com a exclusão social.

Acresce que, depois de retiradas todas as dúvidas relativamente à investigação em curso, aceitou que a Entrevista fosse gravada em registo áudio.

Coimbra, ___ de _____ de 20 ___

Anexo 4 Documentos de consentimento informado – *Focus group*

_____ declara, para os devidos efeitos, ter participado na Sessão de apresentação da *Grounded Theory Sobrevivendo às ruas*, da autoria de Sónia Mairós Nogueira, que decorreu no dia 24 de Janeiro de 2011. Esta sessão incluiu, num primeiro momento, a sistematização do Projecto de Doutoramento intitulado *Perspectivas desenvolvimentais sobre os factores contextuais e individuais associados à exclusão social* e a apresentação detalhada da Teoria. No momento seguinte realizou-se um *Focus Group* subordinado à apresentação de contributos (reflexões e opiniões) por parte dos diferentes Profissionais sobre a Teoria formulada e ao esclarecimento de eventuais interrogações.

Neste contexto foi, de novo, fornecida oralmente informação pormenorizada sobre o Projecto de investigação em causa e esclarecidas as dúvidas colocadas. Acresce que, depois de retiradas as dúvidas relativamente à investigação em curso, aceitou que a Sessão fosse gravada em registo áudio. Tendo conhecimento informado sobre Projecto de investigação, estando assegurada a confidencialidade dos dados disponibilizados, e tendo sido esclarecidas todas as questões respeitantes aos seus direitos enquanto participante na sessão aceitou, de livre vontade, nela participar.

Coimbra, ____ de _____ de 20 ____

Anexo 5 Guião de entrevista

GUIÃO 1 VERSÃO ADULTOS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Considerações prévias

1. Apresentação e agradecimento pela disponibilidade
2. Explicação dos objetivos gerais da investigação
3. Consentimento informado (Garantia da confidencialidade dos dados disponibilizados e explicação dos direitos do/a entrevistado/a, esclarecimento de dúvidas)

O QUOTIDIANO

1. O que costuma fazer durante o dia?
 - a. Descreva-me um dia típico na sua vida, desde que se levanta até que adormece (opção: Descreva-me o dia de ontem)
 - b. E aos sábados e domingos? Existem diferenças importantes entre os dias da semana e os dias de fim de semana? Se sim, quais?
 - c. O que mais gosta de fazer? Tem alguma actividade preferida?
2. Tem algum tipo de ocupação?
 - a. Quando começou?
 - b. Descreva-me aquilo que faz (descreva-me as actividades que exerce).
 - c. Durante quanto tempo por dia se dedica a esta ocupação?
 - d. Quantos dias por semana dedica a esta ocupação?
 - e. Está por sua conta ou “trabalha” com outras pessoas?
 - i. Se trabalha com outros, como vos organizais e quais as tarefas de cada um?
 - f. Agrada-lhe aquilo que faz? Porquê?
 - g. Quanto ganha por dia? E por semana?
3. Existem alguns meses no ano em que não se encontra em Coimbra?
 - a. Se sim, o que o leva a sair daqui?
4. Faz compras (roupa, comida...)?
 - a. Se sim, onde e com que periodicidade?
 - b. Se não, como obtém os bens essenciais?
 - c. Como obtém dinheiro?
5. Há quanto tempo se encontra na situação em que está?
 - a. (se não está sem-teto) Já viveu na rua? Quanto tempo?
 - b. Quando dormiu na rua pela primeira vez? Durante quanto tempo?
 - c. Porque acha que ficou na situação de sem-abrigo?
 - d. Sente-se bem com a vida que leva ou gostaria de mudar algumas coisas na sua vida?
 - e. Se pudesse mudar alguma coisa (pelo menos 3 aspetos) no seu dia-a-dia, o que mudaria? Porquê?

ALOJAMENTO

6. Descreva-me o seu alojamento.
 - a. Desde quando habita neste alojamento?
 - b. Por que é que optou por este alojamento?
 - c. Pediu outro alojamento? Se sim,
 - i. Quando?
 - ii. A quem o pediu?
 - iii. Que tipo de alojamento?
7. Antes deste alojamento, onde morava?
 - a. Estava bem ou não?
 - b. Vivia sozinho/a ou com outras pessoas? Quem?
 - c. Porque saiu de lá?
8. Onde morou na juventude?
 - a. O que se lembra dos sítios onde morou?
 - b. Onde esteve melhor? E pior? Porquê?
 - c. Onde teve mais dificuldade em adaptar-se? E menos dificuldade?
9. Que características teria um alojamento que, a seu ver, fosse aceitável?
 - a. E se pudesse escolher um alojamento sem quaisquer restrições? Onde o escolheria e como seria?
10. Onde se imagina a viver daqui a 1 ano? E daqui a 5 anos? E com quem?
 - a. Que passos está a dar no sentido de concretizar esse projecto?

AUXÍLIO FINANCEIRO E SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL

11. Na actualidade, recebe algum tipo de apoio financeiro?
 - a. Se sim, qual(ais)? (qual o valor?)
 - b. Quem lhe indicou essas possibilidades?
 - c. Quais são os seus direitos e deveres no que respeita à sua atribuição?
 - d. Pede ajuda financeira a outras instituições, para além dos subsídios? Quais?
 - i. Como as obtém?
 - ii. É fácil obter esses apoios?
 - iii. Qual o valor?
12. Na actualidade, recebe outro tipo de apoios?
 - a. Se sim, qual(ais)?
 - b. Quem lhe indicou essas possibilidades?
 - c. Quais são os seus direitos e deveres no que respeita a atribuição dos subsídios?
 - d. Pede ajuda a outras instituições, serviços, ou pessoas? Qual(ais)?
 - i. Como as obtém?
 - ii. É fácil obter esses apoios?
 - iii. Qual o valor?
13. Beneficia dos serviços de um/a Assistente Social?
 - a. Desde quando?
 - b. Em que domínios ele/a o/a apoia?
 - c. Qual a importância da intervenção dos trabalhadores sociais na sua vida?

RELAÇÕES SOCIAIS NA COMUNIDADE

14. Se sempre viveu em Coimbra, com quem se dava na infância e juventude?
- Se não viveu sempre em Coimbra, conhecia alguém (família, amigos...) nesta cidade antes de vir para cá?
 - Por que veio para Coimbra?
 - Com quem veio?
 - E, agora, conhece muitas pessoas?
15. Como caracteriza a sua vida, hoje?
- Mantém relações próximas com alguém? Com quem?
 - Faz parte de algum grupo de amigos/as?
 - Costuma passear por esta zona?
 - E noutra(s) zona(s) da cidade?
 - Qual(ais)?
 - Participa (ou já participou) em iniciativas culturais ou festas que aconteçam neste bairro ou na cidade?
 - Quais?
 - Como soube dessas iniciativas?
 - Foi sozinho/a ou com outras pessoas? Se foi com outras pessoas, quem eram?
 - Frequenta algum clube ou associação?
 - Se sim, qual?
 - O que faz lá?
 - Sente-se bem lá? Porquê?
 - Pensa participar nas actividades durante muito tempo?
 - Se não, em que Clube gostaria de participar? Porquê?

TRAJETÓRIA ESCOLAR E PROFISSIONAL

16. Frequentou a escola?
- Se sim, que ano de escolaridade possui?
 - O que o/a levou a sair da escola?
 - O que gostava mais e menos na escola?
 - O que é para si uma escola adequada/eficaz (isto é, que respondesse aos seus interesses e necessidades)?
 - Se pudesse mudar algo na Escola, o que mudaria?
17. Possui qualificação profissional? Se sim, qual?
- Escolheu essa formação? Descreva o processo de escolha e depois o processo de participação na formação.
 - O que mais gostou na formação? E o que gostou menos?
18. Que actividades exerceu deste que saiu da escola, durante quanto tempo e onde as exerceu?
- Quais os trabalhos que mais gostou de fazer? Porquê?
 - Se pudesse optar por um trabalho, qual escolheria? Porquê?
 - Se pudesse frequentar algum curso de formação, optaria por essa possibilidade?
 - Qual escolheria?
 - Considera que este curso, ou outra actividade de educação ou formação, podiam ter um papel importante na sua vida? Se sim, em quê?
19. Quais os seus projectos de futuro relativamente ao trabalho?
- Em que se vê a trabalhar e onde, daqui a 1 ano? E daqui a 5 anos?
 - Que passos está a dar no sentido de os concretizar?

FAMÍLIA

20. O que se recorda do seu tempo de infância? Com quem vivia e onde?
- Quais são as suas melhores recordações desse tempo?
 - E quais são as piores?
 - Quem era a pessoa que mais o/a compreendia e apoiava? Porquê?
 - Quem era mais parecido consigo? Porquê?
 - Quem era mais diferente de si? Porquê?
21. Saiu de casa? Quando? Porquê saíste?
- Alguma vez regressou? Quando e porquê?
 - Mantém contacto com alguém da sua família?
 - Regularmente ou pontualmente? Quando (em que circunstâncias, períodos do ano)?
 - O que fazem juntos?
 - Apoiam-no/a financeiramente? Apoiam-no/a de outra forma?

ATRIBUIÇÃO DE IMPORTÂNCIA

22. O que é, para si, mais importante na vida? Porquê?
- E menos importante? Porquê?
 - Que importância atribui ao trabalho para a sua vida?
 - Que importância atribui à educação e formação?
 - E à família?
 - E aos amigos/as?
 - A que outras coisas atribui importância?
 - De todas as coisas que disse até agora, qual é a mais importante? Porquê?
23. Que projectos gostaria de concretizar no futuro?
- Destes qual(ais) são os prioritários? Porquê?
 - O que estás a fazer para os concretizar?

CONFIANÇA PERCEBIDA

24. Em quem confia completamente? Porquê?
- Em quem não confia, de todo?
 - Quem confia em si plenamente? Porquê?
 - Quem não confia em si, de todo? Porquê?
25. A quem pediria ajuda e em que circunstâncias? E quem lhe pediria a si?
- Se ficasse doente e sem possibilidade de se movimentar de forma independente, a quem pediria ajuda? Porquê?
 - Quem lhe pediria ajuda? Porquê?
 - Quando precisa de conselhos, a quem pede?
 - Quem lhe pediria conselhos? Porquê?
 - Quando tem fome ou precisa de roupa ou outros bens, quem chama?
 - Já lhe pediram roupas ou comida? Quem?
 - Se precisasse, a quem pediria dinheiro?
 - Já lhe pediram dinheiro? Quem?

26. Que idade tem?
27. O que faziam o seu pai e a sua mãe? E hoje, o que fazem?
 - a. Estudaram?
 - b. Vivem sozinhos/as?
 - c. Onde vivem (cidade, vila, aldeia...)?
 - d. Com quem vivem?
28. Tem irmãos?
 - a. Mais novos ou mais velhos?
 - b. O que fazem?
 - c. Estudaram?
 - d. Onde vivem (cidade, vila, aldeia...)?
 - e. Com quem vivem?
29. Vivia com outros familiares?
 - a. Se sim, quem?
 - b. O que faziam?
 - c. Estudaram?
 - d. Onde vivem (cidade, vila, aldeia...)?
 - e. Com quem vivem?
30. Na infância e na adolescência, tinha um grupo de amigos?
 - a. Quem eram?
 - b. O que faziam juntos?
 - c. E namorado/a?
31. Que se recorda do tempo de criança?
 - a. Qual é a recordação mais positiva do tempo em que ainda era criança?
 - b. E mais negativa?
 - c. E hoje, o que é mais positivo na sua vida?
 - d. E menos?
32. Como se descreveria?
 - a. O que valoriza?
 - b. Em que acredita?
 - c. Em que não acredita?
 - d. Quais são os seus maiores medos?
 - e. Quais são os seus projectos?
 - f. Quais são os seus sonhos?
33. Há mais alguma coisa de si ou da sua vida que considere importante dizer-me?

GUIÃO 2 VERSÃO PROFISSIONAIS

Considerações prévias

1. Apresentação e agradecimento pela disponibilidade
2. Explicitação dos objetivos gerais da investigação
3. Consentimento informado (Garantia da confidencialidade dos dados disponibilizados e explicitação dos direitos do/a entrevistado/a, esclarecimento de dúvidas)

SEM-ABRIGO

1. O que entende por *Sem-abrigo*?
 - a. Quais as características que sinalizam a situação de *sem-abrigo*?
 - b. Como caracteriza as pessoas em situação de *sem-abrigo*?
 - i. Pessoal [*e.g.*, género, idade, dependência(s), nível académico]
 - ii. Familiar (*e.g.*, elementos do agregado familiar, nível sócio-económico)
 - iii. Redes de relações – no presente e no passado (*e.g.*, amigos, relações de intimidade)
 - iv. Financeiro – no passado e no presente (*e.g.*, rendimentos próprios, apoios do Estado)
 - v. Trabalho – no passado e no presente (*e.g.*, estabilidade das ocupações/trabalhos exercidos, actividades ocupacionais, emprego)
 - vi. Outros elementos
2. Das características que mencionou, quais as que considera específicas de uma pessoa em situação de *sem-abrigo*?
 - a. No que respeita à sua história de vida, quais as dimensões que considera centrais para explicar a situação de *sem-abrigo* em que se encontram?
 - b. E hoje, quais são as suas principais limitações e potencialidades?
 - c. Existem diferentes *tipos/grupos de pessoas com características e necessidades distintas* de pessoas em situação de *sem-abrigo*? Se sim, quais são?
3. Porque é que estas pessoas se encontram em situação de *sem-abrigo*?
 - a. Como tipificaria o processo de transição para a situação de *sem-abrigo*?
 - i. Quanto tempo estima que este processo demore?
 - ii. Quem e/ou o quê são responsáveis?
 - b. As pessoas em situação de *sem-abrigo* que se encontram no Concelho de Coimbra são, na sua maioria, da cidade de Coimbra ou de zonas próximas ou migraram de outros contextos?
 - i. Se migraram, quais os motivos que os levaram a vir para esta cidade?
 - c. Encontram-se em Coimbra todo o ano?
 - i. Se não, o que os leva a sair daqui?
 - d. Existem diferenças entre as pessoas em situação de *sem-abrigo* no Distrito de Coimbra e as pessoas em situação de *sem-abrigo* no Distrito de Lisboa ou do Porto? Se sim, quais são?
 - i. E do Concelho?
4. Quais os factores que considera centrais para que as pessoas em situação de *sem-abrigo* se reinseriram na sociedade?
 - a. Quais os factores que considera ser entraves a esta reinserção?

O QUOTIDIANO

5. Descreva, com o detalhe possível, um dia típico de uma pessoa *sem-abrigo*. (Desde que acorda até que adormece)
 - a. Antevê diferenças entre a semana e o fim-de-semana? Quais?
6. Como ocupam o tempo as pessoas em situação de *sem-abrigo*?
 - a. Quais as iniciativas/actividades que considera que estas pessoas preferem?
 - b. Quais as iniciativas/actividades que as pessoas em situação de *sem-abrigo* não realizam, de todo?
 - a. Como seleccionam as ocupações? (são eles próprios, com apoio dos técnicos....)
 - b. Quanto tempo dedicam a essas ocupações por dia? E por semana?
 - c. Realizam-nas em grupo ou individualmente?
 - d. Considera que as pessoas em situação de *sem-abrigo* gostam destas ocupações?
 - e. São estáveis ou instáveis?
 - f. São rentáveis?
 - i. Se sim, quanto dinheiro ganharão por semana?
 - ii. Se não, como obtêm eles o dinheiro necessário para o quotidiano?
7. As pessoas e situação de *sem-abrigo* compram os bens essenciais?
 - a. Se sim, com que periodicidade e como obtêm o dinheiro necessário?
 - b. Se não, como obtêm estes bens?
8. Considera que as pessoas em situação de *sem-abrigo* se sentem bem com a sua vida? Porquê?
 - a. Se estas pessoas pudessem mudar o seu quotidiano, o que considera que eles mudariam? Porquê?

TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

9. Qual o paradigma de intervenção no âmbito da situação de *sem-abrigo*? (a nível de Políticas e de modelos conceptuais)
10. Quais as tipologias de intervenção existentes na actualidade? Descreva-as com algum detalhe.
 - a. Existe evolução em relação às tipologias anteriormente vigentes? A que níveis?
11. Qual o enquadramento legal que sustenta a intervenção com as pessoas em situação de *sem-abrigo*?
 - a. A nível Profissional
 - b. A nível Escolar
 - c. Psicológico
 - d. Social
 - e. Financeiro
 - f. Outro(s)
12. Que apoios específicos existem para pessoas que se encontram nesta situação?
 - a. Profissional
 - b. Escolar
 - c. Psicológico
 - d. Social
 - e. Financeiro
 - f. Outro(s)
13. Qual o papel dos Organismos Governamentais no âmbito da intervenção com pessoas em situação de *sem-abrigo*?
 - a. Qual o papel específico destes Organismos neste âmbito?
 - i. Quais são as prioridades de intervenção?
 - ii. Com que outros Organismos colaboram de forma directa? Descreva essa colaboração.

- iii. Com que outros Organismos colaboram de forma indirecta? Descreva essa colaboração.
 - b. E a nível regional?
 - i. Qual o papel específico destes Organismos neste âmbito?
 - 1. Quais são as prioridades de intervenção?
 - 2. Com que outros organismos colaboram de forma directa? Descreva essa colaboração.
 - 3. Com que outros profissionais colaboram de forma indirecta? Descreva essa colaboração.
 - c. E a nível local?
 - i. Qual o papel específico destes Organismos neste âmbito?
 - 1. Quais são as prioridades de intervenção?
 - 2. Com que outros organismos colaboram de forma directa? Descreva essa colaboração.
 - 3. Com que outros profissionais colaboram de forma indirecta? Descreva essa colaboração.
 - d. Qual o papel das IPSS e Associações no âmbito da intervenção com pessoas em situação de *sem-abrigo*?
 - i. Quais são as prioridades de intervenção?
 - ii. Com que outros profissionais colaboram de forma directa? Descreva essa colaboração.
 - iii. Com que outros profissionais colaboram de forma indirecta? Descreva essa colaboração.
 - e. No que respeita, em concreto, ao Concelho de Coimbra existem especificidades na intervenção nesta área? Quais (indicação do início de actividade)?
 - i. Como operacionalizaram a intervenção neste âmbito?
 - 1. Quem são os destinatários desta intervenção?
 - 2. Quais são as prioridades de intervenção?
 - 3. Que Estruturas de intervenção existem?
 - a. Que Estruturas colaboram de forma directa?
 - b. Que Estruturas colaboram de forma indirecta?
 - 4. Qual o papel de cada um dos intervenientes?
 - 5. Como se planificam, desenvolvem e avaliam as iniciativas.
- 14. Qual o papel específico dos/as Trabalhadores Sociais neste âmbito?
 - a. Que perfil traça para estes Profissionais?
 - b. Com que outros Profissionais colaboram de forma indirecta? Descreva essa colaboração.
- 15. Neste Concelho, é possível a reinserção social destas pessoas? Porquê?
 - a. A curto prazo?
 - i. Quem intervém neste processo?
 - ii. Quais as diferentes dimensões que são tidas em consideração?
 - 1. Quem procede à sua definição?
 - iii. Como poderia agilizar-se este processo?
 - b. E a médio ou a longo prazo?
 - i. Quem intervém neste processo?
 - ii. Quais as diferentes dimensões que são tidas em consideração?
 - 1. Quem procede à sua definição?
 - iii. Como poderia agilizar-se este processo?

ALOJAMENTO

16. Quais os locais de pernoita ou de alojamento típicos?
 - a. Que características possuem estes espaços/alojamentos? (Positivas e negativas)
 - i. Porque é que as pessoas em situação de *sem-abrigo* os escolhem?
 - ii. Como se processa a selecção dos espaços/alojamentos para pernoitar?
 1. Existe relativa homogeneidade nas pessoas que dormem num mesmo local/alocaislojamento?
 - b. Existe continuidade na ocupação dos Espaços/alojamentos ou grande diversidade?
 - i. Qual a duração típica de pernoita nos espaços?
 - c. Qual o grau de adaptação aos espaços/alojamentos de pernoita?
17. Onde pernoitavam estas pessoas antes de estar neste Espaço/alojamento?
 - a. Que características possuíam esses espaços/alojamentos? (Positivas e negativas)
 - b. Com frequência, as pessoas viviam sozinhas ou acompanhadas?
 - c. Quais os maiores motivadores da mudança?
 - i. Mudaram sozinhos/as ou em grupo?
 - d. Qual o grau de adaptação ao espaço de pernoita /alojamentos?
18. E no passado, que características possuía o alojamento (durante a Infância, Adolescência e adultez)?
 - a. Existem dificuldades reportadas pelas pessoas *sem-abrigo* em relação à adaptação a estes alojamentos? Quais?
 - b. Qual o valor que o alojamento possui na história de vida destas pessoas?
 - i. E na atualidade?
19. Que intervenção específica é concretizada?
 - a. Descreva-a em pormenor.
 - i. Diagnóstico de necessidades
 - ii. Planificação da intervenção
 - iii. Concretização da intervenção
 - iv. Processo de avaliação
 1. Quem colabora no processo de avaliação?
 2. Que papel possui a Instituição em que colabora neste processo?
 3. Quem (mais) colabora neste processo? A que níveis?
20. Qual(ais) os projectos de futuro, no que respeita a alojamento, destas pessoas?
 - a. Qual a dimensão temporal destes projectos? (Curto, médio e longo prazo)
 - b. Que dificuldades e potencialidades possuem estas pessoas a este nível?
 - c. Que dificuldades/facilidades encontram estas pessoas na concretização dos Projectos?
 - d. Que dificuldades/facilidades encontra, enquanto Profissional, na Intervenção a este nível? (planificação e concretização)
 - e. Quais as características que estas pessoas associam a um alojamento aceitável?
 - f. Quais as características que estas pessoas associam a um alojamento ideal?

EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO E TRABALHO

21. No que respeita a frequência da Escola, como caracterizaria esta população?
 - a. Considera que existem motivos diferenciais (em relação à restante população) que justifiquem o abandono da Escola?
 - b. Qual a relevância da Educação e da Formação na história de vida destas pessoas?
 - i. E hoje, a Educação é parte integrante e importante da sua vida?
 - c. Estas pessoas possuem Qualificação profissional? Em que áreas?
22. Considera que a frequência de Cursos de Formação é uma opção ajustada? Porquê?

23. Como define a trajectória profissional destas pessoas? (estabilidade, tipologias de trabalho...)
- Hoje, estas pessoas trabalham?
 - Se não, porquê?
 - Se sim, em que contextos?
 - Se estas pessoas pudessem escolher um trabalho, que tipo de trabalho considera que estas pessoas escolheriam? Porquê?
 - Qual o valor que o trabalho possui na história de vida destas pessoas?
 - E na actualidade?
24. Qual(ais) os projectos de futuro, no que respeita a trabalho, destas pessoas?
- Qual a dimensão temporal destes projectos? (Curto, médio e longo prazo)
 - Que dificuldades e potencialidades possuem estas pessoas a este nível?
 - Que dificuldades/facilidades encontram estas pessoas na concretização dos projectos?
 - Que dificuldades/facilidades encontra, enquanto Profissional, na Intervenção a este nível? (planificação e concretização)
25. Que intervenção específica é concretizada?
- Descreva-a em pormenor.
 - Diagnóstico de necessidades
 - Planificação da intervenção
 - Concretização da intervenção
 - Processo de avaliação
 - Quem colabora no processo de avaliação?
 - Que papel possui a Instituição em que colabora neste processo?
 - Quem (mais) colabora neste processo? A que níveis?

RELAÇÕES SOCIAIS NA COMUNIDADE

26. Existem diferenças no que concerne as relações sociais na comunidade entre as pessoas que se encontram *sem-abrigo* que provêm de Coimbra ou zonas limítrofes e aqueles que migraram para Coimbra?
- A que níveis?
27. Como caracteriza a rede de relações das pessoas em situação de *sem-abrigo*?
- As pessoas *sem-abrigo* possuem uma rede de relações restrita ou alargada?
 - Mantêm relações próximas com alguém? Quem?
 - Têm relações de intimidade? Com quem?
 - Fazem parte de grupos de amigos? Quais?
 - Quais as zonas em que passam parte do seu quotidiano?
 - Participam em Festas ou outras iniciativas culturais?
 - Participam em Clubes e Associações?
 - Manifestam interesse em participar noutros eventos, na actualidade ou no futuro? Quais?
28. Que intervenção específica é concretizada?
- Descreva-a em pormenor.
 - Diagnóstico de necessidades
 - Planificação da intervenção
 - Concretização da intervenção
 - Processo de avaliação
 - Quem colabora no processo de avaliação?
 - Que papel possui a Instituição em que colabora no âmbito da promoção dos vínculos comunitários?
 - Quem (mais) colabora neste processo? A que níveis?
29. Qual(ais) os projectos de futuro, no que respeita às Relações Sociais, destas pessoas?
- Qual a dimensão temporal destes projectos? (Curto, médio e longo prazo)
 - Que dificuldades e potencialidades possuem estas pessoas a este nível?

- c. Que dificuldades/facilidades encontram estas pessoas na concretização destes projectos?
- 30. Que dificuldades/facilidades encontra, enquanto Profissional, na Intervenção a este nível? (planificação e concretização)

ATRIBUIÇÃO DE IMPORTÂNCIA

- 31. O que valorizam as pessoas em situação de *sem-abrigo*?
 - a. Onde se situam:
 - i. A Educação/Formação,
 - ii. O trabalho
 - iii. As relações
 - iv. Os amigos
 - b. O que é que não valorizam, de todo?
- 32. Quais os seus maiores receios? Porquê?
- 33. Quais os seus sonhos? Porquê?
- 34. Que intervenção específica é concretizada nesta matéria?
 - a. Descreva-a em pormenor.
 - i. Diagnóstico de necessidades
 - ii. Planificação da intervenção
 - iii. Concretização da intervenção
 - iv. Processo de avaliação
 - 1. Quem colabora no processo de avaliação?
 - b. Que papel possui a Instituição em que colabora neste processo?
 - i. Quem (mais) colabora neste processo? A que níveis?
- 35. Qual(ais) os projectos de futuro, no que respeita à Reestruturação da Atribuição de Importância, destas pessoas?
 - a. Qual a dimensão temporal destes projectos? (Curto, médio e longo prazo)
 - b. Que dificuldades e potencialidades possuem estas pessoas a este nível?
 - c. Que dificuldades/facilidades encontram estas pessoas na concretização destes projectos?
- 36. Que dificuldades/facilidades encontra, enquanto Profissional, na Intervenção a este nível? (planificação e concretização)

CONFIANÇA PERCEBIDA

- 37. Em quem confiam as pessoas em situação de *sem-abrigo*? Porquê?
 - a. De quem desconfiam? Porquê?
 - i. Quem confia plenamente nestas pessoas?
 - a. Quem desconfia totalmente delas?
- 38. A quem é que estas pessoas pediriam ajuda?
 - a. E em situação de problemas graves (*e.g.*, de saúde)?
 - b. Quem é que lhes pediria ajuda? Em que circunstância?
 - c. A quem é que estas pessoas pediriam conselhos?
 - d. Quem lhes pediria conselhos a eles?
 - e. A quem é que eles pedem:
 - i. Comida
 - ii. Roupas

- iii. Dinheiro
 - iv. Outros bens
39. Que intervenção específica é concretizada?
- a. Descreva-a em pormenor.
 - i. Diagnóstico de necessidades
 - ii. Planificação da intervenção
 - iii. Concretização da intervenção
 - iv. Processo de avaliação
 - 1. Quem colabora no processo de avaliação?
 - b. Que papel possui a Instituição em que colabora neste processo?
 - i. Quem (mais) colabora neste processo? A que níveis?

PERSPECTIVAS DE FUTURO

40. Que desafios de futuro antevê no que respeita à intervenção com pessoas em situação de *sem-abrigo*?
41. Percepciona possíveis obstáculos à intervenção nesta área a curto, médio ou longo prazo? Descreva-os.
42. Quais as linhas de evolução que antecipa ver concretizadas a este nível?
- a. A nível nacional
 - b. A nível regional
 - c. A nível local
43. Que sugestões daria para melhorar a intervenção que é realizada neste Concelho?
- a. E a nível regional?
 - b. E a nível nacional?
44. Existe algum comentário adicional que queira apresentar?

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DO/A PROFISSIONAL

45. Género
46. Idade
47. Experiência profissional
- a. Geral
 - b. No âmbito da intervenção com pessoas em situação de *sem-abrigo*
48. Profissão
- a. Local de trabalho actual
 - b. Funções desempenhadas
 - i. Destas, quais são especificamente vocacionadas para a intervenção com pessoas em situação de *sem-abrigo*?
49. Formação
- a. de base
 - b. Formação adicional
 - i. Geral
 - ii. Especificamente no âmbito da situação de *sem-abrigo*
50. Actividades desenvolvidas na comunidade
- a. Relacionadas com a profissão desempenhada
 - b. Outras actividades
51. Qual foi a situação mais complexa com que lidou neste âmbito? Descreva-a.

52. Qual foi a situação que mais o/a impressionou neste âmbito? Descreva-a.
53. Na sua história de vida existem períodos ou situações que, a seu ver, possam ter influenciado a sua perspectiva em relação à situação de *sem-abrigo* e às pessoas que se encontram nessa situação? Se sim, descreva-os, por favor.
- a. Já esteve em situação de *sem-abrigo*? Se sim, descreva por favor esse período da sua vida.
 - b. Tem (ou teve) familiares que estão (estiveram) em situação de *sem-abrigo*? Se sim, descreva por favor a situação.
 - c. Tem (ou teve) amigos/conhecidos que estão (estiveram) em situação de *sem-abrigo*? Se sim, descreva por favor a situação.

GUIÃO 3 VERSÃO PESSOAS COM EXPERIÊNCIA TRANSATA DA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO**Considerações prévias**

1. Apresentação e agradecimento pela disponibilidade
2. Explicitação dos objetivos gerais da investigação
3. Consentimento informado (Garantia da confidencialidade dos dados disponibilizados e explicitação dos direitos do/a entrevistado/a, esclarecimento de dúvidas)

O QUOTIDIANO

1. O que costuma fazer durante o dia?
 - a. Descreva-me um dia típico na sua vida, desde que se levanta até que adormece (opção: Descreva-me o dia de ontem)
 - b. E aos sábados e domingos? Existem diferenças importantes entre os dias da semana e os dias de fim-de-semana? Se sim, quais?
 - c. O que mais gosta de fazer? Tem alguma actividade preferida?
2. Tem algum tipo de ocupação ou trabalho?
 - a. Quando começou?
 - b. Descreva-me aquilo que faz (descreva-me as actividades que exerce).
 - c. Durante quanto tempo por dia se dedica a esta ocupação?
 - d. Quantos dias por semana se dedica a esta ocupação?
 - e. Está por sua conta ou “trabalha” com outras pessoas?
 - i. Se trabalha com outros, como vos organizais e quais as tarefas de cada um?
 - f. Agrada-lhe aquilo que faz? Porquê?
 - g. Quanto ganha por mês? E por semana?
3. Se pudesse escolher um trabalho, que trabalho escolhia? Porquê?
4. Existem alguns meses no ano em que não se encontra em Coimbra?
 - a. Se sim, o que o leva a sair daqui?
5. Como gere o seu orçamento?
 - a. Antecipa gastos e ganhos?
 - b. Faz compras (roupa, comida...)
 - i. Se sim, que compra regularmente?
 1. Onde e com que periodicidade?
 - ii. Se não, como obtém os bens essenciais?
 - c. Tem poupanças?
6. Na actualidade, recebe subsídios?
 - a. Se sim, quais? (qual o valor?)
 - b. Quem lhe indicou essas possibilidades?
 - c. Quais são os seus direitos e deveres no que respeita a atribuição dos subsídios?
 - d. Pede ajuda financeira a outras instituições, para além dos subsídios? Quais?
 - i. Como as obtém?
 - ii. É fácil obter esses apoios?
 - iii. Qual o valor?
 - e. Beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social?
 - i. Desde quando?
 - ii. Em que domínios ele/a s apoia?
 - iii. Qual a importância da intervenção dos trabalhadores sociais na sua vida?

TRAJETÓRIA ESCOLAR E PROFISSIONAL

7. Frequentou a escola? Como caracterizaria esse tempo?
 - a. Se sim, que ano de escolaridade possui?
 - b. O que o/a levou a sair da escola?
 - c. O que gostava mais e menos na escola?
 - d. O que é para si uma escola adequada/eficaz (isto é, que respondesse aos seus interesses e necessidades)?
 - e. Se pudesse mudar algo na Escola, o que mudaria?
 - f. Possui qualificação profissional? Se sim, qual?
 - i. Escolheu essa formação? Descreve o processo de escolha e depois o processo de participação na Formação.
 - ii. O que mais gostou na Formação? E o que gostou menos?
8. Que actividades exerce deste que saiu da escola, durante quanto tempo e onde as exerceu?
 - a. Quais os trabalhos que mais gostou de fazer? Porquê?
 - b. Se pudesse optar por um trabalho, qual escolheria? Porquê?
 - c. Se pudesse frequentar algum curso de formação, optaria por essa possibilidade?
 - i. Qual escolheria?
 - ii. Considera que este curso, ou outra actividade de educação ou formação, podiam ter um papel importante na sua vida? Se sim, em quê?
9. Quais os seus projectos de futuro em relação a formação e/ou trabalho?
 - a. Em que se vê a estudar e/ou a trabalhar e onde, daqui a 1 ano? E daqui a 5 anos?
 - b. Que passos está a dar no sentido de os concretizar?

A SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

10. Já viveu na Rua? (se sim...)
 - a. Quando dormiu na Rua pela primeira vez? [As questões seguintes reportam-se à primeira vez]
 - i. Durante quanto tempo permaneceu na Rua?
 1. Porque optou por este alojamento?
 2. Pernoitou sempre no mesmo local? Porquê?
 - a. Se pernoitou em diferentes locais, indica quais.
 3. Quais os motivos que o/a levaram a pernoitar na rua?
 4. Estava sozinho/a ou acompanhado/a?
 5. Quais foram as suas maiores dificuldades nesse período de tempo?
 - a. Dê um exemplo de uma situação particularmente difícil.
 6. E facilidades?
 - a. Dê um exemplo de uma situação particularmente fácil.
 7. Neste período de tempo trabalhava?
 - a. Se não trabalhava, tinha outra fonte de rendimento?
 8. Este período de tempo foi contínuo ou intercalado?
 - a. Se foi intercalado, descreva os outros locais/alojamentos em que esteve.
 - i. Indique os períodos de tempo respeitantes aos diferentes locais/alojamentos.
 9. Porque saiu desse local? Descreva, com pormenor, a(s) tentativa(s) de sair da Rua.
 - a. Teve ajuda?
 - i. De quem?
 - ii. A que níveis?
 - iii. Quais as maiores dificuldades?

- iv. Quais os aspectos que facilitaram este processo de saída?
- b. Onde esteve melhor? E pior? Porquê?
- 11. **Já viveu em alojamento(s) precário(s) – sem condições mínimas de habitabilidade?**
 - a. Descreva o que entende por “alojamentos sem as condições mínimas”
 - b. Quando viveu neste(s) alojamento(s) pela primeira vez?
 - c. Durante quanto tempo permaneceu neste alojamento?
 - d. Porque optou por este alojamento?
 - i. Quais os motivos que o/a levaram a permanecer neste alojamento?
 - e. Estava sozinho/a ou acompanhado/a?
 - f. Quais foram as suas maiores dificuldades nesse período de tempo?
 - i. Dê um exemplo de uma situação particularmente difícil.
 - g. E facilidades?
 - i. Dê um exemplo de uma situação particularmente fácil.
 - h. **[se viveu neste alojamento em idade ativa]** Neste período de tempo trabalhava?
 - i. Se não trabalhava, tinhas outra fonte de rendimento?
 - i. Este período de tempo foi contínuo ou intercalado?
 - i. Se foi intercalado, descreva os outros locais/alojamentos em que estiveste.
 - j. Indique os períodos de tempo respeitantes aos diferentes locais/alojamentos.
 - k. Porque saiu desse alojamento? Descreva, com pormenor, a(s) tentativa(s) de sair.
 - i. Tiveste ajuda?
 - 1. De quem?
 - 2. A que níveis?
 - ii. Quais foram as maiores dificuldades?
 - iii. Quais os aspectos que facilitaram este processo de saída?
- 12. **E depois deste alojamento? Já viveu noutros alojamentos sem as condições mínimas de habitabilidade? [repetir em função do número de alojamentos sem as condições mínimas de habitabilidade em que esteve]**
 - a. Durante quanto tempo permaneceu neste alojamento?
 - i. Porque optou por este alojamento?
 - ii. Quais os motivos que o/a levaram a permanecer neste alojamento?
 - iii. Estavas sozinho/a ou acompanhado/a?
 - iv. Quais foram as suas maiores dificuldades nesse período de tempo?
 - 1. Dê um exemplo de uma situação particularmente difícil.
 - v. E facilidades?
 - 1. Dá um exemplo de uma situação particularmente fácil.
 - b. **[se viveu neste alojamento em idade ativa]** Neste período de tempo trabalhava?
 - i. Se não trabalhava, tinhas outra fonte de rendimento?
 - ii. Porque saiu desse alojamento? Descreva, com pormenor, a(s) tentativa(s) de sair.
 - 1. Teve ajuda?
 - a. De quem?
 - b. A que níveis?
 - c. Quais as maiores dificuldades?
 - d. Quais os aspectos que facilitaram este processo de saída?
 - iii. Onde esteve melhor? E pior? Porquê?
- 13. **Já viveu em Pensões/Hotéis? [por outros motivos que não o Lazer ou recreação – períodos superiores a 1 semana]**
 - a. Quando viveu neste(s) alojamento(s) pela primeira vez?
 - i. Durante quanto tempo permaneceu nestes alojamento?
 - 1. Quais os motivos que o/a levaram a permanecer neste alojamento?
 - 2. Estavas sozinho/a ou acompanhado/a?
 - 3. Quais foram as suas maiores dificuldades nesse período de tempo?
 - 4. E facilidades?
 - ii. **[se viveu neste alojamento em idade ativa]** Neste período de tempo trabalhava?
 - 1. Se não trabalhavas, tinhas outra fonte de rendimento?

- iii. Este período de tempo foi contínuo ou intercalado?
 - 1. Se foi intercalado, descreve os outros locais/alojamentos em que estiveste.
 - a. Indica os períodos de tempo respeitantes aos diferentes locais/alojamentos.
 - iv. Porque saíste desse alojamento? Descreve, com pormenor, este processo.
 - 1. Tiveste ajuda?
 - a. De quem?
 - b. A que níveis?
 - c. Quais as maiores dificuldades?
 - d. Quais os aspectos que facilitaram este processo de saída?
- b. E depois deste alojamento?
- i. Quais foram as suas maiores dificuldades nesse período de tempo?
 - ii. E facilidades?
14. Centro de acolhimento
- a. Quando viveu neste(s) alojamento(s) pela primeira vez?
 - a. Durante quanto tempo permaneceu neste alojamento?
 - b. Porque optou por este alojamento?
 - i. Quais os motivos que o/a levaram a permanecer neste alojamento?
 - c. Estava sozinho/a ou acompanhado/a?
 - d. Quais foram as suas maiores dificuldades nesse período de tempo?
 - 1. Dê um exemplo de uma situação particularmente difícil.
 - e. E facilidades?
 - 2. Dê um exemplo de uma situação particularmente fácil.
 - f. **[se viveu neste alojamento em idade ativa]** Neste período de tempo trabalhava?
 - 3. Se não trabalhava, tinhas outra fonte de rendimento?
 - g. Este período de tempo foi contínuo ou intercalado?
 - 4. Se foi intercalado, descreva os outros locais/alojamentos em que estiveste.
 - h. Indique os períodos de tempo respeitantes aos diferentes locais/alojamentos.
 - i. Porque saiu desse alojamento? Descreva, com pormenor, a(s) tentativa(s) de sair.
 - 5. Tiveste ajuda?
 - a. De quem?
 - b. A que níveis?
 - 6. Quais foram as maiores dificuldades?
 - 7. Quais os aspectos que facilitaram este processo de saída?
 - b. E depois deste alojamento? Já viveu noutros alojamentos sem as condições mínimas de habitabilidade? **[repetir em função do número de alojamentos sem as condições mínimas de habitabilidade em que esteve]**
 - i. Durante quanto tempo permaneceu neste alojamento?
 - 1. Porque optou por este alojamento?
 - 2. Quais os motivos que o/a levaram a permanecer neste alojamento?
 - 3. Estavas sozinho/a ou acompanhado/a?
 - 4. Quais foram as suas maiores dificuldades nesse período de tempo?
 - a. Dê um exemplo de uma situação particularmente difícil.
 - 5. E facilidades?
 - a. Dá um exemplo de uma situação particularmente fácil.
 - ii. **[se viveu neste alojamento em idade ativa]** Neste período de tempo trabalhava?
 - 1. Se não trabalhava, tinhas outra fonte de rendimento?
 - 2. Porque saiu desse alojamento? Descreva, com pormenor, a(s) tentativa(s) de sair.
 - a. Teve ajuda?
 - i. De quem?
 - ii. A que níveis?
 - iii. Quais as maiores dificuldades?

- iv. Quais os aspectos que facilitaram este processo de saída?
 - iii. Onde esteve melhor? E pior? Porquê?
 - 15. Já viveu em Pensões/Hotéis? **[por outros motivos que não o Lazer ou recreação – períodos superiores a 1 semana]**
 - a. Quando viveu neste(s) alojamento(s) pela primeira vez?
 - i. Durante quanto tempo permaneceu nestes alojamento?
 - 1. Quais os motivos que o/a levaram a permanecer neste alojamento?
 - 2. Estavas sozinho/a ou acompanhado/a?
 - 3. Quais foram as suas maiores dificuldades nesse período de tempo?
 - 4. E facilidades?
 - ii. **[se viveu neste alojamento em idade ativa]** Neste período de tempo trabalhava?
 - 1. Se não trabalhavas, tinhas outra fonte de rendimento?
 - iii. Este período de tempo foi contínuo ou intercalado?
 - 1. Se foi intercalado, descreve os outros locais/alojamentos em que estiveste.
 - a. Indica os períodos de tempo respeitantes aos diferentes locais/alojamentos.
 - iv. Porque saíste desse alojamento? Descreve, com pormenor, este processo.
 - 1. Tiveste ajuda?
 - a. De quem?
 - b. A que níveis?
 - c. Quais as maiores dificuldades?
 - d. Quais os aspectos que facilitaram este processo de saída?
 - b. E depois deste alojamento?
 - i. Quais foram as suas maiores dificuldades nesse período de tempo?
 - ii. E facilidades?
 - 16. Descreva-me o seu alojamento.
 - a. Partilha o seu alojamento com alguém?
 - b. Por que é que optou por este alojamento?
 - i. Desde quando habita no alojamento?
 - ii. Pediu outro alojamento? Se sim,
 - 1. Quando?
 - 2. A quem o pediu?
 - 3. Que tipo de alojamento?
 - c. Antes deste alojamento, onde moravas?
 - d. Estavas bem ou não?
 - e. Vivia sozinho/a ou com outras pessoas? Quem?
 - f. Porque saiu de lá?
 - 17. Que características teria um alojamento que, a seu ver, fosse aceitável?
 - a. E se pudesse escolher um alojamento sem quaisquer restrições? Onde o escolheria e como seria?
 - b. Onde te imaginas a viver daqui a 1 ano? E daqui a 5 anos? E com quem?
 - i. Que passos estás a dar no sentido de concretizar esse projecto?
 - 18. De todos os locais/alojamentos que descreveste onde considera que estava melhor? E pior? Porquê?
 - a. De todos os locais/alojamentos que descreveu, onde tiveste mais dificuldade em adaptar-se? E menos dificuldade?

19. Como descreve a sua vida *hoje* (na actualidade)?
- Há quanto tempo vive assim?
 - Sente-se bem com a vida que leva ou gostaria de mudar algumas coisas na sua vida?
 - Se sim, quais são os aspetos.
 - Se pudesse mudar alguma coisa (pelo menos 3 aspectos) no seu dia-a-dia, o que mudaria? Porquê?
 - Sente-se um cidadão de pleno direito?
 - Porquê?
20. Descreva, em traços globais, o processo de transição da situação de sem-abrigo ou de vida em alojamentos precários e/ou temporários para a situação actual.
- Quando teve início?
 - Quanto tempo esteve em processo de transição?
 - Quantas vezes tentou “sair da Rua” ou dos alojamentos Precários/temporários?
 - Houve mudança(s) na sua vida?
 - Que mudança(s) ocorreu(aram) na sua vida que o/a tenham levado a sair da rua/ alojamentos precários e/ou temporários?
 - O que mudou em si?
 - O mudou naqueles que o/a rodeavam?
 - O que mudou a nível das estruturas de apoio?
 - Houve mudança(s) a outro(s) nível(eis)?
 - Destas mudanças quais considera mais importantes?
 - Quais foram as mudanças que mais lhe custaram? Porquê?
 - Que mudança(s) ocorreu(aram) na sua vida aquando da(s) tentativa(s) de sair da rua/alojamentos precários e/ou temporários?
 - O que mudou em si?
 - O mudou naqueles/as que o/a rodeavam?
 - O que mudou a nível das estruturas de apoio?
 - Houve mudança(s) a outro(s) nível(eis)?
 - Destas mudanças quais considera mais importantes?
 - Quais foram as mudanças que mais lhe custaram? Porquê?
 - Que mudança(s) ocorreu(aram) na sua vida depois de ultrapassado este período de tentativa(s) de sair da rua/alojamentos precários e/ou temporários?
 - O que mudou em si?
 - O mudou naqueles que o/a rodeavam?
 - O que mudou a nível das estruturas de apoio?
 - Houve mudança(s) a outro(s) nível(eis)?
 - Destas mudanças quais considera mais importantes?
 - Quais foram as mudanças que mais lhe custaram? Porquê?
21. Descreva a sua primeira tentativa
- A que se deve essa tentativa?
 - Quando ocorreu? Quanto tempo “durou”?
 - O que distingue essa tentativa de outras realizadas anteriormente?
 - Tentou “sair” sozinho/a ou acompanhado/a?
 - Procurou ajuda?
 - Que tipo de ajuda?
 - Como?
 - Onde?
 - Obtive ajuda?
 - Que tipo de ajuda?
 - Como?
 - Onde?
 - Foi pontual ou continuada?
 - Quais foram as maiores dificuldades?
 - E facilidades?

- i. Considera essa tentativa sucedida?
 - 1. Se sim, porquê? A que níveis?
 - Se não, porquê? O que consideras que falhou?
- 22. E as restantes?
 - a. A que se deveram essas tentativas?
 - b. Quando ocorreram? Quanto tempo “duraram”?
 - c. Tentou “sair” sozinho/a ou acompanhado/a?
 - d. Procurou ajuda?
 - 1. Que tipo de ajuda?
 - 2. Como?
 - 3. Onde?
 - f. Obteve ajuda?
 - 1. Que tipo de ajuda?
 - 2. Como?
 - 3. Onde?
 - 4. Foram pontuais ou continuadas?
 - g. Quais foram as maiores dificuldades?
 - h. E facilidades?
 - i. Considera essas tentativas sucedidas?
 - 1. Se sim, porquê? A que níveis?
 - 2. Se não, porquê? O que consideras que falhou?
- 23. Descreva a sua última tentativa
 - a. A que se deve essa tentativa?
 - b. Quando ocorreu? Quanto tempo “durou”?
 - c. O que distingue essa tentativa de outras realizadas anteriormente?
 - d. Tentou “sair” sozinho/a ou acompanhado/a?
 - e. Procurou ajuda?
 - 1. Que tipo de ajuda?
 - 2. Como?
 - 3. Onde?
 - f. Obteve ajuda?
 - 1. Que tipo de ajuda?
 - 2. Como?
 - 3. Onde?
 - 4. Foi pontual ou continuada?
 - g. Quais foram as maiores dificuldades?
 - h. E facilidades?
 - i. Considera essa tentativa sucedida?
 - 1. Se sim, porquê? A que níveis?
 - 2. Se não, porquê? O que considera que falhou?

RELAÇÕES NA COMUNIDADE

- 24. Se sempre viveu em Coimbra, com quem se dava na sua infância e juventude?
- 25. Se não viveu sempre em Coimbra, conhecia alguém (família, amigos...) nesta cidade antes de vir para cá?
 - a. Por que veio para Coimbra?
 - b. Com quem veio?
 - c. E, agora, conhece muitas pessoas?
 - d. Mantém relações próximas com alguém? Com quem?
 - a. Faz parte de algum grupo de amigos?
- 26. Costuma passear por esta zona?
 - a. E noutras zonas da cidade?

- b. Quais?
- 27. Participa (ou já participou) em iniciativas culturais ou festas que aconteçam neste bairro ou na cidade?
 - a. Quais?
 - b. Como soube dessas iniciativas?
 - c. Foi sozinho/a ou com outras pessoas? Se foste com outras pessoas, quem eram?
- 28. Frequenta, ou frequentou, algum clube ou associação?
 - a. Se sim, qual?
 - i. O que faz lá?
 - ii. Sente-se bem lá? Porquê?
 - iii. Pensa participar nas actividades durante muito tempo?
 - b. Se não, em que Clube gostaria de participar? Porquê?

FAMÍLIA

- 29. O que se recorda do tempo de criança? Com quem vivia e onde?
 - a. Quais são as suas melhores recordações desse tempo?
 - b. E quais são as piores?
 - c. Quem era a pessoa que mais o/a compreendia e apoiava? Porquê?
 - d. Quem era mais parecido consigo? Porquê?
 - e. Quem era mais diferente de si? Porquê?
- 30. Saiu de casa?
 - a. Quando?
 - b. Porquê saiu?
- 31. Alguma vez regressou?
 - a. Quando, porquê e em que circunstâncias?
 - b. Mantém contactos com alguém da sua família?
 - i. Regularmente ou pontualmente? Quando (em que circunstâncias, períodos do ano)?
 - ii. O que fazem juntos?
 - iii. Apoiam-no/a financeiramente? Apoiam-no/a de outra forma?

ATRIBUIÇÃO DE IMPORTÂNCIA

- 32. O que é, para si, mais importante na vida? Porquê?
 - a. E menos importante? Porquê?
 - b. Que importância atribui ao trabalho para a sua vida?
 - c. Que importância atribui à educação e formação?
 - d. E à família?
 - e. E aos amigos/as?
 - f. A que outras coisas atribuis importância?
 - g. De todas as coisas que disse até agora, qual é a mais importante? Porquê?
- 33. Que projectos gostaria de concretizar no futuro?
 - a. Destes qual(ais) são os prioritários? Porquê?
 - b. O que está a fazer para os concretizar?

CONFIANÇA PERCEBIDA

- 34. Em quem (des)confia completamente? Porquê?
- 35. Quem (des)confia em ti plenamente? Porquê?
- 36. A quem solicitaria ajuda em momentos de maior dificuldade?

- a. Se ficasse doente e sem possibilidade de se movimentar de forma independente, a quem pediria ajuda? Porquê?
- b. Quem lhe pediria ajuda? Porquê?
 - i. Quando precisa de conselhos, a quem pede?
- c. Quem lhe pediria conselhos? Porquê?
- d. Quando tem fome ou precisa de roupa ou outros bens, quem chamas?
- e. Já lhe pediram roupas ou comida? Quem?
- f. Se precisasse, a quem pediria dinheiro?
- g. Já lhe pediram dinheiro? Quem?

PESSOA

37. Que idade tem?
38. O que faziam o seu pai e a sua mãe? E hoje, o que fazem?
 - a. Estudaram?
 - b. Vivem sozinhos/as?
 - c. Onde vivem (cidade, vila, aldeia...)?
 - d. Com quem vivem?
39. Tem irmãos?
 - a. Mais novos ou mais velhos?
 - i. O que fazem?
 - ii. Estudaram?
 - c. Onde vivem (cidade, vila, aldeia...)?
 - d. Com quem vivem?
40. Vivia com outros familiares?
 - a. Se sim, quem?
 - b. O que faziam?
 - c. Estudaram?
 - c. Onde vivem (cidade, vila, aldeia...)?
 - d. Com quem vivem?
41. Na infância e na adolescência, tinha um grupo de amigos?
 - a. Quem eram?
 - b. O que faziam juntos?
 - c. E namorado(a)?
42. Qual é a recordação mais positiva do tempo em que ainda era criança?
 - a. E mais negativa?
43. O que considera mais positivo na sua vida hoje?
 - a. E menos positivo?
44. Como se descreveria?
 - a. O que valoriza?
 - b. Em que acredita?
 - c. Em que não acredita?
 - d. Quais são os seus maiores medos?
 - e. Quais são os seus projectos?
 - f. Quais são os seus sonhos?
45. Há mais alguma coisa de si ou da sua vida que considere importante dizer-me?